



Anais

II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
(Orgs.)

27 a 29 de novembro de 2017
Universidade Federal do Pará/UFPA
Belém, Brasil



Universidade Federal do Pará - UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rômulo Simões Angélica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Sílvio José de Lima Figueiredo

Editora

Nirvia Ravena - Editora-Chefe

Lairson Costa - Diretor Executivo

Comissão Editorial

Nirvia Ravena - NAEA/UFPA (Presidente)

Edna Castro - NAEA/UFPA

Flavio Gaitán - UNILA

Gisela Leitão - EUC (Colômbia)

Lucimara Costa - UFAM

Marion Glaser - LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva - UFT

Peter May - UFRJ

Renato Boschi - IESP/UFRJ

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCERIAS





Anais

II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
(Orgs.)

Belém
NAEA/UFPA
2017

Arte da Capa
Andréa Pinheiro

Capa
Ione Sena

Editoração
Ione Sena
Suely Rodrigues Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos – SIALAT (2.: 2017: Belém, PA)
Anais do II Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos [recurso eletrônico] / Edna Maria Ramos de Castro, Suely Rodrigues Alves (organizadoras) _ Belém: NAEA, 2017.

6.0000 páginas
ISBN: ISBN:978-85-7143-167-6

1. Território – América Latina. 2. Poder regulamentar – América Latina. 3. Conflito social – América Latina. 4. América Latina – Política governamental. I. Castro, Edna Maria Ramos de. II. Alves, Suely Rodrigues. III. Título.

CDD 22. ed. 320.12098

Comissão Científica

Ana Maria Araújo – Universidad de la República – Uruguay
Andréa Zhouri – GESTA/PPGA/UFMG
Ana Prado - NAEA/UFPA
Antônia Nascimento - PPGSS/UFPA
Assunção José Pureza Amaral - UFPA-Castanhal
Carmem Izabel Rodrigues – PPGSA/IFCH/UFPA
Cristina Cancela - PPGHIST/UFPA
Edna Ramos de Castro – GETTAM/NAEA/UFPA
Edila Arnaud Moura – PPGSA/IFCH/UFPA
Eduardo Gudynas – Centro Lati no Americano de Ecologia Social/CLAES – Uruguaiy
Eliane Cantarino O’Dwyer - UFF
Emilie Stoll - Museum Nati onal d’Histoire Naturelle - França
Elenise Scherer - UFAM
Dalva Mota – CPATU/EMBRAPA
Delma Pessanha Neves - UFF
Eunápio do Carmo – CESUPA e GETTAM/NAEA
Elaide Martins – PPGCOM/UFPA
Fabiano Bringel - UEPA
Fabio Castro - PPGCOM/UFPA
Flávio dos Santos Gomes - UFRJ
Francilene Rodrigues - PPGSOF/UFRR
Gilberto Marques - PPGE/ICSA/UFPA
Helena Lúcia Zagury Tourinho - UNAMA
Hector Atilio Poggiese - UBA-Argentina
Izabel Valle - UFAM
Indira Rocha - ICSA/UFPA
Jose Vicente Tavares dos Santos – ILEA/UFRGS
João Márcio Palheta - PPGEIO/UFPA
James Léon Parra Monsalve - Colômbia
José Sobreiro Filho - UFPA-Ananindeua
José Raimundo Trindade - PPGECO
Juarez Carlos Brito Pezzuti - NAEA/UFPA
Luzia Álvares – PPGCP/UFPA
Luis Aragón Vaca – NAEA/UFPA
Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR
Marcela Vecchione Gonçalves – NAEA/UFPA
Mirleide Chaar – NAEA/UFPA
Maria José Aquino – PPGSA/IFCH/UFPA
Marcel Hazeu – PPGSS/ICSA/UFPA
María Ernestina Garreta Chindoy – Colômbia
Nirvia Ravena – NAEA/UFPA
Otacílio Amaral Filho - ILC/UFPA
Paola Bolados Garcia – Instituto de Hist. y Ci. Sociales de la Univ. de Valparaíso, Chile
Pascale de Robert - IRD – França
Philippe Plas – Universidade Paris 13, França
Pierre Salama – Universidade Paris 13, França
Pedro Staevie – UNILA
Pierre Teisserenc – Univesite Paris 13, França
Rodrigo Peixoto – PPGSA/UFPA
Renan Freitas Pinto – UFAM
Sara Alonso – Universidade de Barcelona, Espanha
Saint-Clair Trindade – NAEA/UFPA



Sandra Helena Ribeiro Cruz - ICSA/UFPA
Simaia das Mercês - NAEA/UFPA
Sirlei Silveira - UFMT
Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA
Socorro Amora - ICSA/UFPA
Solange Gayoso - ICSA/UFPA
Sabrina Mesquita - ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA
Simy Corrêa - MPF - GETTAM/NAEA/UFPA
Vera Lúcia Gomes - PPGSS/UFPA
Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA
Voyner Ravena Cañete - PPGSA/UFPA
Welson Cardoso - ICSA/UFPA-GETTAM
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega - UFRN
William Santos de Assis - NCADR/UFPA
Jondison Rodrigues - GETTAM/NAEA
Jader Gama - GETTAM/NAEA/UFPA
Rosane de Seixas Brito Araujo - NAEA/UFPA
Larissa Carreira - GETTAM/NAEA/UFPA
Marília Lobato - UNIFAP
Alexandre Lins - PPGDSTU/UFPA
Raifran Abidimar de Castro - IFMA
Ireneide Souza Silva - GETTAM/NAEA/UFPA
Amarildo Ferreira Júnior - UFRR
Pedro Henryque Loureiro de Bragança - ESTÁCIO FAP - GETTAM/NAEA

Comissão Organizadora

Edna Castro – GETTAM/NAEA - Coordenadora
Eunápio do Carmo – CESUPA – GETTAM/NAEA
Silvio José de Lima Figueiredo – NAEA/UFPA
Suely Rodrigues Alves – GETTAM/NAEA
Jondison Rodrigues – GETTAM/NAEA
Nirvia Ravena - NAEA/UFPA
Edila Arnaud Moura - IFCH/UFPA
Larissa Carreira – GETTAM/NAEA
Jader Gama – GETTAM/NAEA
Domingos Ribeiro – GETTAM/NAEA
Rosane Brito – IFCH – GETTAM/NAEA
Sabrina Mesquita – ICSA – GETTAM/NAEA
Marcel Hazeu – ICSA – GETTAM/NAEA
Welson de Souza Cardoso – ICSA – GETTAM/NAEA
Rafaela Santos Carneiro - GETTAM/NAEA
Marília Lobato - UNIFAP - GETTAM/NAEA
William Rocha – UNAMA – GETTAM/NAEA
Simy de Almeida Corrêa - GETTAM/NAEA
Ireneide Silva – PPGDSTU/GETTAM/NAEA

Comissão de Apoio

Raissa Nobre Barros - IFCH/UFPA
Natália Camila Ferreira de Souza - PIBIC - CCS/IFCH/UFPA
Matheus Ricardo da Silva Lima - PIBIC - CSS/ICSA/UFPA
Juliana Azevedo Hamoy - Mestranda do PLADES/NAEA/UFPA
Samyra Milleno Rocha das Mercês - Graduanda/Jornalismo - FEAPA
Thamara Magalhães - Graduanda/Jornalismo - FEAPA
Mônica de Melo Medeiros - Graduada pelo ICSA/UFPA
Maria da Paz Saavedra - Técnica - NAEA/UFPA
Laurêncio Oliveira - Graduando/Jornalismo - FEAPA

Introdução



O II Seminário Internacional América Latina: conflitos e políticas contemporâneas/ II 2017 pretende ampliar o debate sobre questões cruciais que tem estado nas preocupações das ciências sociais, e dos movimentos sociais, na América Latina. Trata-se de temas relacionados aos processos políticos do desenvolvimento, aos conflitos e à colonialidade, considerando abordagens críticas e comparativas. Pretende criar um espaço para o debate e a análise de situações comuns que ocorrem em muitos países da América Latina, em especial no Brasil, com base em resultados de pesquisas produzidas em universidades, em institutos de pesquisa, em programas de pós-graduação e outras instituições reconhecidas pela sua excelência acadêmica, mas também integra as análises produzidos pelos movimentos sociais e étnicos, por organizações ativistas que têm contribuído para renovar o campo conceitual e teórico, portanto, o conhecimento, a partir de uma reflexão mais pertinente sobre a prática e as experiências sociais, culturais e políticas de grupos que são marcados por grande diversidade. Espera-se, assim, aprofundar o debate crítico sobre as políticas, os conflitos sociais, o processo histórico de transformação de territórios, as lutas sociais, os movimentos sociais no contexto de conjunturas de crise econômica e política e da globalização de mercados.

Este encontro almeja fomentar uma revisão de saberes cristalizados, estimular a busca de novos esquemas interpretativos, a revisão de conceitos e a produção de leituras críticas através de estudos comparativos e do que nos ensinam os processos insurrecionais que atravessam toda a América Latina. E por isso, o entendimento do Brasil para além dele mesmo, no sentido de gestar olhares críticos sobre as narrativas ocidentais que tem predominado na interpretação da sociedade brasileira. Cabe ainda ressaltar a contribuição do evento para ampliar os interesses de pesquisadores e aumentar a inserção dos programas de pós-graduação nos estudos internacionais, com intercâmbios direcionados à América Latina. Reafirmamos que isso constitui uma lacuna nos centros de formação localizados no Brasil, sobretudo tributários da ciência produzida na Europa e nos Estados Unidos, exigindo um esforço complementar de formação de agendas, como esta proposta pelo II SIALAT ao definir como tema central *Colonialidade, Poder e Territórios*.

A programação do II SIALAT/2017 está composta de várias atividades de caráter científico, tecnológico, político e cultural. Conta-se com as seguintes atividades: Conferência, Mesas Redondas, Grupos de Trabalho (apresentação de Trabalhos Completos e de Pôsteres), Minicursos, Oficinas, Mostra de Filmes da América Latina e Ações Culturais. Essas atividades estão estruturadas pelo eixo temático do evento, buscando manter coerência com o tema abordado.

A relevância do evento também pode ser vista pelo alcance de público. O SIALAT 2015, realizado em novembro de 2015, contou com poucos recursos, entretanto foi registrado aproximadamente 500 participantes. Para o II SIALAT a submissão de trabalhos foi surpreendente, com 1.020 resumos para trabalhos completos e pôsteres recebidos. O público alvo é formado por docentes e discentes de Programas de Pós-Graduação, de Grupos de Pesquisa, de demais professores, pesquisadores, estudantes de graduação, de professores da rede de ensino médio e básico, técnicos, gestores públicos, movimentos sociais, profissionais e interessados em geral nas temáticas abordadas.

Desta forma, este evento propiciará o intercâmbio de ideias, estudos, pesquisas e debates na análise de experiências de pesquisa sobre o Estado, governos e suas políticas, pensamento social no Brasil e na América latina, lutas sociais e organizações da sociedade civil, processos de trabalho, relações de gênero, processos de migração e deslocamentos forçados, imaginário, mídia e poder, mudanças no agrário, transformação do urbano, grupos étnicos, natureza e direitos, cultura e turismo, mineração e grandes obras hidrelétricas, todos eles temas que têm incrementado o intercâmbio acadêmico-científico tomando como referência os próprios programas de pós-graduação que incutem problemas relacionados ao desenvolvimento capitalista - esses temas são priorizados nos treze Grupos de Trabalho.

Um evento como este não se faz sem o apoio de instituições, grupos de pesquisa e pessoas. Inicialmente um agradecimento para a Universidade Federal do Pará através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, essenciais na sua execução. Ao CNPq, à CAPES e a FAPESPA, como agências de financiamento que acreditaram e apoiaram este projeto. Às instituições parceiras com as quais esperamos continuar realizando atividades acadêmicas e políticas, como o CLACSO, a SBS, a ANPUR, o PPGSA/IFCH/UFPA, o ILEA/UFRGS e a UNILA (no seu núcleo sobre a Amazônia). E, em especial a todos que compõem a equipe do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Território e Mercados Globalizados (GETTAM), formada por docentes e discentes da pós-graduação do NAEA, de professores do CESUPA e da UNAMA, responsáveis pela organização do II SIALAT 2017.

Edna Castro
Coordenadora do GETTAM/NAEA/UFPA



Programa

II Seminário Internacional América Latina:
Políticas e conflitos contemporâneos

II SIALAT



PROGRAMAÇÃO

27 de novembro de 2017, segunda-feira

08h30 às 18h00

Credenciamento

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

09h30

Mesa de Abertura

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

10h30

Mesa Redonda 01 – Razão Descolonial e Pensamento Crítico Latinoamericano

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Nirvia Ravena - NAEA/UFPA

Expositores:

Adélia Maria Miglievich Ribeiro- UFES

Carlos Walter Porto-Gonçalves - UFF

Hector Atilio Poggiese – FLACSO, Argentina

Edna Castro - NAEA/UFPA

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

18h00 às 18h30

Coffee Break

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h00

CONFERÊNCIA DE ABERTURA: La política de los extractivismos sudamericanos: progresistas y conservadores

Conferencista: Eduardo Gudynas - Centro Latino Americano de Ecología Social (Montevideu)

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

20h00 às 21h00

Lançamento de Livros

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



28 de novembro de 2017, terça-feira

08h30 às 10h30

Mesa Redonda 02 – Conjuntura política, violências e lutas sociais na América Latina

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA

Expositores:

José Vicente Tavares dos Santos - ILEA/UFRGS

Ana Maria Araujo - Universidad de la República, Uruguay

Marcela Vecchione Gonçalves - NAEA/UFPA

Jacques Rhéaume - UQAM, Canadá

10h40 às 12h40

Mesa Redonda 03 - Hidrelétricas no contexto das políticas de grandes obras de infra-estruturas e privatização

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Luis Aragon Vacca - NAEA/UFPA

Expositores:

Philip Martin Fearnside - INPA

Luís Fernando Novoa Garzon – UNIR

Sara Alonso - Universidade Ramon llul-Barcelona, Espanha

Edizângela Alves Barros – MAB

Dion Monteiro – Xingu Vivo

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

Minicurso I: Teoría de los extractivismos: conceptos, dinámicas, impactos y derrames.

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professor: Eduardo Gudynas – Centro Latino Americano de Ecologia Social (Montevideu)

18h00 às 18h30

Coffee Break

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h30

Mesa Redonda 04 - Mineração, desastres socioambientais e novas configurações econômicas

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: France Rodrigues - UFRR

Expositores:

Paola Bolados - Universidad de Valparaíso, Chile

Ester Limonad - UFRJ

Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA

Silvia Molina - CEDLA, Bolívia

Eunicéia Fernandes Rodrigues - Com. de Curuperé – Barcarena Livre

18h30 às 20h30

Oficinas

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Oficina 01: Ciência de Dados e Big Data, possibilidades e desafios à pesquisa na área das Ciências Sociais

Proponente: Jader Gama - Pesquisador do GETTAM e da IPPA (Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia).

Público-alvo: Estudantes de graduação e pós-graduação da área de Ciências Humanas e Computação.

Oficina 02: TV Digital no Brasil e na Amazônia

Proponente: Thiago Novaes (UFF)



29 de novembro de 2017, quarta-feira

08h30 às 10h30

Mesa Redonda 05 - Agriculturas em disputa, territórios sociais e étnicos sob ameaças

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Edila Moura PPGSA/UFPA

Expositores:

Delma Neves - UFF

Dalva Motta - EMBRAPA

Eliane Cantarino O'Dwyer - UFF

Pascal De Robert - IRD/França

10h40 às 12h40

Mesa Redonda 06 - África e América Latina: histórias entrecruzadas, subalternidade e resistência

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Gilmar Pereira da Silva - UFPA

Expositores:

Flávio dos Santos Gomes - UFRJ

Zélia Amador de Deus - PPGCOM/UFPA

Ernesto Renan de Freitas Pinto - PPGSC/UFAM

Representante de Movimento Social

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

Minicurso II: Psicosociología Clínica

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professores: Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal/UQAM)

14h00 às 18h00

Minicurso II: Psicosociología Clínica

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professores: Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal)



14h00 às 16h00

Minicurso III: Traços da Urbanização Recente no Brasil e suas interações com a América do Sul

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professora: Ester Limonad – UFF- Rj

16h00 às 18h00

Oficina

Local: Sala do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Oficina 03: Agitação e propaganda

Proponente: Érica Souza-MAM

Público-alvo: movimentos sociais e estudantis



GRUPOS DE TRABALHO E LOCALIZAÇÃO

GT 01 - Estado, políticas e novas configurações do mercado na América Latina

Coordenadores: Nirvia Ravena (NAEA/UFPA), Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA), José Raimundo Trindade (PPGECO/UFPA), Rosane de Seixas Brito Araújo (NAEA/UFPA) e Jader Gama (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala 12 e 13 - NAEA

GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

Coordenadores: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Rodrigo Peixoto (PPGSA/UFPA), Pierre Teisserens (Université Paris 13), Flávio dos Santos Gomes (UFRJ), Assunção José Pureza Amaral (UFPA-Castanhal), José Sobreiro Filho (UFPA-Ananindeua) e Raifran Abidimar de Castro (IFMA).

Sala 15 e 17 - NAEA

GT 03 - Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias

Coordenadores: Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA) e Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

Sala Ip 02 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 04 - Natureza, sociedade e direitos: políticas e conflitos na América Latina e na Pan-Amazônia

Coordenadores: Edila Moura (PPGSA/UFPA), Voyner Canete (PPGSA/UFPA), Juarez Carlos Brito Pezzuti (NAEA/UFPA), Emilie Stoll (Museum National d'Histoire Naturelle), Maria José da Silva Aquino (PPGSA/UFPA) e Maria Ernestina Garreta Chanoy (Colômbia), Simy Correa (GETTAM/NAEA/UFPA).

Sala Ip 03 e Sala Ip 04 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 05 - Mineração, desastres e neoextrativismos na América Latina

Coordenadores: Eunápio do Carmo (CESUPA e GETTAM/NAEA/UFPA), Paola Bolados (UV - Chile), Gilberto Marques (PPGE/ICSA/UFPA), Indira Rocha (ICSA/UFPA) e Pedro Henrique Paes Loureiro de Bragança (UNAMA e GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Ip 05 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 06 - A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa

Coordenadores: Fabio Castro (PPGCOM/UFPA), Ana Prado (NAEA/UFPA), Elaide Martins (PPGCOM/UFPA), Otacílio Amaral Filho (ILC/UFPA) e Larissa Carreira (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Ip 06 - Pavilhão de Aulas do ICSA



GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina

Coordenadores: Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA), Simaia das Mercês (NAEA/UFPA), Philippe Plas (Universidade Paris 13, França), Sandra Helena Ribeiro Cruz (ICSA/UFPA), Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA) e Welson Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM).

Sala Kp 12 e Kp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política

Coordenadores: Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staevie (UNILA), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR) e Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

Sala Hp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 09 – Pensamento social e imaginário na América Latina

Coordenadores: Ana Maria Araújo (Udelar-Uruguai), Renan Freitas Pinto (UFAM), Edna Castro (GETTAM/NAEA/UFPA), Sirlei Silveira (UFMT) e Amarildo Ferreira Júnior (UFRR)

Local: Mini-auditório do NAEA (Altos)

GT 10 – Campesinato e conflitos fundiários na América Latina

Coordenadores: William Santos de Assis (NCADR/UFPA), Delma Pessanha Neves (UFF), Dalva Motta (EMBRAPA), Fabiano Bringel (UEPA) e James Léon Passa Monsalve (Colômbia)

Sala Hp 11 e Ip 12B – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 11 – Gênero, colonialidade e teorias feministas na América Latina

Coordenadores: Luzia Álvares (PPGCP/UFPA), Cristina Cancela (PPGHIST/UFPA), Socorro Amora (ICSA/UFPA)

Sala Hp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina

Coordenadores: Silvio Figueiredo (NAEA/UFPA), Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/UFPA), Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (UFRN), Mirleide Char (NAEA/UFPA) e Iraneide Souza Silva (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Hp 09 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?

Coordenadores: Izabel Valle (UFAM), Elenise Scherrer (UFAM), Antônia Nascimento (PPGSS/UFPA), Vera Lúcia Gomes (PPGSS/UFPA), Alexandre Lins (PPGDSTU/UFPA) e Marília Lobato (UNIFAP)

Local: LAENA - NAEA



LANÇAMENTO DE LIVROS E REVISTAS

Local: Hall de entrada do Centro de Eventos Benedito Nunes - UFPA

Tráfico de pessoas para exploração sexual

Editora: Lumen Júris, 2017

Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith

Bragança: famílias, política e comércio

Editora: Livraria da Física

Ipojucan Dias Campos (Org.)

Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá 2001 a 2011.

Editora: AM: IDSM; Belém: NAEA, 2016

Edila Arnaud Ferreira Moura, Ana Claudeise Silva do Nascimento, Dávila Suelen de Souza Corrêa, Edna Ferreira Alencar, Isabel Soares de Sousa.

Garimpagem e Mineração no Norte do Brasil

Editora: EDUA, 2017

Francilene dos Santos Rodrigues

Territórios e Conflitos: a relação de empresas de mineração com as comunidades em Barcarena

Editora: NAEA/UFPA – 2017

Eunapio Dutra do Carmo

Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais

Editora: UEPA & Fonte Editorial

Ipojucan Dias Campos

Palavras entre rios e ruas: ensaios sobre Literatura na Amazônia

Editora: FCP- Fundação Cultural do Pará, 2016.

Maria de Nazaré Barreto Trindade

Territórios em transformação na Amazônia: Saberes, rupturas e desconstruções

Editora: NAEA/UFPA – 2016

Edna Maria Ramos de Castro (Org.)

Obra Contemplada pelo Premio Literário Dalcídio Jurandir

Coleção Encauchados: 1º Vol. Encauchados 20 anos do Acre para o Mundo

2º Vol. Encauchados na visão da Academia

3º Vol. Encauchados Produção científica e Tecnológica Educacional.

Gráfica: Supercoros

Francisco Samonek; Assunção José Pureza Amaral, Régis Abreu Paiva e Maria Zélia Machado Damasceno



Cidadania Coletiva - Política da Diferença e o Princípio da Participação

Editora. Juruá

Homero Chiaraba Gouveia

Pense Direito: Sujeitos e Atores na Formação da Consciência Jurídica

Editora: Appris

Fabian Serejo Santana

Territórios, Ordenamentos e Representações na Amazônia

Editora: GAPTA/UFPA - 2017

Christian Nunes da Silva, Ricardo Ângelo Pereira de Lima, João Marcio Palheta da Silva.

Crítica da Economia Política da Dívida Pública e do Sistema de Crédito Capitalista

Editora: CRV

José Raimundo Trindade

Postos no Rio Tapajós: o arco do desenvolvimento e da justiça social?

Cartilha – IBASE (RJ) – 2017

Jondison Cardoso Rodrigues

Revista Novos Cadernos NAEA: NCN Vol. 19, n. 3; Vol. 20, ns. 1 e 2

A geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira

ActionAid Brasil e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – 2017

Diana Aguiar

História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais - Estudos Amazônicos

Editorial Cultura Brasil

Violeta Refkalefsky Loureiro.

Amazônia: temas fundamentais sobre o meio ambiente - Estudos Amazônicos

Editora Cultural Brasil

Violeta Refkalefsky Loureiro.

Territórios, Mobilizações e conservação socioambiental

Maria José da Silva Aquino Teisserenc, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Neide Esterici (Orgs.).

São Luis: EDUFMA, 2016.

Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil

Sílvia Lima Figueiredo (Orgs.)

NAEA/UFPA - 2017



Grupos de Trabalhos

II Seminário Internacional América Latina: Políticas
e conflitos contemporâneos

II SIALAT



GT 02

Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

Coordenadores

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Rodrigo Peixoto (PPGSA/UFPA), Pierre Teisserens (Université Paris 13), Flávio dos Santos Gomes (UFRJ), Assunção José Pureza Amaral (UFPA-Castanhal), José Sobreiro Filho (UFPA-Ananindeua), Raifran Abidimar de Castro (IFMA)

Debatedores

Pierre Teisserens (Université Paris 13) e Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

Ementa: Esse GT propõe-se a debater trabalhos sobre realidades e categorias analíticas que discorram sobre instrumentais teórico-metodológicos nos estudos sobre atores locais e como organizam suas redes de atuação políticas, reatualizando as lutas sociais. Olhares cruzados sobre África e América Latina nos remetem à questão da escravidão, da dominação colonial e de diversos tipos de racismo, no passado e no presente latino-americano. Nesse contexto o GT contempla estudos sobre diferentes processos sociais e em que contextos os atores locais desenvolvem lutas sócio-territoriais, mobilizações políticas e movimentos sociais, sejam urbanos, rurais e/ou étnicos na defesa de direitos e na reafirmação de pertencimentos, a exemplo de povos indígenas, grupos quilombolas, camponeses, pescadores e demais comunidades tradicionais, e trabalhadores que tem seus territórios ameaçados sob os impactos de políticas, de empresas e de projetos de desenvolvimento.



Trabalhos completos

GT 02A

II Seminário Internacional América Latina:
Políticas e conflitos contemporâneos

II SIALAT



GT 02 A – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES
SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA • Sala15 - NAEA

Capítulo 1

Dia 27 de novembro de 2017 / segunda-feira

1ª SESSÃO: QUILOMBOLAS: RESISTÊNCIAS E IDENTIDADES

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Eliane O'Dwyer (UFF); José Sobreiro Filho (UFPA); Pierre Teisseren (Université Paris 13); Raifran Castro (IFMA)

Comunicação Oral

1. A LUTA DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO PELO RECONHECIMENTO TERRITORIAL NO ESTADO DO PARÁ

Luana Nunes Bandeira Alves (PPPGD-UFPA)

2. CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZEIRO

Iarinma de Moraes Paula (PGCSPA/UEMA)

3. OS IMPACTOS DA MATRIZ HISTÓRICO-JURÍDICA PRODUZIDA PELAS DIÁSPORAS AFRO-BRASILEIRAS NOS DIREITOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Rodrigo Portela Gomes (UnB)

4. QUILOMBOS NA CENA POLÍTICA: OS EXPERIMENTOS QUILOMBOLAS NO MARANHÃO

Igor Thiago Silva de Sousa (UEMA); Cíndia Brustolin (UFMA)

5. PROCESSOS DE ACESSO À POSSE LEGAL DA TERRA POR COMUNIDADES NEGRAS NO BRASIL E NA COLÔMBIA

Isabel Araujo Isoldi (ECA/USP); Júlio César Suzuki (PROLAM/USP)

6. QUANDO A IDENTIDADE QUILOMBOLA SE TECE NA LUTA: MEMÓRIAS E AGÊNCIAS NA COMUNIDADE DE ROSÁRIO EM SALVATERRA-PA

Elianete de Sousa Guimarães (GEAM/UFPA), Margarete Cléia dos Santos Leal (GEAM/UFPA) e Agenor Sarraf Pacheco (PPGA/ PPHIST/UFPA)

Pôster:

1. ROMPENDO O DIREITO TRADICIONAL: A ATUAÇÃO DA ADVOCACIA POPULAR JUNTO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO BAIXO-PARNAÍBA MARANHENSE

Jordana Letícia Dall Agnol da Rosa (UNDB) e Ruan Didier Bruzaca (UFPB)



GT 02 A – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES
SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA • Sala15 - NAEA

2. LUTA QUILOMBOLA NO JUDICIÁRIO MARANHENSE: TENTATIVAS DE DESLEGITIMAR OS DIREITOS ÉTNICOS E TERRITORIAIS

Arthur Nunes Lopes Martins (UNDB) e Ruan Didier Bruzaca (UFPB)

2ª SESSÃO: QUILOMBOLAS: CONFLITOS E CONQUISTAS

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenadores: Eliane O'Dwyer (UFF); José Sobreiro Filho (UFPA); Pierre Teisserenc (Université Paris 13); Raifran de Castro (IFMA)

Comunicação Oral

1. A FESTA 13 DE MAIO PELO VIÉS DA SEMIÓTICA DO ESPAÇO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA: ATO POLÍTICO QUE EVIDENCIA O CONFLITO TERRITORIAL

Izarete da Silva de Oliveira (PPGCULT/UFT), Elias Silva (PPGCULT/UFT), Súsie Fernandes Santos Silva (PPGCULT/UFT) e Kênia Costa (PPGCULT/UFT).

2. APONTAMENTOS SOBRE UMA ETNOGÊNESE QUILOMBOLA NO AMAPÁ: O CASO DO QUILOMBO ROSA DA PEDREIRA

David Junior de Souza Silva (UFG – UNIFAP), Alecsandro José Prudêncio Ratts (IESA/UFG)

3. “OS PEIXINHOS TOMAM CONSCIÊNCIA”: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES QUILOMBOLAS EM CONCÓRDIA DO PARÁ (1970-1990)

Antônia Lenilma Meneses de Andrade (UFPA) e Luiz Augusto Pinheiro Leal (UFPA)

4. A LUTA PELO TERRITÓRIO E OS DESAFIOS DE AFIRMAÇÃO ÉTNICA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/ MOJU-PA

Ewerton Henrique Lopes Pinto (IFPA)

5. QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS, QUALIDADE DE VIDA E CONFLITOS NO MARAJÓ/PA

Cleiton Lopes Cabral (UnB) e Divanilda Monteiro Porto (ESMAC)

6. CONFLITOS SÓCIO TERRITORIAIS E BUSCA POR TITULAÇÃO EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO NO MARAJÓ

Fabíola Aparecida Ferreira Damacena (UFPA) e Mônica Sena Salgado (UFPA)

7. REFLEXÕES SOBRE OS ASPECTOS LEGAIS ENVOLVENDO A PRÁTICA DA CAÇA NO BRASIL, COM ÊNFASE NA LEGISLAÇÃO REFERENTE À FAUNA E AO SEU USO PRATICADO POR POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Juarez Pezzuti (PPGDSTU/NAEA - PPGZool/UFPA-MPEG - PPGEAP/UFPA) e Gírlan Silva de Sousa (NAEA/UFPA)



GT 02 A – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES
SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA • Sala15 - NAEA

Pôster:

1. NAS TRILHAS DOS QUILOMBOLAS: UM ESTUDO SOBRE CLASSIFICAÇÕES CRIMINALIZADORAS DE ESCRAVOS FUGITIVOS AO REDOR DOS ALGODOAIS MARANHENSES (1755-1810)

Hyda Juliana Pavão Quadros (UFMA) e Luciana Marques Costa Campos (IESF)

2. AS TERRAS DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS NO AMAPÁ: SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA

Mayara Feitosa Teodoro (UNIFAP), Alethea Hamaiana A. de Carvalho (UNIFAP) e Cleiton de Jesus Rocha (UNIFAP)

Dia 28 de novembro de 2017 / terça-feira

1ª SESSÃO: INDÍGENAS: AUTONOMIA E DEFESA DOS TERRITÓRIOS

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Eliane O'Dwyer (UFF); José Sobreiro Filho (UFPA); Pierre Teisserenc (Université Paris 13); Raifran de Castro (IFMA)

Comunicação Oral

1. AUTONOMIA GUARANI CHARAGUA IYAMBAE: A CONQUISTA DO TERRITÓRIO E A LUTA PELA COEXISTÊNCIA DE MUNDOS

Ludmila Ferreira Ribeiro (PRPG-ICAL-UNILA)

2. A CONQUISTA DOS TERRITÓRIOS ZAPATISTAS E A DEMOCRACIA EM ARMAS CHIAPANECA

Alexandre Peixoto Faria Nogueira (UFMA)

3. VILA SURUMU E COMUNIDADE DO BARRO: DIVISÃO E CONFLITOS NA TERRA INDIGENA RAPOSA SERRA DO SOL

Sandra Rodrigues Silva (UFRR) e Gilmara Fernandes Ribeiro (UFRR)

4. AÇÃO TUTELAR COMO MODALIDADE DE GUERRA: APONTAMENTOS SOBRE CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA EXPLÍCITAS NOS RELATÓRIOS FIGUEIREDO E COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Ramiro Esdras Carneiro Batista (UFPA) e Daniel da Silva Miranda (UFPA)

5. NA ÁGUA, O MISTÉRIO; NA TERRA, O ENCANTO: O IMAGINÁRIO *TEMBÉ* COMO MEDIAÇÃO SÓCIO- POLITICA NO CONFLITO POR TERRAS INDÍGENAS NO PARÁ

Lena Cláudia dos Santos Amorim (PPGCS/UFPA)



GT 02 A – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES
SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA • Sala15 - NAEA

6. TERRA INDÍGENA MARÓ E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA GLEBA NOVA OLINDA: UMA OLHAR ETNOGRÁFICO

Ib Sales Tapajós (UFOPA)

Pôster:

1. A GEOTECNOLOGIA COMO FERRAMENTA PARA O RECONHECIMENTO DO DIREITO A POSSE DO TERRITÓRIO DO POVO MURA DO RIO ITAPARANA

Matheus Pinto de Souza (UEA)

2. UMA LUTA POR RECONHECIMENTO: O CASO GAMELA (MA)

Elane Patrícia Andrade Oliveira (UFMA) e Vitor Sampaio Soares (UFMA)

2ª SESSÃO: INDÍGENAS: AUTONOMIA E DEFESA DOS TERRITÓRIOS

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Eliane O'Dwyer (UFF); José Sobreiro Filho (UFPA); Rodrigo Peixoto (UFPA); Pierre Teisserenc (Université Paris 13); Raifran de Castro (IFMA)

Comunicação Oral

1. O TERRITÓRIO E A INDIANIDADE TEMBÉ: ALIANÇAS, CONFLITOS E ORGANIZAÇÃO INTERNA NO GUAMÁ E NO GURUPI

Vanderlúcia da Silva Ponte (UFPA)

2. INTERPRETAÇÃO SOBRE O DIREITO DE AUTONOMIA INDÍGENA NO MÉXICO: O CASO DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DE OSTULA

Isabella Cristina Lunelli (PPGD/UFSC)

3. CAMPOS TRANSTERRITORIAIS NO PROCESSO DE R-EXISTÊNCIA DECOLONIAL DE POVOS INDÍGENAS

Marcos Vinícius da Costa Lima (PPGEO/UFF – NuFi/UEPA)

4. MOVIMENTO INDÍGENA TRANSNACIONAL NA PAN-AMAZÔNIA: A LUTA ENTRE COICA E IIRSA

Deyvini Reis (UFPA), Alberto Teixeira da Silva (UFPA) e Aline Rafaela (UFPA)

5. O PASSADO E O PRESENTE ENTRE O POVO PALIKUR-ARUKWAYENE: REFLEXÃO SOBRE IDENTIDADE E TERRITÓRIO ENTRE POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Kelton Lima Monteiro Mendes (UFPA) e Ramiro Esdras Carneiro Batista (UFPA)



GT 02 A – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES
SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA • Sala15 - NAEA

6. RESISTÊNCIA INDÍGENA NA VOLTA GRANDE DO XINGU: BELO MONTE, BELO SUN E OS POVOS JURUNA E ARARA ENTRE VIOLAÇÕES, LUTAS E DIREITOS

Estella Libardi de Souza (UFPA)

Pôster:

1. A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS INDÍGENAS NOS PROCESSOS DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA

Liara Bambirra (UNIRIO) e Caio Frizzera (UNIRIO)

2. A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL: DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS SOB AMEAÇA

Raysa Antonia Alves Alves (FAD-UFPA) e Flávia do Amaral Vieira (PPGD-UFPA)

Dia 29 de novembro de 2017 / quarta-feira

1ª SESSÃO: GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS E A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Eliane O'Dwyer (UFF); José Sobreiro Filho (UFPA); Rodrigo Peixoto (UFPA); Pierre Teisserenc (Université Paris 13); Raifran de Castro (IFMA)

Comunicação Oral

1. O “PROJETO MOATIZE” E O DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DAS POPULAÇÕES LOCAIS EM MOÇAMBIQUE: UM OLHAR SOBRE AGENTES, AÇÕES E PRÁTICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS

Albino José Eusébi (PPGSA/UFPA) e Sônia Barbosa Magalhães (PPGSA/UFPA)

2. CONGO: QUESTÕES GEOPOLÍTICAS

Dante Severo Giudice (GEPOGEO/UCSAL), Vera Lúcia Santos de Jesus (GEPOGEO/UCSAL), Christiane Silva (GEPOGEO/UCSAL) e Michele Paiva Pereira (GEPOGEO/UCSAL)

3. TERRITÓRIO CAMPONÊS E FORMAÇÃO HUMANA: O CAMPO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CEARÁ/BRASIL

José Filho Araújo Santos (UECE) e Liana Brito de Castro Araújo (UECE)

4. MOVIMENTOS SOCIAIS, GRANDES PROJETOS E REDES DE MOBILIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DESDE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Lucas Milhomens (UFAM – UNICAMP)



GT 02 A – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES
SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA • Sala15 - NAEA

5. PARADIGMA EPISTÊMICO DO CAMPO E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: APORTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Lia Pinheiro Barbosa (PPGS-UECE)

6. ESTRATEGIAS COLONO-CAMPESINAS PARA LA RETERRITORIZACIÓN EN RE-EXISTENCIA EN LAS FRONTERAS INTERNAS COLOMBIANAS

Lina María Hurtado Gómez (UFF)

Pôster

1. UTOPIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: A LUTA CONTRA O FECHAMENTO DE ESCOLAS RURAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Josiane Nascimento da Silva (UFPA)

2. MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO DO CAMPO E O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA/BRASIL EM DISPUTA: UM ESTUDO SOBRE A EXPERIÊNCIA DO MST SOB O ENFOQUE DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

Daniel de Lima Arruda (UEPA); Luzia Camila Silva dos Santos (UEPA); Maycom Douglas F. do Nascimento (UEPA)

2ª SESSÃO: MOVIMENTOS SOCIAIS E DEFESA DOS TERRITÓRIOS

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenadores: Eliane O'Dwyer (UFF); José Sobreiro Filho (UFPA); Rodrigo Peixoto (UFPA); Pierre Teisserenc (Université Paris 13)

Comunicação Oral

1. A QUESTÃO MINERAL NA AMÉRICA LATINA: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SÓCIO-TERRITORIAIS NO BRASIL E NO MÉXICO

Sergio Murilo Pinheiro Barbosa (PPGS-UECEA) e Mônica Dias Martins (PPGS-UECEA)

2. EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: ATORES E LUTAS NO CONTEXTO DE CATALÃO (GO)

Jairison da Paixão e Costa (UFG/RC) e Paulo Henrique Kingma Orlando (UFG/RC)

3. DAS AGROESTRATÉGIAS ÀS FORMAS DE RESISTÊNCIA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM OLHAR SOBRE A LUTA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO INTERIOR DO MARANHÃO

Poliana de Sousa Nascimento (UFPE)



**GT 02 A – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES
SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA • Sala15 - NAEA**

4. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS OCASIONADOS PELA MONOCULTURA DO EUCALIPTO EM IMPERATRIZ – MA

Filipe da Cunha Gomes (PGCSPA/UEMA)

5. QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU: MOVIMENTO SOCIAL E RESISTÊNCIA

Herbertt dos Santos Lima (UFPA) e Jurandir Santos de Novaes (UFPA)

6. ESTRUTURAÇÃO DO MAB NA PARAÍBA

Fernando Garcia de Oliveira (UFCEG)

Pôster

1. ATIVIDADE PESQUEIRA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL: O CASO DAS COMUNIDADES IGARAPÉ GRANDE, JOÃO PILATOS E CAJUEIRO

Janise Maria Monteiro R. Viana (UFPA), Sérgio Cardoso de Moraes (UFPA) e Jamerson Monteiro Rodrigues Viana (EMATER)

2. A LEGITIMIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO ALTO RIO GUAMÁ: MUNICÍPIOS, AGRICULTORES E INDÍGENAS EM QUESTÕES TERRITORIAIS

Fabio Luciano Melo de Sousa Alves (UFPA) e Maria Madalena dos Santos do Carmo (UFPA)

**GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais:
olhares sobre a África e a América Latina****CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZEIRO**

Iarinma de Moraes Paula(UEMA)¹
i.moraispaula@hotmail.com

RESUMO

No presente estudo é discutido como os agentes sociais de Cruzeiro/Triângulo constroem sua identidade específica e como em meio aos conflitos que surgem com os que disputam o território essa identidade é acionada como estratégia de resistência e defesa de sua territorialidade. Para debater os processos de disputa pelo território que ocorreram/ocorrem ao longo da história. Analiso, os efeitos das práticas repressivas e como os agentes se mobilizam para defesa de seu território. A problemática que deu base à pesquisa busca identificar como as tensões sociais inviabilizam a reprodução social do grupo e quais estratégias de resistências são acionadas em meio às experiências de conflitos.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais, Conflitos e Resistências.

1. INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas passaram a ter visibilidade diante do Estado nacional a partir de 1988 através da constituição federal. A inserção desse segmento social no texto constitucional e o reconhecimento formal das pluralidades existentes na sociedade brasileira são frutos de lutas políticas. Porém, a conquista de tais direitos formais não traduz uma efetivação e garantia da reprodução dessas comunidades quilombolas, tendo em vista, que os direitos étnicos por vezes, não são aplicados na prática.

No Brasil, atualmente muitas comunidades se encontram em processo de luta perante o Estado, e a nível local se encontram em situação de conflito com latifundiários, empresas e grupos economicamente fortes. O Maranhão é palco de diversos conflitos no campo, dentre esses conflitos destaco a comunidade quilombola de Cruzeiro que tem vivenciado experiências de conflito que causam efetiva reprodução social da comunidade.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA; Mestranda em Cartografia Social e Política da Amazônia – PGCSA/UEMA, Brasil i.moraispaula@hotmail.com.



Assim, é notório que as relações de poder delineadas no meio rural e os conflitos que persistem desde o período colonial se apresentam como campo de investigação das ciências sociais e de outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, as experiências de conflitos de Cruzeiro/Triângulo e as estratégias que são usadas para resistir é o que abordo nesse estudo.

A comunidade quilombola de Cruzeiro/Triângulo, situada na baixada maranhense, se organiza no território socialmente construído. A comunidade quilombola de Cruzeiro/Triângulo é dotada de singularidades. Isso se expressa pela sua historicidade própria, pelas práticas cotidianas transmitidas de geração para geração, pelos saberes, pelo uso de forma coletiva das terras e pelos conhecimentos práticos sobre manejo e produção na terra. As tensões que permeiam a comunidade quilombola de Cruzeiro/Triângulo se traduzem nas relações com o fazendeiro local, com o Estado (na busca pelo reconhecimento do território) e agentes locais que não se autodefinem enquanto quilombolas.

A lógica de apropriação da territorialidade² (Almeida, 2009) pelos agentes sociais (Bourdieu, 1989)³ que se identificam enquanto quilombolas é singular, e, nesse campo de disputa outras lógicas de apropriação se opõem a lógica da comunidade, ocasionando assim, conflitos. Com base nisso, busco então trazer para reflexão os efeitos das práticas repressivas cometidas pelos antagonistas e como isso é sentido na comunidade pelos agentes sociais, situando como mediante os conflitos se acionam estratégias de resistências (Scott, 2000)⁴.

2. O DIREITO AO TERRITÓRIO AS COMUNIDADES “REMANESCENTES DE QUILOMBO”

O texto constitucional que faz referência à política étnica que aponta o Estado como responsável pela titulação dos territórios das “comunidades remanescentes de quilombo”⁵ trouxe para análise a própria nomenclatura utilizada no texto constitucional.

²Apoio-me em Almeida para pensar a territorialidade ao apontar que “A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes”. (ALMEIDA, 2009, pag. 39)

³ O termo é inspirado em Bourdieu “falo em agentes e não em sujeitos(...)Os agentes sociais, tantos nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que os escapam. Nos jogos mais complexo (...) eles investem os princípios incorporados de um habitus gerador. (BOURDIEU, 1990, pag. 21).

⁴Termo utilizado no que Scott trabalha acerca do conceito de resistência, pensando em relação a resistência material e a resistência simbólica, e sobre como os discursos ocultos são estratégias geradas pelos que estão em condição de subordinação para resistir e anunciar sua vontade de romper com a ordem dominante existente.

⁵ Utilizo este termo é usada somente para explica-lo enquanto denominação jurídica. Ao longo do trabalho faço uso da categoria “comunidade quilombola”, tendo em vista que está é uma denominação social dada pela comunidade que pesquiso.



A denominação “remanescentes de quilombo” supõe que essas comunidades seriam “resquícios” ou “restos” do que se entendia como conceito de quilombo no passado, onde a ideia de quilombo estava atrelada a negros/as fugidos/as que viviam no interior das matas. Foi necessário, assim, uma ressemantização da conceptualização de “quilombo”. Sobre isso Almeida assinala que:

A redefinição do conceito de quilombo se mostra assim como mecanismo de resistência “quilombo como possibilidade de ser, constitui uma forma mais que simbólica de negar o sistema escravista. É um ritual de passagem para a cidadania, para que se possa usufruir das liberdades civis. Aqui começa o exercício de redefinir a sematologia, de repor o significado, mantido sob glaciação ou frigorificado no senso comum erudito”. (ALMEIDA, 2011).

Assim, como foi (re)construído o conceito de “quilombo”, os direitos a titulação dos territórios dessas comunidades específicas - hoje assegurados constitucionalmente – são também construídos. Esses direitos, amparados constitucionalmente, são frutos de processos de luta política.

A construção dos direitos as comunidade quilombolas aconteceu mediante um processo gradual de luta por parte de movimentos e agentes sociais que buscavam o reconhecimento legal das pluralidades existentes e a formulação de políticas que regulamentassem os territórios historicamente ocupados por esses agentes com identidade própria.

As pressões de agentes sociais e grupos organizados proporcionaram no fim dos anos 80, através da promulgação constituição federal, o reconhecimento do caráter pluriétnico e multicultural da sociedade brasileira. Assim, legalmente, os direitos as comunidades quilombolas foram reconhecidos a partir de 1988, no entanto, ainda é necessário que tais grupos lutem para sua efetivação.

Os processos de mobilização promovidos pelas agentes sociais foram indispensável para conquista de alguns direitos, exemplo disso, é o artigo 68 do ADCT que institui o direito ao território as “comunidades remanescentes de quilombos”.

O direito ao território foi formalizado pelo Estado por através do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que determina: “*Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*”. Diante de tal reconhecimento as comunidades quilombolas, assim como Cruzeiro/Triângulo ainda enfrentam diversos desafios para a titulação de seus territórios.



No processo de luta pela efetivação da titulação do território, em Cruzeiro/Triângulo a demora em titular a territorialidade é um enfrentamento que causa danos aos agentes que necessitam do território para sua reprodução social. Nesse sentido, um dos planos do conflito se expressa face ao Estado. A agente social Thereza Bittencourt aponta que:

“O que mais prejudica é as derrubada das roça, e a outra como é que se diz, é.., o lentamento do governo, do Incra, porque esse processo do Incra vem se arrastando desde 2008, então isso é que vem prejudicando a gente”. (Agente social Thereza Bittencourt, entrevista realizada em sua residência no distrito de Cruzeiro em 13/06/16).

No campo de tensão em que o Estado se “responsabiliza”, pela garantia dos direitos étnicos, outras tensões também podem ser desencadeadas, na comunidade de cruzeiro, em um embate mais local, as relações se tornaram ainda mais conflituosas com a presença do fazendeiro Manoel Gentil que restringiu parte do território, inviabilizando a reprodução do grupo.

Após fazer o debate sobre como foi conquistado os direitos de titulação dos territórios das comunidades quilombolas, nos tópicos seguintes discuto como a identidade é construída pelos agentes sociais de Cruzeiro/Triângulo, assim como as experiências de conflitos e as estratégias de resistência acionadas por esses agentes sociais.

3. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZEIRO/TRIÂNGULO

O reconhecimento formal do território, através da titulação, é valorizado pelos agentes sociais, pois este “[...] não é apenas um espaço, mas um lócus dotado de simbolismo e significado, onde estes grupos vivem e trabalham”. (Almeida, 2008).

Os agentes sociais de Cruzeiro/Triângulo constroem sua identidade em condensação com a luta política. A identidade é construída pelos agentes sociais por critérios diversos. Mas como cada agente se constrói está intrinsecamente relacionada com a luta política que se expressa pelo reconhecimento territorial é o fator que da coesão ao grupo.

A construção da identidade própria não pode ser pensada desvinculada do processo de territorialização. Nesse sentido, a comunidade quilombola de Cruzeiro – que possui saberes e práticas próprias - atualmente se organiza politicamente para garantir seus direitos territoriais e demais políticas públicas perante o Estado, visando o reconhecimento territorial, já que este é essencial para a reprodução social do grupo.



3.1. “Os mais velhos sempre criaram os filhos onde hoje é o território de conflito”: uma descrição da construção da identidade em cruzeiro/triângulo

A narrativa feita por uma das agentes sociais de Cruzeiro/Triângulo onde aponta que “os mais velhos sempre criaram os filhos onde hoje é o território de conflito”, expressa que o território foi ocupado por gerações anteriores, esta frase demarca também o acirramento dos conflitos, que é apontado nas narrativas a partir da “compra” pelo fazendeiro Manoel Gentil em 2008 e que persistem até hoje.

A afirmação identitária dar-se-á de formas diferenciadas dentro da comunidade, alguns agentes constroem sua identidade referidos ao passado e a sua ancestralidade, outros ao fato de estar no território e nele produzir, outros ao modo que se relacionam com a ecologia e com os seres místicos que habitam a territorialidade. Os fatores podem se entrelaçar na construção identitária de cada agente social. Mas o ponto decisivo na afirmação da identidade e que une a todos é a luta política por reconhecimento.

Com base na discussão acima acerca da identidade trago as narrativas de alguns agentes sociais. A agente social Deuziane afirma sua identidade a partir do uso da terra e de sua permanência no território “*eu sou quilombola porque moro e trabalho na terra, não é porque sou descendente de escravo não*”. (Agente social Deuziane Silva, entrevista realizada em sua residência em 10 de Abril de 2017). Já o Agente social José Carlos (Zeca) ao se auto afirmar enquanto quilombola aciona sua ancestralidade “*pois eu já acho que nossa força está no fato de ser descendente de escravo, porque se a gente fosse descendente de rico, a gente não tinha a força que tem hoje*” (Agente social José Carlos). As falas Os critérios para se acionar a identidade podem variar, mas a identidade enquanto quilombola é partilhada por todos.

Na afirmação da identidade e de como os agentes se constroem referidos a uma territorialidade específica, são acionados a memória, as formas que se apropria do território, o uso dos recursos, a relação com os encantados da localidade. O território tem dimensões materiais e simbólicas que estão condensadas com a construção da identidade. A foto abaixo ilustra os locais tidos como sagrados e pertencentes aos encantados:



Fonte:

Paula, I. 2016 Fonte: Paula, I. 2016

Em Cruzeiro/Triângulo a identidade é afirmada com significado de resistência onde reitera as particularidades na relação com o território. A forma de apropriação do território se diferencia do seu antagonico. Na pesquisa, observo que a identidade é fortalecida quando as disputas são acirradas. Demonstrando sua relação com a luta política. A relação da identidade com o território historicamente construído é apontada na fala do agente social Raimundo Nonato:

Pesquisadora: se chegassem pro senhor perguntando, você faz parte de uma comunidade quilombola o que você responderia?

Raimundo Nonato: que faço, sou, por que trabalho dentro das terras, eu tô chegando agorinha do cercado, da roça, nasci dentro dessas terras e vou morrer dentro delas. (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada em sua residência no distrito de Triângulo em 12/06/16).

Ao afirma sua identidade o agente social Raimundo Nonato aponta a roça como fator que está atrelado a sua identidade, além de demonstrar o sentimento de pertencimento ao afirma que sua vida será concluída no território. Entender a roça e seu significado para o grupo é o que farei no tópico seguinte.

3.2. Os caminhos da roça: formas de apropriação e produção no território social de Cruzeiro/Triângulo

Na comunidade quilombola de Cruzeiro/Triângulo o preparo e manejo da terra acontecem de forma coletiva, ou seja, todos participam das etapas de produção dos alimentos no território. Isso não significa que o que se produz não é delimitado para cada agente social. Abaixo alguns agentes sociais apontam que os processos desenvolvidos para o cultivo de alimentos são feitos de forma coletiva.

Pesquisadora: E pra plantar como funciona?

Thereza: Planto todo mundo junto, cada dia planta o de um, assim que é.

Thereza: Eu limpo o meu, fulano limpa o dele, mas todo mundo na troca.



Pesquisadora: E a colheita?

Thereza: A colheita também funciona da mesma forma. A capina também da mesma forma, é todo mundo junto, agrupado. (Agente social Thereza Bittencourt, entrevista realizada em sua residência no distrito de Cruzeiro em 13/06/16).

Pesquisadora: Vocês preferem plantar todos juntos Domingas?

Domingas: Hurum, isso, porque fica só numa área. Fica melhor.

Pesquisadora: Quanto tempo você trabalha de roça?

Domingas: Ah faz muito tempo, faz muito tempo, comecei a trabalhar com papai desde criança e até hoje graças a Deus. (Agente social Domingas Bertolha, entrevista realizada em sua roça localizada em Triângulo, 13/06/16).

Observe que as agentes sociais em suas falas demonstram o sentimento de solidariedade ao longo de todo o processo produtivo. E que em todas as etapas o trabalho é feito em sistema coletivo. A agente social, Domingas Rodrigues, aponta ainda que essa atividade é desenvolvida à bastante tempo por ela. A foto abaixo mostra uma das áreas onde é utilizado no sistema coletivo.



Fonte: Paula, I. 2016



Fonte: Paula, I. 2016

O trabalho coletivo na comunidade de Cruzeiro gera práticas de reciprocidade e união da força de trabalho nos ciclos produtivos, esta prática solidária na realização das tarefas da roça visa alcançar um objetivo comum do grupo.

As roças podem ser denominadas pelos agentes sociais como “de toco” ou “revirada”. A sua diferenciação é explicada:

Pesquisadora: Como é a plantação no toco?

Raimundo: Tinha que mandar roçar, queimar e plantar, não revirar a terra

Pesquisadora: Ah sim

Raimundo: Cerca era só passar o arame pra mode não entrar bicho passageiro.

Pesquisadora: Ah tá

Raimundo: A mandioca é eu pegando e plantando, quando eu rancar todinha a mais velha eu já planto tudo de novo, vou tirando uma vou botando outra, assim é que é.

Pesquisadora: A revirada que você fala é como?

Raimundo: A adubada, aradada. A de toco é queimada e plantada sem arada.



Pesquisadora: Entendi.

Raimundo: Eu ainda não tinha te dado essa dica. É porque a revirada tem que esperar, porque tem de revirar a terra, a terra quando revira botar de novo tudo só numa época e eu tô botando assim no toco, sem ser revirada, a mandioca da bom com a terra revirada né, mas também se você tive só aquele pedaço quando arrancar todinha, pra torna revirar pra plantar ai não pode fitar a mandioca, porque aqui tem aquele negocio de tirar uma carga ai quando você terminar de comer essa aquela que ficou já tá grande, tá vendo? É assim é que é.

Pesquisadora: então vocês deixam a mandioca na terra?

Raimundo: vai deixando, fica mermo crescendo, você entendeu?

Pesquisadora: sim. (Agente social Raimundo Nonato, entrevista realizada em sua residência no distrito de Triângulo em 12/06/16).

No dialogo com este agente social é observado também à aplicação de saberes práticos usados pelos agentes sociais de Cruzeiro/Triângulo a prática de fintar⁶ a mandioca é exemplo disso.

Ao explicar o processo de produção no território não procuro afirmar que a roça se restringe somente a isso. A roça está entrelaçada com outras dimensões e tem caráter simbólico que extrapola o sentido físico.

A forma de manejo, a preocupação com ambiente natural, o que a ecologia local representa, as simbologias construídas no território e os laços de parentesco e de amizade que remetem a um passado comum indicam que a comunidade quilombola de Cruzeiro é dotada de particularidades que a diferencia do modo de vida capitalista.

Os conhecimentos sobre o ambiente e como se produzir no território é orientado pelas interações construídas historicamente. Compreendendo técnicas próprias de manejo e percebendo o território de forma singular, esses conhecimentos são passados de geração em geração através das práticas cotidianas de relação dos agentes sociais.

Assim, a comunidade quilombola de Cruzeiro/Triângulo se apresenta como um grupo ligado historicamente e socialmente em que a maioria das atividades são desenvolvidas de forma coletiva, visando a proteção e defesa do território e dos agentes sociais, já que esta comunidade se encontra em conflitos.

As experiências de conflito e algumas das estratégias de resistência é o que analiso no tópico seguindo. As reflexões são direcionadas a como as estratégias de resistências estão em condensação com a afirmação identitária, que vigora mediante as situações de conflito.

⁶Prática usada para deixar crescer na terra, consiste no armazenamento *in natura* da mandioca que é plantada. Com essa prática é possível ter um reservatório do alimento durante todo o ano, sem precisar repetir o plantio.



4. AS EXPERIÊNCIAS DE CONFLITOS E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NA LUTA PELO TERRITÓRIO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZEIRO/TRIÂNGULO

Os conflitos em Cruzeiro/Triângulo são permeados por práticas violentas que interferem na reprodução social do grupo. Porém mediante as experiências de conflitos o grupo construiu elementos para resistir e lutar pelo território.

As divergentes formas de apropriação da natureza é um dos elementos que propiciam os conflitos no meio rural, esse fato observado em Cruzeiro/Triângulo. como observa Haesbaert “o território “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2006, p. 96). Nesse sentido, as disputas vão além do material, se expressam também na luta pela apropriação das dimensões “ambientais” do território.

Em Cruzeiro a relação quilombolas com a ecologia é permeado por simbologias e laços de afetividade. O território permite a manutenção das relações sociais e culturais, e é da terra que os agentes sociais tiram seu sustento. Desse modo, o território se traduz na dimensão material e simbólica.

No território de Cruzeiro os conflitos ambientais⁷ são protagonizados entre o grupo quilombola que luta pela preservação ecológica, pois percebem o território por dimensões que extrapolam o físico e o fazendeiro que percebe a terra apenas como um instrumento de lucro.

Os conflitos no território foram reforçados a partir da tentativa da utilização da cerca em parte do território que era utilizado pelos agentes sociais para extrativismo vegetal, produção e para prática da pesca, além do fator simbólico que essa parte que foi cercada representava. O agente social aponta que isso ocorreu a oito anos atrás, quando e uma parcela do território estava sob domínio de Manoel Gentil.

Luís Alberto: Tá com oito ano, que esse conflito pegou, porque quando o povo, quando ele [refere-se a Manoel Gentil] veio, cercaro, o pessoal se manifestaro e dissero que se ele cercasse ia arrancar arame, arrancar estaca, ai ele não cercô, mas aí ele fico, deixo o pessoal trabaia, quando o pessoal trabaia, quando o pessoal trabaiairo que a roça tava no ponto de rancar.

Pesquisadora: sim.

Luís Alberto: doze hora do dia, um rapaz chego, rapaz tão tocando fogo na roça de vocês, era carro de policial que era de Cajapio, São João Batista, de

⁷Termo baseado no que explica Acselrad afirma que conflitos ambientais são “Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos “. (ACSELRAD, 2004, pag. 26).



Pinheiro, de São Bento, Perimirim e Palmerândia foro acompanhar ele [...]
]Quando os dono chegaro a roça não tinha mais jeito tava tudo queimado,
mandioca toda no ponto de apurar, foi no mês de, de, de agosto, final de
agosto pro mês de setembro.

Pesquisadora: então vocês perderam a produção? *Luís Alberto:* perdero toda
a roça, foi todinha que nem deu pra fazer farinha. aí começo o conflito.
(Agente social Luís Alberto, entrevista realizada em sua residência localizada
no distrito de Centrinho, 13/06/16).

A narrativa do agente social traz para debate outro conflito que inviabiliza a reprodução social do grupo, que é a destruição sistemática das roças. Essa prática é percebida pelos agentes sociais como estratégia do fazendeiro para desestruturação do meio material (que é o que se produz através das roças) e o meio simbólico (que é o caráter que essa representa), já que através das roças reforça-se laços de solidariedade e coesão e é a partir do que se produz nela que as festividades são organizadas, como é o caso da festa da melancia.

As ações violentas ocasionadas pelo fazendeiro cujo os interesses são divergentes daqueles que ocupam o território historicamente é relatada a seguir por alguns entrevistados, todos apontam que a queima de roças é a prática que mais prejudica o grupo.

“Eu mermo quando Manoel pegou a primeira liminar com um juiz e de São Bento, que ele chegou queimando nossas roça, derrubando barraco [*ele se refere aos pontos feitos na beira da BR para venda daquilo que é produzido*] e eles falaro que minha casa era um barraco, levo até a máquina que era pra derribar, ai o promotor disse aqui ninguém derruba que é uma residência”.
(Agente social José Carlos, entrevista realizada em sua roça localizada em Triângulo, 13/06/16, grifos meus)

“O que mais prejudica é as derrubada das roça, e a outra como é que se diz, é.., o lentamento do governo, do Incra, porque esse processo do INCRA vem se arrastando desde 2008, então isso é que vem prejudicando a gente”.
(Agente social Thereza Bittencourt, entrevista realizada em sua residência no distrito de Cruzeiro em 13/06/16).

Outro ponto que merece destaque é a agente social Thereza indicar que a falta de titulação do território intensifica os conflitos e agrava ainda mais a vulnerabilidade social em que se encontra o grupo. A não efetivação das políticas que amparam as comunidades quilombolas através da titulação de terras, da educação específica para essa população é apontada como algumas das causas dos conflitos existentes em Cruzeiro. Além disso, o uso de táticas de intimidação e as ameaças de não concessão a terra aos quilombolas pelo fazendeiro causa efeitos em várias esferas da vida social na comunidade de Cruzeiro.

Com a restrição ao território as áreas de cultivo disponíveis atualmente são insuficientes às necessidades do grupo e, além disso, atingiu a autonomia produtiva das famílias, possivelmente interferindo na própria autoimagem do grupo, já que esta está



vinculada a reprodução cultural e física. Esta insegurança, devido os conflitos promoveu o crescimento do êxodo rural, representado principalmente pela população jovem. Portanto, os conflitos com o fazendeiro acarretaram diversos efeitos para os “remanescentes de quilombo” de Cruzeiro, destacando-se principalmente a destruição da produção agrícola que corresponde o meio em que grande parte utiliza para manter as necessidades básicas humanas. Já a demora para finalização do processo de titulação do território é percebida como um dos pontos que proporcionam a extensão das disputas.

Os processos exploratórios e expropriatórios vivenciados pelos que ali resistem e que foi sentido nas diversas esferas da vida dos agentes sociais, propiciou a formulação de estratégias de proteção e resistência na comunidade. Uma das conquistas alcançadas observável é a manutenção.

O sentimento de insegurança física e produtiva em decorrência das ações violentas promovidas pelo fazendeiro, também possibilitaram a integração da luta política pelo território. A identidade com significado de resistência onde sua afirmação insurge com meio de confirmar suas particularidades e seus direitos. Sobre isso Almeida assinala que:

O fato étnico aparece como o componente que assegura a garantia de titulação definitiva das terras. E é a partir dele que o grupo social se reestrutura e consolida sua identidade coletiva em confrontação com seus tradicionais antagonistas, ou seja, os grandes “proprietários” fundiários que usurparam suas terras. (ALMEIDA, 2011, pag. 53).

O cultivo de forma coletiva também é uma das estratégias para continuar produzindo mesmo mediante o conflito, pois este se apresenta como um meio que pode diminuir os riscos do conflito direto entre o fazendeiro (com seus “jagunços”) e os autoafirmados. O agente social José Carlos aponta que:

Oia, porque se eles encontra a gente junto, eles não mexe com a gente, ai a gente planta em grupo, agora se encontra um companheiro só eles pode mexer, né? (Agente social José Carlos, entrevista realizada em sua roça localizada em Triângulo, 13/06/16).

As chamadas retomadas, também são estratégias de resistência que tem como propósito recuperar partes do território que está sob domínio do fazendeiro. Nessa tática de resistência, são construídos barracões que além de buscar recuperar o território são espaços que tem dimensão simbólica, já que esses locais são usados para narrar histórias, dividir saberes, promover festas.



Desse modo, a comunidade quilombola de cruzeiro/Triângulo usa as práticas cotidianas, o espírito de coletividade - típico de comunidades quilombolas – como forma de resistir e lutar para construir caminhos ao reconhecimento das pluralidades e de seus benefícios, que atualmente não é concedido à comunidade de Cruzeiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em tudo que foi discutido, é inegável que a construção do território está em relação com a afirmação da identidade, já que os agentes sociais se constroem em relação à territorialidade. A preocupação com a preservação do sistema ecológico traduzidas na pretensão de reflorestamento do território que hoje está sob domínio do fazendeiro, demonstram a relação com a territorialidade.

A forma de apropriação, manejo e uso do território (nas esferas materiais e simbólicas) confirmam que tais grupos étnicos, especificamente o Cruzeiro/Triângulo, necessitam do território para a manutenção da vida cotidiana, sendo este essencial para a perpetuação dos grupos que se distinguem na sua forma organizativa das sociedades capitalistas.

Por fim, a partir das análises na comunidade quilombola de Cruzeiro/Triângulo verifico que as experiências de conflito que ocorrem ao longo dos anos inviabilizam a reprodução social do grupo e acarretando efeitos que são sentidos na esfera social da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombolas e novas etnias. In. Quilombos: sematologia face a novas identidades –Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Azevedo (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural, 2009, pp. 39-66. Vol. II.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto. Manaus. 2. Ed. Manaus: PPGSCA/PNCSA, 2008. (Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico, vol. 2).

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e as Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1989.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SCOTT, J. C. Los dominados y el arte de la resistencia. México: Ediciones Era, 1990.



GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olha sobre a África e a América Latina

OS IMPACTOS DA MATRIZ HISTÓRICO-JURÍDICA PRODUZIDA PELAS DIÁSPORAS AFRO-BRASILEIRAS NOS DIREITOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Rodrigo Portela Gomes(UnB)¹
rodrigoportelag@gmail.com

RESUMO

Em regra os trabalhos que tematizam no campo jurídico os direitos das comunidades quilombolas, desenvolvem suas discussões sob o enfoque da(in)efetividade do art. 68 do ADCT. Apontam que os problemas residem na suposta controvérsia textual quanto à definição e delimitação do que são as comunidades remanescentes de quilombos e os seus respectivos territórios. Apesar de considerar importante esse tipo de abordagem, acredito que ela não enfrenta uma questão central para o entendimento dos direitos das populações negras, e, que é constitutiva das relações sociais no Brasil, a desigualdade racial. Uma leitura da constituição que não leve à raça a sério, além de reivindicar uma história-oficial – estruturada na ideologia da democracia racial e miscigenação – também não da conta da agência negra empreendida ao longo da história constitucional brasileira, reduzindo a potencialidade normativa que a historiografia crítica dos quilombos pode oferecer para a compreensão dos direitos fundamentais da população negra no presente. Por meio de mapeamento prévio identifiquei que os trabalhos deste campo têm sido orientados: a) por um discurso hegemônico que procura apagar o racismo, o escravismo e o colonialismo como constitutivos do direito na modernidade; b) por uma unicidade na referência à historicidade constitucional, na ideia homogeneizante de nação que oculta outras narrativas da constituição dos direitos, inclusive das populações negras como sujeitas de sua própria história. O presente trabalho aponta que a invisibilização da história dos quilombos, na sua luta por liberdade, igualdade e acesso a terra, impede o redimensionamento desses direitos em bases mais plurais e democráticas.

Palavras-chave: matriz histórico-jurídica das diásporas afro-brasileiras; direitos fundamentais das comunidades quilombolas; disputa da história constitucional brasileira;

1. INTRODUÇÃO

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade de Brasília (UnB), Brasil. Integrante dos grupos Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro – Maré/UnB, Centro de Estudos de Desigualdade e Discriminação – CEDD/UnB e Desafios do Constitucionalismo/UnB. Advogado Popular na Associação de Assessoria Técnica Popular em Direitos Humanos – Coletivo Antônia Flor.



Este trabalho se desenvolve a partir de uma reflexão ainda incipiente quanto à potencialidade que a matriz histórico-jurídico das diásporas afro-brasileiras tem para uma questão: a (in)efetividade dos direitos territoriais das comunidades quilombolas pós-1988, particularmente quanto ao art. 68 do ADCT. Início o trabalho com uma análise da produção discursiva sobre os quilombos no campo jurídico, mediante uma sistematização de como as comunidades quilombolas foram abordadas no período colonial, imperial e republicano. E finalizo a primeira seção com um apontamento importante para o desenvolvimento da tese apresentada, trata-se de uma ausência da reflexão sobre a raça ou o racismo na constituição dos direitos na modernidade, notadamente nas demandas que envolvem as populações negras. Isso é resultado de uma matriz histórico-jurídica que apaga a agência negra na luta por liberdade, igualdade e acesso a terra, e, que se mantém silente sobre a tensão racial constitutiva de nossa história, ao reivindicar uma história que é conduzida pela ideia de nação miscigenada onde as raças convivem harmonicamente.

Em um segundo momento aposto no movimento de revisão crítica dessa matriz histórico-jurídico predominante na narrativa constitucional, movimento protagonizado pelo pensamento negro contemporâneo, que é possível tensionar às meta-narrativas sobre história constitucional com as contribuições oriundas da revisão crítica sobre a historiografia da escravidão e da trajetória-experiência dos quilombos, as quais apontam para o sentido político e as múltiplas relações sociais que o negro empregou na história do Brasil. Concluo o presente trabalho indicando que as produções histórico-jurídicas das diásporas afro-brasileiras são uma chave de análise capaz reposicionar a raça como categoria substancial para pensar o direito, ou seja, o racismo como problema que atravessa o nosso constitucionalismo. E que o art. 68 do ADCT é um ponto de fissura nessa narrativa-oficial, pois nos provoca a revisar criticamente a história constitucional desloca-la sobre o ponto de vista de outras narrativas como a trajetória-experiência dos quilombos que resultou não apenas na inscrição do artigo no texto constitucional, mas em uma história de luta por liberdade, igualdade e acesso a terra sob a perspectiva negra em suas diásporas.

2. UMA BREVE ANÁLISE DA PRODUÇÃO DISCURSIVA SOBRE OS QUILOMBOS NO CAMPO JURÍDICO PÓS-1988

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988 a produção discursiva sobre os quilombos no campo jurídico², pode ser sistematicamente concebida em dois momentos históricos, apenas para fins meramente metodológicos, quais sejam: a) o período colonial e

² A noção empregada compreende o campo como um espaço social delimitado por regras próprias em que se pode atribuir ligeira autonomia em relação aos espaços sociais ampliados, mas que se encontra em constante tensão para ser conservado ou alterado, o campo, portanto, é um lugar de disputa “do direito de dizer o direito” (BOURDIEU, 2010).



imperial em que vigora institucionalmente o sistema escravista (1500-1888); b) e o período que se estendeu pós-abolição até o início da redemocratização do Brasil (1889-1987).

Nesse primeiro momento a produção discursiva sobre os quilombos foi orientada pela institucionalização do quilombo como prática delituosa³. Um marco conceitual fundamental para esse entendimento é a definição de quilombo produzida pelo Conselho Ultramarino após consulta da coroa portuguesa em 1740⁴, pois serviu de condução para a produção legislativa no período. É certo que houve um aparato legal explícito⁵ de criminalização dos quilombos, pois, enquanto, protesto negro ao regime escravista, os quilombos tiveram sua constituição predominantemente⁶ marcada por meio das fugas e das rebeliões de escravizados, práticas que foram penalizadas como, por exemplo, o “crime” de fuga que esteve capitulado nas Ordenações do Reino (SALLES, 1988, p. 203).

Assim sendo, consolidou-se na teoria e prática do direito, visões estereotipadas sobre os quilombos, um reflexo direto da estrutura social produzida no regime escravista e guiada por uma “ideologia racista racionalizada” que se instaurou na produção acadêmico-científica, conforme explicitado por Clóvis Moura em “*Sociologia do Negro Brasileiro*” quando apresenta uma análise sobre os estudos do negro no pensamento social brasileiro (MOURA, 1988, p.18).

Num segundo momento, em que pese não mais vigorar legalmente o regime escravista, as perspectivas discursivas sobre os quilombos não sofreram profundas alterações. Uma vez que os resquícios da estrutura escravista já se encontravam entranhados na produção normativa do Estado brasileiro, assim como na elaboração de um pensamento jurídico que justificasse o arcabouço legal que afetou diretamente o cotidiano dos quilombos, já que por uma perspectiva de continuidade histórica estes não deixam de existir no pós-abolição (BERTÚLIO, 1989; MOURA, 1993; NASCIMENTO, 1977). Em trabalho inaugural para o direito ao tratar da questão racial no campo jurídico do Brasil, no

³ Um dos primeiros registros que se tem notícia é o dispositivo contido no Regimento dos Capitães do Mato de 17 de dezembro de 1722, sob a autoria de Dom Lourenço de Almeida, que fixava: “pelos negros que forem presos em quilombos formados distantes de povoação onde estejam acima de quatro negros, com ranchos, pilões, e de modo de aís se conservarem, haverão por cada negro destes vinte oitavas de ouro” (REIS e GOMES, 1996, p. 92).

⁴ Naquele período o quilombo era compreendido como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (GOMES, 2015, p. 73).

⁵ Para fins exemplificativos, citamos algumas normativas do período colonial e imperial, de acordo com Provisão de 6 de março de 1741, “era reputado quilombo desde que se achavam reunidos cinco escravos”. No art. 20 do Código de Posturas da Cidade de São Leopoldo/RS, aprovado pela Lei Provincial n. 157, de 9 de agosto de 1848, consta “por quilombo entenderse-á a reunião no mato ou em qualquer oculto, de mais de três escravos”. A Assembleia Provincial do Maranhão, querendo ser ainda mais realista, promulgou a Lei n. 236, de 20 de agosto de 1847, que classificou “quilombo” como a reunião de apenas dois escravos: “art. 12. Reputar-se-á escravo quilombado, logo que esteja no interior das matas, vizinho ou distante de qualquer estabelecimento, em reunião de dois ou mais com casa ou rancho” (GOULART, 1972, p. 188).

⁶ Ressalte-se que as formações dos quilombos também tiveram origem nas doações ou aquisições de terras pós-marco legal do regime escravista, muitas vezes advindas da prestação de serviços ou por dívidas religiosas (GOMES, 2015)



ano de 1989, Dora Lúcia de Lima Bertúliotraz um importante apontamento, refuta um discurso comumente lançado para diferenciara realidade racial brasileira da vivificada pelos estadunidenses, no tocante à suposta ausência de um aparato legal segregacionista – em razão da raça – no período pós-abolição do Brasil (BERTÚLIO, 1989).

Em “*Direito e Relações Raciais: uma introdução crítica ao racismo*” Bertúlio (1989) sistematiza uma série de práticas culturais, religiosas, econômicas e sociais predominantemente comuns à população negra⁷ que foram legalmente criminalizadas ou geridas pelo Estado, além disso, práticas de extermínio⁸ encampada pelo Estado reproduziram uma lógica discriminatória já instaurada no contexto social (SANTOS, 2015). Outra marca deste período é a presença de um discurso oficial que apaga ou silencia a realidade de desigualdade racial do país, sobretudo, capitaneada por uma política oficial de miscigenação orientada pela ideologia da democracia racial, na estruturação de um ideal de nação miscigenada, onde as raças convivem harmonicamente e pacificamente (BERTÚLIO, 1989).

Quanto aos quilombos, produziu-se um discurso do desaparecimento dessas organizações. Conforme adiantado acima, a interpretação do cânone hegemônico no pensamento social brasileiro é de que o quilombamento, enquanto expressão do protesto negro ao regime escravista perderia o seu sentido político com a abolição da escravidão em 1888. Todavia, esse discurso encobre a complexidade na formação, organização e movimentação dos quilombos e a sua importância para compreender a geopolítica territorial do Brasil. Existe um campesinato negro que se instaurou no país por meio de um processo que nunca foi estático, mas sempre um deslocamento territorial permanente, diásporas desde África ao Brasil, ou, do litoral país para o interior, processos que resultaram, por exemplo, no que hoje pode ser nomeado como sertão quilombola (GOMES, 2015; LIMA, 2015).

Soma-se ao discurso de apagamento das experiências de manutenção e reprodução dos quilombos no pós-abolição, o silenciamento do Estado brasileiro, visto que não houve qualquer política estatal voltada para as comunidades quilombolas, seja na identificação e no recenseamento agrícola dessas populações (GOMES, 2015), seja na garantia definitiva de seus territórios, em constante disputa com os setores do latifúndio e que posteriormente passam a enfrentar o agronegócio, a mineração e os megaempreendimentos.

⁷Cite-se como exemplo as normas de comportamento comum em muitos municípios e as leis penais (BERTÚLIO, 1989).

⁸ Quilombos que se tornaram grandes comunidades foram desmanteladas pelo Estado brasileiro, no pós-abolição como resquício do período escravista, cite-se como exemplo, Canudos/BA - 1897, Caldeirão/CE - 1937 e Pau de Colher/PI-BA – início de 1940 (SANTOS, 2015).



É com essa herança histórica de criminalização, discriminação, apagamento e silenciamento sobre a trajetória-experiência das comunidades quilombolas na sua luta por liberdade, igualdade e acesso a terra que se alcança o período pré-constituente, mas precisamente a partir da década de 1970 quando o quilombo passou a ser agenciado pelo movimento social e acadêmico negro como símbolo da resistência negra contra o racismo. Nesse contexto uma série de mobilizações, experiências e movimentos⁹ de denuncia a realidade de desigualdade racial no Brasil, algumas pautas vão ganhando força e são incorporadas como políticas voltadas à população negra – criminalização do racismo, ensino obrigatória da história e cultura afro-brasileira, ações afirmativas, dentre outras.

A potência desses movimentos gerou uma fissura no silêncio institucional, pois há sem dúvidas uma política antirracista na Constituição Federal de 1988 (art. 3º IV; art. 4º, VIII; art. 5º XLII; art. 215; art. 2016; art. 68 ADCT). Uma das questões centrais para o movimento negro foi apontar que o quilombo constitui uma chave-histórica fundamental da agência negra – em suas disputas e negociações por direitos. Apesar da inscrição do art. 68 do ADCT¹⁰ no texto constitucional, já há quase 30 anos, a realidade brasileira ainda apresenta uma assimetria racial alarmante, constatada a título de exemplo, com os dados da questão fundiária, especialmente quanto à efetivação dos direitos territoriais das comunidades quilombolas. De acordo com os dados da Fundação Cultural Palmares (2016) de 2.849 solicitações foram expedidas 2.401 certidões, dessas, apenas 253 comunidades quilombolas tiveram a titulação definitiva do território nos termos do art. 68 do ADCT regulamentado pelo decreto 4.887/2003. Em termos percentuais constata-se que em torno de 10% das comunidades certificadas¹¹ tiveram o território titulado, o que permite dimensionar os efeitos do racismo nas relações sociais do Brasil.

Quanto a (in)eficácia desses dos direitos da população negra, particularmente quanto aos direitos territoriais das populações quilombolas às reflexões sobre este cenário no campo jurídico tem desaguado no lugar comum da (in)efetividade do art. 68 do ADCT, como se o problema fundiário das populações quilombolas pudessem ser atribuído apenas a vicissitudes no momento da aplicação das normas. Os discursos autorizados no campo do direito sobre o art. 68 do ADCT em suma se centram na disputa pela eficácia da norma constitucional. O que aponto aqui é que esses discursos tem novamente silenciado e apagado, a trajetória-experiência da população negra em sua luta contra o racismo-

⁹ O Teatro Experimental do Negro, a Marcha Contra a Farsa da Abolição, a Marcha Negra, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, o Movimento Negro Unificado, o Centro de Estudos e Arte Negra, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, o Bloco Afro Ilê Aiyê

¹⁰ “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2014).

¹¹ Não estamos considerando aqui outro dado importante que é a autodeclaração, segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas há no Brasil cerca de 6 mil comunidades quilombolas.



colonialismo. Outra vez a agência das populações negras e os seus mecanismos de disputas político-institucionais são ocultados, o que remonta uma narrativa predominante não apenas sobre o fim da escravidão no Brasil, mas do mesmo modo, sobre os instrumentos legais que constituíram o processo de emancipação dos escravizados como a do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários: apagar o enfrentamento que as populações negras produziram na disputa destes dispositivos (MENDONÇA, 2008).

Além disso, as comunidades remanescentes de quilombos têm sido representadas predominantemente no discurso dos juristas¹² como uma experiência do passado, coesa, homogênea e reificada na imagem do quilombo de Palmares. Almeida (2002) sistematiza elementos¹³ já impregnados no imaginário social que funcionam como definidores do quilombo, sob uma perspectiva estática da identidade cultural. Essas representações têm sido respaldadas por produções da historiografia, da sociologia e da antropologia, que comunicam noções enclausuradas do que é ser quilombola, e mais que isso, sustenta-se sobre um verdadeiro cativo que é articulado por uma narrativa predominante sobre a memória, a história e a identidade nacional fundados nos mitos raciais – democracia racial e miscigenação. Mais uma vez é omitido o impacto da dimensão racial sobre o imaginário dos quilombos no presente, inclusive por parte da produção acadêmica crítica que foi elaborada sobre a essencialização da identidade quilombola.

Tal invisibilização tem como consequência uma compreensão limitada do art. 68 do ADCT, esse quadro pode ser percebido por meio de mapeamento prévio de trabalhos no campo jurídico, as quais se norteiam da seguinte maneira: a) por um discurso hegemônico no qual predominam narrativas que procuram apagar o racismo, o escravismo e o colonialismo como constitutivos da modernidade e, conseqüentemente, do direito; b) por uma unicidade na referência sobre a memória, a identidade e a história nacional que excluem formas alternativas de narrar a história do Brasil, especialmente quanto à presença dos quilombos na historicidade constitucional.

Esse quadro denota que o campo é um terreno fértil à reificação dos mitos raciais, assim como evidencia a necessidade de um deslocamento teórico-epistêmico-metodológico das pesquisas sobre os direitos das comunidades quilombolas presentes na CF/88. Por esse movimento é possível ao confrontar as narrativas sobre a historicidade constitucional

¹² Ver, por exemplo: MARTINS e BASTOS, 2002; SILVA, 2002; CRETILLA JÚNIOR; 1997.

¹³ Almeida (2002; 1996) sistematiza essas características com referência no conceito cunhado pelo Conselho Ultramarino em 1740, argumentando que as variações conceituais do quilombo ao longo do tempo se deram no limite do entendimento produzido ainda no período colonial. A partir disso, o antropólogo sintetizou que as variações dos conceitos sobre os quilombos vêm sendo produzidas nos termos das seguintes características: fuga; quantidade de mínima de habitantes; isolamento econômico, geográfico e social; precariedade organizacional e estrutural; instabilidade política;



com contribuições oriundas da recente historiografia brasileira, as quais apontam para o sentido político¹⁴ e a agência negra na história do Brasil (GOMES, 2006).

3. REVISITAR A MATRIZ HISTÓRICO-JURÍDICA DOS DIREITOS DAS POPULAÇÕES DAS DIÁSPORAS AFRO-BRASILEIRAS

As trajetórias-experiências das comunidades negras na América Latina¹⁵ evidenciam uma contranarrativa que tem sido invisibilizada pela história-oficial. Contrariando a ideia de que o negro é personagem submisso na construção do ideal de nação¹⁶ (MOURA, 1993). Os quilombos são uma expressão do protesto do negro que confronta a representação constante de submissão, apresentando-os como sujeitos ativos no combate ao racismo-colonialismo, espaço de memória e resistência no presente. O caráter de lembrança e presença dos quilombos ao longo da história do Brasil é uma potente fissura na narrativa oficial sobre a formação da nação, perceptível nos discursos jurídicos sobre os quilombos e suas significações ao processo de formação do Brasil, bem como nas representações das comunidades remanescentes de quilombos nos dias atuais (GOMES, 2015; MOURA, 1981; 1993)¹⁷.

3.1. A quilombagem como experiência transcultural de enfrentamento ao racismo-colonialismo e a disputa da história constitucional brasileira

Se ainda predomina no campo jurídico uma imagem do quilombo como uma experiência coesa e homogênea do passado, carregando signos estereotipados e discriminatórios da escravidão, tal representação motiva a seguinte pergunta: como a história dos quilombos rearranja os fundamentos e a narrativa sobre a história do constitucionalismo brasileiro? O presente trabalho é uma reflexão inicial para apontar que as

¹⁴ “Recuperavam-se os escravos enquanto agentes transformadores da escravidão, percebendo nas suas expectativas – entre outras coisas – uma busca por autonomia e a constituição de comunidades com culturas e lógicas próprias. Ao se forjarem como comunidades, os cativos recriaram variadas estratégias de sobrevivência e de enfrentamento à política de dominação senhorial. Não só reagiram às lógicas senhoriais, como produziram e redefiniram políticas nos seus próprios termos” (GOMES, 2006, p. 20).

¹⁵ Os quilombos ou mocambos não constituem apenas um fenômeno brasileiro, conforme preleciona Gomes é hemisférico, tendo em vista eclodiram como uma das formas de protesto à sociedade escravista. Diversas são as nomenclaturas que identificam esta experiência em cada parte da América Latina desde os cumbeles na Venezuela, palenques na Colômbia, maroons na Jamaica, Caribe inglês e sul dos EUA, assim como, bush negroes na Guiana holandesa e Suriname, moronage no Caribe francês e cimaronaje no Caribe espanhol (GOMES, 2015).

¹⁶ A ideia de nação referida tem como maior expressão a noção de democracia racial que é comumente referida para explicar a formação nacional e o ideário de miscigenação e harmonia racial que na verdade encobrem os processos de violência e tensão racial constitutivos da historicidade brasileira (DUARTE, 2011). Cita-se como exemplo a obra de: FREYRE, 2004.

¹⁷ O quilombo, enquanto chave de análise é compreendido como território da agência negra no contexto da diáspora africana, que em sua trajetória-experiência tem provocado tensões, conflitos, enfrentamentos, disputas e negociações ao longo da história do Brasil em busca de liberdade e acesso à terra, visto que a fuga, a migração, a rebelião etc – como principais formas de constituição do quilombo, significa o não-reconhecimento do negro enquanto propriedade do outro (MOURA, 1993; NASCIMENTO, 2007).



representações sobre os quilombos contida no discurso dos juristas¹⁸ e a ressonância destas abordagens na (in)efetividade dos direitos das populações negras, são produto do silenciamento e ou apagamento da tensão racial na narrativa que predomina sobre a história constitucional brasileira.

Os quilombos são organizações negras que tem sofrido historicamente os impactos do racismo, e ao mesmo tempo carregam os signos da diáspora afro-brasileira –fenômeno que reorienta as noções predominantes de cultura, fronteira e identidade, estado, nacionalidade encarnadas pela ideia homogeneizadora de nação. Portanto, a produção da diáspora afro-brasileira é uma chave de análise capaz de deslocar a matriz histórico-jurídica eurocentrada do direito, e revelar outras narrativas que dão conta da formação de sistemas políticos-jurídicos, por exemplo, a experiência transcultural que engendrou a chamada cultura do “Atlântico Negro” (GILROY, 2012). O deslocamento, por meio dos fluxos das diásporas afro-brasileiras, reposiciona a raça como categoria substancial para pensar o direito, trazendo à tona a face oculta da modernidade, a colonização e escravidão. Ao mesmo tempo em que revela o direito como um instrumento de hierarquização racial eficaz para (re)produção de desigualdades, sublevando o racismo como problema que atravessa o constitucionalismo na modernidade.

Nesse sentido, esse deslocamento do discurso moderno, que passa a considerar o fluxo de informações do “Atlântico Negro” como constitutivo da modernidade, é um movimento que busca romper com a narrativa historiográfica tradicional ao perceber o direito e o constitucionalismo como fenômenos entrecortados pelas experiências oriundas da diáspora africana, a exemplo de rebeliões e das contribuições de intelectuais negros, uma ruptura com o diagnóstico de Beatriz Nascimento sobre a história-oficial do Brasil, uma história escrita por mãos brancas (NASCIMENTO, 1977; 2007; QUEIROZ, 2017).

Se o direito constitucional for interpretado apenas como produto das revoluções ocidentais e das elites políticas locais, conforme predominantemente ocorre, negligenciam-se percepções históricas sobre o fenômeno do constitucionalismo que são fundamentais para sua operacionalização. Nesse ponto, a dimensão acima referida para este trabalho considerará o fluxo de informações produzidas pelas diásporas afro-brasileiras como imprescindíveis para compreensão do movimento constitucional¹⁹. Nesse ínterim, é preciso tomar o colonialismo, a escravidão e o tráfico de escravizados como fenômenos

¹⁸ O termo é empregado por Duarte (2002) para apontar a existência de um discurso jurídico dominante sobre a história do sistema penal e vem sendo reapropriado para articular uma série de pesquisas no campo do direito e relações raciais, de modo a se constituir uma categoria com substancial densidade semântica para abordagem da questão racial no direito, que evidencie o racismo como episteme, seja apontando o silêncio sobre a centralidade do racismo ou desnaturando os discursos que reiteram os mitos raciais – miscigenação, democracia racial e harmonia racial.

¹⁹ Para aprofundamento acerca do constitucionalismo a partir das dinâmicas empreendidas na diáspora africana, ver: QUEIROZ, 2017.



constitutivos da modernidade, consequentemente orientando o entendimento sobre o direito, o estado e a constituição, possível com um movimento de reperiodização da modernidade.

Tal movimento é possível ao tensionar às meta-narrativas da história constitucional com as contribuições oriundas da historiografia crítica sobre a escravidão, destacando as agências negras – por liberdade, igualdade e acesso a terra – as quais apontam para o sentido político e as múltiplas relações sociais que o negro empregou na história do Brasil. Acredita-se que assim é possível apontar como o racismo e o colonialismo são silenciados e apagados no campo jurídico como constitutivos de categorias centrais ao ordenamento constitucional brasileiro “território”, “estado nacional”, “cidadania”, “nacionalidade”, “justiça”, “igualdade” e “liberdade” (BERTÚLIO, 1989).

Situação que também pode ser expressa nas reflexões sobre a (in)efetividade de direitos fundamentais, neste caso o art. 68 do ADCT, e, do mesmo modo, opera sobre os discursos jurídicos acerca das imagens e representações sobre as comunidades quilombolas. Particularmente ao retirar da história constitucional as agências das populações negras, por exemplo, os quilombos, impede-se o redimensionamento dos princípios constitucionais em bases mais plurais e democráticas (BUCK-MORSS, 2011).

Nesse sentido, é imprescindível apontar para uma revisão crítica da história constitucional e confrontar as abordagens do direito perante as pesquisas que reposicionaram a história e o impacto da população negra na formação do Estado brasileiro (MOURA, 1983; GOMES, 2006). Este movimento está atrelado à própria aprovação do art. 68 do ADCT, na medida em que sua inscrição no texto constitucional permite uma abertura e revisão crítica da própria interpretação constitucional. Assim, o art. 68 do ADCT é um dispositivo inovador, pois evidencia a latência e centralidade das tensões raciais na história brasileira e permite confrontar que tipo de narrativa prepondera nos discursos jurídicos a respeito da realidade passada e presente de exclusão racial.

3.2. O art. 68 do ADCT: tensão, disputa e enraizamento histórico sobre os direitos das comunidades quilombolas

A narrativa do Estado-nação tem produzido uma discursividade que encobre as tensões produzidas por trajetórias morais e históricas diversas, o que é imprescindível para o fechamento operacional da Constituição, pois é por meio das narrativas diversas que se emprega enraizamento histórico aos direitos fundamentais, e consequentemente a densidade normativa de que necessitam para serem efetivos. Aqui o problema da efetividade do direito fundamental inscrito no art. 68 do ADCT é tematizado por meio da tensão sobre a narrativa da história constitucional brasileira. No caso, a tensão se apresenta em diferentes níveis, e será enfocada na disputa discursiva do art. 68 do ADCT a partir de um deslocamento que é



possível pela revisão crítica da história constitucional brasileira ao apoiar-se na matriz histórico-jurídico das diásporas afro-brasileiras, notadamente o deslocamento produzido pela história dos quilombos.

Empreendo aqui um distanciamento da narrativa dominante – que reforça os papéis de subalternização e dominação dos sujeitos em sua reconstrução histórica – para dar ênfase às disputas, negociações e silenciamentos do passado, imprescindíveis para as percepções do presente. Distanciamento que se dá pelo redimensionamento que o pensamento negro contemporâneo tem fornecido quanto à atuação política das populações negras na história do Brasil, especialmente: a) no papel que o direito exerce na modernidade, notadamente a articulação entre os conceitos jurídicos e a construção da raça; b) na narrativa a cerca da história nacional, destacando-se as noções de memória e identidade.

Primeiro, é necessário dimensionar o impacto que o aparato normativo de segregação racial que vigorou no período pós-1888, provocou sobre as relações raciais no Brasil. Como foi afirmado anteriormente, Bertúlio (1989) aponta que ao lado desse arcabouço legal, formou-se um pensamento jurídico racializado. Esse aspecto é relevante, uma vez que notabiliza a articulação entre a produção de uma narrativa que apaga a agência negra, ao mesmo tempo em que reforça um discurso nacional de harmonia e pacificação racial, há uma produção de categorias jurídicas que não dimensionam os impactos do racismo. A revisão crítica da história constitucional é produtiva ao deslocar o constitucionalismo para bases que dão centralidade às tensões raciais como elemento que lhe é constitutivo (DUARTE, 2011). Abrem-se horizontes para outras narrativas²⁰, por exemplo, as que consideraram a trajetória-experiência dos quilombos com imprescindível para refletir o problema da efetividade dos direitos fundamentais destas populações.

Nesse ponto, sobleva-se outra dimensão a ser considerada: a tensão sobre a história da nação - de modo específico, as noções predominantes nos discursos jurídicos sobre formação da identidade e memória nacional. Assim, em se tratando de demandas das populações negras, um grande problema a ser enfrentado são as representações contidas nas narrativas predominantes sobre a história nacional, ou seja, sobre o passado e suas repercussões no presente. Nesse aspecto, é oportuna a reflexão sobre as narrativas predominantes no ideário de nação, especialmente, pontua a ausência da memória dos escravizados e de seus descendentes na narrativa ainda predominante sobre a nação no discurso dos juristas (MATTOS, 2009).

²⁰ A trajetória-experiência das populações da diáspora africana na modernidade é ponto distintivo em relação à metanarrativa sobre a própria modernidade, e do direito na modernidade – o constitucionalismo, já que experienciaram as extremidades do projeto moderno. Pois, ao passo que reivindicaram e lutaram pelos direitos universais, inerentes a condição humana, foram impedidos de assumir esse projeto universal e vivenciaram, o grau máximo de coisificação - negação da condição de humanidade -, a escravidão.



Faz-se esse apontamento, pois, mesmo que a aprovação do art. 68 do ADCT tenha decorrido dos movimentos acadêmicos e políticos da década de 70 e 80 do século passado, ainda prepondera uma distribuição racialmente hierarquizada dos sujeitos e dos papeis sociais na história nacional. O processo de construção de uma suposta memória nacional na dialética entre lembrar e esquecer enraizou um lugar de subalternidade do negro na dinâmica social do Brasil ao apagar da história-oficial as cenas que expressam a atuação das populações negras nas disputas e negociações por liberdade, igualdade e acesso a terra (GONZALES, 1984). Contudo, há um giro historiográfico que passou a considerar a potência política dos escravizados, libertos e aquilombados bem como epistemologicamente há uma virada que passa a dar centralidade às micro-histórias, destacando-se pesquisas que tematizam a memória dos escravizados e seus descendentes (MATTOS, 2009; CHALLOUB, 2012). Dessas investigações, as populações negras emergem como protagonistas do processo de abolição por meio de rebeliões, fugas, quilombos, ações judiciais de liberdade e uma série de outras medidas que tornaram o regime insustentável. Além disso, revela-se a precariedade da cidadania dos negros no pós-abolição, tornando igualmente fundamentais articulações e mobilizações para garantir condições mínimas de humanidade e cidadania (MATTOS, 2006; AZEVEDO, 2008).

Particularmente sobre a resistência dos escravizados empreendida por meio da formação dos quilombos, foram imprescindíveis os trabalhos que evidenciaram o papel destas organizações sociais no decorrer do regime escravista e no pós-abolição (GOMES, 2015; REIS, 1995; MOURA, 1972; GUIMARÃES, 1988), revelando-se outros componentes para a suas formações. Os quilombos se constituíram no território nacional de norte a sul e tiveram uma organização interna marcada por uma múltipla estrutura socioeconômica, inclusive com trocas econômicas variadas junto a diversos segmentos da sociedade desde o regime escravista (GOMES, 2015).

Nesse sentido, constituíram-se comunidades que tem sua formação e existência nas relações sociais, econômicas e políticas dos mocambos e quilombos, alcançando um fenômeno que Gomes (2015) denomina de “campesinato negro no Brasil”. A importância dessas pesquisas é uma percepção complexa sobre o fenômeno da colonização, ressaltando que a agência negra empregou constante disputa sobre os sistemas econômicos, políticos e jurídicos. Tal aspecto fortalece a produção de uma teoria crítica do direito ao enfatizar que os fluxos das diásporas afro-brasileiras foram invisibilizadas na elaboração do estado nacional brasileiro, conseqüentemente sobre a matriz em que se estruturaram as noções de liberdade, igualdade, cidadania e justiça.

Esse legado traz a tona o aparato discursivo em que se forjou a noção de identidade nacional brasileira a partir de representações homogeneizadoras e unitárias da



nação, tendo como momento fundacional o encontro das raças e a matriz branca e eurocêntrica como ideário de civilidade e atributo de humanidade. A ahistoricidade é a característica que qualifica essa noção de identidade nacional, pois ignora as tensões, disputas, lutas e negociações empreendidas pelas populações negras na constituição dos direitos fundamentais e nas suas dimensões político-jurídicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo exposto tematizar a trajetória-experiência dos quilombos demonstra o papel fundamental que as representações sobre o passado imprimem sobre a hermenêutica, o discurso e a linguagem dos juristas. A representação predominante sobre as comunidades remanescentes dos quilombos estão marcadas por um regime que nega a própria história dos quilombos e carrega dimensões racializadas e reificadas de memória, território e identidade nacional. Por isso, impõe-se o debate sobre a relação entre história, colonialidade, direito e tempo, uma vez que as representações sobre os quilombos revelam o passado de silenciamento e apagamento para mobilizar no presente – a afirmação ou negação de direitos.

A trajetória-experiência dos quilombos, enquanto luta por autonomia o negro na história do Brasil, imprimem densidade normativa ao art. 68 do ADCT, já que o caráter abstrato, universal e aberto dos direitos fundamentais necessita de um enraizamento histórico nos movimentos de luta e afirmação da igualdade, da liberdade e da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Quilombos: sematologia face às novas identidades. In: Frechal Terra de Preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís, Projeto Vida de Negro, SMDDH/CCN-PVN, 1996.

_____. Os quilombos e as novas etnias. O'DWYER. E. C. (org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p 43-81.

AZEVEDO, C. M. M. de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo: Annablume, 2008.

BERTÚLIO, D. L. de L. Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racismo. Dissertação de mestrado do curso de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Constituição Federal de 1988, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em:



<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 de out. de 2017.

CHALHOUB, S. A força da escravidão – ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CRETELLA JÚNIOR, J. Comentários à constituição brasileira de 1988. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

DUARTE, E. C. P. Criminologia e Racismo. Introdução à Criminologia Brasileira. Curitiba: Juruá, 2002.

_____. Do medo da diferença à igualdade como liberdade: as ações afirmativas para negros no ensino superior e os procedimentos de identificação de seus beneficiários. Tese de doutorado no curso de pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

FREYRE, G. Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime Patriarcal. São Paulo: Global, 2004.

GILROY, P. O Atlântico Negro. Trad. Cid Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo: 34, 2012.

GOMES, F. dos S. Mocambos e Quilombos: uma historia do campesinato negro no Brasil. 1 ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

_____. História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro, século XIX. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

GOULART, Jose Alipio. Da Fuga ao Suicídio: Aspectos de Rebeldia do Escravo no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

GUIMARÃES, C. M. Os quilombos do século do ouro. Revista do Departamento de História, n. 6, jul, 1988.

GUSMÃO, N. M. M. de. Terra de pretos, terra de mulheres. Terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1995.

LIMA, S. O.; FIABANI, A. (Org.). Sertão quilombola. Comunidades negras rurais no Piauí. 1ª ed. Teresina: Editora da UFPI, 2015.

MARTINS, I. G. e BASTOS, C. R. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2002.

MATTOS, H. “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. Revista USP, n. 68. dez. jan. fev., p.104-111, 2006.

_____. Ciudadanía, racialización y memoria del cautiverio em la Historia de Brasil. In: Claudia Mosquera Rosero-Labbé; Luiz Claudio Barcelos (ed.). Afroreparaciones: Memorias



de la Esclavitud y Justicia Reparativa para negros, afrocolombianos y raizales. Bogotá: CES/GEA, p. 96-128, 2009.

MENDONÇA, J. M. N. Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.

_____. Rebeliões da Senzala – a questão social no Brasil. 3 ed. São Paulo: Lech, 1981.

_____. Os Quilombos e a Rebelião Negra. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Quilombos resistência ao escravismo. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. A quilombagem como expressão de protesto radical. MOURA, Clóvis (org.). Os quilombos na dinâmica social do Brasil, Maceió: EDUFAL, 2001.

NASCIMENTO, B. Negro e racismo. In: RATTS, Alex. “Eu sou atlântica: sobre trajetória de vida de Beatriz Nascimento”. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

_____. O negro: da senzala ao soul. Produção: TV Cultura de São Paulo, 1977. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A>. Acesso: 20 de out. de 2017.

QUEIROZ, M. V. L. Constitucionalismo Brasileiro e o Atlântico Negro: a experiência constituinte de 1823 diante da Revolução Haitiana. 01. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (orgs.). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALLES, Vicente. O Negro no Pará: Sob o Regime da Escravidão. Belém: Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 2005.

SANTOS, A. B. dos. Colonização, quilombos: modos e significações. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia: Brasília, 2015.

SILVA, C. T. da. O usucapião singular disciplinado no art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias. Revista de Direito Privado. São Paulo, RT, n. 11, 2002.



GT 02 – movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

QUILOMBOS NA CENA POLÍTICA: OS EXPERIMENTOS QUILOMBOLAS NO MARANHÃO

Igor Thiago Silva de Sousa (UEMA)¹
Igorthiago.sousa@gmail.com

Cíndia Brustolin (UFMA)²
Cindiabrustolin@gmail.com

RESUMO

Em meio às lutas de redemocratização nacional, ganharam força reivindicações de povos indígenas, de camponeses e do movimento negro. Antes mesmo deste período de ápice participativo, registra-se intensa mobilização por parte de comunidades quilombolas, resistindo a grilagem e expropriação de seus territórios, organizando-se nas CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) e recebendo influências da Teologia da Libertação, participando ativamente do sindicalismo rural e atuando junto ao movimento negro urbano. Assim, tem-se a formalização de direitos, aos então denominados, “remanescentes de quilombo”, abrindo espaços de discussão sobre disputas territoriais no país, tendo como campo de visibilização destas comunidades estudos realizados no MA em períodos anteriores e que subsidiam as discussões Constitucionais. No Maranhão já na década de 1970, o CCN (Centro de Cultura Negra - MA) iniciou mapeamentos de práticas socioculturais e pertenças territoriais dessas comunidades, chamando atenção para sua extensão territorial e numérica no estado. Por sua vez, a mobilização crescente, a construção de um segmento organizado e a formação da ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), em 1997, como um “fórum de representação das comunidades quilombolas” frente às instâncias estatais, deram um caráter específico à luta por direitos na Nova República, com intensa participação em fóruns e instâncias deliberativas de políticas públicas. Em meados de 2011, demonstrando a existência de caminhos multifacetados de mobilização e estratégias entre as comunidades quilombolas, o MOQUIBOM (Movimento Quilombola do Maranhão) emergiu como um experimento de mobilização que evidencia o descrédito nas instâncias de participação, agindo, sobretudo, a partir de ocupações de prédios públicos e denúncias quanto a morosidade de instituições.

Palavras-chave: direitos territoriais, mobilização, comunidades quilombolas, Maranhão

INTRODUÇÃO: REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO E AS ENTIDADES ESTADUAIS

¹Antropólogo. Mestre em Antropologia Social pela UFSC, professor do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Maranhão.

²Doutora em Sociologia pela UFRGS, professora do Departamento de Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Maranhão.



A experiência de reorganização do movimento negro se deu em termos do período de ditadura civil-militar, em meio às lutas pela redemocratização do país. Na década de 1970, eclodiu uma multiplicidade de organizações no movimento negro que trouxeram à tona a discussão sobre a questão racial que havia sido abafada desde 1964 com o golpe civil-militar e a (semi)clandestinidade. Eram centros de cultura, organizações de pesquisa, centros de recreação, centros de lazer, de assistência social e outros.

Em 1972, como aponta Domingues (2007), um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); a imprensa negra retoma suas atividades com a publicação e circulação dos jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Bilugem São Caetano* / SP. Em Porto Alegre nasceu o Grupo Palmares (1971), o primeiro a defender a substituição das comemorações do dia 13 de maio para o dia 20 de novembro.

Além dessas experiências, surge em 18 de junho de 1978 o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). Esse movimento, de caráter mais radical, redefine espaços de luta no cenário político da época, (Santos, 2006). Algumas influências nortearam tanto em plano nacional, quanto internacional, o surgimento do MUCDR, posteriormente abreviado para Movimento Negro Unificado (MNU). Cabe sinalizar a importância das lutas por direitos civis nos EUA, o surgimento dos Panteras Negras, a descolonização de países africanos e a influência da música *soul*, bem como casos de violência e repressão contra jovens negros no país.

O trabalho inicial do MNU se dava com outras organizações negras já existentes, mobilizando e organizando ações, discussões e projetos com segmentos sociais negros. As ações do MNU serviram de influência para ações em diferentes estados do país, assim em poucos anos se vê a efervescência de um conjunto de entidades influenciadas pelas experiências em São Paulo, dá-se assim processo de expansão do MNU para Pernambuco, Belo Horizonte, para o Rio Grande do Sul, bem como a criação de entidades como CCN, no Maranhão; Associação Cultural Zumbi (ACZ), em Maceió; os blocos afro Olodum e Malê Debalê, em Salvador; bem como Grupo Negro da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

No que tange aos projetos e ações gestadas, coube as organizações do norte e nordeste, que vinham realizando encontros, projetos de mapeamento e formações políticas desde o final dos anos 70, com destaque para o CCN-MA e o CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), o papel de fornecedoras de subsídios sobre a existência de comunidades negras rurais, termo majoritário em uso até então. Nesse sentido, o CCN por mais que mantivesse contatos com o MNU, não era propriamente uma



expressão nordestina do desdobramento do movimento, mantendo-se uma entidade autônoma, com trabalhos e agenda própria.

Os trabalhos do CCN junto às comunidades quilombolas foram iniciados na década de 70 com o primeiro projeto elaborado com finalidade de construir entendimentos sobre esse segmento social, por parte de militantes negros; dando-se destaque, neste momento, ao papel de Mundinha Araújo³, como elaboradora do esboço inicial. Esse projeto forneceu os primeiros levantamentos de material bibliográfico e a iniciativa de trabalhos de campo no interior do Maranhão, os quais posteriormente deram subsídios para a elaboração e efetivação do Projeto Vida de Negro (PVN) em meados dos anos 80.

Como desdobramento da atuação do Projeto, ocorreu o I Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão, realizado em 1986, em São Luís no sítio Pirapora, localizado no Bairro Santo Antônio. Neste evento foram discutidas propostas de projetos a serem encaminhadas aos deputados federais (1988) e constituintes (1989) visando assegurar direitos específicos às comunidades quilombolas, como é descrito pelo PVN: “A principal reivindicação dos participantes desse encontro foi a garantia das terras de preto aos seus moradores, pois naquele período várias comunidades negras do maranhão estavam sendo expulsas dos seus territórios” (PVN, 2005, p. 47).

Como desdobramento desse encontro e das discussões que se sucederam, foi encaminhada a deputada federal e constituinte Benedita da Silva (PT) uma proposta de garantia das terras às comunidades quilombolas, que foi apresentada na Assembleia Nacional Constituinte. A proposta foi aprovada, após discussões e redações distintas, dando origem ao artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Este ganho se dá a partir da realização de parcerias interestaduais entre o CCN e outras entidades do movimento negro como o CEDENPA, Movimento Negro do Rio de Janeiro e Associação Cultural Afro-Brasileira, que possibilitou a troca de experiências e projetos em comum (PVN, 2005) e a garantia do artigo constitucional.

A partir desse trabalho do CCN através do PVN, iniciaram-se os processos de organização e luta das chamadas comunidades negras rurais quilombolas do Maranhão pelo cumprimento do artigo 68 do ADCT, com o posterior desdobramento culminando com a criação de uma entidade representativa específica, a ACONERUQ. A pauta do “território quilombola”, com a expressão concreta através de disputas com latifundiários e grileiros

³Nasceu em São Luís em 8 de janeiro de 1943. Formada em comunicação social pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão em 1975. Foi fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979, a primeira vice-presidente da entidade, de 1980 a 1984. Foi diretora do Arquivo Público do Estado do Maranhão entre 1991 e 2003 (ALBERTI; PERREIRA, 2000, p. 31).



ocorrendo em municípios como Mirinzal, Codó, Alcântara e Itapecuru-Mirim, serviu de mote para a criação de uma entidade específica das comunidades quilombolas.

A APROVAÇÃO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS

As possibilidades de constituição de um cenário de avanços na afirmação de espaços democráticos e a realização de agendas públicas em torno da reparação das desigualdades fincadas nas relações raciais inaugura uma entrada complexa do reconhecimento das formas de apropriação territorial dos grupos negros no Brasil para os marcos legais e para o rol de direitos a serem assegurados.

Mesmo com o reconhecimento formal de direitos aos quilombolas pela Constituição Federal de 1988 não foram instituídos nos anos posteriores à Constituição instrumentos jurídicos para fazer valer os direitos “consagrados” na carta, como definidos órgãos públicos competentes, instituídos ritos processuais etc. Permaneceu, num primeiro momento, um cenário de ausência de ritos específicos relacionados ao reconhecimento de direitos territoriais aos grupos negros.

As demandas surgidas no plano estatal foram encaminhadas de formas diversas: a partir da instalação de inquéritos no MPF; pela abertura de procedimentos administrativos junto à FCP; pela intervenção de órgãos estatais e de superintendências regionais do INCRA; por meio de ações judiciais (como os casos de Frechal - MA e Rio das Rãs - BA).

As disputas em torno do rumo que tomaria o reconhecimento de direitos às comunidades quilombolas foram impulsionadas pelas demandas que chegavam ao Estado pós-1988 e pela pressão dos movimentos sociais. Em 1991, o advogado Dimas Salustiano da Silva (1996, p. 26) ligado ao movimento negro maranhense, enviou carta em nome da associação dos moradores das comunidades Rumo-Frechal (município de Mirinzal - MA) para o procurador-geral da república, solicitando que tomasse “as medidas cabíveis para que, nos termos do art. 68 do ADCT, seja emitido o título de propriedade”. Apesar de não ter sido expedido o título de reconhecimento de domínio, como solicitado, a reivindicação resultou na criação de uma reserva extrativista por meio do decreto 536, de 21 de maio de 1992 (Treccani, 2006).

Para Dimas Salustiano da Silva (1996), além da garantia da permanência dos quilombolas nas terras, o caso de Frechal fornecia “parâmetros para que outras áreas [pudessem] pleitear judicial ou extrajudicialmente a aplicabilidade do dispositivo ora tão festejado”. Os direitos requeridos pelo grupo (que chegou a ocupar a sede do IBAMA /Maranhão) tornavam-se “concretos e imediatos com a ação judicial de desapropriação proposta junto à 1 Vara da Seção Judiciária da Justiça Federal do Maranhão pelo IBAMA,



em razão na imissão provisória na posse deferida nos autos do processo citado”. (Silva, 1996: 56).

As diversas instâncias do Estado envolvidas e os tipos de procedimentos utilizados no encaminhamento das demandas de regularização de terras mostram que, inicialmente, não houve uma padronização dos procedimentos de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Para Almeida (1996: 129-130), o caráter múltiplo da tramitação dos processos de regularização das áreas de quilombos era ditado “pelas circunstâncias específicas de cada situação de conflito e pelo capital de relações sociais do movimento quilombola, ora acumulado no INCRA, ora no CNPT (IBAMA), ora na Fundação Cultural Palmares, ora em órgãos fundiários estaduais”.

O quadro normativo pouco consolidado em torno dos procedimentos a serem seguidos, como os caminhos distintos trilhados nos estados para o encaminhamento de demandas, revela mais do que a dificuldade de disciplinar em um corpo homogêneo a diversidade de casos: apontava para os desacordos em torno da amplitude da questão quilombola e os usos de artifícios políticos e jurídicos na produção de normatividades. Isso pode ser problematizado na trajetória de normas, pareceres, decretos expedidos para disciplinar a matéria; nas noções e conceitos colocados em jogo e na análise mais detida de peças de processos administrativos.

O MOVIMENTO QUILOMBOLA: A CRIAÇÃO DA ACONERUQ

O cenário de conquistas, representado principalmente pela aprovação da Constituição Federal de 1988, impôs novos desafios aos movimentos sociais no meio negro. A abertura de possibilidades de institucionalização dos pleitos por titulação dos territórios, mas a não constituição de um rito administrativo ou a definição precisa dos trâmites e dos órgãos públicos responsáveis, exigiu “fazer acontecer” as titulações. O momento encarado como de “avanço” instaurava uma série de questionamentos em distintos setores e incitava a uma ação política incisiva junto aos órgãos públicos e às comunidades: quantas seriam as comunidades? Quais seriam os critérios de definição desse novo sujeito de direitos?

O CCN iniciou atividades relacionadas à atuação junto a comunidades quilombolas. Tendo como foco a realização de mapeamentos de usos e posses da terra e práticas socioculturais. A partir de 1991 os trabalhos passaram a estar voltados de forma mais direta sobre mecanismos de efetivação do artigo 68 do ADCT da Constituição Federal. Assim, iniciou processos formação política junto a jovens militantes do movimento negro e a moradores das comunidades quilombolas.

Com acúmulos políticos, após o IV Encontro das Comunidades Negras Rurais, Quilombos e Terras de Preto do Maranhão, realizado em abril de 1995, em São Luís, ocorre



a criação da Coordenação Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses que era constituída por representantes dos municípios de Alcântara, Mirinzal, Cururupu, Codó, Itapecuru-Mirim, Penalva, Turiaçu, Brejo, Caxias e Bacabal (PVN, 2005), o qual tinha por finalidade encaminhar seminários e capacitações de militantes nos municípios. Por sua vez, entre lideranças quilombolas havia consenso sobre a necessidade de criação de uma entidade com abrangência por todo Maranhão, bem como uma institucionalidade que superasse os limites de uma Coordenação Provisória.

Assim, a ACONERUQ surge em 1997, após seminários municipais ocorridos nos municípios de Cururupu, Mirinzal, Alcântara e Turiaçu, ao longo do ano 1996, e a realização do V Encontro das Comunidades Negras Rurais no Maranhão, somando-se 10 anos de realização desse tipo de encontro e discussão. Após a oficialização da ACONERUQ, ocorre a primeira eleição para a coordenação estadual, sendo Ivo Fonseca eleito para a gestão de 1997 a 2003. Ivo Fonseca relata que:

O foco principal era trabalhar para que as comunidades conquistem seus territórios e no período que eu fui coordenador eu encaminhei muitos processos para o INCRA e de outro lado que nós trabalhávamos era a questão da formação política nas comunidades, era a base entender o processo na ACONERUQ, entender a formação. Entender o processo vindo de baixo para cima e não de cima para baixo, então nós tínhamos essa capilaridade. Outro ponto que nós trabalhávamos era a questão das normas constitucional. Quando a ACONERUQ começa nós também passamos por isso em nível nacional, porque não adiantava nós estarmos aqui e as portas estarem fechadas quanto a esses ordenamentos. Nós também trabalhamos políticas básicas como educação, saúde, estradas.

Ao mesmo tempo em que eram encaminhados processos de titulação aos órgãos fundiários responsáveis, a ACONERUQ começou a estabelecer articulações com governos estadual e federal, com o fim de negociar políticas públicas específicas, como educação, saúde, assistência social diferenciada, cestas básicas, moradia, infraestrutura, etc. Foram firmadas parcerias com o Banco Mundial (BM) e governos estaduais para a realização de encontros.

. Com o término da primeira gestão da ACONERUQ, em 2003, iniciam-se problemas relativos à expansão das atividades da entidade e ao crescimento de demandas e do auto-reconhecimento de comunidades quilombolas no Maranhão. Ivo Fonseca destaca as tensões:

Acho que criação do movimento passou por uma gestão e a gestão se fechou. Não dava resposta para base [...]. Têm pessoas que não se afinavam com a demanda, com os objetivos da ACONERUQ e que começou a falar que não [se] fazia nada, que as pessoas estavam enganando o povo.

O DECRETO DE 2003 E NOVOS FÔLEGOS AOS PROCESSOS

Na entrada do novo governo federal, em 2003, foi criado um grupo de trabalho interministerial com a finalidade de discutir uma nova proposta normativa para a



operacionalização do artigo 68 do ADCT. O grupo instituído pelo Decreto de 13 de maio de 2003 foi coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e pela Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial. Contou, ainda, com representantes de órgãos do governo e comunidades quilombolas.

Os trabalhos realizados pelo grupo de trabalho interministerial resultaram na expedição de um novo decreto em 2003 e na revogação do decreto de 2001. O Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro, de 2003, transferiu para o INCRA a competência para instaurar os procedimentos necessários à regularização fundiária dos territórios quilombolas. No Decreto 4.887/2003, foram retomados os princípios norteadores do projeto-de-lei vetado no governo Fernando Henrique Cardoso e, em parte, as expectativas dos agentes engajados na promoção dos direitos às comunidades quilombolas, principalmente a “auto-definição”, como condição para a identificação dos remanescentes de quilombos; a noção de território, para designar a “área ocupada”; e a necessidade da desapropriação de áreas particulares incidentes no território identificado.

Além de consagrar a auto-definição, o decreto estabeleceu outros critérios para que um grupo social reivindique a condição de “remanescentes das comunidades dos quilombos”: “trajetória histórica própria”, “relações territoriais específicas” e “ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. O cenário favorável conformado pela afirmação jurídica da expansão das novas demandas dentro do Estado, foi corroborado pela ratificação realizada pelo Brasil da Convenção 169 da OIT, em 2005.

A afirmação de critérios como a “auto-definição”, a capilaridade do INCRA com sedes em todos os estados e a organização dos movimentos sociais que atuam na luta permitiram uma significativa expansão no número de procedimentos instaurados. Em 2007, no INCRA, já haviam sido instaurados 450 processos de regularização territorial.

Com as novas normas, houve uma relativa padronização dos procedimentos a serem seguidos no reconhecimento das áreas e na regularização fundiária. Os procedimentos, dentro do INCRA, foram regulamentados inicialmente pelas instruções normativas: a IN 16/2004 e a IN 20/2005, que mantiveram as noções constantes no Decreto 4.887/2003.

Entretanto, apesar das expectativas geradas com as mudanças ocorridas na entrada do governo Lula, nos primeiros cinco anos foram tituladas apenas cinco comunidades. Se o instrumento foi julgado mais adequado pelos atores inseridos no processo, as titulações de terras não aconteceram no momento. Até 2008, foram assinados apenas dois decretos desapropriando terras particulares, referentes às Comunidades Família Silva em Porto Alegre/RS e Caçandoca, São Paulo. As expectativas e possibilidades visualizadas não se consagraram em números. O governo passou a ser acusado de



permanecer “preso às amarras burocráticas e às pretensas discussões jurídicas que emperram o andamento dos processos” (Comissão Pró-Índio, 2007).

INSTABILIDADE INSTITUCIONAL DA QUESTÃO QUILOMBOLA

A expedição do decreto 4.887/2003 abriu espaço para a homogeneidade dos procedimentos de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Apesar de uma série de indefinições ainda perpassarem os atos a serem realizados para a titulação das terras, a maior parte dos procedimentos que tramitavam em instâncias diversas (MPF, Fundação Cultural Palmares) passaram para o INCRA.

Contudo, quando começou a se consolidar um rito administrativo que condensava as exigências, os pressupostos, as dificuldades para a construção de uma política governamental em torno dos territórios quilombolas, novos questionamentos passaram a ser colocados. Já em 2005, o PFL impetrou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) alegando a inconstitucionalidade tanto da expedição do decreto, quanto do conteúdo da referida norma. Nos anos seguintes, principalmente em 2007, iniciou-se uma campanha nos meios de comunicação de massa contra a política de reconhecimento e contra o decreto expedido no governo Lula. E, em 2008, o decreto passou a ser alvo de questionamentos no Legislativo e dentro das próprias instâncias governamentais, o que culminou numa proposta de alteração da Instrução Normativa do INCRA.

Justamente quando os procedimentos administrativos de regularização fundiária começam a ganhar expressão, os instrumentos normativos tornam-se alvos de acirradas discussões. Na tentativa de desmantelamento dos instrumentos vigentes – o Decreto 4.887/2003 e a Instrução normativa 20 do INCRA – foram impetradas ações judiciais, legislativas e administrativas que visam modificar tanto a definição de categorias presentes no texto legal como anular os procedimentos de regularização fundiária em curso.

No final de 2007, as pressões contra a revogação do Decreto 4.887/2003 foram, em parte, transferidas para a alteração da norma interna do INCRA que regulamentava o processo de reconhecimento e regularização fundiária das terras de quilombos: a IN 20. O governo federal instituiu um Grupo de Trabalho composto por diversos órgãos de Estado e coordenado pela AGU com o objetivo de identificar “os problemas existentes, causadores de controvérsias administrativas entre órgãos e entidades da Administração Federal, de empecilhos ao implemento de políticas públicas traçadas em prol de remanescentes de comunidades de quilombos” e apresentar sugestões.



Na audiência pública, promovida pela sexta câmara do Ministério Público Federal, em 24 de setembro de 2007, no plenário da Câmara dos Deputados em Brasília, enquanto quilombolas de todo o país agitavam as bandeiras em defesa do Decreto 4.887/2003, um novo embate se anunciava. O governo não cederia às pressões em torno da revogação, porém havia decidido congregando esforços no “aperfeiçoamento” de atos normativos menores para “dirimir” conflitos e “assegurar” juridicamente a política governamental. Quem anunciava a boa nova era o Consultor da AGU, Ronaldo Sales que coordenou o grupo de trabalho encarregado de buscar soluções e construir a nova instrução normativa.

Em outubro do mesmo ano, a AGU promoveu o Seminário Regularização Fundiária dos Territórios Quilombolas em Brasília, direcionado principalmente para técnicos do INCRA e procuradores federais lotados nas PFE-INCRA. O objetivo de familiarizar procuradores e técnicos para os procedimentos relativos ao reconhecimento da questão quilombola perdeu o norte para a pauta que, se não era, tornou-se a principal - a mudança da normativa.

Os pontos apresentados por Ronaldo Sales (representante da AGU), no seminário, convergiram principalmente para o aumento do controle sobre os procedimentos. A emissão da Certidão da Palmares passou a ter como função “checar” a auto-definição dos grupos. O segundo ponto apontado diz respeito ao maior controle por parte dos órgãos ambientais sobre os procedimentos e o terceiro, à necessidade de critérios objetivos na produção dos relatórios técnicos. As medidas de “segurança” da política seriam complementadas ainda com a exigência de “imparcialidade daqueles técnicos que elaboram esses relatórios”. E, no caso de controvérsias entre órgãos públicos, a solução não caberia mais ao “Comitê de decisão regional [feito dentro INCRA nas superintendências regionais]” mas a “AGU”. Isso permitiria “assegurar o devido processo legal e assegurar o contraditório”.

O engessamento dos processos e as novas formas de controle legitimadas a partir da “segurança jurídica” dos procedimentos começaram a minar um cenário de expectativas em torno da titulação dos territórios quilombolas no Brasil. A mudança normativa, juntamente com todos os questionamentos e pressões da bancada ruralista (ações, depoimentos em jornais, projetos legislativos, PECs), apontava para um freio na consolidação da política fundiária para os territórios negros. Boa parte dos recursos para a política fundiária destinados às superintendências regionais do INCRA foram devolvidos ao final de cada ano orçamentário aos cofres da união pelas dificuldades de avançar nas etapas.



“NA LEI OU NA MARRA NÓS VAMOS GANHAR”: O MOQUIBOM

No Maranhão, a titulação dos territórios quilombolas, seguindo o cenário nacional, não avançou. Apesar do protagonismo do movimento negro no estado, das ações da ACONERUQ, das articulações das comunidades quilombolas, foram poucas as terras desapropriadas para a titulação dos territórios e mesmo no caso das desapropriações, nenhum território que tivesse áreas particulares para serem desapropriadas foi totalmente titulado.

Acumularam-se processos parados e queixas sobre a ineficiência do INCRA/MA. O não avanço das titulações de terras, somados a violência no campo acirraram as dúvidas colocadas sobre as titulações dos territórios, sobretudo, no que tange ao interesse estatal em assegurar tais direitos ou mesmo a validade dos compromissos assegurados desde 1988.

Dentro desse cenário de descrença no encaminhamento da política governamental para a regularização fundiária dos territórios quilombolas e de certa crise de representação da ACONERUQ, com críticas sendo realizadas tanto por lideranças do próprio movimento negro, através de figuras importantes do CCN, quanto por outros setores, desvinculados propriamente desta agremiação, mas representativos junto a comunidades rurais, eclode um movimento social, caracterizado pela luta pela efetivação das garantias constitucionais asseguradas através do artigo 68 do ADCT, o MOQUIBOM (Movimento Quilombola do Maranhão).

Já em 2011, este movimento passa a centrar suas críticas em situações de assassinatos de lideranças rurais no Maranhão e na morosidade na titulação territorial por parte dos órgãos competentes e na ausência de uma representação formal das comunidades quilombolas capaz de abarcar as diferentes regiões do estado. O movimento foi ganhando visibilidade no meio político local por se apresentar como uma “novidade” e pelas estratégias de ação distintas, demonstrando a possibilidade de uma nova organização das comunidades quilombolas, como aponta Almirandir Madeira, morador da comunidade de Charco em São Vicente Férrer:

Nós não tínhamos representantes, pois como o atual governo diz, os representantes dos negros é a ACONERUQ, então, não se tinha representação nenhuma, de um movimento social. Já tinha essa conversa de criação de um movimento com o pessoal da CPT nós (se) reunia em serrano e com isso a gente foi conversando com as comunidades, achamos que tinha a necessidade de nos representar, por isso fundamos o MOQUIBOM porque é ele a representação das comunidades quilombolas do Maranhão.

Ao atribuir a representatividade das comunidades quilombolas no Maranhão apenas à ACONERUQ, num estado com um grande número de comunidades quilombolas, o governos estadual conseguia uma justificativa para não escutar e atender a pluralidade de



situações e demandas que emergiam desses grupos em distintas regiões. O MOQUIBOM se apresenta, então, como mais uma possibilidade da abertura de canais de comunicação e enfrentamento que permitiam ampliar o espaço da representação dos grupos e as estratégias até então empreendidas.

O MOQUIBOM angariava destaque a partir de estratégias envolvendo passeatas, e sobretudo, ocupações prolongadas de prédios de órgãos públicos responsáveis pela regularização fundiária quilombola, tanto em nível estadual, como em nível federal.

O surgimento do movimento está relacionado aos trabalhos da CPT junto a comunidades rurais e quilombolas no interior do Maranhão, mais especificamente, na região da Baixada Maranhense, onde o movimento nasce. Os trabalhos concentram-se na difusão das garantias Constitucionais existentes desde 1988, bem como, no auxílio às comunidades nos processos de auto-identificação e elaboração de relatos sintéticos a serem enviados à FCP, como forma de assegurar a obtenção do certificado emitido pela Fundação, um dos passos no processo de titulação territorial das comunidades quilombolas.

Assim, as ações do MOQUIBOM organizam-se em pequenos encontros que ocorrem nas comunidades quilombolas, pequenas ações em nível local na organização de demandas, bem como em encontros maiores, que ocorrem com a troca de experiências e vivências, a partir da construção de laços e da demonstração de pertencas étnicas comuns e situações de opressão compartilhadas por esses sujeitos. Como situa Marivania Furtado:

Reunidos a partir da mística da terra como dom de Deus e direito de todos que dela precisam, o primeiro encontro da articulação MOQUIBOM aconteceu no sítio dos “padres” em Mangabeira, povoado de Santa Helena. Embalados e motivados por cânticos que denunciavam o descaso do poder público e a necessidade de luta dos despossuídos, essa articulação marcou o primeiro semestre de 2011 com mobilizações jamais vistas, sobretudo por se tratar de um movimento quilombola (FURTADO, 2012, p. 260-261).

As ações da CPT se dão principalmente pela interlocução que a entidade confessional tem para com as comunidades rurais, pelo prestígio gozado pelos padres e pelo histórico de atuação destes na mediação de conflitos e na resolução de questões. Assim, a CPT funciona como um foco de mediação entre as comunidades quilombolas e o Estado, na medida em que ocorrem conflitos fundiários.

As comunidades que iniciaram o processo de criação do MOQUIBOM alegavam estarem descobertas, sem atenção e trabalhos em seus municípios e localidades, sem saber como agir ou garantir seus direitos. Reclamavam, entre outras coisas, desconhecimento e falta de formação para “defender seus modos de vida” e conhecimentos



sobre os trâmites formais no processo de titulação territorial. Conforme situa Zilmar Pinto Mendes, presidente da Associação Quilombola do Charco, município de Serrano:

o MOQUIBOM veio para que as comunidades acordassem, principalmente as lideranças, porque tinha muita liderança que não sabia o que fazer, queria pleitear a luta, mas não sabia como e onde ir buscar a solução. Então, o MOQUIBOM não veio trazer a solução, mas sim minimizar um pouco os problemas que estavam acontecendo nas comunidades.

Muitas lideranças comunitárias se sentiam desamparadas quanto a como lidar com conflitos e demandas oriundas de seus territórios, tendo dificuldades de estar à frente de processos de gestão de associações de moradores e pautas por direitos. Muitas destas lideranças alegavam desconhecimento sobre garantias constitucionais e marcos regulatórios relativos ao processo de titulação, a saber, o artigo 68 do ADCT e Decreto 4887. Conforme Gil Quilombola, liderança do MOQUIBOM:

O MOQUIBOM é um ombro amigo que surgiu para as comunidades quilombolas do Maranhão. Para [se] ter uma ideia, desde 1988 caía a lei, o artigo 68 da Constituição, até então ninguém debatia profundamente esse artigo, o próprio decreto 4.887 também não era debatido. É com o MOQUIBOM que essas coisas, esses debates vêm à tona. E isso fica fácil da gente visualizar, as comunidades precisavam de um ombro amigo. Quando a gente faz o primeiro acampamento lá no INCRA é aí que começa a vir comunidade de toda parte do Maranhão, surge a notícia que tem um movimento quilombola do Maranhão, o MOQUIBOM, está acampado no INCRA em busca de titulação do território quilombola e as comunidades começam a aparecer; justamente buscando aquele ombro amigo, porque o MOQUIBOM ele é diferente.

Para essas lideranças, sobretudo, de comunidades em situações de conflitos fundiários, o MOQUIBOM se apresenta como uma possibilidade de extrapolar as realidades vivenciadas, uma forma de trazer à tona a realidade vivida e as privações passadas em meio a conflitos nos territórios frente a outras instâncias e órgãos. O MOQUIBOM se apresenta como um veículo de expressão das indignações e um novo modo de expressão do movimento quilombola.

Nesse sentido, a estratégia de ocupações do INCRA pode ser vista como uma forma de tornar públicas as situações de perseguições a lideranças quilombolas, de promover debates sobre as situações vivenciadas por estas comunidades, um meio de tentar pressionar instâncias estaduais e federais, e produzir um sentimento de pertencimento a um grupo político organizado.

ENFRENTAMENTOS, AÇÕES E O ALARGAMENTO DAS MARGENS DA POLÍTICA

A ACONERUQ e o MOQUIBOM constituem dois esforços de representação das comunidades quilombolas no Maranhão e de abertura de espaços de enunciação. Ambos representam, em boa medida, a representação de cenários distintos e expectativas quanto a atuação do Estado. Com formas específicas de atuação e abrangência junto aos grupos,



permitem pensar nas estratégias, mas também em momentos de luta. Num primeiro momento, que tem a ACONERUQ como principal protagonista, a “questão quilombola”, aparece como uma grande possibilidade de avanço institucional na democratização da terra e no reconhecimento das comunidades negras, de suas especificidades étnicas, como na construção de políticas específicas. Parecem estar em jogo, os desafios de adentrar um Estado racista, historicamente excludente para os grupos negros, representando uma certa crença na possibilidade de um “novo Estado” que contemple a titulação dos territórios quilombolas. Em boa medida, isto se apresenta na possibilidade de participação em fóruns, espaços deliberativos, mesas, na execução/gestão de políticas públicas e convênios múltiplos, bem como, uma interlocução privilegiada com instâncias estatais.

Num segundo momento, quando a política de regularização fundiária sofre vários ataques, quando os processos de regularização fundiária não avançam, emerge à cena pública, o MOQUIBOM. De cunho mais contestativo e ligado à CPT, passa a atuar em confronto com instâncias estatais, rejeitando a institucionalidade de outrora e apontando como insignificantes a presença em espaços deliberativos, realizando ocupações de prédios públicos, passeatas, fechamento de estrados e vias ferroviárias, evidenciando processos de violência no campo e exigindo o estabelecimento de compromissos e agendas na regularização fundiária. Está em jogo a visibilização de uma política não efetivada, de um Estado que desrespeita direitos garantidos às comunidades negras. Isto se faz visível em protestos em frente a sede do Governo do Estado, Tribunal de Justiça do Maranhão, protestos e ocupações prolongadas de órgãos fundiários como INCRA e ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão) a partir de 2011. Evidenciando, de um lado, a descrença no cenário de “garantias de direitos”, quanto apontando que “caminhos de mobilização se abriam”.

Os processos de titulação dos territórios quilombolas pouco avançaram nos dois momentos. De 2011 a 2016, mesmo com a forte pressão social do MOQUIBOM, com a ocupação dos prédios públicos, com o fechamento de estradas, não ocorreram mudanças significativas em termos de acesso à terra. Os ganhos revelaram-se maiores na denúncia e na visibilização da inércia do Estado frente à titulação dos territórios. Os acordos firmados durante a greve de fome de sete dias, em 2015, na sede estadual do INCRA/MA, ou mesmo, na ocupação do INCRA/MA, em 2013, que contou com uma intensa ocupação e denúncias de assassinatos no campo, com a presença do *staff* do governo federal, não alterou o número irrisório de comunidades quilombolas com títulos definitivos no estado.

Cabe sinalizar que, se de um lado, obtiveram-se avanços no que tange a institucionalização dos direitos quilombolas a partir de 1988, com relativas vitórias em termos de decretos e regulações estatais, os avanços se configuram à margem de



efetivações reais, com uma institucionalização “periférica”, ou seja, com possibilidades tímidas de ocorrência, figurando entre as comunidades como uma “conquista pela metade”, na medida em que estas se apresentam ora como uma “promessa”, ora como um “dever” institucional abstrato. Como situa Anjos (2015), “nas mediações que deveriam efetivar o direito, essa existência lhes é sistematicamente desconstituída”.

Em um cenário adverso, de tensão constante e de modernização da desigualdade no acesso à terra, representado, sobretudo, pela valorização do agronegócio e seu financiamento massivo pelo Estado, em contraposição as alardeadas promessas de efetivação de direitos aos mais necessitados e reformas estruturais, entre elas acesso à educação, saúde, acesso à terra, tem-se o processo de emergência de caminhos de mobilização. A partir de 2011, tem-se as comunidades quilombolas como principal sujeito político em movimento no MA, realizando trocas de experiências, encontros em diferentes regiões do estado e articulações com outros sujeitos políticos (quebradeiras de coco babaçu, indígenas, posseiros, assentados de reforma agrária) também em situações precárias quanto a “viabilização de direitos”. Por sua vez, estas comunidades optam por caminhos múltiplos de expressão de demandas. Demonstrando um leque variado de orientações, desejos e representações próprias de acesso a direitos, entre sujeitos, até outrora vistos como uniformes politicamente dada sua pertença étnica comum. Isto evidencia a complexidade da análise no que tange as (des)caminhos da mobilização quilombola no Maranhão.

Assim, pode-se falar em ganhos políticos, ora na exposição das situações vivenciadas, como na medida em que estes sujeitos múltiplos, tem-se organizado em mobilizações não mais restritas a demandas apartadas, mas iniciado recentemente a organização de uma frente de povos e comunidades tradicionais, responsável por aglutinar demandas e estratégias, denominada, “Teia de Povos e Comunidades Tradicionais” que chama atenção justamente pela variedade de sujeitos ali aglutinados.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Org.) (2007), *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*, Rio de Janeiro: Pallas.
- Almeida, A. W. Quilombos: Repertório bibliográfico de uma questão redefinida (1995-1997) BIB, Rio de Janeiro, n. 45, 1.º semestre de 1998, pp. 51-70
- ANJOS, J. C. Prólogo. Brustolin, C (2015), *Reconhecimento e Desconsideração: os territórios quilombolas sob suspeita*. São Luís: EDUFMA.
- ARRUTI, J. M (1997), *A emergência dos “remanescentes”*: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana, vol.3 n.2, Rio de Janeiro. Oct. 1997
- BARBOSA, Milton (1991), *Reaja à violência racial*. Jornal MNU, São Paulo.



DOMINGUES, Petrônio (2007), *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Revista Tempo, Niterói, p.100-122.

FURTADO, Marivânia Leonor Souza (2012), *Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im)possibilidades*. Tese de doutoramento, Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (2009), *Racismo e antirracismo no Brasil*, São Paulo: Editora 34.

PROJETO VIDA DE NEGRO (2005), *Vida de negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas*. Coleção Negro Cosme, São Luís: SMDH, CNN-MA, PVN.

RISÉRIO, Antônio (2012), *A utopia brasileira e os movimentos negros*, São Paulo: Editora 34.

SALUSTIANO, D (1996). *Frechal: cronologia da vitória de uma comunidade remanescente de quilombo; Constituição e diferença étnica: o problema jurídico das comunidades negras remanescentes de quilombos no Brasil*. Boletim informativo NUER, Florianópolis, v. 1, p. 51-64; 92-99.

SANTOS, Regina Coeli Benedito dos (2006), *Raça, sexualidade e política: um estudo da constituição de organizações lésbicas negras no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Niterói: Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense.

SILVA, Dimas Salustiano (1997), "Constituição e diferença étnica: o problema das comunidades negras remanescentes de quilombo no Brasil". In *Regulamentação de terras de negro no Brasil: boletim informativo do NUER*, Florianópolis: UFSC.

TRECCANI, Girolamo Domenico (2006). *Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação*. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes.

**GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina****PROCESSOS DE ACESSO À POSSE LEGAL DA TERRA POR COMUNIDADES NEGRAS NO BRASIL E NA COLÔMBIA**

ISOLDI, Isabel Araujo (PROLAM/ USP)¹
isabel.isoldi@usp.br
SUZUKI, Júlio César (PROLAM/USP)²
jcsuzuki@usp.br

RESUMO

Diversas comunidades negras se formaram na América Latina no processo de exploração do trabalho e apropriação desigual da terra, em movimentos de resistência, adaptações e produção de identidades territoriais próprias. Em toda a região, grupos de escravizados fugidos formaram redutos de liberdade, como expressão de suas lutas sócio-territoriais. Essas Comunidades-Estado, chamadas nos distintos países de quilombos, cumbes, cimarrones, marrons, creoles, garífunas, foram expressões de uma continuidade de valores africanos e se mantiveram durante diferentes períodos da História. Atualmente, a subalternização dessas populações se mantém e as formas de resistência se renovam, como é possível notar na luta pela posse legal da terra por comunidades negras que resistiram à escravidão. A partir dos fins do século XX, devido aos movimentos sociais de indígenas e negros, alguns países latino-americanos aprovaram em suas constituições direitos específicos para estas populações no que tange à posse do território e a outros direitos específicos, a partir do recorte étnico. No entanto, são processos morosos e conflituosos, que demandam articulação de diversos atores e que criam embates com poderosos opositores tais como grandes empresas de mineração, hidrelétricas, reservas florestais, agronegócios, entre outros. Assim, pretendemos comparar, em relação ao campo jurídico e político, as realidades brasileira e colombiana em relação ao acesso à posse legal da terra por grupos afro-americanos. Para isso, foi realizado um levantamento sobre as legislações em vigor, os atores envolvidos, bem como de dados acerca de quantas e quais comunidades já foram tituladas e a existência de outras legislações de acesso a direitos específicos de recorte étnico.

Palavras-chaves: comunidades negras; posse legal da terra; direitos específicos

¹Graduada em Geografia (UNICAMP), com mestrado em Geografia Humana (UNICAMP) em pesquisa acerca das territorialidades negras no Brasil e os conflitos devido a sobreposições de usos do território. Atualmente é doutoranda pelo PROLAM/USP.

²Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina/USP; e pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP.



1. INTRODUÇÃO

Durante a escravidão de africanos nas Américas, foram retirados de suas terras cerca de 15 milhões de pessoas, sendo este um grande empreendimento comercial e cultural que marcou a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial (REIS; GOMES, 2014, p.9). O que a escravidão foi, para Marx, corresponde a uma categoria econômica da maior importância, na medida em que, sem ela, não haveria o algodão e nem a indústria moderna. Foi a escravidão que deu valor às colônias e a produção advinda destas que possibilitou a criação do comércio mundial, condição necessária da grande indústria mecanizada (LUZ, 2013).

Dessa forma, ao se negar ao trabalho, ao lutar por sua liberdade, os negros estavam se negando a servir à exploração colonialista-imperialista. E, ao formar redutos livres, davam continuidade a valores civilizatórios africanos, sendo os quilombos “o maior exemplo de continuidade cultural africana no Novo Mundo” (NASCIMENTO, 1981, p. 149). Eram formações sociais paralelas, que garantiam a sobrevivência física e cultural de diversos povos e seus legados.

Tais formações, chamadas nos distintos países de quilombos, cumbes, cimarrones, marrons, creoles, garífunas, se criaram por toda América, tendo características próprias de acordo com cada contexto territorial e histórico. Para Luz (2013), esses agrupamentos eram Comunidades-Estado negras espalhadas pelas Américas, que rompiam a estrutura capitalista colonial.

Os quilombos eram unidades produtivas, que através do trabalho familiar constituíam formas autônomas de produção agrícola e de comércio, sendo “uma ação coletiva de moradia, trabalho e luta se opondo não somente aos mecanismos repressores da força de trabalho, mas à lógica produtiva da plantation” (ALMEIDA, 1999, p.12).

O sistema de trabalho familiar fortalecia o acamponesamento e enfraquecia o sistema de *plantation* dos grandes proprietários. As comunidades mantinham trocas comerciais e estavam conectadas com agentes do entorno, como comerciantes e taberneiros. Eram aglomerados agrários articulados e que abasteciam com suas produções vilas, fazendas e feiras.

As leis de abolição da escravatura não fizeram com que os negros se tornassem mão-de-obra assalariada nacional, devido ao racismo e às políticas para embranquecimento da nação baseadas na eugenia e adotadas pelos Estados. Os quilombos deixaram de ser tratados pelo ordenamento político como uma questão criminal e as comunidades, que continuavam a se reproduzir, caíram em certo esquecimento. Ocuparam áreas de floresta,



no caso da Colômbia, e diversas áreas do território, no caso do Brasil, em locais de difícil acesso, em geral.

Com os avanços de vetores de modernização nos territórios, foram se dando frentes de expansão, urbanas e rurais, de modo que as comunidades negras, afastadas da 'civilização', se tornaram favelas, no caso daquelas urbanas, ou se tornaram entraves à instalação de grandes projetos como hidrelétricas, mineradoras, rodovias, reservas florestais, avanço de frentes agrícolas, em processos geralmente conflituosos envolvendo sobreposição de usos do território. As terras dessas comunidades, que lhes pertenciam em uso, mas não oficialmente, passaram a ser alvo de outros interesses, e sua posse tornou-se motivo de disputa.

Esses conflitos vieram à tona para a sociedade envolvente no contexto da emergência de movimentos sociais nos anos 1970 e 1980, quando se deu uma importante abertura de oportunidades políticas para os movimentos negros na América Latina. O contexto histórico envolvia mudanças no cenário internacional, aumento da instabilidade política e os processos de redemocratização. Além disso, havia a influência do movimento negro dos EUA e da luta contra o apartheid na África do Sul. No Brasil o movimento *Quilombismo*, e na Colômbia o *Cimarronista*, foram responsáveis pelo olhar da militância para as comunidades negras rurais e pela retomada dos termos *quilombo* e *palenque* como símbolo de luta e resistência de todos os negros (RODRIGUES, 2014a).

Diversos Estados nacionais da América Latina passaram a considerar os elementos necessários a uma cidadania multicultural, se assumindo enquanto nações formadas a partir de povos distintos. Os discursos, até então em curso, sobre mestiçagem e democracia racial foram dando lugar às noções de direitos étnico-territoriais e igualdade racial. Países como Brasil e Colômbia admitiram em suas constituições federais direitos relativos às populações etnicamente diferenciadas, se reconhecendo portanto como Estados multiétnicos.

De acordo com Hooker (2005), os regimes de cidadania multicultural seriam tentativas de remediar a exclusão passada, motivadas pela busca de diversas fontes de legitimidade para os Estados, diante da incapacidade dos governos latino-americanos de aprimorarem o bem-estar material de seus cidadãos e de assegurarem a igualdade social perante a lei. O multiculturalismo foi incluído nas constituições latino-americanas enquanto uma tentativa de "promover a unidade nacional ao chamar a atenção para o problema da exclusão política, ao enfatizar a importância dos direitos democráticos e ao introduzir na cultura política os valores de participação, inclusão e tolerância" (HOOKER, 2005, p.278).

A emergência dos direitos étnicos e coletivos na América Latina pode ser verificada por meio das legislações. Países como Colômbia, Equador, Suriname, Nicarágua, Honduras



e Belize reconheceram em suas Constituições o direito à terra aos grupos negros descendentes de escravos que ocupam terras tradicionais há gerações. Em 1982 a Constituição de Honduras estabeleceu o dever do Estado em proteger os direitos e interesses, especialmente das terras de grupos étnicos. A Constituição da Nicarágua de 1987 reconheceu às comunidades da costa atlântica o direito à propriedade das terras comunais e à manutenção de suas identidades culturais e estabeleceu em 2003 o procedimento para a titulação. A Constituição do Equador de 1998, também reconheceu aos afro-equatorianos os direitos coletivos às terras ancestrais. E em 2006, foi promulgada a Lei dos Direitos Coletivos dos Povos Negros ou Afro-equatorianos, que reconhece os direitos às práticas tradicionais de saúde e de produção e a propriedade coletiva e intelectual.

É importante observar nesse processo de conquista dos direitos coletivos, o papel de entidades internacionais na construção e negociação das identidades raciais e étnicas. Tais negociações perpassam um processo transnacional, para além das fronteiras legais e geográficas nacionais, sendo ressaltada a influência de organizações não-governamentais e de agentes 'globais', tais como UNESCO, UNICEF, Organização Internacional do Trabalho ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento, em contraposição a uma menor atuação do poder público (SUNDFELD, 2002).

2. EM BUSCA DA TERRITORIALIDADE E DO TERRITÓRIO ÉTNICO

O território, enquanto uma instância política do espaço revela distintas relações da sociedade ou de grupos humanos com o mesmo. Tais relações permitem que sejam criadas noções de pertencimento e de posse de determinado território e tais especificidades são definidas como territorialidades (RAFFESTIN, 1993).

O território nacional é um sistema territorial próprio que assegura o controle, impõe ordens e permite realizar a integração e coesão nacional. Desenvolve uma dinâmica singular que o difere dos demais, pois é por meio de suas normas políticas e jurídicas que se estabelece enquanto unidade federativa, definidas por fronteiras (RAFFESTIN, 1993). No entanto, a suposta unidade nacional tem de lidar com a dialética das diferenças regionais e locais. A escala do lugar apresenta a individualidade, a cultura, a diversidade e a possibilidade de reinventar normas nacionais e globais. Nos lugares as relações sociais permitem que indivíduos e coletividades se apossam do território e o vivifiquem, tornando-o único.

As territorialidades se apresentam então, enquanto fenômenos de diferenciação entre grupos, que evidenciam e caracterizam a maneira como uma sociedade se apropria do



território, a partir de concepções e racionalidades próprias que muitas vezes se colocam em oposição a outros grupos sociais ou a sociedade envolvente. Como formas de expressão da singularidade dos lugares, as territorialidades denotam as formas de apropriação do espaço, exclusivas a cada localidade.

Para Saquet (2009) a territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar, sendo influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar.

(...) compreendemos a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana (SAQUET, 2009, p. 8).

No jogo de poderes das relações territoriais entre Estado e distintas territorialidades de comunidades negras, o racismo, enquanto ideologia, foi orientador na formação de ambos Estados nacionais em questão. De acordo com Raffestin (1993), as questões de preconceito racial se inscrevem num terreno político, uma vez que superioridade e inferioridade são relativas e não absolutas.

“A passagem do relativo ao absoluto se inscreve num mecanismo de dominação para fazer triunfar um poder. Isso quer dizer que as diferenças raciais e étnicas, quando não estão mais latentes na consciência, servem para alimentar um preconceito útil à afirmação de um poder. São numerosas as razões desse preconceito: políticas, econômicas, sociais e culturais. Mas as finalidades são sempre simples: assegurar o máximo de trunfos para reforçar uma dominação. Nesse caso, há várias estratégias, que vão da exploração à supressão ou à tentativa de supressão das diferenças, seja no plano político-econômico, seja no plano sócio-cultural”. (RAFFESTIN, 1993, p.132).

A discriminação racial é, portanto, uma questão de dominação, uma relação de poder que se estabelece quando um grupo subjuga o outro devido a sua raça ou etnia. Esta dominação pode tomar diversas formas e em uma perspectiva espacial pode ser exemplificada como a subjugação do grupo dominado a determinadas localizações em regiões do território nacional, em bairros específicos de uma cidade, em locais territorialmente menos privilegiados. Essas relações limitam a concorrência de um grupo sobre o outro e afirmam a dominação do grupo que se coloca como superior. É importante ressaltar que, segundo Raffestin (1993), a discriminação racial conduz a desequilíbrios internos que determinam tensões políticas muito perigosas para a coesão do Estado. O



Estado enquanto instituição busca ser unificado ainda que a nação estatal não se identifique com uma realidade objetiva e as populações não compartilhem de um livre consentimento com relação ao seu destino nacional.

Com a expansão da modernidade, surgem processos de reivindicação de autoctonia; as comunidades minoritárias, em situação de vulnerabilidade, dependem do papel das instâncias institucionais para a construção ou negação do pertencimento nacional (THOMAZ; NASCIMENTO, 2002). Apenas como cidadão, o indivíduo terá garantido pelo Estado seus direitos e liberdades. Desse modo propõe-se um projeto assimilacionista, como uma alternativa a possíveis processos de ruptura do território nacional. O modelo político e jurídico do Estado-nação aspira à unidade, sendo todos cidadãos iguais perante a lei. Quanto aos grupos minoritários, duas situações são propostas:

“1) as singularidades minoritárias são reconhecidas desde que se expressem a título individual e, 2) a nação estatal só tolera a existência das minorias nacionais na medida em que ela própria as possa constituir. Assim, a constituição de outras minorias não acordes com o suposto do estado-nação moderno, e num marco marcado pela fragilidade institucional ou pela ausência de referenciais de justiça, torna-se intolerável.”(Thomaz; Nascimento, 2005, p. 4, no prelo).

O que se dá então é a constituição de um Estado pautado no princípio da igualdade, mas que se impõe soberano sobre as diferenças culturais. E, como resposta, as territorialidades próprias de alguns grupos são expressões de resistência e de contra racionalidade no uso do território. Diante da necessidade de manter a coesão, Estados nacionais latino-americanos se assumiram enquanto Multiétnicos, porém sem propor mudanças de fato estruturais e fundantes.

3. CONQUISTAS TERRITORIAIS LEGAIS NEGRAS NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS BRASILEIRO E COLOMBIANO

O caso brasileiro

No Brasil, após cem anos da Abolição da Escravatura, as territorialidades próprias das terras de quilombo começaram a ser discutidas, devido à promulgação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988. O artigo garante a posse da terra aos remanescentes de quilombo e traz à tona uma série de questões acerca do tema, desde questões mais pragmáticas de como reconhecer e titular as terras das comunidades, até as questões referentes à identidade, ao pertencimento e à dívida nacional em relação a estas populações.



Desde então, um processo amplo se faz presente em todo território nacional uma vez que comunidades negras se mobilizam pelo reconhecimento de sua identidade e pela posse territorial legalizada. Frente a esta situação, é importante estabelecer uma relação entre os quilombos do passado e os remanescentes de hoje, pois ambos são consequência da exclusão espacial que se configura no Brasil a partir de uma 'linha de cor', que pode ser traduzida pela presente discriminação étnica e racial (GUIMARÃES, 2002).

Com o fim do período militar, as lutas de movimentos sociais, entre eles o Movimento Negro, pode ter uma voz mais ativa na exigência de direitos. Em 1988, durante a elaboração do texto constitucional, a participação popular foi às ruas recolher assinaturas para emendas populares elaboradas nos sindicatos patronais e dos trabalhadores, associações comunitárias, movimentos indígenas, feministas, estudantis, empresariais, entre outros. Segundo Silva (1997 p.13):

“O que consta hoje no texto constitucional é o resultante desse caldo reivindicatório que legitimou a Constituição Federal de 1988 como cidadã e democrática, exatamente porque exprime a cara de seu povo, e mais, busca alterar uma realidade extremamente perversa que viola direitos da grande maioria da população”.

Devido às pressões populares, o governo se deparou com a necessidade de uma reclassificação dos imóveis rurais. Por meio do INCRA e do IBGE iniciou-se um processo de reconhecimento de propriedades rurais que estavam fora dos padrões reconhecidos usualmente, uma vez que apresentavam uma forma coletiva de ocupação do território. Essas propriedades foram definidas como Ocupações Especiais.

“Essas ocupações especiais contemplaram as chamadas terras de uso comum, que não correspondem a 'terras coletivas', no sentido de intervenções deliberadas de aparatos de poder, e tampouco correspondem a 'terras comunais', no sentido emprestado pela feudalidade. Compreendem uma constelação de situações de apropriação de recursos naturais (solo, hídricos e florestais) utilizando-os segundo uma diversidade de formas e com inúmeras combinações diferenciadas entre o 'uso privado' e o 'comum', per passadas por fatores étnicos, de parentesco e sucessão, por fatores históricos, político-organizativos e econômicos, consoante as práticas e representações próprias”. (ALMEIDA, 1999, p. 11).

As terras consideradas como Ocupações Especiais, se referiam às terras de pretos, de santos, de índios, de caiçaras, enfim, das populações tradicionais cujas territorialidades diferem do padrão da sociedade urbano-industrial. Com a denominação de Ocupações Especiais, o Cadastro de Glebas deu a entender que contemplaria estas situações, mas não houve nenhum desdobramento. Em 1987 ocorreu um refluxo da pressão dos movimentos



sociais e os termos de negociação dos conflitos revelaram mediadores debilitados com as mal sucedidas e anti-democráticas Comissões Agrárias. (ALMEIDA, 1999).

Apresentou-se, neste processo, uma grande dificuldade de reconhecimento das terras de negros. Ainda que o debate tenha culminado no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988, o desdobramento foi restritivo e limitante devido à concepção de quilombo utilizada pela legislação, mais voltada “para o passado e para o que idealmente teria 'sobrevivido' sob a designação formal de 'remanescentes das comunidades de quilombo'”. (ALMEIDA, 1999, p.11).

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 estabeleceu que: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Também foram instituídos os artigos 215 e 216 que garantem o direito à manutenção das culturas das comunidades remanescentes de quilombo, por meio das determinações de que o Estado proteja as manifestações afro-brasileiras e que as considere patrimônio cultural brasileiro, “a ser promovido e protegido pelo Poder Público, os bens de natureza material e imaterial – o jeito de se expressar, ser e viver – dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”(Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Desse modo, as terras quilombolas são consideradas ‘Território Cultural Afro-Brasileiro’, de acordo com a Fundação Cultural Palmares.

O artigo 68, no entanto, carecia de regulamentação para ser efetivado. Somente em 2003 foi instituído o Decreto 4.887 que regulamenta os procedimentos pra identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação dos territórios quilombolas, tornando competência do INCRA as principais funções, sendo-lhe permitido estabelecer convênios com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, de organizações não-governamentais e entidades privadas, de acordo com o artigo 3º do Decreto 4887.

O processo se inicia a partir da declaração dos comunitários organizados em associação civil, afirmando que se consideram remanescentes de quilombo. A partir da autodeclaração, a Fundação Cultural Palmares emite um certificado de reconhecimento da reminiscência escrava e da identidade territorial do grupo em questão. Na etapa seguinte, é necessário que se elabore um laudo antropológico que explicita a etnografia e o processo histórico de formação daquela comunidade. Este laudo tem sido realizado por órgão estaduais como Instituto de Terras (Itesp, Iterpa), por instâncias acadêmicas (como o NUER/UFRS) ou órgãos federais (Fundação Palmares, Incra). A delimitação também é



proposta por antropólogo a partir do laudo que identifica qual o alcance territorial dos domínios da população, tendo em vista os recursos que utilizam para sua reprodução espacial. As desapropriações e indenizações ficam a cargo do próprio INCRA. Ao ser expedido, o título de terra é coletivo, inalienável e imprescritível.

Hoje existem 168 títulos expedidos a comunidades remanescentes de quilombo e estão em alguma etapa do processo 1675. No entanto, a estimativa é que existam mais de 6000 comunidades espalhadas por todo o território brasileiro (www.cpisp.org.br/terras). Tais dados evidenciam a grande dificuldade de acessar e efetivar os direitos territoriais das comunidades negras.

São diversos os entraves encontrados. Além da morosidade para efetivação das titulações, existem grandes forças opositoras inclusive contra os próprios direitos já instituídos. Está em trâmite no Supremo Tribunal Federal, aguardando votação, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra o Decreto de Titulação Quilombola, o Decreto 4887 de 2003. A ADI 3.239 foi entregue ao Supremo Tribunal Federal em 25 de junho de 2004, pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM). Caso o STF aprove a Ação, os processos de titulação serão paralisados e os títulos já obtidos, ameaçados (www.socioambiental.org).

O caso colombiano

Os negros na Colômbia lutaram pela sua liberdade desde o início da colonização, com os *cimarrones* (negros em luta) que fugiam para os *palenques*. No contexto dos conflitos pela independência no país (1810), muitos negros lutaram em troca de suas liberdades. Mesmo com o fim da escravidão em 1851, ao final do século XIX, quando se deu o ideal de construção de uma nação colombiana moderna e civilizada, as populações negra e indígena foram deixadas de lado e passaram por um forte movimento de extermínio cultural e miscigenação, em prol da construção de uma identidade superior. O que se viu foi a exclusão social do negro e do índio e o nascer de uma República Colombiana em que essas populações tiveram seus interesses negados, mesmo quando se proclamavam a igualdade, a liberdade e a fraternidade como princípios de uma nação.

A elaboração da Constituição de 1991 foi um momento de inclusão de diversos atores que não tinham sido considerados na formação da República. O momento propiciou um importante debate, no qual se inseriram os afro colombianos, além dos indígenas já mais organizados. O debate girava em torno da ideia de que o país abrigava em seu território grupos étnicos distintos, como os negros e os indígenas, não sendo somente uma *Nación Mestiza*. O Estado abriu esse diálogo em busca de estabelecer estabilidade social em um



cenário de conflitos por conta do conflito armado, cedendo às pressões de organismos internacionais, para fortalecer a democracia e retomada da ordem pública pela via institucional (SILVA, 2012).

O momento apresentou-se propício para a conquista de direitos identitários, étnicos e territoriais. Foi então instituído o artigo 55, que reconheceu às comunidade negras do Pacífico o direito à titulação de suas terras ancestrais. De acordo com o artigo:

ARTIGO TRANSITÓRIO 55. Dentro dos dois anos seguintes da entrada em vigor da presente Constituição, o Congresso expedirá, estudo prévio através de uma comissão especial que o Governo criará para tal efeito, uma lei que reconheça as comunidades negras que estejam ocupando terras baldias nas zonas rurais ribeirinhas dos rios da Bacia do Pacífico, de acordo com as suas práticas tradicionais de produção, o direito à propriedade coletiva sobre as áreas que serão demarcadas na mesma lei.

(...)

PARÁGRAFO 1º. O disposto no presente artigo aplicar-se-á a outras zonas do país que apresentem condições similares pelo mesmo procedimento e estudos prévios e decisão favorável da comissão especial aqui prevista (COLOMBIA, 1991)

O artigo 55 foi posteriormente regulamentado pela Lei 70 de 1993 e o Decreto 1.745 de 1995, que instituíram os procedimentos para a titulação, que deve partir da auto atribuição enquanto sujeito de direito, cuja legitimidade será comprovada por meio de laudo técnico.

Na fase prévia, forma-se um conselho comunitário com caráter de pessoa jurídica, cujo representante terá diversas funções. Na fase seguinte, de requerimento, a comunidade apresenta um requerimento administrativo acompanhado de relatório e documentos probatórios dirigidos ao INCORA (Instituto Colombiano de Reforma Agrária). A seguir, na fase técnica, é composta uma equipe com funcionários do Ministério do Meio Ambiente, INCORA e IGAC (Instituto Geográfico Agustín Codazzi) que elaboram o informe técnico da visita. Segue-se a fase de oposições, na qual pessoas interessadas poderão se apresentar sobre as conclusões do informe técnico. Ausentes ou resolvidas as contestações, é expedida uma resolução constitutiva e o título deverá ser expedido pelo cartório, que, assim como no Brasil é coletivo, inalienável e imprescritível (CARVALHO, 2014).

Para requerer a titulação, as comunidades negras colombianas devem atender a algumas condições: ocupar terras baldias; estar situada na zona rural; serem comunidades ribeirinhas; manter práticas tradicionais de produção. Até 2012 foram tituladas 160 comunidades negras na Colômbia (SILVA, 2012).



Comparando Brasil e Colômbia

Ambos os países possuem como um traço comum em sua história o processo colonizatório orientado por um país europeu, cuja produção era voltada para exportação de bens primários, sendo a escravidão o pilar do modelo econômico. Os palenques, na Colômbia, e os quilombos, no Brasil, foram expressões da luta e resistência negra, sendo territorialidades próprias, subinscritas no território colonial. Após as abolições, os negros foram mantidos enquanto populações subalternizadas e não adentraram o mercado de trabalho, diante da política de embranquecimento das nações. Nos anos 1970 e 1980, devido a diversos fatores, deu-se a emergência de movimentos sociais entre eles os movimentos negros que retomaram o debate sobre o quilombo, enquanto um símbolo de luta negra. Na Colômbia, o movimento *Cimarronista*, e no Brasil, o *Quilombismo*, são expressões desta tendência (CARVALHO, 2014).

Em torno dos debates sobre a temática racial, a questão dos redutos de escravos fugidos tornou-se também um símbolo de luta e foi considerado nas Assembleias Constituintes, de modo que os movimentos negros garantiram a inclusão de leis que tratassem da posse da terra por comunidades negras, historicamente envolvidas com a resistência.

Ambos os países, a partir de suas Constituições Federais, assumiram o caráter de Estado Multiétnico, garantindo então o direito à posse da terra além de outros direitos específicos, para grupos minoritários a serem incluídos no estado de direitos e bem-estar social.

A partir das legislações adotadas e de decretos para regulamentação dessas leis, os processos de titulação de terras de comunidades negras no Brasil e na Colômbia apresentam procedimentos similares como a auto identificação, a necessidade de laudo técnico, o envolvimento de órgãos de Reforma Agrária e o caráter de coletividade, inalienabilidade e imprescritibilidade do título de terra.

O quadro abaixo compara a instituição de legislação para direitos territoriais no Brasil e na Colômbia.



País	Reforma constitucional	Direitos territoriais
Brasil	1988: Artigos 68, 215 e 216	Artigo 68: reconhecimento de direitos territoriais de comunidades quilombolas Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de trata o artigo da ADCT.
Colômbia	1993. Lei nº 70 de 27 de agosto	Reconhecimento das comunidades negras que ocupam terras em zonas específicas através de mecanismos de proteção da identidade cultural como grupo étnico e o fomento de seu desenvolvimento econômico e social

Adaptado de SILVA, 2012.

Sobre as diferenças entre os dois países, na Colômbia, a titulação das terras ficam restritas às comunidades rurais que ocupam áreas baldias, ribeirinhas e que mantenham práticas tradicionais de produção. No Brasil, a legislação é mais flexível, pois a exigência é de que apenas se comprove a ancestralidade ligada às fugas e resistência à escravidão. A legislação permite que terras privadas sejam desapropriadas, demonstrando um princípio importante para se pensar a reforma agrária. No entanto, surgem diversos impasses no caso de sobreposição de terras, casos que ficam sem solução, então o que parece ser um direito de maior amplitude, não consegue se efetivar (RODRIGUES, 2014a).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades negras, marginalizadas historicamente, estiveram durante o processo de formação da nação, construindo e reconstruindo vias alternativas de pertencimento ao território, formando territorialidades próprias que se opunham e dialogavam com a sociedade vigente. As questões de poder, expressas nas relações raciais, orientaram conflitos ora menos, ora mais aparentes.



Nos anos finais do século XX, os textos constitucionais, brasileiro e colombiano, apresentaram elementos de um Estado multiétnico, que reconhece a pluralidade da nação, assumindo a existência, a identidade e os direitos territoriais a grupos etnicamente diferenciados, circunscritos ao território nacional.

Porém, o acesso a esses direitos não conseguem se efetivar de maneira a causar mudanças efetivas, pois são vários os entraves. Verifica-se que os direitos foram conquistados no contexto de pluralização e democratização dos Estados nacionais, mas que não funcionam na prática como uma reversão da situação de subalternização dessas comunidades negras, que permanecem em uma situação de fragilidade social. Além disso, no caso do Brasil, esses direitos estão sendo severamente questionados e atacados por setores do governo, aliados a interesses das elites econômicas, sobretudo fundiários.

5. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Os quilombos e as novas etnias**. In: LEITÃO, Sergio(org). Direitos territoriais das comunidades negras rurais. Documentos do Ilsa nº 5, 1999. p. 9-18.
- CARVALHO, Eduardo Cesar Paredes de. **O procedimento de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios das comunidades negras tradicionais no Brasil e na Colômbia: a legitimidade para atuação da Defensoria Pública**. R. Defensoria Pública da União, Brasília, DF, n.5, p. 9-35, out. 2012.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio A. **Classes, raça e democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2002. 231p.
- HOOKER, Juliet. Indigenous/inclusion Black/Exclusion: race, ethnicity and multicultural citizenship in Latin America. **Journal Latin America Studies**, 37, 2005.
- LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira**. Salvador: UFBA, 2013.
- NASCIMENTO, Elisa L. **Pan-africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, João José; GOMES, Flavio. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2014.
- RODRIGUES, Cristiano dos Santos. **Movimentos Negros, Estado e participação institucional no Brasil e na Colômbia em perspectiva comparada**. Tese (Doutorado), Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014a.
- RODRIGUES, Vera. **Brasil e Colômbia: Dinâmicas Etnicorraciais e Territoriais**. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 156-188, 2014b.



SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. **Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009.

SILVA, D.S. **Regulamentação de Terras de Negros no Brasil**. Boletim Informativo NUER. Vol. 1, p.11-23, 1997a.

SILVA, Vera Regina Rodrigues da. **Entre quilombos e palenques: um estudo antropológico de reconhecimento no Brasil e na Colômbia**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SUNDFELD, Carlos Ari. **O direito à terra das comunidades quilombolas: Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias**. Sociedade Brasileira de Direito Público, 2002.

THOMAZ, Omar Ribeiro & NASCIMENTO, Sebastião. **Forasteiros e nativos: a construção social da autoctonia e a territorialização da excepcionalidade**. Campinas: UNICAMP, 2005. No prelo.

Eletrônicas:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado. 1988.

Disponível em:

www.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?concurso=CFS%20%202018. Acesso em 08/2017.

COLOMBIA, 1991. Constitución Política de Colombia. Disponível em: <http://www.corteconstitucional.gov.co/inicio/Constitucion%20politica%20de%20Colombia%20-%202015.pdf>. Acesso em 08/2017.

Comissão Pró-Índio. Disponível em: www.cpisp.org.br/terras/asp/terras_tabela. Acesso em 15/08/2017.

Instituto Sócioambiental. Disponível em: www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/nenhum-quilombo-a-menos-quilombolas-lancam-campanha-para-evitar-seu-juizo-final-no-stf. Acesso em 15/08/2017.



GT 02 - Movimentos Sociais e Lutas Sócio-Territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

QUANDO A IDENTIDADE QUILOMBOLA SE TECE NA LUTA: Memórias e Agências na Comunidade de Rosário em Salvaterra-PA

Elianete de Sousa Guimarães (SEMED/SALVATERRA)¹
elianetedesousa@gmail.com
Margarete Cléia dos Santos Leal (SEMED/SALVATERRA)²
margarete-leal1@hotmail.com
Agenor Sarraf Pacheco (UFPA)³
agenorsarraf@uol.com.br

RESUMO

O trabalho analisa modos como a identidade quilombola se tece na luta pelo reconhecimento de direitos de comunidades negras na Amazônia Oriental. Parte-se da compreensão das trajetórias e memórias e experiências de agência construídas por quilombolas da comunidade de Rosário, situados no município de Salvaterra, no Marajó dos Campos. Urdindo inquietações do presente com fios de memórias de enfrentamentos, táticas e astúcias por liberdade no passado colonial, quando a região foi transformada em território de escravidão em função da implantação da cultura do gado oriunda de Cabo Verde ou aparatos do sistema colonial para garantir a posse lusitana da região, os quilombolas de Rosário desde o final do século XX vêm se empenhando para garantirem a posse do território e reafirmação da identidade, enquanto população tradicional, dotadas de direitos humanos previstos nas diversas leis nacionais, mas não garantidas nas políticas públicas regionais e locais. Com base em pressupostos epistemológicos dos Estudos Pós-Coloniais e da metodologia da História Oral, focaliza-se estratégias de enfrentamento diário agenciadas por populações negras, afro-marajoaras em sua capacidade de empoderamento, autodeterminação e protagonismo frente a proibições ocorridas por parte de fazendeiros e arroteiros que os impedem de acessarem recursos naturais como caça, pesca, plantio e manejo de recursos das florestas e das águas, necessários à subsistência pessoal, familiar e coletiva.

Palavras-chaves: Luta; Identidade; Território; Quilombola; Salvaterra.

1. INTRODUÇÃO

¹ Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola da Universidade Federal do Pará (GEAM/UFPA). Formada em Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento. Professora da Rede Municipal de Ensino de Salvaterra.

² Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola da Universidade Federal do Pará. GEAM. Formada em Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento. Professora da Rede Municipal de Ensino de Salvaterra.

³ Doutor em História Social (PUC-SP, 2009); Realizou Estágio Pós-Doutoral em Comunicação, Linguagens e Cultura (UNAMA, 2016); Professor do Curso de Museologia e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e História Social da Amazônia (PPHIST) na Universidade Federal do Pará (UFPA).



A comunidade Quilombola de Rosário está situada no espaço rural, distante a 32 km da sede do município de Salvaterra, com aproximadamente 290 moradores e cerca de 45 famílias. O acesso é realizado por via terrestre. As atividades de subsistência exercidas na comunidade pelos moradores são a agricultura familiar (mandioca), pesca artesanal e o extrativismo vegetal (açai).

Neste artigo fazemos uma abordagem a respeito da luta dos quilombolas de Rosário, no município de Salvaterra, Marajó dos Campos, que buscam alcançar seus direitos territoriais previstos nas diversas leis como o artigo n.º 69, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988; a convenção 169 de Organização Internacional dos povos e comunidades tradicionais (OIT); o decreto 4887/ 03 e as demais leis que amparam esses atores sociais. Tendo por objeto de estudo a luta iniciada em 1999 para conquistar o próprio território e afirmar as identidades como quilombolas.

O objetivo central é analisar a trajetória de luta desses atores sociais, que buscam pela garantia de políticas públicas até então negadas pelos órgãos de governo. Daremos ênfase aos problemas enfrentados no seu dia a dia pelos quilombolas em função das proibições ocorridas por parte dos fazendeiros e arroteiros que os impedem de utilizarem os recursos naturais necessários a suas subsistências. Antes desses autodenominados novos donos da terra ali chegarem, homens e mulheres afro-marajoaras já realizavam suas práticas como: caça, pesca, plantio e manejo de recursos naturais diversos.

A necessidade de se realizar pesquisa a respeito das lutas dos quilombolas de Rosário deu-se em virtude da comunidade já possuir a certificação legal da Fundação Cultural Palmares. Este documento valida a iniciação para os estudos antropológicos que gabaritam a comunidade a realizar os procedimentos de titulação do território quilombola. Rosário está aguardando a titulação de posse de suas terras que se encontram em processo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Estado do Pará (INCRA-PA) a mais de 5 anos. Desde então, algumas comunidades do país passaram por um processo de reconhecimento e titulação para o qual se elaboraram laudos antropológicos. Atravessada, como todo campo político, por inúmeros conflitos, a possibilidade do reconhecimento tem o peso de lei constitucional (VILAS, 2005,p.187).

Apesar de existir diversas leis que amparam e garantam os direitos dos quilombolas, percebemos que os procedimentos burocráticos se tornam maiores quando se tratam desses direitos. No município de Salvaterra há 16 comunidades quilombolas, mais até hoje, uma somente conseguiu sua titulação perante o INCRA, a maioria sofre com essa situação.



A comunidade quilombola de Rosário é uma delas que desde 1999 vem lutando pela titulação dos territórios. Devido a formalidade exigida para realizar os procedimentos no departamento do (INCRA), essa comunidade sofre as consequências por não possuir a posse de seus territórios, pois há uma resistência muito grande por parte dos fazendeiros que acabam proibindo os quilombolas de utilizarem os espaços que consideram importantes para retirarem o sustento de suas famílias.

Para coletar as informações se fez necessário realizar entrevista com pessoas que viveram e vivem o enredo das lutas, dificuldades, conquistas e resistências frente às elites locais. Na perspectiva de apreender e valorizar as vozes quilomboladas, utilizamos a metodologia da História Oral com base em Alessandro Portelli para quem “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas” (PORTELLI, 1997a, p. 31).

Assim, foram entrevistados 4 pessoas, sendo duas idosas maiores de 70 anos e duas lideranças quilombolas que exercem funções distintas, como presidente da Associação Comunitária de Remanescente de Quilombola da referida comunidade, o Senhor Osimo Assunção de Sousa e a senhora Elieide Assunção de Sousa, como diretora de relações públicas da referida comunidade. Uma das entrevistadas não reside mais no quilombo, porém possui memórias ali enraizadas por ter nascido em Rosário, vivido desde sua infância até os 20 anos de idade e com isso guardado em suas lembranças histórias compartilhadas em Rosário. Trata-se da Senhora Sebastiana Vasconcelos 84 anos, moradora atualmente da comunidade de São Marcos. Outra senhora que foi importante nesta pesquisa foi dona Maria Joana dos Reis Assunção, 74 anos, moradora de Rosário. As narrativas apreendidas foram interpretadas na perspectiva da memória como composição, construção e recriação à luz das inquietações, experiências, enfrentamentos, superações e desejos vividos no presente (THOMSON, 1997; POLLAK, 1989; LE GOFF, 2003; RICOEUR, 2007). Nestes quadros, Portelli (1997b, p. 16) é esclarecedor: “A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”. A semelhança entre as recordações, afirma o intelectual italiano, ou seus pontos em comum, não autorizam a pensá-las como iguais.

As perguntas foram elaboradas para os três entrevistados, somente para dona Sebastiana, antiga moradora do quilombo, houve alteração para saber os motivos da migração para outra comunidade e a relação hoje com Rosário. Com base nas memórias produzidas no ato da entrevista, quando lideranças quilombolas puderam refletir, narrar, avaliar e projetar expectativas para o futuro, estruturamos o desenvolvimento do trabalho, sempre atentos ao diálogo com os Estudos Pós-Coloniais, preocupados com a agência, as



formas de empoderamento, resistências visíveis, táticas sutis e complexo movimento de mediações culturais (PRATT, 1999; HALL, 2003; BHABHA, 2003; ALMEIDA, 2013). Somamos a essa dimensão, a metodologia da História Oral no veio dos trabalhos da memória (LOWENTHAL, 1998; BOSI, 1999).

2. ROSÁRIO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva (e individual) sirva para a libertação e não mais para a servidão dos homens (e mulheres) (LE GOFF, 2003, p. 477. Grifos nossos).

A comunidade quilombola de Rosário possui uma trajetória histórica baseada em princípios relacionados às fugas de pessoas escravizadas que emigravam dos locais onde viviam para lugares distantes, onde pudessem viver longe dos opressores. Conforme Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 03)

Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

A história de Rosário é constituída por experiências de muitas fugas. Dona Maria Joana, 74 anos uma das moradoras mais antigas da comunidade, e de Dona Sebastiana, com 84 anos de idade, também antiga moradora da comunidade, atualmente residindo em outra comunidade, acerca dos diversos processos que perfazem a história dessa comunidade negra, contaram-nos que por volta de 1825, aquele lugar foi habitado por sete pessoas que vieram de Anabiju, região situada nas proximidades de Cachoeira da Arari, no Marajó dos Campos, local em que se concentrava um elevado número de negros foragidos na época da escravidão. Essas informações se sustentam em registros documentais e peças arqueológicas existentes no Museu de Cachoeira do Arari.

Os temores e dores da escravidão forçou populações negras no Marajó a dispersarem-se em busca de zonas de liberdade. Sarraf-Pacheco (2016, p. 51) atento aos mundos cruzados afroindígenas, baseando em importante produção historiográfica com destaque para o seminal trabalho do historiador Flávio dos Santos Gomes (2005) sobre a presença negra e a constituição de quilombos, mocambos e comunidades de fugitivos na Amazônia colonial, assinala que: “Em defesa de significados de liberdade frente à exploração intensa de seus corpos e culturas, índios e negros reconfiguraram cartografias marajoaras, pintando uma floresta alinhavada por rios, plena de fugitivos (GOMES, 2005)”.



Mais a frente completa mostrando que as fugas de escravos abriram-se em diferentes rotas. De Soure para Gurupá, Macapá, Melgaço, Cabo Maguari, Chaves, Breves e nos circuitos Pará, Amapá e Guiana Francesa e vice-versa.

O desejo de liberdade que poderia ser conquistado no sentimento de fuga fez populações negras procurarem, entre rios, florestas, várzea e terra firme, locais de difícil acesso para se livrarem das torturas que eram lançados contra elas. Percebemos, assim, as diversas trajetórias seguidas na composição dos quilombos no Brasil, de acordo com suas particularidades regionais e seu contexto geohistórico (CARVALHO & LIMA, 2013, p. 331).

A vinda de sete pessoas de cor de Anabiju para o Marajó dos Campos aconteceu por volta do século XVIII, onde se instalaram em Rosário, pois encontraram ali um local desocupado e começaram a luta pela vida em profunda relação com a terra, as águas e florestas. No decorrer dos anos, construíram suas casas, casaram-se e tiveram filhos e assim povoaram aquela área e com ela construíram laços de profundo afeto, sentimento de pertencimento e modo de vida gregário. Com o aumento da população ocorreu várias modificações e conflitos em função da luta pela defesa do território quilombola.

O reconhecimento interno e o reconhecimento jurídico das terras quilombolas faz parte de um longo processo. A construção de um sistema cultural baseado na vida comunitária, sem negar divergências e conflitos internos, e a relação com a natureza foi a base para que as novas mudanças acerca dos direitos do povo negro no Brasil fossem assumidas como bandeira de luta. A partir do ano de 1999, por meio de encontros nas outras comunidades reconhecidas pela fundação Cultural Palmares, foi possível iniciarem essa luta de maneira mais organizada e com compreensões mais amplas sobre a identidade pessoal e do lugar. A atuação do Programa Raízes Negras em Salvaterra ajudou a ampliar o debate acerca da forte presença e dos direitos das comunidades quilombolas no Estado do Pará. A reunião ocorrida na comunidade quilombola de Ciricari, Rosário e outras comunidades do entorno ao se fazerem presente puderam conhecer como o programa vem ajudando na luta pelo reconhecimento das “terras de preto”. Após o retorno para Rosário, o senhor Manoel Vasconcelos de Assunção, presidente da comunidade mobilizou famílias e esclareceu o ocorrido na Comunidade de Ciricari, conduzida por representantes do Programa Raízes Negras e coordenação da Professora Adelina que mediu a reunião e fez suas orientações sobre o processo de auto identificação das comunidades quilombolas em Salvaterra. Daí se inicia a construção do processo de política identitária e mobilizações políticas que as famílias ao ouvirem o presidente esclarecer o ocorrido na reunião de Ciricari perceberam a importância de reconhecerem-se enquanto quilombolas. Deste modo, no dia 07 de junho de 2006 aconteceu uma outra reunião para formalizar o processo de reconhecimento. Daí por diante se iniciou a luta pelos direitos coletivos.



Partindo dos argumentos de Valentim e Trindade (2011), o termo quilombo emergiu em documentos de 1740 do Conselho Ultramarino, nos quais a definição do termo quilombo como: “Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco em parte despovoada, ainda que não tem ranchos levantados e nem se achem pilões”. Posteriormente, em 1988, a Constituição Federal Brasileira passou a prever no art. nº 68, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado lhe emitir os títulos respectivos (VALENTINA & TRINDADE, 2011, p. 297).

Considerando os argumentos das autoras, concordamos com Almeida (1999, p. 14-15) quando faz sua crítica a respeito do conceito de quilombo, pois a primeira definição elege somente cinco características de um quilombo: 1º - Fuga; 2º - uma quantidade mínima de fugidos; 3º - isolamento geográfico; 4º - moradia habitual; e o 5º - autoconsumo. Todavia sabemos que a identidade quilombola não se limita somente a 5 elementos, pois nem todos eles produziam e se alimentavam somente de arroz, outrossim, não podemos limitar uma quantidade mínima de fugidos, pois em rebeliões organizadas para destruir senzalas, os quilombolas se esforçavam ao máximo que podiam para levar consigo seu grupo.

No entanto, para discutir o termo quilombo, elegemos a segunda definição trazida pela Constituição Brasileira de 1988 pelo fato de não limitar as características definidas pelo Conselho Ultramarino e sim pelo fato de fazer um reconhecimento de direitos para esses atores que visualizam o território quilombola como espaço onde possam desenvolver suas “práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”(SCHMITT, TURATI, CARVALHO, 2002).

A questão do território quilombola possui uma conjuntura histórica, política social e cultural. Schmitt, Turati e Carvalho (2002, p. 205), reafirmam o argumento quando assinalam:

É a partir dessa posição que historicamente desfavorável no que diz respeito a relação de poder, que as comunidades quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história. Em tal situação de desigualdade, os grupos minoritários passam a valorizar positivamente seus traços culturais diacríticos e suas relações coletivas como forma de ajustar-se às pressões sofridas, e é neste contexto social que constroem sua relação com a terra, tornando um território impregnado de significações relacionados à resistência cultural.

Partindo desse pressuposto, concordamos com as autoras quando enfatizam os significados que a terra possui para os quilombolas. A isso acrescentam a expressão: “e não é qualquer terra, mas a terra que mantiveram alguma relação cultural, social e a autoestima”. Isso deixa ver que as comunidades quilombolas tomam um novo rumo com a questão dos territórios, não se limitam somente pelo uso, mas também pela importância e



pelo significado que representam os elementos da natureza ali presentes. Neste espaço, os quilombolas de Rosário interagem com a natureza pensando no futuro das próximas gerações. Ao retirarem os recursos da terra, das florestas e das águas, operam com regras de compreensão e respeito aos ciclos da natureza. E o que nos relata o senhor Ozimo: “é da natureza que retiramos a maior parte de nossa comida”.

Logo se percebe que os quilombolas utilizam como alternativa a apropriação dos recursos naturais e a natureza continua sendo sua grande aliada para garantia da vida e desenvolvimento de práticas quotidianas e simbólicas. Seu Ozimo, em relação ao uso do território, é esclarecedor: “quando se trata de área de pesca em parte dentro do rio se tem uma facilidade para pescar, porém quando se trata dos lagos e igarapés que estão supostamente sobre propriedade dos fazendeiros, fica mais difícil da gente pescar, mas agente insisti, porque agente depende da pesca para sobreviver”. Em relação ao açaí, comentou: “agente consegue colher o que tem aqui perto da comunidade, mas quando se trata do território que tá de posse do fazendeiro é mais difícil conseguir esses frutos por conta das cercas que nos impede de entrar no açaizal”.

Vivendo nos limites do vigiar e punir das estratégias assumidas pelo poder latifundiário, historicamente instalado em toda a região marajoara (SOARES, 2002), frente ao direito e a necessidade de gerenciar o uso comunitário dos recursos naturais, os quilombolas de Rosário, conforme narra seu Ozimo, procuram saídas viáveis e legais para livrar-se da dificuldade de utilizar os recursos que garantem a sobrevivência da comunidade, uma vez que o território sempre foi utilizado de forma equilibrada, coletiva e de olho nas gerações futuras.

Esses cuidados têm uma origem, os ancestrais da comunidade se preocupavam em repassar essas sabedorias aos mais jovens e assim se mantêm na comunidade até os dias atuais. Portanto, estamos diante da incorporação de características identitárias que, em decorrência de eventos históricos, introduzem novas relações de diferença, as quais passam a ser fundamentais na luta dessas populações negras pelo direito de continuar ocupando e transmitindo às gerações vindouras o território conformado por diversas gerações de seus antepassados (SCHMITT, TURATI e CARVALHO, 2002, p. 5) e fertilizado nas narrativas e seus enredos.

Entretanto, a luta pelo território não começou somente a partir de 1999. Os antigos moradores para conquistar as terras de Rosário lutaram muito para obter um documento de posse de terra que, na época, era regido pela Lei de Terra, cujo funcionamento obrigava que para ser proprietário de terra teria que cumprir com normais cartoriais, documento este regido por uma escritura que lhes dava o direito de posse. Segundo relato de Dona Sebastiana:



Antigamente era feito coleta entre os moradores para pagar o documento das terras de Rosário. As terras de Rosário eram muito grandes, porém alguns moradores começaram a vender um pedaço e aí o fazendeiro comprava 10 metros e cercava 100. É por isso que Rosário tá assim desse tamaninho, ele aproveitava a inocência das pessoas e ia comprando, muitas das que fazia isso era porque, às vezes, estava aperreado, e também nem pensava que um dia chegaria no ponto que tá.

E bem visível quando Dona Sebastiana, em suas palavras, faz seu desabafo quanto à violação dos direitos ainda hoje em evidência. A venda de terras tem interferido na vida das famílias do quilombo de Rosário, e hoje elas sofrem com as consequências em função do território, pois aquilo que era e (é) dos quilombolas está nas mãos dos fazendeiros e arroteiros que utilizam as terras somente para o mercado. Esses fazendeiros implantam cercas elétricas nos locais de acesso dos quilombolas, na tentativa de coibir todas as atividades que envolvem os usos de seus territórios, se apoderam do território se achando os “donos da Terra”.

O importante é que os quilombolas têm entre eles uma boa relação e possuem as diversas formas de trabalho, uma delas é a coletividade, porém não precisavam de um documento que regesse o funcionamento de sua organização social. O reconhecimento da comunidade enquanto quilombola é bem recente, porém a luta pelo território já se perdura há vários anos, pelo fato de existir uma luta em favor dos cuidados pela terra, uma vez que são importantes para realizar suas práticas culturais e manter suas sobrevivências físicas, espirituais e identitárias. A identidade quilombola, até então, é um corpo estranho para estas comunidades rurais negras, passa a significar uma complexa arma nesta batalha desigual pela sobrevivência material e simbólica (SCHMITT, TURATI e CARVALHO, 2002).

No entanto, as diferenças do passado interferem nas vidas desses moradores. Ficou bem explicito, por exemplo, na fala de Dona Sebastiana, moradora antiga de Rosário, que em seu relato diz: “antigamente não existia cerca, a gente caçava, pescava, tirava açaí e madeira para fazer casa, nós era livre pra fazer tudo, as terras eram nossos, tudo o que tinha nela era nosso”. É pertinente na fala de Dona Sebastiana quando relata a respeito da liberdade que tinham para realizarem diversas práticas necessárias ao sustento sem serem impedidos pelos fazendeiros e arroteiros a utilizarem seus próprios territórios.

Hoje, a comunidade quilombola de Rosário está à mercê dos fazendeiros e arroteiros, dificultando o acesso aos direitos dos quilombolas na apropriação desses recursos. Nesse sentido, os direitos previstos na constituição federal que tratam sobre o ir e vir não estão sendo respeitado pelo fato de os quilombolas serem impedidos de utilizar os bens materiais necessários para sustentar suas famílias.



Dentro desse contexto, são bem visíveis como as pessoas lutam pela garantia desses direitos, os quais são percebidos na fala de Seu Osimo quando narra que: “A gente já fica desacreditado quase sem esperança de conseguir nossa titulação, quando a gente participa dos encontros que tratam dos direitos dos quilombolas a gente fica feliz com a notícia, mas quando chega para colocar em prática esses direitos parecem que estão distante da nossa realidade. Só não podemos achar que é impossível, uma hora alguém vai olhar pra nós”.

3. TERRITÓRIO E IDENTIDADE

“Identidade cultural é um ‘tomar-se’ e não apenas um ‘ser’. Pertence tanto ao futuro como ao passado. (...) elas sofrem transformações constantes. Longe de se fixarem eternamente num qualquer passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo ‘jogo’ da história, da cultura e do poder” (HALL, 2006, p. 24).

Dentre as lutas dos quilombolas de Rosário, a luta pelo território quilombola é ainda um grande desafio. Apesar de explicitado no art. nº 68 da ADCTS que trata dos direitos e da titulação do território quilombola percebe-se, então, um direito que está somente escrito, pelo fato de se defrontarem com um vasto procedimento burocráticos que são alçados para a efetivação dos direitos, é que a maioria das comunidades quilombolas ainda não possuem a titulação de terras estabelecidas pela convenção 169 que trata desse direito que diz: “Aos Remanescentes das comunidades dos quilombos e garantido a propriedade definitiva e o Estado deve omitir-lhes seus respectivos títulos”.

Para afirmar esses direitos, a comunidade vem enfrentando historicamente muitos desafios, um deles é o reconhecimento desses direitos por ser uma causa recente e emblemática para a comunidade, tanto em dimensão endógena, quanto exógena. José Maurício Arruti (2006), estudando a trajetória do Mocambo, comunidade localizada às margens do rio São Francisco, no Sergipe, percebeu a sinuosidade e descontinuidades que envolveu o processo de construção da identificação como remanescentes de quilombos por parte dos próprios integrantes do grupo. Frente a isso, o pesquisador procurou entender a comunidade “por meio dos fluxos que o atravessam e que o ligam a agentes e fenômenos distribuídos por diferentes locais, escalas e tempos” (ARRUTI, 2006, p. 35).

Embora essa dificuldade para a conquista dos direitos exista, as mobilizações coletivas são um dos instrumentos importantes na luta. Diante dos desafios enfrentados, o movimento quilombola vem se mobilizando para buscar seus direitos, defendendo antes de tudo o reconhecimento de sua ancestralidade negra. Nestes quadros, Hall (2006, p. 24) é esclarecedor: “Longe de se fundarem numa mera ‘recuperação’ do passado, que está à



espera de ser descoberto e que, uma vez encontrado, (...) as identidades são os nomes que damos às diferentes formas como somos posicionados pelas narrativas do passado e como nos posicionamos dentro delas”.

Percebemos que o reconhecimento de si está conectado ao reconhecimento com a terra na cosmologia dos quilombolas de Rosário. Acompanhamos esses anseios nas falas da senhora Elieide quando relatou:

Existem várias demandas sobre a titulação das terras quilombolas no INCRA. Sabemos também que existe valores já estipulados para titular as terras, porém o INCRA é órgão do governo que foi criado para titular terras não pra quilombola e sim para grandes latifundiários, levando em consideração que a chefia do INCRA não é favorável à nossa causa de luta, mesmo assim não desistimos. Por meio de mobilizações, no dia 11 de maio do ano corrente, juntamos forças com todas as comunidades quilombolas do Estado do Pará e fomos acampar no INCRA com objetivo de saber respostas em relação à titulação das terras quilombolas. Conseguimos reunir com vários departamentos de governos: INCRA, SPU, INTREPA, MPF, MPE e demais órgãos para reivindicar agilidade na titulação das terras quilombolas”.

Diante do exposto é possível perceber que apesar das negligências do Estado que não executa suas ações voltadas à regularização fundiária das terras quilombolas, mesmo assim vimos que o movimento quilombola luta incansavelmente pelos seus direitos. As informações que chegam aos quilombos são poucas, quando se trata de comunidade quilombola já se percebe o descaso por parte das autoridades, o que dificulta o entendimento sobre direitos quilombolas. Soma-se a isso a ausência do poder público quando não são promovidos dentro das comunidades quilombolas de Salvaterra ações que possam discutir e esclarecer a essas populações sobre seus direitos. Os poucos que chegam até o município, nem todos os quilombolas têm acesso ou quando não ficam somente em promessas.

A construção da identidade quilombola em Rosário fez parte de um movimento histórico sinuoso. Foi preciso os moradores reunirem fios rompidos de memórias do passado para despertar consciência de sua condição humana, avaliar os regimes de dominação do passado e sua continua reprodução no presente, motivando-se para unirem-se em defesa dos direitos à terra, à ancestralidade negra, à identidade quilombola. Esse exercício pode ser interpretado como uma representação de si do lugar que só veio se concretizar na relação com uma alteridade (os parceiros, os apoiadores, o movimento) que fornece esta possibilidade discursiva, jurídica, política e afetiva (VALENTIM E TRINDADE, 2011, p. 299).

O acesso à informação é fundamental para que o movimento dos quilombolas de Marajó, a exemplo de Rosário, estejam mais inserido nos espaços de debates e terem



condições de revitalizar suas formas de lutas em favor de seus direitos. Sem esse aceso, essas populações ficam impotentes para enfrentar a diversidade de situações conflituosas cotidianamente iminentes com fazendeiros e recentemente os arroteiros, já que estes últimos estão com seu plantio de arroz bem ao lado do quilombo de Rosário. As terras que estão nas mãos dessa elite latifundiária são garantidas porque foram produzidos documentos de posse, o que lhes dão pleno poder de direito de propriedade, mesmo que seja de conhecimento público que esses novos donos, legalmente constituídos, chegaram a pouco tempo na região de Marajó, alguns deles instalando-se em Cachoeira do Arari e Rosário.

Enquanto isso, os quilombolas ficam à mercê da violência política, social e cultural que acaba interferindo profundamente em sua organização social. Entende-se como violência política pelo fato de que os direitos que foram constituídos para esses atores são violados. É muito fácil o Estado apoiar/ incentivar a rizicultura, mesmo sabendo dos riscos e danos que a monocultura do arroz causa à população, do que cumprir com as leis que determinam os direitos dos quilombolas de cultivarem a terra com seus conhecimentos e sensibilidades para lidar com a dinâmica da terra, das águas, das florestas.

A situação fica mais crítica pelo envenenamento da terra e das águas pela ação dos arroteiros que utilizam produtos químicos perigosos ao ecossistema no plantio do arroz, sem contar com o desaparecimento de muitas espécies da flora e da fauna, sendo que esses recursos não serão devolvidos para a natureza, e quem sofrerá as consequências são as pessoas que deles necessitam para garantia de sua existência física, cognitiva, social e espiritual. Pode-se visualizar nas imagens os danos ambientais causados pela ação dos arroteiros que, para irrigar seus plantios, acabam desviando percurso do rio com abertura de enormes buracos com aproximadamente 2km de distância do rio para a terra firme e mais de 3m de altura, facilitando o trajeto de ida e vinda da água até a plantação. Com isso, a água ficará contaminada, matando várias espécies de peixes, afetando toda uma estrutura de manejo de pescada exercida pelos quilombolas de Rosário.

O cenário é de uma luta irregular, desigual e inconclusa, para lembrar apontamentos de Stuart Hall (2003) quando discute as batalhas das comunidades negras espalhadas pelo mundo inteiro para fazer valer seus direitos à vida, à tradição, à memória e à prática dos saberes-fazeres. Carvalho & Lima (2013 p. 333) destacam que a conduta territorial do Estado-nação sempre foi acompanhada de conflitos e resistência de grupos sociais portadores de distintas lógicas territoriais, exigindo a visibilidade, por parte do Estado brasileiro, da existência de diversas formas de expressão territorial. Até hoje, tais grupos vêm demandando reconhecimento através de lutas sociais, principalmente na resistência



ativa pelo direito a suas terras e na ressignificação (e não perda) de seus valores culturais e simbólicos.

Daí a importância de lutar pelos direitos quilombolas, quando se trata de uma resistência em prol do coletivo. Apesar de todos esses entraves que ocorrem na vida dos quilombolas, é importante frisar que muitos avanços já ocorreram em função dos territórios quilombola de Rosário iniciados pela certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares e em seguida os estudos antropológicos que deram subsídios para a realização dos procedimentos exigidos para a confirmação da titulação. Essas expectativas estão bem visíveis na fala da Senhora Joana quando nos relata que: “até aqui está encaminhada a documentação das terras quilombolas no INCRA em Belém. A gente fica feliz porque a equipe do INCRA já veio várias vezes aqui na comunidade iniciar os trabalhos de titulação, e isso nos deixa com uma esperança de que vamos ganhar nossa titulação”.

Logo percebemos os anseios e a renovação da esperança que a comunidade de Rosário tem em relação à conquista do direito de vida e uso de seu território. Para tanto, a situação da titulação esbarra neste momento na crise econômica do país que interfere nesse processo. Embora as políticas governamentais que foram criadas em prol das comunidades tradicionais em função de suas titulações estejam fragilizadas, nesse momento, acreditamos que a existência de orçamento definido para a realização dessas ações, competência técnica, jurídica e vontade política podem derrotar o “discurso da crise” e garantir às populações tradicionais seus direitos humanos.

Por outro lado, existe um posicionamento ao contrário contra as políticas criadas para os quilombolas no senado. Há partidos ruralistas que apoiam as políticas desenvolvimentistas, e isso faz com que o processo pela titulação das terras seja demorado, ou seja, há resistência ao cumprimento dos direitos quilombolas. O posicionamento dos ruralistas se dá pelo fato de que, se o governo, representado nesse diálogo, negociação e luta pelo INCRA, conceder de imediato a titulação dos territórios quilombolas, os mesmos irão ficar sem as terras para a execução de seus projetos que, infelizmente, só trazem grandes impactos às populações mais necessitadas do arquipélago de Marajó.

É importante mencionar a insatisfação que os moradores têm em relação a invasão dos seus territórios. Dona Joana, em entrevista, mostra sua preocupação por não se ter a titulação de seus territórios em mãos. Isso só faz com que aumente ainda mais a sua preocupação com as gerações futuras, é o que percebemos quando nos relata que: “se a gente não conseguiu a titulação de nossas terras, daqui um tempo nossos neto e bisneto vão ficar sem as terras para apanhar o açaí, caçar, pescar e plantar”. A preocupação dessa mulher negra com o presente e o futuro das novas gerações está pautado em princípio que



apreende o cosmo em conexão com o humano. Em outra direção, Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p.04) mostra os laços de afeto que conectam as pessoas nos lugares.

Partindo da ideia das autoras, é importante ainda frisar que os quilombolas de Rosário têm o território como elemento fundamental para a construção social e coletiva. Eles consideram o espaço não somente para o momento, mas também para utilizarem os recursos naturais de forma equilibrada e sustentável no sentido de preservar esses recursos para as gerações futuras. É visto que a identidade quilombola apresenta-se estreitamente vinculada às formas como esses grupos relacionam-se com lugares de pertencças, assim como com sua ancestralidade, tradições e práticas culturais, numa relação em que território e identidade seriam indissociáveis (CARVALHO & LIMA, 2013, p. 331).

Os empreendimentos de fazendeiros e arroteiros nos territórios quilombolas do Marajó impacta ambientalmente as terras por conta dos danos ambientais causados pela derruba da mata, perda de espécies, proliferação de doenças pulmonares ocasionada pela aplicação de agrotóxicos. Soma-se a isso o fato de a rizicultura na região estar desestruturando o trabalho coletivo, quando o mesmo tentou desarticular o grupo com sugestões de melhorias nas atividades agrícola e desenvolvimento na economia local com o propósito de implantar um aviário e um tanque escavado para criação de peixes. Foram propostas apresentadas pelo rizicultor para tentar manipular e ganhar a confiança dos quilombolas. A partir dessa estratégia de parceria, a discussão sobre o território teve outro rumo, como ficou visível na fala de dona Elieide:

Com a chegada desse arroteiro em nossa comunidade, muitas coisas mudaram, inclusive o pensamento coletivo dos quilombolas, pois o rizicultor para ganhar confiança, conseguiu reunir com alguns quilombolas com a proposta de empregos que seria gerado com empreendimento, também ajudaria desenvolver a economia local, como: arar terras e doar adubos para o plantio de mandioca. Em troca os quilombolas teriam que lhe repassar uma quantia em farinha, assim como outras promessas. Com isso nossos próprios companheiros de luta deixam de acreditar nas nossas lutas, passando a confiar nas promessas feitas pelo empreendedor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias dos terratenentes são variadas. Articulam-se com o estado, usam o poder da violência e procura desarticular a luta coletiva dos quilombolas para que o enfraquecimento os levem a desistir dos enfrentamentos. A incerteza dos novos tempos, contudo, não apaga a capacidade de homens e mulheres negres compreenderem os sentidos dessas estratégias e operarem com suas táticas para revitalizar a luta, driblar o silêncio, a violência declarada e simbólica e continuar acreditando que unidos conquistarão o



direito à terra, a reprodução da vida, dos saberes, crenças e tradições construídas em diásporas (CERTEAU, 2002).

A história dos quilombolas de Rosário nos permitiu identificar vários fatores que dificultam o reconhecimento da identidade quilombola pelo fato de não se ter ainda acesso à posse de seu território. Ao desenvolver a pesquisa, percebemos a preocupação que os entrevistados têm em função do reconhecimento do território quilombola de Rosário, pois a atuação dos fazendeiros e a negação dos direitos do território que poderiam facilitar a vida das populações menos favorecidas que ali habitam acaba interferindo em sua dinâmica socioeconômica e histórico-cultural.

A contribuição das pessoas idosas fez com que a história e a memória do passado viessem a contribuir para a transmissão de conhecimentos que servem à preservação da trajetória e da identidade do lugar e seus moradores (BOSI, 1999). O fato de esses quilombolas não terem o reconhecimento territorial, não nega o desejo do exercício da autonomia, da liberdade e do direito ao uso da terra e seus recursos naturais, pois os processos de identificação, pertencimento e coletividade que os constituem estão para além da pedagogia do vigiar, punir e silenciar de fazendeiros e arroteiros e, algumas vezes, dos próprios órgãos públicos.

A insatisfação com a ação do Estado que deveria agilizar os procedimentos burocráticos e as muitas dificuldades cotidianas não impedem os quilombolas de lutarem pelos seus direitos. Eles compreendem que a luta é coletiva e precisa envolver as 16 comunidades quilombolas salvaterrenses para juntos enfrentarem a negação dos direitos de se manterem vivas, atuantes e capazes de prolongar presenças e ancestralidades negras na constituição do mundo amazônico e marajoara.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Júlia et al. (Orgs.). **Crítica Pós-Colonial: panorama de leituras contemporâneas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.
- BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Editado por Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. 7. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CARVALHO, Amâncio Monique & LIMA, Costa Ferreira Gustavo da. Comunidades quilombolas, territorialidade e a legislação no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Ciências Sociais**, n. 39, p. 329-346, outubro de 2013.
- CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.



- GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX)**. São Paulo: Ed. UNESP; Ed.Polis, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte/Brasília: UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. **Comunicação & Cultura**, n. 1, primavera-verão, p. 21-35, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, 17, 63-201, 1998.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, no. 3, 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**, v. 14, São Paulo, p. 25-39, fev/1997a.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 13-33, abr.1997b.
- PRATT, Mary Louise. Pós-colonialidade: projeto incompleto ou irrelevante? In: VÉSCIO, Luiz Eugênio e SANTOS, Pedro Brum (Org.). **Literatura & História: perspectivas e convergências**. Bauru: Edusc, 1999. p. 17-54.
- RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- SARRAF-PACHECO, Agenor. Diásporas africanas e contatos afroindígenas na Amazônia Marajoara. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 17, n. 26, p. 27-63, 1º sem. 2016.
- SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de Carvalho. Atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, n. 10, v. 1, p. 1-6, semestre de 2002.
- SOARES, Eliane Cristina Lopes. **Roceiros e vaqueiros na ilha grande de Joanes no período colonial**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). NAEA/UFPA, Belém-PA, 2002.
- THOMSON, Alistair. Reconstituindo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 51-71, abril/1997.
- VALENTIM, Renata Patrícia Forain de & TRINDADE, Zeidi Araújo. **Modernidade e Comunidades Tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola**. 2011.
- VILAS, Cristina Paula. **A voz dos quilombos: na senda das vocalidades afro-brasileiras**. Editora: Universidade Federal da Bahia/Brasil, 2005.

**GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina****A FESTA 13 DE MAIO PELO VIÉS DA SEMIÓTICA DO ESPAÇO NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA: ATO POLÍTICO QUE
EVIDENCIA O CONFLITO TERRITORIAL**

Izarete da Silva de Oliveira¹
(profizareteoliveira2016@gmail.com)
(Universidade Federal do Tocantins – UFT)
Prof. Dr. Elias Silva²
(esilvageo@uft.edu.br)
(Universidade Federal do Tocantins – UFT)
Súsie Fernandes Santos Silva³
(susiefernandes@uft.edu.br)
(Universidade Federal do Tocantins – UFT)
Prof. Dr^a. Kênia Costa⁴
(keniacost@uft.edu.br)

RESUMO

O presente texto é um relato de experiência vivido na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO. Apresentamos informações sobre a abordagem do processo de formação da comunidade na conquista e demarcação territorial. Objetivamos narrar, descrever e interpretar os sentimentos experimentados e o processo de preparação da festa realizada no dia treze de maio, ou seja, no Festejo da Abolição, o principal rito que marca a identidade desta comunidade e que possui uma historicidade advinda dos ancestrais da matriarca, Dona Juscelina e vivida no espaço do quilombo, no cotidiano local-global. Etapas da festa: *a alvorada*, quando é feita a anunciação do marco na história do negro escravizado, a abolição, e quando ocorre a festa; *a organização da festa* durante o dia, quando é ornamentado o espaço em que acontecerá o teatro; e *o Teatro da Abolição* no final da tarde a céu aberto, o ápice da celebração. Conceituou-se quilombo em Ratts (2006), o olhar semiótico em Landowski (2002 e 2015), o sentido de lugar em Tuan (2013), as questões históricas fundiárias brasileiras em Martins (2010) e colonialidade em Mignolo (2003), compreendeu-se rito e ritual em Segalen (2002) e Da Mata (1987), e o uso da linguagem em Fontanille (2014) dentre outros.

Palavras-chave: Quilombo. Linguagem. Festejo da Abolição. Rito.

1. INTRODUÇÃO

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação Estudos em Cultura e Território – PPGCULT. Universidade Federal do Tocantins – UFT, Brasil. E-mail: profizareteoliveira2016@gmail.com

² Professor Ajuato da Universidade Federal do Tocantins e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território - PPGCULT. Universidade Federal do Tocantins-UFT, Brasil. E-mail: esilvageo@uft.edu.br

³ Mestranda no Programa de Pós Graduação Estudos em Cultura e Território – PPGCULT. Universidade Federal do Tocantins – UFT, Brasil. E-mail: susiefernandes@uft.edu.br

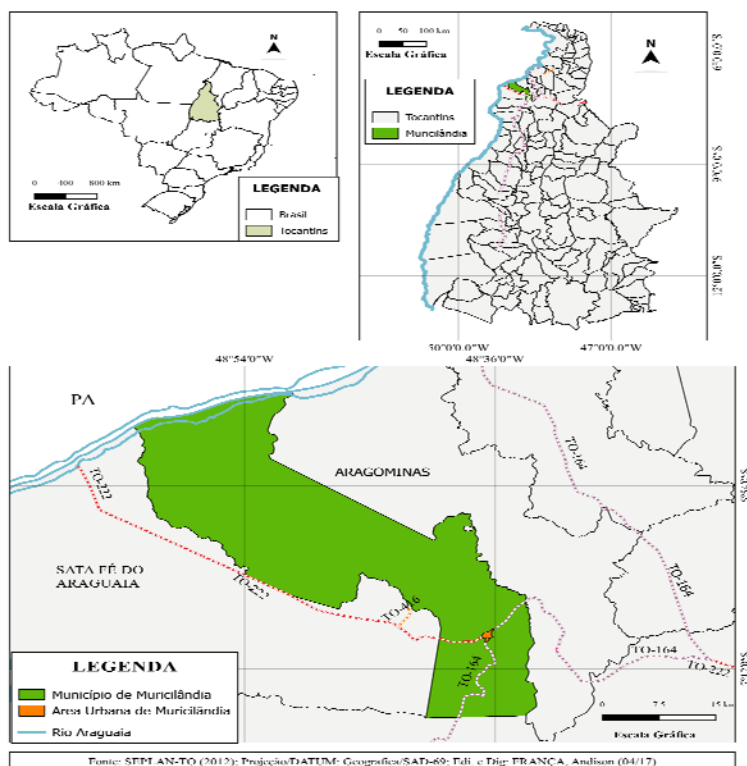
⁴ Professora Ajuata da Universidade Federal do Tocantins e do Programa de Pós-Graduação em Estuc 01
Cultura e Território - PPGCULT. Universidade Federal do Tocantins-UFT, Brasil. E-mail: keniacost@uft.edu



1.1. Localização da Comunidade Quilombola Dona Juscelina

A Comunidade Quilombola Dona Juscelina está localizada no Norte do Tocantins e do Brasil e encontra-se na área urbana (por condição, em razão de não ter sido ainda definido o território de direito), mas sem perder o vínculo com o rural por conta da agricultura de subsistência que ainda é praticada. A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, em vinte e oito de novembro de dois mil e sete, com duzentas e trinta e cinco famílias cadastradas com autodefinição quilombolas, perfazendo um total aproximadamente de novecentas pessoas associadas.

Mapa de localização da Comunidade Quilombola Dona Juscelina – CQDJ



2. Alvorada do Quilombo: Anúnciação da Abolição!

*"A terra é o meu quilombo,
o meu espaço é o meu quilombo.
Onde eu estou,
eu estou,
quando estou eu sou"*
- Beatriz Nascimento
RATTS (2006.p.59)

As comemorações do dia treze de maio iniciaram-se às quatro horas da manhã com os rojões dos foguetes anunciando que o quilombo estava em festa. Coração no ritmo ⁰² rojões e das batidas dos tambores! A presidente estava organizando a equipe de participantes para o cortejo da alvorada. Foi emocionante ouvir os quilombolas entoarem



cantos que expressam o desejo de liberdade, igualdade, de identidade. Eles reclamam pelos direitos contidos ainda no papel, e afirmam que as lutas devem ser organizadas e fortalecidas para se alcançá-los. O grupo do cortejo é guiado por mulheres quilombolas pelas ruas da cidade, além de alguns homens e crianças.

Eles entoam cantos que evocam união, amor, o viver em comunidade, um apelo ao respeito e à igualdade e que convidam todos os trabalhadores pobres a ter confiança uns nos outros, a lutarem esperançosos pela conquista da terra (meio que irá garantir a segurança alimentar e trazer certeza de cidadania) e por direitos igualitários. Esta é a principal bandeira de luta deste quilombo: a conquista de seu território, anseio que guia a matriarca! É preciso que crianças e jovens incorporem esta luta, para que todos, inclusive os griôs, poderem ter motivos para sorrir.

Este momento é a anúncio do que representa o marco da história dos negros em nosso país, de nossa história, e que culminou na assinatura da Lei Áurea pela Princesa Izabel, cultuada como a redentora pela matriarca desta comunidade. A rota do cortejo percorre as principais ruas do centro urbano da comunidade e retorna à casa da matriarca, onde um lanche é servido a todos: farofa de carne e café.

Nos cantos é nítida a crítica quanto à realidade que é proposta ao povo negro a partir da abolição, já que esta não trouxe a liberdade em si ou mesmo democracia racial, como aponta RATTIS (2006.p.108): *se somos parte integrante de uma democracia racial, por que nossas oportunidades sociais são mínimas em comparação com os brancos?* A culpa é da abolição que veio e não os *libertou!*

Os cantos inflam o sentimento de união, de orgulho de ser quilombola, lutar contra as desigualdades tão presentes em nossa sociedade e combater o racismo, o preconceito. É preciso dizer não para as imposições ditas por esta sociedade tão aristocrática, pela elite, que se incomoda com a presença dos negros nos diferentes espaços sociais, na universidade, na política, nos hospitais, cargos antes não ocupados por estes. Os cantos evidenciam que a abolição ainda não trouxe o direito que tal lei pressupunha: a liberdade!

3. Espaço do Teatro da Abolição: um lugar de histórias e memórias

As memórias e as histórias que serão contadas a seguir foram vividas no espaço em frente ao palco, nos arredores da casa da matriarca. Aos poucos o local foi sendo modificado. Fitas limitavam a circulação de pessoas, reservando o espaço para qu^o3 ornamentação pudesse ser organizada. Pode-se notar o tronco na composição do espaço, já que este faz parte da representação teatral e nos arremete às lembranças dos castigos cruéis a que os escravos e escravas eram submetidos. Ele estava preparado e ornamentado com um cacho de coco e palhas do babaçu.



Figura 01: tronco do açoitamento



Fonte: OLIVEIRA, 2017

Um detalhe importante talhado no tronco é a data do marco histórico que estava sendo comemorado nesta comunidade quilombola, treze de maio de mil novecentos e sessenta e dois. Havia ao redor do tronco um ralo que é utilizado pra ralar mandioca e milho, na produção de massas ou de farinha, além de um cofo e um abano feitos de palha de babaçu.

Pude notar que na cozinha, naquele momento, é servido o alimento da identidade quilombola. Crianças, jovens e mulheres estavam na cozinha se caracterizando. Pintavam-se na cozinha com uma mistura feita de carvão amassado com óleo de cozinha. Fui informada de que já tentaram mudar tal tradição, mas, devido ao fato de que a missão da festa da Abolição foi passada para Dona Juscelina por seu tio, esta não aceita a retirada da pintura. Tal ato é um ato político, de enfrentamento. E não se discute sobre o caso. 04



Figura 02: pintura com carvão e óleo



Fonte: OLIVEIRA, 2017.

A única filha da matriarca, que é uma senhora que acompanha o ritual da festa da abolição desde a juventude, ajuda jovens quilombolas a se pintarem. Por um momento tento entender porque usam a mistura, porque não realizam a encenação teatral sem isso. Na rua, também encontro meninos já pintados que farão parte do elenco, na concentração, reunidos próximo ao palco. Sorriem, brincam... E penso que ainda não entendem com profundidade o significado de todo aquele rito ou ritual. Observando o que diz Segalen (2002, p. 31), que define-os como:

[...] um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica. O rito é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagem e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns do grupo. O uso do ritual é paralelo ao aparecimento da humanidade.

Entende-se que cada grupo, neste caso a comunidade tradicional quilombola, tem este evento como específico e que fornece unicidade. Assim, compreende-se que quando um ritual é executado, este não é apenas uma apresentação teatral, pois esta é clivada de elementos e símbolos e evoca a própria cultura e as crenças de todos que são envolvidos como um todo, amalgamando a própria identidade. 05

Nota-se que os símbolos compõem toda uma simbologia, o que traduz a grandeza das manifestações da cultura, uma referência por si só. Da Matta (1987, p.6), o antropólogo, explica que alguns aspectos banais da vida social transformados em símbolos retratam uma



dada realidade sociocultural. É necessário entender os ritos e rituais, que representam uma ligação do passado com o presente, a partir das formas culturais e de suas manifestações.

Enquanto isso, os outros figurantes, inclusive os da família real, estão se preparando em outros locais. Somente na hora da encenação é que estarão presentes. Enfim, tudo pronto! A ornamentação está perfeita! Hammad (2017. p.01) afirma “[...] que o espaço não ganha seu sentido senão em função do uso que dele é feito, do fazer que nele se desenvolve [...]” e, neste caso, este espaço é repleto de sentido para os quilombolas.

Figura 04: cenário do teatro da abolição



Fonte: OLIVEIRA, 2017

Em formato circular, o espaço onde ocorrerá a encenação do teatro da abolição está composto por cofos, esteiras e abanos, utensílios domésticos que ainda são utilizados por quilombolas e que representam o ritmo da lida na terra. Ainda compõe o conjunto um “quibane”, utensílio feito de talos de buriti que é usado para cessar o arroz e colocar sementes, por exemplo, de café para secar, entre outras utilidades. Encontramos uma panela de ferro num fogão de “trepes” (nome dado ao fogão que se utiliza de três pedras de formato triangular e que utiliza lenha para gerar o fogo), além de uma cabaça e de um pote de barro. Cita-se o elemento mais importante, que agrega valor cultural, histórico e é importante elemento simbólico que marca a identidade quilombola: o pilão!

Assim, os símbolos representados por objetos, eventos, atos e formações linguísticas trazem diversos significados, rememoram emoções e incitam as pessoas a agir. Desta maneira, a construção e a preservação simbólica como um legado é um elemento importante para a formação da identidade quilombola.

O trator e o machado são elementos que configuram o território aberto, dominado pelas quebradeiras de coco e marcado por conflitos entre o agronegócio e a economia de subsistência ou o extrativismo, entre o latifundiário e a quebradeira de coco. A disparidade



entre a força da mulher quebradeira de coco e o homem latifundiário é visível. Assim o pilão e seu conjunto são tidos como os maiores símbolos da vida de um quilombo em seu território.

Figura 05: o pilão e o quilombo



Fonte: OLIVEIRA, 2017

Para Fontanille (2014.p.3), “[...] reportado ao conceito semiótico de semiosfera, o território seria uma versão figurativamente determinada (espaço, tempo, atores) e apreendida do ponto de vista de seu potencial de transformações em processo [...]”. Ainda é possível notar a presença de um feixe de cana-de-açúcar entre cofos que não está lá sem um sentido. Ele fará parte dos acessórios usados no teatro assim como fez parte da história da escravidão no Brasil, nos engenhos de açúcar, entre o doce da cana e o amargo do cativo. A penumbra do anoitecer fazia despontar sensações antes não sentidas com tudo que ocorria naquele espaço e pelo que estava por vir. As luzes da cidade se acendiam, dando um brilho especial aquele momento. A emoção pulsava no ritmo da respiração.

4. Teatro da Abolição ou Festa Treze de Maio: marco identitário desta comunidade quilombola

Começa o teatro! Rojões estouram para anunciar que começou a grande festa. Todo movimento executado pelos atores entravam pelos olhos de muitos que estavam⁰⁷ arremetendo à ancestralidade do povo africano, provocando ou reavivando sentimentos de revolta, impotência, injustiça, e tantos outros sentimentos que intensificam o desejo de liberdade do povo negro como se encontra até hoje, às margens, sendo o ódio o único sentimento que não deve ser alimentado, contudo a efetivação de justiça, sim!

Observei no olhar, nas expressões das pessoas que estavam ali, múltiplos significados. O que me permitiu refletir e imaginar: o que estariam sentindo? Como é compreendido tudo ali? Certamente todos os cinco sentidos estavam sendo mobilizados



naquele momento: a visão, ao visualizar-se todo o contexto do teatro; a audição, que permite ouvir as expressões, os clamores, lamúrias, mesmo sendo uma representação cênica; o olfato, ao sentir o cheiro que fica naquela atmosfera, uma mistura de suor, lágrimas, terra e do cheiro da noite descendo no compasso dos atos; e o paladar, ao sentir o gosto ferruginoso, amargo do que foi a escravidão, convocando o tato, para que se possa sentir na pele um rastro de dor que o povo negro sofreu com a colonização europeia, com a privação de viver a própria vida, através da diáspora forçada, sendo assim escrita a história do povo brasileiro.

Sentir o lugar e viver este momento, por intermédio do poder cognitivo dos sentidos, é construir a realidade através da experiência. É através dessa experiência que se aprende como a identidade quilombola é criada. Assim, Tuan (2013. p. 18) diz que “[...] *um dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade [...]*”, que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento. E somente estando durante o período que ocorre a preparação e finalmente assistindo o teatro da abolição, é que é possível compreender a importância da festa para a Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

Ato nítido da expressão da superioridade imposta ao povo escravizado africano é a colonialidade. Entende-se que colonialidade é a dominação, pautada na diferença colonial, exercida pela Europa. Diferença colonial para Mignolo (2003. p. 10) “[...] *é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta [...]*”. O pensamento permite-nos debruçar o olhar sobre a cena onde a mãe se joga pra cima da chibata, tentando tomá-la da mão do capataz para que seu filho não apanhasse.

No castelo, a Princesa Izabel reúne o conselho e assina a Lei Áurea. Esta se dirige à senzala com os documentos em mãos e exclama para que todos os presentes pudessem ouvir e entender o que iria acontecer. Este inevitavelmente instituiu o início da marginaliz⁰⁸ do povo negro, que recebe a abolição, mas não que não é libertado das amarras que o prendem na exclusão social, que o prendem ao racismo, preconceito, ciclo contínuo de desvalorização.

Neste instante, toda a realeza que acompanha a princesa presencia o que é vivido ali, o anúncio do fim da escravidão. Toda a senzala se transforma em festa! Em êxtase! É o momento tão esperado, o anúncio da abolição! Um anseio que levou tantos negros a enfrentar o sistema escravista, levando à morte de muitos, mortes estas que não foram em vão, pois culminaram no ato final, mas que não significaram o fim das lutas por melhores condições de vida com dignidade para o povo negro. Lutas estas que ainda são latentes nesta comunidade pela terra, para Martins (2010), [...] na vigência do trabalho escravo, a



terra era praticamente destituída de valor... mais valiosos que a terra eram os escravos. Tão atuais as questões históricas fundiárias do Brasil quanto a desigualdade de sua posse.

É a maior expressão do ser quilombola deste quilombo! Todos dançavam alegremente, sem inibições! É uma oportunidade de compreender o que lhes dá identidade e a importância dada ao liame que transcende o dia treze de maio de 1888 com o marco do cinco de outubro de 1988, datas que devem ser citadas. Todos os quilombolas guiados pela voz e pela forte presença da matriarca entoaram os cantos de liberdade, que também vangloriam a Princesa Izabel, quando assinou a Lei Áurea.

Dançaram livremente, pois a prática da dança de suas origens, momento em que poderiam por um instante sentir-se na sua terra mãe, a África, nas senzalas, era proibida pelos senhores. O que é ser livre é vivido com toda intensidade! Não ser mais malacaio, mas agora um cidadão de direitos. Mas que direitos são estes? Os que foram ditos garantidos? O valor que é dado à princesa Izabel, que tornou o povo negro “livre” do senhor do engenho, é questionável, pois o ato de escravizar sustentou a economia durante o reinado e impediu que outros povos, à exemplo os africanos, vivessem o seu modo de vida sem interrupções, sem terem roubada a sua dignidade, sua significância no Outro.

Para Santos (2006.p.214), “[...] o mundo ganha sentido por ser um objeto comum, alcançado através das relações de reciprocidade que, ao mesmo tempo, produziremos a alteridade e a comunicação [...]”. Semioticamente pensando, o sujeito, na medida em que se constrói, forma sua identidade, fazendo surgir as diferenças. “[...] Vista desse ângulo, a problemática da identidade não se origina somente de uma lógica da diferença e do descontínuo; ela pede, sobretudo, o desenvolvimento de uma semiótica do contínuo, ⁰⁹ ‘devir’ ou, como se diz às vezes hoje, da instabilidade [...]” (LANDOWSKI, 2002, p. 29).

A presidente e outras mulheres do quilombo vinham entre os pelotões, ditando o ritmo do cortejo e entoando os cantos, transmitindo muito energia. A matriarca e os atores que representaram a família real estavam num carro em frente aos pelotões, um momento em que o dominador e o dominado compartilham do mesmo evento, pelo menos neste momento e mesmo sendo uma ficção. O que não condiz com a realidade no panorama político. Todos se envolvem pela música, quilombolas e não quilombolas, reflexo do hibridismo cultural, da convivência com a cidade!

5. Resultados

Emocionante tudo que aconteceu durante o dia! Causava arrepios aquela alegria, os sorrisos, os abraços, o lado a lado dançado no cortejo de comemoração da realização da festa! Impossível manter-se indiferente! E, durante o cortejo, é como se todas as entidades estivessem comemorando juntas, olhando, cuidando e guiando os quilombolas! Fomos



agraciados com uma chuva que caiu suavemente! Dançamos, cantamos, agradecemos! O percurso do cortejo do Rebolado foi o mesmo realizado pela alvorada da abolição, as principais ruas de Muricilândia-TO.

Vimos que a leitura realizada, não fez consideração ou conotação a um gênero textual único, pois está imbrincado nesta complexidade a conjunção opondo-se à disjunção. Os sujeitos e objetos se inter-relacionam em conjunção, realçando as paixões, o que os identificam, alimentam e faz agir, impulsionado por este sentimento, o sentimento quilombola visualizado no que foi apreendido nas figuras, no canto, nas falas, na dança e no teatro, enfim, na linguagem.

Sente-se que a relação dos atuantes com o lugar, ou entre sujeitos, não está destituída de valor e todo este saber, esses sentimentos e essa percepção são capturados pela semiótica através da narratividade, entendendo que esta é composta por um estágio inicial, onde ocorre a transformação ou desenvolvimento, para finalmente chegar a um estado final.

Desta maneira, pode-se dizer que todos que estavam presente na festa da abolição estavam em conjunção com o evento, com a performance do teatro da abolição, que foi marcada pela preparação para o ato em si, é visualizada nas figuras no decorrer do texto e evidencia “[...] *diferentes posições passionais, saindo de estados de tensão e disforia para estados de relaxamento e euforia ou vice-versa [...]*” (BARROS, 1994, p.47). Neste caso, considera-se o entusiasmo como elemento fundador que intensifica a conjunção entre os atuantes no espaço onde ocorre a festa da abolição. 10

Retorno do quilombo com minha bagagem cultural carregada, satisfeita de viver emoções que antes não tinha oportunidade de observar, presenciar, participar e de ter conhecido mais sobre a história do quilombo e da matriarca, do ser quilombola, do modo de vida, da culinária, dos embates religiosos e políticos, da importância deste povo para a historicidade brasileira. É importante que seja contada e escrita a história deste povo, oportunizar-se a saída da invisibilidade, dando voz nos diferentes espaços sociais. Estou muito agradecida por cada momento vivido na Comunidade Quilombola Dona Juscelina!

REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Teoria semiótica do texto. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1994.

DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FONTANILLE, Jacques. Territoire: du lieu à la forma de vie, Actes Sémitiques [Online]. 2014, nº 117. Disponível em: <http://epublications.unilim.fr/revues/as/pdf/5239>. Documento gerado em 30/06/2014. (Tradução livre Luiza Helena Oliveira da Silva)



HAMMAD, Manar; ARANGO, Sylvia; DE KUYPER, Eric; POPPE, Emile. HAMMAD, Manar et al. O ESPAÇO DO SEMINÁRIO. *EntreLetras*, v. 7, n.2, p.28-59, fev. 2017. Tradução de Luiza Helena Oliveira da Silva.

LANDOWSKI, E. Regimes de espaço. *Galáxia (São Paulo, Online)*, n.29, p. 10-27, jun. 2015.

LANDOWSKI, E. Presenças do outro: ensaios de sociossemiótica. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MIGNOLO, W. Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2003.

Misticismo e conhecimento. **Nagôs ou Anagôs**. Disponível em: *misticismo-conhecimento.blogspot.com/2016/03/candomblenacoes.html* acessado em 20 de julho de 2017.

RATTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial (SP) e Instituto Kuanza, 2006.

SANTOS, M. A natureza do espaço: razão técnica e emoção. 4. Ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

SEGALEN, Martine. Ritos e rituais contemporâneos. Rio Janeiro: FGV, 2002.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução Livia de Oliveira. Londrina:Eduel, 2013.

**GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina.****APONTAMENTOS SOBRE UMA ETNOGÊNESE QUILOMBOLA NO AMAPÁ: O CASO DO QUILOMBO DO ROSA**

David Junior de Souza Silva (IESA/UFG)¹
davi_rosendo@live.com

Alecsandro José Prudencio Ratts (IESA/UFG)²
alex.ratts@gmail.com

RESUMO

Este artigo, fruto de tese de doutorado em andamento, analisa os fatores envolvidos no processo de etnogênese do Quilombo do Rosa, localizado na zona rural de Macapá, distante 20 km da cidade. A metodologia utilizada foi a etnografia junto à comunidade. Para a produção da etnogênese em si, dois processos fundantes foram identificados. O primeiro, a mobilização, em 2002 contra uma mineradora, quando esta planejava depositar arsênio, rejeito tóxico de mineração, nas terras da comunidade. O segundo, a chegada de uma política pública, o Programa Brasil Quilombola. Como expressão das contradições presentes no processo de etnogênese, o Rosa teve de enfrentar a resistência interna à autoidentificação como quilombola por alguns membros da própria comunidade; resistência em parte superada, pelos processos de produção de consenso próprios do grupo, em parte presente ainda hoje, na consciência de moradores da comunidade ainda contrários à autoidentificação e titulação do território como quilombola. A força motriz decisiva para a intencionalidade da comunidade do Rosa em direção ao autorreconhecimento como quilombola e o amparo respectivo da lei foram as ameaças reais ao território da comunidade, experienciadas no período. No que concerne à relação entre etnogênese e território, o autorreconhecimento como quilombola e o posicionamento público como tal foi decisivo para assegurar o território do grupo face estas ameaças externas do período.

Palavras-chave: Quilombo do Rosa, Etnogênese, Território, Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil. Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil.

²Coordenador do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás (LaGENTE/IESA/UFG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (IESA/UFG).



As etnogêneses são os processos de construção identitária nos quais os povos tradicionais constroem-se como sujeitos coletivos com base em uma tradição cultural preexistente, objetivando sustentar a ação coletiva e a mobilização por direitos. Este fenômeno foi até agora estudado relativamente aos povos indígenas; todavia, é um fenômeno que vivem também as comunidades quilombolas.

As comunidades remanescentes quilombolas no Amapá, com exceção do Quilombo do C-riáú, iniciam processos de etnogênese no início do século XXI. Este artigo, fruto de tese de doutorado em andamento, analisa os fatores envolvidos no processo de etnogênese do Quilombo do Rosa, localizado na zona rural de Macapá, distante 20 km da cidade. A metodologia utilizada foi a etnografia junto à comunidade, realizada em 2017.

Veremos como, para a produção da etnogênese, alguns processos fundantes são localizáveis; veremos também como esta não é um evento, mas um processo longo no tempo, repleto de dialeticidades, de idas e vindas.

2. ETNOGÊNESE E TERRITÓRIO

Etnogênese, para Bartolomé, trata-se de um processo protagonizado pelas populações tradicionais no qual se reapropriam de sua identidade étnica, uma vez tendo sido obrigadas a abandonar esta identidade nos processos de colonização. Nas palavras do autor, “Trata-se da dinamização e da atualização de antigas filiações étnicas às quais seus portadores tinham sido induzidos ou obrigados a renunciar, mas que se recuperam combatentes, porque delas se podem esperar potenciais benefícios coletivos.” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 45).

Sua natureza de processos social, cultural e identitário é evidente; porém é distintivo também seu conteúdo político: a “etnogênese apresenta-se como processo de construção de uma identificação compartilhada, com base em uma tradição cultural preexistente ou construída que possa sustentar a ação coletiva”. (BARTOLOMÉ, 2006, p. 44).

É, pois, a reapropriação de uma identidade, com vistas à sustentação da ação coletiva, em geral frente ao Estado. Neste processo os povos nativos objetivam “se constituírem como coletividades, como sujeitos coletivos, para poderem se articular ou se confrontar com seus Estados em melhores condições políticas”. (BARTOLOMÉ, 2006, p. 44).

A propulsão do processo pode estar, já prevista por Bartolomé, na existência de novas legislações, que garantem atualmente direitos antes negados.



No caso das comunidades remanescentes quilombolas brasileiras, as políticas públicas oficiais de reconhecimento de comunidades remanescentes quilombolas, no Brasil no início do século XXI, desempenharam papel de primeira importância, como veremos, para o Rosa e outras comunidades quilombolas do Amapá - o que não quer dizer necessariamente que não ocorreriam de outra maneira.

“Em certas oportunidades isso se deve à desestigmatização da filiação nativa, mas frequentemente também às novas legislações que conferem direitos antes negados, como o acesso à terra ou a programas de apoio social ou econômico.” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 45).

Para caracterizar esta relação no Brasil contemporâneo, do movimento social quilombola com o Estado, o direito e as políticas públicas, Amanda Lacerda Jorge (2015) define a condição do movimento social quilombola no Brasil como realizando um “caminho inverso”:

Isto porque, até a existência do dispositivo constitucional em 1988, tal movimento era incipiente e não se articulava prioritariamente a partir da denominação ‘quilombola’. Neste sentido, o artigo 68 do ADCT abriu o caminho para que esse movimento nascente ganhasse robustez e trilhasse novos caminhos, com o fortalecimento de suas reivindicações. (JORGE, 2015, p. 146).

Inclusive na reapropriação da identidade étnica quilombola – isto é, na etnogênese. Muitos/as militantes estavam nos movimentos negros e/ou rurais. Se reconheciam negros e ligados ao passado africano e ao histórico de escravidão e liberdade (RATTS, 1996). Muitas comunidades eram denominadas de “terras de pretos” ou expressões semelhantes.

3.A PRODUÇÃO DA ETNOGÊNESE

Marcos para a etnogênese do Rosa foram a garantia do direito na Constituição de 1988, o ADCT 68, que impulsionou a auto-identificação o reconhecimento social público das comunidades quilombolas no Brasil; a criação de políticas públicas com vistas materializar este reconhecimento; e a mobilização empreendida pela comunidade contra uma mineradora que intencionava depositar rejeitos tóxicos de mineração em seu território.

A título de contextualização, sobre as políticas públicas favoráveis, no estado do Amapá, estas políticas propiciaram o início do processo de reconhecimento de uma quantidade considerável das comunidades quilombolas no estado, algumas vindo a fechar o ciclo, com a titulação definitiva de suas terras, como é o caso das comunidades Mel da Pedreira, Conceição do Macacoari, e mais recentemente, da comunidade Rosa Pedreira. A exceção fica por conta do Quilombo do C-riaú, cujo processo de reconhecimento, certificação e titulação ocorreu na década de 1990.



Distingue-se aqui os eventos fundantes ou que dispararam a etnogênese do Rosa, daqueles que vieram na sequência e tiveram o efeito de consolidar esta etnogênese.

3.1 Eventos fundantes

Para a produção da etnogênese em si, dois processos históricos fundantes foram identificados.

O primeiro, a mobilização, em 2002 contra uma mineradora, a ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios S.A., quando esta planejava depositar arsênio, rejeito tóxico de mineração, nas terras da comunidade.

Diante da ameaça da ICOMI a comunidade do Rosa articulou-se com outras comunidades quilombolas, acionou a prefeitura municipal, acionou uma deputada federal, acionou outras comunidades da região, e realizaram uma grande mobilização que durou uma semana, na qual lograram expulsar a empresa do local e frustrar seus planos de despejar os rejeitos no território da comunidade.

Esta mobilização, malgrado não tenha trazido ainda a identificação como quilombola para a comunidade, acentuou fortemente seu sentido de comunidade, por isso deve estar nos antecedentes imediatos da etnogênese.

O segundo, a chegada de uma política pública, o Programa Brasil Quilombola. A identidade de comunidade remanescente quilombola não pode não ser ligada à existência desse programa. Este programa, realizado por meio do INCRA, foi que trouxe a categoria jurídica e identitária de remanescente quilombola, com a qual a comunidade se identificou atrelando-a a seus antecedentes ex-escravos.

O Programa Brasil Quilombola é uma política pública do governo federal para as comunidades negras rurais, com o objetivo de propiciar as condições para o autorreconhecimento destas comunidades como remanescentes quilombolas e o consequente acesso aos respectivos direitos.

Criado em 2003 na esfera federal, o programa chegou ao Amapá em 2004, através do INCRA local. Na ocasião a superintendência do INCRA se encontrava sob gestão de Cristina Almeida, conhecida militante do movimento de mulheres negras local.

Até então a única comunidade quilombola que havia no estado era o Quilombo do C-riaú – que foi nada menos do que o segundo quilombo a ser titulado no Brasil. Cristina Almeida, na condição de superintendente do INCRA, atuou, na esteira do Programa recém criado, no sentido de difundir os direitos quilombolas às comunidades negras rurais do estado e assim incentivar o autorreconhecimento e a titulação. A presença desta militante do movimento de mulheres na direção do INCRA é localizada como fato autônomo de



contribuição para o processo em pauta. A atuação de Cristina é fator de igual relevância ao da existência da política pública.

Até então, conforme Joelma Meneses, havia certo misticismo, como ainda há hoje, em relação à categoria jurídica quilombola e ao tornar-se quilombola. Segundo ela, “o pensamento de muitos é eu vou virar quilombola, não vou poder fazer isso, não vou poder aquilo”. Havia, portanto, razoável desconhecimento quanto ao direito quilombola e desconfiança quanto ao ser e tornar-se quilombola.

Na comunidade do Rosa havia o caso de Josefa, tia de Joelma e irmão de Maria Geralda, que não queria no início tornar-se quilombola, porque entendia que fazendo isso ela não poderia continuar com hábitos que tinha como caçar, e caçar e vender o produto da caça.

Josefa só mudou de posição conforme Joelma e Geralda explicaram para ela como era o processo. Sobretudo lhe esclarecendo sobre as interdições que haveriam, que não incidiriam nos hábitos alimentares ou de reprodução econômica; as interdições incidiriam apenas sobre a proibição de vender ou alugar.

Josefa também tinha receios quanto ao tornar-se porque ouvia de outras pessoas, que eram contra o reconhecimento quilombola, palavras pejorativas, como “que ser quilombola era um atraso”.

Tanto o desconhecimento do direito e da lei pelas classes populares quanto a produção intencional de informação falsa, movida pelos detratores do movimento quilombola e do movimento negro, alimentada não só por interesses contrários à titulação quilombola como pelo racismo, foram, no período de autorreconhecimento do Rosa, e ainda são no Amapá obstáculos a serem enfrentados no sentido do exercício pleno da cidadania das comunidades remanescentes quilombolas locais.

No Brasil, na luta simbólica as elites produzem deliberadamente conhecimento falso – ou desconhecimento – sobre a constituição e as leis em geral do país, objetivando afastar as classes populares da luta por seus direitos e do exercício pleno de seu direito e sua cidadania.

Esta produção de desconhecimento e obscurantismo é fator pois adverso às etnogêneses quilombolas. Superado, todavia, pelo Rosa.

Um dos fatores para a intencionalidade da comunidade do Rosa em direção ao autorreconhecimento como quilombola e o amparo respectivo da lei foram as ameaças reais ao território da comunidade, experienciadas no período. A ameaça concreta ao território, assim, foi fator disparador da materialidade da etnogênese, o sentimento de comunidade, ainda que sua exterioridade, especificamente como remanescente quilombola, tenha



advindo depois, de outra fonte, a atuação histórica do movimento negro, materializada no ADCT 68 e no Programa Brasil Quilombola.

Nas palavras de Joelma, o autorreconhecimento como quilombola e o posicionamento público como tal foram decisivos para assegurar o território do grupo face estas ameaças externas do período. Joelma rememora principalmente o episódio descrito na seção anterior de tentativa da ICOMI de depositar rejeito de manganês no terreno da comunidade como um fator decisivo para a tomada de decisão rumo à autoidentificação como quilombola.

Já tinha acontecido da ICOMI querer depositar o rejeito de manganês. Hoje elas reconhecem que foi muito importante. Senão só teriam hoje o lugar das casas onde moram. Por conta de nossa resistência, principalmente por conta da atuação de mamãe, que sempre foi a cabeça. (Joelma Meneses, 11-05-2017).

Sem a autoidentificação e o posicionamento público como quilombola, como vemos, a análise da comunidade é que seu território já teria se perdido.

A comunidade avaliava, assim, que havia possibilidade real e presente de perder as terras, principalmente por conta do ocorrido com a ICOMI. Este evento foi mesmo disparador da intencionalidade e da ação do grupo em direção à demarcação do território, como garantia contra estas ameaças.

Autoidentificar-se como quilombola, assim, ou atualizar a identidade de remanescente de quilombo, significou o que Bartolomé coloca em sua análise como constituição “como coletividades, como sujeitos coletivos, para poderem se articular ou se confrontar com seus Estados em melhores condições políticas”. (BARTOLOMÉ, 2006, p. 44).

Nesta época, cabe ressaltar, os moradores do Rosa ainda não se viam como quilombolas. Viam-se como “uma comunidade como qualquer outra” (Joelma) –numa cosmologia que supõe um mundo feito por comunidades, cujas unidades elementares de constituição que se confrontam publicamente são comunidades -, o que no contexto amapaense quer dizer, uma comunidade como as muitas outras que há no estado.

Sobre a relação do Rosa com as outras comunidades, no exame da possível influência do movimento por reconhecimento e demarcação das outras comunidades sobre a etnogênese e nova territorialização do Rosa, Joelma aponta que esta influência veio de outra fonte – e não, neste momento, de uma possível influência recíproca entre comunidades³. Segundo Joelma

³ Este fato denota também a inexistência de uma conexão ou formação de redes com outras comunidades quilombolas da Amazônia e do restante do país, isolamento que mudará significativamente nos anos seguintes.



Comunidade quilombola só havia o C-riaú. Ainda não tínhamos tanto conhecimento do que era ser quilombola, da importância. Após formarmos a associação..que a Cristina chamou minha mãe. Foi que entramos com processo de titulação..vai ter benefícios.. vocês poderão acessar projetos.. do governo federal.. Cristina deu tudo o que minha mãe [Maria Geralda] precisava fazer. (Joelma)

A atuação no cargo de superintendente do INCRA de uma reconhecida militante do movimento de mulheres negras, Cristina Almeida, foi assim decisiva para a difusão do conhecimento sobre o direito quilombola no estado e para o incentivo às comunidades de iniciar o processo de titulação.

Joelma ressalta a diferença no trâmite do processo de titulação no início do Programa e atualmente:

Cristina deu tudo o que minha mãe precisava fazer. E não era tão burocrático como hoje. Precisava só a assinatura da comunidade. Então a gente fez. Essa burocracia de hoje é para atrapalhar. Nunca ajuda só atrapalha.

A ameaça real de perda do território e o apoio de uma militante negra no exercício de um cargo público neste momento estratégico foram decisivos para a etnogênese quilombola do Rosa.

A confiança na figura de Cristina Almeida, na legitimidade sua atuação e em seu compromisso com a causa quilombola, advém de uma proximidade anterior de razoável duração, que inclui vínculos de parentesco e ações políticas concretas.

Conforme Joelma, família da Cristina tinha terreno no quilômetro 21 (nas vizinhanças do Rosa). Cristina sempre fez parte do IMENA, organização da sociedade civil que sempre fez trabalhos dentro das comunidades, incluso do Rosa. Conforme Joelma, “elas [do Imena] não falam que são quilombolas, mas são mulheres negras”. A distinção que aparece como sinonímia nas palavras de Joelma evidencia não uma estreita ligação entre movimento negro – pelo qual deve se ler o movimento de mulheres negras - movimento quilombola no Amapá; mas evidencia a conexão interna entre um e outro; uma relação de imanência.

A atuação do movimento negro regional – novamente, leia-se: o movimento de mulheres negras – deve ser colocado como uma das causas imediatas da etnogênese do Rosa.

3.2 Consolidação (ou consolidações)

A etnogênese não é um evento, mas um processo, longo no tempo, e repleto de dialeticidades. Para a consolidação, pois, da identificação como quilombola, outros processos atuaram. A construção do mapa cartográfico da comunidade, realizada em



parceria com a Universidade Federal do Amazonas; a certificação do Rosa como comunidade remanescente quilombola, pela Fundação Palmares; e o marabaixo, como expressão cultural tornada traço diacrítico das comunidades quilombolas no Amapá; estes três processos contribuíram até o momento para a consolidação da etnogênese, ou seja, da autoidentificação e do reconhecimento da comunidade do Rosa como comunidade remanescente quilombola.

Sobre estes três, cabe acrescentar algumas palavras apenas sobre o primeiro: a realização do mapa cartográfico da comunidade, em 2013, em parceria com a Universidade Federal do Amazonas, no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Na ocasião, a comunidade foi convidada a realizar uma cerimônia de lançamento também na Assembleia Legislativa. Nesta ocasião, a comunidade denunciou as invasões e conflitos decorrentes que estava sofrendo em seu território. A projeção alcançada por estas denúncias levou as autoridades a tomar medidas imediatamente em relação a tais conflitos.

3.3 Antagonismos internos

O processo da etnogênese não é homogêneo nem puramente consensual. É um processo dialético, e não raro conflitivo, no interior das comunidades, e assim também para o Rosa.

Como expressão das contradições presentes no processo de etnogênese, o Rosa teve de enfrentar a resistência interna à autoidentificação como quilombola por membros da própria comunidade; resistência em parte vencida, pelos processos de produção de consenso próprios do grupo, em parte presente ainda hoje, na consciência de moradores da comunidade ainda contrários à autoidentificação e titulação do território como quilombola.

Dentro da comunidade do Rosa há ainda hoje uma pessoa especificamente que não quer ser quilombola, e que age no sentido de tentar influenciar as outras. Não quer ser quilombola porque tem interesse em vender os terrenos que ocupa dentro da comunidade. Já vendeu várias partes da área. Há vários processos contra ele na Polícia Federal, no Ministério Público Federal por conta de estar vendendo partes da terra. Na etapa de desintrusão, esta pessoa é uma das que está para ser expulso da área. Maria Geralda fez vários boletins de ocorrência contra ele. Ele, por sua vez, já ameaçou Geralda e irmã de morte.

A comunidade do Rosa enfrenta, assim, como outras comunidades, obstáculos internos no processo de etnogênese. No qual sujeitos vivendo no território da comunidade opõem-se ao processo de titulação, por alimentar interesses diversos da comunidade; e agem obstruindo o processo de titulação como podem, e tentando influenciar outros moradores a se opor à titulação.



Apenas a título de comparação, a dialeticidade presente os processos de etnogênese é descrita também por Ratts (mimeo), ao analisar a configuração do território indígena Almofala dos Tremembé.

O autor, apesar de não trabalhar com o conceito de etnogênese, analisa um processo de afirmação étnica *como* os das etnogêneses, no qual a comunidade afirma sua identidade étnica, e, numa situação de contato adversa aos direitos étnicos, tem de criar mecanismos para consolidar e legitimar esta identidade face aos seus adversários.

Uma conflitualidade interna à comunidade na construção do processo é assim identificada por Ratts: “As vozes dos índios, captadas em contexto recente, plenas de metáforas de sua continuidade, indicam também processos de mudança e até mesmo a dificuldade de dar sequência a certas tradições.” (*Mimeo*, p. 17).

No bojo de um processo de etnogênese, pois, as vozes da comunidade expressam ao mesmo tempo continuidades com o passado e mudanças no presente: este a primeira conflitualidade; a segunda, a dificuldade manifesta em manter dadas tradições, o que, desnecessário dizer, no plano mais superficial, depõe contra a própria etnogênese.

O segundo elemento da dialeticidade, mais profundo por assim dizer, trata-se do que Ratts (loc. cit.) denomina sobreposição de ritmos. “É fundamental tentar interpretar essa sobreposição de ritmos para não correr o risco de encapsular os Tremembé (e outros povos indígenas [e comunidades em geral, incluso quilombolas] em situação semelhante) em duas temporalidades: antes e depois da emergência [ou da etnogênese]”.

A etnogênese, ou a emergência na linguagem de Ratts, não é feita de modo estanque, nem com uma única ruptura absolutamente definitiva; não sendo linear, neste processo há uma sobreposição de temporalidades e de ritmos.

O processo, por constituição, e não por acaso, é dialético.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto o desconhecimento do direito e da lei pelas classes populares quanto a produção intencional de informação falsa, movida pelos detratores do movimento quilombola e do movimento negro, alimentada não só por interesses contrários à titulação quilombola como pelo racismo, foram, no período de autorreconhecimento do Rosa, e ainda são no Amapá, obstáculos a serem enfrentados no sentido do exercício pleno da cidadania das comunidades remanescentes quilombolas locais.

Não obstante a dialeticidade interna do processo, e as inúmeras forças externas contrárias à efetivação da cidadania quilombola, o Rosa tem se firmado como quilombo.

Uma força motriz decisiva para a intencionalidade da comunidade do Rosa em direção ao autorreconhecimento como quilombola e o amparo respectivo da lei foram as



ameaças reais ao território da comunidade, experienciadas no período. No que concerne à relação entre etnogênese e território, o autorreconhecimento como quilombola e o posicionamento público como tal foi decisivo para assegurar o território do grupo face estas ameaças externas do período.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARIN, Rosa Acevedo (coords.). *Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. Associação de Moradores e Produtores do a Comunidade Remanescente de Quilombolas do Rosa, Amapá*. Manaus: UEA Edições, 2014. 12p.

BARTOLOMÉ, M. A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006.

HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade São Paulo. 20 a 26 de março de 2005. pp. 6774-6792.

_____. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JORGE, Amanda Lacerda. O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória. *Vértices*, Campos dos Goytacazes/RJ, v.17, n.3, p. 139-151, set./dez. 2015.

RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo, Editora Ática. 1993.

RATTS, Alecsandro. Conceição dos Caetanos: memória coletiva e território negro. *Palmares em Revista*. Brasília. No. 1, 1996, p. 97-115.

RATTS, Alecsandro. Conceição dos Caetanos: memória coletiva e território negro. *Palmares em Revista*. Brasília. No. 1, 1996, p. 97-115.

_____. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria Geralda de & RATTS, Alecsandro JP. (Orgs.). *Geografia: Leituras Culturais*. Goiânia: 2003, v. 1, p. 29-48.

_____. Almofala dos Tremembé: a configuração de um território indígena. *Mimeo*.

_____. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte, 2000, pp.307-26.

SAHLINS, Marshall. Goodbye to Tristes Tropes: Ethnography in the Context of Modern World History. *The Journal of Modern History*, vol. 65, nº. 1, (Mar., 1993), 1-25.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

**GT 02 - Movimentos sociais e lutas Sócio-territoriais: Olhares sobre a África e a América Latina.**

“OS PEIXINHOS TOMAM CONSCIÊNCIA”: A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES QUILOMBOLAS EM CONCÓRDIA DO PARÁ (1980-1990).

Antônia Lenilma Meneses de Andrade (UFPA)¹

antoniaufpa16@gmail.com

Luiz Augusto Pinheiro Leal (UFPA)²

sou.amazonia@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre a construção do Movimento de Mulheres Quilombolas do Nordeste Paraense, especificamente do município de Concórdia do Pará, segundo maior polo de plantação de dendê (A expansão desta agroindústria tem implicado diretamente na emergência de conflitos com os territórios quilombolas na região). Teremos como foco central de análise a atuação das mulheres no Movimento de Mulheres Transformadoras do Campo e da Cidade (MMTCC). O movimento, constituído desde 1970, atua diretamente nas ações de organização das mulheres para se sindicalizarem na busca igualdade de direitos de participação nas associações e na luta pela regularização coletiva das terras quilombolas. Em particular daremos atenção para a atuação de mulheres negras no MMTCC, cuja presença alicerçou a constituição de uma identidade coletiva de gênero e resultou na formação de mulheres como lideranças. Como metodologia para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a História Oral, visando à valorização da oralidade presente nos movimentos. Para tal, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e abertas. Além disso, foi feito uso da observação etnográfica, através de trabalho de campo, e análise de documentos escritos. Fontes imagéticas e impressas também foram privilegiadas visando ampliar as possibilidades de compreender as ações dos sujeitos investigados.

Palavras Chaves: Mulheres, Quilombola, Movimento Social, Campo, Cidade.

1- INTRODUÇÃO

No âmbito das transformações políticas, da década de 1980, nasceram movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais em vários lugares do país.

¹Mestra em Educação e Cultura pela Universidade Federal do Pará (2016). Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena- UFPA (2013), Também é especialista em Metodologia do Ensino fundamental e médio com ênfase em História- FLATED (2012). Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará (2009). É membro efetivo do Grupo de Pesquisa História em campo: Racismo, etnicidade e Gênero (GHISCAM).

² Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (2011), mestre em História Social pela UFBA (2002), especialista em Teoria Antropológica pela Universidade Federal do Pará (1998), graduado em História pela UFPA (1997). É autor dos livros A política da Capoeiragem (EDUFBA, 2008), Gladiadores de escassa musculatura (IAP, 2014) e coautor de Capoeira, Identidade e Gênero (EDUFBA, 2009). Atualmente é professor adjunto IV da Universidade Federal do Pará, Campus de Cametá, onde Coordena o Grupo de pesquisa História em campo - GHISCAM e o projeto de pesquisa & HISTÓRIA DA ÁFRICA EM ACERVOS DIGITAIS: PESQUISA, ENSINO E IDENTIDADE.



Segundo Cintrão (2006), as questões principais levantadas pelas agricultoras diziam respeito ao reconhecimento da profissão de agricultora; a não associação com a condição de doméstica; a luta pelo direito a saúde da mulher; o direito à sindicalização; ao salário maternidade e a aposentadoria.

As primeiras organizações específicas de mulheres surgem no Nordeste e Sul do País no início dos anos 1980. Refere-se a grupos formados somente por mulheres, que sentiram a necessidade de criar seu próprio espaço para lidar com questões de gênero e com interesses das mulheres. Composto, frequentemente, por mulheres membras dos sindicatos filiados à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) ou à CUT (Central única de Trabalhadores). Por meio de encontros, congressos e passeatas, as mulheres mobilizadas se expressaram, ganharam visibilidade e se consolidaram com a Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, do Nordeste e do Rio Grande do Sul, movimentos que se mantiveram independentes, embora próximos do movimento sindical de trabalhadoras rurais (CINTRÃO, 2006).

Os movimentos sociais de mulheres rurais cresceram em grupos organizados. De acordo com Sales (2007) essas novas demandas surgem a partir de identidades e questões específicas, em geral vinculadas a outros movimentos sociais, como o Conselho Nacional das Mulheres Indígenas, o Movimento de Mulheres Pescadoras, a Secretaria da mulher Trabalhadora Rural Extrativista (do Conselho Nacional de Seringueiros), a organização das Mulheres Quilombolas, das Quebradeiras de coco do babaçu.

A atuação assumiu várias formas ao longo da história dos movimentos de mulheres rurais, de acordo com o contexto e as dinâmicas sociopolíticas e econômicas com as quais se depararam, evidenciando diferentes configurações e tendências assumidas por eles ao longo da sua história, das quais derivaram diferentes formas organizadas de ação coletiva, envolvendo ocupações, pressões, negociações e alianças (AGUIAR, 2015). Nesse processo, as mulheres rurais, na sua diversidade, foram se constituindo e se armando como sujeitos políticos, assim como foram aprendendo a (re) inventar formas de fazer política.

Dessa forma, neste artigo pretendemos refletir sobre a construção do Movimento de Mulheres rurais Quilombolas do Nordeste Paraense, especificamente de Concórdia do Pará³, sua organização, formação e atuação como movimento de

³Concórdia do Pará, que está localizado na microrregião de Tomé-açu, na mesorregião Nordeste paraense, a 150 km de Belém do Pará. Limita-se ao norte com município de Bujaru; a leste com o município de São Domingos do Capim; ao sul com o município de Tomé-açu; oeste com Acará. (PARÁ, 2007). O município possui 29.422 habitantes em uma área de 690,94 km (IBGE 2010). Tem como vias de



mulheres, buscando esboçar aspectos que permitam compreender porque e em que momento as mulheres passaram a se organizar em movimento.

Como metodologia para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a História Oral, visando à valorização da oralidade presente nos movimentos. Para tal, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e abertas. Além disso, foi feito uso da observação etnográfica, através de trabalho de campo, e análise de documentos escritos. Fontes imagéticas e impressas também foram privilegiadas visando ampliar as possibilidades de compreender as ações dos sujeitos investigados.

2. MULHERES RURAIS EM MOVIMENTO

“Os peixinhos correm atrás do peixão, foi fruto da organização. Antes era só devoração, porque cada um pensava em si. Os peixinhos tomaram consciência de Classe e se organizaram. Deixaram de confiar no grande, e confiaram um no outro (...). Precisamos ter confiança em nós, como os peixinhos. Viva! Viva! A mulher dessa nação que vem trazendo no sangue a semente da revolução”⁴

O Movimento de Mulheres surgiu da necessidade de participação na vida social e política do Município de Bujaru e Concórdia do Pará. Naquele momento, os municípios passava uma situação alarmante de crise no âmbito da saúde, educação, saneamento, segurança, baixos salários, falta de incentivo à agricultura, alto índice de violência doméstica, ausência de participação de mulheres nas tomadas de decisão e desemprego,⁵ mesmo algumas mulheres já participando de alguma organização social, como a CEBS ou sindicatos, havia a necessidade de uma organização que fosse somente de mulheres, como descrito no relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT). “*Mas para conseguir isso, é preciso abrir os olhos, tomar consciência conquistar voz e vez até mesmo com relação ao marido*”⁶.

Nessas cidades, embora as mulheres já fizessem parte de algumas organizações, as decisões eram sempre tomadas à revelia de suas opiniões, as questões eram fechadas a categoria na qual estivessem filiadas. A autoridade do marido havia de ser respeitada, muitas vezes não era permitido que fossem as reuniões sindicais. No espaço rural, a situação era ainda mais delicada que na cidade⁷. A maioria trabalhava na roça junto ao marido, cuidavam dos filhos, muitas sofriam violências domésticas, eram semianalfabetas e o pouco acesso que tinham a

acesso a BR 316, PA 140 PA 252. Neste município esta localizada o segundo maior polo de plantação de dendê da região Norte. Plantações estas que afetam diretamente a relação das comunidades quilombolas com o território. Segundo Santana 2010, nesse município diferentes tipos de regularização fundiária, uma feita pelo INCRA como projetos de assentamento e a outra como terras quilombolas.

⁴ Cartilha de formação do movimento do MMTCC, 1990. Arquivada CPT/Guajarina.

⁵ Relatório da CPT/Guajarina em 1967.

⁶ Entrevista com Jerônima, agosto de 2015.

⁷ Relatório da CPT/Guajarina em 1967.



informações era através dos clubes de mães. As mulheres estavam nos espaços políticos, mas sempre atuando nos bastidores, na organização dos espaços de reuniões, cozinhado, limpando, ou seja, nos espaços que impossibilitava a efetiva participação nas decisões dos sindicatos, movimento social e partidos políticos (CPT, 1967).

Para fugir dessa situação de invisibilidade e criar possibilidades de enfrentamento as situações pelas quais passavam, em 1968, na comunidade rural do Campo Verde, (atualmente território quilombola pertencente à Concórdia do Pará) foi instituído o Movimento de Mulheres Transformadoras do Campo e da Cidade (MMTCC), primeiramente apoiada pela paróquia de São Joaquim em Bujaru, depois apoiada pela CPT⁸, como podemos ver na narrativa da freira Rosa Figueiredo.

Os homens participavam dos Sindicatos, já tínhamos um trabalho com os jovens, clubes de mães em quase toda comunidade, então, era necessário fazer um trabalho mais político com as mulheres, já havia pressão de organismos internacionais para que isso acontecesse. No triênio que iniciou em 1970, nós tínhamos a meta, como linha de ação organizar as mulheres da região, criar um movimento que as reunisse, mas não podia ser homem a organizar. Então ia começa? E foram a Jerônima, Gaída Silva que tomaram a frente, e foram muito importantes no processo de organização do Movimento. Foi feita uma espécie de proposta de desenho da criação do movimento. Foi identificado e mobilizado mulheres da região que tinham uma consciência crítica mais aprofundada. Reunimos com elas e começamos a discussão para formar uma coordenação provisória. A CPT, não atava só no Bujaru. Era no Acará, Mojú, Abaetetuba, Tailândia, Concórdia só depois⁹.

Foi com o apoio, principalmente, de agentes pastorais, padres e bispos ligados à Teologia da Libertação que se iniciou o processo de “oposições sindicais”, ou seja, a participação de mulheres “[...] portadoras de críticas não só à estrutura sindical vigente, mas também às práticas cotidianas dominantes no sindicalismo” (MEDEIROS, 2001, p. 106). Articulando-se entre si e a novas redes, as “oposições”, que se constituíram no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, alinharam-se ao chamado “novo sindicalismo”, expressão que de acordo com Favareto (2006, Apud AGUIAR, 2015), serviu para nomear o “[...] vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social em pleno contexto de ditadura, a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados”. Historicamente, se observa que os

⁸ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um organismo de Igreja, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Foi criada em Goiânia, em julho de 1975, por um grupo de bispos, padres e leigos, com o objetivo central de "interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais". http://www.pucsp.br/cedic/colecoes/pastoral_da_terra.html Acesso agosto de 2015.

⁹ Entrevista com Irmã Rosa Figueiredo- coordenadora atual da CPT/Guajarina, 2015.



movimentos sociais têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade considerando que apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão e mobilização, não são apenas reativos, movidos somente por necessidades imediatas (GOHN, 2010).

As ações do MMTCC propiciaram as mulheres à possibilidade de inserção em espaços coletivos não institucionalizados, gerando transformações na vida pessoal das militantes. As ações decorrentes da organização do MMTCC balizam interesses de rupturas com antigas formas de atuação e a construção de novas identidades e projetos, para esses grupos específicos.

As mulheres MMTCC, foram encorajadas a se posicionar utilizar um discurso de igualdade de gênero e oportunidades, foram despertadas para um novo tipo de ação política. Questionando o *status* subordinação nas relações de gênero, seja em casa, no trabalho, dentro da igreja e no interior dos sindicatos, nos quais participavam. A narrativa de Antonina Borges é demonstrativa nesse sentido: “O movimento nasceu quando nós mulheres percebemos nossa marginalização na sociedade, na família, no sindicato e sentimos quando era necessário buscar outra luta”¹⁰.

Uma das principais demandas das mulheres desses movimentos, nesse período, foi o seu reconhecimento político como trabalhadoras rurais, tanto pelo Estado quanto pelos sindicatos de trabalhadores rurais, uma vez que estes constituíam as principais estruturas organizacionais no meio rural. Tendo o reconhecimento do seu estatuto profissional, as mulheres rurais poderiam ter acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, principalmente a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade paga, e aposentadoria (DEERE, 2004).

Uma das primeiras ações do MMTCC foi realizar, ainda no ano de 1988, uma pesquisa nas comunidades¹¹, para saber qual era situação de envolvimento de mulheres em organizações civis e quais os obstáculos à cidadania da mulher. A Comissão Pastoral da terra, em conjunto com as mulheres das comunidades preparou uma ficha diagnóstica para ser preenchida pelas mulheres das comunidades. A ficha foi nomeada de “Levantamento dos dados do movimento de mulheres”¹²; nela havia três questões a serem respondidas, além dos dados gerais de cada mulher. A ficha foi preenchida por cerca de 240 mulheres das localidades.

¹⁰Depoimento de Antonina Borges, julho de 2015.

¹¹ Arquivo da CPT/GUAJARINA DE 1989.

¹² Arquivo CPT/Guajarina- Ananindeua-Pa. Ficha disponibiliza para a autora em agosto de 2015. A ficha foi aplicada em todas as comunidades onde havia mulheres militando no MMTCC. (Cravo, Santo Antônio, Dona, Campo Verde, Ipanema, Timboteua Cravo, Foz do Cravo, Curuperé dentre outros).



Um dos resultados obtidos salientam os lugares de participação das mulheres naquela região. 61,7% das mulheres participavam ativamente na vida comunitária, porém, apenas 04, entre 10 mulheres, participavam de associações e uma minoria; 2,6%, fazia parte de associações de trabalhadores rurais, apesar de um número bem maior, 19,7%, ser sócia dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (CPT, 2000)¹³. Realidade que justificou, mais ainda, a criação de um movimento específico de mulheres na região.

No Movimento de mulheres, o processo de formação se deu em algumas etapas. Na primeira reunião, os componentes as CPT fizeram uma espécie de mapeamento de mulheres que tinham certo nível de criticidade, e as convidaram para atuar nos polos do interior e coordenar as reuniões e encontros de formação. Segundo documentos da CPT, as primeiras coordenadoras foram Jerônima dos Reis, Lucimar do Socorro Santos Correa, Terezinha Borges da Silva, Anastácia Cabral Maciel, Arael Cordeiro Lima, Maurina Lima Correa e Gaída Silva, elas estavam responsáveis para criar grupos células do movimento (Estatuto MMTCC, 1999).

A metodologia usada pelo movimento foi agrupar em áreas, ou seja, segundo o relatório da CPT (2002), uma quantidade de grupos localizados próximos formaria uma área de atuação do Movimento. Assim, teria uma maior abrangência de ação, bem como maior compreensão dos diferentes problemas enfrentados pelas mulheres em cada região e localidade distinta.

Foram criados grupos células do MMTCC em várias localidades. No município de Bujaru foi formado cerca de vinte e cinco, no atual município de Concórdia do Pará, nove grupos. Nas localidades também era designado uma coordenadora, que seria responsável para organizar as mulheres quando houvesse os eventos maiores como seminários, congresso, encontros em outros municípios.

De acordo com os dados coletados em campo, notamos que a eleição da coordenação geral tem se concentrado na cidade de Bujaru. Enquanto, que as coordenadoras de áreas, podiam se revezar entre as comunidades que formam parte de determinadas localidades. A coordenação de cada Grupo de Mulheres era escolhida na própria comunidade, mas a coordenação geral, sempre se encontrava na cidade. Segundo a senhora Helena Silva, maioria das coordenadoras atuava como profissionais vinculadas ao serviço público municipal, o que as colocava frente a negociações, junto aos órgãos públicos, para conseguir recursos ou afastamento das funções que exerciam para que pudessem se dedicar exclusivamente ao Movimento.

¹³Idem.



Couto (2002) observa que “se por um lado, as CEBs ou pastorais católicas como a CPT, enfatizavam a promoção de uma consciência de classe nas mulheres, por outro, uma consciência de gênero é relegada a um segundo plano” (COUTO, 2002, p. 362). Nesse sentido, para a Comissão Pastoral da Terra, não era preocupação promover a emergência entre as mulheres, de uma agenda feminista (COUTO, 2002, p. 362), pelo contrário os papéis, os valores são continuamente reforçados. Entretanto, a vivência experimentada na participação e com o fim de romper as desigualdades e a busca de cidadania serviu de incentivo, para quebrar os laços reguladores das relações de gênero. Para as mulheres entrevistadas é através da informação no MMTCC, que elas reconhecem seus direitos entendendo que homens e mulheres têm iguais. Através desse entendimento puderam concretizar suas conquistas efetivando suas participações nas localidades e muitas chegaram ser vista e ouvidas como lideranças importantes¹⁴.

A formação das mulheres para atuarem no MMTCC, era feita de várias formas, em seminários, congressos encontros locais e regionais, curso de formação de liderança onde se realizava estudos direcionados a ação de movimentos sociais. A forma de atuação do MMTCC pode revelar a atuação das mulheres, no âmbito do planejamento de formação das mulheres.

2.1 Mulheres em Movimento: Formação em Congressos e Encontros.

Fizemos como uma rede né, puxando os fios de cada mulher. É uma rede do movimento que foi tecida que cada pessoa é como se fosse um fio ali dentro (...). Na verdade assim, reconstituindo um movimento de mulheres¹⁵.

A fala da entrevistada Maria Felipa, abre um caminho importante para discutirmos o percurso construído no processo de fortalecimento do movimento. Levamos a compreender que as dimensões individuais, da subjetividade, da construção do movimento estão relacionadas com as dinâmicas estruturais da organização dos movimentos naquilo que ela chamou de “rede de movimento”. Os fios da trama são, nesse sentido, as trajetórias das mulheres trabalhadoras rurais quilombolas que fazem existir uma rede, um movimento que tem uma história que precisa ser reconstituída. E a tarefa aqui oferecida é, então, puxar os fios, tecer uma história, reconstituir memórias e trajetórias, mesmo não tendo participado diretamente dessa construção. E

¹⁴ No campo, o feminismo não encontrou ressonância, ao passo que, com as premissas da Teologia da Libertação, a Igreja Popular mobilizou um grande contingente de pequenos agricultores no contexto de maiores transformações no campo, e as mulheres inseriram-se nessas mobilizações (SCHAAF, 2003, p. 414).

¹⁵ Maria Felipa, ex-diretora do Conselho Municipal de Mulheres de Concórdia do Pará e militante do MMTCCB.



assim, trazer à tona os mecanismos de ações do MMTCC para reunir as mulheres na luta por um objetivo comum.

Dessa forma, em 1990, foi realizado na cidade de Bujaru o I CONGRESSO DO MMTCC, nele ficaram definidas as diretrizes do Movimento, as estratégias de ações, sempre considerando que a maioria das mulheres pertencia, segundo o relatório da CPT (s/d), a uma classe trabalhadora oprimida, acreditavam de verdade que as mulheres deviam ter importância na sociedade, (CPT/ 1990). Nesse primeiro congresso, definiram que a formação política, se daria nos encontros locais, onde discutiriam as necessidades mais internas, posteriormente nos congressos regionais, nos quais eram socializadas todas as demandas locais. Ainda nesse I Congresso, foram definidos os objetivos que norteariam a vida do movimento dentre os quais, o principal era a libertação das mulheres e a luta por cidadania¹⁶.

O II Congresso do MMTCC ocorreu em Concórdia do Pará, entre os dias 08 e 10 de agosto de 1996, na escola Estadual Amábilio Alves Pereira, com tema *mulheres unidas em busca de libertação*¹⁷. Organizado por uma comissão provisória de mulheres, a comissão contou com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR). Nesse Congresso, a pauta dizia respeito a questões organizacionais, tais como: criar o núcleo do movimento na cidade, o batismo simbólico do movimento, discussão e aprovação do estatuto, escolha da bandeira de luta, eleição da coordenação e uma “radiografia” do perfil das mulheres do Movimento. Este perfil foi realizado através do preenchimento de uma ficha de filiação. O preenchimento da ficha servia para saber o nível de engajamento das mulheres no MMTCC e em quais outros espaços de discussão, estas também faziam parte. No relatório¹⁸ da CPT, os dados oferecem um perfil social das mulheres no movimento.

O relatório demonstra uma representação geral das mulheres do MMTCC, referente aos seus engajamentos sociais, nível escolar e atividades que exercem. É significativo notar que, a relação com a Igreja é bem forte, a maioria das mulheres fizeram ou fazem parte das CEBs. A partir dos dados do relatório, notamos a forte interação da igreja católica com os povoados locais, apresentado por meio das Comunidades Eclesiais de Base, cujo processo de sua fundação, data dos anos 1960 (SANTOS 2006). Com a forte influência das CEBs na organização desses povoados, podemos abrir uma possibilidade de responder o porquê da maior participação das mulheres do espaço rural no MMTCC em relação à cidade.

¹⁶ Ver folder do Movimento. Disponível em Arquivo particular da CPT/Guarina.

¹⁷ Folder do congresso, 1996.

¹⁸ Relatório do I congresso do MMTCCB em Concórdia do Pará, 1996.



Outro dado importante é a heterogeneidade do movimento. Este é formado por mulheres de diferentes espaços, profissão, estado civil e escolaridade, o que permite compreender sua dinâmica de atuação, na tentativa de abranger a maior quantidade de mulheres possíveis. Embora, segundo Maria Felipa: “*As mulheres da cidade não participavam, eram poucas, poucas. Só queriam o benefício quando a gente conseguia, mas não ir pra luta*”¹⁹.

As diretrizes do movimento eram sempre retomadas a cada Congresso do MMTCC, momentos em que se encaminhavam as ações e reivindicações conduzidas ao longo dos próximos anos. Segundo esses encaminhamentos, em 1998, foi realizado o *Encontro de articulação das mulheres da Guajarina em Mojú/PA*²⁰. O encontro contou com o apoio de Sindicato de Trabalhadores local e CPT, nele, foram tiradas diretrizes para o *I Congresso das mulheres da região da Guajarina*, que ocorria em 1999 em Abaetetuba/PA, entre os dias 11 e 14 de novembro.

O Congresso contou com a presença dos movimentos de várias cidades, tais como: Movimentos de Mulheres Autônomas Lutadoras do campo e da cidade de Tailândia (MAMLCCT), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Mojuense (MMTM), Ala Feminina do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, Associação de Mulheres de Barcarena, Ala feminina do Sindicato de Trabalhadores de Barcarena, Movimento de Mulheres transformadoras do campo e da cidade de Bujaru (MMTCC), Movimento de mulheres Organizadas de Concórdia do Pará (MMOCP), Movimento de Mulheres do campo e da cidade de Acará (MMCCA) e a participação de representantes do Município de Tomé-açu. Colaboram como assessoria no Congresso, a CPT, Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará e a Secretaria da Mulher da Federação de Trabalhadoras Rurais (FETAGRI)²¹.

É importante ressaltar que as ações de luta do MMTCC, não estavam desconectadas dos movimentos feministas mais amplos. Alguns dos temas problematizados como pauta dos encontros, versavam explicitamente as teorias insurgidas pelo feminismo ocidental das décadas de 1980 e 1990. Períodos em que o discurso feminista se abria, então, para um debate político sobre o corpo, raça, racismo dentre outros, afirmando as diferenças, reivindicar seus direitos, praticar sua liberdade e se insurgir incansavelmente contra o controle social ao qual era submetido.

Embora, as informações sejam convergentes para o surgimento do Movimento das Mulheres Transformadoras do Campo e da Cidade, nos finais dos anos 1960,

¹⁹ Maria Felipa, entrevista, junho de 2015.

²⁰ Arquivo CPT/Guajarina 1998/1999.

²¹ CPT, 1999.



ficam sempre lacunas a serem preenchidas sobre essa história. Visto que, as mobilizações ficaram mais evidentes na década de 1980/90. Dessa forma, temos no estatuto de formação do movimento a data de 1968, no entanto, os inícios das mobilizações como Congressos, aparecem somente a partir de 1980 em diante.

É, portanto, na luta nos movimentos, como os que eclodiram nos anos 1980, que muitas mulheres se destacaram para além das paredes seus lares, reclamado por seus direitos nos espaços políticos. O MMTCC, nesse sentido deve ser percebido como um elemento aglutinador, visto que este mobiliza uma quantidade significativa de mulheres na busca por visibilidade e direitos sociais. O movimento traz imbricações de identidade e gênero e se mostra interessante à medida que encontramos elos com o movimento passado, que se renova na atualidade, alcançando outras lutas, como a luta por titulação coletiva do território onde vivem e a positivação da identidade étnica.

Segundo Costa (2006), a experiência das mulheres do campo e da cidade, dos municípios de Bujaru e Concórdia do Pará, tem se mostrado objetivas na busca por cidadania. Nesse sentido, de modo geral, o MMTCC, merece destaque, pois, em 2015 faz quatro décadas que reúnem mulheres de vários povoados rurais nos dois municípios (Concórdia e Bujaru) e já conquistaram direitos sociais importantes, como a sindicalização, e a participação efetiva nas decisões políticas da comunidade e na conquista da coletivização e titularização de suas terras como remanescente de quilombolas.

Contudo, o movimento se fragmentou, muitas mulheres se afastaram especialmente as urbanas, estas formaram laços com a política partidária, acabaram por criar uma situação de “enfraquecimento” para o MMTCC, pois, os partidos cooptaram algumas das lideranças urbanas, causando mal-estar nas relações entre campo e cidade.²² Porém, nos espaços rurais muitas mulheres continuam suas místicas, assumindo novos contornos de luta e resistência, com demandas antigas e novas como no caso da luta por titulação coletiva das terras quilombolas, e o acionamento de políticas públicas para estas áreas.

Essas conquistas revelam a atuação dessas mulheres, nos espaços de poder e decisão, suas ações se direcionam para um coletivo maior na região. Portanto, a identidade que as mulheres afirmam, não é somente a rejeição da dominação social, ela é, sobretudo, a afirmação da experiência vivida da própria subjetividade que emergiu e, conseqüentemente, a confirmação da capacidade de pensar, de agir (TOURAINÉ, 2010). As mulheres não esperam inertes pelos benefícios que almejam

²²O início da construção do MMTCCB se deu com mulheres tanto do espaço rural quanto do núcleo urbano de Bujaru.



e, ainda por cima, sabendo que a sua voz seria emudecida, silenciada pelo fato de serem mulheres, elas acionam os meios para serem as donas do poder²³ e ultrapassar os limites da invisibilidade historicamente construída sob seus papéis.

Logo, concordamos com Touraine (2010, p.45) quando este afirma que “é para elas mesmas que as mulheres se voltam e, se elas agem, é antes de tudo porque querem afirmar-se como sujeitos livres e responsáveis e não como produtos do poder masculino”. Elas passam da consciência de objetos à consciência de sujeitos, em um processo de construção de si que implica se reconhecer²⁴. Portanto, o título deste artigo, “Os peixinhos tomam Consciência”: A Formação do Movimento e Mulheres Quilombolas em Concórdia do Pará (1980-1990), é uma referência a fala de uma das integrantes do MMTCC, na qual faz referência a situação de subordinação que viviam as mulheres do movimento. Compreendemos assim, que os “peixinhos que tomam consciência”, são as mulheres. Sujeitos que historicamente foram subordinados a espaços privados, e com suas lutas conseguem romper com a sujeição estabelecida ao tomara consciência de seu poder através da união.

A luta pelo processo de construção de si não deixa de ter o seu caráter político e, portanto, situada em um “campo político”. Para tal, devemos visualizar o campo político ao mesmo tempo “como campo de forças e como campo das lutas que têm vista a transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento” (BOURDIEU, 2004, p. 164).

3. CONCLUSÃO

As histórias das mulheres do MMTCC nos permitem reconstruir alguns dos limites e rupturas no tempo histórico e sua formação em enquanto sujeitos sociais ativos, que envolve suas ações dentro de vários espaços, seja no movimento somente de mulheres ou movimento quilombola, associações, igreja e na própria comunidade. Seus relatos transpõem espaços e tempos e revelam uma realidade multifacetada que ultrapassam as velhas dicotomias, público privado, apontam para o amadurecimento desses sujeitos nas atuações político-social de suas localidades.

Logo, um olhar sobre o movimento MMTCC de um modo geral nos faz ver que houve transformações tanto na sua forma organizativa como no seu aparecimento público. Vários movimentos, representando identidades sociais e políticas diversas, emergiram no espaço público, através de ações e mobilizações que, ao se fazerem

²³As donas no poder. Mulher e política na Bahia. Ana Alice Alcântara Costa. - Salvador: NEIM/UFBA Assembleia Legislativa da Bahia. 1998

²⁴Deixa-se de ser, nos dizeres de Touraine (2010), uma “mulher-para-o-outro” para se tornar uma “mulher-para-ela-mesma”.



crecentes, deram visibilidade às mulheres rurais. Uma dessas ações, o MMTCC, propõe, mediante suas reivindicações, mudanças que podem ser entendidas tanto como econômico-estruturais quanto simbólico-culturais, ao apresentar demandas que incluem tanto o reconhecimento cultural, o reconhecimento da diferença, quanto á redistribuição econômica e territorial.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. V. P. **Somos todas margaridas**: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da Floresta como sujeito político. Tese Doutorado – UNICAMP, 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. In: O'DWEYR, Eliane Cantarino (Org). *Quilombos*: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: 2ª ed. Bertrand Brasil, 2004.

CAPPELLIN, P. G. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. In: SILVA, E. M. et al. **Camuflagem e transparência**: as mulheres no sindicalismo. Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. São Paulo: CUT, 1990.

CINTRÃO, Rosângela. **Políticas agrárias, agrícolas e comerciais e seu rebatimento sobre a agricultura familiar no contexto nordestino**. Relatório de Pesquisa – Convênio CPDA/UFRRJ-Redes-Intermón-OxfamOxfam GB-Novib. (CD Room) 2006.

COSTA, Alcântara Alice Ana. **As donas no poder. Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política**. Artigo site WWW.vsite.unb.br/ih/gefem/labrys7/liberdade/anaanlice. Acesso em 18/08/2015.

COSTA, Rita de Cássia Pereira da, **“Como uma Comunidade”**: formas associativas em Santo Antônio /PA – imbricações entre parentesco, gênero e identidade. (Dissertação de Mestrado Antropologia) UFPA Belém, 2006.

COUTO, Marcia Thereza. **Na trilha do gênero pentecostalismo e CEBs**. Revista Estudos Feministas, jul. – dis. Ano/vol. 10, número 002. Universidade Federa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil, 2002, p. 357-369.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher a terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.



MARQUES, Gabriela Miranda. (2007). **Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de base: relatos dos tempos da abertura**. Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Gabriela%20marques.pdf>.

MEDEIROS, L. “Sem terra”, “assentada”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. GIARRACCA, Norma (Org.). **Una nuevauralidaden América Latina**. Buenos Aires: Eudela/Clacso, 2001.

SANTANA, Rosinete Marcos. **Os Caminhos da Regularização Fundiária em Concórdia do Pará**. São Paulo, 2010. (Dissertação de mestrado).

SCHAAF, A. V. D. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2003.

PERROT, Michelle. **Os excluídos: Operários, mulheres e prisioneiros**, Rio Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Estudos femininos. Florianópolis, 2007.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Ed. Petropolis: Vozes, 2010.



GT 02 -Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS, QUALIDADE DE VIDA E CONFLITOS NO MARAJÓ/PA

Cleiton Lopes Cabral(UnB)¹

cleitonlc4@hotmail.com

Divanilda Monteiro Porto (ESMAC)²

nildanilda49@hotmail.com

RESUMO

O trabalho teve por objetivo entender que as atuais configurações conflituosas no Marajó-PA conduzem para a redução da qualidade de vida nos territórios quilombolas que estes aparecem em desvantagem nas negociações. Ao ocuparem extensões próximas aos quilombos, como no Marajó, os novos fazendeiros desencadearam disputas territoriais, ocasionadas pelo uso do território e dos recursos naturais importantes para a sobrevivência das comunidades. Somado a isto, tem-se ainda velhos confrontos não resolvidos com antigos fazendeiros. Partindo da problemática dos conflitos territoriais entre quilombolas e fazendeiros, fez-se uso da pesquisa de campo e de entrevistas, a fim de identificar os agentes e os tipos de conflitos que comprometem a qualidade de vida das comunidades locais. Tais conflitos abrangem territórios com características sociais e naturais sensíveis, essenciais para a sobrevivência quilombola, como os recursos hídricos, fontes de alimentos do Rio Arari e da coleta de açaí – principal elemento da economia local. Os conflitos identificados envolvem ainda a pressão, ocasionados pela expansão territorial das fazendas sobre os quilombos e seus recursos, além dos produtos químicos usados por fazendeiros que atingem o mesmo rio utilizado pelas comunidades. Constatou-se que a titulação das terras quilombolas, ajudaria na resolução dos conflitos internos. Em sequência, faz-se importante a resolução dos conflitos que não se limitam ao território interno de Gurupá, ou seja, aqueles que transpõem esses limites, que ocorrem no seu entorno, onde o campo de atividades quilombolas é historicamente relevante para sua reprodução, como no caso dos conflitos pelo uso dos recursos.

Palavras-chave: Quilombos contemporâneos, Conflitos territoriais, Qualidade de vida

¹Ex: Doutor em Geografia, ênfase em Gestão territorial e Ambiental.

²Ex: Bacharel em Enfermagem/ESMAC.



1. INTRODUÇÃO

Os quilombos contemporâneos são provas de que sempre contribuíram para a formação brasileira e a importância das práticas de solidariedade para a sobrevivência. É impreterível considerar insuficiente, quando se atribui ao quilombo, apenas um fato permanente na consciência histórica. Com o passar dos anos, tem-se a noção de que o quilombo foi precariamente e equivocadamente relacionado a um acontecimento – histórico – do passado. A difusão dos resquícios do pensamento colonial, que ainda permanece no mundo contemporâneo, por vezes, aponta uma percepção imprópria das comunidades quilombolas.

A forma de ocupação e uso do território quilombola sempre foi importante para sua manutenção, sobrevivência e possibilidade de reprodução cultural, social e econômica. O local onde vivem os quilombolas são espaços de conhecimento, tradição, fronteiras históricas de referência étnica, promoção da oralidade, proteção da terra sagrada, identidade de pertencimento territorial e execução de práticas de preservação ambiental (ANJOS, 2009).

O panorama histórico do modo de vida quilombola demonstra que a materialização da cidadania no espaço ocorre de modo desigual e incompleto. Tal processo é reflexo do que vivem as comunidades quilombolas no Brasil, conforme afirma Anjos (1997), onde a ideologia dominante busca minimizar a cultura negra na formação do País, visto equivocadamente pelo seu passado como se não existisse no seu presente, faltando visibilidade territorial e social.

Como o território de uma comunidade quilombola é o ponto da reprodução e afirmação do conhecimento tradicional muitas vezes ligado à natureza, percebe-se que os conflitos territoriais atingem seu *status* mais elevado, quando um novo agente espacial tenta se impor sobre o outro já existente no território. O uso indiscriminado dos recursos naturais por outros agentes é alvo de constante confronto, uma vez que a reprodução das comunidades e sua cultura dependem da natureza. O sentido de pertencimento ao território para tais comunidades se revela nas práticas cotidianas, na relação com a natureza e entre os próprios membros, onde se tem o fortalecimento da memória de um passado comum e das relações parentais. As relações do grupo transformam-se em estratégias de controle ou resistência na área, uma defesa de toda a história com o território que pode implicar em conflitos com outros grupos de interesses e formas de atuação diferentes (MAZZETTO, 2007).



A leitura do comportamento dos diferentes agentes, de fato, contribui para entender a maneira como o território no Marajó vem sendo ocupado, bem como a configuração dos conflitos. Conforme Anjos (1995), é possível investigar e compreender a ordem no espaço, analisando as peças de composição da organização espacial, levando-se em consideração as múltiplas relações existentes.

Conforme destaca Haesbaert (2004), os agentes, ao construírem seus territórios, definem suas diferenças, sejam indivíduos, grupos sociais, Estados, empresas, instituições e outros. O território tem uma forma de uso para qualquer agente que atua sobre ele, independente do poder que possui, por ser uma condição para sua existência. O território é utilizado e construído por um determinado agente.

Os conflitos territoriais com quilombolas no Marajó não são recentes. Sua origem está no surgimento dos velhos agentes donos de grandes propriedades. As literaturas locais apontam que estes surgiram a partir da concessão de grandes terras aos “donatários de sesmarias” em 1721, autorizada pela monarquia portuguesa, que determinaram as primeiras ações de controles da terra (MARIN, 2004). Tal contingente se caracterizou pela formação dos pastos naturais, pela criação de gado e búfalos e a formação de grupos oligárquicos interessados no controle do poder político local.

O cerne dos atuais conflitos do Marajó é uma continuidade dos problemas territoriais acumulados e não resolvidos ao longo das décadas, e sofreram metamorfoses ao incrementar novos agentes. Diferente dos antigos fazendeiros marajoaras, os novos fazendeiros são motivados não apenas pelo poder territorial e político, mas, principalmente, pelo poder econômico.

O trabalho teve por objetivo entender que as atuais configurações conflituosas no Marajó-PA conduzem para a redução da qualidade de vida nos territórios quilombolas e que estes aparecem em desvantagem nas negociações diante dos demais agentes com interesses divergentes. A incompreensão da importância dos quilombos no âmbito social e a forma de uso do território sem degrada-los são fatores que podem dificultar a resolução de conflitos com outros agentes espaciais.



O caso da comunidade quilombola de Gurupá no Marajó demonstra um cenário que se enquadra na especificidade local, cujo estudo contribui para entender as relações entre os antigos e novos agentes, considerando importante a reflexão sobre a conservação dos aspectos humanos e ambientais do local. Parte-se do princípio que a ciência precisa tornar visível a importância dessas comunidades, que nos últimos anos sentem o risco da perda do território diante das novas formas de apropriação e do uso do território por outros agentes espaciais e que inserem novas atividades econômicas no local. Esse é um processo que está em curso na correlação de forças e produção do espaço no Marajó. Neste sentido, tem-se a delimitação do recorte temporal e a coleta de dados – ações adotadas no período 2014-2015.

2. QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS E OS CONFLITOS TERRITORIAIS

O quilombo é o resultado de muitos processos territoriais. O que dá unidade ao seu território é a sua etnia, cujo processo territorial se manifestou nas comunidades, conduzindo-o para uma identidade territorial a partir da sua própria apropriação do território.

Os quilombos também criaram relações estratégicas com o meio ambiente. A permanência das comunidades quilombolas nesses lugares deve-se à possibilidade de se integrarem às características naturais. A conservação da natureza foi fundamental para a ocupação estratégica e manutenção do grupo em seu espaço ancestral. A maior parte das áreas ainda preservadas do território brasileiro são habitadas por populações indígenas, caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e caipiras, cuja conservação da natureza garante a perpetuação do grupo (ARRUDA, 1999).

A organização territorial do quilombo está relacionada à localização geográfica de difícil acesso, bem como à possibilidade de subsistência, ao desenvolvimento da agricultura e utilização da caça, pesca e coleta, formando uma cultura de uso da terra coletiva e sagrada. A prática quilombola é caracterizada pela resistência e manutenção da reprodução social, dos modos de vida peculiar (ANJOS, 2006).

Concorda-se no entendimento dos quilombos contemporâneos, segundo Anjos (2009), que esses agentes ocuparam terras e se organizaram politicamente e economicamente, constituindo identidade territorial. Neste sentido, não se tem aí apenas uma questão de resistência no passado, mas de um presente que está vivo. Assim, o conceito de quilombo contemporâneo pode ser definido como:



Ao quilombo contemporâneo está associada uma interpretação mais ampla, mas que perpetua a ideia de resistência do território étnico capaz de se organizar e reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, sua forma particular de viver (ANJOS, 2006, p.53)

Para Arruti (2008), o quilombo contemporâneo está relacionado aos grupos sociais produzidos em decorrência de conflitos fundiários localizados e datados, ligados à dissolução das formas de organização do sistema escravista. O território, o modo de vida e a identidade quilombola são aspectos que sempre aparecem nesta definição. Os fatores que dão identidade a estas comunidades e o uso do território no cotidiano constrói sua territorialidade, onde se manifestam ações concretas (econômicas e políticas) e simbólicas (crenças e manifestações culturais).

O manejo da natureza pelas práticas quilombolas é importante para garantir os recursos necessários para a reprodução espacial da comunidade (DIEGUES, 2000). Os territórios quilombolas são espaços de conhecimento, tradição, fronteiras históricas de referência étnica, promoção da oralidade, proteção da terra sagrada, identidade de pertencimento territorial e execução de práticas de preservação ambiental (ANJOS, 2009). A forma de apropriação e o uso do território pelos quilombos foram ações bem sucedidas, uma vez que a maioria das comunidades sobreviveu durante muitos séculos.

A adversidade e o conflito são aspectos historicamente ligados ao quilombo. Desde a sua organização, com a não aceitação da condição escrava, até o quilombo contemporâneo, as populações negras desenvolveram práticas territoriais de resistência (ANJOS, 2011). A presença dos quilombos em áreas de acesso restrito (vales, interiores de chapadas, mosaicos florestais, zonas ribeirinhas ou faixas litorâneas distantes dos centros urbanos etc.) necessitou de organização produtiva própria quando de sua localização marginalizada do sistema dominante.

Conforme a importância dada a questão territorial e sua relação com as disputas pela apropriação dos recursos, observa-se que é desproporcional as condições de acesso aos recursos pelos quilombolas, em meio aos diferentes agentes envolvidos. Considerando os elementos territoriais e ambientais presentes na concepção de Zhoury et al (2016), define-se os conflitos territoriais como:

(...) aquele que surge dos distintos modos de apropriação técnica, econômica, social e cultural do mundo material. *E completa, ainda que* têm sido associados a situações de disputa sobre a apropriação dos recursos e serviços ambientais em que imperam condições de desproporcionalidade no acesso às condições naturais, bem como na disposição dos efluentes (ZHOURI et al, 2016, p. 36).



A questão dos conflitos com quilombolas, não está dissociada do território e nem de seus elementos ambientais, ao contrário, nele os agentes exercem práticas espaciais que provocam embates e desencadeiam destinos distintos dados aos territórios, posto que:

(...) caracterizam-se pela irrupção de embates entre práticas espaciais distintas que operam sobre um mesmo território ou sobre territórios interconexos, levando à colisão e concorrência entre sistemas diversos de uso, controle e significação dos recursos, em que não raro se processa a despossessão dos grupos locais. Trata-se de lutas políticas e simbólicas estabelecidas em torno do sentido e do destino dos territórios. (ZHOURI et al, 2016, p. 36-37).

Segundo Zhouri et al (2016), os conflitos não se limitam a luta de interesses entre duas ou mais partes, e nem se reduzem a uma controvérsia entre os polos com posições em iguais condições de negociação. Diferente disso, os conflitos expressam posições assimétricas ocupadas pelos agentes, com distribuição desigual do capital econômico, político e simbólico, que determina o poder de ação no território.

Conforme aponta Acselrad (2004), um dos impulsionadores dos conflitos acontece quando um grupo sente suas formas sociais de reprodução ameaçadas por impactos indesejáveis no solo, água, ar, seres vivos, a partir de outros grupos. Apresentam-se tensões de diferentes grupos com distribuição, acesso aos recursos naturais, formas de apropriação do meio biofísico compatíveis ou incompatíveis.

De acordo com as condições históricas, o conflito emerge a partir da relação lógica que os agentes estabelecem entre impactos no ambiente e a ação dos demais agentes do lugar. Para apreender a dinâmica conflitiva, Acselrad (2004) define quatro formas de classificar os conflitos: apropriação simbólica, apropriação material, durabilidade e interatividade. As três primeiras referem-se às características materiais para manter as formas sociais de existência e a última a ação da prática espacial sobre a outra.

O conflito entre os agentes tem impulsos pela distribuição de externalidades (quando agentes causadores dos problemas não assumem a responsabilidade) ou pelo acesso e uso dos recursos naturais (dificuldades de saber quem tem direito a propriedade dos recursos). Configurar situações conflituosas é complexo devido à necessidade de definir os limites no âmbito social, político e institucional que acontecem (ACSELRAD, 2004).

A ideia de conflito está intimamente relacionada ao de território. Envolve os modos diferenciados de apropriação, uso e significados atribuídos ao território. O conflito é territorial com a crise das relações entre agentes envolvidos em determinados interesses. Pode estar vinculado aos motivos sociais e ambientais, nas estruturas sociais do poder territorial (ACSELRAD, 2004).



Os conflitos apresentam características políticas, sociais, jurídicas sobre os espaços dos recursos e grupos que reivindicam o território como moradia. Cada agente apresenta sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida que diverge de outros agentes, atribuindo valores sociais e culturais ao conflito (LITTLE, 2001).

Cada uma dessas classificações apresenta ideias específicas. O conflito do ponto de vista jurídico representa a formalização das disputas pelo controle de um determinado objeto, principalmente quando mais de dois agentes ou grupos possuem dispositivos legais sobre uma determinada área geográfica (LITTLE, 2001).

Ressalta-se a partir de Little (2001) que o território de uma comunidade tradicional é cultural, tem forte identidade com o lugar e sagrados, transmitidos ao longo dos anos, não podendo ser vista apenas pela legislação formal. Neste caso, a classificação dos conflitos contempla tanto o campo formal dos conhecimentos quanto os lugares sagrados.

Os tipos de conflitos podem ser institucionais, quando dois órgãos com funções diferentes disputam o mesmo objeto. As posições ideológicas dos órgãos estatais sustentam essas contradições. O estado diante da existência de um conflito atua muitas vezes de modo contraditório. Por vezes aparecem de forma desigual, diferenciada e com interesses que divergem da sociedade. Órgãos governamentais são conflitantes entre si, por conta dos diferentes interesses dos segmentos sociais (LITTLE, 2001).

Outra forma de conflito identificado é o dos sistemas de produção. O embate pode ser representado pelas populações tradicionais, de uso direto dos recursos e os demais pelo uso de tecnologias para exploração dos recursos. A imposição do segundo sobre o primeiro, visando o próprio benefício, geralmente resulta em conflitos. Podem ocorrer entre grupos do mesmo sistema produtivo, mas as tensões mais intensas acontecem com sistemas produtivos distintos (LITTLE, 2001). Em meio às disputas entende-se que as populações tradicionais são importantes para as ações do Estado ao sinalizar para as políticas de conservação.

Segundo Little (2001) a perspectiva de solução dos conflitos passa pela eliminação das causas e origens. Para o autor os agentes devem buscar resolver as divergências de forma pacífica, voluntária e consensual. Ao envolver problemas sociais e ambientais, as causas da degradação precisam ser interrompidas até a solução do ponto. Estas soluções, poucas vezes são postas em prática, tanto quando negociações e consensos entre os agentes envolvidos.

3. CONFLITOS TERRITORIAIS NO MARAJÓ E O IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE DE GURUPÁ-PA



Por um longo tempo afirmou-se equivocadamente nas literaturas que a escravidão africana na Amazônia não havia acrescentado grandes interferências no seu território. Ao invés disso, essa região constata ter um campo abrangente de autoidentificação quilombola. As recentes e variadas pesquisas demonstram que o Pará é um dos estados brasileiros com maior concentração dessas comunidades.

A incorporação dos africanos no Pará foi impulsionada pelo crescimento da produção portuguesa de cana-de-açúcar, arroz, algodão, tabaco e cacau. Neste período, amplia-se as atividades da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, responsável pelo transporte de escravos ordenado pela monarquia portuguesa (NETO, 2012; BENTES, 2013).

O Marajó, no período da colonização, era conhecido como Ilha Grande de Joanes, habitada em grande quantidade pelas comunidades indígenas Aruãs ou Aruac e Nhambiquaras. Logo, essas tribos foram substituídas pelo africano, mas antes, tinham sido dizimadas em conflitos com portugueses, que escravizaram indígenas ocupando grandes porções de terras, por meio das concessões de sesmarias, totalizando 50 sesmarias entre 1721 e 1740 (GPTDA, 2012).

A tabela, apresentada a seguir, mostra que entre 1822 a 1888, a população de escravos africanos teve uma ampla distribuição espacial pelos diferentes lugares do Grão-Pará. Na tabela é possível observar que no período colonial esta mão-de-obra assumiu grande relevância nas diferentes atividades econômicas do período, alcançando em 1856, sua mais expressiva população escrava. O Marajó destaca-se entre as quatro regiões da província com amplo uso dos africanos nos serviços e bases de produção local.

Tabela 1. População escrava da Província do Grão-Pará por região (1822-1888)

Região	1822	1848	1856	1876	1885	1888
Belém	9.849	9.526	8.720	4.966	6.594	2.778
Baixo Tocantins	7.726	10.033	16.773	7.702	6.371	3.578
Baixo Amazonas	3.657	3.793	4.334	3.075	2.211	1.074
Ilha do Marajó	2.120	2.495	3.248	3.846	2.501	1.369
Nordeste Paraense	1.192	1.584	1.694	1.402	943	734
Amapá	940	1.870	1.158	563	253	211
Costa Oriental	1.044	1.668	2.175	1.366	752	518
Rio Xingu	383	437	547	666	468	203
Outras: Melgaço, Portel, Prainha	1.140	395	129	138	125	70
Total	28.057	31.301	38.778	22.924	20.218	10.535

Fonte: Neto, 2012 *apud* Marin, 1985; Salles, 1988.



No século XVIII e XIX as fazendas de gados e búfalos no Marajó tinham como base o trabalho de escravos africanos e homens livres (indígenas e mestiços). A resistência à escravidão era recorrente a partir das fugas que originaram a formação dos quilombos nos vários cantos do arquipélago (GPTDA, 2012).

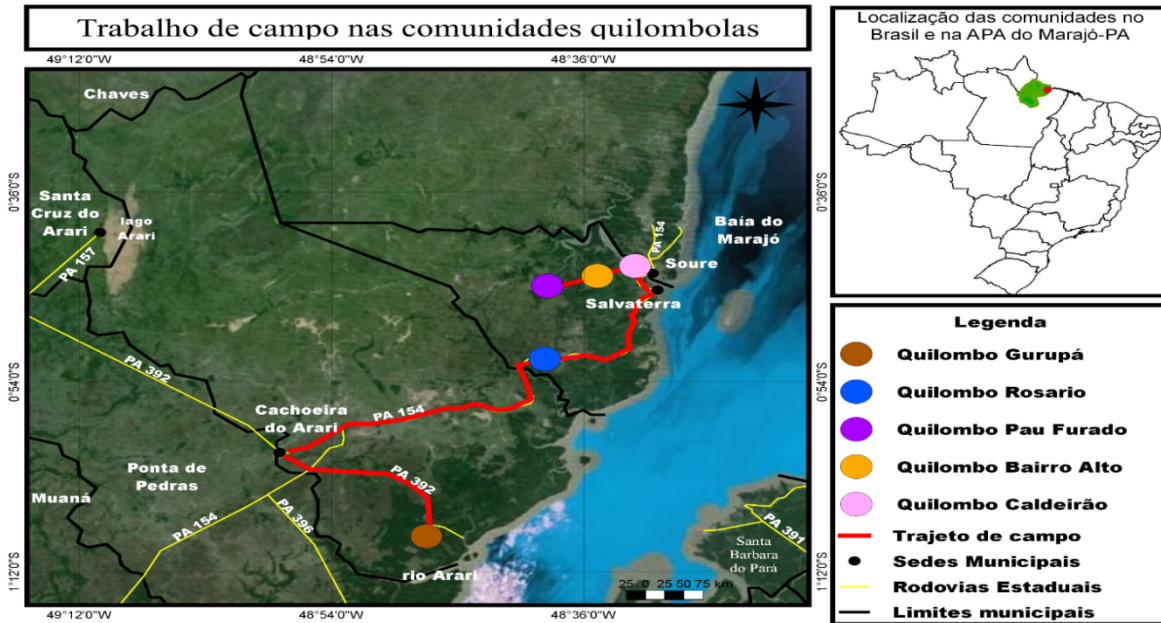
O surgimento e as formações dos quilombos no Marajó foram desencadeados pelas relações de conflitos entre africanos e fazendeiros que culminou em outras formas de convivência e agrupamentos africanos alternativos, longe das fazendas organizadas pelas regras do regime de trabalho escravo. Atualmente, grande parte dessas comunidades marajoaras estão localizadas em territórios de difícil acesso, sendo esta uma estratégia para garantir a sobrevivência e perpetuação dos grupos. Isso devido a perseguição que sofriram no período colonial, a qualquer movimento contra aquela forma de organização, vários eram novamente presos e duramente castigados pela fuga (CARDOSO et al, 2012).

Os quilombos contemporâneos sobreviveram e ainda vivem das atividades extrativistas, roça e pesca. Devido aos conflitos do passado e que se mantiveram no presente, eles ainda permanecem na busca para manter seus territórios que foram ocupados desde o período colonial (GPTDA, 2012). Observa-se nas práticas atuais e objetos do cotidiano quilombola, a ligação que se mantém entre o território ancestral e o território atualmente ocupado pelas comunidades. O elo de relacionamento é refletido no território contemporâneo, em formas e objetos antigos, ainda existentes, que resgatam a memória dos antepassados, a exemplo da forma das casas, dos utensílios domésticos e ferramentas de trabalho.

Conforme a proposta da pesquisa sobre o desencadeamento dos atuais conflitos na qualidade de vida dos quilombolas do Marajó, foram selecionadas apenas aquelas comunidades onde constatou-se a existência de novos conflitos. A princípio, o trabalho de campo se deu em cinco comunidades quilombolas do Marajó. Assim, foram selecionadas para o estudo de campo e aprofundamento da pesquisa as seguintes comunidades: Rosário, Barro Alto, Caldeirão e Pau Furado, localizados na região de Salvaterra, e a comunidade de Gurupá, localizada na região de Cachoeira do Arari, como pode ser observado no mapa abaixo. É preciso ressaltar que a seleção das comunidades estudadas foi uma indicação dos próprios presidentes e vice-presidentes das associações.



Figura 1. Mapa de localização das comunidades quilombolas visitadas e rota do percurso da realização do trabalho de campo



Fonte: Trabalho de campo

Depois de visitar e observar as comunidades supramencionadas, Gurupá foi escolhida como foco para o aprofundamento da pesquisa por demonstrar maior complexidade nas relações conflituosas, com a chegada de um novo agente, promovido pelo projeto rizicultor. A escolha desta justifica-se por apresentar o palco das atividades mais avançadas dos atuais rizicultores do Marajó, além de deter os locais que tornam mais visíveis do que nas outras comunidades o surgimento de novos conflitos territoriais, envolvendo parcerias e alianças com órgãos públicos e privados. O território de Gurupá demonstrou ser mais visível à configuração de diferenças e divergências com antigos fazendeiros e a chegada de novos (rizicultores), formando um quadro histórico de relações sociais complexas, além da formação de alianças, estratégias políticas e econômicas articuladas aos interesses variados.

Os principais agentes e suas estratégias espaciais foram investigados, todos com níveis diferenciados de interferências no conflito em estudo e na dinâmica territorial de Gurupá. A pesquisa identificou uma quantidade bastante significativa de elementos que atuam articulados, o que favoreceu a demonstração das diferenças de grupos de grandes agentes com poderes políticos e econômicos. Os elementos básicos dos agentes permitem compreender as ações dos agentes privados, tradicionais e de instituições não governamentais durante as disputas e os jogos de interesses.



Um dos conflitos identificados é por sobreposição. Na parte interna dos limites do território de Gurupá construiu-se o porto do Caracará, que permite o escoamento da produção de arroz próximo do rio Caracará. A obra que beneficia a rizicultura foi realizada a partir da parceria Governo do Estado do Pará e Prefeitura do Município de Cachoeira do Arari. Na opinião das comunidades, a construção do porto passa a sensação de perda do território ancestral, dos pontos de convivência cotidianas, das relações com o rio e o risco de possibilitar caminhos para novas ocupações externas, causando perdas gradativas no futuro, do ponto de vista territorial e do uso dos recursos.

Outro conflito se dá pela forma de uso dos recursos hídricos. Para a comunidade de Gurupá, a rizicultura passou a exercer o controle das águas, a montante do rio Arari. Os quilombos têm a percepção geográfica da relação entre a conservação e a importância da forma de uso dos recursos, não apenas daqueles existentes nos limites territoriais, mas dos que se encontram em seu entorno. Para os quilombolas, é preciso questionar os prejuízos causados pela irrigação da plantação das fazendas rizicultoras, quando a mesma captura 96.000 m³ de água do rio Arari. O questionamento da comunidade se dá em relação ao desvio dos cursos das águas do rio, que no entendimento local, a irrigação impede o fluxo normal dos peixes, camarão e outros seres aquáticos importantes para o equilíbrio do rio, bem como para o consumo e a economia das comunidades.

O conflito por uso de produtos químicos agrícolas na rizicultura é outro que precisa ser analisado. As comunidades alegam que o uso de agrotóxicos ou defensivos agrícolas diminui a qualidade da água do rio Arari. Depois de capturada, as águas do rio percorrem a rizicultura no trajeto da irrigação e voltam a desaguar no mesmo rio. Como a rizicultura está a montante do rio, o fluxo da água segue em direção às comunidades de Gurupá. Essa é uma das razões que fomentam as reclamações das comunidades quilombolas, já que fazem uso do mesmo rio e alegam prejuízos na pesca e qualidade da água. A jusante do rio Arari e conectados com outras redes de drenagem, existe maior concentração de atividades e moradias quilombolas. Eles passam a utilizar com mais frequência as águas do rio de diferentes modos, a exemplo do uso doméstico, banho, lazer, pesca, transporte etc. As duas formas diferenciadas de uso do mesmo rio, por rizicultores e quilombolas, promovem a concorrência e desencadeia o conflito pelo uso dos recursos hídricos locais.

O necessário contato direto com a água desperta a preocupação com casos que afetam problemas de saúde na comunidade, a partir da proliferação dos defensivos agrícolas no rio. Conforme os quilombolas, no período conhecido como “fenômeno das marés”, o risco de problemas de saúde causados pelo agrotóxico é ainda maior, pois as águas sobem com mais intensidade, adentrando os territórios, rios, lagos e igarapés das famílias de Gurupá.



As áreas que concentram maior quantidade de árvores de açaí têm apresentado problemas de “secagem”. Para a comunidade, as árvores de açaí, localizadas a margem do rio, nos últimos anos, passaram a secar em maior quantidade, podendo ser um efeito danoso dos produtos químicos utilizados na rizicultura. Segundo os moradores, além da proliferação dos defensivos agrícolas pelo rio Arari, o mesmo ocorre com a ajuda dos ventos que espraíam o produto em várias direções quando os aviões da rizicultura são utilizados.

Outro conflito observado é por circulação. Historicamente, as comunidades construíram o hábito de encurtar caminhos pelo território percorrido, entre os quais, as fazendas do Marajó, conhecido como “atalhos” para chegar ao outro lado, onde coletam alimentos para consumo próprio ou comercialização. Neste sentido, o açaí é uma das principais fontes da economia local. Nos últimos anos, determinados “atalhos” caíram em desuso, ocasionado pela colocação de “cercas” e seguranças nas fazendas.

Por fim, o conflito identificado é por pressão territorial. De um lado, o vetor de expansão da rizicultura apresenta possibilidades de aproximação do território quilombola por meio da compra de grandes extensões terras dos antigos fazendeiros, que exerce pressão para a expansão territorial da plantação de arroz, tendo por objetivo a ampliação do seu crescimento econômico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber no território quilombola, que as práticas de apropriação implicam em diferentes conflitos e determinam o ritmo da dinâmica territorial. A identificação dos elementos do conflito como os agentes envolvidos, campo e natureza do conflito, permitiram a compreensão dos conflitos territoriais no Marajó.

Após a identificação dos agentes, o passo seguinte proporcionou a visibilidade das articulações, da escala de atuação e das interferências na dinâmica territorial das comunidades quilombolas. A leitura de cada agente permitiu aprofundar o entendimento da forma como se tem configurado as relações conflituosas no Marajó e seus impactos na qualidade de vida das comunidades.

O poder econômico e político dos atuais fazendeiros do Marajó se impõe e mantém os conflitos territoriais. Os conflitos de hoje, têm uma verticalidade histórica, eles demonstram e atualizam o modelo colonial que se estabeleceu na região e expropriam os quilombolas, apresentando uma profundidade histórica ao acionar processos que já estavam dados a nível local.



Entre as cinco comunidades quilombolas localizadas próximas às fazendas compradas para a plantação de arroz no Marajó, a comunidade de Gurupá apresentou maior vulnerabilidade territorial, posto que as formas de uso do território pelos agentes externos podem afetar com maior intensidade os recursos naturais necessários para a sobrevivência local.

Por fim, é relevante considerar a titulação das terras quilombolas como algo imprescindível, posto que ajudaria na resolução dos demais conflitos que afetam a qualidade de vida dessas comunidades

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H. Justiça Ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; PÁDUA, J. A.; HERCULANO, S. (Org.) *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004. p. 23-39.

ANJOS, R. S. A dos. *Modelagem dos processos espaciais formadores da dinâmica urbana no Distrito Federal do Brasil*. São Paulo, 1995. 220p. Tese (Doutorado em Engenharia). Universidade de São Paulo. São Paulo: Departamento de Engenharia de Transportes da Escola Politécnica, 1995.

_____. *Distribuição Espacial das Comunidades Remanescentes de Quilombos*. Humanidades em Revista, Brasília, v. 1, p. 111-123, 1997.

_____. *Quilombolas – tradições e cultura da resistência*. Aori Comunicações. Petrobrás. São Paulo, 2006, p. 240.

_____. *Quilombos – Geografia Africana – Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais*. 1ª ed. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009. p.190.

_____. *Territorialidade quilombola – Fotos & Mapas*. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2011. p.112

ARRUDA, R. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: **Ambiente & Sociedade** - Ano II, n.5, p. 79-92, 1999.

ARRUTI, J. M. *Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006. p.370.

BENTES, N. *Aspectos da trajetória da população negra no Pará*. Belém: UFPA, GEAM, 2013.

CARDOSO, L. F. C. *Demandas por reconhecimento e justiça em associações de comunidades quilombolas na ilha do Marajó-PA*. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2012, São Paulo.

DIEGUES, A. C. S. *Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil*. São Paulo: NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPq, 2000.



ZHOURI, A et al. *O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social*. Ciência e Cultura, vol.68, no.3, São Paulo, Julho/Setembro, 2016.

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA – GPTDA. *Relatório Analítico do Território do Marajó*. Relatório de agosto de 2012. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra129.pdf>>. Acesso em: 22. Dez. 2016.

HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M (Org.). *A Difícil Sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais*. Garamond: Rio de Janeiro, 2001, p. 259.

MARIN, R. E. A et al. *Campesinato negro na Ilha de Marajó: Relatório do Projeto Estudo de comunidades negras rurais no Estado do Pará*. Belém: UNAMAZ/SEJU/NAEA, 2004.

MAZZETTO, C. E. Territorialidade Camponesa e agronegócio: o sentido e a sustentabilidade dos territórios rurais em questão. In: ARRAIS, T. A et al. (Org.). *Itinerários Geográficos*. 1 ed. Niterói: Ed UFF, 2007.

NETO, J. M. B. *Escravidão Negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2012.

**Grupo de Trabalho 03 – Colonialidade e grandes obras de infraestrutura:
hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias****BELO MONTE E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS SOBRE O
TERRITÓRIO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MÉDIO XINGU**

Girlian Silva de Sousa (Universidade Federal do Oeste do Pará)¹
E-mail: gyr_gil@yahoo.com.br

Juarez Pezzutti (Universidade Federal do Pará)²
E-mail: Juarez.pezzuti@gmail.com

RESUMO

Consubstanciado no modelo de desenvolvimento econômico pautado em grandes e onerosos projetos, o empreendimento UHE Belo Monte mobiliza expressivo volume de dinheiro público (R\$ 22,5 bilhões, equivalentes a 80% do investimento total do projeto), gerando externalidades socioambientais negativas. O empreendimento faz parte de um projeto mais abrangente que visa a inserção das empresas nacionais no mercado internacional e a garantia de atendimento das demandas da economia chinesa. Historicamente, o processo de implantação dos projetos hidrelétricos no Brasil está marcado pelos conflitos de interesses políticos, étnico-sociais e econômicos, configurando-se campo de disputa de poder, de mudanças na configuração territorial e de alteração das relações sociais historicamente construídas (CASTRO et al., 2014; DE FÁTIMA BRAGA et al., 2011; VAINER, 2008; ARAUJO, 1992; MAGALHÃES, 2009). Isto posto, a UHE Belo Monte se impõe como violência simbólica (BOURDIEU, 1989), sobre cidadãos, ribeirinhos, povos indígenas e suas territorialidades específicas (ALMEIDA, 2004), desconsiderando especificidades étnico-culturais e a magnitude das transformações no modo de vida dos povos impactados pelo projeto (CUNHA, 2009; ACSELRAD; MELLO, 2009). À vista disso, o presente artigo objetiva refletir sobre as transformações socioambientais ocasionadas pelo empreendimento UHE Belo Monte. Para tanto, realizaremos uma revisão bibliográfica sobre a temática. As principais conclusões são relativas à não observância das condicionantes do projeto e às tentativas de obnubilação dos custos sociais e ambientais ocasionados pelo empreendimento.

Palavras-chave: UHE Belo Monte, Conflitos, China, Transformações socioambientais.

1. INTRODUÇÃO

¹ Professora do Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFGA.

² Doutor (Ecologia) Unicamp, Professor da Universidade Federal do Pará, Professor dos Programas de Pós-Graduação: PPGDSTU/NAEA; PPGZool/UFGA-MPEG e PPGEAP/UFGA.



O processo de ocupação do território amazônico é historicamente marcado por conflitos socioambientais decorrentes da luta pela apropriação e exploração econômica dos recursos naturais da região. Destacam-se nesse sentido, os projetos de desenvolvimento econômico regional, cujo condicionamento à dinâmica de atendimento das demandas dos mercados externos, resulta em conflitos e externalidades negativas na esfera local (CASTRO, 2012; MORENO, 2015; MONTAÑO, 2014; BRANDÃO, 2012).

Até meados do século XIX, a insuficiência interna de recursos tecnológicos e de capitais para a superação das barreiras naturais amazônica, impediram a intensificação do processo de ocupação do território e de exploração dos recursos naturais. O processo de degradação da Amazônia se intensifica a partir da década de 1970, quando, inaugura-se a partir de então, “as décadas da destruição” – marcadas pelo acentuado processo de predação e disputas pela apropriação e ocupação do território (PADUA, 2000; CASTRO, 2008; MARGARIT, 2013; BOURSCHEID JUNIOR; PEDROSO; CUNHA, 2013).

Desta forma, o empreendimento UHE Belo Monte mobiliza expressivo volume de dinheiro público, criando externalidades socioambientais negativas. Parte de um projeto mais abrangente que visa a inserção das empresas nacionais no mercado internacional e a garantia de atendimento das demandas da economia chinesa. Historicamente, o processo de implantação dos projetos hidrelétricos no Brasil está marcado pelos conflitos de interesses políticos, étnico-sociais e econômicos, configurando-se campo de disputa de poder, de mudanças na configuração territorial e de alteração das relações sociais historicamente construídas (CASTRO et al., 2014; DE FÁTIMA BRAGA et al., 2011; VAINER, 2008; ARAUJO, 1992; MAGALHÃES, 2009).

Isto posto, a UHE Belo Monte se impõe como violência simbólica (BOURDIEU, 1989), sobre as populações locais e suas territorialidades específicas (ALMEIDA, 2004), desconsiderando especificidades étnico-culturais e a magnitude das transformações no modo de vida dos povos impactados pelo projeto (CUNHA, 2009; ACSELRAD; MELLO, 2009).

À vista disso, o presente artigo objetiva refletir sobre as transformações socioambientais ocasionadas pelo empreendimento UHE Belo Monte. Para tanto, realizaremos uma revisão bibliográfica sobre a temática. As principais conclusões são relativas à não observância das condicionantes do projeto e às tentativas de obnubilação dos custos sociais e ambientais ocasionados pelo empreendimento.

2. O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA E OS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL



Até meados do século XIX, a insuficiência interna de recursos tecnológicos e de capitais para a superação das barreiras naturais amazônica, impediram a intensificação do processo de ocupação do território e de exploração dos recursos naturais. Foi necessária a descoberta de benefícios econômicos que atraíssem o interesse do capital europeu e norte-americano, e compensassem os elevados custos para a exploração de recursos naturais na região (PÁDUA, 2000; SANTOS, 1980). Os incentivos econômicos à produção da borracha para a demanda do mercado externo a partir de 1850, foram tão significativos que desestimularam a concorrência na produção de outros fatores de produção pelos demais setores da economia (SANTOS, 1980). Contudo, a efemeridade histórica do ciclo econômico da borracha retardou o surgimento de estruturas socioeconômicas mais complexas e permanentes, capazes de intensificar a destruição da floresta no início do século XX (PÁDUA, 2000).

A partir da década de 1930, o Brasil adota a industrialização como modelo desenvolvimentista. Este projeto se inicia durante o governo Vargas (1930-1945), se intensifica com o governo Kubitschek (1956-1961) e se consolida durante o período militar, a partir do golpe de 1964 (BOURSCHEID JUNIOR; PEDROSO; CUNHA, 2013; GIAMBIAGI et al., 2011). Destarte, o processo de degradação da Amazônia se intensifica a partir da década de 1970, quando apenas 1% da sua cobertura original havia sido devastado. Inaugura-se a partir de então, “as décadas da destruição” – marcadas pelo acentuado processo de predação e disputas pela apropriação e ocupação do território (PADUA, 2000; CASTRO, 2008; MARGARIT, 2013; BOURSCHEID JUNIOR; PEDROSO; CUNHA, 2013).

Este cenário é produto da racionalidade que dissocia natureza, progresso e equidade social - e esteve na origem dos projetos de integração e desenvolvimento econômico para a região amazônica (KUBITSCHKEK, 2000). Desde o período colonial, “a Região Norte configurou-se em grande incógnita para os dirigentes nacionais. A selva tropical era ao mesmo tempo exuberante e devastadora, no que diz respeito aos corpos que consumia no movimento de desbravamento de seu interior” (BOURSCHEID; PEDROSO; CUNHA, 2013 p. 97). Assim, as visões de vazio geográfico e de natureza indomada são recorrentes no ideário sobre a Amazônia – permanecendo arraigada nos atuais megaempreendimentos para a região, nos quais, a população nativa é ignorada e posta à margem (CASTRO, 2008; FONTES, 2006).

Durante o governo militar, o planejamento regional estratégico da Amazônia centralizou-se na construção de estradas visando a integração das regiões sul e sudeste às regiões mais isoladas do país. Por conseguinte, a Transamazônica e a BR-364 confluíam os interesses de soberania nacional e progresso através da prospecção dos recursos naturais amazônicos para o abastecimento das regiões industrializadas do país (BOURSCHEID



JUNIOR; PEDROSO; CUNHA, 2013). Lucio Flávio Pinto define a construção do eixo viário de integração nacional como “o episódio mais traumático de toda a história amazônica”³ (PINTO, 2014, p.71). Produto dessa lógica, a rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) gerou “disputas materiais e simbólicas sobre o território e seus recursos, identidades, valores e racionalidades intrínsecas às dinâmicas próprias do mundo social” (CASTRO, 2008 p. 9).

Historicamente, este representa o marco inicial do período atração da grande empresa agropecuária e mineradora na região. O interesse do mercado de exportação de commodities agropecuárias e mineral na região, promoveu a substituição da floresta, do pequeno agricultor e das comunidades tradicionais e seus modos de cultivo, por núcleos urbanos e pela monocultura empresarial. À medida em que o grande capital se consolida através do agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, acirram-se os conflitos e a degradação ambiental (MARGARIT, 2013; CASTRO, 2008; BOURSCHIED JUNIOR; PEDROSO; CUNHA, 2013)

2.1 A floresta na dinâmica Brasil made in China: os grandes projetos na Amazônia

No complexo mundo globalizado, as múltiplas escalas entre o local e o global determinam as dinâmicas do desenvolvimento econômico territorial, posto a existência de conflitos de interesses endógenos e hierarquias de fatores macroeconômicos, capazes de redesenhar as fronteiras territoriais (BRANDÃO, 2012). Neste sentido, a China como grande potência econômica e geopolítica, é considerada a principal estrutura orgânica do crescimento da economia mundial (WOLF, 2017). A racionalidade do sistema econômico chinês engendra transformações materiais e socioculturais ao redor do planeta. Isto decorre da atuação dual como produtor de mercadorias industrializadas - que abarrotam os mercados ao redor do mundo; e como maior comprador mundial de matérias-primas:

Ao assumir o papel de grande fábrica do mundo, o país criou dinâmicas decisivas que radicalizaram a divisão internacional do trabalho, descentralizando a indústria, por um lado, e também desindustrializando e reprimarizando várias economias, impulsionando uma grande demanda de recursos naturais, o que vem, por sua vez, reconfigurando uma divisão internacional da natureza: o longo da última década, a demanda chinesa foi o principal fator responsável pela alta dos preços internacionais das commodities e consolidou-se como o motor da expansão da indústria extrativa em nível global (MORENO, 2015 p. 12).

O modo de produção chinês viabilizou em termos de preço e escala de produção, o atual nível de consumismo de massa, permitindo que o intenso processo de urbanização criasse subjetividades tão significativas que transformaram o metabolismo do sistema

³ Para um estudo aprofundado do que Flávio Pinto considera “a mais grave tentativa de apropriação indébita de terras públicas do país”, consultar Pinto, (2014).



capitalista no século XXI⁴ (MORENO, 2015; BRANDÃO, 2012; WOLF, 2017). A colossal indústria chinesa demanda aportes constantes de matérias-primas e recursos naturais - prospectados ao redor do planeta. Grãos, carnes, fibras, minérios, madeiras, exigem logística e infraestrutura para escoamento, condizentes com os padrões de eficiência exigidos por seu modo de produção. Isto requer dos parceiros comerciais da China (produtores de matérias-primas e recursos naturais), a adequação das estratégias nacionais e regionais às demandas de eficiência chinesas - o que tem produzido profundas e irreversíveis transformações nos territórios onde o “*Chinese dream*” consubstancializa pesadelos desenvolvimentistas de escalas inéditas (MORENO, 2015).

A China é o maior parceiro comercial do Brasil, que por sua vez, é o principal parceiro comercial da china na América Latina. Isto significa que o fluxo comercial também se reflete no volume de investimentos diretos chineses no Brasil, quarto destino dos investimentos diretos da China no exterior. A pauta de exportação brasileira para a China está concentrada na soja, minério de ferro e petróleo – o que justifica o interesse Chinês em garantir o escoamento dos fluxos logísticos de matérias-primas e recursos naturais através de investimentos em obras de infraestrutura, com vista a melhorar a conectividade dos países da América Latina e do Caribe entre si, e destes com a China (MORENO, 2015).

Cabe lembrar, que tanto os projetos em execução no âmbito dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), como os que integram a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), visam acelerar o processo de internacionalização das empresas brasileiras. Nesse sentido, as fronteiras da Amazônia outrora vistas como um problema de segurança nacional, hoje são estratégicas para a integração econômica sul-americana, representando uma grande vantagem brasileira (CASTRO, 2012; CARVALHO, 2011).

Por conseguinte, o capital chinês se faz presente nos projetos de infraestrutura do PAC II - geração e transmissão de energia, e integração logística multimodal da região (portos, ferrovias, estradas, rodovias, hidrovias, silos), cujo discurso sobre a necessidade de integração nacional e garantia de competitividade ao agronegócio, assegura a presença chinesa no território brasileiro (ZARAPOLLI, 2017; CARVALHO, 2011; MORENO, 2015). Neste sentido, Camila Moreno explica que a consolidação do Arco Norte é converge interesses estratégicos do setor produtivo brasileiro e da China.

A efetivação do Arco Norte é crucial na estratégia de crescimento do agronegócio e para a expansão da fronteira minerária brasileira, com perspectivas futuras de integração ao canal interoceânico planejado pela China na Nicarágua, com vistas a promoção de novos

⁴ Para maior aprofundamento sobre o tema, vide MORENO, (2015).



fluxos e rotas globais (MORENO, 2015). Nesta perspectiva, enquanto o IIRSA representa a oportunidade brasileira para a conquista da hegemonia regional, a Amazônia permanece no papel de viabilizadora do processo de concentração de riquezas em outras regiões do país e do mundo, concentrando em âmbito local a externalidades negativas da especialização na exportação de matérias-primas (CARVAHO, 2011; MORENO, 2015; CASTRO, 2012).

3. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE BELO MONTE SOBRE TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MÉDIO XINGU

Previsto para inundar uma área de aproximadamente 500 km², o reservatório de Belo Monte deverá afetar diretamente outros 1.000 km² no local de construção do empreendimento. Sendo que entre 20.000 e 40.000 estão previstas de serem desalojadas de suas casas (GREENPEACE, 2016). O empreendimento tem sido associado ainda, a uma série de externalidades sociais negativas como inchaço populacional e aumento da demanda por serviços de saúde, educação (embora a infraestrutura da cidade seja insuficiente), aumento da violência, prostituição, consumo de drogas e tráfico de pessoas na cidade de Altamira, agravamento do processo de desmatamento (GREENPEACE, 2016). Afora esses impactos, a intensa redução na vazão do rio representa ameaça para a soberania e a segurança alimentar dos povos indígenas da Volta Grande:

De acordo com a análise do EIA de 2009, os povos indígenas que vivem ao longo da Volta Grande, além de perderem os peixes dos quais dependem para se alimentar, não serão mais capazes de viajar de barco para Altamira para vender seus produtos ou comprar bens de consumo, enquanto as comunidades acima da barragem principal perderão o acesso aos peixes migratórios. A redução da vazão afetará ainda a agricultura da região, a qualidade da água e a floresta do entorno, enquanto a água parada remanescente da redução da vazão do rio se converterá em criadouros perfeitos para os mosquitos portadores da malária e de doenças transmitidas pela água (GREENPEACE, 2016 p. 33).

Desta forma, a UHE Belo Monte materializa a racionalidade do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, pautado em grandes e onerosos projetos de empreendimentos, com vistas ao atendimento das demandas externas. Além do expressivo volume de dinheiro público mobilizado (R\$ 22,5 bilhões, 80% do investimento total), os novos projetos de hidroeletricidade contam com o incentivo diferencial do capital chinês, para baratear custos e acelerar processos (MORENO, 2015).

A emergência de tais interesses tem impulsionado a flexibilização da legislação ambiental; o desprezo aos direitos dos povos e comunidades tradicionais e de outras populações atingidas; o atropelo do processo de licenciamento ambiental; desrespeito a



responsabilidades fiscais, entre outras violações, a despeito da grande mobilização nacional e internacional (CASTRO et al., 2014; DE FÁTIMA BRAGA et al., 2011; VAINER, 2008; ARAUJO, 1992; MAGALHÃES, 2009; MORENO, 2015; OLIVEIRA; COHN, 2014; MONTAÑO, 2014).

O empreendimento se impõe como violência simbólica sobre cidadãos, ribeirinhos, povos indígenas e suas territorialidades específicas (ALMEIDA, 2008), desconsiderando especificidades étnico-culturais e a magnitude das transformações no modo de vida dos povos impactados pelo projeto (CUNHA, 2009; ACSELRAD; MELLO, 2009; MONTAÑO, 2014). Não obstante, Belo Monte representa uma amostra da racionalidade capitalista mundial de mercadorização dos recursos naturais, na qual, a expansão das fronteiras da Amazônia através de grandes empreendimentos – sobretudo, os megaempreendimento de infraestrutura, integram as macroestratégias dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, com o apoio do Estado, para a exploração e controle dos recursos naturais (CASTRO, 2012; MORENO, 2015).

Nesse sentido, a hidrelétrica de Belo Monte tem sido apontada como o projeto que abre de forma definitiva a viabilização de mineração em terras indígenas. Ao lado de Belo Monte, na Volta Grande do rio Xingu, o projeto Belo Sun, de uma mineradora canadense, seria a maior planta de mineração de ouro a céu aberto do país (MORENO, 2015 p. 79).

A construção de hidrelétricas na Amazônia tem sido implementada às custas da violação dos direitos das populações locais, em especial, dos direitos povos indígenas sobre seus territórios. Neste processo, o acesso aos recursos naturais são privatizados e os passivos socioambientais socializados ou ignorados. Desta forma, a Amazônia se consolida como “fronteira” social e jurídica (MORENO, 2015). Nesta concepção, “fronteira” está intrínseca a noção de assimetria de forças, cujas vítimas são indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, posseiros (MORENO, 2015; CASTRO, 2008, ALMEIDA, 2008).

CONCLUSÕES

A intensificação do processo de globalização, tem produzido complexas relações econômicas e socioculturais entre as diferentes escalas do desenvolvimento territorial. Isto se deve as novas configurações do capitalismo mundial, em que a China se destaca como a nova potência geopolítica, engendrando transformações socioambientais irreversíveis sobre a busca da satisfação das demandas do seu modelo de produção. Desta forma, a Amazônia tem se consolidado como periferia nas dinâmicas do comércio internacional, enquanto fornecedora de matérias-primas e recursos naturais.



Por conseguinte, os grandes empreendimentos implementados na Amazônia, fazem parte da racionalidade capitalista de mercadorização da natureza, na qual, os interesses dos grupos econômicos nacionais e estrangeiros são priorizados em detrimento das populações locais, deixadas à margem do processo dito de “desenvolvimento”. Desta forma, a Amazônia se consolida como “fronteira” social e jurídica com grandes perdas socioambientais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2ª. ed. Manaus: PPGSCA; UFAM, 2008.192 p.

BRANDÃO. Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURSCHEID JUNIOR, Ivan; PEDROSO, Gustavo F.; CUNHA, Fábio R. Transamazônica: formação do latifúndio nortista e a eclosão do conflito agrário. PPGCS: UFRB: **Olhares Sociais.** 2013.

CARVALHO, G.. Grandes obras de infraestrutura na região amazônica: histórico, tendências e desafios. Belém: Fase. 2011.

CASTRO, Edna. M. R.. **Sociedade, Território e Conflitos:** a Br 163 em Questão. 1. ed. Belém: NAEA; UFPA, 2008. v. 1. 297p.



_____. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH (Online)**, v. 25, p. 45-62, 2012.

CASTRO, E. M. R.; ALONSO, Sara; Nascimento, S.; CARREIRA, L.; CORREA, S. Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos a sociedade no século XXI. **Papers do NAEA (UFPA)**, v. 380, p. 2-23, 2014.

GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GREENPEACE. Hidrelétricas na Amazônia: um mau negócio para o Brasil e para o mundo, 2016.

KUBITSCHKE, J. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal (Coleção Brasil 500 anos), 2000.

MARGARIT, Eduardo. O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: uma leitura a partir do planejamento estratégico da Amazônia durante o governo militar. Marechal Cândido Rondon: **Geografia em questão**, V.6, N.1, p.12-31, 2013.

MONTAÑO, Marcelo. Planejamento às avessas: os descompassos da avaliação dos impactos sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; Cohn, Clarice. (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**; Brasília, DF: ABA, 2014.

MORENO, Camila. **O Brasil made in China**: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de; Cohn, Clarice. (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**; Brasília, DF: ABA, 2014.

PÁDUA, José Augusto. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.6, supl. p. 793-811, Sept. 2000.

PINTO, Lúcio F. **O fim da Amazônia**: grilagem e desmatamento. Manaus: UEA Edições, (2014).

ROJAS, Viviany. (dês)cumprimento das condicionantes socioambientais de Belo Monte. In: **Belo Monte e a questão indígena**; Brasília, DF: ABA, 2014.



WOLF, MARTIN. BCs sozinhos não criam estabilidade. **Valor Econômico**. São Paulo, 25 oct. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/5168334/bcs-sozinhos-nao-criam-estabilidade#>>. Acesso em: 25 oct. 2017.

ZARAPOLLI, Domingos. Programa de investimento tem 30 obras prioritárias. **Valor Econômico**. São Paulo, 17 oct. 2017. <Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/5157828/programa-de-investimento-tem-30-obras-prioritarias>>. Acesso em: 17 oct. 2017.

**GT 02 – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES
SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA.****A CONQUISTA DOS TERRITÓRIOS ZAPATISTAS E A DEMOCRACIA EM ARMAS
CHIAPANECA**

Alexandre Peixoto Faria Nogueira (UFMA)¹
alexandrepf@gmail.com

RESUMO

As discursões apresentadas compõem a tese intitulada “A Dimensão Educativa nas Territorialidades dos Movimentos Sociais do Campo na América Latina: uma mirada a partir do MST e EZLN”, defendida no Programam de Pós-graduação em Geografia da UFPE, em fevereiro de 2017 e sob orientação do professor Dr Francisco Kennedy Silva dos Santos. Os movimentos sociais latino-americanos vem (re)organizando o espaço a partir das conquistas e/ou retomadas de seus territórios na busca de garantir a reprodução dos seus modos de vida. As lutas de resistência na América Latina, durante todo processo histórico de reprodução do capital que se alimenta da acumulação e desapropriação, onde se estabeleceu uma hegemonia estruturada no genocídio dos povos originários e na opressão aos camponeses. Diante dessa realidade, os povos indígenas de Chiapas, começam a organizar-se e lutar, de diferentes formas, dependendo das características regionais e comunitárias, por meios de sobrevivência. É nesse contexto que começa a organizar o EZLN, enquanto espaço organizativo, enquanto movimento social, lutando por melhores condições de vida, por terra, por seu reconhecimento enquanto indígena e seu direito de autodeterminação. Assim, temos como objetivo primeiro analisar a conquista dos territórios zapatistas, em Chiapas, desde seu levante armado em 1994.

Palavras-chaves: EZLN. Território. Movimentos Sociais.

1. INTRODUÇÃO

As discursões apresentadas compõem a tese intitulada “A Dimensão Educativa nas Territorialidades dos Movimentos Sociais do Campo na América Latina: uma mirada a partir do MST e EZLN”, defendida no Programam de Pós-graduação em Geografia da UFPE, em fevereiro de 2017 e sob orientação do professor Dr Francisco Kennedy Silva dos Santos.

A geograficidade latino-americana, o seu processo histórico de formação do que entendemos, hoje, por América Latina é marcada por (des)caminhos sociais que representam o próprio desenvolvimento do capitalismo na região em suas diferentes etapas, desde o comercial ao financeiro. Segundo Bulmer-Thomas (2010), a experiência colonial foi decisiva em compor os destinos econômicos e políticos das novas repúblicas depois da

¹ Professor Doutor em geografia do curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz. Integrante do Centro de Estudos Geografia do Trabalho (CEGeT) e Coordenador do Centro de Estudos sobre Educação, Terra e Trabalho.



independência, assim, o padrão do desenvolvimento do século XIX, baseado na exploração das riquezas naturais pelos países industrializados, reforçou uma sensação de compartilhar algo em comum do passado entre os países.

Esse desenvolvimento do capitalismo que, ao mesmo tempo criou as condições para o surgimento dos Estados Nacionais latino-americanos, estabeleceu, como não poderia deixar de ser, relações contraditórias e excludentes estabelecendo em seu tecido social conflitos, muitos deles históricos, desde o processo de colonização, como no caso dos povos originários, como também novas conflitualidades, em especial a questão da terra e dos camponeses. Assim temos, como exemplo de conflitos na América Latina, a luta dos Mapuches no Chile, dos Cocaleiros em Xapare/Bolívia, o caso dos Sem-terra no Brasil, dos zapatistas de Chiapas no México, o levante popular de Oaxaca/México, o levante indígena no Equador, a luta pela água em Cochabamba/Bolívia, os afrodescendentes com seus palenques na Colômbia, a luta pela demarcação de terras dos indígenas brasileiros, os piqueteiros na Argentina, o conflito entre os brasiguaios² e os carperos na região fronteiriça entre Brasil e Paraguai, entre diversas outras lutas.

Os movimentos sociais latino-americanos vem (re)organizando o espaço a partir das conquistas e/ou retomadas de seus territórios na busca de garantir a reprodução dos seus modos de vida. É considerando as distintas territorialidades desenvolvidas por esses sujeitos em luta e suas influências nas dinâmicas espaciais/geográficas regional, em resposta a estrutura capitalista, que surgiu diante da combinação do diverso, negando-o e submetendo-o, porém nutrindo-se de sua versatilidade, que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) desponta no cenário político, não só mexicano, mas internacional, devido seus poderes de mobilização dos sujeitos que, historicamente, tiveram seus modos de vida aniquilados pelo poder hegemônico do capital.

As lutas de resistência na América Latina, durante todo processo histórico de reprodução do capital que se alimenta da acumulação e desapropriação, onde se estabeleceu uma hegemonia estruturada no genocídio dos povos originários e na opressão aos camponeses não tem cessado desde os mais 500 anos de colonização.

Segundo Moldiz (2013), a América Latina, ao longo de sua história, presenciou três grandes momentos de organização popular na luta contra a dominação, as quais ele denomina de “*olas emancipadoras*”, onde cada uma delas, desde suas especificidades, busca aportar não só a desapropriação no poder político do bloco da classe conservadora e

² A pesar do termo estar vinculado, em sua origem, com os brasileiros pobres que após a construção da hidroelétrica de Itaipu não conseguiram estabelecerem-se no Paraguai, voltaram para o Brasil, na década de 1980 e inseriram-se na luta pela terra na região junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, como afirma Fabrini (2012). No entanto, atualmente, o termo brasiguai está relacionado aos brasileiros ou descendentes destes que migraram para o Paraguai e que hoje são donos de grandes propriedades rurais, principalmente latifúndios que produz soja.



sua substituição por um bloco revolucionário com sentido histórico, senão, também a estruturação de um horizonte de potencialidade emancipadora.

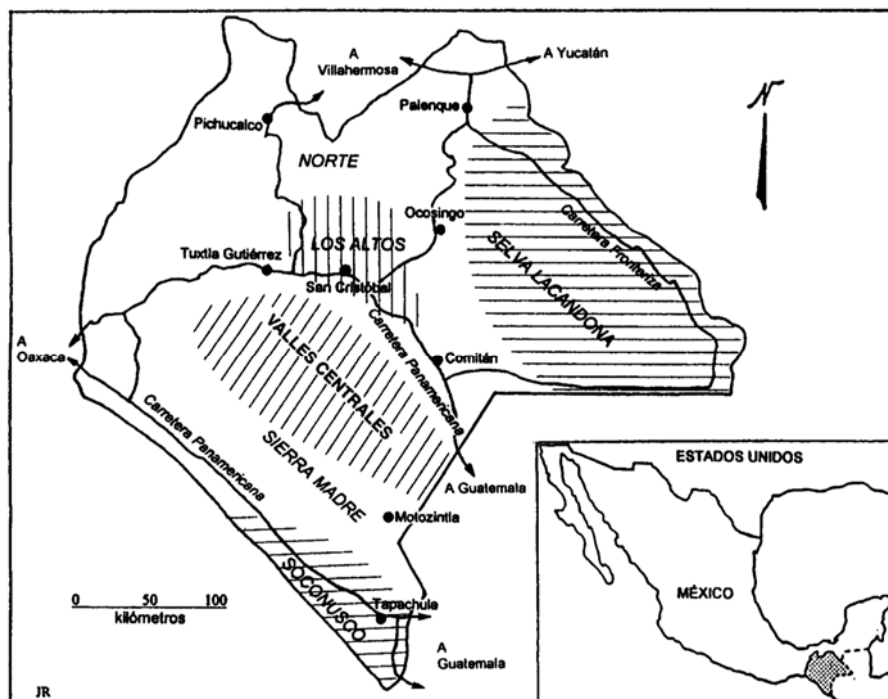
O EZLN não é um movimento que surge espontaneamente, ele foi organizado no decorrer de aproximadamente 10 anos em meio a Selva Lacandona, no estado de Chiapas. Este estado é habitado majoritariamente por indígenas e, historicamente, de acordo com Viera Bravo (2015), tem tido os maiores índices de pobreza e desempenho do México. Apesar da grande pobreza, Chiapas é rico em recursos naturais como reservas de petróleo, gás e depósitos de urânio, ferro, alumínio e cobre.

Diante dessa realidade, os povos indígenas de Chiapas, começam a organizar-se e lutar, de diferentes formas, dependendo das características regionais e comunitárias, por meios de sobrevivência. É nesse contexto que começa a organizar o EZLN, enquanto espaço organizativo, enquanto movimento social, lutando por melhores condições de vida, por terra, por seu reconhecimento enquanto indígena e seu direito de autodeterminação. O estopim para o surgimento por meio do levante armado do EZLN foi a assinatura do Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, Canadá e México, em 1994.

2. O MOVIMENTO ZAPATISTA, SEUS TERRITÓRIOS E A DEMOCRACIA EM ARMAS CHIAPANECA

O Exército Zapatista de libertação Nacional (EZLN) não é um movimento que surge espontaneamente, ele foi organizado no decorrer de aproximadamente 10 anos em meio a Selva Lacandona, no estado de Chiapas. Podemos observar a localização a partir da figura 13:

Figura 1: Chiapas e suas regiões



Fonte: Mattiace, Hernández e Rus (2002)



Não é por acaso que o EZLN se organiza em Chiapas, este estado é habitado majoritariamente por indígenas e, historicamente, de acordo com Viera Bravo (2015), tem tido os maiores índices de pobreza e desempenho do México. Apesar da grande pobreza, Chiapas tem se caracterizado por ser um estado agrícola sendo o primeiro estado em produção de café, segundo em cacau e terceiro em milho, feijão, açúcar e criação de gado e rico em recursos naturais altamente demandados pela indústria internacional, principalmente, reservas de petróleo, gás e depósitos de urânio, ferro, alumínio e cobre. É com essa economia agrícola que as comunidades indígenas mantêm uma relação, até meados do século XX, de assalariamento, onde os baixos salários e as péssimas condições de trabalho marcam essa aproximação (MATTIACE, HERNÁNDEZ E RUS, 2002).

Nas décadas de 1970/80 a demanda de mão-de-obra nas plantações começa a decair, ao mesmo tempo que a população de Chiapas duplicou. No decorrer da década de 1980, o estado recebe milhares de refugiados guatemaltecos que fugiam da violência política em seu país, o que proporcionou a economia cafeeira a disponibilidade de força-de-trabalho ainda mais barata que dos indígenas.

Diante dessa realidade, os povos indígenas de Chiapas, começam a se organizar e lutar, de diferentes formas, dependendo das características regionais e comunitárias, por meios de sobrevivência que, segundo Aguirre Rojas (1996):

En algunos casos, se dio un faccionalismo político y religioso con manifestaciones muy violentas que llevaron a la expulsión de miles de indígenas de sus tierras. En otras comunidades, sin embargo, se formaron nuevos espacios organizativos comunales y se crearon nuevos lazos de solidaridad para redistribuir los escasos recursos comunitarios. En algunas zonas los nuevos espacios organizativos tuvieron un carácter regional, superando las barreras lingüísticas, para unir a indígenas de distintas comunidades en la lucha por la tierra o por mejores condiciones en la comercialización de sus productos. En otras regiones, esta lucha por la tierra llevó a invasiones y confrontaciones violentas con la población ladina o con el estado, en algunos casos, la lucha por los recursos tuvo soluciones pacíficas, con la búsqueda de nuevas estrategias productivas que les permitieran optimizar el uso del suelo y abrir nuevos mercados (p.23).

É nesse contexto que começa a organizar o EZLN, enquanto espaço organizativo, enquanto movimento social, lutando por melhores condições de vida, por terra, por seu reconhecimento enquanto indígena e seu direito de autodeterminação. O estopim para o surgimento por meio do levante armado do EZLN foi a assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC) – NAFTA entre Estados Unidos, Canadá e México, em 1994. A rebelião organizada pelo EZLN, em plena década de 1990 e pela sua luta contra o neoliberalismo, fez com que o movimento dos indígenas de Chiapas recebesse maior destaque no cenário internacional. No entanto, esse movimento contradiz a visão de Mariátegui (2008), segundo



a qual afirma que no México:

...não existe animosidade em relação ao índio. A percentagem de índios puros é tão forte, e, principalmente a mestiçagem é tão ampla, que as características raciais indígenas são características nacionais. (...) o índio não encontra as resistências espirituais ou materiais que, da parte de outras nações, pesam sobre ele (p.26).

A despeito da imagem de plena integração e de políticas avançadas com relação aos índios, principalmente após a revolução mexicana zapatista de 1910 que criou uma constituição voltada para os interesses da comunidade indígena e campesina, o México tornou-se referência política, no período em que perdurou a revolução, no que diz respeito a relação política com os povos indígenas. Na atualidade isso não é mais verdade, tendo em conta que a constituição mexicana apresenta graves atrasos no reconhecimento dos povos indígenas. Posteriormente, foram realizadas algumas reformas neoliberais, especialmente, na década de 1990, agravando a situação de extrema opressão, miséria e discriminação que esses povos sofrem no campo. Logo, sua insurreição foi um grito de basta e de denúncia dessa realidade.

Como já afirmamos, o surgimento do levante zapatista causou surpresa e alento no cenário mexicano e internacional. Até antes do levante, em 1994, as esquerdas de todo o mundo ainda não haviam encontrado alternativas para o neoliberalismo que se alastrava como política adotada pelos governos capitalistas e o fracasso da experiência soviética. A alternativa das armas parecia totalmente fora de cogitação deste então, no entanto, essa foi a opção do EZLN.

A origem do EZLN data de agosto de 1969, a partir da fundação da Frente de Libertação Nacional (FLN), que anos mais tarde daria origem ao EZLN. Cinco dos nove de seus fundadores eram originários do extinto Exército Insurgente Mexicano. A FLN combinou, na clandestinidade, três formas de luta: a política, a militar e a ideológica. Seus fins, a longo prazo, eram derrotar política e militarmente a burguesia e estabelecer um sistema socialista que, mediante a propriedade social dos meios de produção, suprimisse a exploração do homem pelo homem. A curto prazo, o objetivo era integrar as lutas do proletariado urbano à dos camponeses e indígenas e formar o EZLN.

O levante armado de Chiapas, organizado principalmente por indígenas, tinha como objetivo lutar pelo direito a terra, dignidade, democracia, justiça e liberdade. Tendo como principal foco do levante, a tomada da cidade de *San Cristobal de las Casas*.

Segundo Silvestre (2003), o EZLN encontrou respaldo para sua sublevação no artigo da mesma Constituição mexicana, o artigo 39, pautando-se no princípio de que o povo mexicano detém o poder público e a soberania nacional para escolher a forma de



governo do país. Na *Primeira Declaração da Selva Lacandona*, o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (EZLN-CCRI, 2000) apresenta o texto constitucional: “A soberania nacional reside essencialmente e originalmente no povo. Todo poder público emana do povo e se institui em benefício dele. Em qualquer tempo, o povo tem o inalienável direito de alterar ou modificar a forma de seu governo”. A própria Constituição mexicana de 1917, oriunda da Revolução, assegura aos mexicanos o “direito a ter direitos” (LEFORT, 1991) e o EZLN encontrou nas armas a única opção para insurgir contra o autoritarismo de um governo de “partido-Estado” que limitava as vias de participação política no país.

3. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO EZLN: LOS CARACOLES

Dentro dos limites territoriais do estado de Chiapas, em agosto de 2003, o EZLN decretou a criação da “Junta de Buen Gobierno” nas cinco zonas territoriais sobre seu controle, as quais viriam a chamar de “Caracoles”, paralelamente, declarando o fim dos *Aguascalientes*³ (BURCH, 2003). O EZLN possui nessas cinco zonas territoriais ou coordenadorias centrais 30 municípios autônomos. As *Juntas de Buen Gobierno* como forma de organização territorial do EZLN podem ser consideradas como respostas ao Estado burocrático mexicano e que, segundo o próprio movimento, teriam como meta: 1) llevar a lapráctica sus ideas de gobierno autónomo, y 2) evitar seguir recibiendo las y/o la imposición de proyectos externos por parte de la sociedad civil nacional e internacional (EZLN, 2003).

Os territórios autônomos zapatistas passam a ser reconhecidos e legalizados pelo Estado a partir de 1996, com os Acordos de San Andrés, onde segundo os próprios zapatistas:

Nuestros Municipios Autónomos son legales, están amparados en el artículo 39 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos que es la máxima ley de los mexicanos y dice que el pueblo tiene en todo momento derecho a decidir su forma de gobierno, y nosotros hemos decidido gobernarnos en Municipios Autónomos como parte de la república mexicana. No queremos separarnos de México ni tampoco ser parte de otro país, estamos ejerciendo nuestros derechos como mexicanos que somos y que seguiremos siendo siempre. La existencia de los Municipios Autónomos fue aceptada por el Gobierno Federal y Estatal en los Acuerdos de San Andrés y por lo tanto son legales de acuerdo a la Carta Magna y a los Acuerdos de San Andrés⁴

O projeto de autonomia zapatista aporta um marco intercomunitário democrático aos MAREZ que permite uma lenta consolidação de modos alternativos de organização dentre

³Centros de expansão política e cultural criados em 08 de agosto de 1994. Poucos meses depois da aparição pública do EZLN (BURCH, 2003).

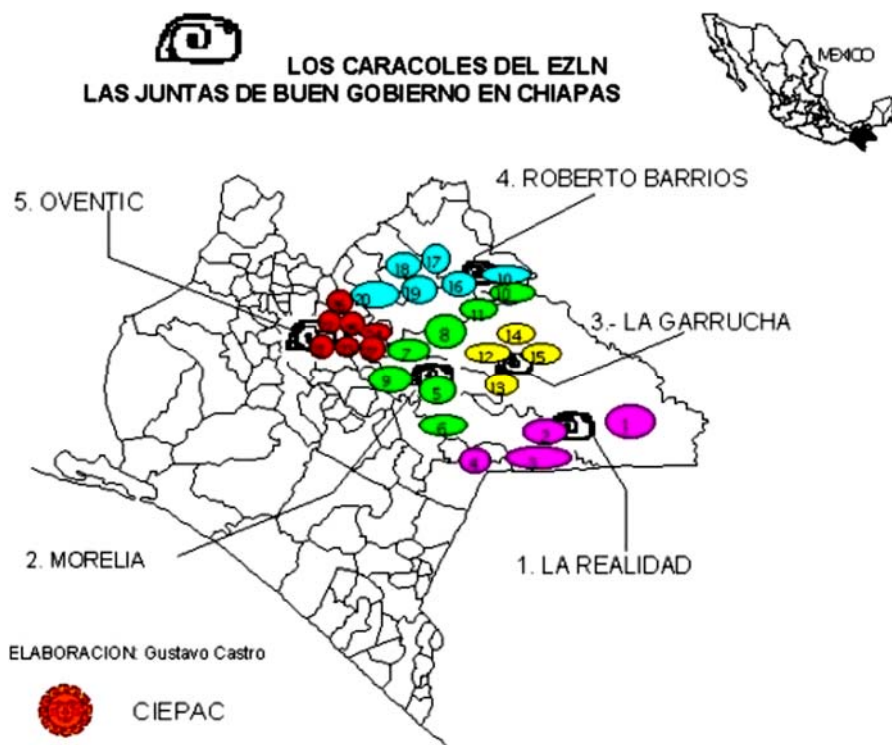
⁴Disponível em <http://www.revistachiapas.org/No7/ch7monjardin.html#6>. Revista Chiapas, n. 7, 1999.



eles o da escola em seus territórios

Os *Caracoles* são os centros políticos de cada uma das cinco regiões zapatistas e são as sedes das *Juntas de Buen Gobierno*, uma por cada zona rebelde: I. La Realidad (selva fronteriza con Guatemala), II. Morelia (zona tzotzchoj), III. La Garrucha (selva tzeltal), IV. Roberto Barrios (zona norte), V. Oventic (Los Altos). A organização territorial do EZLN pode ser visualizada a partir da figura a seguir:

Figura 2: Representação dos Territórios Zapatistas em Chiapas, México.



Fonte: Centro de Investigaciones Económicas y Políticas de Acción Comunitaria (CIEPAC)
Disponível em: <http://autonomiaautogestion.unach.mx/>

Segundo representante da JBG, em entrevista realizada em trabalho de campo, os objetivos desse tipo de organização é buscar o equilíbrio no desenvolvimento dos municípios autônomos e das comunidades, mediar conflitos, atender as denúncias contra os direitos humanos, fiscalizar a realização dos trabalhos comunitários e dos projetos, garantir a aplicação das leis revolucionárias zapatistas, organizar as visitas da sociedade civil aos territórios zapatistas, promover a participação dos MAREZ em eventos fora das comunidades rebeldes, cobrar o *impuestohermano*⁵, distribuir os excedentes oriundos da

⁵É cobrado 10% do apoio econômico que recebe uma comunidade para destiná-lo a outra comunidade que não recebe apoio.



comercialização dos produtos das cooperativas zapatistas para apoiar os zapatistas que não podem comercializar seus produtos ou que não recebem nenhum tipo de apoio.

Martínez Espinoza (2006), elenca três propriedades da JBG e dos *Caracoles* para a organização zapatista, são eles:

1) es un tema que se vincula con otros (movilizaciones políticas, instituciones informales, politización de lo indígena) y, por lo mismo, ofrece vertientes sobre los cuales éstos pueden desenvolverse; 2) las JBG y los Caracoles son instituciones creadas por un movimiento político que no tienen total cabida en el marco legal mexicano, o sea, instituciones paralelas que se convierten en un reto para la legitimidad de un sistema político (en este caso, el mexicano); y 3) en las JBG y los Caracoles se gestan procesos político-sociales relacionados con aspectos tales como la democracia, el desarrollo social y la práctica de la autonomía que buscan convertirse en una alternativa al desencanto de los mismos procesos generados en la arena política oficial (p.216).

De acordo com as considerações de Martínez Espinoza (2006), *Los Caracoles* são espaços políticos-culturais onde a comunidade zapatista se encontra para tomada de decisões e celebrações.

É desde dos *Caracoles* que o movimento zapatista estabelece o relacionamento com a sociedade civil, já que, é a partir deles, que pessoas que desejam conhecer a dinâmica dos territórios zapatistas devem comunicar seus interesses para receber a autorização para o conhece-los. Assim foi nosso primeiro contato para a realização da nossa investigação, chegamos ao Caracol Oventik, fomos recebidos na entrada do mesmo, onde fomos recebidos por dois zapatistas que preencheram um formulário com nossas intenções e, solicitaram a escrita de uma carta de intenções para ser entregue à JBG para decidir a permissão da visita e realização do trabalho junto à comunidade.

A estrutura organizativa dos territórios zapatistas é baseada em três níveis: a comunidade indígena, o município autônomo e a respectiva JBG. Sobre como se organiza as JBG, Martínez Espinoza (2006), afirma que “se organiza en cuatro instancias: la Dirección de la JBG, las Comisiones, los Coordinadores y los Operativos (p. 224)”.

Aqui destacamos o papel das Comissões e dos Operativos (aqueles que desenvolvem as ações das Comissões), pois a educação zapatista é uma das Comissões que compõe a JBG.

As Comissões são responsáveis por atender os assuntos prioritários das comunidades e cumprir as diretrizes estabelecidas em assembleias pela JBG, dentre as Comissões mais comum são de Vigilância, Saúde, Comercialização, Produção, Justiça e Educação. Já os Operativos são chamados de promotores, no caso dos Operativos da Comissão de Educação, esses são chamados de promotores de educação, os quais são



responsáveis de atender as demandas das comunidades nos centros educativos zapatistas ou escolas autônomas zapatistas.

A constituição desses movimentos desafia o espaço institucionalizado da política tradicional, ou seja, do Estado fazendo frente à crise e buscando novas formas de participação. Essas formas de participação passam pela constituição de organismos sem inserção no sistema político tradicional, a exemplo da Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca⁶ (APPO) e dos municípios autônomos rebeldes zapatistas (MAREZ) de Chiapas, que constituem uma espécie de duplo poder, na medida em que as autoridades territoriais constituem-se paralelamente ao Estado central e gozam de autonomia, já que controlam, através de assembleias comunitárias, o que ocorre em seu território (REGALSKY, 2007). Nas imagens a seguir, podemos observar a delimitação dos territórios autônomos zapatistas:

Figura 3: Entrada do MAREZ *Guadalupe Tepeyac*



Figura 4: Entrada do MAREZ *La Garrucha*



Fonte: González, 2008.

⁶Rebelião popular, ocorrida em 2006, no estado mexicano de Oaxaca, que, segundo Gindin (2009), surgiu e se estruturou em torno de uma greve dos trabalhadores em educação, alcançou repercussão internacional. Um conflito tipicamente sindical transformou-se num movimento político no bojo do qual foi criada uma frente de organizações populares que disputou o controle do estado.

**Figura 5:** Entrada do MAREZ Ricardo Flores Magón**Figura 6:** Entrada do MAREZ 1º de Enero

Fonte: González, 2008.

Sendo considerado como produto histórico e condição fundante para (re)produção de processos sociais contra hegemônicos, o território e suas territorialidades, a relação com a natureza, a ajuda mútua, o cooperativismo e a valorização do patrimônio cultural-identitário têm um caráter político muito forte. Assim, segundo Magnaghi (2000) a criação de um novo território autogerido, vai para além da simples participação dos sujeitos em reuniões, é um território com menos alienação e subordinação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos territoriais entre o modelo de desenvolvimento capitalista, especialmente no campo latino-americano, e os povos diretamente atingidos parecem, de acordo com Fernandes (2011), “irresolubles a causa de la hegemonía del modo de producción capitalista de producción (p.29)” a qual se impõe como forma única de organização dos territórios, influenciando na elaboração das políticas internacionais e de estado.

É na resistência e luta pela manutenção dessa autonomia que surge no cenário mexicano das lutas sociais um novo sujeito político, o sujeito autônomo, garantia de continuidade e desenvolvimento do movimento e luta zapatista

Assim, é impossível analisar e compreender o processo de (re)configuração do espaço latino-americano desconsiderando a atuação dos movimentos sociais em suas diferentes escalas, calendários e geografias.



REFERÊNCIAS

- AGUIRRE ROJAS, C.A. *América Latina: História e presente*. Campinas, SP: Papyrus, 2004
- _____. *Chiapas, Planeta Tierra*. México: Contrahistorias, 2006.
- BULMER-THOMAS, Victor. *La historia económica de América Latina desde la independencia*. México: FCE. 2010.
- BURCH, Sally. *Mexique: des "Aguascalientes" aux "Caracoles"*, RISAL. http://risal.collectifs.net/article.php3?id_article=591 2003
- EZLN, CCRI. *Primeira Declaração da Selva Lacandona*. GENNARI, Emilio (org.). Terra e Liberdade! O grito de Zapata corre o mundo. Campinas. Texto digitado, 2000.
- _____. *Documentos, comunicados y declaraciones*. México. Disponível em: <<http://www.ezln.org>>
- _____. *Demandas políticas, económicas e culturales*. Disponível em: <<http://www.ezln.org>>
- _____. *Tercera Declaración de la Selva Lacandona* Disponível em: <<http://www.ezln.org>> 1995.
- GONZALEZ, Cristiana Hajar. *AUTONOMIA ZAPATISTA: Outro mundo esposable*. Ed. AMV, México, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorios, teoría y política. In: Calderón, G. and León, E. (eds). *Descubriendo la espacialidad social desde América Latina*. México D.F.: Itaca, 2011.
- LEFORT, Claude. *Pensando o Político – ensaios sobre Democracia, Revolução e Liberdade*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.
- MAGNAGHI, Alberto. *Il progettocale*. Torino: BollatiBoringhieri, 2000.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Expressão Popular, 2008.
- MARTÍNEZ ESPINOZA, Manuel Ignacio. *Las Juntas de Bueno Gobierno y los Caracoles del Movimiento Zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno*. Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas 5(1), 2006.
- MATTIACE, Shannan L; HERNÁNDEZ, Rosalva Aída y RUS Jan. *Tierra, Libertad y Autonomía: impactos regionales del zapatismo en Chiapas*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: International WorkGroupforIndigenousAffairs, 2002.
- MOLDIZ, Hugo. *América Latina y la tercera ola emancipadora*. México, D.F.: Ed. Ocean Sur, 2013.
- REGALSKY, Pablo. *Bolívia na encruzilhada: o governo Morales e a política indígena*. *Outubro*, São Paulo, n. 15, p. 45-78, 1º sem. 2007.
- VIERA BRAVO, Patricia. *Resistencia al despojo capitalista desde los proyectos autonómicos de comunidades mapuche*. México: Universidad Nacional Autónoma de México. Tesis para obtener el grado de Doctor en Estudios Latinoamericanos, 2015.



GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina.

VILA SURUMU E COMUNIDADE DO BARRO: DIVISÃO E CONFLITOS NA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL

Sandra Rodrigues e Silva (Universidade Federal de Roraima)¹
sandra.manauara@gmail.com

Gilmara Fernandes Ribeiro (Universidade Federal de Roraima)²
gilmakunaima@gmail.com

RESUMO

O trabalho discorre sobre como o processo demarcatório e homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi decisivo ou não na dicotomia das Comunidades Indígenas do Surumu e do Barro. Quais cisões antecedem e quais foram acentuadas pós regularização fundiária pelo Estado brasileiro dessa TI. Objetivamos analisar na Vila Surumu e na Comunidade do Barro a cisão existente nesse conflito; entender as relações contraditórias ou não, entre os indígenas residentes nas duas comunidades; compreender os desdobramentos socioculturais e políticos; além de refletir sobre o conceito de drama social, tendo como base essa experiência. Em decorrência desses desentendimentos históricos, os indígenas pleitearam juntamente ao Ministério da Justiça a divisão oficial da comunidade em “duas comunidades distintas”, contemplando assim uma divisão política-ideológica já existente. As duas comunidades, por seu turno, reverberam essas contradições, políticas, religiosas e os diferentes interesses econômicos dos grupos étnicos, existente nas próprias comunidades. Uma vez que se posicionaram, durante todo o processo, de maneira ambígua e contraditória no que diz respeito, por exemplo, à forma de demarcação em “ilhas” ou terras contínuas. Destacamos que a ocupação territorial por parte dos indígenas tem outros parâmetros, outros padrões de domínio e de uso diferentes dos nossos, inclusive entre os próprios indígenas. Para efetivar essa investigação de cunho etnográfico, lançamos mão dos métodos e técnicas de pesquisas consagradas no campo de conhecimento na ciência antropológica: registros das narrativas e trajetórias de vidas dos principais atores sociais: tuxauas, lideranças, professores, agentes de saúde e ambientais, além de pesquisa de campo, bibliográfica.

Palavras-chave: Povos indígenas Roraima, Conflitos, Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva investigar a cisão histórica ocorrida nas localidades Comunidades Indígenas Surumu e a do Barro, suas possíveis origens, visando analisar se o processo demarcatório e de homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) foi influenciador ou não, para o acréscimo dessa cisão.

¹Mestranda Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Roraima UFRR - Brasil. Bolsista CAPES.

² Mestranda Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Roraima UFRR - Brasil. Bolsista CAPES.



Sabemos que o procedimento demarcatório foi assinalado por intensos e violentos conflitos. Parte desses provocados por fazendeiros (maioria rizicultores) apoiados por políticos locais que resistiram, inclusive, às vezes de forma violenta às diversas operações da Polícia Federal, sendo a principal delas a: Operação Upatakon³ III. O Ministério da Justiça, em 2008, encarregou a Polícia Federal com o apoio da Força Nacional de Segurança (FNS) de procederem com a Operação Upatakon III de desintrusão⁴ da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Podemos frisar também, nesse processo judicial, as divergências entre as próprias organizações indígenas do estado. No caso das diversas organizações indígenas, havia também forte oposição entre as duas principais organizações indígenas no estado de Roraima, a que defendia a demarcação em áreas descontínuas⁵ - Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (Sodiur) e aquela que defendia a demarcação de um território contínuo - Conselho Indígena de Roraima (CIR). Essa oposição dependia das relações externas as quais elas estavam vinculadas (ligadas ou não, por exemplo, aos fazendeiros), assim como de posicionamentos políticos, entre outros.

Como forma de embasar melhor nossa pesquisa a pretensão é fazer uma breve análise de como surgem essas duas organizações e como o Estado e Igreja se apropriaram delas ou se as mesmas já surgiram independentes.

Não queremos permanecer no obscurantismo ambientalista. Queremos, sim, usufruir todos os benefícios que o estado possa oferecer aos seus cidadãos tais como: estradas, transporte, energia elétrica, educação e infraestrutura em geral que se constituem fatores decisivos para o desenvolvimento de todos. Afirma o índio Silvestre Leocádio da Silva – Presidente da SODIUR. (Fonte: Folha de Boa Vista 21 e 22/09/2002).

Comunidades Indígenas Surumu e a do Barro refletem diretamente essa dicotomia, pois contam com duas comunidades que estão juntas geograficamente, porém separadas ideologicamente por duas dessas organizações indígenas.

É interessante localizar geograficamente a TIRSS, para maior compreensão do tema, situada no Nordeste do estado de Roraima, nos municípios de Pacaraima, Normandia e Uiramutã, região fronteira com os países República Bolivariana de

³ Palavra de origem Macuxi que significa “nossa terra”.

⁴ Desintrusão - medida legal tomada para concretizar a posse efetiva da terra indígena a um povo, depois da etapa final do processo, com a retirada dos não indígenas.

⁵ - Área com demarcação descontínua (popularmente chamado de “ilhas”) - mantendo as fazendas e a exploração econômica dessas áreas pelos fazendeiros.

- Área demarcada como um todo (contínua) – com retirada dos não indígenas.



Venezuela e República Cooperativista da Guiana. As Comunidades Indígenas Surumu e a do Barro, dentro da TIRSS, localizam-se distante de Boa Vista cerca de 200 km, sentido norte da TIRSS. Localizada às margens do Rio Surumu, quilometro 30 da BR 175.

Com o intuito de adentrar na pesquisa, iniciei as visitas de cunho etnográfico em meados de janeiro de 2017. Comecei com conversas informais com umas das lideranças de uma das organizações representativas desta pesquisa, Mário Nicacio⁶, em seguida procurei o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro e a conversa teve um viés mais formal, mesmo eu frisando que estava ali com o intuito de colher informações acerca dos futuros procedimentos legais e institucionais para a realização da pesquisa.

A pesquisa de campo propriamente dita foi iniciada em maio desse ano. Nessa oportunidade foi possível delinear algumas ideias, questões e esclarecimentos de como melhor proceder na investigação acadêmica.

Contextualização da problemática

Segundo o site oficial do Governo para informes geográficos IBGE (2017), o estado de Roraima tem 522.636 habitantes, com população autodeclarada indígena de 49.637, o que correspondente a pouco mais de 11% de sua população total. É o estado brasileiro com maior proporção populacional indígena em sua composição. Dentre os 10 municípios brasileiros com maior população indígena, 4 (quatro) estão em Roraima (IBGE, 2012). Cerca de 46,3% de sua abrangência territorial é ocupada por TI (CAMPOS, 2011). Conforme aduz Cavalcante (2012) ao todo são 9 (nove) povos vivendo em Roraima⁷: Macuxi, Wapichana, Ingaricó, Yanomami⁸, Patamona, Ye'kuana, WaiWai, Taurepang e Saporá⁹. Estes povos estão distribuídos em 32 Tis.

A TIRSS, com área de 1.747.464 ha, está localizada no Nordeste do estado, nos municípios de Pacaraima, Normandia e Uiramutã, com uma população estimada de 20 mil indígenas, sendo estes das etnias Macuxi, Wapixana, Ingaricó, Patamona e Taurepang. As duas comunidades, por sua vez, contam com uma população estimada de 800 moradores.

⁶ Na época Coordenador Geral do CIR.

⁷ Algumas referências colocam o povo Waimiri-Atroari em Roraima. Ressalta-se que parte de sua TI está no estado de Roraima, porém suas relações administrativa, sociais, bem como outra parcela de sua população localiza-se no estado do Amazonas.

⁸ Segundo ISA - Grupo composto por quatro subgrupos adjacentes que falam línguas da mesma família. (Yanomae, Yanomami, Sanima e Ninam).

⁹ O povo Saporá não costuma aparecer na listagem dos povos de Roraima, o que é explicado pelo processo histórico de colonização da região, onde esse povo passou a ser inserido junto aos Macuxi e Wapichana. No entanto, entre os movimentos sociopolíticos dos povos do estado, eles sempre foram reconhecidos, sendo que se encontram dispersos em diversas comunidades, algumas com grande concentração desse povo (CAVALCANTE, 2012).



O processo de identificação da TIRSS iniciou-se, no final da década de 1970, com a formação de um Grupo de Trabalho (GT) da FUNAI designado para efetuar o laudo de identificação da Terra em questão. A TI foi identificada, definitivamente, em 1993 pelo D.O.U. de 21/05/1993. A mesma foi delimitada em 1998 com 1.678.800 ha por meio da Portaria nº 820, 11/12/1998 do Ministro da Justiça. Depois de quase 30 anos foi homologada pelo Decreto Presidencial s/n, 18/04/2005 com 1.747.464 ha, e registrada no mesmo ano.

A demarcação da TI demonstra a existência de interesses conflitantes na região, dividindo aqueles que argumentam de forma favorável e de forma contrária à demarcação, principalmente por se tratar de uma área com sobreposições de interesses econômicos, políticos, institucionais e ambientais.

É imprescindível destacar em qual o contexto se iniciam das organizações indígenas em Roraima e, nesse sentido, Vieira ressalta que é mister a importância das primeiras assembleias no estado, datadas do final da década de 60,

As primeiras Assembleias dos povos indígenas, no plano nacional ou local, foram organizadas, sem dúvida, com apoio das ordens religiosas, desde a infraestrutura até a metodologia das reuniões, e podem ser consideradas como um momento fundamental em que se concretizou a organização política dos índios do Brasil. Assim, esses primeiros encontros constituíram-se num espaço para se falar de liberdade, de socialização e de informação dos problemas. Foi ainda nessas Assembleias que surgiram, ao longo dessas últimas décadas, lideranças indígenas como o tuxaua Terêncio, Orlando, Raposo Viriato, Jaci, Euclides, Adalberto e tantos outros em Roraima, capazes de se contrapor a uma realidade que parecia estar definida, a total ocupação das terras indígenas tendo como consequência o desaparecimento de muitas etnias que até então resistiram (VIEIRA, 2007, p. 159-160).

É também relevante, para maior compreensão da questão territorial e do povoamento no estado de Roraima, entender como ocorreram os processos de crescimento da população na região e como se deram seus fluxos migratórios. De acordo com Barbosa (1993 p.187.) em suas pesquisas sobre migrações, pode-se aferir que é estimulada a entrada de grupos de outras regiões do país. A população migratória no estado é composta por garimpeiros de diversas regiões (inclusive de países vizinhos), fazendeiros rizicultores e pecuaristas (incentivados por políticas públicas estaduais),



acrescido de uma população nordestina, em grande quantidade de maranhenses. A essa população acrescentam-se os indígenas, que são populações tradicionais na região.

Não podemos desconsiderar as influências dos organismos internacionais, com medidas direcionadas visando à demarcação das Terras Indígenas, como o PP-G7 (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil), que criou o Projeto de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) para avançar nas demarcações das Terras Indígenas na Amazônia Brasileira e efetivar essas garantias ceifadas dos direitos territoriais, e nem desconsiderar, nesse período, a projeção midiática (nacional e internacional) em relação aos indígenas, não só no Brasil, mas também na América Latina. Nesse período afloram discussões que, pela primeira vez, colocam os povos indígenas como protagonistas de uma série de debates a respeito das políticas referentes a eles e a diversidade cultural e ecológica de suas regiões. É um novo período na história dos povos indígenas brasileiros.

2. JUSTIFICATIVA

Esse projeto é fruto de uma experiência vivida em Roraima, inicialmente como professora substituta nos anos 2005 a 2007, no Instituto Insikiran¹⁰ de Formação Superior Indígena da UFRR, participando além das aulas em Boa Vista, de viagens às comunidades indígenas do estado, com o intuito de colaborar na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas indígenas, incluindo também a cooperação em diversas ações com os acadêmicos em suas respectivas comunidades. Período de intensas e envolventes atividades, inclusive com episódios relacionados aos conflitos, como por exemplo, o incêndio na ponte e no Centro de Formação e Cultura Raposa/Serra do Sol (CFCRSS)¹¹.

Esses fatos, em análise, estão carregados de violência simbólica¹², já que o CFRSS foi palco das primeiras Assembleias indígenas da região, que marcaram o fortalecimento da organização para o reconhecimento da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol.

A minha trajetória de vida profissional e pessoal proporcionou a aproximação com essas populações, em específico na TIRSS, pois nos anos 2009 a 2010, coordenei o curso de Formação de Gestores em Projetos Indígenas, do Programa Demonstrativo dos Povos

¹⁰ O Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, unidade administrativa e acadêmica vinculada à Universidade Federal de Roraima e firmada conforme Resolução nº 009/2009 – CUni, foi implantado inicialmente como Núcleo Insikiran, por meio da Resolução nº 015/2001 – CUni.

¹¹ Episódios ocorridos e amplamente veiculados pela mídia em Roraima, que datam principalmente do ano de 2008.

¹²Na perspectiva *bourdieuniana* do poder simbólico em que as “relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o *dom* ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico (2004, p. 11).



Indígenas (PDPI)/Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), realizado em parceria com o CIR, onde a vivência com o grupo de adolescentes cursistas demonstrava por diversas vezes o comprometimento com as questões territoriais.

Outra experiência nessa perspectiva foi como assessora técnica do Colegiado Territorial na própria TIRSS e TI São Marcos, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, FUNAI e outra instituição indígena, o Conselho do Povo Indígena Ingarikó (Coping), quando desenvolvi as ações que culminaram com o Plano Territorial de Etnodesenvolvimento Indígena. Essas atividades foram essenciais também na época para a conclusão da Especialização em Gestão para o Etnodesenvolvimento realizado no NUHSA /UFRR, em 2007.

Dessas experiências e outras relações interpessoais, problematizei os diferentes contextos em que se deram os processos demarcatórios das TI's em Roraima, suscitando a definição do objeto de estudo desse Projeto e a aproximação com as temáticas que serão analisadas, pois *"Haymuch os casos en que unconocimiento prévio del campo de observación conduce a delimitar el campo de estudio, del que nos acabamos de ocupar"* (BAZTÁN, 1995, pág 119).

As vivências descritas tiveram importância fundamental na elaboração desse projeto, pois provocaram inquietações quanto às falas dos atores sociais envolvidos – as descrições *émicas* escutadas nas comunidades, em especial na região do conflito, demonstravam essa acentuada dicotomia.

As transformações advindas dos processos históricos vivenciados pelas populações indígenas no estado de Roraima permite-nos analisar as mudanças ocorridas no tocante às lutas empreendidas visando ao protagonismo e às conquistas referentes à educação escolar, demarcação das TI's e saúde, principalmente a partir da necessidade de homologação desses espaços, considerando a vigência das Legislações adotadas pelo Estado brasileiro ou, pelo menos, elencar aquelas que ocorrem por outros motivos. E, partindo deste pressuposto, compreender como ocorreram tais mudanças nas comunidades indígenas, por meio do olhar dos atores sociais que se encontram inseridos nestes contextos. Mesmo que este discurso não esteja explícito, Baztán (1995, pág. 119) afirma que *"Loemicsería, (...) tanto lo que el nativo nos informa (discurso manifesto) como lo que calla (discurso tácito)"*.

É importante ressaltar que as Comunidades Indígenas do Surumu e do Barro podem ser exemplos dessas dinâmicas socioculturais, uma vez que se posicionaram, durante todo o processo de demarcação/homologação da TIRSS, de maneira ambígua e contraditória no que diz respeito, por exemplo, à forma da demarcação em terras



descontínuas ou terras contínuas. Nesse espaço geográfico específico onde estão situadas as comunidades, conta-se com duas lideranças - de um lado uma ligada ao CIR (Tuxaua Maria Eliza) e outra ligada a Sodiur (Tuxaua Rodolfo Fernandes do Nascimento).

Considero uma discussão pertinente para o universo acadêmico, pois pode colaborar para futuras pesquisas acadêmicas relacionadas à temática de demarcação territorial indígena, conflitos indígenas de diversas naturezas, em destaque para conflitos territoriais amazônicos.

Este estudo visa também buscar elementos que serão decisivos no entendimento das dinâmicas internas dessas comunidades, devendo contribuir para compreensão das especificidades culturais, políticas e sociais que marcam a luta histórica do processo de homologação da TIRSS e de outros processos ocorridos no país.

Nosso principal objetivo é analisar como o processo demarcatório e de homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) criou uma nova comunidade indígena (Surumu) e, concomitantemente, dividiu uma já existente (Barro) enquanto estratégia política de resolução de conflitos. Além de perceber as relações contraditórias entre os indígenas residentes nesse mesmo espaço e o contexto histórico da criação da Comunidade Indígena Surumu e a cisão entre os Macuxi da Comunidade do Barro. Finalizando com investigações dos conflitos, embates, tendo como referencial determinadas cenas; acrescido das narrativas-memória dos atores principais envolvidos nessa cisão.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A visar à análise do processo demarcatório e de homologação da TIRSS vivenciado pelos indígenas residentes nas Comunidades Indígenas do Surumu e do Barro, faz-se necessário ter em mente que se trata de populações com culturas e percepções próprias e diferenciadas, ou seja, existe uma heterogeneidade social. Com base na delimitação cultural e concepção antropológica de Geertz (1989, p.103), suscita-se que há “um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos e materializados, posteriormente, através de comportamentos”, para ilustrar essa dicotomia numa mesma comunidade e suas idiosincrasias.

A pesquisa visa perceber como o estado de Roraima se caracteriza como uma Unidade da Federação composta pela ambiguidade de suas relações construídas entre diversos e conflitantes grupos formadores de sua história. Verificando também, se o estado representa essa ambivalência, obedecendo à legislação nacional que, por sua vez, se



submete a alguns dispositivos internacionais. Perceber se, dessa forma, ceifa, por vezes, a possibilidade de agir de forma imparcial, driblando, assim, os direitos adquiridos.

Nessa perspectiva com o propósito de assimilarmos os processos de mudanças e as percepções dos atores sociais nas duas comunidades, ressalta-se a importância de termos um referencial etnográfico acerca de quais fatores são relevantes para conceituarmos território. Com efeito, Oliveira (1998) demonstra que:

(...). Os fatores que um grupo étnico considera como básicos e necessários para integrar o seu território decorrem de coordenadas culturais e particulares, provenientes de seu sistema econômico, da sua forma de parentesco e organização social, de sua vida cerimonial e religiosa, de sua experiência histórica singular. (OLIVEIRA, 1998, p. 59).

O autor dá destaque, em seus trabalhos, à importância dos reconhecimentos étnicos e a etnificação, termo este utilizado pelo autor no reconhecimento das demarcações das terras indígenas no Nordeste Brasileiro. O autor, destaca em seu texto, “Etnologia dos Índios misturados”, faz um levantamento histórico acerca do conceito de território e inicia uma discussão demonstrando que a territorialidade tem um viés político.

Apresenta os seguintes argumentos a respeito da territorialização como um processo de reorganização social que perpassa os seguintes passos:

- i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora;
- ii) a constituição de mecanismos políticos especializados;
- iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais;
- iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 1999, pg. 20).

O antropólogo brasileiro considera o conceito de territorialização como sendo algo imprescindível da incorporação dos povos indígenas pelo Estado. Na opinião do autor, seria por meio da territorialização, enquanto ato político, que se concebe a formação de uma identidade própria de um determinado grupo, possibilitando, assim, a reorganização de suas formas culturais.

Vale destacar que, para Oliveira, é primordial perceber o território como fator regulador das relações entre seus membros. O autor discorre de sua ideia de processo de territorialização como sendo

um movimento pelo qual o objeto político-administrativo (...) vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de



representação, e reestruturando as suas formas culturais. (OLIVEIRA, 1999 pág. 22).

Contribui, dessa forma, para a antropologia brasileira, explicando a diferença entre territorialização e territorialidade. O primeiro, ele considera um processo social deflagrado pela instância política; o segundo, ele concebe como algo inerente à cultura, ou seja, um estado ou qualidade.

Para Oliveira, as comunidades indígenas no Brasil vêm se modificando numa coletividade organizada – com o caso da TIRSS e o papel desempenhando pelas duas principais organizações em Roraima –, formulando uma identidade própria, com mecanismos de tomada de decisão e de representação, consultivas e, em alguns casos, deliberativas, que implica diretamente nas ações culturais desses povos.

Podemos analisar essa discussão, sobre as duas comunidades em questão, trazendo uma cena específica. Na década de 1970, tendo como cenário o problema do alcoolismo e suas graves implicações, ocorreu o movimento que levantou bandeira para essa temática e, principalmente, para as questões fundiárias, como a retomada das terras indígenas e conscientização desses direitos deles. O movimento “Ou vai ou Racha” tornou-se emblemático para os povos indígenas de Roraima pela relevância política e pela abrangência e envolvimento das comunidades. Outro papel de destaque dessa mobilização foi a participação da ala progressista da Igreja Católica nas reivindicações por direitos indígenas em Roraima.

O nosso referencial teórico deve procurar entender a etnohistória de Roraima, cuja literatura poderá proporcionar melhores fundamentações a cerca dos problemas envolvendo o Estado, populações indígenas, posse e reconhecimento de territórios recentes ou não. Roraima, à princípio, cresceu com esse perfil de exclusão daqueles que são nativos da região. Porém, nos tempos atuais, as terras indígenas, homologadas ou não em Roraima, representam um cenário de disputa: de um lado, os indígenas, originários da região; do outro, novos posseiros, grileiros e governo, ponto esse que será destaque e aprofundado na nossa pesquisa

Com o desenvolvimento da pesquisa, será analisado os principais problemas apontados pelos grupos contrários à demarcação de forma contínua, como a mídia local, que pertencia às famílias tradicionais e políticos de Roraima (a elite dominante), e uma parcela da população, são os seguintes:



As terras indígenas no Estado de Roraima representam em torno de 46% do seu total, “inviabilizando o progresso” - *o índio atrapalha o progresso do estado*;

As populações indígenas nas fronteiras configuram *ameaça à soberania nacional*;

Ou um dos mais propagados: é muita terra pra pouco índio. Comparando, muitas vezes, as terras indígenas a diversos países europeus no intuito de mostrar sua “grande” extensão territorial. (relatos de diversas pessoas na época da desintrusão)

Essas cenas, relatadas por aqueles que vivenciaram ou apenas escutaram a respeito, foram, em sua maioria, registradas em vídeos, divulgadas nas mídias e redes sociais, realizadas por meio de encontros presenciais, idealizadas como figuras significativas da época, perpassadas por sombras, permeando toda a cena em destaque na história do estado, segundo Crapanzano (2005, p. 359):

Não quero, contudo, reduzir a cena ao subjetivo, pois acredito que isso nos desviaria do que considero ser sua base intersubjetiva. Nesse particular, divirjo da concepção usual da fenomenologia centrada na consciência singular ou na intenção e, mesmo, do senso comum. Devo acrescentar, apesar de não poder aqui prosseguir com minha argumentação, que a subjetividade, a despeito de quanto possa parecer minha, é essencialmente intersubjetiva, tanto em um modo mediado pela linguagem, por exemplo, quanto imediatamente, por meio de encontros reais e imaginados com figuras significativas cercadas de sombras. Para mim, ao menos, a cena é aquela aparência, a forma ou refração da situação “objetiva” em que nos encontramos, colorindo-a ou nuançando-a e, com isso, tornando-a diferente daquilo que sabemos que ela é quando nos damos ao trabalho de sobre ela pensar objetivamente. (CRAPANZANO, 2005 p. 359).

O autor frisa ainda que a cena possibilita enxergarmos as perspectivas imaginárias, indo além da linha tênue do olhar habitual, transpassando o olhar do senso comum. Na cena, há fragmentos de realidade cuja percepção está impregnada de possibilidades imaginativas, formando uma interlocução entre o tangível e o ideal, denominada por “cena como dupla voz” e “dupla visão”. Nos relatos descritos na ida ao campo, durante fim de semana no mês de maio, percebemos que as falas estão transpassadas de cenas que às vezes se confundem.



A divisão - Vila Surumu e a comunidade indígena do Barro

Podemos analisar essas situações, novamente por outro viés, à luz de Victor Turner, quando este afirma que os dramas sociais ou conflitos dão origem a performances narrativas, e que estas podem fornecer modelos para novas vivências, ocasionando, às vezes, verdade de uma determinada ordem ou seu inverso – desordem. Trazemos esse conceito para ilustrar como podemos perceber essa concepção nas diversas situações conflituosas do evento “Homologação da TIRSS” no estado.

A demarcação de Terra Indígena demonstra a existência de interesses conflitantes na região, dividindo geralmente aqueles grupos que argumentam de forma favorável e de forma contrária à demarcação, principalmente por se tratar de áreas com sobreposições de interesses econômicos, políticos, institucionais e ambientais. Essa divisão, no entanto, não é tão binária, pois encontramos situações de aproximação momentânea em algumas e de distanciamentos em outras, conforme o contexto.

Victor Turner (1957), em “Schism and Continuity in an African Society”, elaborou o conceito de Drama Social para descrever a lógica processual da vida social, política e os conflitos em uma Aldeia Ndembu na África Central, tomando esse conceito deliberadamente da dramaturgia. Turner reitera que os dramas sociais são episódios de tensão e conflito em que as relações sociais do grupo estão em "perigo". Essa definição de drama social de Turner (1957) sugere um modelo com quatro estágios, sendo uma experiência conflituosa no decorrer do tempo, que se caracteriza por fases semelhantes:

1º Estágio – composto pela ruptura de alguma relação vista como crucial no grupo em questão, relação esta que lhe fornece não só o contexto, mas também muitos de seus objetivos.

2º Estágio – fase de rápida ampliação da crise na direção de uma intensificação da tensão social.

3º Estágio – período para a aplicação de meios legais ou rituais de reparação ou reconciliação das partes em conflito no campo da ação.

4º Estágio – expressão pública e simbólica da reconciliação em diferentes padrões ou do rompimento irremediável. Reconhecimento (TURNER, 1957).

A pretensão dessa pesquisa de campo é identificar, ou não, essas fases conceituais de Turner nos acontecimentos descritos pelos moradores das duas comunidades.



Por sua vez, para discutir “Memória Coletiva”, trago, inicialmente o conceito desenvolvido por Maurice Halbwachs (2006), além de outros teóricos em seguida. Este autor diferencia a memória exclusivamente individual da memória coletiva. Para Halbwachs, as memórias individuais nunca estão sozinhas, distantes do todo em volta, já que nenhuma lembrança pode existir separada da sociedade. De acordo com Halbwachs, jamais estamos sós, mesmo quando os outros não estejam presentes fisicamente, nós os carregamos em pensamento. “Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 2006, p. 31).

Bergson (1999) utiliza-se da argumentação em seu trabalho sobre o assunto, que nossa memória se faz sempre presente. Não havendo, portanto, um retorno ao passado, ele não é “revivido”, ao contrário, são novas formas de vivenciá-lo e atualizá-lo. São ecos recordações do passado, que se encontram naqueles que a trazem para atualidade. Tendo nesse caso, um caráter social e por assim dizer, também político. Podemos tomar como exemplo inicial para análise do conceito o relato colhido numa das idas ao campo no mês de maio, D. Professora de Geografia¹³ (EJA), da Escola Estadual Indígena Tuxaua Silvestre Messias, uma das lideranças, moradora da Comunidade Indígena do Barro, que à época, fora ameaçada de morte pelos rizicultores:

(...) Fiz uma atividade com os alunos de EJA e solicitei que desenhassem sua própria comunidade. Três alunos fizeram um mapa excluindo determinadas casas, perguntei como era isso, já que naquele “vazio” existiam casas, eles responderam: desenhei apenas “minha comunidade”, ou seja, há uma divisão que não é física, mas sim ideológica. (D. Professora de geografia – EJA. Macuxi)

Esses alunos não viveram ou presenciaram, necessariamente, os conflitos da época da homologação; eles reproduzem, na verdade, um discurso, às vezes, colocado pelas lideranças, familiares ou pelas organizações às quais pertencem. Os alunos, a princípio, referem-se à lembrança “no presente” – continuam trazendo o ocorrido para o dia a dia.

(...) para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para

¹³ Macuxi, Professora de Geografia na Educação de Jovens e Adultos -EJA, na Escola Estadual Indígena Tuxaua Silvestre Messias. Moradora da Comunidade Indígena do Barro. Servidora Pública concursada.



aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Pollak (1992) explicita seus pressupostos em “Memória e identidade social” que nossa memória, tanto a individual como a coletiva, possuem implícitos entre si, os seguintes elementos: acontecimentos, pessoas e lugares. Os acontecimentos podem ser vividos, experimentados de forma individual, pelas pessoas diretamente ou não, basta terem sido experimentados pelos grupos os quais o indivíduo pertence, funcionando como uma “memória herdada”. Reitero às pretensões dessa pesquisa de campo, além de procurar identificar as fases conceituais de Turner, a ideia é verificar como a memória é fator preponderante ou não nessa divisão encontrada nas duas comunidades.

6. METODOLOGIA

Para efetivar essa investigação de cunho etnográfico, lançamos mão dos métodos e técnicas de pesquisas consagradas deste campo de conhecimento na ciência antropológica. Deste modo, compartilhamos a visão de Ferreira (2007) quando afirma:

Entendemos a etnografia como um processo composto por três etapas: 1a) experiência de interação; 2a) a aplicação das técnicas de coleta de dados (como as descrições de morfologia e situações sociais, aplicação de questionário e entrevistas fechadas e abertas, as técnicas genealógicas e estatísticas etc.); 3a) a produção textual, que transcreve essa experiência visando submetê-la a critérios de controle e verificação científica, garantindo sua objetividade. (FERREIRA, 2007, p. 9).

A metodologia utilizada está sendo pesquisa bibliográfica e etnográfica, entrevistas e discussões com parcela da população, com destaque para os principais atores sociais envolvidos: os tuxauas¹⁴, outras lideranças, professores, pajés, agentes de saúde e ambientais, organizações indígenas.

No primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da temática; em seguida, vivência de interações e entrevistas, diários de campo, análise de conteúdo. A metodologia de pesquisa utilizada será mista (enfoque quantitativo e qualitativo) ou como Sampieri denomina como resultado dessa união dos dois enfoques – “*triangulação*” (pág 12), pois contempla as etapas necessárias à coleta, tabulação e análise dos dados

¹⁴Liderança na comunidade indígena.



pesquisados, análise dos discursos cotidianos. “os enfoques são complementares, ou seja, cada um exerce uma função específica para conhecermos um fenômeno, e para nos conduzir à solução dos diversos problemas e questionamentos”. (SAMPIERI, 2006, pág 05). A ideia inicial é fazermos levantamento histórico, concomitantemente acrescido de etnografia, para então alinharmos com formulações teóricas para uma melhor compreensão dos fatos pesquisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Reinaldo I. Ocupação humana em Roraima II. **Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado**. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Série Antropologia, Número 9, Vol. 2, 1993.

BAZTÁN, A. Aguirre. **Etnografía. Metodología cualitativa en la investigación sociocultural**. Barcelona, Espanha. Marcombo, 1995.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. [1939].

CAVALCANTE, Olendina de C. A política da memória Saporá. 1a.ed. Manaus: Editora da UFAM, 2012

CRAPANZANO, Vincent. **A cena: lançando sombra sobre o real**. Mana, v. 11, n. 2, p. 357-383, 2005.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro**. (Tese de doutorado). PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ, 2007.

FOLHA DE BOA VISTA 21 e 22 set 2002

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa Livraria, 1998.

_____. *"Uma etnologia dos" índios misturados"?* Situação colonial, territorialização e fluxos culturais." In: Oliveira, J.P. (org.) **A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maríadel Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.



GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

AÇÃO TUTELAR COMO MODALIDADE DE GUERRA: APONTAMENTOS SOBRE CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA EXPLÍCITAS NOS RELATÓRIOS FIGUEIREDO E COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE¹

Ramiro Esdras Carneiro Batista (PPGA/UFPA)²
jjesdras@bol.com.br

Daniel da Silva Miranda (PPGA/UFPA)³
srdanielmiranda@gmail.com

RESUMO

As múltiplas tentativas históricas de incorporação de grupos étnicos autóctones aos variados projetos de Estado-nação nos países latino-americanos, apresentam características distintas e, há um só tempo, similares, entre os estados colonizadores. No caso do Brasil, ao se tomar a análise dos meados do século XX, *omodus operandi* das práticas colonizadoras contemporâneas – em sua dimensão econômica e administrativa – escancaram o objetivo de comprimir e/ou exterminar os ocupantes originais da terra sob o mote de discursos variados, tais como “*integrar para não entregar*” ou “*terras sem homens para homens sem terra*”. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo discutir elementos identificados como táticas de colonização, empregadas em meio a recente conjuntura do Brasil contemporâneo. Para tanto, utiliza-se como fontes principais o Relatório Figueiredo (1967); o Relatório da Comissão Nacional da Verdade/CNV (2014); e a experiência de “correção, proteção e tutela” vivida por um indivíduo do povo *Palikur-Arukwayene*, aprisionado por dois anos no Posto Indígena do Encruzo-AP.

Palavras-chave: Guerra; Territorialidade; Tutela;

1. INTRODUÇÃO

¹ Agradecemos as professoras Dra. Jane Felipe Beltrão/PPGA/UFPA e Dra. Katiane Silva/PPGA/UFPA, pelas indicações de leitura e atenciosa orientação na construção do presente artigo.

² Graduado em Pedagogia e especializado em Inspeção Escolar pelo Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco/CEIVA-INCISOH/MG, Mestrando em Antropologia com ênfase em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA), Membro dos Grupos de Pesquisa Cidade, Aldeia e Patrimônio (CNPq/UFPA), e Núcleo *Kusuvwi* de Estudos *Palikur-Arukwayene* (CNPq/Unifap).

³ Graduado em História pela Universidade da Amazônia (UNAMA), Pós-Graduando em Gestão em Sistemas Agroextrativistas para Territórios de Uso Comum na Amazônia (PPGAA/UFPA), Mestrando em Antropologia com ênfase em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA), integrante do Grupo de Estudos Culturais da Amazônia (GECA/CNPq/UFPA).



O Estado⁴ brasileiro contemporâneo, resultante de processos historicamente localizados, fez-se herdeiro e gestor de territórios e grupos humanos enquistados em sucessivas guerras de cunho euro-colonial e de outros projetos que o sucederam, materializados em práticas genocidas dirigidas a uma miríade de grupos étnicos desde o século XVI (Pacheco de Oliveira, 2016). Tal historicidade atribuiu à máquina estatal o título de mentora do estado de guerra esfírio ininterrupto, impondo o *status* de povos dominados a pessoas indígenas e seus descendentes, ao tempo em que modulou geopoliticamente a territorialidade brasileira e latino-americana.

Antônio Carlos de Souza Lima, ao refletir acerca dos impactos de um conflito bélico, considera que “[a] Guerra [é uma] forma de destruir e instaurar catástrofes, [mas também] via constitutiva de novas relações sociais, base de múltiplos sistemas de aliança e antagonismo” (1995, p.46-47). Neste sentido, entendemos que os conflitos bélicos instaurados para a formação da “América portuguesa”, objetivaram a consolidação das bases físicas e epistemológicas da iniciativa colonizadora. Desta maneira, o estado de beligerância ininterrupto, bem como eventuais armistícios, engendraram relações sociais baseadas na assimetria e subjugação entre europeus e ameríndios.

Por este princípio, os processos históricos que implicam em uma *invenção do Brasil*⁵ se tornam plurais e extratemporais, utilizando-se da violência física e simbólica, do descimento à subalternização de modos de vida, do estado de Colônia ao Estado de – pretensão – Direito Democrático. Conseqüentemente, a incorporação do elemento humano autóctone remanescente das guerras depende da implementação de ações em nível “administrativo”, e da incorporação de distintas territorialidades. Este parece ser o desdobramento lógico dos pactos coloniais, que promovem por meio de distintos mecanismos de opressão e repressão, o engajamento da pessoa indígena como parte “ativa” de um organismo social ocidentalizante.

O *modus operandi* praticado por instituições e agentes do Estado nacional brasileiro demonstra assim a promoção de uma “limpeza da terra” do elemento humano autóctone, ao mesmo tempo em que expulsou e comprimiu seus remanescentes aos sertões interiores. É tratando destas práticas de administração do butim de uma guerra pretérita, já em meados do século XX, que o presente artigo busca compreender um distinto momento do colonialismo

⁴ As definições teóricas acerca de Estado são plurais e, ao nosso ver, demandam delimitações quando utilizadas. Aqui recorreremos ao sentido weberiano do conceito de “Estado”, como organização política dominante que impõe um tipo de existência “ordenada” no interior de determinado território graças à ameaça e efetiva aplicação da força física aos grupos dominados, por meio de agentes bélicos e administrativos especializados (Das y Poole, 2008, p.08).

⁵ Termo apropriado de Carlos Fausto (2000, p.81), referindo-se a invasão inaugurada por Cabral, que promoveria o colapso e a conseqüente reestruturação dos arranjos sociais do mundo ameríndio.



contemporâneo, articulando e dando sentido as ações e categorias referentes à política indigenista brasileira.

1.1 Fontes e apontamentos metodológicos

O Relatório Figueiredo (1967) e o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), não obstante o lapso temporal que os separam, compreendem fontes privilegiadas para a análise do que se pretende, posto que tais documentos foram engendrados, contraditoriamente, dentro da estrutura do próprio Estado colonizador, em contextos de ditadura militar e de revisão aos atos e crimes praticados pela mesma. Além disso, somam-se ao *corpus* documental as narrativas de pessoas indígenas vitimizadas por tais fenômenos, corroborando para um processo de descolonização da História, movimento tão necessário à atualidade.

Consideramos, conforme Alessandro Portelli (1997), que “[as] fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes [mas] tem em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra podem preencher” (1997, p.26). Partindo desta premissa, trabalhamos então com a análise de uma memória de “correção, proteção e tutela” vivida por um indivíduo do povo *Palikur-Arukwayene* no Posto Indígena do Encruzo⁶, região norte do estado do Amapá.

Consideramos neste trabalho que as categorias e os modos de operar a colonização de povos, corpos e territórios, longe de serem características de um passado colonial, pertencem à contemporaneidade da América latina. Na Amazônia oriental brasileira que permeia o Platô das Guianas, espaço que é fruto do fatiamento da territorialidade indígena entre potências europeias, o colonialismo revestiu-se de cores específicas, no entanto, fugir aos “padrões” de tratamento aos povos conquistados que nele habitam.

Parece possível afirmar que o exposto no Relatório Figueiredo de 1967 e no Relatório da Comissão Nacional da Verdade de dezembro de 2014, torna-os um resumo de crimes perpetrados no decurso de pelo menos quatro décadas, por instituições e agentes do Estado contradiferentes sociedades ameríndias. Portanto, as experiências explicitadas nos dois relatórios parecem configurar uma continuidade de ações que fazem parte de um contexto historiográfico maior, que conforme já afirmamos, se junta à produção que rastreia e

⁶ Situado na confluência dos três rios que dão acesso ao território indígena do Uaçá, o Posto do Encruzo foi instalado após a visita do Marechal Rondon à região do Oiapoque, na década de 1920. De 1945 a 1967 o SPI instala o posto indígena militarizado e “retira da área intrusos e estranhos, como comerciantes, crioulos, franceses e ingleses que haviam se instalado às margens dos rios para a exploração de recursos naturais, como ouro e madeira de lei [.]” (Fonte: <https://pib.socioambiental.org>, 2017).



analisa pelo menos cinco séculos de sucessivas guerras de extermínio e limpeza étnica dirigidas as populações ameríndias.

Cumpra mencionar que na “América portuguesa”, os altos custos financeiros e humanos veiculados para o empreendimento da “guerra justa” contra distintos povos, resultaram na ressignificação do estado de guerra intermitente. Esse processo acolheu, dentre outras colaborações, o legado positivista e evolucionista preconizado pelo indígena Bororo e Marechal do exército brasileiro, Cândido Mariano da Silva Rondon. Para Pacheco de Oliveira “[a] obra de Rondon e dos sertanistas brasileiros foi a de ressemantizar o índio bravo, transformando-o no índio dócil e colaborativo ao qual o discurso ecológico irá acrescentar um novo significado”(2016,p.255).

O conjunto ideológico e jurídico que permitiu o processo de “amansamento” e aniquilação de marcadores culturais distintos de diferentes povos indígenas “brasileiros” financiados pelo Estado, ficou conhecido como “Poder Tutelar”. Trata-se aqui do instituto que Souza Lima aponta como “uma forma reelaborada de guerra, ou, [especificamente] do que se pode construir como um modelo formal de relacionamento possível entre [povos] afastados por uma alteridade radical” (1995, p.43). Desta maneira, vai ficando explícito que o “poder tutelar” é fruto de um saber jurídico colonial que pretende anistiar o Estado de seus crimes, ao conferir legalidade à tríade praxiológica de violência/proteção/dominação. Este também é o termo que identifica o *modus operandi* republicano, engendrado para tratar do relacionamento com os povos conquistados⁷, cuja territorialidade é ignorada ao tempo em que as terras que tradicionalmente ocupam são arbitrariamente incorporadas ao Estado nacional. Estes ciclos de desenvolvimento e expansão das fronteiras nacionais ficaram conhecidos no Brasil, como “iniciativas de pacificação”⁸.

2.OS RELATÓRIOS COMO DUAS VARIAÇÕES GENOCIDAS DO MESMO TEMA: O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS/SPI E A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO/FUNAI.

No fim da primeira década do século XX o conhecido estado de guerra e usurpação do patrimônio indígena patrocinado pelo estado brasileiro, é reinaugurado com o Serviço de

⁷ Para Maria Hilda Baqueiro Paraíso (2014), na análise da invasão da América, em que pesem as distintas características dos processos de ocupação entre as colônias lusitanas e espanholas, existem elementos comuns na atuação de seus agentes e políticas estatais que permitem inferir que “[o] termo conquista [é] utilizado quase exclusivamente para designar a ação [do Estado e respectivos colonos] nas terras que ficaram sob seu domínio [...]” (Paraíso,2014, p.27).

⁸ A “pacificação” aqui apontada é um eufemismo para “[um] permanente estado de guerra que justificasse, na prática, a completa negação de quaisquer direitos à população autóctone” (Pacheco de Oliveira, 2016, p.17).



Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais/SPILTN⁹. Doravante, a partir de reelaborações realizadas por parte de seus agentes estatais que não admitem o uso do “[t]ermo conquista [e instauram] um complexo de ações sobre ações, de forças sobre forças, em suma de relacionamentos de poder, cujo plano, do ponto de vista das técnicas, há muito se encontra delineado” (Souza Lima, 1995, p.48).

Fundado em 1910, o SPI perdurou por meio século, sendo extinto em 1967, exatamente no ano em que o procurador Jader de Figueiredo Correia destacaria em seu relatório oficial, que o “[p]róprio órgão responsável pela garantia da terra do índio, é o primeiro a despojá-lo. [Destacando] que a espoliação tem a chancela oficial das cúpulas administrativas, maiores responsáveis pelas desditas dos índios” (Brasil, Comissão Nacional da Verdade/CNV, 2014, p.208). Neste contexto, o que o Relatório do procurador Figueiredo intitula como a “grande comédia” encenada pela atuação do órgão indigenista estatal, em aproximadamente meio século de existência junto a centenas de povos indígenas brasileiros, antes de ser um evento cômico, é eloquentemente trágico.

Baldus (1962), citando Darcy Ribeiro, mostra que “das 230 tribos relacionadas, 87, ou seja, 37,8%, desapareceram nestes últimos cinquenta anos. [A] população indígena brasileira, atual, não alcança [o total de] 0,2% da população.” (1962, p. 34). Em que pese todas as críticas políticas e metodológicas dirigidas aos referenciais demográficos construídos por Ribeiro¹⁰ e outros indigenistas da época, não se pode negar o fato de que meio século de ações de “pacificação” protagonizadas pelo SPI mostram, a partir do exposto por seus próprios agentes, os vigorosos índices de *depopulação* a que os povos e comunidades “tuteladas” foram expostos.

Perguntamo-nos como tamanho genocídio foi perpetrado sem a formalidade mínima de uma guerra declarada. Tratou-se de uma guerra celebrada sem *ostatus* jurídico e formal necessário a instauração do “estado de exceção”, que “justifica”, por parte dos estados nacionais modernos, os horrores do genocídio (Das e Polle, 2008, p.15). O Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), no capítulo que trata de Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas, aponta uma possibilidade de resposta ao analisar o que nos termos dos relatores, é uma “pequena parcela do que se perpetrou contra os índios”¹¹:

⁹ No decorrer do texto usaremos as siglas SPI ou SPILTAN como sinônimos.

¹⁰ De fato, Pierre Clastres se debruçaria sobre os números da demografia ameríndia estimada e constituída no cone sul da América em 1974 e declararia que nada disso é sério, categorizando tais registros como adivinhatórios e ideológicos (Clastres, 1974).

¹¹ No caso o Relator refere-se ao pequeno alcance de casos investigados e a impossibilidade da comissão apurar todos os crimes cometidos.



“[É] possível apenas entrever a extensão real desses crimes, avaliar o quanto ainda não se sabe e a necessidade de continuar as investigações. Não são esporádicas nem acidentais essas violações: elas são sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas quanto pelas suas omissões. Omissão e violência direta do Estado sempre conviveram na política indigenista, mas seus pesos respectivos sofreram variações.” (Brasil, Comissão Nacional da Verdade/CNV, 2014, p. 204)

Nesse sentido, dois relatórios produzidos com um hiato temporal de quatro décadas entre si apontam para a mesma condição, de que a violência e as práticas criminosas contra o conjunto de povos indígenas brasileiros é sistêmica e estrutural, e, portanto, independe de em qual órgão, ou em qual sigla se efetiva o regime tutelar.

Partindo de um olhar em perspectiva¹² e da análise documental e literária do tema do indigenismo brasileiro pode-se postular que a intervenção do Estado, no que se consolidou como o “regime tutelar e protecionista”, dirigido aos povos indígenas, nada mais é que a continuação do estado de sítio, guerra, dominação e extinção programática do patrimônio humano, cultural e material representado pelas nações indígenas brasileiras ao longo dos séculos. O que salta aos olhos do leitor desavisado e pode apontar para um futuro de novas relações interétnicas com os povos cerceados pelo Estado genocida, é que os documentos comprobatórios e denúncias que dão lastro ao histórico de assassinato e extermínio seletivo de pessoas e povos indígenas, é realizado pelos próprios agentes e ex-agentes estatais.

Tais documentos, aliados ao testemunho de vida e desumanização de pessoas e coletivos indígenas, podem inaugurar um novo capítulo no entendimento do que significou e pode significar a intervenção estatal, junto a estas pessoas e respectivas sociedades.

Das categorias que saltam nos documentos dos mencionados relatórios, a pacificação e a tutelaparecem ser as mais pródigas e absurdas. A primeira refere-se a atos de violência e cerceamento tamanho que aos “pacificados” resta à denúncia errática, a apatia ou o desespero. De fato, as estratégias de “pacificação” engendradas pelo Estado brasileiro e tecnologicamente embasadas em todo tipo de ações violentas como estupros, torturas, epidemias¹³, fome e desnutrição, acaba, na maior parte dos casos, reduzindo a agência dos povos atingidos a fuga e perambular incerto de seus sobreviventes.

Quanto à segunda – a tutela – Pacheco de Oliveira refere-se ao caráter ambíguo da mesma, entendendo que ela é, via de regra, ministrada a partir de “[princípios] contraditórios

¹²Baldus, 1962; Pozzobon, 1999; e Briguenti, 2015.

¹³ Para crer em guerra bacteriológica contra povos indígenas no interior do Brasil em pleno século XX, ver a página 4917 do Relatório Figueiredo.



que envolvem sempre aspectos de proteção e de repressão, acionados alternativamente ou de forma combinada”(2016, p.325). O que pode engendrar a percepção de que o regime protecionista/repressivo imposto aos diferentes povos indígenas no decorrer de sua história e, mais recentemente, a partir de vultosa literatura jurídica, nada mais é que um eufemismo para o tratamento dispensado a povos dominados. Pessoas e grupos a quem não é dada a possibilidade de escolher que caminhos e decisões vão tomar sobre o seu próprio futuro, e a quem não são garantidos direitos fundamentais.

Desta maneira, conclui-se que as estratégias de “pacificação” e “regime tutelar” em moldes estatais nada mais são que a guerra renomeada ou, em termos foucaultianos, a “guerra prolongada por outros meios” (Souza Lima, 1995, p.44).

3. NÃO DITOSNO RELATÓRIO FIGUEIREDO: A BIOGRAFIA DE UWET(MANOEL ANTÔNIO) E O ESCRAVISMO IMPOSTO PELA ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS/SPI NA GUIANA BRASILEIRA

Com relação ao exposto nos documentos dos respectivos relatórios (Figueiredo e Comissão Nacional da Verdade), já referenciamos que nenhum dos dois é capaz de alcançar plenamente o conjunto de crimes e contravenções praticados, dentro do regime tutelar brasileiro, contra nações e pessoas indígenas. Sobre esta questão, Veena Das e Deborah Polle (2008) instam os etnólogos a encararem a “face aberrante dos estados modernos em que atuam”¹⁴ (Das yPolle, 2008, p.10-13), buscando entender as tecnologias e, sobretudo, as “pedagogias” de poder estatal, impostas a pessoas e povos indígenas em inúmeros processos de “pacificação”. Desta maneira, encarar o rosto cruel de nosso próprio estado nacional implica, dentre outras possibilidades, no exercício de “entrevier a extensão real desses crimes, avaliar o quanto ainda não se sabe e [partilhar da] necessidade de continuar as investigações” (Brasil, Comissão Nacional da Verdade/CNV, 2014, p.204).

Percebe-se no Relatório que a equipe do procurador Figueiredo não teria condições logísticas e tampouco interesse em empreender uma investigação que pudesse cobrir a atuação do SPI em todo o território nacional (Valente, 2017, p.37-39). Nesse sentido, o relato dos verdugos e vitimizados pelo regime tutelar no extremo setentrional do Brasil, sobreviventes do genocídio perpetrado na Guiana que se convencionou a chamar de portuguesa, pode ajudar a cobrir os lapsos de investigação e auxiliar na compreensão do fenômeno entre povos e pessoas, cujo sofrimento imposto, dores e pêsames não constam de nenhum documento.

¹⁴ Tradução nossa.



Portelli, ao analisar os mecanismos mnemônicos e criticar a falsa oposição entre memória e esquecimento, lembra que “[m]ais que um armazém de dados, a memória é um trabalho constante de busca de sentido, que filtra [a] experiência entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade[.]” (2016, p.47). Isso nos leva a pensar que as narrativas de dor, vida e trabalho em condições análogas a escravidão imposta pela atuação do Estado contra a pessoa indígena, continuam a buscar e reconstruir seus significados, sobretudo para as pessoas e coletivos que dela sofreram.

Para insistir no caráter sistêmico do poder estatizado conhecido como “tutela” e na respectiva interpretação deste *status* jurídico imposto a pessoa indígena como uma modalidade de “guerra prolongada” (Souza Lima, 1995, p.44), vamos considerar uma história de vida e servidão forçada que não consta dos relatórios aludidos e tampouco de nenhum outro documento conhecido, qual seja, a história pessoal do Senhor *Uwet* (Manoel Antônio dos Santos)¹⁵, figura humana emblemática entre indígenas e não indígenas que se relacionam com os últimos Aruaques do extremo setentrional brasileiro, os *Palikur-Arukwayene* do Rio *Urukauá*¹⁶.

O Relatório Figueiredo (2013) aponta que no universo de atuação do SPI foram arroladas provas e evidências de tratamento cruel e degradante imposto as pessoas indígenas, que constam de castigos físicos como crucificação, espancamentos, tortura nos troncos e tritamento de tornozelos, referenciando ainda que “os castigos de trabalho forçado e de prisão em cárcere privado representavam a humanização das relações índio-SPI.” (Brasil: Documento Síntese, 2013, p.03).

Essa premissa localiza a atuação dos *parahna*¹⁷ agentes públicos do SPI/Oiapoque e seus respectivos capitães¹⁸ indígenas na categoria de “mais humanizados”, visto que os relatos de *Uwet* (Manoel Antônio dos Santos) parecem tratar de sua exposição à prisão, bem como a condições de trabalho escravo, e não a tortura e sevícia propriamente dita.

¹⁵ Trata-se de “um mestre em contar histórias e esculpir em madeira. [Filho de pai *parahnae* mãe *Palikur*] que morreu ainda jovem, [foi] *Uwet* criado por seus avós *Palikur*. Seu avô *Guilhaume*, foi o xamã que encontrou *Curt Nimuendajúnos* anos 1920” (Green e Green, 2013, p. 03).

¹⁶ O rio *Urukauá*, aquífero tributário do Uaçá e consequentemente da baía do Oiapoque é apontado na cosmologia *Arukwayene* como o centro do universo. Seu povo resistiu a aniquilação física e cultural promovida por portugueses e neo-brasileiros ao longo de dois séculos e permaneceu em seu território tradicional, após sucessivas idas e vindas para o lado francês das guianas.

¹⁷ *Parahna* é a palavra e categoria *Arukwayene* usada para se referir a homem ou mulher branco, mais especificamente ao branco brasileiro.

¹⁸ No Oiapoque, os equivalentes aos agentes de polícia indígena apontados no Relatório Figueiredo (Brasil, 2016, p.02) são chamados de *Capitain*, uma forma afrancesada de referir-se ao líder indígena que tem sua autoridade reforçada e/ou criada pelo SPI.



Segundo o relato do Senhor *Uwet* (Manoel Antônio dos Santos)¹⁹ seus problemas com as autoridades do posto do SPI/Encruzo começaram em função de um conflito familiar. Após ter se desentendido com sua esposa, um cunhado, inconformado, teria se dirigido ao posto indígena do Encruzo e formalizado denúncia junto ao *parahna*, então chefe do Posto Indígena na ocasião, o paraense Eurico Fernandez.

A denúncia reiterada várias vezes no posto indígena, fruto de um posicionamento que contraria o costume *arukwayene* em relação a tais conflitos, culminou com a prisão do senhor *Uwet*, que foi conduzido ao Encruzo por três guardas indígenas a mando do chefe Eurico. Veena Das discute a “pesada cortina de silêncio” que denuncia a presença oculta de uma força exógena que semeia a “violência e traição [no interior mesmo] da rede de parentesco” (Das, 1999, p.33). Trata-se da presença do Estado.

Misto de braço administrativo, juiz de conflitos e executor de penalidades, Eurico Fernandez condenou o senhor *Uwet* a dois anos de trabalho forçado nas imediações do Encruzo, por suposto “mau comportamento”. Os serviços e tarefas extenuantes cumpridos, conforme o testemunho do próprio ancião, duravam “da madrugada até o pôr do sol todos os dias”, o que rapidamente o deixou em condição física precária. Após aproximadamente um ano nessa condição, parentes e amigos do apenado, temendo por sua vida, dirigiram uma carta ao chefe do SPI/Encruzo, questionando a punição e a motivação da pena.

Fernandez teria respondido que não poderia liberar *Uwet* da pena exarada, mas para evitar conflitos com os “índios Palikur” que o SPI do período já classificava como “pacificados” (Freire, 2011, p.151), mudou sua condição para a de “trabalhador remunerado”²⁰. Talvez fosse desnecessário dizer que como o único árbitro que determinou sua pena, o *parahna* chefe do posto também era o único com poderes conferidos, por ação ou omissão do Estado, para redimi-la²¹. De acordo com o testemunho de *Uwet*, relatado a professora Carina Almeida (2016), os trabalhos impostos a ele no tempo em que esteve preso no Encruzo/SPI consistiam em tarefas como: “derrubar centenas de árvores; salgar toneladas de peixe; confeccionar milhares de tijolos e telhas na olaria do posto; executar derrubadas de mata ciliar para cultivo e limpeza de arroz; e confecção de cordames a partir

¹⁹ O relato que se segue sobre a prisão e escravização de *Uwet* (Manoel Antônio) no Posto do Encruzo é a combinação de duas narrativas coletadas, a primeira pela historiadora Carina Santos de Almeida/Unifap em julho de 2016, na Vila Vitória, bairro do município de Oiapoque, que objetivava a construção da Biografia do sábio *Uwet* – no prelo; e a segunda por um dos autores em setembro de 2016, na aldeia Mawihgi/alto rio Urukauá, em meio aos preparativos para documentar a confecção de uma *pahatano* (flauta).

²⁰ O narrador não conseguiu explicitar de que forma teria sido remunerado pelo trabalho nos meses seguintes.

²¹ Das y Polle consideram que “[p]recisamente porque também atuam como representantes do [E]stado [os chefes e grandes homens, de maneira turva são] capazes de se mover através dele [sem] uma clara divisão entre as formas legais e extraleais de punição e execução.” (Das y Polle, 2008, p.16 - Tradução nossa).



de fibras locais”²², dentre outros serviços. O denso relato do agora ancião *arukwayeneUwet*(Manoel Antônio), termina com a sua “autorização” para subir o rio *Urukauáe* voltar a sua aldeia *Mawihgi*, após aproximadamente dois anos de trabalho forçado.

A análise combinada do testemunho do senhor *Uwet* (Manoel Antônio dos Santos) e o exposto nos fragmentos da síntese do Relatório Figueiredo deixa pouca margem de dúvida quanto ao caráter sistêmico da atuação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais/SPI, sempre pautado na ausência de controle do Estado, e portanto, na livre arbitrariedade de agentes sem o mínimo preparo para o trato com povos e pessoas indígenas. Desta maneira, “[o indígena] razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana.” (Brasil. Relatório Figueiredo “Síntese”, 2013, p.02).

A condição de trabalhador cativo a partir de um julgamento arbitrado a revelia de qualquer consideração com o sistema jurídico tradicional *arukwayene*, aparentemente não foi aliviada por meio da permuta do Senhor *Uwet* para a condição de “trabalhador assalariado” do SPI. A perplexidade em não saber responder como recebeu ou o que amealhou nos meses de trabalho assalariado, denunciam a total alienação da humanidade daquele jovem *arukwayene* que teve sua vida interrompida, nos termos do procurador Figueiredo “como se o índio fosse um irracional, classificado muito abaixo dos animais de trabalho” (Brasil. Relatório Figueiredo “Síntese”, 2013, p.04).

É o mesmo Relatório quem aponta para a “racionalidade” das arbitrariedades e do escravismo perpetrado contra pessoas indígenas em pleno século XX, quando o Estado nacional genocida declarava a abolição da escravatura há mais de meio século. E continua o relator:

O trabalho escravo não era a única forma de exploração. Muito adotada também era a usurpação do produto do trabalho. Os roçados laboriosamente cultivados, eram sumariamente arrebatados do miserável sem pagamento de indenização ou satisfação prestada. [Toda a] crueldade para com o indígena só era suplantada pela ganância. No primeiro caso nem todos incorreriam nos delitos de maus tratos aos índios, mas raros escaparam dos crimes de desvio, de apropriação ou de dilapidação do patrimônio indígena. (Brasil. Relatório Figueiredo “Síntese”, 2013, p.04).

²² Em um de seus testemunhos, o narrador *Uwet* acrescentou que essa produção seguia embarcada em intervalos regulares para Belém do Pará.



Aparentemente temos aqui o conjunto da obra que implica no gasto de uma parte da juventude e da força de trabalho do Senhor *Uwet*, a exemplo de outras vidas, juventudes e infâncias indígenas, vitimizadas no que Darcy Ribeiro chamaria de “incrível máquina de moer gentes” do pacto neo-colonial. Souza Lima lembra também que o esquema de apropriação e esbulho dos territórios e da riqueza indígena não auferem lucros apenas na atividade guerreira, mas também na “dimensão econômica da conquista” que engendra a administração dos povos e territórios dominados (1995, p.50). Este parece ser exatamente o caso do Senhor *Uwet*, engajado arbitrariamente na indústria do SPI/Encruzo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política indigenista brasileira, historicamente empreendida a revelia dos interesses dos povos alvo, parece conformar um padrão – pernicioso – de relacionamento com pessoas e nações indígenas, cuja visibilidade e violência infligida foi sendo escamoteada, sobretudo a partir do indigenismo “manso” e “cordial” de inspiração rondonista.

O estudo sistemático do Relatório Figueiredo e documentação análoga, deve trazer à luz das Ciências Sociais as narrativas da condição imposta aos povos indígenas brasileiros, desvelando práticas genocidas e etnocidas, disfarçadas em proteção, não violência e tutela. O esforço de confrontar as práticas implícitas e explícitas nos citados documentos com as práticas tutelares empreendidas na costa oceânica do Amapá é uma tentativa de aproximação desta realidade, ao tempo em que reconstitui e faz jus a um fragmento da história de vida e dor imposta a um homem, tido como guardião da memória cultural de seu povo.

Por último, vale a pena problematizar o “Pedido público de desculpas do Estado Brasileiro [,] pelo esbulho de terras indígenas e pelas demais graves violações de direitos humanos que se operaram contra os povos indígenas” (Brasil, Comissão Nacional da Verdade/CNV, 2014, p.253), que parece atender mais uma aspiração dos membros e relatores da Comissão da Verdade/CV do que dos atuais titulares e regentes dos poderes públicos que conformam o Estado.

É verdade que o Estado brasileiro não reconhece sua responsabilidade pelos crimes cometidos contra uma miríade de povos indígenas ou, particularmente, contra o Senhor *Uwet*, visto que não envida ações no sentido de interromper o estado de sítio, exploração, esbulho e assassinato programático de pessoas e nações indígenas em território nacional. Os direitos humanos e existenciais de pessoas e povos indígenas são



preteridos ante o cultivo e extensão da fronteira agrícola, desenvolvimentista e modernizante, alinhada às questões de “interesse nacional”. Também é verdade que as narrativas históricas ocidentais e colonizadoras têm escamoteado o estado de guerra e sítio ininterrupto, movido contra as populações autóctones da América latina em sentido *lato*, no passado e na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

Documentais:

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade (CNV)*. “Texto 5 – Violações de direitos humanos dos povos indígenas” In: Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. II Brasília, p. 203-262. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. 2014.

BRASIL. *Relatório Figueiredo: documento na íntegra. “Síntese”*. Disponível em – [HTTP://racismoambiental.net.br/2013/06/02/relatorio-figueiredo-documento-na-integra-7-mil-paginas-pdf-pode-agora-ser-baixado/](http://racismoambiental.net.br/2013/06/02/relatorio-figueiredo-documento-na-integra-7-mil-paginas-pdf-pode-agora-ser-baixado/). 2013.

Uwet (Manoel Antônio dos Santos) e Almeida, Carina Santos de. *Biografia de Seu Uwet*. Fragmento de narrativa documentada no município de Oiapoque – no prelo. 2016.

Bibliográficas:

BALDUS, Herbert. *Métodos e resultados da ação indigenista no Brasil*. Comunicação feita no simpósio sobre ‘Métodos e resultados da ação indigenista da América. [sic] México, 21 de Agosto de 1962. Disponível em: www.journals.usp.br/ra/article/viewFile/110423/1089611. 1962.

BRIGUENTI, Clovis Antonio. *Colonialidade do Poder e Violência contra os povos indígenas*. In: “Revista Percursos. Florianópolis, v. 16, n 32, set/dez, p.103-120”. Disponível em: [HTTP//dx.doi.org/10.5965/19847246163222015103](http://dx.doi.org/10.5965/19847246163222015103). 2015.

CLASTRES, Pierre. *De l’Ethnocide*. In: “L’Homme, tome 14 n°3-4. pp. 101-110”. DOI : 10.3406/hom.1974.367479 . Disponível em: www.persee.fr/doc/hom_0439-4216_1974_num_14_3_367479. 1974.

DAS, Venna. *Fronteiras, Violência e o Trabalho do Tempo: alguns temas wittgensteineanos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 14 n40 RBCS. 1999.

DAS, Venna y POLLE, Deborah. *El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas*. Cuadernos de Antropología Social. núm. 27, 2008.



FAUSTO, Carlos. *Os Índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar. 2000.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. (Org.). *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2004.

GREEN, David e GREEN, Lesley. *Waramwi: a cobra grande / UWET Manuel Antonio dos Santos*. São Paulo: Iepé, 2013.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Histórico de Contato Galibi*. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/galibi-marworno/133>. 2017.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contra capa. 2016.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*— Editora da Universidade Federal da Bahia. 2014.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. São Paulo: Pro História. 1997.

_____. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz. 2016.

POZZOBON, Jorge, “O lupen-indigenismo do Estado brasileiro” In: *Journal de La Societes Americanistes*, Tomo 85, p. 281-306. Disponível em: HTTP://www.persee.fr/doc/jsa_0037-174_999_num_85_1_1738. 1999. Acesso em 02/08/2017.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil* - Petrópolis, RJ: Vozes. 1995.

VALENTE, Rubens. *Os Fuzis e as Flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. 1 Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2017.



GT 02 – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA

**NA ÁGUA, O MISTÉRIO; NA TERRA, O ENCANTO: O IMAGINÁRIO *TEMBÉ*
COMO MEDIAÇÃO SÓCIO- POLÍTICA NO CONFLITO POR TERRAS INDÍGENAS
NO PARÁ.**

Lena Cláudia dos Santos Amorim¹

Resumo:

A região amazônica é um vasto campo onde o imaginário está muito presente nas vivências dos povos tradicionais, especialmente nas comunidades indígenas. Então dialogar sobre o território é refletir, que a construção desse espaço, é representado simbolicamente de diferentes formas. Ou seja, o espaço se configura em território primeiramente pela ação humana e depois pelas leis que oficializam. Dentre as formas privilegiadas de acesso ao real por meio do imaginário indígena estão a terra, o rio e a floresta. Nesse sentido é importante destacar a relação que os *Tembé* estabelecem com o meio ambiente, com os lugares considerados “encantados” e horários “sagrados” dentro do território. Portanto muitos dos ensinamentos repassados são eventos ocorridos no cotidiano desta etnia e estão relacionados à mata e ao rio, lugares sobre os quais se geram representações simbólicas que são encontradas nas narrativas da comunidade. Em face do que é mencionado, esse trabalho vem apresentar como os povos de comunidades tradicionais caracterizam o território como um espaço simbólico e identitário que se reconfigura-se a partir dos eventos vivenciados nas aldeias, seja quando se fala do rio ou da mata, seja para lavar roupa ou mesmo tomar banho no rio. É importante destacar que na cosmologia *Tembé* todo elemento da natureza tem o seu dono e deve-se pedir permissão para entrar em determinados espaços. De acordo com as representações estabelecidas por esse povo entende-se que a simbologia sobre o território é diversificada e construída a partir dos seus saberes culturalmente produzidos. Assim o que se pretende em suma com este trabalho é mostrar como o imaginário indígena se constitui como importante elemento de interpretação das relações entre imaginário, território e identidade e de como estes produzem relações que problematizam modelos de desenvolvimento econômico na região amazônica e a relação homem-natureza.

Palavras-Chave: *Tembé*, Território, Simbólico e Imaginário.

Introdução

Agora, vou dizer uma coisa: não se anda com criança à noite pela mata e nem pelo rio, pois a terra tem seus encantos e a água é um mistério, a

¹ Mestre em Antropologia no PPGCS Mestre em Antropologia Social e Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PPGCS/UFPA. E-mail: amorimesmeralda@gmail.com



criança pode ficar encantada e adoecer. Para andar à noite com ela, tem que colocar alho nela, é uma forma de proteção. (Diário de Campo).

Esta foi uma advertência para o cuidado que se deve ter para não transitar com criança em horários como à noite e meio dia. O evento acima descrito ocorreu à noite, está associado aos “mistérios” da terra e do rio, os quais são muitos respeitados pelos Tembé.

Quando se fala do rio ou da mata, os Tembé estão sempre destacando os horários que deve-se andar no mato, lavar roupa e tomar banho no rio. Segundo a cosmologia Tembé todo elemento da natureza tem seu dono e deve-se pedir permissão para entrar em determinados espaços e horários.

Falando sobre o território como representação cultural com o jovem Tembé chamado Tapuá², destaca que a mata tem muito mistério e que não se deve desrespeitar, nesse sentido o termo “sagrado” se refere a horários estabelecidos pelos Tembé para não se aproximarem da mata e nem do rio, pois é preciso respeitar o dono da natureza. Tapuia olha para mim e diz: “vou te contar uma história e não é mentira e nem brincadeira, aconteceu mesmo”:

O meu tio saiu para a mata para caçar, eram umas 6 da tarde e ai passou a noite toda no mato, amanheceu, anoiteceu de novo, e nada dele aparecer, achamos muito estranho. Então pensamos várias coisas: que cobra tinha batido nele, ou encontrou com algum posseiro e matou ele, ou onça. Ai juntamos um grupo, entramos na mata atrás dele, e gritamos pelo nome dele para tudo o que é lado, e nada. Quando já tava anoitecendo de novo, encontramos ele bestinha, parecia que tava enfeitado. Levamos ele para a aldeia e o pajé disse que ele tinha sido flechado pela curupira. Depois de um tempo que ele já estava normal perguntamos pra ele o que tinha acontecido, ele disse que não conseguia encontrar o caminho de volta para aldeia, rodava, rodava, rodava, e sempre voltava para o mesmo lugar. Depois disso, ele nunca mais andou no mato fora de hora. E nem eu ando. (Diário de campo).

Tapuia me explicou que os avós lhe ensinaram que a dona da mata é a *curupira*, ela encanta a pessoa e fica “bestinha” e não consegue encontrar o caminho de volta para casa. Nesse sentido, é importante destacar a relação que os Tembé estabelecem com o meio ambiente, com os lugares e horários considerados “encantados” e que precisam ser respeitados. É no cotidiano dessa etnia que se observa como a relação com o território vai além da questão política.

O território é o espaço em que se inicia o processo identitário Tembé. Além de ser uma questão jurídica, em termos da luta pelo acesso à terra e aos recursos naturais, no olhar dos Tembé o território é também um espaço de representações simbólicas que consideram a existência de lugares “encantados” que devem ser respeitados. Pois segundo Raffestin (1980, p.30): “O território é o espaço da prática. Por um lado, é um produto da

² Tem 17 anos e pretende ser liderança.



prática espacial: inclui a aprovação de um espaço, implica a noção de limite, um componente de qualquer prática- Por outro lado é um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática.”

E segundo Becker (2010, p.03) “A malha territorial vivida é uma manifestação de poder, da oposição do local ao universal, dos conflitos entre a malha concreta e a abstrata, concebida e imposta pelos poderes hegemônicos.” Ladeira (2001), afirma que “as delimitações territoriais são historicamente fixadas por meio de estratégias de poder e controle do Estado, então conclui-se que os territórios indígenas são espaços dominados que inevitavelmente forçam os índios a firmar um pacto eterno de dependência com o Estado”.

Para além dessa delimitação hegemônica construída historicamente é possível no cotidiano das aldeias, presenciar como os Tembé lidam com esses lugares em termos das representações. Um dia fui convidada para visitar uma aldeia chamada *Ytwaçu*, que fica a dois quilômetros da aldeia Sede, na qual me encontravam estabelecida. Início a descrição apresentando a pessoa da aldeia escolhida para nos guiar até a aldeia *Ytwaçu*:

Ela se chama Wuiry, tem 10 anos, estuda a 4 série, conhece a mata como um adulto. As 8:30 pegamos o caminho em direção a aldeia Ituaçu, eu, e Wuiry. A caminhada era lenta porque ambas sempre esperavam pelas paradas que eu fazia para respirar. No caminho a cada curiosidade minha. Wuiry respondia as perguntas se soubesse. Já bem afastada da aldeia Sede avistei um caminho paralelo que se encontrava com o nosso. Mas antes mesmo que perguntasse a nossa guia onde ia dar aquele caminho. Ela, que ia bem a frente disse: “vamos, passem rápido”, afirmou novamente “rápido buchudinha”. Então perguntei porque ela estava com aquela pressa toda. Wuiry explicou que aquele era o caminho do cemitério, a pressa é para que os mortos não nos acompanhássem. Disse “isso não existe”, vamos lá ver como é o cemitério Tembé. Wuiry transfigurava em seu rosto a expressão de assustada, e disse: “si você quiser ir, vai, mas eu não entro ai. E se você for vamos ter que voltar para aldeia Sede, não vamos mas poder continuar, você terá que tomar banho com plantas para afastar os mortos e trocar de roupa. Eu não vou andar com você assim”. O desespero da Wuiry era tanto que decidimos não entrar na trilha que levava ao cemitério Tembé. Era melhor a campanha dela do que a dos mortos. (Caderno de campo).

Continuando nossa caminhada ao destino proposto, Wuiry explicava que não se devia incomodar os mortos, que o cemitério é um lugar dos espíritos, e se deve passar pela frente rápido e em silêncio. Perguntei quem tinha dito isso a ela, e respondeu “meus pais e meus avôs me ensinaram isso”. Nenhuma criança deve ir ao cemitério, principalmente sozinha.

No decorrer da caminhada ouvíamos os sons da natureza como, por exemplo, os cantos de diversos pássaros mas não conseguíamos identificar exatamente quais eram,



nossa pequena guia olha para o céu e disse já deve ser umas onze horas, temos que andar rápido não podemos estar no mato no horário de meio dia, senão podemos ser flechadas³. Antes de continuarmos, Wuiry pegou uma planta que parecia um cipó, amarrou no braço dela, e disse: “isso é para nos proteger, de repente não conseguimos chegar antes do meio dia”. Todos os ensinamentos aplicados pela nossa guia em sua caminhada foram repassados pelos seus pais e avós. Assim segundo Dantas (2003, p.100). “A complexidade do processo de conhecimento tradicional é que esse processo relaciona-se, intimamente, com a organização social, ou seja, com todo o complexo de representações simbólicas interligadas à atividade social de um povo.”

Muitos dos ensinamentos repassados são eventos ocorridos no cotidiano Tembé relacionados à mata e ao rio, lugares sobre os quais se geram representações simbólicas que são encontradas nas narrativas da comunidade. Estando em campo, os convites para tomar banho de rio foram inúmeros, mas confesso sempre me faltou coragem. Mas em uma das conversas informais debaixo do jambeiro escutei Tainá⁴ descrever o que havia acontecido com ela, quando foi tomar banho, mesmo sabendo que há horários que não se deve estar na beira do rio. Começou a ouvir um assovio que vinha do meio do rio, e cada vez que se aproximava dela ficava mais forte, a partir daquele dia, Tainá nunca mais foi seis horas da tarde para a beira do rio.

Nos estudos de Wagley e Galvão (1960), há uma sequência de mitos que descrevem a origem de alguns elementos como fogo, farinha, a lua entre outros, assim como a cosmologia Tenetehara. Dessa forma os autores apresentam a reconstrução dos Tenetehara desde o século XVII, buscando a história mitológica dos Tembé.

Os autores ainda relatam sobre a criação do homem. Segundo relatos indígenas, uma mulher chamada Maíra⁵ andava à procura de uma terra bonita, e teria criado o homem e a mulher neste lugar ideal. Assim, a origem dos Tenetehara está ligada a seres espirituais, classificados em quatro espécies:

Em primeiro lugar estão os heróis culturais, ou espíritos criadores, que deram origem ao mundo e ensinaram os Tenetehara como fazer produzir a terra, entregando-lhes as sementes e as ferramentas necessárias para o cultivo da mesma. Assim a origem do milho, da mandioca e de outros produtos da roça é atribuída a esses, entre os quais destacam-se os gêmeos: Maira-ira e Mukuara-ira.[...] Há depois os espíritos do dono da floresta (Ka'azar) e dono das águas (Y'zar) que dominam tudo que pertence à floresta e às águas. Existe também o dono das caças (Miar'izar), o dono das árvores (Wira'zar) e o dono da noite (Pitun'zar).[...] Os espíritos maus são chamados de Azang. Esses espíritos são particularmente, temidos pelos Tenetehara; por isso evitam andar no mato durante a noite, ou passar

³ Segundo Wuiry flechar é o termo utilizado para designar um estado físico. Geralmente acontece quando ficamos fora de hora na mata, quando saímos da mata, ficamos sonolentas, com febre.

⁴ Estuda a 8ª série na aldeia Sede.

⁵ Maíra, é considerada pelo povo Tembé o Deus responsável pela criação de seu povo.



perto de taperas onde estes moram, sendo que podem lhes fazer mal, pois geralmente, atacam à noite ou na floresta. [...] E por fim, os espíritos dos animais, que são particularmente perigosos, e que devem ser dominados pelo pajé. Eles são malignos e provocam doença nas pessoas se estas não respeitarem certas regras que estão sujeitos. (p.143-144).

Wagley & Galvão (1960) afirmam que os “Tenetehara relatam uma época em que tudo era diferente, tudo era bom, havia harmonia entre as pessoas e a natureza, especialmente entre os animais. Depois de um tempo os Tenetehara tiveram que aprender a trabalhar na terra. A terra é chamada por eles de Karuwar, isto é, o lugar onde estão os encantados. Este ficaria na região do rio Gurupi; onde moram os Tenetehara/Tembé é chamado de Cajuapara.

Segundo os relatos dos pesquisadores, os Tembé descrevem a cosmologia Tenetehara de acordo com os mitos repassados pelos mais antigos como os pajés, avós ou os mais idosos. Os professores indígenas se referem o surgimento de seus ancestrais partindo da seguinte narrativa: “*Tupã cria a mulher*”, e a mesma narrativa foi registrada por Wagley & Galvão (1960, p.139):

O primeiro Tenetehara não tinha companheira e assim não podia ter filhos. Tupã resolveu criar uma mulher para o Tenetehara. Arrancou uma costela de um cachorro e embrulhou-a numa folha de bananeira, que cobriu com barro. Passou muito tempo amassando o volume assim feito após o que o Tenetehara ouviu um choro de criança vindo de dentro da folha de bananeira. Tupã tinha criado a primeira mulher. Tupã disse ao rapaz para dar um banho na criança e cuidar dela. A criança cresceu, ficou mulher feita e casou com o Tenetehara.

Nas conversas informais com um grupo de professores indígenas da aldeia Sede é que começam a surgir os mitos Tembé, o que eles lembravam sobre o assunto. A partir do que aprenderam com os parentes mais antigos, destacaram que descendo o rio Guamá, no sentido das aldeias, vamos chegar às cachoeiras, lugar onde os mesmos afirmam que há “um mistério” que eles desconhecem, mas que muitos já ouviram os sons que durante a noite se escutam para os lados da cachoeira. Com relação a isso os Tembé, descrevem que:

Á noite ninguém desce o rio, em direção a cachoeira, até para ficar no rio tem horário, pois uma noite dessas a gente já tava deitado, quando derrepente ouvimos a cachoeira gritar, quando ela grita faz um barulho horrível, chega dar medo, a gente escuta aqui na aldeia o barulho dela gritando. Quando ela faz isso é porque tá passando gente perto dela, e quando tem gente fora de hora se aproximando dela, ela avisa, ela não gosta. A gente não passa perto dela à noite, nem pensar, dizem os antigos que já sumiu muita gente pra lá. (Cachoeira). (Entrevista Nazaré Tembé).



O relato dos professores indígenas destaca que alguns dos “mistérios” contados pelos mais antigos estão relacionados ao rio. Essa relação estabelecida entre o povo Tembé e o rio Guamá, exige ter cuidado com a dona das águas (Y’zar). O rio é um mistério⁶ que precisa ser respeitado, não se pode desafiar, é necessário perceber e estabelecer regras e horários para estar no rio. A relação entre os Tembé, o rio e o meio ambiente que os cerca está muito presente nos mitos, que são lembrados e descritos nas narrativas orais.

Com base nestas considerações é importante observar que os Tembé caracterizam também o território como um espaço simbólico e identitário que se reconfigura a partir do cotidiano e dos eventos vivenciados nas aldeias. É importante destacar que tanto a aldeia Sede (rio Guamá) como na aldeia Cajueiro (rio Gurupi), os Tembé vivenciaram o processo de invasão de seu território, portanto em meios aos conflitos e invasões é que os Tembé apresentam sua territorialidade ligada ao meio ambiente, e suas representações, ou seja, o respeito pela terra e pelo todo ser vivo que nela existe. O território é um espaço de conhecimento e aprendizado, e os Tembé lutam por ele não somente como um espaço político, mas também como expressão viva de sua cultura.

Sem Território não há povo Tembé

Nessa dinâmica é possível entender que a criação de novas aldeias é um elemento central para a expansão territorial dos Tembé devido o enorme processo de invasão que vem ocorrendo desde século XVII. Na atual configuração territorial na margem do Rio Gurupi, no ano de 2010, apresentara um total de 13 aldeias.

A história do povo Tembé na Terra Indígena Alto rio Guamá (TIARG) é construída a partir de relatos dos viajantes e pesquisadores como Darcy Ribeiro que em sua etnografia descreve os povos do vale dos rios Gurupi e Pindaré e seu contato com a sociedade nacional. Este capítulo visa registrar a trajetória histórica dos Tembé na região dos rios Gurupi e Guamá, ate o início do processo de oficialização do território, em 1945.

Os primeiros registros sobre os Tembé datam de 1653, quando os jesuítas iniciaram seus trabalhos de catequese junto aos Tenetehara do rio Pindaré, transferindo e agrupando os índios em aldeamentos, sempre que possível próximos aos núcleos de colonização. (GOMES, 1977). Até 1759 os jesuítas permaneceram nesta área quando foram forçados a abandonar a região.

Em 1871 os Tembé teriam emigrado para o rio Capim e a margem esquerda do rio Piríá, na localidade de Tracateua. Neste local foi instalada a Missão N. S^a de Assunção, onde foram reunidos entre 500 e 600 índios Tembé e Turiwara. (ARNAUD, 1969).

⁶ Os Tembé usam a palavra mistério para se referir a algo que desconhecem, no caso da descrição só houve o barulho da cachoeira.



No ano de 1872 embora não fosse um censo regular, foi estimada uma população de 9.000 indígenas dos 6.000 somente no Gurupi, distribuídos entre 1500 famílias e dissimulados desde o rio Pindaré até o rio Capim. (DODT, 1939).

Rodrigues (1875) apresenta outra versão sobre a história do povo Tembé afirmando que a origem dessa etnia está associada a uma das subdivisões dos Tupinambá que se espalharam pelos rios Tocantins, Guamá, Capim e Gurupi, devido a pressão sofrida pelo avanço dos portugueses.

Aldeia Sede (Rio Guamá): situação de conflito

Quando dialogamos sobre o território refletimos que é o produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do espaço assumindo múltiplas formas e determinações: econômica, administrativa, cultural e jurídica. O território é uma área demarcada onde um indivíduo, ou alguns indivíduos ou ainda uma coletividade exercem o seu poder. Segundo Raffestin (1980, p. 143):

Espaço e território não são termos equivalentes [...]. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

Ou seja, torna-se aquele espaço em um território primeiramente pela ação humana e pelas leis que o oficializam. E necessário analisar como os Tembé situados na margem rio Guamá organizam seu território viabilizando novas formas de protegê-lo.

A pesquisa apresenta a dinâmica histórica e o processo identitário do povo Tembé na TIARG, considerando os diversos conteúdos sociais e culturais apresentados em ambos os espaços de pesquisa. Assim a situação de conflito no território atualmente, visto que segundo Naldo Tembé⁷ e Reginaldo Tembé⁸, já viveram momentos de grandes tensões e ameaças. Quando se fala em invasão do território, Naldo aponta que atualmente é “preciso mudar as estratégias na defesa do território”; para Reginaldo é importante “buscar parcerias”. Ambas lideranças apresentam suas estratégias de luta e defesa deste território. Porém, sozinhos não tem como proteger sua área, é necessária ajuda externa.

Outro aspecto a ser discutido é o processo identitário dos Tembé, discussão que é apresentada no segundo capítulo. Nesse tópico os Tembé de ambos os campos de pesquisa afirmam que: “Nossa língua é nossa identidade” (rio Guamá e rio Gurupi), ainda

⁷ Cacique da aldeia Sede (rio Guamá).

⁸ Cacique da aldeia Cajueiro (rio Gurupi).



“Minha pintura é minha identidade”, pois pintura corporal, como fator de identificação do grupo, é bastante destacada pelos Tembé do rio Guamá.

Nesse sentido como os conhecimentos tradicionais do povo Tembé estão sendo apropriados na construção de novas políticas que visem resolver conflitos antigos instituídos nesta área. Pois cabe ressaltar que umas das estratégias enfatizadas seria a “Formação de Guardas ambientais Tembé”, com intuito de vigiar e proteger a área indígena. Mas, paralelo a essa questão, é preciso refletir de que forma os Tembé executam essa proteção. Outra questão discutida no trabalho é entender como se configura a situação judicial no que se refere aos invasores dentro do território, e como as relações de poder podem inibir e limitar os Tembé em um único espaço, ou seja, a foz dos rios Guamá e Gurupi.

Dentre os padrões estabelecidos pela etnia é importante entender como se configuram os limites territoriais, e ainda se as invasões continuam ocorrendo o que de fato limita ao povo Tembé dentro de seu próprio território. Sobre essas questões faz-se necessário esclarecer que os Tembé precisam do território e seus recursos para darem continuidade as suas manifestações culturais, pois é no seu território que buscam a caça para sua alimentação e seus rituais, a tinta para suas pinturas corporais, as penas para confecção de seus trajes de festas.

Portanto, o território é elemento central para os Tembé, é sustento da sua identidade afirmada e reafirmada nos rituais, pois é na forma como esse povo se apropria de seu habitat que percebemos a continuidade de um estilo de vida. Neste cenário de luta não somente protegem seu território, mas precisam da floresta para dar continuidade a sua forma de ser Tembé.

Uma das representações sobre território é a ligação estabelecida entre os Tembé e os rios Guamá e Gurupi. A relação entre Tembé e o território é uma construção histórica e um processo vivenciado cotidianamente, onde o contato trouxe mudanças no sentido de estabelecer novas regras para o grupo, por exemplo, a permanência da língua em algumas das aldeias, enquanto que em outras aldeias já não se fala.

Criação da RIARG: Invasões e Conflitos

A história dos municípios de Ourém e Capitão Poço está vinculada de maneira direta ao processo de avanço das frentes pioneiras que resultaram na instalação de imigrantes, originários de outras partes do território nacional. Em 1945, chegaram a Capitão Poço 15 colonos nordestinos vindos à maioria de Arraial do Caeté e Peixe-boi. Fizeram o percurso de Ourém a Capitão Poço em um dia e meio de viagem, aproximadamente, abrindo caminho pela mata. (Relatório CIMI-1998).



Capitão Poço naquele tempo era território do povo indígena sendo que os madeireiros penetravam região explorando madeira de lei, especialmente cedro e feijó, as toras eram tiradas e conduzidas em forma de jangadas pelo igarapé Capitão Poço e pelo rio Guamá, para serem vendidas principalmente em São Miguel do Guamá. O surgimento desses municípios significou uma nova configuração territorial que afetou os indígenas que habitavam nessa região. (Relatório CIMI-1998).

A RIARG, foi criada a partir da necessidade de estabelecer aos indígenas dispersos nas margens de diversos rios como Gurupi, Guamá, Acará-mirim, Uraim, Moju, entre outros. Analisando as diversas situações de conflito que se estabeleceram já antes da homologação é que autoridades da época oficializaram o seguinte decreto, em março de 1945, fixando os limites da Reserva, da seguinte forma:

Fica reservado ao município de Viseu, aos índios Tembé, Timbira, Urubus e Guajá a área de terras situadas à margem esquerda do rio Gurupi e a margem direita do rio Guamá, limita: ao norte com o rio Coari-Paraná, partindo da nascente do igarapé Pitomba, afluente do rio Guamá, deste ponto pelo igarapé Pitomba até sua foz, no rio Guamá, confrontando a foz do rio Araçateua, até a foz do rio Coari-Paraná; ao sul pela reta partindo do ponto confrontante à foz do rio Araçateua até encontrar as nascentes do igarapé Tauari-Grande, e seguindo este igarapé (Tauari-Grande), até a margem direita do rio Guamá; a oeste pelo rio Guamá a foz do igarapé Tauari-Grande até a foz do Igarapé Pitomba. (Comissão, 1994, p.67).

O território Tembé, a partir de 1945, vai se estabelecendo como descrito acima pela Comissão⁹, que neste momento percebia a necessidade de oficializar um espaço para essas quatro etnias.

Cabe destacar a atuação do SPI e posteriormente a FUNAI que estiveram envolvidas neste processo, órgãos citados pelos Tembé quando se referem a questão da terra indígena. Na Figura 05 podemos observar a área traçada em termos espaciais e denominada “Reserva Indígena Alto rio Guamá”.

Território e Estratégias de Proteção

A constituição dá direitos aos indígenas, dizendo que é direito do indígena a terra em que vive. E ai penso, se a terra é um direito nosso, porque não temos autonomia dentro de nosso próprio território? E quando é preciso resolver a invasão de terra, da queimada, da retirada de madeira, o índio não pode fazer nada, as autoridades vem com essa conversa mole, e tudo fica do mesmo jeito como está. Já é assim há muitos anos. (Pelé Tembé).

A partir da epigrafe acima pode-se entender o território como um espaço de vários significados construídos na dinâmica das relações interétnicas no contexto local. O que é

⁹ Comissão Especial de estudos sobre os índios Tembé-Tenetejara da Reserva Indígena Alto rio Guamá/1994.



território? Que direitos temos sobre ele? A partir de tais questionamentos passamos a analisar como se constrói o território para o povo Tembé e ainda quais os direitos reais sobre o mesmo. Oliveira (1999, p.108) destaca que:

A problemática do território é central na existência atual dos índios e se reflete não apenas nas suas mobilizações político-reivindicatórias, mas também ocupa uma posição central na definição dos padrões de sua organização social e nas suas manifestações identitária”.

Assim o reconhecimento dos povos indígenas, enquanto sociedades diferenciadas não pode estar dissociado da questão territorial.

Haesbaert (1997, p.39-40), ao analisar o conceito de território, considera três dimensões: 1) jurídico-política, que é definida por delimitações e controle de poder, especialmente o de caráter estatal; 2) a culturalista, entendido como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou “identidade social sobre o espaço”; 3) a econômica, destacando a “desterritorialização” como produto do confronto entre classes sociais e da “relação capital-trabalho”. O mesmo autor afirma que os conceitos mais comuns consideram posições também múltiplas, compreendendo mais de uma das vertentes. Analisa o território como apropriação, não como produção do espaço. Reconhece o território como espaço de relações de poder, das “ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço”.

Desce o ponto de vista jurídico o texto constitucional, parágrafo 1º do artigo 231, classifica o conceito de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, definidas como aquelas “por eles habitadas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. Terras que, segundo o inciso XI do artigo 20 da CF, “são bens da União” e que, pelo §4º do art. 231, são “inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis”.

Embora os povos indígenas detenham a posse permanente e o “*usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos*” existentes em suas terras, conforme o parágrafo 2º do Art. 231 da Constituição, elas constituem patrimônio da União. E, como bens públicos de uso especial, as terras indígenas, além de inalienáveis e indisponíveis, não podem ser objeto de utilização de qualquer espécie por outros que não os próprios indígenas.

Na prática, esses preceitos jurídicos passam a serem questionados quando não se estabelece, de fato, o que os indígenas podem fazer quando se refere à invasão do território. Pois a legislação dá o direito aos indígenas às terras que habita, e aos invasores o direito de ficar.



Com as leis estabelecidas muitos são os direitos indígenas, mas a reflexão é até que ponto os artigos e decretos institucionalizados vigoram na prática nos territórios indígenas. No Art. 32 estabelece que “Os povos indígenas têm o direito de determinar e de elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento ou a utilização de suas terras ou territórios e outros recursos.” A discussão é quando esse direito não acontece e as terras indígenas são ameaçadas, até que ponto o conhecimento sobre a terra ocupada vai favorecer os direitos e deveres acima elencados?

Refletir sobre a produção do conhecimento é um dos maiores desafios atuais, pois é preciso a criação de políticas locais que garantam a proteção dos conhecimentos tradicionais, pois os problemas decorrentes dessa perda cultural são irreversíveis.

Nesse sentido é preciso, de fato, entender a condição sociocultural desse povo e garantir as condições necessárias para a reprodução de todos os conhecimentos adquiridos, geralmente transmitidos pela oralidade. Muito já foi feito por investigadores comprometidos com a transmissão do saber, mas ainda há muito a ser feito no sentido de pensar estratégias que validem esse conhecimento de fato e direito.

Dessa forma é importante caracterizar como os Tembé identificam o processo de invasão e devastação da sua área que implica nas perdas não de recursos naturais mas também de conhecimentos. Para essa etnia, a preocupação não somente é com as estratégias de defesa do território, está também em como controlar as perdas de recursos naturais tais como as plantas medicinais, as árvores frutíferas e os animais que habitam o território indígena e principalmente de saberes e práticas tradicionais dos Tembé.

Assim, os direitos fundamentais não se perdem com o tempo, não podem ser renunciados e nem mesmo as leis podem extingui-los. Portanto, é comum dizer que os povos indígenas são anteriores ao Estado e que existem independentemente de estarem previstos em leis. Tanto é que a própria Constituição Federal art. 5º reconhece direitos que decorrem de princípios por ela adotados, ainda que não estejam escritos em nenhum texto legal, assim são exemplos de tais direitos a vida, a saúde, a liberdade, o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a identidade étnica. Mas o que seria esse Direito à Identidade Étnica?

Nessa configuração apresentamos algumas das estratégias de proteção utilizadas pelo povo Tembé, que giram em torno de todo conhecimento adquirido e da importância do território para essa etnia. Em termos culturais, sociais e políticos é necessário buscar alternativas que visem proteger o território. Segundo o relato de Valdecir: “*É necessário proteger o próprio ambiente, para que você possa caminhar decentemente, onde você possa ter lugar e que você possa viver em harmonia com seu povo*”. (Caderno de Campo/Outubro 2011).



A pesquisa revelou algumas das estratégias utilizadas pelo povo Tembé, em ambas as aldeias estudadas no sentido de conter as invasões e buscar mais recursos que possam proteger a Terra Indígena Alto rio Guamá.

Cabe destacar que as estratégias de luta pelo território se configuram desde 1861, quando ocorreu o primeiro confronto entre invasores e os Tembé, na aldeia Tracuateua, no alto Gurupi, quando nove pessoas foram mortas, por motivo de ação exploratória e, principalmente, porque os invasores abusavam das mulheres e raptavam as crianças. Esse momento histórico vivenciado pelos Tembé, faz com que desde a homologação em 1993, busquem estratégias de proteção.

Nos relatos das lideranças indígenas o processo de retirada dos invasores da Terra do Alto rio Guamá sempre foi pauta de discussões tanto nos meios de comunicação como também nas aldeias. Mas muito pouco foi feito durante os últimos 30 anos de invasão. Piná Tembé relembra a desapropriação feita na vila Bacaba que teve grande repercussão na mídia, pois a notícia dizia que: “No próximo domingo, dia 8 termina o prazo dado pelos índios Tembé que vivem na aldeia do Alto Rio Guamá, para que os colonos que residem na vila Bacaba deixem aquela área, que fica dentro da reserva indígena”. (O Liberal/2003).

A luta dos Tembé pelo território já é notícia há mais de 20 anos nos jornais locais, os quais mostram toda a trajetória de lutas contra os invasores, expondo as estratégias utilizadas pelos Tembé: “Índigenas querem expulsar posseiros para implantar reflorestamento; Cerca de 50 mil hectares de terras da reserva Tembé já estão desmatados; Piora tensão entre brancos e índios; Invasões começaram no século XIX”. (O Liberal: 2005).

As notícias apresentam a situação da Terra Indígena Alto rio Guamá como sendo bastante conflituosa, pois algumas das notícias relatam: “A situação entre os índios Tembé e madeireiros na Reserva Indígena do Alto rio Guamá continuava indefinida até a tarde de ontem, prazo dado pelos índios para a retirada dos invasores antes de um confronto direto”. (Liberal/2006). Em 2008 a situação de conflito se torna mas abrangente exigindo das autoridades soluções imediatas, pois a nota do jornal apresenta a situação do território:

O clima de tensão no território da Reserva Indígena Alto rio Guamá, provocado pela decisão dos índios Tembé de retomar seu território ocupado por famílias de agricultores e madeireiros, ganhou, no início deste mês, um novo episódio. O administrador da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Belém, Juscelino Bessa, e outros dois técnicos do órgão tiveram que ser resgatados de helicóptero da área da reserva, por conta dos protestos de um grupo de colonos que teria quebrado uma ponte de madeira em Garrafão do Norte, que dá acesso à área por terra. No mesmo período, doze policiais militares foram deslocados para a região, para garantir que os colonos não retornassem ao local depois de retirados, mas o alto risco de um confronto acabou cancelando a operação. (O Liberal/2008).



Piná cita que essa desapropriação dos colonos foi um ato de vitória para o povo Tembé, pois depois da retirada dos mesmos, os Tembé passaram a morar na vila e ainda, segundo Piná, a ocupação da vila foi estratégica, pois tem o intuito de proteger a entrada de invasores.

CONCLUSÃO

Analisar e compreender a trajetória espacial, social e cultural dos Tembé no decorrer dos séculos permite uma aproximação as transformações dessa etnia. De acordo com a realidade de cada povo pode-se dizer que grande parte dos grupos indígenas buscam e priorizam uma determinada autonomia dentro do próprio território no qual reproduzem e revitalizam as suas formas culturais e fortalecem a identidade do grupo.

Para os Tembé, o território que atualmente habitam é concebido em termos do que os mais antigos contaram sobre a trajetória desse povo, e quase sempre se remetem às histórias de conflitos apresentadas nas narrativas locais. O casal Pelé e Nazaré Tembé¹⁰, em uma das conversas informais, relatava como foi difícil a luta de seu povo antes e depois da homologação em 1945.

Outro aspecto relevante enfatizado pelos indígenas é a perda da autonomia dentro do próprio território. As relações de poder ali existentes perpassam por uma reflexão, mas profunda que envolve também as organizações sociais e políticas dentro das aldeias. Para o povo Tembé ter autonomia envolve a construção do conhecimento em termos políticos e culturais, ou seja, é necessário utilizar estes como as principais estratégias de defesa do seu território.

Essa falta de autonomia no território é uma das questões levantadas pelo povo Tembé. De acordo com a realidade vivenciada é importante analisar em termos jurídicos e constitucionais como se processa de fato esse direito. No contexto pesquisado as reivindicações do povo Tembé é entender como gerir esse espaço e conter a degradação ainda é muito evidente nos dias atuais.

Quando os acordos entre povo Tembé e invasores são quebrados o conflito direto torna-se possível. Nesse sentido a estratégia de monitoramento é uma das formas de luta adotadas, segundo o povo Tembé as missões tem a finalidade de mapear e verificar a extensão das áreas invadidas, utilizando aparatos tecnológicos para registrar toda ação desenvolvida no decorrer da missão.

No olhar Tembé sobre os diferentes espaços, os quais são fundamentais para sua existência, permite entender a importância do território para este povo e caracterizá-lo como

¹⁰ Pelé e Nazaré Tembé, vivem na Terra Indígena Alto rio Guamá desde da homologação em 1945.



um espaço de múltiplos significados originados a partir do contato e interagir com outros grupos sociais.

Transitar pelas vias da identidade torna-se uma estratégia facilitadora para exercitar as relações intraétnicas, o que nem sempre é possível nas relações entre povos indígenas e não indígenas, pois nesse caso a identidade étnica se sobrepõe à identidade nacional. É perceptível que as diferenças étnicas e culturais dos povos possam suscitar conflitos entre os grupos em situações de contato.

Referenciais

ARNAUD, Expedito. O direito indígena e a ocupação territorial : o caso dos índios Tembé do Alto Guamá (Pará). *Rev. do Museu Paulista*, São Paulo : USP, v. 28, n.s., p. 221-330, 1984.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Constitucional nº 52 de 08 de março de 1988: São Paulo: Saraiva, 1988.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. In *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Vol.5, nº. 1. Belém jan./abr. 2010.

DANTAS, Fernando Antônio de Carvalho. Os Povos Indígenas Brasileiros e os Direitos de Propriedade Intelectual. In *Hiléia*. V.1, n.1. Manaus: UEA, 2003.

DODT, Gustavo. *Descrição dos rios Parnayba e Gurupi (1873)*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1939.

GOMES, Mercio Pereira. *O índio na história : o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis : Vozes, 2002. p.632.

LADEIRA, Maria Inês. Espaço Geográfico Guarani: Significado Construção e Uso. SP. FFLCH-USP, 2000.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, 1976.

_____. *Caminhos da Identidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

RODRIGUES, Barbosa. Tribo dos Tembé. In *Revista Exposição Anthropologica*. Rio de Janeiro: Typographia Pinheiro, 1882.

WAGLEY, Charles & GALVÃO, Eduardo. *Os índios Tenetehara: uma cultura em transição*. Rio de Janeiro: Ministério e Cultura, 1961.



GT02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

TERRA INDÍGENA MARÓ E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA GLEBA NOVA OLINDA: UMA OLHAR ETNOGRÁFICO

Ib Sales Tapajós(UFOPA)¹
ibtapajos@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto um conflito socioambiental em curso na Gleba Nova Olinda, município de Santarém, Pará, envolvendo atores sociais com distintos modos de relacionamento ecológico com o território em disputa: indígenas, extrativistas, empresas madeireiras, administração pública e o judiciário. Nesse conflito, a dinâmica territorial dos povos indígenas *Borari* e *Arapium*, que lutam pela demarcação da Terra Indígena Maró, encontra-se em colisão frontal com os interesses econômicos de empresas madeireiras que atuam na área. Apoiadas por tais empresas, um conjunto de associações agroextrativistas da Gleba Nova Olinda propuseram ação na Justiça Federal de Santarém para anular os atos de reconhecimento do território indígena. O Judiciário, chamado para resolver o conflito, prolatou uma sentença, assinada pelo juiz Airton Portela, que declarou não haver povos indígenas na área, mas sim populações tradicionais ribeirinhas, resultando na anulação dos atos administrativos da FUNAI. Diante desse cenário, o presente trabalho faz uma análise etnográfica sobre os discursos contidos no processo judicial que questionou a demarcação da Terra Indígena Maró, sobretudo o discurso do juiz Airton Portela. Busca-se, a partir do embate travado no processo, realizar uma descrição densa do conflito socioambiental na Gleba Nova Olinda e dos seus significados socioculturais, políticos e territoriais.

Palavras-chave: conflito, indígenas, território, Maró, Judiciário.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Meu contato com o tema

No dia 04/12/2014, no início da manhã, fui informado do agendamento, em caráter de urgência, de uma reunião do movimento indígena do Baixo Tapajós², para o final da tarde daquele mesmo dia, no Campus Amazônia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A pauta da reunião era uma sentença recém-publicada pela Justiça Federal sobre a Terra Indígena Maró, que ganhou as seguintes manchetes nos noticiários: “Justiça Federal

¹ Advogado. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

² O Baixo Tapajós é uma sub-região que compreende os Municípios de Santarém, Belterra e Aveiro (Oeste do Pará). Os povos indígenas do Baixo Tapajós são articulados em torno do Conselho Indígena Tapajós-Arapiums (CITA).



declara inexistente Terra Indígena Maró em Santarém”; e, num tom mais belicoso: “Sentença assinada pelo juiz Airton Portela comprova farsa de falsos índios”.³

Quando cheguei à reunião, numa sala da UFOPA, lotada de lideranças indígenas e apoiadores do movimento, os ânimos estavam exaltados, numa mistura de indignação e tristeza. Nessa reunião, começou a ser articulada a reação do movimento indígena contra a sentença de Airton Portela. Foi solicitada minha opinião sobre a sentença, em razão de ser advogado. Afirmei que não havia lido a íntegra do documento, mas, pelo seu conteúdo central, podia-se constatar grave violação aos direitos dos povos indígenas assegurados pela Constituição Federal e, sobretudo, pela Convenção 169 da OIT, que estipula aos Estados o dever de respeitar a autoidentificação dos povos.

Dali em diante, o combate à sentença esteve no centro dos esforços políticos do movimento indígena do Baixo Tapajós por pelo menos um ano inteiro. O primeiro ato público contra a sentença ocorreu em 09/12/2014, com a ocupação simbólica do prédio da Justiça Federal em Santarém, no qual os manifestantes queimaram uma cópia da sentença⁴.

A reunião do dia 04 de dezembro de 2014 marcou meu primeiro contato direto com a luta pela demarcação da Terra Indígena Maró. Minha relação com o movimento indígena do Baixo Tapajós é um pouco mais antiga que isso. Desde 2013, colaboro, como advogado, com o Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA) e com o Grupo Consciência Indígena (GCI), em atividades de formação e no assessoramento de algumas demandas jurídicas.

Essa relação com os povos indígenas do Baixo Tapajós foi um fator decisivo na escolha do tema do Projeto de Pesquisa que submeti ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGCS-UFOPA), no ano de 2016: “EMERGÊNCIA ÉTNICA E DISPUTA TERRITORIAL NA GLEBA NOVA OLINDA: a luta pela demarcação da Terra Indígena Maró”.

O resgate desses fatos serve para apresentar o lugar de onde eu falo, que se constituiu a partir dos encontros com os sujeitos envolvidos na questão a ser debatida. Longe da pretensão de neutralidade axiológica que marca muitos estudos jurídicos, tenho consciência de que as experiências que partilhei com o movimento indígena do Baixo Tapajós influem decisivamente na minha interpretação sobre o meu objeto de pesquisa.

Assentadas essas premissas, o presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa em andamento sobre o processo de luta sócio-territorial dos Borari e Arapium da Terra Indígena Maró. Farei aqui um exercício etnográfico sobre o processo judicial que tratou da Terra Indígena Maró, para, a partir dele, analisar o conflito socioambiental em curso

³ Jornal *O Impacto*. *Sentença assinada pelo juiz Airton Portela comprova farsa de falsos índios*. <http://oimpacto.com.br/2014/12/03/juiz-declara-inexistencia-de-terra-indigena-em-santarem/>.

⁴ “Índigenas protestam após juiz declara tribo inexistente”. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2014/12/indigenas-protestam-apos-justica-declarar-tribo-inexistente-em-santarem.html>.



na Gleba Nova Olinda. Trata-se de um artigo baseado em pesquisa bibliográfica e documental, que caracterizam a primeira etapa do meu projeto de pesquisa.

1.2 Proposta metodológica

A proposta deste artigo é debater o conflito sócio-territorial envolvendo a Terra Indígena Maró, a partir da lide instaurada no processo instaurado na Justiça Federal de Santarém, por iniciativa de sete Associações Agroextrativistas da Gleba Nova Olinda. O processo foi julgado por um juiz que declarou a inexistência de índios na área, ao mesmo tempo em que declarou inválido todo o procedimento de demarcação da TI Maró, conduzido pela FUNAI.

Ao interpretar a sentença, buscarei realizar uma descrição densa do discurso do juiz, olhando para as estratégias discursivas por ele manejadas no julgamento da causa. Clifford Geertz assinala que uma descrição densa volta-se para os significados das ações sociais, não apenas os significados mais evidentes, mas também os ocultos, que só podem ser alcançados pela análise do contexto e das estruturas de significação (GEERTZ, 2012).

A obra de Clifford Geertz servirá como um dos guias deste exercício etnográfico, sobretudo o conceito, por ele cunhado, de sensibilidade jurídica. Segundo o antropólogo norte-americano, a vivência no interior de determinada cultura produz uma forma específica de imaginar a realidade social e de praticar o direito (GEERTZ, 2013), ou seja, um determinado tipo de sensibilidade jurídica. Quando me proponho, então, a fazer uma descrição densa da sentença do juiz Airton Portela, preciso investigar o tipo de sensibilidade jurídica que ensejou uma sentença com *aquela* conteúdo específico. Vale dizer: quais os pressupostos culturais que motivaram a decisão do mencionado juiz sobre a TI Maró?

Fazer um exercício etnográfico de um processo judicial pode parecer estranho, tendo em vista que a etnografia se constituiu como um tipo de escrita que busca descrever outras formas de vida, isto é, a cultura dos ditos “povos primitivos”. Não obstante, na antropologia contemporânea tem-se tornado frequente tanto a descrição etnográfica da cultura da qual o etnógrafo faz parte, quanto a utilização de variadas formas de discurso como objeto de análise, a exemplo de textos escritos e documentos.

Refletindo sobre as possibilidades da Antropologia do Direito no Brasil, Roberto Kant de Lima sustenta ser possível a utilização do *método* etnográfico não apenas para analisar os “fenômenos sociais de que participa diretamente o observador como também sobre quaisquer produtos culturais de uma dada sociedade, o que inclui tanto discursos orais como escritos” (LIMA, 2007). Assim, a reflexão etnográfica sobre documentos mostra-se produtiva tanto para o saber antropológico quanto para o saber jurídico.

No caso deste artigo, proponho-me a fazer um exercício etnográfico sobre uma sentença judicial, isto é, um documento produzido por um agente estatal encarregado de



aplicar as leis aos casos concretos. Isso exige, por um lado, construir um diálogo entre Direito e Antropologia, e, por outro, contextualizar o documento como produto de um campo específico, isto é, o campo judicial, definido por Pierre Bordieu como o espaço social organizado no qual ocorre a transmutação de um conflito direto entre partes interessadas no debate juridicamente regrado entre profissionais que atuam por procuração e que tem de comum o conhecer e o reconhecer da regra do jogo jurídico (BORDIEU, 1989).

No campo judicial, o juiz ocupa lugar de destaque em razão do seu “direito de dizer o direito” (BORDIEU, 1989), e para exercer essa autoridade precisa transparecer uma posição imparcial, equidistante entre as partes. A legitimidade de uma decisão judicial, deste modo, depende da sua capacidade de aparecer como um documento “*totalmente independente* das relações de força que ela sanciona a consagra” (BORDIEU, 1989, p. 212).

Por outro lado, a interpretação de um documento (no caso, a sentença) não prescinde da análise do contexto mais amplo no qual esse documento foi produzido. É necessário, aqui, “um bordejar dialético contínuo, entre o menor detalhe nos locais menores, e a mais global das estruturas globais, de tal forma que ambos possam ser observados simultaneamente” (GEERTZ, 2013, p. 73).

Por isso, além de interpretar o texto do juiz Airton Portela, tentarei discuti-lo à luz do contexto maior no qual o texto foi produzido, isto é: o conflito pelo uso da terra e dos recursos naturais da Terra Indígena Maró, no qual estão inseridos diferentes atores sociais. Trata-se, afinal, de um inequívoco conflito socioambiental, entendido como “um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (LITTLE, 2006, 91).

Deste modo, utilizarei também alguns dos caminhos metodológicos indicados por Paul Little (2006) para as etnografias de conflitos socioambientais, quais sejam: a) identificação do foco central do conflito; b) identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos e dos seus interesses específicos; c) descrição das “cotas de poder” de cada grupo, aí incluídas suas alianças e coalizões, bem como as táticas e estratégias utilizadas. Deste modo, o exercício etnográfico aqui empreendido buscará dar conta do discurso do juiz Airton Portela, conectando-o com o pano de fundo do processo, ou seja, o conflito socioambiental envolvendo a Terra Indígena Maró.

2. O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA GLEBA NOVA OLINDA

A Terra Indígena (TI) Maró foi constituída a partir do processo de autoidentificação de três comunidades: Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III, situadas na margem esquerda do rio Maró (afluente do rio Arapiuns), em Santarém/PA. Os moradores dessas



comunidades se reconhecem como pertencentes às etnias *Borari* e *Arapium* e vêm lutando, nos últimos 15 anos, pela regularização de seu território junto ao poder público.

As comunidades da TI Maró foram constituídas há cerca de 150 anos, como descreve Peixoto (2012, p. 180):

Os índios Borari viviam em Alter do Chão, quando viram suas terras tomadas pela “grande migração”, durante o ciclo da borracha. Decidiram, então, subir o rio para encontrar um lugar onde pudessem garantir sua sobrevivência e reprodução social. (...) Dentro da mata, os indígenas mantiveram vivos os seus rituais, mesmo que os praticando de forma velada, porque sofriam forte discriminação. Garantem que a raiz do índio está na pajelança e que a comunidade sempre praticou rituais de cura.

Apesar de ocuparem suas terras há mais de um século, o processo formal de reivindicação territorial dos *Borari* e *Arapium* teve como marco inicial o dia 31 de dezembro de 2000, quando suas lideranças encaminharam uma carta ao Ministério Público Federal solicitando a demarcação de suas terras (FUNAI, 2011).

A autoafirmação dos *Borari* e *Arapium* da TI Maró está associada a um fenômeno social mais amplo, que ocorre desde o final da década 1990 na região do Baixo Tapajós, no qual dezenas de comunidades vêm reelaborando suas identidades para reivindicar do Estado o reconhecimento de direitos territoriais indígenas. Trata-se de um processo em que povos já dados como extintos entram em cena novamente, alterando as relações entre esses grupos e as instituições do Estado (VAZ, 2010). Populações nativas do Baixo Tapajós, identificadas como “caboclas” ou “ribeirinhas” até meados da década de 1990, passaram a afirmar publicamente a identidade de povos indígenas.

Essa nova postura de “assumir-se como índio” (VAZ, 2010) é interpretada por vários autores à luz do conceito de etnogênese, isto é, um “processo de construção de uma identificação compartilhada, com base em uma tradição cultural preexistente ou construída que possa sustentar a ação coletiva” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 45). Em obra escrita sobre os povos indígenas do Baixo Tapajós, Beltrão (2015) afirma que etnogênese é um processo de suposto (re)aparecimento e luta por direitos de povos que durante muitos anos não puderam, por razões políticas, se identificar como indígenas.

No que tange às comunidades do Maró, o processo de etnogênese ocorreu num contexto de conflito territorial envolvendo a Gleba Nova Olinda, uma porção de terras matriculadas em nome do Estado do Pará. Entre 2002 e 2006, teve início na Gleba Nova Olinda uma acelerada ocupação de áreas por fazendeiros e madeireiros oriundos do Sul do país, que receberam do Governo do Estado porções da referida Gleba como permuta por



terras que haviam perdido no sul do Pará.⁵ A entrada dos “permuteiros” desencadeou uma série de disputas pelo uso do território segundo interesses de diferentes atores.

Considerando a tipologia de conflitos socioambientais sistematizada por Paul Little, a Gleba Nova Olinda é palco de um conflito “em torno do controle sobre os recursos naturais, tais como disputas sobre a exploração ou não de um minério, sobre a pesca, sobre o uso dos recursos florestais etc.”(LITTLE, 2006), ao mesmo tempo em que revela um choque entre valores e modo de vida. A atividade madeireira é vista, pelas comunidades do Maró, como uma ameaça ao seu modo de vida tradicional. Por isso, a luta das comunidades não se resume à garantia dos territórios, mas também reivindicam a paralisação das atividades econômicas que se chocam com as dinâmicas territoriais comunitárias.

O processo administrativo de demarcação da TI Maró foi iniciado em 2004 pela FUNAI, todavia, a morosidade do órgão indigenista, associada à intensificação das atividades madeireiras, levou os indígenas a adotarem estratégias mais ousadas para proteção de suas terras. Assim é que os *Borari* e *Arapium* iniciaram a autodemarcação de suas terras, um movimento autônomo de abertura de picos na floresta para delimitação territorial, segundo a própria lógica das comunidades. Com o apoio de organizações aliadas, os indígenas elaboraram um mapa participativo, com a representação cartográfica de si mesmos, indicando como sua uma área com cerca de 42 mil hectares (PEIXOTO, 2012).

Essa iniciativa de autodemarcação foi essencial no processo de luta territorial dos Borari e Arapium, de tal forma que pautou a demarcação oficial realizada posteriormente pelo Grupo Técnico Interdisciplinar, nomeado em 2008 pelo Presidente da FUNAI⁶.

Todavia, paralelamente ao avanço da luta indígena, avançava também a regularização das terras das empresas madeireiras junto ao Governo do Estado, o qual expediu várias autorizações para planos de manejo florestal nas áreas em conflito. Diante desse contexto, em novembro de 2009, “os Borari-Arapiun e as comunidades tradicionais da gleba Nova Olinda fecham o rio Arapiun durante um mês, impedindo a passagem das balsas das empresas madeireiras” (SENA, 2011, p. 89). Após vários dias de reivindicação, sem receber resposta das autoridades estatais, os indígenas do Maró e as comunidades aliadas resolveram queimar duas balsas carregadas de madeira ilegal. Esta ação gerou prejuízo milionário aos madeireiros, o que acirrou o conflito:

⁵ Conforme destaca Peixoto (2012, p. 184-185), o assentamento na Gleba Nova Olinda foi “destinado aos ‘permutados’, fazendeiros do Sul do país que adquiriram títulos fundiários do governo do Pará na década de 1980 com incentivo oferecido pelo Iterpa, no município de São Felix do Xingu. No entanto, a FUNAI determinou em 1990 que essas terras, secularmente ocupadas pelos índios Kayapós, constituíam uma área imemorial indígena, determinando a imediata retirada dos ocupantes exógenos. Forçados a sair, os fazendeiros exigiram do governo do Estado a indenização dos valores pagos para a aquisição daquelas terras ou uma área de permuta como compensação. Para eles foi destinada parte da Gleba Nova Olinda”.

⁶ O Relatório de Identificação e Delimitação da TI Maró, elaborado pela equipe técnica multidisciplinar da FUNAI, apontou uma área de 42.373 hectares, habitada por 239 pessoas (FUNAI, 2011).



Madeireiros contrariados passaram a incentivar o ódio étnico-racial na população local. Alguns jornalistas da imprensa veiculam matérias alegando que os indígenas não são verdadeiros, pois, segundo eles, a etnia Borari já está extinta há duzentos anos. Essas matérias apontam os indígenas como responsáveis pelo atraso econômico da região, acusando-os de inviabilizar o uso produtivo das terras regionais (PEIXOTO, 2012, p. 190)

Cerca de um ano depois, no dia 10 de outubro de 2011 o Presidente da FUNAI fez publicar no Diário Oficial da União o Relatório de Identificação e Delimitação da TI Maró. O Relatório relatou, com base em critérios históricos e antropológicos, a ocupação tradicional e permanente da área correspondente à TI Maró pelos povos Borari e Arapium, desde o Sec. XIX. A equipe técnica descreveu uma história marcada por frentes de expansão coloniais, epidemias e políticas indigenistas que buscaram a assimilação das sociedades indígenas, o que provocou o enfraquecimento das suas práticas culturais. Isso explica o fato de que, por muito tempo, as etnias Borari e Arapium foram tidas como extintas:

Durante quatro séculos os povos indígenas do Baixo Tapajós passaram por várias frentes de expansão, relações marginalizantes e obscurecimento das identidades indígenas. Somente com a Constituição de 1988, em que se reconhece um Estado pluriétnico e se asseguram os direitos aos povos indígenas é que as populações da Cachoeira do Maró, Novo Lugar e São José III, tiveram um contexto histórico mais favorável para desvelar suas narrativas de pertencimento e dar sentido a sua história (FUNAI, 2011)

Após a publicação do Relatório pela FUNAI, o processo de demarcação foi contestado na esfera administrativa pelo Estado do Pará e, posteriormente, foi judicializado por associações agroextrativistas que representam comunidades não-indígenas vizinhas à TI Maró, resultando, no final de 2014, na sentença do juiz federal Airton Portela, que será discutida no próximo tópico.

3. A SENTENÇA DO JUIZ AIRTON PORTELA SOBRE A TERRA INDÍGENA MARÓ

O processo administrativo de demarcação da TI Maró, conduzido pela FUNAI, foi alvo de duas ações na Justiça Federal, com objetivos opostos: a) uma ação civil pública do Ministério Público Federal, de Março/2010, com o intuito de agilizar a demarcação; e b) uma ação anulatória ajuizada em Junho/2010 por sete associações comunitárias ribeirinhas da Gleba Nova Olinda, vizinhas à TI Maró, que se opõem ao reconhecimento da terra indígena. A União e a FUNAI são résem ambas as ações.

Em relação aos sujeitos processuais, vale notar que não há nenhuma empresa madeireira atuando oficialmente no processo, embora seja público e notório o embate delas com os indígenas do Maró. Não obstante, os elementos de informação colhidos pelo Ministério Público Federal levaram o órgão a afirmar que, não havendo sobreposição da TI Maró com as áreas das comunidades representadas pelas sete associações



agroextrativistas, ficou evidente que “as associações estão sendo manipuladas por madeireiros que na verdade vêm na causa uma forma de alcançar seus objetivos de continuar explorando a terra e os recursos florestais nela existentes” (MPF, 2015, p. 10).

Embora as duas ações tivessem objetivos opostos, elas foram reunidas pelo juiz para julgamento conjunto, que ocorreu em 26 de novembro de 2014. O magistrado concluiu, em síntese, que “os elementos probatórios reunidos aos autos conduzem à improcedência da ação civil pública proposta pelo MPF e à procedência dos pedidos formulados pelas comunidades ribeirinhas da Gleba Nova Olinda” (BRASIL, 2014, p. 03).

3.1 Um resumo da sentença

O núcleo central da sentença de Airtton Portela, que totaliza 106 laudas, consiste em negar a legitimidade do autorreconhecimento das três comunidades da Terra Indígena Maró como indígenas. Na ótica do magistrado, “as comunidades abrangidas pela Gleba nova Olinda são formadas por populações tradicionais ribeirinhas, resultantes de longo período de miscigenação étnica e entrelaçamento cultural” (BRASIL, 2014, p. 104). A miscigenação e, por conseguinte, a mistura da cultura indígena com a branca e a africana teriam resultado em agrupamentos humanos que não se diferenciam do restante da população amazônica e brasileira, conforme a sentença.

Do ponto de vista da estratégia discursiva, é importante mencionar que o juiz Airtton Portela se reportou a duas fontes poderosas de autoridade no campo jurídico: a Constituição Federal e o Supremo Tribunal Federal. Da Constituição, o magistrado transcreveu o artigo 231, caput e parágrafos 1º e 2º, extraindo dele três requisitos para o reconhecimento de terras indígenas: a tradicionalidade, a permanência e a originariedade da ocupação da terra.

Para reforçar esses apontamentos, Airtton Portela fez alusão à decisão do Supremo Tribunal Federal no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (Petição 3388), nos quais foram destacados os elementos/requisitos da tradicionalidade, permanência e originariedade. “No presente debate verifico a ausência, não de apenas um, mas dos três elementos referidos e assim ergue-se obstáculo constitucional insuperável que inviabiliza o reconhecimento de terra tradicionalmente ocupada por indígenas” (BRASIL, 2014, p. 8).

A estrutura da sentença se formou em torno do empenho do juiz em demonstrar que os três elementos estão ausentes na TI Maró. Sobre o requisito da tradicionalidade:

O descortino da realidade histórico-social, situação onde os elementos catalogados por técnicos contratados pela FUNAI em lugar de comprovar a existência de índios no Baixo-Tapajós e Arapiuns, antes revelam tratar-se de **populações tradicionais ribeirinhas** e que em nada se distinguem das onze comunidades restantes que formam a Gleba Nova Olinda, assim, como também nada há que se divise como elemento diferenciador das demais populações rurais amazônicas. Um ou outro elemento de cultura indígena, identificados pelo Laudo antropológico da FUNAI, ou foram



introduzidos artificialmente por ação ativista-ideológica exógena, ou decorrem da própria influência indígena na cultura nacional. Isso, conseqüentemente, afasta por completo o elemento **tradicionalidade** [grifos no original] (BRASIL, 2014, P. 8).

Na lógica do magistrado, a ausência da tradicionalidade dos indígenas da TI Maró deve-se à inexistência de diferenças socioculturais em relação às demais comunidades da Gleba Nova Olinda e da Amazônia de modo geral. Deste modo, a autoafirmação das comunidades do Maró foi motivada por influência de atores externos a tais comunidades, como missionários, organizações ambientalistas e antropólogos, que manipularam seus moradores a se proclamarem indígenas. Tais agentes externos teriam interesse na demarcação da TI Maró como mecanismo de conservação ambiental da área.

Airton Portela afirma ter extraído dos autos do processo a conclusão de que o fenômeno da etnogênese dos povos do Baixo Tapajós consistiu, na verdade, num “processo de conversão de populações tradicionais (ribeirinhos) em indígenas”. Para justificar essa afirmação, o juiz se refere, em particular, ao Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Maró, e afirma que o mesmo em nenhum momento provou a ancestralidade indígena dos moradores da TI Maró.

Quanto ao requisito da originaridade, estaria ausente porque “o laudo antropológico não forneceu qualquer evidência de que os pretendentes à condição de indígenas sejam descendentes das extintas etnias arapium e borari” (BRASIL, 2014, p. 9). Destarte, os estudos multidisciplinares publicados pela FUNAI não teriam demonstrado a ancestralidade indígena dos moradores da TI Maró.

Por fim, Airton Portela consignou a ausência do requisito da permanência devido ao não atendimento do critério do marco temporal estabelecido pelo STF na Petição 3388:

As três comunidades até o ano de **1999** não cogitavam de se reconhecerem como indígenas. E mesmo que somente **após o ano de 2003**, em um encontro em que decidiram “a estrutura organizacional da comunidade, com o abandono das denominações presidente, vice-presidente, tesoureiro e conselheiros, passando a adotar categorias como *cacique, tuxaua e pajé*”, assim como a escolha do Termo *Arapium* para o nome da etnia que os congregaria. Neste caso tem-se por não observado o requisito **permanência ou marco temporal** fixado definitivamente pelo STF no julgamento da Pet 3.388/RR. Na ocasião reconheceu-se que a Constituição Federal de 1988 substituiu a teoria do **Indigenato** pela **Teoria do Fato Indígena**, e que exige a comprovação e demonstração, da presença constante e persistente de índios, até 5 de outubro de 1988, em locais a serem reconhecidos como terras indígenas (BRASIL, 2014, P. 8-9)

Vale destacar que em sua sentença Airton Portela não negou a presença, em 1988, das comunidades da TI Maró na área sob demarcação. Todavia, como os seus moradores não se identificavam como indígenas em 5 de outubro de 1988 (data da promulgação da



Constituição Federal), o magistrado decidiu que este território não poderia ser reconhecido e demarcado como indígena, em atenção ao critério do marco temporal (fixado pelo STF).

Airton Portela utiliza-se também de estudos historiográficos da região para afirmar que, desde o Século XIX, não havia mais índios no Baixo Tapajós:

Alguns cientistas europeus contemporâneos aos primitivos habitantes da região, já no início do século XIX constataram o desaparecimento das primitivas etnias que habitavam a região hoje ocupada pelo Município de Santarém. (...) Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Philipp Von Martius (...) na obra “Viagem pelo Brasil” 1817-1820, anotaram (...) os descendentes de indígenas da “redondeza”, eram o cruzamento de um “semi-numero” de tribos e que caldearam-se ao contato com o branco, formando uma população homogênea nos costumes e na língua” (BRASIL, 2014, p.61)

Percebe-se na sentença o argumento recorrente da miscigenação com brancos e negros como um fator que negaria a “indianidade” dos moradores da TI Maró. Arguindo argumentos historiográficos, Airton Portela assinala que as populações indígenas outrora existentes no Baixo Tapajós deram lugar a “uma nova organização social miscigenada, fruto da fusão da cultura de levas de migrantes nordestinos com a população que já habitava o vale do Tapajós” (BRASIL, 2014, p. 10). Nesta lógica, a miscigenação e a mistura cultural conduziram tais populações à *desindianização*.

Com base nesses fundamentos, o juiz Airton Portela declarou inválidos todos os atos praticados no processo administrativo de demarcação da TI Maró, bem como afirmou a inexistência de terra indígena demarcável (BRASIL, 2014).

3.2 A sensibilidade jurídica por detrás da sentença

A sentença do juiz Airton Portela exige, a meu ver, um olhar crítico, em razão da violência simbólica nela contida. Valendo-se do seu “direito de dizer o direito”, o magistrado decretou (mais uma vez na História da região) a extinção de um conjunto de povos indígenas do Baixo Tapajós. A análise crítica que farei da sentença tem como foco desnudar a sensibilidade jurídica que percebo na sentença do juiz Airton Portela, partindo da seguinte questão: quais os pressupostos culturais que ensejaram a decisão de Airton Portela, e como eles se relacionam com a atividade de “dizer o direito”?

Um aspecto importante que notei é o provincianismo constitucional, isto é, o apego à legislação nacional associado a um desprezo pelas normas internacionais de direitos humanos. Apesar de o Estado brasileiro ter ratificado importantes documentos internacionais sobre direitos indígenas, especialmente a Convenção 169 da OIT (de 1989) e a Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas (de 2007), Airton Portela constrói toda sua argumentação com base nas leis nacionais: Constituição Federal e Estatuto do Índio; ou melhor: toma como base um determinado tipo de interpretação dessas



normas. Quando faz menção às normas internacionais, é apenas para afastar sua aplicabilidade: “a Convenção OIT nº 169, assim como as demais resoluções da Assembleia Geral da ONU, são recomendatórias e não diretamente vinculantes” (BRASIL, 2014, p. 51).

O provincianismo constitucional dos juízes (não apenas de Airton Portela) é o método “mais conveniente para reproduzir uma cultura jurídica nacional que discrimina os povos indígenas” (FERNANDES, 2017). No caso da sentença sobre a TI Maró, acredito que o desprestígio à Convenção 169 da OIT está associado ao incômodo que gera um dos seus dispositivos – o *art. 1º*, item 2: “A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção” (BRASIL, 2004).

Este dispositivo da Convenção 169 introduziu no Direito brasileiro o princípio do autorreconhecimento, que retira do Estado o poder de definir, de modo unilateral, as identidades culturais dos grupos com os quais se relaciona. Em outras palavras: não cabe ao Estado dizer quem é indígena e quem não é. Ao se relacionar com comunidades que se autoafirmam indígenas, o Estado deve levar em consideração as noções de pertencimento destes sujeitos como o critério fundamental nas suas decisões e políticas públicas.

Outro aspecto da sentença revelador da sensibilidade jurídica de Airton Portela é o tipo de diálogo travado entre direito e antropologia. O magistrado criticou o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Maró, coordenado pela antropóloga Geórgia Silva, chegando a declará-lo como inválido (BRASIL, 2014, p. 105). Não obstante, não se baseou em estudo técnico alternativo, que poderia ter sido feito como “perícia judicial”; ou seja: não ouviu qualquer antropólogo acerca do “relatório antropológico da FUNAI”, mas se sentiu seguro o bastante para declarar a sua inconsistência.

Fruto da incompreensão sobre os debates antropológicos contemporâneos, o juiz expressa uma visão sobre a miscigenação que influi decisivamente na tomada de decisão. A miscigenação de indígenas com brancos é apontada como fator de “desindianização” dos primeiros: as populações indígenas do Baixo Tapajós deram lugar a “uma nova organização social miscigenada, fruto da fusão da cultura de lavras de migrantes nordestinos com a população que já habitava o vale do Tapajós” (BRASIL, 2014, p. 10).

A miscigenação como fator de negação da “indianidade” faz parte de um entendimento sobre identidade étnica há muito tempo rechaçado pela antropologia social, como assevera Manuela Carneiro da Cunha (2012). Isto é, o critério biológico de raça e o critério cultural compreendido de forma estática. Acerca do primeiro critério:

Durante muito tempo, pensou-se que a definição de um grupo étnico pertencesse à biologia. Um grupo étnico seria um grupo racial, identificado somática ou biologicamente. Grupo indígena seria, nessa visão, uma comunidade de descendentes “puros” de uma população pré-colombiana.



Esse critério ainda é vigente no senso comum popular. Ora, é evidente que, a não ser em casos de completo isolamento geográfico, não existe população alguma que se reproduza biologicamente sem miscigenação. (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 104).

Sobre o segundo critério, o cultural, a citada antropóloga adverte que a cultura de um povo não deve ser tomada como uma característica primária: “Tampouco podem ser invocados critérios baseados em formas culturais que se manifestassem inalteradas, pois isso seria contrário à natureza essencialmente dinâmica das naturezas humanas” (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 103).

Interessante notar que Airton Portela analisou o Relatório de Identificação da Terra Indígena Maró – que descreve um conjunto de elementos culturais das comunidades indígenas do Maró – e buscou “provar” que tais elementos não refletem traços socioculturais indígenas (BRASIL, 2014). Desta forma, práticas, costumes e hábitos verificados pela equipe multidisciplinar que elaborou o referido Relatório, como o puxirum, o batismo de casa, a crença nos encantados, o consumo do chibé e do tarubá, dentre outros, tiveram sua “indianidade” negada na sentença. Tais práticas seriam comuns a qualquer população amazônica, segundo o juiz, não revelando a necessária tradicionalidade indígena.

O que seria então a “cultura indígena” para o juiz, compatível com o requisito da tradicionalidade? O conjunto de afirmações presentes na sentença me leva a crer que a noção de cultura nela adotada é uma noção estática, como se os indígenas de hoje precisassem ter a mesma cultura dos seus antepassados (cultura ancestral), sob pena perderem a indianidade, o que é tido como absurdo pela Antropologia contemporânea:

Grupos indígenas no Brasil, sobretudo os de contato mais antigo com a população neobrasileira, foram induzidos a falar línguas novas, primeiro a língua geral, derivada do tupi, mais tarde o português. (...) A interferência nas culturas tradicionais atingiu também a religião, os costumes matrimoniais, a organização política, a tecnologia, os hábitos alimentares. A resistência indígena a essa interferência manifestou-se no apego a alguns traços culturais que, enfatizados, preservavam a identidade do grupo. Esse é um processo recorrente na afirmação étnica: a seleção de alguns símbolos que garantem, diante das perdas culturais, a continuidade e a singularidade do grupo (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 106-107).

No caso dos povos indígenas do Baixo Tapajós, o prolongado “contato” com o colonizador – isto é, o longo processo de violência simbólica em que estiveram imersos – acabou transformando muitos dos seus elementos culturais. Mas há algum tempo a antropologia tem buscado enxergar esses processos de contato não apenas em termos de perda (a dita “aculturação”), mas sim como processos dinâmicos nos quais é relevante a agência dos povos indígenas. Neste sentido, Marshall Sahlins (1997) debruça-se sobre o fenômeno da “intensificação cultural” entre povos submetidos à violência colonialista, cujas



culturas supostamente em extinção mostram-se, na realidade, vibrantes, ativas e inventivas, reelaborando-se conforme as novas circunstâncias.

Deste modo, em que pese ter o juiz citado vários antropólogos em sua sentença, parece que tais citações tiveram como intuito a criação de uma áurea de autoridade em seu próprio discurso, não revelando um diálogo efetivo com a antropologia contemporânea. Esse diálogo ausente revelou-se como um obstáculo a uma compreensão aberta dos processos étnicos envolvendo os moradores da TI Maró. Ao discutir o papel do Judiciário na aplicação dos direitos indígenas, Fernandes (2017) sustenta: “como os direitos dos povos indígenas são informados pelo conteúdo das práticas e tradições dos povos indígenas, somente uma decisão antropológicamente informada pode ser juridicamente consistente”.

A arrogância epistemológica de uma hermenêutica jurídica fechada em si mesma (que não é exclusividade de Airton Portela, mas sim um traço muito forte no campo jurídico) não parece contribuir para uma adequada efetivação dos direitos humanos, sobretudo os direitos territoriais dos povos indígenas. A interpretação dos processos étnicos e territoriais dos povos indígenas tende a ser mais proveitoso com a mediação da ciência que surgiu e se consolidou na tentativa de compreender o universo de sentido dos *outros povos*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sentença que discuti neste ensaio provocou tensão e revolta entre os *Boraris* e *Arapians*, bem como entre os seus aliados. Em 09/12/2014, o movimento indígena realizou uma ocupação do prédio da Justiça Federal em Santarém, chegando a queimar simbolicamente uma cópia da sentença⁷.

O Ministério Público Federal interpôs recurso de apelação, apontando diversos equívocos na sentença, destacando a necessidade de sua suspensão imediata, pois, ao declarar a inexistência de terra indígena na Gleba Nova Olinda, abriu caminho para o desembargo administrativo das atividades madeireiras na área (MPF, 2015). O recurso foi acatado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em razão da ausência de sobreposição da TI Maró com as áreas das comunidades agroextrativistas representadas pelas sete associações agroextrativistas. Assim, mostrou-se ausente o interesse processual na causa, e a sentença foi anulada.

Esse resultado foi muito celebrado pelos indígenas da TI Maró. Não obstante, ainda se nota as “seqüelas” da sentença entre eles. Continua a haver um forte incômodo entre os indígenas, porquanto o discurso de Airton Portela expressa não uma visão isolada, mas sim

⁷ “Indígenas protestam após juiz declara tribo inexistente”. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2014/12/indigenas-protestam-apos-justica-declarar-tribo-inexistente-em-santarem.html>.



uma corrente de opinião com certo peso no debate público regional e nacional. A discriminação tem sido uma constante, resumida na pecha de “falsos índios”.

A sensibilidade jurídica que o juiz Airton Portela deixou transparecer em seu discurso está relacionada, portanto, com essa opinião difusa sobre os “falsos índios”, além de refletir uma postura epistemológica fechada (típica do campo jurídico), que pouco dialoga com outras áreas do conhecimento. Criticar essa postura é um primeiro passo na direção de uma hermenêutica mais afeita ao pluralismo cultural e à resolução de conflitos complexos envolvendo questões sócio-territoriais no interior da Amazônia.

REFERÊNCIAS

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. *As Etnogêneses: velhos atores e novos papeis no cenário cultural e político*. Mana, 12, Abril de 2006.

BELTRÃO, Jane. *Povos Indígenas nos rios Tapajós e Arapiuns*. Belém: Supercores, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.

BRASIL. Justiça Federal – Subseção de Santarém. *Sentença proferida nos processos nº 2010.39.02.000249-0 e 2091-80.2010.4.01.3902*. Santarém, 26 de novembro de 2014.

_____. *Decreto nº 5.051*, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção 169 da OIT. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 12/07/2017.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

FERNANDES, Pádua. *Colapso ético do Judiciário brasileiro e os povos indígenas*. In: Revista “Juízes para a democracia”, nº 74, Fev.-Abr. 2017.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Maró/Pará*. Diário Oficial da União nº 195 – Brasília, 10 de Out. de 2011.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 2012.

_____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 13ª Ed. Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 2013.

LIMA, Roberto Kant de. *Por uma Antropologia do Direito no Brasil*. In: CERQUEIRA, Daniel Torres; FRAGALE FILHO, Roberto (Orgs.). “O ensino jurídico em debate: o papel das disciplinas propedêuticas na formação jurídica”. Millenium, 2007.

LITTLE, Paul. *Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico*. “Horizontes Antropológicos”, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. *Recurso de apelação contra a sentença dos processos nº 2010.39.02.000249-0 e 2091-80.2010.4.01.3902*. 2ª Vara Federal de Santarém. 2015.



PEIXOTO, Kércia Priscilla Figueiredo; PEIXOTO, Rodrigo. *A luta territorial dos indígenas da Terra Maró*. In: *Somanlu – Revista de Estudos Amazônicos*, ano 12, n.2, jul./dez. 2012.

SAHLINS, Marshal. *O 'Pessimismo Sentimental' e a Experiência Etnográfica: porque a Cultura não é um 'Objeto' em via de Extinção*. In: *Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, UFRJ, 1997.

SENA, Antônio Edilson de Castro. *Conflitos ambientais no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico: o caso da Gleba Nova Olinda em Santarém-Pará*. Manaus: Programa de Mestrado em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas, 2011.

VAZ, Florêncio Almeida. *A emergência étnica de povos indígenas no Baixo Rio Tapajós, Amazônia*. Tese. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), 2010.



GT 02 – Movimentos sociais e lutas Sócio-Territoriais: olhares sobre a África e a América Latina.

CAMPOS TRANS-TERRITORIAIS NO PROCESSO DE R-EXISTÊNCIA DECOLONIAL DE POVOS INDÍGENAS

Marcos Vinícius da Costa Lima(PPGEO-UFF/NUFI-UEPA)¹
mvclima@hotmail.com

RESUMO

O sistema mundo colonial-moderno euro-norte americano tem engendrado, desde o pós-segunda Guerra Mundial, um novo modelo hegemônico que constantemente recria e implanta dispositivos técnicos, informacionais, políticos e jurídicos, no sentido agambeniano, para reordenar diferentes formas de saberes, de crenças, de culturas, economias e políticas motivadas a apropriação e ao controle de coisas e pessoas sobre determinado(s) território(s) para retroalimentar a sua essência que é a mercantilização de tudo e de todos que atravessam as margens de seus interesses, mesmo que o espaço-temporal desses intentos estejam, relativamente distantes de suas objetivações imediatas. É no centro desta análise que se busca localizar as lutas sociais de r-existência e de disputas políticas e territoriais, assim como entender o direito a autoafirmação das identidades plurais (indígena plural) como viés no estabelecimento de estratégia trans-territoriais, e de que maneira são articuladas as formas de “negociação” de interesses em defesa dos campos vitais de r-existência social/política dos indígenas no processo de dessubjetivação frente ao indigenismo pensado pela lógica neoliberal.

Palavras-chave: Trans-Territorialidade, Multi-Territorialização, Indígena Plural, Indigenismo e Dessubjetivação.

1. INTRODUÇÃO

No início do século XX, a Organização internacional do Trabalho (OIT), a partir da concepção estruturante/estruturadora norte-eurocêntrica de Direitos Humanos Universalizantes, estabeleceu convenções e tratados para o reconhecimento de culturas e identidades territoriais dos povos originários que se autodeclararem como tais. Os países membros da OIT para garantirem a manutenção de seus assentos na OIT, e por extensão, vantagens atreladas a “governança hegemônica” no contexto das agências multilaterais, logo se viram na obrigatoriedade de adotarem as normativas que devem tratar as questões dos povos indígenas, tal como em inseri-los, constitucionalmente, no ordenamento jurídico e administrativo de seus países, legitimando-se assim a figura hegemônica da “identidade

¹Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO/ Universidade Federal Fluminense/UFF- Niterói-Rio de Janeiro/Brasil; Professor no Núcleo de Formação de Professor Indígena –NuFi/ Universidade Estadual do Pará/Brasil; Pesquisador no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA/BRASIL.



política indígena” no debate das políticas públicas pelas sociedades de seus Estados-Nações. Os governos passam então a terem o papel de se comprometerem com o reconhecimento dos direitos consuetudinários dos povos originários, assim como também das suas formas tradicionais de organização social, política e de ocupação dos seus territórios. A partir de então, as diferentes bandeiras reivindicatórias dos povos indígenas dos Estados-Nações independentes passaram a pautar os eixos dos debates políticos, na intenção de implantar significativos códigos legais na Constituição que favorecessem iniciativas para com o reconhecimento e a gestão de seus territorial tradicionalmente ocupados.

É neste centro de disputas (des-re-territorialização) que coaduna-se o campo do indigenismo como território das correlações de forças, onde se tem posicionado um conjunto de agentes neoliberais contraditórios e solidários, convergentes e divergentes aos interesses da diversidade de povos indígenas.

No campo do indigenismo os principais agentes concretos podem ser identificados como os possuidores de maior capital econômico e os de menor capital cultural, sendo que os detentores de maior capital econômico ou financeiro conseguem influenciar ou impor regras/normas/ordens, subliminarmente ou não, funcionando como “dispositivos” de constrangimento (controle/dominação) aos detentores de maior capital cultural, estes mesmos, contudo, são também possuidores de territórios tradicionalmente ocupados, geradores de grande interesse para os capitalistas financeiros e “progressistas”, que por sua vez buscam apropriar-se assim como usar o capital cultural (subjetividades da vida) e inclusive os territórios desses povos originários.

É na contramão das estratégias desterritorializantes dos agentes hegemônicos, que emergem os movimentos indígenas, articulados em redes mobilizadoras multi-escalar, traçando estratégias de dessubjetivação (trans-territorializam), resignificando suas subjetividades, ao subverterem a ordem do jogo de dominação multi-territorial. Tais grupos insurgentes têm transgredido conceitos e concepções conservadoras, impondo discursos para além do binarismo, historicamente, objetivado pelo sistema mundo moderno colonial patriarcal e judaico-cristão. É a partir dessas perspectivas que levanta-se as proposições: de que forma os movimentos indígenas podem re-territorializar-se sem cair na armadilha neoliberal (multi-territorial) que os fragmentam nas suas lutas territoriais? Que estratégia, teórica e metodológica, possibilita ampliar uma resistência política que garanta a existência, contemporânea, do indígena plural?

2. TRANS-TERRITORIALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO DE INDIGENISMO INSURGENTE



Os principais aspectos que deslocam a categoria “trans-territorialização” para o campo das lutas por transformações sociais e/ou políticas, são, sobretudo, operados como “estratégia de re-territorialização” para um devir/porvir de “outras” territorialidades (re-articuladas e re-combinadas, porém não necessariamente “novas”) sinalizadas, sobretudo, por desejos (ainda que negociadas ou por “coersão consentida” – Harvey, 2005) contra-hegemônicos, configurando, sobretudo, como o “porvir” de um projeto de vida, onde o sonhar por condições de vida melhores, por igualdade que não os inferiorizem (Santos. 2003. pág.56), faz parte dos planos de ação reivindicados no campo cotidiano da resistência dos povos indígenas.

O acionamento das estratégias trans-territoriais tem como fator exponencial os efeitos cardeais e colaterais das mudanças ocorridas na reestruturação do sistema mundo moderno colonial do início do século vinte, em particular, pelo reordenamento do sistema capitalista monopolista que instaurou um sistema de normas desde a regulamentação da máquina estatal até a mais simples subjetividade dos corpos humanos, embora suas bases tenham suscitadas na construção do Estado burguês, sobretudo nas bandeiras ideológicas da revolução francesa. É sobre essa estrutura de sociedade pensada e organizada/ordenada pelo pensamento eurocêntrica da burguesia branca cristã, que Foucault a ressemantizou como sociedade do controle, centralizada, em particular, pela sua teoria da biopolítica, operada pela governamentalidade e seus dispositivos técnicos de biopoder, processo pelo qual produziu-se uma racionalidade global orquestrado, no estágio atual, pela lógica do neoliberalismo. Tal política (racionalidade governamental) foi desenvolvida pelos princípios do mercado, mas que atua como uma lógica normatizadora e ideológica, regulando a “vida” dos indivíduos da/na sociedade de consumo, com o intuito de tornar os indivíduos em inusitadas máquinas dóceis e produtivas.

Portanto se a sociedade tem uma matriz de pensamento (neoliberalismo), significa dizer, também, que ela tem um propósito, ou melhor, um projeto de sociedade, contudo é um projeto de “pensamento liminar” (Mignolo, 2003) que atua pela “diferença colonial” (Mignolo, 2003) fragmentando a sociedade em “territórios” (Massey. 2008), campos discursivos (Foucault), “campo de tensões polares” (Agamben, [2004] 2006), posicionados num campo² de forças (Bourdieu) com relações políticas específicas, servindo de modelos

²Tal campo bourdieuniano, como já explicado em nossa metodologia, pode ser concebido como um espaço social multidimensional (simbólico e/ou físico) de relações sociais entre agentes que compartilham interesses em comum, disputam vantagens específicas, numa relação assimétrica (recursos e competências/saberes). É um espaço de disputa entre dominantes e dominados. Entre agentes que possuem um acúmulo maior de capital (poder econômico e cultural) para intervir e re-formular o campo de poder (redefinir novos horizontes, legitimar “outros” conceitos, re-significar regras heterônimas de entrada e saída do/no campo, os limites, os entre-lugares, as fronteiras etc.) e empregam, simultaneamente, estratégias des-territoriais e por outro lado re-territoriais, onde ambas forças buscam conservar, aperfeiçoar ou subverter suas posições estratégicas, tendo esse último o desejo de abandonar sua posição de dominado empregando, geralmente, estratégias insurgentes (trans-



de/para a sociedade moderna, meticulosamente projetados sobre um conteúdo essencialista e objetivado, a serem requeridos e perseguidos como referência do “moderno”. Onde o entrar nesse sistema significa re-negociar continuamente a sua permanência e as suas subjetividades como valor de uso/troca em determinado campo desigual do poder, sendo, direta ou indiretamente, “imposto” (“coersão consentida” – D. Harvey, 2005) “contratos sociais” pela governamentalidade (subjetivização) eurocêntrica.

O processo de governamentalidade, que será melhor exemplificado mais a posteriores, é estabelecido por um padrão gramatical, detentor de lexis linguísticos e específicos (campo discursivos de forças contraditórias), posicionado politicamente (direita, centro, esquerda ou pela lateralidade) e localizados geo-históricamente, que classificam e justificam a criação de seguimentos territoriais (campos linguísticos operando como plexos) no conjunto sócio-político (panóptico) da sociedade contemporânea. Essa rede de relações é fruto do sistema hegemônico que separa e extrai (subjetiviza) dos indivíduos aspectos vitais da/na reprodução material e cultural destes, para transformá-los e utilizá-los como mercadorias, e assim serem negociados como “bens” nos campos de forças específicos (mercados especializados de trocas de bens simbólicos e/ou materiais).

No campo de forças do indigenismo, encontram-se múltiplos campos discursivos (múltiplos territórios) agenciados por agentes distintos (Estado, Igrejas, Ong’s, Empresas), porém orientados por interesses estratégicos capitalistas, que tratam os direitos sociais e suas subjetividades como “bens” (mercadorias), sob a condição de uso e de apropriação específica do campo em questão, tais como a educação, saúde, renda, moradia, segurança, identidade e a territorialidade, pois estes direitos (como sistema de normas) são projetados e regidos para afetar e/ou influenciar na continuidade do “doxa” coletivo, ou seja, são negociados e amarrados na teia da normatividade cotidiana da vida social e política, através de ações/programas/planos/projetos/leis/normas/crenças e absorvidas, ideologicamente, como “verdade absoluta”. Tais intentos, além de promover a naturalização destas, as homogeneizam de forma multiescalar, ou seja, tornando as dispositivos temáticos, como campos discursivos, atribuído de valor identitários (nesse caso indígena) para agirem como re-produtores das estratégias multi-territoriais através dos diferentes agentes do poder hegemônico, além de garantir a manutenção do “status quo” do sistema mundo moderno colonial e de seus múltiplos campos normatizados (jurídico-administrativo da vida, dos valores religiosos, dos valores ambientais, dos valores econômicos – materiais e simbólicos).

territoriais), representando assim uma relação de lutas antagônicas constantes pela própria existência social e política.



Definir o campo do indigenismo pressupõe realizar uma breve etimologia desta palavra, onde se lê o sufixo “ismo”, de acordo com o dicionário da língua portuguesa, deriva do grego e indica uma ideologia, um sistema (plexo/rede) a ser seguido, algo consolidado como regra ou, que se acredita ser uma regra. Ex: positivismo, cristianismo, jornalismo, mas também, designa um conjunto de crenças ou doutrinas de um determinado grupo, este sufixo possui ao menos seis possibilidades de significados: fenômeno linguístico, sistema político, religião, doença, esporte, ideologia, entre outros. A terminologia –ismo, também, tem como função: qualificar uma “certa patologia”, mesmo que esta esteja presa a um sentido ideológico de determinados grupos, a exemplo do homossexualismo. No entanto, a resistência política que busca decolonializar o pensamento do poder ocidentalizador, provocou mudanças de acordo com seus sonhos/desejos (projetos de vida) pelo qual emergiu “novas” gramáticas (abolicionistas), como aconteceu como o homossexualismo, cujo termo, desde do dia 17 de maio de 1990, deixou de ser tratado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como patologia para ser reconhecido como "homossexualidade", o sufixo "dade" é adicionado, re-significando o "modo de ser" como do comportamento do “ser” no seu debate ontológico.

Desta maneira, o campo do indigenismo vem sendo tratado, não somente como um termo, mas como um conjunto de ideologias que designam projetos (programas/ações/metast/sonhos/desejos) para a vida dos indígenas, cuja racionalidade tem derivada da externalidade indígena, implantando premissas com aspectos ideológicos do sistema mundo moderno colonial, que paralelamente deparam-se com posturas subversivas de pensamentos decoloniais no seio do movimento indígena.

O campo do indigenismo no Brasil, historicamente, esteve sujeito quase que por unanimidade a ação de programas indigenistas produzidos e gerenciados por agentes estatais que pensaram projetos de caráter, inicialmente assimilacionista, passando posteriormente para um sentido mais integracionista dos indígenas a nação, pretensamente, homogeneizada pelo discurso das elites dominantes do país. O resultado foi a invisibilização da diversidade étnica que ainda sub-existe desde a era pré-cabralina aos dias atuais, embora o Estado tenha reconhecido e garantido a sua representação política no plano da legislação nacional, a partir da Carta Magna da constituição de 1988, a sua participação foi relativizada, não sendo suficientes para garantir o seu poder de tomada de decisão sobre o futuro de suas próprias vidas e de seus territórios, para este modelo de controle da vida indígena pelas forças estatais denominamos de Indigenismo de Estado (oficial). A alteridade, parece ser a mola propulsora, também nos demais formatos de “projeto indigenista”, ou seja, na forma de pensar e agir, partindo de cima para baixo, pois assim tem sido com os agentes ambientalistas para com os indígenas, que denominamos aqui de



indigenismo ambiental, um projeto indigenista que vê os índios como sentinelas ou guardiões da floresta e para tanto cria estruturas políticas (normativas) cercada de um campo linguístico próprio (ambientalismo/ecologismo) para atender as suas perspectivas ideológicas, contudo atrelada ao sistema econômico e jurídico-administrativo (multiescalar global-local-global) dominante.

O projeto indigenista dos agentes empreendedores (progressistas / desenvolvimentistas industriais e/ou financeiros), recebem aqui a denominação de indigenismo de mercado, por perceber os indígenas como capital social (também humano ou cultural), ou seja, os veem com potencial para empreender e gerar renda, sendo, sobretudo, objeto de interesse econômico desde do uso e apropriação do seu território até os seus saberes transcendentais, atrelado as normativas do poder estatal que “legitimam” suas práticas econômicas juntos aos indígenas em nome do desenvolvimento da nação, e por último, compondo a externalidade do pensar o indigenismo no Brasil, temos o projeto dos missionários voltados aos indígenas. A efetivação desses projetos indigenistas pelos missionários das igrejas cristãs, que se subdividem entre protestantes e católicos, sendo estes dividido entre conservadores e progressistas que como tais, daremos enfoque ao seu caráter de empresa, instituição que se alimenta de aspectos reacionários, no sentido de valorizar o espírito do capitalismo, preterindo os valores e a cosmologia dos saberes dos indígenas. Que por esta perspectiva são tratados como corpos que precisam ser convertidos aos valores cristãos, sustentáculos do sistema de produção capitalista. No entanto, as práticas da igreja católica conservadora (reacionária) convergem para que as identifiquemos com a sua ala progressista, também, como organização ou instituição financeira, que patrocinam a organização social e formação política dos indígenas sem, todavia, questionar o “status quo” da superestrutura, ou seja, preservando os dispositivos que colonizam o pensamento e saberes, suas crenças, economias dominante, sua natureza e seus territórios, sobre os quais compartilhamos aqui das premissas críticas de G. Agamben, W. Benjamin e L. Boff e M. Lowy.

Por outro lado, há uma configuração de ações política em processo de construção, dando forma a um “projeto” de indigenismo com caráter de resistência, que por designação se realiza por meio de um conjunto de expressões políticas (local-global-local) que se contrapõe de forma reticular (redes), agindo, assim trans-territorialmente, ora convergindo para com as ideias da alteridade indigenistas, ora divergindo ou abstraindo/extraindo parte de um todo, como aporte para suas estratégias trans-territoriais. As estratégias trans-territoriais podem, de acordo com os próprios interesses insurgentes, posicionar o sujeito político na frente (para obstruir), paralelo (para concorrer) ou se sobrepondo (para se auto-afirmar) diante das investidas multi-territoriais. Trans-territorializar pressupões articular



formas diferenciadas de agir em rede, interconectando-se a cada grupo de agentes do poder hegemônico presente no campo do indigenismo no Brasil.

Roberto Cardoso de Oliveira (2000), nos chama atenção, ao definir o indigenismo para que seja considerado no conjunto de tipos de indigenismo, a eticidade, como fator relevante, no processo de construção de mecanismo subversivos que supere as fronteiras (barreiras) na relação de forças inter-étnicas (fricção), em particular, no que tange a linguagem e aos meandros das normas legalistas, que além de dificultar a tomada de decisão na elaboração de um projeto de base indígena (indigenismo de resistência), pois do contrário, o que se tem desenvolvido é um monólogo, favorecendo o etnocídio, para inverter tais situações, é preciso tornar viável um diálogo que reconheça as reais necessidades indígenas, não como práticas capitalistas desenvolvimentistas convertidos em semânticas como etnodesenvolvimento de mercado, mas a partir e nas/para realidades indígenas que resignifique o sentido de desenvolvimento pela ótica dos indígenas, ou seja, um projeto endógeno sistematizado que considere as histórias locais (geo-históricas), incorporando os valores éticos em pé de igualdade estabelecido pelos saberes étnicos.

Portanto, pensar o indigenismo como uma necessidade dos/para os povos indígenas, nos reporta a premissa marxista, defendida por Lefebvre (1978), pela qual ele afirma que a “necessidade é, ao mesmo tempo, ato (atividade) e relação, em si mesma complexa, com a natureza, com os seres humanos, com objetos. Pelo trabalho o ser humano domina a natureza e se apropria parcialmente dela (...)” (LEFEBVRE, 1978, p.28). Por essa perspectiva, podemos afirmar que o território (objetivado na territorialidade de determinado grupo, ou seja, gerado pelo processo de (re)territorialização e por extensão na trans-territorialização) é produto do trabalho enquanto inter-fluxo da subjetividade e objetividade (ver figura: Campo vitais da r-existência social indígena). O indigenismo insurgente, portanto, considerando os ritmos geo-históricos de sua diversidade étnica e político, dialeticamente, tem se apropriado de códigos linguísticos (jurídico-administrativos) e discursivos, re-projetando e re-fazendo-os (transformando-os) como “um porvir” de sua “natureza concreta”. Esse também é um exemplo de tomada de consciência que o indigenismo de resistência (através dos movimentos indígenas organizados) vem experimentando desde do seu reconhecimento pela Constituição Nacional de 1988. O indigenismo insurgente representa um esforço de uma tomada de consciência política, tal como Gramsci afirmara que “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam.” (GRAMSCI, 1987. pág. 20)

O território (neste caso, o campo da territorialidade indígena), enquanto, interfluxo entre subjetividade e objetividade, é, sobretudo, uma construção e, simultaneamente, um



construtor do mesmo processo que emerge o “sujeito” ou o “ser” social (político) da/na “sociedade moderna”. Portanto, decifrar e analisar os parâmetros (dispositivos), as tecnologias de poder, que geraram o sujeito político, neste caso, o “índio”, enquanto categoria genérica, e que substantivou o campo do indigenismo, pressupõe identificar as inter-intra-extra-conexões dos sujeitos indígenas nas suas relações de forças com os agentes do poder dominante.

Com a identificação das (dis)posições políticas (ideológicas) dos agentes que se apresentam em diferentes campos discursivos, porém, constituintes de um mesmo indigenismo na Região do Baixo Tapajós e Arapiuns (RBTA), permitirá delimitar os objetivos das estratégias multi-territoriais (projetos indigenistas des-territorializadores) que possam explicar o ethos dos respectivos indigenismo: oficial, ambientalista, missionário e o de mercado. Embora, seja um indigenismo, aparentemente, subdividido, concorrem para o mesmo jogo da moderna colonialidade que é, para além dos discursos públicos, defender e proteger os interesses da sociedade de mercado, o que nos leva a discordar da premissa de Cardoso de Oliveira (1988) que afirma existir nesse conjunto de ideias indigenistas uma “unicidade”, ao definir, que o indigenismo no Brasil, “não é senão o compartilhar um mesmo universo de ideias e valores que tem na defesa das populações aborígenes o seu objetivo único e exclusivo”(1988. Pág. 75).

3. DA SUBJETIVIZAÇÃO DOS SUJEITOS A TRANS-TERRITORIALIDADE DO INDÍGENA PLURAL

As tipologias de indigenismo são formas de expressão material e simbólica dos agentes que as constituem. As ações trans-territoriais (estratégias) que se faz no presente edificam, ao mesmo tempo, o futuro daquilo que os indígenas negam e também daquilo lhes é negado concomitantemente, ou seja, negam qualquer intervenção externa que geo-historicamente impeça a sua r-existência indígena e reivindicam direitos consuetudinários (condições para sua reprodução social) que a eles são negados pelas autoridades governamentais. O indigenismo oficial tem sido projetado a partir dos (não)indígenas como políticas públicas para atender, hipoteticamente, as “necessidade próprias” dos indígenas. No entanto, como contradiscurso, o indigenismo de resistência tem se posicionado politicamente contrários, divergindo e/ou convergindo, nas suas distintas, e até inusitadas, formas de negociação com seus agentes antagônicos.

O resultado destas ações tem se dado pelas relações de interpenetrabilidade, gerando um “porvir” de um “território” (físico e/ou simbólico), que não necessariamente seria a criação de um “novo”, mas de uma “dobra” (contiguidade), ou mesmo uma terceira via, uma re-territorialização que emerge de dentro pra fora, de baixo para cima, e que encontra



na sua vizinhança (lateralidade) as conexões necessária para sua r-existência ou para sua auto-re-afirmação como tal. Neste processo, o território que emerge, surge, concomitantemente, no e a partir do próprio campo vital, a identidade que vai legitimá-lo, recombina e articulando elementos da intersubjetividade que lhes “importam” tanto através das redes (plexos) do campo endógeno quanto do exógeno (Deleuze. 1991. pág. 20).

É através do campo de forças contraditórias, dinamizado pelos agentes que compõem o indigenismo, que as “identidades plurais” são re-valorizadas politicamente, desconvencionando padrões diacríticos, onde uma não anula a outra, mas pelo contrário, fortalece as unidades (multiplicidades de identidades) pela unicidade trans-territorial da identidade plural (Zambrano) que no/para o campo em questão ela é re-territorializada. Estas estratégias trans-territoriais de des-individualizar o “sujeito” através da “desobediência epistêmica” (Mignolo, 2010), constituem o mecanismo que anima tanto as práticas da biopolítica - maior verso menor - (Agamben, 2000) quanto as que (re)criam (des-re-subjetivizam) os sujeitos e seus campos discursivos (plexos políticos), nos quais as técnicas de biopoder são (re)aplicadas e aperfeiçoadas.

Agamben (2002) e Mignolo (2010) exemplificam, respectivamente, como o corpo (homo sacer) é transformado em objeto da política (bios) e como a decolonialidade do poder reposiciona o indigenismo insurgente no seu processo de re-territorialização, emergindo mecanismos trans-territoriais que possam descolonizar as perspectivas do poder/saber/pensar/ser/fazer/ouvir/sentir, permitindo, assim, novas “dobras” (fronteira) nessa rede de agenciamento identitário (territoriais) que envolve o campo de forças contraditórias do/no indigenismo.

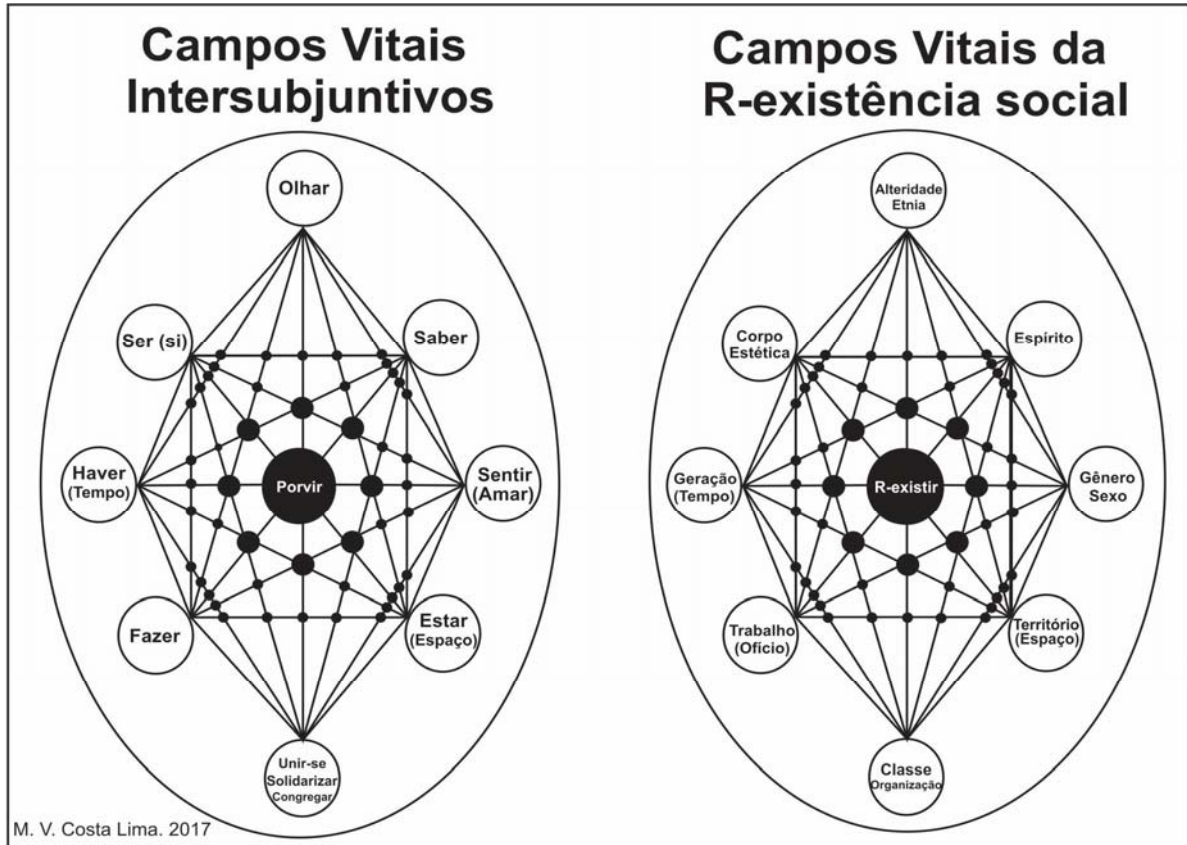
O projeto de indigenismo do sistema hegemônico impõe, em função da sua natureza cartesiana (positivista) e capitalista, condições que fragmentam sua vida nua (zoé) em vidas (bios), que são objetivadas (e subjetivadas) dos indivíduos indígenas, que os atravessam, alterando e subjulgando a matriz dos saberes e das crenças desses indivíduos, que outrora, através da colonialidade inter-étnica, foram estigmatizados e rejeitados pelo pensamento colonial liminar (Mignolo, 2005). A corporeidade já subjetivada (bio), ou seja, já individualizadas, coloca o indivíduo no fronte de si mesmo, em que este deve se submeter contra si e em favor a escolha do campo que lhe melhor lhe convenha ser como tal (como ser essencialista). O sujeito é constituída pelas “suas próprias diferenças”, obrigando-se a “negar” as suas outras diferenças (partes de si) na e pelas formas de agir dentro de um campo de correlação de forças contraditórias e complementares, aqui vista como campos vitais da r-existência social (políticas), que estrategicamente foram abduzidas pelo sistema mundo colonial moderno capitalista e patriarcal, como mecanismos de controle multi-



territorial (sujeito individualizado), fazendo com que os indivíduos acreditem e se apresentem através de um “discurso público” como “ser” identitário, objetivado e essencializado, por meio de uma única identidade, sendo portanto forçado a negar a natureza plural da sua identidade étnica /cosmológica /de classe /de ocupação /espacial /geracional /sexual /estética, ou seja, trans-territorial³. Carlos Walter Porto Gonçalves (2017) também faz referência a identidades plural, sem no entanto usar este termo, usando barras a exemplo dos “múltiplos povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração” (Porto Gonçalves. 2017, pág.15).

A construção dos campos vitais resulta da correlação de um lexo verbal que pode constituir um campo discursivo, que aqui são considerados como “campo vitaisinterjuntivos” que agem como referência na institucionalização identitárias dos campos vitais da r-existência social (elementos necessário na reprodução social e cultural das identidades), que servem, inclusive de dispositivos (múltiplas identidades) de controle utilizados pelo sistema normativo de dominação hegemônica do capital (empreendedor/financeiro). Os subcampos que compõem o campo representados pelos dois diagramas dispostos na figura abaixo representam redes de interações, onde os verbos (dispositivo linguístico que geram/delimitam o reduto/território das relações (linguagem/elos de ligação) e define “quem pode ou não comunicar-se/dialogar” a partir do (intra-inter-extra) território, a constar: 1. Olhar identifica a Alteridade (raça/etnia), 2. Sentir identifica a Sexualidade (gênero), 3. O Saber identifica a Subjetividade (saberes/espiritualidade), 4. O Estar a Espacialidade (terra-território), 5. O Haver a Temporalidade (geracional/história de vida), 6. O Ser a Objetividade (corpo/estética), 7. O Des/re/ter a Classe (organização social), 8. O Fazer-o Trabalho (posição no mercado). Esses campos vitais são os vínculos que recombinaos e articulados pelo sentimento de pertencimento determinam um porvir (inovação/re-invenção/outro/neo-territorialidade) que se encontra no centro todas as interconexões como resultado do investir da trans-territorialidade (re-territorialização), o que colabora para explicarmos a natureza da identidade plural. Sobre estes campos “vinculativos” (rede relacional) de identidades vitais.

³Durante o II Seminário de Educação do Campo e Cultura Quilombola”, AymêJilvana Castro Figueira estudante e militante da Associação quilombola Bambaê da comunidade de Poacê (quilombo de Jambuaçu no Município de Moju/Pará), afirmou entender a trans-territorialidade como o seu ser quilombola articulando os campos sociais “tudo-de-uma-vez” no campo vital da r-existência social, ou seja, “não dar pra falar de mim e da minha comunidade em um só campo vital se não fizermos relação com os outros campos vitais” em 01/10/2017.



Fonte: Diagrama elaborado pelo autor (2017), a partir, dentre outras, da metodologia de análise de redes sociais discutida por Souza & Quandt (2008. Pág. 31-63)

Os campos vitais intersubjuntivos devem ser entendidos como um conjunto de dispositivo que influenciam, diretamente, na construção dos discursos dos agentes sociais, que é resultado das relações sociais geradoras, e que informa a existência, de territórios. Daí a preocupação de Mignolo de ser urgente em decolonizar os campos intersubjuntivos (do pensa/do fazer/do ser/sentir/haver/ter/estar/olhar) e que ainda estão sobre os referenciais da colonialidade do saber e do poder (Edgard Lander e Anibal Quijano) para que possa garantir um “porvir” de uma trans-territorialidade geo-histórica (local-global-local) dos “de baixo” subversivos.

Nossas observações e análises, partem do ponto de vista dos movimentos de resistência, das suas formas de pensar e agir, estrategicamente, nos seus processos de afirmação, apropriação e uso do território, além de buscarmos, nesse sentido, apreender a dinâmica que alimenta as “geometrias de poder” (Massey, 2008) circunscritas nas descontinuidades espaço-temporal, que articulam um conjunto de multiplicidades territoriais (emergentes ou não), e de que forma estas são geradas e geram, a partir de suas interações, outras territorialidades (alter-nativas), ou seja, outros campos específicos e vitais para a sua r-existência social, étnica e política, como sujeitos “insurgentes”, ainda que possam ser “dissimulados” através de seus “discursos ocultos” (Scott, 2013), que



compartilha, em certa medida, com a noção de “dependência libertadora” de Bauman(2001)⁴, entendida também, para além do sentido de “coerção consentida” apresentada por David Harvey (2005)

Modonesi cita a importância das proposições de GayatriSpivak, que embora ela tenha divergido do lugar de enunciação de Gramsci sobre a subalternidade, ela se apoia, criticamente, nas subjetivações do sujeito foucaultiano para compreender e defender as diferentes formas de insurgências, em partículas das condições e experiência de subordinação vividas pela mulheres indianas. Nessa mesma perspectiva Antônio Negri e Lazzarato (2001) traz à tona o tema do “trabalho imaterial” para diferenciar o “operário massa” do “operário social” (Giuseppe Cocco. 2001)⁵. Dessa forma eles nos alerta para as novas lutas sociais nos quais estão inscritas a exploração do capitalismo contemporâneo sobre as subjetividades, e Negri conclui, em parceria com Michael Hardt (2004) a proposta de “Multidão” (multitud) como um novo sujeito revolucionário que não segue exatamente a representação de uma unidade social ou como uma coisa ou identidade dada, senão como todos os indivíduos (sujeitados) que são explorados nas suas diferentes subjetividades.

Massey, no entanto, adverte, no seu livro “Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade” (2008), que, fundamentalmente, o que importa é “o modo como pensamos o espaço”, justificando que o espaço é uma dimensão implícita que “molda nossas cosmologias estruturantes”. “Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política” (p. 16), evidenciando, assim, o caráter político da multiterritorialidade (heterogeneidade) ao afirmar, também, que o tempo-espaço (mudança - social) é inerente na/à coexistência de outros espaços. Massey assevera que os seus estudos orbitam pela esfera política com suas bases na análise relacional, ela se posiciona politicamente em favor do antiessencialismo (evitando olhares determinantes, objetivantes, unilateral, monolíticos, fragmentados, isolados, ou seja, que operam pela lógica da colonialidade do saber e do poder) e afirma que as inter-relações das entidades/identidades são o que garante a existência do Espaço e, por efeito, as suas variantes de Lugar e Território.

Partindo das premissas masseybianas (subsidiadas pelas/nas análises subjetivas e relacionais) atrelamos os campos discursivos foucaultianos (biopolítica), que doravante nos ajudarão a posicionar um olhar antiessencialista, que considera, sobretudo, as práticas de

⁴A coerção social é, nessa filosofia, a força emancipadora, e a única esperança de liberdade a que um humano pode razoavelmente aspirar. O indivíduo se submete à sociedade e essa submissão é a condição de sua libertação. Para o homem a liberdade consiste em não estar sujeito às forças físicas cegas; ele chega a isso opondo-lhes a grande e inteligente força da sociedade, sob cuja proteção se abriga. Ao colocar-se sob as asas da sociedade, ele se toma, até certo ponto, dependente dela. Mas é uma dependência libertadora; não há nisso contradição. (Bauman. 2000. Pág. 19)

⁵Giuseppe Cocco faz a introdução do livro “Trabalho Imaterial” de Lazzarato& Negri (2001).



resistência cotidianas. Essa perspectiva ressoa, na necessidade de repensarmos a tese do “mito da desterritorialização”, desenvolvido por Rogério Haesbaert (2004), em que ele afirma que a desterritorialização não é resultado único da dominação hegemônica (perdas e ganhos) e, sim, simultâneo com a re-territorialização, no entanto, ele desenvolve um debate que centraliza a multiterritorialização como um termo que tenha que dar conta desde a escala do indivíduo até a escala do sistema hegemônico dominante, sem considerar, no entanto, as formas diferenciadas com que o processo da multi-territorialização são efetivadas pelos seus agentes antagônicos/contraditórios (dominadores e insurgentes).

Doravante, Haesbaert (2006), nos ajuda a delimitar o papel destas categorias, deixando bem claro ao afirmar que é um mito acreditar que as elites (planetárias) são desterritorializadas. Pois dessa forma, ele ratifica que “não são os grandes empresários e os grandes executivos que estão “desterritorializados” — ao contrário, são eles que têm a liberdade de escolher a (multi)territorialidade que mais lhes convém” (pág. 367). Tomaremos, para tanto, emprestado o termo trans-territorialização (com hífen, por indicar uma estratégia “transterritorial” no processo de (re)territorialização), para, a partir daqui, fazermos dela uma referência às estratégias de resistência de grupos sociais insurgentes, ou seja, para as ações projetadas de (re)territorialização, e assim aumentar o potencial analítico destas categorias, além de diminuir o sentido ambivalente dos termos Multi e Trans-Territorialização.

A separação desses “múltiplos” processos nos permite apontar aspectos semânticos que são alvos da ação desterritorializadora, como os alvos das subjetividades constitutivos dos movimentos emergentes e insurgente, e que portanto a eles são negados/excluídos/discriminados/racializados/dequalificados/ pelo poder hegemônico dominante regido, em particular, pelas paradigmas da colonialidade do saber e do poder.

CONSIDERAÇÕES

A identidade indígena plural (constituída pelos campos vitais da trans-territorialidade), confronta com as normativas hegemônicas (essencialistas) e que no seu quesito étnico indígena, ainda o referencia como grupos homogêneos, legitimando a criação de políticas públicas de “inclusão excludente”. Ainda contra os indígenas, sobressai o dispositivo do racismo criado para manter a diferença colonial. Por outro lado, a contra-estratégia de dominação, ou seja, a trans-territorialização precisa “transigir os fixos e fluxos” (M. Santos, 2002), causando a “Re-des-subjetivação” como ação para a “emergência” de “outras” “territorialidades táticas”, em alusão a idéia de “identidade tática” de Berino (2007), oportunizando, para tanto, “possibilidades” para a efetivação de projetos insurgentes, ou



seja, que re-des-contrua pela desobediência epistêmica uma outra racionalidade que re-considera os saberes de suas ancestralidades, como princípio balizador da trans-territorialidade, como no agir “transgredindo” a lógica colonial (“entrecampos” – P. Gilroy) que, dialeticamente, re-ordena a territorialidade dos povos indígenas.

As identidades e/ou territorialidades que caracterizam e fundamentam cada território (subjetividades/espços discursivos) no conjunto dos “campos vitais da r-existência social-política”, passam a ser ressemantizados como um campo/território pelo qual se materializa a identidade plural (multiescalar) dos grupos indígenas, desde a individualidade a sua coletividade. Tal perspectiva, vem contribuir para com a suplantada ideia monolítica e fixa da imagem subjetivada de indígena estereotipado, singularizado, sem vida própria e presa a um passado distante. A estratégia discursiva e política da trans-territorialidade permite perceber a realidade geo-histórica de cada indivíduo na sua coletividade e que estão constituindo sonhos/desejos/projetos indígena de viver sem a imposição e opressões de valores culturais/espirituais/econômicos e coloniais que os reprimem e os constroem.

A estratégia da trans-territorialidade indígena, portanto, traz para o centro desse debate, que a autoafirmação tem sido a sua forma de r-existir social e politicamente como fruto da resistência, e como tal, representa os traços do que realmente é o projeto indígena. Pois os grupos insurgentes ao demarcar um “porvir territorial”, recusam a imposição de políticas indigenistas que os inferiorizam, os desqualificam, os constroem e ou os violentam em sua integridade/dignidade.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Santa Maria, RS: Palloti, 2006. BAUMAN. Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2001
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BUTLER, Judith. Vida precária. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Ação indigenista, eticidade e o diálogo inter-étnico. Estudos avançados, Volume 14 – Número 40 – Abril/Maio de 2000, p 213 – 230
- DELEUZE, G. A dobra: Leibniz e o barroco. 2.ed. Campinas: Papirus. 1991.
- FANON, Frantz. Em defesa da revolução africana: Título original: pour la révolution africaine. 1 ed. Lisboa / Portugal: Terceiro Mundo, 1980.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979
- GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade. São Paulo: Ed. UNESP. 1991.



- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987
- HAESBAERT, R. Apresentação à edição brasileira. In: MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*; tradução Hilda Pareto Maciel & Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008
- HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contensão*. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand, 2014.
- HAESBAERT, R.; MONDARDO, M. *Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana*. Revista GEOgraphia, Niterói: RJ, Vol. 12, Nº 24, 2010. Disponível em: www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/download/378/297 Acessado em: 12/05/2017.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- LAZZARATO, M. & NEGRI, A. *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro/RJ: DP&A, 2001.
- MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*; tradução Hilda Pareto Maciel & Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003
- MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica. Retórica de lamodernidad, lógica de lacolonialidad y gramática de ladescolonialidad*. Buenos Aires: Edicionesdel Signo. 2010.
- NEGRI, Antônio. Para uma definição ontológica da Multidão. In: *Lugar Comum*. Nº 19-20. Rio de Janeiro. NECOM/UFRJ. p.15-26. 2004.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia: encruzilhada civilizatória: Tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro-RJ. Consequência Editora. 2017
- SACK, R. D. *Territorialidades humanas*. In: Dias, L.; Ferrari, M. (org.) *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. Florianópolis: Insular, 2011.
- SPIVAK, GayatriChakravorty, *Pode o subalterno falar?*: tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: Olhares sobre a África e a América Latina.

MOVIMENTO INDÍGENA TRANSNACIONAL NA PAN-AMAZÔNIA: A LUTA ENTRE COICA E IIRSA.

Deyvini Maria Ferreira dos Reis (UFPA)¹

deyvini.reis@gmail.com

Alberto Teixeirada Silva (UFPA)²

alberts@ufpa.br

Aline Rafaella Sena Pinto (UFPA)³

a.rafaellasena@gmail.com

RESUMO

O final do século XX, foi marcado pela intensificação do processo de transnacionalização dos movimentos indígenas na Pan-Amazônia, resultantes em partes, dos impactos ambientais, sociais e políticos oriundos dos megaprojetos relacionados à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA). A IIRSA tornou-se o exemplo de projeto de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) na América do Sul. Contudo, a implementação dos megaprojetos tem gerado serias implicações para a região panamazônica. Nesse contexto, a Coordenadora das Organizações Indígenas de la Cuenca Amazônica (COICA), tornou-se a organização que expressa o processo de mobilização transnacional dos povos indígenas frente às implicações da IIRSA. Com isso, esta pesquisa pretende analisar a atuação da COICA na construção da Cooperação Transnacional dos povos indígenas na Pan-Amazônia frente à cooperação internacional para o desenvolvimento realizado pela IIRSA, na região. Dessa forma, espera-se contribuir para os debates sobre os movimentos indígenas transnacionais. Parte da hipótese, que COICA tem o papel estratégico para a promoção da cooperação transnacional dos povos indígenas frente às implicações dos megaprojetos para a região da Pan-Amazônia.

Palavras-chave: IIRSA, Movimentos Indígenas, Pan-Amazônia, COICA

1. INTRODUÇÃO

O fim do século XX foi marcado pela mudança nas dinâmicas dos atores no sistema internacional. Verificou-se, o estabelecimento de nova ordem internacional em um cenário intensamente globalizado e interdependente. Nessa nova ordem, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) surge como uma modalidade da Cooperação

¹Estudante de pós-graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA), bacharel em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia (Unama).

²Doutor em Ciências Sociais (Sociologia) pela UNICAMP, Professor Associado II do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém (PA)

³Estudante de pós-graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA), bacharel em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia (Unama)



Internacional, sendo desenvolvida na América do Sul, por meio, da criação da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), com objetivo de fortalecer as economias dos países do continente através da integração física e territorial em 10 eixos.

Desse modo, as implicações dos projetos da IIRSA sobre o território indígenas na região da Pan-Amazônia, impulsionou a mobilização transnacional dos movimentos indígenas e ampliou sua participação nos debates nacionais e internacionais sobre os impactos políticos, sociais e ambientais advindos CID. Essa, articulação na esfera transnacional torna-se uma resposta necessária frente aos problemas cada vez mais complexos, do desenvolvimento da IIRSA para a região amazônica.

Dessa forma, os movimentos indígenas nacionais passam a se apresentar como um novo ator político em abito regional e internacional, por meio da criação de organizações indígenas transnacionais, onde as suas demandas ganham visibilidade no Sistema Internacional. É nessa perspectiva que a Coordenadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca (COICA), formada por nove organizações indígenas nacionais – CIDOB, COIAB, OPIAC, CONFENIAE, FOAG, APA, AIDESP, OIS e ORPIA - dos países que compartilham a Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, vem atuando no sistema regional e internacional, na busca pela participação dos povos indígena nas negociações no âmbito da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Verifica-se, portanto, que a relação entre os povos indígenas com as florestas lhes confere uma legitimidade nos debates ambientais internacionais e conseqüentemente impulsionam uma maior articulação dos movimentos indígenas transnacionais em torno de um interesse em comum, a participação nas tomadas de decisão sobre a implementação e implicações da carteira de projeto da IIRSA.

Por essas razões, que a COICA se tornou a voz dos povos indígenas em âmbito internacional e regional na busca de assegurar os direitos destes frente a política regional de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, que se desenvolve por meio da IIRSA.

2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: IIRSA

A cooperação internacional se tornou uma das ferramentas mais utilizada na política regional e internacional. Por essa razão, surgiu a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) - uma ramificação da mesma - que compreende qualquer política de cooperação entre dois ou mais atores internacionais que buscam objetivos em comuns. Verifica-se, portanto que a CID se restringe ações que visam o desenvolvimento, podendo ser concebida como:



A cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) pode ser definida como um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais, um conjunto de normas difundidas (ou, em alguns casos, prescritas) por organizações internacionais e a crença de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seria uma solução desejável para as contradições e as desigualdades geradas pelo capitalismo no plano internacional. (MILANI, 2012, p. 211)

Todavia, a concepção de Cooperação Internacional para Desenvolvimento, foi se modificando com tempo, em função das políticas e dos valores econômico presente na relação Norte-Sul, do processo de globalização e a intensificação da inter-relação do crescimento da economia mundial com fenômeno da interdependência comercial e financeira, onde a mesma tornou-se um mecanismo de inserção internacional, impulsionando novos contornos para relação entre os atores no sistema internacional (AYLLÓN, 2007, p. 43-4).

Dessa forma, a América do Sul insere-se no cenário da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, através da criação da IIRSA trazendo uma nova fase de inserção da América Latina na economia mundial e novos contornos para Pan-Amazônia, estabelecendo um novo padrão de desenvolvimento regional.

A América do Sul apresenta-se, como um dos continentes mais importante do sistema internacional, por detém grande diversidade de recursos naturais necessários para o desenvolvimento da economia mundial. Todavia, para Vitte (2008), está representa a base para o desenvolvimento econômico sul-americano, contudo ocorrer a necessidade de solucionar seu ponto crítico na infraestrutura.

Dessa forma, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), foi criada em 2000 na I Reunião de presidentes da América do Sul, onde objetivo do encontro era desenvolver um espaço de diálogo regional que fortalece-se a “democracia, paz, cooperação solidária, integração, como também de desenvolvimento econômico e social compartilhado” (IIRSA, 2010, p.16).

Apesar da ampla agenda para o encontro o tema de “infraestrutura de integração” tornou-se o assunto central nos debates, ocorrendo um esforço dos países sul-americanos para o desenvolvimento e implementação do plano de ação de infraestruturas (transporte, energia e comunicação) que impulsionará a integração regional. Todavia, a base para o desenvolvimento do plano de ação da IIRSA teve originalidade na década anterior, sendo apresentado em 1994 por Eliezer Batista ao então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso (NUNES, 2011).

Para Nunes (2011) a IIRSA é apresentada como uma forma de impulsionar o inter-relacionamento entre os países da América do Sul, através da integração física expandindo,



por conseguinte os intercâmbios regionais e melhorando as trocas comerciais com os países restantes do sistema internacional.

Segundo BID (2008, p.2) a elaboração da IIRSA baseou-se em três pontos: *i)* manter e ampliar a dinâmica de crescimento do mercado regional e criar melhores condições no mercado global; *ii)* o reconhecimento que a falta de infraestrutura física na região torna-se uma importante barreira para à integração regional; *iii)* a necessidade de expandir o financiamento que permitissem ampliar o fluxo de investimentos públicos e privados.

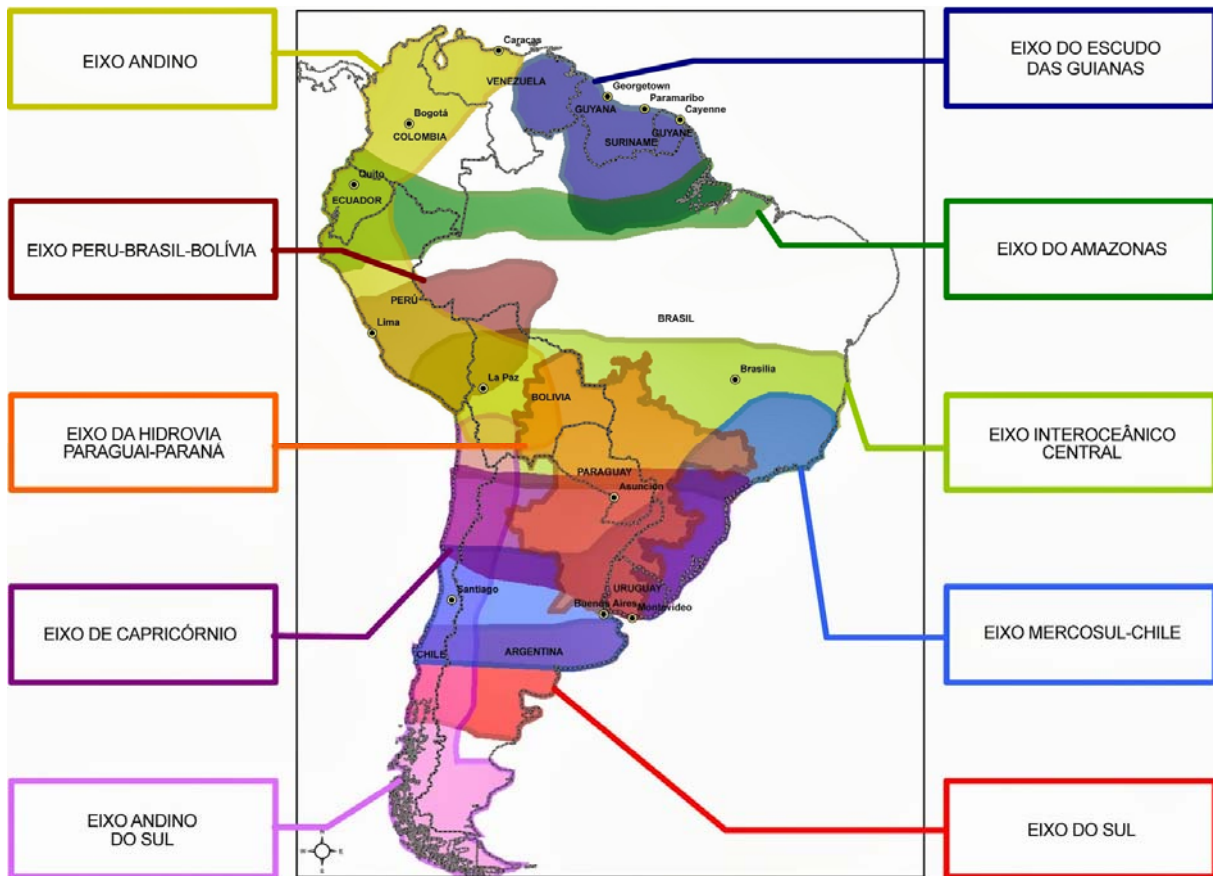
Dessa forma, o planejamento da integração física entre os países sul-americanos corresponde a articulação de projetos, que são implementados por todo o território da América do Sul envolvendo agentes que impulsionam a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Logo, a implementação da IIRSA corresponde em sete processos setoriais: instrumentos de financiamento; integração energética; passos de fronteira; tecnologias de informação e comunicação; transporte aéreo; transporte marítimo e; transporte multimodal. Estes por sua vez são organizados em dez Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) que desenvolvem 579 projetos divididos em todo o território sul-americano com investimentos estimados em US\$ 163.324,5 bilhões são apresentados na figura (1) (IIRSA, 2014).

Para o desenvolvimento dos EIDs, foram delineadas as seguintes orientações:

- i) desenhar uma visão mais integral da infraestrutura;
- ii) enquadrar os projetos dentro de um planejamento estratégico a partir da identificação dos eixos de integração e desenvolvimento regionais;
- iii) modernizar e atualizar os sistemas regulatórios e institucionais nacionais que normatizam o uso da infraestrutura;
- iv) harmonizar as políticas, planos e marcos regulatórios e institucionais dos Estados; v) valorizar a dimensão ambiental e social dos projetos;
- vi) melhorar a qualidade de vida e as oportunidades das populações locais nos eixos de integração regional;
- vii) incorporar mecanismos de participação e consulta;
- viii) desenvolver novos mecanismos regionais para a programação, execução e gestão de projetos ;
- ix) estruturar esquemas financeiros adaptados à configuração específica de riscos de cada projeto. (IIRSA, 2000, p. 2-4).



Figura1: Eixo de Integração da IIRSA



Fonte:BID,2008

No entanto, muitos desses pontos receberam pouca ou quase nenhuma atenção dos países sul-americanos, verificando-se que o principal direcionamento destes eram a modernização da infraestrutura como mecanismo de inserção na economia global. Assim sendo, ocorreu a marginalização dos pontos sociais e ambientais no plano de ação, levando uma mobilização transnacional dos movimentos indígenas, que através da COICA reivindicam os direitos dos povos indígenas que habitam as áreas impactadas, a importância de proteger a natureza e a inserção e participação no desenvolvimento da CID na região.

3. TRANSNACIONALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS

A ação indígena por meio do movimento indígena foi desenvolvida sob uma base de identidade étnica, tendo como uma das principais demandas a defesa dos direitos indígenas, que promoveu articulação nacional e internacional no início dos anos 1970. Logo, este período marca o ressurgimento dos movimentos indígenas na América do Sul, onde suas reivindicações passam a ser estruturadas na ideologia de lutas sócias contemporâneas.



Segundo, González os movimentos indígenas latino-americanos são:

En estos movimientos se cruzan elementos de identidad con condiciones estructurales de exclusión; la organización de estos movimientos se afianza en una identidad comunitaria propia de sus costumbres y creencias, donde la pluralidad y la diferencia, sus mismas tensiones internas, hacen parte de su orden social, ya que la meta de su lucha histórica -defender su autonomía- los aúna. (GONZÁLEZ, 2010, p.87).

Verifica-se, portanto, que o movimento indígena se desenvolveu por meio de um movimento social de caráter transnacional, com um intrínseco aspecto universal e uma visão global das estruturas sociais e políticas mundiais. Com isso, transcendeu de um movimento de resistência para desenvolver uma luta pela maior participação política, com intuito de fortalecer as reivindicações indígenas, especialmente na região Pan-Amazônia.

O movimento indígena na Pan-Amazônia desenvolve uma ampla agenda de mobilização transfronteiriça, representando uma das mudanças mais significativas na política regional, visto que a partir da articulação transnacional, estes povos criam organizações regionais e/ou internacionais que consolidam como atores não estatais no sistema internacional.

Dessa forma, suas demandas ganham voz por meio das organizações indígenas como a COICA promovendo a ascensão a participação de atores que antes eram marginalizados pela agenda nacional e internacional. Portanto, o movimento indígena transnacional é um “conjunto de organizações indígenas, grupos de apoio não-indígenas e indivíduos [...] que se mobilizam a fim de promover avanços na situação, na autonomia e na participação dos índios em suas sociedades e no sistema internacional (Brysk 2000, p.69).

Verifica-se, portanto, que as organizações dos movimentos indígenas são a forma institucionalizada dos interesses desses grupos e se tornaram provedoras de projetos político-sociais em âmbito nacional e internacional. Logo, a partir da sua atuação nos diversos fóruns promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) permitiu ampliar a sua cooperação com outros atores em prol de demandas em comuns, possibilitando maior voz frente as implicações da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento sobre seu território.

Assim, o final do século XX, a região Pan-Amazônica teve um aumento das pressões pelo modelo desenvolvimentista nacionais, tais como, setores do agronegócio, mineradoras, madeireiras e hidrelétricas e regional através da Cooperação Internacional para o desenvolvimento.

Dessa forma, para a resolução do II Fórum dos Povos Indígenas da Amazônia (2003), este modelo segue o sentido contrário ao que chamam de nosso projeto “etnopolítico”, na qual estar enraizado na visão de mundo diferente dos povos indígenas,



onde o nosso modelo de desenvolvimento que prioriza o respeito à natureza e não o lucro e a riqueza que levam à destruição do meio ambiente.

Nesse sentido, começam a surgir na região sul-americanas novas formas de organização dos povos indígenas, diferente das formas tradicionais como intuito de estabelecer uma ação frente a nova dinâmica do desenvolvimento na região. No entanto, a partir da década de 1990 que movimento indígena assume caráter transnacional e representou o período de maior avanço nas legislações internacionais, referente ao reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos e garantia da gestão territorial.

Portanto, o movimento indígena partiu do local para o global e estabelecendo suas próprias organizações transnacionais, isto é, o movimento passa a atuar de forma internacionalizada em busca de salvaguardar os seus direitos, gestão do seu território, garantia da autonomia e auto-determinação. Por conseguinte, estes direitos entram em conflito com o modelo de CID desenvolvido no âmbito da IRSSA.

Portanto, a mobilização nacional e as identidades representam a capacidade de construir um movimento transnacional na busca por direitos. Assim a ação da COICA fortalece o movimento indígena na Pan-amazônica por promover as reivindicações indígenas frente a CID desenvolvida por meio da IIRSA.

4. COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA (COICA)

O interesse econômico pela Pan-Amazônia no final do século XX, trouxe mudanças significativas para os povos da região. Desse modo, as organizações indígenas da Pan-Amazônia foram criadas com o intuito de fazer frente às ações de atores nacionais e internacionais que ameaçam os territórios e suas vidas, portanto, suas pautas estão direcionadas para a defesa do território, autonomia e identidade étnica. Assim, as organizações indígenas da região amazônica fazem reivindicações em comum, o que proporciona um maior diálogo entre os povos indígenas passando a se organizar por meio de reuniões para discutir estas questões.

Desse modo, a COICA foi criada em 1984 em Lima – Peru, sendo uma organização internacional indígena da Pan-Amazônia, que articula os interesses em comum das organizações nacionais indígenas da Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, com intuito de defender e promover os direitos dos indígenas como parte integrante da natureza e do sistema internacional. Por conseguinte, tem a finalidade de criar e gerir políticas, propostas e ações a nível local, nacional e internacional para a garantia dos direitos dos povos indígenas.



A COICA tem como objetivos: (i) promover, desenvolver e incentiva os mecanismos para a interação dos seus membros; (ii) defender as reivindicações pela gestão territorial, assegurar a autodeterminação dos povos indígenas e o respeito pelos direitos humanos dos seus membros; (iii) promover junto com os seus membros ações diferentes dentro da Bacia Amazônica (COICA, 1999).

Verifica-se, portanto, que a COICA tem o papel estratégico na promoção do diálogo entre seus membros e estabelecer a cooperação e alianças com os atores estatais e não estatais. Dessa forma, a COICA busca o desenvolvimento equitativo e diferencial da Pan-Amazônia, coordenando projetos com nove organizações indígenas, abrangendo cerca de 390 nações indígenas com mais de dois milhões e meio de habitantes, que corresponde a Bacia Amazônica (COICA,2008).

Desta maneira,a COICA vem ampliando sua área de atuação política nacional, regional e internacional, onde ingressou em 2002, no Conselho Consultivo dos Povos Indígenas da Comunidade Andina (CAN), por conseguinte, em 2003, adquiriu o reconhecimento como uma organização com *status* consultivo junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU e em 2004 o reconhecimento, como "Sociedade Civil" pela Organização dos Estados Americanos (OEA) (COICA, 2014).

Assim, a COICA busca manter e reforçar a unidade de cooperação mútua entre todos os povos da bacia amazônica e outras regiões, visando facilitar e apoiar iniciativas frente as implicações da Cooperação internacional para o Desenvolvimento sobre direitos dos povos indígenas por meio de articulações local, regional, nacional e internacional dos povos indígenas da Amazônia.

5. O PAPEL DA COICA FRENTE AS IMPLICAÇÕES DA IIRSA

A COICA tornou-se a organização mais expressiva na luta dos direitos indígenas decorrente das implicações da a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), passou atuar em fóruns e conferências nos âmbitos nacionais, regionais, internacionais, na busca das demandas dos povos indígenas.

Para a COICA (2009,p.11) os megaprojetos desenvolvidos pela IIRSA são “de alto riesgo y que traerán como consecuencia endeudamiento, alteraciones extensivas a los paisajes y las formas de vida de la región”, isto é, com serias implicações aos territórios e a autonomia dos povos indígenas, provocando muitas das vezes o reordenamento territorial. Dessa forma, os projetos da IIRSA ameaçam os ecossistemas amazônicos, andinos, mata atlântica, orinoquia, o chaco, pantanal e cerrado, aumentando o conflito na região.

Segundo Milson (2014, p. 446), os conflitos na região Pan-Amazônia foram impulsionados pelo desenvolvimento dos projetos da IIRSA, que se opõem às “formas de



organização socioespacial dos povos e comunidades campesinas e indígenas que habitam as regiões em processo de integração”. Nesse sentido, a COICA vem articulando no âmbito nacional, regional e internacional pela participação direta dos povos indígenas, nas articulações e negociações sobre o IIRSA, reivindicando a garantia dos direitos estabelecidos pelos direitos nacionais e internacionais, como à autonomia e autodeterminação.

Desse modo, a construção da estrada que atravessa o Território Indígena y Parque Nacional IsiboroSécure (TIPNIS) na Bolívia, tornou-se o ponto chave do conflito entre os povos indígenas opositores e o Evo Morales (MAS) (Santos, 2010). Assim, a construção do projeto viário ocorre por meio da articulação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), porém, a realização deste projeto demonstra as implicações dos megaprojetos para os povos indígenas da região Pan-Amazônia interferindo diretamente na gestão e autonomia territorial indígena.

O projeto do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, também gerou sérias implicações aos povos indígenas. Este é um dos principais projetos do eixo Peru-Brasil-Bolívia, que consiste na construção das represas Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, no estado de Rondônia. Contudo, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) realizado em 2009 estimou que em média de 3 mil pessoas tenham que serem realocadas, incluindo várias comunidades indígenas em isolamento, como os Katawixi e os Karipuninha (AIDA, 2009, 6-7). Dessa forma, o reordenamento territorial provado pelo Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, implica diretamente na identidade indígena, afetando a biodiversidade da região, com isso, a forma de subsistência desses índios.

Diante desse contexto, a COICA vem elaborando “ Taller sobre a IIRSA” em que apresenta os impactos da mesma sobre o território indígenas e vem propondo a consulta prévia e participação dos povos indígenas e tribais da América Latina nos espaços regionais e internacionais. Assim, a organização defende que os povos indígenas devem ser consultados:

Nos processos de tomada de decisões sobre toda medida de alcance geral ou particular que lhes concerna ou afete, em todos os níveis de tomada de decisão, tanto a nível nacional (local, subnacional ou nacional), como a nível internacional (nível regional ou global) (COICA, 2015, p. 11).

A organização complementa, que a finalidade da consulta prévia seria o de “chegar com os povos indígenas afetados a um acordo equitativo centrado em seus direitos, ou lograr seu consentimento acerca da medida proposta” (COICA, 2015, p. 12). Com isso, a participação deve cumprir com os requisitos:

I – ser efetiva, ou seja, os indígenas devem poder, de fato contribuir e influir no processo de tomada de decisões; II – ser sistemática, dando-se conforme as regras legais e de forma consensual com os povos indígenas;



III – permitir aos indígenas iniciar o processo de consulta; IV – a consulta deve se adequar às suas circunstâncias e objetivos; V – ser transparente, ou seja, a decisão final deverá ser motivada; VI – contar com os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários; VII – por fim, garantir mecanismos que deem seguimento ao processo de tomada de decisões com a participação dos povos indígenas (COICA, 2015, p. 12).

Portanto, a COICA vem lutando em fortalecer as capacidades, direitos e participação dos povos indígenas já adquiridos e de ganhar mais apoio frente aos megaprojetos da IIRSA. A organização, ganhando espaço e apoio de diversas organizações indígenas e das organizações da sociedade civil, revelando a uma ampla articulação pela luta dos direitos Indígenas no âmbito local, regional e internacional.

7. CONSIDERAÇÕES

Verifica-se, portanto, que no final do século XX os povos indígenas transcenderam as fronteiras nacionais, para adquirir a legitimidade como ator político na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, com intuito de ganhar visibilidade frente as implicações da carreta de projeto sobre o seu território.

A COICA tornou-se a organização mais expressiva na luta pelos direitos indígenas naPan-Amazônia frente aos impactos dos projetos da IIRSA. Com isso, a mesma passa a exercer um papel estratégico no âmbito regional e internacional frente aos impactos e a vulnerabilidade que os direitos territoriais dos povos indígenas se apresentam na agenda da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Assim,as consequências dos projetos da IIRSA em relação aos povos indígenas da região Pan-Amazônia, mostra que na prática sua participação se restringem a eventos com governos e representante da IIRSA, demonstrando a marginalização dos mesmos no processo de articulação e negociação dos megaprojetos para região. Percebe-se, ainda que a existência de convenções internacionais tais com 169 da OIT não garante de forma eficaz os direitos indígenas frente aos impactos dos eixos, Andino, Peru, Brasil e Bolívia, Amazonas e Escudo da Guinas.

Contundo, a COICA vem adquirindo espaço na política internacional gerando pressões sobre a política de Cooperação para o Desenvolvimento dos governos nacionais, por conseguinte vem desenvolvendo um papel mais incisivo de atuação frente a IIRSA. Todavia, para a garantir os direitos dos povos indígenas será necessária maior articulação com organizações no sistema internacional.



REFERÊNCIAS

- AIDA – Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente. **Informe Grandes Represas na América, Pior o Remédio que a Doença?**, p. 1-13, 2009.
- AYLLÓN, B. (2007). **La cooperación internacional para el desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la teoría de las relaciones internacionales**. Carta Internacional, out. 2007, p. 32-47.
- BECKER, Berta. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados. 2005.
- BRYSK, Alison. *From Tribal Village to Global Village: Indian Rights and International Relations in Latin America*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2000.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (orgs.). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Colombia: Siglo del Hombre Editores, 2007. pp 9-25.
- COHEN, J. L. and ARATO, A. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: MIT Press, 1992.
- COICA – **Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica. Propuesta de Consulta Previa y Participación de los Pueblos Indígenas y Tribales de América Latina en Espacios Regionales e Internacionales**. UNASUR, COSIPLAN, BNDES, Fondos Climáticos. Documento de Trabajo, 2015.
- COICA – **Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica. Propuesta de Consulta Previa y Participación de los Pueblos Indígenas y Tribales de América Latina en Espacios Regionales e Internacionales**. UNASUR, COSIPLAN, BNDES, Fondos Climáticos. Documento de Trabajo, 2015.
- COICA (*Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica*) (1999). **Biodiversidad y Derechos de los Pueblos Indígenas: Manual de Capacitación de Base**. Quito: COICA.
- COICA (*Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica*) (2011b). **Mandato de Manaus: Acción Indígena por la Vida**. Manaus. 7 pgs.
- COICA (*Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica*) (2014). **Redd+ más allá del carbono y del mercado: integralidade del Redd+ Indígena Amazónico**. Submissão da COICA à COP20.
- GILPIN, R. (1987). **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- Gohn, Breno M. Bringel (orgs.). **Movimentos sociais na era global** .2ª ed – Petropolis, RJ: Vozes, 2014. p. 229 – 246.



- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e Internacional**, Brasília, v.6, n.1, p. 4-13, 2004.
- GONZÁLEZ, Catherine. **Naturaleza política y accionescolectivas de losmovimientossociales, un emblemático caso de movilización indígena**. Colombia, Universitas Humanística, núm. 70, julio-diciembre, 2010, pp. 79-100, PontificiaUniversidadJaveriana.
- HALL, Stuart. **Da diáspora – identidades e mediações culturais**. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2013.
- HOFFMAN, Maria Barroso.**Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas**, Rio de Janeiro: E-papers: Museu Nacional, 2009.
- Kaimowitz, D. **O papel dos municípios na gestão florestal: lições dos estudos de caso**, In *Municípios e gestão florestal na Amazônia*; Toni, F. andKaimowitz, D., Eds.; A.S. Editores: Natal, Brazil, 2003; pp. 23 -63..
- KRAYCHETE, Elsa Sousa. **Desenvolvimento e Cooperação Internacional**. Caderno CRH, v. 25, n. 65, p.183-186. Salvador, 2012.
- LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- MILANI, Carlos R. S. **Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul**. Caderno CRH, v. 25, n. 65, p.211-231. Salvador, 2012.
- NIEZEN, Ronald. **The Origins of Indigenism: Human Rights and the Politics of Identity**, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2003.
- NUNES, Paulo Henrique Farias. **Dificuldade de demarcação da Pan-Amazonia e dos territórios indígenas na regioa**. Boa Vista: Editora UFRR, 2011
- PINTO, R.F. **Viagem das Ideias**. Manaus. Ed. Valer, 2008.
- POWLESS, Ben (2012).**An Indigenous Movement to Confront Climate Change**.*Globalizations*, Vol. 9, n. 3, pp. 411-424.
- ULLOA, Astrid (ed.) (2011). **Perspectivas culturalesdel clima**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia-Ilsa.
- URT, João Nackle. "**Para compreender a emergência dos povos indígenas no mundo contemporâneo**", *Meridiano 47*, v. 12, n. 124, 2011
- VITALE, Denise. **Democracia global e movimentos indígenas na cooperação sul-americana: um olhar para as comunidades amazônicas**.Salvador: Edufba, 2016.

**GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina****O PASSADO E O PRESENTE ENTRE O POVO *PALIKUR-ARUKWAYENE*:
REFLEXÃO SOBRE IDENTIDADE E TERRITÓRIO ENTRE POVOS INDÍGENAS NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Kelton Lima Monteiro Mendes (PPGA/UFGA)¹
keltomendes2@gmail.com
Ramiro Esdras Carneiro Batista (PPGA/UFGA)²
jjesdras@bol.com.br

RESUMO

A questão do Patrimônio Arqueológico na Amazônia tem sido um importante tema para a observação e entendimento das relações entre a sociedade e o seu passado nessa região. Algumas das principais discussões iniciaram ainda no fim do século XIX e discorrem desde então sobre a promoção e preservação desses bens de memória em contextos dentro de nossa sociedade. Porém, atualmente algumas linhas de pesquisa tem ido mais além, abordando as relações das pessoas com esses fragmentos antigos na busca de perceber qual o sentido que elas dão a esses vestígios. Dentre essas pesquisas, têm-se destacado as observações desta última questão entre grupos de indígenas que vivem atualmente na Amazônia brasileira. Na região do estado do Amapá, particularmente na Terra Indígena *Uaçá*, tem-se identificado essa problemática entre o povo *Palikur-Arukwayene*. Lá, esses indígenas têm uma forte relação com a ocupação humana antiga a partir do contato com alguns artefatos encontrados em sítios arqueológicos localizados em suas terras, especialmente vestígios de cultura material relacionada a rituais funerários antigos, a saber, urnas cerâmicas funerárias. Essas urnas, relacionadas a enterramentos indígenas antigos, segundo os *Palikur-Arukwayene*, pertencem aos seus antepassados, afirmando assim que aqueles vestígios fazem parte das suas histórias e lhes pertencem. Assim, este texto apresenta observações preliminares das relações do povo *Palikur* com o passado arqueológico encontrado em suas terras, destacando que essa dinâmica pode estar relacionada a formas de afirmação de identidade e de território desses grupos no atual estado do Amapá-Brasil.

Palavras-chave: Arqueologia, Amazônia, *Palikur- Arukwayene*, Identidade, Território.

1. INTRODUÇÃO

O passado e sua materialidade no mundo moderno tem sido uma preocupação vislumbrada por políticos, intelectuais, artistas, antiquários, folcloristas, arqueólogos, historiadores e antropólogos, desde pelo menos o fim do século XVIII. Deste período até os

¹ Graduado em História (licenciatura e bacharelado) pela Escola Superior Madre Celeste/ESMAC. Mestrando em Antropologia com ênfase em Arqueologia da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFGA). Colaborador em pesquisas arqueológicas no Projeto Arqueológico Carajás/PACA, do Museu Paraense Emílio Goeldi/MPEG.

² Graduado em Pedagogia e especializado em Inspeção Escolar pelo Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco/CEIVA-INCISOH/MG. Mestrando em Antropologia com ênfase em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFGA), Membro do Grupo de Pesquisa Cidade, Aldeia e Patrimônio (CNPq/UFGA), e Núcleo *Kusuvwi* de Estudos *Palikur-Arukwayene* (CNPq/Unifap).



dias atuais, esta questão tem sido abordada de várias formas, dentre elas destacam-se as discussões de promoção e preservação de um “patrimônio” antigo, e mais posteriormente, principalmente entre especialistas das ciências humanas, observam-se questionamentos de como as sociedades atuais relacionam-se com esses vestígios do passado.

O Brasil é um exemplo. Há notícias de que essas preocupações iniciaram ainda no século XIX, regidas por elites políticas e intelectuais, com o objetivo de definir identidades nacionais entre as populações locais colonizadas e os imigrantes. De fato, neste período essa preocupação desenvolveu-se pelo menos por meio de dois diálogos: o da formação de uma identidade brasileira e o da construção de uma memória nacional, que se alongaram até o século XX (SANTOS, 1985).

Segundo Machado (2008) e Fernandes (2010), quatro foram os resultados iniciais desses debates que podem ser vistos com a materialização de quatro instituições governamentais e civis voltadas à discussão desses temas: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB, o Arquivo Nacional, o Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional/SPHAN³ e a Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos.

Vimos então que a partir do referencial ideológico de seus idealizadores, estas instituições revelaram inicialmente uma vontade de promover e preservar uma memória local, ou melhor, uma “cultura brasileira”, um “patrimônio nacional”. Desta forma, não só instituições foram criadas, mas também leis foram implementadas, principalmente no período republicano da era novecentista, como a legislação patrimonial da década de 1930 (MEDAUAR, 2012).

Este processo não se estagnou, pelo contrário, experimentou no final deste mesmo século um maior rigor com a construção de novas leis, específicas e mais rigorosas, entre as décadas de 1960 e 1990, principalmente em relação ao conhecido “patrimônio arqueológico”, via de regra, ameaçado por depredações, roubos e crimes correlatos (MEDAUAR, 2012; FONSECA, 2009).

Dentro dessas instituições acima citadas, e sob a égide da legislação patrimonial, essas preocupações transformaram-se em pesquisas que visavam anunciar e estabelecer parâmetros para a promoção e preservação do patrimônio em todo território brasileiro. No caso do patrimônio arqueológico, um dos primeiros diagnósticos realizado por especialistas nessa área, ainda no início do século XX, destaca essas preocupações institucionais, como veremos abaixo.

Em 1938, a antropóloga Heloisa Alberto Torres escreveu um artigo para a Revista do SPHAN, intitulado: “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e

³ Atual Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN.



etnográfico no Brasil”, em que debate o preocupante estado de conservação das “jazidas arqueológicas” brasileiras e os contextos físicos, naturais e sociais que contribuem para sua destruição, propondo assim, medidas de preservação deste mesmo patrimônio.

A autora informou por meio deste artigo que as “[o]rdens dos danos” eram principalmente três, dentre os quais “[o]s danos causados pelo tempo, [pela] ignorância do povo [e pelos] interesses econômicos imediatos[.]” (TORRES, 1938, p.11). Dentre as três ordens, a mais preocupante era a dos danos causados pelos “interesses econômicos imediatos”, por conta da intensificação de atividades dessa natureza em áreas de sítios arqueológicos, como as observadas pela autora relacionadas à ocupação pecuária, estabelecida naquele momento no arquipélago amazônida do Marajó-PA.

Esses e outros contextos contribuíram para a construção de ações “preservacionistas” nesse âmbito. Um exemplo são as medidas de avaliação arqueológica, implantadas junto à legislação de avaliação ambiental, criada pelo Estado entre as décadas de 1980 e 1990 (MEDAUAR, 2012).

Desta maneira, áreas sujeitas a impactos causados por atividades econômicas – como obras infraestruturais – que vem sendo realizadas na Amazônia desde a década de 1950, só eram agora permitidas em fins do século XX, a partir da avaliação prévia das áreas, tendo em vista o objetivo de salvaguardar o patrimônio arqueológico, que deveria se dar a partir de estudos realizados por instituições e empresas de pesquisa especializadas (FUNARI, 1981).

Neste contexto, pesquisas arqueológicas floresceram em vários lugares do Brasil, inclusive na Amazônia, um dos principais palcos dessa dinâmica. Vários trabalhos têm sido publicados nesse âmbito. Tanto no sentido de anunciar a necessidade de intervenções patrimoniais, quanto como resultado dessas intervenções. A principal proposta destes estudos é o de minimizar os problemas causados pela atual dinâmica de ocupação na região (BARRETO, 1992; CALDARELLI; MONTEIRO DOS SANTOS, 1999-2000; FUNARI, 2001).

Contudo, deve-se destacar que essas preocupações levaram alguns pesquisadores não só a destacarem esta questão dentro dos processos legais de avaliação ambiental, mas também na dinâmica cotidiana em áreas marcadas por outras atividades humanas espontâneas, que também impactam e transformam o ambiente, e conseqüentemente, o patrimônio arqueológico e a integridade de seus sítios. Locais como pequenas e grandes cidades, vilas em zonas rurais, garimpos e fazendas agropecuárias, tem sido alvo de estudos e indicadas como áreas que necessitam também de um “olhar preservacionista” sobre os vestígios de antigas ocupações ali encontrados, visto que vários sítios



arqueológicos nesses locais estão ameaçados de destruição (MAGALHÃES, 2006; LIMA; MORAES, 2010; MENDES, 2016).

Entretanto, as preocupações com o passado não param apenas nos “olhares de promoção e preservação”. Atualmente grupos de pesquisadores têm também privilegiado estudos e pesquisas sobre como os grupos humanos atuais relacionam-se com esses vestígios do passado. Desta forma, não só o saber passado conhecido por meio dos fragmentos encontrados em sítios arqueológicos é preocupação iminente, mas também as nossas relações com esses bens passaram a ser alvo de observações e de reconhecido interesse, principalmente acadêmico.

Não buscando exaurir os exemplos neste campo que interessa principalmente a antropologia e a arqueologia, citamos aqui alguns estudos sobre a Amazônia que podem destacar essa abordagem. Estes estudos têm buscado observar entre vários grupos humanos residentes tanto nos grandes conglomerados urbanos, quanto no interior do nosso território, zonas rurais e regiões ribeirinhas, entre as comunidades tradicionais, as representações, ressignificações e relações de identidade e território consonantes entre esses grupos ocupantes atuais e os artefatos do passado.

Márcia Bezerra (2013) em artigo intitulado “Os Sentidos Contemporâneos das Coisas do Passado: reflexões a partir da Amazônia” reflete sobre a necessidade de destacar a “fruição” das pessoas com as “coisas do passado”, que por ela tem sido observado em várias regiões da Amazônia, especialmente em comunidades localizadas sobre sítios arqueológicos; como exemplifica com alguns casos de agricultores que habitam próximos a Rodovia Transamazônica, estrada que corta parte da Amazônia onde afloram vários sítios que as pessoas têm contato e os representam, ressignificam e elaboram o que a autora chama de “metáforas sensoriais”, de modo que essas coisas do passado passam a fazer parte do universo desses grupos presentes de variadas formas.

Outro caso com relação à elaboração de sentidos e interpretações feitas por grupos humanos atuais sobre esses vestígios, são os relacionados a construções de mitos que exercem papel fundamental nas organizações sociais de comunidades, inclusive das populações indígenas.

Fabíola Silva (2002), em artigo intitulado “Mito e Arqueologia: a interpretação dos *Asurini* do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no Parque Indígena *Kuatinemu-Pará*”, destaca que nessas relações a questão mítica é encontrada. Em momentos de convivência com os *Asurini* do Xingu Silva observou que artefatos como fragmentos cerâmicos e vestígios líticos arqueológicos são ligados a personagens míticos que exercem influência sobre a organização social do grupo. Segundo a autora esses vestígios “são testemunho de uma serie de acontecimentos míticos, sendo atribuídos a



diferentes seres sobrenaturais que povoam o seu cosmo e, ao mesmo tempo, integram as suas práticas cotidianas e rituais” (p.175-176). Narrando um exemplo relacionado aos polidores⁴ encontrados às margens de rios e igarapés ao redor da aldeia, ela destaca:

Os *Asurini* chamam as bacias de polimento de *Mayra enewa* ou *Mayra apykauera* e os polidores de *gapypapera*. Ou, em outras palavras, são as marcas dos pés e das nádegas de *Mayra* [...] *Mayra* é o herói criador e ancestral mítico *Asurini*. Foi ele que fez o ser humano, os animais, os objetos culturais, e quem ensinou as técnicas e as atividades de subsistência [...] Segundo eles essas pedras onde aparecem as “marcas de *Mayra*” caíram do céu há muito tempo [...] (p. 178).

Também no âmbito das discussões sobre identidade e território, o patrimônio arqueológico tem estado presente atualmente nas representações das pessoas. Uma espécie de ligação entre passado e presente tem preenchido o discurso de vários grupos em função da afirmação de identidades étnicas e territórios.

Joanna Troufflard (2012), em artigo intitulado “O que nos dizem as coleções da relação entre moradores e vestígios arqueológicos na região de Santarém, Pará?” Investiga também essas relações de representação e resignificação do comumente chamado “patrimônio arqueológico” entre moradores desta cidade no Pará, que possuem coleções de vestígios arqueológicos em suas casas. Dentre as relações observadas, como as de lembranças da infância, medo e mistérios, e até de importância de memória nacional, também se destacou a de identidade e território.

Para alguns moradores esses vestígios remetem a antepassados, a indígenas que habitaram a região e que são reconhecidos como seus ancestrais. A autora cita a fala de um professor da cidade de Alter-do-Chão, próximo a Santarém, em que o mesmo afirma essa relação da seguinte forma: “A intenção de eu fazer a coleção, juntar esse material é pra identificar a história dos *Boraris* de Alter-do-Chão e encontrar a identidade do povo *Borari* e saber um pouco mais, aprofundar um pouco mais o meu estudo sobre os *Boraris*, que eu me considero um *Borari* também” (p. 68).

O caso de estudos e pesquisas antropológicas e arqueológicas na forma desta última abordagem é que tem nos chamado a atenção aqui; é exatamente o caso dessas relações entre passado e presente/identidade e território. Parece-nos que entre outros grupos indígenas, especificamente localizados no norte do estado do Amapá-Brasil, parte dos vestígios arqueológicos encontrados em suas terras também pode estar sendo resignificados desta mesma maneira.

⁴ Rochas encontradas a margens de redes hídricas em vários lugares da Amazônia, com marcas normalmente arredondadas que provavelmente são registros de uso indígena dessas rochas para polir instrumentos de pedra. Um exemplo na bibliografia sobre arqueologia da Amazônia é o uso dessas rochas para possivelmente polir laminas de machado.



Dessa forma, abaixo destacamos algumas observações preliminares feitas em campo com os *Palikur-Arukwayene*, que acreditamos poder ser mais um exemplo dessas formas específicas de relações com o passado ligado a questões de identidade e território, contribuindo assim com mais uma reflexão sobre essas representações do passado no presente da Amazônia brasileira.

2. O PASSADO E O PRESENTE ENTRE O POVO PALIKUR-ARUKWAYENE: IDENTIDADE E TERRITÓRIO?

No norte do Amapá, temos visto que a questão entre vestígios arqueológicos do passado e grupos indígenas ainda hoje são questões pertinentes. Entre os *Palikur-Arukwayene* a memória dessas “coisas do passado” encontradas em suas terras, principalmente os enterramentos antigos feitos em urnas funerárias, têm sido representadas por eles como vestígios de ancestralidade na região.

É sabido que antes da invasão europeia inúmeros grupos indígenas da costa atlântica sul-americana praticavam complexos ritos fúnebres. Parte destes rituais que foram descritos na literatura dos viajantes mencionam os enterramentos primários e secundários (DEBRET, 2016). Nunes Filho (2005) explica que o enterramento primário consistia em expor o corpo diretamente ao sol, sendo que em alguns casos enterrava-se o morto no solo por um período ritual para depois exumá-lo e promover o enterramento definitivo em urna funerária própria.

Na costa do Amapá e particularmente na Terra Indígena *Uaçá*, território *Palikur-Arukwayene*, observa-se a difusão desta prática de enterramento secundário em tempos antigos por meio do registro e encontro de várias urnas funerárias nessas localidades. A fronteira setentrional do Brasil dos dias atuais no município de Oiapoque-AP é caracterizada pela relativa presença e circulação principalmente desses artefatos arqueológicos de configuração fúnebre e ritualística. Estes vestígios são no cotidiano da população local – de acordo com nossas observações em campo – simplesmente classificados como “coisa de índio” ou “coisa de negros”, em alusão a ocupação humana antes e durante o contato europeu, e também no pós-contato.

Neste contexto, as populações remanescentes da família linguística *Aruaque*, atuais *Palikur-Arukwayene*, obtêm, como boa parte da população que habita nessa região, contato com essas urnas, contudo, eles reivindicam esses bens arqueológicos funerários citando-os como pertencentes aos seus antepassados. Nas falas de alguns *Palikur*, essa relação com o passado está presente desde as narrativas de chegada de seu povo a região. Uma das questões interessantes e que mostra essa relação com o passado é quando estes afirmam



que alguns de seus clãs “vieram do rio Amazonas”⁵, de algum lugar na ilha do Marajó (*Uwet-Manoel Antônio dos Santos, Comunicação Pessoal, 2016*).

De fato, os *Palikur-Arukwayene* são considerados pela literatura etnológica que se inaugura em Coudreau como “índios na origem” (ANDRADE, 2007), e destacam-se no município de Oiapoque atualmente por serem apontados pela população local como resquício de uma “indianidade” que não mudou com o tempo.

De certa maneira isto já era apresentado nos relatos de navegadores europeus como Vicente Yanez Pinzón, datados de 1513, que retratam a costa atlântica da foz do Amazonas até a foz do rio Oiapoque ocupada por numerosas aldeias que foram identificadas como pertencentes aos *Palikur, Palicura* ou *Aruaques* (Machado, 2006).

Do ponto de vista arqueológico, Migeon (2008), ao explanar os estudos e datações realizados por seu grupo de pesquisadores em *l'espace guyano-amazonien*, exatamente no território que compreenderia hoje boa parte da costa das guianas em sua intercessão com o salgado paraense brasileiro, aponta para as centenas de sítios arqueológicos que denunciam a ocupação humana do litoral norte do Brasil, por culturas “aruaquinóides” e “proto-caribes”⁶.

Desta maneira, são os artefatos de morfologia “aruaquinoide”, sobretudo aqueles ligados aos ritos funerários, que são reivindicados pelos atuais *Palikur-Arukwayene* como próprios de seus antepassados.

A tradição oral *Palikur-Arukwayene* entende que os antigos *Palikur* realizavam complexos ritos fúnebres com o que poderia ser chamado de enterramento secundário. O ancião *arukwayene Uwet* (Manoel Antônio dos Santos), narrando a um desses autores aspectos de uma “guerra ameríndia” ocorrida entre os séculos XVI e XVII na região, afirmou que...

“Aqueles homens tiveram que trabalhar muito para cuidar do enterramento de todos os guerreiros. Levaram os corpos a um lugar distante, depois desembarcaram e assaram todos os corpos. [O] trabalho de assar todos os corpos demorou mais de uma semana. Assavam *Kalinã* e *Palikur* e separavam a queima pelos clãs de cada um. Depois fizeram muitos potes. As cinzas e os ossos de cada guerreiro eram colocados dentro de cada pote. Cada clã tinha um pote [específico].” (*Uwet-Manoel Antônio dos Santos. Aldeia Mangue, 2016*).

⁵ Rio *Urumewni*, em língua *Parikwaki*.

⁶ Em comunicação pessoal datada de fevereiro de 2016, por ocasião do Encontro Internacional sobre Culturas Arqueológicas na Guiana Francesa, realizado em Oiapoque-AP, o arqueólogo Gérald Migeon, inquirido por um desses autores sobre a possibilidade da pesquisa arqueológica denunciar uma ocupação Aruaque anterior a outros grupamentos humanos no platô das Guianas, afirmou a impossibilidade de fazer tal afirmação de forma peremptória, visto que os achados arqueológicos da região denunciam cerâmicas e artefatos que tem estilo e morfologia aruaque, daí o termo aruaquinoide. Migeon lembra ainda que para afirmar e datar sem sombra de dúvidas uma antiga ocupação Caribe ou Aruaque na área seria preciso encontrar esqueletos em bom estado, para que a pesquisa genética pudesse afirmar o elo entre povos, culturas e etnias de diferentes temporalidades. Sobre isso ver Michael (2011).



De fato, ainda não se tem um arcabouço de dados que possam dar afirmações concretas sobre essas relações de ancestralidade direta entre os *Palikur- Arukwayene* atuais e os ditos seus ancestrais. E os dados históricos, orais e arqueológicos podem não dar conta de estabelecer essas relações, sendo este um grande desafio para a arqueologia, que é o de cruzar informações de vestígios arqueológicos a grupos étnicos, missão que é considerada quase impossível por alguns autores (SHAAN, 2007; LIMA, 2015).

Contudo, são as narrativas míticas históricas como estas que nos interessam, porque elas destacam uma relação íntima entre esses grupos com os vestígios arqueológicos encontrados em suas terras, que apresentam aparentemente relações fortes com questões de identidade e território.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas narrativas coletadas no âmbito de nossa pesquisa, percebe-se uma memória cultural importante para aquele povo, destacando como eles tem se apropriado dos vestígios fúnebres encontrados nos sítios arqueológicos de sua região. A princípio, essa relação aparenta estar ligada a questão de afirmação de sua ancestralidade e identidade, ao buscar provar que ali no passado seu povo viveu e dominou aquela região. E ainda que naquele ambiente seus guerreiros foram enterrados. Mas é possível inferir que na reivindicação da posse do patrimônio arqueológico estão implícitas outras questões.

De fato, essa ligação desejada e, sobretudo, esta prática discursiva destaca também uma autoafirmação que pode estar ligada também a questões políticas de defesa e manutenção do espaço, indicando relações de afirmação territorial. Pois ligando seus ancestrais aquela terra, ela é validada como seu lugar, seu território.

Trata-se enfim de questões mais que atuais entre os diversos povos da Amazônia, que buscam nos vestígios do passado argumentos para seu cotidiano de luta presente, por uma identidade e territorialidade que garanta seus respectivos paradigmas cosmológicos e existenciais, além dos necessários suportes ao “bem viver”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ugo Maia. **O Real que não é visto: Xamanismo e Relação no Baixo Oiapoque (AP)**. 2007. 338 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2007.



BARRETO, Mauro Viana. A história da pesquisa arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia**, Belém, v. 8, n. 2, p. 203-294, 1992.

BEZZERA, Marcia. Os sentidos Contemporâneos das Coisas do Passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, n. 7, 2013.

CALDARELLI, Solange Bezerra; MONTEIRO DOS SANTOS, Maria do Carmo Mattos. Arqueologia de Contrato no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 52-73, 1999-2000.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil / Jean-Baptiste Debret (tradução de Sérgio Millet)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2016.

FERNANDES, José Ricardo O. Muito Além do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). 2010. Disponível em: <
https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwidpOSb6_jOAhULf5AKHT8ID-IQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fculturadigital.br%2Fpoliticaculturalcasaderuibarbossa%2Ffiles%2F2010%2F09%2F18-JOS%25C3%2589-RICARDO-ORI%25C3%2581-FERNANDES.1.pdf&usq=AFQjCNHh8iPB-HZNziwp2Lmd7BXx8-zljQ&bvm=bv.131783435,d.Y2l. > Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

FONSECA, Marília Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória de política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

FUNARI, Pedro P. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FUNARI, P.P.A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, n. 41, p. 23-32, 2001.

LIMA, Helena P.; MORAES, Bruno. Produção de conhecimento e preservação em debate: aspectos da arqueologia na cidade de Manaus. **Revista de Arqueologia**, v. 23, n.1, p. 90-106, 2010.

LIMA, Tania A. Etnicidade no Registro Arqueológico: o risco da violência interpretativa. In: LIMA, Tania A. (org.). **Identidades étnicas em Arqueologia**: possibilidades e limites. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2015. p. 102-112.

MAGALHÃES, M. P. A Gênese das Sociedades Amazônicas. In: FORLINE, Luiz; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima C. G. (org.). **Amazônia Além dos 500 anos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006. p. 109-123.



MACHADO, Gina G. A Sociedade civil e a preservação do patrimônio – desafios e perspectivas. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 276-285.

MACHADO, Juliana Salles. Dos artefatos às aldeias: os vestígios arqueológicos o entendimento das formas de organização social da Amazônia. **Revista de Antropologia, São Paulo**, v. 49, 2006.

MENDES, Kelton L. M. **Paisagens rurais e os desafios da conservação de sítios arqueológicos na zona rural de Canaã dos Carajás-PA (2013)**. 2016. 74 f. Monografia (Graduação em História) – Escola Superior Madre Celeste – ESMAC, Ananindeua, 2016.

MEDAUAR, Odete (Org.). **Coletânea de legislação administrativa e Constituição Federal**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

MIGEON, Gérald. Le rôle de la Guyane précolombienne dans la zone d'interactions caribéo-amazonienne. **EchoGéo**, n. 6, 2008.

NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. **Pesquisa Arqueológica no Amapá**. 2ª Ed. Revista e ampliada. Macapá: BABA, 2005.

SANTOS, José Luís dos. **O Que é Cultura**. 3ª. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SCHAAN, Denise Pahl. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 2, v. 1, p. 77-89, 2007.

SILVA, Fabiola A. Mito e Arqueologia: a interpretação dos *Asurini* do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no Parque Indígena *Kuatinemu*-Pará. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 18. p. 175-187, 2002.

TORRES, Heloisa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. **Revista do SPHAN**, v. 1, p. 09-20, 1938.

TROUFFLARD, Joanna. O que nos dizem as coleções entre moradores e vestígios arqueológicos na região de Santarém, Pará? In: SCHAAN, Denise Pahl. (org.). **Arqueologia, Patrimônio e Multiculturalismo na Beira da Estrada**: pesquisando ao longo das Rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, Pará. Belém: GKNoronha, 2012.

UWET (Manoel Antônio dos Santos); ALMEIDA, Carina Santos de. **Biografia de Seu Uwet**. Fragmento de narrativa documentada no município de Oiapoque, 2016. No prelo.



GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

RESISTÊNCIA INDÍGENA NA VOLTA GRANDE DO XINGU: BELO MONTE, BELO SUN E OS POVOS JURUNA E ARARA ENTRE VIOLAÇÕES, LUTAS E DIREITOS

Estella Libardi de Souza (UFPA)¹
estellalibardi@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa a resistência dos povos indígenas Juruna e Arara, cujos territórios estão localizados na Volta Grande do rio Xingu, no estado do Pará. Os povos Juruna e Arara foram afetados pela Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, em implantação no rio Xingu, e estão ameaçados pela proposta de instalação, na mesma região, do projeto de mineração de ouro da empresa canadense Belo Sun. Discute-se a mobilização política dos povos Juruna e Arara, em defesa do exercício da autonomia frente às práticas coloniais e violações que pautam a implantação de grandes projetos extrativos no Brasil, como a UHE Belo Monte e o projeto da Belo Sun. Utiliza-se de pesquisa de campo desenvolvida entre 2015 e 2017, com realização de entrevistas com lideranças indígenas, acompanhamento direto de ações e pesquisa documental. Procura-se enfatizar a movimentação política dos povos indígenas – que elaboram estratégias, estabelecem alianças, mobilizam-se, “negociam”, e reivindicam o que entendem por direitos. Ao longo de todo o período de implantação de Belo Monte, os povos indígenas reclamam que não foram ouvidos e consultados, bem como apontam os prejuízos sofridos em decorrência da usina, e promovem ações políticas para expor suas reivindicações e demandar direitos. Com a proposta de instalação do projeto de mineração da Belo Sun, a ação política dos povos da Volta Grande do Xingu, levando em conta as “lições apreendidas” em Belo Monte, direciona-se, também, a impedir a violação dos direitos indígenas no processo de licenciamento ambiental do projeto.

Palavras-chave: Povos indígenas, Direitos indígenas, UHE Belo Monte, Belo Sun, Volta Grande do Xingu.

1. INTRODUÇÃO

A Volta Grande do Xingu (VGX) – como é conhecido o trecho de cerca de 180 km, de rica biodiversidade, formada por ilhas, canais e corredeiras, no qual o rio Xingu faz uma imensa curva, após passar pela cidade de Altamira, no estado do Pará – é território tradicional dos povos indígenas, onde vivem os povos Juruna (Yudjá) e Arara, nas terras indígenas (TIs) Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu, às margens esquerda e

¹ Advogada, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, servidora da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).



direita do Xingu, respectivamente, além de numerosa população indígena, de diversas etnias, em variadas localidades ao longo da volta do rio.

É também o local onde está situada a Usina Hidrelétrica Belo Monte, a maior obra pública em implantação no Brasil. Celebrada pelo governo federal como a maior hidrelétrica brasileira, totalmente nacional, e a terceira maior do mundo, a UHE Belo Monte prevê potência instalada de até 11.233,1 megawatts (MW), com energia firme – isto é, a energia garantida – de 4.571 MW. Os custos da usina somam, hoje, quase 30 bilhões de reais, em grande parte (cerca de 22,5 milhões de reais) financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As obras para construção da UHE Belo Monte foram iniciadas em janeiro de 2011, com o início dos canteiros de obras, e praticamente concluídas em abril de 2016, quando a usina entrou em operação comercial. Em fase de montagem dos equipamentos, a previsão é de que a UHE Belo Monte esteja concluída em 2020, quando todas as 24 turbinas deverão estar ativadas.

Apresentada como “energia limpa, renovável e sustentável” (BRASIL, 2016), o governo federal propagandeia que a inundação provocada pela UHE Belo Monte “[...] não atinge nem um milímetro de terra indígena [...]” (OLIVEIRA, 2011), e insiste em afirmar que “[u]m mal-entendido recorrente é que a usina de Belo Monte afetaria negativamente os povos indígenas do rio Xingu”. (BRASIL, 2015) Contudo, apesar de não alagar TIs, os problemas provocados pela usina aos povos indígenas não são menos expressivos. Entre outros efeitos, Belo Monte provocou o deslocamento compulsório das famílias indígenas residentes na área do reservatório, ao longo do rio Xingu e na área urbana de Altamira; a “perda do rio” sofrida pelos povos Juruna e Arara, cujas terras estão localizadas a cerca de dez quilômetros abaixo do barramento; e enorme afluxo de contingente populacional para a região, o que acarretou outros tantos prejuízos aos povos indígenas afetados pela construção da usina, especialmente, pelo aumento da vulnerabilidade dos territórios indígenas, mais suscetíveis à caça e à pesca ilegais, a invasões e ao desmatamento; e pela deterioração dos serviços sociais na região, sobretudo, de saúde.

O início da operação da usina provocou grandes alterações na VGX. Encheram-se os mais de 500 km² de reservatórios, e a Norte Energia passou a controlar a vazão do Xingu, formando, abaixo do eixo do barramento principal – no sítio Pimental, 40 km abaixo de Altamira – o Trecho de Vazão Reduzida (TVR), isto é, um trecho de aproximadamente 100 km no qual a vazão do rio foi reduzida a níveis muito inferiores às médias históricas. A formação do TVR significou a redução em até 80% da vazão do Xingu e, um ano após o barramento definitivo do rio, em novembro de 2015, os impactos socioambientais da redução da vazão do Xingu começavam a ser percebidos: diminuição e morte de peixes, dificuldades na navegação em trechos do rio, desaparecimento de locais de pesca



tradicionais, aumento de pragas (mosquitos), entre outros. (HARARI, 2016) A magnitude dos impactos da vazão reduzida sobre a manutenção do ecossistema da VGX e, conseqüentemente, sobre o modo de vida das populações da região, é desconhecida; o cenário apontado por especialistas é de catástrofe ambiental. (HERNÁNDEZ, 2009)

Enquanto a UHE Belo Monte é implantada na VGX, outro mega projeto extrativo tenta instalar-se na região. A mineradora Belo Sun Mineração Ltda, subsidiária da canadense *Belo Sun Mining Corporation*,² pretende operar a maior mina de ouro a céu aberto do Brasil, o Projeto Volta Grande (PVG), a poucos quilômetros da barragem de Belo Monte e das TIs Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu.³ A Belo Sun planeja extrair, em média, cinco toneladas de ouro, pelo tempo mínimo de 12 anos, e deixando uma enorme barragem de rejeitos, com capacidade para mais de 35 milhões de metros cúbicos. (PVG, 2017) Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a barragem de rejeitos estaria localizada a aproximadamente 2 km do rio Xingu, no trecho que teve a vazão reduzida por Belo Monte e, além do risco de contaminação do rio pelo arsênio liberado na operação da mina, altamente tóxico, a possibilidade de rompimento da barragem de rejeitos teria consequência catastrófica. (BORGES, 2017) A instalação do PVG foi autorizada pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMA), responsável pelo licenciamento; mas, por ora, está suspensa por decisão judicial.

Autodenominados “donos do rio”, os Juruna e também os Arara são povos navegadores e pescadores, que têm seus modos de vida estreitamente ligados ao Xingu. O Xingu, antes principal meio de transporte, de renda e de subsistência, além de ser local de lazer e parte das suas cosmologias, passa a ser apropriado por grandes projetos extrativos que impactam não somente os territórios, mas também a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas – isto é, sua existência enquanto povos indígenas – considerando que, do ponto de vista da territorialidade indígena, os territórios não são apenas “recursos” naturais (hídricos, florestais, minerais, entre outros) a serem explorados; é espaço sociocultural, lugar sagrado, estreitamente vinculado às cosmovisões indígenas e formas de vida.

Além dos prejuízos dos projetos de Belo Monte e da Belo Sun aos povos indígenas, os processos de implantação de ambos têm em comum a violação do direito de consulta dos povos indígenas, conforme determina a Convenção Nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, incorporada à legislação interna do Estado brasileiro. A Convenção reconhece as aspirações dos povos indígenas a

² A Belo Sun Mining Corporation pertence ao grupo Forbes & Manhattan Inc., que é, segundo a empresa, um banco mercantil de capital privado que desenvolve projetos de mineração em todo o mundo. (BELO SUN, 2016)

³ O estudo de impacto ambiental do componente indígena, apresentado pela Belo Sun, informa que o projeto está distante 11,8 e 16,77 km das TIs Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu, respectivamente. (BELO SUN, 2016)



assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, e estabelece o direito de escolherem suas próprias prioridades quanto ao processo de desenvolvimento, e de participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente, além da obrigatoriedade da consulta aos povos interessados, mediante procedimentos apropriados e de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas. (BRASIL, 2004)

O objetivo deste artigo é discutir a implantação de Belo Monte e do Projeto Volta Grande e a mobilização política dos povos Juruna e Arara, em defesa do exercício da autonomia frente às práticas autoritárias e coloniais que pautam a implantação desses projetos. Utilizando entrevistas com lideranças indígenas, acompanhamento direto de ações e pesquisa documental, analiso, primeiramente a implantação de Belo Monte, a respeito da qual os povos afetados denunciam que não foram ouvidos, e promovem ações políticas para expor suas reivindicações e demandar direitos. A seguir, trato do projeto de mineração da Belo Sun, para a qual a ação política dos povos da VGX também se direciona, na tentativa de impedir a violação dos direitos indígenas, levando em conta as “lições apreendidas” em Belo Monte.

2. A UHE BELO MONTE: CONFLITOS, PREJUÍZOS E “NEGOCIAÇÕES”

Ninguém sabe direito o que vai acontecer. Eu venho lutando contra Belo Monte, e não é porque a obra está pronta que eu vou parar de lutar. Pelo contrário, agora é que a luta começou. (Gilliard Juruna)⁴

A luta dos povos indígenas contra Belo Monte remonta ao final da década de 1980, quando tomaram conhecimento dos planos governamentais para a construção de usinas hidrelétricas no Xingu, que tiveram forte resistência dos povos indígenas, que se mobilizaram contra o projeto, denunciando os prejuízos contra seus territórios e modos de vida e a falta de diálogo do governo brasileiro. O grande encontro dos povos indígenas, organizado pelos Kayapó, em Altamira, em 1989, contra a construção da UHE Kararaô – a ser instalada na VGX – teve enorme repercussão, obrigando o governo federal a adiar e reformular o projeto, renomeado como Belo Monte. Nos anos que se seguiram, as batalhas travadas entre, de um lado, os sucessivos governos que tentaram implantá-lo e, de outro, a população que lutava para impedi-lo, permeadas por embates judiciais, tornaram Belo

⁴ A fala de Gilliard Juruna foi retirada no sítio eletrônico da Aymix – Associação Yudja Mĩratu da Volta Grande do Xingu, disponível em: <www.aymix.org>. Acesso em: 20 set. 2017.



Monte símbolo da persistência do Estado brasileiro em construí-la e da resistência da população que seria atingida, na qual se incluem os povos indígenas.⁵

Em 2005, teve início a terceira tentativa do Estado brasileiro de implantar a UHE Belo Monte, com a promulgação do Decreto Legislativo Nº. 788, pelo Congresso Nacional, que autorizou o Poder Executivo a implantar a usina no Xingu, após a realização dos estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental, entre outros, incluindo estudo de natureza antropológica a respeito das comunidades indígenas localizadas na área sob influência do empreendimento, devendo, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, ser ouvidas as comunidades afetadas. (BRASIL, 2005) Depois de várias decisões judiciais, em meados de 2007, o Supremo Tribunal Federal autorizou o prosseguimento do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte. Os estudos de impacto ambiental referentes aos povos indígenas incluíram, além dos Juruna da TI Paquiçamba e dos Arara da TI Arara da VGX, outros vários povos na “área de influência” do empreendimento, incluindo famílias indígenas que residiam na área urbana de Altamira e ao longo da VGX, que seriam deslocadas compulsoriamente em razão da construção da usina e do enchimento dos reservatórios.

Enquanto o processo de licenciamento da UHE Belo Monte avançava, os povos indígenas permaneciam mobilizados contra o projeto, denunciando a falta de diálogo do governo federal e a violação do direito constitucional de consulta, e ameaçaram ir à guerra caso as obras fossem iniciadas. Os Juruna e Arara relatam que os diversos povos indígenas da região estavam unidos, com o propósito de barrar Belo Monte.

A FUNAI, ao analisar os estudos de impacto ambiental referentes aos povos indígenas, concluiu que Belo Monte era viável, observadas algumas condicionantes de viabilidade, referentes à necessidade que o hidrograma estabelecido para o TVR permitisse a manutenção da reprodução dos peixes e a navegação, evitando mudanças estruturais no modo de vida dos povos indígenas da VGX, além de que fossem devidamente controlados os impactos decorrentes da pressão antrópica sobre as TIs. (FUNAI, 2009a) Ademais, a FUNAI estabeleceu um conjunto de ações, de responsabilidade do poder público e do empreendedor, para a mitigação dos impactos da usina sobre os povos e TIs, que conformam as chamadas condicionantes indígenas da UHE Belo Monte. Quanto à oitiva indígena, a FUNAI afirma que, como órgão indigenista oficial, é o órgão responsável por realizar e conduzir o processo de consultas junto às comunidades indígenas. O órgão indigenista informa a realização de cerca de 40 reuniões com os povos indígenas afetados

⁵ Silva afirma que não se pode considerar Belo Monte apenas enquanto um projeto hídrico, pois representa “[...] um símbolo de resistência e também de persistência, marcado, de um lado, pela luta dos povos indígenas, e por outro, pelo desejo por parte dos sucessivos governantes brasileiros em edificá-la.” (2015, p. 2)



pela usina, e conclui que cumpriu seu papel institucional no processo de esclarecimento e consulta junto às comunidades indígenas, realizando diversas oitivas nas aldeias. “Entretanto, as comunidades indígenas se manifestaram formalmente nas atas das reuniões (em anexo) pela realização de audiência com os representantes do Congresso Nacional.” (FUNAI, 2009a, p. 98.) O ofício do presidente substituto da FUNAI ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) informa que o empreendimento é viável, observadas as condicionantes detalhadas no parecer, e, “[n]o tocante à realização das oitivas indígenas, esta Fundação considera que cumpriu o decreto legislativo 788/05, no decorrer do processo de Licenciamento.” (FUNAI, 2009b) Não foi sequer mencionada a reivindicação dos povos indígenas por uma audiência com representantes do Congresso Nacional.

Embora o governo federal sustente que realizou a oitiva mencionada no Decreto Legislativo N°. 788/2005, por meio da FUNAI, os povos indígenas contestam:

Dizendo eles que eram as oitivas. [...] A gente pensava que era explanação, apresentação do projeto, na verdade, já aparecendo a oitiva. Eles pegaram e fizeram o gancho... A gente não sabia como funcionava e, através disso, eles fizeram as oitivas. [...] Na verdade, a oitiva nunca aconteceu. [...] A gente pensou uma coisa de um jeito e eles acabaram fazendo de outra. Então, quando a gente esperou, pensou que não eles estavam com Belo Monte aprovada, ou seja, [como se tivesse sido aprovada] pelas comunidades indígenas. (José Carlos Arara, aldeia Guary-Duan, TI Arara da VGX. Entrevista realizada em julho de 2016.)

Nós não consideramos oitiva a questão da FUNAI vir aqui com equipe para apresentar Belo Monte. Vieram *apresentar* Belo Monte, não vieram *consultar* nós. Vieram dizer que o empreendimento tava aí, que tal, tal... que ia cumprir as fases todas do processo, sendo que esse primeiro [as oitivas indígenas] eles estavam já burlando. Eles não cumpriram. Passaram por cima e nos enganaram. Essa é a realidade. Nós nunca conseguimos ter crédito na nossa fala, que nós fomos enganados. (Sheyla Juruna, aldeia Boa Vista, TI Juruna do KM 17. Entrevista realizada em agosto de 2016.)

Em fevereiro de 2010, o IBAMA emitiu a licença prévia (LP) da UHE Belo Monte; e, em 20 de abril de 2010, foi realizado o leilão da usina, tendo como vencedor o consórcio Norte Energia. Ainda naquele ano, a Norte Energia, por meio de um termo de compromisso com a FUNAI, deu início ao Plano Emergencial, com duração prevista para dois anos, para a execução de ações de apoio ao etnodesenvolvimento das comunidades e TIs localizadas na área de influência da UHE Belo Monte e fortalecimento institucional da FUNAI. Contudo, o Plano Emergencial se tornou o atendimento de “listas” de lideranças indígenas, o que teve como consequência, no entendimento de muitos indígenas com os quais conversei, a desunião do movimento indígena e conflitos não apenas entre os diversos grupos, mas no interior das próprias comunidades.

Tinha muito índio contra. Eles tinham medo de Belo Monte. O que eu pude ver no pouco tempo é que eles [a Norte Energia] passaram foi dar propina



pra liderança. Agradar um daqui, outro dali. Vendo a necessidade de cada liderança e acabando compensando a pessoa, sabe? E acabou que em vez da pessoa lutar contra passou a ser a favor. Porque quando a pessoa não se manifesta, é porque tá sendo a favor. Então as pessoas que se manifestavam contra o Belo Monte passou a ficar quieta. (Leiliane Juruna, da aldeia Miratu, TI Paquiçamba. Entrevista realizada em julho de 2016.)

Mas, não sei a partir de quem da própria Norte Energia mesmo, que eles faz isso pra colocar uns contra os outros mesmo, começaram a ficar dando presentinho. [...] No fundo, no fundo, a gente sabe qual é a ideia deles, né? A ideia deles é calar os índios. [...] “Nossa, a Norte Energia tá dando tudo: roupa, comida, e viagens.” E festa, que até hoje ainda paga festa ainda pra eles [lideranças indígenas], e dinheiro, que eu soube depois. (Sheyla Juruna, aldeia Boa Vista, TI Juruna do KM 17. Entrevista realizada em agosto de 2016.)

Enquanto a Norte Energia atendia as “listas” de lideranças indígenas, em janeiro de 2011, o IBAMA emitiu licença autorizando a instalação dos canteiros de obras da UHE Belo Monte e, em junho do mesmo ano, emitiu licença de instalação (LI) para o início das obras da usina. Não obstante diversas ilegalidades e irregularidades do processo de licenciamento, não apenas em relação aos povos indígenas, a construção da UHE Belo Monte se impôs como “fato consumado”. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014) Contudo, o início da construção da UHE Belo Monte não resultou no encerramento, mas no prolongamento e, em grande medida, no acirramento do conflito em torno do projeto. Na medida em que as obras avançavam sobre o rio Xingu, crescia a indignação dos povos indígenas, que protagonizaram diversas ações políticas para denunciar os prejuízos sofridos, para expor suas insatisfações quanto às ações executadas pela Norte Energia, e para exigir do Estado brasileiro e da empresa o atendimento de suas reivindicações. Contudo, tratava-se agora, nas palavras de uma liderança Arara da VGX, de manifestações para “negociação”, não mais para “barrar” Belo Monte.

As manifestações indígenas – ocupação de canteiros de obras da usina e dos escritórios da Norte Energia, bloqueio de estradas e rodovias, detenção de funcionários a serviço da empresa, entre outros – evidenciam que, não obstante o governo federal ter logrado implantar o projeto, o conflito é persistente e que a “luta” dos povos indígenas continua. As batalhas prosseguiram nas negociações seguidas a cada manifestação; em audiências públicas promovidas pelo Ministério Público Federal (MPF); em reuniões no curso do processo de licenciamento ambiental; e, também, cotidianamente, em espaços informais, nos escritórios da Norte Energia e de órgãos do governo federal.

Tanto em relação às oitivas, como em relação à execução das condicionantes indígenas, é recorrente a fala dos povos indígenas de que foram “enganados”. Enganados, porque tinham a expectativa se serem ouvidos pelo Congresso Nacional, o que não se concretizou; e porque as “promessas” que lhes foram feitas, em relação à melhoria das suas



condições de vida, com a execução das condicionantes indígenas e do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) – que corresponde ao conjunto de ações e programas para compensar, controlar e mitigar os impactos de Belo Monte sobre os povos indígenas – também não se concretizaram.

O PBA por enquanto só trouxe de mudança o colégio e o posto, porque essas outras coisas não mudou nada, tá tudo do mesmo jeito. A gente só vê dizer que a Norte Energia gastou tantos milhões. [...] Ninguém viu nada, nada, nada, nada... Em aldeia nenhuma ninguém viu nada! (Ozimar Juruna, aldeia Paquiçamba, TI Paquiçamba. Entrevista realizada em julho de 2016.)

No entendimento dos povos indígenas, as ações realizadas pela Norte Energia não são feitas “de boa vontade”, mas conseguidas por meio de briga e manifestação:

A gente só consegue alguma coisa quando a gente vai fazer manifestação. Aí a gente consegue. Quando a gente vê que tá amarrado demais, porque eles não querem fazer mesmo, aí a gente vai lá, né? [...] Aí faz aquele pouquinho ali, aí fica prometendo: “Não, nós vamo fazer aquilo, vamo fazer aquilo outro.” Entretendo nós: “Tal dia nós vamo começar a fazer isso.” Aí a gente fica naquela expectativa. Esperando, esperando, esperando, o tempo vai passando, o tempo vai passando... e nada feito. Aí é quando a gente se aborrece de novo e volta lá de novo. [...] Aí começa de novo, vão enrolando. E aí vão tocando, por enquanto eles tão levando assim, desse jeito: prometendo, prometendo, prometendo, nada feito. Aí a gente tá conseguindo as coisas assim, através de manifestamento. Hoje em dia o manifestamento tá ficando fraco, né, porque já tão terminando de concluir a obra. Quando tava no começo da obra, não. O manifestamento que a gente fazia, vixi maria! De um dia pro outro eles faziam. [...] Agora não, a obra tá terminando e eles ficam amarrando. (Ozimar Juruna, aldeia Paquiçamba, TI Paquiçamba. Entrevista realizada em julho de 2016.)

Para os povos indígenas afetados pela implantação de Belo Monte, os prejuízos têm sido muitos, e o que conseguiram por meio da Norte Energia foi por meio das suas lutas e mobilizações, e dos “acordos” que se seguiram. Em relação às mudanças advindas da implantação da UHE Belo Monte, esta não resultou em melhoria na vida dos indígenas:

Nós vivia muito bem antes de existir esse Belo Monte aqui. Vivia muito melhor antes. [...] A vida de antigamente, nós não tinha essas coisas, mas era garantido o futuro dos meus filhos, a sobrevivência deles. Hoje em dia eu não posso nem pensar no amanhã dos meus filhos, que nem meu pai pensou pra mim, igualmente eu hoje, com essa idade. Eu não consigo imaginar a vida dos meus filhos mais. [...] Nós tamo vendo isso, que nós não vamo conseguir viver ali não. Nós já conversamos muito sobre isso lá na aldeia. Só que assim, não vamo desistir, vamo viver até onde dá. Vamo tentar se manter unido até onde dá. Mas sabendo que ali não vai ter condições mais não. (Leiliane Juruna, aldeia Miratu, TI Paquiçamba. Entrevista realizada em julho de 2015.)

Com a entrada em operação da UHE Belo Monte, após a emissão da Licença de Operação (LO), em novembro de 2015, a Norte Energia passou a regular a vazão do Xingu, com a conseqüente formação do TVR, impondo severas transformações ao ecossistema da VGX. Na prática, a vazão reduzida significou o agravamento e o prolongamento do período de seca; e, no período de cheia, o Xingu jamais atingirá os níveis de vazão registrados



naturalmente, deixando de inundar áreas antes alagadas. O IBAMA, ao emitir as licenças ambientais, determinou o período de seis anos para monitoramento da VGX, a fim de detectar e quantificar a magnitude dos impactos as UHE Belo Monte, tendo em vista que a proposta de vazão para o TVR, apresentada pela Norte Energia, não garantiu com segurança manutenção do ecossistema para as espécies que dependem da inundação, o que poderia resultar no comprometimento da alimentação e do modo de vida das populações da Volta Grande.

As transformações impostas pela UHE Belo Monte, bem como a ineficácia das ações e programas que deveriam mitigar ou compensar os prejuízos dos povos indígenas com a implantação da usina, tornam incerto o futuro da VGX e da sua população, especialmente dos povos Juruna e Arara. Mas, como afirma Gilliard Juruna, embora a UHE Belo Monte esteja pronta, agora é que a luta começou. Trata-se da luta dos povos indígenas para manter garantir a vida na VGX que, além de lidar com as consequências da barragem da mega usina, hoje enfrenta uma nova ameaça.

3. O PROJETO DA BELO SUN: OS POVOS INDÍGENAS EXIGEM CONSULTA

Não estamos dispostos a permitir que novamente o governo passe por cima de nossos direitos. Também não permitiremos mais empreendimentos na Volta Grande do Xingu sem nos consultar. As decisões que tratam sobre nosso presente e futuro não podem continuar sendo tomadas única e exclusivamente pelo governo. (JURUNA DA TI PAQUIÇAMBA; RCA; ISA, 2017)

Em 2012, enquanto as obras para a construção da UHE Belo Monte lançavam as “ensecadeiras” que fechariam progressivamente o rio Xingu, os Juruna e os Arara da VGX tomaram conhecimento de um grande projeto de mineração de ouro que pretende instalar-se na região, e preocuparam-se com possíveis consequências da instalação do projeto sobre seus territórios e modos de vida. Entre os principais impactos socioambientais apontados no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do PVG, estão: alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, da dinâmica hídrica superficial e redução da disponibilidade do recurso hídrico; assoreamento dos cursos d’água; alteração das propriedades do solo e subsolo; indução e aceleração de processos erosivos; alterações da qualidade do ar e dos níveis de pressão sonora; aumento da pressão sobre os recursos naturais; afugentamento e perturbações da fauna; alterações na dinâmica ecológica da comunidade aquática e fauna associada; pressão sobre equipamentos públicos e serviços públicos em função da contratação de trabalhadores externos e da atração de pessoas em busca de empregos; alteração do modo de vida da população e das formas de apropriação e do uso da terra; alteração do uso e ocupação do solo e modificação da paisagem; e



destruição do patrimônio arqueológico; ademais, há alto risco de rompimento da barragem de rejeitos alto risco, durante a operação e após o fechamento da usina. (BELO SUN, 2012)

Contudo, apesar das TIs estarem localizadas a pouco mais de 10 km do projeto, elas eram tratadas de forma superficial nos estudos de impacto ambiental (EIA). Ademais, o EIA não teria tratado de forma adequada os impactos cumulativos com os impactos de Belo Monte. Embora o PVG pretenda se instalar a 2 km do rio Xingu, na área do TVR, na área sobreposta à Área Diretamente Afetada (ADA) e à Área de Influência Direta (AID) da hidrelétrica, o EIA-RIMA do PVG não levou em consideração as alterações nas condições físicas, bióticas e antrópicas que seriam provocadas na região da VGX após a construção de Belo Monte. (ISA, 2013) Ressalta-se que as alterações que seriam provocadas na VGX pela redução do nível das águas do Xingu no TVR não foram previstas e mensuradas de forma precisa nem no EIA-RIMA da UHE Belo Monte, razão pela qual, como vimos anteriormente, o IBAMA determinou o período de seis anos para monitoramento da região, a fim de detectar e quantificar a magnitude dos impactos. Desse modo, por se tratar de uma região em processo de profunda transformação, qualquer diagnóstico ambiental e prognóstico de impactos de empreendimentos a serem instalados na VGX, como o EIA-RIMA do PVG, seria inconsistente e irreal. (ISA, 2013)

Em março de 2013, a SEMA solicitou à Belo Sun que apresentasse, em 120 dias, estudos de impacto ambiental referentes ao *componente indígena*.⁶ Embora os estudos não tenham sido apresentados, em novembro de 2013, a SEMA anunciou a inclusão da LP do PVG na pauta da reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), marcada para 18 de novembro. Logo em seguida, Juruna da TI Paquiçamba divulgaram uma carta endereçada ao governo do Estado do Pará, na qual exigiam ser consultados, de acordo com a Convenção 169 da OIT, sobre o PVG antes de qualquer decisão do Estado brasileiro sobre a LP. Os indígenas ressaltaram que “[n]ão consideramos que simples reuniões ou audiências sejam consulta informada e livre de pressões” e elencaram várias “regras mínimas” a serem seguidas “[p]ara que a consulta seja um processo de diálogo que respeite nossas formas próprias de decisão”. (CARTA..., 2013)

Leiliane Juruna, da aldeia Mĩratu, da TI Paquiçamba, foi a Belém para entregar a carta diretamente aos conselheiros do COEMA. Na reunião, afirmou que: “[n]ós temos certeza que seremos afetados e vim aqui dizer minimamente como queremos ser consultados porque sabemos que temos direito a um processo de consulta e até hoje ninguém foi informado do que está acontecendo”. (LEITE, 2013) Contudo, o secretário da

⁶ A FUNAI, mesmo sem ter sido provocada pela SEMA a se manifestar no licenciamento ambiental do projeto, emitiu, em dezembro de 2012, Termo de Referência (TR) para a elaboração dos estudos, abrangendo possíveis impactos quanto aos povos indígenas “desaldeados” que vivem na VGX e às TIs Paquiçamba, Arara da Volta Grande e Ituna-Itatá, a qual é uma área interdita para estudos referentes a povos indígenas “isolados”.



SEMA afirmou que a Convenção 169 da OIT não se aplicaria ao caso, em razão do projeto estar localizado a mais de 10 km das TIs; disse ainda que a avaliação dos eventuais impactos da mineradora em relação aos povos indígenas não era indispensável para a emissão da LP. (LEITE, 2013) A decisão sobre a emissão da LP foi adiada por pedido de vistas dos conselheiros representantes do Ministério Público do Estado (MPE) do Pará.

Ainda em novembro, o MPF propôs Ação Civil Pública para suspender o licenciamento ambiental do PVG, tendo a liminar sido deferida pela Justiça Federal (JF) de Altamira. Contudo, dias depois, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) suspendeu a decisão liminar. Em 20 de fevereiro de 2014, a SEMA emitiu a LP do projeto de mineração. Poucos meses depois, em junho, a JF proferiu sentença e anulou o licenciamento ambiental do PVG, mas esta decisão foi novamente suspensa pelo TRF-1, que analisa recurso interposto pelo Estado do Pará. No mesmo ano, o MPF ingressou com outra ACP para que o processo de licenciamento seja federalizado, passando para a competência do IBAMA, a qual ainda não teve sentença proferida.

Enquanto ocorriam as batalhas judiciais em torno do licenciamento do PVG, a Belo Sun iniciou as tratativas com a FUNAI para realizar os estudos do *componente indígena*. As primeiras reuniões com os povos indígenas para apresentação do Plano de Trabalho foram realizadas somente em dezembro de 2014: a primeira, com os Juruna e os Arara, na TI Arara da VGX; a segunda, com os indígenas “desaldeados”, na Ilha da Fazenda. Os Juruna e os Arara questionaram a proposta de realização dos estudos com apenas 15 dias de trabalho de campo e somente no “inverno” – isto é, no período chuvoso, quando o Xingu está com altos níveis de vazão – sem considerar o período de “verão”, que é o período seco. Os indígenas afirmaram que não aprovavam, nem de desaprovavam o Plano de Trabalho, e requereram uma nova reunião em fevereiro de 2015, para maiores esclarecimentos. (FUNAI, 2014) Embora tenha concordado com a nova reunião, a Belo Sun queria já iniciar os trabalhos de campo, e solicitou que já fossem definidas as datas, bem como que a equipe fosse apresentada na reunião de fevereiro.

Contudo, no início de 2015, os povos indígenas Juruna da TI Paquiçamba e os Arara da TI Arara da VGX, reunidos, decidiram que não se reuniriam novamente com a Belo Sun antes de elaborarem um protocolo de consulta, para informar ao Estado brasileiro sobre a forma adequada para o diálogo com os indígenas sobre as questões que são de interesse dos governos, mas que os afetam, como é o caso do projeto de mineração da Belo Sun. Desse modo, o início dos trabalhos de campo foi desautorizado pelos indígenas.

Como a gente começou a ter conhecimento da Convenção 169, né? Que a gente tem direito de ser consultado, que a gente não foi consultado de Belo Monte, né? Foi umas simples reuniões e eles já consideraram como consulta. Agora nós já tamo entendendo o que é uma consulta. [...] Aí foi



quando Belo Sun veio fazer reunião lá no Maia, já trouxe até os contratados já pra fazer a pesquisa na Volta Grande, que era cinco dias em cada aldeia. Aí nós: “Não, como é que vai estudar uma natureza, uma vida, dentro de cinco dias?” Que a natureza tá mudando a cada dia, a cada mês, a cada... por época, né? Então tem que ter um período certo pra se estudar como é que vai ficar. Acabou que a gente não assinou, já não tamo mais assinando aqueles minirreunião, nós não tamo assinando, que antes nós tudo assinava. Isso tudo nós... apanhamos primeiro. Nós apanhamos pra poder aprender. Ainda não sabe, mas nós tamo amadurecendo um pouco. E aí foi quando surgiu a proposta, nós pensamos, com base no protocolo dos Munduruku, nós tem direito de ter um protocolo também, porque nós tem o direito de ser consultado, de ser respeitado, né? No nosso tempo. Aí acabou que nós tamo elaborando esse protocolo. (Leiliane Juruna, da aldeia Mĩratu, TI Paquiçamba. Entrevista realizada em julho de 2016.)

Leiliane Juruna, da aldeia Mĩratu, falou sobre a decisão de elaborar o protocolo:

Primeiro nós tivemos que gritar, praticamente, pra poder nos ouvir. [...] Aí foi quando uma vez eles vieram também já querendo fazer uma reunião assim urgente, em cima. [...] Depois veio de novo, aí nós: “Não, nós vamos fazer protocolo de consulta.” Aí foi que eles quietaram. E aí também nós deixemos bem claro, que às vezes eles se comunicam como uma liderança, e diz que o povo daquela região aceitou isso e aquilo. Aí nós também fizemos documento em relação a isso. Nenhuma liderança irá tomar decisão a não ser de acordo de todos da comunidade. Até mesmo pra evitar certos acontecimentos que aconteceu com Belo Monte. Às vezes se comunica com um, às vezes dá propina pra um, que isso acontece muito em Belo Monte, e acaba que prejudica toda uma comunidade, toda vida ali, uma geração por causa uma decisão boba que a pessoa acaba tomando por cima de pressão deles. Aí nós fizemos documento e tá sendo respeitado... por enquanto. (Leiliane Juruna, da aldeia Mĩratu, TI Paquiçamba. Entrevista realizada em julho de 2016.)

A elaboração do protocolo de consulta dos Juruna foi iniciada em julho de 2015, e o documento final foi divulgado em agosto de 2017.⁷ No protocolo, os Juruna afirmam que não aceitarão qualquer projeto que os afaste do rio Xingu ou que inviabilize a sua permanência no rio; e que não irão permitir que mais empreendimentos sejam implantados na VGX sem consultá-los. Os Juruna descrevem os temas a respeito dos quais o governo é obrigado a consultá-los; o momento e a forma da consulta; quem participará das consultas, entre outras questões. E ressaltam que:

Apenas as reuniões que obedecerem às regras deste documento serão reconhecidas como consultas. Afirmamos nosso direito de não participar de processos de consulta que não sejam de nosso interesse ou que não respeitem nosso protocolo. (JURUNA DA TI PAQUIÇAMBA; RCA; ISA, 2017)

Enquanto os Juruna elaboravam seu protocolo, a Belo Sun prosseguiu com os estudos do *componente indígena* sem realizar as pesquisas de campo nas TIs Paquiçamba e Arara da VGX. O estudo foi considerado inapto pela FUNAI, por não ter seguido o Termo de Referência emitido. (FUNAI, 2016) Contudo, isso não impediu a SEMA de emitir a LI do

⁷ Embora tanto os Juruna (Yudjá) do Paquiçamba como os Arara da Volta Grande do Xingu tenham decidido pela elaboração do protocolo de consulta, o único protocolo produzido e divulgado foi o dos Juruna (Yudjá).



PVG, em fevereiro de 2017. A LI foi suspensa tanto pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE/PA), a pedido da Defensoria Pública do Estado, como pelo TRF-1, a pedido do MPF. Contudo, a decisão do TJE/PA foi revista e, hoje, a decisão do TRF-1, ancorada na necessidade de estudos válidos sobre os impactos sobre os povos indígenas, é o que impede a instalação do projeto. Até o momento, nenhuma tratativa para realização da consulta aos povos indígenas foi iniciada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de terem sido “enganados” pelo governo, quando a UHE Belo Monte foi implantada sem consultá-los e foram denominadas como “oitivas indígenas” reuniões que não tinham essa finalidade, dando por cumprido o dispositivo constitucional que exigia a oitiva dos povos indígenas pelo Congresso Nacional, os Juruna e os Arara decidiram que o fato não se repetiria com a implantação de mais um grande projeto na VGX, o projeto de mineração de ouro da Belo Sun. Eles exigiram ser consultados. E os Juruna tomaram a iniciativa de elaborar seu protocolo de consulta, detalhando o que consideram um processo de consulta adequado e como devem ser consultados.

A elaboração do protocolo de consulta pelos Juruna é apenas uma das formas pela qual os povos indígenas da VGX resistem às violações e lutam para se fazerem ouvir e respeitar. A resistência indígena na VGX não é, apenas, luta contra a implantação de grandes projetos extrativos, como a UHE Belo Monte e o PVG – inclusive porque Belo Monte já foi implantada, mas, como afirmam os povos indígenas, a luta continua. Na esteira do que formula Scott (1985) sobre resistência, afirmo que a resistência dos Juruna e dos Arara na VGX se expressa, entre outras, em todas as ações empreendidas para manter viva a VGX e, assim, manterem seus modos de vida, em seus territórios tradicionais, às margens do Xingu; para se opor às pretensões do Estado brasileiro e de grandes empresas, de capital nacional e/ou estrangeiro, de se apropriarem de seus territórios e dos “recursos” que sustentam os seus modos de vida; para denunciar as violações e os prejuízos decorrentes da implantação da hidrelétrica, e para exigir do Estado brasileiro e/ou das empresas o atendimento das suas reivindicações, a fim atenuar os prejuízos sofridos.

Para concluir, sem encerrar a discussão, trago a fala de Leiliane Juruna, que reflete sobre o processo de “amadurecimento” da sua comunidade após terem lutado contra Belo Monte, e agora enfrentando a Belo Sun:

Parar Belo Monte, não para mais. Já tá funcionando já. Mas a gente nunca vai desistir, né? De sempre tá lutando, tá falando, tá passando como tá difícil pra nós aqui, pras pessoas. Agora a gente tá lutando mais assim... a gente tá ansioso com a questão de Belo Sun, né? Que pelo menos, aquela coisa que a gente não entendia, sobre Belo Monte, que a gente acabou sofrendo, apanhando primeiro pra poder entender... De Belo Sun a gente já



tá sabendo. Que nós já tamo fazendo protocolo de consulta, que a gente já quer... Isso aí a gente não tinha, a gente entendia nada disso ainda, tem muita gente que ainda nem entende. [...] Porque é ruim a gente lutar contra um empreendimento, sabe? É muito difícil. A gente luta contra, e o Estado, sei lá, o Brasil, tá querendo, e nós dizendo que não. Mas a gente já tá tendo mais uma maturidade nas coisas. É pra acontecer? Pois, a gente não quer que acontece de qualquer jeito, a gente não quer sofrer que nem a gente tá sofrendo com Belo Monte. Até mesmo porque o empreendimento é diferente e a gente tem mais medo de Belo Sun que de Belo Monte. A gente tá com medo. A gente quer ao menos entender primeiramente qual é esse empreendimento, como é que vai funcionar. E a gente tá nessa briga. (Leiliane Juruna, da aldeia Mĩratu, TI Paquiçamba. Entrevista realizada em julho de 2016.)

REFERÊNCIAS

BELO SUN MINERAÇÃO LTDA. *Projeto Volta Grande*. Componente Indígena – Estudo de Impacto Ambiental (CI-EIA) Terras Indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu, Indígenas Desaldealdos da Região da Volta Grande do Xingu e TI Ituna/Itatá. Senador José Porfírio, mar. 2016.

_____. *Relatório de Impacto Ambiental*. Projeto Volta Grande. Senador José Porfírio, mar. 2012.

BORGES, André. Funai vai à Justiça contra mineração de ouro em Belo Monte. *Estadão*. 06 fev. 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,funai-vai-a-justica-contra-mineracao-de-ouro-em-belo-monte,7000165490>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. *Belo Monte transforma a vida de 11 cidades do Pará*. 25 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/05/belo-monte-transforma-a-vida-de-11-cidades-do-para>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. Congresso Nacional. *Decreto Legislativo Nº 778*, de 2005. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=231371>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

_____. *Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 05 ago. 2016.

_____. *Dilma inaugura usina hidrelétrica de Belo Monte*. 05 mai. 2016. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/dilma-inaugura-usina-hidreletrica-de-belo-monte/>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

CARTA dos indígenas da TI Paquiçamba ao Governo do Estado do Pará, ao COEMA/PA e à SEMA/PA. 16 nov. 2013. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/carta_da_ti_paquicamba_-_consulta_previa_-_belo_sun_-_16-11-2013.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

HARARI, Isabel. *Belo Monte, o que fizeram de nós?* 30 set. 2016. Disponível em: <<https://medium.com/@socioambiental/belo-monte-o-que-fizeram-de-nós-37c4c90b4805>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

HERNÁNDEZ, Francisco del Moral. Energia firme versus Potência instalada, Descrições imprecisas do Projeto, Áreas impactadas invisibilizadas no EIA. In: *Painel de Especialistas*:



Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém: Painel de Especialistas, 2009. p. 118-128.

[ISA] Instituto Socioambiental. *Análise do licenciamento ambiental do Projeto Volta Grande da Belo Sun Mineração*. 22 jan. 2013. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/blog/pdfs/2._manifestacao_belo_sun_isa.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

JURUNA DA TI PAQUIÇAMBA; RCA; ISA. Protocolo de Consulta Juruna (Yudjá) da Terra Indígena Paquiçamba da Volta Grande do rio Xingu. Vitória do Xingu – PA, 2017. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/2017_protocolo_de_consulta_juruna_completo.pdf>. Acesso em: 2 out. 2017.

LEITE, Letícia. Coema adia votação de projeto de mineração vizinho de Belo Monte. *Instituto Socioambiental*. 19 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/coema-adia-votacao-de-projeto-de-mineracao-vizinho-de-belo-monte>>. Acesso em: 12 out. 2017.

OLIVEIRA, Mariana. Índios temem ser isolados pela barragem de Belo Monte. *G1*. 25 ago. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/08/indios-temem-ser-isolados-pela-barragem-de-belo-monte.html>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Introdução: a ABA e a questão de Belo Monte. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João; COHN, Clarice (Orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília: ABA, 2014. p. 12-26.

[PVG] Projeto Volta Grande. *Blog do Projeto Volta Grande*. Disponível em: <<http://www.blogprojetoVOLTAgrande.com.br/index/sobre>>. Acesso em: 11 out. 2017.

SCOTT, James C. *Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

SILVA, Alexandra Martins. *Megaprojetos, conflitos e processo decisório – a análise de uma controvérsia intemporal chamada Belo Monte*. Tese (doutorado). Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Programa de Doutorado em Governança, Conhecimento e Inovação, Coimbra, 2015.

Documentos

[FUNAI] Fundação Nacional do Índio. *Informação nº. 249/COTRAM/CGLIC*, 11 out. 2016.

_____. *Memória de reunião – Componente indígena*, 10 dez. 2014.

_____. *Parecer Técnico Nº. 21 CMAM/CGPIMA*, 30 set. 2009a.

_____. *Ofício nº. 302/2009/PRES*, 14 out. 2009b.



GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

O “PROJETO MOATIZE” E O DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DAS POPULAÇÕES LOCAIS EM MOÇAMBIQUE: UM OLHAR SOBRE AGENTES, AÇÕES E PRÁTICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS¹

Albino José Eusébio (PPGSA-UFPA)²

albinoeusebio@outlook.com.

Sónia Barbosa Magalhães (NCADR-UFPA)³

smag@ufpa.br.

RESUMO

A instalação do “Projeto Moatize de Mineração” pela multinacional brasileira Vale, na Bacia Carbonífera de Moatize, região do vale do Zambeze, província de Tete, região central de Moçambique, obrigou ao deslocamento compulsório de milhares de famílias na sua maioria transferidas para a Comunidade de Cateme, localidade de Kambulatsitsi, distrito de Moatize, a aproximadamente 30km do seu local de origem. As narrativas colhidas durante a pesquisa doutoral realizada no primeiro semestre de 2016 sugerem que o processo de deslocamento compulsório provocou transformações significativas em seus modos originais de viver, habitar, produzir e reproduzir-se. Transformações sociais essas que se evidenciaram, não só, nos constantes lamentos sobre a realidade atual de vida em comparação com “o antigamente”, como também, em constantes ações coletivas de reivindicação e mobilização social contra o antagonismo existente entre o prometido e o realizado e de um modo geral contra a violação dos seus direitos. Na presente comunicação oral buscamos analisar essas ações de reivindicação social explorando o seu repertório, as demandas e as relações que as comunidades atingidas têm estabelecido, no âmbito dessas ações contra-hegemônicas, com outras entidades da sociedade civil moçambicana e ONGs internacionais. Advogamos que no caso de Moatize, essas ações coletivas de reivindicação social protagonizadas na sua maioria por populações rurais (camponeses, oleiros), apresentam narrativas outras para uma reflexão crítica sobre práticas de empresas multinacionais, sobre o arcabouço ideológico da cooperação sul-sul e de um modo geral sobre a atual lógica de desenvolvimento em Moçambique baseada na exploração e exportação de commodities.

Palavras-Chave: Grandes projetos, Deslocamentos compulsórios, Ações coletivas de reivindicação social.

1. INTRODUÇÃO

Desde o início do novo milênio vem se registrando em Moçambique um aumento de

¹Esta comunicação oral é parte da tese de doutorado que ainda está em elaboração, intitulada “Memória e esperança: uma análise sociológica sobre deslocamentos compulsórios provocados pelos grandes projetos de mineração em Moçambique”.

²Mestre e Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará – PPGSA/UFPA. Bolsista da Capes. Membro do grupo de pesquisa “Sociedade, ambiente e ação pública”.

³Doutora em Sociologia e Antropologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará – PPGSA/UFPA. Coordenadora do grupo de pesquisa “Sociedade, ambiente e ação pública”.



grandes projetos de desenvolvimento incentivados por uma política governamental centrada na exploração e exportação de commodities. O país se tornou “atrativo” para as grandes empresas multinacionais ligadas a área de hidrocarbonetos, de exploração energética, do agronegócio e de exploração mineral. Neste último, uma das regiões com maior concentração de investimentos é a Província de Tete, no Vale do Zambeze, região central de Moçambique. É nesta província, concretamente no Distrito de Moatize, que se localiza, por exemplo, o Projeto Moatize de exploração de carvão mineral operado pela multinacional brasileira Vale. A instalação deste projeto obrigou o deslocamento compulsório de milhares de famílias na sua maioria transferidas para a Comunidade de Cateme, localidade de Kambulatsitsi, distrito de Moatize, aproximadamente 30km do seu local de origem.

As narrativas colhidas durante a pesquisa doutoral realizada no primeiro semestre de 2016, sugerem que o processo de deslocamento compulsório provocou transformações significativas em seus modos originais de viver, habitar, produzir e reproduzir-se. Essas transformações sociais se evidenciaram, não só, nos constantes lamentos sobre a realidade atual de vida em comparação com “o antigamente”, como também, em constantes ações de reivindicação contra o antagonismo existente entre o prometido e o realizado e de um modo geral, contra a violação dos seus direitos. Na presente comunicação buscamos analisar essas ações coletivas de reivindicação e mobilização social explorando, não só, o seu repertório, mas também, as demandas e as relações que as comunidades atingidas têm estabelecido, no âmbito dessas ações de reivindicação e mobilização social, com outras entidades da sociedade civil moçambicana e organizações não governamentais internacionais. A nossa análise encontra-se dividida em três pontos essenciais. No primeiro, trazemos uma abordagem histórica sobre a exploração mineral em Moatize. No segundo, exploramos os contextos sociopolíticos que culminaram com a chegada da Vale em Moatize e no terceiro, discorreremos sobre as ações locais de reivindicação e mobilização social tendo como lócus central de análise a comunidade de Cateme.

2. DESENVOLVIMENTISMO E MINERAÇÃO NO VALE DO ZAMBEZE: AS MINAS DE MOATIZE EM PERSPECTIVA

A região do vale do Zambeze ocupa, desde o tempo colonial, um lugar estratégico nas políticas de desenvolvimento e progresso nacional. O inventário feito ainda naquele período pelo Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região de Zambeze, entidade colonial que tinha como objetivo dar mais celeridade ao “desenvolvimento econômico e social”, permitiu mensurar o potencial mineralógico da região, incluindo as enormes reservas de carvão mineral de Moatize. A exploração sistemática e relevante das minas de carvão,



todavia, só começou em meados do século XX. Em 1919, o governo colonial português concedeu as minas de Moatize para uma firma Belga denominada *Société Minière et Géologique du Zambéze*, uma subsidiária do grupo *Cominière*, sediada no Congo Belga, atual República Democrática do Congo. Esta empresa impulsionou, de forma relevante, as atividades de pesquisa e exploração. Em 1925, o carvão de Moatize foi comercializado pela primeira vez. A conclusão, em 1949, da ligação ferroviária entre Moatize e Dona Ana, em Mutarara, permitiu o acesso ao porto da Beira através da conexão com a linha férrea Trans-Zambezia, atual linha de Sena. Segundo Meneses (2014), isto lançou um novo dinamismo na produção mineira em Moatize, aumentando o volume de produção e exportação. Com o início do funcionamento dessa linha, abandonou-se o recurso fluvial para o transporte da produção.

A sociedade belga passou a receber mais aportes financeiros do exterior, possibilitando que o nível de produção anual ultrapassasse as 500.000 toneladas, exportadas como carvão metalúrgico e energético. Em 1949 foi criada uma nova empresa de exploração, “a Companhia Carbonífera de Moçambique (Carbomoc)”, também controlada pela *Société Generale de Belgique* que transferiu os seus ativos no valor de 8 mil contos para a Carbomoc. No total, o grupo belga da *Cominière* detinha 60% do capital e a Companhia de Moçambique, que também contava com investidores belgas, 30%. O Estado português recebeu ações correspondentes aos 10% restantes, bem como o direito a incluir um seu representante no Conselho de Administração (ANDRADE, 2016). Nas décadas 60 e 70 regista-se um declínio na produção provocado, não somente pelos altos custos do carvão de Moatize, mas principalmente pela instabilidade política e militar que se vivia no país. Em 1973 por exemplo, os investidores belgas passaram todos seus ativos para os ingleses da *British South African Company* e para o governo português, que passou a ser o maior acionista (ANDRADE, 2016).

Seguindo a estrutura feita por Miguel (2009), podemos resumir a exploração de carvão mineral de Moatize, no tempo colonial, em cinco fases temporais distintas: (i) entre 1920 – 1948, ocorreram as primeiras fases sistemáticas de exploração mineira, ainda limitadas às camadas superficiais do carvão, devido à falta de capacidade financeira portuguesa de investir em grandes empreendimentos. Neste período a exploração era feita pela firma Belga *Société Minière et Géologique du Zambéze*. (ii) De 1948 a 1954 regista-se um importante incremento e exportação com a finalização da linha férrea Trans-Zambezia, atual linha de Sena, possibilitando que o nível de produção anual ultrapassasse as 500.000 toneladas, exportadas como carvão metalúrgico e energético. A Alemanha, em 1958, chegou a importar 17 mil toneladas de carvão, e a França, 15 mil toneladas no ano seguinte



(ANDRADE, 2016, p. 104; MIGUEL, 2009). Contudo, o carvão de Moatize era, segundo Andrade (2016), reconhecido internacionalmente como um carvão de péssima qualidade, que só encontrava mercado no exterior quando a oferta estava muito baixa e, ainda assim, só poderia ser utilizado pelo comprador após grandes adaptações nas fornalhas construídas para outros tipos de material. Devido este fato, somado aos altos custos de exportação decorrentes da distância do mercado consumidor, o empreendimento dificilmente era autossuficiente. “Em muitos anos, o consórcio atuou deficitariamente, tendo como único cliente fixo a *Trans-Zambezia Railway*, que utilizava o carvão de Moatize em seus comboios para garantir sua exportação” (ANDRADE, 2016, p. 104-105). (iii) De 1955 a 1960 caracterizou-se por um crescimento acentuado na exploração. A produção, embora ainda tenha ficado abaixo da capacidade total do complexo, atingiu 188 mil toneladas, superando as necessidades de consumo local e obrigando a companhia a procurar outros mercados consumidores. (iv) De 1961-1969 foi o ápice da produção, atingindo aproximadamente 400 mil toneladas que abasteciam o parque industrial no sul de Moçambique. (v) De 1970-1973 registra-se o fim da produção decretada pelos altos custos da extração do carvão, bem como pela instabilidade político-militar que assolava o país em consequência da luta de libertação nacional (ANDRADE, 2016; MIGUEL, 2009).

Em 1978, seguindo a política de nacionalização iniciada após a independência em julho de 1975, a Companhia Carbonífera de Moçambique, que continuava explorando o carvão de Moatize, foi nacionalizada através do decreto nº 11/78 de 12 de maio, sendo criada uma empresa estatal denominada Empresa Nacional de Carvão de Moçambique, abreviada em Carbono de Moçambique – Empresa Estatal (Carbomoc-EE). Dois grandes acontecimentos antecederam a nacionalização da Companhia Carbonífera de Moçambique, que explorava as minas de Moatize desde os anos finais do período colonial: (i) o acidente no interior da mina denominada Chipanga VI, em 16 de setembro de 1976, onde perderam a vida aproximadamente 96 trabalhadores moçambicanos e 02 portugueses e (ii) em 02 de agosto de 1977 voltou a verificar-se um novo acidente, desta vez no interior da mina que se denominava Chipanga III, onde morreram 63 moçambicanos e 01 português. Esse segundo acidente desencadeou uma revolta no seio dos trabalhadores moçambicanos, amigos e familiares das vítimas que resultou na morte de quase toda a direção técnica-administrativa da companhia carbonífera de Moçambique (MENESES, 2014).

Na década 80, a produção entrou em declínio em função da crise econômica que assolava o país, provocada pelo fracasso das políticas de desenvolvimento econômico e social imposto pelo regime socialista. A partir de 1983, por exemplo, devido a incapacidade de manter os níveis de produção, o governo se viu na contingência de



suspender a produção em 3 das 5 minas da empresa estatal Carbomoc-EE (MENESES, 2014). O declínio da produção, bem como a crise econômica, foi também influenciado pela guerra civil que assolava o país desde 1977. A impossibilidade de escoamento da já frágil produção em função da destruição da linha férrea de Sena, durante a guerra civil pós-independência, contribuiu para o encerramento da produção e, conseqüentemente, da empresa Carbomoc-EE.

A entrada do novo milênio lança uma nova vaga de produção das minas de Moatize. No ano de 2002 foi aprovada uma nova lei de minas (lei 14/2002 de 24 de julho), com o intuito de dinamizar a atividade de pesquisa e exploração mais sistemática das reservas de carvão mineral em Moatize e outros recursos minerais no país. Essa lei criou um contexto jurídico específico que permitiu, na prática, a possibilidade de um crescimento rápido do setor de mineração em Moçambique, dando espaço para a materialização de uma lógica de desenvolvimento centrada na exploração e exportação de *commodities* (EUSÉBIO, 2016). Foi nesse contexto que foi implementado o Projeto Moatize de exploração de carvão de mineração pela multinacional brasileira Vale, na Bacia Carbonífera de Moatize.

3. O PROJETO MOATIZE DE MINERAÇÃO: CONTEXTOS SOCIOPOLÍTICOS DA CHEGADA DA VALE À MOATIZE

Em 2004 o governo moçambicano lançou um concurso internacional para a exploração das minas de carvão de Moatize - no qual concorreram várias empresas, dentre elas a multinacional australiana BHP Billiton e a multinacional Brasileira Vale. O mesmo foi vencido pela multinacional Brasileira Vale, abrindo espaço para a entrada do primeiro grande Investimento Direto Estrangeiro (IDE) Brasileiro em Moçambique. A vitória da Vale simbolizava a vitória na política econômica do governo de Inácio Lula da Silva (2003-2013), “amigo de África”, caracterizada por uma ampla abertura para o continente africano e em particular, para Moçambique. Abertura essa, centrada no discurso da cooperação sul-sul, como alternativa à relação hegemônica mundial norte-sul baseada, na visão dos defensores da cooperação sul-sul, numa lógica de exploração e dominação. Para compreender esse discurso, torna-se imprescindível discorrer sobre esse novo movimento teórico e político assente no Sul. De fato, o Sul vem cada vez mais se tornando uma categoria sociológica importante no campo geoespistêmico e geopolítico mundial. Em ambos os contextos estão em causa a superação da lógica colonizante “norte-sul”. No campo geopolítico a cooperação sul-sul vem, cada vez mais, assumindo ou se tornando uma alternativa ao caráter violento e neocolonizante da cooperação norte-sul. No campo geoespistêmico, teóricos da sociologia contemporânea como Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses; evidenciam,



por exemplo, a importância do Sul na superação do caráter epistemicida e etnocida do pensamento sociológico ou teoria sociológica contemporânea. Os teóricos partem da premissa de que existe um centro hegemônico de produção de pensamento sociológico contemporâneo baseado no “Norte” com tendência monocultural e com pretensão universalista e colonizadora que invisibiliza outras produções e formas de saberes de sociedades “não-nortenhas”.

A superação dessa tendência, na visão de Boaventura de Sousa Santos, vem do “Sul” e concretamente na valorização das “epistemologias do Sul” (SANTOS, 2007; SANTOS; MENESES, 2009; SANTOS, 2016; SANTOS; ARAUJO; BAUMGARTEN, 2016). Aprender que existe o Sul, aprender a ir para o Sul e aprender a partir do Sul e com o Sul. O Sul não pode – e esse tem sido um posicionamento unânime de outros teóricos desse emergente movimento socioantropológico (COMAROFF; COMAROFF, 2012; CONNELL, 2012; ROSA, 2014a, 2014b, 2015) – ser entendido no sentido de sul geográfico ou hemisfério sul, embora em determinadas situações, e acreditamos que na maioria delas, se sobreponham. Santos e Meneses (2009), por exemplo, concebem o Sul metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos que procuram repensar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial. Valorizar as epistemologias do Sul é expandir a imaginação política além da exaustão intelectual e política do “Norte”, traduzida na incapacidade de “enfrentar os desafios deste século, que ampliam as possibilidades de repensar o mundo a partir de saberes e práticas do sul global, e desenhar novos mapas nos quais cabe o que foi excluído por uma história de epistemicídio” (SANTOS; ARAUJO; BAUMGARTEN, 2016, p. 15). É também reconhecer o pluralismo e a diversidade epistemológica e ontológica, bem como a necessidade de uma ecologia, não só, dos saberes – a ecologia dos saberes que se baseia (i) no reconhecimento da pluralidade de conhecimento heterogêneos e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia; (ii) na diversidade epistemológica do mundo; (iii) na renúncia a qualquer epistemologia geral e na crença na ciência como única forma de conhecimento válido e rigoroso (SANTOS, 2007) - como também de temporalidades, reconhecimentos e de produtividades (SANTOS; ARAUJO; BAUMGARTEN, 2016).

O sociólogo Marcelo Rosa considera importante reconhecer a relevância dos conhecimentos produzidos no Sul, com destaque para o continente africano, para se pensar e repensar a própria maneira como narramos a história das ciências sociais e para desafiar nossos modelos teóricos. Rosa (2015, p. 316) vê o Sul como espaço privilegiado de uma “sociologia não exemplar”. Uma sociologia que se caracterizaria, por um lado, por uma postura metodológica que evite *a priori*, não só, a definição de nossa investigação a partir de



narrativas prontas (exemplares), como também, a definição de um objeto por comparação e derivação; por outro, que se dedique, “aproveitando contextos empíricos e arranjos intelectuais específicos e ainda pouco explorados, à produção de métodos e de novos objetos que ampliem e desafiem os atuais parâmetros que dominam a disciplina e a mantêm refém de poucos objetos teóricos exemplares”. Estes fatos evidenciam que o Sul constitui, no campo geoespistêmico mundial, uma categoria relevante na descolonização do conhecimento e na luta contra o imperialismo intelectual o qual é resultado da lógica desigual e colonizante de relação (saber-poder) norte-sul.

Essa superação da lógica desigual e colonizante norte-sul é também a base da relevância que o Sul vem assumindo atualmente no campo geopolítico mundial. A cooperação sul-sul (CSS) se assume, tal como acontece no campo geoespistêmico, como uma alternativa à superação das tradicionais relações norte-sul, vistas como desiguais, de exploração e neocoloniais. Aqui, também o Sul assume uma posição metafórica. Se enquadram nesse sul metafórico, países identificados no contexto geopolítico mundial como sendo países emergentes tais como o Brasil e subdesenvolvidos como é o caso de Moçambique. A cooperação sul-sul é um discurso concebido e desenvolvido por países como o Brasil, China, México, Índia, China, Turquia, África do Sul, países emergentes que eram antigamente beneficiários da cooperação internacional para o desenvolvimento esse encontravam na periferia do sistema econômico mundial, mas que, devido ao ativismo multilateral dos países em desenvolvimento, dos processos de transformação do sistema internacional desde os anos 1990, passam a definir sua agenda como países doadores (MILANI, 2012). Da articulação destes países surgiram os chamados BRICS, que tenderam a avançar no sentido da maior concertação e unificação do Sul (em 2001, as quatro grandes economias em crescimento do Brasil, Rússia, Índia e China foram reunidas sob a sigla “BRIC”, porém, no fim de 2010, após a realização de duas reuniões de cúpula, a África do Sul juntou-se ao grupo). Com a entrada dos BRICS no palco internacional, a cooperação para o desenvolvimento ganhou novos ímpetus, na medida em que esses países se firmam cada vez mais como vetores de tecnologias, ideias e produtos. Comparecem, assim, como novos protagonistas no cenário internacional, criando e fortalecendo redes de intercâmbio sul-sul, sobretudo aquelas voltadas para a realização de investimentos diretos nas economias do referido eixo, notadamente nos países africanos (SILVA, 2014, p. 41).

O discurso da CSS dá, de certa forma, sequência às denúncias feitas por intelectuais da teoria da dependência como Samir Amim - que denunciam a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), que vem sendo implementada pelos países do “norte” em países do “sul”, como uma tentativa de preservação do capitalismo, servindo



como ferramenta de manutenção e legitimação da hegemonia dos países centrais do sistema internacional, na medida em que “antigas colônias, agora emancipadas, poderiam ser mantidas em relações de dependência e de garantia do funcionamento da economia internacional” (MILANI, 2012, p. 219) - e busca, pelo menos em termos ideológicos, introduzir uma nova visão do desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento, fundado em alianças entre países do Sul, baseada no princípio da não intervenção, à defesa da horizontalidade dos programas de cooperação, bem como, garantir uma inserção internacional diferenciada de alguns países do Sul em um diálogo com os países desenvolvidos (MILANI, 2012, p. 227).

Foi com esse discurso de CSS que o Brasil se lançou para o continente africano e se aproximou de Moçambique. O Brasil chegou a África afirmando que ofereceria ajuda desinteressada para pagar uma dívida histórica: os três séculos de escravidão, pois os africanos levados a força pelo Atlântico construíram o Brasil e formaram o seu povo e agora o Brasil retribuía cooperando em áreas como educação, saúde e agricultura “sem pedir nada em troca” (ROSSI, 2015, p. 51). Neste contexto, a política de CSS Brasileira passou a ser difundida e caracterizada por inserir o Brasil como um “novo doador” que se diferencia dos doadores tradicionais – EUA e países da OCDE – na medida em que disponibiliza recursos não reembolsáveis, não vincula a ajuda externa a condicionais econômicas e/ou políticas como também, enfatiza “o caráter da “horizontalidade” entre doador e receptor e a “autonomia” do país receptor (SILVA, 2014).

No entanto, nesse discurso, evidenciam-se os interesses políticos e econômicos da política externa Brasileira em relação aos países africanos como parte de uma estratégia da diplomacia Brasileira para conquistar espaço no quadro institucional internacional (MUTZENBERG, 2014, p. 142). Apesar da ampla diversidade das áreas de cooperação Brasileira em Moçambique – o Brasil coopera com Moçambique e outros países da África subsaariana em áreas tais como: agricultura tropical; medicina tropical; ensino técnico (em apoio ao setor industrial); energia; e proteção social (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011) – o projeto de Moatize, operado pela Vale, continua sendo a cara e um ator determinante da aproximação entre os dois países.

Depois de vencer a concorrência internacional, a Vale começou a fazer estudos minerais que mostraram que a reserva tinha 1,87 milhões de toneladas de carvão bruto e vida útil de 35 anos, a mina seria a segunda maior do mundo ao céu aberto (ROSSI, 2015). Em 26 de junho de 2007 a mineradora assinou através da sua subsidiária Rio Doce Moçambique Limitada (RDML) - entidade de direito moçambicano criada para desenvolver o projeto Moatize e deter a licença de propensão, pesquisa e concessão mineira – um



contrato, equivalente a um prazo de 25 anos renováveis por mais 25 anos, para exploração em mina de céu aberto do carvão de Moatize numa área estimada em 23 780 hectares, incluindo áreas de ocupação imemorial ou datada pelas populações locais na sua maioria camponesas na sua forma de organização, produção e reprodução social e econômica. Neste contexto, a instalação do projeto obrigou inicialmente o deslocamento compulsório de 1365 famílias, em tempo *record*, entre os dias 9 de novembro de 2009 a 21 de abril de 2010, dos bairros Chipanga, Mithethe, Bagamoyo e Malabwé. Deste número, aproximadamente 300 famílias foram deslocadas mediante indenização em dinheiro para reconstruírem, pelos seus próprios caminhos, suas vidas em outros locais. 289 foram deslocadas para o “bairro 25 de Setembro”, também conhecido como “bairro 5” nos arredores da Vila Sede de Moatize. Esse bairro foi destinado para aqueles que eram funcionários, trabalhadores e comerciantes. Aproximadamente 715 famílias as quais foram classificadas como rurais, foram compulsoriamente deslocadas para “Cateme”, a 36 Km da Vila de Moatize.

4. AGENTES, AÇÕES E PRÁTICAS COLETIVAS DE MOBILIZAÇÃO E REIVINDICAÇÃO SOCIAL

Inicialmente não sabia quem iria nos tirar. Primeiro a falar que iríamos sair foi o líder [do bairro], depois do líder foram os da empresa Vale dizer que nós é que iremos explorar e tudo vocês vão encontrar lá. E nós como sabemos que o governo é nosso pai e nós seus filhos cedemos. Depois a empresa começou com palestra falando de como iríamos viver, como a transferência se faz, usando teatro, prometeram indenização das machambas, lá terão machambas e como estão à beira do rio vão calhar a beira do rio e quando chegamos aqui encontramos isto⁴.

A chegada da Vale à Moatize, não só, marca o início de uma nova fase na exploração das ricas minas de carvão de Moatize, como também, inaugura um novo período e nova história na vida cotidiana das populações que viviam no bairro Chipanga, Mithethe, Bagamoyo e Malabwé, arredores da vila de Moatize. As narrativas colhidas na primeira fase da pesquisa doutoral na comunidade de Cateme, sugerem que houve uma transformação significativa nos modos de vida e concretamente nas bases de reprodução socioeconômica dessas comunidades, em função do deslocamento imposto. Está presente nas narrativas uma distinção entre o hoje e o antigamente. O hoje é sempre narrado e interpretado em oposição a esse antigamente⁵. Há, nessas narrativas, duas fases: a vida antes da chegada dos grandes projetos, portanto, antes do deslocamento compulsório, e a vida depois da chegada dos grandes projetos, ou seja, depois do deslocamento para a Comunidade de

⁴Sra. Antônia, entrevista realizada no dia 19 de março do dia 2016, no bairro Malabue, comunidade de Cateme (todos os nomes dos interlocutores são fictícios)

⁵Num estudo anterior sobre os efeitos sociais dos deslocamentos compulsórios provocados pela construção da Barragem Hidrelétrica de Tucuruí no rio Tocantins, no Estado do Pará, destacamos a prevalência dessa mesma lógica de distinção entre o hoje e antigamente, no qual o hoje é, tal como na comunidade de Cateme, narrado e interpretado em função desse antigamente. Ver: Magalhães (2007).



Cateme. Isso evidencia uma certa ruptura, que o seu grau varia em função de cada dimensão (social, econômica e cultural). No contexto socioeconômico, por exemplo, o hoje é visto como espaço de alternativas limitadas de sobrevivência, e sendo tal espaço de “vida dependente” em relação ao antigamente, ou “antigo lugar”, visto como espaço de diversas alternativas de sobrevivência ou espaço de “vida independente”.

A ruptura é também em função das promessas feitas, mas não cumpridas. Isso justifica não somente os constantes lamentos, como também o processo de mobilizaçãosocial para garantia dos seus direitos, com resultados incipientemente visíveis como, por exemplo, a eletrificação das vias públicas e das residências, a reabilitação das casas, a ampliação do sistema de abastecimento de água etc. Desde o início do processo de mobilização e reivindicação social em 2010, as comunidades afetadas têm lançado mão de uma pluralidade de repertórioque vão de petições e cartas denúncias enviadas ao governo de Moçambique, para tomar providências para que a Vale cumprisse seus compromissos, até ao bloqueio das estradas de acesso à mina da Vale em Moatize e a linha férrea de escoamento do carvão (MUTZENBERG, 2014). Um dos confrontos marcantes aconteceu em 2013 quando a comunidade de Cateme, reivindicando o cumprimento das diversas promessas feitas (acesso à água, terra fértil, energia, indenização, bens coletivos de transporte, saúde, educação etc.), bloqueou a linha férrea de transporte de carvão que passa a escassos metros da comunidade de Cateme numa ação violentamente reprimida pela polícia, o que reforça a prevalência de uma lógica intimidatória na relação entre o governo e a empresa, de um lado, e as comunidades afetadas, por outro.

Nunca fizemos manifestação sem dar comunicação à empresa, ao governo distrital, aos postos policiais. Só que prontos, nosso governo sempre é assim, nunca vai aceitar, mesmo que levemos tudo dentro das normas [legais] eles sempre procuram forma de intimidar as pessoas, o problema do nosso governo é esse. As nossas manifestações não são contra o governo, mas sim contra [as ações da] empresa, mas eles chegam com armas e começam a bater pessoas⁶.

As famílias compulsoriamente deslocadas têm tido o apoio de outras organizações nacionais e internacionais. Dentre as nacionais destacam-se a ONG Justiça Ambiental, a Casa Embondeiro, o Centro Terra Vida (CTV), Acção Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU) e Associação de Apoio e Assistência Jurídica a Comunidades (AAAJC), essa última que atua no apoio às comunidades locais e cidadãos na defesa dos seus direitos e na resolução de conflitos. Em Moatize a AAAJC atua na assessoria e assistência jurídica das comunidades locais atingidas pelas atividades de mineração. Das organizações internacionais destacam-se a Articulação Internacional dos

⁶Sr. Paulo, entrevista realizada no dia 22 de março de 2016, na vila de Moatize.



Atingidos pela Vale, o Greenpeace, ONG Declaração de Berna (MUTZENBERG, 2014), bem como a Oxfam, a qual tem regularmente desenvolvido seminários sobre os processos de consulta comunitária e os direitos legais das comunidades locais. As reivindicações em Cateme continuam, pois, os resultados têm sido incipientes. É comum ouvir em Cateme palavras como "...a nossa situação é essa mesma e nada muda, parece que estamos num campo de refugiados...". A constante fuga de responsabilidade por parte do governo distrital e a mineradora Vale, sendo que a Vale remete a solução das demandas das comunidades atingidas ao governo distrital e o governo, por sua vez, remete à mineradora e vice-versa, reforça o sentimento de abandono. Abandono esse que é mais imputado ao governo distrital pois, na visão das populações atingidas, como um "pai" devia interceder por "seus filhos". A carta denuncia, bem como a constante solicitação de encontros com a administração distrital ainda tem sido um dos repertórios mais usados para denunciar a realidade atual de vida e o incipiente resultado das suas reivindicações, embora o bloqueio da linha férrea não seja ainda uma hipótese descartada, tal como evidenciam as palavras "se continuar assim vamos bloquear a linha férrea de novo..."⁷.

As demandas ainda centram-se na questão da canalização da água para as residências; emprego prometido; os problemas de infiltração e rachas nas casas, as quais mesmo após a primeira intervenção da empresa continuam visíveis; as machambas⁸ para um número de 43 famílias compulsoriamente deslocadas que após terem recebido o primeiro hectare de terra para agricultura, foram arrancadas pelos nativos devido a uma negociação mal concluída com a empresa mineradora e o governo distrital; a situação dos oleiros que ainda reclamam a indenização prometida devido a destruição dos seus fornos e o fechamento da área de produção no âmbito da instalação do projeto; o destino dos 2.75% das receitas geradas pela exploração mineira e petroleira que por lei são canalizadas para o "desenvolvimento das comunidades" das áreas onde se localizam os projetos. Na visão das comunidades compulsoriamente deslocadas esse valor devia ser usado para melhoria das condições de infraestrutura no "novo lugar" fato que não vem se verificando⁹. "... não queremos o dinheiro só para nós, mas, pode se usar primeiro esse dinheiro para resolver os nossos problemas e depois pode-se usar para outros planos do governo distrital..."¹⁰. Ou seja, o antagonismo entre o prometido e o cumprido continua no centro das ações coletivas de reivindicação e mobilização social em Cateme em particular e Moatize no geral. Advogo que essas ações coletivas de reivindicação e mobilização social em Moatize, denunciam um

⁷Sr. João, entrevista realizada no dia 17 de março do dia 2016, comunidade Cateme

⁸Designação de porção de terra que é usada para a prática de agricultura familiar (BRAÇO, 2017, p. 227)

⁹No ano de 2015 foram destinados no âmbito do orçamento geral do estado 3 258 740 000.00 Meticais (MT) via governo distrital para a comunidade de Catembe. Para todo o distrito de Moatize foram 10 878 750 000. 00MT que além da comunidade de Cateme deviam ser canalizados para as comunidades de 25 de setembro Chipanga II e Benga, essas duas áreas de reassentamento do projeto de Benga atualmente operado por um consórcio de empresas Indianas denominada *International Coal Ventures Private Limited* (ICVL).

¹⁰Sr. Paulo, idem, ibidem.



desenvolvimento violento baseado na prevalência do que Sousa Santos (2007) denomina de uma lógica de “apropriação e violência” naquele contexto sociocultural, violência essa atenuada por um discurso governamental de desenvolvimento e progresso nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociologia ao abordar a realidade de vida cotidiana dos diversos grupos sociais colocados, por exemplo, a margem das políticas de desenvolvimento nacional, mais do que denunciar os diversos problemas que as atinge, deve criar espaço para que as vozes, práticas e ações desses grupos sociais sejam visibilizadas. É nessa perspectiva que se enquadra a nossa comunicação oral, ao buscar evidenciar ações e práticas locais de reivindicação social diante do avanço dos grandes projetos de mineração em Moatize. A análise foi inspirada em Arturo Escobar – quando lança uma crítica à globalização e desenvolvimentismo a partir da noção de lugar, vista por ele como uma categoria relevante para se pensar novas formas de pós-desenvolvimento, não capitalismo e álter-natureza (ESCOBAR, 2005a), bem como quando destaca a importância das práticas dos movimentos sociais (principalmente os movimentos sociais dos países do terceiro mundo que são uma reação a atual ordem social hegemônica; forças anti-imperialistas dos vários Grupos Étnicos e das Mulheres que desafiam o etnocentrismo europeu, epistemologias convencionais) como formas alternativas, não apenas ao desenvolvimento, mas também, a visões hegemônicas de democracia, economia e sociedade que são fundados exclusivamente numa lógica capitalista de produção, organização e relação social (ESCOBAR, 2005b). No caso concreto de Moatize, essas ações e práticas locais de reivindicação e mobilização social, realizadas na sua maioria por populações rurais (camponeses, oleiros), apresentam narrativas outras para uma reflexão crítica sobre a atual lógica de desenvolvimento em Moçambique baseada na exploração e exportação de commodities, sobre práticas de empresas multinacionais, bem como sobre o arcabouço ideológico da cooperação sul-sul. Mais do que uma nova lógica de cooperação, no campo econômico, o Brasil mantém as mesmas bases tradicionais da cooperação norte-sul que diz buscar superar. Advogamos que uma das vantagens da cooperação sul-sul seja a introdução de novos atores com papel hegemônicos na arena internacional ampliando espaço de negociação e cooperação internacional para os países pobres, como Moçambique. Além de depender exclusivamente dos doadores do Norte, Moçambique hoje já tem uma amplitude de negociação com a China e com o Brasil, África do Sul, Índia, etc. Sendo assim, a relação norte-sul vai se moldando e se reestruturando no encadeamento dualístico das relações. Apesar de destacar a horizontalidade, reciprocidade e equidade, existe sempre um superior e inferior nessa relação, o Brasil e a África do Sul, por exemplo, podem ser o Sul dos Europeus e dos Norte Americanos, mas são o Norte de Moçambique, assim sucessivamente. Por trás de todo discurso, existe o interesse da multiplicação do capital e do lucro. Com isso queremos dizer que há muita continuidade no campo pragmático das relações norte-sul do que cismas que



justifiquem a existência de uma nova forma alternativa de relação entre os estados, tal como propõe o discurso Brasileiro de relação sul-sul. A realidade de vida cotidiana em Cateme é uma evidencia disso.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Inácio de C. Dias. **“Tem um espírito que vive dentro dessa pele”:** feitiçaria e desenvolvimento em Tete, Moçambique - 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2016.

BANCO Mundial; Ipea. **Ponte sobre o Atlântico Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento.** Brasília: Banco Mundial, Ipea, 2011.

BRAÇO, António Domingos. **Pana nsanje, pana mwambo: gênero e narrativas orais do povo Sena em Moçambique.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2017.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Theory from the South: Or, how Euro-America is Evolving Toward Africa. **Anthropological Forum: A Journal of Social Anthropology and Comparative Sociology**, vol.22, n.2, p.113-131, 2012. <http://dx.doi.org/10.1080/00664677.2012.694169>.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 27, n. 80, p. 10-20, 2012.

ESCOBAR, Arturo. Imagining a post-development era?. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Ed.). **The anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism.**Malden: BlackwellPublishing, 2005b. pp. 341-351.

_____. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: Edgardo Lander (org.): **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.**ColecciónSur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005a, pp.133-168

EUSÉBIO, Albino José. “*Cancope*” a comunidade onde nutre a esperança: transformações sociais na vida cotidiana de uma comunidade rural do distrito de Moatize, província de Tete, Moçambique. **Revista Visagem**, Belém, vol. 2, n. 2, p. 354-371, 2016.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Lamento e Dor. **Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal



do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. Belém, França, 2007.

MENESES, Isaú. **Globalização, urbanização e culturas locais**. Matola: Instituto Superior de Artes e Cultura (ISArC), 2014.

MIGUEL, Inês Domingos S. **A Companhia Carbonífera de Moçambique: evolução sócio-histórica no período 1950 – 1973**. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Centro de Estudos Africanos. Universidade do Porto, 2009.

MILANI, Carlos R. S. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **CADERNO CRH**, vol. 25, n. 65, p. 211-231, 2012.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº 14/2002 de 24 de junho** – Lei de Minas de Moçambique.

MUTZENBERG, Remo. Protestos sociais em Moçambique: uma agenda de pesquisa. **Civitas**, vol. 14, n. 1, p. 137-153, 2014.

ROSA, Marcelo. África, o sul e as ciências sociais brasileiras. **Sociedade e Estado**, vol. 30 n. 2, p.313-321, 2015.

_____. Sociologias do Sul. Ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. **Civitas**, vol. 14, n. 1, p. 43-65, 2014a.

_____. Theories of the South: limits and perspectives of an emergent movement in social sciences. **Current Sociology Review**, vol. 62, n.6, p. 851-867, 2014b.

ROSSI, Amanda. **Moçambique, o Brasil é aqui: uma investigação sobre negócios brasileiros na África**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.78, p. 3-46, 2007.

_____. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. **Sociologias**, ano 18, n. 43, p. 24-56, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-018004302>.

_____; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, ano 18, n. 43, p. 14-23, 2016.

_____; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina; CES, 2009.

SILVA, Marta Zorzal. Cooperação Sul-Sul, investimentos externos e desenvolvimento: existem novas perspectivas a partir do sul global? **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 27, p. 33-54.2014.

**GT – 02 Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina.****CONGO: QUESTÕES GEOPOLÍTICAS**

Dante Severo Giudice (UCSal)¹
dsggeografia@gmail.com
Vera Lúcia Santos de Jesus (UCSal)²
vera.sjesus@hotmail.com
Christiane Silva da Conceição(UCSal)³
hhtiane@hotmail.com
Michele Paiva Pereira(UCSal)⁴
mpaivass@yahoo.com.br

RESUMO

O Congo, como todos os países africanos surgiram da determinação da Conferencia de Berlim, em 1885, onde os países europeus delimitaram arbitrariamente as fronteiras, deixando conflitos latentes que se prolongaram por todo período colonial. Desde a sua independência em 1960, o país enfrenta longos conflitos ligados aos recursos minerais, envolvendo países vizinhos, englobando a geopolítica regional, causando grande instabilidade política. Este trabalho pretende analisar os conflitos que se caracterizam como étnicos, mas com forte influência religiosa e econômica (os recursos minerais, com destaque para o coltan). O caminho metodológico adotado foi o levantamento bibliográfico de artigos, dissertações e teses no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES) sobre a Geopolítica africana, Congo e relações étnicas, além de consulta em sites, reportagens sobre a região estudada. A análise permite inferir que a exploração dessas riquezas tem implicações e consequências econômicas e políticas para o governo e a população, sendo frequente a atuação de grupos armados que defendem interesses do governo e das multinacionais ocidentais, causando violência e impedindo a concretização da autoridade de Estado da República Democrática do Congo.

Palavras-chave: Geopolítica, África, Congo.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa os conflitos que se caracterizam como étnicos, mas com forte influência religiosa e econômica (os recursos minerais, com destaque para o coltan) que ocorrem no Congo. O país está situado na região central da África, limitando-se ao

1.Doutor em Geografia, professor adjunto, Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica (GEPOGEO) da Universidade Católica do Salvador.

2.Licenciada em Geografia, membro pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica (GEPOGEO) da Universidade Católica do Salvador.

3.Especialista em Geotecnologias, membro pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica (GEPOGEO) da Universidade Católica do Salvador.

4.Licenciada em Geografia, membro pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica (GEPOGEO) da Universidade Católica do Salvador.



norte com o Sudão e a República Centro Africana, a leste com Uganda e Tanzânia, a oeste com o Congo (Brazzaville), e a sul com Zâmbia e Angola. Foi colonizado pelos belgas, daí ser conhecido como Congo Belga, para ser distinguido do vizinho Congo Francês (atual República do Congo). Entre 1971 e 1997, foi denominado de Zaire, período da ditadura de Mobutu Seko, e a partir daí passou a ser denominado de República Democrática do Congo.

Os conflitos são compreendidos neste trabalho como lutas de grupos sociais pela supremacia, envolvendo tensões, discórdia e choque de interesses, que conforme salientado por Costa (1992) quando estes conflitos são analisados em nível interno, no campo da geopolítica, os termos nação, território e Estado constituem um todo indivisível. Outra compreensão empregada neste artigo é que a nível mundial, há uma sociedade multiétnica na qual as relações entre os grupos e os indivíduos ocorrem sem grandes confrontos. Corroboramos com os estudos de Vigevani; Lima; Oliveira (2008) sobre a capacidade efetiva do Estado de processar e solucionar os conflitos, respeitando os direitos humanos.

O caminho metodológico adotado foi o levantamento bibliográfico de artigos, dissertações e teses no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre a Geopolítica africana, Congo e relações étnicas, durante o período de novembro de 2016 a fevereiro de 2017. Posteriormente foram realizadas consultas em sites, blogs e reportagens sobre os conflitos no Congo, nos últimos dez anos.

Desta forma, o presente artigo foi sistematizado em três partes, além da introdução e considerações finais: na primeira parte é realizada uma breve análise espacial e histórica do Congo, salientando o processo histórico e os grupos étnicos; a segunda trata da Geopolítica africana correlacionando com a dependência do colonialismo; no terceiro momento estão as reflexões sobre as questões geopolíticas do Congo.

2. O CONGO

A República Democrática do Congo é basicamente subdividida em províncias com um representante governamental cada. Até o ano de 2006, havia onze províncias. Com a aprovação da Constituição, no mesmo ano, foi definido que, num prazo máximo de 36 meses, fossem instituídas novas províncias, totalizando 25 províncias e Kinshasa, cidade com *status* de província. Estudos sobre o Congo, acreditam que os primeiros povos a habitar esse país, foram os bantos que se deslocaram do lado leste para povoar essa região. Com mais de 200 grupos étnicos, entre eles: os lubas, congos, mongos, ruandas, zandés, bangis, ngalas, rundis, tékés, boas e tchokwés. O povo congolês é majoritariamente cristão. (Guerra, 2001)

**Figura 1 - Localização**

Fonte: Adaptado do Atlas Político Mundial (2010)

Entre os séculos X e XV, com a expansão marítima comercial, foi fundada o Reino Congo, que abrangeu uma área de 300.00 Km², dos dois lados da foz do rio Zaire, onde o reinado era reconhecido em sua supremacia ao rei do Congo. Possuíam comércio muito ativo com as cidades da costa Oriental da África com destaque para a metalurgia do cobre e ferro.

Não diferente de outros países africanos, estava subordinado a uma nação européia e esse território passou a ficar conhecido pelos portugueses por volta de 1482, pelo navegador lusitano - Diogo Cão - que chegou ao rio Zaire, estabelecendo uma relação com o governo de Manikongo, o Senhor do Congo. No início do século XVI ocorreu o tráfico de escravo pelos portugueses, franceses e britânicos; o que marcou um período de intensa exploração destes grupos, bem como exploração de recursos minerais que não se encontram registrados em documentos.

Em 1876 foi criada na Conferência de Bruxelas, a Associação Internacional Africana - AIA, por Leopoldo II da Bélgica que tinha por objetivo aparente um discurso humanitário para África Central, em um primeiro momento. Posteriormente, Leopoldo II tornou a associação de interesse econômico, para descobrir outras terras desconhecidas da bacia do rio Congo, devido aos relatórios dos exploradores de Sir Henry Morton Stanley. O período compreendido entre 1840 e 1872, David Livingstone (inglês) empreendeu uma série de explorações na África central, nas quais cruzou várias vezes o território congolês.

Em 1878, instituída a Associação Internacional do Congo e com o financiamento de Leopoldo II, Henry Morton Stanley é contratado para estabelecer relações comerciais com o interior e para o reconhecimento da bacia do Congo. Na realização da Conferência de



Berlim (1884-1885), que ficou conhecida com a repartição da África, organizado por Otto Von Bismarck, tinha por objetivo a ocupação para delimitação da fronteira do território africano, porém ficou evidenciada a competição de interesse entre os pais presentes, para aumentar seu domínio no país.

Com a repartição da África, a região do Congo seria explorada pela Bélgica, que ficou denominado Estado Livre do Congo considerado independente, Leopoldo II com posseção pessoal da região. Em 1908, o Estado livre do Congo deixou a coroa para torna-se colônia da Bélgica, passando o chamado Congo Belga que com o movimento Kimbanguismo em 1921, liderado por Simon Kimbangu, buscava organizar a população do Congo Belga, combatendo a imposição da cultura européia. Em 1957, surgem os primeiros partidos políticos do Congo, com o movimento Nacional Congotes, liderado por Patrice Lumumba, com finalidade da independência do país que só é efetivada em 1960, com o nome República do Congo com a presidência de Joseph Kasvube.

A independência é declarada e acontecem violentas desordens. Houve a intervenção do exército belga para a segurança da população branca dos atos de violência, mediante as ameaças de retaliação econômica dos belgas pela nova política adotada por Lumumba em relação à mineração. As relações econômicas de exploração dos recursos naturais entre a Bélgica e o Congo permaneceram intactas, o que gerou descontentamento da força pública congoleza que exigiu a demissão dos oficiais belgas.

Com o movimento revolucionário separatista ocorrendo no país, a Organização da Nação Unida – ONU enviou seu exército para evitar uma guerra civil. Depois do assassinato do presidente Lumumba, em 1961, o coronel Joseph Desiré Mobutu adotou um regime de ditadura no Congo, com aprovação em 1967, por meio de um plebiscito, uma Constituição presidencialista. Tal constituição criava um Estado unitário e reconhecia como partido único o Movimento Popular da Revolução. Sem oposição, Mobutu elegeu-se presidente em 1970 e inicia um amplo programa de africanização. A guerra civil do país teve origem em um genocídio em Ruanda, que aconteceu em 1994. A ONU estima que mais de 800 mil pessoas foram mortas apenas nesse confronto.



Figura 2- Divisão Política do Congo



Fonte: https://es.wikipedia.org/wiki/Provincias_de_la_Rep%C3%ABblica_Democr%C3%A1tica_del_Cong

Analisando a Constituição do Congo de 2006, observa-se uma ênfase aos conflitos internos do país e o documento salienta que trata-se da vontade política expressada pelos participantes no Diálogo Inter-Congolês, o Senado, resultante do Acordo Global e que se baseia na Constituição de Transição.

A fim de consolidar a unidade nacional minada pelas guerras sucessivas e, por outro lado, criar centros de ímpeto e desenvolvimento a nível de base, a estrutura constitutiva do Estado congolês em 25 províncias mais a cidade de Kinshasa com personalidade jurídica e exercendo as competências de proximidade listadas nesta Constituição. Além desses poderes, as províncias exercem outros poderes simultaneamente com o governo central e compartilham as receitas nacionais com o último, respectivamente, em 40% e 60%. No caso de um conflito de jurisdição entre o governo central e as províncias, o Tribunal Constitucional é a única autoridade habilitada a decidir entre eles. (CONGO, 2006, tradução nossa)

As ideias chaves desta Constituição afirmam o interesse do Estado em assegurar o funcionamento harmonioso das instituições do Estado, evitar conflitos, estabelecer o estado de direito, garantir a boa governança, salvaguardar e consolidar independência e a unidade nacionais. Defende o respeito às diversidades e peculiaridades positivas e demonstra o desejo de ver todos os Estados africanos unidos e trabalhando em conjunto para promover



e consolidar a unidade africana através de organizações continentais, regionais ou sub-regionais para proporcionar melhores perspectivas de desenvolvimento e progresso socioeconômico para os Povos da África.

3. GEOPOLÍTICA AFRICANA

A geopolítica africana esteve muito tempo ligado aos golpes de estado apoiados pelas matrizes coloniais, e sujeitos aos interesses econômicos delas, pois ainda que independentes, os países africanos são comandados por uma elite formada/criada por elas. A impressão de caos é fruto de simplificação midiática e preconceitos depreciativos, o que gera a ideia de “complexidade sem solução” do continente.

Figura 3- Mapa da partilha da África



Fonte: <https://salacristinageo.blogspot.com.br/2011/06/partilha-da-africa.html> Acesso em 01.04.2017

O fim da Guerra Fria promoveu mudanças importantes como o fim dos confrontos nas duas principais ex-colônias portuguesas (Moçambique e Angola). Os regimes comunistas, a exemplo do leste europeu, se transformaram em economias de mercado, o desmoronamento do regime de *apartheid* na África do Sul, e muitos países passaram a experimentar o pluripartidarismo, contrapondo o regime de partido único das ditaduras.

Apesar das transformações ocorridas, o que se pode observar é que existe uma regressão social e uma democracia limitada. Como afirma Robert (2008): “A África é a única parte do mundo em desenvolvimento em que a expectativa de vida recuou para o nível registrado no início da década de 1970, e continua abaixo dos 50 anos”. Por outro lado,



a democratização ampliou o espaço político, mas de modo incompleto. A tutela das instituições financeiras internacionais põe um manto de dúvida sobre a legitimidade das autoridades públicas. O surgimento de novas potências africanas ou estrangeiras redesenha a geopolítica do continente, deixando a esperança de uma possível redistribuição das cartas do jogo (Robert, 2008)

É muito provável que o emergir de novas potências no continente, e a nova ordem mundial, venham modificar a composição geopolítica no continente, o que pode levar ao aumento de taxas de crescimento, como já ocorre em algumas nações, mas dificilmente conseguirão uma redução significativa nos índices de pobreza. Apesar dos inúmeros acordos de parceria econômica, com redução ou perdão das dívidas públicas, geram impasses, pois, os “remédios” podem levar a “morte dos pacientes”.

Aliado a esses fatos existe a atitude preconceituosa de como se trata as questões africanas, afirmando que os problemas são fruto das “mentalidades”, sem procurar enxergar que as mazelas são fruto de anos de colonização. Para Ninsin (2001): "Durante a atual fase de expansão do capital, com suas novas formas de acumulação, muita gente, inclusive a classe média, foi privada de seus meios de produção, empobrecida, maltratada e quebrada pelas forças do mercado”.

Na verdade a ideologia neoliberal destruiu os estados, enfraqueceu o poder público, e contribuiu para o desmonte das cidades, através da ausência da proteção social e degradação do ensino, e na África não foi diferente. Todo esse contexto leva a uma perigosa tentação ao etnicismo, graças à incapacidade do poder público que perdeu a autoridade legítima para firmar metas para a sociedade.

A problemática tem levado a uma série de conflitos em praticamente todos os países, gerando grande tensão, sobretudo urbana, e a emigração principalmente de jovens que terminam sendo uma grande fonte de divisas para o continente. Este cenário geopolítico na África é de corrupção e elitismo, sendo que a legitimidade e a representatividade das elites são garantidas muito mais pelas instituições financeiras internacionais que pela população (CASTRO, 2012).

Enfim, a geopolítica africana vem se transformando e as dependências ligadas ao colonialismo têm uma tendência a se enfraquecer, como as novas relações sul-sul e os pesados investimentos da China no continente.



4. QUESTÕES GEOPOLÍTICAS DO CONGO

Em termos de periodização, o Congo possui dois períodos de intensos conflitos que foram massivamente noticiados: a Primeira Guerra do Congo (1996-1997) que contra a ditadura do governo de Motubu, surge a Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo-Zaire (AFDL), composta, pelos tutsis e apoiada por Angola, Ruanda e Uganda. Os estudos de Valenzola (2013) revelam que o governo beneficiava a uma classe social congoleza que detinha cerca de 70% de toda a riqueza derivada da extração e comércio mineral e petrolífero (ICG, 2012), apontando que além das razões econômicas havia apoio dos países vizinhos aos movimentos sociais, principalmente por conta das questões étnicas.

Afirmar que os conflitos ocorrem apenas em função do ódio determinado pela diversidade ou por disputas de poder significa ignorar a complexidade desses fenômenos. O recurso à etnia como ideologia ou como apelo para a legitimação e coesão de um grupo pode ser usado tanto para fins eleitorais quanto para a guerra. Porém, tratar a etnia apenas como ferramenta para atingir objetivos eleitorais, ou para consolidar uma base social de apoio para a guerra, ou mesmo para buscar recursos de poder, é subestimar o apego que as pessoas efetivamente têm à sua identidade. (VIGEVANI; LIMA; OLIVEIRA, 2008)

Em 1997, os rebeldes tomam o governo e a guerra, oficialmente é finalizada. As leituras de reportagens da época afirmam que nas ruas do Congo continuam os conflitos e aponta as questões étnicas como o motivo para a desordem. É apontada a questão dos fluxos migratórios que ocorreram no país como um fator agravante da situação.

É de suma importância citar que, embora este fluxo de refugiados viesse causando uma visível situação de desconforto na sociedade congoleza, o governo de Mobutu nada realizou em termos de política de controle migratório. O que ocorreu na realidade foi a omissão de Kinshasa para com a situação, o que, nos anos seguintes, se tornaria o estopim para a consolidação do movimento que pôs fim aos longos anos de apropriação estatal à conveniência de Mobutu e da elite aliada a ele. (VALENZOLA, 2013)

A Segunda Guerra do Congo (1998-2003) começa com o apoio estrangeiro apoiando outros movimentos sociais menores presentes neste país: União Congoleza pela Democracia (RCD), o Movimento pela Libertação do Congo (MLC). Tratava-se de apoio condicionado ao controle de território de partes do governo do Congo e permitiu a divisão em quatro zonas de mando qualificado: o MLC controlava o norte; a RCD-Goma8, o nordeste; a RCD-ML9, o leste; e o comando central, o restante. O governo Da República Democrática do Congo não atingia estas áreas; podem ser comparados a pequenos Estados independentes.



As dificuldades encontradas para agradar todos esses movimentos acarretaram na intervenção das Organizações das Nações Unidas que acirraram os conflitos e os diálogos existentes eram difíceis por conta da ocorrência de massacres com a morte de muitos civis. Com a mediação da ONU, os debates foram concluídos em 2003, com a assinatura do documento Global and All Inclusive Agreement que dividiam o poder estatal do país de acordo com a divisão das ocupações de territórios. Tal situação de conflito armado vigora e o Estado, exerce um papel de figurante nas decisões do país, inclusive nas questões de exploração de seus recursos naturais.

Verificou-se também que o desenvolvimento do conflito, a prática de estupros, em grande escala junto com os assassinatos de civis. Fica evidente que o apoio estrangeiro de financiamento destas ações na permanência da mobilização das milícias e também para a continuidade do interesse de forças externas em apoiar a prorrogação do conflito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a independência da República Democrática do Congo declarada acontecem violentas desordens. Estas desordens são marcadas pelas diferentes étnicas e principalmente, brigas pela exploração das riquezas naturais deste país. A análise permite inferir que a exploração dessas riquezas tem implicações e conseqüências econômicas e políticas para o governo e a população, sendo freqüente a atuação de grupos armados que defendem interesses do governo e das multinacionais ocidentais, causando violência e impedindo a concretização da autoridade da República Democrática do Congo.

Outro fator é a questão da geopolítica africana esteve muito tempo ligado aos golpes de estado apoiados pelas matrizes coloniais, e sujeitos aos interesses econômicos delas, pois ainda que independentes, os países africanos são comandados por uma elite formada/criada por elas. A impressão de caos é fruto de simplificação midiática e preconceitos depreciativos, o que gera a ideia de “complexidade sem solução” do continente.

A questão apontada para os conflitos como sendo principalmente a causa étnica, não explica a duração do conflito, pois o multiculturalismo é algo positivo: as diferentes etnias “trocando” tradições culturais e costumes deixariam de lado o ambiente hostil de competição e superioridade. Os dois períodos de intensos conflitos que foram massivamente noticiados demonstram a financeirização da guerra por outros países que visam exclusivamente a participação na exploração dos recursos.



REFERÊNCIAS

- AISA. B. P. (Dir.). **Atlas de Relações Internacionais**. Lisboa, 1999.
- CASTRO, H. **Luzes da África**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012.
- CORDEIRO, A.D. **O petróleo é a causa das maldições do Chade**. In: <https://www.publico.pt/mundo/.../o-petroleo-e-a-causa-das-maldicoes-do-chade-240916>. Acesso em 30.04.2017.
- CONGO, République Démocratique. In: https://www.drc_2006_legislation_external_constitution_national_government_region_french_.pdf Acesso em 01.02.2017
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 352 p.
- GUERRA, A. **Guia étnico de África**. In: <https://www.publico.pt/2001/01/14/jornal/guia-etnico-de-africa-153592>. Acesso em 01.02.2017.
- HERNANDEZ, L.L. **A ÁFRICA na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- MARTI, A. (Dir.). **Bilan du Monde** – Edition 2003. Paris. Le Monde, 2003.
- NINSIN, K; A. **Les nouveaux mouvements sociaux africaines**. L' Harmaham. Paris, 2001.
- PEREIRA, J. M. N. "**A integração regional na África**", in BRIGAGÃO, Clovis. **Estratégias de negociações internacionais** - uma visão brasileira. Aeroplano / Centro de Estudos das Américas (UCAM). Rio de Janeiro, 2001.
- PLÁTANO. C. S. e DIDOT, B. (Dir.) "**L'état du monde**". **Annuaire économique et géopolitique mondial**. Paris. 2001/2002.
- READER, J. **África: biografia de um continente**. Lisboa: Ed. Europa-América, 1997.
- ROBERT, A.C. A África sonha com a sua segunda independência**. Nantes, L'Atlantic, França, 2008.
- THOMSON, A. **An introduction to African politics**. Londres e Nova York. Routledge, 2000.
- VALENZOLA, R. H. **O conflito na República Democrática do Congo e a ausência do Estado na regulação das relações sociais**. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP, São Paulo, n. 13, p. 59-86, nov. 2013.
- VIGEVANI, T; LIMA, T.; OLIVEIRA, M.F. **Conflito étnico, Direitos Humanos e Intervenção Internacional**. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, 2008, pp. 183 a 213.

**GT 02 – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA.**

TERRITÓRIO CAMPONÊS E FORMAÇÃO HUMANA: o campo da educação do campo no Ceará/Brasil.

José Filho Araújo Santos (Universidade Estadual do Ceará)¹
josefilhodesantana@gmail.com
Liana Brito de Castro Araújo (Universidade Estadual do Ceará)²
liana.brito@uece.br

RESUMO

A dinâmica de expansão do capitalismo no campo, ou a lógica de pensar o campo como lugar de negócio (CALDART, 2009), acarreta rebatimentos na produção da vida e na reprodução social. Este território camponês vem sendo disputado por meio de projetos societários divergentes que se acirram no movimento da luta de classes, representadas pelo agronegócio e pelos Movimentos Sociais do Campo. O agronegócio, no movimento mais amplo de reprodução do capital em alianças com o latifúndio e o Estado, vem se confrontando com o projeto da agricultura camponesa. Nessa disputa tem-se a defesa da formação humana sob o ponto de vista dos movimentos sociais camponeses, dentre os quais se destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enquanto sujeito coletivo fortemente articulado no Brasil. No processo de resistência e luta por terra e trabalho identifica-se a defesa da educação como também central. O MST entende a educação do campo como pressuposto elementar para a compreensão dos fundamentos da dinâmica societária. O que configura pautas de lutas para além do acesso a terra. A educação no/do campo se manifesta enquanto matéria que guarda as particularidades substanciais do território camponês se colocando como elemento balizador na disputa socioterritorial do espaço camponês, por meio da formação da classe trabalhadora camponesa.

Palavras-Chave: Território Camponês. Educação do Campo. Formação Humana.

1. INTRODUÇÃO

A lei geral de acumulação capitalista em sua relação com a terra e o trabalho, estabelece mecanismos violentos de sucção, apropriação, e expansão das regras mantenedoras da forma social e econômica de produção e de desenvolvimento das forças produtivas no campo. O que mostra a sua face de acumulação originária na particularidade da formação social brasileira, que demonstra não só uma fase do desenvolvimento do capitalismo, mas um processo contínuo e permanente que se imbricava no desenvolvimento da industrial e das formas mais elaboradas assumidas pelo capital produtivo, sobretudo em seu estágio monopolista financeirizado.

¹ Discente do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Questão Social e Trabalho.

² Docente do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Questão Social e Trabalho.



Os processos de estruturação do capitalismo se estabelecem por meio de uma relação social que se sustenta na expropriação e dominação dos homens entre si, isso visto, na questão agrária, teremos enquanto primeiros elementos: apropriação fundiária do solo e dos recursos que deste brotam, bem como, a expulsão dos sujeitos do território. Ao tomar a terra e seus recursos, se engendra a necessidade de criar uma ideologia que contemple tal saque, e que se formule de tal maneira, que passe a ser naturalizado sob o ponto de vista da formação subjetiva daqueles expropriados e dominados.

O capital financeiro como face contemporânea do desenvolvimento das forças produtivas e econômicas revela anexação colonial como a explicação da dimensão agrária como elo entre o capital industrial e financeiro. A lógica de espoliação conformou uma nova geografia mundial com os interesses diretos do capital financeiro internacional, que controla diretamente os estados-nacionais periféricos. O capital, estrutura economias débeis que ele pode a partir delas se fortalecer e potencializar a sua expansão e desenvolvimento. (HARVEY, 2008; MESZAROS, 2010; TRASPADINI, 2016)

Diante dos velhos e novos cenários apresentados pela lógica de “acumulação flexível” (Harvey, 1992), “mundialização do capital” (Chesnais, 1996), ou da “produção destrutiva” (Mészáros, 1995) é sentido no campo brasileiro sua investida ofensiva por meio das multinacionais que vem expropriando a terra e corroendo os recursos ambientais por meio do suporte tecnológico e científico de manipulação da produção agrícola. Este contexto abre questões para pensar e compreender o movimento do real, explicitando a sua constituição como expressão de uma relação social que se realiza por meio da produção em larga escala, com altas taxas de lucro, com apropriação privada da riqueza, ao mesmo tempo, que produz a miséria relativa e absoluta, a fome, a pobreza e coloca em xeque a existência humana, com a exponenciação do mercado sobre as formas humanas de existência, tendo seu movimento promovido pelo capital financeiro, o fetiche a vida social, alienação e coisificação do humano.

Este movimento do real firma a indispensabilidade de reflexionar a concepção de educação do campo que vem sendo forjada historicamente nos marcos da luta de classe. Bem como, a relevância política e prática desta atividade humana e social que vem se constituindo nos limites da ordem burguesa capitalista, enfrentando inúmeras contradições e tensões que produzem o móvel desta relação. Cالدart (2009) sinaliza que nunca é demais repetir, não são as contradições do território estrito da pedagogia (formação escolar), mas da luta de classes, particularmente de como se desenvolve hoje no campo brasileiro. O que traz implicações para a materialização da proposta educativo-pedagógica e prática-política da educação do campo. A Educação do campo inicia sua atuação desde a radicalidade



pedagógica dos movimentos sociais camponeses e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate. (CALDART, 2009, p.38).

Estes territórios em disputa (FERNANDES e MOLINA, 2001) são objetivados nos mais diversos espaços da formação humana. O que repõe a necessidade de construir uma práxis que negue os elementos que consubstancia a práxis fetichizada, abrindo espaço para pensar a construção coletiva de outra sociabilidade cuja base se funde na afirmação da “crítica revolucionária da práxis da humanidade” (KOSIK, 1995, p. 23; (ARAÚJO; NOBRE; MOREIRA, 2015).

Na América-latina diversos movimentos sociais e sujeitos políticos vinculados a um projeto societário assimétrico a ordem, construíram elementos, que desencadearam em experiências pedagógicas, que se colocaram, no movimento contrário a plastificação da vida e de sua dimensão humano-genérica, bem como, se colocaram no movimento de enfrentar a expropriação subjetiva dos processos formadores, destes povos, que nesta região já realizava suas formas e práticas humanas, seja com o trabalho, seja com os valores, a saber:

José Martín (Cuba, 1853-1895), que se dedicou à independência e defendia uma educação científica e técnica junto com a formação ética e política do povo; José Carlos Mariátegui (Peru, 1894-1930), que defendia o socialismo, as universidades populares e a escola única para os peruanos; Franz Fanon (Ilha Martinica/Caribe, 1925-1961), que propunha uma pedagogia voltada para a luta concreta e conjunta dos condenados da terra; Ernesto Che Guevara de La Serna (Argentina/Cuba, 1929-1976), em cujas fileiras ninguém poderia continuar sem saber ler e escrever; subcomandante insurgente Marcos (México/Chiapas), defendendo a ideia de uma educação rebelde e autônoma; Paulo Freire (Brasil, 1921-1997), que propunha a educação como prática da liberdade. (PALUDO, 2015, p.224)

Tais experiências demonstra a construção política e pedagógica que a formação humana pode assumir no enfrentamento aos desafios, disputas e limitações da prática social humana, que vai está necessariamente posta numa relação dialética. Isso explica a luta dos movimentos sociais do campo, que a partir da política pública de formação para camponeses, tem conseguido disputar, não só o desenho em específico da política – com todas as limitações e insuficiências- mas o conteúdo, a forma e o seu desenvolvimento.

2. O CAMPO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: disputas sócio-territórias em correlação.

A questão agrária brasileira imbricada no solo da processualidade histórica revela a intencionalidade e a estratégia do desenvolvimento econômico e político do capital monopolista, na conformação de um processo produtivo que fundisse a expropriação a



exploração da terra. Tendo como pressuposto deste movimento na contemporaneidade o agronegócio que em sua ofensiva, vem se apropriando privadamente do conjunto das riquezas ambientais e do resultado da força de trabalho da classe trabalhadora campesina sob condições degradantes e corrosivas ao ser humano e social.

As suas facetas têm colocado inúmeras formas de expropriação dos recursos ambientais e do solo da terra, como o minério negócio e o hidronegócio que passa a estabelecer mecanismos de sustentação da lógica de produção e exploração capitalista sobre a renda fundiária da terra e suas potencialidades. O campo marcado ferrenhamente por um ataque do capital internacional, sobre agricultura, passa a ser conduzido sob um processo de produção agrícola que exacerba violência, expansão e expulsão dos sujeitos, numa dinâmica intensiva e extensiva da sua corrosão. (IANNI, 1984)

A construção da modernização conservadora no território camponês passa a ser constituída sobre um conjunto de elementos do conservadorismo político burguês que se estrutura e mescla sobre a força do latifúndio, coronelismo, patrimonialismo e apropriação do público pelo privado, tendo sua exponenciação com a inserção da ordem burguesa no marco das relações capitalistas internacionais, tendo no centro desta relação, o comando vindo de fora, mediado pelo capital estrangeiro que passa a dar as cartas e orientações sobre os processos de constituição das forças políticas que devem agir sobre o campo. Assim como, os subsídios que passam a informar a presença do estado neste terreno. Formulando uma tríade que Marx (2002) sinalizou na articulação entre o: Trabalho – Capital – Estado.

Esta tríade tendo enquanto representante legítimo o agronegócio reforça e agudiza o conjunto das desigualdades no campo, assim como, ausência secular do acesso às condições objetivas de produção da vida e reprodução social sobre o conjunto qualitativo dos bens e serviços produzidos pela humanidade.

As inflexões do agronegócio no campo, promove uma excrecência sobre o conjunto dos trabalhadores do campo, quando ao modificar as relações com a terra e sua produção inseri um aporte tecnológico a mecânico, que expulsa os trabalhadores do campo, empurrando estes para os espaços de ausência e/ou precariedade de trabalho no contexto urbano, ou impõe a estes a subordinação ao modelo agrícola do capital, com uma agricultura industrial que não comporta todos, tendo assim o ascenso de um exército assistencial de reserva. São reverberações que engendram configurações no mundo do trabalho (ANTUNES, 2005) do conjunto dos trabalhadores do campo, que estão no campo. Há que ressaltar que os resquícios do trabalho escravo e proletarizado ganham a tônica no



contexto agrícola quando as empresas do agronegócio realizam as formas mais deletérias de marginalização da vida humana e social. (IANI, 1984; PRADO JÚNIOR 1999)

Esta maneira assumida pelo agronegócio tem contornos e desdobramentos no âmbito ideológico e subjetivo, Caldart (2009) destaca que isso se manifesta quando os empresários do campo dizem que é preciso cessar o latifúndio improdutivo, tendo como estratégia para superar: o agronegócio, os agrotóxicos, as sementes transgênicas e a monocultura, o que denota a modernização conservadora, além de desacreditar as lutas sociais dos movimentos sociais camponeses, com a criminalização das ocupações e reivindicações por terra e trabalho para viver, estigmatizando e reforçando o ideário conservador sobre este segmento social, tendo como suporte a mídia burguesa que veicula tais notícias com caráter de baderna, balbúrdia e desordem, personalizando os movimentos sociais enquanto classes perigosas e delituosas para com o conjunto da sociedade. As lutas sociais da classe trabalhadora camponesa historicamente se situa no espaço da resistência, para deste espaço forjar confrontos quanto a ordem que persegue e alija a vida nas suas expressões mais necessárias, como, o viver.

A situação agrária brasileira descarta trabalhadores e pequenos produtores dos mercados agrícolas e, ao mesmo tempo, permite um grande estoque de terra ociosa apropriada pelo latifúndio. (DALMAGRO, 2012, p.220) Que em alianças com o agronegócio por meio da sua face modernizadora internaliza neste locus as formas de espoliação da força de trabalho dos camponeses que a partir da segunda metade do século XX, expandi o “assalariamento no campo como decorrência do processo de modernização da agricultura” (ALENTEJANO, 2012, p.758). Como já apontado a pouco, este movimento não resolveu o conjunto das desigualdades no campo, nem tampouco o acesso ao trabalho sob uma moldura digna. Este trabalhador conforme descreve Iani (1984) atravessou três momentos históricos de restrição do acesso à terra e trabalho, tendo em suas conjunturas sócio-históricas pressupostos deflagradores destas limitações, a saber: o período escravagista, após lavrador/servil e por conseguinte proletariado rural, estas formas de trabalho ainda hoje vão caracterizar o trabalho no campo, algumas como menor grau, outras com maior.

Sabemos que a passagem do escravismo ao mercado de trabalho livre, da monarquia à república, da base econômica agrícola à industrial se processaram perpetuando a concentração fundiária e mantendo massas populacionais longe do acesso à terra. Ao longo dos anos de 1900, grande parte da população é deslocada para as cidades formando uma grande massa de trabalhadores disponíveis ao capital, cuja concorrência também assegura baixos salários.(DALMAGRO, 2012, p. 221)

Registra-se, que a modernização da agricultura sobre o complexo agroexportador e industrial, informa as artimanhas e estratégias do capital para sucumbi o trabalho e o



trabalhador aos ditames do movimento do mercado, assim a inserção no mercado agrícola mundial, impõe a necessidade de o agronegócio aumentar suas taxas de lucro e a produtividade, assim como o consumo. Isso revela que a mudança na matriz tecnológica e produtiva, gera a dispensa de força de trabalho devido à mecanização, à utilização massiva de insumos industriais, colocando a grosso modo a dependência dos produtores à indústria, aos financiamentos bancários e as grandes multinacionais exportadoras. (DALMAGRO, 2012)

Dalmagro (2012) sinaliza a partir de dados colhidos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que 20 empresas controlam a produção agrícola no comércio brasileiro, tendo enquanto características: apropriação privada da terra em grande escala e proporção; aliança com o latifúndio; espraiamento e manipulação das sementes transgênicas; produção de alimentos com substâncias agroquímicas; largas plantações em monocultura; ou seja, uma síntese de insumos que trazem consequências gravíssimas a vida ambiental do planeta, humana e social. Desta forma, estas 20 empresas controlam conforme Dalmagro (2012):

“tanto o uso de insumos (para financiar a produção), quanto o de *commodities*. Dessas 20 empresas, 70% são transnacionais. Por exemplo, o comércio mundial de grãos e semente transgênica é controlado pela Bungue, Monsanto, Cargill, ADM, Dreyffus e Syngenta; o de agrotóxicos, pela Bayer, Syngenta, Basf e Monsanto; o de laticínios e derivados, pela Nestlé, Parmalat e Danone; e o de água potável, pela Coca-Cola, Nestlé e Suez. (p.20)

Essa face árida do capital explicita a reprodução ampliada da miséria, fome, desemprego, desigualdades regionais manifestam no lócus territorial camponês, que vem sendo assolado pela lógica mercantil, quando a terra e agricultura se transmutam em um negócio lucrativo, tornando os alimentos e a terra e sua fecundidade em objeto de valorização do lucro das transnacionais. É latente pensar hoje como agricultura de base familiar e campesina, pode ensaiar ou a partir da sua produção contribuir em liame com a agroecologia outra matriz produtiva que favoreça as condições de produção da vida ambiental, humana e social levando em conta as necessidades humanas e a finitude dos recursos naturais.

Com força de síntese, diante do exposto, corroboramos com Dalmagro (2012) ao elucidar em pontos a curvatura do capital sobre os processos de produção agrícola e agrário no cenário do território camponês. Assim, elenca autora:

(1) o setor do grande capital, concentrador da terra e da riqueza, consumidor de máquinas, venenos e demais insumos, produzindo na forma de monoculturas, dispensando força de trabalho e bastante integrado ao mercado agropecuário internacionalizado; (2) o empobrecimento de parcela significativa das populações do campo, (pela perda ou diminuição de suas terras, de seu poder aquisitivo, dos recursos de inserção social, etc.), numa



dinâmica que produz assalariados, sem-terra, boias-frias, desempregados rurais e alimenta o êxodo rural; (3) parcela da população no campo, comumente designada de agricultores familiares, a qual se encontra mais integrada ao mercado, com maior rentabilidade, incorporação de tecnologia e conhecimentos, mudanças culturais, etc.; (4) a persistência de comunidades “tradicionais” como grupos indígenas (grupos descendentes dos astecas e maias, na América Central, também caracterizados como agricultores/camponeses), faxinalenses, quilombolas e outros, os quais expressam uma capacidade de resistência importante, de outro, encontram-se cada vez mais encurralados nos aspectos geográficos, culturais, econômicos e populacionais, muitos à beira do desaparecimento. (DALMAGRO, 2012, p.224)

A dinâmica de expansão do capitalismo no campo, ou a lógica de pensar o campo como lugar de negócio (CALDART, 2009), acarreta rebatimentos na formação humana deste trabalhador e, sobretudo deste sujeito histórico e político. A educação para as populações camponesas passa a ser estabelecida sobre uma forma que reafirma um substrato vazio, e superficial ao marginalizar os conhecimentos e saberes próprios da experiência da relação com a terra, os valores e as relações de sociabilidade que se erguem do solo identitário camponês. Esta educação que sofre as inflexões da ordem metabólica do capital (MESZAROS, 2002) por meio do agronegócio no campo, se elabora na relação do estado com o mercado agroindustrial que direciona políticas públicas com o caráter fragmentado e parcializado, desconsiderando as potencialidades humanas do território camponês, tendo sua apreensão apenas, do ponto de vista da produção agrícola.³

A educação que alcança o território camponês no primeiro momento que se mescla a modernização conservadora do território agrícola e agrário, é assentada numa concepção de educação rural, que tem como mediação saberes desprovido de uma intencionalidade pedagógica crítica e humanista, propiciando a estes segmentos o acesso a um conhecimento superficial e distante da sua realidade. Este processo busca atender a formação básica do camponês, alfabetizando e desenvolvendo pequenas possibilidades para que a sua formação se coloque dispostas a chamada reestruturação produtiva que vai colocar nesta esfera a mecanização da agricultura, e a utilização dos agrotóxicos e sementes transgênicas. Que vai exigir um trabalhador com o mínimo de condição de manipulação destes elementos na esteira da produção do agronegócio. Salienta-se que os índices de analfabetismo no campo, se expressa de maneira alarmante.

Os empresários rurais postulam uma mão de obra com qualidade para o desenvolvimento deste trabalho, o que também vai justificar o interesse da formação profissional técnica e superior de profissões que contribuam na gestão e potencialização da ciência para instrumentalizar o agronegócio e ampliação das formas de produção.

³ A exemplo do Programa Agrinho, atividade vinculada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural que no estado do Ceará já alcança 60 secretarias municipais de Educação.



A Educação rural vai moldar um território camponês marcado por uma ruralidade alienada, que distancia os que vivem do trabalho da compreensão dos determinantes da expropriação e da marginalização que sofrem perante a negação ao acesso à riqueza socialmente produzida que passa pelo território que a maioria destes segmentos se encontra. Além de contribuir para espraiar um modelo de dominação que subjuga a vida a mercantilização, e a erosão do solo, e das fontes energéticas e ambientais presentes no solo da produção agrícola e no cenário agrário.

No protagonismo por terra, trabalho e educação, o MST entende os assentamentos como locus de materialização das conquistas fruto da luta inscrita no marco das relações de confronto entre o estado e a sociedade civil. Que então ao serem desgarrados da terra se colocam ao erguer-se do chão a exigir direitos, políticas específicas, educação do campo e produção agroecológica.

A educação no campo, que se realiza na processualidade sócio-histórica do campo, se manifesta enquanto matéria que guarda as particularidades substanciais do território camponês, se colocando como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo.(CALDART, 2009, p.30)

É fundamental considerar para compreensão da constituição histórica da Educação do campo o seu vínculo de origem com as lutas por educação nas áreas de reforma agrária e como, especialmente neste vínculo, a Educação do campo não nasceu como uma crítica apenas de denúncia: já surgiu como contraponto de práticas, construção de alternativas, de políticas, ou seja, como crítica projetiva de transformações.(CALDART, 2009, p.39-40)

Para o MST a educação se coloca enquanto processo fundante da formação humana, que se estabelecem a partir do trabalho e da vivência no campo, o que exige pensar a educação para além de sua moldura posta numa política pública, mas entendê-la enquanto atividade partícipe da prática social humana. No interior deste movimento social, a educação é pensada deste a infância Sem Terra a fase adulta da vida humana. Esta dinâmica coloca estratégias e formas de conceber no interior de sua organização o desenho e a construção da proposta educativo pedagógica, sendo forjada pelos próprios sujeitos, a exemplo, das escolas: itinerantes nos acampamentos (CAMININ, 2009), as cirandas infantis, (BARBOSA, 2016), as escolas de ensino fundamental e médio no campo, as turmas de alfabetização de jovens e adultos, os cursos de magistério, superiores e de pós-graduação que se compõe por meio da luta e da mobilização ao ocupar o estado por políticas públicas que respondam a estas necessidades, mas em concomitância disputar a intencionalidade e a direção deste processo formativo. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) se coloca como exemplo nesta dinâmica com a construção dos projetos



pedagógicos e sua realização por meio de cursos propiciados aos assentandos (as) da reforma agrária.

São políticas focais, como o PRONERA, que conforme Caldart (2009) ajudaram a ampliar a consciência do direito, movimentando o imaginário dos camponeses, contribuindo para romper ainda que parcialmente com o analfabetismo; politizar a formação da juventude sem terra; ampliar as possibilidades de educação de jovens e adultos para pessoas que estavam fora da escola e que não tiveram acesso à política educacional em seu desenho mais básico; E, por conseguinte articular um processo de formação humana que atinja a consciência política dos sujeitos, apresentando a estes o movimento do real e suas implicações para a fragmentação dos projetos individuais e coletivos de vida.

A dimensão de práxis educativo-pedagógica da Educação do Campo se fundamenta no princípio da formação humana, cujas matrizes epistêmicas estão voltadas para uma práxis educativa na cultura, no trabalho e na luta social, pilares de uma educação emancipadora. (BARBOSA, 2015, p. 47) O que se retroalimenta enquanto possibilidades de incidir na formação de um novo homem e de uma nova mulher, com consciência de classe, atenta as inflexões da ordem monopolista e metabólica do capital no campo.

Educação do campo não é Educação rural, com todas as implicações e desdobramentos disso em relação a paradigmas que não dizem respeito e nem se definem somente no âmbito da educação. A Educação do campo surgiu em um determinado momento e contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma, ou apenas desde o mundo da educação ou desde os parâmetros teóricos da pedagogia. Ela é um movimento real de combate ao 'atual estado de coisas': movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas. É então desde esse parâmetro que a Educação do campo deve ser analisada e não como se fosse um ideal ou um ideário político-pedagógico a ser implantado ou ao qual a realidade da educação deve se sujeitar. Talvez isso incomode a alguns: a Educação do campo não é uma proposta de educação. Mas enquanto crítica da educação em uma realidade historicamente determinada ela afirma e luta por uma concepção de educação (e de campo). (CALDART, 2009, p.40)

Uma proposta ancorada na temporalidade do presente histórico que toma a história como cimento para alicerçar sua práxis, um projeto educativo pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 27)

Uma educação que se origina da luta e de suas formas de enfrentamento, que demarca o campo como território de vida, o que vai apontar o 'do' campo como expressão do contexto sócio-histórico, seu movimento, solo identitário dos trabalhadores do campo,



dos camponeses. Já 'no' campo reflete a materialização da política educacional neste solo identitário. Uma expressão da ofensiva a proposta das escolas do campo no campo, é o seu fechamento, o multisseriamento e a retirada dos educandos para os centros urbanos, com o advento dos pressupostos configurados pela política educacional no fronte do discurso neoliberal de financiamento da educação, tendo esta proposta enquanto gasto e despesa para o estado.

Esta luta específica pelo direito à educação para os povos do campo, no campo emerge em meio à relação campo e cidade, agrário e urbano. Que conduzida pelos processos econômicos e políticos distribui condições díspares de acesso a direitos e políticas entre os contextos agrário e urbano. Ressalta-se que é preciso romper com esta dicotomia visto que as expressões das múltiplas expressões da desigualdade social tanto perpassa o campo, como a cidade, que experiencia esta relação, na divisão de centro/periferia. As questões agrárias, ambientais e urbanas se mesclam no todo diverso, que deflagra as articulações capitalistas em suas formas inventivas de solapar as condições básicas de vida em ambos os contextos, marcado pela ofensiva expropriadora e especulativa.

O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) assinala a necessidade de superação desta dicotomia e a junção de campo e cidade na construção das lutas por reforma agrária e urbana que considere as demandas e necessidades da classe –que- vive- do- trabalho (ANTUNES, 2005). Assim, a educação do campo, explicita nesta relação à construção de uma consciência crítica e a formação de um sujeito histórico, voltado a lutar por um projeto societário coletivo que tenha em seu horizonte a emancipação humana.

as lutas e as práticas originárias da Educação do campo nunca defenderam ou se colocaram na perspectiva de fortalecer a contradição inventada pelo capitalismo entre campo e cidade. A questão é de reconhecer a especificidade dos processos produtivos e formadores do ser humano que acontecem no campo, compreender como historicamente essa relação foi formatada como sendo de oposição, exatamente para que se explicitem os termos sociais necessários à superação desta contradição.(CALDART, 2009, p. 47)

As Escolas do Campo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Ceará se constituem a partir da luta de classes, no embate dos trabalhadores com o estado/capital, exigindo e requerendo agora não apenas terras, mas uma reforma agrária popular e ampla que abarque todas as dimensões fundamentais da vida humana, assim, a educação urge como bandeira primordial e necessária na construção de processos



emancipatórios e progressistas. No ano de 2009 foram conquistadas 05⁴ escolas do campo mediante um processo reivindicatório e de articulações estabelecidas pelo setor de educação do MST/CE com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, isto se dando como ocupações e lutas, que envolviam inúmeros assentados e assentadas das áreas de reforma agrária do estado do Ceará.

No bojo da proposta política e pedagógica das escolas do Campo está muito presente elementos vinculativos a defesa de um processo de formação atento as necessidades da classe trabalhadora, assim as Escolas do Campo, discutem e constrói um percurso formativo a partir do Ensino Médio em tempo integral, tendo um conjunto de pressupostos que se colocam assimétricos a forma de Escola posta pelo estado burguês e gerencial. Nos projetos políticos-pedagógicos os currículos atendem a questões específicas da realidade de cada Assentamento, pois se compreende que o:

currículo, como cerne da educação, é histórico. Resultado de um conjunto de forças sociais, políticas e pedagógicas, expressa a organização dos saberes que circunstanciam as práticas escolares na formação de sujeitos sociais. Nesta perspectiva, currículo é ação, é trajetória, é processo, é caminhada, é construção coletiva que marca uma identidade. É partir do local para o geral.” (PPP, 2012, p. 53)

Na escola do campo, um dos processos contrapostos à escola hegemônica é a base diversificada que expressa os componentes curriculares integradores, denominados de *Estudo, Projeto e Pesquisa; Práticas Sociais Comunitárias e Organização para o Trabalho e Técnicas Produtivas*, estes componentes de caráter similar a disciplinas compõem um esforço de articular as matrizes pedagógicas formativas que são: o trabalho, a história, a cultura, a organização coletiva e as lutas sociais. Sinaliza-se, entretanto, que estes componentes, não são disciplinas fechadas num campo/área de conhecimento, estes elementos tomam a realidade camponesa e suas complexificações, como matéria de estudo, pesquisa, formação e intervenção, partindo do contexto singular para o universal, entranhando a realidade. Num diálogo, interdisciplinar com as matérias provenientes das ciências e tecnologias, elabora uma trajetória formativa, que delinea a direção social pretendida que é a formação do homem e da mulher camponesa sustentada sob bases

4 No momento presente se identifica 07 experiências de Escolas Camponesas de Ensino Médio do MST no Estado do Ceará, que vem conseguindo mobilizar um processo de formação, assimétrico ao padrão formativo enclausurado nos currículos comuns das escolas convencionais de ensino médio, sendo estas, a saber: Escola do Campo Francisco Araújo Barros, situada no Assentamento Lagoa do Mineiro/Itarema; Escola do Campo Nazaré Flor localizada no Assentamento Maceió/Itapipoca; Escola Patativa do Assaré, Assentamento da Cal/Canindé; Escola do Campo Florestan Fernandes, Assentamento Santana/Monsenhor Tabosa; Escola do Campo José Fidélis em Assentamento Bonfim/Santana do Acaraú; Escola do Campo João dos Santos de Oliveira no Assentamento 25 de Maio/Madalena. Escola do Campo Padre Augusto no Assentamento Pedral e Cal/Jaguetama. Estas Escolas têm contribuído incisivamente na formação política e humana da classe trabalhadora do campo, que vem se organizando para permanecer em seus territórios e fortalecer processos orgânicos que nele se ensejam.



críticas e coletivas, contribuindo assim, para que os sujeitos sociais, possam pensar, discutir, trabalhar, intervir e transformar a realidade que estão inseridos, sendo protagonistas dos processos e autônomos nas decisões políticas que reflete sobre os processos orgânicos e sociais da sua comunidade, história e vida.

A matriz política e pedagógica das Escolas do Campo baseia-se no inventário⁵ da realidade vinculando a dimensão pedagógica, ou seja, os conhecimentos; componentes integradores; base comum de conhecimentos; os tempos e espaços educativos, visam superar o espaço formal da sala de aula, apreendendo o espaço formativo em diversos instâncias e espaços, como na cooperativa do assentamento, coletivos de organização (trabalho, mulheres e jovens), igreja, roças individuais e coletivas, reservatórios de águas (açudes, cisternas, rios e cacimbões), aproximando o estudo da realidade concreta, firmando assim o concreto pensado, superando o pensamento único, abstrato e vazio de sentidos e conexões. Além de construir o trabalho como princípio educativo.

Nesta direção, se imbricam a unidade teoria-prática, dialogando com um conjunto de instâncias, espaços, tempos e contextos favorecedores dos processos de formação humana, que se manifestam no horizonte da proposta, que é a compreensão do campo, como território de vida e realização das necessidades humanas, que vem sendo confrontada com o projeto do capitalismo mediante as ações das transnacionais pela via do agronegócio, agrotóxicos, monocultivo, sementes transgênicas e apropriação privada de inúmeras hectares de terra em prol de uma fusão corrosiva do campo e da natureza em produtos mercantis, sob o jugo, dos lucros e commodities.

Este projeto de formação humana e de práxis política e social, coloca-se na tarefa de partear o novo, que emergirá das contradições e das tensões postas na relação do estado com a sociedade civil. Na relação do capital com o estado e o trabalho, na relação das formas plastificadoras da vida, assim como, nas relações de ruptura e rebeldia. Nesta dialética, a educação do campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas se descentre da escola, não fique refém de sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo. (CALDART, 2009)

⁵Inventário da realidade é um esforço coletivo organizado pelo conjunto de sujeitos sociais das Escolas, com vistas a levantar questões, informações, necessidades e problematizações da realidade, tornando-se num instrumento pedagógico e político no percurso da formação. Exemplificando, se numa comunidade a realidade vivida pelos camponeses é a falta de água. Na Escola os trabalhos pedagógicos são embasados sob esta temática e refleti questões atinentes ao processo de conservação, armazenamento, reutilização, políticas ambientais entre outras questões que tocam diretamente a realidade e que converge na vida social e humana dos sujeitos.



Esta proposta emerge de inúmeras pedagogias de luta e mobilização da dimensão humano-social e político-prático, a saber: Pedagogia Socialista, Pedagogia do Movimento Sem Terra, Pedagogia da Educação Popular, Pedagogia da Alternância, Pedagogia da Educação do Campo. É deste supedâneo que a proposta se processa em sua relação com a realidade e seu movimento, desencadeando novas configurações que alimenta a luta da classe trabalhadora camponesa e a formação da consciência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Liana Brito de Castro; ACCIOLY, Maria Estela. **Questão Agrária e luta pela terra no Brasil: análise fundamentada nas categorias questão social e movimentos sociais rurais**. IN: Expressões da Questão Social no Ceará/ organizadoras, Aurineide Maria Cunha, Irma Martins Moroni da Silva. Fortaleza: EdEUCE, 2014

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BARBOSA, Lia Pinheiro. **"Educação do Campo, movimentos sociais ea luta pela democratização da Educação Superior: os desafios da universidade pública no Brasil."** em Silva, AA et. al. Los desafíos de la universidad pública en América Latina y el Caribe. Buenos Aires: CLACSO (2015).

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009

_____, Roseli Salete. **Educação em movimento: Formação de educadores e educadoras no MST**. Petrópolis, RJ; vozes, 2002.

_____, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estud. av. [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 207- 224. ISSN 0103-4014.

DALMAGRO, Sandra Lúcia. **Trabalho e Escola nos Assentamentos do MST**. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.21, n.3, p.219-236, set./dez.2012

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 13a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

IANNI, Otávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MST. **O que queremos com as escolas de assentamentos**. Caderno de Formação, São Paulo, n.18, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.



PALUDO, Conceição. **Educação Popular como resistência e emancipação humana.** Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015

PPP. Projeto **Político Pedagógico Escola do Campo Florestan Fernandes.** Assentamento Santana, 2002.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas.** Belo Horizonte, UFMG/FAE, 2016. 338 p. Tese (Doutorado).

VENDRAMINI, C. R.; MACHADO, I. F. (Org.). **Escola e Movimento Social: experiências em curso no campo brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

**GT 02 – Movimentos Sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina****PARADIGMA EPISTÊMICO DO CAMPO E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS:
APORTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA**

Lia Pinheiro Barbosa (Universidade Estadual do Ceará)¹
lia.barbosa@uece.br

RESUMO

O século XXI herda a histórica expropriação territorial na América Latina, ao mesmo tempo em que evidencia a disputa dos territórios entre, por um lado, as organizações e movimentos sociais do campo, camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos (para citar alguns) e, por outro, o capital transnacional, representado pelo agronegócio, o hidronegócio e as mineradoras. No âmbito dos conflitos territoriais, as organizações e movimentos sociais têm avançado na concepção e consolidação de projetos políticos alternos, articulados em âmbito internacional. Para o caso específico dos movimentos sociais, um dos caminhos abertos na defesa de seus territórios consiste na consolidação de projetos educativos que são concebidos como *projetos históricos de conhecimento*. Tais projetos têm por finalidade tanto fortalecer a formação educativa e de quadros de sua militância, quanto erigir outros *paradigmas de conhecimento* em estreito vínculo com a matriz epistêmica, identitária e política dos seus territórios. Nesse contexto, identificamos um paulatino processo de elaboração conceitual que nutre a construção do conhecimento *desde/com/para* os movimentos sociais, com o intuito de fortalecer *outras racionalidades* que fundamentam as formas de pensar, de estar e de viver em seus territórios. O presente *paper* visa aprofundar essa reflexão por meio da análise da relação existente entre resistência, conhecimento e *práxis* política dos movimentos sociais na conformação de um *Paradigma Epistêmico do Campo* na América Latina. Para tanto, apresentarei exemplos de movimentos sociais que elaboram uma teorização própria a partir de sua *práxis* política, a qual se torna núcleo vital do pensamento social e político agrário contemporâneo no contexto latino-americano.

Palavras-chave: 1. Paradigma Epistêmico do Campo 2. Movimentos Sociais 3. América Latina

¹ Doutora em Estudos Latino-Americanos, líder do Grupo de Pesquisa Pensamento Social e Epistemologias do Conhecimento na América Latina e no Caribe. Pesquisadora do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), no GT Cuerpos, Territorios y Resistencias e no GT Herencias y Perspectivas del Marxismo.



1. INTRODUÇÃO

Indubitavelmente, o século XXI herda, como cenário sociocultural, político e econômico, a histórica problemática da terra e do território, marca de origem desde a época da conquista da América Latina e do Caribe. Nesse sentido, por mais de cinco séculos perduram processos de expropriação territorial, os quais se intensificam com o desenvolvimento do capitalismo na região. Entretanto, o novo século também é cenário do movimento dialético das resistências articulado pelos movimentos sociais do campo, camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores (para citar algumas) frente à ofensiva do capital transnacional no campo, representado pelo agronegócio, o hidronegócio e os megaprojetos das mineradoras.

No âmbito dos conflitos territoriais, as organizações têm avançado na concepção e consolidação de projetos políticos alternos, articulados em âmbito internacional. Constituem experiências que estão envolvidas em processos regionais, continentais e globais que primam por aprofundar, do ponto de vista teórico-epistêmico e político, as problemáticas territoriais em curso em escala planetária, as quais afetam, diretamente, as dinâmicas socioculturais e ambientais, sobretudo nos territórios indígenas e camponeses.

No que concerne aos movimentos sociais do campo, um dos caminhos abertos a partir de sua *práxis* política consiste na consolidação de projetos educativo-políticos que são concebidos como *projetos históricos de conhecimento* (Barbosa, 2015, 2016). Ademais de reconfigurar a educação em sua dimensão política, tais projetos têm por finalidade, não só fortalecer a formação educativa e de quadros políticos, como também erigir outros *paradigmas de conhecimento* que emergem do vínculo idiossincrático com a matriz epistêmica, identitária e política dos seus territórios e do Abya Yala.²

Nesse contexto, podemos identificar um paulatino processo de elaboração conceitual que nutre a construção do conhecimento *desde/com/para* os movimentos sociais, e que visa, em definitiva, fortalecer *outras racionalidades* que fundamentam as formas de pensar, de estar e de viver em seus territórios. Na América Latina são emblemáticas desse processo as experiências educativo-políticas articuladas pelo Movimento Zapatista, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), movimentos sociais que abrem caminho para práticas outras de conhecimento e de elaboração teórica própria, em perspectiva crítica e situada, uma vez que estão intrinsecamente vinculadas a contextos de resistência e luta permanente no campo latino-americano.

² Importante destacar o paulatino processo de formação, em diferentes campos, de intelectuais indígenas latino-americanos, os quais se inserem na luta ideológica, teórica e epistêmica da construção do conhecimento. Entre obras de autoria individual e coletiva, destaco "Intelectuales indígenas piensan América Latina" (Silva, 2007).



O Diálogo de Saberes constitui a matriz de construção coletiva do conhecimento, embasado pela dimensão epistêmica do pensamento camponês e indígena que fundamenta, do ponto de vista teórico, a natureza do projeto político alternativo. Nessa direção, no presente escrito apresento alguns elementos que dão conta de analisar a relação existente entre resistência, conhecimento e *práxis* política dos movimentos sociais na conformação de um *Paradigma Epistêmico do Campo* na América Latina.

Para tanto, apresento alguns apontamentos da elaboração teórica própria dos movimentos sociais, a qual se torna núcleo vital do pensamento social e político agrário contemporâneo no contexto latino-americano. O exemplo recuperado no presente texto é o referente à Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), instância articuladora da La Via Campesina na América Latina e no Caribe. Nessa direção, argumento que dessa teorização construída *desde/com/para* os movimentos sociais do campo, emergem conceitos que nutrem um *Paradigma Epistêmico do Campo*, paradigma que fundamenta a formação educativa e política dos movimentos sociais, de suas estratégias e dos eixos que estruturam seus projetos políticos para o campo latino-americano.

2. TERRA, TERRITÓRIO E CONFLITO: PROBLEMÁTICA HISTÓRICA NA AMÉRICA LATINA

A conquista da América Latina imprimiu, no registro histórico de sua formação sociocultural, política e econômica, uma violenta expropriação territorial dos povos originários, afetando formas milenárias de convívio socioterritorial pré-existentes. A consolidação do latifúndio monocultor e do regime escravocrata, como matriz produtiva e política, completou a tríplice matriz da colonização, exercendo influência direta na natureza política dos Estados nacionais e no padrão de desenvolvimento do capitalismo na região (Prado Jr., 1986; Nabuco, 2003; Casanova, 2015). Portanto, por mais de cinco séculos, a questão agrária, a problemática da terra e do território perduram como as principais responsáveis pela miséria moral e material dos povos indígenas (Mariátegui, 1928), condição social que não se limitou a estes sujeitos sociais, uma vez que igualmente subjugou as populações afrodescendentes e camponesas.

Em nossa história recente, sobretudo ao final do século XX, a política agrária latino-americana sofreu profundas mudanças estruturais em consequência da implantação da política neoliberal na região. O surgimento das cadeias alimentares mundiais e a “revolução verde” viabilizaram a subordinação da agricultura aos padrões de produção definidos pelo capitalismo mundial. As empresas transnacionais impulsaram uma homogeneização da produção agrícola, consolidando a sua integração ao complexo corporativo agroindustrial de



base centralizada. Entretanto, tal integração gera uma diversidade de situações agrárias, caracterizada por assimetrias na assimilação das mudanças impostas para a integração nos complexos agroindustriais.

Na transição de séculos observamos uma nova reconfiguração territorial, em escala mundial, na qual América Latina se torna uma região estratégica para o capital transnacional, sobretudo por ser um reduto de riquezas hídricas, minerais, de energia fóssil e biodiversidade animal e vegetal (Giarraca, 2006). Nesse contexto, torna-se imprescindível para o capital transnacional consolidar pactos bilaterais cuidadosamente implementados por um Estado regulador e amparados por marcos legais e jurídicos que auspiciam a inserção do capital transnacional no campo, em particular aquele vinculado à extração mineral (López-Barcena; Galicia, 2011). Um exemplo concreto desse processo é a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio das Américas entre Canadá, Estados Unidos e México, em 1994, que abriu caminho para a chegada das mineradoras canadenses e estado-unidenses no território mexicano.

Inicia-se um novo modelo de apropriação territorial por mineradoras estrangeiras, configurando o que Harvey (2004) denomina de “acumulação por despossessão”, inaugurada com o advento das políticas neoliberais e que permitiu, ao capital mineiro transnacional, o acesso quase irrestrito às regiões ricas em minério, especialmente à latino-americana. Para Svampa e Antonelli (2009), a América Latina tem se tornado, cada vez mais, uma região em que se consolida o modelo extrativo exportador baseado na exploração de recursos não renováveis. Atentam, ainda, que no contexto de reconfiguração do padrão de acumulação, se intensifica um modelo de extração baseado no controle, extração e exportação de bens naturais em grande escala, a exemplo da expansão do modelo de extração mineral associado à megamineração à céu aberto, observados na Argentina e no Brasil (Svampa; Antonelli, 2009).

Com base no exposto, os territórios tornam-se espaços de disputa entre o capital transnacional e as comunidades em resistência. Nesse sentido, me parece pertinente retomar a análise de Fernandes (2008) ao definir o território como categoria central para apreender a totalidade das relações sociais e das estruturas de poder. Para Fernandes (2008), a categoria território encerra um sentido de multidimensionalidade e multiterritorialidade, uma vez que (Fernandes, 2008, p. 55):

[...] o território é uma totalidade, mas não é uno. Conceber o território como uno é compreendê-lo como espaço de governança, que é um tipo de território, e ignorar os outros tipos. [...] Enfatizamos que todas as unidades territoriais formam totalidades por conterem em si todas as dimensões do desenvolvimento: política, econômica, social, cultural e ambiental. Como os territórios são criações sociais, temos vários tipos, que estão em constante



conflitualidade. Considerar o território como uno é uma opção para ignorar suas conflitualidades.

Fernandes (2008) esclarece que cada territorialidade demarcará um determinado projeto e sujeito políticos, cuja proposta estará pautada em um paradigma construído ideológica e politicamente. No seu argumento, apresenta como exemplo a abordagem da Reforma Agrária sob dois paradigmas antagônicos: o do território camponês e aquele vinculado à perspectiva do território do capital e do agronegócio. Assim sendo, a questão da terra e da Reforma Agrária será abordada de maneira distinta, em concordância com a intencionalidade política de um ou outro paradigma. Conforme Fernandes (2008: 44):

O problema e a solução estão colocados para os dois paradigmas. O problema se expressa pela concentração de poder pelo capital e expansão da miséria por meio da exclusão dos camponeses no acesso à terra, capital e tecnologia. A respeito do problema, os paradigmas só diferem na ênfase. Enquanto o paradigma da questão agrária denuncia a violência da exclusão e da expropriação, o paradigma do capitalismo agrário apenas a constata. Todavia, no que se refere à perspectiva da solução os dois paradigmas diferem estruturalmente. Para o paradigma da questão agrária, a solução está no enfrentamento do capital [...] Para o paradigma do capitalismo agrário, a solução está na integração com o capital [...].

A abordagem da questão agrária sob o prisma de dois paradigmas antagônicos, analisada por Fernandes, é emblemática em como tem sido abordada a concepção político-econômica do território, no âmbito dos tratados bilaterais, das políticas públicas e dos marcos regulatórios, não só com respeito às políticas agrárias, mas extensiva ao neoextrativismo na América Latina. A abordagem territorial do capital transnacional no campo fortalece um discurso que justifica a importância do avanço de projetos vinculados à megamineração, ao agronegócio e, mais recentemente, do hidronegócio no campo latino-americano, na perspectiva de um paradigma de desenvolvimento.

O incremento de novas vertentes incorporadas ao modelo de acumulação por despossessão, representadas pela extração mineral e o hidronegócio, acirrou a disputa territorial nas áreas rurais da América Latina. O capital financeiro, as corporações transnacionais, e os setores privados nacionais estão reterritorializando espaços com abundantes recursos naturais em prol de megaprojetos, concessões para mineradoras, siderurgias e plantações de monocultura. Estes interesses empresariais, apoiados pela política e legislação neoliberal, geraram o crescente problema do monopólio de terras (Rosset; Martínez-Torres, 2012, 2016).

Entretanto, no movimento dialético da história, o avanço estrutural do capital transnacional no campo encontra por diante a ampliação das resistências indígena e camponesa na América Latina. São crescentes os conflitos socioterritoriais articulados por organizações e movimentos sociais na defesa de seus territórios e no enfrentamento do



novo padrão de acumulação do capital. Importante destacar que cada vez mais estas organizações e movimento articulam um discurso político pautado em matrizes que estruturam *outra racionalidade intersubjetiva* com seus territórios. De igual maneira, há um paulatino processo de elaboração conceitual que subsidia, do ponto de vista teórico e epistêmico, os documentos e os projetos políticos de enfrentamento do capital transnacional.

Portanto, vemos erigir-se um paradigma epistêmico do campo latino-americano, que interpela o paradigma de desenvolvimento do capital transnacional. No que concerne à reflexão do presente *paper*, farei alguns apontamentos relacionados à Coordenadora Latino-Americana das Organizações do Campo (CLOC), instância de articulação continental da Via Campesina Internacional na América Latina e no Caribe.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS E PARADIGMA EPISTÊMICO DO CAMPO NA AMÉRICA LATINA

A Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) foi criada em 1994 e constitui uma instância de articulação continental da Via Campesina Internacional, composta por 84 organizações indígenas, camponesas, afrodescendentes e de trabalhadores rurais presentes em 18 países da América Latina e do Caribe. O surgimento da CLOC está visceralmente articulado à intensificação das lutas sociais e dos conflitos socioterritoriais na década de 90, período emblemático no enfrentamento das políticas neoliberais em âmbito global. Conforme Rosset (2015), as organizações membro da CLOC possuem *epístemes* próprias – indígena, camponesa e proletária - as quais determinam a natureza identitária e políticas do projeto político articulado por elas.

Entre os referentes da resistência histórica do final do século XX e que inspiraram a conformação da CLOC, destacou-se a Campanha Continental 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular (1989-1992), articulada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelas organizações indígenas e camponesas da Região Andina, o que permitiu consolidar uma articulação regional da resistência, ademais da proposição de “outra via”, camponesa e indígena, na defesa dos territórios. Outrossim, o levantamento armado Zapatista, em 1994, as marchas dos cocaleiros na Bolívia, bem como as mobilizações pela realização da reforma agrária no Brasil, Paraguai e Guatemala, impulsaram um debate regional de questionamento do modelo de acumulação neoliberal e suas implicações em seus territórios.

No âmbito desse debate regional, havia o reconhecimento de uma problemática histórica comum, relacionada ao permanente despojo territorial e de uma violência



institucional do Estado, que se expressava na violência direta da criminalização e assassinato de representantes das diferentes organizações, ou ainda, na violência epistêmica (Spivak, 2010) de ruptura histórica com a racionalidade intersubjetiva preexistente na região. O modelo educativo implantado pelos Estados nacionais amenizou as marcas epistêmicas da conquista, ademais de negar a existência de um pensamento ameríndio milenarmente constituído na região (Dussel, 2010), o qual delineava a natureza das relações intersubjetivas e com a natureza, bem como outras práticas de construção do conhecimento. Daí a imposição de uma racionalidade unilateral, majoritariamente eurocêntrica, e que associa a produção de conhecimento ao aprofundamento do capitalismo como sistema econômico e político.

Portanto, a CLOC nasce nesse contexto político regional e herda a *memória longa e curta* (Cusicaqui, 1986) de outras resistências históricas. Ao longo de sua trajetória política, as organizações da CLOC estão conscientes do papel histórico da educação no controle e regulação social, bem como da centralidade de recuperar a dimensão política da educação na perspectiva da libertação e da emancipação humana (Freire, 1987; Mézsáros, 2005). Assim, a *práxis* política das organizações esteve permeada pela emergência de um projeto educativo que articula o processo de formação de seus sujeitos histórico-políticos a uma dimensão pedagógica das lutas. Nessa direção, a Educação do Campo, conceito e projeto educativo-político articulado pelo MST no Brasil, é considerada a síntese da apropriação da dimensão política do educativo e do pedagógico no marco da disputa política travada pela LVC/CLOC na região (Barbosa; Rosset, 2017).

Paulatinamente, vemos emergir a concepção de um projeto educativo destinado à formação educativa e política de quadros para a conformação de sujeitos histórico-políticos e de uma racionalidade alterna (Barbosa, 2015; 2016). A própria concepção do *projeto educativo* constitui um marco central na inserção no campo de disputa hegemônica, sobretudo no confronto da racionalidade moderna e na reivindicação de outras racionalidades erigidas por outras epistemes. Associadas à construção do conhecimento, estas epistemes são compreendidas como “*saber o conocimiento de la realidad de las cosas, es decir, un conocimiento situado en un determinado tiempo y espacio; que emana de um sujeto histórico-político con capacidad de interpretación de su propia realidad e incidir sobre ella*” (Barbosa; Gómez-Sollano, 2014, p. 15).

No processo de enfrentamento da ofensiva do capital transnacional no campo, a CLOC tem estruturado uma série de experiências de construção do conhecimento, vinculadas a um projeto educativo-político e uma pedagogia própria, a qual denominamos Pedagogia Camponesa Agroecológica (Barbosa, 2016; Barbosa; Rosset, 2017a; 2017b). Atualmente, a CLOC possui escolas de formação política agroecológica, algumas vinculadas



à escolarização, outras de caráter autônomo ou não formal que abordam as dimensões teórico-epistêmicas e política da agroecologia, a exemplo dos Institutos Agroecológicos Latinoamericanos - IALA's: IALA Guarani (Paraguai), IALA Amazônico e Escola Latino-Americana de Agroecologia – ELAA (Brasil), IALA Paulo Freire (Venezuela), IALA María Cano (Colômbia), IALA Mesoamérica (Nicarágua), IALA Mujeres (Chile), além da Universidad Campesina “SURI” (UNICAM SURI), na Argentina e a Escuela Nacional de Agroecología del Ecuador –ENA, entre outros (LVC, 2015).

Estas escolas recebem militantes de diversas organizações da LVC/CLOC. Nelas, o processo formativo articula a dimensão política da agroecologia, ao mesmo tempo em que buscam traçar linhas gerais na sua implementação, tais como campanhas para a defesa das sementes nativas, congressos e encontros das organizações, etc. (LVC, 2015). São escolas que buscam promover uma formação de caráter técnico ou em nível superior, para formar seus próprios intelectuais orgânicos e técnicos, centrais no enfrentamento teórico-epistêmico e político do capital no campo. Estas instâncias de formação política estão estruturadas por princípios político-pedagógicos comuns: a *práxis* como princípio da formação humana, o internacionalismo, o trabalho como princípio educativo, a organicidade e o vínculo com a comunidade (LVC, 2015).

No âmbito das experiências educativas da CLOC, o conhecimento construído coletivamente articula os saberes ancestrais, bem como as experiências de vida e de luta como sementeiras na elaboração teórica própria destinada à interpretação da realidade social e à construção de estratégias políticas (Barbosa, 2016). Conforme Judite Stronzake, à época da Coordenação Político-Pedagógica do IALA Paulo Freire, em ocasião do Primer Encuentro de Formadores en Agroecología de la Vía Campesina:³

[...] o encontro é parte desse processo de construção desta unidade de pensamento e de concepção, que também nos toca enquanto campesinos, indígenas e afrodescendentes do continente começar a criar nossa própria teoria, nosso próprio pensamento, nossa ciência, a partir desse processo de construção da unidade dos campesinos no continente. O desafio de ter nossa própria ciência em qualquer ramo, ou seja, da formação humana, da produção, da educação, da convivência, da cosmovisão, da organização da produção nas comunidades campesinas. Também tem este sentido de que a partir desse encontro necessitamos ter algumas ações comuns. Então, é a unidade, a teoria própria da Via Campesina, dos movimentos campesinos, e é ação, seja pra contribuir nas ações de protesto dos movimentos e ação comum no campo da produção, da educação, da integração, dos direitos humanos. Este encontro também vem consagrar e confraternizar que este projeto que aqui estamos é um projeto da Via Campesina.

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yeFTm17R4rs&t=164s>



No contraponto ao paradigma de desenvolvimento do capital, o campesinato defende um paradigma epistêmico para o campo no qual:⁴

A agricultura camponesa se realiza a partir de uma relação social e cultural diferenciada com a natureza. Através da agroecologia, o campesinato vem recuperando seus saberes ancestrais, combinando com os saberes acadêmicos, da ciência e da filosofia, e gerando nessa síntese de saberes novas capacidades para a reconstrução agroecológica da agricultura e produzir alimentos saudáveis para toda a humanidade.

No seu processo educativo e formativo, as organizações membro da CLOC almejam construir seu próprio conhecimento, resultante da sistematização, reflexão coletiva e da teorização sobre seus próprios exemplos e experiências, os quais permitem a produção de seus respectivos documentos e textos de estudo e, sobretudo, socializar de maneira horizontal o aprendizado construído no Diálogo de Saberes e no intercâmbio das experiências. O Diálogo de Saberes articula as epistemes da cosmovisão indígena, da cultura camponesa, bem como da herança teórica do pensamento crítico latino-americano e do marxismo (Barbosa, 2017; 2016).

O processo de construção do conhecimento no âmbito das organizações da CLOC é mediado por uma reterritorialização pedagógica e uma geopedagogia do conhecimento (Barbosa, 2015), esta compreendida como o vínculo indissociável entre o pedagógico e os elementos de caráter cultural que emergem do território e do contexto socio-comunitário na construção do conhecimento (Barbosa, 2015). Para citar alguns exemplos da interface da geopedagogia do conhecimento, recuperamos a experiência da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA). Ao contrário de uma primazia da *episteme* operária própria da identidade política do MST, na ELAA houve um maior diálogo e articulação com a cosmovisão indígena, com a assimilação de seus referentes epistêmicos nos processos educativos e formativos, resultante da interação com os povos indígenas da América Latina e, em especial das organizações membros da CLOC.

Tal processo permitiu afirmar e/ou recuperar categorias epistêmicas centrais, como aquelas relacionadas ao bem viver, ao *ethos* identitário com a terra, o território e a natureza, com o fortalecimento da subjetividade cultural e política como povos do campo e do reconhecimento dos saberes ancestrais e da memória histórica da resistência como eixos medulares da racionalidade epistêmica camponesa e do projeto educativo-político da Educação do Campo e da Agroecologia.

Nesse horizonte, a ELAA desenvolveu a metodologia do “diálogo de saberes no encontro de culturas” como um método educativo-pedagógico especialmente desenhado

⁴ IALA – Sembrando agroecología. Vídeo produzido pela CLOC e não disponível on-line.



para adentrar a um processo de transição ou de transformação agroecológica em um lugar específico (Tardin, 2006; Guhur, 2010). De igual maneira, este diálogo de saberes se refletirá no próprio intercâmbio das experiências agroecológicas, das pedagogias que mediam o processo de ensino-aprendizagem e na assimilação da matriz epistêmica indígena e camponesa na construção do conhecimento.

Um segundo exemplo da geopedagogia do conhecimento se expressa na *práxis* educativo-pedagógica do IALA-Guaraní no âmbito da sistematização de experiências agroecológicas e do conhecimento dela derivado. Vejamos sua concepção de Agroecologia (IALA-Guaraní: 2014, p. 06):

Agro: significa campo, chacra. Significa un espacio natural o modificado en donde suelos, plantas, animales, seres humanos conviven y se desarrollan para dar alimentación y sustento a la sociedad y la naturaleza. Ecología: significa ciencia de conjunto de elementos naturales, plantas, animales y seres humanos que coexisten armónicamente (oikova oñondive oñombyai'ÿre) en un espacio (tekoha) determinado.

Parece-nos fundamental a definição da *Agroecologia* pelas próprias organizações para demarcar o lugar epistêmico e político de onde emerge o conceito. Para o exemplo conceitual da citação, é central seu contraponto ao mesmo conceito adotado pelo agronegócio, que de igual maneira se apropria de alguns conceitos para mascarar a natureza política e econômica da produção agrícola, isto é, atravessada pelo uso abusivo de agrotóxicos, pelas sementes transgênicas, pelo monocultivo e relações de trabalho pautadas na proletarização camponesa, ou ainda, na expulsão indígena de seus territórios.⁵

Conforme o IALA-Guaraní, os conceitos que serão a base de uma *geopedagogia do conhecimento* emergem no Diálogo de Saberes, na interlocução com outras organizações e pesquisadores acadêmicos, bem como no processo permanente de pesquisa na relação teoria e prática, “fundamentalmente aquellas que se adecuan a los principios colectivos del campesinato y sus organizaciones tanto en el país como a lo largo de Latinoamérica reflejadas em [...] la CLOC- VIA CAMPESINA INTERNACIONAL” (IALA-Guaraní: 2014, p. 06).

Há outros conceitos recuperados pela CLOC nas suas experiências educativas e que fundamentam o pensamento social que embasa sua identidade política. Ademais do conceito da Educação do Campo, são exemplares o *Sumak Kawsai* e o *Sumal Qamaña*, conceitos interpretativos vinculados a horizontes de transformação das relações

⁵ No Brasil, a Rede Globo tem veiculado comerciais sobre o “Agro”, na tentativa de fortalecer a narrativa do agronegócio no imaginário simbólico nacional, inclusive utilizando a expressão “Agro é pop”. As próprias empresas do agronegócio são financiadoras dos comerciais televisivos. A mesma emissora e seus meios de comunicação impressos tem sido uma das responsáveis pelo processo de criminalização da luta política no campo brasileiro, em especial, aquela construída pelo MST.



intersubjetivas e com o Abya Yala (Barbosa, 2016). Outro exemplo é o conceito de Feminismo Camponês e Popular elaborado pelas mulheres militantes da CLOC e que define o posicionamento teórico-epistêmico e político frente ao patriarcado institucional (ANAMURI, 2015).

Sendo assim, as organizações membro da CLOC têm elaborado documentos de estudo que condensam uma *teoria camponesa, indígena e operária* para consolidar uma matriz do *Pensamento Epistêmico do Campo*, construído pelos povos do campo e que deve ser apreendido e fortalecido nos seus espaços de formação educativa e política. No Brasil, para citar um exemplo, o MST realizou, em setembro de 2016,⁶ o Curso Básico de Educação em Agroecologia da Região Nordeste, com um caderno de estudo que contém um conjunto de textos elaborados pelo próprio Movimento e em diálogo com as demais organizações da LVC/CLOC, e que contempla a abordagem teórico-epistêmica e política da Agroecologia para o projeto educativo-político da Educação do Campo e da Reforma Agrária Popular.

Outro exemplo é a série de cartilhas produzidas pela Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI),⁷ no Chile, que aborda temáticas relacionadas à produção agroecológica, ao mundo do trabalho e os direitos trabalhistas para as mulheres. Entre as cartilhas de estudo e formação política, se destacam as temáticas “Gênero e direitos das mulheres”, “Direito ao Trabalho, Saúde e Educação”, entre outras, ademais dos livros que aprofundam os fundamentos teórico-epistêmicos e políticos da luta camponesa no Chile. Importante destacar que toda essa gama de materiais são fruto da elaboração teórico-epistêmica das próprias mulheres da ANAMURI, da síntese de seu processo educativo e formativo.

Há, ainda, aqueles documentos resultantes dos Seminários Internacionais realizados pela La Via Campesina Internacional, que reúnem a totalidade das organizações membros de todo o mundo para debater, a profundidade, elementos de ordem teórico-epistêmica para traçar as estratégias da *práxis* política no enfrentamento do capital transnacional no campo. Citemos a publicação do Seminário Internacional Interno: políticas públicas para a Soberania Alimentar⁸ e o Caderno 06 da LVC (2013) “La Vía Campesina, nuestras semillas, nuestro futuro” que trazem a produção desses sujeitos construtores de conhecimento.

⁶ Realizado na Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egidio Bruneto.

⁷ Na página *web* da ANAMURI estão disponibilizados a maioria da produção teórica e audiovisual, incluindo as mencionadas no artigo: <http://www.anamuri.cl/index.php/asalariadas/15-cartillas>

⁸ Realizado em 2012, no México. A publicação foi traduzida a quatro idiomas: espanhol, português, francês e inglês.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente escrito apresentei alguns apontamentos relacionados ao processo de articulação entre educação, resistência e conhecimento no âmbito das lutas empreendidas pelos movimentos sociais e organizações do campo na América Latina, em particular, aqueles que são vinculados à Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC).

A concepção da educação como projeto político permitiu à estas organizações erigir suas próprias escolas de formação educativa e política, ao mesmo tempo que fortaleceu um processo de elaboração teórica própria que aporta à consolidação de um *Paradigma Epistêmico do Campo*, núcleo vital do pensamento social e político agrário erigido na perspectiva dos movimentos sociais e organizações da América Latina.

Tal paradigma fundamenta a base epistêmica dos conteúdos da formação educativa e política das organizações, a partir da articulação entre os saberes populares, ancestrais e locais acerca da relação com a natureza e seus recursos, em uma perspectiva agroecológica, horizonte cultural e político para a soberania alimentar.

Da mesma forma, o *Paradigma Epistêmico do Campo* nutre o projeto educativo-político da Educação do Campo e da Agroecologia, bem como os eixos norteadores das estratégias políticas utilizadas pela CLOC na disputa de projetos políticos para o campo latino-americano.

5. REFERÊNCIAS

ANAMURI. Hacia la construcción del Feminismo Campesino y Popular. *El correo de las mujeres del campo*, diciembre de 2015.

BARBOSA, L. P. Movimentos sociais, educação e diálogo de saberes na América Latina. In: SANTOS, A. R. *et. al. Educação e sua diversidade*. Ilhéus: Editus, 2017, p. 259-280.

_____. Educación, resistencia y conocimiento en América Latina: por una teoría desde los movimientos sociales. *De raíz diversa – Revista Especializada en Estudios Latinoamericanos*, vol. 03, núm 6, julio-diciembre, p. 45-79, 2016.

_____. *Educación, resistencia y movimientos sociales: la praxis educativo-política de los Sin Tierra y de los Zapatistas*. México: LIBRUNAM, 2015.

_____. Educación y resistencia en el Movimiento de los Sin Tierra: proyecto político alternativo y enfrentamiento de la política neoliberal. In: FAL, Juan; OLIVEROS, Amaury. (coords). *El pensamiento económico y social latinoamericano: crisis neoliberal y proyectos alternativos*. México: UNAM, 2012, p. 139-166.



BARBOSA, L. P.; ROSSET. P. Movimentos sociais e Educação do Campo na América Latina: aprendizagens de um percurso histórico. *Práxis Educacional*, v. 13, n. 26, set. – dez., p. 22-48, 2017a.

_____. Educação do Campo e Pedagogia Camponesa Agroecológica na América Latina: aportes da La Via Campesina e da CLOC. *Revista Educação & Sociedade*, v. 38, nº 140, jul-set, p. 705-724, 2017b.

BARBOSA, L. P.; GÓMEZ-SOLLANO, M. La Educación Autónoma Zapatista en la formación de los sujetos de la educación: otras epistemes, otros horizontes. *Intersticios de la Política y de la Cultura. Intervenciones latinoamericanas*, Córdoba, v. 3, n. 6, p. 67-89, 2014.

CASANOVA, P. G. *De la sociología del poder a la sociología de la emancipación. Pensar América Latina en el siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

CUSICANQUI, S. R. *Oprimidos pero no vencido.*, Bolívia: Hisbol, 1986.

DUSSEL, E. Transmodernidad e interculturalidad (interpretación desde la Filosofía de la Liberación). In: MONDRAGÓN, A.; MONROY, F. (coords.). *Interculturalidad. Historias, experiencias y utopías*. México: Plaza y Valdés, 2010, p. 39-70.

GUHUR, D.M.P. Contribuições do Diálogo de Saberes à Educação Profissional em Agroecologia no MST: desafios da Educação do Campo na construção do Projeto Popular. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual de Maringá, 2010.

FERNANDES, B. M. Soberania alimentar como território. In: TÁRREGA, M. C. V. B; SCHWENDLER, S. F. *Conflitos agrários: seus sujeitos, seus direitos*. Goiânia: Ed. da PUC, 2015.

_____. Educação do Campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, C. A. (org.). *Por uma Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação*. Brasília: INCRA/MDA, 2008.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARVEY, D.. *O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação*. Buenos Aires: CLACSO – Socialist Register, 2004.

LÓPEZ-BARCENA F.; GALICIA, M.M.E. El mineral o la vida. La legislación minera en México. México: Red IIPIM / Centro de Orientación y Asesoría a Pueblos Indígenas, 2011.

LVC. Agroecología Campesina por la soberanía alimentaria y la Madre Tierra. Experiencias de la Vía Campesina. *Cuadernos de la Vía Campesina*, Harare: LVC, n. 7, abril, 2015.

_____. Seminario Internacional Interno: políticas públicas para la Soberanía Alimentar. Ciudad de México: 2013.

MARIÁTEGUI, J. C. *Los siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* México, ERA, 1928.



- MÉZSÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- NABUCO, J. *O Abolicionismo*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.
- NORMA, G. "Territorios em disputa: los bienes naturales en el centro de la escena". *Realidad Económica*, N. 217, p. 51-68, 2006.
- PRADO JR. C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 19ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ROSSET, P. Epistemes rurales y la formación agroecológica en la Vía Campesina. *Revista Ciencia y Tecnología Social*, v. 02, p. 01-10, diciembre, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/16264-54064-1-PB.pdf>
- ROSSET, P.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. Agroecología, territorio, recampanización y movimiento sociales. *Revista de Estudios Sociales*, México, v. 25, n. 47, p. 275-299, 2016.
- _____. Rural Social Movements and Agroecology: context, theory and process. *Ecology and Society*, v. 17, n. 3, p. 01-12, 2012. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol17/iss3/art17/>
- SILVA, C. Z. (compilador). *Intelectuales indígenas piensan América Latina*. Quito: Tinkuy, 2007.
- SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- SVAMPA, M.; ANTONELLI, M. *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*. Buenos Aires: Buenos Aires: Biblos, 2009.
- TARDIN, J.M. Diálogo de Saberes no Encontro de Culturas: Sistematização, nº 02. LAPA: 2006, mimeo.

**GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América latina****A QUESTÃO MINERAL NA AMÉRICA LATINA: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SÓCIO – TERRITORIAIS NO BRASIL E NO MÉXICO**

Sergio Murilo Pinheiro Barbosa (Universidade Estadual do Ceará)¹
sergiompinheiro01@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho é o recorte de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Mestrado Acadêmico em Sociologia (PPGS), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), intitulada “Movimentos Sócio-Territoriais e a Questão Mineral na América Latina: uma análise dos casos do Brasil e do México”. A problemática central da pesquisa consiste em analisar os conflitos sócio-territoriais ocasionados pela extração mineira na região. Nesse sentido, nos propomos a debater como vem sendo construída as mobilizações coletivas frente à disputa territorial corrente na América Latina, em especial aquelas articuladas pelos Movimentos Socioterritoriais no campo. Interessa-nos identificar a natureza dos projetos de extrativismo em disputa, os sujeitos políticos que as articulam e quais alternativas emergem da *práxis* política por parte dos movimentos em resistência. Apresentaremos uma primeira aproximação analítica com os casos do Brasil e do México, no intuito de demonstrar como ambos os países apresentam um padrão de desenvolvimento extrativista que favorece a emergência de conflitos sócio-territoriais na região. Evidenciaremos que a existência de causas estruturantes dos conflitos sócio-territoriais em torno da extração mineral conduz à emergência de movimentos de defesa sócio-territorial e ambiental nos países analisados. Nessa direção, apresentaremos como casos de resistência articulados no âmbito dos movimentos sócio-territoriais, o Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM), no Brasil e a Red Mexicana de Afectados por la Minería (REMA), no México. O embasamento teórico da presente proposta incorpora três eixos analíticos, a saber: 1. Paradigmas de Desenvolvimento para a América Latina; 2. Conflitividade Sócio-territorial 3. Movimientos Sócio-territoriais.

Palavras-chaves: 1. Movimentos Sócio-Territoriais. 2. Questão Mineral 3. Conflitos Sócio-Territoriais 4. América Latina

1. INTRODUÇÃO

¹ Economista e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Estadual do Ceará (PPGS-UECEA). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Pensamento Social e Epistemologias do Conhecimento na América Latina e Caribe (UECE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: sergiompinheiro01@gmail.com.



Embora tenhamos, ao final do século XX, um cenário de fomento de tratados bilaterais para o incremento das políticas de desenvolvimento extrativista na América Latina (a exemplo do Tratado de Livre Comércio (TLC), em 1992), somente nos últimos dez anos vem se registrando um aumento significativo da demanda mundial por minerais metálicos ferrosos e não ferrosos. Tal fato tem aberto oportunidades ilimitadas para que empresas mineradoras desenvolvam seus modelos de exploração em países localizados, principalmente, nos continentes Africano e Asiático, bem como na América Latina, regiões em que estes minerais podem ser encontrados em abundância.

Justificando essa perspectiva, Ramos (2012) assinala que o agravamento do extrativismo se comprova, essencialmente, em territórios onde se encontram os depósitos mais acessíveis e as legislações mais frágeis e favoráveis aos investimentos estrangeiros, semelhante ao que pode ser observado em diversos países da América Latina.

No presente artigo, buscamos apresentar uma primeira aproximação à problemática da mineração na América Latina a partir da análise dos conflitos socioterritoriais ocasionados pela extração mineira na região. Neste ínterim, a pesquisa aqui apresentada configura-se enquanto um recorte de outra maior, a qual encontra-se em desenvolvimento no âmbito do Mestrado Acadêmico em Sociologia (PPGS), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), intitulada “Movimentos Sócio-territoriais e a Questão Mineral na América Latina: uma análise dos casos do Brasil e do México”.

Nesse sentido, o debate proposto é sobre a forma como vem sendo construídas as mobilizações coletivas frente à disputa territorial corrente na América Latina, em especial aquelas articuladas pelos Movimentos Socioterritoriais no campo. Portanto, nos interessa identificar a natureza dos projetos de extrativismo em disputa, os sujeitos políticos que as articulam e quais alternativas emergem da *práxis* política por parte dos movimentos em resistência.

A resistência que emerge nos territórios onde existem conflitos socioterritoriais tem suscitado novas categorias analíticas, relacionadas ao campo dos movimentos sociais, com destaque para o conceito de Movimentos Socioterritoriais, caracterização específica que tem sido relacionada aos movimentos de resistência às políticas de extração. Vejamos a definição de Ramos Filho (2013, p. 99):

Um movimento socioterritorial, [...] é uma organização que tem como objetivo criar as capacidades de introduzir novas formas de apropriação e



uso dos territórios. Seu objetivo é a instauração de uma nova territorialidade. Mesmo limitadas e/ou estritamente localizadas, essas novas territorialidades implicam em transformações nas relações sociais e na configuração dos lugares. Na configuração do território, o espaço é apropriado de forma a fazer dele o espaço da ação. Este espaço é formado por seus próprios participantes, líderes e mediadores, todos eles, sujeitos da ação política que tem na sua territorialidade a legitimação de sua ação.

Por um lado, apresentaremos uma reflexão analítica a partir dos casos do Brasil e do México, o que demonstra como ambos os países apresentam um padrão de desenvolvimento extrativista que favorece a emergência de conflitos socioterritoriais na região. Por outro lado, evidenciamos que a existência de causas estruturantes destes conflitos em torno da extração mineral, conduz à emergência de movimentos de defesa socioterritorial e ambiental nos países analisados.

Nessa direção, analisamos o padrão de desenvolvimento extrativista no Brasil e no México e a natureza da política das resistências, além das e propostas apresentada pelos movimentos socioterritoriais nas disputas por território em ambos os países. Apresentaremos enquanto movimentos de resistência no âmbito dos movimentos socioterritoriais, o Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM), no Brasil; e a *Red Mexicana de Afectados por la Minería* (REMA), no México.

2. O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO EXTRATIVISTA NA AMÉRICA LATINA

A partir do documento resultante do *Encuentro Continental contra Minería y por la Soberanía Popular* (2015),² observa-se que os países europeus, Estados Unidos, Japão e China, configuram-se enquanto os maiores demandantes dos recursos minerais, sobretudo do minério de ferro. No último quinquênio, dos 52 minerais importados pelos Estados Unidos, 20 deles eram provenientes da América Latina e outros 25 eram provenientes do Canadá.³

Dentro dessa estatística, o Brasil foi responsável pelo abastecimento de 85% do Nióbio demandado pelo mercado americano e, em conjunto com a Jamaica, de 48% da Bauxita. No caso da Europa, a importação de Antimônio, quase em toda sua totalidade, era de origem brasileira e peruana. A América Latina se configura como uma das regiões que possui

² Ocorrido no marco da ALBA Movimentos, em Jalapa, Guatemala, de 11 a 16 de março de 2015.

³ Dados obtidos no mesmo documento citado na nota de rodapé 3.



as maiores reservas minerais do mundo⁴ e, portanto, oferece as maiores oportunidades de investimentos na exploração mineral em escala mundial, correspondendo a cerca de 25% do total de investimento mundiais.

A partir desse breve levantamento, é possível identificar elementos comuns em relação à exploração mineral: o modelo de exploração está baseado no consenso das commodities e da geração de divisas, com atividades de extração e exportação de bens primários em larga escala e baixo valor agregado, e a maior parte desses minerais são transformados em produtos semiacabados por aqueles que o demandam (Trocate *et. al.*: 2015; Zonta; Trocate: 2015). Este modelo de exploração se caracteriza pela consolidação de economias de enclaves⁵, sem relação com a cadeia produtiva local e com forte fragmentação social, o que acaba por configurar espaços socioprodutivos dependentes do mercado internacional.

Ao que tudo indica, tal modelo tem caráter predatório, produzindo um considerável passivo social e ambiental àqueles que se sujeitam ao mesmo. No âmbito dessa pesquisa, nos parece pertinente recuperar a controvérsia que circunda o paradigma da exploração mineral, sobretudo no tocante aos passivos por ela gerados, uma vez que se tem verificado que tal atividade está diretamente ligada aos processos de desmatamento, aumento dos níveis de poluição do ar, das águas, etc, sobretudo nas explorações ocorridas nas modalidades de mineração a céu aberto.⁶

Da mesma forma, segundo o que consta no Plano Nacional de Mineração do Ministério de Minas e Energia (PNM) -2030,⁷ existem mega projetos de mineração, sobretudo na América Latina, que se utilizam de formas distintas de extração mineral, com predomínio da modalidade a céu aberto, o que corresponde a cerca de 98% das minas registradas no referido documento, o restante, 2%, está segmentado, entre as modalidades mistas ou combinadas.⁸ Vale destacar que em grande parte desses processos de extração e transformação de minerais são utilizados produtos químicos de extrema capacidade nociva.

⁴ Argentina e Chile atendem, em partes, a demanda europeia relativa ao mineral Borato. Já Peru e Chile são responsáveis por parte das importações feitas pelo continente europeu do metal cobre, e um percentual considerável de antimônio também veio a ser importado pelos europeus, de países como Bolívia e Peru.

⁵ Modelo econômico no qual, em um mercado globalizado, as atividades produtivas concentram-se em países subdesenvolvidos (destinados à exploração) e sem integrar-se ao mercado local.

⁶ Refere-se ao método de extração de rochas ou minerais da terra por sua remoção de um poço aberto ou de uma escavação em empréstimo.

⁷ Disponível em <http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/plano-nacional-de-mineracao-2030/pnm-2030>. Acesso em setembro de 2016.

⁸ Terminologia empregado para especificação de processos de mineração dos quais se utilizam métodos distintos de extração, dos quais torna-se necessário a perfuração de túneis na terra (mineração subterrânea), extração por camadas (sem perfurações) e/ou as duas modalidades simultaneamente ou de forma consecutiva.



Tais materiais nocivos são transportados para as represas de rejeitos e, por conseguinte, acabam por contaminar as águas superficiais e subterrâneas, uma vez que não se tem evidências aparentes de uma possível descontaminação. A tragédia ambiental ocorrida devido ao rompimento das barragens de rejeitos líquidos no Município de Mariana, no Estado de Minas Gerais, é ilustrativa dos riscos concernentes a este modelo de desenvolvimento.

A referida tragédia suscitou o debate socioambiental e socioterritorial acerca dos modelos de exploração dos recursos naturais, em especial dos recursos minerais, suas implicações na ocorrência de desastres ambientais e a possibilidade de que sejam configuradas como crime ambiental previstos em lei. Ademais, a extração mineral traz como consequência o processo de desterritorialização, vinculado diretamente aos conflitos socioterritoriais, marcas decorrentes deste modelo de exploração. Em uma perspectiva latino-americana:

Os conflitos socioambientais são cada vez mais frequentes nos países da América Latina, onde o atual processo de globalização é, ao mesmo tempo, gerador de desigualdades sociais e de “identidades de resistência”, constituídas por atores que precisam construir formas de resistência e sobrevivência, “lutando por justiça social e cidadania num modelo que fortalece assimetrias” (JACOBI *apud* Comegna, 2011, s/p).

É importante ressaltar que o contexto gerador de crise interna do capital global leva a uma tentativa de ampliação do controle de Estados Nacionais, o que pode resultar em impactos sociais negativos para as populações locais, tendo como consequência direta a divisão social do trabalho, que precariza os empregos e aliena os trabalhadores em relação aos frutos de seu próprio trabalho. E a brecha entre essa tentativa de controle da crise, do investimento visando a manutenção da taxa de lucro e a consciência da classe trabalhadora, teremos a insurgência de movimentos de resistência. Nesse contexto global, Trocate, Zanon e Vieira (2015, p.115) argumentam que:

Portanto, o incontrolável capital, com uma crise instalada em seu próprio seio metabólico, materializa de maneira insana e irracional a tentativa de controle através das transnacionais sobre diversos estados nacionais. Assim o deslocamento da desgraça social recai sobre populações alinhadas aos preceitos da divisão internacional do trabalho. Uma ordem vigente, autoritária, que dinamiza a vida na cidade e no campo, conforme as necessidades de sobrevivência desse capital incoercível. “A inexorável tendência para a socialização cada vez maior da produção, inseparável da



divisão internacional do Trabalho, igualmente crescente sobre o domínio de gigantes empresas transnacionais. O que dizer de um dos maiores acionistas da mineradora Vale, o banco norte americano JP Morgan, que reuniu no início de dezembro mais de mil investidores, a maioria transnacionais, numa reunião em Brasília.

Nessa direção, emerge uma significativa resistência ao modelo de desenvolvimento pela extração mineral, articulada pelos povos diretamente afetados pela mineração. São muitos os Movimentos Socioterritoriais que tensionam o paradigma do desenvolvimento pela extração, seja no México e na América Central, bem como na América do Sul.

Segundo o Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL),⁹ existem de mais de duas centenas de conflitos de mineração em toda a região, dos quais, 37 deles ocorrem em território mexicano, e outros 20 no Brasil. Com base nesses dados, podemos afirmar que aproximadamente 1/4 dos conflitos envolvendo a exploração de minerais na América Latina estão concentrados nesses dois países. Outro fato relevante diz respeito à constatação que tais modelos tem avançado suas atividades em relação aos territórios e ao volume de exploração dos recursos, mesmo sem o consenso das populações envolvidas diretamente nos processos, intensificando ainda mais os conflitos sociais, a fragmentação social, bem como gerando um espiral de repressão e criminalização dos movimentos de resistência.

3. POLÍTICAS NEOLIBERAIS E NEOEXTRATIVISTAS NO BRASIL E MÉXICO

No âmbito do desenvolvimento das políticas neoliberais na América Latina, o México é um dos primeiros países a implantar a extração mineral, por meio de concessões às mineradoras estadunidenses e canadenses. Esse processo se deu com a assinatura, em 1992, do Tratado de Livre Comércio das Américas (TLC), que consolidou a abertura às mineradoras para a extração de minérios em diferentes regiões mexicanas.¹⁰ Conforme análise de Tetreault (2013), dos 29 casos que denotam presença de projetos de mineração, 25 são desenvolvidos por empresas estrangeiras e, destes, 18 são canadenses.

⁹ <http://www.conflictosmineros.net/>

¹⁰ Empresas como as canadenses Gold Corp, Black and Fire e a estadunidense Liner Gold Corp deram início à apropriação territorial para extração dos minérios. Vale destacar que as mineradoras canadenses detêm 51% do capital mineiro do planeta.



Para o caso brasileiro, a inserção do país no Bloco de cooperação entre Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul (BRICS)¹¹ favoreceu acordos bilaterais que culminaram com a entrada das empresas mineradoras chinesas na extração mineral no país. O Brasil já possuía uma política de desenvolvimento extrativista consolidada, sobretudo aquela desenvolvida pela empresa Companhia Vale do Rio Doce, agora Vale S.A. Entretanto, com a chegada das mineradoras chinesas, a exemplo da *GLOBEST* Brasil, este modelo de desenvolvimento se expandiu a outras regiões do país, a propósito da Região Nordeste.¹² As práticas de mineração estão articuladas ao que David Harvey (2004) denomina de “acumulação por despossessão” instaurada pelas políticas neoliberais, de caráter estrutural, que dão acesso ao capital mineiro transnacional às regiões, permitindo o emprego de tecnologias que não só degradam o meio ambiente, mas também afetam à vida sociocomunitária, os territórios de vida e de produção. Baseado na análise de Marx (*O Capital – Tomo I*) acerca do processo de “acumulação original” ou “acumulação privada”, e de Rosa Luxemburgo sobre a trajetória do capitalismo, Harvey (2004, p. 109) aponta que:

[...] a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade – comum, coletiva, estatal, etc.– em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais.

Nesse processo de apropriação territorial pelas mineradoras estrangeiras, nos parece pertinente recuperar o conceito de “território” debatido por Fernandes (2008), para situar os paradigmas postos na disputa de projetos de desenvolvimento para o campo. Afirma Fernandes (2008, p.55):

[...] o território é uma totalidade, mas não é uno. Conceber o território como uno é compreendê-lo como espaço de governança, que é um tipo de território, e ignorar os outros tipos. [...] Enfatizamos que todas as unidades territoriais formam totalidades por conterem em si todas as dimensões do desenvolvimento: política, econômica, social, cultural e ambiental. Como os territórios são criações sociais, temos vários tipos, que estão em constante conflitualidade. Considerar o território como uno é uma opção para ignorar suas conflitualidades.

¹¹ Bloco de cooperação econômica formado pelo Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul.

¹² E especificamente no Estado do Ceará.



Fernandes (2008) ainda argumenta que há disputas de projetos para cada tipo de território, alguns alavancados pelo capital, outros que emergem das lutas dos movimentos sociais. Portanto, cada território vai produzir um tipo de sujeito político que demandará um projeto político específico. Para exemplificar suas análises, o autor apresenta o projeto da Reforma Agrária que se demarca em dois paradigmas: 1. A concepção da Reforma Agrária para os povos do campo, que defendem assentamentos de reforma agrária e uma produção agrícola de matriz agroecológica; 2. A concepção do agronegócio, para o monocultivo, com a utilização de sementes transgênicas e com o uso de agrotóxicos, que compromete os próprios alimentos produzidos e a proletarianização camponesa. A abordagem de Fernandes (2008) nos impulsiona a pensar acerca dos paradigmas de desenvolvimento que sustentam a extração mineral ou a resistência a ela. Por tal razão, consideramos que seja um referencial central para a proposta de pesquisa apresentada.

A propósito das disputas de projetos de desenvolvimento, importa destacar que o processo de extração mineral no México e no Brasil não aconteceu de forma harmônica, uma vez que emergiram uma série de resistências socioterritoriais, em razão de serem áreas atingidas (ou com risco potencial de sê-lo) pela mineração e a sofrer, diretamente, as consequências de conflitos socioterritoriais e impactos ambientais decorrentes da expansão comercial ocasionada pelo capital transnacional.

No caso mexicano, um dos exemplos mais emblemáticos destas resistências foi o Levantamento Armado do Movimento Neozapatista, no estado de Chiapas, sul mexicano, ocorrido no dia 1º de janeiro de 1994, data em que entrava em vigor o TLC, considerado uma ameaça direta às comunidades indígenas daquela região. O levantamento expressou a resistência da presença do capital transnacional nos territórios indígenas chiapanecos (Barbosa: 2014).

No México, diferentes estados do país têm apresentado a articulação de Movimentos Socioterritoriais, indígenas e camponeses, que denunciam os conflitos socioterritoriais, os impactos ambientais nos modos de vida comunitária em seus territórios, ampliando o debate político acerca da mineração. São movimentos que estendem essa denúncia a outros países da região e que buscam articular redes de resistência com outros movimentos. De igual maneira, o Brasil tem apresentado um cenário de resistência à presença das mineradoras, representada por diferentes sujeitos políticos, a exemplo dos povos indígenas – Yanomames e Guaranis Kaiowá – movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores e



Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM), para citar alguns.

Acerca do nascimento da resistência, das políticas neoliberais e dos caminhos exploratórios nesse território, Rojas (2013) analisa, a partir do enfoque da ecologia política, os conflitos sociais em torno do caso de resistência da Rede Mexicana de Afetados pela Mineração (REMA), com base num estudo sobre Chiapas, no México.

No referido estudo, é abordada a relevância da ecologia política dentro desses conflitos, o que tornou possível subsidiar a ação política e o pensamento crítico através de relações de poder entre a sociedade e o mercado internacional. Tal abordagem proporcionou evidenciar uma nova racionalidade ambiental acerca da relação entre as medidas de políticas e a natureza.

Nesse sentido, é possível perceber que os problemas causados pela mineração motivam um quadro de resistência social, que culmina em repressão, assassinatos, ameaças à ativistas sociais (que exigem uma melhor qualidade de vida), além da marginalização e criminalização de movimentos sociais como ocorrido com o ativista social Mariano Abarca Roblero membro ativista social da Rede Mexicana de Afetados pela Mineração (REMA), morto lutando contra mina de bauxita em Chicomuselo, Chiapas, no México.

Segundo Rojas (2013), observa-se que, no contexto do modelo de produção capitalista, a apropriação de recursos naturais visa satisfazer aos mercados internacionais, e as empresas mineradoras utilizam-se de extorsão e suborno a diferentes níveis de governos para explorar sua atividade econômica no país, conquistando a legalidade de sua atividade, ignorando os problemas que podem surgir nesse processo, apenas visando a garantia da lucratividade, o que causa, a priori, graves danos ao meio ambiente, além de conflitos socioterritoriais.

Acerca desses acordos governamentais, Rojas (2013), destaca os governos de Calderón (2006 a 2012) e Enrique Peña Nieto (2012 a atualidade) enquanto políticas de privatização do setor de mineração, com o intuito de atrair investimentos externos ao México, num esforço para implementação de um Projeto Neoliberal. O aumento dessas políticas predatórias, desenvolve-se a luta pela resistência, o que intensifica a repressão a esses movimentos sociais que tentam anular as ações predatórias dessas mineradoras.

Nesse contexto, Rojas (2013) constata que além da agressão ao meio ambiente ocasionada pela propagação dessas políticas mineradoras, intensifica-se a violação aos direitos humanos por parte das empresas de mineração, incorrendo em frequentes assassinatos



e perseguições a membros de movimentos sociais no México, além dos prejuízos aos quais são submetidas as comunidades afetadas pela atividade mineradora.

Zenil (2014) analisou os conflitos e lutas resultantes da mineração no território mexicano, destacando que a intensificação da mineração deu-se de forma mais visível a partir de concessões estatais e privatizações no âmbito do tratado de livre comércio da América do Norte (NAFTA), iniciando então um grave despojo das comunidades locais; contaminação da água, do ar e do solo, assim como a violação dos direitos humanos. Trata-se de um modelo extrativista voltado para venda no mercado estrangeiro e que não beneficia a população local, gerando desenvolvimento ou coisas similares, ficando o lucro somente com as grandes corporações. Para Zenil (2014), a essencialidade dos usos de minerais na atividade econômica não respalda a imposição de um modelo extrativista que prejudique a saúde e devaste o meio ambiente numa lógica de acumulação acelerado de riqueza.

Do mesmo modo, o autor denuncia as facilidades concedidas pelos governos locais para empresas mineradoras, privando populações indígenas e camponesas de condições elementares de subsistência. Tais concessões são feitas num grande prazo e amparadas nas Leis de Minas Mexicanas vigentes, sem consultas populares aos membros das comunidades locais. Assim sendo, além de violações dos direitos humanos, essas populações camponesas e indígenas enfrentam graves problemas decorrentes da mineração, tais como: a poluição de grandes montantes (milhões de litros por segundo) de água; perda de fluxos e fontes de água; poluição do ar e perda de biodiversidade do solo; aumento de ruídos; os graves impactos à saúde; perda dos espaços para a cultura e agricultura, dentre outros.

A partir do estudo feito por Zenil (2014), considera-se que sob o modelo de mineração extrativista não há espaço para uma mineração verde e/ou sustentável, socialmente responsável. Assim sendo, o autor afirma que para conter o avanço desses projetos de mineração em grande escala é necessária a formação de organizações sociais fortes e independentes, que contribuam para a transformação da sociedade, e que seja possível proporcionar espaços adequados para esse luta contra as ações extrativistas de mineração.

Svampa (2010) assegura que, em grande parte, o cenário de conflitos nos quais estão inseridas as populações (em área de mineração), é de uma assimetria obscena, como exemplo, a autora cita os casos de San Juan, La Rioja e Catamarca, na Argentina. Entretanto, ressalta que a partir das articulações de resistências regionais (entre os anos de 2003 a 2008), cerca de sete províncias conseguiram que fossem sancionadas leis que proibissem, em determinados aspectos, a mineração do tipo céu aberto. Para tanto, a autora acredita que



houver três fatores-chave que “jogaram” a favor dessa conquista; quais sejam: mobilizações multissetoriais; socialização das informações e construção de redes territoriais. Assim sendo, ao final do ano de 2008, já existiam aproximadamente setenta assembleias dos autoproclamados vizinhos, compostas por comerciantes, donas de casa, produtores e outros profissionais, que atuavam enquanto resistentes e reguladores dessas políticas.

Ainda segundo Svampa (2010), contrariamente ao que era divulgado pelo governo e empresas transnacionais, havia uma ânsia por elaboração de documentos de extrema relevância para os movimentos de resistência frente a mineração. Tais documentos proporcionavam que as comunidades se tornassem cada vez mais informadas e, com isso, pudessem tomar consciência do real significado da instalação de um empreendimento de mineração a céu aberto; não só pelo ponto de vista econômico, como também pelo consumo de água e energia.

4. RESISTÊNCIA ASSOCIOTERRITORIAIS: OS CASOS DO MAM E DO REMA

Nas seções anteriores, foram apresentados o padrão de desenvolvimento extrativista pautado na mineração, bem como as políticas neoliberais implementadas na América Latina. Nessa seção, serão discutidos os dois movimentos de resistência para os casos dos países analisados.

O Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), construído entre os anos de 2012 e 2014, se autodenomina um movimento popular não conjuntural, todavia, expande sua atuação de forma permanente no processo político brasileiro, no tocante às destinações e apropriações dos bens naturais do país. No Brasil, a incessante exploração dos bens naturais ocorre de modo subordinado e inserido na lógica do capitalismo dependente, no qual ocupa a condição subalterna de exportador de matérias-primas.

Assim sendo, o referido movimento ocupa-se na luta pela soberania popular na mineração, suscitando o debate relativo ao modelo brasileiro mineral (primário exportador) com vias a contribuir na construção de um programa popular de uso dos bens naturais. Do mesmo modo, debate o padrão de exploração mineral, levando em consideração a necessidade de construção de áreas livres da atividade mineradora, proteção de biomas e comunidades negativamente impactadas pela mineração, ao mesmo tempo em que discute a proposta de soberania nacional na lógica de exploração do capital.



O “Documento Básico do MAM: Pela Construção do Movimento pela Soberania Popular na Mineração- MAM”, apresenta os seguintes objetivos que estruturam sua concepção política (Trocatte *et. al.*, 2015):

1. Mobilizar-se contra o atual modelo de exploração mineral em vigor, que beneficia apenas o capital através de grandes empresas brasileiras e transnacionais, com participação do Estado.
2. Defender os interesses e direitos das populações que são atingidas¹³ por projetos de mineração em todo o território brasileiro.
3. Construir paulatinamente a proposta de um novo modelo de utilização dos bens minerais, na forma de propriedade social e em benefício de todo o povo brasileiro, que represente a soberania popular e nacional sobre todos os recursos minerais.
4. Articular-se com outros movimentos de atingidos em nível internacional, e que lutam com os mesmos objetivos.

Nessa perspectiva, tem-se que a Rede Mexicana de Afetados pela Mineração (REMA) foi instituída, originalmente, a partir do movimento América Latina em Movimento, em 23 de junho de 2008. O REMA originou-se articulado com movimento de afetados pela construção de barragens e em defesa de rios (MAPDER) em 2007, os quais combatiam os efeitos socioambientalmente nocivos ocasionados pelo avanço da mineração e sua relação com projetos de construção de barragens.

Inicialmente, as articulações entre os iminentes membros do movimento REMA, ocorriam a partir de comunicação virtual (via internet), porém, em 2007, eles se reuniram de forma presencial para discutir estratégias de fomento às políticas do movimento a partir do compartilhamento de experiências e busca de alternativas comuns.

Na sua constituição inicial, o REMA contou com a articulação, ainda em 2007, da formação de uma rede e ao mesmo tempo de um espaço para as discussões do MAPDER. Seus aliados, tais como *Right Actions* e a *Hic-AI*, apoiaram a realização da primeira reunião do movimento ocorrida na comunidade de Tamacapulín, município de Cañadas de Obregón, estado de Jalisco no México. A referida reunião contou com a participação de vários setores

¹³ Estende-se por populações atingidas aquelas dos perímetros próximos aos projetos; aquelas atingidas pela cadeia de transformação dos minerais e pelo escoamento da produção e, ainda, as populações urbanas atingidas pelo atual modelo de exploração mineral.



da sociedade, tais como organizações sociais, indígenas, camponesas, comunidades, organizações de direitos humanos, educação, comunicação, movimentos, grupos de estudantes, acadêmicos de 12 estados mexicanos.

Conforme apontado no Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL)¹⁴ (2017):

Para este encuentro donde se hermanan las luchas de los afectados por las presas y por la minería, la REMA se planteó los siguientes objetivos: 1) Generar conciencia de la afectación social y ambiental por la minería a través del intercambio de experiencias y estrategias para la defensa del territorio, el agua, los recursos naturales y nuestras comunidades. 2) Integrar al movimiento en contra de la minería y fortalecer las luchas y movimientos locales para la resistencia y defensa de sus derechos. 3) Generar la estructura organizativa de la red y elaborar estrategias conjuntas que fortalezcan alianzas y se coordinen con redes nacionales e internacionales en contra de la minería. Autoridades y representantes de la comunidad y de la iglesia local, dieron la bienvenida e inauguraron el encuentro que estuvo marcado también por música, fiestas, exposición de videos y otras actividades culturales

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, evidencia-se a existência de causas estruturantes dos conflitos socioterritoriais em torno da extração mineral e a emergência de movimentos de defesa socioterritorial e ambiental. Nesse sentido, tornou-se pertinente analisar o Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM), no Brasil e *Red Mexicana de Afectados por la Minería* (REMA). Nossa trajetória de pesquisa sugere a hipótese de que os dois movimentos podem ser considerados como Movimentos Socioterritoriais e, por conseguinte, revelam o despontar de um novo paradigma referente ao desenvolvimento ambiental alternativo, conforme apresentado por Enrique Leff (2001).

Ambos os movimentos articulam uma demanda política em perspectiva latino-americana. O MAM almeja “uma plataforma comum com as organizações que compõem a Via Campesina Brasil e outros setores mobilizados no Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração” (Trocate *et. al* 2015, p. 95). O REMA, por sua vez, dialoga com a *Asamblea Nacional de Afectados Ambientales* (ANAA), e com outras lutas de resistência de outros países da América Latina, a exemplo do *Movimiento Mesoamericano*

¹⁴ <http://www.conflictosmineiros.net/>



Contra el Modelo Extractivo Minero (M4), criado em 2012 e que articula aproximadamente 60 organizações do México, Panamá, Costa Rica, El Salvador, Honduras e Guatemala.

Posto isto, deseja-se que esse artigo contribua para o debate em torno do modelo de mineração neoextrativista predatório que vêm sendo implementado no Brasil e no México. O caráter neoextrativista da legislação mineral sinaliza para a preocupação principal voltada para o desenvolvimento e nas formas do setor público regular esse ramo da atividade econômica conforme seus próprios interesses na lógica do capital neoliberal.

Coelho (2015) assegura que a mineração aprofunda as estruturas do subdesenvolvimento, uma vez que aprofunda a concentração de renda e exploração da força de trabalho. O contexto de aumento do preço das commodities, sobretudo das matérias-primas de origem mineral, possibilitou o avanço da exploração mineral e intensificou a dependência ao minério em localidades que aderiram à corrida mineral e/ou que já tinham na atividade econômica sua principal fonte de renda.

Nesse sentido, o mercado de commodities é considerado mais instável em relação ao mercado de manufaturados, uma vez que (dada a sua flutuação de preços) poderá trazer como consequência o encerramento da atividade mineradora, queda na arrecadação e desemprego.

Deste modo, Coelho (2015) endossa a tese de que a mineração (inserida na lógica do livre mercado), não apenas preserva estruturas subdesenvolvidas, como as reproduz. Desta forma, os projetos mineradores possuem caráter classista, uma vez que exploram o fator trabalho na produção, comercialização e transporte e também por excluírem as classes sociais (não detentoras do capital) da apropriação do excedente econômico proveniente da atividade de mineração.

Nessa perspectiva, o capital (seja em crise estrutural ou sistêmica), agravou a exploração mineral sem vista a um retrocesso. Nesse sentido, a normatização da atividade mineradora acaba por esvaziar o debate nacional acerca da exploração mineral, impossibilitando o surgimento de uma sociologia e de uma memória nacional relativas ao papel e importância dos bens minerais de um país.

Sendo assim, torna-se necessário que as comunidades e movimentos sociais operem (no sentido de avançar nas estratégias de barrar projetos de mineração) que ameçam comunidades, cidades, estados e países que violam os direitos humanos.

REFERÊNCIAS



BARBOSA, L.P. De bolsas de olvido a bolsas de rebeldía y resistencia corazonada: la dimensión epistémica de la Rebelión Zapatista. *Revista Sures y Nortes*, Año 3, Nº 7, febrero-junio, 2014.

CASANOVA, P.G. *De la sociología del poder a la sociología de la explotación. Pensar América Latina en el siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

COMEGNA, M.A. Conflitos socioambientais e movimentos sociais na Amazônia boliviana. *Revista Geográfica de América Central*, vol. 02, julio-diciembre, 2011.

FERNANDES, B.M. "Educação do Campo e Território Camponês no Brasil". In: SANTOS, Clarice Aparecida (org.) *Por uma Educação do Campo: campo - políticas públicas – educação*. Brasília: INCRA/MDA, 2008.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, ano 8, nº 6, janeiro a junho, 2005.

HARVEY, D.. *O "novo" imperialismo: acumulação por espoliação*. Buenos Aires: CLACSO – Socialist Register, 2004.

LAKATOS, E.M. *Sociologia geral*. 6ª edição revista e ampliada, Atlas, 1990.

LAKATOS, E.M. *Sociologia geral*. 6ª edição revista e ampliada, Atlas, 1990.

LEFF, ENRIQUE. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidad, complejidad, poder*. 4ª edição, Siglo xxi editores, 2013.

Minería Transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales. Buenos Aires: 2009; p. 123 – 180.

RAMOS, G.D.. *Extractivismo, fronteras ecológicas y geopolítica de los recursos*, 2012. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=146590>. Acessado em agosto de 2016.

RAMOS FILHO, E.S.. *Movimentos socioterritoriais, contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

ROJAS, M. F.. Resistencias sociales en contra de los megaproyectos hídricos en América Latina. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, No. 97 (2014) October, pp. 75-96.

SVAMPA, M.; ALVARÉZ, M. S.; BOTTARO, L. Los movimientos contra la minería metalífera a cielo abierto: escenarios y conflictos. Entre el "efecto Esquel" y el "Efecto La Alumbreira"

TROCATE, C.; ZANON, M. J. e VIEIRA, J. Elementos constitutivos do MAM. Marabá: Editorial Iguana, 2015.



TETREAULT, D. La megaminería en México. Reformas estructurales y resistencias. Letras Verdes. *Revista Latinoamericana de Estudios Ambientales*. N° 14, setiembre. Ecuador: FLACSO, 2013, p. 214-231.

TROCATE, C. *et. al. Elementos constitutivos do MAM*. Marabá: Editorial Iguana, 2015.

ZENIL, E. S.. Las luchas de las comunidades contra el Modelo Extractivo Minero en México: Zacualpan, territorio libre de minería. p. 286 - 302 In: COMPOSTO, C.; NAVARRO, M. L. (Compiladoras). *Territorios en disputa. Despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina*. 1ª ed.- México, D. F.: Bajo Tierra Ediciones, 2014. 452 p.

ZEMELMAN, H. Algunas reflexiones metodológicas a partir del problema de las investigaciones comparativas. In: Krawczyk, Nora Rut & Wanderley, Luiz Eduardo (orgs.). *América Latina - Estado e Reformas numa perspectiva comparada*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

ZONTA, M; TROCATE, C. *A questão mineral no Brasil*. Volume 1. Marabá: Editorial Iguana, 2015.



GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: atores e lutas no contexto de Catalão (GO)

Jairison da Paixão e Costa(UFG/RC)¹

jairisoncosta@hotmail.com

Paulo Henrique Kingma Orlando (UFG/RC)²

phorlando@yahoo.com.br

RESUMO

A sociedade tem na disponibilidade de recursos naturais a base para seu desenvolvimento econômico e a mineração é de extrema importância para a humanidade. No entanto onde os empreendimentos minerários se instauram levam também conflitos pelos territórios ali ocupados por grupos tradicionais. O presente texto faz uma revisão bibliográfica de trabalhos em nível de mestrado e doutorado que discutiram os impactos socioambientais da atividade minerária em Catalão (GO) a fim de mostrar quais os atores envolvidos no embate junto as comunidades afetadas pela mineração naquele local. Em Catalão (GO) desde meados da década de 1960 e início da década de 1970 há a exploração principalmente de fosfato e nióbio em dois domos intrusivos. Atualmente as duas principais empresas mineradoras em Catalão são a Vale Fertilizantes e a multinacional China Molybdenum Co Ltd., e, onde se encontram as áreas de lavra, deposição de rejeitos e as pilhas de estéril são também áreas que nas últimas décadas do século XX d.C. e no decorrer do século XXI d.C, se mostraram campo de conflitos por território onde a proporção das forças nunca foram favoráveis às comunidades tradicionais ali estabelecidas.

Palavras-chave: mineração, território, comunidades tradicionais.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto tem como cerne a discussão dos conflitos por território resultantes da atividade minerária junto as terras de comunidades rurais em Catalão (GO). As pressões exercidas pelas indústrias mineradoras instaladas no município, além de se apropriarem das terras que possuam algum mineral do seu interesse, geram impactos socioambientais que afetam na vida de quem é vizinho às áreas de lavra, transporte e deposição de rejeitos e estéril oriundo da mineração.

¹Estudante de pós-graduação, licenciado em Geografia, pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, integrante do grupo de pesquisa GEDAP (DINÂMICA DOS AMBIENTES, PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL).

²Doutor em Geografia, professor na Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Integrante do grupo de pesquisa GEDAP (DINÂMICA DOS AMBIENTES, PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL).



São os impactos ambientais, resultantes das transformações nas áreas afetadas pela mineração, que motivaram muitas famílias a se mudarem das terras que possuíam há décadas, onde tinham laços afetivos, uma comunidade consolidada e com práticas e costumes estabelecidos, sendo que tudo isso resultou na perda de identidade e praticamente extinção de algumas dessas comunidades (FERREIRA, 2012).

O advento da atividade mineradora nos municípios de Catalão (GO) e Ouidor (GO) exerceu forte impacto na economia local e regional e os minérios explorados nas jazidas desses municípios são considerados estratégicos, como o nióbio (usado na produção de ligas metálicas mais leves e resistentes) e o fosfato (indispensável para a agricultura extensiva que se pauta no uso de pacotes tecnológicos e insumos agrícolas especializados), e seguem a lógica da produção para exportação.

Apesar das justificativas quanto a importância econômica da mineração, em contrapartida gerou em Catalão (GO) o processo de expropriação das terras de interesse das empresas mineradoras. Isto se deu a partir da década de 1970, e apenas nas duas primeiras décadas do século XXI d. C. os proprietários rurais criaram mecanismos de luta e resistência e estabeleceram parcerias em prol do direito às suas terras e pra serem ressarcidos os danos econômicos e ambientais nas suas propriedades, advindos desta atividade.

2. CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA

O município de Catalão está localizado no Sudeste goiano (mapa 1) e tem em seu território os domos intrusivos Mina Chapadão - Catalão Chaminé I e Mina Boa Vista – Catalão Chaminé II (figura1), sendo que na primeira ocorre, na porção catalana, a presença de nióbio, titânio, vermiculita e fosfato (figura2) em concentração suficiente para exploração comercial. Há outras áreas no território municipal onde se faz exploração mineral, mas nos ateremos apenas às terras vizinhas e de impacto direto da Mina Chapadão Catalão Chaminé I e da Mina Boa Vista – Catalão Chaminé II.

O Cerrado por muito tempo foi considerado uma região com reduzida vocação econômica e, particularmente em Goiás, teve na mineração de ouro, sobretudo junto ao Rio Vermelho, o estopim para sua ocupação pelos desbravadores a serviço da coroa portuguesa (GONÇALVES, 2016, p. 287-308). Logo, seguidos esforços foram feitos para introduzir atividades econômicas nessas vastas possessões

O cerrado representa, no espaço e no tempo, o coroamento de um esforço centrado da ciência, da técnica e do capital para compreender, viabilizar e incorporar o espaço natural à esfera da produção econômica cada vez mais globalizada. (CHAVES, 1997, p. 23)



Neste ponto Chaves (1997) se refere a introdução da pecuária e agricultura, que ganharam nova conotação após a década de 1970, com o advento da Revolução Verde e os desdobramentos econômicos, sociais e ecológicos que trouxe com seus pacotes tecnológicos.

Todavia no contexto da cidade de Catalão (GO) além dos aparatos tecnológicos deste momento de expansão das atividades agropecuárias, dois fatores criaram nova dinâmica para este município: um precedente a Revolução Verde, ou seja, a integração via estradas vicinais e estrada de Ferro que se consolidou a partir dos anos 1950; e, o advento da atividade mineral junto ao sítio urbano do município (CHAVES, 1997, p. 44). Acerca disto o autor diz que

A partir da década de 50, a cidade ganha novo impulso de desenvolvimento. Catalão ficaria no eixo de dinamização influenciado pela construção de Brasília. A malha viária, que ligaria a nova Capital ao Centro-Sul, passa, necessariamente, pela cidade, aproximando-a de centros dinâmicos, como a cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro. Além desses fatores, ainda contribuiu efetivamente para a dinamização da economia da cidade a viabilização econômica de ricas jazidas de minerais metálicos e não-metálicos, que começaram a ser exploradas na década de 70, quando são instaladas, entre os municípios de Catalão e Ouidor, três empresas de grande porte no setor mineral. (CHAVES, 1997, p. 44)

Obviamente a nova dinâmica econômica instaurada no município trouxe para as áreas de Cerrado nativo daquela época outra importância: substituição da vegetação natural por exóticas de interesse do mercado, produção de carvão vegetal e, na década de 1970 a instalação da atividade minerária que mesmo que em menor extensão territorial, se comparada a instauração dos monocultivos, gerou e ainda gera fortes impactos ecológicos e socioespaciais (CHAVES, 1997).

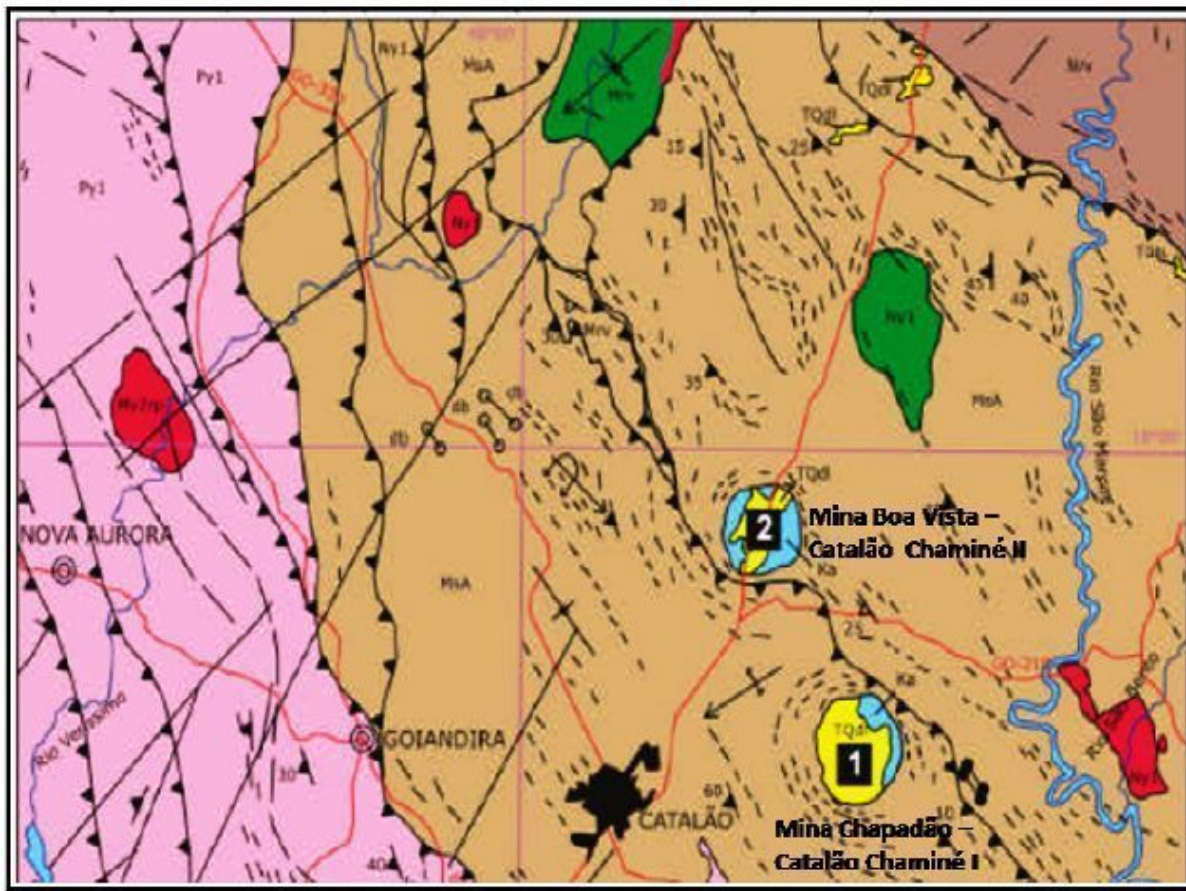
Algumas décadas após as primeiras toneladas de minério serem retiradas do Domo Intrusivo Catalão Chaminé I, o discurso de que tal atividade é sinônimo de progresso e fonte de renda para a população local parece óbvio para quem se atém apenas aos números do volume da lavra bruta e dos valores monetários envolvidos no processo. Acerca disto Gonçalves (2016, p. 252) mostra o seguinte:

O nióbio explorado pela empresa Anglo América Nióbio Brasil Ltda, com empreendimentos nos municípios de Catalão e Ouidor, também apresentou novas grandezas tanto no volume da produção quanto no valor das comercializações entre 2004 e 2012. 5.373 toneladas foi o volume extraído em 2004, e R\$ 129.264.254,00 resultantes das transações comerciais do minério no mesmo ano. No decurso da década de 2000, novos elementos como a abertura e expansão da mina Boa Vista, de nióbio, em Catalão, resultaram, em 2012, num volume que ultrapassou mais de duas vezes a produção de 2004, ou seja, 13.037,38 toneladas. No mesmo ano, as cifras da comercialização do nióbio foram de R\$ 334.918.567,01, também maior do que o dobro do valor comercializado em 2004. (GONÇALVES, 2016, p. 252)



Os dados apresentados são da Anglo American que foi substituída no final de 2016 por outra empresa de grande porte, a China MolybdenumCoLtd. Mesmo se tratado de duas empresas estrangeiras, é possível perceber no discurso dos militantes frente a mineração em Catalão (GO) um temor maior quanto aos cuidados com o meio ambiente e ao tratamento dado as comunidades vizinhas as áreas de lavra, temem que o diálogo com a segunda seja mais difícil do que com a primeira. Percebe-se isso no acompanhamento de debates nas audiências públicas realizadas no Município que visam discutir este assunto.

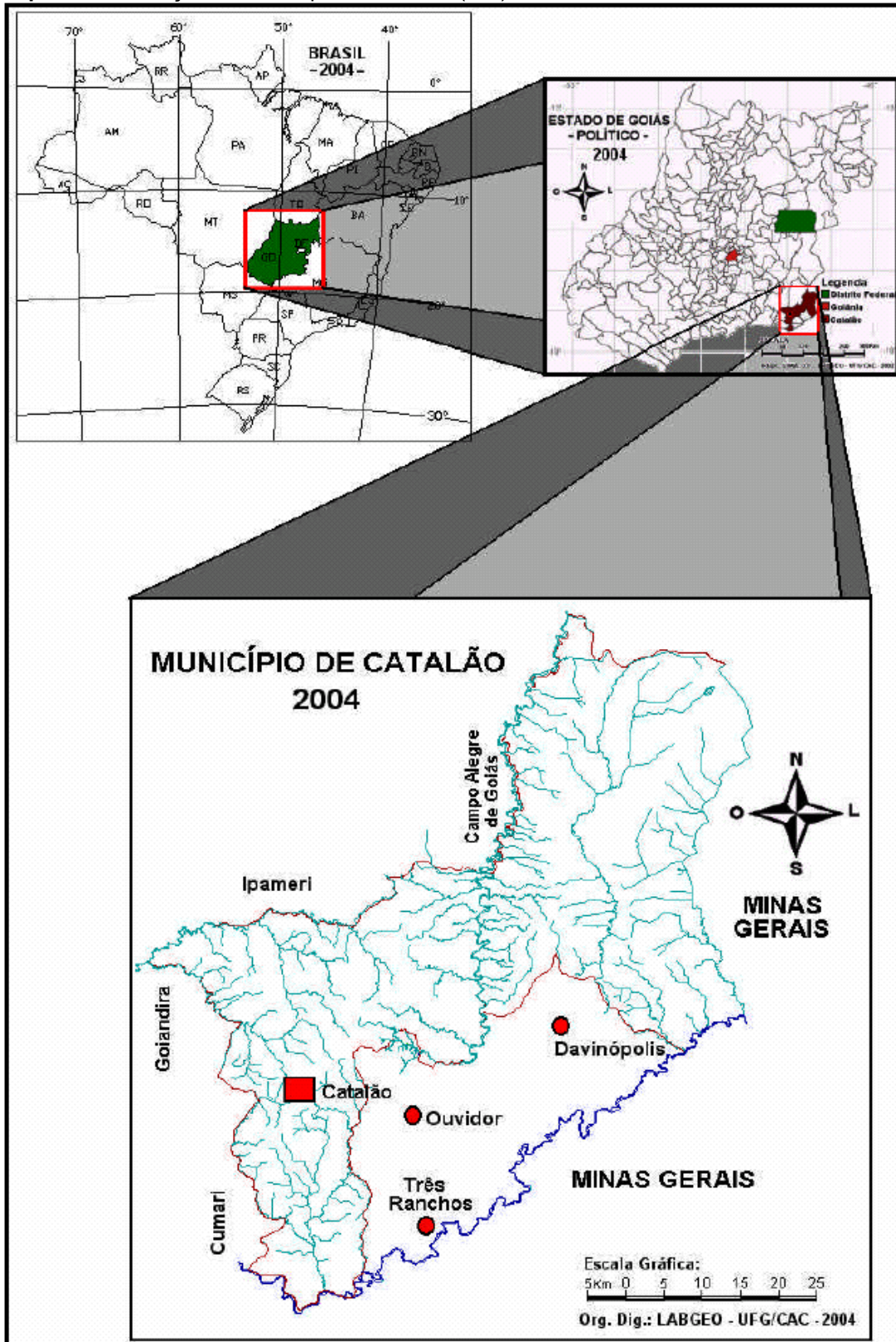
Figura 1 – Localização das minas em Catalão (GO)



Fonte: Mendonça et al (2005) apud Ferreira (2012).
Org.: Jairison da Paixão e Costa, 2017



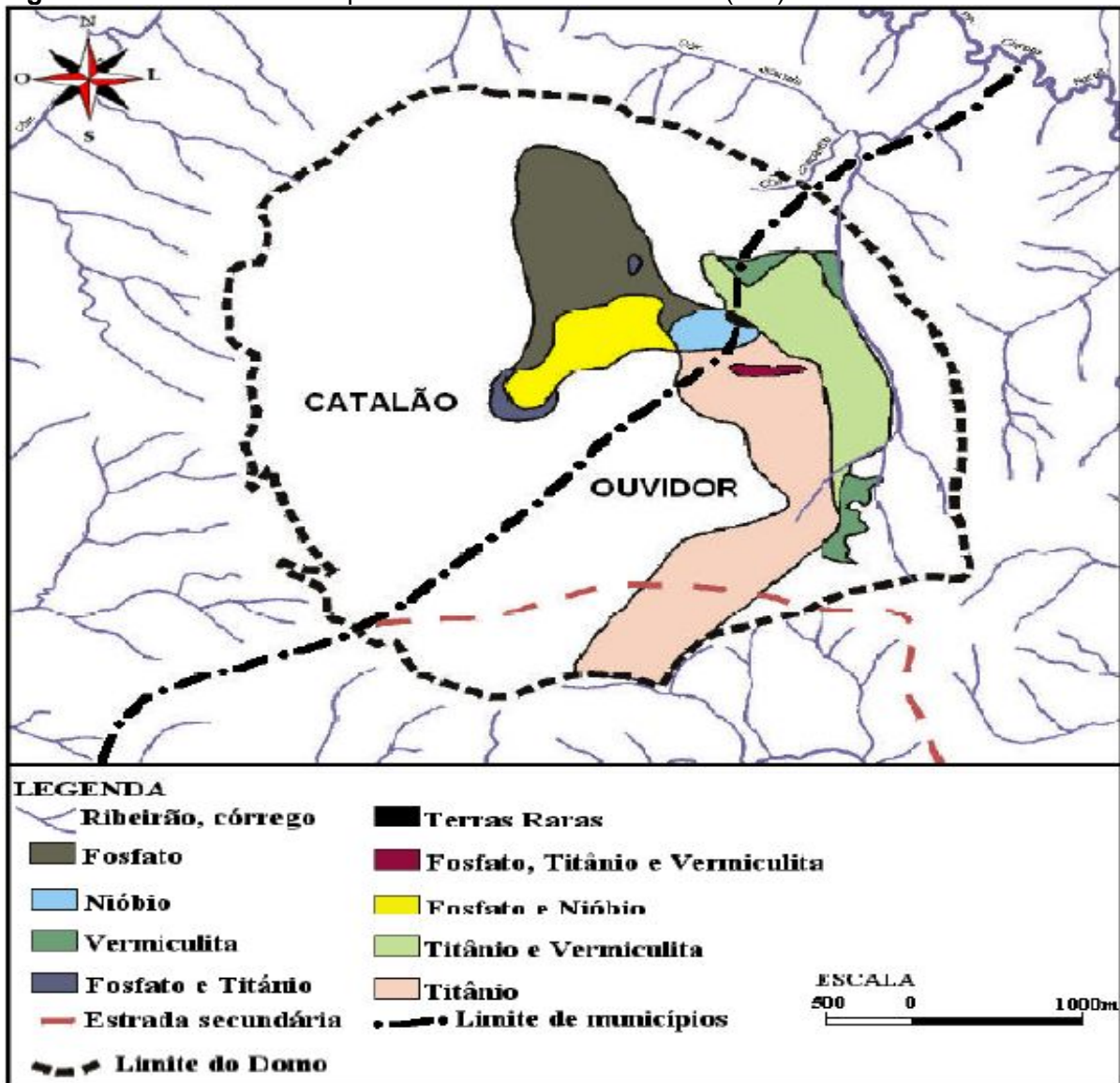
Mapa 1– Localização do Município de Catalão (GO)



Fonte: LABGEO – UFG/CAC (2004) apud DUARTE (2012).



Figura 2 – Minérios do Complexo Mineral Catalão/Ouvidor (GO)



Fonte: Lima (2003) apud Ferreira (2012)

A figura 2 mostra dados do domo Intrusivo Catalão Chaminé I, e apesar de não dar a localização da planta minero industrial, ainda assim serve para nos dar uma ideia quanto a ocorrência de concentração mineral de nióbio e fosfato na porção catalana, logo, deixa claro que são áreas de interesse para exploração. Assim, por conseguinte, são áreas foco de tensão entre a comunidade ali estabelecida e as empresas mineradoras.

3. IMPACTOS AMBIENTAIS ORIUNDOS DA ATIVIDADE MINERÁRIA EM CATALÃO (GO)

Quanto aos transtornos que a mineração traz a população de Catalão (GO) um assunto que está em voga é o que popularmente vem sendo chamado de cheiro de barata. Trata-se de um odor peculiar que toma conta de parte do sítio urbano e a comunidade



atribui ao processo de beneficiamento do material minerado no Município. Em sua tese de doutorado Filho (2017) trata deste assunto e traz algumas informações. Vejamos:

Importante frisar que uma das matérias-primas intermediárias para a fabricação de alguns tipos de fertilizantes fosfatados é o ácido fosfórico, cuja reação de obtenção é a mesma ocorrente na acidulação, o que significa que também há a liberação de material particulado e fluoretos (sólido e gasoso). (FILHO, 2017, p. 60)

Conforme informado no decorrer do presente texto, o fosfato é um dos minerais explorados em Catalão (GO). Assim o autor buscou explicar a partir do processo de beneficiamento do mineral a razão do odor percebido na cidade. Assim ele explica:

Quando há emissão de vapores provenientes das torres de resfriamento, o ácido fosfórico traz intrinsecamente resquícios de fluoretos. Logo, esse vapor é altamente contaminante, como corolário lógico, é aspergido para a atmosfera em quantidades não contabilizadas nos balanços da empresa. Desse fato constata-se o mesmo odor detectado na acidulação, ou seja, "cheiro de barata". (FILHO, 2017, p. 61)

Este é o primeiro impacto ambiental que mostramos neste artigo. Foi escolhido como o primeiro a ser abordado por ser o de maior destaque junto à comunidade residente dentro do sítio urbano, embora afete também a população rural que reside próximo a planta mineradora industrial.

Os autores que basearam a fundamentação bibliográfica do presente texto são uníssomos em afirmar que a atividade mineradora gera impactos socioambientais onde se estabelece e afirmam que desde o início da atividade mineradora foi possível perceber gradativa degradação ambiental de modo a afetar a oferta de água dantes usada para certo volume produtivo e que mais recentemente se mostra insuficiente para manter a atividade agropecuária naquelas terras (FILHO, 2017), (GONÇALVES, 2016), (CHAVES, 1997) e (FERREIRA, 2012).

Segundo os autores supracitados, dentre os transtornos para a comunidade rural destacam-se, além do cheiro de barata mencionado anteriormente, a poeira proveniente do trânsito dos caminhões e maquinários usados na lavra e transporte do material explorado; as pilhas de estéril que modificam visualmente a paisagem; a represa de rejeitos que para a sua construção demandou terras dantes usadas para a agricultura e pecuária; rebaixamento do lençol freático devido o aprofundamento da cava de exploração; tremores provenientes das explosões necessárias para o processo de lavra; etc.

Estes transtornos são apontados nesses trabalhos científicos como motivadores da desistência de algumas famílias em continuarem nas terras vizinhas à mineração. Logo, é facilitado, de certa forma, o processo de negociação das terras dos agricultores que as vendem as empresas mineradoras.



4. ATORES NA LUTA FRENTE A MINERAÇÃO EM CATALÃO

A sociedade catalana, sobretudo a partir da década de 2010, vem mostrando descontentamento quanto aos impactos ambientais e sociais resultantes da mineração de nióbio e fosfato em Catalão (GO). Entidades como o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o Movimento Camponês Popular (MCP), a Igreja Católica representada pela Central Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Ipamerí (GO), associações de bairro e estudantes e pesquisadores vem se manifestando frente as empresas mineradoras (GONÇALVES, 2016).

Referindo-se a comunidade rural Macaúba, Ferreira (2012) faz alusão a luta e resistência das famílias ali estabelecidas. Dentre as comunidades rurais vizinhas a atividade minerária, Macaúba é a que tem histórico de resistência frente as investidas das mineradoras. Dali surge por exemplo a figura da família do sr. Marcos que é citado na tese de Gonçalves (2016).

Outra figura que é apresentado como figura importante no contexto de denúncia de irregularidades efetuadas pelas mineradoras em Catalão é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAC), que conta nos últimos anos com um corpo técnico de profissionais concursados e capacitados para agir de forma autônoma quanto seu compromisso com as questões ambientais e vem analisando de perto as atividades minerárias no Município (FILHO, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mineração em Catalão é um assunto que desperta o interesse de diversos pesquisadores. Para fundamentar o presente texto utilizou-se de trabalhos da Geografia e do Direito, logo pode-se afirmar que é campo de estudo para as mais variadas áreas do conhecimento.

Este assunto está longe de ser exaurido e tem potencial de gerar trabalhos de grande importância para a ciência e a comunidade local. Ora, os fluoretos particulados e seu típico cheiro de barata é um exemplo de objeto de estudo que pode ser explorado tanto pela química ou mesmo por pesquisadores da área da saúde.

Considerando a importância tomada pela SEMMAC de Catalão frente a temática discutida, vale comentar a importância de se realizar concursos públicos que tenham certames bem planejados de modo a selecionar profissionais capacitados para exercer sua função junto aos órgãos públicos. Analisando a tese de Filho (2017), entende-se que a referida Secretaria atualmente conta com profissionais que além de terem capacitação técnica adequada para trabalhar em assuntos referentes ao meio ambiente, tais



profissionais não devem favores aos políticos locais e tem na estabilidade no emprego a base para agirem de modo mais firme junto as mineradoras do que se fossem trabalhadores temporários e tivessem seu trabalho como favor político dado por qualquer político eleito.

Atualmente há maior mobilização dos atores sociais frente as iniciativas das mineradoras no Município. A articulação entre, MCP, MAM, CPT e outras entidades é uma realidade do século XXI. Lembrando que há mineração neste local desde a década de 1970, isso mostra que a população e as entidades estão desenvolvendo maior senso crítico quanto o real papel das empresas mineradoras em Catalão.

Não basta gerar empregos, é necessário se discutir o que ficará de legado para o Município para depois que se exaurirem as jazidas minerais. Os impactos ambientais da lavra efetuada ainda estão sendo estudados, bem como a resultante junto as comunidades rural e urbana. Logo se faz necessário, a partir do debate entender o que a população catalana herdará da mineração que hoje é vista como geradora de recursos e que ajuda a movimentar o comércio da cidade mas que tem prazo para acabar.

Entende-se aqui que o papel da educação e o diálogo dos movimentos sociais organizados, o poder público, as escolas e as Universidades terá papel fundamental para qualificar a discussão dos assuntos de interesse das empresas mineradoras, o poder público e a população catalana.

REFERÊNCIAS

CHAVES, M. R. **A DEVASTAÇÃO LEGAL DO CERRADO E A PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL EM CATALÃO-GO. 1997.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Pós-Graduação em Geografia, 1997.

DUARTE, E. J. **DISCURSO E ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO DEBATE SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL EM CATALÃO (GO).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Departamento de Geografia, 2012.

FERREIRA, A. P. S. O. **TERRITÓRIOS EM CONFLITO: a comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora.** 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Departamento de Geografia, 2012.

FILHO, T. C. T. B. **A conveniência da implementação da Diretiva Quadro da Água no ordenamento jurídico brasileiro como medida efetiva de justiça ambiental: o caso da exploração do Nióbio em Catalão.** Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2017.

GONÇALVES, R. J. A. F. **NO HORIZONTE, A EXAUSTÃO: a disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás.** 2016. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioespaciais (IESA), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2016.



GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS OCASIONADOS PELA MONOCULTURA DO EUCALIPTO EM IMPERATRIZ – MA

Filipe da Cunha Gomes (PPGCSPA/UEMA)¹
Filipecunha1992@bol.com.br

RESUMO

O trabalho traz para discussão, as transformações sociais geradas em face à atuação de projetos ditos de desenvolvimento implantados no oeste do Maranhão, especificamente no município de Imperatriz (MA) a partir da década de 90. Tal proposta, parte analiticamente dos conflitos socioambientais ocasionados pela implantação de megaempreendimentos que estiveram associados a extensos plantios homogêneos de eucalipto como fonte para a obtenção de matéria prima, os quais são representados pelo projeto Celulose do Maranhão (1992), Ferro Gusa Carajás (2003) e Suzano Papel e Celulose (2010). A pesquisa com base na qual o presente trabalho se origina, tratou de analisar relacionalmente, os pontos de vistas de agentes sociais referidos às comunidades Esperantina I e II, Nova Bacaba, São José da Matança e *Projeto de Assentamento Tacira I (Vila Conceição I)*. Tais pontos de vistas, buscaram representar notadamente os efeitos ocasionados pelo processo de implantação dos mencionados megaempreendimentos, dando mais ênfase aos efeitos ocasionados pela implantação da fábrica de papel e celulose pertencente à empresa Suzano Papel e Celulose. Nesse sentido, exponho que a problemática que esteve fundamentando a construção do presente trabalho, procurou identificar por meio de sucessivas pesquisas de campo, quais as representações construídas em torno dos diferentes efeitos ocasionados pelo processo de implantação do megaempreendimento pertencente à empresa Suzano Papel e Celulose e, também, as formas de mobilização posicionadas em face aos conflitos socioambientais vivenciados em meio ao seu processo de implantação.

Palavras-chave: Megaempreendimentos; Conflitos Socioambientais; Mobilizações.

1. INTRODUÇÃO

A discussão levantada neste trabalho, consiste em um desdobramento da monografia intitulada “A noção de desenvolvimento e a implantação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz (MA)”², a qual refletiu a dinâmica delineada pelo processo de implantação de uma fábrica de papel e celulose, relacionando tal situação, com a implantação de megaempreendimentos de monocultura de eucalipto implantados a partir da

¹ Graduado em Ciências sociais com licenciatura em Sociologia e Bacharelado em Ciências Políticas pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). É integrante do Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia (GESEA). Atualmente é mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA).

²Sob a orientação da Profa. Dra. Cynthia Carvalho Martins, foi apresentada ao curso de Ciências Sociais da UEMA no ano de 2016.



década de 90 em Imperatriz, os quais estiveram sendo justificados por uma lógica desenvolvimentista³ implementada desde a década de 1970. Sob essa perspectiva, o presente trabalho parte do mencionado contexto para considerar analiticamente os conflitos socioambientais, que nos termos de Acselrad (2004), são ocasionados por “modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis” p. 26.

Nesse sentido, os conflitos socioambientais tomados para análise no presente trabalho, serão analisados a partir das interferências causadas aos modos de vidas referidos a povos e comunidades tradicionais, que se reconhecem enquanto afetados pela implantação de projetos de infraestrutura que vieram como “afluentes” do Programa Grande Carajás (PGC), sendo eles, Projeto Celulose do Maranhão (CELMAR), 1992, Ferro Gusa Carajás, 2003, e Suzano Papel e Celulose, 2011. Ressalto que tal análise tratará com mais ênfase dos efeitos e conflitos ocasionados pela implantação deste último megaempreendimento.

Os conflitos socioambientais são analisados a partir da compreensão de que as circunstâncias de implantação dos mencionados megaempreendimentos, são delineadas pelo contexto no qual a dinâmica econômica nacional e conseqüentemente regional (BARBOSA, 2006), passou a ser gestada por políticas neoliberais em meados dos anos 90, efetivando a execução de políticas defensoras da expansão e modernização da agricultura, por meio de incentivos ao agronegócio, que no Maranhão se torna fortemente representado pela monocultura de soja e eucalipto, as quais estão inseridas na dinâmica de exportação de *commodities* (MESQUITA, 2011).

Considerando tal contexto, a pesquisa pôde identificar intensos conflitos que se desdobraram em prejuízos às categorias sociais afetadas pela implantação de megaempreendimentos que estiveram associados ao plantio homogêneo de eucalipto, os quais passaram a impor uma lógica de apropriação do território que se distancia das formas como povos e comunidades tradicionais, referidos a territorialidades específicas, se relacionam com os seus territórios.

Levando em consideração o período de realização das pesquisas de campo em 2014, 2015 e 2016, contexto em que os efeitos ocasionados pela implantação e atuação da empresa Suzano Papel e Celulose passou a instigar intensas discussões nas comunidades afetadas, assinalo que darei ênfase ao mencionado contexto afim de analisar as

³ Considera-se *lógica desenvolvimentista* enquanto “política de industrialização favorável ao capital monopolista privado, um capitalismo orientado politicamente” (BECKER, EGLER, 2003, p. 82 apud RIBEIRO JÚNIOR, 2014, p. 121).



representações de agentes sociais referidos às comunidades nas quais fui inserido pelo *trabalhador rural* Daniel Nascimento e pela *quebradeira de coco* Maria Querobina, com quem pude estabelecer relações de pesquisas a partir de eventos e encontros realizados no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Isso porque a proposta de implantação destes megaempreendimentos aciona um discurso “desenvolvimentista” que trazem para si, a responsabilidade de levar àquelas regiões os instrumentos necessários à dita “superação do atraso”, subjugando assim, específicas formas de apropriação do território a partir de uma ótica evolucionista (LOUREIRO, 2009).

Sob essa perspectiva, o trabalho parte da compreensão de que a dinâmica representada por um modelo de desenvolvimento defendido pelo agronegócio, vem acarretando relações de desigualdade mediante estratégias empresariais que se encontram vestidas por um ideal “modernizante”. Tais estratégias, tem ocasionado às comunidades localizadas nas proximidades da sede do município de Imperatriz, especificamente no *Projeto de Assentamento Vila Conceição I* e nas comunidades Esperantina I e II, *Nova Bacaba* e *São José da Matança*, as quais estão também localizadas nas proximidades da chamada *estrada do arroz*⁴(MA-123), situações de deslocamento compulsório e a desestruturação dos modos de vida e das condições até então dispostas para reprodução social das famílias, a qual se dá em face a imposição de uma lógica de apropriação do território que se difere das formas de apropriação tradicionalmente realizadas por *quebradeiras de coco babaçu, posseiros e trabalhadores e trabalhadoras rurais*.

Portanto, as discussões assinaladas nos tópicos posteriores, tratarão de analisar os diferentes conflitos socioambientais a partir dos pontos de vistas dos agentes sociais com os quais estive em interação durante as pesquisas de campo, considerando ainda, os diferentes momentos de implantação dos megaempreendimentos e os processos de mobilização posicionados em resistência aos efeitos ocasionados.

A realização das pesquisas de campo esteve apoiada nos instrumentos metodológicos inerentes às Ciências Sociais. A coleta de dados esteve sendo realizada a partir da observação direta, como também, por meio de entrevistas, as quais foram pautadas em questionários semiestruturados. Procurei problematizar a realização da pesquisa a partir de uma sociologia reflexiva (BOURDIEU, 1998), buscando relativizar o próprio ofício do pesquisador bem como a pesquisa durante o seu processo de construção. Além do mais, reitero o rompimento com os obstáculos epistemológicos (BACHELARD, 1996), enquanto um exercício permanente ao processo de construção da pesquisa,

⁴Tal denominação passa a ser consolidada mediante a intensa utilização desta rodovia por produtores de arroz referidos às unidades sociais territorializadas em estradas vicinais ou mesmo às margens da mencionada estrada. A sua utilização, intensificada sobretudo na década de 60, assumia a função de escoar o excedente que era vendido para comerciantes e usinas de arroz localizadas em Imperatriz (FRANKLIN, 2008).



possibilitando assim, a problematização contínua de eventuais pré-noções relacionadas às específicas situações estudadas.

2. BREVES APONTAMENTOS SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE MEGAEMPREENDIMENTOS DE MONOCULTURA DE EUCALIPTO EM IMPERATRIZ (MA)

A partir dos trabalhos de campo realizados em junho de 2014, agosto de 2015 e março de 2016, identifiquei a existência de específicas situações que passaram a ser delineadas a partir do contexto de implantação da fábrica de papel e celulose pertencente à empresa Suzano Papel e Celulose. Tais situações, referem-se às transformações impostas ao *Projeto de Assentamento Vila Conceição I*, o qual possui acesso pela BR-010 (Belém-Brasília) e às comunidades Esperantina I e II, Nova Bacaba e São José da Matança, que estão localizadas nas proximidades das antigas *fazendas*⁵ que foram compradas para a construção da mencionada unidade industrial.

Ao realizar os trabalhos de campo, pude perceber que não poderia compreender as específicas situações que foram ocasionadas pelo processo de implantação da fábrica de papel e celulose, objetivo esse inicialmente estabelecido, analisando-as de maneira isolada ao contexto no qual intensas transformações passaram a ser ocasionadas, ou seja, sem considerar o processo histórico delineado pela atuação dos megaempreendimentos que já haviam introduzido a dinâmica da monocultura do eucalipto àquela região.

Com os descontínuos processos de implantação dos diferentes megaempreendimentos que estiveram associados a extensos plantios homogêneos de eucalipto, os conflitos até então causados por processos de grilagem (ASSELIN, 2009) e pela concentração fundiária motivada pela pecuária, passam a ser intensificados pela proposital especulação do preço da terra e pela conseqüente concentração fundiária, a qual esteve sendo orientada pelos diferentes megaempreendimentos os quais passaram a investir na aquisição de pequenas e grandes propriedades para a implantação de extensos plantios homogêneos de eucalipto.

Nesse sentido, estarei nos seguintes tópicos, estabelecendo uma reflexão sobre os conflitos socioambientais referidos aos diferentes momentos nos quais específicos megaempreendimentos estiveram sendo implantados de maneira parcial, sendo eles: CELMAR e Ferro Gusa Carajás. Além do mais, problematizarei a situação de implantação da fábrica de papel e celulose pertencente à empresa Suzano Papel e Celulose, analisando ainda, específicos conflitos ocasionados pelo seu processo de implantação.

⁵Universo social no qual diversas atividades são desempenhadas. As representações em torno da *fazenda*, reportam a sua relação com o processo de concentração fundiária, o qual é engendrado mediante suas extensas dimensões.



2.1 A implantação do Projeto CELMAR

No início da década de 80, o plantio de eucalipto já estava sendo realizado experimentalmente em uma fazenda adquirida no município de Açailândia (MA) pela então Companhia Vale do Rio Doce, contudo, o projeto de monocultura do eucalipto veio tomar forma somente com a criação do projeto CELMAR, no ano de 1992, em Imperatriz. Segundo Matias (1995, p.137), o referido projeto teve como sócios “os grupos Risipar S.A (55% do capital), Companhia Vale do Rio Doce (30% do capital), e a empresa japonesa Nissholwai Corporation (15% do capital)”.

Pesquisas realizadas na década de 90, apontam que o processo de implantação do projeto CELMAR, foi delineado a partir de argumentos que vislumbravam as vantagens regionais como sendo um “cenário propício” para o desenvolvimento de suas atividades, passando nesse sentido, a justificar a sua implantação na região de Imperatriz, como bem coloca Matias (1995):

A CELMAR encontra, portanto, na região tocantina o cenário ideal à sua definitiva implantação (...) existência de extensas áreas degradadas, adequadas à implantação do reflorestamento com eucalipto; pesquisas florestais com eucalipto na região, realizada pela CVRD, apresentam resultados excelentes para a produção de celulose; abundância de água (Rio Tocantins); de energia (hidrelétrica de Tucuruí, no Pará); disponibilidade de mão-de-obra barata; de serviços; transportes rodoviários e ferroviários. (ibid, 1995, p. 144).

Além do mais, aponto que o processo de implantação da CELMAR é compreendido como sendo composto por estratégias que buscavam consolidar a expansão de seu componente florestal⁶, uma vez que este movimento de expansão foi marcado pela compra de grandes e pequenas propriedades agrárias (MIRANDA, 2012). Narrativas obtidas na realização das pesquisas de campo confirmam tal situação, principalmente quando são relatadas algumas estratégias utilizadas pela CELMAR para a compra de pequenas e grandes propriedades. Além disso, em meio a especulação do preço da terra impulsionada pela implantação do projeto, critérios para a compra de terras eram estabelecidos pela própria CELMAR, como bem descreve o agente social Valdinar Barros:

Não interessava não, era quem tivesse documento, agora eles só compravam se tivesse documento legal, se tivesse conflito eles não compravam, eles tinham esse critério né, mas foram comprando, comprando, e ai aumentou a valorização do alqueire da terra aqui, antes as terras eram desvalorizadas, passou a ser valorizada, com essa especulação da CELMAR comprando terra, eles botaram corretor pra andar de fazenda em fazenda, fazendas que era plana que era boa pra fazer plantio, eles

⁶ A CELMAR passou a dinamizar o plantio do eucalipto em diversas áreas que ficam no entorno da sede do município de Imperatriz, como também se estendeu a outros municípios tais como Cidelândia, Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque e João Lisboa (FRANKLIN, 2008).



foram e pronto. Então, chegaram a comprar mais de um milhão de terras (Valdinar Barros, 57 anos, *P.A Itacira I (Vila Conceição I)*, entrevista realizada em 04/08/15).

Considerando o depoimento do agente social, podemos identificar estratégias que oportunizaram a inserção da monocultura de eucalipto na região de Imperatriz. É preciso levar também em consideração, a própria dinâmica oferecida pelos altos preços das *commodities*, as quais passaram a gerenciar um movimento de “compra e venda de terras, atos de arrendamento de imóveis rurais, bem como (...) ações de apossamentos ilegítimos por grupos empresariais interessados em extensas áreas” (ALMEIDA, 2005, p. 34).

Durante as pesquisas de campo realizadas no *P.A Vila Conceição I*, pude compreender, a partir das narrativas de agentes sociais que estiveram inseridos em processos de resistências à implantação do projeto CELMAR, o fato de que no contexto de sua expansão, o mencionado projeto passou a enfrentar resistências que se articulavam a movimentos sociais, a exemplo da Cáritas, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento dos Sem Terras (MST), Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (STTRI), os quais buscavam confrontar a danosa atuação aos recursos naturais, como também, barrar a pretensa construção de uma unidade industrial em Imperatriz, como bem aponta o depoimento do agente social Luíz Preto, o qual esteve vinculado ao MST:

Foi através de uma grande audiência para a aprovação disso aí [*fábrica*], tava convidado praticamente toda a sociedade (...) a gente conseguiu, através das organizações, que não foi só as forças de Imperatriz, mas a gente contou com gente do Pará, com gente de outros estados que veio bater junto, de sindicalistas do Maranhão todo, provar nessa audiência que a CELMAR era exatamente ao contrário do que eles estavam dizendo, a gente pode não ter convencido a sociedade, mas o pessoal que estavam lá, viram que existiu uma força né, que era contra a força da CELMAR. (Luís Preto, *P.A Itacira I (Vila Conceição I)*, entrevista realizada em 05/08/15, *grifos meus*).

As mobilizações que estiveram sendo engendradas por movimentos sociais e sindicais, são compreendidas como sendo um dos fatores que estiveram ligados ao enfraquecimento do processo de implantação integral do projeto CELMAR. Intensos conflitos socioambientais já estavam sendo delineados pelo processo de expansão da monocultura do eucalipto concomitante a desmobilização das atividades agrícolas e extrativistas, situação que foi percebida por *quebradeiras de coco babaçu, agricultores familiares, trabalhadores rurais e posseiros*, como sendo reflexos das medidas tomadas pela CELMAR para a expansão de seu potencial florestal.

2.2 A implantação do projeto Ferro Gusa Carajás



Mediante a inconclusa implantação do projeto CELMAR, cria-se em 2003, segundo Carneiro (2013), o projeto Ferro Gusa Carajás pela então privatizada Vale, a qual manteve a ampliação das plantações de eucalipto sob a proposta de produzir carvão vegetal para atender a demanda das siderúrgicas de ferro-gusa localizadas em Açailândia (MA).

A dinâmica gerada pela atuação da Ferro Gusa Carajás, passa a acirrar uma série de conflitos socioambientais motivados pelas desiguais formas de apropriação dos recursos naturais. Trabalhadores agroextrativistas, sobretudo *quebradeiras de coco babaçu*, passam a ter suas atividades ameaçadas em virtude do processo de devastação ocasionado pela expansão dos plantios de eucalipto, como também, em decorrência de uma prática que passou a ser patrocinada pelo mencionado projeto: a queima do coco babaçu inteiro para ser utilizado como fonte de energia nos fornos das siderúrgicas, ação que passou a ser investida mediante a insuficiência do carvão feito a partir da madeira do eucalipto e que passou a confrontar a lógica de beneficiamento integral do coco babaçu, a qual é tradicionalmente realizada por mulheres que estão diretamente ligadas à sua quebra.

Trabalhos realizados no âmbito do PNCSA, especificamente as pesquisas que estiveram fundamentando a construção do Fascículo 27 (2008), descrevem as situações sobre as quais as autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu* passaram a enfrentar mediante a atuação das siderúrgicas de ferro gusa. Em tal Fascículo, está localizado o seguinte relato pertence à *quebradeira de coco* Maria Querobina, a qual descreve as situações vivenciadas pelas *quebradeiras de coco babaçu* em face às interferências causadas pela atuação do projeto Ferro Gusa Carajás:

De 75 a 80 por cento da renda dos pequenos vem do babaçu. E hoje se a gente fizer um levantamento a bico de lápis, isso não é mais. Porque a FERRO GUSA ta levando todo nosso babaçu (...) Olha é interessante essa coisa que a gente descobriu. Como eles chegam nas pessoas. É praticamente uma compra do agricultor. Eles tão comprando o agricultor. Chega ai eles diz: rapaz tu vai quebrar cinco quilo de coco tu passa o dia todo e ai tu não faz nada no correr do dia e correr do dia se tu ir faze carvão tu faz de 10 a 15 saco de carvão por dia que nos fica com esse carvão a 4,50. Tu ta perdendo teu tempo. No final do mês tu tem dinheiro que tu nunca viu. Então eles tão comprando os agricultores (...) As quebradeiras hoje tão ficando sem essa matéria prima (...) Tinha quebradeira que vendia por semana 60, 70 litro de óleo, hoje elas não tão mais fazendo isso. Porque hoje a matéria prima ta difícil tão cortando até os cachos das palmeiras antes de cair. Então ta ficando muito difícil pra nós quebradeira. Querobina, Imperatriz. (Fascículo 2 – A luta das quebradeiras de coco babaçu contra o carvão do coco inteiro, 2008, p.3)

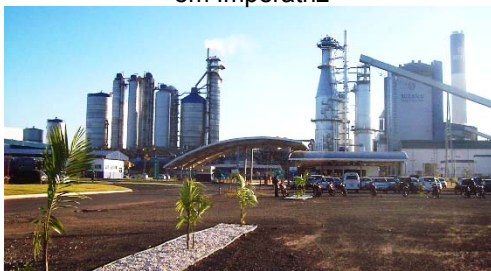
Dessa maneira, podemos compreender que os conflitos causados pela compra do carvão feito a partir da queima do coco babaçu inteiro, foram intensificados mediante a ação das siderúrgicas de ferro gusa nas áreas em que passou a atuar sob o ponto de vista da negociação do carvão, visto que a mencionada “cooptação”, passou a ser uma das principais estratégias para garantir a produção do carvão vegetal, gerando e acirrando, relações conflituosas dentro das próprias comunidades.



2.3 Aspectos referidos ao processo de implantação da fábrica de papel e celulose pertencente à Suzano Papel e Celulose

Em face ao enfraquecimento representado pela crise no setor das indústrias guseiras, o projeto de monocultura de eucalipto no oeste do estado do Maranhão, passa a ser reestruturado mediante a criação de um projeto para produção de celulose a partir do beneficiamento do eucalipto. O contexto a partir do qual se analisa a implantação de diferentes megaempreendimentos em Imperatriz, nos possibilita compreender as condições que foram utilizadas para fundamentar o processo de implantação da fábrica de papel e celulose pertencente à empresa Suzano Papel e Celulose, a exemplo da existência de uma base florestal produzida pelos antigos megaempreendimentos (CELMAR e Ferro Gusa Carajás), como também, a presença de uma malha ferroviária representada pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) e Ferrovia Norte-sul, as quais atendem a sistemática de comercialização internacional da celulose.

Foto 1 – Fábrica de papel e celulose em Imperatriz



Os transtornos ocasionados pelo transporte das chamadas *toras*⁷ de eucalipto, as quais são escoadas em direção à fábrica, tanto pela *estrada do arroz* quanto pela BR-010.

O processo de implantação da fábrica de papel e celulose (foto 1), iniciado em abril de 2011, ocasionou o surgimento de específicas situações, dentre as quais, o intenso processo de concentração fundiária representado pela compra de terras mediante a consequente desestruturação dos meios utilizados para implantação de *roças*, o deslocamento das famílias da comunidade Bacaba e

2.3.1 As implicações ocasionadas pelo processo de concentração de terras

O processo de concentração de terras motivado pela expansão da base fundiária da empresa Suzano Papel e Celulose, é compreendido como sendo estruturado a partir de estratégias as quais são assemelhadas às utilizadas por megaempreendimentos que antecederam a implantação da fábrica de papel e celulose. Conforme aponta Daniel Nascimento, agente social referido à comunidade São José da Matança, o poder econômico com o qual a atuação da empresa é revestida, é percebida como sendo um dos principais elementos que avalizaram o processo de implantação da fábrica de papel e celulose:

Acarretou assim, porque aqui tinha mais fazendeiros, tinha mais emprego também, aí quando a CELMAR veio, que ela comprou as terras todas, comprou muita terra e plantou o eucalipto, então desempregou muita gente que

⁷A denominação *tora* é utilizada para nomear a madeira do eucalipto que é transportada, por caminhões da espécie *bi-trem*, das áreas de plantio até a fábrica de papel e celulose.



trabalhavam nessas fazendas (...) quando eles chegaram aqui [o grupo *Suzano*], primeiro eles chegaram e compraram as terras da CELMAR, que tinha plantação de eucalipto, e compraram as outras que tinha restado dos outros fazendeiros que não tinha vendido pra CELMAR. (...) O valor da terra aqui girava em torno de quatro a cinco mil reais o alqueire, então o que acontecia, eles chegaram aqui colocando treze mil reais (...) Depois foi pra quinze, aí depois subiu pra vinte, aí foi subindo pra trinta, quarenta, isso para os mais ricos!, os fazendeiros ricos onde eles tinham mais interesse, que era onde ia instalar a fábrica, mas os pequenos produtores que tinha de dez alqueires, quinze, vinte, esses a gente sabe os valores que foram comprados, porque acharam muito dinheiro, que aqui tava valorizado em cinco mil reais, aí o cara chega botando vinte e cinco, trinta. (Daniel Nascimento, 32 anos, entrevista realizada na residência de seus pais, na comunidade São José da Matança, em 08/06/14)

Em seu depoimento, recupera a atuação do projeto CELMAR de forma a apontar a continuidade do processo de concentração de terras, que é compreendido a partir da força exercida pelo poder econômico representado pela então, Suzano Papel e Celulose, a qual realizou a compra de pequenas e grandes propriedades rurais a partir de uma proposital especulação do preço da terra. O agente social aponta ainda, a desmobilização das atividades que eram realizadas nas chamadas *fazendas*, nas quais eram desempenhadas algumas funções, a exemplo de *vaqueiro*⁸, *tratorista*⁹ e *diarista*¹⁰, que se articulavam à conquista de espaços que eram cedidos, por meio do contrato verbal de *arrendamento*¹¹, para a colocada de *roças*.

Nesse sentido, podemos compreender que o processo de concentração fundiária engendrado pela empresa Suzano Papel e Celulose, acarretou a desmobilização de atividades realizadas sobretudo por aqueles que não possuíam terras, os quais sujeitavam-se às atividades desempenhadas nas *fazendas* afim de conquistarem espaços para a colocada de *roça*. Tal situação é afirmada por Maria do Tibério, agente social referida à comunidade Esperantina I e que esteve diretamente inserida nesse processo:

Trabalhando nessas fazendas aí ó, cortando pé de mato mesmo, foi sofrido. (...) ali onde tá aquela sede dela ali assentada [se refere à fábrica], nós moremos naquela fazenda ali, que meu marido era vaqueiro, ali eu conhecia pé de pau por pé de pau, agora se soltar eu lá dentro, se não tiver quem tire, eu não saio mais, porque eu não sei nem o que foi que virou, bem ali onde tá aqueles negócio grande, era local da gente botar roça, aí eu não sei pra onde é que vai pro Alonso [fazendeiro] mais, não sei mais nada ali dentro, tá tudo infeliz do jeito que tá (Sra. Maria do Tibério, entrevista

⁸ Na *fazenda*, o *vaqueiro* desempenha a função de fiscalizar os rebanhos de gado bovino, os quais são diariamente direcionados do *curral*, que é uma área cercada onde ficam em repouso, para as áreas de *pasto*, as quais são entendidas como sendo a base da produção dos rebanhos, dentre outras atividades que relacionam-se à manutenção do rebanho bovino.

⁹ O *tratorista* é o responsável por dirigir o *trator*, um veículo utilizado em atividades agrícolas.

¹⁰ O *diarista* pode desempenhar diversas funções na *fazenda*, seu pagamento é feito pelo dia trabalhado.

¹¹ De acordo com entrevistas realizadas, o *arrendamento* é uma espécie de contrato que estabelece uma contrapartida pela utilização da terra. O pagamento pode ser feito por meio do plantio do capim após a colheita da *roça* ou por meio da divisão da colheita com o proprietário da terra na qual o plantio foi realizado.

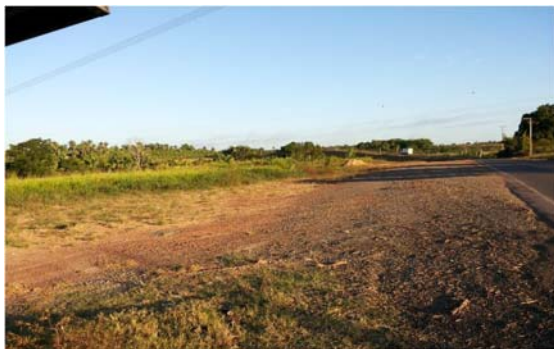


realizada em sua residência na comunidade Esperantina I em 10/06/14, *grifos meus*).

No *assentamento Vila Conceição I*, intensifica-se a chegada daquelas famílias que estiveram vendendo suas propriedades em face a especulação fundiária gerada pela implantação da empresa Suzano Papel e Celulose. De acordo com o agente social Luíz Vaz, nesse contexto, o *assentamento* passa a assumir uma identidade de “povoado dormitório”, uma vez que a falta dos chamados *lotes*¹², falta sentida sobretudo por aquelas famílias que chegaram no *assentamento* após a sua constituição, passa a motivar a busca por empregos tanto em setores comerciais localizados na sede do município de Imperatriz, quanto nas *gatas*¹³ da Suzano.

Além da desmobilização e desestruturação de atividades produtivas, a pesquisa identificou também, a situação das famílias pertencente à comunidade nova¹⁴ Bacaba, as quais sofreram um processo de deslocamento ocasionado pela implantação da fábrica de

Foto 2 – Antiga Bacaba



Fonte: Registros do autor, 2014

papel e celulose.

2.3.2 O deslocamento das famílias da comunidade Bacaba

De acordo com as entrevistas realizadas, as famílias referidas à *antiga*¹⁵ Bacaba (foto2), estiveram há mais de cinquenta anos localizadas às margens da *estrada do arroz*(MA 123).

Conforme ilustra a imagem ao lado, e, aponta o depoimento do agente social Jozivan Silva: “a Bacaba era localizada na área da servidão da estrada, no coxão de alagação, ficava entre a cerca do fazendeiro e a estrada do governo” (09/06/2014).

O processo de territorialização referido à comunidade Bacaba, está associado à dinâmica relativa à busca por espaços para a colocada de *roças*, as quais estavam diretamente articuladas às atividades desempenhadas nas chamadas *fazendas*, nas quais pequenas áreas eram *arrendadas*. Além do mais, a prática da quebra do coco babaçu e a feitura de carvão vegetal a partir da queima do coco, o qual era direcionado às siderúrgicas,

¹² Os designados *lotes* consistem em um universo social onde são asseguradas atividades referidas à roça, criação de animais, coleta do coco babaçu, dentre outras atividades produtivas.

¹³ No *P.A Vila Conceição*, categoria *gata* é utilizada para se referir às empresas prestadoras de serviços terceirizados para a empresa Suzano Papel e Celulose.

¹⁴ A categoria *nova* é utilizada como forma de referenciar a localidade para onde as famílias foram deslocadas.

¹⁵ A categoria *antiga*, é utilizada em referência à área anteriormente habitada pelas famílias da comunidade.



também são referenciadas como práticas que asseguravam a permanência bem como a reprodução das famílias no território.

Após iniciado o processo de implantação da fábrica de papel e celulose, uma série de transformações foram intensificadas na comunidade, que de acordo com relatos obtidos no âmbito das pesquisas de campo, foram materializadas após a realização de diversas reuniões organizadas por agentes representativos da empresa Suzano, que utilizaram diversos argumentos para fundamentar a proposta de deslocamento, a qual, conforme aponta Francimar Moura, esteve diretamente associada aos efeitos que seriam ocasionados

pela construção e funcionamento da fábrica:

Foto 3 –Comunidade nova



Fonte: Registros do autor, 2014

Eles começaram a fazer reunião com a gente, a Suzano, começou a fazer reunião dizendo que nós ia sair né, eles falaram que era por causa dos impactos né, impacto ambiental, por causa da estrada que ia ser muito movimentada ia ter mil carros passando diariamente e nós corria riscos de ficar na beira da estrada, corria risco de se acidentar né, com os caminhão, e com a poluição da Suzano que ia ter. (Francimar Moura, 46 anos, entrevista realizada em seu comércio/bar na comunidade *nova* Bacaba em 09/06/14).

Mediante as investidas realizadas pela empresa Suzano Papel e Celulose, o deslocamento passou a ser negociado de modo que o mesmo teve a sua concretização no dia 15 de julho de 2013, data em que as famílias receberam suas residências (foto 3) na a partir de então, *nova* Bacaba, que ficou localizada nas proximidades da comunidade São José da Matança, especificamente em uma estrada vicinal à *estrada do arroz* que carregou o mesmo nome a partir de reivindicações feitas pelas famílias.

O processo de deslocamento das famílias, não deve ser analisado a partir de um consenso estabelecido em relação à sua aceitação. Tal compreensão apoia-se no depoimento de Francimar Moura, ao descrever que durante as negociações que trataram do processo de deslocamento, esteve juntamente com outra agente social, se posicionando contra a proposta da empresa:

Eu mesmo falei, os outros não se importaram muito não, só quem falou que não queria sair era eu e a professora né, que era diretora da escolinha que nós tinha lá né, eu e ela, nós falava que não ia sair de lá, lá eu não queria sair, já tava acostumado, tinha meu ponto comercial lá né, tinha meus colega que vinha todo dia que passava lá na porta da gente, achava que se mudasse de lá, eles não ia visitar mais a gente né, pra comprar as coisinhas da gente. Aí eu falava que não ia sair não (...) resultou saindo, porque eles falavam que, eles chegaram a falar pra mim, se você não sair, vamos entregar pro governo do estado, o governo do estado vai vim vai só lhe indenizar, bote tempo pra você receber a indenização. A indenização daquele tamanhozim, ele dizia [*se refere a um agente da Suzano*]. Aí foi a gente ficou com medo (Francimar Moura, 46 anos, entrevista



realizada em seu comércio/bar na comunidade “Nova” Bacaba em 09/06/14, *grifos meus*).

O depoimento do agente social, possibilita analisar que o seu ponto de vista, parte de relações sociais estabelecidas para descrever a sua relação com o território, ultrapassando assim, os limites estabelecidos no discurso da empresa, a qual desconsiderou as relações sociais com o território, ao impor um processo de deslocamento, nos termos de Almeida (1996, p.32), delineado mediante a imposição para “deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.

Além do mais, podemos analisar, ainda com base no depoimento de Francimar, que a empresa utilizou como estratégia, o discurso de que a condição em relação ao território, no caso a de *posseiros*, não garantia o atendimento de suas reivindicações a curto prazo. Tal estratégia pode ser compreendida como uma tentativa de imobilizar alguma ação que viesse a impedir o prosseguimento do processo de deslocamento, o qual foi percebido, de acordo com o depoimento a seguir, como uma ação que não impediu as famílias de serem expostas aos efeitos ocasionados pelo funcionamento da fábrica:

Não mudou nada não, ta incomodando, tem hora que a gente acorda de noite, uns quinze dias atrás eu acordei de noite com aquele cheiro mas ruim do mundo, um cheiro assim de esgoto né, mais tarde vinha um cheiro de foguete, foguete queimado, aí assim não achei que mudou não negócio de impacto não ambiental. (Francimar Moura, 46 anos, entrevista realizada em seu comércio/bar na comunidade “Nova” Bacaba em 09/06/14).

O odor percebido pelas famílias referidas à comunidade *nova* Bacaba, constitui-se um dos diversos transtornos vivenciados e que, inclusive, é apresentado como elemento que confronta o discurso de “imunização dos impactos” que fundamentou o processo de deslocamento das famílias. Além do odor, o qual é recorrentemente chamado de *cheiro*, outros transtornos, a exemplo das situações ocasionadas pelo transporte da madeira do eucalipto, são impostos não só às famílias de *nova* Bacaba, mas também, às famílias referidas às comunidades Esperantina I e II e São José da Matança.

2.3.3 Os transtornos ocasionados pelo transporte das toras de eucalipto

Foto 4 – Transporte das toras na estrada do arroz



Fonte: Registros do autor, 2014

Além das transformações ocasionadas pelo processo de concentração de terras e o deslocamento das famílias da comunidade Bacaba, a pesquisa identificou a situação vivenciada sobretudo por aquelas famílias que residem às margens da estrada



do arroz, especificamente àquelas referidas à Esperantina I e II.

As frágeis condições da *estrada do arroz*, somada ao tráfego de automóveis pertencentes à empresa Suzano, o qual foi intensificado sobretudo após o funcionamento da fábrica de papel e celulose (dezembro de 2013), estiveram alterando a rotina das famílias que residem em suas margens. Tal situação diz respeito aos riscos oferecidos pelo trânsito das chamadas *carretas* que transportam a madeira do eucalipto em direção à fábrica, como bem aponta a agente social Maria do Tibério:

Os carros que tem da linha aqui passam tudo de manhã cedo pra colá, aí só passam tudo de tarde, o correr do dia não tinha esse movimento de carro que tem agora, matando a gente não, agora que tá, depois que a Suzano entrou e depois que entrou esses caminhão grande foi que piorou (...) Cai direto [se refere às toras de eucalipto], bem aí detrás de casa tem um, olha o tanto ali, pra lá, quando a gente vai na estrada e que vê eles, a gente já cai é pra dentro do mato, com medo de uma tora dessas cair em cima de uma pessoa, vim de qualquer jeito, mata uma pessoa (Sra. Maria do Tibério, entrevista realizada em sua residência na comunidade Esperantina I em 10/06/14, *grifos meus*)

O depoimento destacado permite compreender em que medida o funcionamento da fábrica de papel e celulose passou a afetar o dia a dia das famílias, as quais passaram a vivenciar os riscos oferecidos pelo intenso trânsito dos automóveis de grande porte. Tal situação foi agravada com as péssimas condições da estrada, a qual ainda não tinha sido asfaltada, uma vez que as *toras* de eucalipto se desprendiam dos caminhões durante o percurso realizado das áreas de plantio à unidade industrial, acentuando assim, o perigo em trafegar pela *estrada do arroz*.

2.4 Mobilizações em resistência à atuação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz

Mediante as situações vivenciadas pelas famílias afetadas pelo processo de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, encontra-se a presença de mobilizações impulsionadas pelas autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu* (MIQCB) e por *trabalhadores e trabalhadoras rurais e moradores* das comunidades afetadas, os quais também compõe o Fórum de Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento das Comunidades da Estrada do Arroz, o qual é também conhecido por “Fórum da *estrada do arroz*”. Tais mobilizações, engendram processos de resistência que podem ser compreendidos a partir de práticas cotidianas, audiências públicas, reuniões com representantes da empresa e governo local, buscando reivindicar direitos e confrontar a atuação da mencionada empresa.

Em face aos processos de resistência, específicas estratégias são idealizadas pela empresa Suzano, a exemplo da criação do “Conselho de Desenvolvimento Comunitário”, que reúne *quebradeiras de coco babaçu* em espaços físicos construídos em algumas comunidades, a exemplo de Coquelândia e Petrolina. Tal situação ocasiona específicos conflitos internos, pois os incentivos que regem a associação no “*conselho da Suzano*” são



compreendidos como uma tentativa de desmobilizar outros movimentos já atuantes na região, os quais se negam a receber os ditos “benefícios” apresentados por meio de projetos que carregam a lógica de compensação social e ambiental.

De acordo com a *quebradeira de coco* Maria Querobina, integrante do MIQCB, a atuação da empresa Suzano, ocasiona um intenso conflito ao criar movimentos paralelos ao que atuam na região e que se negam a receber os ditos projetos de compensação:

“Está sendo muito pior do que o conflito na época que a gente se escondia com medo da espingarda, que esse conflito, esse grande conflito político, que aí entra o social, entra tudo, esse daí é que é o problema sério e ideológico, os companheiros deixaram de acender a vela pra o meio ambiente pra ascender a vela da grande empresa, é uma das coisas que deixa a gente muito revoltada, que eles estão tomando o espaço das organizações dos trabalhadores, aqui na região, o espaço do movimento das quebradeiras, eles tomaram, criaram até um conselho das quebradeiras de coco aqui na estrada do arroz (...) estava tratando, de organizar grupo, implantando grupos de produção, e eles chegaram pegaram aqui da Bacaba Nova, que a (Bacaba) velha eles acabaram né, pegaram da Bacaba Nova até Petrolina, criaram um conselho das quebradeiras, e quem é o caro chefe desse conselho é o sujeito da Suzano, foram cadastrando e chamando, fazem festa hoje pras quebradeiras de coco, dá presente, faz premiação, o conselho das quebradeiras”. (Maria Querobina Silva Neta, entrevista realizada no Museu Casa Branca, hoje designado Centro de Ciências e Saberes Museu Casa Branca, localizado no P.A *Vila Conceição I*, 04/03/16).

Dessa maneira, podemos concluir a partir do depoimento destacado anteriormente, que mediante as transformações ocasionadas pelo processo de implantação da fábrica de papel e celulose, específicos processos mobilizatórios posicionam-se em resistência à atuação da empresa. Tais mobilizações, sejam elas realizadas pelo MIQCB ou pelo conhecido “Fórum da *estrada do arroz*”, permanecem atuando mesmo diante de estratégias utilizadas pela empresa como forma de desmobilizar ações que são desempenhadas por *quebradeiras de coco babaçu, trabalhadores e trabalhadoras rurais* e outros segmentos sociais que estão inseridos nesse processo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como analisado, o pacote de ações formulado pelo Programa Grande Carajás esteve diretamente ligado à implantação dos megaempreendimentos que introduziram a monocultura do eucalipto no oeste do estado do Maranhão, especificamente no município de Imperatriz, que foi palco de intensas intervenções ocasionadas pelos empreendimentos CELMAR, Ferro Gusa Carajás e atualmente pela fábrica de papel e celulose pertencente à empresa Suzano Papel e Celulose. Esse último empreendimento vem reproduzindo com mais robustez a lógica dos primeiros empreendimentos que não conseguiram se implantar integralmente.

A desestruturação dos modos sobre os quais as famílias encontravam espaços para a implantação das *roças*, a situação de deslocamento compulsório das famílias da



comunidade Bacaba, os efeitos ocasionados pelo transporte das *toras* de eucalipto bem como os efeitos ocasionados pelo funcionamento da fábrica e as transformações percebidas pelos agentes sociais do *assentamento* Vila Conceição I, são elementos que possibilitam compreender que os interesses empresariais são estruturados a partir de aspectos que se colocam em contraposição às dinâmicas específicas dos chamados povos e comunidades tradicionais.

Como apontado, diferentes mobilizações estiveram sendo organizadas desde a implantação do projeto CELMAR. *Trabalhadores rurais, quebradeiras de coco*, movimentos sociais, lideranças sindicais e de organizações não governamentais, se posicionavam para o enfrentamento às situações impostas pela atuação dos empreendimentos. Entretanto, no contexto de implantação do empreendimento da empresa Suzano Papel e Celulose, tais mobilizações vivenciam recorrentemente estratégias de cooptação, ocasionando específicos conflitos internos mediante as consideradas tentativas de desmobilização de movimentos que estão empenhados naquela região.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais*. In: *Conflitos ambientais no Brasil*. Org. Henri Acselrad. – Rio de Janeiro: RelumeDumará: Fundação Heinrich Boll, 2004. p 13 – 36.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia/ Alfredo W. B de Almeida, Joaquim Shiraishi Neto, Cynthia Carvalho Martins*. – São Luís, Lithograf, 2005.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização*. In: *Travessia*, 1996.

ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e Violência em terras do Carajás*. Editora Ética: Imperatriz, 2009.

BACHELARD, G. *O primeiro obstáculo: a experiência primeira*. In: *A formação do espírito científico*. Tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 29-68.

BARBOSA, Zulene Muniz. *Lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo*. São Luís: UEMA, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Introdução a uma sociologia reflexiva* In: *O Poder Simbólico*; tradução Fernando Tomaz– 2.ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil 1998, p. 17-58.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. *Mineração, Siderurgia e Desenvolvimento na Amazônia Oriental: um balanço da experiência do programa grande carajás*. In: *Terra, Trabalho e Poder: conflitos e lutas sociais no maranhão contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 2013, p. 41-61.

FRANKLIN, Adalberto. *Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz*. Imperatriz: Ética, 2008.



LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no Século XXI: Novas Formas de Desenvolvimento. São Paulo, Ed. Empório do Livro, 2009.

MATIAS, Moisés. A implantação da indústria de celulose no Maranhão. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?. 1ª Ed. 1995.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís, EDUFMA, 2011. 110 p.

MIRANDA, Syderlan Bezerra. A monocultura do eucalipto alterando o espaço agrário no oeste maranhense. Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1213_1.pdf>. Acesso em:06/07/2014.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Fascículo 27: A lutas das quebradeiras de coco contra o carvão do coco inteiro. Coord. Alfredo Wagner; Autores. Cynthia Carvalho Martins... [et al.]. Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano papel e celulose no Maranhão. Dissertação (mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 221.



GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU: MOVIMENTO SOCIAL E RESISTÊNCIA

Herbertt dos Santos Lima (UFPA)¹
e-mail: herbertt.lima@gmail.com
Jurandir Santos de Novaes (UFPA)²
e-mail: jurandirnovaes@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho se propôs a investigar as diferentes estratégias adotadas por atores sociais para a manutenção do uso do recurso extrativo babaçu, de enorme valor para cerca de 300 mil mulheres quebradeiras de coco babaçu e para os demais agentes que se encontram em conflito na relação de uso das “florestas de babaçu”. Estimadas em 27 milhões de hectares de áreas com incidência ou ocorrência de babaçu, nos estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Piauí. A “região ecológica do babaçu” sofre a ameaça relacionada à ação de agentes externos que competem com as quebradeiras de coco pelo uso desse recurso extrativo. As quebradeiras de coco têm lutado contra a invisibilidade e contra a negação de sua existência, que está atrelada principalmente a negação da existência da economia do babaçu, de seu movimento e dos babaçuais que são associados a áreas desmatadas e degradadas. Essa pesquisa se voltou prioritariamente à microrregião de Marabá localizada da região do Sudeste paraense. Buscar-se-á analisar as situações sociais identificadas à luz da economia política marxista, utilizando na construção desta perspectiva relatos colhidos junto às organizações das quebradeiras de coco babaçu, de pequenos produtores rurais, de extrativistas e movimentos sociais. Buscou-se ainda entender de que forma o avanço do capital sobre a região têm modificado o ambiente da microrregião de Marabá para os povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Quebradeiras de coco babaçu, Marabá, Movimentos Sociais.

1. Introdução

O trabalho aqui apresentado busca identificar e analisar a luz da economia política³ as formas organizativas, econômicas e sociais, das quebradeiras de coco babaçu⁴ na região sudeste do estado do Pará, mais especificamente nos municípios de maior incidência dos

¹ Mestrando em Economia no Programa de pós-graduação em Economia da UFPA, Brasil. Email: herbertt.lima@gmail.com.

² Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo, Brasil (2012) Professora Adjunto I da Universidade Federal do Pará, Brasil. Email: jurandirnovaes@yahoo.com.br

³ “A economia política — escreveu Lênin — não trata absolutamente da “produção”, mas das relações sociais dos homens na produção, do regime social da produção.”(LENIN, 1985)

⁴ Entende-se por “quebradeira de coco” mulheres identificadas pelo trabalho comum de coleta, quebra e beneficiamento de coco babaçu (*Orbignya phalerata Mart*), cuja identidade foi objetivada em movimento social.



babaçuais⁵. Buscou-se uma análise que explicita de que forma a economia do babaçu surge, para que assim seja possível entender de que forma os diversos interesses sobre este recurso natural se manifesta nas práticas dos agentes sociais relacionados a este recurso.

Para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa parte-se do princípio que as quebradeiras de coco babaçu são as principais agentes dentro deste trabalho. O processo de construção do objeto da pesquisa⁶ tem assim as próprias como protagonistas. Busca-se aqui ressaltar a sua identidade, que tem forte relação com sua mobilização política associada com as suas práticas econômicas, portanto é indissociável o aspecto político do econômico, aspecto esse, exposto por estas como sendo fundamental à manutenção do seu modo de vida, portanto, a luta pelo acesso a terra e a afirmação de seus saberes tradicionais como fundamental a sua reprodução. (ALMEIDA, 2011)

Ao iniciar sua caminhada no percurso da pesquisa, o pesquisador carrega consigo uma infinidade de vontades e interesses individuais que são constituídos no decorrer do trabalho. No entanto é importante frisar o caráter coletivo deste trabalho de pesquisa que é construído dentro de uma perspectiva na qual trata as quebradeiras não como objeto da pesquisa, mas como agentes na sua luta e faz questão de ter no fazer junto uma prática para a constituição desta estratégia de pesquisa na qual se apoia.

Os procedimentos de pesquisa adotados dentro do projeto de pesquisa do Projeto Cartografia Social dos Babaçuais: mapeamento social da região ecológica do babaçu⁷, tendo os relatos das quebradeiras. Que foram coletados na base de dados bibliográfica e documental são colocados como eixo norteador deste trabalho.

Desta forma, é evidente que a formação acadêmica influencia no maior ou menor interesse do pesquisador por determinado objeto de pesquisa e a forma de analisá-lo, dentro de toda a diversidade de interesses individuais que exercem grande influência do

5 Marabá, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Palestina, Brejo Grande do Araguaia e São Geraldo do Araguaia

6 A construção do objeto em Bourdieu, assim como em Bachelard, põe em movimento a capacidade do cientista em captar sua essência relacional, a complexidade envolvida na compreensão científica do objeto de pesquisa, demanda do cientista uma flexibilidade dos métodos de pesquisa. (BOURDIEU, 1997)

7 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização. São Luis, III Encontro Interestadual das quebradeiras de coco babaçu, 1995. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org); SHIRAIISHI NETO, Joaquim (Org); MESQUITA, Benjamin Alvino de (Org.); ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; MARTINS, Cynthia Carvalho Martins; SILVA, Miguel Henrique da. Economia do Babaçu: levantamento preliminar. São Luis: MICCB/BALAIOS TYPOGRAFIA, 2001.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARTINS, Cynthia Carvalho; SHIRAIISHI NETO, Joaquim. Guerra Ecológica nos Babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA, 2005. São Luís: Balaios Typographia, 2005.



conhecimento prévio advindo da prática cotidiana de cada pesquisador, e vai moldando no decorrer da pesquisa a forma de eleger o objeto pensando no início da pesquisa, que vai sendo reformulado com os caminhos tomados.

Buscou-se assim desenvolver um trabalho de pesquisa, que trará reflexões teórico-metodológicas, que compreende a pesquisa como uma prática que se faz como relação social (BOURDIEU, 1987) em que diversos “pontos de vista”, a do observador e das pessoas observadas constituem os materiais básicos de uma atividade de estudo.

Alguns temas e supostos podem ser apontados como orientação para a pesquisa, como a “devastação” que altera a vida dos povos e comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2005), e que se coloca nesta pesquisa para além dos aspectos da reprodução física e biológica (ALMEIDA, 2008) e na perspectiva de análise de conflitos. Busca-se nesta perspectiva compreender em que medida uma concepção de desenvolvimento leva em consideração as práticas dos agentes sociais e sua relação com a terra e recursos como o babaçu, um recurso extrativo fundamental na reprodução econômica, social e política de centenas de milhares de mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Esperava-se, portanto identificar os diferentes interesses sobre o babaçu e as correspondentes estratégias de apropriação deste recurso natural na região, desde o interesse industrial na amêndoa ao uso para fins de sobrevivência e práticas de preservação, resgatando a noção de estratégia utilizada por Bourdieu (1987) onde a estratégia é compreendida como um instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente, suposta pelo estruturalismo.

A partir destas situações identificadas na pesquisa, buscou-se construir uma abordagem ampliada sobre como a luta das quebradeiras de coco babaçu esta relacionada ao fortalecimento de sua identidade coletiva que se fez nesse período. Bem como de que forma a busca por conquistas efetivas contribui com seu poder de mobilização, contrariando assim a tendência ao comum que ao fazer uso de uma teoria evolucionista que generaliza o conjunto dos povos tradicionais, e lhes dá uma trajetória finita e homogênea.

Neste sentido é que este trabalho de pesquisa que conta com três capítulos. No primeiro capítulo são apresentados de forma sucinta elementos introdutórios a discussão, assim como os caminhos da pesquisa e as principais questões teóricas metodológicas que influenciaram os resultados desta pesquisa.

O segundo capítulo reflexões sobre as quebradeiras na “região ecológica dos babaçuais” aborda o tema principal desta monografia que são as quebradeiras de coco



babaçu e suas formas organizativas dentro da dinâmica da chamada “região ecológica do babaçu” está dividido em quatro itens onde busca-se compreender como as quebradeiras estão inseridas dentro de conflitos, que são tratados enquanto elementos integrantes de um quadro que pode ser comparado a um estado de “guerra”⁸. No capítulo terceiro apresentam-se as respectivas formas de resistência das quebradeiras de coco babaçu as ameaças postas aos babaçuais dentro da dinâmica regional.

2. As quebradeiras de coco babaçu e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu⁹

As quebradeiras de coco babaçu têm relação íntima com os processos de luta por direitos¹⁰ e na luta pela preservação ambiental que se configura na Amazônia¹¹ e estados como Maranhão e Piauí. Em meados dos anos 80, sobretudo na luta contra o avanço desenfreado do latifúndio, foi imposta à região uma agenda de desenvolvimento pautada nos grandes projetos e na expansão das pastagens para a pecuária extensiva. No último quarto desta década, as quebradeiras de coco passam a ter um maior contato com outras mulheres que tinham no babaçu a sua garantia a reprodução do seu meio de vida.

A ameaça aos babaçuais desperta a necessidade de se organizarem enquanto um movimento que resultaria em 1991 no I Encontro de Quebradeiras de Coco Babaçu, que reuniu quebradeiras de coco do Maranhão (Mearim e Baixada maranhense), Norte do Piauí e da região denominada Bico do Papagaio, região que compreende parte dos estados de Tocantins, Maranhão e o Sudeste paraense.

O MIQCB surge a partir de mulheres, que já ocupavam espaços políticos importantes dentro das associações, clube de mães, grupos de mulheres, cooperativas e STTR¹². O movimento desde seus primórdios têm sido um importante instrumento de mobilização política das quebradeiras de coco babaçu fazendo a denúncia sistemática de casos de

⁸ Ver ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARTINS, Cynthia Carvalho; SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Guerra Ecológica nos Babaçuais**: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA, 2005. São Luís: Balaios Typographia, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Carajás: A guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994.

⁹ MIQCB: Movimento Interestadual de quebradeiras de coco Babaçu

¹⁰ INFORMATIVO PNCSA Nº 14: “As nossas pautas são: acesso à terra, babaçu livre, regularização dos territórios e das reservas extrativistas de babaçu, moradia para as quebradeiras de coco. Essas são as principais pautas que trouxemos para marcha.” (PNCSA, 2015)

¹¹ Vale aqui ressaltar que a luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu é bem anterior a década de 90, mas a pesquisa teve um foco maior nesse período, por ser o momento onde as quebradeiras concretizam sua identidade coletiva em movimento com a criação do Movimento interestadual de quebradeiras de coco babaçu (MIQCB)

¹² Sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais



desmatamento, devastação de babaçuais e organizando as quebradeiras de coco babaçu hoje em seis regionais do MIQCB.

No Maranhão existem as regionais Imperatriz, Mearim/Cocais, Baixada Maranhense; no Piauí existe a regional de Esperantina; no Tocantins a regional Bico do Papagaio; e no Pará a regional Araguaia; o que tem lhes propiciando o fortalecimento da sua identidade e dado mais visibilidade a sua luta frente as ameaças a sua reprodução e a prática da quebra do coco.

Outro fator que têm impulsionado a luta do movimento é a intensificação é a comercialização do coco inteiro na região do sudeste paraense, o que tem sido caracterizado como um verdadeiro cenário de uma “guerra”, onde as quebradeiras têm na mobilização política sua principal arma para conter o avanço desenfreado do capital sobre os babaçuais.

No sudeste paraense o processo de apropriação da floresta se deu de forma avassaladora. A região que era conhecida como o “polígono dos castanhais”¹³, com intensa concentração de floresta nativa foi sendo devastada por madeiras, fazendeiros e megaempreendimentos estimulados por instrumentos governamentais, a partir da implementação da Operação Amazônia¹⁴ durante a ditadura militar que se instalou na região na década de 70, sobre a influência do pensamento atrasado de que a Amazônia seria uma região desabitada e que precisava ser explorada economicamente.

Com isso os castanhais nativos passaram por um intenso processo de derrubada abrindo assim caminho para a expansão do Babaçu, no Sudeste Paraense. Esse processo de transição da economia dos castanhais para os babaçuais A chegada de outras indivíduos vindos de outras regiões fez com que o processo de trabalho se alterasse, deixando as comunidades locais a mercê de uma nova forma de exploração do espaço, como é possível perceber a partir é possível perceber durante o relato de Cledeneuza Oliveira, Quebradeiras De Coco Babaçu, São Domingos, Pará, presente no Boletim Informativo Número 1 do (PNCSA, 2014): ¹⁵

“Os que tinham propriedade perderam suas terras e nunca conseguiram até hoje, conseguiram a terra e os outros povoaram e aquela... A Palestina tem muito mineiro, o povo que morava na Palestina era pouco, aí chegaram os mineiros, os mineiros chegaram e o

¹³ Ver EMMI, Marília Ferreira. A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. Belém, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ NAEA/ UFPA, 1998. 196p.(Coleção Igarapé)

¹⁴ A "Operação Amazônia" em 1966 constituiu um grande pacote e incentivos fiscais articulados em um sistema de planejamento regional, com aporte de investimentos públicos nos setores agropecuários e minerais

¹⁵ PNCSA: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia



povo não tinha costume de plantar capim, não tinha costume com essas coisas não. Era só fazer a roça, alguns tinham animais, eram poucos, aí quando os mineiros chegaram desbravaram a terra e jogaram o capim, aumentou a pecuária.”

Ainda é possível perceber como a dinâmica de expansão desses novos empreendimentos que ali se instalavam com um processo de exploração desenfreada dos recursos naturais daquela região, em um primeiro momento a devastação as áreas de floresta densa em busca de madeiras de alto valor comercial fazem com que a região passe por um verdadeiro processo de devastação, abrindo cada vez mais novas áreas para o mercado de terras na região que se mostrava aquecido a época com a expansão da pecuária.

“Eles já tinham esse conhecimento e nós não tínhamos esse conhecimento. Até em 70 era tudo só mata, tudo, ia lá e fazia roça. Esse ano aqui, aí deixa crescer. Aí no outro ano faziam em outro lugar, a abertura era outra que tinha, de lá para cá. Aí veio a serraria, a questão de comprar as madeiras, como eu disse. Primeiro eles tiraram as madeiras, eles só tiravam o tronco, depois, no final, eles estavam aproveitando tudo da madeira, mas primeiro só tiravam os troncos. Aí, quando terminou o mogno, terminou as madeiras de lei mesmo. Eles entraram na castanha. Nossa região era castanhal e hoje não existe mais castanha onde existe um pezinho de castanha, quando dá fé já passou no caminhão.”

Na década de 80, na Amazônia há um grande fluxo migratório de indivíduos de outras regiões para a região, sobretudo por parte de maranhenses, atraídos em busca de oportunidades a partir da instalação de projetos minerais. Esse processo muda completamente a dinâmica urbana da região, há um processo de inchaço populacional nas cidades que não comportam a grande massa de trabalhadores deslocados para a região.

“Aí o que acontece, quando foi em 80, aí surgiu Serra Pelada, aí veio mais gente para o Pará. Aí o que acontece: muitos que não se deram no garimpo foram para as cidades, como Palestina, São Domingos, Brejo Grande não tinha espaço que já estava tudo cortado e entregue os lotes. Aí o que acontece, Palestina surgiu de uma invasão do Imbaubal, Pananzal e Açaizal (...) E São João foi uma invasão, primeiro foi o de São Benedito então invadiu o pessoal que veio do Maranhão, pode fazer um levantamento lá que é só maranhense porque aqui no Maranhão também foram expulsos da terra que viviam né, quando as empresas compraram as terras do Maranhão, os maranhenses foram para o Pará, aí quando chegou do que iam viver? No Pará não tinham do que viver, ocuparam a terra e juntou com o pessoal que estava lá de cara para cima sem ter condição e veio a



ocupação da terra? A primeira invasão. Veio Elmescão, que era outro castanhal. Aí, todos os castanhais foram ocupados, não tem mais castanhal, todos foram ocupados”.

Parte considerável dos indivíduos vão para áreas urbanas, porém no campo também a um acirramento da disputa por terras na região, relato que em muito explica a origem de muitas disputas e conflitos que permanecem até os dias de hoje entre os atores sociais naquela região.

Nossa região toda é de assentamento e o único assentamento planejado foi o de Araras em 80, 82 e 83. Planejaram o Araras. Do Araras que ocupou, o Araras estava na Mãe Maria, na terra dos índios e os índios não aceitaram eles. Eles ficaram na terra deles, os índios não aceitaram. Aí foram expulsos das terras do INCRA. Aí foi para o INCRA e essa terra lá do Araras já estava gente entrando. Aí o que o Incra fez? Indenizou o fazendeiro e assentou no Araras. É o único assentamento feito com estrada, crédito e moradia. Os outros dão por metade. Enrolaram o povo. Nunca terminaram de fazer o processo. O Araras foi o único que eles fizeram o processo completo e não foi nem todo. Do Araras eles deixaram de fazer porque diziam que 25 era sobra de terra, o homem só tinha do assentamento 75%, só tinha documentação 75%. E tem 25% que não tem conclusão do benefício. Não tem a conclusão. Que é o 21 de abril. Essa é nossa história lá.”

Atualmente a dinâmica econômica local tem mudado e o babaçu tem tido um papel de destaque na região, porém ainda é muito pouco reconhecido por todos os atores sociais da região, alguns tendem a associar o babaçu a uma praga, mas a uma considerável parcela da população local que tem no babaçu um elemento tradicional muito forte. O seu consumo é muito apreciado em diversos usos. Há ainda a apreensão de recurso por grandes empresas que ao explora-lo dentro de suas cadeias de produção acabam expropriar o seu uso por parte das quebradeiras

“Aí hoje acabou a castanha e ficaram os babaçuais. E estão acabando os babaçuais também. Estão descobrindo hoje que o babaçu tem valor. No Pará não tinha valor, não tinha mercado para a amêndoa como tem no Maranhão, como tem no Tocantins. No começo, quebrava o coco, vendia e trazia para o Apinajé. Botava no barco e trazia para Imperatriz.”

É possível verificar no relato duas situações que se tornaram cruciais para a constituição da economia das quebradeiras de coco babaçu; o primeiro é o caráter expansionista da exploração capitalista, que tem na lógica da acumulação primitiva um fator primeiro para a implementação de grandes massas de capital; a outra é a expulsão de outros povos que ao perderem suas terras nas suas localidades que ao chegarem à região se incorporam à massa de outros que encontram-se em processo de perda de meios para a



sua reprodução, e acabam não lhe restando outra opção. Fortalecendo dessa forma a dominação sobre as populações locais através do viés econômico.

Observe-se que na Amazônia, o II Plano Nacional de Desenvolvimento implantado pelos governos militares em meados da década de 70, coloca em evidencia a política econômica coordenada por um Estado autoritário que elegia uma trajetória de crescimento econômico forçado, através do endividamento junto ao setor externo enquanto elemento central para o desenvolvimento de setores considerados estratégicos, em um processo altamente predatório que serviu de suporte para o discurso que desconsidera os povos e comunidades tradicionais residentes naquela região.

A expansão movida por rodovias causa um processo de expulsão de extrativistas, pequenos agricultores e de povos e comunidades tradicionais. Nesse momento a constituição de grandes fazendas faz com que os conflitos se agudizem e o acesso aos recursos naturais se tornam mais difícil. Desta forma constituísse uma frente para a valorização das terras e sua utilização enquanto reserva de valor, servindo as terras da região inclusive para o capital especulativo, em um processo de disputa pela terra e por diferentes formas de utilização que faz com que as situações de violência na região se torne um aspecto relevante nesta nova configuração territorial.

3. Questões que evidenciam uma dinâmica semelhante a uma guerra

Existem fontes diferenciadas e dispersas sobre o babaçu, a história social desta espécie extrativa que é ainda, em grande medida invisibilizada, embora haja estimativa de 18,5 milhões de hectares nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins, Goiás e Mato Grosso, conforme registrado em 1982, pelo Ministério da Indústria e do Comércio – Secretaria de Tecnologia Industrial¹⁶. Mapeamentos posteriores discutiram uma caracterização sociológica da denominada região ecológica do babaçu, onde segundo o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) junto do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) estimam em 2016 uma área de cerca de 27 milhões de hectares. (PCBS, 2016)

Esta espécie tem incidência ao longo do rio Tocantins, baixadas e vales úmidos, às margens dos rios Tocantins e Araguaia assim como em outras áreas de floresta secundária

¹⁶ Mapeamento e Levantamento do Potencial das ocorrências de babaçuais (Estados do Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás). Brasília: MIC/STI, 1982



no sudeste do Estado do Pará, a pesquisa se propõe a analisar a microrregião de Marabá¹⁷, região marcada por diversos conflitos socioambientais.

A ameaça ao babaçu se expressa como problemas sociais e ambientais que se agravam como a denominada “modernização do campo”, em regiões estratégicas, como a Pré-Amazônia, o cerrado e os campos naturais da Baixada Maranhense e a região sudeste do Pará, que trazem consigo o que Almeida (2005, p. 27) define como processo predatório, caracterizado por relações sociais e conflitos, que compõem o processo de devastação ambiental, particularmente na região dos babaçuais.

O trabalho de mapeamento social tem desde os anos 90 estudado uma dinâmica qualificada como “guerra”, na chamada região dos babaçuais. E do ponto de vista da visão oficial e concepção do planejamento, os babaçuais não têm sido compreendidos como áreas preservadas ou como “floresta de babaçuais”.

A pesquisa apresentada aqui tem forte relação com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, do qual destaca em algumas regiões nos Estados do Maranhão, do Piauí, do Tocantins e no Pará uma forma a interpretar os conflitos assim como as áreas de incidência dos babaçuais, o seu uso, o que gera consequências para milhares de mulheres, pequenos produtores rurais e extrativistas que têm na quebra do coco do babaçu a garantia da sua sobrevivência física e cultural.

A pesquisa traz uma reflexão da importância deste produto extrativo para milhares de mulheres, que a despeito do desmatamento da espécie para dar lugar aos projetos agropecuários e formação de pastagens, ao cultivo da monocultura de eucalipto, da cana-de-açúcar, da soja, à mineração e outras, se mantém como espécie que resiste ao envenenamento, à queima e à derrubada (ALMEIDA, 1976). Segundo dados Oficiais do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial a região apresenta a seguinte configuração:

Tabela 1. Desmatamento na Microrregião de Marabá (2013)

Município	Brejo Grande do Araguaia	Marabá	Palestina	São Domingos do Araguaia	São João do Araguaia	Pará
Área Km ²	1.292	15.161	985	1.397	1.288	1.247.780
Desmatado 2013	1.062	8.449	820	1.287	915	255.250
(%)	82%	56%	83%	92%	71%	20%
Fonte: INPE/PRODES 2013						

Nos dados a cima extraídos da base de dados PRODES/INPE constata a visão que foi exposta anteriormente na qual a região é vista como uma região degradada e devastada.

¹⁷ Conforme caracterizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



No entanto, estas análises por georreferenciamento desconsideram as áreas de intenso brotamento de pindovas e as áreas raleadas de babaçuais pelo manejo das fazendas.

Desta forma a pesquisa por georreferenciamento só reforça o discurso hegemônico de negação dos babaçuais e, por conseguinte negação da existência das quebradeiras de coco babaçu, e contrário a isso as quebradeiras de coco babaçu em parceria com a universidade vem em uma ação de autocartografia construindo seus próprios mapas acerca da região ecológica dos babaçuais. Nesse sentido o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia desenvolve junto as quebradeiras e outros agentes sociais fascículos e boletins que são muitas vezes utilizadas pelos próprios agentes enquanto base para suas reivindicações.

Considerações Finais

O reconhecimento das situações identificadas nas áreas de ocorrência dos babaçuais têm sido demanda das próprias quebradeiras de coco babaçu, de maneira que dá a conhecer como o babaçu se institui na paisagem e permite por meio da cartografia social conhecer as relações de trabalho, comércios e as práticas políticas socioculturais das quebradeiras de coco. E ainda identificação das áreas existentes que vêm sendo invisibilizadas e/ou ameaçadas sua existência, pondo em risco a reprodução física e cultural dos grupos de mulheres que têm a sua reprodução social dependente da preservação dos babaçuais.

Considerando a prática acadêmica ligada aos “novos movimentos sociais”¹⁸, faz com que a pesquisa torne-se ainda mais rica e traz pra cena os principais agentes da ação, que são as quebradeiras de coco babaçu, que assumem o protagonismo da luta política através da reafirmação de sua identidade. Um elemento que tem contribuído bastante para o afloramento desse movimento tem sido a expansão de sua mobilização política em defesa de pautas próprias das mulheres quebradeiras de coco. Como a implementação da “Lei do Babaçu Livre” em todo o território nacional e as campanhas em defesa dos babaçuais.

A pesquisa ainda contribuiu com a identificação da necessidade do redirecionamento de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais reconheça a existência de grupos sociais como as mulheres quebradeiras de coco babaçu, que tendem à invisibilidade,

18 É preciso construir um modelo capaz de ser testado, que implique um sistema de comportamento ou pensamento coerente, a fim de resgatar a vida das pessoas comuns, que constituem a maioria de qualquer sociedade. Com o objetivo de não somente descobrir o passado, mas explicá-lo, fornecendo um elo com o presente (HOBSBAWM, 1998)



assim como os babaçuais. Já que boa parte da luta ainda é negligenciada por parte das instituições públicas.

As quebradeiras de coco babaçu têm íntima relação com o território e têm em suas práticas o bem-estar, a solidariedade e os saberes tradicionais enquanto elementos primordiais para seu modo de vida. A sua relação com os babaçuais é tão íntima que a ameaça aos babaçuais é a ameaça direta a suas vidas.

Portanto o único caminho para as quebradeiras é a resistência política e econômica para conseguir manter seu modo de vida e conseguir novas estratégias de ação frente ao estado, garantindo assim mais direitos, acesso a novos mercados constituindo uma economia diferenciada que tem na organização política e na solidariedade; elementos novos diferentes da lógica hegemônica.

A continuidade desse trabalho se mostra fundamental a pesquisa da economia do babaçu, referido as práticas econômicas de cerca 300 mil mulheres quebradeiras de coco babaçu que compõe uma rede de extração, beneficiamento e comercialização em que se encontram inseridas de diferentes formas na sua perspectiva organizativa face às suas próprias iniciativas. Que diante das ameaças aos babaçuais e a sua própria existência como agente político e econômico. E se entende neste trabalho como um agente significativo na economia.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri et al. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Antropologia dos Arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8. Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARTINS, Cynthia Carvalho; SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Guerra Ecológica nos Babaçuais**: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de *commodities* e aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA, 2005. São Luís: Balaios Typografia, 2005.

_____. **Carajás: A guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994.

_____. **Quebradeiras de coco babaçu**: identidade e mobilização. São Luís, III Encontro Interestadual das quebradeiras de coco babaçu, 1995. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org); SHIRAIISHI NETO, Joaquim (Org); MESQUITA, Benjamin Alvino de (Org.); ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; MARTINS, Cynthia Carvalho Martins; SILVA, Miguel Henrique da. **Economia do Babaçu**: levantamento preliminar. São Luís: MICCB/BALAIOS TYPOGRAFIA, 2001.



- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2011.
- AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu**. São Luís, Sioge, 1990.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. **A miséria do mundo**. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1997.
- CHAYANOV, A.V. **Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**, in CARVALHO, H. M. **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p.99-140.
- _____. **La organización de la unidad económica campesina**. Trad. Russovich R. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974
- EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ NAEA/ UFPA, 1998. 196p.(Coleção Igarapé).
- GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da questão agrária brasileira. Presidente Prudente, 2008.
- GORENDER, Jacob, STEDILE, João Pedro[et. al.] **A questão agrária na década de 90**. 4 ed., Porto Alegre, Editora UFRGS, 2004.
- HOBSBAWM, Eric. **Ocupações de terras por camponeses**. In: Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- LENIN, V.I., **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**, Obras t. III, pp. 40/41, 1985.
- LENZ, Maria Heloisa. **A categoria econômica renda da terra**. Porto Alegre. FEE, 1981.
- _____. **A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx**. In: VII Congresso Brasileiro de História Econômica. *Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica*. Aracaju-SE, 2007.
- LOUREIRO, Violeta. **A Amazônia do século XXI – novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MESQUITA, B.A.de. As Relações de Produção e o Extrativismo do Babaçu nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. In: ALMEIDA et. al. (Orgs.). **Economia do Babaçu: levantamento preliminar de dados**. São Luis: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA, 2001.
- MIQCB. **Condições de vida na região dos babaçuais: as especificidades das quebradeiras de coco babaçu**. São Luis: MIQCB, 2012.
- NETO, Joaquim Shiraishi. **O Direito das Minorias: Passagem do “invisível” real para o “visível” formal?**. Manaus: UEA Edições, 2013, p. 19-79.
- NOVAES, Jurandir Santos de; ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu. CARTOGRAFIA SOCIAL NA REGIÃO ECOLÓGICA DO BABAÇU: estratégias de quebradeiras de coco e processos sociais atinentes aos babaçuais. **Revista Políticas Públicas**, v. 20, p. 179-188, 2017.



Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), **Relatório de Pesquisa do Projeto Cartografia Social dos Babaçuais**. (Versão Preliminar): São Luis, 2014.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), **Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Série: Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 1. Quebradeiras de coco babaçu do Piauí. São Luís, 2005.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), **Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Série: Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 2. Quebradeiras de coco babaçu do Mearim. São Luís, 2005.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), **Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Série: Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 3. Quebradeiras de coco babaçu do Tocantins. São Luís, 2005.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), **Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Série: Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 4. Quebradeiras de coco babaçu do Baixada Maranhense. São Luís, 2005.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), **Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Série: Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 5. Quebradeiras de coco babaçu do Pará. São Luís, 2005.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), **Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Série: Projeto Mapeamento Social. Fascículo 5. Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas: Sudeste do Pará. São Luís, 2014.

RICARDO, David. **Ensaio acerca da baixa influencia do preço do cereal sobre os lucros do capital**. In NAPOLEONI, Cláudio. *Smith, Ricardo e Marx: Considerações sobre a história do pensamento econômico*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. 3ª ed., São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VELHO. O.G. **“Frente de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica.”**. Manaus: UEA Edições, 2013.



GT 02 – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA

ESTRUTURAÇÃO DO MAB NA PARAÍBA

Fernando Garcia de Oliveira (Universidade Federal de Campina Grande)¹
e-mail: aquiri48@gmail.com

RESUMO

A barragem de Acauã, construída pelo governo da Paraíba, tem os seguintes objetivos principais: abastecimento de água de Campina Grande e outras localidades (OLIVEIRA, 2002). Praticamente nenhum dos objetivos se concretizou! O inverso se deu com os problemas causados pela obra: eles começaram a se manifestar desde o momento em que se iniciaram as remoções forçadas e, dali em diante, só fizeram se agravar (OLIVEIRA, F. G., FERNANDES, M. N., BARROS JÚNIOR, G., 2007). O relatório da Comissão Especial do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana-CDDPH que, em 2007, realizou audiências públicas nas comunidades atingidas, especifica as graves violações aos direitos humanos da população perpetrados por quem fez a obra (CNDPH, 2007). Pessoas da comunidade de Pedro Velho procuram alguns professores do departamento de sociologia da então UFPB. Tem início o envolvimento de professores e alunos da universidade com a situação de Acauã. O meu envolvimento pessoal se dá a partir de fevereiro de 2002. Estrutura-se uma assessoria estadual, que congrega diferentes entidades, principalmente do campo da Articulação do Semiárido da Paraíba (ASA/PB). Desde então, realizo intenso trabalho de extensão e pesquisa naquele contexto (OLIVEIRA, F.G; SILVA, O.B., 2010). Neste trabalho, discorrerei sobre o processo de estruturação do MAB na Paraíba. O período de tempo considerado se inicia em fevereiro de 2002, e termina em janeiro de 2003. Esta escolha se fundamenta no fato de que naquele período se dão dois fatos marcantes: se dá o surgimento do MAB na Paraíba e se definem suas principais características.

Palavras-chave: movimentos sociais, lutas sócio-territoriais, extensão universitária.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Considerações preliminares

Minha relação com este caso de atingidos por barragens é marcada pela primazia da extensão sobre a pesquisa. Com efeito, desde o início do trabalho – no primeiro sábado, após o carnaval de 2002 – que, a exemplo de outras experiências que tive, o que está em

¹Doutor em sociologia. Professor titular da Universidade Federal de Campina Grande. Aposentado: trabalho voluntariamente como Coordenador do Projeto Universidades Cidadãs da UFCG. Paraíba, Brasil. Desenvolvo atividades de extensão e pesquisa junto à população atingida pela Barragem de Acauã, de forma ininterrupta, desde fevereiro de 2002.
E-mail: aquiri48@gmail.com.



primeiríssimo lugar é colocar este tipo de trabalho acadêmico a serviço das premências do grupo de trabalhadores que se organiza para atingir determinados objetivos. Minhas experiências anteriores mais importantes tinham sido com posseiros de engenhos abandonados em luta contra a expulsão e pela conquista da terra. Embora a realidade dos atingidos por barragens seja bem diversa da dos ex-moradores dos engenhos abandonados, a forma de trabalhar se inspira nos quase 20 anos de trabalho com aqueles agricultores familiares.

Desde logo, uma diferença essencial: os atingidos pela Barragem de Acauã perderam o acesso à terra e a tudo que possuíam. A luta deles é para que o governo “*devolva o que deles lhes foi retirado*”, como costuma de dizer uma das lideranças. Enquanto que em todos os casos de luta pela terra que assessorei houve a conquista da terra, e a criação de assentamentos de reforma agrária, com a permanência de todas as famílias.

1.2 Considerações de ordem metodológica

O prolongamento deste processo de organização e luta no tempo faz com que hoje se possa considerar que o movimento – e também o trabalho de extensão e pesquisa – passou por diferentes fases.

Neste trabalho, nos ocuparemos de um período do início da luta, constituído pelos anos de 2002 e 2003, no qual considero que se dá a estruturação do MAB na Paraíba, como se procurará demonstrar. Esta escolha se fundamenta no fato de que naquele período se dão dois fatos marcantes. Tanto se dá o surgimento do MAB na Paraíba quanto se definem suas principais características. Para dar concretude ao que ocorre, elenco fatos ocorridos naquele período.

Ainda existe algo que precisa ser explicitado. A minha dedicação a este caso, meu envolvimento intenso em todas as fases da luta do movimento dos atingidos pela barragem de Acauã, fazem com que os fatos brotem em meu pensamento. Assim, existe uma circunstância que facilita a redação, e também a localização dos documentos no acervo utilizado, que é dada pela minha participação direta na quase totalidade dos acontecimentos tratados.

Outra palavra: a metodologia para a redação deste trabalho engloba o processo de organização mental mais imediato, após ter decidido redigir este texto específico. Além disso, tem também uma dimensão pretérita que é dada por toda a gama de atividades de extensão, ensino e pesquisa realizadas ao longo de quase 16 anos.



As minhas funções na relação com o movimento dos atingidos pela barragem de Acauã são amplas e diversificadas. Para propiciar uma visão de conjunto se pode dizer que existem duas dimensões principais, a saber: a) Coordenar o grupo de professores e alunos da UFCG (com a criação do PUC/UFCG, a partir de 2006, passo a coordenar este projeto no qual se dão as ações voltadas para Acauã) que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão; b) Exercer o papel de articulador da “*assessoria estadual*” ao movimento dos atingidos pela Barragem de Acauã.

As atividades realizadas no âmbito da extensão cumprem dois objetivos principais que serão a seguir detalhados.

O primeiro objetivo é apoiar o movimento. Nesta dimensão estão compreendidas toda uma gama de ações que serão, sinteticamente, relacionadas no quadro a seguir.

Box 1: síntese das atividades de extensão em prol da população de Acauã

i) Reuniões nas comunidades; **ii)** Reuniões no campus da universidade, e no CENTRAC, com o intuito de avaliar e planejar as ações do movimento e as nossas próprias ações; **iii)** Realização de uma série de oficinas, algumas delas em parceria com o MAB nacional; **iv)** Proporcionar transporte para deslocamento das lideranças do movimento tanto para a realização do reuniões nas comunidades quanto para apoiar a distribuição de cestas básicas fornecidas pelo governo federal através da CONAB; **v)** Participação em encontros com as mais diversas pessoas, onde se incluem: governadores do estado da Paraíba; secretários do governo estadual; bispos e arcebispos; deputados estaduais da Paraíba; vereadores de Campina Grande; Reitor da UFCG; dirigentes da CAGEPA; etc.; **vi)** Preparação prévia das pautas, juntamente com as lideranças, dos encontros com as referidas autoridades **vii)** Redação de documentos para o movimento com os mais diversos objetivos; **viii)** Apresentações do caso Acauã, em geral juntamente com lideranças do movimento, tanto no âmbito das universidades (UFCG, UFPB, UEPB e UVA) quanto em diversas outras entidades. A título de exemplo: no CREA, em Campina Grande; **ix)** Participação, juntamente, com uma delegação da Paraíba, em Encontros Nacionais do MAB; **x)** Planejamento, e efetivação, da participação de lideranças do movimento em encontros de extensão da universidade; **xi)** Acompanhamento da visita de um técnico do Ministério da Integração Nacional, em abril de 2004, para verificação in loco, da situação das famílias desabrigadas após o enchimento do lago em janeiro de 2004. Naquela oportunidade se constatou que a comunidade de Água Paba também era diretamente atingida pelo lago. Na mesma oportunidade se teve a percepção das famílias que estavam abrigadas na escola de Pedro Velho, fato que inviabilizou a realização de aulas no primeiro semestre daquele ano. O técnico do MIN produziu importante relatório sobre a situação das famílias atingidas de Acauã; **xii)** Articulação para criação do Comitê de Apoio aos atingidos de Acauã, que congregou dezenas de pessoas, e funcionou no primeiro semestre de 2004; **xiii)** Apoio para que o MAB organizasse o curso de alfabetização de jovens e adultos em convênio com o MEC e a ELETROBRÁS; **xiv)** Adequação de formulários do Programa Fome Zero a serem aplicados nas comunidades; **xv)** Redação de trabalhos de natureza científica, em coautoria com lideranças do movimento; **xvi)** Ativa participação – sempre em conjunto com representantes das comunidades atingidas – na interlocução com o Ministério Público Federal na Paraíba, mais especificamente com o procurador responsável pela PRDC – Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão; **xvii)** Ativa participação no planejamento, e na realização, das visitas de duas Comissões Especiais do CNDH (Conselho Nacional de Direitos Humanos), em 2007 e 2013. Durante as referidas visitas foram realizadas audiências públicas em todas as comunidades atingidas pela Barragem de Acauã reuniões com todos os prefeitos dos municípios afetados pela obras da barragem, com secretários do governo estadual, e também com outros órgãos públicos estaduais e federais com atribuições relacionadas à vida da população atingida. A Comissão Especial de 2007 produziu importante relatório sobre as violações dos direitos humanos da população atingida. A Comissão de 2013, que veio avaliar como tinha evoluído a situação da população, chegou à conclusão que “*não apenas os principais problemas* (detectados pela comissão de 2007) *não tinham sido resolvidos, como alguns tinham mesmo piorado*”; **xviii)** Durante o período (2006 a 2010) em que o PUC/UFCG integrou um amplo projeto de extensão – em conjunto com cinco outras universidade públicas de diferentes estados da região nordeste, que contava ainda com a participação da EMBRAPA Algodão, que tem sede em Campina Grande, e era coordenado pelo COEP – que tinha como foco a capacitação de jovens e mulheres, todo um conjunto de atividades foram propiciadas às comunidades, dentre as quais se pode citar:

- Instalação de um Tele Centro na Vila Pedro Velho, graças a um programa do Ministério das



Telecomunicações (na época a cidade de Aroeiras ainda não tinha nenhuma Lan House);

- Realização de atividade de “*Incentivo a Leitura*” em escola municipal de Melancia;
- Diversos cursos foram oferecidos, a partir das demandas identificadas no diagnóstico participativo, dentre os quais cito: cabeleireiro; informática; direitos humanos; criação de galinha caipira; elaboração de projetos; elaboração de cartazes;
- Oficina de incentivo a Leitura, da qual participaram as professoras das escolas municipais de primeiro grau;
- Participação de representantes das comunidades no “*Mini Fórum*” – em conjunto com representantes das demais comunidades de agricultores familiares e de assentamentos de reforma agrária que participavam do Projeto Universidades Cidadãs – como atividade preparatória do “*Encontro das Comunidades COEP*” que ocorria a cada dois anos, do qual as lideranças também participaram.

xix) Ativa participação na terceira audiência pública promovida pela PRDC/MPF, para discutir a situação dos atingidos pela Barragem de Acauã em setembro de 2015, em suas sede em João Pessoa; **xx)** Publicação de duas matérias sobre Acauã no sítio do MPF na Paraíba; **xxi)** Ativa participação nas reuniões do ciclo de negociação, sob a égide da PRDC/MPF, com secretários do governo do estado da Paraíba e outras autarquias, no segundo semestre de 2015.

Fonte: minha própria memória, por ter participado de todas as atividades relacionadas

O segundo objetivo das atividades de extensão se volta para o interior da própria universidade. Nesta dimensão se verificam também um conjunto de benefícios para os corpos docente e discente da universidade e também para a própria instituição.

Um primeiro aspecto a ser considerado diz respeito ao contato direto com a temática “*atingidos por barragens*”. Assim, tanto professores quanto alunos, e mesmo integrantes do corpo administrativo da universidade, se aproximam de um assunto que até então não era tratado no âmbito da instituição. *Il vá de soi* que o envolvimento com a realidade dos atingidos provoca a necessidade de ter contato com a literatura sobre a temática e também passar a acompanhar informações gerais sobre o assunto.

No caso de Acauã, se pode afirmar que descobertas sobre a temática foram feitas ao mesmo tempo, tanto pelos integrantes da universidade quanto pelas pessoas mais atuantes no seio do movimento dos atingidos. No caso dos integrantes do movimento, as principais novidades provêm de suas inserções nas dinâmicas do MAB nacional.

Acrescente-se algo que não pode ser esquecido: a presença frequente das lideranças, e de representantes das comunidades, tanto no campus universitário quanto nas diversas atividades que foram realizadas ao longo do tempo se constitui em algo precioso. Aliás, esta é uma dimensão muito importante: a realização de atividades de extensão deste tipo proporciona uma interação dos membros da universidade com pessoas que normalmente não transitam pelo campus. Claro que as atividades de campo se constituem também em momentos privilegiados de práticas acadêmicas fora dos muros da instituição.

Relaciono a seguir alguns exemplos que vieram enriquecer o nosso trabalho acadêmico.



A primeira bolsista que trabalhou no projeto também era minha aluna na disciplina “*desenvolvimento socioeconômico*”, do curso de graduação em economia, na qual um dos livros utilizados foi “*Desenvolvimento como Liberdade*”, de autoria de Amartya Sen. Essa aluna, que teve um envolvimento exemplar com a experiência, e se tornou muito benquista pela população, resolver fazer seu TCC (Trabalho de Conclusão do Curso) de graduação sobre Acauã. Foi muito interessante constatar que ela teve a iniciativa de se servir de parte do arcabouço teórico exposto por aquele autor na elaboração de seu trabalho final.

Eu tive oportunidade de orientar² uma dissertação de mestrado na Pós-graduação de Recursos Naturais da UFCG, que foi uma experiência muito enriquecedora. Também tive a oportunidade de participar de uma banca examinadora de TCC do curso de história da UFCG.

Três alunos de Comunicação Social da UEPB fizeram uma revista sobre a situação dos atingidos pela Barragem de Acauã como TCC para concluírem seu curso de graduação. Neste caso, eu fui coorientador. Estes alunos não puderam ir a nenhuma das comunidades. Todas as informações empíricas foram recolhidas no acervo de textos e fotos que lhes foi disponibilizado. Também puderam fazer entrevista com lideranças na própria sala onde funciona a coordenação do PUC/UFCG.

Box 2: Participação pessoal no apoio aos atingidos de Acauã

- Envolvimento direto com os representantes do movimento das atingidos de Acauã;
- Relação direta com outros professores e com os alunos;
- Planejamento das atividades de extensão e pesquisa;
- Exercer a função de articulador com representantes de uma gama de entidades que, pontualmente, apoiam os atingidos;
- Estar presente na interlocução com os dois últimos responsáveis pela PRDC/MPF na Paraíba (de 2003 a 2017);
- Agir junto aos dirigentes da UFCG para assegurar apoio institucional aos atingidos de Acauã; no compartilhamento do planejamento, e na realização de oficinas, e de outras atividades, com os representantes do MAB nacional;
- Redigir ofícios, e outros documentos, segundo as necessidades do movimento;
- Fazer apresentações sobre a situação de Acauã, em geral em companhia de alguma das lideranças, nas três universidades públicas da Paraíba e em diversos outros locais;
- Apresentação do caso Acauã na universidade de Coimbra, em 2012, no encerramento de curso de especialização em direitos humanos;
- Participar de diversas audiências com governadores do estado da Paraíba, e com outras autoridades;
- Redigir trabalhos de natureza científica sobre o caso Acauã;
- Fazer o registro (áudio, texto e imagem) de incontáveis atividades tanto de iniciativa do movimento dos atingidos pela Barragem de Acauã quanto do que foi promovido enquanto atividade de extensão;
- Planejar e organizar a preservação da documentação que compõe o acervo sobre os atingidos pela Barragem de Acauã.

Fonte: minha própria memória.

²Orientar de fato, mas não de direito, porque em pleno voo descobriu-se que não sendo professor do curso, eu não poderia figurar nem mesmo como coorientador já que esta possibilidade não existe no referido curso. Assim, figurei como examinador externo na defesa. O orientador formal teve a gentileza de propor que eu presidisse a banca. Algo apenas simbólico. As informações empíricas utilizadas na elaboração da referida dissertação foram em sua grande maioria disponibilizadas por mim, a partir do que temos preservado no acervo sobre Acauã. Dentre elas destaco: os documentos que compõem o dossiê que foi entregue à Comissão Especial do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), em 2007; e as gravações em vídeo que fiz na comunidade de Água Paba, durante a audiência pública promovida pela segunda Comissão Especial do CNDH, em 2013.



O registro dos passos dados desde o início dessa caminhada até hoje compõem um acervo extremamente bem documentado, composto por meio de documentos em meio digital (textos, fotos e vídeos) e impressos extremamente variados. Acrescente-se: uma das funções desempenhadas pelo autor deste trabalho tem sido redigir documentos para o movimento. Sendo assim, os documentos redigidos passam a integrar de imediato o acervo do Projeto Universidades Cidadãs da Universidade Federal de Campina Grande (PUC/UFCG). Desta forma, as fontes de informações utilizadas para a redação deste trabalho se localizam prioritariamente no acervo do PUC/UFCG.

Neste sentido, se justifica ter feito a apresentação, um tanto extensa, do trabalho que realizei (extensão, ensino e pesquisa) na relação direta com o movimento dos atingidos de Acauã e com um conjunto de atores que, por uma razão ou outra, também interagem com a mesma situação.

1.3 Objeto e objetivos

Depreende-se que, no caso em tela, não se trata de uma pesquisa convencional. A natureza do trabalho acadêmico que se realiza tem o objetivo principal de fortalecer o movimento dos atingidos pela Barragem de Acauã e assim contribuir para que se possam alcançar os objetivos que motivaram a sua existência: mitigar os impactos causados à população pela referida represa, construída pelo governo do estado da Paraíba.

Na medida em que se trata de trabalho acadêmico, realizado no âmbito de uma universidade, também se objetiva produzir conhecimento científico sobre este conflito de natureza socioambiental, além de procurar contribuir com a sua ampla divulgação. Esta produção de conhecimento se viabiliza através das conhecidas formas presentes no fazer acadêmico.

Este trabalho específico tem como objetivo recontar o processo de “Estruturação do MAB na Paraíba”.

2. DESENVOLVIMENTO

A população da região de Acauã desejava que a represa fosse feita. Não é nenhuma novidade que na região Nordeste existe problema de baixa precipitação pluviométrica e a população convive com a ocorrência de secas periódicas.

Na primeira fase das obras, a população - desorganizada e inserida em uma realidade onde predominavam as relações típicas do clientelismo político - não atina para o que estava acontecendo. Todos estavam sob controle da



“manipulação política”³, uma vez que se encontravam à mercê do que lhes era apresentado. A tônica predominante era de que se tratava de um benefício, que a barragem traria desenvolvimento. Assim, havia se tornado algo desejado pela população, que esperava a concretização daquilo que não se concretizara quando da primeira tentativa, sob o comando do DNOCS, em um momento anterior. (OLIVEIRA, 2017)

2.1 Características principais desta barragem.

Este sentimento, associado a todas as manipulações feitas pelas lideranças políticas locais e pela publicidade do governo do Estado da Paraíba, ajuda a explicar porque houve tanta demora na percepção dos problemas que a obra estava trazendo para as pessoas que viviam na região atingida.

No próximo domingo, (24/03/2002), o governador José Maranhão inaugura, às 11h00, a barragem de Acauã, que terá capacidade de acumular 253 milhões de metros cúbicos de água. Em todo o sistema (barragem e adutora) estão sendo investidos R\$ 142 milhões. Obra integrante do Plano das Águas, executado pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Minerais, a barragem de Acauã, atinge 46 metros de altura. Sua capacidade máxima é de 250 milhões de metros cúbicos. E irá beneficiar aproximadamente 500 mil habitantes de doze cidades: Campina Grande, Itabaiana, Natuba, Itatuba, Salgado de São Félix, Mogeiro, Juripiranga, Pilar, São Miguel de Itaipu, Ingá, Fagundes e Massaranduba. A barragem de Acauã foi planejada há mais de 50 anos, mas somente agora, no governo José Maranhão, está se tornando uma realidade para normalizar o abastecimento d'água na região. (trecho de matéria jornalística, Portal Saneamento Básico, de 22/03/2002)⁴

2.2 Principais problemas para a população

Não houve consulta à população para verificar seus sentimentos com relação ao empreendimento; também não se deu o envolvimento dos interessados quanto ao encaminhamento das possíveis medidas mitigadoras; a documentação referente à obra não foi tornada disponível para a população; o acesso ao EIA/RIMA só se deu quando o curador do meio ambiente de Campina Grande venceu seus receios e disponibilizou a documentação à qual só tivera acesso ao fazer prevalecer, formalmente, suas prerrogativas legais.

Box 3: Principais problemas causados pela barragem para a população

- Não houve nenhuma audiência pública para apresentação, e discussão, da proposta de construção da barragem;
- O EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente) foram elaborados quando a obra já estava em andamento;
- O EIA/RIMA não foi tornado público. A “assessoria estadual” aos atingidos conseguiu cópia desta documentação através de curador do meio ambiente de Campina Grande. Ele só conseguiu a sua própria cópia

³ A expressão “manipulação política” está incluída como um dos cinco tipos básicos de “tratamento dos conflitos sociambientais por Little (2001).

⁴Disponível em: <https://www.saneamentobasico.com.br/maranhao-expoe-plano-das-aguas-a-populacao/>, , acessado em 24/10/2017, às 16h457.



através de exigência formal, em razão de suas prerrogativas legais;

- Os proprietários de terra, aparentemente, foram indenizados corretamente porque não se tem registro de que tenham reclamado. A única exceção conhecida é de uma senhora, proprietária de uma pequena fazenda na margem do rio Paraíba, em frente a Pedro Velho. Ela chegou a participar de reuniões do movimento e também de uma audiência pública, promovida pelo MPF, na Vila Pedro Velho, em 2004;
- Houve atraso na pagamento das indenizações. Este fato fez com que aumentasse o prejuízo das pessoas indenizadas porque os valores ficaram defasados em razão da inflação;
- Nem todos os bens pertencentes às famílias entraram nos cálculos para a fixação das indenizações a serem pagas;
- Houve acordo com o INTERPA para que as famílias preenchessem um formulário (elaborado por aquele órgão e pela assessoria estadual do movimento) no qual relacionaram os bens não indenizados. Toda esta documentação foi formalmente entregue àquele órgão em setembro de 2002. Até hoje não houve resposta do INTERPA;
- A maioria das pessoas que residiam na área a ser coberta pelo lago sofreram uma remoção forçada para quatro vilas de casas, em pleno meio rural, desprovidas de toda e qualquer infraestrutura. As casas são extremamente precárias e não existe lote de terra para a retomada das atividades agropecuárias;
- Quando o lago encheu em janeiro de 2004, houve grande atropelo para as famílias que se recusavam a serem removidas para as vilas de casas. Eles além de atingidos pela barragem, também se tornaram desabrigados;
- Com o tempo, apareceram problemas de violência, tráfego de drogas e muitos assassinatos, fatos inexistentes nas comunidades originárias.

Fonte: memória pessoal, decorrente da participação direta dos fatos, e acervo do

PUC/UFPG

O relatório da primeira Comissão Especial do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana (CDPPH) daria uma visão abrangente dos problemas causados pela obra do governo do estado da Paraíba. Apresenta-se, no box 4, uma parte dos problemas.

Box 4: Trechos importante do Relatório da Comissão Especial do CDDPH

Antes da construção da Barragem, as populações das comunidades atingidas viviam em áreas rurais, possuindo modo de vida compatível com o local de moradia e trabalho. Ou seja, em que pese a condição humilde que, em sua maioria, levavam, os moradores possuíam uma vida digna, com habitações adequadas aos números de membros de cada família, acesso à água (açudes ou cisternas), "esgoto" próprio (uma fossa para cada propriedade), alimentação adequada, garantida pelo trabalho que desempenhavam nas pequenas lavouras e pequenas criações, lazer, vida religiosa e social, escolas e postos de saúde, etc, além da possibilidade de negociar a produção nas comunidades vizinhas.

A construção da Barragem e o conseqüente assentamento dos atingidos trouxeram grandes e sérias mudanças no modo de vida destes.

Ao contrário do recomendado, os moradores foram assentados em locais chamados "agrovilas", que de "agro" não têm nada. Na verdade, são apenas um conjunto de pequenas casas construídas em terrenos exíguos, que não permitem sequer o cultivo de uma horta doméstica.

Não foram garantidos aos assentados os meios de vida que possuíam antes de serem desalojados de suas propriedades. Os atingidos foram obrigados a mudar seu modo de vida: saíram de uma vida tradicionalmente rural para um meio "urbano" (sem que tenha a estrutura de uma aglomeração urbana). Não há terras agricultáveis, nem terrenos que permitam a criação de animais. As famílias nada produzem. Não há alternativas de trabalho para esses cidadãos de pouca instrução, totalmente adaptados à vida no campo.

A situação é bem grave, especialmente se considerarmos que são famílias que possuíam uma vida digna, tendo perdido essa condição pela construção da barragem. Atualmente falta água e comida. Para a maioria desses assentados, se não fosse as cestas básicas que lhes são distribuídas, já teriam morrido de fome.

A degradação social e econômica elevou o número de casos de alcoolismo, além de aumentar os episódios de violência. As crianças não estudam, ou estudam sob péssimas condições. A médica que atende a comunidade de Pedro Velho (três vezes por semana e apenas desde 2005) informou que há muitos casos de diabetes e hipertensão mesmo entre os jovens. O esgoto corre a céu aberto. Muitos moradores não têm registro civil. Nenhum assentado possui documentação relativa à propriedade do imóvel que receberam e em que residem. As comunidades são praticamente inacessíveis (como "Costa") ou têm acesso muito difícil. Nenhuma é servida por transporte público regular. Nenhuma possui ambulância. Apenas alguns moradores são beneficiados por programas sociais do governo federal. As comunidades não recebem informações acerca desses programas, não sabendo como pleiteá-los. Muitos não têm acesso aos mesmos por não possuírem documentos de



identidade.

As comunidades reivindicam a revisão das indenizações pagas, bem como seja providenciadas condições que lhes garantam o modo de vida que possuíam anteriormente, respeitando-se, principalmente, o fato de serem comunidades rurais.

Fonte: Relatório do Comissão Especial Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), maio de 2007.

Em relação à pior situação, o relatório pondera:

*“Ademais, especificamente no tocante à comunidade de **Costa**, talvez a única alternativa capaz de amenizar a gravidade da situação seja a realização de um novo assentamento dos moradores, em local mais acessível e menos esquecido”.* (Op. cit, p. 9)

Até o momento, nada foi feito!

Em síntese, a realização da obra e todas as medidas concernentes à população jamais consideraram que os atingidos faziam jus a um tratamento que respeitasse seus direitos humanos e os fizesse atores efetivos do processo de reconstrução de suas condições de vida e trabalho. Cabia a quem estava no comando da administração estadual também planejar, e executar, as medidas mitigadoras necessárias para que os prejuízos causados à população fossem minimizados.

Ao invés disso, os responsáveis locais pela execução da obra optaram por reproduzir, no trato com a população, o estilo clientelista que caracteriza a política no Nordeste. Estas práticas se tornam mais evidentes quando se estrutura o movimento dos atingidos, como veremos no decorrer deste texto. Desta forma, na maior parte do período de execução da obra, a população é mantida à margem de todas as decisões e encaminhamentos. Ao longo de todo este período, o esquema político tradicional funciona sem questionamentos.

Como costuma acontecer, as obras começaram e não houve nenhum diálogo com a população. Neste caso, desde o início emerge um personagem que tem muitas funções: trata-se do “engenheiro da obra”, como a população passou a se referir ao engenheiro que coordenava os serviços de construção da barragem. Ele é que se incumbiu de lidar com a população. Qualquer coisa que alguma pessoa quisesse tratar só tinha ele a quem se dirigir.

2.3 A estruturação do MAB na Paraíba



Quando a população começa a se organizar, rapidamente compreende que não adiantava ficar conversando com o engenheiro da obra. E também, se irá percebendo pouco a pouco, que não teriam os políticos locais como defensores de seus reclamos.

Os integrantes da estrutura política local, com destaque para prefeito e vereadores, jamais se apresentaram como porta-vozes na população.

As atitudes que tomei desde o primeiro momento em que me aproximei da situação dos atingidos pela barragem de Acauã se inspiram na experiência que eu havia acumulado nos casos pretéritos.

Na primeira viagem a Pedro Velho, em 17 de fevereiro de 2002, já quis estar acompanhado de pessoas externas à universidade e vinculadas à lutas dos trabalhadores rurais na Paraíba. Para tanto, convidei o presidente do STR de Lagoa Seca, Néelson Anacleto, e o Arnaldo, assessor técnico do mandato de um deputado estadual do partido dos trabalhadores. Naquele gesto, em materializava a compreensão que em situações como aquela da qual eu iria me aproximar a universidade não deve estar isolada. Mas, deve compartilhar suas atividades de extensão e pesquisa, em apoio aos grupos que a demandam, com parceiros da sociedade civil organizada.

O convite que fizemos ao MAB, para que enviasse uma pessoa de sua diretoria para se inteirar do caso Acauã, também se fundamenta na compreensão expressa acima e no êxito das experiências anteriores.

Em trabalho anterior, as relações entre movimento dos atingidos de Acauã, “*assessoria estadual*” e MAB nacional já estavam colocadas.

A partir de um determinado momento, estabelece-se uma divisão de trabalho muito clara: o caráter mais político do movimento dos atingidos de Acauã é assegurado por sua integração ao MAB nacional; a assessoria estadual se incumbe do assessoramento ao cotidiano do movimento. O desenvolvimento desta parceria enfrentará algumas dificuldades motivadas por questões do seguinte tipo: a) o MAB nacional não tem estrutura para dar um acompanhamento mais próximo da luta na Paraíba. A título de exemplo: um dirigente do movimento comparece para contribuir na organização de uma atividade pontual, mas não permanece para acompanhar os desdobramentos daquele ato pontual; b) não se estabelece, de forma nítida, às consequências na luta local das frequentes viagens de representantes locais a encontros em Brasília; c) quando do rompimento da barragem de Câmara (que teve repercussão na mídia nacional), mais uma vez aconteceu a visita pontual de um dirigente nacional, mas o MAB não teve estrutura para dar o acompanhamento que a situação requeria. A consequência: toda a organização da população atingida se deu sem interferência do MAB; d) as lideranças locais do MAB não conseguem se desvencilhar da teia de relações políticas locais que se desenvolvem com base em atrasado estilo clientelista; e) **surge uma questão de difícil equacionamento para a**



assessoria local: o que fazer diante do insuficiente acompanhamento político do MAB? Embora haja um progresso remarcável das lideranças locais, ainda não se constata a capacidade de avaliação e formulação independente a ponto de prescindir do acompanhamento na discussão política. (OLIVEIRA, F. G., FERNANDES, M. N., BARROS JÚNIOR, G., SOUSA, A. M., 2005, p. 3 e 4)

O movimento precisava se mover em duas frentes principais: no plano interno, manter e ampliar os níveis de mobilização e organização; na frente externa, conseguir sensibilizar os poderes públicos para que passe a se empenhar na obtenção do equacionamento dos problemas daquela população. A possibilidade de êxito na ação externa depende diretamente do sucesso na esfera interna: somente a partir do momento em que a população reunir forças para rejeitar as “soluções”, contidas nas ofertas governamentais, é que se ampliarão as possibilidades de conquistas verdadeiras.

Eram muito grandes os desafios com os quais se defrontava o movimento dos atingidos pela barragem de Acauã naquela época. Um deles é dado pela necessidade dos adultos procurarem trabalho em outros lugares, utilizando uma estratégia de sobrevivência na qual a migração se coloca como alternativa.

Box 3 : Fatos marcantes de 2002, primeiro ano de existência do movimento

- Início da resistência com núcleo principal em Pedro Velho;
- Reuniões semanais em Pedro Velho (aos domingos) e no campus de Campina Grande da UFPB, na terça-feira à noite, que se configura como o início das atividades de extensão e pesquisa em apoio à população atingida;
- Primeira divulgação na mídia dos problemas causados pela barragem, em 19 de fevereiro de 2002;
- Publicação do documento “*As Pedras Clamarão*”, por Pe. Rômulo, vigário de Aroeiras, em abril de 2002;
- Viagem de um grupo de pessoas ao município de Araçagi, localizado no Brejo Paraibano, para ver de perto o tratamento dispensado, pelo governo do estado aos atingidos pela barragem de mesmo nome;
- Chegada do MAB e início da mobilização das demais comunidades atingidas, em abril de 2002;
- Realização da primeira manifestação pública na cidade de Campina Grande, em 25 de maio de 2002;
- Audiência com o governador Roberto Paulino, em 28 de maio de 2002.
- Comissão de técnicos do INCRA promove reuniões nas comunidades atingidas (vila Pedro Velho, Cajá original e Melancia original), nos dias 20 e 21 de junho de 2002, para apresentação do Banco da Terra⁵, denominação da chamada “*reforma agrária de mercado*”, do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso;
- Diversas viagens a João Pessoa, para participação de reuniões de negociação no INTERPA;
- Início do pagamento das indenizações;
- Preenchimento do formulário – preparado pela assessoria do movimento juntamente com técnicos do INTERPA – para especificação e quantificação dos bens indenizáveis pertencentes às famílias(**). O trabalho de campo foi organizado pela diretoria da AABA;
- Entrega ao INTERPA, em 29 de setembro de 2002, da documentação contendo os formulários preenchidos pelas famílias para atualização do valor das indenizações;
- Realização da primeira oficina dos atingidos de Acauã, em Pedro Velho, nos dias 21 e 22 de dezembro de 2002;

Fonte: memória pessoal, decorrente da participação direta dos acontecimentos,

⁵ Toda a relação com o INCRA na Paraíba, naquele período, se deu a partir das iniciativas do movimento dos atingidos de Acauã, com participação direta de sua “assessoria estadual”, notadamente do grupo da UFCG e da CPT. Teria sido muito mais forte se o próprio governo do estado tivesse se feito presente porque se poderia ter articulado uma ação conjunta envolvendo as duas esferas governamentais. Sempre que solicitado, o INCRA deu alguma resposta positiva. Descartada a possibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária, restava o Banco da Terra, naquele momento. Após a apresentação feita na Vila Pedro Velho, ficou claro – até mesmo para o técnicos do INCRA – que aquela proposta de “*reforma agrária de mercado*” não era adequada para a situação dos atingidos de Acauã.



e acervo do Projeto Universidades Cidadãs (PUC/UFCG)

Box 4: Fatos marcantes de 2003, segundo ano de existência do movimento

- Encontro nacional do MAB, na sede da CONTAG, em Brasília, de 27 a 29 de janeiro de 2003. Participaram lideranças de Acauã e o autor deste trabalho;
- A ministra do meio ambiente Marina Silva, recebeu na mesma audiência uma delegação de atingidos do estado de Goiás e um grupo representativos dos atingidos pela barragem de Acauã. A delegação de Goiás incluía uma professora de geografia da UFGO; o autor deste trabalho também participou da referida audiência;
- Audiência pública promovida pelo MPF na cidade de Natuba. O objetivo era discutir a situação da infância no município, que na época detinha o pior IDH do estado da Paraíba. Mas, além de um agente de saúde do município, as outras duas pessoas que fizeram uso da palavra foram dois representantes do movimento dos atingidos pela barragem de Acauã. Importância: a) Primeira manifestação dos líderes de Acauã em uma audiência pública; b) O procurador DuciranFarena teve o primeiro contato com o movimento e obteve informações diretamente das lideranças; c) Também foi o primeiro contato do movimento, e meu, com o MPF; d) Após a audiência, todos foram ao COSTA. O que provocou uma “*correria*” do lado do prefeito do município. Como aquela visita não estava agendada, ele foi pego de surpresa. Lembro bem que quando a comitiva chegou no Costa (ou logo depois) um carro pipa estava despejando água em uma caixa d’água grande que tinha na época. E os moradores nos dizendo: “Normalmente não é assim. Sempre falta água. Eles só mandaram este carro pipa por causa da visita de vocês. RESULTADO: **naquele dia – completamente fora da agenda, o procurador DUCIRAN conheceu a comunidade em pior situação. Houve visitas às casa e tudo.** e) A partir dali se estabeleceu o contato com aquele procurador, que era o responsável pela da PRDC;
- Gestões junto ao Ministério Público Federal na Paraíba para que o referido órgão (através da PRDC – Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão) se colocasse em defesa dos direitos da população atingida. Estas iniciativas tiveram consequências práticas importantes, entre as quais cabe citar: i) Elaboração de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) – para o qual a assessoria, juntamente com as lideranças – deram contribuições, que foi proposto ao governador do estado da Paraíba; ii) Realização de importante audiência pública, pela PRDC, na vila Pedro Velho, em 18 de novembro de 2004; iii) Criação de um processo na PRDC para acompanhar todos os fatos atinentes aos atingidos pela barragem de Acauã; iv) Ajuizamento de ações contra o governo do estado ante a sua persistência em não tomar as medidas necessárias para mitigar os problemas causados à população pela barragem; v) Ajuizamento de ação contra a união.
- Manifestação em João Pessoa, em 14 de março de 2003, dia mundial da água;
- Audiência com o governador Cássio Cunha Lima, em seu gabinete, no palácio da Redenção, em João Pessoa;
- Viagem do governador Cássio Cunha Lima a Pedro Velho original, em 19 de março de 2003;
- Funcionamento de uma comissão incumbida de formular um *plano de desenvolvimento* para Acauã, no primeiro semestre de 2003. Esta comissão era integrada por representantes do governo do estado, por lideranças do movimento de Acauã e por assessores. As reuniões aconteciam nas dependências da UFCG, em Campina Grande. Funcionou até o momento em que ficou claro para as lideranças, e para os assessores, que as referidas reuniões tinham caráter meramente protelatório. Posteriormente, o procurador do governo do estado da Paraíba afirmou textualmente (em resposta a questionamentos formais do procurador DuciranFarena): “o *governo da Paraíba não fez nada pela população atingida porque o professor Fenando Garcia de Oliveira não elaborou o plano de desenvolvimento previsto*” (escrito de memória);
- Rodada de reuniões em todas as comunidades para preparação da oficina do CENTRAC;
- Realização da segunda oficina dos atingidos de Acauã, na sede do CENTRAC, em Campina Grande, nos dias 20 e 21 de junho de 2003;
- Rodada de reuniões nas comunidades para devolução das conclusões da oficina do CENTRAC e colocação em prática dos encaminhamentos;
- Presença de uma assistente social contratada, com apoio financeiro do CIRAD (órgão do governo francês), para auxiliar as lideranças do movimento no trabalho educativo e na mobilização das pessoas, durante o segundo semestre de 2003;
- Realização da “*oficina dos pescadores*”, no centro de treinamento do Tambor, em Campina Grande, em 11 e 12 de dezembro de 2003;
- A TV Paraíba, afiliada da rede Globo, produz boa reportagem sobre a “*oficina dos pescadores*”;
- INCRA realiza vistoria em três imóveis passíveis de desapropriação. Mas, constata que todos eram produtivos não sendo possível desapropriá-los para fins de reforma agrária;
- Realização de uma audiência pública – promovida pelo MPF – em Pedro Velho Vila.

Fonte: memória pessoal, decorrente da participação direta dos acontecimentos, e acervo do Projeto Universidades Cidadãs (PUC/UFCG)



3. A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Um dos aspectos mais duros nesta experiência: a sensação de derrota, de objetivos não atingidos. Está no prelo a décima edição do jornal CORISCO⁶, que traz um título que sintetiza o descaso do governo da Paraíba com a população atingida pela Barragem de Acauã. O título é o seguinte: *“Em Acauã, até agora só os mortos foram atendidos”*⁷.

Mas, também existem muitos aspectos positivos e nesta jornada de mais de uma década e meia. Certamente, um dos primeiros destaques é a capacidade que demonstrou a população organizada. Ao longo do texto, estão mencionados alguns exemplos da capacidade de realização da população.

Fazer face a situações como a do exemplo apresentado se constituiu em instrutivo aprendizado. Em momento posterior, pude constatar em diálogo com uma das principais lideranças do movimento dos atingidos pela Barragem de Acauã, quando resumir a evolução pela qual passou com as seguintes palavras: *“Antes a gente achava que para falar com um secretário, com um governador, tinha que primeiro falar com um vereador. Hoje, nós sabemos que é mais fácil nós irmos diretamente, sem ter que passar por nenhum político local”* (Abel Ferreira).

A principal liderança dos primeiros anos do movimento dos atingidos pela Barragem de Acauã externa uma opinião com base na experiência prática do exercício de destacada atuação em um movimento social e que angariou muito respeito e simpatia. De fato, o acesso que as lideranças do MAB ostentam às mais diversas autoridades – tanto na Paraíba quanto em Brasília – é bem superior a de qualquer um dos vereadores dos três municípios onde se localiza a área da represa Acauã. É superior até mesmo o que conseguem os prefeitos da região como pude constatar por ocasião de uma plenária do “Orçamento Participativo”⁸, que se realizou em Campina Grande, no primeiro mandato do governador Ricardo Coutinho, com sua presença.

Ter acesso não quer dizer ter força para tornar realidade as reivindicações estruturantes do movimento dos atingidos pela Barragem de Acauã. E esta questão é muito

⁶O coletivo Cotonetes edita o jornal Corisco. Disponível em: <http://coletivocotonetes.blogspot.com.br/>, acessado em 17/10/10 às 17h42.

⁷Este título vem a propósito do fato de que, em 2015, finalmente um clamor do movimento dos atingidos – constante de sua primeira pauta de reivindicação de omissão de 2002 – finalmente foi atendido (graças ao reforço de decisiva pressão do MPF sobre os prefeitos de Aroeiras e Itatuba): a remoção dos restos mortais de seus antepassados que permaneciam nos cemitérios submersos pelo lago Acauã.

⁸Havia uma ordem de inscrição. E nem todas poderiam falar. Eu presenciei o prefeito de Aroeiras pedir para o Osvaldo – ele já se tornara a referência do MAB na Paraíba, após a saída de Abel, principal liderança anteriormente – apresentar o pleito da construção da nova adutora para a cidade de Aroeiras. Simplesmente, porque o prefeito talvez não conseguisse se inscrever para falar e porque a fala da liderança do MAB teria mais força! A referida adutora já foi inaugurada. O prefeito já nem era mais o mesmo...



incômoda. Por que todo o prestígio do MAB na Paraíba – associado ao permanente apoio de sua “*assessoria estadual*”, além da incisiva interferência do Ministério Público Federal na Paraíba – não foi, até agora, suficiente para fazer com que o governo do Estado da Paraíba dê prioridade ao equacionamento dos problemas da população atingida pela Barragem de Acauã?

REFERÊNCIAS

CNDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Relatório das atividades de visita ao estado da Paraíba e aos assentamentos decorrentes da implementação da barragem de Acauã. Brasília, 07 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/relatorios/relatorio-c.e-atingidos-por-barragens>, acessado em 18 de julho de 2017.

LITTLE, Paul. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política.** BURSZTIN, Marcel (Org.) A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Coleção Terra Mater. Rio de Janeiro, Garamond Universitária, 2001 (p.107 - 122).

OLIVEIRA, F. **Uma experiência de assessoria a atingidos por barragens.** VI Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural (ALASRU), Porto Alegre, 25 a 29 de novembro de 2002, UFRGS.

OLIVEIRA, F. G., FERNANDES, M. N., BARROS JÚNIOR, G., SOUSA, A. M. **Luta pela reconquista da cidadania em Acauã, na Paraíba.** I Primeiro Encontro Ciências Sociais e Barragens (I ECBS). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 08 a 10 de junho de 2005.

OLIVEIRA, F.G; SILVA, O.B. **Assessoria da UFCG aos atingidos de Acauã, na Paraíba.** III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens. Belém: UFPA, 30 de novembro a 03 de dezembro de 2010.

OLIVEIRA, F. **Barragem de Acauã: após 13 anos, governo ainda não concluiu o pagamento das indenizações às famílias atingidas.** Sítio do MPF na Paraíba: 17 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.prpb.mpf.mp.br/news/barragem-de-acaua-apos-13-anos-governo-ainda-nao-concluiu-pagamento-de-indenizacoes-as-familias-atingidas-1>, acessado em 20 de julho de 2017.

VEIGA, J. E. A **Relação Rural/Urbano no Desenvolvimento Regional.** CADERNOS DO CEAM Vol. 17, Fevereiro 2005, pp. 9-22. (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, UnB). Disponível em : http://www.nomads.usp.br/documentos/textos/modos_vida/14_veiga/elidaveiga_relacao_ruralurbano.htm, acessado em: 25/10/2017, às 10h59.



Trabalhos completos

GT 02B

II Seminário Internacional América Latina:
Políticas e conflitos contemporâneos

II SIALAT



**GT 02 B – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES SOBRE A
ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA • Sala 17 - NAEA**

Dia 27 de novembro de 2017 / segunda-feira

1ª SESSÃO: INTERCULTURALIDADE, ANTIRRACISMO E PRÁTICAS DECOLONIAIS EM BELÉM E REDONDEZAS (PARÁ)

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Rodrigo Peixoto (UFPA) e Assunção Amaral (UFPA).

Comunicação Oral

1. QUILOMBOLAS ABACATAENSES NA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM E COLONIALIDADES
Maria do Socorro Rayol Amoras (UFPA)
2. CARTEIRA SOCIAL LGBT: PARA ALÉM DO SUJEITO POLÍTICO, DA AÇÃO COLETIVA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
Elson Luiz Brito da Silva (UFPA)
3. SEGREGAÇÃO SOCIAL E RACIAL NOS PROJETOS DE SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DA ESTRADA NOVA E UNA EM BELÉM DO PARÁ
Edivania Santos Alves (Profª. de História/SEDUC-PA) e André Luiz Santos Alves (UFPA)
4. POR UM GIRO DECOLONIAL NO ACESSO/PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS AO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO DO BAIXO TAPAJÓS
Terezinha do Socorro Lira Pereira (UFOPA) e Marcos Vinícius da Costa Lima (UFF)
5. A CIDADE INFORMAL: A DESCRIÇÃO DE UMA REALIDADE PERIFÉRICA DE BELÉM DO PARÁ
Thaís de Almeida Costa (PPGSA/UFPA)
6. A TRAVESSIA: A SAGA DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO
Zélia Amador de Deus (ICA/UFPA)

Pôster:

1. TERREIROS E AFOXÉS – TERRITÓRIOS DE NEGRITUDE NA LUTA CONTRA A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E PELA AFIRMAÇÃO DA NEGRITUDE EM TERRAS AMAZÔNICAS
Edson Silva Barbosa (AFAIA/CEDENPA) e Marilu Márcia Campelo (GEAM/IFCH/UFPA)
2. RACISMO E INTOLERÂNCIA - O GENOCÍDIO DE LIDERANÇAS AFRO RELIGIOSAS EM BELÉM DO PARÁ
Denise Cristina Salomão Corrêa (UFPA) e Lorena Cruz Esteves (CAMPOA/UFPA)



**GT 02 B – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES SOBRE A
ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA • Sala 17 - NAEA**

**3. INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM RECORTE PARA O PROMABEN
EM BELÉM-PA**

Alyne Lima da Silva (UFPA), Roselene de Souza Portela (PPGSS/FASS/ICSA/UFPA) e Ethiene da Purificação dos Anjos Santos (UFPA)

**2ª SESSÃO: INTERCULTURALIDADE, ANTIRRACISMO E PRÁTICAS DECOLONIAIS EM BELÉM E
REDONDEZAS (PARÁ)**

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Rodrigo Peixoto (UFPA) e Assunção Amaral (UFPA).

Comunicação Oral:

1. RESISTÊNCIA AFRODESCENDENTE NUMA CAPITAL DA BELLE ÉPOQUE AMAZÔNICA
Josiclei de Souza Santos (UNIFESSPA)

2. BELÉM: A CIDADE SEGREGADA REVELA SUAS COLONIALIDADES.
Jakson Silva da Silva (PPGSA/UFPA)

**3. NOMEAR O RACISMO É REVELAR: REFLEXÕES SOBRE A AUTOAFIRMAÇÃO INDÍGENA NA
AMAZÔNIA**
Kércia Priscilla Figueiredo Peixoto (PPGSA/UFPA)

**4. RACISMO E RELAÇÕES RACIAIS EM BELÉM: NEGROS “DESPREZADOS” EM CONFLITOS
URBANOS**
Domingos Conceição (PPGSS-UFPA)

**5. IDENTIDADE NEGRA E ESCOLA: O DESAFIO DA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS PARA
UMA PRÁTICA MENOS EXCLUDENTES**
Thaís Pimenta Pimentel (SEMED/Salvaterra) e Jesus de Nazaré de Lima da Costa (UFPA)

**6. AÇÕES AFIRMATIVAS E AS ABORDAGENS ÉTNICO-RACIAIS NAS PROVAS DO ENEM E ENADE
(2008-2015): INTERDISCIPLINARIDADE E ENSINO DE HISTÓRI**
Siméia de Nazaré Lopes (UFPA)

**7. A DIÁSPORA DE POPULAÇÕES AFRICANAS PARA AMAZÔNIA NOS SÉCULOS XVII E XVIII: UM
OLHAR HISTORIOGRÁFICO SOBRE AS MOTIVAÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO PORTUGUÊS**
Daniel Palheta (PPEB/UFPA), Alberto Damasceno (PPEB/UFPA) e Emina Santos (NAEA/UFPA)



**GT 02 B – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES SOBRE A
ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA • Sala 17 - NAEA**

Pôster:

1. COOPERAÇÃO BRASIL - ÁFRICA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O GOVERNO FHC (1995-2002) E LULA (2003-2010)

Josefina José Da Silva (PPGCP/UFPA) e Eir Veiga Siqueira (UFRJ)

Dia 28 de novembro de 2017 / terça-feira

1ª SESSÃO: MOVIMENTO SOCIAL, LUTAS, TERRITÓRIO E DIREITOS

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Assunção Amaral (UFPA) e Flávio Gomes (UFRJ).

Comunicação Oral:

1. ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA URBANA: PERSPECTIVA COMPARADA DE EXPERIÊNCIAS MUNICIPAIS NO BRASIL

Roberta Menezes Rodrigues (UFPA) e Leonardo Gabriel Braga Arruda (UFPA)

2. LUTAS SOCIAIS E A CIDADE: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA EM BELÉM/PA

Eliza Maria de Almeida Vasconcelos (UFPA) e Taynáh de Nazaré Argolo Marinho (UFPA)

3. OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS SOB O OLHAR CRÍTICO DO DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO

Caroline Figueiredo Lima (GPDIDH/LAJUPA)

4. ACESSO À JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA: TERRITÓRIO INDÍGENA TRADICIONALMENTE OCUPADO AMEAÇADO POR GRANDES PROJETOS NO PARÁ

Stephanie Vieira Brito (UNAMA)

5. TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E DINÂMICA TERRITORIAL NO ESPAÇO AGRÁRIO DA AMAZÔNIA PARAENSE

Carla Joelma de Oliveira Lopes (SEDUC/PA), Carlos Alberto de Souza Mascarenhas (PPGEO/UFPA) e Mayre Dione Mendes da Silva Mascarenhas (SEMED/PA)

6. LUTAS SOCIAIS NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 EM SÃO LUÍS – MA

Andressa Brito Vieira (SEDIHPOP)



**GT 02 B – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES SOBRE A
ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA • Sala 17 - NAEA**

Pôster:

1. O MOVIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO, ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL NO INTERIOR DOS MOVIMENTOS
Lidiane Maria Siqueira David (UFPA) e Suany Leal Monteiro (UFPA)
2. CONTRADIÇÕES NO ESPAÇO URBANO: A “ÁREA DA LIBERDADE” E A LUTA POR MORADIA
Raynice Souza dos Santos (UFPA), Rayner Souza dos Santos (UFPA) e Uriel Melquisedeq Lopes (UFPA)

2ª SESSÃO: MOVIMENTO, RE-CONHECIMENTO, CULTURA E AFIRMAÇÃO

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Assunção Amaral (UFPA) e Flávio Gomes (UFRJ).

Comunicação Oral

1. EDUCAÇÃO PARA A TERRITORIALIDADE: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ
Giovana dos Anjos Ferreira (SEDUC/PA) e Tony Welliton da Silva Vilhena (COPIR/SEDUC)
2. DILEMAS DO AUTORRECONHECIMENTO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA
Raquel Araújo Amaral (UFOPA)
3. ETNOCONHECIMENTOS: SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS QUE ENVOLVEM A PESCA ARTESANAL NO QUILOMBO DE BAIRRO ALTO NA ILHA DO MARAJÓ/PA
Margarete Cleia dos Santos Leal (UFPA) e Alaise Cristina Gonçalves dos Santos (UFPA)
4. ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO OESTE DO PARÁ FRENTE AOS GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Fabrício Borges Santa Brígida (UNAMA), Larissa Carreira (NAEA/UFPA), Jader Ribeiro Gama (NAEA/UFPA) e Nelson Duarte Faro Júnior (NAEA/UFPA)
5. ÍNDIOS DE ALTAMIRA E HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: CONFLITOS TERRITORIAIS E NOVAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS EXCLUDENTES
Marcia Pires Saraiva (UFPA)
6. CORPO E RESISTÊNCIA: AUTO RECONHECIMENTO DE MATRIZES CULTURAIS ATRAVÉS DE MODOS POÉTICOS E OPERANDES NO ATIVISMO ETNOCENOLÓGICO INDÍGENA NA AMAZÔNIA
Rafael Cabral (PPGArtes/UFPA), Edmir Amanajas (UALG)



**GT 02 B – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES SOBRE A
ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA • Sala 17 - NAEA**

Pôster

1. EMPODERAMENTO INDIGENA: A LUTA PELA VIDA E PELO NÃO APAGAMENTO HISTÓRICO
Danilo Caetano Mendes (UNIFAP)
2. A AÇÃO DE COLETIVOS URBANOS REDEFININDO ESPAÇOS PÚBLICOS NA PERIFERIA DA
CIDADE DE SÃO PAULO: O CASO DO COLETIVO CICAS
Jefferson David Gomes Arruda (LACCE – USJT) e Maria Carolina Maziviero (USJT)

Dia 29 de novembro de 2017 / quarta-feira

**1ª SESSÃO: LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS URBANAS, RURAIS, ÉTNICAS E RESISTÊNCIA NA
DEFESA DE DIREITOS**

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenadores: Assunção Amaral (UFPA) e Flávio Gomes (UFRJ).

Comunicação Oral

1. PROTOCOLOS COMUNITÁRIOS DE CONSULTA E PLURALISMO JURÍDICO: A SAÍDA JURÍDICA
APONTADA PELOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.
Ramon da Silva Santos (Damásio Educacional), Evanderson Camilo Noronha (UFOPA) e Sandra Lorrany
Pereira Carvalho (UNAMA)
2. RELIGIÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ABAETETUBA-
PA: AVANÇOS E/OU RETROCESSOS DAS LUTAS SOCIAIS EM ESPAÇOS MARCADOS PELO
SAGRADO?
Deusa Maria de Sousa (UFPA), Lucielma Lobato Silva (SEDUC/PA) e Alexandre Correa da Silva (UFPA)
3. RESISTÊNCIA, RITUAIS E MOVIMENTOS: NOTAS DE CAMPO SOBRE A MOBILIZAÇÃO
POLÍTICA DE POVOS DE TERREIRO EM SÃO LUÍS, MARANHÃO, BRASIL
Christiane de Fátima Silva Mota (IFMA)
4. A RESISTÊNCIA DOS QUILOMBOS NO MARAJÓ: A MOROSIDADE DO PROCESSO DE
TITULAÇÃO COMO AMEAÇA AO DIREITO TERRITORIAL DA VILA DE CALDEIRÃO
Thalyta Brandão de Campos (UNAMA) e Felipe da Silva Dias (UNAMA)
5. O NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AGRÁRIA E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA
POPULAÇÃO RURAL FRENTE AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DO AMAPÁ
José Roberto Afonso Pantoja (UNIFAP)



**GT 02 B – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES SOBRE A
ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA • Sala 17 - NAEA**

6. ESPAÇO PÚBLICO E MOVIMENTOS SOCIAIS: O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO HIP HOP
NA PRAÇA FLORIANO PEIXOTO – BELÉM
Eryck de Jesus Furtado Batalha (NAEA/UFPA)

Pôster

1. CONFLITO TERRITORIAL ENTRE OLEIROS E O PROJETO LAGOAS DO NORTE
Deanny Stacy Sousa Lemos (UFPI)

2. ASSOCIATIVISMO DE TERREIRO: A LIGA CRISTÃ UMBANDISTA E A LUTA CONTRA A
INTOLERÂNCIA RELIGIOSA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES
Luiz Gustavo Alves (UFF)

2ª SESSÃO: MOVIMENTO SOCIAL, ATORES, ORGANIZAÇÃO, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Assunção Amaral (UFPA) e Flávio Gomes (UFRJ)

Comunicação Oral

1. JUVENTUDE E COMUNIDADES POPULARES: UM OLHAR SOBRE OS JOVENS DA ESCOLA CELSO
MALCHER/TERRA FIRME-PA
Jesus de Nazaré de Lima da Costa (ICED/UFPA), Maria José Aviz do Rosário (ICED/UFPA) e Thaís Pimenta
Pimentel (SEMEC/Salvaterra)

2. FUKULULA MUTOMO: AS INTERFACES ENTRE A IDENTIDADE RELIGIOSA AFRO-BRASILEIRA
E OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE AFIRMAÇÃO POLÍTICO-IDENTITÁRIA.
Gisele Nascimento Barroso (SEDUC/PA)

3. MEMÓRIA E POÉTICAS DE RESISTÊNCIA NEGRA AFRONTANDO E COMUNICANDO
TERRITÓRIOS DE SAÚDE
Tata Kinamboji/Arthur Leandro (ICA/UFPA) e WevertonRuan Vieira Rodrigues (UFPA)

4. JUVENTUDE ATINGIDA PELA MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA: ARTICULAÇÕES DA *REDE
JUSTIÇA NOS TRILHOS*
Larissa Pereira Santos (PPGCOM/UFPA) e Célia Regina Trindade Chagas Amorim
(PPGCOM/FACOM/UFPA)

5. SISTEMAS DE PARTIDOS DOMINANTES NA ÁFRICA (1990 a 2009): UM ESTUDO COMPARADO
DA ÁFRICA DO SUL, ANGOLA E ZIMBABWÉ
Justo Nauva (PPGCP/UFPA) e Dolores da Silva (PPGCP/UFPA)



**GT 02 B – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES SOBRE A
ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA • Sala 17 - NAEA**

6. ESTADO E LÍDERES DE OPINIÃO: RELAÇÃO CONFLITUOSA OU COMPELEMNTARIDADE
POLÍTICA? ALGUMAS DINÂMICAS NA AFRICA PORTUGUÊSA: CASO DE MOÇAMBIQUE

Fidel Terenciano (UFSCar) e Zito Pedro (UFPA)

Pôster

1. VIOLENCIA DOMÉSTICA - VISÃO DA MULHER DE RELIGIÃO AFROBRASILEIRA NO ESTADO
DE RORAIMA

Sandra Maria Rabelo Huzek (UFRR)

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO PROCESSO
DE CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA USINA DE BELO MONTE À LUZ DO PENSAMENTO DE
ANDREW LINKLATER

Thaise Roberta Colares Leal (UNAMA) e Mário Tito Barros Almeida (UnB – UFPA)



GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio territoriais: Olhares sobre a África e a América Latina.

Carteira Social LGBT: Para além do sujeito político, da ação coletiva e dos movimentos sociais

Elson Luiz Brito da Silva¹

Resumo

A construção da cidadania homossexual é o grande desafio do movimento LGBT, no Brasil e no mundo. Pensar sobre a maneira como grupos sociais se organizam em um espaço territorial é o primeiro passo para compreender a constituição da morfologia dos movimentos Sociais. A política de segurança pública de atendimento à comunidade LGBT no estado do Pará, por meio do Comitê Gestor, proporcionou um debate intenso entre os atores sociais LGBT e os agentes públicos, principalmente na obtenção da Carteira Social para Travestis e Transexuais na Região Metropolitana de Belém-Pará. A carteira de registro social tornou-se um instrumento de inclusão fundamental em espaços públicos, antes negados à comunidade LGBT, em especial aos travestis e transexuais do estado. As conquistas advindas da mobilização desses atores sociais desencadearam um processo de organização que possibilitou um debate mais amplo com setores do poder público e da sociedade em geral para a construção de direitos sociais LGBT em todo o estado do Pará.

Palavras Chave: Cidadania homossexual; Política pública; Carteira social.

1 - INTRODUÇÃO

A relação existente entre o ser social (Indivíduo) e a Sociedade, constitui-se em um dos grandes focos de estudo da sociologia moderna. Este indivíduo em cotidiana e permanente transformação sociocultural, apresenta uma nova compreensão das emergentes relações sociais estabelecidas pelo modelo pós-industrial nos dias de hoje. Percebe-se que, tanto as instituições sociais quanto as instituições políticas exercem menor influência em sua formação. Para Touraine (2006), há uma necessidade de se voltar à análise, não tão somente às instituições sociais, e sim estender aos próprios atores (indivíduos), numa dinamicidade constante, em virtude da sua amplitude social. Este artigo tem como objetivo analisar a mobilização dos Atores Sociais LGBT, junto às esferas públicas e privadas diversas e os avanços significativos na construção da cidadania homossexual, por meio de políticas públicas afirmativas em espaços públicos de debates e

¹ ¹Mestre em Segurança Pública pelo Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP), Universidade Federal do Pará/IFCH, Brasil. Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Universidade Federal do Pará/IFCH, Brasil) e Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado do Pará. Email: elsoncap@yahoo.com.br



de garantias de direitos. Para a sociologia da ação local, a gestão de problemas públicos, em um determinado território é, sem dúvida, o grande desafio da atualidade, em que os conflitos sociais oferecessem uma proposta de mobilização dos atores individuais, por meio de ações de caráter coletivo nas arenas políticas de atuação com debates e confrontações. O cenário da violação dos direitos da população LGBT é assustador, o aumento do quadro de violência homofóbica no Brasil, tornou-se um grande desafio dos movimentos sociais e dos agentes públicos, mobilizando atores públicos a atores sociais LGBT na busca de instrumentos e técnicas que viabilizem avanços na garantia de direitos.

As lutas e conquistas LGBT são constantes ao longo da história, sem dúvida, lutar por direitos sociais é lutar por reconhecimento social, e em especial nos lugares sociais, onde esses são desrespeitados. Em várias partes do mundo, os controles sociais e culturais exercidos pelos Estados e por instituições não formais enfraquecem os avanços dessas garantias locais. Neste artigo, será realizada uma breve discussão sobre a conquista da carteira social de registro LGBT, por meio dos movimentos sociais que lutam em defesa da cidadania homossexual nas arenas políticas criadas após intenso debate e acordos com as esferas de poder, utilizando a mobilização e participação ampla do coletivo LGBT na obtenção desse instrumento jurídico tão importante no reconhecimento e visibilidade desses atores sociais.

Os movimentos de redemocratização que ocorreram na América Latina e no Leste Europeu, em especial na década de 80, contribuíram de forma decisiva na construção de novas experiências sociais. Tais movimentos derrubaram governos autoritários, tanto da direita quanto da esquerda, e repercutiram em agendas e problemas comuns existentes dentro da prática democrática. Os debates comuns no que se refere à democracia dão prioridade à construção ou reconstrução de instituições democráticas. A agenda busca principalmente enfrentar a corrupção, aumentar a participação da sociedade no processo decisório sobre políticas públicas que as afetam diretamente, e promover a transparência e a responsabilidade dos governos e gestores públicos. Em muitos países, essa agenda esteve associada à descentralização política e financeira para os governos subnacionais, o que significa que a tarefa de construção de instituições democráticas não se restringe às instituições nacionais.

O uso da carteira social LGBT é, sem dúvida, o grande avanço na relação do Estado e indivíduo LGBT. Sendo que ao Estado coube garantir o direito à identidade de gênero, ao reconhecimento e à visibilidade, mesmo sendo o principal violador dos direitos sociais, por meio de violência velada e simbólica de agressão à identidade homossexual, em especial de travestis e transexuais, ora por não garantir direitos básicos (saúde, educação,



segurança, etc.), ora por não reconhecer a realidade fática entre o indivíduo oficialmente reconhecido pelo Estado e o indivíduo real que é além de um nome em seu registro civil.

Ao nascer e ao morrer o indivíduo é submetido às regras sociais do Estado por meio de registro de nascimento e óbito respectivamente, tais regras estão acima da vontade individual, bem como da identificação de gênero que um indivíduo venha a possuir. Aplica-se aí, o princípio da não escolha por si próprio e sim a imposição do estado. O cotidiano social dos travestis e transexuais que adotam nomes “sociais” e vivem seu dia a dia lançando mão desses nomes – como forma de não negar a própria identidade e personalidade. Dentre as maiores demandas relativas às pessoas travestis e transexuais está o desejo de respeito – social e institucional – a tais características, já que o tratamento nominal adequado no contexto dos órgãos públicos é uma das maneiras de afirmar o pleno exercício da cidadania buscado pela população trans brasileira.

2 - A ESFERA PÚBLICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS LGBT:

A criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (2001), medida adotada pelo governo federal, que objetivava combater a violência e discriminação contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, foi o grande passo na produção da cidadania LGBT e na defesa de práticas institucionais de acesso a direitos até então não conquistados. Os movimentos sociais LGBT, articularam junto ao governo Lula (2003-2010). Reconhecido por eles como de esquerda, uma estratégia de acesso às políticas públicas diversas, por causa disso, o avanço se deu na construção da política pública baseada nos princípios do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania), tendo como base as demandas sociais, por meio de planos, programas e projetos que buscavam superar e/ou minimizar situações de vulnerabilidade nas diversas áreas sociais.

No Brasil a luta por espaço e a busca pela legitimação dos direitos LGBT foi uma constante, e por muitas vezes silenciadas e naturalizadas, mas não significa que não houve resistência ou passividade por parte dos atores sociais envolvidos, diante de um quadro de violação dos direitos humanos de crianças, adolescentes, mulheres, negros, idosos, ainda mais quando se acrescenta nessas minorias a palavra “gay”. Os indivíduos que afrontavam os padrões propostos no século XVIII sofreram grandes opressões: a confiscação de bens, pauperismo, violência física e morte, abandono, discriminação, prisão, encarceramento em hospitais psiquiátricos, medicação forçada e até mesmo a revogação dos direitos já conquistados pela população. O cenário de exclusão, típico de Estados modernos, favorece o distanciamento do indivíduo e instituições. Segundo Simmel, “o espírito empresarial, o



lucro capitalista e o próprio dinheiro destroem as construções, os princípios e os valores da ordem social anterior ao século XIX. Ainda que no quadro mundial, com reflexo nos lugares sociais menores, muito tem sido feito para mudar a lógica da economia globalizada em face das lutas de segmentos sociais em busca de reconhecimento.

A repercussão no estado do Pará deu-se com o surgimento do plano estadual de Segurança Pública de combate à homofobia, como uma política pública que contempla reivindicações do movimento LGBT no Estado. O plano de enfrentamento à homofobia, previa a criação do Comitê Gestor do Plano, que era construído por representantes dos atores sociais LGBT, por meio dos movimentos representativos na região metropolitana, em especial pelo Grupo Homossexual do Pará (GHP) e do Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais (Gretta) que representavam de forma decisiva os movimentos sociais com base na luta pela igualdade de gênero. Ressalto a participação neste processo por ter sido o primeiro coordenador do comitê gestor do plano estadual de combate à homofobia, fato este que instigou tal estudo.

O caráter de luta permanente dos atores sociais LGBT para o reconhecimento da diversidade sexual, em torno do gênero sexual, e da busca da visibilidade, constitui-se nos avanços dos direitos homossexuais. A esfera das políticas públicas, apresenta-se como espaço para garantia de direitos, que segundo Watson (1984), “É uma diversidade de ações promovidas pelo Governo, visando atender às demandas da sociedade”. Para tanto, os atores sociais LGBT se apropriaram desse território de debate e por meio de acordos e intercâmbios, construíram de forma decisiva um modelo de organização política para compor junto ao poder público, e assim encaminhar às demandas desse segmento. Os movimentos sociais LGBT atuaram fortemente no debate da discriminação, com base na orientação de gênero por meios de ações reivindicatórias, públicas e jurídicos. Consoante a isso, a resistência desses atores sociais provocou a criação do Plano Estadual de Segurança Pública de atendimento à Comunidade LGBT, no que se refere à procura e uso da carteira de nome social, para travestis e transexuais, na Região Metropolitana de Belém, criada pelo intenso debate do Comitê Gestor do Plano Estadual, e de acaso ao Decreto de Lei nº 726/2013.

Diversos estudos sociológicos buscam em Michel Foucault instrumentos teóricos para compreensão dos complexos fenômenos sociais contemporâneos. Foucault analisa a sociedade a partir de realidades macrossociais e os seus conceitos articulam processos sociais com a ação e comportamentos dos indivíduos. Tal noção metodológica facilita o trânsito do conhecimento em diferentes áreas do saber acadêmico. O que se ressalta nesse conjunto teórico é o conceito de sujeito de Foucault, que é constituído por dinâmicas de



saber e poder. Por causa disso, critica as teses positivistas, marxista e da fenomenologia que interpretam o sujeito de campos específicos do pensamento.

Retorno ao Foucault com a necessidade do conceito de poder, que para ele não apenas se localiza nas estruturas sociais e jurídicas, mas também no conjunto das relações humanas, percorrendo a vida social do indivíduo. As teorias acima propostas culminam no papel dos atores sociais LGBT e nas suas articulações junto às esferas de poder e seus repertórios de propostas. O poder público local, pressionado por ações pontuais dos movimentos, implementou e efetivou o Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia com a participação efetiva na elaboração, execução e monitoramento do plano, constituindo-se no grande avanço na relação entre o Estado e os movimentos sociais LGBT, por meio do Comitê Gestor, obtendo como resultado de todo o trabalho o surgimento de um serviço de Política Pública, denominado de Carteira de Identidade Social (Registro de Identificação Social para Travestis e Transexuais). O documento social foi aprovado pelo Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP, por meio da Resolução de nº 210/2012/CONSEP, de 11/11/2012, que o instituiu para pessoas travestis e transexuais no Estado do Pará, sendo essa resolução homologada pelo Decreto Governamental de nº 726/2013, de 29/04/13, isso em face de luta, principalmente de segmentos do MLGBT, no caso travestis e transexuais. Os movimentos sociais LGBT defenderam a imediata obtenção da carteira de identidade social, fruto de discussão intensa junto ao Comitê Gestor do Plano. As conquistas efetivadas na região metropolitana de Belém/PA, inevitavelmente atingiram a organização dos movimentos LGBT de forma positiva no debate e na contribuição para a construção/desconstrução de preconceitos no seio da sociedade, instigando a articulação no campo do empírico para o campo científico, além de contribuir para o avanço na garantia efetiva de direitos de igualdade e cidadania. Segundo Touraine (2006), a resistência ao poder de gestão se apoia no sujeito e que os movimentos sociais surgem como forma de contestação às diferentes formas de controle social do Estado. Touraine afirma que o sujeito, para além do campo político, deve falar em nome do homem e dos direitos, identifica-se com a fundação da cidadania, gerando um sonho de sociedade justa e igualitária. Afirma Foucault, que o Estado moderno não sufoca o indivíduo, mas coloca na sociedade micro poderes que impedem ao indivíduo escapar das tramas do poder. Assim, ao mesmo tempo em que dá espaço para a liberdade dos indivíduos, para que estes se pensem como sujeitos livres, donos do seu destino, senhores dos seus atos, a sociedade age com mecanismos estabilizadores e fortalecedores da trama social que não esmagam, mas produzem indivíduos sujeitos e sujeitados, por meio das práticas disciplinares que articulam poder e saber, ambiente político que o movimento LGBT via-se envolvido.



O final do século XX e o início do século XXI no Brasil marcaram diversas transformações políticas, sociais e culturais, que ocasionaram uma ruptura dos modelos de convivência. Destaca-se que o país viveu um período de grande violação dos direitos, por causa da ditadura militar (1964/1985). Os movimentos sociais, muitos na clandestinidade, enfrentaram o regime e construíram o processo de redemocratização do país, esses movimentos, antes mobilizado basicamente em torno das lutas de classe, nos espaços do movimento partidário e sindical, e destituído dos direitos de participação política pelo autoritarismo militar, reorganizou-se dando margem ao surgimento e constituição de outros espaços e sujeitos sociais direcionados a lutas específicas. “Referidos a conflitos que teriam sua origem na “esfera da cultura”, do indivíduo ou das escolhas pessoais, esses movimentos foram tratados separadamente daqueles que permitiam alguma conexão com o conflito de classe” (FACCHINI, 2005). A mudança de postura ocasionou o que chamamos de “Novos Movimentos Sociais”, pois esse reordenamento na organização da sociedade civil em vistas à participação nas decisões políticas do país é observado por alguns estudiosos como consequência da constituição de novas identidades coletivas, constituídas a partir de demandas sociais específicas. Desse modo, os Novos Movimentos Sociais organizam-se em torno de questões diversas, tendo como desafio o enfrentamento aos fatores socioculturais, fontes de desigualdades sociais. Dentre os mais visíveis estão às questões de gênero, étnica, direitos humanos e ambientais. Desde então, dentre esses novos sujeitos sociais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais protagonizaram e protagonizam as lutas comunitárias em defesa do direito à liberdade de orientação sexual. No entanto, apesar da conquista democrática, legitimada pela Constituição Cidadã de 1988, e paralela à participação e mobilização social em torno de ideais democráticas e das lutas por igualdade de direitos, o avanço das políticas neoliberais em meados da década de 1990 e no início do século XXI, na chamada “Era FHC”, aprofundou consideravelmente as desigualdades sociais. Tais desigualdades, oriundas do sistema capitalista neoliberal, e regidas pela primazia do capital em detrimento dos direitos sociais, perpassam as questões de classe, de identidade de gênero e de etnias, produzidas pelo machismo, heterossexismo e racismo, herança de nossa cultura ocidental cristã. “O fato de não operarem com referências diretas ao conflito de classe não significa que movimentos como o movimento homossexual não tenham o potencial de produzir mudanças de ordem cultural e criar novos tipos de hierarquia social”, lembra Facchini (2005). Nesta última década, com a chegada da “esquerda” ao poder, e da migração de um grande contingente de militantes dos movimentos sociais para o governo, ampliou-se o diálogo entre movimento social e Estado no sentido da efetivação de políticas públicas de enfrentamento às desigualdades sociais. No entanto, a dinâmica do



cenário político permanece dependente de acordos externos, de modo que as desigualdades continuam presentes em nosso cotidiano, a reafirmar valores e condutas sociais e sexuais ratificadores de preconceitos e discriminações dirigidas aos sujeitos LGBT.

3 - PARA ALÉM DO SUJEITO POLÍTICO LGBT: O ATOR SOCIAL LGBT AGORA TEM “IDENTIDADE”:

A execução da política pública de segurança pública de atendimento à comunidade LGBT, na Região Metropolitana de Belém, no que se refere à obtenção e uso da carteira de nome social, para travestis e transexuais enquanto política afirmativa é fruto de um debate intenso que envolveu atores sociais LGBT e o Comitê Gestor do plano de combate à homofobia, que avança do campo da individualização para a compreensão de identidade humana como tarefa dos indivíduos, ou seja, direitos e deveres do indivíduo. Para Sartre (2010), os seres humanos não mais nascem em suas identidades, assimilam uma construção social histórica imposta por padrões pré-estabelecidos tentando estar de “acordo” com o que se era pressuposto, porém, com a modernidade isso vai sendo modificado e o que era objetivo torna-se subjetivo e em constante mudança. Diante disso, Bauman (2001) discorre acerca da individualização, dividindo-a em duas vertentes: a primeira “*de jure*”, que responsabiliza o indivíduo por seus atos e as consequências destes sem poder imputar culpa a outro, e o “*de facto*”, que administra o seu destino segundo sua vontade. Conforme as mudanças, nem todos quiseram assumir essa responsabilidade, então o “coletivismo” tornou-se uma solução para aqueles que não conseguem a autoafirmação, e convivem com essa inconstância na qual se encontram e estão presos a modernidade sólida, sentindo-se assim deslocados por causa da mudança do paradigma que anteriormente ditava o que podiam e deveriam ser. Referente a isso é que o próprio autor os denomina de “desacomodados”, que tentavam freneticamente reacomodar-se, porém ainda que houvesse novas formas de lugares para serem preenchidos, a fragilidade era o grande problema a ser combatido, pois quando a “reacomodação” estava prestes a se concretizar tudo mudava, assunto que o filósofo Ulrich Beck (2010) denominava de “*Risikogesellschaft*” (*Sociedade de risco*), ainda que tenha a opção de “coletivização” a individualização acontecerá, ou seja, tanto na modernidade no estágio sólido ou líquido a escolha é uma fatalidade. Com isso cria-se o pensamento de que seria mais fácil voltar ao antigo modelo, pois o peso da liberdade traria ao homem as consequências de suas escolhas. Diante deste cenário, cabe destacar a importância da conquista obtida, e devido às inúmeras atuações dos movimentos LGBT, que buscaram efetivar a conquista da carteira



social LGBT. Para Touraine, o sujeito existe enquanto contestação, ou seja, é o indivíduo que se rebela contra as condições sociais que lhes são impostas. O sujeito é a construção do indivíduo como ator.

Para Touraine, não se pode separar o indivíduo de seu contexto social. Ele aponta uma tendência não mais de sujeição e predestinação, mas de um sujeito que se cria por si mesmo, um sujeito que se constrói na historicidade, ou seja, o indivíduo se torna sujeito contestatório dentro de um contexto social. Nesse sentido, o movimento social é um esforço de um ator coletivo para se apossar dos valores, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário, no qual esse ator está ligado, e que tende a exercer controle sobre os indivíduos. O uso da carteira social possibilita evitar discriminação e preconceito, garantindo o uso direto do nome no documento de identificação pessoal, serviço aceito em órgãos públicos e particulares. Um aspecto negativo ocorre devido à burocracia existente para a retirada do documento, causada principalmente pela obrigatoriedade da apresentação da declaração de identidade social ou declaração de gênero, documento necessário e obrigatório que é emitido pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), ou pelo Grupo Homossexual do Pará (GHP). Apesar da resistência dos atores sociais LGBT, frente à obrigatoriedade da documentação, o Comitê Gestor do plano aprovou sua utilização.

Reportando-se aos avanços já alcançados, principalmente no que diz respeito ao nome social para travestis e transexuais, observou-se a diminuição dos altos índices de abandono e evasão escolar, originários de preconceito e discriminação sofridos por essa população, que necessita de garantias para ter mais acesso aos bancos escolares, com observação das diferenças existentes, para que assim possam alcançar uma melhor escolaridade, e evitar que caiam nas ruas para sobreviverem, geralmente como profissionais da noite (em situação de prostituição), ou até mesmo exercendo profissões que exijam baixa escolaridade. “Quando a pessoa trans não consegue vencer a luta pela sobrevivência dentro da escola, acaba sem ter uma base para a busca do trabalho formal” (REIDEL, 2013.p.4).

A teoria da subcultura, que é a concentração de indivíduos que compartilham estilo de vida especial, permite o desenvolvimento de ações que servem ambientes comunitários com significativos efeitos em sua organização e construção de direitos. Para Fischer, (1984) a subcultura fornece “um conjunto de crenças modais, valores, normas e costumes associados com um subsistema social relativamente distinto (um conjunto de redes e interpessoais instituições)” para os que estão ligados a eles. Fischer (1984: 1323). Consequentemente, as instituições emergem de interações sustentáveis e influenciam o



comportamento individual e coletivo e a manutenção da comunidade (Fischer, 1984). As implicações da teoria da subcultura possibilitam o entendimento das concentrações de moradores gays em locais específicos que contribuíram para o desenvolvimento das instituições de gays em uma comunidade local, aumentando a cultura de tolerância e de abertura às práticas sociais gays - um ambiente que pode positivamente contribuir para a qualidade de vida dos seus residentes homossexuais. Este elemento de “espaço seguro” permite gays homens mostrar visivelmente a sua identidade, evitar ter que se justificar para os outros, e desenvolver relacionamentos sem medo (Levay e Nonas 1995). Além disso, poder viver em comunidades gays, criando solidariedade e experiência coletiva, permite o desenvolvimento de uma história compartilhada de apoio, amizade e confiança - todos os que têm implicações para a criação e manutenção de normas comunitárias e seus mecanismos de convivência - com base nesta perspectiva teórica, podemos considerar duas situações: inicialmente, observa-se que, via normas subculturais, os espaços gays promovem uma cultura local de comportamentos saudáveis à cultura do “espaço seguro” de um bairro gay e pode atenuar o impacto da anomia dos residentes gays; em outro espaço, o risco de se envolver em relações de convivência pode ser mais complexo, levando à estigmatização. Além disso, os bairros gays são locais próprios de discussão, um ambiente facilitador de esforços para desencorajar comportamentos discriminatórios. A segunda consideração é que a institucionalização de normas e práticas subculturais dentro do bairro pode promover atividades insalubres (Porter 1998, Carpiano et al 2011). Essa subcultura pode permitir comportamentos sexuais de risco que são coerentes com potencialmente normas prejudiciais, especialmente para aqueles isolados das normas de compensação. Assim, é importante considerar que os homens que residem em espaços gays podem estar em maior risco de imersão em uma subcultura que promove a tomada de riscos. Ressalta-se também que a concentração de tais indivíduos em um bairro pode permitir uma partilha problemática de parceiros de alto risco e, assim, aumentar a exposição a maus resultados de saúde sexual para todos no bairro através dessa concentração de risco. Assim, o entendimento das influências comunitárias de saúde também devem levar em conta as redes de relações sociais em que os homens gays são incorporados. Embora espaços gays permaneçam espaços sociais importantes para os gays urbanos, a experiência da comunidade gay pode ser mais difusa e negar o papel da comunidade do bairro. Estas formas de comunidade envolvem interações que vão além das relações de vizinhança, e incluem amigos e outros com atitudes compartilhadas e desejos. Estudiosos têm mostrado que as amizades são uma parte importante do desenvolvimento social para homens gays, especialmente para aqueles com experiências como vítimas de homofobia (Banks 2003).



4 – CONCLUSÃO

Constata-se os avanços significativos no país em direção à produção dos direitos LGBT, e em especial no estado do Pará. Todavia, para que esses avanços se efetivem, é necessário o engajamento dos atores sociais LGBT no debate de políticas públicas afirmativas na construção da cidadania homossexual. Observa-se também uma organização política dos atores sociais LGBT na conquista da carteira social junto ao poder público, por meio do Comitê Gestor do Plano Estadual de Combate à Homofobia no estado. Esta articulação demonstrou uma estratégia definida na gestão de problemas públicos em determinado território, mobilizando os atores com ações de caráter coletivo, em que culminou com a obtenção da carteira social. Nessas novas interações, tanto os representantes do movimento LGBT, quanto os agentes públicos, produziram ações de identidades coletivas que, de certa forma, estimularam o movimento LGBT a se unir em torno da superação de discriminações. Apesar das dificuldades nos acordos e debates com o poder público, devido à falta de prática de ambos em definir de forma colaborativa políticas públicas, por questões históricas de estranhamento, houve no final um alinhamento de ações e objetivos. Este comportamento tornou salutar diversos debates por outras conquistas. Percebe-se também que, nos quadros do próprio estado encontram-se ativistas e membros do movimento LGBT, fator que colabora de forma positiva na aproximação e resolução de agendas em comum. Em síntese, pode-se afirmar que a Carteira de Identidade Social, é um direito do ser humano, que deve ter livre escolha de uso do nome que lhe identifica como pessoa, bem como, o exercício da sua cidadania com base na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.

5 – REFERÊNCIAS

ANJOS, Gabriele dos. **Identidade social e Identidade de Gênero: subversões e permanências**. Porto Alegre: Sociologias, ano 2, nº 4, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Legislação e jurisprudência LGBT**. Organizadores: Joelma Cezário, Kelly Kotlinski e Melissa Navarro. Brasília: Letras Livres, 2006.

BRASIL, **Módulo X - Solidários na diversidade e iguais no acesso à justiça**. Instituto de Tecnologia Social - ITS e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília. 2012.

BRASIL. **Programa nacional de direitos humanos-3**. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2010.



BRASIL. **Programa nacional de segurança pública com cidadania.** Casa Civil da Presidência da República. Brasília, 2007.

BRASIL, **PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS-3.** Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília. 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Vicente de Paulo da Conceição. **Avanço dos direitos sociais de uma população ainda invisível: Carteira de Identidade Social para Travestis e Transsexuais.** Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Pará. Belém 2015

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social no Estado capitalista.** São Paulo: Cortez, 2007.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FISCHER. T. **O Ensino de administração pública no Brasil: os ideais de desenvolvimento e as dimensões de racionalidade (1948-1984).** Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e Pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo.** São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Dissertação de mestrado. 2006.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Tradução Márcia Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **Microfísica do poder.** Tradução Roberto machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999a.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber.** 13 ed. São Paulo: Edições Graal, 1999b.

_____. **A hermenêutica do sujeito.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **História da sexualidade: o uso dos prazeres.** 12 ed. São Paulo: Edições Graal, 2007a.

_____. **História da sexualidade: o cuidado de si.** 9 ed. São Paulo: Edições Graal, 2007b.

LEVAY, Simon, and Elisabeth NONAS. **City of Friends: A Portrait of the Gay and Lesbian Community in America.** Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.



MONTGOMERY, C. A.; PORTER, M. E. **Estratégia: a busca da vantagem competitiva.** Rio de Janeiro: Campus, p. 11-27, 1998.

PARÁ. **Decreto nº 1675/2009.** Governo do estado do Pará. Belém: Diário oficial do estado do Pará, 2009.

PARÁ. **Decreto nº 1238/2009.** Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Belém: Diário oficial do estado do Pará, 2009.

PARÁ. **Decreto nº 726/2013.** Conselho Estadual de segurança Pública e Defesa Social. Belém: Diário oficial do estado do Pará, 2013.

PARÁ. **Instrução normativa nº 001/2013-DGPC.** Polícia Civil do Pará. Belém: Diário oficial do estado do Pará, 2013.

PARÁ. **Plano estadual de segurança pública e combate à homofobia.** Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social/SEGUP. Belém, Diário oficial do estado do Pará, 2010.

PARÁ. **Resolução 155/2010-CONSEP.** Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social/SEGUP. Belém: Diário oficial do estado do Pará, 2010.

PARÁ. **Resolução 210/2012-CONSEP.** Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social/SEGUP. Belém: Diário oficial do estado do Pará, 2012.

REIDEL, Marina. **Pedagogia do salto alto: histórias de professoras travestis e transsexuais na educação brasileira.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

SÁ NETO, Clarindo Epaminondas de; GURGEL, Yara Maria Pereira. **Caminhando entre a invisibilidade: uma análise jurídica sobre o projeto de lei nº 5.012/2013, Lei de identidade de gênero.** Revista direito e liberdade - RDL- ESMARN, v. 16, nº 1, 2014.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo.** Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2010.

SIMMEL, G. **La philosophie de l'argent.** Paris: Ed. PUF, 1987.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo Paradigma para compreender o mundo hoje.** 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

_____. **Pensar Outramente: o discurso interpretativo dominante.** Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BECK, Ulrich. **A política na sociedade de risco.** In: Revista Ideias, v. 2, n. 1, Campinas, 2010, pp. 229-253

WATSON, D. **Economia e sociedade: fundamentos de sociologia contemporânea, v. I.** Brasília: UNB, 1984.

ZAMBRANO, E. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil.** Organizadores Gustavo Venturi e Vilma Bokany. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

**GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina.****POR UM GIRO DECOLONIAL NO ACESSO/PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS AO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO DO BAIXO TAPAJÓS.**Terezinha do Socorro Lira Pereira (UFOPA)¹
socolirastm@hotmail.comMarcos Vinícius da Costa Lima (UFF)²
mvclima@hotmail.com**RESUMO**

Os jovens indígenas da região Oeste do Pará, a partir de 2010 (seleção), conquistaram a oportunidade de adentrar ao universo do ensino superior, que encontraram cursos pensados, estruturados e gerenciados por instâncias não indígenas, protagonizado, inicialmente, pela Ufpa, hoje Ufopa. Quanto ao acesso, foram registrados um crescimento, bastante, oscilante nos últimos sete anos: em 2010 (14 vagas preenchidas – v. p.); 2011 (14 v. p.); 2012 (50 v. p.); 2013 (65 v. p.); 2014 (65 v. p.); 2015 (65 v. p.); 2016 (79 v. p.) e 2017 (54 v. p.), totalizando 406 estudantes indígenas, representando 18 etnias de ter grandes territórios étnicos, sendo 18 territórios (identificado pelo projeto nova Cartografia Social) da região do Baixo Tapajós-Arapiuns (70% v. p.), da Calha Norte (19% v. p.) e os do Médio e Alto Tapajós (11% v. p.). Paradoxalmente, estes números estão aquém do número da demanda indígena se comparados com os números de inscritos. Vários fatores podem ser relacionados aos que tiveram suas inscrições indeferidas, pois essa realidade, é apenas uma outra face da mesma questão que atinge a grande maioria indígena que frequenta os 38 cursos de graduação ofertados pela instituição no Campus sede na cidade de Santarém/PA. A pesquisa se propôs, metodologicamente, a levantar dados de identificação de disciplinas/cursos com maior evasão/retenção de estudantes indígenas, além dos procedimentos encaminhados pelas autarquias pedagógicas e administrativas, no sentido de garantir a permanência e a efetivação das grades curriculares. Nas análises, foram considerados dispositivos de apoio estudantil, pré-existentes, como recursos financeiros do MEC e Ufopa via auxílios estudantis pagos com o recurso do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Conclui-se que o contexto conjecturado como ambiente de ensino superior dos povos indígenas, ainda se encontra na contra mão do que eles desejam como espaço decolonizado e propício ao seu maior rendimento e bem estar, além de garantir a r-existência social e política dos territórios indígenas.

Palavras chave: Decolonialidade – Indígena – Educação Superior**Introdução**

A história da educação dos povos indígenas relaciona-se a um processo de exclusão e ocultação de identidades, culturas e conhecimentos resultante do processo de colonização ocidental dominante que perdurou há vários séculos sobre países e populações.

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE, da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Brasil. E-mail: socolirastm@hotmail.com

² Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGE, da Universidade Federal Fluminense – UFF, - Brasil. E-mail: mvclima@hotmail.com



Embora de forma lenta esse regime de dominação foi sendo contestado e suas consequências evidenciadas e trazidas para o contexto de debates como manifestação de descontentamentos e não aceitação de uma cultura hegemônica e dominante.

No contexto educacional, a colonização atuou para a invisibilização de saberes, bem como para a desvalorização de conhecimentos tradicionais como, por exemplo, os dos povos indígenas. O tardio reconhecimento e o acesso desses povos aos processos educacionais estão ligados a esse violento processo de ocultação de outras formas e manifestações epistemológicas.

O momento importante para a reflexão da atuação da colonização sobre países e populações, dentre elas as populações indígenas e outras classes menos favorecidas e subalternas, veio, sobretudo, com as concepções trazidas pelo pós-colonialismo que propõem indagações, questionamentos e propostas de rompimento e superação do sistema de sujeição desse modelo ocidental dominante.

Nesse sentido, pretende-se, no artigo aqui apresentado, estabelecer um diálogo entre a relação das contribuições das concepções dos estudos pós-coloniais/decoloniais no acesso e permanência dos estudantes indígenas ao ensino superior na região Oeste do Pará, especificamente na única Universidade Federal dessa região, a Ufopa.

Acesso e permanência dos indígenas no Ensino Superior Indígena Ufopa

A proposta é uma educação multicultural com valorização das diversidades culturais passa pela “desconstrução” de um modelo de educação institucionalmente preestabelecido com tendência a privilegiar classes consideradas “superiores” e “dominantes”. Passa também pela formação dos profissionais de educação e pelo confronto de práticas metodológicas que seguem e se concentram em temas universais, formais e desconsideram saberes locais, específicos e característicos de um grupo ou de populações indígenas. “É impossível pensar numa educação multicultural sem que nos questionemos sobre o professor e sua formação” (MOREIRA, 2001, *apud* PANSINE, NENEVÉ, 2008, p. 32).

A respeito da proposta de educação multicultural a Declaração Universal da Diversidade estabelecida pela UNESCO (2001) no art. 2º “Da Diversidade ao pluralismo cultural”, assim define:

(...) em sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como a sua vontade de conviver. As políticas que favorecem a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e paz. Definido desta maneira o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um



contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras (...) (UNESCO, 2001).

O que se propõem a partir da perspectiva de educação multicultural (na abordagem humanista liberal) é a compreensão de que a sociedade é composta por uma grande camada heterogênea e global que passou por mudanças históricas, econômicas, tecnológicas e sociais o que possibilitou a abertura para comunidades que antes não compartilhavam desse processo de evolução e mobilização social.

Além do multiculturalismo e o Interculturalismo, destaca-se também no processo educacional principalmente das populações indígena a teoria desenvolvida por Eduardo Viveiros de Castro a respeito da análise do processo cognitivo do Indígena seguindo o *perspectivismo ameríndio*.

A teoria do *perspectivismo ameríndio* tem como objetivo compreender o pensamento dos indígenas a respeito da estrutura do universo partindo de uma análise etnográfica. Essa teoria é bastante difundida entre os povos pan-americanos.

Sobre o *perspectivismo ameríndio* Viveiros (2002, *apud* Silveira, 2010) afirma que o objetivo dessa teoria não é somente analisar os processos cognitivos dos indígenas, mas também, compreender os conceitos (ideias, conjecturas ou suposições) elaborados por eles em um processo de interação.

Segundo Silveira (2010, p. 29) “o hábito dos indígenas de interagir com os outros ocorreu bem antes do contato com os Ocidentais, embora apresentarem cultura diferente, mas as crenças e os valores eram semelhantes entre as tribos”. Isto proporcionava a reprodução cultural desses povos sem qualquer interferência que os conduzissem a uma avaliação de conteúdos e valores. A autora afirma que:

As comunidades indígenas amazônicas se mantinham sócio e tecnicamente uniforme. O contato com a alteridade ocidental veio gerar um confronto entre os dois tipos diferentes de cultura levando membros do grupo cultural supostamente inferior a questionar a sua cultura como entidade total.

Em relação à Educação indígena na América Latina Silveira (2010) destaca que no período compreendido entre 1950 até 1980 essa educação foi fortemente marcada pela disseminação de conhecimento da cultura ocidental inserida entre as comunidades indígenas. Dentre esses conhecimentos estavam as línguas, a escrita, os valores e as crenças.

A inserção da cultura ocidental entre os povos indígenas trouxe também a ruptura social em relação aos costumes e valores indígenas na medida em que as missões religiosas e



missionárias passaram a inserir valores bíblicos incompatíveis com as práticas e crenças indígenas.

Em relação Interculturalismo, considera-se que a perspectiva de uma educação intercultural é quase impossível à existência de apenas um modelo educacional formal. Há a necessidade de uma educação que contemple as diversidades, as heterogeneidades e o complexo multicultural existente. Pedagogicamente isso implica considerar a heranças culturais trazidas pelos sujeitos para os ambientes educacionais, inclusive pelos indígenas.

Repetto (2012) conceitua *interculturalidade* como um “processo de diálogos entre as culturas”, mas o próprio autor reconhece que este conceito necessita ser aprofundado, pois considera que somente “diálogo” não garante a construção de novas formas de convívio e de uma sociedade mais justa às diversidades culturais.

No Brasil, Silveira (2010) destaca que a educação intercultural, comunitária, bilíngue, específica e diferenciada é uma opção. Mas, segundo a autora, uma vez adotada, remete a uma forma de valorização da diversidade cultural e linguística, além de estimular o respeito em relação a alguns grupos e populações indígenas.

Especificamente às populações indígenas, o modelo de Educação Intercultural proposto por Gasché (2004, *apud* Silveira, 2010, p. 32) menciona dois “mundos” educacionais relacionados aos aspectos cognitivos dos indígenas: a do conhecimento convencional e o conhecimento tradicional. Além desses aspectos Gasché também destaca os objetivos da educação intercultural que são:

- 1) Garantir ao Indígena o acesso aos ensinos secundários, profissional e superior;
- 2) Proporcionar ao aluno Indígena o seu desenvolvimento baseado na sua experiência cultural, resgatando seus conhecimentos e valores tradicionais, às vezes, mantidos fora do espaço educacional;

Seguindo as concepções de uma educação intercultural e multicultural para os indígenas, a abordagem a seguir observa o processo educacional da Ufopa destinado aos povos indígenas.

Educação Superior Indígena na Ufopa

Desde sua criação através da Lei 12. 085, de cinco de novembro de 2009, a UFOPA disponibiliza à comunidade acadêmica duas formas de ingresso nos seus Cursos de Graduação:

- O Processo Seletivo Regular (PSR), ofertado desde 2010. Nesse processo seletivo, os alunos ingressantes são selecionados a partir das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).



- O Processo Seletivo Especial (PSE), inicialmente chamado de Processo de Seleção Diferenciada, é destinado a Estudantes Indígenas e, a partir do ano de 2015, também destinado a estudantes Quilombolas. Esse processo tem como objetivo a implementação da política de inclusão dos povos Indígenas e Quilombolas na Ufopa através da reserva de vagas nos Cursos de Graduação, por meio de cotas. É importante ressaltar que embora o PSE seja destinado aos estudantes indígenas alguns desses alunos, por opção, ingressam pelo Processo Seletivo Regular (PSR).

O primeiro processo de seleção diferenciada da Ufopa voltado para estudantes indígenas ocorreu no ano 2010. O processo de seleção foi organizado pela comissão permanente de processos seletivos (COPERPS) formada pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) da Ufpa, então tutora da Ufopa, e Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN) da Ufopa com disponibilidade de 16 vagas. O objetivo desse processo seletivo era o de inserção das populações indígenas nos cursos de Graduação da Universidade.

Esse primeiro processo de seleção diferenciada foi dividido em duas fases com 50 vagas ofertadas aos estudantes indígenas. Inscreveram-se 62 indígenas, de 16 Etnias diferentes. A primeira fase desse processo foi uma prova de redação e a segunda uma entrevista, com análise de histórico escolar do Ensino Médio.

No ano de 2011, ainda sobre a organização da comissão permanente de processos seletivos (COPERPS), da Ufpa, foi realizado o segundo processo seletivo específico para estudantes os indígenas interessados em ingressar na nos Cursos da Ufopa. Também foram destinadas 50 vagas nesse processo seletivo.

No ano de 2012 a Ufopa adotou a nomenclatura Processo Seletivo Especial (PSE) ao processo de seleção para estudantes indígenas. Nesse ano, a Ufopa não teve mais a tutoria da Ufpa. O PSE foi conduzido por uma comissão composta por membros da própria Instituição, com portaria designada pela Reitoria. Nesse processo foi mantido o total de 50 vagas.

No ano de 2013 o PSE da Ufopa também foi organizado por uma comissão designada, através de portaria, pela Reitoria e o processo foi composto de duas fases. Na primeira o candidato fez uma prova de Português (redação), de caráter eliminatório e classificatório. Na segunda fase, o candidato foi submetido a uma entrevista também de caráter eliminatório e classificatório. Nesse processo foram disponibilizadas 65 vagas.

No ano de 2014, através do edital nº 5, de 11 de novembro de 2013, a Ufopa realizou o PSE destinando aos indígenas. Manteve-se o quantitativo de 65 vagas. Esse processo também foi conduzido por uma comissão designada através de portaria. Permaneceu o mesmo rito dos editais dos anos anteriores. Na primeira fase o candidato foi submetido a uma prova de Língua Portuguesa



(redação), de caráter eliminatório e classificatório. Na segunda fase, a uma entrevista também de caráter classificatório e eliminatório.

No ano de 2015 a Ufopa também destinou 65 vagas para estudantes Indígenas através do PSE. Nesse ano, houve alteração no processo de seleção. Diferentemente dos anos anteriores a avaliação do PSE sofreu modificação, permaneceu a entrevista, porém a prova de Língua Portuguesa, que nos anos anteriores era uma redação, foi modificada para uma prova de leitura e interpretação de textos sobre temáticas regionais, ambas as fases de caráter eliminatório e classificatório. Nesse ano, além de Santarém também houve PSE nos municípios de Oriximiná e Jacareacanga.

Abaixo segue o demonstrativo do número de vagas disponibilizadas aos estudantes através do PSE entre os anos de 2010 a 2015.

Evolução do PSE/UFOPA

Ano	Instituição	Vagas disponíveis	Inscrições homologadas	Aprovados
2009/2010	UFPA	16	36	14
2010/2011	UFPA	50	68	14
2011/2012	UFOPA	50	112	50
2012/2013	UFOPA	65	186	65
2013/2014	UFOPA	65	432	65
2014/2015	UFOPA	65		65

Fonte: "Planejamento Interno para a Elaboração do Plano Decenal de Ações Afirmativas e Inclusão Étnico-Racial da Universidade Federal do Oeste do Pará".

A atuação da Ufopa na oferta de cursos de Graduação e Pós-Graduação para estudantes indígenas, quilombolas e não indígenas representa o processo de expansão e interiorização do ensino superior, a democratização do conhecimento, bem como a valorização das culturas trazidas principalmente pelas comunidades indígenas e quilombolas.

A heterogeneidade cultural presente na Amazônia, principalmente a cultura Indígena proporciona se pensar uma educação intercultural voltada para a valorização dos saberes trazidos por essas populações étnicas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (censo 2010) revelam a heterogeneidade que compõe a sociedade brasileira: 47,8 % de brancos, 50,8% de negros, 0,4% de indígenas e 1% amarelos. Em



relação ao Estado do Pará, segundo o censo os números também são expressivos: do total da população de 7.581.051, 76,7% se declarou ser negra e 0,7% indígena. Do total da população indígena do Estado, 25% estão localizadas nos municípios de abrangência da Ufopa que são: Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém, além de Jacareacanga, conforme tabela abaixo:

População Indígena nos Municípios de abrangência da UFOPA		
Município	População	População Indígena
Alenquer	52.626	31
Itaituba	97.493	790
Juruti	47.086	100
Monte Alegre	55.462	68
Santarém	294.580	2.627
Óbidos	49.333	600
Oriximiná	62.794	3.068
Jacareacanga	14.103	5.843
TOTAL	673.477	13.127

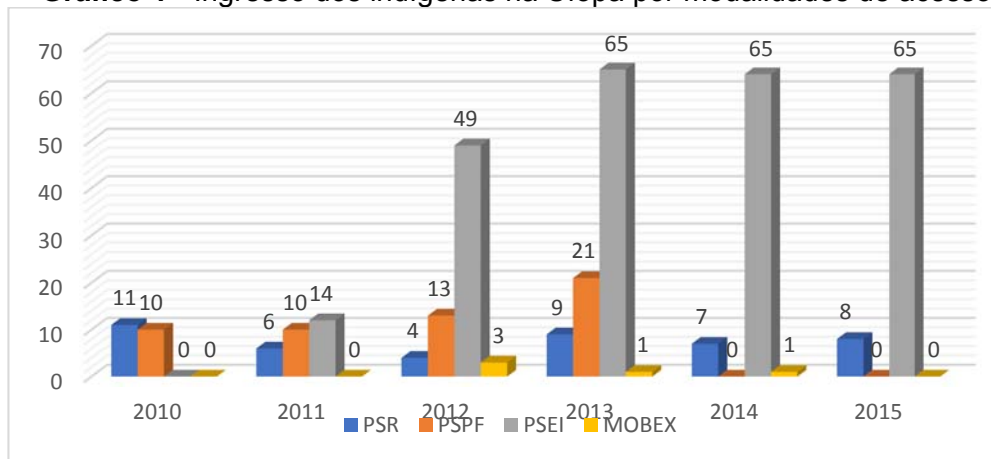
Fonte: IBGE (Censo 2010)

Destaca-se que dos municípios acima listados Jacareacanga é o único que ainda não está incluído no programa de interiorização da Ufopa, embora haja um grande número de estudantes da Etnia Munduruku (oriundos desse município) que ingressaram nos cursos de Graduação da Instituição. A política afirmativa da Ufopa começou no ano 2010 com o acesso dos povos indígenas pelo processo e seleção diferenciada realizada pela Universidade Federal do Pará (Ufpa). Ainda nos anos de 2011 e 2012 os indígenas continuaram a acessar os cursos da Ufopa pelo processo da Ufpa. A partir de 2013, com sua estrutura acadêmica e física organizadas, a Ufopa passou a conduzir de forma autônoma a seleção diferenciada para os indígenas através do Processo Seletivo Especial (PSE) destinando anualmente vagas inicialmente para os indígenas e também para os Quilombolas, a partir de 2015, por meio desse processo.

Durante os sete anos de realização do PSE a Ufopa proporcionou o acesso de aproximadamente 400 discentes indígenas que se estão distribuídos nos 32 cursos de graduação ofertados no Campus sede da Ufopa, conforme se constata no gráfico 1. Por já ter nascido com uma proposta inclusiva, essa universidade peculiar e diferenciada em relação às outras universidades federais. São 18 etnias existentes na instituição oriundas das comunidades e aldeias da região oeste do Pará.



Gráfico 1 - Ingresso dos indígenas na Ufopa por modalidades de acesso

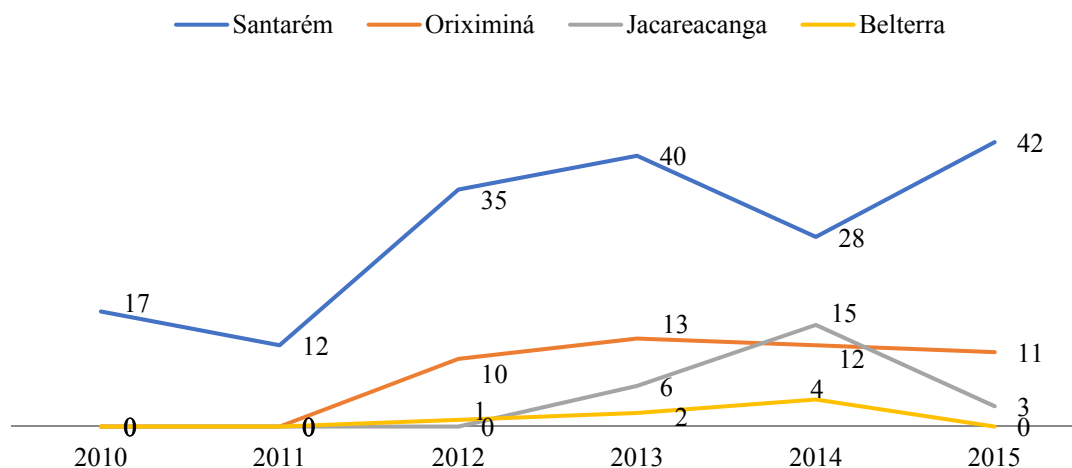


Legenda
 PSR – Processo Seletivo Regular
 PSPF – Processo Seletivo Plataforma Freire
 PSEI – Processo Seletivo Especial Indígena
 MOBEX – Mobilidade Externa

Fonte: SIGAA/Ufopa (2015).

A diversidade étnica atualmente existente na Ufopa evidencia a importância da implantação dessa instituição por ser a única instituição federal de ensino na região oeste do Pará, tem contribuído para o cesso e formação dos povos indígenas no ensino superior que estão distribuídos pelos municípios que compõe as seguintes regiões do alto (Jacareacanga), médio (Belterra) e Baixo (Santarém) rio Tapajós e Calha Norte (Oriximiná), veja os gráficos 3 e 4. Desses números a região do baixo Tapajós (Santarém) tem dominado no ranking das estatísticas. Várias outras razões podem ser apontados pelo aumento do número na região urbana.

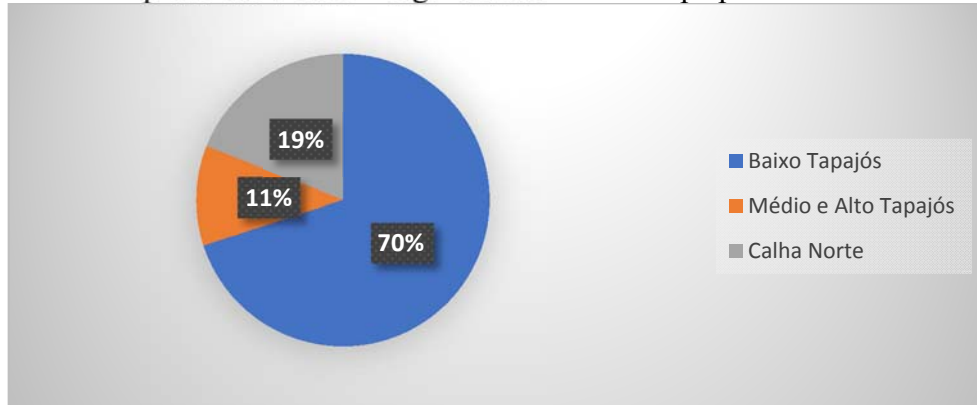
Gráfico 3 - Quantitativo de Discentes na Ufopa por Cidade/Município



Fonte: SIGAA/Ufopa (2016).



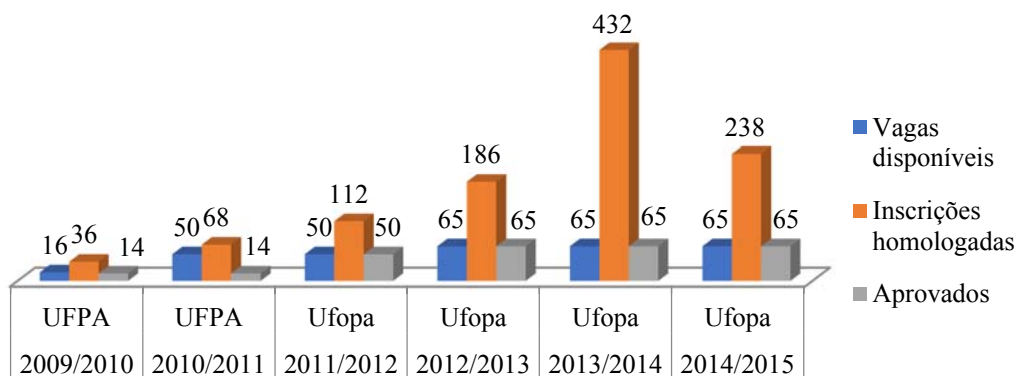
Gráfico 1 - Representatividade indígena discente na Ufopa por território étnico



Fonte: Arantes (2016).

Um aspecto importante é o número de vagas ofertadas pela UFOPA não têm acompanhamento o contingente demandado pelo número de estudantes que tiveram suas inscrições homologadas (observe o gráfico 5). Através deste gráfico fica claro, também, que há uma demanda que tem crescido geometricamente a cada ano, e que a UFOPA não tem dado conta de resolvê-la. Essa realidade que dificulta, por sua vez, o acesso dos indígenas ao Universidade, deixa em evidência que a universidade não tem gerado novas alternativas para diminuir a taxa de excedentes gerados, sistematicamente, a cada ano.

Gráfico 2 - Evolução do PSE/Ufopa em relação ao número de vagas (2010 a 2015)



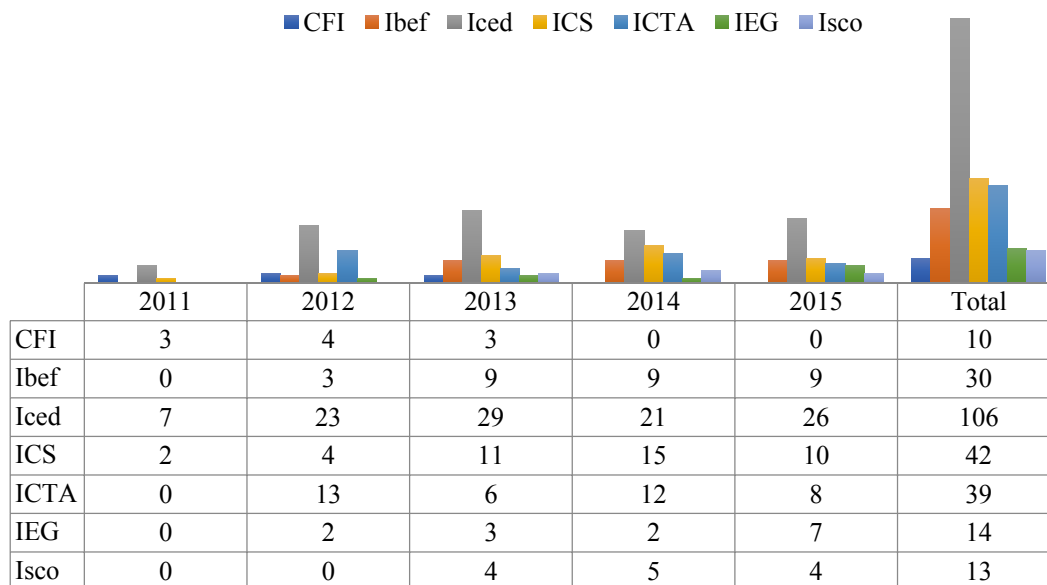
Fonte: Proges (2015).

Os estudantes indígenas estão distribuídos estatisticamente em sete cursos de graduação da UFOPA. Eles quando aprovados, passam por períodos letivos assistindo aulas em diferentes perspectivas didática, além de experimentar espaços de (con)vivência associados a grandes dificuldades de ordens diversas que ainda precisam ser analisados com mais seriedade, principalmente, situações como: Acessibilidades linguística no processo ensino-aprendizagem (dialógica/comunicação), condições materiais e simbólicas



de ensino e aprendizagem em sala e extra-sala de aula, tal como suas relações na intra-esfera administrativa (estudante-professor-coordenação-reitoria) quanto nas inter-relações sócio-culturais que refletem nas suas condições de moradia urbana, nos seus novos hábitos de alimentação, nas necessidades de transportes, de trabalho (renda) e tratamento de saúde e nas condições materiais e pedagógicas que favoreçam o maior rendimento nos estudos, assim como os preconceitos interpessoais que afetam a autoestima dos indígenas, a dignidade humana (o respeito ao corpo e ao espírito), a contínua resistência ao racismo institucional, a adaptação às condições físicas, sociais e econômicas no espaço urbano.

Gráfico 6 - Distribuição dos estudantes indígenas nas Unidades Acadêmicas da Ufopa (2010-2015)



Fonte: SIGAA/Ufopa (2015).

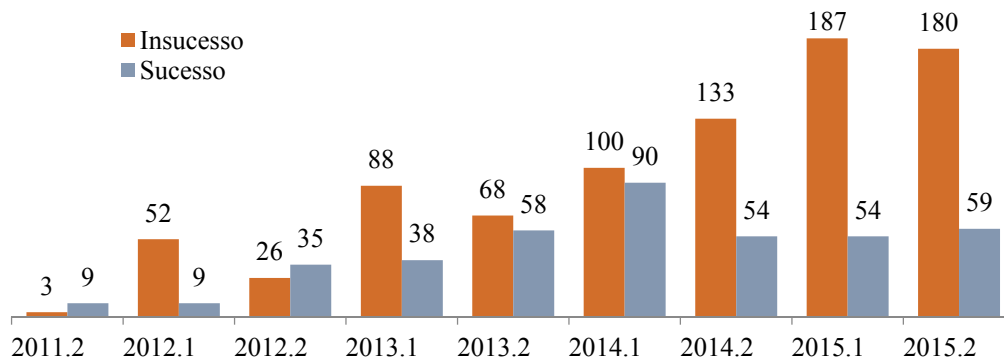
Decolonialidade e Ensino Superior Indígena

No processo de interculturalização dos indígenas subjetivados como universitários, sobretudo, não tem promovido, efetivamente, a inclusão e apropriação dos códigos de sociabilidade dos estudantes indígenas no binômio ensino-aprendizagem, visto que, conforme o gráfico 7, há um dado que pesa nesse processo que é o insucesso acadêmico, onde os maiores problemas estão numa infra-estrutura que historicamente não foi criado pela demanda indígena. Ou seja, a academia precisa ser desconstruída tanto do ponto de vista da semântica quanto da sua estrutura funcional, para se reinventa pela cultura étno-indígena, onde o projeto indígena de universidade seja constituído de valores que vão para



além da perspectiva do sistema mundo moderno colonial. Transformando os professores dóceis em mediadores da subversão a toda forma de injustiça, que possa olhar para a arte do aprender como instrumento transformador, considerando, necessariamente, a coletividade indígena como uma ação/sonho/desejo/projeto político para diminuir o contingente de insucessos que geraram três situações para o banco de dados da ufopa: Estudantes ativos, cancelado e trancados (ver gráfico 8).

Gráfico 7 - Sucesso³ e insucesso acadêmico ingressos pelo PSE/Ufopa

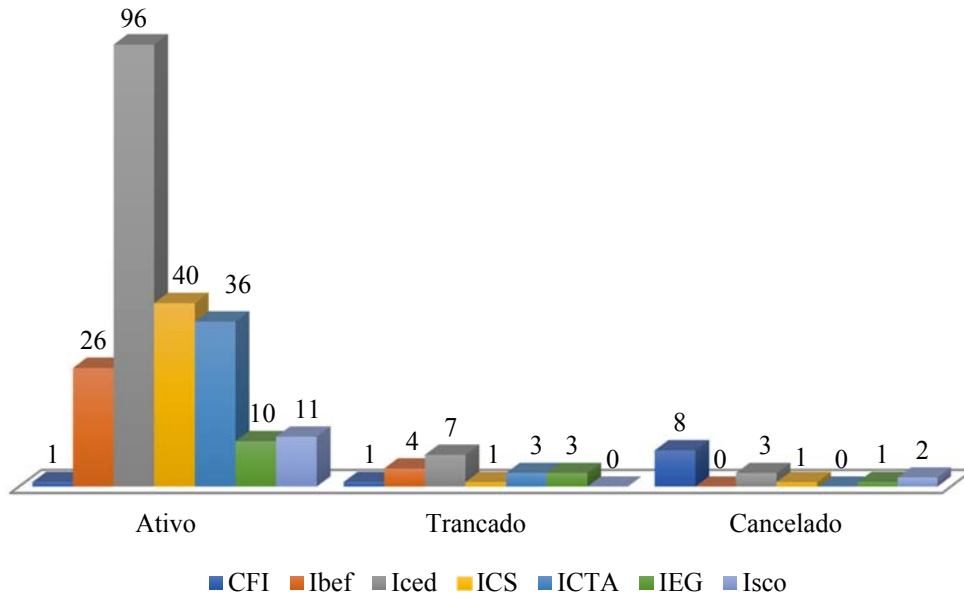


Fonte: Diretoria de Registro Acadêmico/Ufopa (2016).

Gráfico 3 - Status⁴ dos estudantes indígenas ingressos pelo PSE (2010 a 2015) atualmente 220 ativos.

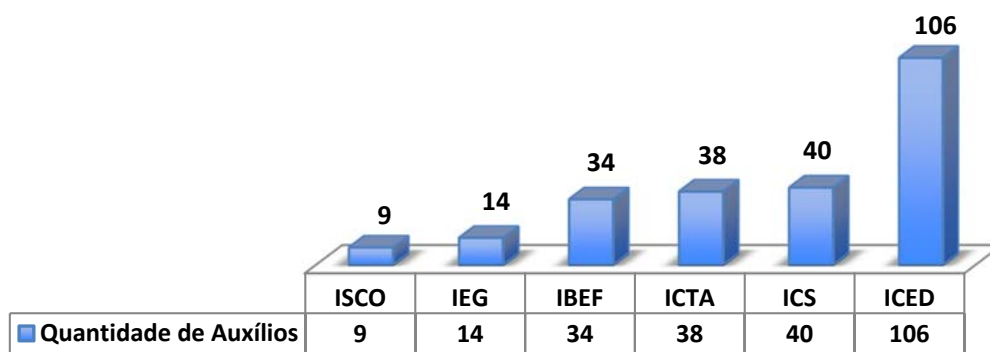
³ Em relação ao desempenho acadêmico, a Ufopa não trabalha com os conceitos de sucesso e insucesso acadêmico.

⁴ Status é a situação em que o discente se encontra no seu percurso acadêmico sistema na Ufopa visualizada no SIGAA. O discente pode aparecer no sistema nas situações: Ativo, Trancado ou ter cancelado seu curso.



Subvertendo a ordem colonial de mercado, a lógica mercantilística não tem feito a conversão das estatísticas negativas, visto que garantir somente um pequeno de incentivo econômico aos indígenas, conforme o gráfico 9, tal fato não foi capaz de alterar a realidade dos indígenas nos municípios dos alto, médio e baixo rio Tapajós.

Gráfico 9 – Quantitativo de discentes indígenas da Ufopa que recebem auxílios – por instituto (2010-2015)



Fonte: Proges (2015).

Considerações finais

No modelo universitário e universalista que criou o PSEI da UFOPA, na sua constituição, desconsiderou a diversidade de línguas e culturas indígenas, promovendo a



universalização, até agora, dos 18 grupos étnicas indígenas em suas diversidades territoriais, pois conclui-se que ainda não há espaço convertido, embora tenha possibilitado espaços de diálogo por meio da PROGES, contudo ainda mantém práticas e estruturas conservadora de educação (avaliação de atividades (provas), metodologias indiferentes para indígenas, número de vagas pautadas pela universidade e não pela demanda dos povos indígenas...). Para uma transformação significativas, será preciso um giro decolonial na forma de pensar, olhar e viver uma UFOPA verdadeiramente democrática de representação indígena e efetivada pela participação direta na tomada de decisões do bem querer indígena, respeitando a cosmogonia ancestral do que e de como dever ser uma educação superior de/para grupos indígenas bilíngue, de cultura específica, de territórios e hábitos singulares/particulares.

Nesse sentido, faz-se necessário reforçar que os povos indígena precisam pautar as suas demandas de tal forma que desconstrua a lógica ocidentalizada de universidade, indianizando tanto o ensinar quanto o aprender dentro e fora dos muros da UFOPA. Desta forma espera-se que as diferentes formas de violência simbólica que impedem que os grupos étnicos de alcançar a realização de seus sonhos e de terem/verem o reconhecimento e a formação dos seus próprios intelectuais indígenas gerando conhecimento na fronteira (diálogo) de saberes tradicionais elevados nas/pelas ciências tecnológicas, jurídicas e administrativas com e a partir do protagonismo dos povos indígenas. Do ponto de vista político, a decolonização da UFOPA pressupõem garantir uma posição política e de dignidade mais aceitável (respeitável/responsável) e possível para a realidade das nações indígenas dentro de um Estado brasileiro plural (plurinacional).

Bibliografia

ADMS, T. WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. Disponível: <www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/>.

CAVALCANTE, L. I. P. WEIGEL. V. A. **EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS**, 1998. Disponíveis em: www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/. Acesso em: 29/11/2015.

DAFLON, T, V. JUNIOR, F, J. MIGUEL, L. RAMOS, P. **LEVANTAMENTO DAS POLITICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA.** O IMPACTO DA LEI 12.711 SOBRE AS UNIVERSIDADES FEDERAIS. GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA (GEMAA), SETEMBRO/2013. IESPS – INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLITICOS. Disponível em <gema.iesp.uerj.br/files/Levantamento_GEMAA_1c.pdf>. Acesso: 17/10/2015.

DAFLON, T, V. JUNIOR, F, J. **AÇÃO AFIRMATIVA, RAÇA E RACISMO: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DE INCLUSÃO RACIAL NOS MANDATOS DE LULA E DILMA.** Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 399-414, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol12/artigo8vol12-2.pdf>. Acesso em: 28/09/2015.



- FANON, Frantz. Em defesa da revolução africana: Título original: pour la revolution africaine. 1 ed. Lisboa / Portugal: Terceiro Mundo, 1980.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979
- HAGE, M.S. **FORMAÇÃO DOCENTE, CULTURAS, SABERES E PRÁTICAS**: Desafios em face das territorialidades e socioculturaldiversidade da Amazônia, 2011. Disponível em: <pt.slideshare.net/curriculoemmovimentopara/forma%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20/12/2015.
- HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- PANSINI, F. NENEVÉ, M. **Educação Multicultural e Formação Docente**. – UNIR – RONDONIA – BRASIL – Currículos sem fronteiras, 2008. V. 8, n 1, pp 31 – 48. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss1articles/pansini. Acesso em: 05/12/2015.
- MIGNOLO. Walter D. Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003
- MIGNOLO. Walter. Desobediencia epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo. 2010, 126 pp Disponível em: <https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/mignolo-walter-desobediencia-epistc3a9mica-buenos-aires-ediciones-del-signo-2010.pdf> Acessado em: 27/09/2016.
- PRÓ-REITORIA DE GESTAO ESTUDANTIL – PROGES/UFOPA. “**Planejamento Interno pata Elaboração do Plano Decenal de Ações Afirmativas e Inclusão Étnico-Racial da Universidade Federal do Oeste do Pará**”, 2015.
- REPETTO. M. **OS SENTIDOS DAS FRONTEIRAS NA TRANSDISCIPLINARIDADE E NA INTERCULTURALIDADE**. Textos & Debates, Boa Vista, n.22, p. 13-30, jul./dez. 2012. Disponível em: <revista.ufr.br/index.php/textosedebates/article/view/1602> . Acesso em: 25/12/2015.
- SACK, R. D. Territorialidades humanas. In: Dias, L.; Ferrari, M. (org.) Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis: Insular, 2011.
- SANTOS, M. R dos. **MULTICULTURALISMO REVOLUCIONÁRIO!?:UMA ANÁLISE ONTOLÓGICA DO SUJEITO HÍBRIDO PÓS-COLONIAL**, 2005. Disponível em: <estudosdotrabalho.org/texto/gt4/multiculturalismo.pdf>. Acesso em: 3/12/2015.
- SANTOS, S. K. **Políticas Públicas Educacionais no Brasil**: Tecendo fios. **Anais. UFRGS**, 2011 Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/.../0271.pdf>>. Acesso em: 08/06/2015.
- SILVEIRA, K.P. **TRADIÇÃO MAXAKALI E CONHECIMENTO CIENTÍFICO: DIFERENTES PERSPECTIVAS PARA O CONCEITO DE TRANSFORMAÇÃO**. Faculdade de Educação, MG, 2010. Disponível em: <www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/>. Acesso em: 20/12/2015.
- UNESCO – Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**, 2001. Disponível em: www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/. Acesso em: 20/12/2015.



GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina.

A CIDADE *INFORMAL*: A DESCRIÇÃO DE UMA REALIDADE PERIFÉRICA DE BELÉM DO PARÁ

Thaís de Almeida Costa(UFPA)¹
thalmeida589@gmail.com

Em Belém do Pará, bolsões de pobreza crescem rapidamente, e estão relacionados com os processos de deslocamento para a capital de uma população que busca melhores oportunidades. Abelém (1989) explica que ao chegar, parte desses migrantes tende a ocupar áreas centrais insalubres ou áreas mais distantes desprovidas de serviços urbanos e muitas vezes sujeitas a alagamentos, economicamente mais viáveis. Caçoila; Loureiro (2007), afirmam que esses locais de construção irregular, muitas vezes são esquecidos pela ação pública; é a “não-cidade”, a cidade informal, que está relacionada à uma expansão urbana desordenada, à exclusão social, subalternizada. Spivak (2010) afirma que os subalternos, ou seja, que estão às margens, cuja vivência é marcada por uma falta de acessos, e tornam-se invisibilizados. Como Lefebvre (2006) mostra, as contradições do espaço acabam por expressar uma série de conflitos de interesses e se torna a questão principal das lutas e ações. Assim, o texto discute os meios de sobrevivência em uma área periférica de Belém, mais precisamente a Comunidade Bom Jesus I, localizada entre os bairros da Pratinha II e do Tapanã, que cresceu no entorno do Igarapé Mata Fome. O acelerado processo de ocupação no local conduziu a um grande desequilíbrio de caráter socioambiental, a partir do qual, segundo Ravena-Cañete (2006), depreende-se severa precariedade das condições de vida da população que reside na área, gerando assim um cenário perverso à dignidade humana. Para viabilizar esta investigação, o caminho metodológico se estabeleceu por meio de pesquisas bibliográficas e de campo, utilizando observações, fotografias e aplicação de questionário socioeconômico.

Palavras-Chave: Periferia, comunidade, Igarapé.

1. INTRODUÇÃO

A cidade, de acordo com Dias (2007), se expande em decorrência da dinâmica de reprodução do capital. Desse modo, ao se expandir, produz ambientes atingidos socialmente, em função da forma como elas se processam. Esse processo está relacionado à ausência de políticas públicas que regulamentem a ocupação do solo, gerando, como consequência, a má qualidade de vida de grande parte da população que vive excluída da cidade. Ainda conforme o autor, o Estado utiliza o discurso de que os serviços são voltados para o bem estar da população, mas que na realidade poucos são os que usufruem deles de forma plena.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.



A partir da noção de que a cidade é formada por espaços heterogêneos, e que esta se localiza de acordo com os níveis de renda, encontra-se classes vivendo em espaços da cidade em condições precárias. Há, portanto, uma luta pelo “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2011), e à cidadania. Sendo a cidade um espaço diferenciado, pode-se concluir que há injustiça social em função de uma massa de excluídos, assim como há uma injustiça ambiental, que impõe a uma parte significativa da população a viver à margem da *urbe*, excluída de espaços com melhores condições socioambientais. (SILVA, DIAS, 2011)

O crescimento da cidade carrega consigo vários problemas de ordem social. Os problemas vivenciados na cidade se tornaram maiores na medida em que ocorreu o desenvolvimento de forças produtivas e tem esta denominação pela carência de habitação, saneamento, transporte urbano, educação, ambientes salubres. Sendo assim, o nível de carências urbanas é grande na maioria das cidades. (DIAS, 2007).

Assim, a maioria dos habitantes das cidades brasileiras se encontra excluída da legalidade urbanística e ambiental, habitando áreas periféricas, muitas vezes distantes do centro urbano, sem infraestrutura apropriada e muitas vezes ocupando áreas insalubres e inadequadas ao papel habitacional no ambiente urbano (BAHIA, 2012).

Belém do Pará é uma cidade situada na Região Norte do Brasil que possui problemas comuns em um território tipicamente amazônico. Na cidade, desenvolveram-se formas de assentamento urbano em que a moradia em áreas alagáveis ou alagadas, foi utilizada, em variados contextos. A história da urbanização de Belém está diretamente ligada à esta relação com as águas, e com os usos econômicos e suas formas de apropriação territorial ao longo do tempo. (ARAÚJO et al, 2008; PONTE et al, 2014)

Em Belém, a Comunidade Bom Jesus I, localizada às margens do Igarapé Mata-Fome e situada entre os bairros da Pratinha II e do Tapanã é constituída, em grande parte, por moradores que vieram de municípios do interior do Estado do Pará e de outros Estados. A área consiste em um processo de ocupação de planícies de inundação dos igarapés que passam por enchentes periódicas. Este quadro, ligado à falta de uma política adequada quanto à ocupação do espaço, normalmente conduz a uma grande mudança do meio ambiente, conduzindo a uma acentuada degradação do mesmo. (RAVENA-CAÑETE, 2006).

Além disso, Ravena-Cañete (2006) mostra que na Comunidade Bom Jesus I, no decorrer do tempo e do aumento populacional da área do entorno do Igarapé Mata Fome, houve uma grande degradação ambiental, já que casas foram construídas às margens do Igarapé sem nenhuma infraestrutura de esgotamento sanitário, o que resultou na contaminação do mesmo. Nas áreas ocupadas nas proximidades do rio, não há pavimentação de vias, sendo notável a desorganização na disposição das moradias.



Como afirma Fortuna (2002), a cidade se mostra sobretudo excludente, já que repele e subalterniza os grupos sociais vulneráveis. Tratam-se de pessoas que, como Grosfoguel (2012) explica, habitam a chamada “zona do não-ser” uma vez que eles são tratados como não-humanos, ou sub-humanos, ou seja, sem acesso a direitos básicos, o que na zona do ser seria inaceitável. Sousa Santos (2002) propõe que, na área do não-ser, da linha abissal, populações são desumanizadas no sentido de ser considerado abaixo da linha do ser humano.

Spivak (2010) mostra que os subalternos, ou seja, aqueles que não estão nos espaços hegemônicos de poder, nos grandes centros globais, e que vivem às margens, a partir de um circuito marcado por uma série de violências e falta de acessos, colocando-os como “outro” e tornam-se invisibilizados.

Desse modo, a pesquisa proporcionou visa analisar como o rápido processo de ocupação no local levou a um grande desequilíbrio de caráter socioambiental e como isso interfere na oferta de serviços urbanos básicos na comunidade. Este artigo se divide em quatro principais seções. A primeira aborda os conceitos de igualdade e pobreza no ambiente urbano; a segunda seção trata dos espaços que estão à margem, como por exemplo, as baixadas e as invasões (ocupações), que se tornaram a principal expressão da cidade precária em Belém, e são compreendidas como assentamentos precários, por terem como principais características o grande contingente populacional, e infraestrutura muitas vezes deficitária. A terceira seção descreve alguns dados coletados na aplicação de 47 questionários socioeconômicos no local, sendo realizadas questões acerca da oferta de serviços urbanos básicos, tais como fornecimento de água, pavimentação, segurança, saneamento, entre outros. A última seção é constituída pelas considerações finais.

2. DESIGUALDADE E POBREZA NO AMBIENTE URBANO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Desigualdade diz respeito à distribuição desigual das riquezas produzidas ou apropriadas por uma sociedade, entre os indivíduos que a compõem. Pobreza, por sua vez, está relacionada à situação em que estão os membros de um determinado grupo social, com uma insuficiência de recursos para atender as suas necessidades básicas (NASCIMENTO, 1994)

Desigualdade e pobreza tratam-se de conceitos diferentes, mas estão intrinsecamente ligados, na medida em que as disparidades sociais são determinantes no que diz respeito às possibilidades de escapar de situações de privação e vulnerabilidade.. (SCALON, 2011).



O conceito de pobreza não se limita à noção de insuficiência financeira; possui um caráter mais amplo, como por exemplo, a privação de necessidades básicas, o que leva à exclusão, pouca ou nenhuma participação social, maior exposição à violência e negação de direitos básicos. (SCALON, 2011).

A desigualdade, já tida como “naturalizada” não é vista pela sociedade brasileira como um artifício. Todavia, ela se trata:

“de um produto de cultura, que resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades, os horizontes” (HENRIQUES, 2004, p. 65)

No que diz respeito ao ambiente urbano, a concentração da pobreza, tem como expressão um espaço duplo: de um lado, a *cidade formal*, que concentra os investimentos em serviços públicos e, de outro, a *cidade informal*, excluída de investimentos e que cresce sem qualquer planejamento. A expressão *cidade informal* está relacionada ao processo da expansão urbana ilegal e ao da exclusão social. Nele, pressupõe-se que o acesso à cidade ocorre de forma desigual e que é sempre socialmente determinado, o que pode ser observado nas diferentes formas de assentamentos: loteamentos irregulares; favelas, cortiços, áreas de invasão e as *baixadas*² (GROSTEIN, 2001).

Como Santos (2005 apud BAHIA, 2012) mostra, a cidade em si, acaba tornando-se geradora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, como por sua estrutura, que torna principalmente os habitantes de áreas periféricas, pessoas ainda mais desprovidas de direitos básicos. Ocupação de grandes espaços, o que pode conduzir a um modelo de ocupação centro-periferia, onde as carências dessa última alimentam a especulação imobiliária, o que leva à formação de novas áreas periféricas. A pobreza não está ligada somente ao modelo socioeconômico, mas, também, ao modo de ocupação de espaços.

A população de maior renda tende a receber maiores benefícios e os mais pobres permanecem à margem, por não possuírem recursos financeiros que permitam uma melhor inserção no ambiente urbano. Dessa forma, os diferentes valores assumidos pelas áreas urbanas implicam em uma distribuição espacial da população de acordo com a capacidade aquisitiva. A população de mais pobre tende a ocupar áreas desvalorizadas, como a periferia urbana (com deficiência nos serviços urbanos básicos) (PEREIRA, SILVA, 2011).

De acordo com Mueller (1997 apud PEREIRA, SILVA, 2011), a relação entre pobreza e concentração populacional, permite caracterizar as cidades brasileiras pelos seguintes aspectos: Parte considerável da população de baixa renda reside em construções precárias,

² Áreas com cotas altimétricas mais baixas e sujeitas a inundações. (CRUZ, 2005)



muitas vezes sem acesso ao abastecimento de água potável e em condições insalubres em áreas, muitas vezes, frágeis sob o ponto de vista ambiental: várzeas, terrenos próximos a focos de poluição, o que dificulta a oferta de serviços urbanos, especialmente a instalação das redes de água, esgoto, energia elétrica, pavimentação e coleta de lixo, criando condições favoráveis à proliferação de doenças endêmicas.

A segregação urbana ou é um dos principais aspectos da desigualdade social. À dificuldade de acesso a uma infraestrutura urbana (transporte precário, saneamento deficiente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, etc.), desemprego (especialmente do emprego formal), violência, pouco acesso ao lazer, entre outros aspectos. (MARICATO, 2003)

3. A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS À MARGEM EM BELÉM DO PARÁ

A área urbana de Belém está coberta por uma grande rede de corpos d'água, porque o município se localiza na confluência da Baía do Guajará com a foz do Rio Guamá. Esses fatores tiveram um papel fundamental no processo de ocupação urbana da Região Metropolitana de Belém, na medida em que as áreas de terra firme foram sendo ocupadas por camadas de maior poder aquisitivo, restando as áreas alagadas ou alagáveis para uma população mais pobre. Essas características são muito importantes na compreensão de como as questões socioespaciais estão intrinsecamente ligadas às questões habitacionais, bem como na forma como a população de baixa renda busca suprir suas necessidades de moradia na cidade (PINHEIRO et al, 2014).

No que diz respeito à ocupação de áreas alagadas/alagáveis, em Belém, o tipo mais comum de assentamento precário, é a chamada *baixada*. A *baixada* é marcada por uma maior densidade populacional, pela precariedade da infraestrutura urbana, o que traz graves consequências à manutenção da qualidade de corpos d'água, por frequentemente serem utilizados como esgoto. As *baixadas* de Belém representam a cidade informal, que está à margem, formada a partir da ocupação de terras desvalorizadas pelo mercado formal (RODRIGUES et al, 2014).

As baixadas na cidade de Belém se mostram como uma forma de assentamento informal na qual o indivíduo cidadão utiliza-se de meios relacionados à realidade local. Os aspectos culturais se mostram importante nas baixadas tanto na ocupação local no desenvolvimento de laços de sociabilidade (LEÃO, 2017)

As baixadas tornaram-se a principal expressão da cidade precária em Belém, e são compreendidas como assentamentos precários, por terem como principais características o grande contingente populacional, a insuficiência de habitações, construções palafíticas e infraestrutura deficitária. O estado de precariedade está diretamente ligado à condição de



fragilidade ambiental do local sob processo de crescimento sem as condições para tanto (RODRIGUES, TAVARES, MIRANDA, 2016).

Já as áreas de invasão, assim chamadas especialmente entre a metade da década de 1980 e os anos 1990, têm em comum as baixadas a característica da irregularidade; tratam-se de terrenos ocupados de forma irregular, contando frequentemente com a mobilização de movimentos de luta pela moradia e lideranças comunitárias, entre outros atores sociais. Com o decorrer do tempo, o vocabulário do planejamento urbano deixou de utilizar o termo invasão e o substituiu pelo termo *ocupação*, tido como mais adequado (PINHEIRO et al, 2016).

Dentre as principais características das áreas de invasão estão uma presença relativa, ainda que deficiente, de infraestrutura e serviços do entorno, como linhas de ônibus, rede de abastecimento de água e de fornecimento de energia elétrica, além da ocupação de áreas de fragilidade ambiental (PINHEIRO et al, 2016).

Todavia, muitos desses locais incluem não só as classes populares, mas também parcelas da classe média empobrecida, que são levadas a morar em habitações de qualidade inferior e/ou em localizações relativamente desfavoráveis. O termo *assentamentos* busca mostrar que tais práticas são estimuladas pela lógica capitalista que exerce influência sobre a localização das classes sociais e de suas frações no espaço metropolitano. (TRINDADE JUNIOR, 1999)

Recentemente, o processo de urbanização brasileira se associa muito à pobreza nas grandes cidades. Uma parcela considerável dos habitantes das *urbes* brasileiras fica à margem da própria legalidade urbanística e ambiental, vivendo em setores periféricos da cidade, cada vez mais distantes do centro urbano, sem infraestrutura básica e adequada e, muitas vezes, praticando a ocupação e a utilização de áreas socioambientais insalubres e não destinadas à função residencial (BAHIA, 2012).

Bahia (2012) explica que atualmente, o processo de produção dos espaços é marcada por uma concentração de serviços públicos urbanos básicos nas áreas centrais das cidades. E a população mais pobre, por falta de condições de se estabelecer no centro das cidades, busca a sua moradia em áreas mais afastadas, nas quais esses serviços são ofertados de forma precária ou mesmo, são ausentes.

O migrante, assim como os segmentos mais pobres que já residiam na cidade, encontrou como forma de moradia em locais até então desvalorizados pelas condições do terreno algumas desvantagens (muitas vezes alagado ou sujeito à alagamentos), mas que também oferecia a vantagem de estar localizada próxima à área central (LEÃO, 2017)

No que diz respeito à segregação social do espaço, na qual alguns segmentos sociais buscam encontrar localizações que lhe são mais viáveis, como por exemplo os



aglomerados irregulares presentes especialmente em áreas periféricas, constitui-se dessa forma o abrigo para uma população empobrecida. Há como consequência uma estrutura social na qual o lugar das classes sociais mais favorecidas se contrapõe ao espaço dos mais pobres. Trata-se da cidade dos excluídos, na qual predomina a precariedade da infraestrutura; é a cidade informal, pois está relacionada ao processo de expansão urbana desordenada e à exclusão social (CAÇOILA, LOUREIRO, 2007)

4. UMA BREVE DESCRIÇÃO DA REALIDADE DA COMUNIDADE BOM JESUS I

Em Belém, a Comunidade Bom Jesus I foi marcada por um processo de ocupação rápida e desordenada nas proximidades e no entorno do Igarapé Mata Fome (Figura 1), que como mostra Ravena-Cañete (2006), evidencia a precariedade de políticas públicas para a habitação na cidade de Belém. Grande parte dos moradores do local é oriunda do interior do Estado do Pará e também de outros Estados brasileiros. Abelém (1989) explica que ao chegar em Belém, boa parte dos migrantes tendem a ocupar áreas centrais insalubres ou áreas mais distantes desprovidas de serviços urbanos. Muitos destes, num primeiro momento, pagam aluguel e depois buscam a aquisição de imóvel próprio em locais que são economicamente viáveis e deslocam-se para terrenos mais baixos, frequentemente sujeitos a alagamentos.



Figura 1: Construções palafíticas no entorno do Igarapé Mata Fome, Comunidade Bom Jesus I

Fonte: Projeto Mata Fome



O aumento do êxodo rural conduziu a um acelerado crescimento populacional em áreas de baixadas. Essas áreas tornaram-se, sobretudo, um meio de sobrevivência de uma população com baixo poder aquisitivo, em decorrência da escassez e valorização das terras altas na Primeira Légua Patrimonial³. Isso ocorreu, tanto pela boa localização dos terrenos alagados em relação ao centro, quanto pela forma que ocorreu a ocupação destas áreas. Tais fatores compensavam, de certa maneira, as desvantagens de infraestrutura desses locais (TRINDADE JUNIOR, 2016).

Por meio da análise dos questionários, foi possível observar que a oferta de serviços públicos na área ocorre de forma insuficiente. Quanto ao abastecimento de água, por exemplo, mais de 60% dos moradores entrevistados afirmaram dispor de água encanada em suas residências, mas alguns destes disseram que não a utilizam ou a utilizam pouco em decorrência da baixa qualidade da mesma. Um número considerável (cerca de 38%) disse não ter acesso à água encanada ou nunca a utilizam, recorrendo dessa forma ao uso de poços artesianos.

Como explicam Sousa; Bordalo (2015), embora sejam duas gestoras operando (COSANPA e SAAEB), ainda há muitas pessoas que não se utilizam deste serviço, ou então o empregam de uma forma que deixa a desejar devido às constantes interrupções no fornecimento do serviço ou então referente à má qualidade da água. Os autores ainda destacam o fato de que Belém ainda possui muitos corpos d'água que cortam a cidade (todavia, muitos cursos hídricos hoje sofrem com o problema da poluição), e que poderiam atender uma parte da demanda de pessoas em suas residências que precisam de um serviço essencial.

Além disso, no que diz respeito à condição do terreno em que vivem, 27, 7 % dos moradores afirmaram viver em terreno alagável, o que geralmente ocorre em períodos de chuvas intensas (durante o inverno amazônico) e 19,1 % vive em terreno permanentemente alagado, (proximidade com o igarapé), sendo que quase 47% da população entrevistada vive em áreas que podem ser consideradas muitas vezes insalubres, trazendo riscos de doenças.

Kowarick (1979) explica que no acelerado processo de crescimento da cidade, o setor imobiliário levava adiante a ocupação espacial, guardando imensas áreas mais próximas aos núcleos centrais à espera de valorização, enquanto áreas mais distantes, sem qualquer infraestrutura, eram abertas para a aquisição das classes pobres.

³ A Primeira Légua Patrimonial, uma área de 4.110 ha, foi doada à Câmara de Belém em 1628, por carta de sesmaria, pelo Governador do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Coelho de Carvalho. A delimitação só foi realizada no século XVIII, sendo estabelecido um "marco" à leste da Estrada Real (atual Avenida Almirante Barroso). (PINHEIRO *et al.*, 2001)



Outro aspecto observado é que, alguns dos entrevistados, que moravam em outros bairros em casa alugada ou cedida, passaram a ter imóvel próprio ao se mudar para a comunidade. Mais de 80% dos 47 entrevistados afirmou viver em imóvel próprio. A viabilidade na aquisição do imóvel/terreno próprio foi apontada como um aspecto positivo de se viver no local. Todavia, é preciso notar que os segmentos populacionais que ocupam estes terrenos (muitas vezes, áreas alagadas/alagáveis) são constituídos principalmente por pessoas com menos recursos e que encontraram nesses locais um ambiente economicamente acessível.

Assim, a concentração da pobreza na urbe expressa um espaço dual: a cidade formal, que concentra grande parte dos serviços públicos e, de outro, a cidade informal, invisibilizada, desassistida de direitos básicos. A precariedade e a irregularidade estão entre suas principais características e contribuem para a formação de espaços urbanos desprovidos de infraestrutura (POLIDORO, DESCHAMPS, 2013)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acelerado processo de ocupação de espaços urbanos acaba por expor problemas que não se limitam à deterioração ambiental. Esse processo seria alimentado por fatores como o fluxo migratório do campo para a cidade, a especulação imobiliária, o desemprego, a baixa escolaridade, entre outros aspectos.

Assim, como afirma Gronstein (2001), se a formação de uma “cidade informal”, acaba por se mostrar como uma solução do ponto de vista do assentamento de segmentos sociais mais pobres na cidade, em contrapartida acaba trazendo problemas socioambientais que causam riscos significativos. A ausência de políticas de desenvolvimento urbano traz problemas ao crescimento da cidade, haja vista que ocorre um processo de expansão desordenada da urbe, e isso interfere diretamente na qualidade da oferta de transporte público, de serviços de saúde, segurança, educação, além de propiciar a ocupação de áreas de várzea, que apesar de serem terrenos mais baratos, mostram muitos problemas de saneamento, segurança e outras questões estruturais

Assim, foi possível observar a realidade de uma área que se encontra invisível à ação de políticas públicas em vários aspectos, destituída de direitos básicos, tais como moradia em local adequado, escolas, segurança, cujo processo de ocupação ocorreu sem qualquer planejamento foi fomentado principalmente pelo crescimento populacional dos centros urbanos, o que levou a um aumento na demanda por novos locais para habitação. Desse modo, Belém mostra a contradição entre o processo de urbanização resultante da rápida ocupação de áreas e a inabilidade governamental de diminuir questões resultantes dos fluxos migratórios, caracterizados por uma dinâmica inter e intrarregionais.



6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1989.

ARAÚJO, Camilla Leandra da Costa; PONTE, Juliano Pamplona Ximenes; LIMA, José Júlio Ferreira; RODRIGUES, Roberta Menezes; BRANDÃO, Ana Júlia Domingues das Neves. **Ocupação e Consolidação das Baixadas em Belém-PA: periferia e Portal da Amazônia.** Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/appsurbanas/arquivos/Anais_APPS_2012/GT1-122-91-20120214023554.pdf. Acesso em: 10. Mar. 17

BAHIA, MirleideChaar. **O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará.** 2012. 301 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3220>. Acesso em: 08. Jun. 2017

CAÇOILA, Sandra; LOURO, Margarida. A Cidade Informal no Pensamento Contemporâneo. In: **Artitextos**, FAUTL: Lisboa: Dezembro, 2007. p.15-20. Disponível em: <http://lafis.fa.utl.pt/ciaud/res/paper/REF.%20IS%2007.pdf>. Acesso em: 08. jun. 2017

DIAS, Mario Benjamim. **Urbanização e Ambiente Urbano no Distrito Administrativo de Icoaraci, Belém-PA.** Tese (Doutorado). São Paulo, 2007. 314p. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122007-114244/en.php>. Acesso em: 18. Jul. 2017

FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2002, nº 63, p.123-148. DOI : [10.4000/rccs.1272](https://doi.org/10.4000/rccs.1272)

GROSGOUEL, Ramón. El concepto de 'racismo' en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser?. **Revista Tabula Rasa**. Núm. 16, enero-junio, pp. 79-102. Bogotá, Colombia. 2012, Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n16/n16a06.pdf>

GROSTEIN, Marta Dora. MetrÓpole e Expansão urbana- a persistência de processos "insustentáveis". **Revista São Paulo em Perspectiva**, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n1/8585.pdf>. Acesso em 14. Abr. 17.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil. In. WERTHEIN, Jorge e NOLETO, Marlova Jovchelovitch **Pobreza e Desigualdade no Brasil.** Traçando caminhos para a inclusão social. Unesco, 2004.



KOWARICK, Lucio. **A Espolição Urbana**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1979.

LEÃO, Monique Bentes M. S. Paisagem ribeirinha nas baixadas de Belém/PA: usos e apropriações na bacia da Estrada Nova. **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Planejamento Urbano**. SESSÃO TEMÁTICA 6: ESPAÇO, IDENTIDADE E PRÁTICAS SÓCIO-CULTURAIS. p.1-19. São Paulo: 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ST%206.8/ST%206.8-01.pdf. Acesso em: 08. Ago. 2017

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Editora UFMG. 2001.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.48, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>. Acesso em 23. Mar. 2017

NASCIMENTO, E.P. A exclusão social no Brasil: algumas hipóteses de trabalho e quatro sugestões práticas. **Cadernos do CEAS**, n.52, Salvador: Centro de Estudos e Ação, Social, 1994

PEREIRA, Gislene; SILVA, Madianita Nunes da. Pobreza urbana e degradação ambiental: algumas reflexões sobre Curitiba, Brasil. **Cadernos de Vivienda y Urbanismo**, vol 4, n°7, janeiro-junho 2011. Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cvyu/article/view/5574>. Acesso em 17. Ago.2017.

PINHEIRO, Andréa; LIMA, José Júlio Ferreira; SÁ, Maria Elvira Rocha de; PARACAMPO, Maria Vitória. A questão habitacional na Região Metropolitana de Belém. Coleção **Habitare-Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras - Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX**. 2001. Disponível em: http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/colecao7/capitulo_5.pdf. Acesso em: 23.Mar.17

PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes; PONTE, Juliano Pamplona Ximenes; VALENTE, Andréa de Melo; LIMA, Alexandre Martins de; PINHEIRO, Patrícia Queise Ferreira. ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: BAIXADAS E OCUPAÇÕES. In: **Caracterização e Tipologia de Assentamentos Precários: estudos de caso brasileiros**. IPEA. 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28182. Acesso em: 17.jul.2017

POLIDORO, Mauricio; DESCHAMPS, Marly Vanice. Segundas residências e urbanização no litoral do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 34, p. 213 - 235, 2013

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes; LEÃO, Monique Bentes Machado Sardo; BARROS, Nayara Sales; CUTRIM, Raissa Sawada. **Urbanização e drenagem urbana: concepções divergentes na bacia da Estrada Nova, Belém-PA**. 3º Seminário Nacional sobre o



Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo. Belém: 2014. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/appsurbanas/arquivos/Anais_APPS_2012/GT1-122-91-20120214023554.pdf

RAVENA-CAÑETE, Voyner. **A descrição do possível: a experiência de intervenção da Unama no Igarapé Mata-Fome e o levantamento de dados socioeconômicos.** Belém: Editora Unama. 2006. 90 p.

RODRIGUES, Roberta Menezes; TAVARES, Ana Carolina de Miranda; MIRANDA, Thales Barroso. Urbanizar as “Baixadas”: Experiências de Projetos de Urbanização de assentamentos Precários em áreas de preservação permanente em Belém (PA). **Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. 2016.** Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2018/S18-04-RODRIGUES,%20R;%20TAVARES,%20A;%20MIRANDA,%20T.pdf>. Acesso em 18/02/17

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005. 174 p.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Revista Contemporânea -Revista de Sociologia da UFSCar.** n. 1 p. 49-68 Jan.–Jun. 2011.

SOUSA, Elivelton dos Santos; BORDALO, Carlos Alexandre Leão. O serviço de abastecimento de água potável: análise da gestão e de conflitos por água em Belém-pa. **Boletim Amazônico de Geografia** (ISSN: 2358-7040 - online), Belém, v. 02, n. 04, p. 74-86. jul./dez. 2015. Disponível em: <http://ppgeoufpa.net/boletim/index.php/boletim/article/view/43> Acesso em: 10. Jan. 17.

SANTOS, Boaventura Sousa. Parauma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**[Online], 63. 2002. Disponível em: <https://rccs.revues.org/pdf/1285>

SILVA, Maria de Jesus Benjamin da; DIAS, Mario Benjamin. Urbanização e qualidade de vida no distrito de Icoaraci/Belém/Para/Brasil, **Revista Geográfica da America Central,** Vol.2, Nº47E, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2194>. Acesso em 04. Ago. 2017

SPIVAK, GayatriChakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: EDUFMG, 2010.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Formação metropolitana de Belém (1960 - 1997).** Belém, PA: Paka-Tatu, 2016. 387 p.

_____. Assentamentos urbanos e metropolização na Amazônia brasileira: o caso de Belém. In: ENCUESTRO DOS GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA, 7., 1999, Santiago. **Annales...** Santiago: Universidad de Chile, 1999. p. 35-45. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal7/Geografiasocioeconomica/Geografia urbana/01.pdf>. Acesso em: 15.Mai.2017

**GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina****A TRAVESSIA: A SAGA DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO
CONTEMPORÂNEO**

Zélia Amador de Deus(UFPA)¹
zeliamador@gmail.com

RESUMO

Nesta comunicação assumo o papel de narradora-testemunha para contar, de forma breve, uma saga do Movimento Negro Brasileiro contemporâneo. A saga a que me refiro, diz respeito à “invenção” do Vinte de Novembro – Dia Nacional da Consciência Negra – como data significativa para o Movimento Negro Brasileiro contemporâneo e de como Zumbi, líder do Quilombo de Palmares, foi pinçado das profundidades da história para ser símbolo de liberdade e marco zero da construção de uma nova identidade coletiva de negros e negras brasileiros. Devo dizer que para a afirmação de alguns conceitos utilizados ao longo dessa narrativa, estarei apoiada em autores que serão chamados à cena, quando necessário. Assumirei o papel de uma narradora que, com certo privilégio, participou do espetáculo – e não apenas como espectadora, mas como personagem envolvida na cena. E mesmo quando espectadora, o que pode ter acontecido algumas vezes, sempre interferindo aqui ou ali – como faz o espectador que deve intervir na ação, de acordo com a proposta de Augusto Boal, no Teatro do Oprimido². Portanto, nesse relato, também sou protagonista. Protagonista dessa história que foi sendo tecida, aos poucos, sem grandes alardes. Vagarosamente, à margem da história oficial. O relato é composto de três estações cada uma delas contendo um número de cenas variado.

Palavras-chave: Movimento Negro Brasileiro, Dia Nacional da Consciência Negra, Quilombo de Palmares.

1. INTRODUÇÃO

Neste momento, assumo o papel de narradora-testemunha para contar, de forma breve, um episódio da saga do Movimento Negro Brasileiro contemporâneo. A saga a que me refiro, diz respeito à “invenção” do Vinte de Novembro como data significativa para o Movimento Negro Brasileiro contemporâneo e de como Zumbi, líder do Quilombo de

¹Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), professora no Instituto de Ciências da Arte da UFPA, é uma das coordenadoras do Grupo de Estudos Afro-Amazônico (GEAM/UFPA) e membro fundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA).

² Augusto Boal, autor e diretor teatral, ligado ao Grupo Teatro de Arena de São Paulo. Boal, perseguido pela ditadura militar, como muitos intelectuais questionadores o foram, passa um período exilado, em seu exílio elabora uma proposta estética de teatro para a América Latina, fundada na pressão sofrida por esse território. Tal estética ele atribui o significativo nome de estética do Teatro do Oprimido. A proposta foi publicada em *O Teatro do Oprimido*.



Palmares, foi pinçado das profundidades da história para ser símbolo de liberdade e marco zero da construção de uma nova identidade coletiva dos herdeiros de Ananse.

Devo dizer que para a afirmação de alguns conceitos utilizados ao longo dessa narrativa, estarei apoiada em autores que serão chamados à cena, quando necessário. Assumirei o papel de uma narradora que, com certo privilégio, participou do espetáculo – e não como espectadora, mas como personagem envolvida na cena. E, mesmo quando espectadora, o que pode ter acontecido algumas vezes, sempre interferindo aqui ou ali – como faz o espectador que deve intervir na ação, de acordo com a proposta de Augusto Boal (2008), no Teatro do Oprimido. O relato é composto de três estações cada uma delas contendo um número de cenas variado.

2. PRIMEIRA ESTAÇÃO: O VINTE DE NOVEMBRO

2.1 Antecedentes

Os antecedentes históricos, políticos, econômicos e sociais da construção dessa saga estão alhures. Vou me ater aos mais recentes para contextualizar o fato. Em raros momentos, terei que me distanciar um pouco mais na História, seja para falar de Zumbi e do Quilombo de Palmares, seja para falar do conceito de Negritude, elaborado pelos antilhanos. No mais, os antecedentes históricos não serão distantes no tempo e servirão para contextualizar a ação dramática. Os antecedentes a que me refiro são a Ditadura militar, instalada no Brasil com o golpe de 1964, e o maio de 1968, na França. Naquele maio, os ideais utópicos de liberdade efervescem e se espalham pelo mundo, respingando no Brasil. Passeatas estudantis passam a agitar o cenário sobre o qual paira uma atmosfera de receio e medo da repressiva ditadura militar. Mas, para além do medo, é preciso ousar! É preciso desafiar o regime! Os partidos de esquerda – colocados na clandestinidade pela força – continuam atuando e se articulam ao movimento estudantil, ampliando seus quadros. A arte é chamada à cena para falar. Se não se pode falar abertamente, que se fale pela via da metáfora artística.

2.2 Cena 1 - E o 13 se fez 20

Upa! Tem “neguinho na estrada” e tem mais, “Estatuinha” que afirma: “se a mão livre do negro” se dispuser a fazer, ela faz. Ela é capaz de criar e, portanto, o sujeito de mão tão criativa será capaz de tornar-se sujeito de sua própria história. Então, vamos a ela:



O dia 20 de novembro foi lançado como data a ser celebrada pelo segmento negro brasileiro em 1971, pelo Grupo de Teatro Palmares, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A proposta veio da parte do poeta Oliveira da Silveira. O treze de maio não correspondia às expectativas das pessoas negras como data que pudesse ser celebrada, afinal, a abolição só havia no papel, não havia nada de concreto, em termos de medidas práticas na lei. Portanto, era necessário buscar outra data. Era necessário recontar a história do Brasil. Esse não é um discurso novo. Ele está presente e persiste no dizer de lideranças do Movimento Negro, desde a década de 1930, com a criação da Frente Negra Brasileira. Entretanto, em que pese o fato de não ser um discurso novo, ele volta a emergir, em consequência das circunstâncias da luta e emerge, de forma ressignificada, falando pela via do símbolo metafórico. Isto posto, vamos à narrativa de invenção.

O grupo de teatro Palmares de Porto Alegre, fundado em 1967, vinha de experiências do Teatro Novo Floresta Aurora. Portanto, carregava consigo a tradição da hoje, centenária, Sociedade Floresta Aurora³. O grupo já encenara diversas peças e é provável que tivesse conhecimento da montagem do texto escrito por Gianfrancesco Guarnieri, montado pelo Grupo Teatro de Arena, no Rio de Janeiro – Arena conta Zumbi – como ficou conhecida àquela montagem. Famosa, não apenas pelo conteúdo questionador do espetáculo, mas, também, pela trilha musical de autoria de Edu Lobo, Guarnieri e Rui Guerra. A voz de Elis Regina incumbiu-se de divulgar algumas composições: “Upa, neguinho” e “Estatuinha”, por exemplo.

O texto de Guarnieri e Rui Guerra constrói o personagem Zumbi como o grande herói de uma tentativa de sociedade livre, o que respondia, naquele momento histórico, aos anseios de muitos brasileiros. O país, como já foi dito, vivia o peso da ditadura militar, que se instalara em 1964. Zumbi e Palmares se constituíram, na grande metáfora da liberdade ansiada por vozes que foram caladas à força e, portanto, só podiam se manifestar através do símbolo metafórico.

Sem perda de tempo, o poeta Oliveira da Silveira assumiu a função do poeta como arauto de seu tempo – capaz de anunciar a boa nova. Ou melhor, assume a função de griot – capta a mensagem. Decerto, inspirado por Ananse, a divindade Aranã, o poeta leva a mensagem à comunidade e a convida à reflexão. Com a palavra, o poeta:

Treze de maio traição
Liberdade sem asas

³Organização do fio/ ação Movimento Negro criada em Porto Alegre há mais de cem anos. Oliveira da Silveira refere que a organização surgiu por volta de 1870, 1871.



E fome sem pão

Oliveira da Silveira (2003, p. 24) afirma que embora esses versos “tenham sido escritos em 13 de maio de 1969, o crítico mais veemente da data 13 de maio e da lei Áurea era o integrante do grupo que se chamava Jorge Antônio dos Santos”. E prossegue o poeta:

O grupinho de negros se reunia costumeiramente em alguns fins de tarde na rua da Praia (oficialmente, dos Andradas), quase esquina com Marechal Floriano, em frente à Casa Masson. Eram vários esses pontos de encontro, havendo às vezes deslocamentos por alguma razão. Pontos negros (Ibidem).

E ainda com a palavra, o poeta (Op. Cit, p. 25):

Circulava na época o fascículo número seis da série Grandes Personagens da nossa História, da Editora Abril Cultural. Essa publicação fortaleceu a ideia em Oliveira da Silveira de que Palmares teria sido o momento mais marcante da História do negro no Brasil. Afinal, foram cem anos de luta contra o império colonial português.

Oliveira da Silveira afirma também que não podia se apoiar apenas no fascículo e por esse motivo, buscou como fonte de consulta o livro *O Quilombo dos Palmares*, de Édison Carneiro (2011), e lá estava confirmado: o Vinte de Novembro. Agora não há mais dúvida, eis a data.

2.3 Cena 2 - A tradição

Colaborando para a invenção da tradição, entra em cena a palavra do historiador Décio Freitas.

O historiador Décio Freitas chega ao Brasil, em Porto Alegre. Conforme seu próprio relato assistiu à primeira celebração do dia 20 de novembro, realizada pelo Grupo de Teatro Palmares, “movido por notícia na Imprensa”. É importante ressaltar que Décio Freitas, que professava o comunismo, havia se exilado no Uruguai, em Montevideu, por causa da Ditadura militar. Durante o exílio, escreveu e publicou a obra *Palmares - laguerrilla Negra*. Esta publicação, segundo relato do autor, foi editada em 1971, pela editora Nuestra América, em Montevideu. Décio Freitas dizia haver presenteado ao Grupo de Teatro Palmares, com um exemplar do livro.

A obra será importante para o processo de “invenção” e “construção” da tradição sobre Zumbi e sobre o Quilombo de Palmares e contribuirá para o processo de consolidação do dia nacional da consciência negra. O personagem Zumbi, construído por Décio Freitas, é delineado como um líder socialista. Para início de conversa, o Zumbi de Décio é um letrado.



“Zumbi nasceu no começo do ano de 1655, numa das inúmeras povoações palmarinas” (FREITAS, 1990, p. 125), portanto, Zumbi já era nativo do território de Palmares. Décio Freitas (Ibidem) continua: “O negrinho recém-nascido foi dado de presente ao padre português Antonio Melo, do distrito de Porto Calvo, cujos limites marcavam a fronteira entre o povoamento luso-brasileiro e a república negra”. Além de nativo de Palmares, Zumbi fora criado nos arredores de Palmares. É provável que por isso não tenha perdido o contato com seus pares. E o perfil do herói continua a ser traçado: “Conta o padre que batizou o pretinho e lhe deu o nome de Francisco. Ensinou-o a ler e o fez seu coroinha quando contava com dez anos de idade” (FREITAS, Op. Cit.).

É importante ressaltar que o padre não tratava Francisco como escravo, pois os negros nascidos em Palmares não eram considerados escravos o que, segundo Décio Freitas, se explica por uma jurisprudência do Conselho Ultramarino que, mais tarde, será consolidada pelo Alvará Régio de 1682.

O padre que criou o pequeno Francisco lamenta que, ao completar quinze anos, seu coroinha, portador de “cordura perfeitamente cristã”, houvesse fugido para a companhia dos negros levantados de Palmares. E Décio Freitas (Loc. Cit.) ressalta a declaração do padre para compor o perfil letrado de Zumbi: “engenho jamais imaginável na raça negra e que bem poucas vezes encontrei em brancos. Aos dez anos, Francisco conhecia todo o latim que há mister e crescia em português e latim muito a contento”.

Isso demonstra que o herói, pinçado pelo poeta Oliveira da Silveira, está pronto para vingar, uma vez que possui os atributos fundamentais de que carecem um herói. Zumbi é corajoso, inteligente, bastante sagaz como estrategista, possui senso de sacrifício pessoal em nome do coletivo. O desenho, portanto, ressalta qualidades morais que são encarnadas pelo personagem e, ao mesmo tempo, essas qualidades serão veículos de valores tradicionais que precisam ser recuperados pela população negra, em seu processo de afirmação.

E, ainda mais: o herói é letrado, o que significa dizer que, além da tradição, o herói traz consigo, também, o princípio “civilizador”. Nesse momento, é José Murilo de Carvalho (1990, p. 55) que vem em meu auxílio:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva, ele, o herói, terá a responsabilidade de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado.



Pronto está o herói para a elaboração de uma nova narrativa fundante que possa se contrapor ao “mito da democracia racial” (persona do racismo contemporâneo, no Brasil). Zumbi vem servir aos anseios de vozes que há muito falavam à margem, pois a busca de uma afirmação de ser negro sempre existiu no Brasil, como vem comprovando a moderna historiografia, que pondo em cheque uma visão tradicionalista, se dispõe a rever o ponto de vista que propaga uma imagem de submissão. É nesse processo de revisão histórica que o Movimento Negro Brasileiro, comprova a existência de rebeliões e movimentos de resistência, capaz de serem comparados com o que aconteceu no Caribe, particularmente, no Haiti, em 1804, quando os negros escravizados, organizaram uma rebelião e pela força das armas tomaram o poder e conseguiram sua libertação e a independência do país.

2.4 Cena 3 - O Território, a Sociedade.

Se o perfil de Zumbi, desenhado por Décio Freitas, é o de um líder “letrado”, racional – aquele chefe que comanda, tendo antes pensado e elaborado as estratégias e táticas necessárias à sobrevivência da sociedade palmarina – o Quilombo de Palmares é pintado por ele como uma República socialista baseada na cooperação e na solidariedade:

Nas comunidades negras reinava uma fartura que oferecia um vivo contraste com a perene miséria alimentar das populações do litoral. A abundância de mão-de-obra, o trabalho cooperativo e a solidariedade social haviam aumentado extraordinariamente a produção [...] Era uma República peculiar a que não se poderiam aplicar conceitos históricos ou políticos de inspiração europeia [...] E continua num outro trecho: “Palmares foi a manifestação mais eloquente do discurso antiescravista dos negros brasileiros nos quase três séculos da escravidão (FREITAS, 1990, p. 73, 104 e 110).

Palmares, de Freitas, era uma República capaz de abrigar os deserdados do sistema: negros, indígenas e brancos desertores. Do ponto de vista da organização, Palmares era constituído de vários povoados e cada um possuía um chefe que era escolhido pelos méritos da força, inteligência e destreza. Os chefes eram controlados por um conselho e as decisões mais importantes eram tomadas em assembleias gerais das quais participavam todos os habitantes adultos. Com o aumento da população em Palmares a atividade produtiva foi se diversificando e a economia foi se tornando complexa. Além da agricultura (policultura) se tem notícia de que trabalhavam com o ferro. Existia em Palmares o trabalho com forja. Décio Freitas se refere a isso ressaltando o pânico dos governadores de Pernambuco quando se soube da existência de oficinas de ferreiros em Palmares, sobretudo, por causa da possibilidade de confecção de armas.



Com efeito, o quilombo de Palmares, após a visão de Décio Freitas, passa por um processo de resignificação. Deixa de ser simplesmente um quilombo, na estrita acepção colonial. Na acepção colonial do Conselho Ultramarino, quilombo era “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham nele ranchos levantados e nem se achem pilões nele”⁴.

Neste sentido, Palmares após Décio Freitas, rompe com esta acepção e se transforma numa República socialista forte que, paralela ao Império colonial, persistiu por mais de um século. Palmares, então, passa a ser o reencontro do sonho perdido de uma sociedade forjada na luta e na qual, decerto, poderia haver prevalecido, a verdadeira democracia racial.

3. SEGUNDA ESTAÇÃO: NAÇÃO E CULTURAS NACIONAIS

3.1 Cena 1 - Um convite à reflexão

Creio que não se possa avaliar a figura de Zumbi fora dos prismas da “nação”, e das culturas nacionais, por esse motivo, trago à cena Stuart Hall (2003, p. 50), que nos diz:

as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza nossas ações quanto à concepção que temos de nós mesmos.

Se uma cultura nacional é um discurso construído, discursos paralelos podem surgir elaborados por grupos que por uma razão ou outra, não foram contemplados pelo discurso “oficial” da suposta cultura nacional. E, é exatamente nesse jogo de contrastes e oposições, que são forjadas as identidades. Dessa forma, o mesmo personagem pode ser alvo de representações inversas daquilo que se quer ou se pretende expressar, seja por grupos que contestam a imagem ou personagem “oficial”, seja por grupos que, de uma forma ou de outra, pretendem firmar e afirmar sua singularidade, livrando-se das tramas do tecido homogêneo que os sufoca, buscando construir sua própria identidade.

Vista por esse ângulo, a luta de um grupo pelo reconhecimento de um personagem que “viajou” ao longo do tempo pelas “bordas” da narrativa histórica do país, não deve ser entendida como uma atitude retrógrada que ameace a ordem daquilo que foi construído e nos é apresentado como narrativa pedagógica de uma nação. Pelo contrário, essa luta se constitui num elemento fundamental para a construção e formação de identidade própria e coletiva do dito grupo. Deste ponto de vista, pode-se perguntar: que personagem é esse

⁴Conselho Ultramarino, 1740 apud MOURA, 1993, p. 11.



apresentado e revelado à nação brasileira? Um personagem que não apenas é apresentado, mas que insiste em ser incluído e fazer parte do discurso da cultura nacional, do discurso oficial?

Para nos ajudar a entender melhor a questão que se põs, peço ajuda do conceito de “dissemi(nação)” articulado por HomiBhabha (1998). O conceito de “dissemi(nação)” responde à necessidade de se ler a nação com todas as suas diferenças culturais. O termo “disseminação” se refere simbolicamente à ideia de dois tempos históricos existentes num projeto da construção da narrativa ideológica nacional de qualquer país. Para Bhabha, é necessário reconhecer a existência de dois níveis temporais que fazem parte da imaginação e da narrativização ideológica de uma nação, ou seja, daquele espaço em que se “escreve a nação”. Isto quer dizer que a nação não pode ser lida apenas horizontalmente, como metáfora de uma paisagem nacional, o que equivaleria à existência de uma identidade coesa e homogênea que anularia as diferenças. Mas também, a nação deve ser lida em sua temporalidade disjuntiva, ambivalente e produtiva que manifesta a diferença ou as diferenças culturais, muitas vezes provenientes de grupos subalternos exigindo a valorização de seus papéis como participantes ativos da mesma nação.

Ao primeiro tempo, o mais tradicional, àquele que articula a temporalidade linear, contínua e cumulativa, Bhabha(1998, p. 222) chama de tempo “pedagógico”; ao segundo, “performativo”. O tempo pedagógico “é uma forma de tempo homogêneo e vazio,”é o tempo já referido por Walter Benjamin em *Experiência e história*. O tempo performativo é a forma de tempo das intersecções, das transversalidades, é o tempo por onde caminham as histórias “subterrâneas”. “É o tempo que interrompe o tempo autogerador da produção nacional e desestabiliza o significado do povo como homogêneo” (BHABHA, ibidem). Esses tempos são sempre articulados de forma agonística, caminham em estado de constante tensão.

Desse ponto de vista, é a valorização do tempo “performativo” que conduz à inscrição da subjetividade dos diversos “povos” que constituem uma nação. É por essa valorização do tempo “performativo” que se pode ouvir as “vozes” das consideradas minorias marginalizadas. Dessa forma, no dizer de HomiBhabha, é que grupos conseguiriam, simbolicamente, contestar o discurso centralizador e “pedagógico” da nação e, acima de tudo, questionar o poder deste discurso, no sentido de consolidar e generalizar uma única dimensão social, em nome de uma nacionalidade que se quer unificadora.

E é, exatamente aproveitando a fenda que se abre no tecido da narrativa pedagógica de nação, que o fio/ação movimento negro brasileiro insere a figura de Zumbi de



Palmares. Um símbolo capaz de elaborar uma narrativa de liberdade, uma vez que, a data do dia 13 de maio, abolição da escravatura, e a figura da “redentora princesa Isabel”, inscritas no tempo “pedagógico” e linear não foram suficientes. Não deram conta de resolver a situação de subalternidade dos descendentes dos africanos trazidos para o Brasil, na condição de escravos.

3.2 Cena 2 - Identidade nacional

Essa reflexão nos conduz, inevitavelmente, para o debate sempre revisitado de identidade nacional e, neste caso, busco o auxílio de Renato Ortiz que em sua obra *Cultura e identidade nacional* (1986, p. 19), afirma que não existe uma identidade nacional autêntica, o que existe é:

uma pluralidade de identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos, portanto, a identidade não pode ser entendida como algo imóvel, imutável, que se almeje atingir, pois se assim o fosse tratar-se-ia de uma ideologia, a identidade deve ser entendida como um conceito aberto, como síntese inacabada, que se institui simbolicamente no percurso dos vários movimentos que a constituem.

Renato Ortiz situa a identidade perseguida por grupos negros, num espaço multidimensional em que a identidade negra se põe como uma das dimensões. Será apenas por meio da organização, da justaposição de certo número dessas dimensões, que se construirá uma identidade, o que implica dizer que a identidade, assim como a individualidade, são estruturas, são construções que resultam de uma verdadeira bricolage. “A identidade não é fim nem começo; ela se situa no próprio processo de sua construção” (ORTIZ, Op. Cit. 138).

Dando continuação ao tema da identidade, peço a ajuda de Manuela Carneiro da Cunha (apud ORTIZ, 1986, p.139) que ao refletir sobre a etnicidade, parte do princípio de que a identidade é constituída de forma situacional e contratativa, ou seja, “que ela constitui resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com as outras identidades em jogo, com as quais se forma um sistema. É uma estratégia de diferenças”.

Portanto, a construção da identidade coletiva de um grupo é forjada num jogo de relações conflituosas em que o dito grupo, para se afirmar, busca algo em comum capaz de uni-lo. Manuela Carneiro da Cunha, em “*Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*” demonstra o processo que aconteceu com os africanos, escravizados no Brasil, que retornaram à África, sobretudo, para a região do golfo de Benin. Esses africanos passaram a se identificar como brasileiros. Cultivavam a língua portuguesa, celebravam várias “tradições” que os iria identificar coletivamente. Ressalte-se que sobre os brasileiros



na África, Milton Guran (2000) publicou uma obra, denominada “*Agudás*” ou “*amaros*”, nomes pelos quais são reconhecidos, ainda hoje, os descendentes dos “retornados⁵” na África em Benin. Conforme Manuela Carneiro da Cunha, a noção de partilha de uma determinada experiência histórica será o polo unificador do grupo. Na mesma linha, Stuart Hall (2000, p. 108) fala de identidade cultural: “àquele eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos eus – mais superficiais ou artificialmente impostos – que um povo, com uma história e uma ancestralidade partilhadas, mantém em comum”.

Desse ponto de vista, a identidade cultural se faz um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma “unidade”. O eco de uma consciência negra que ressurgiu num discurso engajado na luta contra a opressão – reivindicando igualdade de tratamento, denunciando o “mito da democracia” e buscando elaborar uma narrativa de libertação, cujo símbolo é Zumbi – se constituirá no marco zero da construção dessa identidade coletiva. São as vozes dissonantes que caminharam à margem, do “discurso” elaborado no “tempo pedagógico” da nação que, num determinado momento, irrompem num “discurso” que se aproveita da fissura do “tempo performativo”.

Renato Ortiz, ao propor o debate sobre Identidade Nacional, destaca o papel dos intelectuais como mediadores desse processo de construção e o exemplo citado por ele é, exatamente, o fio/ação movimento da negritude. Neste particular, faço uma analogia com o fio/ação Movimento Negro Brasileiro da atualidade:

O movimento da negritude só pôde surgir no momento em que um grupo de intelectuais tomou como objeto de reflexão a condição do negro diante do homem branco. Césaire, Senghor, Diop são intelectuais que se voltam para a África na busca de uma identidade negra que é, no entanto, algo virtual. Isto é, eles tomam a cultura negra e constroem uma identidade étnica que se contrapõe à dominação branca (ORTIZ, 1986, p. 141).

Nesta linha, o fio/ação movimentos negro da atualidade opera de maneira análoga. Ou seja. Busca formas concretas de expressões culturais para integrá-las e reinterpretá-las dentro de uma perspectiva mais ampla. A cultura afro-brasileira conforme Ortiz (Loc. Cit.):

não é simplesmente vivenciada na sua particularidade, mas o singular passa a definir uma instância mais generalizada do conhecimento. Ao integrar em um todo coerente as peças fragmentadas da história negra-candomblé, quilombo, capoeira- os intelectuais (agentes) constroem uma identidade negra que unifica os atores que se encontravam anteriormente separados. A identidade é, nesse sentido, elemento de unificação das partes, assim como fundamento para a ação política.

⁵ Sobre o assunto outros autores já se pronunciaram. Dentre os quais destaco: Alberto Costa e Silva. Pierre Verger: *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos*, *Negros Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, de Manuela Carneiro.



4 TERCEIRA ESTAÇÃO: A CONSOLIDAÇÃO DO VINTE.

4.1 Cena 1 - E surge o MNUCDR

Neste momento, passo a palavra a Hamilton Cardoso. Em artigo publicado na revista Afro Diáspora documenta o lançamento do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial – MNUCDR:

Logo após as greves operárias de 1978, no dia 7 de julho, às 19 horas, três mil negros reuniram-se diante do Teatro Municipal de São Paulo e disseram “Sim” à sua história, através de um sonoro “Não” ao racismo. Inesperadamente, como os operários de braços caídos do ABC de 1977, radicais como os afro-americanos do norte, decididos como a libertação africana, revoltados e expressando a nova consciência nacional como a maioria dos brasileiros, cercados por policiais como todos os oprimidos. Disseram “não” ao regime militar. Disseram “não” à super exploração capitalista. Disseram “não” ao racismo. Disseram “sim” à sua independência e a igualdade racial (CARDOSO, 1984, p. 28).

No evento de lançamento do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial – MNUCDR que vai ficar conhecido, nacionalmente, como MNU, é veiculado o manifesto do grupo que, entre outras questões, cria o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra e institui o 13 de maio como Dia Nacional de Denúncia do Racismo. Segundo Hamilton, a receptividade do movimento, que se quer nacional, é muito grande entre os negros brasileiros, tanto assim, que num espaço de três meses – após o ato de lançamento, o movimento, talvez por sua legitimidade – espalhou-se pelo país. Além de São Paulo, chegou ao Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e contava com simpatizantes em Brasília, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco e Maranhão.

A atmosfera política em que vivia o país permitiu o ressurgimento dos movimentos sociais que haviam sido sufocados pela intensa repressão, é nesse bojo, portanto, que ressurge o movimento negro brasileiro contemporâneo. Trata-se da época da “abertura política”, período em que a ditadura militar, sob o comando do General Ernesto Geisel, se dispõe a implantar o processo de abertura que deve ser lenta e gradual, como pregam os militares. Se é verdade que o MNU não marcou presença em todas as unidades da federação, é verdade, também, que em todos os estados brasileiros, no mesmo período, surgem organizações do fio/ação movimento negro. Algumas permanecem até o momento presente, é o caso do Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN; Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA, e muitas outras espalhadas pelo país inteiro.



A grande novidade é que este fio/ação de Ananse que ressurgiu, possui um caráter político-reivindicativo muito forte. Devo dizer que, embora a data do vinte de novembro já venha sendo celebrada em diversos lugares, no país, desde o início da década de 1970, o manifesto do MNU não faz nenhuma referência, sobre a origem da proposta e, inclusive em publicação, quando do aniversário de 20 anos do MNU em 1998, continua o silêncio sobre o achado do poeta Oliveira da Silveira. O silêncio só é rompido com o historiador mineiro Marco Antonio Cardoso, militante do fio/ação Movimento Negro que, ao reconstituir a trajetória do dia 20 de novembro, em sua dissertação de mestrado, faz jus ao grupo Palmares e ao poeta Oliveira da Silveira, destacando a atuação do grupo no conjunto das ações do Movimento Negro. O fio/ação Movimento Negro, contemporâneo, ressurgiu numa época em que a influência internacional, quer das Antilhas e da África das independências, quer dos Estados Unidos, propicia uma espécie de revigoração aos herdeiros de Ananse brasileiros. O Vinte de Novembro, portanto, surge como polo aglutinador, é uma motivação nacional, afro-brasileira, Negra.

4.2 Cena 2 - Negritude presente

Nesta cena quero recuperar um pouco da trajetória da negritude brasileira e seu diálogo com a negritude transnacional. A noção de denominadores comuns capazes de transcender a mera noção do fenótipo quer ir além. Quer transcender tecendo uma noção de partilha de determinadas situações históricas, que se caracterize pela reivindicação de valores próprios, avalizem a ação e discurso do fio/ação movimento negro que ressurgiu no final da década de 1970. É nessa esteira que esse fio/ação do Brasil, se articula com o fio/ação movimento negro internacional, particularmente com os negros norte-americanos, e com o Caribe e com as lutas de independência da África, rompendo, assim as fronteiras locais.

Hoje, as fronteiras estão bem mais abertas e isso se tornou bem evidente, durante o processo Preparatório para a III Conferência mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que aconteceu em Durban, na África do Sul, em 2001. E ainda, mais recentemente – julho de 2006 –, em Salvador, Bahia, quando da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora.

O que pretendo recuperar, neste ponto, é o sentimento de negritude, uma resignificação do conceito desenvolvido por Césaire. Tento recuperar o sentimento interior de recusa aos valores do colonizador e, ao mesmo tempo, a reivindicação de abertura de espaço na cena para que os negros possam reencontrar suas subjetividades.



Tal sentimento vai estar presente em diversos momentos da história brasileira, como se pode verificar na publicação fac-símile do jornal *Quilombo*, dirigido por Abdias do Nascimento, abrangendo o período de dezembro de 1948 a julho de 1950. O jornal era a publicação do Teatro Experimental do Negro, grupo fundado em 1944 e dirigido, também, por Abdias do Nascimento com a finalidade de abrir às portas da cena do teatro brasileiro para atores e atrizes negros e negras.

4.3 Cena 3 - E a luta...

O fio/ ação movimento negro brasileiro contemporâneo, ao construir a saga que acabei de contar, lança mão de alguns fragmentos que compõem o mosaico da cultura de seus ancestrais. São elementos da memória coletiva pinçados para dar coerência a uma narrativa que se quer épica, gênero em que cabe o herói clássico, forte, valoroso, imbatível. Neste sentido, é significativa a recuperação dos quilombos como instrumento/testemunho de uma resistência que se tornou “invisível” para a narrativa de nação brasileira.

É nessa esteira que, no bojo desse processo, para dar mais coesão à saga, entram em cena os remanescentes de quilombos. Saindo de séculos de “invisibilidade” para reivindicar a titulação de suas terras e o reconhecimento de seus territórios. Assim, ampliam a rede das teias de Ananse, elaborando mais um episódio da narrativa, partilhando experiências históricas semelhantes, buscando laços de solidariedade, construindo relações de tecnicidade que se encontra em pleno processo. Dito de outra forma, os quilombolas com o auxílio do fio/ação Movimento Negro urbano, atravessam o tempo “pedagógico”, destroem os “princípios constantes” da cultura nacional e invadem a cena para narrar suas histórias, emergindo da invisibilidade, onde, por séculos protegidos por Ananse, viveram à margem da narrativa nacional.

Bhabha(1998), ao analisar as culturas pós-coloniais, afirma que são culturas que caminham sempre em processo de tensão com a cultura nacional e aproveitam-se sempre dos vãos, dos vazios que a linearidade da narrativa pedagógica de nação não deu conta de preencher. É dessa forma, digo, que se escrevem e se inscrevem as inúmeras histórias dos herdeiros de Ananse, nas Américas. Desse modo, encerro este capítulo, porém, não sem antes recorrer mais uma vez a HomiBhabha inspirado em Frantz Fanon:

As críticas feita por Fanon das formas fixas e estáveis da narrativa nacionalista torna imperativo questionar as teorias ocidentais do tempo horizontal, homogêneo e vazio da narrativa de nação. Será que a linguagem da instabilidade oculta da cultura tem pertinência fora da situação de luta anti-colonial? Será que o incomensurável ato de viver – frequentemente descartado como ético ou empírico – tem sua própria narrativa ambivalente, sua própria história da teoria? Ele pode modificar a maneira como



identificamos a estrutura simbólica da nação ocidental? (BHABHA, 1998, p. 223)

Aos questionamentos feitos por Bhabha inspirado em Fanon, respondo que o tempo político (performativo), vem escrevendo “o tempo dos descendentes dos africanos”, no continente americano, o tempo daqueles que vêm construindo suas identidades hifenizadas, no sentido referido pelo antropólogo indiano ArjunAppaduraibrasileiro, afro-colombian-jamaicano, e assim por diante. Portanto, guiada pelos fios das teias de Ananse, sigo em frente na elaboração de mais uma versão do protagonismo dos herdeiros da deusa Aranã. A cena, portanto, está aberta e a narrativa inacabada.

5. REFERÊNCIAS

- CARDOSO, H. Movimentos Negros: é preciso. **Afro Diáspora**: Revista Trimestral do Mundo Negro, IPEAFRO, Rio de Janeiro, n. 3, 1984.
- CARNEIRO, E. **Quilombo dos Palmares**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FREITAS, D. **Palmares**: A Guerra dos Escravos. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- GOMES, Flávio. **Palmares**: escravidão e liberdade no atlântico sul. São Paulo: Contexto, 2005.
- GURAN, M. **Os agudas**: os “brasileiros” do Benin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- HALL, S. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. São Paulo: DP&A Editora, 2003.
- _____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 108.
- MOURA, C. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SILVEIRA, O. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

**GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina****BELÉM: A CIDADE SEGREGADA REVELA SUAS COLONIALIDADES.**Jakson silva da silva¹**RESUMO**

As periferias de Belém revelam realidades desumanas numa cidade cindida, racial e socialmente segregada em zonas. Também o centro mostra desigualdades que a cidade capitalista e racista impõe às gentes desprezadas. Essa cidade dividida se assemelha ao mundo colonial descrito por Frantz Fanon (1968), que segrega a cidade em zonas humanas e zonas desumanizadas. “O mundo colonial é um mundo dividido em compartimentos”, afirma Fanon. A desumanidade do capitalismo estabelece classificações raciais na divisão social do trabalho, nas políticas públicas e na localização espacial das populações inferiorizadas. Os processos de urbanização segregam, despossuem as pessoas dos seus lugares, e essas lógicas repetem estruturas coloniais. No artigo, a cidade de Belém é interpelada em suas colonialidades, que é como Anibal Quijano (2005) concebe os vínculos do tempo presente com a situação colonial. Belém, enquanto se urbaniza, exclui, e assim manifesta colonialidades. Na falta de humanidade para com os moradores de rua, na remoção dos pobres, pretos, pardos e indígenas dos seus lugares de vida, que significa a imposição de um racismo institucionalizado sobre eles.

Palavras-chave: cidade colonial, segregação sócio-racial, zonas desumanizadas.

1. INTRODUÇÃO

As periferias de Belém revelam realidades desumanas numa cidade cindida, racial e socialmente segregada em zonas. Também o centro mostra desigualdades que a cidade capitalista e racista impõe às gentes desprezadas. Essa cidade dividida se assemelha ao mundo colonial descrito por Frantz Fanon (1968), que segrega a cidade em zonas humanas e zonas desumanizadas. “O mundo colonial é um mundo dividido em compartimentos”, afirma Fanon. A desumanidade do capitalismo estabelece classificações raciais na divisão social do trabalho, nas políticas públicas e na localização espacial das populações inferiorizadas.

Os processos de urbanização segregam, despossuem as pessoas dos seus lugares, e essas lógicas repetem estruturas coloniais. No artigo, a cidade de Belém é interpelada em

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA-UFPA) – Brasil. Participa do projeto Observatório de Conflitos Urbanos de Belém, sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA. E-mail: jakson1610@gmail.com



suas colonialidades, que é como Anibal Quijano (2005) concebe os vínculos do tempo presente com a situação colonial. Belém, enquanto se urbaniza, exclui, e assim manifesta colonialidades. Na falta de humanidade para com os moradores de rua, na remoção dos pobres, pretos, pardos e indígenas dos seus lugares de vida, que significa a imposição de um racismo institucionalizado sobre eles.

Nas baixadas, uma vez saneadas, os moradores originais perdem suas moradias e com elas seus lugares e suas relações sócio-afetivas longamente construídas. As remoções ocorrem sistematicamente e repetem a velha despossessão pelo poder branco colonial, que desde sempre saqueou as populações nativas dos seus lugares. A cidade colonial nasceu segregando e assim continua, reproduzindo a mesma estrutura colonial que junta desigualdade social com estratificação étnico-racial.

Belém é colonial na violência policial que atinge jovens negros nas zonas desumanizadas da cidade. Na ausência de serviços públicos nos lugares populares, abandonados para se tornarem alvo de revitalizações e gentrificações. Nas longas distancias que os segregados urbanos precisam viajar cotidianamente para alcançar seus postos de trabalho. As colonialidades que associam raça e classe nas muitas hierarquias de tratamento se manifestam de muitas maneiras. Há racismo na supressão dos sentidos da vida popular nas feiras e mercados. Na super exploração do trabalho a que negros, indígenas e mestiços são submetidos. Na invisibilização dos indígenas na cidade. Na negação de qualquer participação real nas decisões sobre projetos urbanos, posto que o poder público despreza o saber popular e despeja sobre a população modelos urbanísticos concebidos nas metrópoles centrais, que se refletem em *waterfronts* e *piers* que tomam o lugar dos portos públicos e trapiches que ligam as ilhas e o continente, e permitem a vida popular nas beiras da cidade.

A cidade é plena de colonialidades. O consumo conspícuo na cidade se relaciona ao extrativismo primário, especialmente à riqueza derivada da exploração e exportação de madeira, de acordo com a mesma ordem mundial dos tempos coloniais. O patriarcalismo, esse traço colonial presente nos monumentos e estátuas de conquistadores, persiste nos espaços urbanos perigosos para as mulheres. As fronteiras internas se exasperam na cidade que nasceu segregada e mantém no seu ordenamento urbano gente desprezada em zonas desumanizadas. Essa realidade pretendemos mostrar no artigo através de um texto informado por dados e imagens.



2. AS POLÍTICAS URBANAS DESPREZAM O LUGAR

Certa vez, no início de 2016, em uma reunião entre um secretário da Prefeitura de Belém e feirantes do Porto da Palha, situado na Estrada Nova de Belém, o secretário adiantou a proposta de remover o porto do lugar onde estava, para uma área contígua, um antigo porto particular então desativado, chamado A. M. Fidalgo, a fim de instalar, justamente no lugar do Porto da Palha, um terminal do BRT fluvial. A instalação do Porto da Palha no novo local seria em caráter provisório, podendo ser definitivo se o prefeito se reelegesse para um segundo mandato. O secretário municipal justificava a medida em virtude do estado precário em que se encontrava o Porto da Palha. De fato, a precariedade do porto público se dá pela situação de abandono desse lugar de trânsito e intensa vida popular. Aliás, o abandono dos lugares populares é uma situação comum no cenário da cidade.

Algumas ilações podem ser extraídas desse episódio do processo de urbanização que a cidade experimenta ali. Trata-se de destruir os lugares, remover usuários e moradores e criar espaço para a valorização do capital. A primeira questão que vem à tona é a disposição do poder público em arrancar pela raiz o porto popular do lugar onde ele ainda está. Cabe dizer que o Porto da Palha está ali praticamente desde a abertura da Estrada Nova, possibilitada pela construção de um dique nos anos 1940, que possibilitou barrar as águas do rio Guamá e dar origem a bairros populares, numa periferia que hoje se tornou relativamente central, e, pois, cobiçada pelo capital imobiliário. O Porto da Palha sempre serviu de porta de entrada ao continente para os moradores das ilhas, situados do outro lado do rio. Uma pergunta que não quer calar é: por que não fazer o terminal fluvial do BRT na área contígua, preservando o porto no seu local original?

O porto não é apenas um trapiche abandonado pelo poder público, mas também uma movimentada feira com dezenas de barracas, um espaço onde funcionam oficinas de barco com seus carpinteiros, uma serraria, uma clínica popular, moradias de pessoas que trabalham ali, local de trânsito de estudantes, que vem das ilhas para frequentar escolas públicas nas imediações, lugar de encontro e festas populares. O Porto da Palha é tudo isso e significa um lugar de autêntica vida popular em Belém. Por que arrancar toda essa vida popular dali, em vez de melhorar o lugar, investindo na reforma dos trapiches, instalando sanitários e outros equipamentos coletivos? Está claro que se trata de um exemplo de desprezo pelo lugar.

Sem dúvida um desprezo pelo lugar, mas principalmente um desprezo pelas pessoas que ali estão. Importante dizer que esse desprezo é um caso típico de racismo movido pela prefeitura. Importante nomear o racismo para dar visibilidade à violência que significa a



remoção do lugar e das pessoas. Que pessoas são essas? Pobres, pretos e pardos vivendo a perspectiva da remoção, porque na ótica da prefeitura não merecem uma área saneada e urbanizada, não tem direito à cidade porque são consideradas inferiores. Racismo para autores decoloniais, como Ramón Grosfoguel e Anibal Quijano, por exemplo, é uma hierarquia de superioridade e inferioridade, baseada em pressupostos político-raciais. Segundo Antonio Sérgio Guimarães, “os negros (...) eram mantidos em situação de ‘ralé’ porque sua ‘raça’ seria, intelectual e moralmente, incapacitada para a civilização” (GUIMARÃES 2012, p. 32). Essa hierarquia ainda persiste na lógica urbana. Inferiorizados, os pretos, pobres e pardos são obrigados a sair para dar espaço à “destruição criadora” que orienta uma concepção de urbanismo que sistematicamente substitui o lugar de vida popular pelo espaço de valorização do valor. Fato essencial, força motriz do capitalismo, segundo Schumpeter, a destruição de que falamos aqui não é a de antigos negócios capitalistas que se tornaram disfuncionais à lógica da acumulação, mas de uma apropriação capitalista, sustentada pelo investimento público, do lugar onde vigora vida e economia populares.

A anulação do lugar significa a negação da cidade às populações inferiorizadas. A desumanidade do capitalismo estabelece classificações raciais na divisão social do trabalho, nas políticas públicas e na localização espacial das populações inferiorizadas. Os processos de urbanização segregam, despossuem as pessoas dos seus lugares, e essas lógicas repetem estruturas coloniais. Assim, interpelamos a cidade de Belém em suas colonialidades, que é como Anibal Quijano concebe os vínculos do tempo presente com a situação colonial. Belém, em seu processo de urbanização, manifesta colonialidades várias. Na falta de humanidade para com os moradores de rua, na remoção dos pobres, pretos, pardos e indígenas dos seus lugares de vida, na imposição de um racismo institucionalizado sobre eles. Quando as áreas de baixada são saneadas, os moradores originais desprezados pelo poder público perdem suas moradias e com elas os seus lugares e suas relações sócio-afetivas longamente construídas. As remoções ocorrem sistematicamente e repetem a velha despossessão pelo poder branco colonial, que desde sempre saqueou as populações nativas dos seus lugares.

A cidade colonial nasceu e continua segregadora. Temos hoje a mesma estrutura colonial que junta desigualdade social com estratificação étnico-racial. Belém é colonial na violência policial que atinge jovens negros nas zonas inumanas da cidade. Na ausência de serviços públicos nos lugares populares que uma vez abandonados são alvo de revitalizações e gentrificações. Nas longas distancias que os segregados urbanos precisam viajar cotidianamente para alcançar seus postos de trabalho, quando os têm.

As colonialidades que associam raça e classe nas muitas hierarquias de tratamento que inferiorizam essa população socialmente racializada se manifestam de muitas maneiras.



Há racismo na supressão dos sentidos da vida popular nas feiras e mercados. No trabalho quase gratuito a que negros, indígenas e mestiços são submetidos. Na invisibilização dos indígenas na cidade. Na negação de qualquer participação real nas decisões sobre projetos urbanos, posto que o poder público despreza o saber popular e despeja sobre a população modelos urbanísticos concebidos nas metrópoles europeias e estadunidenses, que se refletem nos *waterfronts* e *piers*, projetados para tomar o lugar dos portos públicos e trapiches, as “portas” que ligam as ilhas e o continente, e permitem a vida popular nas beiras da cidade. A cidade é plena de colonialidades e a supressão dos lugares de vida popular, a permanente ameaça de riscá-los do mapa da cidade, é um critério recorrente no processo de urbanização. Uma colonialidade muito significativa, na medida em que torna pior a vida dos pobres, pretos e pardos, retirando deles a possibilidade de enraizamento territorial, afirmação de identidades, construção de laços de solidariedade e ação política. Com a supressão do lugar ocorre a anulação do Outro em seu modo de vida, e a cidade perde em diversidade.

A defesa do lugar vincula-se a uma visão pós-desenvolvimentista, à valorização de cotidianos culturais e econômicos diversos do padrão imposto pela modernidade capitalista, a uma relação mais cordial com a natureza, à resistência contra um saber urbano eurocêntrico que faz prevalecer o espaço e o capital sobre o enraizamento, que é tão importante para a vida das pessoas, milhares de pessoas que usam os portos públicos da Palha e do Açaí como porta de entrada e saída de Belém. Como afirma Arturo Escobar, há um vínculo entre a criação de lugar e a criação de gente. (ESCOBAR, 2005).

3. FANON E A CIDADE SEGREGADA

Frantz Fanon, no livro “*Condenados da Terra*”, abre uma perspectiva de interpretação do mundo colonial, especialmente das cidades que cresceram divididas em zonas raciais, a zona do colonizador branco e a zona do colonizado negro, mestiço e indígena, criando um espaço urbano compartimentado e segregado. Apesar de não vivermos sob o regime da colonização e da escravidão institucionalizada, isso não significa que o fim do sistema escravista tenha rompido com o colonialismo, dado que esquemas hierárquicos e segregacionistas duram no tempo presente: “a lógica colonial penetrou profundamente as estruturas, instituições, mentalidades e subjetividades de tal maneira que continua presente e configura as sociedades latino-americanas” (CANDAU & KELLY, 2010, p. 160).



O pensamento de Fanon permite ler as cidades coloniais através da segregação racial, que atinge os pretos, pardos e indígenas, confinando-os a situação de desprezo de antes. Vejamos o que diz Fanon sobre a condição das cidades coloniais:

A zona habitada pelos colonizadores não é complementar da zona habitada pelos colonizados. Essas duas zonas se opõem [...] A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes de lixo regurgitam de sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sondadas. Os pés do colono nunca estão à mostra, salvo talvez no mar, mas nunca ninguém está bastante próximo deles. Pés protegidos por calçados fortes, enquanto que as ruas de suas cidades são limpas, sem buraco, sem seixos. A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanente de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros. [...] A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, cidade negra, a *medina*, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado por homens mal afamados. Aí se nasce não se importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de que. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acocorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, é uma cidade de árabes. O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. [...] (FANON, 1968, p. 28/29).

Há muitas zonas desumanizadas em Belém, conectadas umas às outras através da violência e de hierarquias de vantagens e exclusão, em termos de serviços, infraestrutura, saneamento e segurança. Belém, como uma cidade na região Norte do Brasil, apresenta uma urbanização precária, provavelmente mais precária que outras cidades brasileiras. Aqui, as periferias, onde se situam as zonas desumanizadas são extremamente precárias, no padrão construtivo, na falta de água, segurança, transporte, limpeza e na ocorrência de crônicos alagamentos. Para os movimentos populares de Belém, os alagamentos representam um conflito permanente que atingem as partes baixas da cidade. São as baixadas, as beiras de canais e córregos que mais sofrem com as inundações do período chuvoso de Belém. Os alagamentos são um espelho da segregação e da falta de saneamento e de infraestrutura da cidade, tornando-se um transtorno permanente na vida dos pretos e pardos que na maioria habitam esses lugares precários. Quando as águas contaminadas pelos esgotos da cidade transbordam dos canais, elas inundam as casas, causando danos materiais e à saúde dos habitantes dessas zonas urbanas despossuídas. Este é um mundo onde a água tratada não chega, assim como o esgotamento sanitário e a coleta de lixo regular. O lixo nessas zonas se amontoa na rua, nas esquinas e no meio fio das avenidas que as cortam. As zonas desumanizadas são plenas de conflitos urbanos que refletem as colonialidades, trazendo à tona a segregação racial que humilha os pretos e os pardos nos seus locais de vida.

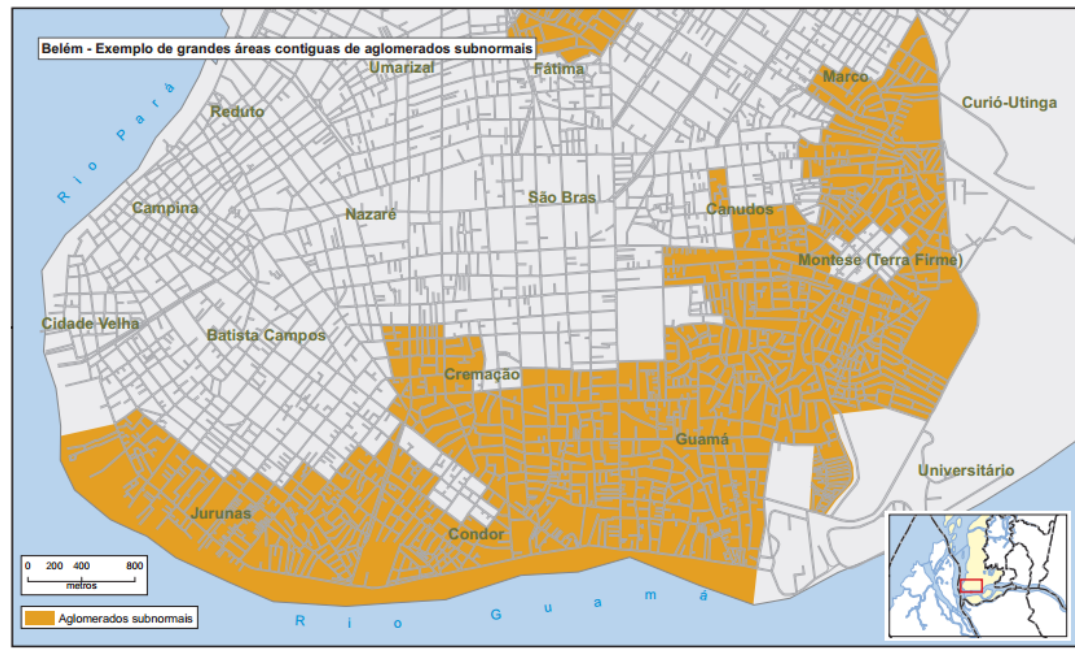


O cartograma confeccionado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre aglomerados urbanos subnormais de Belém, demonstra as partes da cidade que mais sofrem com a segregação. O IBGE define aglomerados subnormais como “ [...] um conjunto constituído de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa”. Conceituamos estas áreas de aglomerados urbanos subnormais da cidade de Belém como zonas negras, onde residem os pardos e os pretos pobres. Nestas zonas negras de Belém há situações gritantes de precariedade habitacionais, especialmente porque muitas casas necessitam uma das outras para se em pé, tudo feito de maneira improvisada. Geralmente estas habitações têm suas composições de madeira e de alvenaria, este é o padrão construtivo da periferia de Belém. Muitas destas residências do Guamá e do Jurunas não contam com instalações sanitárias e nem com fossas sépticas, agravando as condições de saúde dos pretos e pardos segregados nestas periferias de Belém. Importante também mencionar que diversas casas conjugam residência com pequenos comércios, como mercearias, restaurantes, pontos de venda de açaí e bares. Uma economia popular que suplementa a renda das famílias pobres. Em casos extremos se tornam a única fonte de renda. Vejamos a seguir o cartograma do IBGE.



Figura: Cartograma de aglomerados urbanos subnormais de Belém.

Cartograma 1 - Aglomerados subnormais selecionados em Belém - 2010



Em Belém, as zonas desumanizadas, onde habitam os pretos e pardos, fazem fronteira com as zonas embranquecidas, que concentram capitais e serviços urbanos dispostos às populações que residem nessas áreas melhor estruturadas. Estas zonas convivem lado a lado, às vezes uma sobrepondo à outra, lembrando a proximidade espacial da casa grande e da senzala, distantes, contudo, em termos raciais e sociais. “Zonas humanizadas” em Belém podem ser consideradas os bairros da Batista Campos, Nazaré e Umarizal, concebidos como nobres e centrais. Porém, dentro desses bairros é comum encontrar espaços segregados e ocupados pelos pretos e pardos pobres, e é nestas zonas negras em território urbano embranquecido que os serviços quase não chegam, atendidos por mero acaso espacial. Nos pedaços urbanos das zonas humanizadas que servem de local de moradia aos “brancos” com poder aquisitivo elevado e a instalação de negócios, como lojas, restaurantes, supermercados e shoppings, onde existe sempre um exército de servidores públicos mestiços do ramo da limpeza para deixar as áreas higienizadas do lixo despejado pelos ricos e pelas empresas. Nestes bairros centrais, as ruas são mais iluminadas, esfalfadas e vigiadas constantemente por agentes de segurança pública e privada para proteger seus habitantes e seus negócios dos indesejados, pedinte e moradores de rua, que circulam na cidade. As calçadas também são limpas diariamente para dar aparência de área civilizada. Monta-se todo um aparato de coerção militar para permitir o consumo conspícuo nos pedaços elitizados das zonas humanizadas, que está



assentado, de certa maneira, na lógica do extrativismo primário da exploração da madeira, do minério e da monocultura, invadindo terras indígenas e quilombolas. Ou seja, a violência, no campo e na cidade, estabelece um elo entre passado e tempo presente, uma colonialidade, portanto.

Para continuar caracterizando as zonas humanizadas de Belém, vale tecer ainda algumas argumentações. Estes bairros contam com sistema de saneamento e esgoto mínimo, que hoje já se apresentam insuficiente com a construção de torres e prédios de alto e médio padrão, agravando a situação sanitária e ambiental do centro da cidade. Segundo o IBGE, menos de 10% da população de Belém tem acesso ao saneamento básico. Belém está entre as 10 capitais brasileiras com piores serviços de coleta e tratamento de água do Brasil, junto com Macapá (AP) e Porto Velho (RO).² O centro de Belém está sitiado por empreendimentos comerciais e imobiliários voltados aos negócios e à moradia de alta renda, que se expandiu sem estação de tratamento sanitário que contaminam o solo urbano. Empreendimentos que despejam seus resíduos fecais a céu aberto, escorrendo pelas calçadas e ruas, seguindo diretamente para as galerias pluviais que os despejam nos rios que banham a cidade. A zona embranquecida não é isenta de problemas de infraestrutura e de saneamento, revelando como a urbanização em Belém se faz de maneira precária, atendendo interesses do mercado imobiliário. A zona embranquecida não é propriamente humanizada, mas melhorada para permitir a circulação de carros e do consumo. As zonas embranquecidas são hostis aos pretos e pardos pobres que as frequentam apenas para trabalhar e passear. No fim do expediente de serviço, os pardos e os pretos retornam às zonas negras em transportes públicos com condições precárias de trafegabilidade e conforto, muitos não têm nenhuma condição de circulação. Eles ainda têm que enfrentar longas horas de congestionamento para chegar ao lugar de moradia. Os pretos e os pardos que participam desse jogo maniqueísta das elites brancas ou embranquecidas são seres doentes, naturalizando a violência e a barbárie que é viver numa periferia do capitalismo.

Oposta, a “cidade do colonizador branco”, as zonas negras correspondem aos bairros populares onde as contradições se manifestam mais visivelmente na segregação e na carência que idêntica cada bairro e lugar. Na cidade, a segregação implica na desigual distribuição dos serviços que levam em consideração a origem social e a raça, que organiza o espaço urbano numa ordem estamental. Belém é uma cidade colonial e segregada, dividida em zonas raciais que expressam a experiência da escravidão urbana na produção social da cidade. É um traço colonial que define a lógica urbana excludente de retirar do centro da cidade os pretos e pardos nos tempos atuais.

² Ver: <http://www.tratabrasil.org.br/belem-entre-os-dez-piores-indices-de-saneamento-basico-do-brasil-nied-formacao-online>



Vizinhas ao centro urbano embranquecido de Belém estão as zonas negras que compõem os bairros populares do Jurunas, Guamá, Cremação, Condor e Terra Firme, que são identificados pela carência material e de serviços públicos. Nas partes mais pobres desses bairros, as zonas negras da cidade, não há saneamento e o esgoto corre a céu aberto em valas imundas, os moradores pobres calçam sandálias e expõem seus corpos a doenças infecciosas e gastrointestinais. Basta olhar sem indiferença para ver que os corpos das crianças são marcados por feridas devido às péssimas condições sanitárias e habitacionais das zonas negras. Nesta cidade segregada, não há água corrente nas torneiras e a falta dela é regular, causando conflito entre os populares e o poder público municipal. Na cidade colonial, o Estado abandona as zonas dos pobres, pretos e pardos e nega a oferta de serviços e infraestruturas. Há um nítido desprezo pelos lugares de vida popular. Contudo, menos visível é o racismo que vigora nesse desprezo pelos lugares. A rigor, não é o lugar que se despreza, mas seus usuários, moradores e trabalhadores que tem a cor da pele escura. O desprezo recai sobre os pretos e pardos pobres, que vivem essas colonialidades do poder urbano, numa periferia do sistema mundo marcada pela escravidão, uma instituição indelével na formação brasileira. Em Belém, foco das nossas considerações, os pretos e os pardos pobres continuam inferiorizados no tempo presente, e isso se expressa na segregação espacial, racial e de classe que vigora aqui.

4. DESIGUALDADE NA RENDA E NA ESCOLARIZAÇÃO DE PRETOS E PARDOS EM BELÉM

Analisando os dados do IBGE sobre cor e raça da cidade de Belém, podemos ressaltar algumas dessas desigualdades na produção do espaço urbano. Optamos por trabalhar com as variáveis de renda e de escolaridade num universo que engloba outras categorias, como saúde e longevidade. Para levantar dados sobre a renda e a escolaridade dos pretos e dos pardos dos bairros de Belém, o IBGE considerou pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal médio mensal e mediano mensal, segundo a situação do domicílio, conforme as tabelas disponíveis online no sítio do IBGE. Vamos confrontar as categorias preta e branca para demonstrar a reprodução da desigualdade racial em Belém. Não descartamos a categoria parda, a mais numerosa nos censos do IBGE, tornando-se uma categoria imprecisa que engloba negros e indígenas não-reconhecimento. Acreditamos que muitos pretos não se declaram negro para fugir do racismo, historicamente imposto para esta parcela da sociedade brasileira. Na categoria preta podemos encontrar muitos negros autodeclarados que passaram por experiência social de afirmação de suas identidades étnicas e raciais. Há também aqueles que não



podem fugir da classificação racial do IBGE devido a seu fenótipo negroide. Importante dizer que toda classificação já é uma violência a dignidade humana. Vejamos a seguir a desigualdade racial na renda dos pretos e dos pardos, segundo os dados do IBGE.

Vamos pegar a categoria preta no bairro do Jurunas, que tem um rendimento mensal por domicílio de R\$ 551,09 (quinhentos e cinquenta e um e nova centavos de reais). O preto, no bairro de Nazaré, tem um rendimento de R\$ 2347,05 (dois mil trezentos e quarenta e sete e cinco centavos de reais). O rendimento mensal do preto em “território urbano branco” é maior do que a do preto em território urbano negro, mas os dois estão inferiores em relação aos brancos que residem nos bairros centrais. A renda dos que se autodeclararam brancos, em Nazaré, corresponde a 3305,18 (três mil e trezentos e cinco e dezoito reais), acima dos pretos e dos pardos. Uma variável leva a outra. Renda se relaciona à escolarização e ao tempo escolar dos grupos que estão espacialmente locados na escala urbana, em termos de desigualdade. Vejamos agora o critério de escolarização dos pretos e dos pardos na cidade de Belém.

Os dados referentes ao nível de ensino não estão colocados na escala dos bairros, estão agrupados em categorias parda, preta, branca, dentre outras. Para este caso, continuaremos trabalhando com a variável preta e branca. O IBGE fez sua pesquisa no universo de 79207 pessoas (setenta e nove mil e duzentos e sete). Dentro deste universo, 21606 (vinte um mil seiscentos e seis) brancos frequentaram o ensino médio regular, uma média acima dos pretos. Os pretos que acessaram o ensino médio regular são 4942 (quatro mil novecentos e quarenta e dois), abaixo dos brancos e dos pardos. Os pardos por sua vez têm uma média de 52021 (cinquenta e dois mil e vinte um), acima dos brancos e dos pretos que estiveram regularmente matriculados no ensino médio. Adotando a metodologia defendida pelos movimentos sociais negros de aglutinar os pretos e os pardos para encontrar os negros, teremos então o quantitativo de 56963 (cinquenta e seis mil e novecentos e sessenta e três) negros que acessaram o nível de ensino médio regular. O resto do percentual do universo total está conformado nas categorias de indígenas e amarelos, que se levadas em consideração ultrapassariam os limites de nossa abordagem. Contudo, fica clara a desvantagem dos pretos em relação aos brancos, em referência ao nível médio regular de ensino. Ainda é interessante notar que, deste quantitativo de 56963 negros, uma quantidade expressiva abandona a escola para ingressar no mundo do trabalho. Em função de todo um contexto de exclusão, essas pessoas não têm acesso a uma educação básica de qualidade, e muito menos à educação superior e à pós-graduação. A reprodução da desigualdade racial e de classe em Belém atravessa várias dimensões da vida, podendo ser percebida nas desigualdades de escolaridade e de renda, que colocam os pretos pobres como não-cidadãos, como gente inferiorizada, tratada de forma desumana.



Vejamos a seguir outro dado do IBGE que diz respeito ao ingresso no ensino superior e na pós-graduação dos pretos e dos pardos em Belém.

No ensino superior temos um universo de 59920 (cinquenta e nove mil e novecentos e vinte) onde, desses, 20816 (vinte mil e oitocentos e dezesseis) são brancos, em contraposição aos pretos com 4040 (quatro mil e quarenta) e os pardos com 34530 (trinta e quatro mil e quinhentos e trinta). Somando os pretos e pardos, temos 38570 (trinta e oito mil quinhentos e setenta) pessoas, significando um maior acesso aos negros na educação superior nos últimos anos. O restante do universo está espalhado nas categorias amarela e indígena. Mais uma vez, é interessante trabalhar com a ideia de que um grande percentual dos negros que ingressaram no nível superior não o concluiu, ou não continuou os estudos em cursos de pós-graduação, pois quando chegamos ao nível de doutorado o perfil muda, os brancos são muito mais numerosos. No caso do doutorado temos um universo de 953 (novecentos e cinquenta e três), em que 525 (quinhentos e vinte e cinco) são brancos, estando acima dos pretos e dos pardos que mesmo aglutinando as duas categorias na negra ainda continuam em condição de desvantagem aos brancos. Desse universo total, o preto tem um equivalente de 30 (trinta) e os pardos 398 (trezentos e noventa e oito), somando 428 (quatrocentos e vinte e oito), abaixo do elemento branco. Mas se nos detivermos somente na confrontação entre a categoria branca e preta existe uma desigual racial brutal em termos de nível de ensino e continuação da escolaridade na graduação e pós-graduação. Desigualdade esta que se reflete na conformação do espaço urbano, criando estratificações sociais e raciais na espacialização das habitações e de serviços públicos que acompanham critérios de renda.

5. CONCLUSÃO

A desumanidade do capitalismo, que desde sempre carregou consigo colonialidades de poder, estabelece classificações raciais na divisão social do trabalho, nas políticas públicas e na localização espacial das populações assim inferiorizadas. Os processos de urbanização segregam, despossuem as pessoas dos seus lugares, e essas lógicas repetem estruturas coloniais. Assim a cidade de Belém é interpelada em suas colonialidades, que é como Anibal Quijano concebe os vínculos do tempo presente com a situação colonial.

Em Belém, a desigualdade racial se apresenta na renda, na precariedade do local de moradia e na baixa escolarização dos pretos e dos pardos pobres que vivem nas zonas negras da cidade. Em condição superior está o cidadão branco ou embranquecido, ou seja, aquele que logrou alcançar um status social, medido por renda e escolaridade, que o torna mais próximo das elites brancas. Poucos pretos e indígenas conseguem acessar os níveis



de ensino superior e de pós-graduação, estes espaços universitários embranquecidos. Aliás, para os pretos e indígenas resta a escola pública com estruturas precárias e dificuldades financeiras para tocar projetos de formação de alunos, administradores e professores. Geralmente o ensino público está alinhado à pedagogia da obediência ao mercado do trabalho, que preconiza uma educação para assumir os postos inferiores no mundo laboral. Um ensino mal informado que naturaliza o racismo e a desigualdade, vinculando-o ao esquema de classificação racial brasileiro, pois não é interessante adotar um ensino crítico que possa fazer interrogação a respeito das condições inferiores dos pretos, dos pardos e dos indígenas, inferiorizados antes e hoje.

Fanon considera que o racismo e o colonialismo são visões de mundo socialmente construídas pelo poder branco, cujo critério é internalizar a inferioridade do “outro”, desumanizando-o. Na condição de colonizado, o negro foi construído como negro, visto como um não humano, e sua finalidade única seria a escravização no processo civilizatório que marca toda a história moderna. Na linha da sub-humanidade, encontra-se o indígena que também foi construído como indígena para ser submetido ao regime da escravidão. Ambos, indígenas e negros passaram pela violência da desumanização colonial do poder branco para serem inferiorizados, desprezados e maltratados. Construções sociais coloniais que persistem hoje na organização das cidades, nas instituições republicanas, no campo do direito penal, no mundo do trabalho, nas concepções de desenvolvimento que despreza o lugar de vida, lazer, ritual e moradia dos pretos e dos pardos na cidade.

A cidade de Belém nasceu segregada e colonial, invadindo territórios negros e indígenas para se expandir desde sua gênese. Historicamente, os projetos de intervenções urbanas desprezam o lugar de economia e vida popular em Belém, ocupados majoritariamente pelos pardos e pretos pobres que criam raízes nas feiras e portos públicos, que se constituem como lugares de vida popular. Há um sistemático desprezo do poder público pelas zonas e lugares de presença negra em Belém, abandonados ao lixo, à violência, à precariedade geral, à falta de saneamento e de água corrente nas torneiras. Todo este desprezo é sintomático e tem como pano de fundo a escravidão e seus ecos no tempo presente, instituição basilar da sociedade brasileira.

O desprezo aos negros e aos indígenas está tão entranhado no tecido social brasileiro que chega a ser visto como normal remover as populações pretas, pardas e quilombolas de seus lugares. Nos projetos urbanísticos que se dirigem às zonas negras da cidade de Belém, a habitação popular não é central na concepção do projeto, mas sempre um apêndice a ser mal resolvido depois da urbanização excludente. Para onde vão os pretos e pardos pobres? Certamente as baixadas saneadas não são para eles. Definitivamente não há um cuidado com a permanência dos moradores originais que são



expulsos para dar lugar a abertura de longas avenidas, quiosques, píers, marinas, hotéis e torres de alto e médio padrão que se direcionam para a Estrada Nova de Belém, um lugar essencialmente de vida popular.

A remoção dos pretos, pardos, quilombolas e indígenas dos seus lugares é uma colonialidade, um traço remanescente do colonialismo. Essas pessoas inferiorizadas não são dignas de ocupar lugares urbanizados na cidade e são sistematicamente removidos, com seus modos de vida, para lugares distantes do centro. Essa prática da remoção urbana é tradicional. Urbanização para quem? Parece natural que a urbanização não seja para os pretos e pardos pobres. Uma desnaturalização dessa ordem colonial requer uma inversão de prioridades e uma resistência social conjunta entre todos os aliados dos negros e indígenas, aglutinados para libertar o presente dos grilhões da escravidão do passado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão & KELLY, Russo. Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. In *Diálogo Educacional*. V. 10, nº 29, p. 151 – 169, jan/abr. 2010.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

FANON, Frantz. *Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1968.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 32, 2009.

QUIJANO, Anibal. “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. In CLACSO. *Modernidade; Capitalismo; Poder Público; Sociedad; História Eurocentrismo; América Latina*. Buenos Aires: CLASCO, 2005. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1366646>. Acesso em 05/10/2017.

**GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina****NOMEAR O RACISMO É REVELAR: REFLEXÕES SOBRE A AUTOAFIRMAÇÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA**

Kércia Priscilla Figueiredo Peixoto¹
kerciapris@gmail.com

Resumo:

O artigo mostra como os indígenas afirmados do Baixo Tapajós (PA) defendem suas identidades e lutam por direitos. Eles adotam os nomes de suas etnias denunciando como racismo a violência que seus povos vêm sofrendo desde a colonização. A antropologia tem tido papel relevante no reconhecimento dos grupos indígenas auto afirmados. Contudo a disciplina nasceu no seio de uma ciência eurocentrada, que submeteu o outro ao exotismo, colonizando saberes. Contrariando uma antropologia clássica voltada a estudar humanos considerados “diferentes”, os indígenas afirmados do Baixo Tapajós confrontam o que os submete, afirmando suas identidades e ocupando espaços de saber majoritariamente brancos como as universidades. Assim, eles valorizam seus saberes, escrevem suas próprias histórias enfrentando o racismo institucional e nomeiam como racismo o não reconhecimento das suas identidades.

Palavras-chave: Autoafirmação indígena; Baixo Tapajós; antropologia; racismo.

1- INTRODUÇÃO

O fenômeno de autoafirmação indígena no Brasil e na Amazônia fez com que o número de grupos indígenas aumentasse expressivamente, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. O presente artigo se refere a como o movimento de afirmação indígena alcançou populações comumente chamadas por terceiros de caboclas/ribeirinhas na região do baixo Tapajós, Oeste do Pará. O que motivou o reconhecimento da identidade indígena agora racialmente afirmada na região? Esse questionamento me levou a entendimentos que superam explicações simplistas sobre a possível garantia de direitos pautados apenas em condições materiais.

¹ Doutora em Ciências Sociais (Sociologia) pelo Programa de Sociologia e Antropologia – PPGSA (UFPA).



A retomada e a valorização de saberes ancestrais aliados a outras estratégias de luta por direitos fazem com que os indígenas se tornem sujeitos decoloniais, que passam a escrever uma história sobre si, a partir de suas próprias referências, descartando a história oficial imposta por forças colonizadoras. Ao escrever uma nova e verdadeira história sobre si, os indígenas trazem à luz toda a violência sofrida desde a colonização que se perpetua até os dias de hoje. Essa violência nega a existência dos indígenas ao criar estereótipos que os congela no tempo. As forças opressoras impõem que qualquer resquício da cultura do branco seja visto como uma perda da indianidade.

Os indígenas passam a reconhecer e a denunciar as violências da história e as opressões atuais que negam a eles o reconhecimento. Nos primórdios da colonização, nem como humanos eles eram vistos. Não tardou para que sua humanidade fosse reconhecida, mas sempre como um ser inferior, cujas práticas, crenças, línguas devessem ser rejeitadas e demonizadas pela violenta atitude etnocêntrica do colonizador europeu.

Essa atitude foi firmada através do tempo inclusive pela ciência, que nasceu eurocentrada desprezando conhecimentos outros. No seio da ciência, a Antropologia nasceu inclusive para confirmar, através de estudos e relatórios, todo o exotismo dos povos considerados “inferiores”, agora tomados como minorias. Conhecer profundamente o outro fazia parte de uma estratégia de invasão e dominação de territórios e submissão de vidas. Além disso, era preciso registrar essas práticas antes que se esvaíssem por completo, pois o caminho “natural” era a assimilação pela cultura do branco.

Esse movimento destrutivo das culturas locais que se estende até hoje como colonialidades do poder, do ser e do saber, é reconhecido e confrontado pelos indígenas afirmados. Sem necessariamente se fixar em conceitos acadêmicos, os indígenas afirmados do Baixo Tapajós nomeiam como racismo a negação das suas identidades indígenas. Na prática eles desobedecem a ordem estabelecida e denunciam o racismo para fazer valer sua existência através de resistências e insurgências.

2- O MOVIMENTO DE AFIRMAÇÃO INDÍGENA DO BAIXO TAPAJÓS (PA):

Na véspera de completar cinco séculos da chegada dos portugueses em terras brasileiras, no final dos anos de 1990, moradores das inúmeras comunidades do Baixo Tapajós iam e vinham para a cidade de Santarém sem uma nítida distinção entre si. As manifestações e protestos dos indígenas durante o evento “Brasil 500 anos”, organizado pelo Governo Federal no Sul da Bahia, logo após a virada do século, reverberou milhares de quilômetros até as matas e rios amazônicos. Conscientes das suas ancestralidades, pessoas de comunidades recém afirmadas indígenas passaram a marcar suas peles com



grafismos desenhados com tinta de jenipapo, seus pescoços com colares de sementes e presas de caças, seus cabelos com adereços de penas. Mais do que nas pinturas e acessórios, o orgulho de ser indígena se expressava nos olharesaltivos.

Os olharem exprimiam a força do resgate das histórias de vida, profundamente ligadas à ancestralidade indígena e ao território. A violência sofrida desde o início da colonização portuguesa, que os arrancava a própria história, passou a ser confrontada em discursos políticos incisivos daqueles que recém adotavam os nomes de suas etnias. Dentre as pessoas que iam e vinham nos barcos para Santarém era então possível perceber a presença dos indígenas. Certa vez escutei um passageiro os acusando ofensivamente de “índios meia cara”, fala que exprimia a desconfiança e desdém daqueles que não se afirmavam indígenas. Contudo os indígenas traziam, associados às pinturas e adereços, uma postura firme de enfrentamento a quem lhes negasse a identidade e atacasse sua dignidade.

O evento “Brasil 500 anos” foi considerado uma afronta pelos povos indígenas brasileiros que seguiram o movimento indígena latino americano que se posicionava contra qualquer celebração deste tipo. Um movimento de oposição foi criado desdea celebração dos quinhentos anos de “descoberta” pela Espanha do continente americano, em 1992. Sentimento demonstrado pela líder indígena Rigoberta Menchú² quando afirma que não havia o que celebrar, que eventos desse tipo eram na verdade uma ofensa: “Nosso povo diz que não tem nada para celebrar. Ao contrário, a ocasião ofendeu a nós e a gerações de nossos ancestrais”. ³(MENCHÚ 2003, p. 119)

Indignação e denúncia motivaram a organização da “Marcha do Brasil 500 anos”, que percorreu diversas cidades brasileiras ganhando adesões de indígenas por onde passou e que se destinou ao Sul da Bahia.Os indígenas denunciavam as injustiças, mas também exigiam reparações históricas através de direitos. As lideranças indígenas do Baixo Tapajós ao voltar de Coroa Vermelha (BA) criaram o Conselho Indígena dos rios Tapajós e Arapiuns (CITA), que passou representar os indígenas na luta por direitos.Segundo dados do CITA de 2011, existem 55 aldeias e comunidades na região do Baixo Tapajós que inclui os municípios de Santarém, Belterra e Aveiro, em que 5.150 moradores se declaram indígenas. Eles se identificam como Munduruku, Apiaká, Borari, Maytapu, Cara Preta, Tupinambá, Kumaruara, Arapium, Jaraqui, Tapajó, Tapuia, Tupaiu e Arara Vermelha.

Poucos anos antes da participação dos indígenas do Baixo Tapajós no evento “Brasil 500 anos”, a identificação com a ancestralidade indígena florescera durante a reconstrução

²The Quincentenary Conference and the Earth Summit, 1992.

³ Our people said that there wasn't anything to celebrate. On the contrary, the occasion offended us and generations of our ancestors. (MENCHÚ 2003, p. 119)



e registro da história de várias comunidades quando do requerimento de uma terra coletiva, que veio a ser a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. A comprovação da perenidade na terra era exigência do Estado para a concessão do direito. A ancestralidade indígena marcava a perenidade e pela primeira vez ser descendente indígena não soava como algo ruim. Pelo contrário, a lembrança dos antepassados indígenas trouxe à tona costumes, tradições, comidas, crenças e rituais que carregavam consigo uma história de pertencimento. Reconhecer a própria existência através de um vínculo ancestral transformou a visão que se tinha do que é ser indígena. Embora a ideologia dominante estabelecesse uma imagem pejorativa ao indígena, as pessoas descobriam na própria essência que ser indígena era bom.

A legitimidade sobre a terra vem da restauração de um direito anterior: de ser indígena. A valorização da indianidade e a prática de rituais e tradições, instaurou sentimentos de pertencimento e o movimento indígena cresceu na região. Assim aconteceu o I Encontro dos Povos Indígenas do rio Tapajós⁴, na virada do século, poucos meses antes dos eventos de celebração do Brasil 500 anos na Bahia. O Encontro marcou aquela região, pois reuniu na comunidade de Jaurituba 150 representantes de 10 comunidades, que celebraram os 500 anos de resistência indígena com cantorias, danças e rituais (VAZ 2010, p. 23). Na ocasião, Euclides Macuxi - representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) - convidou os indígenas do Baixo Tapajós a aderirem à Marcha do Brasil 500 anos que passaria por Santarém e seguiria para Coroa Vermelha, na Bahia. O convite gerou grande entusiasmo e a vontade de pertencer a um movimento nacional de valorização da identidade indígena fez com que elementos culturais associados à indianidade fossem ainda mais realçados.

A organização para a adesão à Marcha favoreceu a integração dos indígenas recém afirmados na região. De acordo com Vaz:

Quando a caravana da Marcha Indígena passou em Santarém, em 07 de abril de 2000, com 483 representantes de vários povos do Amazonas e de Roraima, foi recepcionada por uma multidão, sendo a grande maioria os representantes das 11 aldeias assumidamente indígenas na região. As pessoas portavam saiotos de fibras de cascas de árvores, cocares de penas de pássaros e variados colares. O encontro dos índios que chegavam do Amazonas e os do Tapajós foi emocionante (palavra usada por vários informantes que estiveram presentes). A passeata pelas ruas da cidade mostrou à população local que os indígenas da região não estavam extintos, como se pensava. (VAZ 2013, p. 147).

A marcha seguiu para Coroa Vermelha (BA) onde os indígenas auto afirmados e ressurgidos na história do Baixo Tapajós participaram pela primeira vez de uma

⁴Realizado nos dias 31 de dezembro de 1999 e 01 de janeiro de 2000.



“Conferência dos Povos Indígenas”. O encontro reuniu três mil indígenas de cento e cinquenta povos de todo o Brasil, durante o evento “Brasil 500 anos”. Foi um momento inflamado de denúncia e de luta contra a violência que perdura através dos anos, mas também de esperança de um futuro com mais respeito. O encontro significou um marco para o movimento indígena do baixo Tapajós: um momento de orgulho, afirmação e pertencimento em um coletivo que os fortalecia.

3- A ANTROPOLOGIA E O INDÍGENA COMO O “OUTRO”

Os indígenas do baixo Tapajós se afirmam como um Outro diferente daquele que a Antropologia etnocêntrica considera como o “outro”. Explico melhor: essa antropologia supostamente neutra que considera o indígena como o “outro” que deve ser investigado, devassado e subalternizado, é rechaçada pelos indígenas afirmados. Eles não se submetem a ser estudados por uma antropologia etnocêntrica que carrega um conhecimento supostamente “universal”, “neutro”. Os indígenas reconhecem suas diferenças, valorizam seus conhecimentos e ocupam espaços como a universidade para mexer com a ordem estabelecida e fazer valer suas existências. Impõe-se como o Outro que deve ser respeitado na sua diferença, cujo conhecimento também deve ser validado.

Tendo nascido como instrumento de dominação imperial, a Antropologia se acostumou a não olhar para si mesma. Seu foco: os povos considerados “exóticos”, com modos de vida “primitivos” e espiritualidades fetichizadas. Aqueles que estavam fora do mundo branco, ocidentalcêntrico, deviam ser sujeitos de estudo e esmiuçamentos. Humanos que a Antropologia inferiorizava como o “outro” e transformava em objetos de pesquisa do antropólogo, esse considerado evoluído, civilizado e racional. Assim, índios, negros, orientais, aborígenes, deveriam ser estudados para facilitar aos Europeus a dominação dentro de uma geopolítica do poder e do conhecimento, contexto de nascimento da Antropologia.

O Conde de Buffon, naturalista, matemático e escritor francês, é considerado o fundador da antropologia a partir da história natural. Na metade do século XVIII, ele fazia relatos que inferiorizavam de modo absoluto o nativo americano: seja em termos de civilidade, como em termos de capacidades física, mental e emocional. O “selvagem, é débil ... menos forte de corpo ... covarde ... não demonstra qualquer vivacidade, qualquer atividade d’alma...” (GERBI 1996, apud COLAÇO E DAMÁSIO, 2012, p. 56). Toda essa inferiorização configura as bases para as explicações posteriores do racismo científico, no século XIX. Explicações fantasiosas decorrentes de pensamentos de estudiosos que se consideravam absolutamente superiores, tanto intelectualmente como biologicamente. No



racismo científico buscava-se explicações para a existência de homens considerados feios, fracos, cujos comportamentos e capacidades intelectuais eram consideradas desprezíveis pelos estudiosos.

A antropologia foi uma grande aliada na consolidação das colônias. De acordo com Colaço e Damásio (2012, p.61) “a antropologia (como disciplina científica) intervém como o melhor aliado de controle das especificidades culturais dos povos considerados como selvagens e inferiores e, conseqüentemente, necessitados de civilização”, tendo uma longa história em comum com o colonialismo. Nesse sentido a antropologia ajudou na administração das colônias ao criar discursos sobre os povos locais, considerados “outros” inferiorizados, sem direito a ser o Outro considerado em sua alteridade.

Relatadas por antropólogos famosos foram as formas de crer, ser, saber, nascer, morrer, viver de povos tidos como “primitivos”. A eles mesmos não era concedido o direito de escrever suas histórias a partir de suas próprias concepções. Atualmente os indígenas alteram essa condição ao se transformarem também eles em antropólogos para contar sobre suas vidas e histórias a partir do seu próprio ponto de vista. A liderança do movimento indígena João Tapajós é o primeiro indígena antropólogo formado pela Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém. Sua formatura ocorreu no ano de 2017 e o diploma garante perante a sociedade a condição “técnica” de afirmar quem ele é. Quero dizer que ainda hoje ao antropólogo é dada a função pelo Estado de determinar quem é índio ou não. Condição requisitada para a concessão de direitos.

4- RACISMO CONTRA O INDÍGENA E ANTIRRACISMO

“A antropologia assumiu um papel predominante como juiz da Indianidade⁵” afirmou Jonathan Warren (2001, p. 208) ao analisar como a antropologia atua na definição de quem é índio no processo de ressurgimento indígena no Brasil. O autor chama de “exorcismo” o que ocorreu com a cultura indígena desde a violenta colonização, passando pela formação do povo brasileiro e pela construção do projeto de nação. Tanto o extermínio de indígenas como o exorcismo da indianidade foram motivados pelo sentimento de superioridade do colonizador que impunha a si e sua cultura aos povos nativos. Warren (2001) revela que isso nada mais é do que o racismo, que os indígenas reconhecem e enfrentam. Essa percepção influenciou meu trabalho de pesquisa para a tese do doutorado, onde a partir da nomeação de racismo pelos Borari e Arapium da Terra Indígena Maró, argumentei que

⁵ Anthropology has assumed a predominant role as a magistrate of Indianness (WARREN 2001, p. 208).



reconhecer e nomear são ações necessárias para um efetivo combate a essa violência e que se desdobra nesse artigo.

No livro “Racial Revolutions: Antiracism&IndianResurgence in Brazil” Warren (2001) demonstra como a mobilização de coletivos indígenas e a Teologia da Libertação⁶, foram determinantes - no contexto político da Constituinte –para reduzir a violência oficial contra o indígena. A mobilização de agentes e a atuação do Estado perante os povos indígenas em conjunto com mudanças no pensamento antropológico sobre etnicidade⁷, ensejada pelo conceito de Barth de fronteiras étnicas,ensejaram uma nova forma de significar o que é ser índio. Isso foi determinante para o crescimento da população indígena no Brasil: “Trata-se de definir as raízes ancestrais indígenas como essenciais à sua identidade, tornando-as âncoras dos sonhos e do futuro e trabalhando para a sua recuperação⁸(Ibidem, p. 21).

Dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelaram que a população indígena no Brasil teve um expressivo crescimento de 205% em vinte anos⁹: somam 896,9 mil pessoas¹⁰, de 305 etnias, falantes de 274 línguas indígenas. Inédito no questionário foram as perguntas específicas referentes às etnias. E somente depois de 60 anos o órgão oficial retomou o interesse pelas línguas faladas. Esses números demonstram que a preocupação sobre a extinção dos povos indígenas, que permeava os estudos de etnólogos brasileiros em meados do século XX, é coisa do passado. O elevado crescimento da população indígena contradiz expectativas de etnólogos, como Nimuendaju, Eduardo Galvão e Darcy Ribeiro, que denunciavam a significativa e inexorável redução dos índios vítimas de extermínio físico e cultural.

O expressivo crescimento da população indígena é resultado da luta política, da qual fazem parte o reconhecimento dos seus direitos coletivos e de suas terras, e inclui também toda a reelaboração teórica que recolocou conceitualmente o indígena na história. Esse novo cenário confere agência e protagonismo aos indígenas. Para Miguel Bartolomé, o autorreconhecimento étnico “Se tratou de uma eclosão de uma nova consciência étnica

⁶Através da atuação do Conselho Indígena Missionário (CIMI).

⁷Ensejada por Barth

⁸To be a posttraditional Indian is to regard these fragments and shadows of tradition as relevant or important, to embrace, privilege, and value them. It is to define one's indigenous ancestral roots as essential to one's identity, to make them the anchor of one's dreams and future, and to work toward their recovery. (WARREN 2001, p. 21)

⁹ O Censo de 1991 mostrou uma população de 294 mil índios. <http://censo2010.ibge.gov.br>

¹⁰ Para chegar ao número total de índios, o IBGE somou aqueles que se autodeclararam indígenas (817,9 mil) com 78,9 mil que vivem em terras indígenas, mas não tinham optado por essa classificação ao responder à pergunta sobre cor ou raça. Para esse grupo, foi feita uma segunda pergunta, indagando se o entrevistado se considerava índio. A responsável pela pesquisa, Nilza Pereira explicou que a categoria índios foi inventada pela população não índia e, por isso, alguns se confundiram na autodeclaração e não se disseram indígenas em um primeiro momento. “Para o índio, ele é um xavante, um kaipó, da cor parda, verde e até marrom”, justificou em entrevista para a Agência Brasil (Empresa Brasil de Comunicação, <http://agenciabrasil.ebc.com.br> em 10/08/2012).



positivamente valorizada; de uma clara afirmação cultural e identitária dos grupos culturalmente diferenciados aos que se tinha pretendido fazer renunciar a si mesmos¹¹”.

Na eclosão da consciência está uma nova valoração do ser indígena, que antes haviam sido levados a renunciar a si próprios. Essa constatação é a mesma que faz Viveiros de Castro, quando comenta a passagem da vergonha ao orgulho de ser. Afirmações identitárias em muitos lugares do mundo se dão em contextos de ameaça aos territórios povoados por comunidades. A tomada de consciência crítica sobre si mesmos reflete o contexto opressor. Conforme entende Paulo Freire em a Pedagogia do Oprimido (1983 [1970]), os oprimidos desvelam o mundo da opressão e se engajam numa práxis de transformação. Práxis que traz com ela uma consciência crítica também nas ciências sociais e em outros setores da sociedade, gerando solidariedades com essa forma de libertação, que ocorre simultaneamente nos planos moral e material. “Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes à violência daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser”. (FREIRE 1983, p. 46).

5- ETNOGÊNESES

Miguel Bartolomé (2006) chama de etnogêneses essas reelaborações étnicas que afirmam culturas e identidades longamente silenciadas e que eclodem em determinado momento da história. Mostra como esse fenômeno é internacional, como de diversas maneiras, em vários casos na América Latina, esses processos - de retomada e atualização de filiações étnicas, das quais seus integrantes, por indução ou por terem sido obrigados, em algum momento renunciaram - correspondem a essa dialética da tomada de consciência em contextos de ameaça ao território¹².

Essa dialética entre sentimentos morais de reconhecimento (HONNETH, 2009), também referidos como idealistas, e razões materiais, às vezes é analiticamente fraturada. José Maurício Arruti comenta que, nos estudos referentes a reelaborações étnicas, tem ocorrido de prevalecer um dualismo entre uma conduta materialista que considera que grupos “inventam tradições”¹³, e a idealista, que busca vínculos na história: quando o grupo se dá conta de uma realidade que lhe escapava (ARRUTI, 2009). A postura materialista percebe o fenômeno como uma estratégia na disputa por recursos, especialmente na luta

¹¹Se trató de la eclosión de una nueva conciencia étnica positivamente valorada; de una clara afirmación cultural e identitária de los grupos culturalmente diferenciados a los que se había pretendido hacer renunciar a sí mismos” (BARTOLOMÉ 2006 [1997], p. 32)

¹² Na Amazônia brasileira, entre outras emergências étnicas, verificam-se processos no médio Solimões, no baixo rio Negro, no rio Juruá e na Volta Grande do Xingu – onde os Juruna têm a “identidade a todo momento posta à prova, tanto pelos técnicos da Eletronorte, quanto por indigenistas e missionários” (Saraiva 2007, p. 32).

¹³Conforme conceito de Hobsbawn e Ranger (1983).



pela terra. Já os idealistas se alicerçam na busca pela história aliada a construção e a percepção de uma série de essencialismos culturais. Para Arruti as duas posturas se assemelham “no suposto de que as diferenças culturais existem como um fator anterior e exterior à ação de significação dos atores”. Ou seja, é porque existem tradições e diferenças culturais distintivas que se pode falar em invenção de tradição; por outro lado, a história marca uma continuidade, sendo o passado a explicação do presente.

Tocando na questão da identidade indígena, a tese de Omaira Bolaños Cárdenas (2008) “Constructing indigenous ethnicities and claiming land rights in the lower Tapajós and Arapiuns region, Brazilian Amazon” analisa os dilemas políticos e conceituais relacionados à reivindicação por identidade indígena e por direitos a terra entre pessoas de múltiplas descendências. A autora desenvolve seu trabalho procurando saber como é construído o significado de ser índio Arapium e Jaraqui, sendo que esse criou ou “inventou” uma nova identidade, enquanto aquele reconstruiu sua identidade: “Para o Arapium, onde vivem (a paisagem Arapiuns) representa o que são (...). Para o Jaraqui, o significado do rio e seus recursos (o peixe jaraqui) como base de subsistência é o que fornece a base para sua etnicidade. Nesse sentido, o que comem (o peixe jaraqui) representa o que são¹⁴” (CÁRDENAS 2008, p. 183). O estudo sugere que o movimento indígena constitui uma expressão política mergulhada em memórias, história e significados territoriais que mobilizam pessoas em uma ação coletiva.

Cárdenas percebe que a construção de identidades é um processo ativo e interativo através do qual os indivíduos constroem novas maneiras de interpretar a si mesmos, concluindo que a identidade indígena não é produto de uma luta sócio – política do presente, mas é fundada em histórias pessoais e memórias coletivas que possibilitaram aos povos Arapium e Jaraqui se auto-identificarem na categoria índios. No que se refere aos territórios, a autora percebe que eles são produtos do processo de construção de identidade e que as ameaças sofridas pelos indígenas propiciaram a criação e recriação dos seus territórios. Finalmente, Cárdenas também percebe que as reivindicações por reconhecimento estão baseadas em discursos político e moral.

A Amazônia concentrou um significativo aumento no número de índios, inclusive no que diz respeito a pessoas que no último censo se declararam de outra cor ou raça, mas que se consideravam indígenas seja pela tradição, cultura, costumes, antepassados, entre

¹⁴For the Arapium, where they live (the Arapiuns landscape) represents what they are (...). For the Jaraqui, the significance of the river and its resources (the jaraqui fish) as a basis of subsistence is what provides the foundation for their ethnicity. In this sense, what they eat (the jaraqui fish) represents what they are. (CÁRDENAS 2008, p. 183).



outros. De 78,9 mil que se declararam índios de outra cor ou raça¹⁵ 36,9 estavam na região Norte (Censo 2010). Pardos foi como se declarou a maior parte da população de terras indígenas brasileiras que responderam ser de outra cor ou raça (67,5%). A proporção se repetiu em quase todas as regiões e chegou a 74,6% no Norte. Isso sem contar os inúmeros casos que não foram contabilizados, pois na pesquisa só foram considerados os habitantes de 505 terras indígenas¹⁶, ficando de fora os habitantes de 182 terras que ainda estavam em processo de demarcação.

A indicação racial de pardo pelos habitantes das terras indígenas tem a ver com a violência opressora da desindianização, que inculcou na população brasileira que qualquer mistura faria o índio deixar de ser índio. Bartolomé diz que esse não é um processo só biológico, mas é também político e ideológico. As populações nativas retomaram heranças às quais haviam sido obrigadas a renunciar. Fazendo referência a Guillermo Bonfil (1987), Bartolomé afirma que “Muitos daqueles socialmente considerados mestiços são na realidade índios desindianizados¹⁷” (BARTOLOMÉ 2006 [1997], p. 31).

6- PARA CONCLUIR

A autoafirmação e a adoção do nome dos seus povos pelos indígenas do baixo Tapajós são formas de transformar o mundo, pois como afirmou Paulo Freire “a existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras com que os homens transformam o mundo” (FREIRE 1983, p. 92). Os indígenas passam a existir humanamente, no sentido atribuído por Paulo Freire e Ernani Fiori, em que “a vida como biologia passa a ser vida como biografia” (Ibidem, p. 8). Adotando o nome de suas etnias, os indígenas transformam a si mesmos e o mundo no qual estão inseridos. Ao darem essa substância ao mundo, os indígenas enfrentam a negação das suas identidades. Isso exige deles um “novo pronunciar”. Ao se pronunciarem novamente eles nomeiam o racismo como violência que os atinge.

Foi assim com os Borari e os Arapium da Terra Indígena Maró (PA) quando o juiz Airton Portela, da Justiça Federal de Santarém, os sentenciou como não indígenas, em novembro de 2014. Unidos ao movimento indígena do Baixo Tapajós eles protestaram em passeata pelas ruas da cidade até o prédio da Justiça Federal onde queimaram a sentença.

¹⁵Pardos foi como se declarou a maior parte da população de terras indígenas que responderam ser de outra cor ou raça (67,5%). A proporção se repetiu em quase todas as regiões e chegou a 74,6% no Norte.

¹⁶Foram consideradas “terras indígenas” as que estavam em uma de quatro situações: declaradas (com Portaria Declaratória e aguardando demarcação), homologadas (já demarcadas com limites homologados), regularizadas (que, após a homologação, foram registradas em cartório) e as reservas indígenas (terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União).

¹⁷Muchos de los socialmente considerados mestizossonen realidade indiosdesindianizados. (BARTOLOMÉ 2006 [1997], p. 31).



PoróBorari carregava um cartaz onde exigia respeito e denunciava como racista a sentença do juiz exigindo: “Fora justiça racista!”. Os indígenas pronunciaram seus nomes e suas existências. Eles denunciaram como racismo o não reconhecimento de suas identidades indígenas. A sentença foi finalmente anulada em fevereiro de 2016.

Dar nome é criar. É fazer existir uma realidade ocultada que servia a desumanizar. Que situava os indígenas abaixo da linha do humano. Quem costuma nomear é o dominador, que se coloca no poder de o fazer de acordo com seu entendimento autocentrado. Os dominados, para nomear, têm que arrancar esse poder dos dominadores, esclarece Fiori, no prefácio da *Pedagogia do Oprimido*: “Os dominadores mantêm o monopólio da palavra, em que mistificam, massificam e dominam. Nessa situação, os dominados, para dizerem a sua palavra, têm que lutar para tomá-la.” (1983, p. 11). Nomear-se indígena é sair da condição de massificados, generalizados e dominados. A luta pelo reconhecimento é uma luta pelo domínio da palavra, que dá existência através da insurgência. Para os indígenas nomear-se é existir. Nomear o racismo é resistir.

Os indígenas saem da invisibilidade fazendo uso da palavra como ação transformadora, confrontando entendimentos estabelecidos desde os processos de assimilação, rejeitando assim a história oficial. Eles ressurgem. Os indígenas, mediante uma práxis desobediente, criam história, identidade e direitos. A partir de uma história reinterpretada, eles oferecem um novo entendimento para a questão indígena. Reconhecimento da condição indígena e denúncia/nomeação do racismo que eles sofrem passam a ser eixos da luta.

7- BIBLIOGRAFIA

ARRUTI, José Maurício Andion. Da memória Cabocla à História Indígena: conflito, mediação e reconhecimento (Xocó, Porto da Folha/SE). In Soihet, Almeida, Azevedo e Contijo. Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia. Civilização Brasileira, 2009

BARTOLOMÉ, Miguel A. Gente de Costumbre y Gente de Razón. Las identidades étnicas em México. Mexico D.F.: SigloVeintiunoEditores, 2006 (1997).

CÁRDENAS, Omaira Bolaños. Constructing Indigenous Ethnicities and Claiming Land Rights in the Lower Tapajós and Arapiuns Region, Brazilian Amazon. A Dissertation presented to the Graduate School of the University of Florida in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy. University of Florida, 2008.

COLAÇO, Thaís L; DAMÁSIO, Eloíse da S. P. “Novas Perspectivas para a Antropologia Jurídica na América Latina: O Direito e o Pensamento Decolonial”. Coleção “Pensando o Direito no Século XXI”. Volume IV. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

FIORI, Ernani M. Aprender a dizer a palavra. In: FREIRE, Paulo, *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.



HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. in <http://censo2010.ibge.gov.br>, em 10/08/2012.

LIMA, Deborah. A construção histórica do termo caboclo. Novos Cadernos NAEA v 2, nº2. Dezembro, 1999.

MENCHÚ, Rigoberta. The Quincentenary Conference and the Earth Summit, 1992. In: Women Writing resistance: Essays on Latin America and the Caribbean. Organizado por Hernandez. Cambridge: South End Press, 2003.

SARAIVA, Márcia Pires. Identidade Multifacetada: a reconstrução do “ser indígena” entre os Juruna do médio Xingu. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 2007.

VAZ, Florêncio de Almeida. A emergência étnica de povos indígenas no Baixo Rio Tapajós, Amazônia. Plano de Tese. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

_____. Os conflitos ligados à sobreposição entre terras indígenas e a resex Tapajós-Arapiuns no Pará. Revista: Ruris, vol. 7, nº 2. Setembro, 2013.

WARREN, Jonathan W. Racial Revolutions: Antiracism & Indian Resurgence in Brazil. Durhen and London: Duke University Press, 2001.



GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

RACISMO E RELAÇÕES RACIAIS EM BELÉM: NEGROS “DESPREZADOS” EM CONFLITOS URBANOS.

Domingos Conceição¹
coisadepreto@gmail.com

RESUMO:

Este artigo discute, com base nas abordagens pós-coloniais e outras, o racismo e as relações raciais em Belém do Pará. A tentativa do trabalho é se aproximar das análises de três interpretes do racismo e das relações raciais, cujo foco de seus estudos e pesquisas tem por cenário a América Latina, com destaque para o Brasil. Os estudiosos são Grosfoguel, 2012; Ianni, 2004 e Morre, 2012 suas abordagens atualizam o pensamento sociológico sobre a origem, a história e desenvolvimento das relações raciais e do racismo como um tema que primeiro teve sua gênese no século XVI como racismo religioso e a partir do século XIX como racismo de cor, que teve como sujeitos atingidos: negros, árabes, judeu, índios, chineses, orientais e assim por diante. Porém para este artigo o destaque é para o negro. O recurso teórico-metodológico, está baseado nas abordagens de Amaral (2004); Guimarães (2012); Houfbauer (2004); Conceição (2017); Faustino (2015). A metodologia utilizada foi a sistematização dos dados do capítulo da dissertação de Mestrado de Conceição (2017), sobre racismo, do referencial teórico e alguns saberes e experiências empírica do autor do artigo. As conclusões a que chegamos, é que ainda hoje o padrão tradicional e arcaico do colonialismo e do colonizador, ainda influenciam a produção teórica, as relações raciais, sociais, culturas, econômicas e políticas, e o racismo contra negras e negros, ainda continuam presentes nas atitudes e práticas, da maioria da população de Belém do Pará.

Palavras chaves: Racismo, Relações Raciais, Fenótipo, Conflito Urbano

1 – INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte da discussão iniciada em um capítulo de nossa dissertação, que tratou do “Movimento Negro em Belém: ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros”. Nesse capítulo discutimos alguns aspectos do racismo como, por exemplo, a sua origem histórica, racismo como ideologia, o fato dele ser estruturante, o “racismo à brasileira” e o fato dele ser causador de todos os problemas que geram desvantagens contra o negro na sociedade brasileira. O que chamei interseção!

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, 1512; Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, 2017.



Para tentar entender o racismo como interseção das relações raciais e suas desigualdades, fizemos um mapa de alguns autores de abordagens pós-coloniais, os quais têm trazido para a arena do debate, a temática do racismo na América Latina e a contribuição do Movimento Negro para o seu enfrentamento.

Com isso, nos propomos compreender o racismo e as relações raciais, no conflito urbano de Belém, e se também geram “gente desprezada”, se dificultam a mobilização da ação coletiva e do Movimento Negro.

Para problematizar esta realidade em Belém, elegemos uma pergunta básica: Por que o racismo dificulta as relações raciais entre negros e brancos em Belém? Então vamos responder duas outras questões: Como o racismo dificulta tais relações raciais em Belém? Por que os brancos praticam racismo contra os negros em Belém? Finalmente, geramos a seguinte hipótese: é o racismo, como interseção, que causa a existência de “gente desprezada”, e os conflitos urbanos entre brancos e negros, na cidade de Belém do Pará.

Não é objetivo deste trabalho apresentar uma definição ou propor um modelo analítico sobre as relações raciais e o racismo, o que nos propomos demonstrar, são algumas questões que foram discutidas em nossa dissertação, as quais estão vinculadas ao nosso referencial teórico metodológico, com relação as abordagens pós-colonial, voltadas à problemática do negro no Brasil.

O objetivo deste artigo é, então, analisar o racismo nas relações raciais em Belém, refletindo sobre o conflito urbano entre negros e brancos, aonde a maioria negra encontra-se “desprezada” e esboça dificuldade em organizar suas ações coletivas e o Movimento Negro, que é a sua principal ferramenta de ação política para buscar os direitos sociais e a defesa da população negra de Belém, com base no pensamento pós-colonial.

O nosso referencial teórico metodológico está fundamentado nos estudos e pesquisas de um conjunto de autores “pós-coloniais”, marxistas, culturalistas, etc., o que faz de nossa análise uma visão “pluralista” do tema em questão. Discutimos alguns conceitos, categorias, termos, questões pertinentes e relevantes, que conseguem sustentar a nossa argumentação para um assunto tão complexo e ainda pouco estudado nos meios acadêmicos de nossa cidade.

A metodologia que foi utilizada neste texto esta baseada na leitura do nosso referencial teórico, de fontes já utilizadas em nossa pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo que fez parte da investigação e sistematização da nossa dissertação, tais como: entrevistas, documentos, conhecimentos e saberes empíricos, que fazem parte das nossas observações sistemáticas do fenômeno em estudo.

Um outro aspecto que iremos tratar em nosso trabalho é de como o racismo é deixado de lado nos meios institucionais, tais como: a polícia, o poder judiciário e o Estado,



quando deixam de fazer, adequadamente, as políticas públicas, fazendo-as em doses homeopáticas, com uma visão exclusivamente universalista. E de como a população negra trata, em Belém, a questão do racismo.

2 - O RACISMO À MODA BRASILEIRA

Para iniciar nossa análise, buscamos nos dados da investigação da pesquisa bibliográfica de nossa dissertação a importante visão de Joel Rufino (2008) e vejam só a contundência de sua análise sobre o racismo na sociedade brasileira.

O preconceito racial é fácil de identificar. Já o racismo é mais difícil, porque, para compreendê-lo, é necessário conhecer alguns conceitos sobre o funcionamento da sociedade.

Quando nos deparamos com a realidade urbana, tal qual vivemos em Belém do Pará, muitas das vezes é comum banalizar e vulgarizar o racismo, ainda parecendo tão entranhado no imaginário popular, inclusive do próprio negro, que alienado de suas condições educacionais e culturais, junta-se a um não negro, reproduzindo as seguintes expressões: “em tudo vocês veem racismo”, ou, “isso não é racismo, é briga de vizinho”.

Ainda Joel Rufino (2008), entende que o racismo é uma forma de dominação estrutural na sociedade brasileira que só adquire sentido por meio da luta social, da luta de classes, da luta contra a ordem. No nosso entender, como a maioria da população da cidade de Belém, não está educada sob essas condições estruturais apontadas pelo autor, e não é politizada para o conhecimento das relações raciais, ignora a existência do racismo na sociedade e nela própria. Dessa forma, em Santos(2008), encontramos que “O racismo é um fator estrutural, e está na própria essência da formação brasileira (p. 1).

Como se pode constatar, racismo é um tema complexo, entretanto, mais que isso, ainda é pouco estudado pelas ciências sociais brasileiras, o que implica dizer que essa lacuna se encontra presente na literatura que revisamos e estudamos, seja para entender o racismo, ou este em relação com o Movimento Social Negro. O que exige de nós um esforço redobrado para tentarmos apresentar um maior entendimento das noções e considerações analíticas, pelo menos o suficiente para mostrar que as barreiras que o racismo cria entre os sujeitos dificultam a efetivação das ações coletivas do Movimento Negro em Belém.

As barreiras, o fenótipo, o genótipo e as assimetrias como preconceito, a subalternização, a discriminação racial e as opressões, estão imbricadas no racismo, por isso, os populares e o próprio negro, se eximem de assumir o seu próprio racismo, conforme mostramos acima, o que não é diferente em todo o país. O assimilacionismo, a aculturação, o mito da democracia racial, a ideologia do embranquecimento, a mestiçagem, são



mecanismos e esquemas que articulam o racismo na mais grave agressão de afrontamento contra o negro.

De acordo com Moura (2014)

o negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, política, cultural e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado (...).

Moura² diz ainda, que é se referindo ao período da escravidão, que os negros, em sua maioria, hoje continuam disputando, em desvantagem, espaços sociais para sobreviverem.

Essa proposição de Moura, é que nos faz entrar em um “diálogo sociológico” com os autores brasileiros sob a temática do racismo que perpassa pelo campo teórico, pelo âmbito da relação com o Estado, as instituições oficiais, a interlocução com a população negra de Belém, e a ação coletiva principal e defesa de negras e negros, demandada pelo Movimento Negro em Belém, nesse início de século em Belém do Pará, cujo combate ao racismo foi muito bem administrado, inclusive, para enfrentar a omissão e o “racismo de Estado”, proferido por agentes do Poder Judiciário local (Juízes, Promotores e Desembargadores) e da Polícia Judiciária do Estado, contida em expressões do tipo “briga de vizinho”, presentes, com muita frequência, no discurso oficial.

Além de tudo, a mais ofensiva estrutura de classe e de raça, transforma o negro em cobaia dos pesquisadores e das ciências sociais, para servir a um “sistema classificatório racial do Brasil”. Para Moura (2014, pp. 217-220),

o racismo brasileiro, como vemos, se vale de uma estratégia e de táticas, age na surdina sem demonstrar a sua rigidez, se esconde nas suas nuances, para não se mostrar à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos.

Peixoto (2017, p. 1), nos revela que

O conflito é instrumento de ação política. Revela insatisfações e reivindicações, confronta iniquidades e a lógica hegemônica da cidade. Os conflitos algumas vezes promovem mudanças na ordem urbana e conseguem impedir intenções excludentes e segregadoras de projetos [...].

Para o Movimento Negro em Belém, o conflito esteve sempre presente desde sua formação, organização e prática da ação coletiva de combate ao racismo, todavia, como

² Ver Dialética radical do Brasil negro (2014)



uma aparente dissimulação do real, que esconde o verdadeiro elemento do conflito: o racismo, “à brasileira³”, ou modo racista belenense.

Dessa forma, a ação coletiva principal do Movimento Negro brasileiro é o *combate ao racismo*, porque podemos observar que o racismo condiciona a dinâmica de mobilidade social da população social negra no meio urbano de Belém (AMARAL, 2004, pp. 15-29), e é afetada pela dinâmica de uma sociedade que imaginariamente esconde o seu racismo, aparentando uma falsa inexistência, pois na prática se assemelha ao que retrata o texto abaixo.

Parto da hipótese de que o racismo, como uma realidade no país, se manifesta como um dos fatores de seleção (...). A consequência desse racismo é a exclusão e marginalização do negro, não apenas no mercado de trabalho, a exemplo do que ocorre em Belém, mas da visibilidade da sociedade como um todo (AMARAL, 2004, p. 29).

Temos que concordar com Amaral, visto que a nossa “observação em massa”, ou seja, o nosso olhar para a realidade do cotidiano do negro de Belém, revela que o racismo é uma interseção que finda se espalhando por todo o ambiente do cotidiano da cidade, onde está presente o negro, pois ele é um ser ubíquo e, por isso, tende a ser atingido pela marginalização e exclusão, uma vez que se vê obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural, política, econômica e mesmo biológica, em uma sociedade secularmente racista.

3 - RACISMO E RELAÇÕES RACIAIS EM BELÉM

Como foi possível observar na narrativa do primeiro tópico, o “racismo à brasileira” se expressa muito bem na realidade urbana de Belém. Manifesta-se de forma sutil, e na maioria das vezes explicitamente. O Estado não formulou uma política pública destinada a combatê-lo, deixando a responsabilidade a cargo do próprio negro ou do Movimento Negro, no sentido da incumbência de propor ações coletivas nessa direção e criar mecanismo que torne possível viabilizá-las.

O Movimento Negro de Belém só tratou do combate ao racismo e das relações raciais, com um caráter institucional no âmbito do Estado, e do município de Belém, no curso dos dois governos desenvolvidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no período de 1997 a 2004. Antes, inexistia Conselho, e o município não se ocupava com essa ação de

³ Ver HOFBAUER, Andreas. **Raça, cultura e identidade e o “racismo à brasileira”**. In BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção et al. De Preto a Afro-Descendente: Trajetória de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. EdUFSCar, São Carlos-SP, 2003. (pp. 51-69).



Estado. Não porque esse governo priorizasse essa ação, mas porque, acatava com mais atenção a pressão e proposições do Movimento Negro local.

A responsabilidade por essa ação de Estado, ou seja, por essa “política pública”, foi do Conselho Municipal do Negro de Belém (CMN). Esse conselho só se efetivou com a pressão do Movimento Negro de Belém, mas ao mesmo tempo, só vigio enquanto durou esses governos. Ao longo desses oito anos da gestão petista, o CMN desenvolveu ações coletivas mais abrangentes que o combate ao racismo.

Queremos dizer que o poder do Estado, seja em nível federal, estadual e municipal, só tem conseguido mudar o mínimo, na sua forma de tratar os negros no país, porque, na colônia, durante a escravidão, na sociedade pós-escravidão e na sociedade que tem se desenhando desde os anos 70, até os dias de hoje, as ações coletivas e o Movimento Social Negro têm se transformado em um adversário fortíssimo contra essa hegemonia de classe dominante e seus governantes.

Esse desafio do Movimento Negro bateu de frente com essa tradição manifesta acima, que tem por base um “modelo de relações raciais”, que, conforme Paixão (2006, pp. 18-26), se reveste da ideia das três raças formadora da nação brasileira, de onde se origina a mestiçagem, e esta teria evitado o ódio racial. A ideologia do branqueamento, o mito da democracia racial, passam a ser uma ideologia oficial. A escravidão, motivada por uma visão cristã e elitista, teria sido mais humana, suave e benigna. O Movimento Negro dos anos 30 e 40, acreditava que o mito da democracia racial seria um projeto político capaz de conciliar as relações raciais entre negros e brancos. Porém, o Movimento Negro das décadas de 50 até aos dias atuais, critica duramente essa tradição, entendendo que a democracia racial além de mito, é uma visão mentirosa da realidade histórica do passado e presente, e os méritos moral e intelectual, das transformações, podem ser atribuídos a lideranças e demais militantes do Movimento Negro Brasileiro.

A dinâmica das ações coletivas institucionais do CMN, se deu em três frentes, pelo menos, de atuação. A primeira foi de “criminalização do racismo”; a segunda, para tratar das relações raciais nos espaços de governo e na sociedade; e a terceira, foi para articular o Movimento Negro que não integrava a gestão do conselho, e agir em conjunto, buscando socializar as ações institucionais do conselho com as ações coletivas não institucionais demandadas pelo Movimento Negro.

Este conselho foi criado no primeiro ano de governo do PT em 1997, através do Decreto Lei nº 31.816/97, oriundo da Lei Orgânica Municipal de Belém, em seu Artigo 94, inciso XV. Ele se obriga a promover estudos, pesquisa, debate, sobre a situação sócio-econômica-política-cultural da negra e do negro do Município de Belém e, sobretudo nos fatos que figurem discriminação explícita/implícita. Essa era a meto da ação do conselho.



O crime de racismo praticado em Belém contra pessoas negras, quando não existia o CMN, eram levados ao Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), ou a outro Movimento Negro de Belém. Com a criação do conselho, como uma instituição legal do Estado em parceria com os movimentos sociais negros de Belém. Essa foi uma conquista do Movimento Negro estabelecida em nível do município de Belém, considerada como um instrumento importante para o enfrentamento do racismo no âmbito das instituições e no ambiente público da sociedade belenense.

O CMN em dois anos de trabalho conseguiu atender 96 casos de racismo que aconteceram, devido as vítimas serem agredidas, com expressões do tipo: “preto safado”, “preto nojento”, “todo preto é ladrão”, “negro urubu”, “preta suja (o)”, “só podia ser perto”, “isto é coisa de preto”, “preto imundo”, etc.

Notamos nessa revelação apresentada pelo CMN, que existe a necessidade de se discutir alguns entraves existentes no campo legal por parte da justiça (Poder Judiciário), do conselho como órgão público do Estado e a mediação do mesmo conselho como representante da sociedade civil para defender os interesses da população negra.

Vejamos como age a polícia civil quando é acionada pela vítima de racismo ou pela vítima em conjunto com o conselho. Como os magistrados se posicionam diante da mesma situação, e como o conselho percebe os ataques racistas contra negros e negras:

No julgamento das autoridades da “Polícia Judiciária” (Polícia Civil), o escrivão e o delegado, definem aqueles “apelidos” que podem ser classificados como crimes de “Injúria Racial” e “Racismo”, como sendo: “ofensas morais”, “lesões corporais”, “constrangimento ilegal”, “injúria”, “agressões”, “crimes contra pessoas” e outros. Os juízes e promotores do Poder Judiciário do Pará agem tal qual os referidos policiais. Já o conselho e seus advogados, agem diferentemente dessas autoridades, e acreditam que essas autoridades, entendem muito pouco do assunto, dão pouca atenção e secundarizam esse tipo de crime.

Para o CMN o crime de racismo é considerado como “crime formal”, que significa, primeiro, comprovar a existência do fato e segundo, a vítima comprovar que foi discriminada por pelo menos duas testemunhas, e terceiro, ter um advogado que o defenda. O conselho orienta as vítimas que, independente da existência de testemunhas, é importante levar o caso ao conhecimento do conselho que apoia as vítimas e faz ações políticas em defesa das mesmas, junto a essas autoridades, imprensa e a sociedade.

Vale ressaltar que negras e negros vitimizados por racismo, ficam adoecidos emocionalmente, psicologicamente, socialmente e passam a apresentar um quadro de depressão, necessitando de acompanhamento psicológico. O conselho tem um profissional nessa área para acompanhar e orientar as vítimas de racismo recebidas por essa instituição, além da ação solidária e profissional de todos os conselheiros, junto as mesmas.



Outros aspectos notáveis em relação ao conselho foram: o público atingido pelo racismo e seus agressores, no qual a maioria eram mulheres, e depois os homens adultos, quando os agressores eram vizinhos, patrões, seguranças, policiais, etc... Quanto a origem das vítimas, a maioria é da capital (grande Belém), economicamente de baixa renda, alguns de poder aquisitivo maior, com escolaridade de nível fundamental, médio e superior. A ação política do conselho, garantida pelo Estado, foi considerada, ainda que com limites, como uma política pública, e para o conselho como uma “política afirmativa”.

Em suas ações, o conselho sempre se utilizou de um conjunto normativo, denominada de legislação “anti-racista”, que vai desde a Constituição Federal de 1988, as Leis nº 9.459, de maio de 1997; Lei nº 7.716 de janeiro de 1989; Lei nº 7.437 de 1985; a Lei nº 1.390 de 1951 (conhecida como Lei Afonso Arino); o Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, denominado de Código Penal Brasileiro⁴, que trata do crime de Injúria de forma abrangente em seu Artigo 140, parágrafos 1º e 2º.

O conselho estava fundamentado nos princípios Constitucionais definidos na Carta constitucional de 1988, com base nos artigos 3º, 4º e 5º que institucionalizou os direitos humanos no país e no art. 5º, em seu inciso LXII, que estabeleceu como sendo a prática do racismo, crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da Lei. O estabelecimento desse inciso custou a luta coletiva e integrada do Movimento Negro Brasileiro, que se deveu a pressão aos parlamentares constituintes e assinatura de mais de um milhão de negras e negros em todo o país. Dessa forma,

O racismo foi elevado à categoria de delito porquanto a Carta Magna, no seu Artigo 5º, estabelece que a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, para acrescentar que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível (BELÉM, 2000, pp.12-18).

Tratamos dos aspectos legais do racismo porque foi uma forma de mostrar ao leitor que, mesmo sendo a principal ação coletiva do Movimento Negro, o combate ao racismo, só a luta social e política, resolve muito pouco o enfrentamento dos racistas, ou seja, temos também de enfrentar os racistas no campo da legalidade, usando o mínimo de políticas públicas universalistas que há para esse fim e, exigir e propor ações coletivas para que o

⁴ É importantíssimo explicar que os operadores de “Direito e relações Raciais”, analisando os artigos 1º e 20 da Lei 9.459 de 13 de maio de 1997, transformaram os mesmos de acordo com o Artigo 140 (CPB) § 3º ficando a nova redação do primeiro: Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (...). Sociologicamente explicando, se introduziu o § 3º do (CPB) porque ele trata de injúria e passou a ser usado pelos operadores também como injúria racial, pois a maioria dos crimes de racismo que ocorre contra os negros é considerado como injúria racial pelos delegados de polícia e pelos juízes de todo o país. Com relação ao Artigo 20, a sua redação ficou da seguinte forma: praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. E ainda, a injúria racial o agressor ofende a pessoa, no caso de racismo o agressor ofende o grupo o coletivo, concomitantemente, a pena pode variar de 1 a 3 anos ou de um a 5 anos (BELÉM, 2000, pp. 16-18).



Estado cumpra o que está na Constituição Federal de 1988, como conquista da população negra, minimamente, apresentada acima.

Se as relações raciais brasileiras estão entranhadas e enraizadas nas nossas vidas sociais como indivíduos, como classes sociais e como grupos, em Belém do Pará o preconceito de cor, ou preconceito racial na maioria das vezes é naturalizado pelos brancos, que são os maiores praticantes desde crime, e também pelos negros, que em determinadas circunstância, uma pessoa negra é atacada por um branco com expressões racistas e injuriosas, tal pessoa não se posiciona socialmente, deixando o seu psicológico destruído (adoecido). Isso foge dos registros documentais, o que pode ser visto pela lente da observação em massa.

Racismo e relações raciais, demonstram como nós negras e negros, nos relacionamos com brancos, com índios e com outros grupos que fazem parte da sociedade brasileira. No caso em comento, das relações raciais em Belém, neste tópico, já foi possível explorarmos bastante as contradições, rupturas, descontinuidades, continuidades, etc., e o racismo como é praticado e quem o pratica. Em Belém, posso afirmar, que as relações raciais entre negros e brancos são as mais conflituosas, são delas que nascem as disputas de classe (relações de trabalho), relações política (disputa pelo poder), relações religiosas (intolerância), etc.. Desses conflitos nasce o racismo gerado pelo preconceito racial, e pela discriminação racial.

4 - NEGROS DESPREZADOS EM CONFLITOS URBANOS EM DECORRÊNCIA DO RACISMO EM BELÉM

Até este ponto tivemos a oportunidade de discutir aspectos importantes do racismo no Brasil e de como ele se estruturou na cidade de Belém do Pará, tendo na população negra os sujeitos mais atingidos. Também apontamos uma ação política de combate ao racismo, desenvolvida pelo Estado, que teve como protagonista principal, o Movimento Negro Local.

Em termos legais, o Estado compareceu, mas as ações só foram possíveis porque no comando da gestão estavam técnicos, militantes e profissionais das áreas de educação e ciências sociais, todos com um nível de compreensão da temática do negro. Essa experiência não foi desenvolvida através de uma secretaria de governo, mas por uma instituição de controle, o Conselho Municipal do Negro.

Neste último tópico, apontamos um desenho do mapa das abordagens dos autores, que se definem como pós-colonial, tais como, Ianni (2004); Gomes (2005); Scherer-Warren



(2010); Grosfoguel (2012); Moore (2012); Faustino (2015); cujo enfoque está direcionado ao racismo anti-negro e as relações raciais.

De forma bem panorâmica, no diálogo com esses pensadores, vamos nos aproximar ao máximo das respostas apontadas no início do presente artigo: Por que o racismo dificulta as relações raciais entre negros e brancos em Belém? Então vamos responder, duas outras questões: Como o racismo dificulta tais relações raciais em Belém? Por que os brancos praticam racismo contra os negros em Belém? Nossa hipótese é: o racismo é a interseção de todos os problemas enfrentados por negros e negras na sociedade.

Antes de entrarmos nas respostas das questões acima, vamos nos situar nos aspectos das relações raciais e da formação do racismo no mundo e no Brasil. Segundo Ianni (2004, p. 2), o mundo entra no século XXI, ainda sob o domínio dos EUA, Europa e seus governantes, os quais se valem dos mesmos instrumentais usados até o período da segunda Guerra mundial (1939-1945), cujos aparatos ideológicos, de concentração de riqueza, de controle dos povos e nações, foram o mercantilismo, o colonialismo, o imperialismo, o capitalismo que se constituem no "ocidentalismo", como marco civilizatório de "recomposição da ordem mundial" de conformidade com a geopolítica norte-americana, arrogando-se como herdeira do "ocidentalismo" como guardião do capitalismo; ou vice-versa. Ainda, de acordo com esta explicação

Em certa medida, o debate relativo ao "choque de civilizações" implica xenofobia, etnicismo e racismo. Ao hierarquizar as "civilizações", hierarquizando também povos, nações, nacionalidades e etnias, é evidente que se promove a classificação, entre positiva, negativa, neutra ou indefinida, de uns e de outros (IANNI, 2004, p. 2).

Nesses termos, podemos entender em uma perspectiva ampla, a história do mundo moderno e também a história da questão racial, um dos dilemas da modernidade, que afeta sob maneira as relações sociais, promovendo as assimetrias frente as relações raciais que tem implicado nos dias de hoje em intolerâncias, preconceitos e racismos. Por isso é muito necessário que saibamos discernir *raça* de *etnia*, para que uma não se sobreponha à outra, como é muito comum no meio acadêmico e no cotidiano da sociedade. O excerto a seguir nos explica melhor essa diferença.

A "raça" não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação (IANNI, 2004, p. 3).

E mais:

Um segredo da constituição da "raça", como categoria social, está na acentuação de algum signo, traço. Característica ou marca fenotípica por parte de uns e de outros, na trama das relações sociais (IANNI, 2004, p. 4).



Quando nos deparamos com a afirmação de Ianni, de que a questão racial se constitui em um dilema à sociedade moderna, cremos que podemos fazer um paralelo com o que perguntamos acima, se o racismo dificulta a dinâmica das relações raciais em Belém, aspecto que fará parte de nossa narrativa daqui por diante, e que, parte dessa questão já apresentamos no tópico acima, quando tratamos dos crimes de racismo em Belém como uma ação de Estado, ou seja, uma política pública de cunho parcial.

Os autores sistematizados nesta discussão, estão no foco de uma corrente de pensamento de perspectiva pós-colonial. Começamos com a recepção de Fanon no Brasil, através da abordagem de Faustino (2015) que destaca a presença deste autor em meio a duas vertentes de análise: a primeira, define que as reflexões que apostam no fortalecimento da identidade negra como estratégia antitética ao racismo e à discriminação e, na segunda, as reflexões que recusam a primeira posição argumentando pela inexistência, no Brasil, de um sistema de classificação racial polar tal como observado nos E.U.A. No interior destas duas vertentes, aponta Faustino que há duas questões a ser compreendidas: uma, que trata do racismo epistêmico ou institucionalizado e, a outra, que identifica um modelo (imperialista) de pensar a cultura brasileira que desconsideraria, o que o Brasil teria de mais genuíno: a identidade nacional.

Comentando a análise de Faustino (2015), deparo-me com duas questões focais que repercutem bem à realidade da dinâmica do racismo em Belém, qual seja, a presença muito frequente dos dois racismos nos conflitos sociais urbanos em Belém: o epistêmico e o institucional. Mas vale ressaltar uma prática cotidiana, destacadamente, para o racismo institucional e a discriminação racial contra negras e negros, que emplaca o etnocentrismo via fenótipo.

Para Grosfoguel (2012), o racismo é "um fenômeno histórico" e está relacionado ao "fenótipo", cujo "discurso e a prática se inserem nas estruturas do Estado" e mais, defende a existência do que ele chama de um "[...] padrão de comparação com o mundo anglo-saxônico".

No entanto, o modelo anglo-saxônico não pode servir de marco referencial ou comparativo para enxergar a realidade "latino-americana e, muito menos, compreendê-la. A razão disso é que o modelo de relações raciais anglo-saxônicas - que se define em função da biologização do racismo e pela imposição de estrutura de segregação racial ostensiva (EUA, Europa Setentrional, Austrália, Canadá, África do Sul...) - corresponde a um contexto histórico recente e bem específico: a Modernidade industrial e capitalista (GROSGOQUEL, 2012. p. 90).

Chamamos a atenção de nosso leitor para dois aspectos importante neste autor: ele também é um dos estudiosos do pós-colonialismo e, outra, baseia seus estudos no pensamento de Fanon, com relação as opressões, subalternização, colonialismo,



capitalismo, imperialismo, como práticas de dominação que resultaram na exclusão de povos e escravização, em sua maioria, de negros africanos, que desta resulta no racismo anti-negro no Brasil e em Belém.

O Brasil, conforme Grosfoguel (2012, p. 90), foi marcado por essa imposição de superioridade de raça durante a Colônia e o Império e, no pós-abolição, consolidaram-se como herdeiros dessa superperiodiade racial, os brancos. Em Belém, essa superioridade dos brancos pode ser vista de forma etnocêntrica e com uma vulgarização do *fenótipo* dos negros que são marginalizados, com um falso conflito entre classe e raça, para escamotear o racismo presente no discurso.

Do ponto de vista global, justifica-se que há áreas de “auto e não auto” (superioridade e inferioridade) que podem ser definidas como os centros ocidentais, nomeados como colonialidade global. Do outro lado, nas periferias existem áreas do ser e do não ser, as quais se localizam nos centros metropolitanos, essas são consideradas de colonialismos internos. Podemos dizer, levando-se em conta esta abordagem pós-colonial, que o racismo que se pratica no centro de Belém e nas periferias, como um modelo de divisão racial, demográfico e social, excludente da cidade, é um racismo com base em colonialismo interno (GROSFOGUEL, 2012, p. 76).

Para Carlos Morre (2012, p. 19), o racismo é uma realidade histórica, e tem sua origem na Antiguidade, e por isso, segundo ele, o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada exclusivamente no *fenótipo*, antes de ser um fenômeno político e econômico pautado na biologia. Assim, esclarece

Fenótipo é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou à confusão. É ele, não os genes, que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social; que serve de linha de demarcação entre os grupos raciais e como ponto de referência em torno do qual se organizam as discriminações “raciais” (MOORE, 2012, p. 19).

Ainda, segundo o referido autor, o racismo teria se construído historicamente, e não ideologicamente. O racismo seria uma dinâmica determinada pela história e não pela ideologia, exclusivamente.

Por fim se a história da humanidade em sua evolução e desenvolvimento forjou entre si, a sua própria dominação, ou seja, estruturou modelos para que uma classe pudesse subalternizar a outra, ao ponto de escravizá-la e tê-la como coisa ou mercadoria, usufruto quase que absoluto dessa que a escravizou, esta mesma humanidade, historicamente, tem criado os mecanismos para combater os vícios dessa relação conflituosa, sob os auspícios, de uma sociedade que tem, na classe hegemônica branca, suas maiores conquistas, e que goza de um status de classe superior.



BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Assunção José Pureza. **Da senzala à vitrine: relações raciais e racismo no mercado de trabalho em Belém.** Belém: Cejur, 2004. (Coleção Megam)

ABONG. **Racismo no Brasil.** – São Paulo: Peirópolis; 2002

CONCEIÇÃO, Domingos. **Movimento Negro em Belém: Ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros.** Belém: Mestrado em Serviço Social, UFPA, 152 f. 2017

DURIGUETTO, Maria Lúcia, MONTÃO, Carlos. **Estado classe e movimento social.** 3.ed.: São Paulo, Cortez, 2011, v5, (pp. 248 - 305)

FAUSTINO, Deivison Mendes. **“Por que Fanon? Por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil.** São Carlos: UFSCar, 2015. 260 f. pp. 187-197

FERNANDES, Florestan, 1920-1995. **A integração do negro na sociedade de classes: (no limiar de uma nova era) volume 2.** São Paulo: Globo, 2008

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão.** Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobreRela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016

GROSGUÉL, Ramón **El concepto de «racismo» en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser?** Tabula Rasa, núm. 16, enero-junio, 2012, (pp. 79-102); Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Bogotá, Colombia

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 11ed. – São Paulo: Loyola, 2014

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil.** 3ªed - São Paulo, Editora 34, 2012

_____. Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial: modo, temas e tempos.** – São Paulo: Cortez, 2008, (pp, 53/59)

IANNI, Otávio. **Dialética das relações raciais.** Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100003. **vol.18 issue50 Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil Pode a genética definir quem deve ...Estudos Avançados ...** Estud. av. **vol.18** no. **50** São Paulo Jan (2004)>. Acesso em 4 de agosto de 2016

_____. Otávio (Org.) **Florestan Fernandes: Sociologia crítica e militante.** São Paulo: Expressão Popular, 2004, (pp. 7-39)



_____. Otavio. **Escravidão e racismo**. 2ªed., São Paulo, Hucitec. 1988, (59-90)

_____. Otavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3ªed., Brasiliense, 1987, (317-337)

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**, 2001

MOORE, Carlos. **Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. 2ed., - Belo Horizonte: Nandyala, 2012

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2.ed. – São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição com Anita Garibaldi; 2014

Movimento negro unificado 1978-1988: **10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo, Confraria do livro, 1988.

PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto anti-racista: ideia em prol de uma utopia chamada Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A; LPP/UERJ, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais e pós-colonialismo na América**. São Leopoldo, v. 46. N.1, (pp. 18-27,) 2010.

**GT 02 – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES
SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA.****IDENTIDADE NEGRA E ESCOLA: O DESAFIO DA DESCONSTRUÇÃO DE
ESTEREÓTIPOS PARA UMA PRÁTICA MENOS EXCLUDENTES¹.**Thaís Pimenta Pimentel (SEMED/SALVATERRA)²

E-mail: thaispimenta10@hotmail.com

Jesus de Nazaré de Lima da Costa (SEMEC-ACARÁ)³

E-mail: iesuscosta20@yahoo.com.br.

RESUMO

Este texto apresenta um recorte de uma pesquisa realizada em uma escola pública situada no município de Salvaterra, na Ilha do Marajó no estado do Pará, que subsidiou a produção do projeto de intervenção “QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS: a simbologia do cabelo como possibilidade de afirmação da identidade negra”. A justificativa para esse trabalho nasceu de experiências vivenciadas pela docente da turma do quarto ano que vivenciou situações de discriminações por meio de brincadeiras referente a sua identidade, por ser negra, e por ter o cabelo crespo. O objetivo desse estudo é discutir como essa experiência contribuiu para sua afirmação identitária como mulher negra, bem como para a importância de desenvolver trabalhos para enfrentar essa problemática. A metodologia utilizada é o estudo campo juntamente com a pesquisa bibliográfica e documental. A base teórica deste trabalho está ancorada nos estudos de Bourdieu (1989); Gomes (2002; 2003); Hall (2006) e Silva (2000), para estes autores a identidade perpassa significações diferentes, mas que se converge em sua maioria a um denominador comum, que são as construções sociais que nascem certamente no convívio social. Podemos citar alguns dos resultados tais como: somente por meio de atuações pedagógicas comprometidas com a questão das relações étnico raciais podemos deslumbrar possíveis mudanças de perspectiva em relação ao preconceito e racismo na escola; segundo é necessário um posicionamento político e empoderado, pois a professora ao se afirmar como mulher negra, com cabelos crespos para uma turma de 30 alunos propicia uma possibilidade de um referencial positivo sobre a identidade negra.

Palavras-chave: Identidade, Escola, Identidade Negra, Diferença.

1. INTRODUÇÃO

O debate referente às questões étnico-raciais tem ganhado mais visibilidade e tornando-se tema de discussões entre diferentes segmentos da sociedade, principalmente por movimentos negros, que buscam garantir direitos, respeito, igualdade social e valorização da História e da Cultura Negra dentro da sociedade. No âmbito escolar essa preocupação em debater esse assunto ganha mais visibilidade, pois, a escola, sendo um

¹ O artigo parte do projeto de intervenção intitulado “Questões Étnico-raciais: a simbologia do cabelo como possibilidade de afirmação da identidade negra”, defendida no “Curso de especialização em relações étnico-raciais para o ensino fundamental-2016”, promovida pelo Núcleo Gera/UFPA. O projeto tem contribuído para a desconstrução de estereótipos atribuídos aos negros e verbalizados a partir de apelidos pejorativos que visam desqualificar uma característica particular, tal como, o cabelo.

²Especialista, Secretária Municipal de Educação-SEMEC-Salaterra, Professora da Educação Básica, Brasil. E-mail: thaispimenta10@hotmail.com.

³Especialista, Instituto de Ciências da Educação-ICED/UFPA, Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, UFPA, Brasil. E-mail: iesuscosta20@yahoo.com.br.



espaço que visa contribuir com a formação social dos educandos enquanto cidadãos conscientes e críticos de sua realidade, também colaboram no processo de construção de identidades.

A realização da pesquisa que subsidiou a construção do projeto “QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS: a simbologia do cabelo como possibilidade de afirmação da identidade negra”. Justificou-se pela necessidade observada pela docente da turma do quarto ano do ensino fundamental menor, que por meio de vivências no exercício da docência em sala de aula constatou o não cumprimento da Lei 10.639/03⁴, apesar de estar inserido no componente curricular municipal a temática, no qual dentro do conteúdo referente a disciplina de história aparece a questão do povo negro e a sua contribuição para formação da sociedade brasileira.

Entretanto ainda falta formação específica para a maioria dos professores, o que acaba dificultando o desenvolvimento da temática de forma adequada em sala de aula, tendo como consequência a reprodução de estereótipos negativos relacionados ao negro o que ajuda a propagar o preconceito racial. A experiência no desenvolvimento da temática na sala de aula com os educandos do quarto ano revelou ainda um olhar negativo voltado a identidade negra, pois a professora sendo uma mulher negra ao dialogar com a turma escutou piadas referentes aos seus cabelos crespos e a negação de sua própria identidade negra, que ao se afirmar como negra, foi questionada por um aluno o qual contestava dizendo que a professora era morena e não negra, como se o termo “morena” fosse mais aceitável, por talvez se um meio termo entre o negro e o branco na concepção de algumas pessoas.

Outro momento relevante a destacar foi o recebimento de uma carta feita por uma aluna da turma, na qual a professora foi elogiada com frases que diziam “professora te amo”, “professora linda” e “princesa misteriosa” e um desenho com a imagem da aluna ao lado da professora. O que chama atenção é que na representação da professora a mesma é branca com os cabelos lisos e loiros, fazendo com que a docente refletisse sobre como desenvolver estratégias que ajudassem a disseminar uma representatividade positiva da identidade negra com uma turma, que na sua maioria era formada por crianças negras, porém as mesmas ou a grande maioria não se reconheciam dessa forma.

⁴A referida lei altera a lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira em todos os estabelecimentos de Ensino do Fundamental e Médio do País, tanto particulares como públicas. Seu descumprimento pode levar a punição dos gestores escolares e outros.



Com isso, e a exigência da produção do trabalho de conclusão do curso de especialização em Relações e Étnico-Raciais Para o Ensino Fundamental⁵ surgiu a ideia de produzir um projeto que tivesse como meta desenvolver ações que permitisse o debate e a sensibilização da comunidade escolar para a necessidade do cumprimento da Lei 10.639/03 como estratégia política e educacional para o enfrentamento ao racismo, preconceito, violência simbólica ainda presente no interior da escola, assim como, o resgate e valorização da cultura e história do povo negro e sua contribuição para a formação da sociedade brasileira, como preconiza a própria lei e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Desse modo, o projeto produzido tem como objetivo colaborar para a desconstrução de estereótipos atribuídos aos negros e expostos a partir de apelidos pejorativos que desqualificam característica particular dos negros, tal como, o cabelo.

Assim, esse estudo tem como pretensão apresentar um pouco do percurso metodológico utilizado durante as observações e pesquisas em lócus, buscando apresentar as principais etapas que permitiram a construção do projeto, assim como, alguns dos principais conceitos e discussões elencados na pesquisa bibliográfica que deu base para análise dos dados coletados e construção das estratégias do projeto, para isso esse trabalho tenta reconstruir o diálogo entre os principais autores que formaram o aporte teórico. Por fim, apresentará algumas das considerações finais levantadas em todo processo da pesquisa.

1.1 Metodologia

O percurso metodológico utilizado foi o estudo de campo juntamente com a pesquisa bibliográfica. A escolha do estudo de campo foi eleita, pois possibilitou uma aproximação com a problemática referente ao trato da questão da identidade negra no ambiente escolar, assim como, a construção da identidade dos educandos nesse espaço. Tendo como perspectiva alcançada ideia de pesquisa de campo defendida por Gonçalves (2001) que diz:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas. (GONÇALVES, 2001, p.67):

Desse modo, permitindo um olhar mais comprometido com a realidade da escola, na qual acontece a problemática referente ao trato da construção da identidade dos educandos

⁵ Curso de Especialização ofertado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais/ Universidade Federal do Pará (UFPA)



buscando observar a contribuição que essa instituição acrescenta nesse processo e olhar sobre a representatividade da identidade negra. Para isso, colhendo dados a partir de observações e registros.

Outro procedimento adotado foi a pesquisa bibliográfica, pois fundamenta-se na análise de material existente sobre um determinado assunto. Nesse sentido ressaltou Gil (1989) que ratifica que esta pesquisa “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos”(1989, p.71). Partindo dessa percepção, busquei coletar materiais como: artigos, teses, livros, monografias e relatórios; em vários sites de referências: Periódicos da capes, ScientificElectronic Library Online (SciELO) e bibliotecas da Universidade Federal do Pará, o que permitiu o aprofundamento referente aos conceitos-chaves que norteiam esse estudo, tais como identidades, escola, símbolo, preconceito entre outros.

Assim, o primeiro procedimento realizado foi o levantamento bibliográfico dos autores que discutiam a temática, tendo como aporte principal os autores: Bourdieu (1989); Gomes (2002; 2003); Hall (2006) e Silva (2000), que possibilitaram a construção de uma discussão em torno da construção da identidade, tendo como foco a valorização da identidade e o papel da escola nesse processo.

O segundo procedimento foi realizar a pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Zacarias Castro de Araújo, situada na 11ª rua, no Bairro do Tartarugão no Município de Salvaterra na Ilha do Marajó no Estado do Pará. A escola atende a modalidades de ensino infantil e fundamental menor, nos turnos da manhã e tarde, com um quantitativo de 440 alunos, distribuídos em 14 turmas.

O período da pesquisa em lócus aconteceu durante seis meses, os instrumentos utilizados foram o registro fotográfico, um roteiro de perguntas estruturados. Sendo feitos registros fotográficos dos espaços da instituição e dos momentos das atividades desenvolvidas em sala de aula sobre a temática da identidade negra, assim como, referente a percepção de identidade de cada um.

Por último, foi produzido um relatório com as informações coletadas juntamente com o levantamento bibliográfico que possibilitou a construção do projeto de intervenção “QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS: a simbologia do cabelo como possibilidade de afirmação da identidade negra”, o qual foi defendido e aprovado no curso de especialização em Relações Étnico-raciais para o ensino fundamental.

O projeto está em processo de implementação na escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Zacarias Castro de Araújo, tendo sido realizada algumas ações com a meta de conclusão em 2018.



2. IDENTIDADE E ESCOLA: CONSTRUÇÕES E PERCEPÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA.

As discussões e estudos que envolvem a questão da identidade, com o passar dos anos ganharam cada vez mais espaços dentro do cenário educacional brasileiro, nas literaturas sobre as relações étnico-raciais e nos movimentos negros, resultando em ganhos legais referentes a direitos sociais. É inegável uma evolução referente às ideias e teses que buscam entender o processo de construção de identidades, assim como o próprio mecanismo coercivo de preconceitos sobre a identidade do outro.

O conceito de identidade ou identidades perpassa significações diferentes, mas que se converge em sua maioria a um denominador comum, que são as construções sociais que nascem certamente no convívio social, ou em outros espaços, e por vivências podemos dizer que, conforme a bagagem cultura e de experiências mudamos nosso referencial de identidade, ou acrescentamos algo ao já formado. Para Stuart Hall “a medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”. (HALL, 2006, p. 13). Ou seja, segundo Hall, a identidade é algo que pode ser mutável no tempo e na história de cada sociedade.

Nessa perspectiva, podemos dizer que a identidade se recria ou modifica-se mesmo que transitoriamente, segundo Souza (2005, p. 90) “as identidades culturais não são rígidas e nem imutáveis porque são sempre resultados transitórios de processos de identificação e em constante processo de transformação, ‘identidades’ são, pois, identificações em curso”. Com isso, percebemos que o conceito de identidade é algo complexo e variável podendo está associado a diferentes perspectivas.

Segundo Hall (2006) existem três concepções de identidades, a saber: o sujeito do iluminismo; o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo é aquele baseado na centralidade da razão, ou seja, a razão é determinante para a formação do sujeito consciente e de ação, ligado ao seu “eu interior”, assim compreende o sujeito como formado por um núcleo interior que já nasce com o sujeito e permanece por toda vida de forma idêntica e continua.

Na segunda concepção a identidade é tomada do ponto de vista sociológico, sendo formada por meio da interação entre a sociedade e o eu, isto é, a identidade é formada pela troca de relações entre o sujeito (eu) e as relações sociais, ou seja, a identidade é constituída pela mediação cultural, ainda permanece a centralidade do eu, mas este precisa das relações sociais-culturais para constitui-se.



E, por último a concepção pós-moderna que aponta a inexistência de uma identidade fixa, pois ela está em constante transformação e mudança devido as influencias dos sistemas culturais, logo a identidade pode ser vista e adotada conforme seu contexto histórico e social, não existido identidade, mais sim, identidades múltiplas cabendo ao sujeito aderi-las em diferentes espaços.

Por conseguinte, tomando como referência o já apresentado sobre identidade, este estudo toma como base o conceito de identidade pós-moderna, adotado por Stuart Hall, por entender que a sociedade nos apresenta um contexto global pluriétnico, ou seja, uma sociedade com múltiplas diferenças. Segundo Hall a identidade tende a sofrer mudanças ou não, tudo depende da forma como o sujeito é interpelado ou representado, neste sentido, a identificação dependerá de diversos fatores sociais e culturais.

O debate sobre identidade neste estudo faz-se necessária, para compreendermos a questão do preconceito que envolve a identidade negra. Pois, no decorrer da história brasileira referente à construção social do negro, temos um passado que destaca o processo de construções negativas, preconceituosas, excludentes e pejorativas sobre as características do negro. Criando um marginário ruim, ligado a própria negação do ser negro, segundo Gomes:

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. (GOMES, 2003, p. 171).

Isto posto, compreende-se que a identidade negra, como um processo de construção histórica, passa por entrave ideológico, pois a própria cor negra, historicamente esteve ligado a algo ruim, sendo assim, para ser aceito muitos negros tendem a negar sua identidade, em prol de um grupo dominante. Desta forma, muitos negam suas características, passando a identificarem-se como pardos ou morenos e buscam construir sua imagem a partir de referências de outros grupos sociais, pois alguns raspam, alisam ou relaxam seus cabelos, com intuito de serem aceito pelos demais grupos, ou minimizarem piadas jocosas sobre seus traços negros, que podemos chamar de marcadores sociais da diferença. Então, esses fatores tendem levar as desigualdades raciais.

A desigualdade racial– Esse tipo de opressão é bem antigo, quando havia diversas etnias que guerreavam entre si. Entretanto estes conflitos não ocasionavam grandes tragédias, como as que ocorreram e ocorrem ainda hoje. Além disso não tinham como consequência a dominação de uma etnia pela outra. Com a divisão da sociedade em classes, verificou-se o estabelecimento da condição de escravos para os derrotados. A palavra



escravo tem origem no nome do povo Eslavo, entre o qual na antiguidade se recrutava o maior número de escravos. Após os grandes impérios submeteram povos inteiros à escravidão ou ao pagamento de tributos para sustentar os governos dominadores. (WILD, s/a, p. 1).

Com isso, podemos identificar como é forte e marcante a desigualdade racial, ou seja, como isso influencia para a construção ou desconstrução da identidade do indivíduo, em uma sociedade marcada pelas estratificações sociais, principalmente no que tange aos negros, pois como mostra a citação supracitada a desigualdade racial com o passar do tempo gerou uma divisão de classes, na qual uma etnia domina em relação a outra, é nesse processo durante um período o negro foi alicerçado de qualquer direito e colocado em um lugar considerado inferior na sociedade, o que até hoje ainda é representado em algumas, novelas, filmes e outros meios de comunicação.

Desse modo, faz-se necessário aqui também frisar a importância de entender a ideia de identidade negra também como construção política, a qual historicamente em relação ao contexto das relações de poder e dominação vivida pelos negros, no Brasil gera visões simbólicas, como aponta Gomes (2002, s/p)

A identidade negra é também uma construção política. Por isso, ela não pode ser vista de forma idealizada ou romantizada. O que isso significa? Significa que, no contexto das relações de poder e dominação vividas historicamente pelos negros, no Brasil e na diáspora, a construção de elos simbólicos vinculados à uma matriz cultural africana tornou-se um imperativo na trajetória de vida e política dos(as) negros(as) brasileiros(as). Ser negro e afirmar-se negro, no Brasil, não se limita à cor da pele. É uma postura política. É importante que os educadores e as educadoras negros(as) e brancos(as) compreendam a radicalidade desse processo.

Portanto, a escola é (ou deveria ser) o espaço ideal e propício para a desmistificação e desconstrução de uma imagem negativa do negro. Na qual seus educadores precisam apropriar-se da temática e trabalharem na perspectiva de valorização da identidade negra que perpassa uma data comemorativa no ano, que é vinte de novembro, e sim um trabalho que inclua e valorize a contribuição do negro na formação da sociedade brasileira destacando os diferentes aspectos na política, literatura, social e etc. E que faça seus educandos sentissem representados de forma positiva, sendo também a identidade negra um símbolo positivo na sociedade.

Pierre Bourdieu, na obra *O Poder Simbólico*, diz que: “Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social. Enquanto instrumentos de conhecimentos e de comunicação, os símbolos tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social”. (BOURDIEU, 1989, p.10).

Tomando como referência o pensamento de Bourdieu, o símbolo constitui-se com um elemento de afirmação político-social, ou seja, na perspectiva de Bourdieu existe um



poder simbólico que assume o sentido de uma construção da realidade, que pode ser visto, tanto no sentido de dominação de uns sobre o outro como também de resistência. O símbolo sempre carrega uma linguagem que pode expressar algo positivo ou não, os símbolos são características de toda sociedade, sua construção revela sua importância para todos os grupos sociais.

Desse modo, historicamente a identidade negra foi construída e representada como algo negativo, ou seja, ser negro é motivo, por exemplo, de causar desconfiança em determinadas situações, e que ligado a questões de gênero, podem também gerar preconceitos específicos, como por exemplo, algumas visões de que as mulheres negras são vistas como “boa” de cama, ou seja, a questão da sexualidade mais aflorada, o que geneticamente não tem nenhuma base teórica.

Coelho e Silvia (2015) destacam que o preconceito nasce de crenças, opiniões e convicções prévias sobre o outro ou algo, ligado a um pensamento de inferioridade e desconsidera a alteridade do próximo. Os autores frisam que a discriminação está presente em diversas ocasiões do cotidiano na sociedade, sendo que na escola se destaca nas relações entre os jovens estudantes, principalmente por causa da nova cultura juvenil, marcadas por quatro dimensões: cultura, sociabilidade, espaço e tempo.

Todavia, vale salientar que apesar de algumas escolas já estarem no processo de adequação ao que a legislação exige, ainda há muitas lacunas no processo da prática no trato da temática da identidade negra, pois ainda encontramos em livros didáticos visões sobre o povo negro apenas como escravos, na maioria das vezes apresentado como algo inerente ao negro, ou seja, não destacam a questão da resistência e da contribuição na cultura brasileira com seus costumes, práticas medicinais, culinária, vestimentas e etc.

Além disso, há em grande parte professores “despreparados” para trabalhar a temática ou não dão muita importância para as questões étnico-raciais, como se fosse uma escolha e não obrigação já que a legislação exige. Como consequência, a escola passa a ser lugar de reprodução de estereótipo de beleza ligada a matrizes brancas e que, desqualificam a beleza referente a traços negros, como cabelo, nariz, boca e etc. Além de ajudar a incutir e colocar o negro sempre em um lugar subalterno na sociedade na mentalidade dos educandos.

Por esta razão, a escola tem uma função fundamental no que tange a propagação de propostas de trabalhos que valorize a diferença e o respeito às questões raciais, culturais e específicas de cada grupo ou indivíduo. Cury(2002) salienta que a garantia de instrução é responsabilidade do Estado, ou seja, é dever do estado possibilitar que a escola seja um espaço que agregue as diferentes manifestações culturais e promova o respeito à diferença e ao outro, garantido a liberdade de cada um. Isso garante aos sujeitos o impulso de



autogovernar, sendo este indivíduo dotado de liberdade e capaz de viver em uma sociedade de pessoas livres.

Neste sentido o autor aponta que a legislação é o instrumento de garantia de acesso à educação. A Constituição Federal de 1988, no Art. 205, garante que: “A educação, direito de todos é dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Desde a 1988 o Brasil tem caminhado para um processo de democratização do ensino público para todos os brasileiros como vista uma sociedade mais justa e igualitária, garantindo o respeito à diversidade e a diferença.

Colaborando com esse pensamento referente à diferença, Santos (2007) frisa a importância de valorizar a diferença nos dias atuais, pois segundo ela, a diferença é algo positivo atualmente, destacando que ser autêntico é algo que deve ser conservado. Entretanto, salienta que essa diferença só é entendida ou considerada como positiva, quando ligada a algo que a sociedade e a cultura, no geral, entendem como positivo. Assim, revela que o mesmo ponto que diferencia o ser humano, pode ser visto de maneiras diversificadas, ou seja, segundo a autora a diferença não seria algo nem bom ou ruim, consiste no que está relacionada a ela e assim ganha estes status.

Nesta perspectiva, Tomaz Tadeu da Silva, comenta que “a identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem. (SILVA, 2000, p. 78). Ou seja, a identidade e a diferença são construídas nos contextos das diversas relações culturais e sociais. Neste sentido, a simbiose entre a identidade e a diferença reforça a particularidade de cada sujeito em afirmar-se e construir em diferentes ambientes. Pois, a identidade e a diferença são construções do próprio homem em constante transformação.

Desse modo, entender o sentido de identidade e diferença, para cultivar nos educados o respeito ao diferente é de suma importância para minimizar as ações de preconceitos no ambiente escolar, ao mesmo tempo possibilitar discussões e trabalhos que enriqueçam o entendimento dos estudantes para além dos muros da escola, com o intuito de também nos diferentes espaços sociais referentes à formação de sua identidade não tenha que inferiorizar a identidade de outrem. Pois, ao respeito à identidade cultural do outro perpassa pelo conhecimento de si mesmo. Especificamente falando da identidade negra, é necessário a busca de desconstrução de estereótipos e entendimentos que alimentam o olhar preconceituoso sobre as características do negro.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O desenvolvimento da pesquisa permitiu primeiramente a identificação de uma problemática historicamente presente na educação brasileira que é a exclusão dos educandos negros no processo de aprendizagem de forma satisfatória, pois apesar de existirem um número significativos de educandos negros matriculados na escola a grande maioria dos alunos não se sente representados positivamente seja nos livros didáticos, painéis didáticos, livros paradidáticos, filmes e etc.

Em relação aos profissionais da escola, o corpo técnico pedagógico ainda necessita acrescentar a temática das relações étnico-raciais na identidade da escola, que é o Projeto Político Pedagógico, pois a inclusão no componente curricular não é o suficiente para cumprir com o que rege a Lei 10.639/03. Além de incentivar seus educadores a buscarem formação continuada em relação a temática.

Outro elemento significativo a ser destacado é referente ao papel social da escola, pois enquanto instituição responsável pela educação formal, esse espaço ainda necessita sensibilizar seus agentes que formam a escola, pois para alcançar seu papel social de fato, que é a formação dos educandos para a cidadania e meios para progredir no mercado de trabalho, como cita a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), primeiramente é preciso ensinar o respeito as diferenças a partir de práticas tanto em sala de aula quanto nos outros ambientes da escola que valorizem todos os indivíduos em suas particulares sem para isso desrespeitar o direito do outro e assim criar um ambiente de alteridade.

A pesquisa também possibilitou a reafirmação da identidade negra da professora, porque as situações de preconceito vividas em sala de aula só reforçaram a necessidade de a docente buscar estratégias para desconstruir olhares e atitudes preconceituosas contra os negros. E para isso foi necessário o empoderamento sobre o fato de ter uma identidade negra não ser apenas uma questão de assumir os cabelos naturais e sua tonalidade de pele, e sim uma ação social e política, como já citado anteriormente nesse estudo por Gomes (2002) entendendo que as falas e atitudes preconceituosas de alguns alunos não era um ato de maldade e sim uma reprodução de vivências em casa, comunidade e outros espaços que reforçavam um valor inferior a identidade negra e que precisam ser enfrentados nas práticas escolares.

Assim, a escola na qual foi realizada a pesquisa e a qual foi destinada o projeto de intervenção, precisa reafirmar também o seu papel social no processo de formação da cidadania dos seus educandos, ou seja, buscar juntamente com a secretaria de educação do município estratégias para contribuir na formação continuada de todos seus agentes e assim ajudar a gerar uma sociedade menos excludente e que respeite a identidade.



REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (coleção memória e sociedade).

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. SILVA, Carlos Aldemir Farias da. Preconceito, Discriminação e Sociabilidade na Escola. **Revista de Educação EducereetEducare**. Vol.10, n 20, jul. dez. 2015. p.687-705

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Revista Aletria: alteridades em questão**, Belo Horizonte, POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, v.06, n.09, dez/2002, p. 38-47.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (11ª. Edição). São Paulo: DP&A, 2006.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Percepções da Diferença**, vol. 1. COLEÇÃO PERCEPÇÃO DA DIFERENÇA – Negros e Brancos na Escola. São Paulo: Ministério da Educação, 2007, p 11-39.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WILD, Bianca. **Marcadores Sociais de diferença**. Disponível em: <http://meuartigo.brasescola.uol.com.br/sociologia/marcadores-sociais-diferenca.htm>. Acesso em: 01 de set. 2016.



GT 02-Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina.

Ações afirmativas e as abordagens étnico-raciais nas provas do ENEM e ENADE (2008-2015): interdisciplinaridade e ensino de História.

Siméia de Nazaré Lopes (UFPA-Campus de Ananindeua)¹
pinheirolopes@hotmail.com

Resumo

O objetivo dessa comunicação é apresentar as observações iniciais referentes às questões das provas de História do ENEM e do ENADE. Como o SINAES percebe seus objetivos de diagnosticar as políticas de ações afirmativas no ensino básico e superior? Através das questões dessas provas para os alunos do Ensino Médio e Superior será feita a seleção das perguntas que envolvam as relações étnico-raciais dentro das diversas temporalidades históricas abordadas nos Temas Transversais dos PCN's. Com base na produção acadêmica e dos movimentos sociais buscar-se-á perceber como as provas elaboradas pelo SINAES articulam essas demandas em suas questões. A pesquisa elegeu como recorte temporal as avaliações realizadas de 2008 a 2015 e utilizará as provas disponíveis na internet.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais, ações afirmativas, Ensino de História.

1. INTRODUÇÃO

Ao discutir sobre a "cultura escolar", o historiador, Dominique Julia, afirma que o estudo da cultura escolar deve ser articulado com as relações conflituosas ou pacíficas que perpassam o trato das sociedades em diferentes contextos históricos e das outras culturas que a completam (religião, política ou popular). Como definição, Julia a apresenta como "um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos"²

Partindo desse conceito, o espaço escolar deve ser entendido como um *lócus* de análise sobre a prática do professor e das relações que se estabelecem com os alunos e os conteúdos que são ministrados. A seleção dos conteúdos escolares é permeada por debates e embates sobre o que deve ser apropriado em sala de aula e articulados à prática social do aluno, se voltando para a formação de sua cidadania.³ Essa é uma das premissas

¹ Doutora em História Social, Faculdade de História-Campus de Ananindeua, UFPA, Brasil. Esse texto é uma análise inicial do projeto de pesquisa liderado pela autora "SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO e os PCN'S: as abordagens étnico-raciais nas provas do SAEB, ENEM e ENADE (2008-2015)" contemplado no edital 02/2016-PROESP/UFPA.

² JULIA, Dominique. "A cultura escolar como objeto histórico". *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº. 1, jan./jun. 2001, pp. 9-43.

³ BEZERRA, Holien Gonçalves. "Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos". In: KARNAL, LEANDRO (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 37-48.



que a lei 9394/96⁴ estabeleceu para o ensino, em que as diretrizes indicam os princípios pedagógicos que nortearão as propostas curriculares.

A educação básica visa o desenvolvimento dessas práticas e habilidades que o aluno deve adquirir para atuar em sociedade e transformar o seu meio. O debate sobre estudos do meio ou história local permite ao aluno uma observação crítica sobre a sua realidade. A prática educativa deve dar conta também dessa análise voltada para a diversidade, articulada ao contexto social que o sujeito vivencia, dentro do “conjunto de normas” e de valores. Segundo Larissa Viana, no estudo dos processos históricos cabe o debate sobre a pluralidade e as diferenças, mas de forma localizada e “no centro das tensões sociais”.⁵

Entretanto, faz parte da cultura escolar a ausência de debates mais constantes sobre cidadania, diversidade cultural e atividades voltadas para a diminuição das desigualdades sociais. Tendo em vista que, o próprio currículo não é neutro a atuação ideológica da escola se expressa nesse documento, por isso como a questão étnico-racial é abordada no espaço escolar é uma questão importante de se levantar quando se discute a cultura escolar. Partindo dessa indagação que se formulou essa comunicação, porém o que se pretende analisar é como as provas aplicadas pelo Sistema Nacional de Avaliação (SINAES) apresentam e concebem as relações étnico-raciais no ensino da educação básica e do ensino superior, para tal questão pretende-se analisar as provas do ENADE aplicadas entre os anos de 2008 a 2015.

1.1 Ações afirmativas e as propostas de ensino de História

Em 2003, o Governo Federal aprovou a lei nº 10.639,⁶ que tornava obrigatório o ensino de História da África, da Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de educação básica. Em 2008, o texto dessa lei foi alterado, passando a incluir a História e a Cultura dos povos indígenas na obrigatoriedade dos conteúdos presentes nos currículos escolares e nas instituições de ensino superior. A lei 11.645/08 marcou a ampliação do debate sobre o ensino das relações étnico-raciais, mais precisamente, a sua obrigatoriedade nas abordagens referentes ao conhecimento histórico escolar. Essas leis fazem parte do processo de inclusão social presente nas políticas de ações afirmativas e de combate ao racismo regulamentadas pelo governo

⁴ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

⁵ VIANA, Larissa. “Democracia racial e cultura popular: debates em torno da pluralidade cultural”. In: BREU, Martha & SOIHET, Raquel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 103-115.

⁶ BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira Africana”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília: DF, 10 jan. 2003.



federal, mas que também foi fruto da ação presente e persistente dos movimentos sociais para garantir tais acessos, reconhecimentos e reparações.

No início de 2000, os movimentos sociais passaram a reivindicar, de forma mais incisiva, por mudanças nas políticas públicas relacionadas ao debate sobre as desigualdades sociais, principalmente no espaço educacional. Segundo Nilma Lino Gomes, é no campo educacional que se produz e se reproduz um “quadro de desigualdades raciais”.⁷ Foi pensando nesses espaços e nas suas relações que essas demandas passaram a entrar na pauta de debate e ter visibilidade a partir da década de 80, quando intelectuais do Movimento Negro se voltaram para a discussão sobre as relações étnico-raciais e a criação de grupos de pesquisa para se pensar essas questões na sociedade e no ensino, tais como, a discriminação do negro nos livros didáticos e no espaço escolar, a inclusão da História da África nos currículos escolares. A pauta foi começar a repensar a escola como uma “instituição reprodutora do racismo” e como o *locus* para se trabalhar ações e atividades anti-racistas. Nesse contexto, “as lutas do movimento negro em prol da educação começam aos poucos a ganhar espaço na pesquisa educacional do País, resultando em questionamentos à política educacional”.⁸

A inclusão das relações étnico-raciais na educação básica passou a usar como suporte as orientações presentes no texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), entretanto Nilma Lino Gomes contesta essa forma de se trabalhar as questões referentes ao racismo e a desigualdade racial, pois elas acabam sendo discutidas de forma superficial. Para a autora, a crítica nesse modelo presente nos PCN’s é que a questão racial se dilui “no discurso da pluralidade cultural o qual não apresenta um posicionamento explícito de superação do racismo e desigualdade racial na educação nas suas propostas”.⁹

Isso é visível quando se observa que em alguns espaços educacionais, o debate sobre as relações étnico-raciais se estabelece apenas diante de datas comemorativas (19 de abril, 13 de maio, 20 de novembro) adquirindo uma percepção superficial e folclórica desses sujeitos sociais.¹⁰ As ações e atividades voltadas para a formação de professores precisam estar articuladas a essas novas demandas, tendo em vista que é o educador que irá mediar e problematizar essas questões no espaço escolar. Nesse caso, os PCN’s, as *Diretrizes Curriculares* e as provas do SINAES deveriam manter um diálogo mais afinado a ponto de se discutir e propor ações que estimulem mudanças significativas no ensino das relações étnico-raciais e no combate ao racismo.

⁷ GOMES, Nilma Lino. “Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas”. RBPAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

⁸ Idem.

⁹ Idem, p. 113.

¹⁰ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.



Para Larissa Viana, o estudo da pluralidade cultural proposta pelos PCN's serviria para voltar o "olhar histórico" para a análise da cultura popular, pois para ela, as contradições sociais estariam "ligadas à questão das diferenças culturais".¹¹ Porém, essa abrangência do conceito acaba por esvaziar o debate sobre as práticas de racismo nas escolas e as formas de eliminar com as desigualdades raciais no espaço escolar. Por isso que a lei 10.639/03 também é pensada como uma política de valorização das identidades e da memória desses grupos. Apesar de essas abordagens estarem contidas nos temas transversais, pouco ou nada era debatido em sala de aula, muito menos aplicado em projetos e atividades interdisciplinares nas escolas e demais espaços de ensino. Na prática, ainda persiste a ausência de atividades e ações que problematizem esses temas transversais em sala de aula, bem como consigam aglutinar questões que integrem e possibilitem a interdisciplinaridade pretendida nos PCN's.

Segundo Sueli Pereira, a ideia de "democracia racial" apenas ajudou a criar uma negação das diferenças existentes entre as relações sociais, o que muitas vezes passa despercebida pelos professores favorecendo a perpetuação de ideias preconceituosas sobre as relações étnico-raciais, assim como a reafirmação da existência de grupos culturais homogêneos.¹² A problematização desses temas permitiria reconstruir a representação do negro e da cultura afro-brasileira que os materiais didáticos trazem sobre o papel desse sujeito na sociedade brasileira, em que sempre aparecem em situações de submissão e de dominação social. Com base nisso, a autora se propôs a investigar como a questão da identidade e das diferenças étnico-raciais são tratadas nos currículos escolares, já que o preconceito racial "geralmente envolvendo a cor da pele" acabam por dificultar o desempenho dos alunos que sofrem com esse tipo de destrato,¹³ impossibilitando a construção de uma identidade coletiva e positiva sobre a sua realidade social. O que reforça o argumento de Nilma Lino Gomes¹⁴ sobre as desigualdades sociais no espaço escolar, como também suscita a necessidade dos currículos escolares discutirem, de fato, essas questões em sala de aula. Com a obrigatoriedade da lei 11.654/08, os currículos da educação básica e das IES passaram a compor em suas linhas de debate e conteúdos essas determinações, entretanto como essas questões estão sendo aferidas em sociedade é o que se busca nessa pesquisa.

Ao analisar o texto das *Diretrizes Curriculares*, Matos e Abreu afirmam que a auto-identificação é que vai pautar e definir como cada sujeito se relaciona com a sua memória, o

¹¹ VIANA, Larissa. *Op. Cit.*, p. 104.

¹² PEREIRA, Sueli. "O modelo das relações étnico-raciais no Brasil na imagem dos professores e do livro didático: qual identidade nos programas curriculares?" *Anais da ANPAE*, 2011.

¹³ Idem.

¹⁴ GOMES, Nilma Lino. *Op. Cit.*



que não deixa de enfatizar o aspecto político que este parecer carrega consigo. Diante disso, é dentro do processo histórico que cada sujeito e os seus grupos sociais irão construir a valorização de sua memória e construção de sua identidade. Para as autoras, a identidade branca se vincula a sua condição de liberdade, enquanto a identidade negra se vincula à escravidão, por isso, “efetivamente há estigmas a serem combatidos e revertidos”.¹⁵ Acredita-se que diante dessas afirmações, o papel do professor e da escola seja fundamental para orientar os alunos a ressignificar essas construções, principalmente quando elas estão, constantemente, presente na cultura escolar através de materiais didáticos e de temáticas que carecem de problematizações, bem como de um posicionamento político dentro desse espaço para combater o racismo e as discriminações raciais.

Para além dos conteúdos centrados no período da escravidão moderna, há questões da cultura afro-brasileira que perpassam por aspectos mais amplos e objetivos para tratar o ensino das relações étnico-raciais e que articulem os seus significados nas suas dimensões políticas, conceituais e históricas. Isso pode ser o maior desafio para os educadores e a escola. A abordagem sobre as práticas culturais desses sujeitos podem ser analisadas dentro de problematizações relacionadas as suas continuidades, como também as suas descontinuidades. Segundo Matos e Abreu, uma possibilidade de reflexão sobre essa temática é pensar essas práticas culturais e suas relações entre os sujeitos no Brasil, nas Américas e nas sociedades africanas.¹⁶

Segundo Dominique Julia, as fontes para se estudar a cultura escolar são diversas, porém como as mudanças ocorrem de forma paulatina, poucos são os registros que apresentam essas transformações. Os exercícios escolares não fazem parte dos arquivos guardados nas escolas, em algumas situações, as provas aplicadas pelos professores são os registros que compõem parte desse material preservado. Nesse sentido, as questões presentes nas provas aplicadas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), possibilitam a percepção de como o governo entende o ensino das relações étnico-raciais presentes nas suas diretrizes e normatizações.

Isso porque, anterior ao contexto de efetivação de políticas de ações afirmativas, o Governo Federal instituiu o SINAES com o objetivo de verificar e oferecer subsídios para a implementação de políticas públicas voltadas para o ensino. A partir da década de 90, se instituiu uma série de processos de avaliação dos alunos da educação básica, da educação superior e de suas instituições. Para tal objetivo, busca-se analisar nas questões de História

¹⁵ MATTOS, Hebe Maria; ABREU, Martha. Em torno das "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas" - Uma conversa com historiadores. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, out. 2008. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1291>>. Acesso em: 05 Out. 2017.

¹⁶ Idem.



aplicadas nas provas do ENADE como a temática das relações étnico-raciais estão presentes. A bibliografia referente ao tema da avaliação e das relações étnico-raciais servirá de base para dialogar sobre essas demandas presentes na educação básica e no ensino superior.

2TEMAS TRANSVERSAIS, ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AS PROVAS DO SINAES

A partir de 2015, as questões referentes à História da África e das relações étnico-raciais passaram a ser obrigatórias também nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura das IES.¹⁷ Apesar da Resolução se referir a todos os preâmbulos que sustentam a formação continuada dos profissionais do magistério articuladas “às políticas públicas de educação”, diretrizes e sistemas de avaliação desse ensino, é o artigo 5º que reforça a importância das IES incluírem em seus PPC’s o debate sobre as várias modalidades de educação, mas em todas elas garantir a “consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras”.¹⁸

O que era proposto nos Temas Transversais dos PCN’s, mas pouco lido e trabalhado em sala de aula e na escola. Com isso, o que se pretende é que os alunos em formação possam dialogar e discutir sobre esses temas durante a sua graduação, para que na prática docente se apropriem da importância de se discutir sobre a desigualdade racial e social e sobre as práticas de discriminação presentes na cultura escolar.

Com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 2000, novas propostas metodológicas vêm sendo consolidadas em relação ao ensino-aprendizagem de História, tanto nas abordagens sobre as concepções de História, como na articulação desse ensino aos Temas Transversais incluídos nos PCN’s (Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo). Essas propostas, no mais, questionam as concepções de história e de currículo, a formação do professor e o seu perfil no cotidiano escolar e a realidade do ensino nos seus diversos níveis. Por outro lado, a produção historiográfica tem proposto ao professor a inclusão de novos recursos e métodos com o intuito de favorecer o ensino de História numa perspectiva crítica e historicizada.

Dentro do contexto de políticas de ações afirmativas, as leis 10.639/03 e 11.654/08 firmam a obrigatoriedade do ensino e da reflexão acerca das relações étnico-raciais na educação básica e no ensino superior. Para tanto, os temas transversais propostos nos PCN’s entremeiam todas as áreas de conhecimento de forma interdisciplinar e atuam,

¹⁷ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Resolução nº 2, 1º de julho de 2015.

¹⁸ Idem.



recentemente, como bases para a reestruturação dos projetos curriculares das instituições de ensino superior.

Concomitante a esse processo de reformulação e de debate sobre o ensino, o Sistema Nacional de Avaliação também passou por diversos aperfeiçoamentos visando ampliar e aprimorar os instrumentos de aferição da qualidade do ensino para a implementação de políticas públicas destinadas à educação no Brasil. Em 2005, o Ministério da Educação normatizou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). De acordo com a Portaria nº. 931, de 21/03/2005, um dos objetivos do §2, alínea c, é “concorrer para a melhoria da qualidade de ensino, redução das desigualdades e a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional”. Nesse sentido, nota-se que a proposta que se apresenta no SAEB é aferir como as diversas instituições de ensino estão trabalhando para implementar as políticas públicas voltadas para o ensino, mas principalmente, se as diretrizes educacionais estão sendo discutidas e analisadas em sala de aula pelos professores.

Por serem utilizadas como referência para o governo, as provas do ENEM e do ENADE acabam servindo de orientação para entender quais as habilidades e competências que os alunos envolvidos nesses processos devem dominar. Nesse sentido, o objetivo dessa comunicação é entender como o SINAES se articula aos Temas Transversais para diagnosticar o ensino das relações étnico-raciais no ensino de História, tanto na educação básica como no ensino superior. Entende-se que a análise das questões das provas possibilitem observar como o ME entende a relação entre as diretrizes propostas para o ensino (os eixos e temas transversais dos PCN’s, as ações afirmativas) e a aferição dessas competências pelos alunos e futuros professores da educação básica.

2.2 AS EDIÇÕES DE PROVAS DO ENADE E AS ABORDAGENS SOBRE O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Em 2004, ocorreu a primeira edição do ENADE¹⁹ com o objetivo de avaliar o desempenho dos alunos egressos/concluintes dos cursos de graduação. As provas visam aferir esse desempenho com base nas resoluções e legislações voltadas para cada área de conhecimento, bem como a avaliar o conhecimento desses alunos de forma geral, apresentando sobre questões a atualidade nacional e internacional.²⁰ Nesse sentido, a prova do ENADE busca avaliar não somente o aluno, mas o seu curso de graduação e a

¹⁹ Todas essas fontes estão disponíveis no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional (INEP), órgão responsável pela aplicação das provas e seleção do corpo docente que participa desses certames. <http://www.inep.gov.br/>

²⁰ <http://portal.inep.gov.br/web/guest/enade>



instituição onde estuda. Segundo o INEP, esse processo é formado por um “tripé avaliativo, que permite conhecer a qualidade dos cursos e instituições de educação superior de todo o Brasil”, sendo que as avaliações para cada curso de graduação são trienais.²¹

De acordo com o recorte temporal para essa comunicação, no intervalo entre 2008 e 2015 foram três edições avaliativas para o curso de História. Cada edição carregou uma peculiaridade, a saber: em 2008 a prova de História contou com 40 questões entre discursivas e objetivas; em 2011 ocorreu uma divisão para cada modalidade, das 40 questões apresentadas, as 10 últimas eram específicas para os cursos de licenciatura ou bacharelado e; em 2011 a avaliação de desempenho contou com 35 questões e foram duas provas diferentes para cada modalidade que passaram a ter entradas e matrizes curriculares distintas nas IES.

Na leitura desses materiais, buscou-se atentar para as indagações feitas às questões das provas aplicadas pelo INEP, as quais surgem como uma proposta de avaliação do modo como os alunos do ensino médio e ensino superior vêm sendo preparados para pensar conceitos de cidadania articulados aos temas transversais referentes às relações étnico-raciais. Conceitos e temas que colocados, numa breve análise dos conteúdos curriculares mínimos atestam, no cotidiano da sala de aula, o predomínio de uma visão, ainda, restrita a mera aquisição de informações. Na prova do ENADE de 2008, o caderno de História apresentou 40 questões (discursivas e objetivas), apenas a questão 35 trouxe em seus questionamentos uma acanhada abordagem referente às relações étnico-raciais. Apesar de trazer uma questão relacionada aos direitos humanos (questão 9), a prova pouco se articulou aos temas transversais dos PCN’s, sendo ambas as questões mais características da parte de formação geral que do seu componente específico. Em um poema de Langston Hughes, de 1926, pedia entre as assertivas da questão apenas a interpretação do texto.²²

Em 2011, a aplicação da prova do ENADE não apresentou em seu caderno de questões assertivas sobre a temática que é objeto dessa comunicação. O que reafirma o nosso questionamento sobre a forma como o ensino das relações étnico-raciais é pensado para a educação básica, apesar de ser obrigatório nos currículos e PPP’s essa abordagem, ela ainda não se configura em debate freqüente no ensino.

Em 2014, o caderno do ENADE para a Licenciatura em História trouxe uma questão referente à pluralidade cultural abordando uma reflexão sobre o mito das três raças. Nesse mesmo ano, o caderno específico do bacharelado também trouxe uma questão abordando

²¹ Idem. Com base nesses dados gerais é que se constroem os indicadores de qualidade e os conceitos dos cursos e IES.

²² <http://portal.inep.gov.br/web/guest/enade/provas-e-gabaritos-2008>



algumas reflexões sobre o ensino de história indígena. Cabe destacar que ambas as assertivas se voltam para o debate do papel desses sujeitos no ensino de História, ainda que pese o seu caráter interpretativo do comando das questões. Importante destacar aqui é que essas abordagens ainda reforçam um aspecto ultrapassado de se discutir o ensino das relações étnico-raciais, se atendo ao papel do negro e do índio na formação da sociedade brasileira, ou apenas reafirmando as nações indígenas

Diante disso, cabe elaborar uma problematização do processo ensino-aprendizagem no que se refere às concepções de História presente nessas questões e nas provas como um todo. O ensino das relações étnico-raciais e a sua apresentação no ENADE orientarão as análises a serem desenvolvidas no decorrer dessa pesquisa.²³ De modo geral, o que se pretende é desenvolver análises dos conceitos históricos evidenciados nas provas (questões) apresentados pelos candidatos, considerando a perspectiva metodológica da percepção de História ao localizar o sujeito histórico em sua temporalidade e conceituá-los num determinado contexto analisado.

O estudo sobre a presença de questões referentes às relações étnico-raciais nas provas de História do ENADE e a sua articulação aos Temas Transversais dos PCN's está vinculado ao entendimento que o SAEB/SINAES apresentam a respeito do ensino dessas temáticas nas instituições sob sua gerência para avaliação de parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas à educação. Para esse estudo, o objetivo apresentado foi compreender essas questões dentro do processo de ensino-aprendizagem que se apresentam nas instituições de ensino da educação básica e do ensino superior, atentando como o programa SINAES percebe essa articulação por meio de seu processo avaliativo.

A produção de diretrizes básicas para o ensino tem proposto ao professor a inclusão de novos debates e de sujeitos históricos com o intuito de favorecer o ensino de História numa perspectiva crítica e historicizada, em que os conceitos de cidadania e identidade atuem como eixos norteadores dessas questões. Nesse sentido, a História presente no Ensino Superior ainda carece de maior articulação dos seus conteúdos com os temas transversais propostos nas PPP's e PPC's, bem como ainda está desassociada do cotidiano dos alunos, a ponto de não se reforçar em suas provas institucionais o ensino de uma História processo articulada ao ensino das relações étnico-raciais. Para tanto, a obrigatoriedade dessas questões nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura das IES possibilita que o aluno vivencie esse debate durante a sua formação e possa

²³ Pretende-se ampliar os objetivos dessa pesquisa e analisar também como as matrizes curriculares dos cursos de graduação estão se articulando para atender a essas políticas públicas presentes nas legislações voltadas para as IES. O objetivo dessa análise será investigar se as questões e os padrões de respostas estão de acordo com as diretrizes e normatizações propostas pelo governo.



experimentar ações e práticas de avaliação que favoreçam a inclusão dessa temática também nos seus processos avaliativos depois de graduados e atuando como docentes da Educação Básica, fator pouco observado na educação básica.

REFERÊNCIAS.

BEZERRA, Holien Gonçalves. “Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos”. In: KARNAL, LEANDRO (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 37-48.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira Africana”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília: DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Resolução nº 2, 2 de julho de 2015.

GOMES, Nilma Lino. “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, pp. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. “Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas”. RBPAAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

JULIA, Dominique. “A cultura escolar como objeto histórico”. *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº. 1, jan./jun. 2001, pp. 9-43.

MATTOS, Hebe Maria; ABREU, Martha. Em torno das "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas" - Uma conversa com historiadores. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, out. 2008. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1291>>. Acesso em: 05 Out. 2017.

PEREIRA, Sueli. “O modelo das relações étnico-raciais no Brasil na imagem dos professores e do livro didático: qual identidade nos programas curriculares?” *Anais da ANPAE*, 2011.

VIANA, Larissa. “Democracia racial e cultura popular: debates em torno da pluralidade cultural”. In: BREU, Martha & SOIHET, Raquel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 103-115.

**GT 02 – Movimentos Sociais e Sócio-Territoriais: Olhares Sobre a África e a América-Latina.****A DIÁSPORA DE POPULAÇÕES AFRICANAS PARA AMAZÔNIA NOS SÉCULOS XVII E XVIII: UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO SOBRE AS MOTIVAÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO PORTUGUÊS.**

Daniel Palheta (UFPA)¹
danielrodrigues2001@yahoo.com.br
Alberto Damasceno (UFPA)²
albertod@ufpa.br
Emina Santos³
santos@ufpa.br

RESUMO: Este estudo é formado por uma discussão histórica e historiográfica sobre a diáspora de populações africanas para a Amazônia nos séculos XVII e XVIII, fundamentando-se nos estudos de Vicente Salles (1971), Chambouleyron (2006), Bezerra Neto (2012) e de Flavio Gomes (1995). A problemática abordada é: quais foram as motivações que promoveram a transferência de populações africanas para a Amazônia no século XVII e XVIII? É nesse período que a historiografia aponta a intensificação da presença de africanos na região. Primeiramente discutimos a escravidão moderna e as motivações que levaram a dispersão de populações africanas escravizadas para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, mapeando as principais rotas comerciais e as formas que as Companhias Comerciais promoviam o comércio da África para a região Amazônica. Um dos expoentes do assunto sobre a presença do negro na Amazônia é o cientista social Vicente Salles, autor de um livro intitulado “O negro no Pará” (1971), onde trata da ocupação da Amazônia, do escravismo no século XVII e XVIII e ainda da miscigenação na Região, assim como, Chambouleyron (2006), Bezerra Neto (2012) e Flavio Gomes (1995), entre outros, que fundamentam este estudo. Uma das diversas motivações da transferência forçada de africanos para a Amazônia foi a necessidade de braços escravos para a lavoura da região, solicitada por moradores e atendida pelo Estado português, que criou Companhias de Comércio para prover a transferência de africanos para a Amazônia. Foi no final do século XVII e XVIII que aumentaram as transferências de africanos para a Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia, Escravidão, Diáspora africana, Companhias de comércio.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB (UFPA), Especialista em Saberes Culturais Africanos e Afro-brasileiros na Amazônia (UFPA), professor da SEDUC – PA, membro do Grupo de Estudos na Educação no Pará na Primeira República – GEPRE (UFPA), Associado à ANPED e à ANPAE.

² Professor Titular da UFPA vinculado ao PPEB e coordenador do Grupo de Estudos na Educação no Pará na Primeira República – GEPRE. Doutor em Educação (USP-SP), mestre em Educação Escolar Brasileira (UFG). Associado à ANPED e à ANPAE.

³ Doutora em Ciências Sócio-Ambientais - NAEA (UFPA). Mestre em Educação (PUC-SP). Especialista em Direito do Trabalho (Universidade Estácio de Sá). Possui graduação em Pedagogia (UFPA) e em Direito (UNAMA). Atua como professora do ICED (UFPA). Coordena o Grupo de estudos em Educação em Direitos Humanos - GEEDH vinculado ao PPEB, associada à ANPAE.



1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é formado por uma discussão histórica e historiográfica sobre o tema das diásporas de populações africanas para a Amazônia no século XVII e XVIII, utilizando principalmente os estudos de Vicente Salles (1971), Chambouleyron (2006) Bezerra Neto (2012) e de Flavio Gomes (1995). A partir desse tema surgiu uma problemática para direcionar a discussão nesta pesquisa, que se faz a partir da interrogação: quais foram as motivações que promoveram a transferência de populações africanas para a Amazônia no século XVII e XVIII? Pois é nesse período que a historiografia aponta que se intensificou a chegada de africanos na região.

Primeiramente abordamos a escravidão no contexto interno da África e sua introdução no contexto do mercantilismo no Atlântico e na América Portuguesa, tendo como foco as motivações econômicas do Estado Português que levaram populações africanas a serem transferidas de forma cativa para o estado do Grão-Pará e Maranhão, baseando-se nas obras de Bezerra Neto, Benedito Barbosa, Chambouleyron, Vicente Sales e Flavio Gomes, em seguida, aprofundando a análise sobre as rotas da África até o Grão-Pará, o papel das Companhias de Comércio que traficavam africanos para a região e algumas modalidades de se traficar negros no período.

2. AS MOTIVAÇÕES PARA INTRODUÇÃO DE NEGROS ESCRAVIZADOS NO GRÃO-PARÁ.

2.1 A África e a origem do sistema escravocrata americano.

Durante muito tempo a África recebeu diversas visões, de exótica até a visão de “continente da miséria, fome e doenças”, levando a disseminação do discurso do distanciamento entre o Brasil (América) e a África. Esse discurso tem entrado em crise depois de muito se mostrar a grandiosidade histórica do continente africano: desde a antiguidade, berço da humanidade, à contemporaneidade - com sua riqueza natural, étnica e humana. Tudo isso sem fechar os olhos para o horror causado pelo dominador europeu durante séculos de exploração mercantilista e capitalista em seus vários colonialismos voltados a sugar as riquezas africanas.

A África possuía muitos impérios complexos, reinos livres e cidades-estados com uma ampla influência em certas regiões, antes e no período da chegada dos europeus no continente. Andah e Anquandah explicam as estruturas dos reinos que existiam nessa região, entre eles o país dos lorubás, e cidades-estados fortes e centralizadas, como Benin, que “era cercada por uma muralha interna e outra, mais antiga, externa. As escavações



indicam que a muralha interna foi construída somente no século XIV e, mais provavelmente em meados do século XV” (ANDAH; ANQUANDAH, 2010, p. 599).

Esses povos possuíam um comércio desenvolvido de cerâmicas, metais, e diversos produtos através de rotas internas e com outras regiões fora do continente, assim como, desenvolviam a agricultura e outros se voltavam para a criação de animais, sendo estes últimos mais voltados para a subsistência. Naquele período muitas outras regiões já apresentavam condições de desenvolvimento com a presença de muitas etnias, como a chamada Senegâmbia, a região de Guiné, Serra Leoa e Libéria, na costa Ocidental (ANDAH; ANQUANDAH, 2010).

Portugal passou a desenvolver a produção nas ilhas atlânticas, onde os mercadores italianos cooperaram na modernização da produção na Ilha da Madeira (KLEIN, 1987) e “no século XV, na ilha da Madeira, Portugal introduziu o cultivo da cana-de-açúcar, quando o infante D. Henrique, em 1420, mandou buscar da Sicília canas e mestres de açúcar tendo como base o modelo produtivo italiano” (JOHNSON *apud* CUNHA, 2009, p. 21-22), passando a explorar a África como fornecedora de mão-de-obra cativa.

É nesse período que começa a fase da escravidão-expropriação moderna. Pois, servidão que ocorria em alguns reinos africanos, como Sudão Ocidental, Níger, Chade, Gana, Takrur, Kanem-Norno, Ashant, Iorubá e Monomotapa, garantia privilégios aos servos quando eram integrantes da classe dominante, onde muitos eram considerados cidadãos pertencentes ao Estado (DIAGNE, 2010). Já a escravidão-expropriação moderna imposta pelos europeus sobre as populações africanas estava baseada apenas no processo de exploração. Diagne (2010) diz que “a escravidão oriental e ocidental, [...] visava, em sua essência, estabelecer um modo de produção que fizesse do escravo, praticamente privado de direitos” (DIAGNE, 2010, p. 57).

Para Diagne (2010), antes de serem escoados para a América, os africanos já eram levados para áreas da Europa escravizados, e os primeiros a chegarem ao novo mundo vieram das metrópoles:

Os primeiros africanos introduzidos na América vieram da Europa, levados pelos conquistadores (que eram seus senhores). Originários da Senegâmbia em sua maioria, primeiro, haviam sido conduzidos a Europa ou lá nasceram. Na América, chamavam-nos *ladinos*, porque eles conheciam o espanhol ou o português (DIAGNE, 2010, p. 33).

Ao chegar à África, os europeus passaram a negociar negros em condição de servidão nas tribos, reinos e impérios, trocando-os através de escambo. Neste contexto, pode-se dizer que houve a criação de uma lógica idêntica a do Brasil, de levar a colonização para dentro das colônias e motivar a desestruturação política e administrativa já existente



com guerras inter-tribais, inclusive cooptando líderes em favor do processo de colonização, com promessas nem sempre cumpridas (KLEIN, 1987).

2.2. Da África ao Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)

Segundo Arno Wehling, “no início da década de 1620, foi criado o Estado do Maranhão, separado do Estado do Brasil, com jurisdição sobre o atual Maranhão, mas abrangendo todo o vale Amazônia” (WEHLING, 1999, p. 135). Em 1751, já na administração de D. José I e de Sebastião de Carvalho e Melo, o Estado do Maranhão passou a se chamar Estado do Grão Pará e Maranhão, com sede em Belém do Grão-Pará. Este Estado compreendia todas as capitanias ao norte a partir da capitania do Maranhão(WEHLING, 1999).

A utilização da mão-de-obra nativa indígena foi predominante na lavoura até a intensificação do fluxo de africanos para a região, pela iniciativa particular e do Estado português, através das Companhias de Comércio criadas nos séculos XVII e XVIII. Mesmo com a intensificação do fluxo de braços africanos na Amazônia, a utilização de nativos cativos continuou em algumas lavouras (WEHLING, 1999).

Um dos expoentes do assunto sobre o negro na Amazônia é o Cientista Social Vicente Salles, autor de um livro titulado “O negro no Pará”, onde trata da ocupação da Amazônia, do escravismo no século XVII e XVIII e ainda da miscigenação na Região. A partir de 1971 a historiografia sobre a temática ganhou, então, o estudo sistemático, que passou a ser referência para os estudos que se seguiram sobre a temática, e que continua sendo de grande importância.

Outro livro importante sobre o tema é “Escravidão Negra no Grão-Pará”, do historiador Bezerra Neto, que trata da presença africana na Amazônia, as rotas comerciais e as relações sócio econômicas do século XVII ao XIX.

Em 1952, Manuel Nunes Pereira lançou estudos sobre a escravidão negra na ilha do Marajó, titulado “A introdução dos negros na Amazônia” e os “Negros escravos na Amazônia”, tendo como foco o emprego do negro na criação de gados na ilha no século XVII (BARBOSA, 2014).

Outro teórico clássico que estudou a questão da escravidão na Amazônia foi Arthur Cezar Ferreira Reis em “O negro na empresa colonial dos portugueses na Amazônia”, lançado em 1961 (BARBOSA, 2012, p. 2). Barbosa ainda conclui o seguinte sobre a historiografia da escravidão negra na Amazônia:

Ainda no mesmo período, duas publicações reforçam a presença africana na região, em especial, na segunda metade do século XVIII. *A Amazônia na era Pombalina* (1963), de Marcos Carneiro de Mendonça, que apresenta



uma vasta documentação referente ao período pombalino; e *Fomento e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão - 1775-1778* (1970), de Manuel Nunes Dias, apresenta um estudo específico sobre essa companhia encarregada de fomentar economicamente a região com base na mão de obra africana (BARBOSA, 2014, p. 2).

Outros estudos que tratam do tema são a obra de Nilma Bentes “Aspectos da Trajetória da população Negra no Pará”; a obra de Benedito Barbosa “Escravidão Negra no Pará”, assim como a sua tese de doutorado “Em outras margens do Atlântico: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Grão-Pará -1707-1750”; e a tese de Rafael Chambouleyron “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”, que serviram de fundamentação teórica neste estudo.

Barbosa (2009) caracteriza a economia do Grão-Pará no final do século XVII e início do século XVIII, e de acordo com ele foi a necessidade de braços para o trabalho na agricultura o principal motivo que levou a requisição de escravos africanos para a região.

A carência de mão-de-obra era um problema freqüente na Amazônia atingindo todos os moradores, e tornando-se um sinônimo de atraso, principalmente, para os proprietários de engenhos de açúcar e demais lavouras que precisavam de uma quantidade maior de trabalhadores, não apenas índios, mas também africanos. propriedades (SUE GROSS, apud BARBOSA, 2009, p. 54).

Antônio Eurípedes Funes menciona os fatores da necessidade do braço negro na região, diante da situação da lavoura:

A inserção do negro africano no mercado de trabalho amazônico foi lenta, resultando dos apelos contínuos das autoridades locais, pressionadas pelos colonos, diante da necessidade de suprir as carências da força de trabalho, único meio de fazer prosperar uma região o até então economicamente deficitária e com dificuldades de se utilizar a mão de obra local, em razão da ação da legislação governamental que criava empecilhos, senão de fato pelo menos de direito, à escravidão do nativo (FUNES, apud AMARAL, 2008, p. 96).

Para reforçar o quanto a economia da região estava ociosa em relação à mão-de-obra, visto a concentração do fluxo para o nordeste e sudeste, Barbosa cita um relatório do Cruz Diniz de 1751, que trata da produção do açúcar: ele aponta uma quantidade de 24 engenhos e 77 engenhocas na região próxima a Belém, se mostrando até maior produtor que o Maranhão, este com 5 engenhos e 43 engenhocas. Isto demonstra do ponto de vista econômico alguns elementos que suplicavam pelo provimento da introdução mais constante de braços africanos para essas lavouras, visto que possuíam domínio do trabalho na lavoura do açúcar e os nativos estavam sob a proteção das ordens religiosas, contrárias a escravização do nativo (BARBOSA, 2009).



Bezerra Neto (2012) e Chambouleyron (2006) entendem também a epidemia como fator para a demanda de braços negros na região: “segundo o padre Bettendorf, a doença que devastaria os índios teria sido trazida por um navio que transportava escravos africanos para o Maranhão” (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 82).

Cavalcante e Sampaio (2012), apontam ainda que o comércio de africanos deveria ser fator para dinamizar a economia e o domínio estratégico na região, e ainda, para suprir a lacuna deixada pela mão-de-obra indígena após algumas leis de liberdade, feitas por pressão de ordens religiosas que atuavam na região.

Já em 1751 o então governador recebeu instruções de como proceder a ações para o Estado do Grão-Pará, como explica a historiadora Janaína Camilo:

Pelas Instruções Régias Públicas e Secretas, de 31 de maio de 1751, Mendonça Furtado foi orientado a incentivar, entre outras coisas, a miscigenação entre portugueses e índios, para assegurar um crescimento contínuo da população na região fronteiriça. Além disso, deveria trazer casais açorianos e importar escravos africanos, que serviriam como mão-de-obra para a lavoura de algodão, no Maranhão, e arroz, no Grão-Pará. (...) Também foi destinada ao trabalho de construção de vilas e fortificações, garantindo, assim, o domínio luso na porção setentrional da América do Sul (CAMILO, 2016, p. 4).

E sobre a construção de fortes, Camilo (2016) apresenta em seu estudo sobre a Construção de Fortaleza de São José⁴ que a mesma muito necessitou de populações africanas escravizadas, transportadas para a região a partir da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Para a autora, “foi justamente a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará que abasteceu a vila de São José de Macapá com os índios, negros e artífices empregados, como escravos e operários, na construção da Fortaleza de São José de Macapá” (CAMILO, 2016, p. 5).

Queiroz e Gomes (2002) mostram números do fluxo de negros da África para o Grão-Pará e Maranhão no período da Companhia mencionada, mencionando que, além de trabalharem em lavouras eles foram empregados na construção de fortes e fortalezas e demais obras públicas⁵. A companhia de comércio mencionada, pelos números, foi a que mais introduziu populações negras escravizadas na região, sendo que a partir do Grão-Pará passaram a serem levados para outras regiões (QUEIROZ e GOMES, 2002).

Bentes apresenta as categorias de empreendedores no período que fomentavam a vinda de negros para a região, ou seja, “quem utilizava os escravizados” (BENTES, 2013, p. 31). Para a autora um dos grupos que utilizavam negros escravizados na terra eram os

⁴ Tese de Doutorado “Homens e Pedras no Desenho das Fronteiras Amazônicas (1764-1782)” – Unicamp, São Paulo, Brasil.

⁵ Tratar-se-á de forma mais aprofundada das companhias que atuaram na região e com o comércio de negros escravizados no tópico sobre “As Companhias Escravistas que moveram populações negras para o Grão-Pará”.



“proprietários particulares que pertenciam basicamente a: classe senhorial rural, urbana, e funcionários públicos” (BENTES, 2013, p. 31). Bentes (2013) ainda cita que “nas missões todos os serviços eram realizados por escravos, inclusive o artesanato”. E exemplifica: “Instituições beneficentes como a Santa Casa de Misericórdia, em 1787, utilizava escravos não só no hospital, como cozinheiros, serventes, mas também nas fazendas” (BENTES, 2013, p. 32).

No século XVII existiram rotas secundárias por onde passavam um insipiente comércio de africanos rumo ao Grão-Pará e Maranhão. Bezerra Neto explica esse comércio da seguinte forma:

Nas últimas décadas do século XVII, quando se iniciou o tráfico de africanos escravizados direto entre a África e a região amazônica, o território da Senegâmbia ou Alta Guiné, na África Ocidental, já havia deixado de ser área fornecedora de escravos para o restante da América portuguesa, predominando então as rotas com destino à Costa da Mina, na África Centro-Ocidental, e para as regiões do Congo-Angola, na África Centro-Ocidental (BEZERRA NETO, 2012, p. 93).

No comércio triangular de africanos os navios partiam de Lisboa e negociavam africanos nas regiões citadas, dirigindo-se, em seguida, para a Amazônia portuguesa, vendendo-os em São Luís e Belém e depois retornavam para Portugal com cargas locais (BEZERRA NETO, 2012).

Ogot (2010) apresenta um mapa detalhado sobre as rotas de comércio entre os três continentes no século XVIII: das colônias saíam produtos primários, levados para a Europa. Da Europa saíam produtos manufaturados e aguardentes para serem trocados com africanos na África. Da África saíam africanos para serem introduzidos nos engenhos e lavouras e nos trabalhos domésticos, principalmente, na América:



percebido nos números de escravos que passaram pelos portos das capitanias. [...] o número de escravos no Maranhão no final do século XVIII era maior que no Pará. [...] isso demonstra que o Maranhão, baseado na cultura do algodão, conseguiu absorver a mão-de-obra africana, diferentemente do Pará, cuja economia era ainda movida pela extração das drogas do sertão e pela mão-de-obra indígena. [...] no período estendido da chegada da Companhia de Comércio do Maranhão até o final do século XVIII, desembarcaram 23.884 escravos em Belém do Pará, ao lado de 40.935 em São Luís do Maranhão (MACLACHLAN apud BARBOSA, 2009, p. 38).

Os principais portos mencionados nos estudos de Barbosa onde embarcavam africanos e rumavam para serem desembarcados no Grão-Pará e também na capitania do Maranhão, são o de *Senegâmbia, Costa da Guiné e Costa de Mina*, que ocorriam já desde o século XVI para a Colônia (BARBOSA, 2009).

Sobre as rotas da escravidão rumo ao Grão-Pará, Bezerra Neto (2012) argumenta que existiram duas fases: uma primeira fase entre o período de 1662 a 1755, e uma segunda fase (1755-1778) que se estende por todo o Período Pombalino da administração portuguesa:

Durante essa primeira fase (1662-1755), marcada pela introdução de africanos escravizados por meio de assentos negociados mediante contratos da Coroa portuguesa com particulares ou sob a forma de estancos ou estancos, isto é, monopólios atribuídos pela metrópole à companhias de comércio (BEZERRA NETO, 2012, p. 28).

Usando os números apresentados por Bezerra Neto (2012), pode-se dizer que de 1680-1755 o comércio de africanos para o Grão-Pará e Maranhão se deu 70,3% por navios cuja partida era o Porto de Lisboa, e 29,7% eram de navios despachados da Bahia. Para Bezerra Neto, “portanto, antes da criação e atuação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), existira tráfico de africanos escravizados para a Amazônia, bem como o uso dessa mão-de-obra escrava, ainda que incipiente”(BEZERRA NETO, 2012, p. 28).

Uma das Companhias que atuou nos finais do século XVII nesse fluxo foi a Companhia de Cacheu e Cabo Verde, por determinação do Conselho Ultramarino. Sobre essa questão Chambouleyron explica que,

O Conselho Ultramarino, conformando-se com o parecer do procurador da Fazenda, sugeria que o contrato fosse feito com a Companhia de Cabo Verde e Cacheu, ou Cacheu e Cabo Verde, criada em 1690 (e extinta em 1706), segundo Antônio Carreira. A resolução real determinava que os escravos se vendessem a 55 mil réis, “por peça”. Um mês depois, o Conselho Ultramarino novamente fazia uma consulta sobre o assunto, dando conta ao soberano sobre os ajustes que finalmente haviam sido feitos com a Companhia de Cabo Verde (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 8).



Já em 1692 estabeleceu-se o primeiro assento com a Companhia Cabo Verde e Cacheu, em número de 145 africanos no Maranhão (CHAMBOULEURON, 2006). Em seguida, “vários outros assentos foram feitos, não só com a Companhia de Cabo Verde e Cacheu, mas também com outros comerciantes” (idem, p. 10).

Paralelamente a Companhia já mencionada, a coroa portuguesa criou a Companhia de Comercio do Maranhão, para juntas proverem o desenvolvimento da Região de Cacheu, de Cabo Verde – na África, e do Maranhão e Grão-Pará – na América, suprimindo a região de braços para a lavoura (CHAMBOULEYRON, 2006).

Chambouleyron (2006) explica que a Companhia do Maranhão, em 20 anos de existência, desde 1682, contratou 10 mil africanos provenientes da Guiné e Angola, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, sendo difícil provar sua real inserção; já a companhia de Cabo Verde e Cacheu, em 1692, 145 africanos (até 1693) de Mina e Guiné, em 1694 foram 145 africanos da Guiné e em 1695 foram 145, também da Guiné.

O comércio de braços africanos nessa região, por intervenção da Coroa através dessas Companhias do século XVII - Companhia de Comércio de Cacheu e Cabo Verde e Companhia de Comércio do Maranhão - e pelo interesse de se criar receitas na região, estimulando a lavoura açucareira e demais, foi de forma diferente do resto do Brasil (CHAMBOULEYRON, 2006), pois:

O tráfico para o Maranhão e Pará definitivamente organizava-se a partir da Coroa. Diferente era o de outras praças, onde existia uma classe de negociantes que financiava o empreendimento, uma frota que o viabilizava, uma infra-estrutura que lhe dava suporte e, principalmente, onde existia, como exemplarmente define Nireu Cavalcanti, “o fundamental elemento do comércio: os compradores ávidos por muitos e muitos escravos” (NIREU CAVALCANTI apud CHAMBOULEYRON, 2006, p. 23).

Ao tratar desta questão na Amazônia, Salles (1971) apresenta as várias formas/regimes do tráfico/comércio de negros para a região do Grão-Pará e Maranhão:

- a) Assento, ou alistamento compulsório de negros cativos na África, geralmente negociados mediante contratos da fazenda real com particulares – realizado nos séculos XVII e XVIII;
- b) estaque ou estanco, monopólios atribuído às companhias de comércio;
- c) iniciativa particular – realizado irregularmente durante todo o período do tráfico;
- d) contrabando;
- e) comércio interno, também de iniciativa particular, que deslocou escravos sobretudo da praça da Bahia para o Maranhão, e desta para o Pará (SALLES, 1971, p. 27)

Após a Companhia de Cabo Verde e Cacheu e a Companhia do Maranhão, a coroa portuguesa resolveu criar outra companhia para atender tanto o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com suprimentos da metrópole e negros escravizados e comercializar os gêneros produzidos na região. Para tanto, Sebastião de Carvalho e Melo, ao assumir a



responsabilidade pela administração das colônias, empossando seu irmão Mendonça Furtado como governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, o Ministro providenciou a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Damasceno relata outras medidas econômicas importantes de Carvalho e Melo, entre elas:

Decreta o recolhimento de no mínimo cem arrobas de ouro por ano para a metrópole e o monopólio da Real Extração no Distrito Diamantino, restringe os privilégios da nobreza e do clero, reorganiza as frotas navais e os portos, cria o Banco Real, proíbe a exportação de moedas e cria as Companhias Gerais de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba (DAMASCENO, 2012, p. 51).

Sobre esse período Flávio Gomes argumenta que

Era nessa época, [...] entre 1751 e 1759, que começava a se avolumar a entrada de escravos africanos nesta região. Este comércio foi, inclusive, facilitado pelas atuações da Companhia Geral de Comércio e da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Só na área de Macapá dizia-se existir cerca de 750 escravos africanos em 1788 (GOMES, 1995, p. 46).

Em razão da política pombalina⁷ em relação ao índio, precisaram-se substituir tais braços pela de negros africanos, visto que o comércio transatlântico de negros gerava mais receita à coroa portuguesa, além de que a lavoura necessitava de braços, além disso, as epidemias arrasavam muitas populações nativas próximas a Belém. Dias argumenta que:

A introdução de mão-de-obra africana no Estado do Grão-Pará e Maranhão era a razão principal da existência da Companhia. O tráfico de escravos seria encarado pela empresa pombalina como um negócio vital, porquanto, suposta a liberdade do índio, seriam os negros africanos que cultivariam os gêneros tropicais que os navios da sociedade mercantil haviam de transportar de São Luís e de Belém para Lisboa (DIAS, 1970 apud AMARAL, 2008, p. 96).

O estudo de Dias (1970) demonstra a importância geoeconômica na qual se tornou a Companhia para o Brasil, África, Ilhas e especificamente para o Grão-Pará e Maranhão, principalmente após a aquisição de vários navios mercantes, apresentando os seguintes dados:

Nada menos que 124 nomes de navios foram apurados. Veja-se o mapa esclarecedor da tonelagem da extraordinária frota. Salvo erro de cálculo ou leitura de nossa parte, ou duplicação de nomes, os comboios da Companhia compunham-se de 35 corvetas, 20 galeras, 20 chalupas, 9 naus, 9 sumacas, 5 hiates, 4 navios, 3 escunas, 3 bergantins, 3 lambotes, 2

⁷ Damasceno explica que “a era pombalina inaugura-se no ano de 1750, que se inicia com a assinatura do Tratado de Madrid em 13 de janeiro. Em 31 de julho deste mesmo ano, morre D. João V e Dom José I assume o trono, empossando como um de seus ministros Sebastião de Carvalho e Melo – posteriormente nomeado Marquês de Pombal” (p.50). O mesmo autor ainda explica que a Política do Ministro Sebastião de Carvalho e Melo “estimulou a lavoura espalhando colonos portugueses pelas aldeias em um processo de mesclagem cultural. Foram incentivadas a cultura de cacau, anil, café, algodão, arroz e cravo” (DAMASCENO, 2012, p.104).



lanchas, um paquete, um corsário e mais 9 navios de tipos não identificados (DIAS, 1970, 139-140).

A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão possuía sua excelência de navios construídos por encomenda, que enfrentavam as correntes do atlântico carregados de braços negros e também de gêneros produzidos nas colônias, ilhas e regiões produtoras, afirmando que dos mesmos apenas 6% chegaram a naufragar, ou seja, dos 32 apenas 2 naufragaram (DIAS, 1970).

Com base nos dados sugeridos por Dias (1970), 124 embarcações comercializavam da África para o Brasil. Muitas dessas embarcações, vale ressaltar, promoviam o comércio de gêneros do Grão-Pará e Maranhão com outras capitânicas da colônia. A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão teve suas atividades encerradas em 1778, após a morte do rei D. José I, quando subiu ao trono a Rainha Maria I, que após uma série de denúncias e acusações a Junta Administrativa da Companhia, resolveu destituí-la. No entanto, durante seus anos de existência (1755-1778), pelos números apresentados, foi a que mais inseriu negros escravizados no Grão Pará.

Em seu estudo mais recente Bezerra Neto (2012) nos sugere os seguintes números sobre a transferência de africanos para o Grão-Pará, para as duas décadas finais do século XVII e século XVIII:

Período de Tempo	Quantidade	Totais Parciais
1680-1698	846	846
1702-1755	1.311	1.311
1756-1778	17.627	17.627
1778-1800	17.970	17.970
1801-1810	10.927	10.927
1811-1820	6.175	6.175

Figura 2 Tabela I⁸

Os dados sugeridos por Bezerra Neto (2012), resumidos na tabela I, indicam que o período de atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão representa um dos períodos (duas décadas) nos quais mais africanos foram transferidos para o Grão-Pará: 17.627, de 1756-1778. Sendo sucedido por um período posterior de mais duas décadas em que a transferência continuou intensa rumo ao Grão-Pará: 17.970, de

⁸ Cativos africanos ingressados no Grão-Pará de 1680 a 1820. Apud Bezerra Neto (2012, p.201).



1778-1800. Após esse período, o tráfico intercontinental retraiu-se, se analisarmos a cada duas décadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que se apresentou, foi no final do século XVII e século XVIII que aumentou as transferências de africanos para a Amazônia, com a pretensão do Estado em desenvolver a economia da região, assim como, pelas solicitações da Igreja e dos fazendeiros e donos de engenhos por mão-de-obra africana escravizada. Para tanto, a coroa portuguesa criou as Companhias para prover esse fluxo.

Com a chegada dessas populações africanas na Amazônia a sociedade passou a ter novos atores, quando se intensificou a mestiçagem e o sincretismo cultural e, especificamente, religioso. Desta forma, a sociedade na Amazônia, assim como sua cultura, é resultante de todo esse processo histórico que, de forma forçada e exploradora, aproximou, com muito conflito, povos e culturas seculares e epistemologicamente diferentes.

Amaral (2008) analisa a participação do negro na formação do povo brasileiro fazendo referência a luta representada pela existência dos quilombos e mocambos. Essa resistência permitiu que comunidades quilombolas lutassem para viver com certa autonomia, reconhecimento e resistência cultural, mas em uma luta constante frente à discriminação, exclusão sócio educacional, cultural, religiosa e econômica.

Da África aos quilombos, os negros construíram a sociedade brasileira. Viver, resistir, aprender, lutar, negociar, fugir, construir a liberdade exigiam aprendizagem; os quilombolas são resultados dessa longa construção. É neste processo, encontro e internalização de conhecimentos que se configura o *habitus* que se expressa em práticas, neste caso nas práticas educativas voltadas ao uso de recursos do território quilombola amazônico (AMARAL, 2008, p. 108).

A marca da presença de negros na Amazônia e da resistência dos mesmos aos tratamentos dos dominadores são os inúmeros quilombos e/ou mocambos existentes na região Amazônia, assim como em todo o Brasil. Eles são a representação da resistência de uma África presente no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Assunção José Pureza. **Da senzala ao quilombo: práticas educativas e uso de recursos naturais entre os quilombolas do médio Amazonas** - Pará / Assunção José Pureza Amaral; Orientadora Edna Maria Ramos de Castro. - 2008.

ANDAH, Basseyy W.; ANQUANDAH, James R. **A zona guineana: os povos entre o Monte Camaroes e a Costa do Marfim**. In.: EL FASI, Mohammed (editor). **História geral da África, III: África do século VII ao XI**. Brasília : UNESCO, 2010. ISBN: 978-85-7652-125-9



BARBOSA, Benedito Carlos Costa. **Africanos na Amazônia Colonial: notas sobre fugas, mocambos e insolências nas terras do Grão-Pará e Maranhão (1707-1750)**. Transversos, Rio de Janeiro, v. 02, n. 02, mar. - set. 2014.

BARBOSA, Benedito Carlos Costa. **Em outras margens do atlântico: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1707-1750)**/Orientador: Rafael Chambouleyron. Dissertação. UFPA/PPGH, Belém, 2009.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará** (séculos XVII-XIX). Belém: Paka-Tatu, 2012.

BENTES, Nilma. **Aspectos da Trajetória da População Negra no Pará**. GEAM, Belém: UFPA, 2013.

CAMILO, Janaína. **Homens e pedras no desenho das fronteiras amazônicas (1764/1782)**. Disponível em < www.bibliotecadigital.unicamp.br > Acesso em 08 de fev de 2016.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha; SAMPAIO, Patrícia Melo. **Histórias de Joaquinhas: mulheres, escravidão e liberdade (BRASIL, AMAZONAS: SÉC. XIX)**. Afro-Ásia, 46 (2012), 97-120.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará** (século XVII e início do século XVIII). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 79-114 – 2006.

CUNHA, Ana Paula Macedo. **Engenhos e engenhocas: a atividade açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750)**. UFPA, 2009. Dissertação (mestrado), Orientador: Rafael Chambouleyron.– Universidade Federal do Pará.

DAMASCENO, Alberto. **Espadas, terços e letras: origens da educação estatal na América Portuguesa**. Belém: Editora Açaí, 2012.

DIAGNE P. **As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado**. In.: OGOT, Bethwell Allan (editor). **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília : UNESCO, 2010. ISBN: 978-85-7652-127-3.

DIAS, Manuel Nunes. **Fomento Ultramarino e Mercantilismo: a companhia geral do grão-pará e Maranhão (1755-1778)** (IV). Belém: UFPA, 1970.

GOMES, Flávio dos Santos. **O povo Negro: Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia**. Revista Usp, São Paulo: Dezembro, 1995.

OGOT, Bethwell Allan (editor). **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília : UNESCO, 2010.

QUEIROZ, Jonas Marçal de; GOMES, Flávio. **Amazônia, fronteiras e identidades Reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)**. Lusotopie, 2002.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Pará, 1971.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil Colonial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

KLEIN, Herbert S. **Escravidão africana América Latina e Caribe** (trad. José Eduardo de Mendonça). Editora Brasiliense: São Paulo, 1987.

**GT 02 - MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES
SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA.****ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL COMO INSTRUMENTO DA
POLÍTICA URBANA: PERSPECTIVA COMPARADA DE EXPERIÊNCIAS
MUNICIPAIS NO BRASIL**

Roberta Menezes Rodrigues(FAU/UFPA)¹
robertamr@ufpa.br

Leonardo Gabriel Braga Arruda (FAU/UFPA)²
arrudalgb@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho parte de uma sistematização do conteúdo legal de regulamentação sobre Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em 8 (oito) municípios, Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Diadema (SP), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), São Paulo (SP) e Taboão da Serra (SP), como forma de comparar diferentes estratégias e procedimentos de regulamentação de ZEIS a fim de entender como o instrumento tem sido regulamentado no âmbito da legislação municipal no sentido de contribuir com a aplicação do mesmo. Foram também comparados os conteúdos de planos de urbanização, parâmetros urbanísticos utilizados e estrutura de gestão e participação da população civil, para uma visão geral dos conteúdos semelhantes e frequentes nas regulamentações. Produziu-se ainda uma análise mais detalhada sobre o conteúdo da regulamentação sobre as ZEIS em Belém, a fim de contribuir para a discussão sobre o alcance da regulamentação do instrumento localmente.

Palavras-chave: Zonas Especiais de Interesse Social; Instrumentos Urbanísticos; Belém.

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização brasileiro longo do século XX foi caracterizado por um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente, pautado pelo sistemático binômio entre produção da cidade formal para população que arcaria com os custos de urbanização e pelo processo de produção da periferia para pessoas que estariam historicamente excluídas do acesso à moradia. Em geral, a urbanização produzida no Brasil foi marcada pela consolidação dos assentamentos precários, principalmente através dos loteamentos clandestinos e das favelas como reflexo da escassez de terra urbanizada (SINGER, 1982; MAUTNER, 2004; MARICATO, 2002).

¹Doutora em Planejamento Urbano, Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, pesquisadora do Laboratório Cidades na Amazônia – LABCAM/FAU-UFPA.

²Estudante graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, bolsista no Laboratório Cidades na Amazônia – LABCAM/FAU-UFPA.



Neste contexto, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) tornaram-se um importante instrumento para promover a inclusão da população de baixa renda e socialmente vulnerável na considerada “cidade formal” (FERREIRA & MOREIRA, 2000), e promover o acesso à moradia, à terra infraestruturada e aos equipamentos urbanos (BRASIL, 2001; DIAS, 2008; ROLNIK & SANTORO, 2013).

O Município de Belém apresenta extensas áreas demarcadas como ZEIS em seu zoneamento atual (2008), em função da presença de extensas áreas de assentamentos precários, principalmente em sua área continental. Grande parte desses assentamentos localizam-se em áreas próximas aos cursos d’água, sujeitas a alagamento, o que se torna determinante no processo de urbanização do município, uma vez que a dinâmica de produção das áreas periféricas se deu, predominantemente, sob o avanço da população mais pobre nessas áreas. De modo geral, a ocupação de áreas ambientalmente frágeis por populações de baixa renda de forma precária e irregular, tem caracterizado o processo de urbanização excludente nas cidades brasileiras. Por outro lado, as intervenções de urbanização posteriores tem, em muitos casos, seguido um viés sanitarista, sem estabelecer soluções pautadas em uma relação não estrutural com o ambiente natural urbano (RODRIGUES et al 2013; BRANDÃO & PONTE, 2014; LEÃO, 2017).

Diante do quadro geral apresentado no Brasil, e mais especificamente o evidenciado pelo município de Belém, a presente pesquisa objetiva discutir a pertinência da ZEIS enquanto instrumento de gestão urbana do solo em relação ao desenvolvimento de parâmetros urbanísticos e diretrizes gerais para a elaboração de planos de urbanização específicos, a fim de promover a urbanização e consolidação dos assentamentos precários, com ênfase nas Áreas de Preservação Permanente (APP), devido à relação da cidade com o meio urbano natural no qual Belém se enquadra.

Com este intuito, foram selecionados 7 (sete) município, além do município de Belém, para analisarmos como o instrumento ZEIS tem sido regulamentado no âmbito da legislação municipal. Para isto, sistematizou-se o conteúdo legal de regulamentação das ZEIS em cada município selecionado, através de consultas principalmente aos sites de cada prefeitura sobre temas como: tipologias de ZEIS, conteúdos de planos de urbanização, parâmetros urbanísticos utilizados, estrutura de gestão e participação da população civil. Adiante, por meio de referenciais teóricos e dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caracterizou-se a extensão dos assentamentos precários no município de Belém, a fim de contribuir para a discussão sobre o alcance da regulamentação sobre ZEIS, a operacionalização em outros municípios e, por fim, o modus operandi dos projetos de intervenção urbanos já realizados.



2. DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL AO CONCEITO DE ZEIS

O processo de urbanização do Brasil teve como modelo de desenvolvimento urbano baseado na concentração de terras e exclusão socioespacial, semelhante a outros países da América Latina. Tal modelo é caracterizado, conforme Maricato (2002), por um processo de “urbanização com baixos salários”, e pelo tripé “loteamento popular, autoconstrução e casa própria”, como esclarecido por Mautner (2004), e que tem sido replicado como forma de acesso à moradia para a população mais pobre, resultando na constituição de um tecido urbano fragmentado e socialmente desigual, principalmente nas grandes cidades e regiões metropolitanas.

Decorrente desse modus operandi de urbanização, surgem nos anos 1980 as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) como resposta à mobilização de movimentos populares urbanos para, principalmente, buscar viabilizar o acesso ao direito à moradia e à segurança de posse. Na prática, o instrumento ZEIS foi consolidado como um tipo de zoneamento especial que tem possibilitado a elaboração de estratégias para a promoção da regularização urbanística e fundiária de um amplo espectro de ocupações e assentamentos precários. Possibilita ainda a produção de novas Habitações de Interesse Social (HIS) em localizações favoráveis à reprodução do cotidiano (BRASIL, 2001; ROLNIK & SANTORO, 2013). Contudo, cada município (poder executivo municipal) pode estabelecer suas tipologias de ZEIS conforme a necessidade e características locais. Dessa forma, a regulamentação das ZEIS pode variar.

Autores como Dias (2008) e Rolnik & Santoro (2013) permitem apreender que as ZEIS são um importante instrumento para a redução dos conflitos fundiários; promoção e ampliação da oferta de terra infraestruturada; produção habitacional de forma preventiva; e a participação popular no processo de gestão dos planos de urbanização, o que ressalta a importância das ZEIS como instrumento de planejamento e gestão urbana.

3. A REGULAMENTAÇÃO DE ZEIS EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS

O reconhecimento de situações específicas de cada assentamento é a parte inicial de um processo de viabilização de urbanização para assentamentos até então precários ou que podem servir como áreas estratégicas para produção de HIS no caso das áreas das vazias ou subutilizadas; no entanto, ressalta-se a caracterização dos tipos de ZEIS como parte essencial de um processo de diagnóstico que será sucedido pela proposição de parâmetros urbanísticos, os quais orientarão a elaboração e implementação dos planos de ZEIS a fim de atingir suas finalidades.

Como forma de comparar diferentes estratégias e procedimentos de regulamentação de ZEIS foram selecionados oito municípios a fim de entender como a



sistematização das tipologias de ZEIS tem sido realizada, os quais foram: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Diadema (SP), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), São Paulo (SP) e Taboão da Serra (SP) (Ver Quadro 1). Foram também comparados os conteúdos de planos de urbanização, parâmetros urbanísticos utilizados e estrutura de gestão e participação da população civil, para uma visão geral dos conteúdos semelhantes e frequentes nas regulamentações.

A forma de caracterização das ZEIS pelos municípios apresentam tipologias semelhantes, porém, com nomes diferentes para determinado tipo de ZEIS. Nos casos estudados (Quadro 1) é possível perceber uma subdivisão dois tipos básicos apresentados pelo Estatuto da Cidade (2001). No caso de ZEIS de urbanização, encontramos o subtipo “Áreas ocupadas desordenadamente”, “Loteamentos clandestinos e irregulares” presentes em São Paulo, os quais, no município, podem ser destinados ao interesse público, privado ou público e privado, além de destacar áreas para produção de empreendimentos habitacionais de mercado popular (EHMP) – devido à localização e a condição de acabamento desses empreendimentos, além da forma de acesso condicionado pela faixa de renda – ou até mesmo a distinção entre áreas urbanizadas ou áreas aptas a urbanização; e no caso de ZEIS de vazios as “Áreas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas” e “Imóveis ociosos, subutilizados, não utilizados, encortiçados ou deteriorados” presentes em Taboão da Serra, e o acréscimo de outras situações como “Áreas de proteção de recursos naturais ocupadas”, “Áreas de Reassentamento” presentes em Belo Horizonte e Diadema; e mesmo “Áreas ocupadas por comunidades quilombolas ou tradicionais” como em Salvador; incorporando outros critérios que não apenas as condições de urbanização.



Tipos de ZEIS	Municípios							
	Belém	Belo Horizonte	Diadema	Fortaleza*	Recife	Salvador	São Paulo	Taboão da** Serra
Favela	■	■	■	■	■	■	■	■
Loteamentos Irregulares ou Clandestinos	■	■	■	■	■	■	■	■
Áreas Não Edificadas, Subutilizadas ou Não Utilizadas	Adequadas à Urbanização	■	■	■	■	■	■	■
	Urbanizada	■	■	■	■	■	■	■
Imóveis Ociosos, Subutilizados, Não Utilizados, Encortiçados ou Deteriorados	■	■	■	■	■	■	■	■
Áreas de Proteção de Recursos Naturais Ocupadas	■	■	■	■	■	■	■	■
Área de Reassentamento	■	■	■	■	■	■	■	■
Áreas Ocupadas por Comunidades Quilombolas e Tradicionais	■	■	■	■	■	■	■	■

Quadro 1: Sistematização das categorias de ZEIS apresentadas pelos municípios selecionados.

Obs: ■ - conteúdo existente e previsto em lei ou regulamentação municipal.

Nota: *O município de Fortaleza apresenta o mesmo tipo de ZEIS tanto para loteamentos irregulares e clandestinos quanto para imóveis ociosos, subutilizados, não utilizados, encortiçados ou deteriorados. **O município de Taboão da Serra apresenta somente dois tipos de ZEIS, sendo a primeira inclui Áreas ocupadas desordenadamente, Loteamentos irregulares ou clandestinos e Imóveis ociosos, subutilizados, não utilizados, encortiçados ou deteriorados; e a segunda inclui as áreas não edificadas, subutilizadas ou não edificadas.

Fonte: Belém (1999; 2008); Belo Horizonte (1996a; 1996b); Diadema (2008); Fortaleza (1996; 2009); Recife(1996; 2008); Salvador (2012; 2016); São Paulo (2014); e Taboão da Serra (2016).

Quanto aos conteúdos dos planos de urbanização (Quadro 2), quase todos podem ser considerados deficientes em relação aos conteúdos mínimos que podem orientar a elaboração e intervenção nas ZEIS. Constatou-se que todos os municípios, exceto Belo Horizonte, apresentam na sua legislação definições de conteúdo dos Planos de ZEIS – como diagnóstico da área, cadastro ou forma de participação dos moradores – que cada plano de urbanização deveria conter.

Quanto a uma estrutura de gestão e participação social para elaboração e implementação dos planos de urbanização em ZEIS, os municípios de Fortaleza e São Paulo apresentam de maneira simples formas de aproximar a população civil para participação do processo que resultará na intervenção no seu local de moradia, contudo, Salvador e Recife detalham mais este processo, com a criação de conselho gestor, conferências municipais, fóruns de políticas públicas, conselho de orçamento participativo, dentro outros, além de incorporar a cada um deste a especificação de suas funções.

Quanto às diretrizes gerais podemos destacar ainda:



- Belém, Diadema, Fortaleza e São Paulo priorizam a permanência das famílias na área de intervenção ou nas proximidades do local de intervenção;
- Apenas Salvador e São Paulo apresentam em alguns tipos de ZEIS a possibilidade de articular a produção de HMP (em menor proporção) à produção de HIS;
- Todos exceto Belém e Recife permitem outros usos para áreas de ZEIS tanto em ZEIS de Urbanização quanto, principalmente, em ZEIS de Vazios Urbanos;
- Todos exceto Fortaleza e Recife apresentam, de forma geral, parâmetros como lote mínimo, testada, afastamentos, taxa de ocupação e permeabilidade.
- Somente Diadema possui coeficiente de arborização e lote mínimo para famílias provenientes de reassentamento devido à necessidade para urbanização.

Conteúdo das Regulamentações		Município							
		Belém	Belo Horizonte	Diadema	Fortaleza	Recife	Salvador	São Paulo	Taboão da Serra
Exigências do que cada plano deve conter		■							
Formas de gestão e participação da população civil									
Diretrizes Gerais	Priorizar permanência das famílias na área ou próxima da área de intervenção	■							
	Porcentagem para HMP								
	Porcentagem para HIS								
	Outros usos								
Parâmetros Urbanísticos	Lote mínimo / Área útil	■							
	Testada								
	Afastamentos								
	Coeficiente de aproveitamento								
	Coeficiente de Arborização								
	Taxa de ocupação								
	Taxa de permeabilidade								
	Seção transversal								

Quadro 2: Sistematização dos conteúdos semelhantes de ZEIS apresentados pelos municípios selecionados.

Obs: ■ - conteúdo existente e previsto em lei ou regulamentação municipal.

Fonte: Belém (1999; 2008); Belo Horizonte (1996a; 1996b); Diadema (2008); Fortaleza (1996; 2009); Recife (1996; 2008); Salvador (2012; 2016); São Paulo (2014); e Taboão da Serra (2016).

4. ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO MUNICÍPIO DE BELÉM

O processo de adensamento populacional em Belém se deu, principalmente, entre as décadas de 1960 a 1990, tanto no centro urbano quanto nas áreas periféricas próximas a ele. No centro urbano, por meio da verticalização dos edifícios, e por meio das ocupações informais em áreas de fragilidade ambiental (LEÃO, 2017; PMHIS, 2012). Paralelamente, consolida-se na área de expansão de Belém assentamentos precários na forma de loteamentos irregulares e clandestinos.



Diante da necessidade de compreensão das condições de urbanização de Belém, caracterizada por diversos fatores como precariedade de infraestrutura ampla, adensamento populacional nas áreas de baixadas e segregação socioespacial, recorreremos à uma leitura espacializada de dados do Censo Demográfico de 2010 produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e, para um diagnóstico do problema habitacional belenense, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS (BELÉM, 2012). Ambos foram utilizados para caracterização da extensão dos assentamentos precários existentes na área continental do município de Belém.

A área total considerada como ZEIS segundo o zoneamento previsto na Lei nº 8655/2008, o Plano Diretor de Belém, é menor que o total da área consideradas Aglomerados Subnormais³ (AS) conforme definição do Censo Demográfico do IBGE de 2010, uma vez que aproximadamente metade dos AS em termos de extensão territorial estão gravados como ZEIS no zoneamento de Belém (Quadro 3), o que indica a necessidade de revisão e ajuste da delimitação das áreas de ZEIS no município.

	Área		
	ZEIS	Aglomerados Subnormais	Aglomerados Subnormais em ZEIS
TOTAL (m²)	29247460,99	52254376,10	23585696,28
TOTAL (ha)	2924,75	5225,44	2358,57

Quadro 3: Quantificação das áreas de ZEIS, Aglomerados Subnormais e Aglomerados Subnormais em ZEIS, no município de Belém.

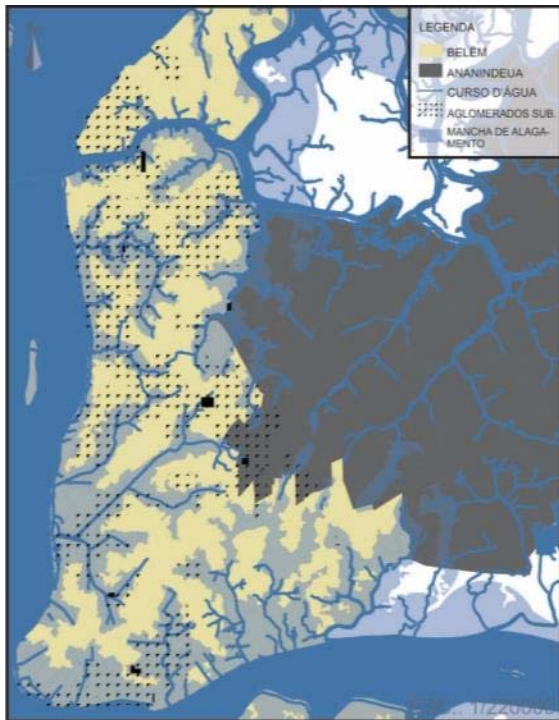
Fonte: Belém (2008) e IBGE (2010).

Quanto ao PMHIS (2012), o mesmo apresenta o diagnóstico habitacional do município de forma mais específica por meio da caracterização do território, dos componentes do déficit habitacional municipal e estimativas de demandas futuras. Para a quantificação dos dados, foi possível perceber que as áreas delimitadas como ZEIS estão inseridas em grande medida em áreas que apresentam baixa cobertura de infraestrutura urbana, em especial de saneamento básico. A leitura de outros dados (Mapas 2 a 6) possibilita compreender melhor alguns dos componentes das condições de precariedade encontrada nos AS no município. Por exemplo, a presença de abastecimento de água da rede geral – formal – (Mapa 2), está presente predominantemente na primeira légua patrimonial de Belém (LIMA, 2000), no entanto, na área de expansão do município (Eixo da Av. Augusto Montenegro) a presença de domicílios que possuam abastecimento formal de

³Aglomerados Subnormais (AG), estes são definidos pelo IBGE como o conjuntos constituídos por 51 ou mais unidades habitacionais que fossem caracterizadas pela ausência de título de propriedade e que apresentassem pelo menos uma das seguintes características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes; e/ou carência de serviços públicos essenciais como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação, sendo que em Belém os setores censitários considerados aglomerados subnormais coincidem em grande parte com as áreas mais baixas e ocupadas de forma precária próxima aos cursos d'água.

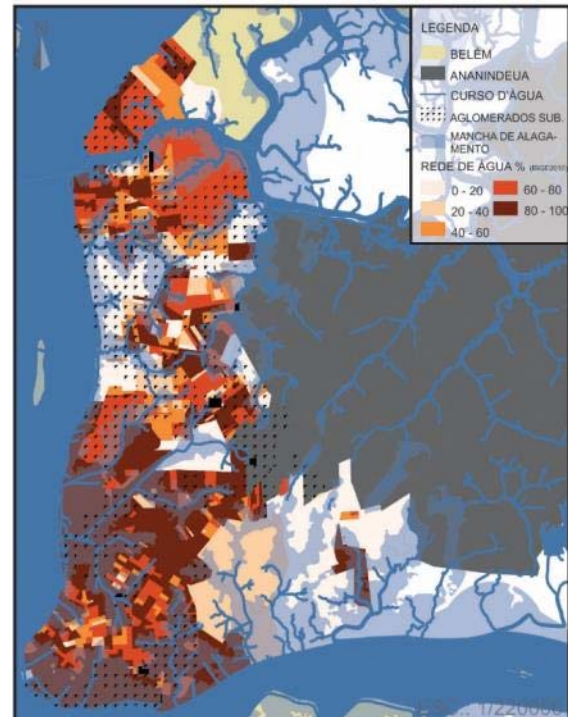


água diminui e quanto mais afastado da área central, mais decai o percentual de áreas abastecidas. Além disto, é interessante notar o percentual de áreas que buscam formas alternativas para o abastecimento de água nessa região. O Mapa 3 evidencia esta adaptação da população para o enfrentamento das precariedades dispostas do dia a dia, onde é possível perceber a elevação do percentual de domicílios que utilizam o poço como fonte de abastecimento de água principalmente no eixo de expansão da cidade de Belém.



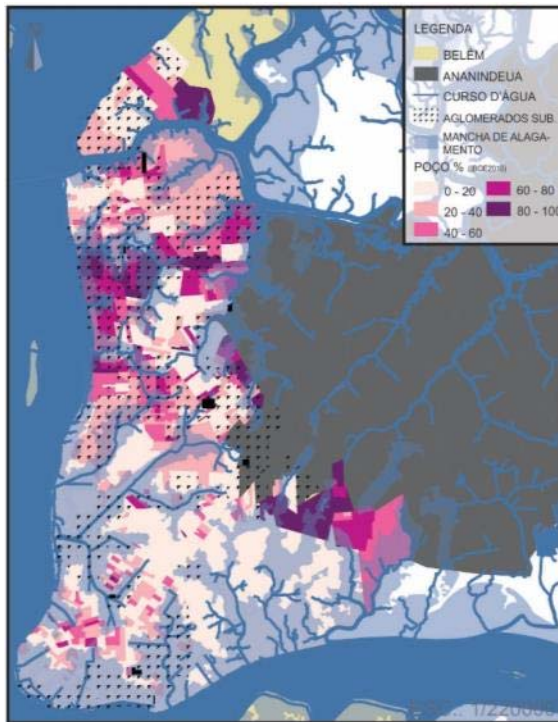
Mapa 1: Aglomerados Subnormais presentes no município de Belém.

Fonte: IBGE (2010)



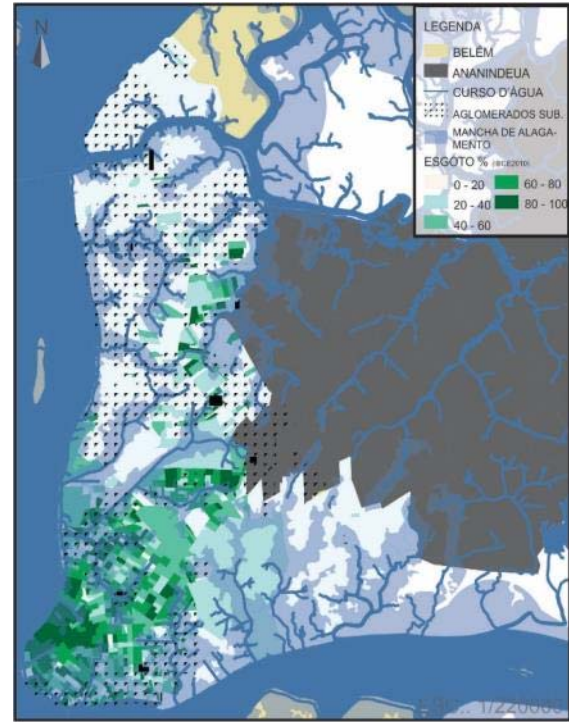
Mapa 2: Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral.

Fonte: IBGE (2010).



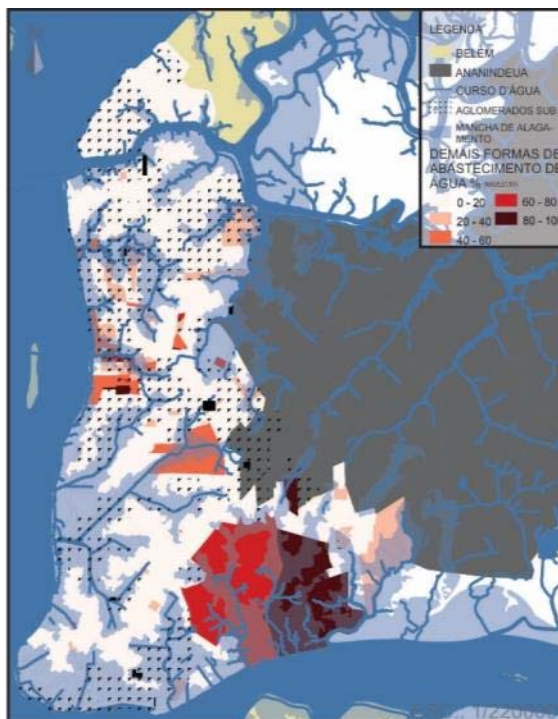
Mapa 3: Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por poço.

Fonte: IBGE (2010).



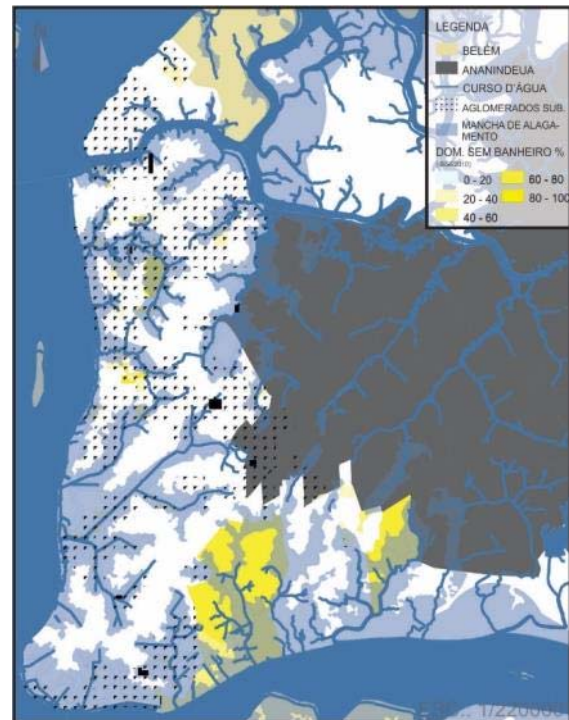
Mapa 5: Domicílios particulares permanentes com acesso à rede coletora de esgoto sanitário.

Fonte: IBGE (2010)



Mapa 4: Domicílios particulares permanentes com demais formas de abastecimento de água.

Fonte: IBGE (2010)



Mapa 6: Domicílios particulares permanentes sem banheiro.

Fonte: IBGE (2010)

Outro indicador importante é o percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto sanitário (Mapa 5) e ausência de banheiro (Mapa 6). No Mapa 5 é possível notar



que na área de expansão de Belém o percentual de domicílios que possuem ligação com a rede de esgoto que predomina é de 0 à 20%, o que é uma porcentagem baixa se comparada a área central, ao sul, com maior presença de rede de esgoto sanitário. Ademais, os dados como o dos domicílios sem banheiro (Mapa 6) serve para complementar o que já foi dito quanto às condições de precariedade em áreas de APP.

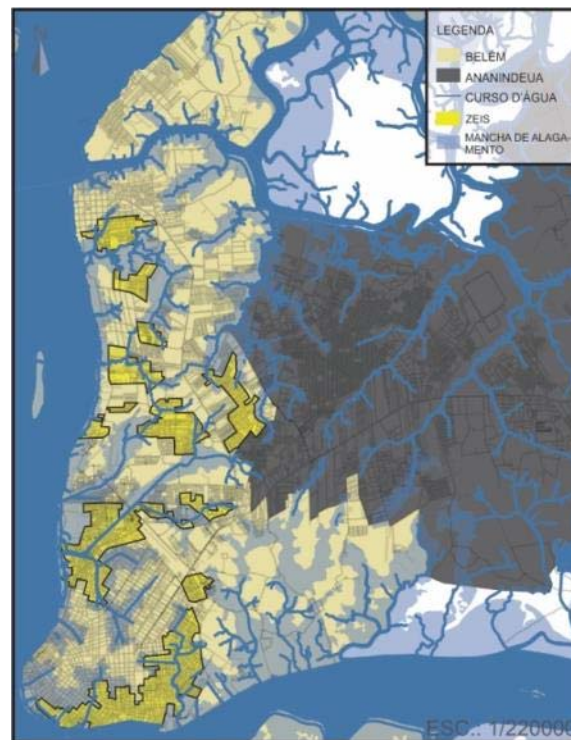
5. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

O município de Belém apresenta quanto à legislação urbanística o Plano Diretor do município (PD) de 2008 (Lei nº 8655/2008), o qual regulamenta o instrumento ZEIS, e a Lei Complementar de Controle Urbanístico (LCCU) de 1999 (Lei complementar nº 02/1999), a qual dispõe de alguns parâmetros urbanísticos gerais para intervenção em assentamentos precários em seu capítulo sobre parcelamento do solo. Contudo, embora a LCCU tenha sido regulamentada anos antes do atual PD, ainda serve como complemento, pois há diversas lacunas no PD, como a subseção X do capítulo I, sobre parâmetros de parcelamento do solo urbano (LCCU, 1999; BELÉM, 2008).

Consoante o PD (2008), a ZEIS podem ser classificadas em:

I - terrenos públicos ou particulares ocupados por população de baixa renda ou por assentamentos assemelhados, em relação aos quais haja interesse público em promover a urbanização ou a regularização jurídica da posse da terra; **II - loteamentos irregulares** nos quais, por suas características, haja interesse público em promover a regularização jurídica do parcelamento, a complementação da infraestrutura urbana ou dos equipamentos comunitários, bem como a recuperação ambiental; **III - glebas ou imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados**, necessários à implantação de programas habitacionais de interesse social” (BELÉM, 2008, *grifo nosso*).

Apesar de apresentar esses três tipos de Zonas Especiais de Interesse Social no seu texto, o Plano Diretor Urbano (PDU) não apresenta a distinção desses três tipos entre as áreas demarcadas em seu zoneamento, principalmente lotes ou glebas vazias para a produção de HIS, que torna as ZEIS uma grande mancha sem distinção no zoneamento do município (Mapa 7), e sem efetividade em termos de orientar uma estratégia de intervenção nessas áreas.



Mapa 7: ZEIS no zoneamento do Plano Diretor de 2008

Fonte: Belém (2008)

Quanto aos parâmetros urbanísticos, a LCCU (1999) estabelece que para à regularização urbanística ou fundiária de áreas já ocupadas serão considerados lotes mínimos de 60m² (sessenta metros quadrados) e testada mínima de 5m (cinco metros). No caso de produção de novo parcelamento (como em ZEIS de vazio ou em área de reassentamento) destinado à produção de habitação social a área mínima do lote deve ser de 90m² (noventa metros quadrados) e testada mínima de 6m (seis metros). A produção habitacional nessas condições seria caracterizada pelo baixo padrão de acabamento da unidade habitacional, que seria: piso com revestimento cimentado liso; paredes sem reboco, com reboco liso ou chapisco e pintura a cal; revestimento de azulejo comercial até 1,60m (um metro e sessenta centímetros) de altura em áreas molhadas; e altura máxima de quatro pavimentos em soluções verticais, sem elevador.

Quanto à área útil da unidade habitacional popular é definido um padrão de 50m² (cinquenta metros quadrados) e baixo padrão de acabamento. Contudo, em caso de intervenção em empreendimentos localizados em áreas de ZEIS ou nas áreas de expansão da urbana da cidade é admitido unidades habitacionais com área superior ao padrão estabelecido anteriormente, desde que a média final das unidades habitacionais não seja superior ao padrão de 50m² (cinquenta metros quadrados) (BELÉM, 1999).

Observa-se um contexto de fragilidade do instrumento ZEIS ocasionado pela conjuntura da legislação municipal, que não leva em consideração algumas das principais



características dos assentamentos precários belenenses como a grande disposição dos mesmos em áreas predominantemente alagadas, não constituindo uma tipologia específica de ZEIS para as áreas de Baixada sendo estas áreas problemáticas quanto à presença de precariedades e não apresentação parâmetros urbanísticas e diretrizes de intervenção específicas; a ausência de identificação como ZEIS das demais formas de assentamentos precários que o município possa apresentar (loteamento irregular, edifício encortiçado, conjunto habitacional degradado), devido à precariedade de levantamento de dados, além da ausência de identificação de ZEIS de Vazios que poderiam ser utilizadas como estoque de terras para produção de HIS como forma de amenizar o déficit habitacional no município.

O que se tem quanto à modelo urbanístico de intervenção em APs é um modelo com visão generalizante de como tem que ser tratado APs; ausência de outras formas de tratamento de áreas ambientalmente frágeis, diferente do que tem sido feito (asfaltamento das vias lindeiras, com impermeabilização do solo, o que torna discutível o argumento anterior); e, por último, a ausência de uma estrutura de gestão e participação da população pobre que vive nesses assentamentos quanto à proposição de ideias, necessidades e perspectivas que fazem parte dessa população e que teriam que ser priorizadas nos projetos de intervenção.

Podemos considerar que em Belém, o instrumento ZEIS tem sua função e potencial reduzidos pela falta de uma regulamentação adequada. Diante disso, as tipologias de ZEIS importam, pois por meio da distinção e regulamentação é possível que haja o reconhecimento dos mais diversos tipos de assentamentos precários no município e a produção de conteúdos (parâmetros e diretrizes) que sejam adequados a realidade do assentamento e possam nortear intervenções posteriores.

CONCLUSÃO

Por mais que as ZEIS se apresentem como uma perspectiva de reconhecimento de direito à cidade, ainda há grandes entraves que fazem com que as ZEIS se tornem um mero instrumento retórico ou apenas mais uma delimitação em um Plano Diretor sem funções efetivas, como a falta de gestão municipal comprometida com as políticas públicas habitacionais, a ausência de dados e estudos suficientes para entender as formas de apropriação e caracterização do território, que tem como consequência uma difícil leitura de como podem estar configuradas as ocupações informais no município, seja em loteamentos irregulares, favelas, edificações encortiçadas e dentre outras situações que cada município pode apresentar.

Uma lição importante que os outros municípios como Recife, Salvador, São Paulo e Taboão da Serra nos ajudam a apreender é que além das características territoriais do



município, há outros condicionantes para boa sistematização das tipologias, que pode estar na distinção de áreas de interesses público, privado ou ambos que pode se desdobrar também na questão da proximidade em relação ao centro urbano, ou distinção de áreas dotadas de infraestrutura e equipamentos públicos. Além disto, a articulação entre demais instrumentos do Estatuto da Cidade (2001) como Zonas de Operação Urbana (ZOU), Parcelamento, Uso e Edificação Compulsória do Solo (PEUC) em conjunto com Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo (IPTU Progressivo no Tempo) que podem não somente ajudar com a urbanização de assentamentos precários, mas também com a viabilização de empreendimentos em ZEIS de Vazio.

Por fim, os resultados e discussões obtidos por meio da pesquisa revelam a importância da caracterização e sistematização dos tipos de assentamentos precários que o município possa possuir, adotando diretrizes que englobem não somente os tradicionais (favela, loteamento irregular e áreas vazias) como têm sido realizados, mas que possam, por exemplo, englobar outros aspectos como: áreas ambientalmente frágeis (próximas a rios urbanos), sujeitas a alagamento (áreas de baixada), proximidade com o centro urbano devido à possibilidade da distinção de áreas para produção de HMP ou HIS, para que possa se firmar a finalidade do instrumento ZEIS. Desta forma, efetivando o reconhecimento do território municipal e, posteriormente, estimulando a produção de conteúdos de plano de urbanização condizentes com a realidade, que necessitam articular a recuperação e preservação dos recursos naturais com a discussão de novas finalidades para as áreas lindeiras aos cursos d'água (Áreas de Preservação Permanente) para que possam estimular a preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BELÉM. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. **Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências.** Belém, 30 de julho de 2008. Disponível em: <<http://ww3.belem.pa.gov.br/www/sem-categoria/plano-diretor-bairros-belem/>>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

BELÉM. Lei complementar nº 02, de 19 de julho de 1999. **Dispõe sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do Município de Belém e dá outras providências.** Belém, 19 de julho de 1999. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs_legislacao/lccu.pdf?id_lei=724>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

BELO HORIZONTE, 1996. Lei nº 7165. **Institui o plano diretor do município de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, 27 de agosto de 1996. Disponível



em:<<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-belo-horizonte-mg>>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

BELO HORIZONTE, 1996. Lei nº 7166. **Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município.** Belo Horizonte, 27 de agosto de 1996. Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-belo-horizonte-mg>>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.** Brasil, 10 de julho de 2001. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

DIADEMA, 2008. Lei complementar nº 273. **Dispõe sobre o plano diretor do município de diadema estabelecendo as diretrizes gerais da política municipal de desenvolvimento urbano, e dá outras providências.** Diadema, 2008. Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-diadema-sp>>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

DIAS, S. **Regularização fundiária em Zonas de Especial Interesse Social.** São Paulo: Revista Integração, v. 53, p. 143-149, 2008.

FERREIRA, J; MOREIRA, T. **Governança urbana no contexto das cidades subdesenvolvidas, 2000.** Disponível em:<http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/j_whitaker/govern.html>. Acesso em: 21 de jan. 2017.

FORTALEZA, 1996. Lei nº 7987. **Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no município de fortaleza, e adota outras providências.** Fortaleza, 23 de dezembro de 1996. Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-fortaleza-ce>>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

FORTALEZA, 2009. Lei complementar nº 62. **Institui o plano diretor participativo do município de Fortaleza e dá outras providências.** Fortaleza, 02 de fevereiro de 2009. Disponível em:<http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Plano_Diretor>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

IBGE. **Censo demográfico 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 10 de mai. 2012.



_____. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 10 de mai. 2012.

LEÃO, M. **Projeto Portal da Amazônia: contradições na Orla de Belém/PA** In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17, 2017. São Paulo. Anais...São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MAUTNER, Y. **A periferia como fronteira da expansão do capital**. In Deak, Csaba&Shiffer, Sueli (orgs) O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004. p. 247-259.

PIMENTEL, M. et al. **A Ocupação das Várzeas na Cidade de Belém: Causas e Consequências Socioambientais**. REVISTA GEONORTE, Edição Especial, V.2, N.4, p.34 – 45, 2012.

PONTE, J; BRANDÃO, A. **Urbanistic Subsidies for a Metropolitan Drainage Plan, Belem, Brazil**. Proceedings of The World Congress on Engineering 2014 , pp156-160.

RECIFE, 1996. Lei nº 16.176. **Estabelece a lei de uso e ocupação do solo da cidade do Recife**. Recife, 1996. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-recife-pe>>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

RECIFE, 2008. Lei nº 17.511. **Promove a revisão do plano diretor do município do Recife**. Recife, 2008. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-recife-pe>>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

RODRIGUES, R. et al. **Urbanização das baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15., 2013, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpur, 2013.

ROLNIK, R; SANTORO, P. **Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em Cidades Brasileiras: Trajetória Recente de Implementação de um Instrumento de Política Fundiária**. Working Paper. Lincoln Institute of Land Policy. Agosto, 2014. Disponível em: <https://www.lincolninst.edu/pubs/2444_Zonas-Especiais-de-InteresseSocial--ZEIS--em-Cidades-Brasileiras--Trajet%C3%B3ria-Recente-delImplementa%C3%A7%C3%A3o-de-um-Instrumento-de-Pol%C3%ADticaFundia%C3%A1ria>. Acesso em: 21 de jan. 2017.



SALVADOR, 2012. Lei nº 9148. **Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências.** Salvador, 2012. Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-salvador-ba>>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

SALVADOR, 2016. Lei nº 9069. **Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador - PDDU 2016 e dá outras providências.** Salvador, 2016. Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-salvador-ba>>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

SINGER, P. **O uso do solo urbano na economia capitalista.** In: MARICATO, E. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. P. 21-36.

TABOÃO DA SERRA, 2006. Lei complementar nº 132. **Dispõe sobre: "institui o plano diretor participativo e o sistema de planejamento integrado e gestão participativa do município de taboão da serra, nos termos dos artigos 182 e 183 da constituição federal, do capítulo iii da lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - estatuto da cidade - e da lei orgânica do município de taboão da serra".** Taboão da Serra, 26 de dezembro de 2006. Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-taboao-da-serra-sp>>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

**GT 02 – Movimentos Sociais e Lutas Sócio-Territórias: Olhares sobre a África e a América Latina****LUTAS SOCIAIS E A CIDADE: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA EM BELÉM/PA**

Eliza Maria de Almeida Vasconcelos (UFPA)¹
vasconcelos.ema@gmail.com

Taynah de Nazaré Argolo Marinho (UFPA)²
taynah.a.marinho@gmail.com

RESUMO

O Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) desenvolve práticas extensionistas que tem por objetivo contribuir com as dimensões investigativas e interventivas referentes à questão urbana e suas múltiplas expressões na realidade local e regional, bem como as redes de relações que se estabelecem junto às políticas públicas setoriais urbanas e controle social. Tais ações envolvem os agentes públicos, movimentos sociais, organizações não-governamentais, conselhos gestores, supervisores institucionais, alunos, docentes e técnicos da UFPA, dando centralidade à complexidade das contradições expressas na cidade capitalista, especialmente nas políticas setoriais de habitação de interesse social, saneamento ambiental, transporte/mobilidade urbana e de regularização fundiária e os processos políticos que resultaram na atual legislação urbanística e nas lutas sociais que culminaram nos marcos legais do direito à cidade. A partir das ações extensionistas busca-se resgatar junto à sociedade o seu papel político, através de assessoria aos movimentos sociais e sua mediação com os agentes públicos a fim de qualificar sua participação e aproximar das discussões de âmbito político, prevenir e combater a prática de cooptação, e letargia, decorrente da situação de vulnerabilidade, bem como conseguir disseminar uma cultura política mais ampliada à população e aos movimentos sociais na Região Metropolitana de Belém (RMB). Nesse sentido, o PARU tem exercido um trabalho reconhecido de extensão junto aos movimentos sociais e órgãos gestores das políticas urbanas, contribuindo desta forma com o planejamento urbano e regional através da conscientização crítica e política destes sujeitos no exercício da cidadania, no contexto do estado democrático.

Palavras-chave: Desenvolvimento Urbano, Políticas Públicas e Controle Social.

1. INTRODUÇÃO

A agudização da chamada “questão social” inerentes da realidade do capitalismo contemporâneo tem apresentado um complexo quadro de necessidades sociais, particularmente no que diz respeito à garantia do direito a cidade, na qual a extensão universitária tem um importante papel no desenvolvimento de práticas e atuação no sentido

¹Brasileira, Assistente Social, Doutora em Ciências Sociais, Professora Adjunta IV da Universidade Federal do Pará. Faculdade de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Coordenadora do Programa de Apoio a Reforma Urbana e Vice- Coordenadora do grupo de pesquisa no CNPq intitulado: Sociologia e Políticas Públicas.

²Brasileira, Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Faculdade de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, bolsista de extensão do Programa de Apoio a Reforma Urbana.



de por em debate as diversas questões colocadas pela problemática urbana. Esta problemática tem possibilitado uma intervenção da dimensão extensionista e sua articulação com ensino e pesquisa. As experiências aqui apresentadas são resultados de um rico trabalho desenvolvido pela Universidade Federal do Pará (UFPA) através do Programa de Apoio a Reforma Urbana (PARU), criado em 1981 e que apresenta na sua concepção os princípios preconizados pela Resolução N.º 3.298, de 7 de março de 2005 que dispõe sobre as atividades de extensão da UFPA, bem como as demais orientações para a efetivação da atividade de extensão que tem sua expressão na intersetorialidade, interdisciplinaridade e interinstitucionalidade, características indispensáveis em intervenções da realidade local e regional o que possibilita a rica experiência de integração dos institutos da UFPA e da sua consequente relação com a sociedade, colocando como premissa a formação acadêmica e a produção do conhecimento. Através de ações que são potencializadas a partir de processos de formação, capacitação e qualificação docente, discente e sua extensão a agentes públicos e sociais, tendo como princípio a participação democrática da gestão comunitária nos processos decisórios de políticas públicas e controle social.

Baseado nestes princípios o PARU vem desenvolvendo nestas últimas décadas experiências inovadoras na dimensão da extensão universitária e sua consequente articulação com o ensino e pesquisa, possibilitando acumulação e produção de conhecimento e experiências no processo de capacitação de agentes públicos e sociais com ênfase nas áreas de desenvolvimento urbano e regional no que tange aos aspectos de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas de habitação, regularização fundiária, transporte e mobilidade, observando os aspectos da sua intersetorialidade, a necessidade de integração e o pertinente diálogo com movimentos sociais urbanos ligados às lutas pela reforma urbana, sujeito que reivindica a centralidade na efetivação das políticas sociais urbanas. Conforme já mencionado, atua também nos processos de capacitação destes sujeitos públicos e sociais na elaboração e execução de trabalhos técnico-sociais, com o uso de metodologias adequadas à intervenção urbanística e habitacional e nos processos de educação comunitária e ambiental. Tais premissas vem somar esforços na direção da implementação de políticas públicas locais e o fortalecimento da extensão universitária como dimensão necessária na relação universidade X sociedade. A possibilidade de inserção nestas experiências tem contribuído sobremaneira para a formação profissional dos alunos envolvidos no PARU através do ensino, pesquisa e extensão culminando com a produção de conhecimento através trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's), Monografias, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado e demais publicações nas referidas áreas específicas de conhecimento. Além da participação no planejamento das políticas urbanas, dado o envolvimento e participação dos gestores públicos tanto em nível municipal, como



estadual e na esfera central para execução de tais políticas e que envolvem os conselhos gestores, movimentos sociais, ONGs, e demais atores envolvidos, nas redes locais de desenvolvimento local e regional.

Conforme Santana e Sá (2011), o PARU completa trinta anos de luta em busca de garantia dos direitos sociais em Belém e região metropolitana, desenvolvendo na academia a discussão/debate sobre a cidade na ótica capitalista, e das políticas públicas estabelecidas na cidade, direito à cidade, da questão urbana e fundiária, grandes projetos urbanos, bem como as formas de resistência e organização popular. Para isso, suas ações são estabelecidas a partir dos eixos ensino, pesquisa e extensão que ocorrem de forma simultânea e articulada.

O objetivo do programa é contribuir para apreensão da temática referente à questão urbana e à Reforma Urbana por lideranças dos movimentos sociais, discentes, docentes e técnicos, dando centralidade à complexidade das contradições expressas na cidade capitalista, especialmente as políticas de habitação, do saneamento, do transporte/mobilidade e de regularização fundiária e os processos políticos que resultaram na atual legislação urbanística e nas lutas sociais pelo direito à cidade.

O PARU tem se tornado uma referência com relação à abordagem das políticas urbanas e da Reforma Urbana, dentro e fora dos muros da universidade, junto aos órgãos públicos e também com entidades organizadas da sociedade civil, potencializando a discussão do direito à cidade. O Programa tem se articulado junto aos movimentos sociais de Belém com o intuito de capacitá-los para a luta ao direito à cidade e a construção da cidade justa e igual para todos.

Desse modo, a Universidade voltada para a capacitação crítica dos discentes e estagiários do programa deve ultrapassar a preocupação de responder às demandas do mercado de trabalho e criar novas demandas, o que se constitui em um grande desafio. Nesse sentido, a extensão assim como a pesquisa, são essenciais para aprofundar o conhecimento e permitirem a socialização do saber científico aos movimentos populares urbanos.

1.1 Reflexão acerca das lutas sociais urbanas

A experiência acumulada ao longo destas décadas de lutas pela reforma urbana em nível nacional e local tem demonstrado que se por um lado, a questão urbana tem se ampliado, conforme estudos realizados, principalmente nas últimas décadas e ao mesmo tempo poucas intervenções por parte do poder público, fato que vem agravando a problemática urbana de Belém. Por outro lado, o agravamento destas questões tem



fortalecido as organizações populares que florescem de um projeto comum de determinado grupo ou classe social, a partir das experiências do terreno objetivo, que as levam a formação de representações coletivas, constituindo num primeiro momento em força social que lutam por aquisição de serviços e bens instrumentais imediatos, e mais tarde transformam-se em movimento unificado na luta pela reforma urbana cuja consciência sócio-política conduz na defesa da regulamentação mediata de direitos à cidade. Portanto, é pelo acirramento das desigualdades produzidas pelo processo de urbanização que tem sido articulado a luta por cidadania, por melhores condições de vida, pelo bem estar coletivo das classes populares da RMB.

Vale ressaltar que essas premissas apresentam no seu interior um nível de complexidade e tensão entre os sujeitos envolvidos, conflitos de interesses que confrontam contraditoriamente equidade e acumulação presentes na relação de forças estabelecidas na implementação das políticas públicas. Portanto, nesta arena de lutas sociais, colocam se interesses antagônicos, o que torna a relação tensa, pois são colocadas em limite, disputas principalmente pela questão da moradia e saneamento ambiental ser uma questão de direito humano ou uma mercadoria.

Entretanto, entende-se que o ideal das políticas públicas seria a equidade principalmente nos direitos civis e sociais, o que significa em outras palavras reduzir ou extinguir desequilíbrios de desigualdadessocioeconômicas e promover a justiça social. A preconização do ideal de justiça e igualdade entre os homens está presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a qual o Brasil é signatário, e é também o ideal que inspira a clássica tipologia de direitos de cidadania analisada por T. H. Marshall (1967) que reporta ao conceito de Cidadania que engloba os civis, políticos e sociais³, para o autor:

A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado Tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos (MARSHALL, 1967, p.84).

³Para T. H. Marshall (1967) o conceito de cidadania engloba o que ele chama de “três partes, ou elementos, civil, político e social”. “Assim, os direitos civis correspondem aos direitos à liberdade individual, liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento em fé, direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça (identifica os tribunais de justiça como as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis)”. O segundo elemento se refere aos “direitos políticos que pressupõe em direito de participar no exercício do poder político como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo (as instituições correspondentes são o parlamento e os conselhos do governo local).” E por terceiro sinaliza o direito social “que vai de tudo que se refere desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico até a segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (o sistema educacional e os serviços sociais são as instituições que mais representam esses direitos)”.



Os direitos da Cidadania são possíveis de garantia pelo Estado Democrático de Direito através de políticas públicas principalmente as de cunho social, como é o caso do conjunto das políticas urbanas alvo de reivindicação pelo movimento social urbano, que preconiza o direito às cidades mais justas em condições de equidade. Neste sentido, se faz necessário entender as formas de articulação dos diferentes programas governamentais, na tensão entre os que são destinados a maximizar a equidade com as demais políticas governamentais que tem por objetivo maximizar a acumulação.

Na implementação das políticas sociais o Estado funciona com um arbitro nas relações de força estabelecida na reprodução do capital e do trabalho. É como analisa MARSHALL, T. H. (1967):

A obrigação do Estado é para com a sociedade como um todo, cujo recurso no caso do não cumprimento por parte do estado de suas obrigações reside no parlamento ou conselhos locais, e não para com os cidadãos individuais cujo recurso reside num tribunal quase judicial (MARSHALL, 1967, p.97)

Tais experiências têm colocado grandes desafios na trama das políticas públicas locais e regionais, onde os sujeitos envolvidos recorrem a extensão universitária em busca de assessoramento e capacitação para o enfrentamento das questões problemas presentes no processo de planejamento e execução das políticas referentes à questão urbana.

Neste contexto o PARU vem desenvolvendo um significativo trabalho no âmbito da extensão universitária, principalmente no que se refere à prática de assessoria aos movimentos sociais populares que defendem o direito à cidade, tendo como principal premissa o fortalecimento da sua organização em defesa das suas reivindicações e interlocução com o Estado.

Ao analisar essa questão LAVINAS, (2003. p.02) nos remete a seguinte reflexão: a pobreza é urbana “porque cada vez mais as formas de regulação de pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção de cidadania urbana”. O terreno do urbano, as cidades, as zonas metropolitanas são o locus privilegiado onde se estabelece o conjunto de relações sociais e a luta pela cidadania a partir das complexas interações e determinações entre a sociedade civil, estado e mercado.

É urgente a reversão das péssimas condições de moradia, os riscos ambientais, a vulnerabilidade social são elementos perversos presente no cotidiano das cidades, onde a moradia exerce um papel central para reversão da pobreza aos quais indivíduos estão submetidos.

1.2 A experiência de extensão universitária através do PARU



O PARU inserir-se no processo de produção e reprodução do espaço urbano numa perspectiva de avanço ao desenvolvimento urbano e regional da Região Metropolitana de Belém (RMB) através da formação profissional, da produção de conhecimento e da formação mais ampla que engloba os agentes envolvidos no planejamento e implementação das políticas urbanas através da articulação indissociável dos eixos fundamentais de ensino, pesquisa e extensão.

Isso é possível através da produção e socialização do conhecimento comprometido com o desenvolvimento urbano ancorado no princípio da democracia participativa e cidadã buscando articular mecanismo para dar conta do desafio de ampliar sua interação com a sociedade e fortalecendo os processos de reforma urbana.

Vasconcelos (1998), afirma que dentre os diversos objetivos da extensão universitária, destacam-se dois que são emblemáticos ao ressaltar o compromisso social da Universidade: primeiro, reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade; e, segundo, criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas.

Nesta perspectiva, o incentivo a programas e projetos de extensão é fundamental para troca de saberes acadêmicos e populares, tanto em relação ao desenvolvimento da formação crítica aos docente e discente quanto ao fortalecimento de políticas públicas e do controle social, que são elementos centrais na construção da cidadania. Para tanto, se faz mister o fortalecimento da relação universidade e sociedade.

A questão urbana tem sua materialidade na realidade local e regional que tem sua expressão no conjunto das diversas políticas setoriais urbanas: Habitação, Regularização Fundiária, Saneamento Ambiental, Mobilidade Urbana e demais políticas intersetoriais no âmbito do desenvolvimento urbano e regional.

A questão urbana na RMB se revela através de uma problemática que implicam em índices elevados de déficit habitacional que se expressam na exclusão da população pobre no acesso à moradia, altos índices de insalubridade, acúmulo de dejetos sólidos, alagamentos que somam um conjunto de problemas vivenciados por seus municípios, tais condições desumanas de vida tem sido o grande desafio a ser enfrentado pelo poder público local e regional requerendo por parte do Estado ações efetivas para a situação atual do déficit habitacional, sendo que as possibilidades de acesso através do mercado não se apresentam como alternativas de reversão do quadro de precariedade habitacional e



infraestrutural (saneamento, transporte coletivo, equipamentos comunitários, acessibilidade etc), presente nos município componente da RMB.

É visível a precarização das condições de moradias na RMB, pois estas áreas são marcadas por um desenho urbano de formação de inúmeras “áreas ilegais”, manifestadas em ocupações de terras urbanas em assentamentos subnormais, comumente em moradia assentadas em áreas alagadas formando as palafitas - como é o caso da cidade de Belém e demais municípios da RMB, expressando a segregação social e espacial que, por sua vez, expressa a baixa qualidade das condições de moradia e, portanto, de reprodução social de forma desumanizada. A formação deste quadro de degradação é constatado no diagnóstico habitacional de Belém (2010) onde lê-se:

Assim, ocuparam áreas públicas e privadas; construíram casas de madeira, taipa e alvenaria, aterraram ruas com caroços de açaí e serragem; construíram passarelas de estivas; usaram a água dos igarapés; instalaram ligações clandestinas de rede de abastecimento existente; organizaram-se em movimentos sociais urbanos e construíram estratégias de luta por moradia digna(BELÉM, 2010, p. 05).

A RMB ainda conta, lamentavelmente, com problemas na área de habitação social, reconhecidamente alarmantes. Sabe-se que o déficit habitacional apontada pela Fundação João Pinheiro (2007) somam 111.313 domicílios na RMB. Deste montante, 73.977 estão no déficit do Município de Belém. Conforme Belém (2010, p. 12) “existem 449 assentos precários localizados em 48 bairros dos 73 existentes no município, inclusive as ilhas de Mosqueiro e Outeiro”. Conforme os dados do censo de 2010 do IBGE a RMB possui uma população de 2.101.883 dos quais 1.393.399 residem em Belém em função do seu maior dinamismo sócio econômico em relação aos demais municípios da região.

Conforme Vasconcelos (2000) o espaço urbano da RMB vem sendo profundamente alterado pelo processo de ocupação massiva, que a partir da década de 60 começa sua fase de metropolização, gerando a expansão de Belém às vilas, povoados e municípios próximos como: Icoaraci (vila), Outeiro (ilha de Caratateua), Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara e mais recentemente Santa Izabel do Pará e Castanhal. Neste período começa uma intensa ocupação nos vetores de expansão, desprovidos de infraestrutura urbana, equipamentos de uso coletivo, mobilidade, acessibilidade e serviços. Instalaram-se nestas áreas os chamados assentamentos precários com grande contingente de famílias vivendo em condições insalubres e moradias precárias. O ritmo de ocupação destas áreas coloca para Belém e demais municípios componentes da RMB novos desafios, pois as decisões políticas não se limitam ao Município de Belém em si mesmo, mas envolve os demais municípios circunvizinhos, inclusive regulando determinadas formas de bens e serviços de interesse coletivo



Sabe-se que uma parcela significativa da população tem sido sistematicamente excluída da possibilidade de acesso à moradia e o alto comprometimento da renda com o item habitação, seja na forma de aluguel ou na forma de prestações dentro do Sistema Financeiro de Habitação, constitui um agravante e afeta de forma negativa a qualidade de vida do trabalhador, sobretudo o de renda mais baixa, pois compromete outras despesas correntes como alimentação, vestuário, saúde, educação e transporte.

No conjunto das políticas urbanas, a questão da habitação à população de baixa renda é central, constituindo elemento de lutas, reivindicações e ao mesmo tempo objeto de estudo e pesquisas da realidade habitacional no contexto urbano brasileiro. A pesquisa de Fernandes (2005) demonstra que a realidade habitacional no Brasil, é permeada de contradições e interesses divergentes, que se reflete na produção do espaço urbano. De modo que:

[...] o acesso da população à habitação e à cidade tem sido historicamente submetido aos interesses capitalistas [...]. Em decorrência, as contradições inerentes a este modo de produção, bem como as desigualdades que o caracterizam expressam-se na produção do espaço urbano e geram disputas por sua ocupação e uso. Na mediação dos interesses divergentes aí impressos, o poder público exerce papel relevante, interferindo ativamente na produção da cidade, inclusive por dispositivos legais referentes ao acesso, ao uso e à comercialização da habitação e da terra (FERNANDES, 2005, p. 218-219).

O Estado, através das suas instituições, tem um papel fundamental no processo de planejamento e implementação de políticas urbanas, mas também a sociedade civil constitui-se em elemento fundamental nas relações de forças estabelecida no âmbito das lutas urbanas. Neste sentido, o papel da assessoria exercido pelo PARU é essencial na medida em que orienta e aponta caminhos possíveis rumo às possibilidades que muitas vezes os sujeitos coletivos desconhecem, até mesmo por não possuírem conhecimentos sobre questões como direitos e cidadania.

Dessa forma, as atividades de assessoria e capacitação desenvolvidas pelo programa tais como reuniões de planejamento, cursos, oficinas e seminários têm por pressupostos propiciar a formação sociopolítica das lideranças dos movimentos sociais referendando a questão urbana, subsidiando este que possibilita a articulação de suas demandas frente aos órgãos de defesa de direito, bem como o fomento da participação popular e do exercício da cidadania.

Entre as atividades realizadas pelo PARU destaca-se os seminários itinerantes em três bacias à saber: Una, Estrada Nova e Tucunduba, cujo objetivo consistiu em compartilhar os conhecimentos científicos sobre os grandes projetos urbanos e suas contradições em Belém. Como resultado, os moradores politizados tiveram a iniciativa de



criar uma organização popular intitulada Frente das Bacias de Belém (FBB), com objetivo de articular as lutas por melhorias das condições de moradia nas áreas que sofrem grandes impactos nas intervenções urbanas, além do diálogo e apoio aos movimentos das bacias contituídos em cada área específica.

Este foi um passo importante dado pelos moradores no que diz respeito ao enfrentamento das adversidades e letargia do poder público para obtenção de respostas e resolução dos problemas urbanos, sobretudo as questões de teferentes à moradia. A partir de então, a FBB com o apoio do PARU passou a se reunir no sentido de convocar outros moradores para participar e discutir sobre seus direitos e estabelecer estratégias de reivindicação coletiva.

O PARU também vem assessorando a Frente dos Moradores Prejudicados da Avenida Perimetral (FMPAP), desde 2015, que sofrem com a violação de seus direitos a partir da intervenção urbana de duplicação da avenida perimetral sob responsabilidade do Governo do Estado por meio da Secretária de Desenvolvimento e Obras Públicas (SEDOP). Com o assessoramento e acompanhamento do PARU, novos espaços de diálogos vêm sendo construídos junto à SEDOP para que os danos nas moradias afetadas com as obras de duplicação da via possam ser devidamente reparados. Além de assossorar a Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una – FMPBUque atualmente vem sofrendo com os constantes alagamentos e inundações em diversas áreas da Bacia, seja por transbordamento de canais com a capacidade de vazão reduzida por assoreamento, seja por deficiências infraestruturais em função de obras que ficaram pendentes ou inacabadas pelo poder público.

As ações de assessoramento prestado pelo programa constituem-se como elemento chave para fortalecer e aglutinar forças na luta pelo Direito à Cidade, tendo em vista que os assessorados, a partir de então, apresentam uma organização política qualificada no enfrentamento às adversidades vivenciadas no cotidiano da cidade. Assim, o papel da assessoria tem se constituído como suporte imprescindível nos processos de organização popular dos movimentos sociais urbanos da RMB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória de luta pela conquista do direito à cidade percebe-se que muito se tem avançado do ponto de vista do marco legal em nível de direitos legais, entretanto, pouca ação do governo em todos os níveis da esfera pública no sentido de superar o alto déficit habitacional, o saneamento ambiental e demais problemas fundiários e de mobilidade urbana vivenciados na RMB.



A constituição federal de 1988 transfere para a esfera dos municípios a responsabilidade pela gestão e implementação de políticas públicas, entretanto, a descentralização política administrativa é contraditoriamente marcada pela centralização político-financeiro. Tal diretriz reforça as diferenças regionais e acaba por comprometer a autonomia dos municípios que tem que se ajustarem as diretrizes e normas impostas pela união como condicionante a captação dos recursos públicos.

A participação da sociedade organizada na formulação dos planos locais, programas e projetos sociais de habitação de interesse social e demais políticas urbanas ainda constitui-se um grande desafio para a gestão pública, que ainda não rompeu com os paradigmas de planejamento coercitivo que pouco incorpora os interesses coletivos da população alvo em processos de remanejamento e reassentamento, bem como sua articulação com programas de regularização fundiária e demais políticas urbanas que qualifiquem os espaços de moradia.

Para concluir em linhas gerais pode-se dizer que:

- ✓ Anão ação ou omissão do poder público em implementar políticas públicas de desenvolvimento urbano tem agravado a “questão da moradia” aumentando cada vez mais as desigualdades sócio espaciais e o crescimento desordenado das periferias metropolitanas;
- ✓ O déficit habitacional tem aumentado, criando-se novas formas de ocupação do espaço urbano com a forte presença de assentamentos precários, assim como ocupações em áreas de preservação e risco ambiental;
- ✓ Os avanços conquistados em nível de marcos legais, não é suficiente para garantir o direito á cidade, ou seja, a lei não significou a viabilização de projetos rigorosos e coerentes para garantir um acesso mais democrático à cidade para as camadas populares.

O PARU vem acumulando experiências ao longo destas décadas o que tem dado destaque e visibilidade ao programa tanto no âmbito interno da universidade como no olhar externo. A sua forma de intervenção através de uma prática interdisciplinar na realidade local e regional tem possibilitado a rica experiência de integração dos setores da UFPA, bem como sua relação com a sociedade. Esta articulação tem de fato proporcionado experiências inovadoras na dimensão do ensino, pesquisa e extensão que vem acumulando experiências no processo de capacitação de agentes públicos e sociais com ênfase nas áreas de desenvolvimento do planejamento, monitoramento e avaliação de políticas de habitação, regularização fundiária, unificação dos movimentos sociais urbanos, na execução de trabalhos técnico-sociais em projetos de intervenção urbanística e habitacional e nos processos de educação comunitária e ambiental.



A possibilidade de inserção nestas experiências tem contribuído para a formação profissional através do ensino, pesquisa e extensão culminando com a produção de conhecimento através dos trabalhos acadêmicos e publicações nas referidas áreas específicas de conhecimento. Destaca-se também neste processo a parceria com o setor público e organizações não governamentais que possibilitam participação nos processo de planejamento das políticas públicas setoriais e o fortalecimento do controle social na execução de tais políticas que envolvem os atores sociais e sua representação nos conselhos e outras formas de participação, como a experiências da FBB que em parceria com o PARU tem fortalecido a luta organizada pelo direito à cidade.

Ainda com todos os limites impostos a sua execução, principalmente no que diz respeito aos recursos financeiros para realizar seus objetivos, o PARU tem empreendido esforços e usado da sua criatividade para estabelecer parcerias, formar, treinar, capacitar agentes públicos, sociais e acadêmicos envolvidos no programa.

Em um balanço mais geral, o PARU durante três décadas vem desenvolvendo atividades de extensão que tem potencializado e contribuído com o planejamento de políticas públicas locais e regionais no monitoramento de suas ações que podem ser medidas pelas suas produções e acervos, bem como na conquista de avanços na execução de políticas públicas e controle social.

Portanto, embora o PARU não disponibilize de recursos financeiros, contando apenas com o financiamento dos bolsistas, pode-se auferir um significativo avanço em nível de relações investigativas e interventivas junto aos órgãos públicos e comunidades locais no debate em torno das demandas sociais e o uso de metodologias participativas na elaboração do planejamento e implementação de políticas públicas;

REFERÊNCIAS

BELÉM. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Diagnóstico Habitacional de Belém**. SEHAB/IAGUA, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF :Senado Federal, 292 p.

FERNANDES, Lenise Lima. **Trabalho Social e Habitação para população de baixa renda: desafios a uma ação profissional democrática no início do século XXI**. In: POLÍTICA DE HABITAÇÃO POPULAR E TRABALHO SOCIAL. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Centro de Estatística e Informações. Acessível em Cf. <<http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/70-deficit-habitacional-no-brasil>> acesso em 10/12/2010.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo 2010**.Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br> Acesso em 20/junho/2013.

LAVINAS, Lena. **Pobreza, Desigualdade e Exclusão**: contextos atuais. 75,p., 2003.Mimeo. Disponível em :www.prefeitura.sp.gov.br.

MARSHALL, T. H. (1967). **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar.

SANTOS, Regina Bega. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: Edunesp, 1988.

SANTANA, Joana Valente; Maria Elvira Rocha de Sá. (Org.). **Políticas Públicas e Lutas Sociais na Amazônia**: enfoque sobre Planejamento, Gestão e Territorialidade.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução N.º 3.298, de 7 de março de 2005** que dispõe sobre as Atividades de Extensão na Universidade Federal do Pará.

VASCONCELOS, A. M. **Relação teoria/prática**: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 56, p. 114-134, mar. 1998.

VASCONCELOS,Eliza Maria Almeida. **Gestão e Participação: uma Análise da Política de Transporte do Município de Belém**. Belém, 2000. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Serviço Social – Universidade Federal do Pará, 2000.

_____. Eliza Maria Almeida (Org). et al. **Políticas Públicas e Lutas Sociais na Amazônia**: projeto técnico social. Belém: ICSA/UFPA, 2013.



GT 02 B- Movimentos Sociais e lutas sócio-territoriais: Olhares sobre a África e a América Latina

OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS SOB O OLHAR CRÍTICO DO DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO

Caroline Figueiredo Lima (OAB/PA)¹
carolinelimaa@live.com

RESUMO

O desenvolvimento que acompanha a identidade étnica tem como fundamento a plena efetivação dos Direitos sociais, econômicos e culturais. Desta forma, os povos indígenas enquanto grupo vulnerável necessitam devida observância aos seus valores e costumes ancestrais. Assim, será estudado de que forma o Direito Internacional Público e os sistemas internacionais de proteção tem se posicionado sobre o tema.

Palavras-chave: Identidade étnica; povos indígenas; grupo vulnerável; Direitos econômicos, sociais e culturais.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento progressivo está expressamente disposto no art. 26 da CADH, inserido no capítulo de Direitos sociais, econômicos e culturais. A partir da ratificação do Pacto de San José, os Estados se comprometem a promover o desenvolvimento com a observância a "normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura".

Contudo, o presente artigo é alvo de amplo debate não só na Corte IDH, mas entre a doutrina internacional, quando estudado em consonância aos direitos dos povos indígenas. As peculiaridades deste grupo vulnerável étnica e juridicamente, são fatores de extrema relevância para a promoção de um desenvolvimento saudável que esteja compatível com as normas internacionais de proteção aos seres humanos.

Assim, é necessário que, a partir deste momento, seja feita uma conceituação dos povos indígenas, perpassando pelos elementos antropológicos e internacionais que os caracterizam. Após, será analisada a aplicação fática dos elementos constituintes e do desenvolvimento humano sob a ótica do Direito Internacional Público.

¹ Advogada, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PA e membro do grupo de pesquisa em Direito Internacional dos Direitos Humanos. Atua como Advogada Voluntária na Defensoria Pública da União- DPU. Integra atualmente os grupos de trabalho referentes à Educação e Povos Indígenas da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais/UFPA e do Grupo de pesquisa "Derechos Humanos. Una plataforma necesaria"- Universidad de Buenos Aires. Membro do Grupo de pesquisa de Direito Internacional dos Direitos Humanos- GPDIDH/LAJUPA.



2 POVOS INDÍGENAS E SUA CONCEITUAÇÃO NO PLANO INTERNACIONAL

O ponto primordial para a definição dos povos indígenas, implica na observância do que de fato corresponde à identidade étnica de um determinado povo. A origem etimológica da palavra "Étnica", deriva do termo *Ethikas*, que significa "nação". Além disso, *Ethos* em grego representa costume, trato.

A palavra "identidade" possui origem latina— *identitas*, e indica uma relação de similitude, estar equiparado enquanto pertencente a um determinado grupo. Ao combinar, portanto, as definições de identidade étnica, temos que esta denota em um ajuntamento de indivíduos com as mesmas características culturais e costumeiras.

De acordo com o relatório final de Martinez Cobo, feito ao Conselho econômico e social (1983, §§369, 370, 375 e 381), é possível fixar dois grandes aspectos gerais para a definição de um indivíduo como indígena. Este relatório teve grande importância na época, por tratar com amplitude e riqueza de detalhes os direitos dos povos indígenas, assim como os meios de proteção inerentes a estes.

O primeiro elemento é a "autoidentificação", que em documentos internacionais mais recentes é tratada como "autodeterminação" de um povo como indígena, tribal, ribeirinho, etc. Este encontra respaldo em diversas declarações e convenções. No art. 1º, §2º da Convenção n. 169 da OIT afirma que a autoidentificação é fundamental e neste sentido, a declaração da ONU sobre povos indígenas, art. 3º acrescenta que "Em virtude desse direito, determinam livremente a sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural".

O segundo elemento apresentado por COBO (1983, §§369, 370, 375 e 381), é denominado como o critério da "heteroidentificação". Esta é concretizada com a capacidade que os povos têm de se diferenciarem dos demais grupos da sociedade. Assim, algumas minorias étnicas apresentam aspectos peculiares no tocante à prática religiosa, manutenção da cultura, etc.

A Convenção de sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) prevê dois princípios que refletem a questão do desenvolvimento e o respeito às diferentes etnias e costumes tradicionais. São eles: Princípio da complementaridade dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento e Princípio do desenvolvimento sustentável.

Nos termos da presente convenção:

5. Princípio da complementaridade dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento- Sendo a cultura um dos motores fundamentais do desenvolvimento, os aspectos culturais deste são tão importantes quanto os seus aspectos econômicos, e os indivíduos e povos têm o direito fundamental de dele participarem e se beneficiarem.



6. Princípio do desenvolvimento sustentável- A diversidade cultural constitui grande riqueza para os indivíduos e as sociedades. A proteção, promoção e manutenção da diversidade cultural é condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício das gerações atuais e futuras.

Os princípios confirmam a fundamentação construída pela Corte IDH, de que não é possível dissociar o desenvolvimento da relevância e proteção dos DESC's. Desde modo, a UNESCO afirmou no presente documento que estes representam uma condição essencial para a plena concretização do incremento econômico de um determinado Estado.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem adotado um posicionamento de proteção especial dos povos indígenas e tribais. Estes povos caracterizam-se em sua essência, por conviverem em grupos, habitarem ancestralmente suas terras e apresentarem uma cosmovisão de mundo.

Dentre estas medidas, é possível destacar o acompanhamento de aspectos socioeconômicos que somem ao desenvolvimento humano, com o devido respeito à cultura e livre expressão de sua espiritualidade (práticas religiosas).

É vedado aos Estados, agir de maneira tal que, através de determinado programa governamental, seja exterminada a cultura indígena ou diminuída de certa forma a sua historicidade. Neste sentido, o desenvolvimento necessita observar impactos ambientais e socioeconômicos de um determinado território.

3 DESENVOLVIMENTO INDÍGENA E SUAS PECULIARIDADES

O conceito de desenvolvimento distingue-se por ideologias diversas. Dentre elas, cabe destacar principalmente os modelos de desenvolvimento puramente econômico, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano.

Com relação ao desenvolvimento sustentável, a Observação Geral nº 20 (2009) do ECOSOC, afirma que:

A discriminação impede a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais para uma proporção significativa da população mundial. O crescimento econômico não levou-se ao desenvolvimento e indivíduos e grupos de indivíduos sustentável continuam a enfrentar desigualdades sócio - econômica, muitas vezes devido às formas históricas e contemporâneas enraizados de discriminação (tradução livre)².

A Convenção de Diversidade Biológica elaborou os princípios Addis Abeba (2004), com o foco na sustentabilidade do meio ambiente como um todo. Em seu §2º, a convenção

² Texto original: "La discriminación dificulta el ejercicio de los derechos económicos, sociales y culturales de una parte considerable de la población mundial. El crecimiento económico no ha conducido por sí mismo a un desarrollo sostenible y hay personas y grupos de personas que siguen enfrentando desigualdades socioeconómicas, a menudo como consecuencia de arraigados patrones históricos y de formas contemporáneas de discriminación".



deixa claro que o desenvolvimento sustentável é uma ferramenta eficaz para o combate a pobreza, assim como conservação e restauração dos DESC's.

Com base nos estudos que serão feitos *à posteriori*, será possível constatar que o desenvolvimento progressivo disposto no art. 26 da CADH refere-se ao desenvolvimento humano com aspectos econômicos, que refletem o respeito às minorias étnicas e o seu concomitante acesso à educação, saúde, geração de empregos, etc.

Desta forma, é possível observar que o modelo de desenvolvimento utilizado pela Corte IDH é amplo e adota diversas características de outros modelos. Ao considerarmos que existem várias minorias étnicas, diversas em contextos culturais e históricos, o desenvolvimento progressivo precisa observar atentamente cada ponto destes grupos e resguardar a proteção inerente ao ser humano.

Nos termos do art. 26 da Convenção Americana de Direitos Humanos:

Capítulo III - DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Artigo 26 - Desenvolvimento progressivo.

Os Estados-partes comprometem-se a adotar as providências, tanto no âmbito interno, como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados.

A questão da progressividade do desenvolvimento está prevista na Declaração do Direito ao Desenvolvimento (1986). No art. 10 do referido documento, a ONU aponta que os Estados devem adotar medidas legislativas, políticas e de cooperação internacional para a "(...) melhoria progressiva do direito ao desenvolvimento³ (tradução livre)".

A forma peculiar do desenvolvimento indígena deve respeitar, sobremaneira, a identidade cultural destes povos. Este aspecto de suma importância representa um dos elementos diferenciadores das comunidades étnicas, e reduzi-lo pode ter como consequência a prática de etnocídio ou, em alguns casos, genocídio.

O art. 2º da Convenção 107 da OIT (1957) trata sobre a integração progressiva das comunidades indígenas. Nos termos do documento:

Artigo 2º- 1. Competirá principalmente aos governos pôr em prática programas coordenados e sistemáticos com vistas à proteção das populações interessadas e sua integração progressiva na vida dos respectivos países. 2. Tais programas compreenderão medidas para: a) permitir que as referidas populações se beneficiem, em condições de igualdade, dos direitos e possibilidades que a legislação nacional assegura aos demais elementos da população; b) promover o desenvolvimento social, econômico e cultural das referidas populações, assim como a melhoria de seu padrão de vida; c) criar possibilidades de integração nacional, com

³Texto original: "(...) progressive enhancement of the right to development".



exclusão de toda medida destinada à assimilação artificial dessas populações. 3. Esses programas terão essencialmente por objetivos o desenvolvimento da dignidade, da utilidade social e da iniciativa do indivíduo. 4. Será excluída a força ou a coerção com o objetivo de integrar as populações interessadas na comunidade nacional.

De acordo com o supracitado, diante da falta de uma conceituação específica da CADH com relação ao conceito de desenvolvimento progressivo, temos que com base na Convenção 107 da OIT a integração progressiva das comunidades deve ocorrer sem o uso de força e com o devido respeito à igualdade. Além disso, o desenvolvimento deve sempre visar a melhoria do padrão de vida.

O etnocídio consiste na extinção da cultura ou práticas tradicionais de um determinado grupo com traços étnicos peculiares. Em outras palavras, no contexto da colonização da América latina, Waldir Rampinelli (2014, p. 105) afirma que este processo "(...) impôs a decadência de idiomas, preconceito contra a tradição e a negação da história".

O principal documento que aborda a questão do etnocídio é a Declaração de São José sobre etnodesenvolvimento⁴ e etnocídio na América latina (1981). De acordo com esta declaração:

Etnocídio significa que a um grupo étnico, individual ou coletivamente é negado o direito de desfrutar, desenvolver e transmitir a sua própria cultura e sua própria língua. Isto implica uma forma extrema de violação maciça dos direitos humanos, em particular o direito de grupos étnicos ao respeito pela sua identidade cultural (...). Afirmamos que o etnodesenvolvimento é um direito inalienável aos grupos indígenas (tradução livre)⁵.

O genocídio representa em linhas gerais, a prática de extermínio sobre determinados grupos, como por exemplo, os crimes julgados no Tribunal de Nuremberg pós 2ª Guerra Mundial, em que os atos foram realizados com a intenção de aniquilamento da raça judaica. Os principais documentos que garantem a punição pelo crime de genocídio são: a Convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio (1948)⁶, Convenção

⁴ É importante ressaltar que a antropologia ao mencionar a questão do desenvolvimento dos povos indígenas, opta por utilizar a expressão "etnodesenvolvimento". Contudo, para os fins deste trabalho, a designação feita é a de desenvolvimento, tendo em vista os precedentes da Corte IDH e os objetivos do presente estudo.

⁵ Texto original: "El etnocidio significa que a un grupo étnico, colectiva o indioindividualmente, se le niega su derecho de disfrutar, desarrollar y transmitir su propia cultura y su propia lengua. Esto implica una forma extrema de violación masiva de los derechos humanos, particularmente del derecho de los grupos étnicos al respeto de su identidad cultural (...). Afirmamos que el etnodesarrollo es un derecho inalienable de los grupos indios".

⁶ Art.2º: Na presente Convenção, entende-se por genocídio os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) Assassinato de membros do grupo; b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo.



sobre a imprescritibilidade de crimes de guerra e crimes contra a humanidade (1968)⁷ e o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998).

De acordo com o art. 6º do Estatuto será caracterizado o crime de genocídio a realização de atos com a "(...) intenção de destruir total ou parcialmente um grupo nacional, étnico, racial ou religioso". Além disso, o documento acrescenta a questão da lesão física e mental a um determinado grupo de pessoas.

A precisão em adequar o desenvolvimento às peculiaridades dos povos indígenas se faz presente quando observamos a necessidade do mercado de produzir riquezas e tornar-se cada vez mais competitivo. Neste sentido, a antropóloga RAMOS afirma que:

Assim, se a força motriz ocidental repousa no triângulo ciência-progresso-desenvolvimento, ela se desmancha no ar ao chegar aos povos indígenas. São eles os desencantados do desenvolvimento, ao experimentar direta ou indiretamente os seus efeitos. Talvez mais do que ninguém, os povos indígenas têm tido o dúbio privilégio de olhar de frente a face monstruosa da quimera do desenvolvimento ao ver seus recursos naturais serem descaradamente pilhados, seus sistemas de conhecimento vilmente apropriados, sua saúde e bem-estar esmagados por interesses meramente mercantis, sem nenhum compromisso com a lógica da vida indígena (RAMOS, 2014, p. 10 e 11).

Em outras palavras, é possível identificar no estudo feito por RAMOS a preocupação face o descontentamento e desencantamento dos povos indígenas no tocante ao desenvolvimento que visa a meramente o aspecto econômico.

O antropólogo BAINES (2008, p.18) aborda exemplos de projetos de desenvolvimento brasileiro que não observaram atentamente aos direitos dos povos indígenas. Relata que a tribo Waimiri-Atroari, situada da região dos Estados de Roraima e Amapá, estiveram sob o domínio de grandes empresas hidrelétricas que tinham interesses em usufruir dos recursos locais.

Ocorre que os indígenas que trabalhavam na empresa, não participavam de forma alguma da execução direta do projeto, ou até mesmo de como aconteceria a sua avaliação. Afirma BAINES (2008, p.18) que os nativos da região eram apenas utilizados para participar da publicidade das usinas e concorrer para a "boa imagem" das empresas.

A Corte Europeia de Direitos Humanos analisou a questão étnica e o desenvolvimento no caso de Chapman Vs. Reino Unido. A lide versava sobre uma família de

⁷ Art.1º: São imprescritíveis, independentemente da data em que tenham sido cometidos, os seguintes crimes: (...)§2. Os crimes contra a humanidade, sejam cometidos em tempo de guerra ou em tempo de paz, como tal definidos no Estatuto do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg de 8 de agosto de 1945 e confirmados pelas Resoluções nº3 (I) e 95 (i) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 13 de fevereiro de 1946 e 11 de dezembro de 1946; a evicção por um ataque armado; a ocupação; os atos desumanos resultantes da política de "Apartheid"; e ainda o crime de genocídio, como tal definido na Convenção de 1948 para a prevenção e repressão do crime de genocídio, ainda que estes atos não constituam violação do direito interno do país onde foram cometidos.



ciganos que pretendia fixar-se em um determinado local para dar continuidade à vida escolar dos filhos, mas teve este direito negado pelas políticas públicas locais.

A Corte EDH considerou que o art. 8º da Convenção europeia de Direitos Humanos— CEDH fora violado. Este dispositivo versa sobre o "Direito ao respeito pela vida privada e familiar". Com isso, os filhos dos petionários não conseguiram desenvolver a sua educação de forma adequada. A Corte EDH concluiu que:

§73. O Tribunal considera que a situação do petionário de ficar junto à sua caravana é uma parte integrante de sua identidade étnica enquanto um cigano, refletindo a longa tradição desta minoria de seguir um estilo de vida itinerante. Este é o caso mesmo que, sob a pressão de desenvolvimento e políticas diversas, ou por sua próprias escolhas, muitos ciganos não conseguem viver uma existência totalmente nômade e cada vez mais se contentam com longos períodos em um só lugar para facilitar, por exemplo, a educação de seus filhos. Medidas que afetam a estabilização das caravanas do requerente, portanto, têm um impacto que vai além do direito ao respeito da sua casa. São afetados a capacidade de manter a sua identidade como um cigano e conduzir sua vida privada e familiar, de acordo com essa tradição (tradução livre)⁸.

Deste modo, a Corte EDH considerou a escolha desta família cigana como de fundamental importância para que o desenvolvimento educacional fosse satisfeito. O Estado foi condenado por não agir como um agente facilitador, e sim por dificultar a fixação deste grupo minoritário em uma determinada região.

No caso de Gillan e Quinton Vs. Reino Unido, a Corte EDH concluiu que o termo "vida privada" é abrangente, e inclui dentre outras conceituações, o direito à identidade de desenvolvimento pessoal⁹. Desta forma, apesar de não conter o direito ao desenvolvimento expresso na CEDH, a Corte europeia tem aplicado de forma implícita quando o Estado impede que o indivíduo se desenvolva de uma forma adequada.

O "Programa de atividades para a década internacional dos povos indígenas", estabelecido pela ONU em 1996, reforça a "(...) capacidade humana e institucional dos povos indígenas a desenvolver as suas próprias soluções para os seus problemas (tradução livre)¹⁰" (1996, §10). Em outras palavras, a autodeterminação e a autonomia destes povos permite que tais indivíduos possam tomar suas próprias decisões.

⁸Texto original: "73. The Court considers that the applicant's occupation of her caravan is an integral part of her ethnic identity as a Gypsy, reflecting the long tradition of that minority of following a travelling lifestyle. This is the case even though, under the pressure of development and diverse policies or by their own choice, many Gypsies no longer live a wholly nomadic existence and increasingly settle for long periods in one place in order to facilitate, for example, the education of their children. Measures affecting the applicant's stationing of her caravans therefore have an impact going beyond the right to respect for her home. They also affect her ability to maintain her identity as a Gypsy and to lead her private and family life in accordance with that tradition".

⁹ CEDH. Caso de Gillan e Quinton Vs. United Kingdom. Sentença nº 4158/05, §61.

¹⁰Texto original: "(...) the importance of strengthening the human and institutional capacity of indigenous people to develop their own solutions to their problems".



Aliado a isto, o "Grupo de trabalho do Direito ao desenvolvimento" (ONU, 2010) elaborou um relatório a fim de estabelecer os critérios e subcritérios para a implementação da garantia ao desenvolvimento pelo Estado. De acordo com o documento, este processo será possível com:

(...) (a) Estados agindo coletivamente em parcerias globais e regionais; (b) Estados agindo individualmente como eles queiram adotar e implementando políticas que afetam pessoas, não estritamente dentro de sua jurisdição; e (c) Estados agindo individualmente ao formular políticas e programas nacionais de desenvolvimento afetando pessoas sob a sua jurisdição (tradução livre)¹¹.

Deste modo, a ONU tratou de dispor sobre as diversas formas que o Estado tem de efetivar o desenvolvimento. A cooperação regional e global é nítida nestes procedimentos, mas também é resguardado o direito de agir individualmente através de políticas públicas e programas nacionais.

Um dos exemplos de cooperação internacional com o respeito aos critérios estabelecidos pela ONU, é o Decreto Legislativo nº 83/1997. Neste decreto, o Brasil criou um "Fundo de Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe". De acordo com o decreto, §6º:

O Fundo não financia diretamente a implementação de projetos de interesse dos grupos indígenas da região. Atua, na verdade, como órgão de assessoramento técnico para a capacitação de pessoal na elaboração de projetos para apresentação a fontes externas de financiamento.

Assim, o desenvolvimento humano precisa estar atento para as questões relativas à identidade cultural e autodeterminação. Os povos indígenas ou pertencentes a outras minorias étnicas devem poder participar do processo de criação dos programas de desenvolvimento, tal como estarem cientes de que a sua cultura ficará protegida.

4 DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS NO PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA

Conforme é possível observar na CADH, o desenvolvimento progressivo está inserido no capítulo referente aos direitos econômicos, sociais e culturais— DESC's. Tal enquadramento merece uma análise a fim de compreender as nuances que o desenvolvimento precisa respeitar a fim de que estes direitos sejam plenamente reverenciados.

¹¹Texto original: "(...) (a) States acting collectively in global and regional partnerships; (b) States acting individually as they adopt and implement policies that affect persons not strictly within their jurisdiction; and (c) States acting individually as they formulate national development policies and programmes affecting persons within their jurisdiction".



O Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais (1966) assegura aos indivíduos amplo rol de garantias fundamentais, tais como direitos trabalhistas, direito de família, direito à educação, direitos autorais, direito à saúde e alimentação adequada, dentre outros.

Deste modo, vale afirmar que o Pacto considera como DESC's todos aqueles direitos capazes de garantir o pleno desenvolvimento ao indivíduo. Neste sentido, o artigo 1º, §1º deste documento, dispõe que:

Todos os povos têm o direito a dispor deles mesmos. Em virtude deste direito, eles determinam livremente o seu estatuto político e asseguram livremente o seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

De acordo com o artigo supracitado, a autodeterminação funciona como base da liberdade política e livre desenvolvimento dos povos. Assim, o fato da CADH situar o direito ao desenvolvimento progressivo no capítulo referente aos DESC's, demonstra uma intenção de proteção destes direitos fundamentais quando o Estado impulsionar o crescimento econômico.

A Observação Geral nº 4 (1990) feita pela Organização Mundial da Saúde— OMS, aponta que tanto em países em desenvolvimento, quanto em países mais fortes economicamente, foram identificados graves problemas relacionados ao modo de vida adequado para o ser humano. O comitê afirma que tais problemas estão relacionados aos critérios de lugar da moradia, custo de vida, adequação cultural, dentre outros.

Neste documento, a OMS afirma que o desenvolvimento precisa garantir a livre expressão da identidade cultural, assim como o uso de tecnologias modernas para os indivíduos. Nos termos do §8º, alínea 'g': "As atividades vinculadas ao desenvolvimento ou à modernização na esfera do viver, devem zelar para que não sejam sacrificadas as dimensões culturais do modo de vida (tradução livre)¹²".

Desta forma, a Corte IDH tem valorizado a cultura dos povos indígenas a fim de manter a própria existência destes indivíduos enquanto grupo étnico. De acordo com o caso Mayagna (Sumo) AwasTingni Vs. Nicarágua (2001)¹³, a estreita relação que estes povos mantêm com a sua terra, transcende a mera situação de posse. Em outras palavras, tal relação guarda em si a proteção da cultura e vida espiritual.

Além disso, o caso YakyeAxa Vs. Paraguai (2005)¹⁴ deixa claro que a cultura e o desenvolvimento estão ligados à proteção da propriedade, pois será neste território que os

¹² Texto original: "Las actividades vinculadas al desarrollo o la modernización en la esfera de la vivienda deben velar por que no se sacrifiquen las dimensiones culturales de la vivienda".

¹³ Corte IDH. §149, Sentençademérito, reparação e custas. SérieCnº79.

¹⁴ Corte IDH. §146, Sentençademérito, reparação e custas. SérieCnº125.



costumes serão transmitidos entre as gerações. Com base nestes fatores, os DESC's são responsáveis por resguardar a própria integridade física e psíquica dos povos indígenas.

A Corte IDH no caso da comunidade indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguai (2006)¹⁵ definiu que o elemento cultural dos seres humanos, guarda relação com o modo de vida particular de cada um. Este fato inclui o modo de ver, ser e atuar no mundo "(...) porque constitui em um elemento integrante de sua cosmovisão, religiosidade e, por fim, de sua identidade cultural" ¹⁶.

A Constituição da República do Paraguai (1992) em seu artigo 63 reconhece a identidade étnica e atrela aos DESC's. Deste modo, dispõe que:

É garantido e reconhecido o direito dos povos indígenas de preservar e desenvolver sua identidade étnica no respectivo habitat. Eles têm o direito também para aplicar livremente seus sistemas de organização política, econômica, cultural e religiosa, bem como a sujeição social voluntária para sua regulamentação habitual de convivência doméstica, desde que não violem os direitos fundamentais estabelecidos nesta Constituição. Em conflitos jurisdicionais, será levado em consideração o direito consuetudinário indígena (tradução livre)¹⁷.

Como é possível observar, os direitos econômicos e sociais, terão a sua base na identidade étnica e na cultura de um determinado povo. O Estado do Paraguai compreende a importância deste fator cultural ao afirmar que o direito consuetudinário indígena será aplicado no caso de litígios que versem sobre esta matéria.

Após a análise das noções de desenvolvimento progressivo e a sua concomitante necessidade de garantir os direitos econômicos, sociais e culturais, é possível alcançar o fato de que para os indígenas o desenvolvimento vai muito além de mero acúmulo de riquezas (CUNNINGHAM e MAIRENA, 2009).

É importante considerar o fato de que de alguns povos indígenas aceitam participar do mercado econômico de livre e espontânea vontade, através do artesanato, por exemplo. De acordo com o relato do antropólogo PIMENTA:

Hoje, os Ashaninka estão cientes do valor do seu artesanato no mercado étnico e não podem ignorar os desejos dos seus consumidores. No entanto, é importante frisar que a aceitação do sistema cooperativo pelos índios também se explica pela grande flexibilidade e liberdade que ele deixa às diferentes famílias. (...) O mais importante é que vida social dos índios não gira em torno da cooperativa. Embora, em muitas famílias, a fabricação de artesanato

¹⁵ Corte IDH. §118, Sentençademérito, reparação e custas. SérieCnº146.

¹⁶ Texto original: "(...) porque constituyen un elemento integrante de su cosmovisión, religiosidad y, por ende, de su identidad cultural".

¹⁷ Texto original: "Queda reconocido y garantizado el derecho de los pueblos indígenas a preservar y desarrollar su identidad étnica en el respectivo hábitat. Tienen derecho, asimismo, a aplicar libremente sus sistemas de organización política, social, económica, cultural y religiosa, al igual que la voluntaria sujeción a sus normas consuetudinarias para la regulación de la convivencia interior siempre que ellas no atenten contra los derechos fundamentales establecidos en esta Constitución. En los conflictos jurisdiccionales se tendrá en cuenta el derecho consuetudinario indígena".



seja uma ocupação diária, cada grupo doméstico continua cultivando seu roçado, os homens não deixaram de caçar, cada um é livre de organizar seu dia-a-dia segundo sua própria vontade e produzir artesanato quando deseja e se deseja (PIMENTA, 2006, p. 18).

Conforme é possível observar no trecho supracitado, em alguns casos é viável que o desenvolvimento econômico aconteça, inclusive por iniciativa própria. Contudo, não se pode recusar a questão social do trato com estes indivíduos. Assim como o caso dos Ashaninka, ainda que ocorra este incremento econômico, os povos indígenas ainda assim necessitam manter seus costumes e práticas tradicionais.

De forma alguma o desenvolvimento pode se escusar de atentar para a garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Desta forma, lidar com comunidades indígenas não se trata de causa meramente impeditiva do desenvolvimento. Pelo contrário, trata-se de incluir estas comunidades agregando os seus costumes, cultura e valores espirituais quando da elaboração de grandes projetos que visem o incremento econômico de uma determinada região.

4 CONCLUSÃO

Com base nos estudos antropológicos e fundamentação da Corte Interamericana de Direitos Humanos é possível afirmar que existem alguns parâmetros essenciais que precisam ser analisados quando do desenvolvimento de comunidades tradicionais. O objetivo central é de que sejam devidamente respeitados os direitos econômicos, sociais e culturais das comunidades indígenas.

Tais direitos estão inseridos na Convenção Americana de Direitos Humanos como desenvolvimento progressivo. Algumas questões conceituais e dúvidas quanto a sua abrangência perduram até os dias atuais, uma vez que este artigo é apenas tangenciado em alguns casos que tratam de DESC's, e nenhum Estado foi responsabilizado pela violação deste.

Contudo, apesar destes pontos até o momento pendentes de um conceito mais sólido, temos que o desenvolvimento precisa acompanhar os costumes de uma determinada comunidade tradicional a fim de que esta não venha desintegrar-se ou, até mesmo ser extinta por perder suas características culturais e espirituais.

REFERÊNCIAS

BAINES, Stephen Grant. **Identidades indígenas e ativismo político no Brasil: Depois da Constituição de 1988**. Série Antropologia: Departamento de antropologia da Universidade de Brasília, Vol.418. Brasília, 2008.



Convenção de Diversidade Biológica. **Convenio sobre la Diversidad Biológica**: Principios y directrices de Addis Abeba para la utilización sostenible de la diversidad biológica. Montreal, 2004.

Corte Européia de Direitos Humanos. **Caso de Chapman Vs. United Kingdon**. Sentença nº 27238/95.Strasbourg, 2001.

_____. **Caso de Gillan e Quinton Vs. United Kingdon**. Sentença nº 4158/05.Strasbourg, 2010.

Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Comunidade indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguai**. Sentençademérito, reparação e custas. SérieC, nº146. Costa Rica,2006.

_____. **Caso Comunidade Indígena YakyeAxa Vs. Paraguai**. Sentençademérito, reparação e custas. SérieC, nº125. Costa Rica,2005.

_____. **Caso Mayagna (Sumo)AwasTingni Vs. Nicarágua**. Sentençademérito, reparação e custas. SérieC, nº79. Costa Rica,2001.

COBO, José Martinez. **Study of the problem of discrimination against indigenous populations**. Conselho Econômico e Social, Relatório E/CN.4/Sub.1983/21/Add.8.

CUNNINGHAM, Myrna; MAIRENA, Dennis. **LamanLaka: If I have it you have it, if you have it I have it**. Poverty in Focus, nº17: International Policy Center for Inclusive Growth, 2009.

ECOSOC. Observación General nº 20: **La no discriminación y los derechos económicos, sociales y culturales (artículo 2, párrafo 2 del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales)**. Ginebra, 2009.

Organização dos Estados Americanos.**Convenção Americana dos Direitos Humanos**. CostaRica, 1969.

Organização Internacional do Trabalho.**Convenção n. 169- Convenção dos povos indígenas e tribais**. Ginebra,1989.

OIT. **Convenção n. 107- Concernente à proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais de países independentes**. Ginebra, 1957.

OMS. **Observación General nº 4: El derecho a una vivienda adecuada (párrafo 1 del artículo 11 del Pacto)**. Comitê de Direitos econômicos, sociais e culturais. Ginebra, 1990.

ONU. **Convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio**. Resolução 260-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948.



ONU. **Convenção sobre a imprescritibilidade de crimes de guerra e crimes contra a humanidade.** Adotada pela Resolução 2391 da Assembleia Geral, 1968.

ONU. **Declaration on the Right to Development.** Adotada pela Resolução A/RES/41/128, 1986.

ONU. **Declaration on the rights of indigenous peoples.** Adotado pela Resolução A/RES/61/295. Genebra, 2007.

ONU. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.** Roma, 1998.

ONU. **Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais.** Adotado pela Resolução 2200 – A. Genebra, 1966.

ONU. **Programme of activities for the International Decade of the World's Indigenous People.** Adotado pela Resolução A/RES/50/157. Genebra, 1996.

ONU. **Report of the high-level task force on the implementation of the right to development on its sixth session.** Working Group on the Right to Development, Relatório A/HRC/15/WG.2/TF/2/Add.2. Geneva, 2010.

PARAGUAI. **Constituição da República do Paraguai.** Assunção, 1992.

PIMENTA, José. **Reciprocidade, mercado e desigualdade social entre os Ashaninka do Rio Amônia.** Série Antropologia: Departamento de antropologia da Universidade de Brasília, Vol.392. Brasília, 2006.

RAMOS, Alcida Rita. **Povos indígenas e a recusa da mercadoria.** Série Antropologia: Departamento de antropologia da Universidade de Brasília, Vol.442. Brasília, 2009.

RAMPINELLI, Waldir José. **Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos.** in: Revista Universidade e sociedade, ano XXIII, nº53. Sindicato Nacional dos docentes das instituições de ensino superior. Brasília, 2014.

UNESCO. **Declaração de São José sobre etnodesenvolvimento e etnocídio na América latina.** Costa Rica, 1981.

UNESCO. **Convenção de sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.** Paris, 2005.



GT 02 – Movimentos Sociais e Lutas Sócio-Territoriais: olhares sobre a África e a América-Latina

ACESSO À JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA: TERRITÓRIO INDÍGENA TRADICIONALMENTE OCUPADO AMEAÇADO POR GRANDES PROJETOS NO PARÁ

Stephanie Vieira Brito (UFPA)¹
stephanie.vieirabrito@yahoo.com.br

RESUMO

A Constituição Federal do Brasil de 1988 (art. 231, § 1.º) e a Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes n.º 169 (artigo 14, item 1) da Organização Internacional do Trabalho OIT consagram o direito originário sobre as terras tradicionalmente ocupadas aos povos indígenas. O presente paper tem por escopo analisar se no âmbito da aplicação do texto normativo o direito ao reconhecimento ao território/terra originário/tradicional ou os “novos direitos” dos povos indígenas estão sendo assegurados e em que medida o modelo de desenvolvimento tem obstado o acesso à justiça socioambiental na Amazônia brasileira por parte desses povos. A pesquisa assume o caráter de análise qualitativa com levantamentos bibliográficos em jurisprudências, artigos doutrinários no campo do Direito e da Antropologia. Alguns resultados parciais são que: a) A CRFB de 1988 e a Convenção n.º 169 demarcam mudança de paradigma do Direito e das relações entre o Estado brasileiro e povos indígenas, representa grande avanço e, ao menos no âmbito político-jurídico, reconhece o Brasil com grande diversidade étnica e cultural; b) o modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia com a construção de grandes projetos de investimentos (GPI) têm ameaçado a sobrevivência e a concretização do direito ao território dos povos indígenas conquistados mediante árduas lutas sócio-políticas.

Palavras-chave: Terras tradicionalmente ocupadas. Território originário. Povos indígenas.

1. INTRODUÇÃO

“506 anos de dominação e, em que pesem as profecias de extinção definitiva dos povos indígenas no território brasileiro, previstas ainda no milênio passado, os índios estão mais do que nunca vivos: para lembrar e viver a memória histórica e, mais do que isso, para resgatar e dar continuidade aos seus projetos coletivos de vida, orientados pelos conhecimentos e pelos valores herdados dos seus ancestrais[...]”(GERSEM, 2006, p. 18).

Atualmente o Brasil possui considerável arcabouço jurídico nas esferas nacional e internacional capazes de fazer a proteção e assegurar o pleno direito originário dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam (art. 231, § 1.º CFRB/88 e

¹Estudante de pós-graduação (lato sensu) NAEA/UFPA, bacharela em Direito, pela Universidade da Amazônia (UNAMA), Brasil.



Convenção n.º 169 da OIT), representando, no plano legal, o rompimento com a tentativa integracionista e assimilacionista por parte do Estado brasileiro em relação a esses povos etnicamente diferenciados, respeitando e preservando suas diversidades culturais, suas formas de criar, fazer e viver (arts. 215, *caput*, e § 1.º e 216 da CFRB/88), em conjunto com o meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225 da CFRB/88).

O processo constituinte brasileiro de 1988 trouxe vitoriosas inovações quanto a situação dos povos indígenas no país, inaugurando um período de “novos direitos” de natureza emancipatória, coletiva e indivisível, conquistados em decorrência das grandes mobilizações sociopolíticas e democráticas realizadas anos antes (SANTILLI, 2005). Faz-se notável a série de avanços conquistados pelos povos indígenas, à medida que passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos no plano nacional e internacional.

Apesar disso, após 29 anos desde a promulgação da atual Constituição Cidadã se verifica os persistentes entraves para a efetivação e concretização dos direitos dos povos indígenas, principalmente quanto ao reconhecimento dos respectivos territórios originários de cada povo, bem como a demarcação de suas terras. Tais barreiras estão diretamente ligadas aos vultosos interesses lucrativos por parte do Estado brasileiro em conjunto com grandes empresas estrangeiras, sobre as terras dos povos etnicamente diferenciados.

A exploração predatória dos recursos naturais, o desmatamento, a construção de megaempreendimentos como as Usinas Hidrelétricas tem ameaçado os territórios tradicionais dos povos indígenas e conseqüentemente pondo em risco não só os direitos, os quais foram constitucionalmente garantidos, como também a própria sobrevivência deles, trazendo para o palco da história brasileira grandes controvérsias e debates acerca da viabilidade desses grandes projetos.

Nesse sentido, torna-se imperioso questionar se o acesso as terras tradicionalmente ocupadas são assegurados aos povos indígenas quando estes possuem seus territórios/terras tradicionais ameaçadas pela construção de megaempreendimentos, como as Usinas Hidrelétricas?

Apresente investigação possui abordagem interdisciplinar entre o Direito e a Antropologia, cuja metodologia funda-se em pesquisa teórica com levantamentos bibliográficos, doutrinários e normativos. A relevância da pesquisa sobre mencionada temática se constrói, pois se faz mister para a compreensão do direito originário sobre as terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas e de como novas concepções e práticas do direito podem ser produzidas por esses povos, atualizando os estudos e investigações acerca dos direitos indígenas no Brasil.



1.1 O cenário global de crises ambientais

A questão ambiental está registrada indelevelmente nos cenários constituídos pela humanidade, em cada ponto do globo nos deparamos com múltiplos problemas ambientais a nossa volta, tais como desmatamento, inundações, secas, aquecimento global, avanços do efeito estufa e perda da biodiversidade.

Desde a década de 1970, várias foram as conferências mundiais para tratar sobre as crises ambientais. Em 1987 foi publicado o Relatório das Nações Unidas intitulado “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório de Brundtland” (ONU), apontando, internacionalmente, que a nocividade do modelo de desenvolvimento econômico ensejaria riscos de exaurimento dos recursos naturais e acabaria por não satisfazer as necessidades tanto das presentes quanto das futuras gerações, propondo o “desenvolvimento sustentável” como alternativa.

Foram esboçados três componentes necessários para a viabilização do desenvolvimento sustentável: proteção ambiental, crescimento econômico e equidade social. Pode-se, então, observar que o relatório já englobava as componentes ambiental e social como constitutivas do desenvolvimento ambientalmente e socialmente sustentável e economicamente viável (SANTILLI, 2001).

O paradigma do desenvolvimento sustentável instaurado surgiu no contexto de crises ambientais e de degradação sistemática de recursos naturais e seus impactos sobre a saúde humana e dos demais seres vivos, era necessário direcionar os investimentos, a orientação para o desenvolvimento tecnológico, a exploração das riquezas naturais para que viessem atender as demandas e as necessidades humanas (REIS; ALMEIDA, 2012).

1.2 Direitos Indígenas

Desde a segunda metade da década de 1980 o Brasil e, ampliando o contexto, a própria América-Latina, passaram por grandes reformas constitucionais as quais foram capazes de ampliar os direitos básicos e assegurar direitos ao conjunto de grupos e parcela da população que tinham seus direitos sistematicamente violados pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar, como por exemplo, os povos indígenas. Essas mudanças foram capazes de recepcionar os tratados internacionais de direitos humanos firmados décadas atrás (GARGARELLA, 2014).

É no ano de 1989 que a Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes n.º 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é aprovada, tornando-se único instrumento a nível internacional, de caráter vinculativo, que trata sobre o direito à terra/território, a manutenção e a conservação das biodiversidades dos povos indígenas, tendo sido ratificada por 22 países, a maioria da América-Latina, como o Brasil,



Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, Chile, Colômbia, Espanha, Noruega etc (GALVIS; RAMÍRIS, 2016).

Referida Convenção foi pioneira no tratamento digno dos direitos coletivos dos povos indígenas, estabeleceu padrões básicos como diretrizes dos Estados membros e afastou o princípio da assimilação e aculturação no que tange a esses povos (ARAÚJO A. V., 2006).

Outro importante instrumento internacional foi a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que abordou sobre “a igualdade de direitos e a proibição da discriminação; o direito a autodeterminação; a necessidade de fazer do consentimento e do acordo de vontades o fundamento das relações entre povos indígenas e os Estados” (SHENEIDER, 2016, p. 97).

Esse documento internacional não obriga juridicamente os Estados a viabilizarem os direitos nela previstos, no entanto sua importância política de ter sido acordada por 149 Estados, dentre eles o Brasil, o transforma em “pedra angular da proteção internacional dos direitos dos povos indígenas no atual estado de desenvolvimento do direito internacional” (GALVIS; RAMÍRIS, 2016, p. 6).

Em âmbito interno, indubitavelmente podemos mencionar a Carta Magna de 1988 como fundamentação legal na consagração dos direitos dos povos indígenas, principalmente quanto à defesa do território tradicionalmente ocupado, como prevê o artigo 231, § 1 de aludida Constituição.

Segundo Duprat (2012) a CRFB/88 não faz uso do termo “território”, faz uso das expressões: “terras tradicionalmente ocupadas”, caracterizada como: “habitadas em caráter permanente”, “as utilizadas para suas atividades produtivas”, “as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar” e “as necessárias à sua reprodução física e cultural”.

Para os indígenas o significado de “terras tradicionalmente ocupadas” está inserido no que eles concebem por “território”, sendo este essencial para a sobrevivência deles. Possui aspecto material no sentido de ser espaço de sobrevivência de seus povos e cultural uma vez que desenvolvem seus rituais e celebrações. Os territórios indígenas fazem sempre menção ao originário, à ancestralidade e a formação cósmica do universo e também da humanidade, é no território desses povos que se encontram os heróis indígenas vivos e/ou mortos (BRITO, 2016). Portanto, “território é condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida” (GERSEM, 2006, p. 101-102).

Inovadoras concepções acerca do tratamento da questão indígena foram inauguradas no Brasil, provocando mudanças no sentido de apontar novas relações entre o



Estado, a sociedade brasileira e os povos indígenas e principalmente demarcando a superação da perspectiva assimilacionista e integracionista de outrora (BRITO, 2016).

O reconhecimento dos direitos coletivos e permanentes dos povos indígenas também acoplou no seu bojo o reconhecimento do direito à diversidade cultural e étnica, além de conferir-lhes a capacidade processual tanto individual quanto de suas comunidades e organizações de pleitearem a tutela jurisdicional do Estado, na defesa e proteção de seus direitos. Nesse sentido, segundo Oliveira & Freire (2006), a herança tutelar civilista de 1916 também foi rompida com o advento da Carta Cidadã de 1988.

Aílton Krenak discursou na Assembleia Constituinte de 04 de setembro de 1987 na defesa da Emenda Parlamentar ao Projeto de Constituição para que constasse capítulo referente às populações indígenas, referenciou sobre o avanço que representaria a CRFB/88 em relação ao tratamento jurídico dos povos indígenas:

Sr. Presidente, srs constituintes, eu, com a responsabilidade de, nesta ocasião, fazer a defesa de uma proposta das populações indígenas à Assembleia Nacional Constituinte, havia decidido, inicialmente, não fazer uso da palavra, mas de utilizar parte do tempo que me é garantido para a defesa de nossa proposta numa manifestação de cultura com significado de indignação – e que pode expressar também luto – pelas insistentes agressões que o povo indígena tem diretamente sofrido [...]. Tivemos a honra de, desde a instalação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, sermos convidados a participar dos trabalhos na subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias [...], mais tarde, tivemos também a oportunidade de participar da instalação dos trabalhos da subcomissão da Ordem Social. Ao longo desse período, a seriedade com que trabalhamos e a reciprocidade de muitos dos srs Constituintes permitiram a construção, a elaboração de um texto que provavelmente tenha sido o mais avançado que este país já produziu com relação aos direitos do povo indígena (KRENAK, 2015 apud SCHNEIDER, 2016, p. 85).

O Brasil, ao menos com relação às normas jurídicas oficiais do Estado, reconhece o direito à diferença, os direitos territoriais e os saberes indígenas, não necessitando mais os povos indígenas deixarem de ser o que são para atenderem às leis e normas que não mais respeitem seus modos de criar, fazer e viver.

A mudança paradigmática de tratamento sóciojurídico com relação aos direitos constitucionais dos povos indígenas reordenam o papel do Estado e dos próprios povos indígenas (OLIVEIRA, A. C. 2014).

Na América-Latina, o Brasil foi o pioneiro no plano político-jurídico a romper com as práticas de integração dos povos indígenas à sociedade nacional, outros países como a Bolívia e a Colômbia também promoveram profundas reformas constitucionais consolidando os direitos à diversidade cultural, reconhecendo ainda o multiculturalismo pluriétnico das respectivas nações (MARÉS, 2013).



1.3 A construção de grandes projetos na Amazônia brasileira

Os assuntos voltados para o desenvolvimento econômico do país têm atravessado constantemente a aplicação dos direitos indígenas e por diversas vezes violando tais leis, principalmente quando a concepção de desenvolvimento econômico está relacionada a construção de Grandes Projetos de Investimentos (GPI). Os GPIs são projetos capazes de mobilizar “em grande intensidade elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 29).

A região amazônica possui grande biodiversidade e sociodiversidade totaliza mais da metade do território nacional, atraindo vultosos interesses de grande porte econômico e estratégico para a economia mundial (BECKER, 1997).

A Amazônia brasileira tem tido grande importância na contemporaneidade no contexto regional e global, pois atualmente assume o centro geopolítico do continente sul-americano não somente como “portadora” de infraestrutura de interligação e produtora de energia, mas também de insumos primários – florestal, não florestal, biomassa, biodiesel, alimentício e mineral (BENATTI; FISHER, 2013).

Atualmente, a construção de Usinas Hidrelétricas compõe a viabilização dos Grandes Projetos. A Usina Hidroelétrica (UHE) de Belo Monte, na região do Xingu, Pará, inaugurada em maio de 2016, deixou como herança diversos impactos socioambientais, e muitas condicionantes para a construção do empreendimento descumpridas. Em agosto de 2016 o projeto de construção da UHE de São Luiz do Tapajós foi arquivado (MPF, 2016). O projeto era decisão política do Estado brasileiro na “exploração do potencial hidroelétrico dos rios amazônicos, em especial das bacias hidrográficas dos rios Xingu, Madeira e, mais recentemente, do Tapajós” (OLIVEIRA, R. M., 2016, p. 56).

Segundo Cureau (2013) a construção de hidrelétricas causam diversos impactos negativos, tanto sociais, quanto ambientais. As populações atingidas são afetadas pelos alagamentos de suas casas, áreas produtivas e também de maneira indireta como a perda de laços comunitários, inundação de locais sagrados como os cemitérios indígenas e de igrejas.

Os impactos iniciam-se desde o planejamento para a viabilização dos empreendimentos, passam pela construção das grandes barragens, prolongando para além do início de seu funcionamento, gerando impactos de ordem material com alagamentos de florestas, cidades, escolas e lares, bem como de ordem imaterial como a perda de vínculos espaciais, de laços familiares e da comunidade (MAB, apud SILVA, 2007).

A intensificação da política de crescimento econômico baseada na exploração e exportação de commodities (matéria-prima) e na implantação de grandes obras de



empreendimentos para atender ao mercado global tem sido catastrófica para a sobrevivência dos povos indígenas, uma vez que várias violações dos direitos às terras tradicionalmente ocupadas, ao território originário e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, CF/88) estão a ser perpetrados pelo Estado brasileiro, no plano jurídico nacional e internacional.

Apreende-se uma grande questão: o equivocado modelo de desenvolvimento para a região Amazônica brasileira têm se mostrado inútil para a região, ocasionando a degradação e a extinção dos recursos naturais, grandes impactos e violações de direitos humanos. Um modelo de desenvolvimento exógeno, que não leva em consideração a grande sociobiodiversidade aqui existente, está aprofundando as injustiças, a pobreza, as desigualdades sociais e econômica.

1.4 Acesso à justiça socioambiental na Amazônia brasileira

O Estado brasileiro passou a ter característica pluriétnica e multicultural a medida que passou a reconhecer a existência da diversidade cultural, retirando do campo da negação os direitos dos povos indígenas. É de se compreender que toda experiência social é produtora e reprodutora de conhecimento, pressupondo epistemologias diferenciadas (SANTOS; MENESES, 2010).

Apesar da diversidade de conhecimentos, seja os produzidos dentro dos grandes centros científicos, seja aqueles produzidos externamente, a ciência jurídica positivista, produtora do direito estatal, reivindica para si absoluta autonomia do pensamento e da prática jurídica, concebendo o direito, como um fato, devendo ser estudado sem nenhum juízo de valor a ser levantado, ou seja, sem nenhum posicionamento frente à realidade, sem que o peso social seja considerado importante para o seu desenvolvimento.

Percebe-se, portanto, que o direito apresenta no bojo de seu repertório ideológico estatal soluções de conflitos entre as partes com o escopo de apaziguar e manter o status quo, enquadrando condutas para criar um ilusório sentido de que por ser emanado de instancias superiores as contradições foram cessadas, tendo sido utilizado unicamente a lei. Em virtude disso, “o *modus operandi* universal e abstrato predominante no Direito está longe de retratar a realidade multicultural do Brasil” (SANTANA, 2016, p. 71).

A prevalência de uma ordem jurídica monista, emanado pelo Estado ainda é hegemônica no Brasil, “atribui ao Estado Moderno o exclusivo monopólio da produção de normas jurídicas [...] para enquadrar as formas de relações sociais que se vão impondo” (WOLKMER, 2001, p. 46).



Além disso, os preconceitos e estereótipos, bem como as velhas práticas tutelares e o abismo cultural “associam-se à tradição dogmática e ao monismo jurídico predominante na cultura jurídica positivista brasileira para tornar os Direitos diferenciados dos povos indígenas irreconhecíveis, simplesmente invisíveis” (LIBARDI SOUZA, 2008, p. 7).

O direito não deve ser compreendido somente enquanto fruto do positivismo jurídico em que circunscreve o direito positivo como o único apto ao conhecimento, sendo as normas postas o objeto apropriado da ciência jurídica. O direito deve tratar-se muito mais de “um processo de libertação permanente” do que de uma “coisa fixa, parada, definitiva e eterna” (LYRA FILHO, 2008, p. 95), como produto de articulação da própria sociedade, com perspectiva mais pluralista.

Com o advento da CF/88 o pluralismo jurídico ganhou fôlego, significando “[...] multiplicidade de práticas jurídicas existentes num mesmo espaço sócio-político, interagidas por conflitos ou consensos, podendo ser ou não oficiais e tendo sua razão de ser nas necessidades existenciais, materiais e culturais” (WOLKMER, 2001, p. 219).

De maneira geral, o pluralismo jurídico impõe questionamentos aos pressupostos do monismo jurídico, apresentando a possibilidade de existência de outras práticas jurídicas no mesmo espaço do direito estatal e amplia os horizontes ao apontar que o Direito do Estado não é o único (LIBARDI SOUZA, 2009).

O pluralismo jurídico reconhece a possibilidade de existência de diversas fontes do Direito, “a pluralidade envolve a coexistência de ordens jurídicas distintas que define ou não relações entre si”. Há que se enfatizar o termo pluralismo progressista “enquanto estratégia democrática de integração que procura promover e estimular a participação múltipla das massas populares organizadas e de novos sujeitos coletivos de base” (WOLKMER, 2001, pp. 222- 231).

Desde 1988 as bases para estabelecer o direito pluriétnico e multicultural foram assentadas, novas formas de pensar a relação com os povos indígenas foram construídas a partir do reconhecimento à diferença ou de poderem ser reconhecidos pela sua cultura distinta, rompendo assim com o paradigma da assimilação e integração alastrado no ordenamento jurídico reconhecido como o oficial do Estado brasileiro (ARAÚJO, 2006).

No entanto, apesar do avanço em matéria constitucional e nos estudos sobre pluralismo jurídico, várias são as problemáticas vividas pelos povos indígenas em termos de demarcação de suas terras indígenas (TI). Segundo o Relatório de Violência Contra Povos Indígenas no Brasil (2015), o ano de 2015 foi de grande omissão e morosidade na demarcação das terras indígenas no Brasil, “como em anos anteriores, em 2015 pouco se avançou nos processos de regularização das terras indígenas” (CIMI, 2015, p. 49).



Segundo o Relatório de Violência Contra Povos Indígenas no Brasil (2016) os direitos previstos na Carta Magna foram 'duramente' agredidos e estão gravemente ameaçados trazendo à tona as perspectivas assimilacionista e integracionista novamenteseja pela movimentação e avanço do agronegócio e da pecuária extensiva, seja por ações institucionais dos poderes executivo, legislativo e judiciário (CIMI, 2016).

A paralisia das demarcações das terras indígenas, a não assinatura das portarias que as declaram significa contribuir para a extinção da vida desses povos em troca de modelos de desenvolvimentos que não levam em consideração outros modos de vida, outras formas de se relacionar com mundo, de povos que sempre habitaram as terras brasileiras, além de apontar graves negligências quanto ao cumprimento dos direitos previsto na Convenção n. 169 da OIT e da Carta Magna de 1988.

Em entrevista produzida pelo Instituto de Pesquisa e Movimentos Sociais (IPDMS), concedida em 27 de abril de 2015, por ocasião da II Jornada Universitária de Apoio a Reforma Agrária Popular/JURA, na Universidade Federal de Goiás/ Cidade de Goiás e publicada inteiramente na *Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, Rosane Kaingang, liderança do movimento indígena, com forte atuação na organização das mulheres indígenas, tratou sobre diversas questões que permeiam a vida dos povos originários hoje e sua relação com o Estado brasileiro, dentre essas questões uma delas foi sobre a efetivação dos direitos indígenas após a Constituição Federal de 1988. Segue o trecho da mencionada entrevista:

IPDMS: Passados cerca de 25 anos da Constituição de 1988, como você vê a garantia e a efetivação dos direitos dos Povos Indígenas?

Rosane Kaingang:Então, passados 25 anos da Constituição, da década de 2000 pra cá vira, ou seja, a Constituinte de 88 teve uma participação do povo brasileiro e de nós Povos Indígenas, hoje os nossos direitos conquistados através de uma Constituição Federal, através das convenções internacionais, através de uma legislação indigenista, passados 25 anos da Constituição deveriam ter demarcado todas nossas terras e não foram. Hoje há um retrocesso de todos esses direitos conquistados. Ao invés de hoje, passados esses 25 anos, nós estarmos na efetivação concretamente e execução desses direitos conquistados, hoje nós estamos lutando para que esses direitos permaneçam, ao invés de estarmos lutando pela efetivação desses direitos serem executados de forma concreta em relação aos nossos povos indígenas e aos nossos desejos e reivindicações. Então, hoje estamos vivendo uma situação de muita violência contra nossos os povos indígenas. Há um grande retrocesso nessa conjuntura política atual em que os três poderes, legislativo, executivo e judiciário se organizaram, se articularam para que houvesse um retrocesso nos direitos conquistados pelos povos indígenas. Quando eles se articulam, os três poderes executivo, legislativo e judiciário isso significa concretamente que o Supremo Tribunal Federal leva para dentro dele a tese do Marco Temporal. Uma tese que nós dizemos que é virtual, pois não é uma legislação, não de fato concreto uma lei, é uma discussão dentro do Supremo orquestrada pelo Gilmar Mendes [...].



Após quase 30 anos de Constituição Federal do Brasil nota-se que o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas vem sofrendo graves violações, estando todos sendo subordinados a interesses econômicos, os quais não contemplam não só a sobrevivência dos indígenas bem como do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Como assevera Dallari (2000, p. 31 apud SHENEIDER, 2016: 103-104) “é a tentativa de subordinar todos os direitos, interesses e valores fundamentais da pessoa humana a objetivos econômicos”.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a década de 1970, grandes discussões, a nível global, sobre as problemáticas ambientais e suas implicações sobre a vida humana estão sendo desenvolvidas, a perspectiva socioambiental sobre a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento a partir da ótica dos povos etnicamente diferenciados como os povos indígenas, comunidades tradicionais e povos que estão sendo diretamente afetados por um modelo de desenvolvimento predatório se revela imprescindível, principalmente em se tratando da Amazônia.

O grande marco da história dos povos indígenas foi o reconhecimento enquanto sujeitos de direitos no plano nacional e internacional, promovendo a ruptura político-jurídica com os cinco séculos de assimilacionismo e integracionismo, que foram submetidos desde a invasão e o conflituoso contato entre índios e portugueses. A Convenção n.º 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes da Organização Internacional do Trabalho em conjunto com a Carta Constitucional do Brasil de 1988 representou a vitória e divisor de águas no reconhecimento da pluridiversidade social e cultural e a concretização do multiculturalismo no país.

O reconhecimento ao território originário através de referida Convenção n.º 169, bem como às terras tradicionalmente ocupadas prelecionada na CRFB/88 inaugura os chamados “novos direitos” de caráter coletivo, com novos sujeitos, fundado na diversidade cultural do país, com vias a emancipação coletiva, preservador da biodiversidade, que reconhece um pluralismo repleto de diversidade social, cultural e natural, trazendo a perspectiva socioambiental à tona (MARÉS, 2001).

Portanto, é inegável que o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas aponta um novo momento para o Brasil no plano jurídico-político, ocorre que a efetivação dos direitos conquistados através de lutas sóciopolíticas protagonizadas pelas organizações indígenas e pela sociedade civil padece de concretização, principalmente em se tratando do reconhecimento ao território originário dos povos indígenas, que, aqui no Brasil, só se



consolida com a demarcação das TIs. Nota-se haver uma flutuação desses direitos de acordo com os interesses econômicos, políticos e jurídicos.

A demarcação das terras indígenas ainda não foram todas realizadas e cada vez mais o modelo predatório de desenvolvimento tem ameaçado e violado os direitos ao território originário desses povos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Valéria et alii. *Povos Indígenas e a "Lei dos Brancos": o direito à diferença*. Vol. 3. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

BECKER, BerthaKoiffmann. *Amazônia*. 5.^a ed. – Ática editora, 1997.

BENATTI, José Heder. FISHER, Luly. *As Novas Tendências do Planejamento Nacional Brasileiro: fim da Amazônia Legal?*. In Direito e desenvolvimento no Brasil do século XXI / organizadores: Vladmir Oliveira da Silveira, SamyraNaspolini Sanches, Monica Benetti Couto.- Brasília: Ipea: CONPEDI, 2013. pp. 51-84.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. Acesso em: 18.09.2017.

BRITO, Stephanie Vieira. *Povos indígenas e o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade da Amazônia, Instituto de Ciências Jurídicas. Belém, 2016.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2015. Conselho Indigenista Missionário CIMI. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>>. Acesso: 19.09.2017.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2015. Conselho Indigenista Missionário CIMI. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/pub/Relatorio2016/relatorio2016.pdf>>. Acesso: 15.10.2017.

CUREAU, Sandra. *Os impactos socioculturais decorrentes da construção de usinas hidrelétricas no Brasil*. In Hidrelétricas e atuação do Ministério Público na América Latina / Hidroeléctricas y actuación del Ministerio Público en Latinoamérica. / Maia, Leonardo Castro; Cappelli, Sílvia; Pontes Júnior, Felício (Org.). Porto Alegre: Letra&Vida: RedLatinoamericana de Ministério Público Ambiental, 2013.

DUPRAT, Deborah. *Territórios tradicionais e os direitos produzidos pelos Estados nacionais*. In Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos/ coordenação geral [de] Antônio Carlos de Souza Lima. – / Rio de Janeiro/ Brasília: Contra Capa / LACED / Associação Brasileira de Antropologia. 2012. P. 391-394.



GARGARELLA, Roberto. *Constitucionalismo Latino-Americano: a necessidade prioritária de uma reforma política*. In *Constituinte Exclusiva: um outro sistema político é possível*./ Luiz Otávio Ribas (org.). –1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GERSEM, Luciano. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

KAINGANG, Rosane. MOREIRA, Erika Macedo. *Constituição e resistência do movimento indígena frente às práticas autoritárias do Estado brasileiro*. In *SURgência: revista de direitos e movimentos sociais*. Brasília: IPDMS; PPGDH/UnB; Lumen Juris, vol. 1, n. 2, julho-dezembro de 2015, p. 19-34. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/issue/view/1412>>. Acesso em 18.09.17.

LIBARDI SOUZA, Estella. *Povos indígenas e o Direito à diferença: do colonialismo jurídico à pluralidade de Direitos*. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 4 – Diversidade, identidades e Culturas Latino-americanas no Congresso Internacional de Pluralismo Jurídico e Direitos Humanos, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, nos dias 20 a 22 de agosto de 2008.

_____. *Sistemas jurídicos indígenas? diversidade jurídica e possibilidades de diálogo*. Trabalho publicado nos Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo: Brasiliense, 2006. – (Coleção primeiros passos; 62).

MARÉS SOUZA FILHO, Carlos Frederico. *Os povos indígenas e o direito brasileiro*. In *Os direitos dos povos indígenas no Brasil: desafios no século XXI*. Carlos Frederico Marés de Souza Filho e Raul Cezar Bergold. – Curitiba : Letra da Lei, 2013. p. 15.

_____. *Multiculturalismo e direitos coletivos*. Publicado em Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/direitos.html> >. Acesso em 10.10.17.

OLIVEIRA, Assis da Costa. *Indígenas crianças, crianças indígenas: perspectivas para a construção da doutrina da proteção plural*./ Curitiba: Juruá, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil* / João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire (org.) – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 70. Disponível em: <<http://laced.etc.br/site/acervo/livros/a-presenca-indigena/>>. Acesso em: 06.06.2016.

OLIVEIRA MAGALHÃES, Rodrigo. *A ambição dos pariwat* *Consulta prévia e conflito socioambiental*. PPGD/UFGA (dissertação de mestrado). Belém-PA, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho*. - Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/convencao%20169%20portugues_web_292.pdf>. Acesso em: 14.09.16.



ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório Nosso Futuro Comum. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 26.06.2017.

REIS, Adebaro Alves dos. ALMEIDA, Oriana Trindade. *Desenvolvimento & Sustentabilidade* / Oriana Trindade de Almeida, Sílvio Lima Figueiredo, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr. (Organizadores) - Belém: NAEA, 2012. p. 162.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e ambiental*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTANA, Carolina Ribeiro. *A judicialização das questões indígenas: entre a justiça e a justiça*. In A questão indígena e o Poder Judiciário / Organização: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva, Adriana Alves dos Santos Cruz e Michele Menezes da Cunha, Tribunal Regional Federal (2. Região). Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região, - Rio de Janeiro : EMARF, 2016. pp. 57-76.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. 2010. *Epistemologias do Sul* org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. – 2.ª ed. CES. p. 9.

SCHNEIDER, Giselda Siqueira da Silva. *Política indigenista no Brasil: direito ao território*. – São Leopoldo, Casa Leiria, 2016. p. 84-85. Disponível em: <<http://www.casaleiria.com.br/politica/indigenista.html#24/z>>. Acesso em: 24.09.2016.

SILVA, Alexandra Martins. *Mulheres em movimento: luta e resistência contra barragens*. Faculdade Economia da Universidade de Coimbra- FEUC (dissertação de mestrado). Coimbra, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/9706>>. Acesso em: 24.09.2016.

VAINER, C. B.; F.G. ARAÚJO. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico. Fundamentos de uma nova cultura jurídica no Direito*. 3ª ed. São Paulo, Alfa Ômega, 2001.

**GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina.****TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E DINÂMICA TERRITORIAL NO ESPAÇO AGRÁRIO DA AMAZÔNIA PARAENSE**Carla Joelma de Oliveira Lopes (SEDUC) ¹

Email: carlajoelma@gmail.com

Carlos Alberto de Souza Mascarenhas (SEDUC)

Email: profgeografiacarlos@hotmail.com²

Mayre Dione Mendes da Silva Mascarenhas (SEMED/SEDUC)

Email: mayre.mascarenhas@hotmail.com³**RESUMO**

A Constituição Federal de 1988 inaugura um momento ímpar na organização das comunidades quilombolas do Brasil e, em particular, da Amazônia Paraense. A partir das normativas legais e da adoção do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) intensificam-se as lutas e debates em torno dos direitos territoriais dos povos quilombolas. O marco legal evocado no período responde, porém, a uma série de transformações que ocorrem no espaço amazônico e não somente a demanda interna dessas populações. Nosso pressuposto é que a formação territorial rural da Amazônia é marcada por estágios da técnica, da política e do território usado e, nesse sentido, configura períodos ou meios geográficos sucessivos e coexistentes. São três períodos, o período camponês ou meio natural (1616-1966), o período agrário ou meio técnico (1966-1996) e o período rural ou meio técnico-científico-informacional (1996 até nossos dias). Os três períodos ajudam a compreender as dinâmicas territoriais que vem se expressando no espaço amazônico e, em particular, a dos povos quilombolas. Nesse sentido, propomos a realização de um estudo comparativo entre dois territórios quilombolas localizados na região do Baixo Tocantins, o território quilombola de Araquembaua no município de Baião/PA e o território quilombola de África e Laranjituba, situado no município de Moju (PA) e Abaetetuba/PA. Os resultados indicam que há especificidades oriundas dos processos de constituição de cada um destes territórios, porém, percebem-se também semelhanças e confluências principalmente no que tange a reivindicação por efetivação das políticas de Estado prometidas aos povos quilombolas através dos marcos legais.

Palavras-chave: Meios geográficos, Quilombos, Território, Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

¹SEDUC, Professora do Ensino Básico, Mestra em Geografia/ UFPA, Brasil.

²SEDUC, Professor do Ensino Básico, Mestrando em Geografia/ UFPA, PPGeo, Brasil.

³SEMED/SEDUC, Professora do Ensino Básico, Especialista em Educação para Relações Étnicorraciais/UFPA, Brasil.



O território deve ser compreendido a partir das mudanças históricas e dos usos que se expressam nele, portanto, cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema territorial e no sistema espacial. A periodização da história influencia a maneira como o território é organizado do ponto de vista econômico, político e social e incide diretamente na forma como o território é usado, uma vez que, “os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso” (SANTOS, SILVEIRA, 2013. p.20).

Compartilhamos com Nahum (2017) o pressuposto de que a formação territorial rural da Amazônia é marcada por estágios da técnica, da política e do território usado e, nesse sentido, configura períodos ou meios geográficos sucessivos e coexistentes. A análise aqui proposta contempla a formação de três períodos.

O primeiro período corresponde ao que denominamos de período camponês ou meio natural (1616-1966). Nele predominam determinações naturais, é marcado pela presença de baixos níveis técnicos, primazia da posse sobre o uso, unicidade entre terra de trabalho e terra de família, baixa integração na reprodução ampliada do capital e pela formação do campesinato amazônico. A terra escolhe o morador e determina os usos e práticas, posto que impera a precariedade estrutural. A terra constitui o principal meio de produção, não é recurso, é vida. Esse período se inicia com a ocupação estrangeira da Amazônia em 1616 e se estende até a Operação Amazônia em 1966, momento em que novos paradigmas territoriais são incorporados à região.

No segundo período, agrário ou meio técnico (1966-1996), a Amazônia é pensada como fronteira agrícola a ser amansada, percebe-se nele que as políticas destinadas ao lugar denunciam a predominância de uma racionalidade excludente, da existência de uma perspectiva areal. Vêm-se os recursos naturais, a extensão territorial, as possibilidades de reprodução ampliada do capital. Os sistemas técnicos mudam, alicerça-se o discurso da terra como oportunidade e o uso da terra passa a ser ameaçado pela perspectiva da posse.

O meio técnico possibilita a entrada dos grandes projetos e, inversamente, cria as condições para que surjam as perspectivas de resistências derivadas do agravamento das tensões e conflitos na disputa pela terra. A relação tradicional entre homem e terra é acionada e rememorada na identidade, como afirma Santos (1999. p. 8) “a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. A terra como identidade materializa o processo de luta e resistência contra o avanço do capital no campo.

O último período, rural ou meio técnico-científico-informacional (1996 em diante), traz como marca a efetivação de algumas políticas de Estado que agindo a partir do discurso do desenvolvimento territorial rural promete geração de emprego e renda, inclusão e



crescimento econômico. O período reflete os impactos de transformações globais que se expressam através do meio técnico-científico-informacional.

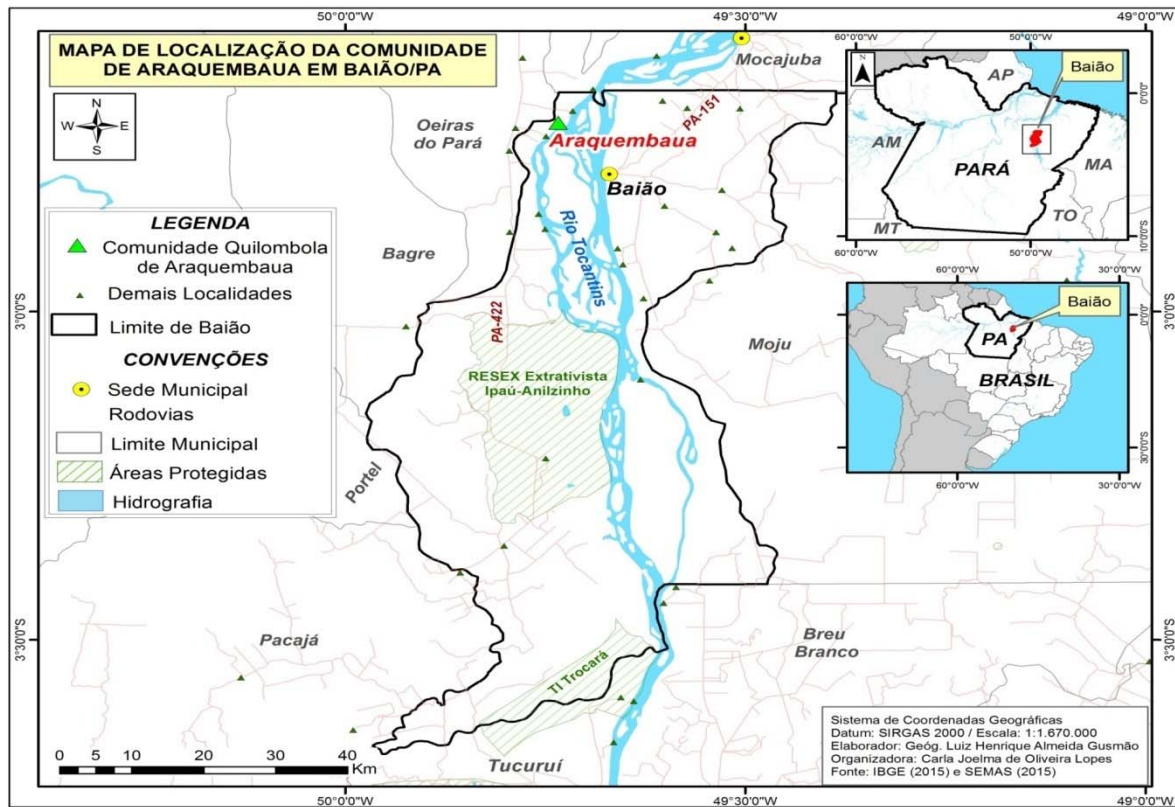
Nele, as redes penetram nos lugares surgindo como instrumento de manipulação, poder e controle da sociedade, alterando as configurações socioterritoriais e produzindo um cenário marcado por desigualdades e contradições, “as redes são vetores da modernidade e também da entropia. Mundiais, veiculam um princípio de ordem [...]. Locais, essas mesmas redes são portadoras da desordem” (SANTOS, 1998. p.57). Nesse período, o dinheiro subordina as pessoas e os lugares.

Os três períodos ajudam a compreender as dinâmicas territoriais que vem se expressando no espaço amazônico e, em particular, a dos povos quilombolas. Nesse sentido, propomos a realização de um estudo comparativo entre dois territórios quilombolas localizados na região do Baixo Tocantins, o território quilombola de Araquembaua no município de Baião/PA e o território quilombola de África e Laranjituba, situado no município de Moju /PA e Abaetetuba/PA.

O trabalho está dividido em três partes, além da introdução e considerações finais. A primeira apresenta o território quilombola de Araquembaua, discute suas especificidades e dinâmicas espaciais contemporâneas evocadas a partir de um conjunto de condições territoriais, técnicas e políticas que impactaram o lugar; a segunda destina-se a discutir a realidade de África e Laranjituba, duas comunidades quilombolas que respondem como território único; a terceira parte procura produzir uma reflexão que problematize a condição espacial de ambos os territórios diante do atual cenário de avanço do capital sobre os territórios quilombolas.

2. O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA

Araquembaua é uma pequena comunidade ribeirinha formada por 160 famílias. Geograficamente está situada entre os municípios de Oeiras do Pará e Cametá, mas pertence ao município de Baião (PA). Marcado pelo isolamento geográfico, o território de Araquembaua faz frente com a margem esquerda do rio Tocantins e limita-se com as comunidades de Itaperuçu, Baixinha e Cupu (ver mapa 1).



Mapa 1. Localização da comunidade de Araquembau, Baião-PA.

Fonte: IBGE, 2015. Organização: LOPES, 2016.

Os primeiros moradores vinham de localidades próximas ou de municípios vizinhos como Cameté e Mocajuba. A ausência de impedimentos legais representou um atrativo para a ocupação, mas o lugar muito alto e de acesso restrito não permitiu um povoamento muito denso. A comunidade cresceu através da união entre parentes e a inserção de estranhos se deu, principalmente, a partir dos casamentos.

As práticas expressavam a unidade entre terra de trabalho e terra de família, denunciavam a existência de um trabalho ritmado pelo local, a manutenção da pequena propriedade, o primado do uso sobre a posse, a renda proveniente predominantemente do trabalho na terra, a baixa integração com a cidade, a forte atuação da Igreja, das associações e sindicatos no local e a pluriatividade como mecanismo de subsistência do grupo. O modo de vida era simples, marcado pelo uso comum, pelo alto grau de solidariedade e pela cumplicidade, onde a terra é meio de produção e força produtiva, é território e não mercadoria.

Situados na margem esquerda do rio Tocantins e em meio a uma densa floresta, os moradores organizaram-se de modo a extrair os recursos que lhes eram necessários à



sobrevivência. A pesca e o desenvolvimento do extrativismo vegetal garantiram a reprodução do grupo, seja pela via do autoconsumo, seja pela troca mercantil.

As narrativas dos moradores mais antigos ressaltam que não havia propriedades rurais em Araquembaua. As poucas famílias que residiam tratavam a terra coletivamente, havia, porém, uma divisão do terreno em roças para colheita que considerava como medida o valor de uma braça (2,20 m). No geral, cada família ficava responsável por tratar, em média, o equivalente a 60 braças, mas a divisão considerava a capacidade que apresentavam para realizar o trabalho.

O mutirão era um dos principais mecanismos para obtenção da produção e para a construção do necessário à sobrevivência do grupo, ainda assim, o trabalho era considerado penoso em função da pouca disponibilidade de recursos técnicos. De acordo com os moradores os quintais vão se transformando, aos poucos, nos espaços de referência para a realização das atividades agrícolas em função da proximidade das casas e do rio.

O trabalho coletivo, característico das populações assentadas tradicionalmente nas terras amazônicas é marcado por uma divisão técnica, social, sexual e etária, pelo uso pouco expressivo de tecnologias modernas, pela produção voltada prioritariamente à subsistência do grupo e por dificuldades de integração da produção com o mercado (NAHUM, 2011).

As famílias que conduziam o trabalho representam um importante elemento no processo de preservação do grupo. Elas agregam os poderes e os saberes locais. Aglutinam práticas que são pautadas na ancestralidade, na cultura, no imaginário do grupo. O papel de cada pessoa dentro da unidade familiar é fundamental para a perpetuação desse modo de vida.

A configuração espacial expressava vários usos. As roças, no centro, para a realização de atividades agrícolas, o rio para a pesca e transporte, a mata para o extrativismo vegetal e animal e a vila que servia de residência para os moradores. No território a população desenvolveu formas combinadas de trabalho, onde a agricultura, o extrativismo, a caça, a pesca e a colheita de flores configuravam as principais atividades produtivas demonstrando uma intensa apropriação dos ambientes da terra, água e floresta.

Cruz (2007) discute a existência de um sujeito polivalente na Amazônia capaz de se apropriar dos ambientes da terra, água e floresta para se reproduzir. No ambiente amazônico o trabalho conduzido pela unidade familiar surge como elemento central da produção camponesa, trabalho que evoca uma combinação de atividades como agricultura, pesca, extrativismo, caça, entre outras.

O modo de vida em Araquembaua expressava as relações estabelecidas entre o grupo e o meio geográfico natural, relações que eram mediadas pela produção de técnicas e



pela invenção de estratégias de sobrevivência e intervenção na natureza. É um modo de vida que considera o tempo da água para a realização da pesca, o tempo da floresta para a caça e o extrativismo e o tempo da terra para a agricultura. O meio natural predominava, mas é no interior desse período que surgem os germes da mudança.

Em 2000 um processo coletivo de titulação de terras quilombolas foi enviado ao ITERPA totalizando 26 pedidos de Titulação Coletiva de Remanescentes de Quilombos. Todas as localidades requerentes estavam situadas no município de Baião. O município sofria os impactos de ações estatais e políticas públicas, como a construção da UHE de Tucuruí, a criação de um polo madeireiro em Cametá e a instalação de um polo energético em Baião com base no desenvolvimento da cultura do dendê. Baião passava a integrar o território do dendê na Amazônia paraense.

De acordo com Manyari (2007), o impacto das políticas estatais na região do Baixo Tocantins foi intenso. A autora recorda o processo de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí (1974-1984) responsável por produzir mudanças na vazão do rio Tocantins que atingiram pelo menos quatro municípios: Baião, Mocajuba, Cametá e Igarapé-Miri. A construção da hidrelétrica impactou profundamente o território de Araquembaua. Havia, na época, uma expectativa que associava o empreendimento ao progresso, a chegada da energia elétrica, ao desenvolvimento de serviços e de uma infraestrutura mínima que representasse um pouco mais de qualidade de vida, mas nada disso se cumpriu.

A entrada das madeireiras na órbita de atuação do município também foi relevante. O polo madeireiro instalado em Cametá atraiu trabalhadores do município de Baião e esvaziou o território de Araquembaua, provocando um intenso processo de desterritorialização. Além disso, no final da década de 1980 algumas pessoas portando documentos de origem duvidosa passaram a reclamar a posse da terra. A ameaça da posse sobre o uso em Araquembaua produzia um presente incerto e projetava um futuro improvável. O conjunto de condições territoriais, técnicas e políticas que se expressava evocava a assunção de uma resposta mais contundente.

Somam-se a todos os condicionantes as evidências históricas, antropológicas e geográficas que indicam ser o Baixo Amazonas uma região tradicionalmente ocupada por remanescentes de quilombos. De acordo com Pinto (2015), a presença negra de forma ancestral no território do Baixo Tocantins é inquestionável, ainda que esteja invisibilizada.

A adesão ao processo coletivo de titulação de territórios quilombolas enviado no ano 2000 ao ITERPA sinalizou a perspectiva adotada pelo grupo como forma de resistência. A titulação quilombola serve de freio à ameaça da posse sobre o uso e nesse sentido, configurou uma importante estratégia territorial (DINIZ; TUBALDINI, 2015).



O meio técnico, dessa forma, possibilita a penetração dos grandes projetos, colabora para o adensamento da exclusão, acirra a disputa pela terra compreendida principalmente como recurso, exhibe a perspectiva areal adotada pelas políticas públicas, mas, contraditoriamente, cria as condições para que os povos tradicionais amazônicos se articulem, resistam e lutem por seus territórios. A terra-território é identidade, é símbolo de pertencimento.

A titulação do território foi conquistada em 2002. A titulação quilombola representou um acontecimento importante dentro da comunidade, uma vez que as pessoas sinalizam perceber as diferenças entre o antes e o agora. Porém, ela não foi capaz de ajudar a superar a pobreza imposta historicamente ao território. Ao contrário, as inquietações relativas à inoperância das políticas públicas que deveriam ter colaborado para o estabelecimento de uma melhor qualidade de vida para os moradores após a titulação, são muito intensas.

3. O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ÁFRICA E LARANJITUBA

O “território quilombola do Caeté”, onde hoje se encontra o quilombo de África e Laranjituba pertencia ao grande proprietário conhecido na época como Raimundo Barata, ligado ao governo colonial português. Sua fonte de poder e riqueza foi edificada a partir da extração de madeira e produção de cacau. Ele se deslocava até Belém para adquirir escravos. Comprava poucos homens e muitas mulheres num local afastado chamado Fazenda. Esse local não tinha finalidade de produzir cacau, nem criar gado, mas garantir a geração de homens para serem criados e escravizados.

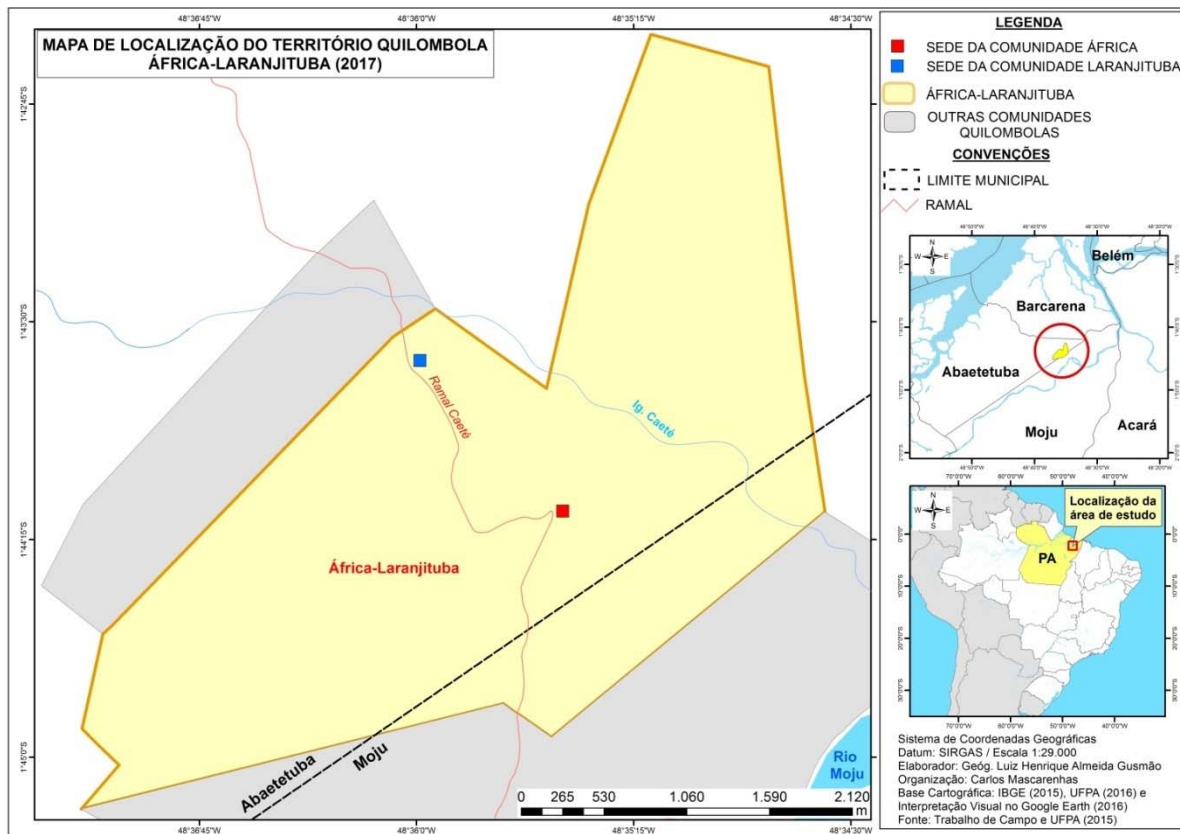
Para isso, comprava apenas dois ou três homens devido ao preço elevado e vinte mulheres cujo preço era bem mais em conta, sendo que os homens tinham que engravidar essas mulheres para gerar futuros escravos. Caso os escravizados se recusassem a exercer a função de reprodutores, eram cruelmente castigados. Em decorrência disso, houve uma revolta dos escravizados e o proprietário das terras foi assassinado. A partir daí tem início o processo de formação das comunidades quilombolas de África e Laranjitubacriadas respectivamente em 1980 e 1985.

O quilombo de África e Laranjituba recebeu o título expedido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) ⁴ em 2008 com área de 1.108,19 ha com parte da área no Moju (PA) e parte em Abaetetuba (PA). Cada família dispõe de uma porção de terra não delimitada por fronteiras precisas para ser explorada. O uso do território quilombola não se esgota no âmbito fundiário. A terra é considerada um elemento fundamental para a espacialidade do

⁴ Consultar <http://www.iterpa.pa.gov.br/content/quilombolas>



gênero de vida desses grupos, no entanto está longe de representar o conjunto de suas demandas. São 193 habitantes, 82 habitantes em África e 111 em Laranjituba, distribuídos em 72 famílias (ver mapa 2).



Mapa 2. Território Quilombola África e Laranjituba

Fonte: IBGE, 2015. Organizador: MASCARENHAS, 2017.

O modo de vida em África e Laranjituba se encontrava num patamar em que as comunidades, por meio do seu trabalho, resignificavam o meio geográfico natural para assegurar as suas condições de sobrevivência. Ainda sim, os ciclos da natureza ditavam o ritmo de produção e consumo do grupo.

A reprodução da existência do lugar se dá a partir da dinâmica de produção nas roças, que corresponde a uma agricultura familiar e diversificada. O tamanho dos terrenos varia de uma até seis tarefas⁵ conforme o número de braços quilombolas para cultivar a terra e produzir alimentos para o consumo familiar ou pequenos excedentes para complementar o orçamento por meio da venda de produtos, configurando *uso do território*.

⁵ Uma tarefa corresponde a 0,3 hectares.



Por isso, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2014, p. 138).

É no trato diário, na familiaridade e no convívio com a área e o uso do território que as comunidades do quilombo organizam suas práticas espaciais para o autoconsumo e para a comercialização. O uso coletivo procura garantir a satisfação das demandas do lugar, resguardando as condições territoriais de existência do quilombo. Configuram-se estratégias espaciais que procuram fugir da situação histórico-geográfica de opressão promovida pela ocupação da Amazônia.

Essa caracterização tem forte relação com as tradições culturais coletivistas que conseguem reunir condições de reprodução mesmo em situações que ameaçam sua existência. É a “*territorialidade* como sinônimo de *pertencer a aquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado” (SANTOS e SILVAIRA, 2013, p.19). A área das roças, entre uma e duas tarefas, é determinante na obtenção da renda para complementar o consumo das famílias, embora não a única, demonstrando a importância das pequenas roças para a reprodução do gênero de vida quilombola.

A extração e o manejo de açaí e de mandioca ganham destaque como as principais atividades agroextrativistas. A mandioca, por exemplo, é cultivada em todas as roças. As demais culturas, criações de animais, caça, pesca aparecem como complementares. Ressaltamos que o uso do território no quilombo reúne diversas atividades que garantem a permanência desses gêneros de vida, conforme nos sugere Castro (1998, p.5), “o território é o espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo”.

É no trato diário, na familiaridade e no convívio com a área e o uso do território que as comunidades do quilombo organizam suas práticas espaciais para o autoconsumo e para a comercialização. O uso coletivo procura garantir a satisfação das demandas do lugar, resguardando as condições territoriais de existência do quilombo.

Configuram-se estratégias espaciais que procuram fugir da situação histórico-geográfica de opressão promovida pela ocupação da Amazônia. Como lembra Silveira (2011, p.5) “o território constitui, através dos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando também à fusão entre o local, o global invasor e o nacional que [...] fica às vezes sem defesa”. O meio natural ditava o ritmo de vida das comunidades, no entanto, as especificidades do lugar começam a sentir o anúncio de mudanças a partir de um conjunto de proposições técnicas e políticas lançadas para a Amazônia. Trata-se do meio técnico-científico informacional dando pistas de sua lógica.



Em 09 de junho de 2015 o Governo Federal lança a proposta de construção da ferrovia Açailândia (MA) até Barcarena (PA). A informação da proposta de construção da ferrovia chegou às comunidades do quilombo de África e Laranjituba por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP), dando início ao processo de pressão ao nível da *psicosfera* (SANTOS, 2009) sobre o lugar, resultando na mobilização das 72 famílias a partir de 2015.

A Associação de Quilombos do Baixo Caeté África e Laranjituba (AQUIBAC) demonstrou preocupação em relação ao futuro das comunidades do quilombo frente ao projeto ferroviário, porque as investidas dos grandes projetos sobre os territórios de populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas trazem um histórico repleto de violações que representam a força da perspectiva de espaço vazio ou areal nas políticas de Estado para a Amazônia.

Os riscos que ameaçam a reprodução dos gêneros de vida que o projeto carrega fez a associação reunir os moradores para planejar e encaminhar ações de caráter preventivo para fortalecer a defesa do território quilombola. Desse modo, como nos sugere Martins (1993, p. 64), “existe, também, a *resposta da vítima*. Na realidade, o processo não é unilateral”. Dentre as ações delineadas, percebemos a elaboração de uma *cartografia social* que permitisse identificar o traçado planejado da ferrovia e o possível tipo de impacto socioespacial daí resultante.

4. LUTAS E DESAFIOS COMPARTILHADOS

As narrativas sobre Araquembaua e África e Laranjituba denunciam situações geográficas que trazem especificidades, mas que compartilham temporalidades e meios geográficos comuns. Como afirmamos alhures a formação territorial rural da Amazônia revela um traçado territorial atravessado por estágios da técnica, da política e do território usado, não no sentido de evolução, mas de sucessão e coexistência.

É com essa perspectiva que pensamos as lutas e desafios compartilhados por esses dois territórios. Gestados no meio natural amazônico, os territórios quilombolas construíram estratégias territoriais para garantir sua sobrevivência, seja na invisibilidade planejada no silêncio das florestas ou no grito organizado dos povos pretos. É no período agrário ou meio técnico, porém, que eles são pressionados a ressemantização de suas práticas.

O avanço do capital sobre o solo amazônico revela a face excludente da globalização dos povos, a terra é reclamada por projetos exógenos ao lugar, novos atores e novas territorialidades se sobrepõem às antigas, não sem resistências e lutas. De acordo com Nahum (2017, p.10) é “a terra o grande objeto de disputa, posto que o grande



capital reivindica a terra que o camponês caboclo, ribeirinho, quilombola ou agricultor familiar usava há três séculos e meio, sem nunca se preocupar com a titulação”.

O Estado exerce no período agrário o papel de criar as condições jurídicas, políticas e financeiras para a consolidação dos grandes projetos ao mesmo tempo em que tenta realizar a mediação com as populações afetadas por eles, todavia, as contradições evidentes em sua função evocam tensões e conflitos. O chão amazônico é banhado com o sangue dos quilombolas, indígenas, ribeirinhos e demais moradores que habitam tradicionalmente estas terras.

No cenário, Araquembaua vivencia um processo de revisitação a identidade quilombola recuperada em meio às lutas dos povos pretos rurais da Amazônia, luta que traz como centralidade o domínio territorial, uma vez que o território é vida, condição de existência e perpetuação da identidade. África e Laranjituba, por sua vez, presenciam o avanço sobre seus territórios de projetos que se outorgam desenvolvimentistas, mas que, na prática, desconsideram a vida e os sonhos daqueles que habitam ancestralmente o lugar.

No período rural o agravamento das tensões entre o grande capital e o camponês resulta em mobilizações e fortalecimento da luta pelo domínio territorial, domínio questionado de forma recorrente por setores agrários interessados na renda da terra e na transformação das relações produtivas do campo. E como estamos tratando de sucessão e coexistência, é possível afirmar que os velhos problemas que se configuram desde o meio natural na Amazônia não foram superados de um período para o outro eles, em geral, se alargaram e evocaram articulações territoriais cada vez mais contundentes no período rural.

Araquembaua passou a articular encontros para discutir a gestão do território titulado, um percentual significativo de moradores se tornou membro da associação quilombola (ARQIB) e começou a participar dos encontros dos povos quilombolas que acontecem na região, a comunidade iniciou discussões sobre a efetivação da educação quilombola como componente da conquista territorial e adensou a luta pelas cotas para que seus jovens estudantes tenham direito ao ingresso em instituições de nível superior. De forma semelhante, o quilombo de África e Laranjituba vem adensando suas mobilizações políticas em sentido semelhante.

As narrativas dos moradores anunciam que o rural, para além, das representações que o exibem como o espaço do convívio, da inclusão, da geração de renda e do crescimento econômico, está sendo marcado pela resistência cada vez mais articulada dos povos pretos que, ao contrário da inércia concebida, trazem no vivido a sorte da luta e da



insurgência. O quadro 1 exibe algumas das estratégias de resistência territorial utilizadas pelos dois territórios quilombolas na atualidade.

Estratégias de resistência territorial: Araquembaua, África e Laranjituba		
Articulações dos territórios	Araquembaua	África e Laranjituba
Participação em Associações Quilombolas	90%	100%
Participação em encontros dos povos quilombolas	60%	90%
Luta pela efetivação da educação quilombola	70%	100%
Luta pelo acesso às cotas para estudantes quilombolas em IES	100%	100%

Quadro 1: Estratégias de resistência territorial: Araquembaua, África e Laranjituba.

Fonte: Pesquisa de Campo. Organizado pelos autores, 2017.

É possível avaliar, a partir dos dados do campo, que a trajetória de África e Laranjituba, construída no seio do período camponês ou meio natural, evoca de seus moradores uma mobilização ampla na luta pelas garantias territoriais posto que a confirmação da identidade territorial já não é mais uma questão a ser discutida ou problematizada entre o grupo, apenas a ser afirmada para àqueles que de fora reclamam a posse da terra e a legitimidade dos moradores que ancestralmente a ocupam.

Araquembaua, no entanto, ainda procura suas origens e revisita sua ancestralidade quilombola, não sem conflitos entre os seus. Mas, para além do conflito, é possível perceber o movimento que os envolve. Mais da metade de uma população que atualmente chega a 1.190 habitantes distribuídos em 160 famílias participa de encontros dos povos quilombolas, 90% dos moradores está associado à ARQIB (Associação de Remanescentes de Quilombos de Igarapé Preto a Baixinha), a comunidade já compreende que a educação quilombola é um importante componente da luta territorial, visto que assegura a preservação da identidade e garante a (re) existência do grupo e é intenso o anseio e luta pelas cotas para que os jovens conquistem o ingresso às universidades e retornem ao território trazendo perguntas e respostas que são gestadas por moradores e para moradores. Estão, por assim dizer, aprendendo a ser, aquilombando-se.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que há especificidades oriundas dos processos de constituição de cada um destes territórios, porém, percebem-se também semelhanças. Os



dois territórios se constituíram no período camponês ou meio natural, onde a terra era o principal meio de produção e a família a condutora do trabalho e das práticas sociais. Predominava o uso sobre a posse, portanto, não havia preocupações com a titulação da terra. Mas a partir do final da década de 1960, os grandes projetos que são lançados na Amazônia passam a requerer matéria-prima, terras e territórios, novos sistemas técnicos são edificados e a ameaça chega através do avanço de interesses exógenos ao lugar.

Ambos os territórios se organizam. O primeiro para garantir a titulação e posse da terra usada ancestralmente, o segundo para evitar o avanço de projetos desenvolvimentistas que trazem perspectivas areais e desconsideram os usos e as pessoas do lugar. Configura-se o agrário, marcado por tensões e conflitos entre os interesses do tripé Estado/Mercado/Capital e os dos povos quilombolas.

Como há sucessão e coexistência de meios geográficos na formação territorial rural da Amazônia, o meio técnico-científico-informacional ou período rural, aglutina a permanência de muitas características do período camponês e do técnico. Atualmente as lutas e desafios orbitam em torno da reivindicação por efetivação das políticas de Estado prometidas aos povos quilombolas através dos marcos legais e pelo enfrentamento ao avanço do capital. Em ambos os casos a questão do domínio da terra torna-se crucial. São territórios revisitados constantemente por comandos exógenos cujo interesse é a monopolização da renda da terra e a subordinação dos territórios e das territorialidades ancestrais para fins de garantia da reprodução ampliada do capital.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edna Maria Ramos. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA** Nº 092. Belém, 1998. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/239>. Acesso em: 08 Jan. 2017.

CRUZ, Manuel de Jesus MasuloDa. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese (doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

DINIZ, R. F; TUBALDINI, M. A. S. **Desterritorialização camponesa e reterritorialização quilombola**: as territorialidades afro-brasileiras enquanto estratégias de resistência socioterritorial dos quilombos do Alagadiço, Minas Novas – Vale do Jequitinhonha – MG. Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE. São Paulo, 2015.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MANYARI, Waleska Valença. **Impactos Ambientais a Jusante de Hidrelétricas**. O caso de Tucuruí, PA. Tese de Doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro, RJ. 2007.



NAHUM, J. S. De ribeirinha a quilombola: dinâmica agrária de comunidades rurais na Amazônia paraense. **Campo Território**: revista de geografia agrária, v. 6, n.12, p. 79-103. 2011

_____. **Formação territorial e rural da Amazônia**. Projeto de Pesquisa. Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia – GDEA/UFPA. Belém, 2017.

PINTO, B. C. M. Historiografia, resistência negra e formação dos quilombos na Amazônia Tocantina. In: FELDMAN, A; BERLESI, J; NUNES, F. A. **Historiografia**: novos debates, novas perspectivas. UFPA. Cametá, 2015.

SANTOS, M. **Território, Globalização e Fragmentação**. Hucitec/Anpur. São Paulo, 1998.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**– Ano. 1 – n.1.1999.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp. 2009.

_____. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20ª Ed. São Paulo: Record, 2011.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014.

SILVEIRA, Maria Laura. Território Usado: Dinâmicas de Especialização, Dinâmicas de Diversidade. **Revista Ciência Geográfica - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro – 2011**. Disponível em: <http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/revista%20inicial.htm>. Acesso em: 25 Nov. 2016.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. 17ª Ed. Editora Record. São Paulo, 2013 (2001).



GT 02 - Movimentos Sociais e Lutas Sócio-Territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

LUTAS SOCIAIS NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 EM SÃO LUÍS – MA¹

Andressa Brito Vieira (UFMA)²
andressa_brito5@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa as Manifestações de Junho (MJ) de 2013 em São Luís, a partir do contexto da recente crise econômica e da sua relação com as classes sociais e com o Estado. Objetiva-se analisar a organização, reivindicações, ações e reações dos grupos/movimentos sociais atuantes nessas manifestações e respostas do Estado às reivindicações. Metodologicamente, realizou-se pesquisa em documentos oficiais, entrevistas e análise dos sites dos protestos e oficiais (prefeitura municipal, governo do estado e câmara legislativa estadual). Para analisar as questões foram utilizadas as categorias lutas sociais, Estado e classes sociais. Considerando as crises econômicas inerentes ao Capitalismo e que diante delas as lutas sociais acirram-se, exigindo da classe trabalhadora organização em grupos/movimentos sociais para resistir, afirma-se que as MJ são expressões das lutas sociais que se atualizam e se redefinem, tanto que devido à correlação de forças os resultados dessas manifestações caminharam para polarização ideológica. Em São Luís, as ações políticas posteriores às MJ que tentaram garantir uma pauta progressista, aos poucos cessaram, assim como alguns militantes desse período serviram de sustentação para movimentos sociais conservadores ou reacionários, processo viabilizado pelos meios de comunicação, atuantes em todo o processo. Assim, não se trata de um panorama político local/nacional, mas de um processo que se desenvolve internacionalmente evidenciando que as recentes manifestações globais e brasileiras são lutas sociais estruturais que se atualizam constantemente.

Palavras-chave: Manifestações de Junho de 2013, Estado, Lutas Sociais, Classes Sociais, São Luís.

1. INTRODUÇÃO

As manifestações políticas, expressões das lutas sociais, sempre emergiram na capital maranhense em diferentes contextos devido aos vários processos de exploração desse território pelo grande capital que, associado a administrações públicas

¹ Este trabalho é um recorte da Dissertação de Mestrado intitulada “A “ILHA REBELDE” DE NOVO? Lutas Sociais e Estado nas Manifestações de Junho de 2013, em São Luís – MA” apresentada no Programa de Pós-graduação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em 2016.

² Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e supervisora na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão (SEDIHPOP).



comprometidas com os interesses das classes dominantes, resultou num cenário bastante desigual, evidenciado pelos indicadores sociais negativos.

Compreender o processo de lutas sociais em São Luís exige inicialmente que se compreendam as lutas sociais empreendidas no campo do Maranhão. Os conflitos agrários³ entre os trabalhadores rurais (produtores rurais e posseiros) e latifundiários intensificaram-se a partir dos anos 1960, concomitantemente ao deslocamento da expansão capitalista do eixo Sul - Sudeste para o Norte do país. A instalação de “projetos desenvolvimentistas” (projetos industriais) nas décadas de 1970 e 1980, como o Projeto Grande Carajás (PGC) da Companhia Vale do Rio Doce⁴ (CVRD) e a Implantação da Indústria do Alumínio da ALCOA – ambos apresentados à população local como sinônimo de progresso e desenvolvimento – foram decisivos para as lutas sociais em São Luís (cidade que recebeu grande parcela das pessoas expulsas do campo).

Desse modo, as lutas que se desenrolaram na cidade de São Luís são produto de um crescimento desordenado da área urbana e conseqüentemente de uma desigualdade social gigantesca. Dentre um extenso histórico das lutas sociais em São Luís elencam-se a Greve de 51, movimentos pela moradia, “Greve da Meia Passagem” (1979), “Comitê de Defesa da Ilha” (1980), “Movimento Reage São Luís” (2004).

Diante do contexto da crise do Neoliberalismo desencadeada desde 2006 e com auge em 2008 devido ao esgotamento das instituições financeiras, mais uma vez as manifestações expressaram as lutas sociais nas ruas ludovicenses no contexto das Manifestações de Junho de 2013 que aconteceram em todo o país.

Essas manifestações inserem-se no conjunto dos inúmeros protestos que eclodiram a partir de 2011 em praças do mundo inteiro em resposta a essa crise do capitalismo e ao agravamento da questão social, como a Primavera Árabe (no final de 2010) no mundo árabe, Movimento Indignados (2011) ou 15 M na Espanha, Occupy Wall Street (2011) nos Estados Unidos, o movimento dos estudantes no Chile (2011-2012).

As complexas MJ, iniciadas em São Paulo em 06 de junho (e arrefecidas no final do mês) alastraram-se como epidemia pelo resto do país, apresentaram modificações na composição sociopolítica dos manifestantes, nas abordagens da mídia, e também na pauta

³ Nesse período, o governo José Sarney (1966-1970) institucionalizou no território maranhense a *grilagem* e executou várias ações legais e de infra-estrutura para atrair capitais sulistas e estrangeiros como a construção de estradas estratégicas e a Lei de Terras (Nº 2.979/1969 regulamentada pelo Decreto Nº 4.028/1969) também conhecida como Lei Sarney que facultava “a venda das terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios, podendo requerer cada um até três mil hectares” (ASSELIN, 2009, p.152).

⁴ A partir de 2008, a CVRD passou a se chamar Vale.



de reivindicações. Portanto, não foram homogêneas nem organizadas de modo uniforme e, conforme estudiosos, desenvolveram-se em várias fases.

2. O JUNHO LUDOVICENSE

Em São Luís, as manifestações se iniciaram tardiamente. O primeiro ato na capital maranhense ocorreu no dia 19 de junho, doze dias após o primeiro ato em São Paulo, o que permite afirmar que foram influenciadas pelas características da terceira fase das manifestações em âmbito nacional:

iniciada entre 19 e 20 de junho, é marcada por uma enorme cacofonia, que inclui: a **adesão das manifestações aos lemas e bandeiras com que a mídia pautara** o debate público já na segunda fase; **o repúdio aos partidos** (sobretudo os da esquerda do espectro ideológico) e a todos os direitos sociais historicamente reivindicados; quebra-quebra como expressão de repúdio ao capitalismo; **entrevistas de políticos opositores ao governo federal** repercutindo a pauta da mídia etc. (PINHEIRO, 2013, p.161, grifos meus).

No período de 19 de junho a 01 de julho foram realizados trinta e três protestos nas áreas centrais da cidade de São Luís, em bairros descentralizados localizados na zona rural e nos demais municípios da Ilha do Maranhão (São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), duraram aproximadamente quinze dias. O “#VEMPRARUA! São Luís” (19 de junho) e o “Acorda Maranhão” (22 de junho) foram os principais atos em São Luís.

Essas manifestações apresentaram formatações similares às demais cidades brasileiras, mas exibiram traços particulares quanto à configuração social e às lutas sociais locais.

Sobre a identidade de quem organizou as manifestações, observa-se que, diferentemente de São Paulo, os protestos em São Luís não foram organizados pelo “Movimento Passe Livre -São Luís”, já que nesse período estava inativo na cidade.

De acordo com Costa (2013), os protestos formaram dois tipos de movimentos: os produzidos espontaneamente, e os organizados pelos modos tradicionais, através de sindicatos, federação de trabalhadores, etc.

Em São Luís, os protestos organizados de modo tradicional foram: “Periferia vai ao centro” (25/06), convocada pelo Quilombo Urbano, Luta Popular e CSP-Conlutas; a Manifestação dos indígenas (24/06) em frente à Funasa organizada por indígenas pertencentes às etnias Canela, Guajajaras e Kre-y; o Grito da terra (18/06), que ocorreu antes do grande ato do dia 19 e contou com a presença de muitos trabalhadores rurais; e os que aconteceram nos bairros da zona rural e municípios vizinhos, majoritariamente gestados por professores, alunos e funcionários de escolas próximas e por moradores.



Afirma-se que estes protestos foram organizados por integrantes de movimentos sociais históricos, partidos, sindicatos e associações de bairro e estudantis. Os demais protestos que seguiam a “liturgia” da terceira fase das Manifestações nas cidades brasileiras, reforçando o discurso da “espontaneidade” e da autonomia institucional (sem partido, sindicato ou instituição), foram convocados e organizados pelas “redes sociais”.

Em mapeamento, observou-se a diversidade de organizações e matizes ideológicas presentes nas MJ, como: as juventudes partidárias (PSOL, PCB PSTU, socialista (JS/PDT), PMDB (JPMDB), socialista brasileira (JSB-PSB), PSDB, PPS); Sindicatos e Centrais Sindicais (APRUMA, CTB, CUT e CSP Conlutas, Sindicato dos Bancários); e Movimentos Sociais Temáticos (DCE/UFMA e UEMA, UBES, UNE, ANEL, CASS/ UFMA, grêmios estudantis, UJS, Fórum da Juventude Negra, PJ, grupos LGBT, grupo de Skatistas, MOQUIBOM, Movimento HipHop, Marcha das Vadias (grupo feminista), Nossa São Luís, MOVA SL.

Outro ponto de destaque das manifestações é o apartidarismo. Percebe-se a substituição das bandeiras de partidos e movimentos sociais tradicionais, principalmente os de orientação à esquerda, demarcando o discurso conservador alinhado à direita e endossado nas ruas pelos gritos de “Sem Partido”.

O depoimento “Esse movimento é apartidário. Não somos de esquerda ou direita. Não defendemos a Prefeitura ou Governo do Estado. Por isso, somos contra a presença de bandeiras de partidos aqui” (O Estado do Maranhão, 20/06/2013) evidencia que nas manifestações em São Luís (principalmente nas duas maiores) replicou-se o que acontecia no restante do Brasil: a rejeição a partidos políticos e movimentos sociais tradicionais que resultaram em agressão contra quem se identificava militante partidário (principalmente de esquerda).

Como exemplo, cita-se o episódio ocorrido no primeiro grande protesto, quando conhecido militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) foi empurrado e teve a bandeira do partido confiscada e queimada por outros manifestantes.

Discordando da agressão ele afirmou: “Nós lutamos há anos pelo direito de todos. O que vemos aqui é um movimento fascista de jovens alienados, que rejeita lutadores históricos das causas sociais” (O Estado do Maranhão, 20/06/2013).

Outro militante também expõe o descontentamento em relação à rejeição aos partidos políticos e a movimentos sociais tradicionais afirmando: *Você não pode expor quem você é, luta meio escondido.*

Diante desses relatos, é necessário historicizar o discurso do apartidarismo, que ganhou força a partir da crise da representatividade política (ingovernabilidade) dos anos 1970 e possui vinculação direta com o contexto neoliberal emergente no período. Assim, a



aparente neutralidade política (“sem partido”, “sem ideologia”) é útil ao contexto de crise neoliberal, pois a desarticulação com as históricas ideologias políticas permite que as reivindicações se direcionem para as questões pontuais e recaiam apenas sobre crítica aos governos (vistos como amorais, sem ética) perdendo, portanto, a dimensão estrutural da crítica, assim como a relação dos governos e representantes com a estrutura social de classe.

Atualmente, muitos são os grupos que, ao questionar a ideologia, visam neutralizar o conteúdo político (principalmente as perspectivas questionadoras e emancipatórias) ou ocultar a expressão dos interesses das classes dominantes. Desse modo, o discurso do apartidarismo (ou “apolítico”⁵) serviu em São Luís para ocultar esses interesses e para mascarar os embates político-partidários, antecipando o enfrentamento para o cargo de governador nas eleições de 2014.

Diante desta conjuntura ressalta-se que participaram deste processo de direcionamento das manifestações conforme interesses político-partidários não apenas partidos de direita, mas também alguns alinhados à esquerda que possuíam concretas perspectivas nas eleições que se aproximavam.

A pauta local de reivindicações não destoou da apresentada em outras cidades brasileiras. Apesar de difusa e ampla, convergia para a busca de melhores serviços públicos de educação, saúde, transporte, infraestrutura, saneamento (abastecimento de água/esgotamento), segurança pública e rechaço a figuras políticas, sendo coerente com o habitualmente solicitado em protestos anteriores na cidade.

A organização das Manifestações de Junho em São Luís combinou estratégias *online* (virtuais) e *off-line* (presenciais), ou seja, convocados majoritariamente através de páginas no *Facebook*, nas quais aconteceram reuniões para debate e decisões sobre a configuração dos atos. A organização estendeu-se para o ambiente físico com a realização de assembleias convencionais em universidades ou praças públicas, panfletagens, outras formas de divulgação.

Durante as manifestações em São Luís, as ações presenciais seguiram o “modelo” de ações desenvolvido em todo o país: oficinas de cartazes, passeatas destinadas a órgãos públicos (Assembleia Legislativa Estadual e sedes da prefeitura e governo), a emissoras de televisão (TV Mirante) e casa de políticos, utilizadas durante as manifestações das áreas centrais da cidade. Os protestos mais descentralizados lançaram mão de ações mais

⁵ Os discursos que enfatizam as MJ como apolíticas são ainda mais complicados pois não negam apenas siglas partidárias, mas a própria política. Essa concepção é extremamente equivocada já que qualquer tipo de ação reivindicatória é naturalmente política. Esses discursos associam a Política apenas a seu componente representativo.



peculiares às manifestações na cidade, como Castro e Rogens (2014, p.178) explicam: “no Maranhão, uma das formas mais usadas para chamar atenção em atos de protestos são **os bloqueios de ruas e avenidas com a queima de lixos e pneus**” [grifos meus].

As ações *online* utilizaram a Internet e “redes sociais” para organização, divulgação e apresentação da versão dos manifestantes, principalmente sobre fatos relacionados aos embates com policiais ou notas explicativas.

Compreendendo essas manifestações no campo das lutas sociais, afirma-se que elas são expressões dessas lutas. A atuação das ações políticas e dos movimentos populares das classes dominadas transita nos limites da estrutura do Estado e de sua Democracia Liberal burguesa, demonstrando que a lógica do Estado age em um mesmo movimento, elaborando o consenso e executando a coerção. Desse modo, analisam-se quais foram as respostas dadas pelo Estado, de caráter concessivo ou coercitivo, nos níveis municipal e estadual.

As ações propostas prefeitura como resposta às Manifestações atendiam as áreas da Educação, Saúde, Cultura, Mobilidade Urbana, Participação Política.

Em relação às respostas dadas pelo governo do Estado, a única ação concreta do governo estadual apontada como resultado da pressão das MJ foi a extinção do Conselho de Gestão Estratégica de Políticas Públicas de Governo (CONGEP), conhecido como “Conselhão” ou “Bolsa Eleição”, após ser denunciado por parlamentares estaduais opositoristas, ganhando repercussão entre os manifestantes nas ruas.

O poder Legislativo (Câmara Municipal e ALEMA) também se posicionou sobre as manifestações. Na Câmara Municipal os discursos foram bastante controversos. Alguns, ao mesmo tempo em que se reconheciam como parte do processo assumindo as responsabilidades e críticas para si, outras vezes pareciam esquecer o local de representação que desempenham. Outros narravam suas histórias pessoais para demonstrar familiaridade ao ambiente das manifestações e reivindicações, resgatando um passado de engajamento.

Na Assembleia Legislativa, os discursos oscilaram entre assegurar a relevância do momento político e protagonismo dos jovens, a ênfase no discurso do apartidarismo ou as críticas ao governo federal, municipal e estadual. Essas narrativas visavam a indicar o alvo político das manifestações, que dependiam da posição política ocupada pelo parlamentar: governista ou oposição.

Em relação às respostas coercitivas, observa-se que, como as manifestações iniciaram-se tardiamente em São Luís, os órgãos de segurança pública puderam elaborar previamente estratégias de ação para os protestos.



A fragilidade nos registros de abusos policiais também é sintomática. Durante o período das MJ, as informações oficiais repassadas pelos órgãos de segurança pública expuseram apenas um caso de abuso policial, formalmente registrado.

Contrariando a insuficiente documentação oficial sobre os casos de abuso policial apresentada pelas instituições de segurança, um entrevistado assegura que um grupo de advogados populares sistematizou os relatos sobre os casos de abuso policial formando um dossiê, protocolado na Corregedoria da Polícia Militar, mas sem qualquer encaminhamento.

Em relação à cobertura da Mídia local sobre os protestos, afirma-se que os jornais noticiaram as manifestações com destaque maior do que o habitual às manifestações organizadas por movimentos sociais tradicionais, que se definem como da classe trabalhadora e defendem claramente pauta progressista, como mudanças estruturais e não apenas reformistas.

O conteúdo publicado nos editoriais estabeleceu-se na recorrente disputa política dos grupos que defendem ou acusam governo ou prefeitura, conforme o lado defendido. Essa prática é corriqueira nos jornais ludovicenses, indicando a instrumentalização desses meios de comunicação pelas classes e frações de classes que associam poder econômico e político. Em todos esses exemplos, o comportamento da mídia ludovicense reafirma-a como um dos aparelhos de Estado que colaboram com a construção do consenso.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crises econômicas são inerentes ao sistema capitalista e, diante delas, as lutas sociais acirram-se, exigindo que a classe trabalhadora se organize em grupos ou movimentos sociais para realizar protestos de resistência a esse cenário adverso. As Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e em São Luís inseriram-se no âmbito dos protestos de resistência aos efeitos da recente crise do Neoliberalismo (2008).

E depois do período de intensa efervescência política dessas manifestações, surgiram alguns questionamentos sobre quais foram os seus resultados. O que aconteceu com os grupos/movimentos que atuaram nessas Manifestações?

Semelhante ao que ocorreu no Brasil, o Junho ludovicense não provocou a revolução. No entanto, ofereceu um “sopro de vida” ao processo das lutas sociais, rearticulando-as de modo conservador ou progressista, já que no modo de produção capitalista as classes dominantes e dominadas organizam-se em lutas que atravessam o Estado, e o resultado sempre dependerá da correlação de forças empreendida.



Devido à heterogeneidade de participantes, entidades, grupos, classes sociais, diversidade da pauta e disputas, as manifestações terminaram dispersas em São Luís, assim como em todo país.

Essas manifestações além de representarem em episódios pontuais mobilização de categorias de trabalhadores por melhores condições trabalhistas e coletivas, de modo geral, não existiu uma clara articulação de movimentos sociais e sindicatos capaz de organizar a multidão que foi às ruas para expressar qualquer tendência revolucionária (anticapitalista/antineoliberal). Observa-se que essas manifestações permaneceram no âmbito do reformismo político/moral, com questionamento de algumas medidas neoliberais ou de figuras políticas.

É importante lembrar que as ações políticas que tentaram dar continuidade às Manifestações de Junho e garantir uma pauta mais progressista, aos poucos foram cessando. Momentos como o #Vemprodebate -debate sobre as manifestações em Slz- e as reuniões da Assembleia Popular do Maranhão (APMA) não ocorreram mais sistematicamente e as novas ações políticas populares foram organizadas apenas por pessoas já engajadas em movimentos sociais -ou seja, com pouca renovação no “quadro” de militantes.

Igualmente problemático foi o fato de alguns militantes desse período se transformarem em sustentação para movimentos sociais de perspectiva ideológica conservadora ou reacionária, promovidos pela força da propaganda dos meios de comunicação, intensamente ativos em todo o processo. Como exemplo, cita-se o grupo “Acorda Maranhão”, formado pelas classes médias e não por integrantes materialmente das classes dominantes mas que, por comungar de ideias defendidas pela direita, foi utilizado como peça fundamental para sustentar os movimentos conservadores que se fortaleceram em São Luís, principalmente em 2015 e 2016.

Contrariando os discursos iniciais de rompimento com formas institucionais de representação e hierárquicas, o “Acorda Maranhão” institucionalizou-se com o nome de Instituto Acorda Maranhão (IAMAR). Antes ou depois das Manifestações de Junho, a corrupção foi uma temática central para o “Acorda Maranhão”, tanto que esse foi o mote dos seus atos, mostrando que essa temática naturalizou-se como única razão de todos os problemas sociais, o que facilitou sua adesão ao MBL.

O MBL ganhou corpo em São Luís e, várias vezes, reuniu contingentes significativos de militantes (empresários, maçons, entidades sindicais de categorias como policiais civis e federais) na Avenida Litorânea, orla marítima e um dos M² mais caros da cidade.



Essa capacidade de organização da direita, mesmo posteriormente às manifestações iniciais, permitiu-lhe alcançar espaços maiores, como as universidades. Em 2015 foi criado o Instituto Liberal do Maranhão (ILIMA). Em 2016 houve a conferência estadual dos Estudantes pela Liberdade (EPL) em Imperatriz e o primeiro Encontro da Juventude Conservadora da UFMA em São Luís.

Percebe-se que os movimentos sociais dos “dominantes” disfarçam seus interesses políticos, criando a aparência constante de que são interesses do “povo-nação” (MACHADO, 2014). Assim, apresentam “seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade e apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas” (MARX, 2007, p.48).

Esse cenário demonstra que o processo das lutas sociais não se encerrou e já se estende. As MJ que iniciaram com uma tendência progressista - evidenciada pela sua pauta de reivindicações - terminaram com um saldo conservador, devido ao fortalecimento de ações políticas e movimentos sociais empenhados em manter a configuração social desigual vigente. No caso de São Luís, por mais que algumas medidas tenham sido adotadas para um direcionamento mais à esquerda, a organicidade não foi suficiente. Além disso, permanece a dificuldade (e necessidade) de transpor a montanha do autoritarismo e preconceito das elites que, instrumentalizando recursos ideológicos, transferem os resultados de sua exploração para as próprias classes dominadas ou, em última instância, manipulam suas manifestações e confundem suas reivindicações.

Contudo, este não se trata de um panorama político exclusivamente local e nacional, mas de um processo que se desenvolve internacionalmente, evidenciando que as recentes manifestações globais e brasileiras são lutas sociais estruturais que se atualizam constantemente.

REFERÊNCIAS

ASSELIN, Victor. **Grilagem**: Corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz: Ética, 2009.

CASTRO, Cláudio; ROGENS, Bruno. Jornadas de Junho no Maranhão: as ruas e as redes como espaço de reivindicação. In: MORAES, Alana; GUTIÉRREZ, Bernardo et al. **Junho**: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.p.178- 199.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Eufma, 2006.

_____. “Sarney Ladrão, devolve o Maranhão!”: convergências e singularidades dos protestos em São Luís. **Jornal Vias de Fatos**, São Luís, jul. 2013. Opinião, p.3.



- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- MACHADO, Eliel. Contribuições para uma teoria política marxista dos “movimentos sociais”. **Demarcaciones**. n. 02, p.102-117, out. 2014.
- MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- NETO, Nilo Cruz. **Orçamento Participativo: o processo de implementação em São Luís**. 2009.159f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, 2009.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PINHEIRO, Jair. Manifestações de junho fechando o outono. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.17, n.31, p. 153 -165, jul./dez. 2013.
- SAES, Décio. Democracia. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- SERRANO, Pascual. Democracia e Liberdade de Imprensa. In: MORAES, Dênis. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.p.71-82.
- VIEIRA, Andressa Brito. **A “ilha rebelde” de novo?: Lutas Sociais e Estado nas Manifestações de Junho de 2013 em São Luís MA**, 2016. 205f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, 2016.



GT 02 – Movimentos Sociais e Lutas Sócio-Territoriais: Olhares Sobre a África e a América Latina

EDUCAÇÃO PARA A TERRITORIALIDADE: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ

Giovana dos Anjos Ferreira¹
giovanaosanjos@hotmail.com
Tony Welliton da Silva Vilhena²
tonysvilhena@hotmail.com

RESUMO

Territorialidade, esta capacidade comunitária de conceber o espaço para além do instituto jurídico da posse, vislumbrando relações sociais, alimentando o sentimento de pertencimento ao coletivo, é um dos princípios fundamentais das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola, definida pela Resolução 08/2012 do Conselho Nacional de Educação – CNE. O presente estudo visa analisar se projetos pedagógicos desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC, em atendimento aos povos quilombolas, consideram o direito à territorialidade e como o incluem nos currículos das escolas, visto seu elevado grau estratégico para o fortalecimento identitário das comunidades. O *espírito* da territorialidade favorece a resistência e a memória nas lutas, abrindo o debate para a reivindicação dos outros direitos. A pesquisa abordou as comunidades quilombolas atendidas pela SEDUC, aplicando questionários para docentes, técnicos/as e gestores/as educacionais e lideranças quilombolas no intuito de verificar o grau de satisfação com o serviço da SEDUC e se tal serviço contribuiu para a apresentação, aprofundamento ou aperfeiçoamento do princípio da territorialidade nas comunidades.

Palavras-chave: Educação Quilombola; Políticas Públicas; Territorialidade.

1. INTRODUÇÃO

Para início deste artigo, trazemos à memória três experiências que testemunhamos e que refletem a urgência de garantia da discussão sobre o direito ao território das comunidades quilombolas no cerne da prática educativa, enquanto estratégia de inclusão e visibilidade de direitos comunitários, composição identitária e iniciação política de crianças, jovens e adultos quilombolas na defesa de seus interesses.

¹ Cientista da Religião, professora de sociologia e filosofia da Secretaria de Estado de Educação do Pará - SEDUC. Membro do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia da Universidade do Estado do Pará – GMSECA/UEPA. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN.

² Cientista Social, técnico em gestão pública na Coordenadoria de Educação para a Promoção da Igualdade Racial – COPIR/SEDUC. Membro do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia da Universidade do Estado do Pará – GMSECA/UEPA. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN.



No dia 14 de maio de 2015, no Fórum da Alimentação Escolar Quilombola de Oriximiná, enquanto as representações das associações quilombolas reivindicavam reformulação do cardápio e que a Prefeitura adquirisse os produtos diretamente da agricultura familiar mantida pelas comunidades quilombolas, a nutricionista do setor de alimentação escolar da Secretaria Municipal de Educação denunciou aos prantos que estava sob ameaça anônima de morte por ter proposto a alteração do *modus operandi* da aquisição, armazenamento, distribuição e preparo da nutrição dos/as estudantes, o que hipoteticamente desagradou alguns fornecedores viciados.

No dia 24 de maio de 2016, a Câmara Municipal de São Miguel de Guamá realizou audiência pública para tratar das políticas públicas implementadas em comunidades quilombolas do município. Enquanto as lideranças apresentavam as dificuldades para acesso aos serviços públicos, uma senhora da Comunidade Quilombola do Canta Galo relatou os severos ataques de fazendeiros que retiram madeira, derrubam açazeiros e cacaeiros e poluem os igarapés, contando com a inoperância do Estado e com ameaças públicas. Inclusive, um dos fazendeiros fechou a única estrada que viabilizava a passagem do transporte escolar das crianças da comunidade, fazendo-as caminhar mais de seis quilômetros para pegar o ônibus. Para a surpresa negativa da plenária, o prefeito da cidade, que participava da Audiência, na abulia política com a qual muitos políticos tratam das questões quilombolas, reagiu às denúncias prometendo que iria pessoalmente conversar com o fazendeiro, visto que eram amigos, para pedir que desbloqueasse o caminho. Desta forma, um direito básico, o de ir e vir, que estava associado ao direito à educação das crianças, ficaria pendente ao acordo de “amigos”, não garantido conforme o legislado e sem a participação direta e autônoma das maiores interessadas na questão: as famílias quilombolas.

Já no dia 12 de julho de 2016, na Comunidade Remanescente de Quilombo de Abacatal, área rural do município de Ananindeua, na confluência do populoso bairro do Aurá, ocorreu uma Audiência Pública para tratar de temas diversos, visando a melhoria das condições de vida daquela população. A organização do encontro foi da Comissão de Defesa da Igualdade Racial e Etnia e Direitos dos Quilombolas da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB/PA). Entretanto, “segurança pública” foi o tema que mereceu maior destaque na Audiência. Pois os/as moradores/as relataram o estado de pânico que havia tomado conta do local devido às sucessivas ameaças de invasão do território quilombola por criminosos que agem na vizinhança. A tensão agravava-se devido a comunidade fazer oposição e resistir à atuação de pessoas supostamente ligadas ao tráfico que buscam homiziar-se na área pertencente à comunidade.



Neste contexto de tensão, onde os espaços das comunidades quilombolas são disputados com violência por agente econômicos externos - dentro da lógica do capital, onde a terra é mercadoria - e estas populações tradicionais são relegadas pelo Estado, como exercer a prática docente sem ater-se aos problemas do redor? Qual será o resultado de uma educação que se limita às salas de aula e aos conteúdos dos livros didáticos desconectados das ameaças e oportunidades vivenciadas pelo público-alvo da ação didática? Por fim, como as políticas educacionais podem contemplar estas populações se muitas vezes elas são produto dos gabinetes refrigerados dos órgãos governamentais, elaboradas por técnicos bem intencionados, mas que estão distantes da realidade experimentada *in loco* pelos povos quilombolas? Até que ponto o “público-alvo” desta política é convidado para propor, acompanhar e avaliar a execução destes projetos?

2. A SEDUC FRENTE À TEREFA DE IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Para o estudo em tela, optou-se por analisar os projetos propostos pela Secretaria de Estado de Educação do Pará - SEDUC, especificamente pelo seu setor que trata mais detidamente de educação escolar quilombola: a Coordenadoria de Educação para a Promoção da Igualdade Racial – COPIR. Sendo que se optou pela escolha de projetos desenvolvidos somente a partir do ano de 2013, descartando-se os projetos anteriores a 20 de novembro de 2012, data da instituição da Resolução 08 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CEB/CNE, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Entre os projetos apresentados, considerando a observância da implementação da Res. 08/2012 do CNE, destacou-se o “Projeto Educação, Etnicidade e desenvolvimento: Fortalecimento de Alunos e Alunas Quilombolas na Educação Básica”³, que visa

Contribuir para elevação do ensino dos(as) alunos(as) quilombolas, através da formação continuada de professores, ampliando o acesso e permanência com sucesso a outros níveis e modalidades de ensino, diminuindo os índices de evasão e repetência, deste modo desencadeando reflexões e discussões acerca das diferentes práticas pedagógicas, por meio de diálogo entre os(as) profissionais da educação entre os(as) alunos(as) supracitados, no que tange às relações étnicorraciais e a implementação da Lei 10.639/2003 por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, conforme as áreas do conhecimento e seus componentes curriculares, na Rede Estadual de Ensino (PARÁ, SEDUC/COPIR, 2016).

³ Agradecemos à Profa. Dra. Creusa Barbosa dos Santos Trindade, coordenadora da COPIR, que autorizou a cessão de documentos para esta pesquisa.



O “Projeto Educação e Etnicidade” ao longo de três anos, ou seja, de 2013 a 2015⁴, teve levantamento numérico consolidado, registrando o atendimento de 1280 (mil duzentos e oitenta) profissionais da educação, entre professores/as, técnicos/as e gestores/as da Rede Estadual e das Redes Municipais de 16 cidades⁵ com presença de comunidades quilombolas. Merece destaque que, ao acompanharmos as notícias destas ações no blog da COPIR⁶, a maioria das formações é realizada no seio das comunidades quilombolas, o que favorece a participação da comunidade, garante maior visibilidade para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e aproxima a equipe técnica formadora da realidade social das famílias que formam estas comunidades.

Seguramente, mais de um terço dos 144 municípios paraenses possui comunidades quilombolas. Apenas levando em consideração as reconhecidas com certificação da Fundação Cultural Palmares, temos 251 comunidades espalhadas em 41 municípios⁷. Contudo, estima-se ainda a existência de mais de 150 comunidades quilombolas em processo de reconhecimento ou vinculadas a um território já certificado. Das doze Regiões de Integração - RI, nove possuem comunidades quilombolas⁸. Em busca de ampliar suas possibilidades de atendimento a estas comunidades, a COPIR busca parcerias com associações quilombolas, secretarias municipais e outros órgãos estaduais, como o Núcleo de Apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Negras e Remanescentes de Quilombos – NUPINQ – da Casa Civil da Governadoria.

Em busca da superação das dificuldades encontradas para o atendimento qualificado das comunidades quilombolas, como grandes distâncias de muitas destas comunidades dos centros urbanos de seus municípios, oferta incerta de serviços de transporte específicos para locomoção entre sede do município-comunidade quilombola-sede do município e baixa capilaridade de políticas públicas e serviços no atendimento destas populações, a COPIR promoveu o “Seminário de Integração de Educação e Políticas Públicas em Comunidades Quilombolas”, no dia 13 de maio de 2016, em parceria com o NUPINQ e a Secretaria Extraordinária de Estado de Integração de Políticas Sociais – SEEIPS. Na oportunidade, registrou-se as demandas na área educacional de diversas

⁴ Os dados de 2016 e 2017 foram descartados, devido estarem em fase de análise e consolidação.

⁵ Abaetetuba, Alenquer, Baião, Bagre, Bonito, Cametá, Concórdia do Pará, Moju, Monte Alegre, Oeiras do Pará, Oriximiná, Ponta de Pedras, Santa Luzia do Pará, Santarém, São Domingos do Capim e Viseu.

⁶ O endereço eletrônico da COPIR é www.copirseduc.blogspot.com.

⁷ Este dado limita-se às informações obtidas na Reunião Técnica sobre Educação Escolar Quilombola, realizada na cidade de Belém, no Auditório da EEEFM Visconde de Souza Franco, nos dias 27 e 28 de setembro de 2017, sob a coordenação do Ministério da Educação (Mec), por sua Coordenação-Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais (CGERER)/Diretoria de Políticas para Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais (DPECIRER).

⁸ As Regiões de Integração foram atualizadas pelo Decreto Estadual nº 1.066/2008. Nove RI possuem comunidades quilombolas: Baixo Amazonas, Caeté, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Metropolitana, Rio Capim, Tocantins e Xingu. O Decreto Estadual nº 1.346/2015 alterou o nome da RI Metropolitana para Guajará. Apenas três RI não possuem: Araguaia, Carajás e Tapajós.



comunidades quilombolas ali representadas, também, fortaleceu-se os vínculos institucionais com os departamentos de órgãos públicos federais, estaduais e municipais que tratam diretamente com direitos quilombolas.

Outro ato de presença rarefeita da SEDUC na educação quilombola deve-se ao convênio celebrado pela Res. 48/2012 do FNDE, tendo como setor executor a Coordenação de Educação de Jovens e Adultos – CEJA. A Res. 48 injetou recursos para a criação e manutenção de turmas de Educação de Jovens e Adultos formada por pessoas acima de 15 anos de idade que não completaram o Ensino Fundamental ou Médio, priorizando “os egressos do Programa Brasil Alfabetizado, as populações do campo, as **comunidades quilombolas**, os povos indígenas e as pessoas que cumprem pena em unidades prisionais” (MEC/FNDE, 2012, grifo nosso). Desta forma, exceto os/as professores/as da 1ª Etapa do Ensino Fundamental, professores/as ministravam suas aulas em módulos de 50 dias letivos de maneira intensiva, com aulas diárias, dentro de um circuito formado por quatro localidades, em revezamento por área de conhecimento. Somente em Oriximiná, das 37 comunidades quilombolas, 12 foram contempladas para receber o projeto, formando 250 quilombolas⁹.

Devido à ausência de garantias pela SEDUC de atendimento regular de Ensino Médio para as comunidades quilombolas, a COPIR contava internamente como potencial parceira na disseminação da educação escolar quilombola com o Sistema Modular de Ensino – SOME, que passa atualmente por desmonte para implantação de um modelo copiado do estado do Amazonas que prevê transmissão de aulas mediadas por tecnologia: o Sistema Educacional Interativo – SEI. Antes, fazendo o recorte no plano de atendimento à quilombolas, o SOME atendia 500 estudantes de 10 comunidades quilombolas em quatro municípios: Moju, Óbidos, Concórdia do Pará e Ponta de Pedras¹⁰.

Vale registrar que, no bojo do atendimento insuficiente da SEDUC, com inexistência de “Escolas Quilombolas” em sua jurisdição própria, ainda há o problema de sub-registro de estudantes quilombolas matriculados na Rede Estadual ocasionado pela falta de informação da identificação na matrícula, o que dificulta a elaboração de projetos e orçamentos, sem falar que afeta negativamente o recebimento dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que disponibiliza valores maiores (20% a mais) às “escolas quilombolas” (ver Res. No 32/2006 do Conselho Deliberativo do FNDE).

⁹ Dados obtidos na reportagem “Seduc cumpre meta do Saberes da EJA e devolve 14 mil alunos para as salas de aula”. Disponível em <<http://www.seduc.pa.gov.br/site/seduc/modal?ptg=5891>>. Acesso em: 13 out 2017.

¹⁰ São as comunidades Vila África, Vila Jacundá, Vila Juquiri, Vila Príncipe da Paz e Vila Ribeira, a partir da escola sede Escola Estadual Ernestina Pereira Maia, em Moju; comunidade Lago São José, Silêncio do Matá e Vila Arapucu, tendo como escola sede a Escola Estadual São José, em Óbidos; comunidade Campo Verde, a partir da escola sede Amábilio Pereira, em Concórdia do Pará, e comunidade Jenipapo, com base na escola sede Escola Estadual Ester Mouta.



Recentemente, nos dias 27 e 28 de setembro de 2017, na cidade de Belém, no Auditório da EEEFM Visconde de Souza Franco, o Ministério da Educação (Mec), por sua Coordenação-Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais (CGERER)/Diretoria de Políticas para Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais (DPECIRER), realizou uma Reunião Técnica sobre Educação Escolar Quilombola no Pará. A reunião atende os cinco estados brasileiros com maior número de estudantes quilombolas, sendo o Pará o quarto colocado.

A Coordenadora Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais Maria Auxiliadora Lopes fez a seguinte observação:

Nesse levantamento percebemos que nem todo mundo está cumprindo, de fato, a legislação escolar quilombola. Nós ainda não temos uma escola quilombola que valorize e identifique a história e cultura dessas comunidades, não estamos oferecendo uma educação básica de qualidade e por isso estamos aqui reunidos, discutindo sobre tudo isso. Como fazer a formação continuada de professores da educação quilombola? Como capacitar os gestores? Como estamos fazendo transporte escolar para as comunidades quilombolas? Todos esses questionamentos tentaremos responder nessas reuniões (CARDOSO, 2017).

Este encontro foi bem representativo. A dinâmica proposta de organização por grupos de trabalho - GTs, propiciou o aprofundamento dos debates e o detalhamento das propostas alinhavadas coletivamente, refletindo sempre sobre as principais “dificuldades” encontradas para a implementação da educação escolar quilombola para a escolha das melhores estratégias de superação. Agora, além das competências técnicas e do interesse dos Sistemas de Ensino Municipais e Estadual, cabe às associações quilombolas e suas lideranças a tarefa de cobrança e monitoramento para que estas propostas saiam do campo da ideia para o dia a dia das escolas que atendem suas comunidades.

3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TERRITORIALIDADE

Diante da complexidade, dos conflitos e das carências evidentes para a implementação da educação escolar quilombola e das limitações logísticas, infra-estruturais e econômicas da SEDUC e dos demais órgãos responsáveis pelas garantias de direitos quilombolas, eleger a territorialidade como conceito centrífugo para as abordagens de outras questões pertinentes ao cotidiano de (r)existência destes povos pode parecer demasiado.

Todavia, quando lembrada que a relação com o território é o que expressa a identidade quilombola, discutir territorialidade torna-se tarefa irrefutável em educação escolar quilombola. Pois, esta lógica está consagrada pelo próprio marco legal, como, por exemplo, o Decreto Federal nº 6.040/2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que em seu 3º capítulo, inciso II, conceitua estes territórios como



[...] espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¹¹ e demais regulamentações (BRASIL. Decreto 6.040/2007, Cap. 3, Inciso II).

Anteriormente, considerando a aprovação do Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva promulgou com o Decreto 5.051/2004 o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT - sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, tornando obrigatório no Brasil que

[...] Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação (Convenção nº 169 da OIT, Parte II – Terras, 1) .

Na atualidade, as disputas políticas em torno do direito à territorialidade quilombola ressurgem ao grande público com a proximidade da retomada do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal – STF – da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.239, do ano de 2004, onde o Partido da Frente Liberal – PFL, atual Democratas – DEM, representando os interesses da famigerada “bancada ruralista”, questiona o Decreto Federal 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. No caso, que começou a ser julgado no STF somente em 2012, contrariando o posicionamento da Procuradoria Geral da República pela improcedência da ação, o relator ministro Cezar Peluso, hoje aposentado, julgou contra a legalidade do Decreto. Já a ministra Rosa Weber abriu divergência com o relator e defendeu a improcedência ação. Em 2015, o ministro Dias Toffoli pediu vista do processo para aprofundar seus estudos sobre a questão, retornando-o para julgamento em outubro de 2017 (ainda inconcluso).

Sobre a necessidade de abordagem obrigatória das questões relativas ao território quilombola, chama a atenção o destaque feito pela CEB/CNE no Parecer 16/2012, que em seu anexo trazia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola como Projeto de Resolução, aprovado em 05 de junho de 2012, sob a relatoria da eminente conselheira Nilma Lino Gomes, afirmando que

[...] **O direito à terra aparece com centralidade nas comunidades quilombolas rurais e urbanas;** é um direito aprendido numa longa trajetória de lutas. Não obstante, se fizermos uma análise das propostas

¹¹ “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.



curriculares das escolas de Educação Básica e dos cursos de Licenciatura em nosso país, notaremos a ausência da discussão sobre as comunidades quilombolas, bem como do seu histórico de lutas pela terra no passado e no presente [...] A terra, para os quilombolas, tem valor diferente daquele dado pelos grandes proprietários. Ela representa o sustento e é, ao mesmo tempo, um resgate da memória dos antepassados, onde realizam tradições, criam e recriam valores, lutam para garantir o direito de ser diferente sem ser desigual. Portanto, a terra não é percebida apenas como objeto em si mesmo, de trabalho e de propriedade individual, uma vez que está relacionada com a dignidade, a ancestralidade e a uma dimensão coletiva. (BRASIL, CEB/CNE, Parecer 16/2012, grifo nosso).

Segue o Parecer, explicando que ausência do debate sobre territorialidade na sociedade é um problema estabelecido no Brasil com a injusta ocupação e distribuição de terras públicas desde o período colonial que excluiu indígenas, africanos escravizados e seus descendentes. Quando uma comunidade se autoatribui quilombola, reconhece a significância de sua origem étnica comum e abre no campo político uma confrontação com a história formal, impositora de uma narrativa predominante que ocultou a existência e a importância destas populações. E é aqui, nesta tensão gerada, que as possibilidades de uma ação docente que contribua para a organicidade destas populações faz-se imprescindível. Pois, uma comunidade que se autoidentifica quilombola reivindica um olhar diferenciado para si. Visto que projeta suas peculiaridades e direitos diante das instituições sociais, considerando que são povos “cuja s condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições” (Convenção nº 169 da OIT, Parte I – Política Geral, Art. 1º, 1, a).

Como afirma Ilka Boaventura Leite, “a invisibilidade dos grupos rurais negros no Brasil é a expressão máxima da ordem jurídica hegemônica e também expõe uma forma de violência simbólica” (2010, p. 18). Sendo assim, conformar-se numa prática docente desinteressada pelas causas cotidianas relativas às lutas quilombolas, que perpassam essencialmente pela afirmação da sua territorialidade, enquanto espaço de vivência comunitária, produção econômica e afirmação étnico-racial, ou que apenas reproduzem conteúdos de livros didáticos desconectados do problema, é contribuir para um projeto de sociedade que despreza à contribuição destas populações para a formação da nação, cooperando para deixá-las na marginalidade. Pois,

Da África aos quilombos, os negros construíram a sociedade brasileira. Viver, resistir, aprender, lutar, negociar, fugir, construir a liberdade exigiam aprendizagem; os quilombolas são resultados dessa longa construção. É neste processo, encontro e internalização de conhecimentos que se configura o *habitus* e que se expressa em práticas, neste caso nas práticas educativas voltadas ao uso de recursos do território quilombola amazônico (AMARAL, 2008, p. 108).



Um/a professor/a que despreza a mobilização da comunidade em torno das pautas sociais e da luta por direitos, que não valoriza a oralidade e as personagens locais e que não inclui datas e costumes tradicionais, incide-se contra as iniciativas que buscam as melhorias de vida das comunidades, isolando-se num conteudismo estéril, correia de transmissão do racismo institucional que limita por critérios raciais “as escolhas, os direitos, a mobilidade e o acesso de grupos de indivíduos a outras posições” (JONES, 1975, p. 05).

4. PESQUISA COM ATORES E ATRIZES DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

A presente pesquisa ainda está na fase de tratamento das abordagens empreendidas a/à gestores, técnicos/as, docentes, discentes e lideranças envolvidos/as na implementação da educação escolar quilombola que participaram de formações executadas pela COPIR/SEDUC, além de técnicos/as que atuaram como formadores/as.

Na tentativa de variar as regiões do Estado do Pará, que é Continental, com existência de comunidades quilombolas localizadas a dias de viagem terrestre ou fluvial, e levando em conta a dificuldade de transporte, optamos pela técnica de pesquisa qualitativa com aplicação de questionários de perguntas abertas via formulário enviado por correio eletrônico ou aplicativos multiplataforma de mensagens instantâneas em *smartphones* (o popular *Whatsapp* e o menos conhecido *Telegram*). Dividimos as abordagens em três categorias não hierárquicas ou valorativas: A) participantes/ouvintes da formação desenvolvida pela COPIR, B) técnicos/as da COPIR e C) representação da Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará.

Para participantes/ouvintes¹² das formações (categoria A), solicitamos a avaliação da formação, a avaliação do impacto da formação na mudança de sua prática didática, a avaliação se a formação contribuiu para aproximar os conteúdos abordados na sala de aula com a realidade das comunidades (luta pelo território, direitos sociais, organização comunitária) e a avaliação da atuação da SEDUC na temática. Para técnicos/as da COPIR (categoria B), foi realizada consulta sobre a realização de alguma atividade ou cooperação de alguma forma para ajudar a(s) comunidade(s) em questões de luta por direitos (certificação ou reconhecimento do território, construção de escola, atendimento público, segurança, etc.) e sobre as maiores dificuldades sentidas para desenvolver os projetos relativos à educação escolar quilombola. Por fim, perguntamos à Malungu (categoria C), na pessoa de seu coordenador administrativo Aurélio dos Santos Borges, sobre como a entidade avalia os projetos que a SEDUC vem desenvolvendo nas comunidades quilombolas, se esses projetos educativos tem contribuído para o fortalecimento da luta

¹² Para este texto selecionamos as respostas de uma liderança quilombola, três professoras quilombolas, uma gestora e uma técnica em educação.



dos/as quilombolas pelos seus direitos (à educação, à saúde, ao território) e qual a sugestão dariam para a gestão da SEDUC para a implementação da educação quilombola.

Para a categoria A, formada pelos/as participantes/ouvintes, unanimemente, o projeto de formação executado pela COPIR foi exitoso.

[A formação] me trouxe muito mais conhecimento para desenvolver na educação, contribuindo com a superação de nossas dificuldades. Com essa formação pude ter rumo para realizar minhas atividades. Pude desenvolver com mais qualidade os trabalhos em sala de aula, colocando em prática os conteúdos abordados referentes à educação escolar quilombola. A formação abriu leques de informações que temos como trabalhar em sala de aula envolvendo o aluno com sua própria realidade vivenciada no dia a dia. No qual conhece seus direitos e devem valorizar sua própria Cultura e a dos outros (Professora Elielma de Jesus Pires, quilombola do Lago do Moura – Oriximiná).

No município de Oriximiná verificamos duas ações de grande porte no quesito de participação: o projeto “Educação e Etnicidade”, desenvolvido em 2014, e o Seminário de Elaboração de Conteúdos para a Etnicidade e a Diversidade Étnico-racial, em 2015, sendo que este último contou com um dos maiores públicos registrados numa formação da COPIR, com 170 participantes, no Barracão Comunitário da Comunidade Quilombola do Lago do Moura. Este número deve-se, sobretudo, à força mobilizadora da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná – ARQMO, ao empenho das representações de cada uma das 37 comunidades quilombolas do município e à parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná. Neste encontro, as comunidades realizaram uma diagnose das escolas quilombolas, dividiram-se em grupos de trabalhos organizados por escolas representadas e definiram conteúdos aplicáveis e propostas metodológicas e posteriormente estabeleceram coletivamente os eixos e as diretrizes para o aprofundamento das discussões para a formalização da matriz curricular da Educação Escolar Quilombola de Oriximiná¹³.

O professor Manoel Lucivaldo Siqueira, coordenador de Educação da ARQMO, participou da pesquisa. Para ele,

O encontro foi bom, pela necessidade de dar continuidade nas formações nos municípios, escolas e outros. Contribui no meu aprimoramento profissional, no sentido de [implementar] as políticas afirmativas voltadas para a educação escolar quilombola e também no sentido de multiplicar essa política no meu município. Com certeza, com a formação conseguimos aproximar nossas aulas da realidade e do cotidiano da vida da comunidade, conseguindo trabalhar de forma mais clara sobre nossos direitos territoriais, levando em consideração as nossas ancestralidades, a memória, a ludicidade, a musicalidade, as energias vitais, o cooperativismo, a corporeidade, enfim, dá pra conseguir olhar de forma mais real o conteúdo de educação escolar quilombola. Oriximiná, nas comunidades quilombolas, podemos avaliar de forma positiva [a ação da SEDUC], pois tem acontecido

¹³ Disponível em <<http://copirseduc.blogspot.com.br/2015/05/oriximina-da-passo-importante-para.html#more>>. Acesso em: 13 out 2017.



as formações de acordo com as cooperações entre SEDUC, associações e outras parceiras (Professor Manoel Siqueira, liderança quilombola, coordenador de Educação da ARQMO - Oriximiná).

Na visão de uma gestora,

[A formação] foi boa porque os técnicos [da COPIR] estavam preparados para repassar o tema. Passei a dar valor ao estudante dos lugares quilombolas, inclusive, quando a formação foi no meu município, como eu estava Secretária de Educação, fiz com que a formação fosse [realizada] em uma escola da área quilombola. Aqui no meu município ainda não atingiu muito o público alvo (Professora Maria Luzia Sabá, (ex)secretária Municipal de Educação - Mocajuba).

Para as professoras das comunidades de Monte Alegre e Jacarequara, no Acará a formação realizada na comunidade

Foi muito proveitosa. Contribuindo na prática didática para a valorização e o fortalecimento do Ser quilombola. Mas precisamos de maior assistência da SEDUC no atendimento educacional da nossa comunidade (Professora Rutecleia Nogueira de Souza, quilombola de Jacarequara – Acará).

Foi boa, pois obtive informações importantíssimas. O encontro ajudou na aproximação dos conteúdos vistos em sala com a realidade dos alunos. A presença da SEDUC é boa (Professora Maria Trindade, Monte Alegre – Acará).

Na categoria B, duas técnicas da COPIR se dispuseram a contribuir com a pesquisa. Culminando suas experiências, registra-se o atendimento de pelo menos sete municípios: Abaetetuba, Baião, Bujaru, Inhangapi, Mocajuba, Santa Luzia do Pará e Tomé-Açu. Suas impressões sobre a implementação da educação escolar quilombola são as seguintes:

Nesses municípios [que realizei formação acompanhada por outro/a técnico/a] não tivemos dificuldade nenhuma, receberam muito bem o projeto. [Sendo] que esses dois momentos do Etnicidade não aconteceram na comunidade e sim na zona urbana (pedagoga Deusilene Lisboa, Especialista em Educação – COPIR/SEDUC).

Minha maior dificuldade foi de me apropriar dos conteúdos relativos aos estudos sobre africanidades, me apropriar também dos marcos legais, que regem as leis, suas diretrizes, e de que forma podem ser trabalhados nas áreas de conhecimento da Educação Básica. Pois desconhecia a Lei 10.639/03, e nunca participei de discussão, roda de conversa ou algo relativo à produção do discurso voltado a análise histórica do negro no Brasil e no mundo. Haja vista que iniciei meus trabalhos na Copir em julho de 2012 e fiz minhas primeiras viagens como formadora de professores em agosto do mesmo ano. [Sobre a luta por direitos das comunidades], muitas vezes fui abordada por professores/as e, principalmente, por líderes comunitários, que solicitavam ajuda ou esclarecimentos sobre seus direitos garantidos por lei, bem como, sobre questões de certificação e reconhecimento territorial. A exemplo da comunidade quilombola de Itacuruçá, em Abaetetuba. Porém, pouco pude ajudar, pois não tinha conhecimento de causa e tinha poucas informações sobre o assunto. [Nestas situações] sempre fiz referência ao atendimento pedagógico feito pelos técnicos da Copir, bem como, sobre o atendimento jurídico feito pela Ouvidoria da SEDUC. Também, sempre coloquei à disposição dos



professores os contatos de telefone e e-mail da coordenação para assessoramento (pedagoga Márcia do Carmo, Especialista em Educação – COPIR/SEDUC).

Concluindo, com o posicionamento da Malungu, que demonstrou que as ações da SEDUC satisfazem apenas parte dos anseios das comunidades. Pois ao responder *qual é a avaliação da Malungu sobre os projetos que a SEDUC/COPIR vem desenvolvendo nas comunidades quilombolas?*, tendo como respostas possíveis: *Excelente (se satisfaz todos os anseios das comunidades)*, *Boa (se satisfaz apenas parte dos anseios das comunidades)*, *Regular*, *Ruim (deixa um pouco a desejar)*, *Péssima (deixa muito a desejar)*, o representante deu a seguinte resposta:

Nossa avaliação é, talvez, uma nota 'boa'. Sinceramente, eu não tenho visto muita ação da Secretaria a nível de estado, assim, nas comunidades. O que a gente tem é alguma ação pontual em alguma Regional, por exemplo, a Região do Marajó tem algum trabalho, mas, em outras regionais dificilmente a gente vê esse trabalho acontecendo (Sr. Aurélio dos Santos Borges, coordenador administrativo da Malungu).

Após sua avaliação considerar “boa” a realização das formações, resultado positivo que tende aparecer quando observado o contexto de baixa capilaridade de políticas públicas e débil presença do Estado, a liderança quilombola, que acompanha a realidade das comunidades do Pará e conhece as experiências de outros estados, teceu críticas ao déficit no alcance dos projetos executados pela SEDUC às escolas no quilombo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do recorte relativamente módico de entrevistados/as, separado/as exclusivamente para este artigo, suas entrevistas demonstram certa complacência com as limitações que o órgão estatal responsável pela educação no Pará apresenta no cumprimento de suas obrigações. Pois, pelo fato de terem sido atendidos, mesmo que de modo incipiente, diante de um cenário de presença escassa do Estado, permite que manifestem sua gratidão na baixa intensidade do rigor em que julgam o que lhes chega de política pública, quase não cobrando o retorno e o acompanhamento para verificação se os conteúdos e as novas metodologias aprendidas na formação irão realmente chegar na “ponta”, ou seja, se irão chegar aos/às alunos/as em sala de aula.

A equipe de técnicos/as formadores/as da COPIR, ao reconhecer que é abordada para retirada de dúvidas sobre questões que vão além dos assuntos relativos à educação, demonstra a necessidade de ser também capacitada para estas intervenções políticas que se ampliam a partir da luta pela terra, pelo reconhecimento e pela titulação, o que gera conflitos fundiários e tensões sociais, requerendo atualização sobre cada contexto visitado, numa perspectiva de comprometimento e não alienação, indiferença ou neutralidade.



Para isso, a SEDUC pode criar uma estrutura específica para atender à educação escolar quilombola, sob a coordenação de um/a professor/a quilombola, composta por uma equipe com *expertise* na temática. Esta Coordenação de Educação Escolar Quilombola poderá ter representações nas Unidades Regionais de Educação – URE - que apresentem existência de quilombo. Esta Coordenação tem poder de agregar os projetos e receber as reivindicações das organizações quilombolas, além de estabelecer relações e articulações com as Coordenadorias Municipais de Educação Quilombola das Secretarias Municipais, com outros órgãos públicos locais que executam políticas públicas para quilombolas e com o Mec.

Caso não haja interesse da SEDUC e possível pressão dos movimentos sociais quilombolas em criar uma coordenação específica, no mínimo, pode-se deixar mais evidente ao público que a COPIR é a instância responsável pela temática, dando-lhe maior respaldo institucional. Nesta circunstância, a COPIR pode organizar internamente um núcleo para trato exclusivo da educação quilombola, potencializando a gestão de processos, recursos e recebimento de demandas, visando garantir os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que correspondam às peculiaridades de cada região/comunidade. Um setor concentrado talvez possa garantir os princípios da gestão democrática que recomenda o diálogo e parceria dos sistemas de ensino com as comunidades atendidas. Produto desta aproximação pode ser a elaboração de um Plano Estadual de Implementação da Educação Escolar Quilombola no Pará.

Mediante a avaliação da Malungu sobre a insuficiência das ações da SEDUC, merece observação que a própria entidade representativa das associações quilombolas precisa compor internamente uma Coordenação de Educação. Pois, caso persista este vácuo organizativo, a Malungu poderá ter dificuldades para empoderar-se no cenário, enfrentando dificuldades para realizar com eficiência o monitoramento das políticas públicas, sem dispersão ou alheamento. A Malungu também pode reivindicar imediatamente à SEDUC a participação na elaboração, execução e avaliação dos projetos de educação quilombola, principalmente na revisão do citado projeto “Educação, Etnicidade e Desenvolvimento: Fortalecimento de Alunos e Alunas Quilombolas na Educação Básica”.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Assunção José Pureza. **Da senzala ao quilombo**: práticas educativas e uso de recursos naturais entre os quilombos do médio amazonas - Pará. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos / Universidade Federal do Para. Belém, 338 f., 2008.



BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parecer 16/2012**. Brasília, 2012.

_____. **Decreto 6.040**. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Resolução 48**. Brasília, 2012.

CARDOSO, Eliane. **Reunião discute a educação escolar quilombola no Pará**. Disponível em <<http://www.seduc.pa.gov.br/site/seduc/modal?ptg=7743>>. Acesso em: 13 out. 2017.

JONES, James M. **Racismo e Preconceito**. São Paulo: Editora Edgard Blucher LTDA, 1972.

LEITE, Ilka. Humanidades Insurgentes: Conflitos e Criminalização dos Quilombos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (et al). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, p. 18-41, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção nº 169**. Sobre Povos Indígenas e Tribais. Genebra, 1989.

PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ. COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Projeto Educação, Etnicidade e desenvolvimento: Fortalecimento de Alunos e Alunas Quilombolas na Educação Básica**. Belém, 2016.



GT 02 – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES SOBRE A ÁFRICA E A AMERICA LATINA

ÍNDIOS DE ALTAMIRA E HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: CONFLITOS TERRITORIAIS E NOVAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS EXCLUDENTES¹

Marcia Pires Saraiva - UFPA²
marcia@ufpa.br

RESUMO

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, almejada desde regime militar, localiza-se no Rio Xingu, nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, no Pará. Em 2011, entra em processo efetivo de construção, após ser definida como uma das prioridades pelos governos petistas de Lula e Dilma. Tal empreendimento vem gerando impactos dramáticos no modo de vida de populações indígenas e não indígenas. Um desses impactos se refere ao remanejamento forçado de indígenas que moravam às margens dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas. Locais onde haviam construído historicamente sociabilidades e usos do espaço pautados em relações de parentesco e vizinhança, coadunando um permanente ir e vir entre cidade, rio e comunidades indígenas aldeadas e não-aldeadas. Nesse processo, esses indígenas foram levados para Reassentamentos Coletivos Urbanos (RUCs), situados distantes dos espaços antigos de moradia, bem como do acesso ao rio Xingu e a equipamentos urbanos. Assim, partindo de uma perspectiva metodológica qualitativa, assentada em procedimentos de obtenção de informações como entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental etnográfica e bibliográfica, além de ida a campo, discute-se nesse trabalho, os impactos decorrentes das novas territorialidades derivadas e/ou intensificadas por Belo Monte em relação aos índios da cidade de Altamira, indicando-se que esses impactos estão longe de serem minimizados, não obstante a mobilização indígena por meio de organizações que, mesmo longe da unidade, vêm tentando se posicionar com mais autonomia em relação à Norte Energia, exigindo a implementação de um novo reassentamento na área conhecida como Pedral, situada às margens do Xingu.

Palavras-chave: Índios da cidade; UHE Belo Monte; Identidade indígena;

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da história oficial da cidade de Altamira, é comum a referência a segmentos sociais nordestinos e sulistas, enquanto que os indígenas são esquecidos como sujeitos importantes que também fazem parte do espaço dessa cidade. Os estudos sobre a presença indígena em Altamira são recentes, dentre os

¹ Este artigo apresenta resultados iniciais de Pesquisa do Projeto “História, Memória e Territorialidades indígenas: Um estudo sobre as espacialidades dos “índios urbanos” de Altamira, coordenado pela Prof. Msc. Marcia Pires Saraiva.

² Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES, NAEA), professora da Faculdade de Geografia, Campus de Altamira- UFPA, é integrante do Grupo de Pesquisa História, Índios e Desenvolvimento - GEHIND.



quais é possível destacar os trabalhos de Patrício (2000), Saraiva (2008), Corbisier e Serpa (2010), Simoni (2013) e Arnault (2016), cujos enfoques tematizam os processos de ocupação, organização social e dinâmica cultural na cidade. A partir desses estudos, percebe-se que a cidade de Altamira é marcada por uma formação sociocultural bastante heterogênea, em que cada segmento terminou imprimindo o seu jeito de ser (SARAIVA, 2008), mas também é marcada pelos conflitos inerentes a uma história de dominação e resistências indígenas, tanto no passado, quanto contemporaneidade em face de Políticas Públicas de desenvolvimento que sempre buscam avançar sobre os territórios desses povos.

Isso é o que se verifica no contexto de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Planejada desde a década de 1970, ainda no regime militar, quando então era denominada de Kararô, essa usina começa a sair do papel na região conhecida como Volta Grande do Xingu, municípios de Altamira e Vitória do Xingu, no Pará, em 2011, após ser definida como uma das prioridades nos governos Lula e Dilma. Quando concluída em 2019, Belo Monte será uma das maiores hidrelétricas do mundo, com potência instalada de 11.233 MW, porém com capacidade média anual para produzir apenas 4.428 MW, ou seja, 39% do potencial máximo instalado, devido à redução do volume de água do Xingu nos períodos de junho a outubro, época do verão amazônico.

O lago que se formou em decorrência da inauguração parcial de Belo Monte atingiu diretamente as famílias indígenas residentes na cidade de Altamira, situadas predominantemente em torno dos Igarapés Altamira, Ambé e Panelas, cujas contas de inundação ficaram abaixo da cota 100, cota limite que definiu as Áreas Diretamente Atingida pela hidrelétrica. Assim, em decorrência do alagamento, as famílias indígenas e não indígenas que moravam em torno desses igarapés foram remanejadas compulsoriamente de suas antigas áreas de ocupação para “bairros novos”, os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), construídos pela Norte Energia S/A, empresa que obteve a concessão de Belo Monte.

Neste contexto, discute-se nesse artigo, ainda de forma inicial, as mudanças no modo de vida dos índios na cidade de Altamira, privilegiando as transformações de suas antigas espacialidades em face das mudanças desencadeadas por Belo Monte; bem como os deslocamentos compulsórios para os RUCs e alguns impasses nos movimentos sociais e indígenas da cidade. Com esse intuito, o trabalho está



dividido em três partes. Em um primeiro momento, a partir da literatura pertinente, discutem-se as espacialidades que foram construídas historicamente pelos índios e que lhes permitiram firmar-se no espaço da cidade. Em seguida, privilegiam-se as dinâmicas atuais, marcadas pelas implicações decorrentes da hidrelétrica de Belo Monte que vão engendrar uma nova geografia urbana em Altamira, na qual as famílias indígenas vão passar por drásticas transformações em seu modo de vida, nas práticas de uso do espaço e em suas redes de sociabilidade, bem como também em suas relações com o rio, espaço do ir e vir entre a cidade e as comunidades rurais.

2. OS ÍNDIOS NA CIDADE DE ALTAMIRA

O trabalho pioneiro sobre os índios no espaço urbano de Altamira é de Patrício (2000) que etnografou os índios da etnia Xipaia³ e Curuaia com seu modo de vida, organização social e cultural na cidade. Esta autora demarcou a década de 1990 como o período em que os índios citadinos passaram a desenvolver ações identitárias de Reconhecimento junto a instituições como Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), às Secretarias Municipais de Saúde, Educação e de Segurança Pública⁴.

Uma dessas ações identitárias resultou na criação da Associação Indígena dos Moradores de Altamira – AIMA que, por iniciativa própria, começou a registrar as famílias e a mapeá-las nos locais de moradia. Nesse processo, a AIMA registrou um número representativo de 600 índios vivendo na cidade de Altamira, notadamente em bairros como São Sebastião, Independente I, Açaizal, Brasília e Aparecida (PATRÍCIO, 2000). E Patrício (2000) identificou quatro gerações das famílias das etnias que estudava vivendo na cidade.

Corbisier e Serpa (2010), por sua vez, em contexto mais recente, registraram 17 etnias⁵, sendo que as etnias Xipaia, Curuaia e Juruna foram consideradas as mais numerosas. Nesta pesquisa, foram contabilizadas 400 famílias indígenas, sendo 360 em Altamira e 40 morando às margens do rio Xingu, a jusante da cidade, e os autores chamam a atenção para os fortes laços entre os indígenas da cidade e as Terras Indígenas, com as

³ Atualmente a população Xipaia encontra-se em três localidades no Pará: na cidade de Altamira, na Terra Indígena Xipaia e em comunidades ribeirinhas às margens dos rios Xingu e rio Iriri, sendo reconhecidos respectivamente como indígenas citadinos, aldeados e ribeirinhos (SIMONI, 2013, p. XV).

⁴ Neste contexto esses indígenas eram constantemente sendo vítimas de violência, mas não eram acompanhados pelas Instituições principalmente a FUNAI que não os viam como indígenas por se encontrarem morando na cidade.

⁵ Entre as diversas etnias que vivem em Altamira as predominantes são os Xipaya⁵, 38,24%, seguidos pelos Kuruaya, 25,58% e pelos Juruna, 13,83%. As outras etnias totalizam 22,35% (CORBISIER; SERPA, 2010).



quais se relacionavam periodicamente (CORBISIER E SERPA, 2010), configurando uma forma de territorialização que se espria para além do espaço da cidade.

Saraiva (2008), ao abordar a experiência Juruna no espaço urbano de Altamira, identificou as mulheres Juruna que, mesmo casadas com não-índios, constituíam-se como as representantes centrais de seu grupo étnico na cidade. Esta autora identificou o parentesco como um elemento importante da manutenção da identidade desse grupo na cidade. Sobre a distribuição espacial dos indígenas, Saraiva identificou a presença de indígenas Juruna nos bairros de Aparecida, Acesso, Açaizal e Bela Vista. A distribuição espacial das residências Juruna, segundo essa autora, obedecia ao mesmo tipo de organização das famílias Juruna na Terra Indígena Paquiçamba, na Volta Grande do Xingu, com casas construídas próximas umas às outras ou então nas ruas próximas, demonstrando as redes de sociabilidade construídas por essas famílias.

Segundo Jackson (1089, apud Correa 2007 p. 174) “a cultura se constitui espacialmente”. Neste sentido, para Correa (2007, p.180), “a cultura e o urbano são termos profundamente relacionados no qual a paisagem residencial está em realidade impregnada de sentimentos e simbolismos”. Martins e Molina (2008, p. 3) citando Chavez (2003) afirma que “dentro de uma dimensão cultural, a Territorialidade pode ser definida com a construção do espaço, a dotação de sentido ao lugar que se habita, ao qual se pretende por meio de práticas cotidianas”. Ainda para esta autora, a Territorialidade é o sentimento que emana da consciência de pertencer a um território. Holzer (1997, p.84) afirma que a noção de territorialidade “é melhor compreendida através das relações sociais e culturais que um grupo mantém a com a trama de lugares e itinerários que constituem o seu território”, sendo a expressão dos comportamentos vividos.

A partir dessa perspectiva, concorda-se com Patrício (2000), quando afirma que o território na cidade pode corresponder ao bairro ou ainda apenas a um pequeno espaço, onde tem como vizinhos seus familiares e outros indivíduos não indígenas. Dentre as práticas culturais indígenas na cidade, Patrício identificou o hábito de comer peixe moqueado e o mingau de peixe, assim como o fato de andar pelas ruas da cidade, fazer compras, ir ao banco e realizarem todo tipo de negócios, como qualquer habitante da cidade. Arnault (2016) destaca a festa do Kariá, uma tradição de dança e canto presente na memória dos Xipaia e Curuaia como uma manifestação cultural realizada por esses indígenas em Altamira.

Saraiva (2008), ao entrevistar as mulheres Juruna mais idosas, em suas “imagens-lembrança”, além de falarem da aldeia-missão, referiam-se com frequência à Rua da Frente - a rua do cais (parte da orla) da cidade. Nesta rua, era onde lavavam roupas para sustentar a família, sendo este um dos espaços de sobrevivência do grupo na cidade. Além dessa



tarefa, ali era o espaço onde “banhavam” e colhiam mangas (*mangifera indica*) das muitas mangueiras existentes, ou seja, lembranças de um espaço urbano associadas à área verde que ainda cobria a cidade. Para a autora, a ocupação desenfreada do centro da cidade, somada à degradação ambiental, provavelmente foram dificultando o modo de vida dos índios nessa parte da cidade, contribuindo também para a dispersão deles para lugares que, até então, não haviam sido totalmente ocupadas.

Acerca da territorialização indígena na cidade de Altamira, Corbisier e Serpa (2010) relacionam esse processo às pressões econômicas desencadeadas pela sociedade envolvente, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, quando houve uma profunda compressão das etnias no Xingu, Iriri e Curuá, devido à expansão dos Kayapó. Segundo esses autores, os relatos dos indígenas mais idosos moradores de Altamira indicam que as migrações dos grupos para outras áreas do Médio Xingu e, principalmente, o deslocamento de aldeias inteiras para a cidade de Altamira e imediações remonta àquele tempo. Para esses autores, os bairros São Sebastião⁶, Independente I, II e o Recreio constituem espaço de ocupação indígena tradicional na cidade, compreendendo os limites destes bairros o lugar da antiga aldeia missão Tavaquara.

Simoni (2013) destaca a cidade de Altamira conhecido e de circulação dos Xipaiá, evidenciando a presença desses indígenas nos bairros Jardim Independente I e II, desmembramentos do antigo bairro São Sebastião. Para essa autora, foi com a partir do estabelecimento de um entreposto comercial para a borracha, produzida nos rios Xingu e Iriri, e a subsequente abertura de uma estrada ligando o baixo e o médio Xingu, que as famílias Xipaiás vão se estabelecer as proximidades do Igarapé Panelas, local da antiga aldeia-missão. Mais tarde, na década de 1970, com a abertura da Transamazônica e a formação de novos bairros, tanto Patrício (2000) e Simoni (2013) identificam a presença dos indígenas dessa etnia no bairro Açaizal situado a norte da cidade, formado a partir de invasões durante os anos de 1980. Em face das transformações urbanas em Altamira, devido à abertura dessa rodovia, “observa-se um deslocamento dos indígenas especificamente às margens do Igarapé Panelas para os bairros do centro, próximo ao Igarapé Altamira” (SIMONI, 2013, p.50).

A importância desses bairros também é discutida por Arnault (2016) que entende essas áreas como de grande importância histórica para os indígenas, principalmente no contexto de instalação da Hidrelétrica de Belo Monte, uma vez que esses bairros ficaram na área urbana diretamente ou parcialmente atingidas por essa hidrelétrica.

⁶ De acordo com Corbisier e Serpa (2010), no século XX a antiga aldeia transformou-se em um bairro conhecido por Moquiço ou “Aldeinha” (Patrício, 2000) que depois passou a ser conhecido como “bairro da onça” por haver um barracão de comércio de peles do felídeo e, até recentemente, chamava-se São Sebastião.



Saraiva (2008) observou que a partir de seus movimentos sociais indígenas reivindicam a sua versão da história, demarcando um lugar na cidade que demonstra a sua ancestralidade e deste modo tomam como um de seus símbolos a área da antiga aldeia-missão Tavaquara. Nas narrativas dos indígenas esses espaços estão presentes em suas memórias, demonstrando que a ocupação da cidade de Altamira não pode ser compreendida sem levar em consideração a presença e história dos indígenas neste processo, bem como as apropriações que realizam no momento presente para demarcarem suas existências diante da sociedade local-regional-nacional.

3. A REALIDADE NOS RUC'S E A LUTA PELO PEDRAL

Em janeiro de 2014, foram iniciadas as atividades de assessoria e acompanhamento das indenizações e aquisição de terras e benfeitorias urbanas em Altamira, em que constava como uma das formas de compensação o reassentamento urbano. O Projeto de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na área Urbana acompanha as ações e o cronograma do Plano de Atendimento à População Atingida (PBA) de modo geral com o objetivo de evitar qualquer diferenciação no tratamento entre as famílias indígenas e não indígenas. Entretanto, a FUNAI solicitou a paralisação temporária dessas ações requerendo a realização de Oficinas participativas para as famílias indígenas, a fim de que elas pudessem ser ouvidas quanto a suas perspectivas e expectativas em relação aos RUCs.

No Relatório Semestral, pode se ter uma ideia da localização das famílias antes do processo de deslocamento compulsório. Neste documento, consta que 60% das famílias cadastradas residiam as margens do Igarapé Ambé, 21% no Igarapé Altamira, 8% no Igarapé Pannels e 1% na Orla do rio Xingu. Ainda de acordo com essa fonte, das 182 famílias indígenas que participaram da Oficina, 68% optaram por serem reassentadas na área do Pedral e 26% pelos reassentamentos sugeridos pela Norte Energia (RUCs São Joaquim, Jatobá e Casa Nova), sendo que apenas 6% optaram por outras modalidades de compensação oferecidas pela Empresa. É importante frisar que nessas áreas urbanas em torno dos igarapés, encontrava-se a maioria absoluta da população atingida diretamente por Belo Monte, estimada em torno de 4.900 famílias entre indígenas e não indígenas representando segundo dados da própria Empresa em torno de 20% da população urbana atingida.

Com o deslocamento compulsório das famílias indígenas e não indígenas para os RUC's, tem-se uma nova configuração espacial na cidade de Altamira, agora marcada pela



expansão de sua malha urbana para o lado oeste do centro da cidade, com a construção de 5 reassentamentos urbanos: Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Laranjeiras e Água Azul.

A empresa Norte Energia, em um boletim publicado em 2015, revela o andamento das negociações e a dinâmica do Reassentamentos. Porém, chama a atenção nesse documento, a propaganda que a empresa faz sobre os RUCs, provavelmente com o intuito de criar uma expectativa positiva entre os atingidos no que se refere a estrutura e aos equipamentos urbanos e, assim, persuadi-los a optarem por esta forma de compensação, principalmente as famílias indígenas. Assim, afirma-se no Boletim:

Os novos bairros contam com infraestrutura completa, saneamento, rede de água potável, energia elétrica, iluminação pública, ruas asfaltadas, calçadas especiais para portadores de deficiência, escolas, recolhimento do lixo e transporte escolar gratuito para os filhos de moradores que estudam na rede pública (NORTE ENERGIA, 2015).

Todavia, concretamente, os RUCs construídos e propagandeados pela Norte Energia vêm apresentando problemas de diversas ordens. Desde problemas estruturais nas construções das moradias até a falta de acesso a serviços básicos de água, saúde e educação. Cândida Juruna, por exemplo, residente no RUC Água Azul, relatou frequentes problemas com a falta d'água, além dos problemas de acesso ao centro da cidade, devido à distância, bem como da violência e do medo, problemas que incidem sobre o trânsito entre essas famílias, que era um costume encontrado nos antigos locais de moradia, como assinala Patrício (200), bem como sobre os laços de parentesco construídos nesses lugares.

No caso de Cândida Juruna, que residia no bairro Aparecida e tinha como vizinhos filhos e netos, além de estar sempre recebendo visitas dos parentes Juruna, a mudança para o RUCs trouxe mudanças profundas. O deslocamento compulsório para o Água Azul ocasionou ruptura com a espacialidade construída historicamente. Espacialidade construída em torno das relações de Parentesco e com uma sociabilidade assentada em usos do espaço que atendiam às estratégias de vivências e de sobrevivências das famílias. Além disso, a transferência para os RUCs trouxe também enorme dificuldade à manutenção dos fortes laços encontrados entre esses indígenas e o rio Xingu, visto que esses reassentamentos localizam-se em espaços distantes do rio, diferentemente das antigas áreas que facilitavam as relações que as etnias moradoras da cidade sempre mantiveram com seus parentes nas Terras Indígenas e em outras localidades no espaço rural, como indica a literatura. Aspecto esse negligenciado pelo empreendedor no processo de escolha das novas áreas para abrigar os atingidos.

Outro aspecto se refere-se a questão da educação. No diagnóstico socioeconômico da população urbana residente abaixo da cota 100, alerta-se que a maior parte desta



população encontrava-se em idade escolar e que quase 30% dos chefes de família cursaram apenas as séries iniciais do ensino fundamental, sendo as construções de escolas nos RUCs como um elemento importante para garantir a permanência e acesso à educação desses jovens. Nos dados levantados pelos Indicadores de Belo Monte em 2016, chama-se a atenção para a ausência de Equipamentos de educação nos RUCs, alertando-se para as implicações na educação formal decorrentes da restrição de oportunidades de desenvolvimento humano a longo prazo, não sendo por acaso que esta área passou a ser cenário de altos índices de criminalidade.

Em face desses aspectos, observa-se que a empresa Norte Energia optou por reassentar as famílias indígenas sem nenhum critério de diferenciação que levasse em consideração o modo de vida e a história dessas famílias no processo de produção do espaço urbano de Altamira e muito menos criação de política de inclusão social e melhoramento de suas vidas, pois segundo Almeida (2016, p. 151):

a construção das hidrelétricas formam enclaves modernos e os desdobramentos políticos dela decorrentes tendem a romper com as tramas e com os laços que conformam as relações de identidade com o território, alterando-os ou substituindo por outras. Este rompimento ocorre uma vez que os habitantes locais passam a se relacionar com outros territórios impostos no ato de construção de barragens e usinas hidrelétricas”

É neste quadro que parte das famílias indígenas atingidas por Belo Monte passou a reivindicar uma outra área para reassentamento situada ao sul de Altamira, num local conhecido como Pedral, às margens do Xingu. A proposta é de que o Pedral seja um bairro diferenciado, mesmo considerando a empresa não procurou estabelecer nenhum critério de especificidade das famílias quanto a etnicidade e identidade indígena na cidade. Acerca do processo de luta e concepção desse bairro, a Advogada do Instituto Sócio Ambiental – ISA, assim se refere:

A proposta do Pedral surgiu a partir da demanda dos indígenas citadinos, dos pescadores e extrativista por terem um reassentamento na beira do rio, desde 2013. Principalmente os índios da cidade, liderado pelo Claudio Curuiaia, Elza Xipaia e Xipaianha começaram a procurar um lugar para ter um reassentamento na beira do rio, e em 2014, junto a pescadores e extrativista, pressionaram a Norte Energia. A empresa comprou, adquiriu a área do Pedral. Tiveram audiências públicas lideradas pelo MPF para que o Pedral fosse um reassentamento diferenciado e, em 2014, saiu um documento com as premissas do que que deveriam ter no bairro, que ele deveria ter áreas de espaço comuns: Feiras, mercado de peixe, espaço para as associações indígenas e extrativistas. Então hoje, além dos terrenos com as casas, o bairro prevê uma área para as associações dos indígenas, para colônia de pescas e para associações das RESEXs, além de centro de cultura e um centro de tecnologia de processamento de produtos não madeiráveis, o que vai ser construído pelo meio de um projeto da Câmara Técnica 6 do PDRSX. Então o Pedral surgiu a partir de uma luta dessas populações para estarem na beira do rio. (Entrevista Realizada em Setembro de 2017).



Nessa perspectiva, o bairro do Pedral seria um meio dessas famílias assegurarem o contato com o rio Xingu, manterem seus laços com os parentes residentes nas aldeias, ou seja, retomarem aspectos de suas territorializações que se estendem para além do espaço urbano.

Além disso, bairro do Pedral pode possibilitar às famílias indígenas um espaço de moradia com uma área verde, diferentemente dos RUCs caracterizados por espaços descampados, com grande incidência de sol, o que torna as habitações quentes, pois são padronizadas e pequenas. No bairro do Pedral poderiam recompor antigos modos de sobrevivência, pois Arnault (2016) chama atenção da composição entre a agricultura e a atividade de pesca como um modo de sobrevivência difundido e vital para a população pobre de Altamira e de todas as etnias indígenas da cidade.

Isto tá ligado ao complexo uso que essas populações fazem do território e de seus recursos e da especificidade sociohistorica e cultural do médio Xingu, sendo extremamente autoritário e colonialista a metodologia adotada pela Empresa de tentar classificar essas populações. Um exemplo que pode ser depreendido disso foi a luta pela dupla moradia frente a Norte Energia. Assim uma liderança Arara relatou:

“Nossa luta começou em 2012, quando descobrimos que não tinha PBA pra nós e puxamos uma reunião e fizemos uma pauta exigindo a reparação de nossa pesca. 400 ilhas iam ser afetadas, que a gente ia perder, os lagos, os igapós, tudo isso a gente ia perder, as praias, nossos pedrais. Ficamos muitos preocupados. Puxamos essa Reunião em 2012 e queríamos Reassentamento fora do impacto de Belo Monte, na cachoeira do Jabuti. O IBAMA assinou documento pra Reassentar a gente dentro do lago onde nós não queríamos, dentro do impacto. Um absurdo, porque os esgotos são lançados no rio e nós tomamos água do rio. Conseguimos a dupla moradia que é onde a gente fica na cidade, pra quando quiser morar na cidade tiver onde ficar. A Norte Energia já percebeu que nós depende da dupla moradia (Entrevista, Maio, 2017)

Há, porém, muitos conflitos em torno da instalação do bairro do Pedral. A morosidade com que a Norte Energia tratou a reivindicação dos indígenas fez com que muitas famílias tivessem que optar por moradias nos RUCs receosas de que pudessem vir a perder o direito ao Reassentamento. A proposta inicial era de que fossem construídas 600 casas no Pedral, mas a Norte Energia alegou não havia demanda para isso, de forma que o projeto em curso prevê a construção de apenas 150 casas. E, além disso, essa empresa não aceitou que o bairro tenha uma estrutura diferenciada em relação aos RUCs já instalados. Com Licença de Instalação, esse novo bairro encontra-se atualmente com cerca de 40 casas construídas.



4. UHE BELO MONTE, QUANDO O DISCURSO DO INTERESSE COLETIVO É UMA FALÁCIA

Em 2002 foi realizado em Altamira o II Seminário Regional: Desenvolvimento x CHE Belo Monte que contou com representantes do MPF, MAB de Marabá, parlamentares do Partido dos Trabalhadores, lideranças indígenas e dos movimentos sociais locais e Prefeitos das cidades da Transamazonica, a procuradora foi categórica ao afirmar que não se tinha expectativa de que a Belo Monte poderia ser construída a curto prazo, alegando os direitos dos povos indígenas assentado na Constituição federal de 1988. Nos discursos de parlamentares do PT e dos movimentos sociais o clima era de insatisfação e críticas em relação ao Empreendimento. Assim uma Liderança Xipaia relatou:

Abram os olhos para a verdade. As comunidades indígenas deixam aqui seu repudio contra esta Barragem, nós precisamos do Rio Xingu, precisamos da floresta viva. Repito os povos indígenas me 1989 fizeram sua parte, agora junto conosco tem que está toda a sociedade desta região que deve dizer não. Não! Queremos desenvolver nossa região e não acabar com ela (documento, II Seminário Regional: desenvolvimento x CHE Belo Monte, 2002).

Entretanto, não somente o Projeto andou como revelou um reverso na política nacional. Rosa (2016, p.24) discute muito bem esse processo ao afirmar que “do papel ao canteiro de obras os compromissos de campanha eleitoral de Lula com os movimentos sociais e populações amazônicas foi rapidamente abandonado”. Ainda segundo Rosa (2016), Belo Monte passou a ser questão central para o projeto de desenvolvimento econômico nos governos Lula e de Dilma Rousseff, em um arranjo político entre novos e antigos atores atuantes do setor elétrico.

Segundo Almeida (2012), a construção de grandes projetos hidrelétricos representa uma forma particular de controle do Território. Ainda para esta autora elas consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do Território sob a lógica estritamente econômica atendendo decisões do capital industrial financeiro do sudeste e sul do país. Para Bermann (2012) a construção de Belo Monte não se limita apenas a geração de energia. Segundo este autor em 2011 o CCBM conseguiu fechar com a norte energia um contrato para a execução de obras civis em um montante de R\$ 13,8 bilhões. Ainda segundo Bermann (2012, p. 14) tratou-se de “compensar as empresas que, não por mera coincidência foram junto com os bancos, os principais contribuintes para o fundo da campanha da então candidata Presidente da República Dilma Rousseff”, demonstrando que as decisões destas políticas estão para além de interesse público ou para o bem da nação. Por isso para este autor Belo Monte é o paradigma para o processo de expansão da fronteira hidrelétrica na Bacia Amazônica, um paradigma marcado pela negação da democracia e pela desconsideração das populações tradicionais da região.



Os primeiros documentos elaborados pelo Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), no ano de 2000 apresentou uma versão preliminar de diagnóstico ambiental. Neste já se alertava que a sub-região da Amazônia brasileira, Altamira apresenta um conjunto de características não somente ecológicas, mas também de formação social, cultural e econômica, que exigia estudos especializados para se entender com profundidade e projetar soluções com propriedade que se equacionasse as consequências que poderiam advir do projeto. O documento advertia também que quanto mais se soubesse sobre a história da formação ecológica, social, política e cultural da região, melhor aparelhado estaria o responsável pelo empreendimento, para projetar soluções estratégicas para as consequências negativas que poderia provocar e até potencializar as consequências positivas. Mas, não foi o que se verificou na prática como bem demonstra o relato de Antônia Melo. Não somente os impactos não foram devidamente mensurados com a seriedade que a magnitude da obra exigia, como o deslocamento do Projeto para o âmbito de “uma nova arena política”, ocasionou uma fissura no movimento social local.

Até o início de 2000, existia na região de Altamira e Xingu, basicamente, apenas o Movimento da Fundação Viver Produzir e Preservar - FVPP. Até então, este movimento agrupava sindicatos, associação de mulheres, extrativistas, pescadores e tinha uma bandeira em defesa do meio ambiente e elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável para a Transamazônica e Xingu. Antes do governo Lula, esse movimento se posicionava frontalmente contrário à Belo Monte. Entretanto, com a efetivação da política do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁷, que previa a instalação de hidrelétricas na Amazônia, inclusive Belo Monte no Xingu, houve uma contraditória mudança na atuação da FVPP. Suas lideranças passaram a defender o projeto e isso causou uma fissura no movimento social, surgindo o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS).

Este movimento transformou-se em um espaço de crítica e de denúncia. Acerca do projeto de Belo Monte, sua principal liderança, Antônia Melo, afirma:

Ele é fato da década de 80 só que com outro nome, era Kararaô. E então essa bandeira de luta dos movimentos sociais de Altamira e região perdura, atravessa todo esse grande período, de 80 até aqui. E enquanto as principais bandeiras dos grandes movimentos social aqui da transamazônica que antes era só transamazônica depois, a partir de 2000, nós incluímos o Xingu. Então essa bandeira era sempre uma bandeira muito forte dos movimentos sociais. Além das lutas por políticas públicas, por diretos, estradas enfim, que era os arcabouço das propostas dos movimentos social da colonização que o governo jogou milhares de famílias aqui e virou as costas, assim como a história de Belo Monte hoje, aí então

⁷ Criado em 2007, no Governo do Presidente Lula, o PAC visa promover o planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. Em 2011, já no governo de Dilma Rousseff, o PAC entrou em sua segunda fase (LESSA, 2013).



uma das principais bandeiras era essa. Esta atento, vigilante, contra a construção de barragens no rio Xingu. ...Outro contexto do movimento social em relação a construção do complexo Belo Monte é...dia 22 de Junho de 2010, quando o Lula veio aqui exatamente para lançar a pedra fundamental de Belo Monte. Então esse movimento aí, já dá pra ver a divisão que aconteceu dos movimentos em relação a esse projeto. E então nesse contexto, essa situação só se agravou porque aí vários movimentos deixaram essa bandeira de luta e decidiram ficar calados e apoiar o projeto do governo seja ele de que jeito fosse, jogado aqui, como foi jogado. Então é aí, todos nós sabemos o contexto de Belo Monte, ele se concretizou como disse aí várias vezes vários militantes foi falado aí Belo Monte é, é “abaixa, é sai da ditadura, deixa a ditadura” então assim Belo Monte realmente é um projeto da ditadura militar e assim ele foi concebido. Ele continua, dessa forma, autoritária no descumprimento de todas as leis, de todos os tratados, de todos os direitos, principalmente dos povos indígenas do Xingu, do médio Xingu. Então hoje no atual contexto que todos nós sabemos do que está acontecendo aqui, acredito que não há nenhuma pessoa que mora em Altamira que esteja alheio ao que está acontecendo aqui com as obras de Belo Monte sobre a população. E nesse contexto atual, a situação em que se encontram principalmente os indígenas, as mulheres, os pescadores, os barqueiros, as famílias ribeirinhas comunidades tradicionais, as famílias das cidade que foram compulsoriamente removidas, ou melhor, expulsas das suas casas aqui da cidade.

Muitas famílias indígenas dirigiram-se à sede do MXVPS, com o intuito de buscar informações sobre o projeto de Belo Monte e o que de fato iria acontecer com sua implantação.

Com o processo de construção da obra em curso, chegaram não apenas os trabalhadores, os engenheiros e os técnicos, mas também as Organizações Não-Governamentais (ONGs), como o ISA e outros movimentos, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), surgindo assim um cenário social muito mais complexo. Além disso, vão surgindo também novas lideranças indígenas, bem como mais Associações indígenas, como a Associação Agrícola Representante do Índio Regional de Altamira KIRINAPÃN, Associação Indígena Nativa Curuaia de Altamira - e INKURI, Associação Indígena Juruna – TUBIÁ, Associação dos Povos indígenas Ribeirinhos do médio Xingu – TYOPORÊMO, além de associações dos indígenas das Terras Indígenas e dos indígenas residentes nas ilhas e localidades as margens do rio Xingu.

A percepção do MXVPS é de um contexto de violação de Direitos, não somente em relação aos indígenas, mas também em relação aos movimentos sociais que se colocaram contra o empreendimento. Estes vivenciam situações de interditos proibitórios, processos na justiça e submissão à força policial, situações de perseguição política e criminalização de movimentos e de suas lideranças (LESSA, 2013).

Acerca das relações entre indígenas e Norte Energia, Thais Santi, procuradora do Ministério Público Federal, afirmou que:

os indígenas não foram fortalecidos eu diria isso só por si isso seria suficiente pra gente dizer que si é assim tinham que ser fortalecidos pra



poder ter uma relação com a empresa, com a obra, isso não aconteceu, a gente até poderia pensar uma semente de um etnocídio, mas o que aconteceu foi muito mais grave, muito mais grave os recursos que eram destinados ao programa de etnodesenvolvimento esses recursos foram desviados pra um balcão que a Norte Energia criou e que os indígenas vinham pedir o que eles quisessem então um recurso que era pra ser usado lá na aldeia pra eles fazer o que eles achassem, quisessem... entende uma discursão na aldeia, esse recurso foram trazidos pra Altamira e os índios foram atraídos pra Altamira então Belo Monte começa com essa ... com a atração dos indígenas por mundo urbano de todas as etnias e eles passam a frequentar o que a gente chama via Ministério Público interpretou assim um Balcão da empresa que aí que o movimento indígena vai ser cooptado pra fazer suas reivindicações isso acontece aqui hoje então foram milhões de reais gastos quem quiser fazer um dia um estudo, que esse assunto é interessantíssimo sobre o que os indígenas compraram, inclusive dentre as várias atuações do Ministério Público uma que hoje pedida ao Tribunal de Conta encarecidamente é que eles façam uma auditoria no que foram gastos com os indígenas. Foram um milhão de reais por aldeia foi gasto sem que tivesse sido feito um controle e enfraqueceu os indígenas na verdade aquilo que era pra fortalecer ele tornou esses grupos dependentes da Norte Energia, então eles ficam em Altamira no balcão da empresa né pedindo, implorando (Evento público, Altamira, 2015).

Desta forma, por um lado, observa-se que a relação que a empresa procurou estabelecer com os povos indígenas do Xingu (aldeados e citadinos) pauta-se na reedição de antigas práticas de patronagem e clientelismo. Mas, por outro lado, não obstante essas práticas, é possível vislumbrar um cenário em que os movimentos indígenas também procuram demarcar novas relações. Ainda que forma heterogênea, esses movimentos procuram pautar suas reivindicações no direito constitucional que assegura aos povos indígenas o respeito a suas identidades étnicas, mesmo que essas ações tencionem o jogo político criado pela empresa concessionária de Belo Monte e a própria dinâmica do movimento indígena como um todo.

5. NOTAS CONCLUSIVAS

A construção da UHE Belo Monte no rio Xingu como se pode observar sucintamente, apenas pelo recorte das famílias indígenas no espaço urbano, trouxe impactos de grande magnitude na vida dos moradores da cidade de Altamira. Impactos estes ainda não compreendidos em sua totalidade, pois novas realidades têm surgido, gerando um quadro de múltiplos desdobramentos que se multiplicam e cada fase: construção, instalação e operação do empreendimento. O que pode se depreender do que foi discutido é que esses impactos estão longe de serem mitigados e que as famílias indígenas ficaram mais uma vez entregues à própria sorte. Aquelas que optaram pelos RUCs tiveram suas identidades indígenas negadas, pois sem nenhum critério diferenciador, foram reassentadas, obedecendo ao modelo padronizado imposto pela Norte Energia. Lá



enfrentam recorrentes problemas de acesso a serviços fundamentais, como o abastecimento de água, por exemplo. Já as famílias que fizeram opção pelo bairro do Pedral estão tendo suas vidas travadas, pois, apesar dos índios moradores de Altamira lutarem desde o final da década de 1980, pelo reconhecimento étnico, quando começam os estudos de Impacto Ambiental, os empreendedores começam uma política de colocá-los “pra depois” no âmbito das políticas compensatórias. O protagonismo desses indígenas, seja por meio de suas associações, seja através de algumas lideranças, é que os coloca na pauta da Norte Energia, tencionando a política clientelista praticada por essa empresa, pois ao se recusarem o reassentamento nos RUCs imposto pela Empresa e ao lutarem por um território que melhor atenda suas expectativas, colocam em questionamento os usos instrumentais do território e de seus recursos, bem como o poder dessa empresa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. Fronteiras sociais e identidades no Território do complexo da Usina Hidrelétrica da Serra da Mesa- Brasil. In: BATHE-DELOIRY, F; SERPA, A (Orgs). **Visões do Brasil: estudos culturais em geografia**. Salvador:EDUFBA, edições L' Hamattan, 2012, p.145-166.

ARNAULT, R. **Altamira indígena em Belo Monte: experiências Xipaya e Kuruaya em transformação** (Dissertação de mestrado apresentado à Universidade de São Paulo), 2016.

BERMANN, C. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos NAEA**, V. 15, N.1, p.5-23, jun 2012.

CORBISIER, A.; SERPA, P., 2010. Índios citadinos de Altamira e Famílias Indígenas Ribeirinhas da Volta Grande do Xingu: Aspectos demográficos, Socioeconômicos e Culturais. Disponível em <http://www.ecsbarragens.ufpa.br/site/cd/ARQUIVOS/GT3-416-3-20101113190929.pdf>, acesso em 10 de Outubro de 2016.

CORRÊA, R. A geografia cultural e o urbano. In: CORREA, R; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007, p. 167-186.

NORTE ENERGIA. DIAGNOSTICO SOCIOECONOMICO DA POPULAÇÃO URBANA DE ALTAMIRA RESIDENTE ABAIXO DA COTA 100. Brasília: 2012

_____. DIANOSTICO AMBIENTAL: POPULAÇÕES INDÍGENAS: ELETROBRAS, 2001.

_____. RELATÓRIO DE CONSOLIDADO SEMESTRAL-RCS, PROGRAMA DE REALOCAÇÃO E REASSENTAMENTO-PRR, 2014

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **INDICADORES BELO MONTE**: Um diálogo entre condicionantes do licenciamento ambiental e o desenvolvimento local, FGV PDRSX, 2016.

HOLZER, W. Uma discussão Fenomenológica sobre os conceitos de paisagem, lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, ano 11, n.03 jul.\dez, 1997.

LESSA, M. **Belo Monte, mobilização por direitos indígenas e judiciário: Narrativas de um poder em disputa**. SBDP, São Paulo, 2013.

MARTINS, J; MOLINA, S. Turismo e a emergência de novas territorialidades: o caso de Itaúnas-ES. **Iluminares**, v. 09, n.22, 2008.



PATRÍCIO, M. M. Índios de verdade? O caso dos Xipaia e Curuaia. Belém. 2000, 100 f. (Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Pará), 2000.

ROSA, M. **Os atingidos de Belo Monte**: experiências de sofrimento e agravos `a saúde no contexto de um MegaProjeto Hidroelétrico na Amazônia Brasileira. Coimbra.2016. 213 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, 2016.

SARAIVA, M. P. **Identidade multifacetada**: a reconstrução do “ser indígena” entre os Juruna do Médio Xingu. UFPA:NAEA,2008.

SIMONI, A. Demografia e identidade do Povo Xipaya no médio Xingu, PA. Campinas, 2013, 141f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, 2013.

**GT 02 - Movimentos Sociais e Lutas Sócio-Territoriais: Olhares Sobre a África e a América Latina.****CORPO E RESISTÊNCIA: AUTO RECONHECIMENTO DE MATRIZES CULTURAIS ATRAVÉS DE MODOS POÉTICOS E OPERANDES NO ATIVISMO ETNOCENOLÓGICO INDÍGENA NA AMAZÔNIA.**

Rafael Ribeiro Cabral (PPGARTES-UFGA)¹
rafarcabral@ufpa.br

Edmir Amanajás Celestino (PPGA-UFGA)²
amanajas@ufpa.br

RESUMO

A partir da vivência do corpo, criam-se formas de resistências e sensibilização, ferramentas para a defesa da causa indígena, tanto pelo protagonismo dos próprios indígenas, como pela ação do ator e do educador, como agentes de um ativismo etnocenológico face as ameaças e ataques políticos contra povos indígenas no Brasil. Este trabalho objetiva compartilhar materializações poéticas em performance artística e fotográfica, a partir da aproximação e compartilhamento com indígenas de relatórios técnicos, práticas artísticas e mobilizações políticas como ação performativa. O percurso metodológico deste trabalho evidencia estas questões e sua utilização como ação potente de compartilhamento entre as aldeias na produção artística, numa pesquisa desenvolvida no âmbito da etnocenologia indígena e etnografia. Estas reflexões partem da oportunidade de vivência e troca de experiências de dois pesquisadores junto aos povos indígenas, cujas diferentes trajetórias remetem ao entrelace de caminhos, onde se cruzam a experiência de trabalho na FUNAI e a (re) descoberta da origem indígena. Como resultado tem-se experimentos artísticos no âmbito das artes cênicas, assim como um ensaio etnobiográfico sobre afetos e encontros com o perspectivismo ameríndio, onde se pautam os principais desafios frente aos conflitos socioambientais e a importância das artes como resistência.

Palavras-chave: Performance, Mebengokre, Resistência Indígena, Ativismo Etnocenológico.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa que gerou o recorte deste trabalho foi desenvolvida desde 2013 no decorrer de um TCC de Licenciatura em Teatro e Mestrado em Artes na UFGA, em paralelo a uma experiência de trabalho de três anos na FUNAI, sendo este trabalho um relato de experimentos artísticos no âmbito da etnocenologia e da etnografia, assim como um ensaio

¹ Doutorando em Artes pelo Programa de Pós Graduação em Artes (PPGArtes), UFGA, integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Etnocenologia (TAMBOR), Grupo de Estudo e Pesquisa em Antropologia da Dança (CIRANDA) e

² Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGA), UFGA, integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Território, Identidade, Gênero e Ambiente (GEPTIGAM-UFGA) e Grupo de Estudo e Pesquisa em Gerenciamento Costeiro Pós Colonial na Amazônia (GERPCAM-UFGA).



etnobiográfico de afetos e encontros sobre o *perspectivismo ameríndio* (VIVEIROS DE CASTRO 2015), onde se pautam desafios frente aos conflitos socioambientais e a importância da arte como resistência, a partir de vivências de dois pesquisadores que experienciaram o contato com o povo Mebengokre, um por ter sido concursado como indigenista especializado na FUNAI³, e outro apresentando o mergulho etnocenológico nas tradições, ritual, dança, canto e nas múltiplas sensações provocadas no espaço da aldeia em diferentes *corpografias* (CABRAL 2017b).

O trabalho na FUNAI entre 2012 e 2014 findou com o pedido de exoneração devido a ameaças de morte, uma tentativa de assassinato e retaliações internas, vindas possivelmente de praticantes dos ilícitos ambientais e seus cúmplices dentro do serviço público, após denúncias apontadas no relatório de monitoramento ambiental da Terra Indígena (TI) Kayapó (FUNAI 2013) e denúncias apontando a conivência com ilicitudes, os desvios de finalidade e corrupção na FUNAI. Ressaltando-se a imensa pressão psicológica num processo de perseguição institucional, onde se evidenciou a total falta de suporte da FUNAI frente às ameaças de servidores da própria FUNAI e dos praticantes de ilícitos.

O outro pesquisador teve contato com os Mebengokre a partir na I Feira de Sementes Tradicionais Mebengokre (2012), situação disparadora de uma (re) descoberta como descendente indígena do povo Mebengokre, a partir da reativação de memórias das histórias de sua avó sobre suas origens, que remetem ao início do processo de “pacificação” deste grupo, quando seu bisavô, servidor do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), casou-se com uma descendente Mebengokre, filha de branco e indígena. A investigação sobre estas memórias deu início a um processo de imersão dentro da cultura Mebengokre e de aprofundamento de uma pesquisa etnobiográfica a partir da redescoberta do modo de vida, cosmologia e principalmente dos grafismos Mebengokre e suas representações.

Desta forma, surge uma necessidade de reverberar os desafios e ameaças que os Mebengokre sofrem através da arte, expondo o assédio de madeireiros, biopiratas, grileiros, garimpeiros, traficantes, etc., questões de impacto socioambiental, de silenciamento de discursos de resistência, aliciamento de indígenas, corrupção institucional, sucateamento e falta de recursos da FUNAI, assinalados pela ingerência do Estado, onde o banditismo e a pistolagem ameaçam qualquer tipo de reação contra a corrupção e a ilegalidade.

O Brasil vive um momento de retrocessos políticos e ataques ao direito de grupos étnicos. Muitas das normas que protegem os povos indígenas e tradicionais vêm sendo atacadas em prol da defesa de interesses particulares, principalmente de empresários rurais, representados por políticos da bancada ruralista do governo, que consideram as TIs,

³ Trabalhando na Coordenação Regional da FUNAI em Tucumã, que gerencia as Terras Indígenas dos Mebengokre - Kayapó no sul do Estado do Pará, no Serviço de Gestão Ambiental e Territorial.



Unidades de Conservação e demais territórios tradicionais, como uma frente de expansão agropecuária e de exploração de recursos madeireiros, minerais e energéticos, não havendo interesse ou preocupação com o destino dos povos que vivem nestes territórios.

A garantia de direitos aos povos indígenas vinha sendo conquistada com muita luta e dificuldades desde a o reconhecimento das TIs na constituição de 88 e a inserção do Brasil na OIT 169 em 2003, marcos normativos que estão sendo pelos grupos dominantes, ate mesmo no sentido de modificar a lei através de projetos de emenda na constituição e em total desrespeito do acordo que insere o Brasil na OIT 169⁴.

1.1 Direitos, Identidade e Identificações.

A proposta de emenda constitucional, PEC 215, segundo relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2015) tem como principal ameaça aos povos indígenas a mudança de texto que altera a competência sobre as demarcações de terras. Atualmente esta competência é da União, sendo executada pela esfera federal. Com a proposta de modificação, a demarcação de terras passa a ser discutida pelo congresso antes de ser executada, podendo inclusive serem revistas as demarcações já realizadas e estabelecidas. Esta mudança gera entraves e uma instabilidade quanto aos direitos conquistados pelos indígenas, além de configurar uma inconstância burocrática que flutua de acordo com a mudança de cenário político na formação do congresso nacional brasileiro.

A visibilidade pela sociedade ocidental quanto a estas questões, perpassa pela necessidade de sensibilização e tomada de consciência sobre a matriz cultural indígena, esquecida dentro de muitos daqueles que, mesmo descendentes destes povos, vivem e constroem uma identidade diluída no padrão de sociedade brasileira ocidentalizada, na qual o esquecimento, a desvalorização e o não reconhecimento da origem indígena são fatos comuns que velam a ancestralidade de um número expressivo de brasileiros.

Devido a estes distanciamentos, a ancestralidade indígena, algumas vezes perceptível apenas por traços fenotípicos irrefutáveis, não se transforma em força de mobilização, acreditando que para o fortalecimento de um autoreconhecimento indígena seja necessário o estabelecimento de formas de resistência que avancem para além de uma frente de luta social, contexto em que se propõe o ativismo etnocenológico⁵ (CABRAL 2017a) como meio de desencadear a autoafirmação e o pertencimento dentro de uma

⁴ Aprovada em 1989 é o instrumento internacional vinculante mais antigo que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais no mundo. Depois de quase 20 anos de sua aprovação, a OIT vem acumulando experiências na implementação dos direitos reconhecidos a esses povos sobre as mais diversas matérias, tais com o direito de autonomia e controle de suas próprias instituições, formas de vida e desenvolvimento econômico, propriedade da terra e de recursos naturais.

⁵ <www.even3.com.br/anais/ixcongressoabrace/31922-corpos-e-resistencia--ativismo-etnocenologico-indigena-na-amazonia-brasileira >



origem cultural indígena, através da arte e da educação, fato incentivado pela Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, que institui a inclusão de conteúdo programático sobre aspectos da história, da cultura e da luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, no âmbito de todo o currículo escolar, ao longo do ensino fundamental, médio e superior, sustentando o aprofundamento e o engajamento do artista-professor na defesa dos povos tradicionais.

Reconhecer-se indígena pode caracterizar uma *nova etnicidade* (BARTH, 1998:194). Dessa forma, o conceito de grupo étnico⁶ passa ter uma grande importância para a identificação da ancestralidade indígena, dimensionando esta categoria dentro da realidade jurídica, política e pública na defesa de direitos, a partir de “um processo de auto-reconhecimento feito por grupos que se mobilizam ou são mobilizados em torno da defesa dos povos indígenas. Barth (1998) entende a etnicidade não como um pensamento empírico sobre a diferenciação cultural, mas como um processo prático, de organização social a partir do reconhecimento da diferença entre indivíduos e grupos ao redor de fronteiras étnicas⁷. A partir da obra de Barth, Martins (2006) pontua as bases de um novo paradigma analítico sobre a noção de cultura e identidade:

Nesta proposta teórica são então lançadas as bases de um novo paradigma analítico: as noções de contexto, interação, atores sociais, processo, diferenciação, fronteiras, mudança e construção são as novas chaves interpretativas para a problemática das identidades culturais e, conseqüentemente, para rever a noção de cultura que elas implicam. (MARTINS 2006:3)

Em *Etnocenologia e a Cena Baiana*, Armino Bião destaca a importância dos processos de identidade e identificações no campo deontológico da pesquisa em Artes Cênicas. Para Armino Bião a identidade é “a categoria de reconhecimento da especificidade do sujeito em relação à alteridade” e a Identificação seria “a categoria de momentâneo reconhecimento do sujeito, em parte ou no todo, na alteridade” (BIAO 2009:38). As noções de identidade e identificações nos estudos etnocenológicos autorizam pensar as práticas e comportamentos humanos espectaculares organizados numa perspectiva somática e espiritual dos processos de reconhecimentos étnicos. Nos leva a pensar na potência não somente estética da produção artística, mas fundamentalmente as

⁶ O'Dwyer cita a noção de “grupo étnico” formulada a partir dos trabalhos de Barth, que nos estudos antropológicos brasileiros passou a incorporar a ideia de “categorias de adscrição e identificação utilizadas pelos próprios atores sociais para classificar a si mesmos e os outros, de acordo com uma identidade básica e mais geral, supostamente determinada por sua origem e formação” (O'DWYER 2002:84), dando aporte antropológico para a legitimação do auto reconhecimento como ferramenta jurídica na garantia de direitos.

⁷ Barth (1998) propõe que a os grupos étnicos se estabelecem a partir de um contexto de constrangimento sócio histórico, em que os indivíduos interagem, estes que num momento de pressão, possivelmente gerada na fronteira de interação com outros grupos, podem suprimir ou ocultar determinados elementos culturais, e em outro momento, de resistência e autoafirmação étnica, podem vir a valorizar e resgatar esses mesmos elementos, reconhecendo as diferenças que conceituam a formação de fronteiras étnicas.



implicações étnicas consigo e com o contexto de reconhecimento familiar nas motivações e experimentações artísticas como forma de resistência indígena na Amazônia.

2. CONFLITOS.

Os Mebengokre ainda convivem com a natureza de forma harmônica, mas suas florestas, peixes e caças estão correndo perigo devido o entorno das terras indígenas estar sendo devastado e usado principalmente para criação de gado, mas essas pressões ultrapassam para dentro dos limites das Terras Indígenas, algumas lideranças acabam sendo cooptadas por pescadores, madeireiros e garimpeiros, entre outros praticantes de ilícitudes, dentro da concepção ocidental de legalidade, para permitirem a retirada de recursos naturais do interior das terras em troca de dinheiro, sendo o arrendamento uma prática econômica comum entre os Mebengokre e os não indígenas, porém, como se pode questionar essas práticas sem no mínimo entender o processo histórico de como elas foram estabelecidas? Muitas vezes incentivadas pelo próprio governo, ou mesmo, entendida pelos Mebengokre como única forma de sobrevivência.

Com o esgotamento da madeira nas áreas exploráveis nos municípios limítrofes e que integram a Terra Indígena-TI Kayapó. Esta Terra Indígena (TI) emerge como um oásis aos madeireiros ilegais, mesmo após décadas de extração de madeira de lei e da extinção local de muitas das espécies consideradas mais nobres, ainda assim, contraste é muito alto. Enquanto na Terra Indígena ainda há abundância de florestas ricas em madeiras de lei, como o cedro, o cumaru, a cedrarina, o amarelão e inclusive o mogno, fora dos seus limites, a matriz dominante é a pastagem. São escassas as fazendas com reservas legais preservadas, e essas, quando presentes, são compostas por florestas perturbadas, já exploradas há várias décadas, com baixa expressividade e diversidade de árvores nobres, não suficientes para atender a grande demanda por madeira de lei. (FUNAI 2013).

Além de madeira, o território Kayapó é rico em minérios e minerais como cassiterita, wolframita, níquel, cobre, ferro e ouro (FUNAI 2013), sendo este último, o principal motivador para o surgimento de diversos garimpos ilegais dentro e no entorno dos seus limites. Os garimpos de ouro recrutam um significativo número de não índios para o interior da TI, propiciando maior disseminação de doenças entre os indígenas, impactando o solo e o lençol freático, eliminando a vegetação e poluindo os corpos d'água com metais pesados, não gerando riqueza e nem qualidade de vida para os Mebengokre, lesando o Estado ao impulsionar uma cadeia econômica ilegal, que assim como a da madeira, envolve o esquentamento através da falsificação do certificado de origem e o desvio de arrecadação de impostos, além de todo o dano ambiental causado.

No convívio e conversa com os Mebengokre da aldeia de Apexiti, a dependência por artigos da cidade é crítica, não só pela praticidade de utilização de produtos industrializados,



mas pela própria segurança alimentar, quando práticas tradicionais de produção de alimentos deixam de ser realizadas e aprendidas pelos jovens. Indígenas que buscam adentrar na cultura ocidental, principalmente os jovens, devem reconhecer e valorizar sua cultura, seu modo de vida e relação de preservação com a natureza, com suas terras, impedindo invasores de ocupar seu território. É necessário e urgente que internamente se reforce a manutenção, afirmação e reprodução das matrizes culturais Mebengokre, e externamente, se realize a defesa e o reconhecimento dessas matrizes através de iniciativas que quebrem a barreira da cultura indígena como algo distante e muitas vezes intocável.

A consulta às comunidades quanto à proposição e realização de projetos de etnodesenvolvimento através da FUNAI carecem de uma base profissional que reúna conhecimento agrário e antropológico. Estas iniciativas quando existem, partem quase que exclusivamente de ações realizadas pela Associação Floresta Protegida (AFP), entidade indígena do terceiro setor, que representa diversas das aldeias da TI Kayapó, A AFP, no entanto, não representa as principais comunidades envolvidas com ilícitos graves, como o caso das aldeias Kriny e Gorotire, e atualmente deixou de representar a aldeia Kikretun e Turedjan devido o envolvimento destas com ilícitos ambientais.

Os relatos sobre dimensão dos problemas relacionados à degradação ambiental causada por ilícitos em toda a TI Kayapó feitos aqui, obviamente não delineiam com precisão todas as nuances das ilicitudes das cadeias de valor dos diversos crimes expostos, porém, demonstram a perniciosidade dos esquemas criminosos, envolvendo diversos atores, desde empresários, receptores, pequenos trabalhadores braçais e indígenas, subvertendo a ordem pública. Torna-se necessário criar maneiras de fomentar uma cadeia produtiva indígena que possa garantir uma geração de renda para atenuar os problemas com o arrendamento, assim como conscientizar, principalmente os indígenas mais jovens, que nosso modo de vida e ética social ocidentalizado esta equivocado.

O esquema criminoso tem interferido cruelmente no modo de vida dos indígenas, destruindo suas formas tradicionais de organização, modificando de maneira extremamente negativa a relação destes com seus territórios e a natureza, criando relações de dependência profunda. Isto torna cada vez mais difícil a atuação eficiente do Estado face ao atendimento das necessidades dessas comunidades e vem promovendo uma situação de caos social entre os Mebengokre.

3. CULTURA E TRAJETÓRIA CORPOGRÁFICA.

O que torna as comunidades indígenas coesas, independente de qualquer fator que possa distancia-las da ideia clássica e muitas vezes caricata sobre o que é ser indígena, tal



como o grau de contato com a sociedade ocidentalizada, esta na manutenção de uma origem cultural diferenciada e a preservação mesmo que precária de sua matriz cultural, que se expressa em valores, crenças, ritos, mitos e expressões culturais, ou mesmo em traços físicos que provam sua ancestralidade nos casos em que toda uma tradição se perde ou é esquecida, seja numa comunidade urbana, seja numa comunidade isolada, em comunidades de contato antigo com a sociedade ocidentalizada ou comunidades de recente contato, lembrando novamente que as culturas não param no tempo, sempre estão se alterando conforme o passar dele.

“Podemos entender cultura como um código simbólico – código que possui uma dinâmica e uma coerência interna. É compartilhado pelos membros de uma dada sociedade ou grupo social, e que, mediante um procedimento antropológico, pode ser decifrado e traduzido para membros que não pertencem a este grupo. É importante lembrar que este código simbólico não é algo dado como, por exemplo, o código genético dos indivíduos. Diferente dos animais – onde o código genético desempenha um papel fundamental, pois define em menor ou maior grau os seus comportamentos possíveis – o ser humano é incompleto: não recebemos como herança biológica as formas do nosso comportamento ou os significados que atribuímos às nossas ações ou ao mundo que nos rodeia. (THOMAS 1995:427-428)

O processo de colonização do Brasil e dominação ocidental que sofremos até hoje, deixaram marcas e transformaram o povo nativo brasileiro, dentro de ações que objetivavam uma homogeneização cultural do indígena dentro do padrão de sociedade ocidental, sendo estas ações perceptíveis desde a época de colonização até os dias atuais. Diversos atores sociais como garimpeiros, madeireiras, comerciantes, indígenas, empresários locais, agentes governamentais, entre outros, friccionam culturalmente a organização e manutenção da dimensão simbólica dos povos indígenas do Brasil, por meio de pressupostos de dominação e modelo de desenvolvimento ocidental. Na Terra Indígena Mëbêngôkre-Kayapo, existem constantes conflitos devido a presença de ilícitos que corroboram para o silenciamento dos discursos indígenas, dificultando o protagonismo sociocultural dos Indígenas desta TI. resultados de fricção interétnica destes atores sociais.

Chamamos de “fricção interétnica” o contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira, caracterizados por seus aspectos competitivos e, no mais das vezes, conflituais, assumindo esse contato muitas vezes proporções “totais” envolvendo toda a conduta tribal e não tribal que passa a ser moldada pela situação de fricção interétnica. Entretanto, essa “situação” pode apresentar as mais variadas configurações (...). Desse modo, de conformidade com a natureza socioeconômica das frentes de expansão da sociedade brasileira, as situações de fricção apresentarão aspectos específicos (OLIVEIRA1962:86).

Essa interação e/ou fricção podemos identificar historicamente no processo de catequização jesuítas ocorridos no sul do Estado do Pará. Tal momento histórico ocorreu e



ainda ocorre até hoje porém com outros nomes como Missão Paroquial ou Petencostal. Essas motivações ajudam no silenciamento dos discursos indígenas na recombinação da visão de mundo indígena.

O corpo nu visualizado como algo pecaminoso causa equívocos e mudanças na identificação do corpo indígena, levando a modificação de hábitos e costumes até então organizados ancestralmente, tais como, matrizes estéticas do corpo e sua relação com aspectos da vida cotidiana, alterando assim, a relação entre ameríndios e seus corpos em um processo de catequização dos corpos, desconstruindo socialmente princípios de uma identidade étnica. Lembrando que nenhuma cultura é estática em seus costumes e tradições, ela se modifica e reage às *fricções interétnicas* (CARDOSO 1962) porém, muitas vezes o contato entre culturas acaba por se tornar um fator impositivo e deletério de identidades, gerador de inúmeros conflitos sociais.

“O significante “corpo” é uma ficção, mas, ficção culturalmente eficiente e viva (se ela não estiver dissociada do ator e assim se este for visto como corporeidade) da mesma forma que a comunidade de sentido e valor que planejou o lugar, os constituintes, os desempenhos, os imaginários, de maneira mutante e contraditória de um lugar e tempo para outro das sociedades humanas” (LE BRETON 1963:32).

Segundo Gilles Deleuze em “a lógica do sentido”, o corpo é um “silogismo disjuntivo”, onde a linguagem é um ovo em vias de diferenciação e o corpo oculta e encerra uma linguagem escondida. A linguagem forma um corpo glorioso, a mais abstrata das argumentações, a “pantomima dos corpos é um encadeamento de silogismos” (DELEUZE 1974:76), não se sabe mais se é a pantomima que raciocina ou o raciocínio que faz mímica. Neste sentido entende-se o corpo como premissas que se dissociam de uma linearidade, construindo relações disjuntivas que interconectam indivíduos.

Conflitos socioambientais também podem ser responsáveis por mudanças perceptíveis na corporeidade ameríndia, como os conflitos proeminentes nas terras do Estado do Pará. Assim as experiências, conflitos e movimentos de resistência, marcam nossos corpos, modificando nossa corporeidade. Os indígenas Mebengokre, localizados na região sul e sudoeste do Pará, além dos assédios de inúmeras atividades ilegais realizadas em suas terras, vivenciam constantemente situação de entrave com órgãos que trabalham com a questão indigenista, com a saúde e com a questão ambiental. Esses conflitos são interpretados como causadores de construções alteradoras da corporeidade ameríndia, em processos de tensões ambientais, políticas, sociais e religiosas.

Tais experiências redimensionam a dimensão simbólica perceptível no corpo, ameaçando à manutenção de hábitos e costumes tradicionais devido pressões sobre seus



modos de vida e territorialidades, podendo desencadear, na perspectiva da corpografia⁸, modificações em construções culturais e simbólicas, fato evidenciado em imersões no campo com os Mebengokres, ao se identificar diferenças na realização dos grafismos entre aldeias grandes e antigas e outras menores e mais novas. Nas aldeias antigas e maiores, aspectos tradicionais ligados ao grafismo são mais ricos em diversidade de traços e significados, enquanto que em algumas das aldeias menores e mais suscetíveis aos ilícitos, percebe-se uma perda de detalhes e de manifestações tradicionais de matrizes culturais.

Esta observação se deu principalmente nas aldeias menores que reúnem fatores como: residência de poucos anciões, proximidade de núcleos urbanos, convivência constante com ilícitos ambientais e ação massiva de missões evangélicas. Essas aldeias foram criadas devido a inúmeros fatores, que vão desde estratégias de monitoramento criadas pela FUNAI; táticas de resistência relacionadas ao recebimento de recursos de mitigação, como aqueles vindos de Projetos Básicos Ambientais resultantes de megaempreendimentos causadores de impactos ambientais em território indígena; ou mesmo devido a tensões internas, referentes a disputas entre grupos divergentes muitas vezes associados a divergência quanto a convivência com a realização de ilícitos.

É evidente que os indivíduos dão significados próprios a diferentes acontecimentos, sentimentos ou angústias. O homem é um ser social, o que quer dizer que compartilha com outros homens formas de agir e de pensar, com isso os Mebengokre estão vulneráveis à modificações que os não índios impõe às comunidades, mas ainda assim continuam a realizar suas festas, preservar sua língua e manter costumes e tradições, em menor ou maior grau dependendo da aldeia. Assim, tais mudanças podem levar ao afastamento de referenciais que os tornam indivíduos indígenas no mundo contemporâneo, deixando de lado suas matrizes étnicas, éticas e estéticas para restaurar um modo globalizado de ser.

Tal modo está presente nas grandes cidades ao redor do mundo a partir de uma visão cosmopolita de sociedade, onde valores culturais minoritários são dissolvidos. A manutenção destas matrizes culturais que apontam formas de agir e de pensar sobre o mundo e sobre as próprias ações, fazem possível o autoreconhecimento daquilo que é sensível ao universo indígena Mebengokre, percebendo-se que independente do quanto cada indivíduo, unidade familiar, aldeia ou grupo esteja mais próximo ou mais distante desta matriz de auto reconhecimento, suas memórias estão enraizadas em princípios únicos e resistentes através de expressões físicas, culturais, sociais ou mesmo no imaginário, apesar das diversas pressões que recebem.

Na contemporaneidade quanto à questão indígena na Amazônia, seus saberes e crenças estão intimamente ligados à construção de sua corporeidade. Na tentativa de

⁸ "Escrita do corpo tramada no trabalho de campo." (CABRAL 2017).



identificar o cenário político e social em que se constrói a corpografia dos Mebengokre da TI Kayapó, percebe-se que as influências externas modificam os modos de operacionalização de seus processos simbólicos, segundo relatos dos próprios Mebengokres quando perguntados sobre os ilícitos e a influência de não indígenas dentro do território, que eles descrevem como uma ameaça significativa na manutenção dos processos simbólicos tradicionais, oprimindo e coibindo a manutenção dos modos de vida e da representação dos processos étnicos, éticos e estéticos dos Mebengokre.

3.1 Corpo e resistência: ativismo etnocenológico.

Há pouca discussão sobre questões indígenas nas escolas, isso se torna evidente no Brasil na educação fundamental e séries iniciais, quando questiona-se sobre a realidade indígena. Em nosso país o pensamento recorrente dar-se ainda pela imagem do indígena no imaginário exótico. Na maioria das escolas a questão indígena é apenas vista de forma rápida, geralmente marcada pelo dia do índio, 19 de abril, como um dia de programação indígena, quando professores ensinam a fazer cocar, mostrando fotografias de ocas, e depois? Parece que apenas nessa data vivenciamos a cultura indígena no Brasil.

Os conteúdos indígenas não são trabalhados de forma a questionar a maneira como a comunidade indígena é tratada pela sociedade ocidentalizada ou o papel dela em nossa sociedade. A questão indígena precisaria estar na sala de aula em seus aspectos histórico, geográfico e artístico-filosóficos, de forma a reconhecer a cultura indígena como matriz ética e estética, de princípios que norteiam nossa essência da vida na Terra, por meio do ensino da cosmovisão e sua rica diversidade em diversos grupos indígenas. Identificar nossos gostos e sabores, respeitando a natureza em uma construção afetiva corpórea, muitas vezes sendo apropriados pela sociedade não indígena como modos e costumes que permeiam nosso cotidiano sem que haja consciência de sua origem étnica, fato que não se mostram didaticamente como matérias palpáveis de conscientização dos estudantes para propriedades intrínsecas a realidade indígena, cheia de singularidades de origem étnicas diversas, como Darcy Ribeiro apresenta em “Os índio e a civilização” (RIBEIRO 1977).

Estabelecer conexões diretas com a realidade indígena é o ponto de partida, percebendo que suas peculiaridades são importantíssimas para o nosso reconhecimento e para encontrar soluções para o convívio em harmonia com a natureza. Cada etnia carrega uma gama de conhecimentos tradicionais e costumes peculiares, transmitidos por meio da comunicação expressa pela oralidade, por meio do corpo ou sobre o corpo, a exemplo das pinturas corporais, além de suas cosmovisões, suas crenças e saberes da floresta.



Como mostra a lei 11.645/2000 que obriga a inclusão da questão indígena no conteúdo escolar do segundo ano do ensino fundamental ao nono ano, uma vitória diante de tanta burocracia e inércia do Ministério da Educação e dos governos de forma geral, atualmente esta lei se estende até o ensino superior como matéria optativa para todos os cursos. A lei estabelece nos parâmetros curriculares da sociedade ocidental, conteúdos sobre a questão indígena, desvelando os preconceitos que muitos brasileiros têm contra os indígenas. Isso não deveria ser obrigação, deveria estar no inconsciente de resistência da sociedade brasileira, da espécie humana brasileira, caracterizada pela miscigenação.

“É uma verdade estabelecida para a maioria dos brasileiros que a história do país foi inaugurada em 22 de abril de 1500. O que acontece antes disso, domínio da “pré-história”, seria um pouco vago e na verdade irrelevante para o posterior desenvolvimento do Brasil, merecendo poucas páginas nos livros didáticos. Ao contrário dos países da América Espanhola onde “conquista” é o termo utilizado para designar a ocupação europeia tal processo é no Brasil conhecido como “descobrimto”, o que revela o preconceito e desconhecimento sobre a população indígena do Brasil e sua historia.” (A temática indígena na Escola. (NEVES 1995:171)

A construção da corporeidade Mebengokre têm se sustentado por séculos por meio de suas crenças, hábitos e costumes preservados por seu povo. Porém, hoje a ameaça está mais energética, pois acompanha um cenário político brasileiro um tanto delicado. Assim, é importante cada vez mais levar possibilidades de reflexão crítica quanto a defesa das comunidades indígenas para a sociedade ocidentalizada, porem, essa reflexão não pode estar somente amarrada a estudos específicos, muitas vezes acadêmicos, ou simples ato de manifestação política. A proposta de ativismo etnocenológico perpassa pelas dinâmicas corporais que reacendam o ativismo por meio do corpo e do movimento através de práticas ancestrais, nunca vivenciadas pela sociedade ocidentalizada, ou que estão perdendo espaço devido ao panorama de afastamento das matrizes culturais vivenciado no interior das Terras Indígenas Kayapo.

O trabalho realizado recentemente com a aldeia de Apexty, a partir da aprovação de um projeto artístico, criou possibilidades de reflexão a partir da percepção sobre essas matrizes culturais, através das danças, cantos e pinturas corporais, possibilitando a apresentação destas manifestações em espaços educacionais da capital paraense. Compreendemos nesse momento um despertar por parte dos alunos das escolas públicas visitadas quanto ao interesse nas matrizes culturais dos Mebengokre, coadunando esse interesse com intencionalidade da apresentação “pública” de suas danças, cantos e movimentos, únicos de sua cultura, podendo de forma indireta, aproximar e fazer com que outros pudessem entender sua realidade, seu modo de vida peculiar e suas fragilidades devido a todos os conflitos existentes.



A partir destas reflexões, foi possível experimentar uma dramaturgia construída a base em suas movimentações trazendo juntamente adornos que dialogam com a comunicação corporal e a movimentação de seus corpos. Esta possibilidade faz com que se crie a partir destas experimentações em espaços “públicos” de Belém uma aproximação de não indígenas, entendendo e dialogando com os modos de operacionalização simbólicas Mebengokre.

Penso que o ativismo etnocenológico possa ser a possibilidade de entender o deslocamento do espaço da encenação das danças, cantos e movimento Mebengokre. A experiência que tive com o mergulho na aldeia de Apexity tornou-se importante para compreender uma certa “confusão” por parte dos indígenas no deslocamento da aldeia para a cidade. (CABRAL 2017b)

Estas experiências levam a crer que a etnocenologia indígena na Amazônia precisa refletir possibilidades de se tornar o corpo em seus movimentos simbólicos uma ferramenta de defesa de um discurso político, que possa valorizar e fortalecer as matrizes culturais da comunidade mebengokre e de todas as outras comunidades indígenas na Amazônia a partir de um processo de auto reconhecimento do artista etno pesquisador dentro das matrizes culturais dessas comunidades, no sentido de proporcionar um encontro pessoal, assim como um contato dos espectadores, com a ancestralidade desses povos, apagada de nossas origens ou despercebidas de valor político e auto afirmativo em nosso cotidiano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estado do Pará, as Terras Indígenas Mebengokre-Kayapo estão em constante ameaça no que tange seus direitos como povos originários. Esta ameaça acompanha o objetivo de progresso agropecuário, industrial, energético, e na exploração de madeira e minérios. Nessas terras os conflitos são intensos e ameaçam constantemente a modo de vida desses povos, que lutam, morrem e sobrevivem num o panorama político que põe em risco a autonomia e a garantia de direitos legalmente adquiridos, ameaçados por interesses diversos que se mostram dentro do padrão do modelo de desenvolvimento, assim como em seus desvios, como nos ilícitos praticados nas Terras Indígenas do sul do estado do Pará.

O trabalho que neste momento tentamos articular é uma proposição do artista-etno-pesquisador, mergulhado nas proposições da etnocenologia, na intensão de compreender como esse arranjo político e sócio-cultural está acontecendo nessas terras, para assim encontrar possibilidades praticáveis para a diminuição destes conflitos através da afirmação cultural, como o incentivo e participação na proposição de projetos culturais idealizados pela comunidade e inscritos em editais de fomento a cultura, ou projetos de auxílio que fortaleçam e valorizem os processos simbólicos da etnia Mebengokre.



A questão indígena é sempre vista de forma rápida no currículo escolar fora da Terra Indígena, estabelecendo um distanciamento de aspectos geográficos, históricos e artísticos-filosóficos, que deveriam estar incluídos no currículo educacional, fortalecendo e valorizando a questão indígena na Amazônia, possibilitando uma formação mais sensível e relativizada do indivíduo pertencente a este cenário geopolítico, que tende a valorizar a opressão e o afastamento sociocultural destas comunidades.

A possibilidade de levar conteúdos pertencentes ao conhecimento étnico, ético e estéticos do povo Mebengokre, torna-se importante para aproximar a realidade indígena por meio da vivência do corpo, do movimento e da cosmovisão indígena através do olhar etnocenológico, onde o corpo é o cerne do processo de mergulho, afeto e encontro. O aprofundamento de todos esses conteúdos aproximam os espaços de ensino formal, universitário e a comunidade em geral, ao conhecimento ancestral e cultural representados por meio da dança, do canto e do movimento. A partir de um ideal ativista sensível aos desdobramentos de caminhos que levam ao mergulho nas matrizes culturais de nossos povos originários e na afirmação de seus valores a partir da imersão em seus modos de vida.

Este trabalho perpassa então por um ativismo etnocenológico, a partir de um retorno consciente para uma matriz cultural mebengokre, no processo de afirmação étnica do artista Rafael Cabral, na encruzilhada de afetos que o levaram a compreender sua ligação com esta etnia e a construção da corporeidade ameríndia do Xingu, que esbarra em inúmeras ameaças e fragilidades advindas do contato com atores ilícitos. As proposições etnocenológicas (BIÃO 2007, 2009) ajudam a compreender a diversidade existente do povo Mebengokre em sua dimensão simbólica e espiritual, identificando possibilidades estéticas para que os mesmos possam utilizar sua cultura em seu próprio benefício dentro e fora da aldeia.

Neste sentido apontando o ativismo etnocenológico como possibilidade étnica, ética e estética de diminuição dos equívocos culturais existentes desde o processo de colonização do Brasil, diminuindo os atritos culturais reproduzidos socialmente por parte de indígenas e não indígenas a partir do contexto da pesquisa etnocenológica, como algo que vai além da pesquisa e ganha profundidade de luta social, sendo importante como forma de mudança do pensamento da sociedade que incentiva, muitas vezes inconscientemente, a exploração de madeira e minérios extraídos ilegalmente de dentro da Terra Indígena.

REFERÊNCIAS

BARTH, F. **“Introduction”**, in Fredrik Barth (ed.) *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference*, Prospect Heights, Illinois: Waveland Press. 1998.



BIAO, A. **Etnocenologia e a cena baiana: textos reunidos**, Salvador: P&A Gráfica e Editora, 2009.

CABRAL, R. R. **Corpos e resistência: ativismo etnocenológico indígena na Amazônia brasileira** In: Memória ABRACE XVI - Anais do IX Congresso da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. Anais...Uberlândia(MG) UFU, 2017. Disponível em: <<https://www.event3.com.br/anais/ixcongressoabrace/31922-corpos-e-resistencia--ativismo-etnocenologico-indigena-na-amazonia-brasileira>>

CABRAL, R. R. **Teia de Pykatôti: um estudo da corpografia Mëbêngôkré do Rio Fresco na Amazônia Brasileira**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências das Artes, Programa de Pós Graduação em Artes, Belém, 2017.

FUNAI **Diagnóstico da degradação ambiental causada por ilícitos na TI Kayapó e área de entorno**, Relatório de Atividade de Proteção Executada PTRES 063090 – PI 22 FMT Coordenação Tegal Kayapó Sul do Pará, Tucumã, 2013.

HAMÚ, D. **Ciência Kayapó**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1992.

LE BRETON, David. **Sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARQUES, C. E. **De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico**. Revista de Antropologia (USP. Impresso) , v. 52 n°1, p. 339-374, 2009.

NEVES, E. G. **Os índios antes de Cabral: Arqueologia e História indígena no Brasil** in: A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus / org. Aracy Lopes da Silva e Luís Donizete Benzi Grupioni, Brasília, UNESCO, 1995:171-196.

O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

OLIVEIRA, R. C. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena**, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 2 ed. Revisada.

OLIVEIRA, R. C. **Estudo de Áreas de Fricção Interétnica**. América Latina, ano V, n° 3, pp. 85-90, 1962.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis, Vozes, 1977.

THOMAZ, O. R. **A antropologia e o mundo contemporâneo: Cultura e diversidade** in: A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus / org. Aracy Lopes da Silva e Luís Donizete Benzi Grupioni, Brasília, UNESCO, 1995:425-444.

**GT 02 – Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina.****RELIGIÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ABAETETUBA-PA: AVANÇOS E/OU RETROCESSOS DAS LUTAS SOCIAIS EM ESPAÇOS MARCADOS PELO SAGRADO?**

Dra. Deusa Maria de Sousa – UFPA¹
Msc. Lucielma Lobato Silva -UFPA, SEDUC/PA²
Alexandre Correa da Silva - UFPA³

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a força dos movimentos sociais em uma comunidade quilombola, denominada de Itacuruçá, localizada em Abaetetuba, Pará, município da mesorregião do nordeste paraense, região oriental da Amazônia brasileira. Essa é uma comunidade quilombola visivelmente marcada pelo crescimento de igrejas pentecostais, as quais têm atuado intensivamente para a conversão de pessoas. Para Almeida (2004), no Brasil, os movimentos sociais em locais onde as igrejas evangélicas têm preponderância tem diminuído. Por outro lado, Maués (2010), menciona que mesmo que a religião não tenha se voltado para as lutas sociais, o fato das pessoas com fortes relações de compadrio se ligarem ao espírito de comunidades religiosas, faz com que os mesmos unidos consigam fazer, alguma forma, suas vozes sejam escutadas por parte dos governantes em prol de melhorias sociais. Essa é uma questão que temos observado na região quilombola Itacuruçá, uma vez que as pequenas lutas por direitos que têm ocorrido, foram fortalecidas por meio de um grupo de pessoas não ligadas ao espaço sagrado, as quais têm um duplo papel lutar contra alguns religiosos que não aceitam as lutas sociais, e a favor dos interesses políticos da região, como a reconstrução da escola, do posto de saúde.. Sendo assim, este trabalho se preocupa em analisar como a comunidade quilombola Itacuruçá, marcada por instituições religiosas, pode ter seus movimentos sociais abalados negativamente após o estabelecimento das mesmas..

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Religiões Pentecostais e Comunidade Quilombola

1. INTRODUÇÃO

A presente comunicação tem por objetivo trazer uma reflexão introdutória acerca de nosso projeto de pesquisa Pibid/UFPA que versa sobre a relação entre as mobilidades dos

¹ Doutora em História, Professora Adjunta do Curso de Educação do Campo, Campus Abaetetuba – UFPA. E-mail: msdeusa@gmail.com

² Doutoranda em Antropologia pela UFPA, Professora externa da Universidade Federal do Pará – UFPA e professora da Secretaria de Estado e Educação do Pará – SEDUC. E-mail: lucielma.lobato@gmail.com

³ Bolsista Pibic, Graduando do Curso de Educação do Campo, Campus Abaetetuba – UFPA. E-mail: alexandreufpa2016@gmail.com



movimentos sociais e o aumento do número de igrejas, especialmente as pentecostais em regiões das ilhas do município de Abaetetuba, Pará. Sobre o referido projeto, ainda em fase inicial, aqui trazemos uma análise dessa relação em apenas uma região que é a comunidade quilombola Itacuruçá.

Esta região quilombola é nitidamente marcada pela presença do religioso, podemos observar diversas igrejas evangélicas ao longo de sua orla ribeirinha, da mesma forma que se percebe o sagrado em sua região de estradas, uma vez que as igrejas das mais diferentes congregações se alinham ao longo de sua paisagem natural, formada da exuberante floresta amazônica, de rios barrentos e igarapés fechados pela mata.

O Itacuruçá é formado por um povo cidadão, que sabe de seus direitos e deveres, muito destes, inclusive, já trabalharam em prol de objetivos da coletividade. Dentre alguns dos principais objetivos que tocam esta comunidade, cita-se a construção da escola que é um dos fortes elementos que evidenciam essa assertiva, pois uma vez que ela foi uma conquista desse povo, que unidos em movimentos sociais conseguiram traçar estratégias que era ter um escola de estrutura suficiente em sua comunidade.

Por outro lado, o que se percebe é que esse envolvimento social foi sendo barrado nos últimos anos, pois a comunidade mesmo diante de diversos pontos a reivindicar e sabendo das necessidades pouco tem se movimentado no sentido de luta social, ou seja, no sentido de organização social coletiva em movimentos sociais. Algo interessante é que ao passo que essa 'desorganização' ou imobilidade social coletiva ocorria, assistíamos o crescimento do número vertiginoso de igrejas pentecostais na redondeza da região ribeirinha e quilombola.

É nesse sentido, que Paula Montero (2006), reflete sobre a emergência dos evangélicos no campo religioso brasileiro recente e seu constatado poder de mobilização são fenômenos cujas potencialidades ainda precisam ser melhor exploradas. A autora afirma que *"não resta dúvida de que, pelo menos entre as camadas mais pobres, emerge uma forma de conceber a inclusão e a "boa vida" cuja influência na esfera pública ainda não foi corretamente avaliada"*. (MONTERO, 2006, p. 49).

Assim, entre a comunidade das religiões de matriz africana a relação com os movimentos sociais também é pequena, se pensamos no contexto brasileiro de outras religiões. Embora muitas capitais, deste país, contem com federações, centros e uniões religiosas, muitas delas têm como finalidade primeira atender as questões relacionadas a intolerância, a liberdade de culto e/ou liberação de rituais. De acordo com Prandi (1997), a relação estabelecida entre a política e as religiões de matriz africanas é ainda muito pequena, sendo mais expressivas nas capitais e pouco vista no interior dos grandes centros urbanos, mesmo que a antropóloga Daniela Cordovil tenha visto fortes influências na política



da cidade de Cucurupu no Estado do Maranhão, com os membros das religiões dematrizes africana, num contexto de Brasil essa relação ainda é pequena.

Nesse sentido, vamos fazer uma breve análise sobre o crescimento do religioso pentecostal na comunidade Itacuruçá e relacioná-lo com as mobilidades sociais na região desde que tal fenômeno tem aumentado. Nosso intuito será entender até que ponto o religioso esbarra no social, prejudicando ou não o sentido de comunidade, união e reivindicação social, em um espaço que historicamente é marcado pelo sentido de proteção e união, isto é, de comunhão e não de individualismo.

2.MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO

É quase um consenso entre os pesquisadores que trabalham com movimentos sociais no Brasil, que eles tiveram fortes relações com os movimentos religiosos, especialmente quando pensamos no período da redemocratização brasileira. Segundo Reginaldo Prandi (1997), esse foi um momento de intensa efervescência dos movimentos sociais ligados com alguma ordem religiosa, especialmente algreja católica, nesse contexto as lutas sociais ligadas a religião eram inúmeras.

Para Menezes Neto,o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST do Brasil teve sua origem vinculada as ações religiosas. Diante disso, o movimento religioso, neste país, se engajou historicamente nas lutas sociais em busca de terra, de melhores condições de vida, de trabalho, moradia enfim, de dignidade humana. Por outro, segundo Max Weber (1974) a religião cristã possui uma ética, que de certa forma, pode favorecer o conformismo e conformação de novas éticas como a do capitalismo.

As modificações ocorridas nos espaços das lutas sociais e o movimento religioso passou a ter outra configuração especialmente após os anos 90, quando a Teologia da Libertação teve um retrocesso em suas lutas sociais, pois a Igreja católica no Brasil, passou a se preocupar mais com o sagrado e a busca pela salvação. Com isso deixando para outro plano os movimentos sociais, uma vez que o que estava em voga era “trabalhar a alma para uma outra vida, já que nesta o sofrimento é uma forma de se alcançar a salvação” .

No âmbito, das diversas religiões de cunho evangélico, para Almeida (2004), poucos foram os movimentos sociais de lutas com o povo em busca de melhorias, uma vez que seus objetivos sempre estiveram voltados para a salvação no outro plano, isto é, em uma outra vida. Mas, isso não significa que não ocorreram segmentos deste grupo religioso que não se envolveu diretamente na luta social, porém esses são raros, para o autor acima citado, a filantropia é o que mais se vê entre os evangélicos Brasil a fora.

No contexto rural do município de Abaetetuba a questão da relação entre religião e movimentos sociais apareceu muito flagrante no Curso de Graduação em Educação no



Campo, onde muitos alunos afirmam a importância da Pastoral da Juventude Católica como vetor de lutas sociais no interior de tais comunidades. Outros por sua vez mostram a relevância de movimentos evangélicos na busca das orações e encontros de mulheres. Esses entre outros movimentos são apontados como relevantes para as lutas da comunidade em busca de melhores condições de vida.

Por essa razão, os movimentos religiosos da Igreja católica vão se assemelhar aos movimentos evangélicos que buscam em sua maioria as orações que os elevem até a salvação eterna. Diante disso, vemos que a modernidade e a globalização atual trouxeram muitas modificações no seio da religião, a qual passou a ter um caráter mais voltado para o sagrado e a relação com o individualismo, como já fora analisado por Louis Dumont (1985), onde o mesmo menciona que o cristianismo inaugurou o individualismo na modernidade, uma vez que a realização do Eu se dá com a negação do mundo, com a recusa da vida profana e, portanto, dos problemas sociais desse mundo como a fome, a falta de moradia, e etc.

Seja como for, nos anos finais do século XX, segundo Max Weber (1974) vamos ver no mundo uma modificação muito grande quanto ao que denominamos de secularização ou reencantamento pela religião, uma vez que as técnicas e as tecnologias do século XIX fizeram com que houvesse um desencantamento com o fenômeno religioso, onde ele foi considerado o ópio do povo. Emile Durkheim (1983) firmou que com a advento das democracias no mundo a religião passou a ter um caráter de luta pelas causas sociais. Mas segundo Boff (1998) essas lutas vão ser freadas a partir da afirmação do Estados Liberais e Neoliberais (ELIAS, 1993), no Brasil isso ganha folego após os anos 80, quando os diversos movimentos religiosos saem do bojo dos movimentos sociais e se afirmam como espaços somente de configuração do sagrado.

Nesse novo espaço, para o antropólogo paraense Heraldo Maués (2010) ocorre uma maior aproximação do sagrado e a pessoa que o busca, havendo, portanto, um retorno ao individualismo visto por Dumont (1985). Onde o interessante é ter a experiência com o mítico, conseguir se elevar espiritualmente. Por outro lado, isso não quer dizer que não houve mais engajamento nas lutas dos movimentos sociais, mas sim que essas lutas não eram uma bandeira, ou seja, não eram entre outros o objetivo das religiões.

Quando pesamos tudo isso nos espaços rurais da Amazônia percebemos a voz de alguns poucos trabalhos nessa linha como do antropólogo ChalesWagley (1986) que ao analisar a comunidade de Itá, localizada na religião do salgado paraense, percebe nesse espaço pouco é feito pela Igreja no que tange a busca por melhores condições de vida para uma população eu tanto necessitava. O maior envolvimento religioso se constituía de festas



de santo, onde a comunidade se reunia em prol do evento e os lucros do mesmo eram todos da paróquia que se localizava na cidade.

O antropólogo Heraldo Maués com trabalhos mais recentes sobre o catolicismo na Amazônia também percebeu o quanto houve o distanciamento do catolicismo com os movimentos sociais. Segundo ele, a questão catequética, votada para a experiência propriamente religiosa foi a maior bandeira para tentar fazer com que mais fiéis se voltassem para a igreja. Mas, a Igreja ainda mantém, em alguns casos, alguma postura de conscientizar os fiéis quanto aos problemas diários sofridos como a falta de saneamento, de assistência social, de ensino de qualidade e acirramento da violência, tráfico de drogas ou prostituição.

Nesse contexto amazônico, nos últimos anos as lutas sociais ora a religião se fez próxima dos movimentos sociais, ora se afastou dos mesmos. Segundo Maués (2010), mesmo que a religião não tenha se voltado para as lutas sociais, o fato das pessoas com fortes relações de compadrio se ligarem ao espírito de comunidades religiosas, faz com que os mesmos unidos consigam fazer, alguma forma, suas vozes sejam escutadas por parte dos governantes em prol de melhorias sociais.

3. ITAUCURUÇÁ: UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA EM ABAETETUBA-PARÁ

Em 1990 a pesquisa levantada pela Diocese de Abaetetuba identificou que Abaetetuba possui uma população bastante vasta, no que tange as organizações sociais, demonstrando que havia 710 famílias que residiam em regiões ribeirinhas, que além de ribeirinhos eram remanescentes quilombolas (DIEGUES, 2008). Esse levantamento foi preponderante para o desencadeamento de várias pesquisas na região, das quais foram cruciais para que o Estado brasileiro reconhecesse a região como área quilombola (MARIN E CASTRO, 1999).

Para tanto a titulação coletiva ocorreu em 2002, por meio do Governo do Estado do Pará, por meio do Instituto de Terra do Pará – ITERPA, o qual contém:

reconhece o domínio de uma área de terras com ocupação e uso por famílias remanescentes de quilombos das comunidades ALTO E BAIXO ITACURUÇA, CAMPOPEMA, JENIPAÚBA, ACARAQUI, IGARAPÉ SÃO JOÃO, ARAPAPU E RIO TAUERÁ-AÇU, no município de ABAETETUBA, expedindo TÍTULO DE DOMÍNIO COLETIVO, gravado com CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE, em nome da ARQUIASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DAS ILHAS DE ABETETUBA (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2002).

Assim, há uma tocante diferença entre o que diz esse documento do ITERPA e o sentimento de pertencimento da população, uma vez que em trabalho recente de Eliana



Pojo (2015), na mesma região, identifica pessoas da região que não se consideram quilombolas, uma vez que residem nas margens dos rios, por isso se afirmam como sendo ribeirinhos e não quilombolas, pois “*O quilombola é aquele que mora em terra firme e o ribeirinho é aquele que mora às margens do rio, porque tem o ribeirinho e tem o quilombola; nós somos quilombola*” (POJO, 2015, p. 147).

Percebemos que a identificação é algo que precisa ser melhor esboçado, uma vez que esse reconhecer ainda se mostra como problemático, pois nos faz pensar na imagem ruim que é construída historicamente em torno do ser negro, embora saibamos que nem sempre vamos encontrar o tempo todo pessoas negras em regiões quilombolas, uma vez que ele era um espaço de fuga e não de etnia racial (FARIAS JÚNIOR, 2010).

Essa é uma questão que dificulta o acesso e a organização em movimentos sociais, pois segundo Maria da Glória Ghon (2011), os movimentos sociais precisam antes de tudo, se reconhecer enquanto grupo social, para enfim, buscarem em conjunto seus direitos comuns. Mas quando o grupo não se reconhece enquanto fazendo parte de um mesmo dificulta o processo de lutas sociais. O que não significa que esse povo não se coloque a frente de suas necessidades, mas que pelas vias do autoreconhecimento poderia ser mais fácil se organizar, mesmo em espaço marcado por um religioso que afirma a necessidade da salvação individual e não da luta coletiva.

4. RELIGIÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA RELAÇÃO ARRANHADA PELO TEMPO

Como já fora mencionado anteriormente o século passado, entre tantos fatos, a efervescência dos movimentos sociais foi uma marcante na sociedade brasileira, algo muito interessante é que eles em sua maioria estavam ligados intimamente a uma pequena ala da Igreja católica (ORTZ, 2001). Essa ala esteve presente na formação de diversos movimentos, entre eles o próprio MST, esteve presente também na construção filosófica de alguns partidos políticos como Pc do B, enfim, era linha de frente nas lutas por melhores condições de vida da população mais necessitada deste país. Por outro lado, com o passar dos anos vemos essa mesma Igreja se afastando dos movimentos sociais e colocando na posição espiral tão somente.

Seja como for, o outro ponto dessa linha religiosa está centrado os pentecostais que tem crescido muito em número e em convertido nos finais do século passado e início deste, e segundo Lavelle, *et al*, (2006):

A expansão de denominações evangélicas não-tradicionais deve ter produzido mudanças no terreno das organizações comunitárias existentes, bem como nos seus repertórios de problemas e formas de ação. Embora existam estudos acerca do papel das igrejas evangélicas na política e na



formação de valores políticos nos seus fiéis, seus efeitos na vida associativa comunitária não parecem ter merecido igual atenção por parte dos sociólogos e antropólogos da religião (LAVALLE *et al*, 2006, p.19).

Diante disso, vemos que o crescimento das diferentes denominações religiosas trouxe um 'ranço' para os movimentos sociais, mas segundo Tatagiba e Teixeira (2005), isso não implica dizer que entre eles não exista associativismo, no sentido de ajuda aos "irmãos", mas que fora esse universo a grande maioria da população se vê desassistida de lutas sociais em prol de ações que busque junto ao governo melhores condições de vida. Segundo Tatagiba e Teixeira (2005),

É necessário considerar a importância crescente das igrejas evangélicas na reconfiguração do associativismo local. Ainda pouco sabemos acerca dos impactos da presença desse ator político nas comunidades e, particularmente, da natureza da relação que estabelecem com os movimentos sociais mais tradicionais e lideranças (TEIXEIRA E TATAGIBA, 2005, pp.37-38).

Na comunidade Itacuruçá, percebemos que existe sim esse associativismo, voltado para ações assistencialista especialmente de pessoas que pertencem a igreja ou a congregação religiosa. Não há na comunidade, um movimento em que os religiosos se mostrem como sendo pessoas que impulsionem as lutas sociais, ao contrário vemos que sua função maior é preparar o fiel para a salvação. Mostrar o caminho em que devem passar para um dia conseguir entrar "no reino dos céus", caminho esse, que deve se privar de uma série de bens materiais.

A ideia do conformismo é algo que se perpassa na região, onde "devemos aceitar o que Deus quer"⁴, desse jeito vemos que não devemos lutar contra a nossa condição social e sim aceitar, "ser fiel no proposito que Deus quer que a gente viva"⁵. Por outro lado, há muito impregnando na comunidade a perspectiva da prosperidade que se consegue quando a pessoa é um fiel e age de acordo com que Deus quer, ou seja, se a pessoa prospera financeiramente é devido ela ter "agido corretamente, de acordo com os mandamentos"⁶.

O Itacuruçá é uma comunidade que se vê em uma crescente venda de suas terras para empresas que plantam dendê na região, os que resistem têm assinado contratos em que passam a se tornar empregados da empresa, os quais tem que cumprir metas fantasmagóricas e receber um salário irrisório, sendo que são contratados como agricultores familiares rurais, logo, estes são pagos pelo trabalho familiar ou pela produção. Algo que tem feito muitas pessoas da região passarem as mais diversas dificuldades financeiras,

⁴ Dona Santinha, secretária da casa dos professores, fala em dezembro de 2014.

⁵ Idem.

⁶ Idem.



devido esse novo processo de trabalho em que não estavam acostumados, o qual fere toda uma cultura local, pois não respeita a forma como esse povo cultivava seu solo.

Outro agravante forte é o tráfico de drogas que tem ocorrido nos últimos anos na região, grande número de jovens têm se envolvido, a venda ocorre à luz do dia, próximo das igrejas, com pessoas que frequentam a congregação. Esses jovens têm seus rostos estampados em noticiários locais, os quais os apontam como criminosos, não aprestando o problema em seu amago.

Além, disso podemos apontar também a condição física da escola da comunidade, onde a mesma está cheia de problemas de infraestrutura, como teto com telhas quebradas, rachaduras nas paredes, infiltrações, e uma série de problemas com sistema de ensino que o governo do Estado quer implantar na região que é o SEI, sistema educacional interativo, qual coloca o aluno para estudar de frente com uma televisão. Todos esses problemas com o ensino e aprendizagem se percebe como algo que retorna para a sociedade em índices alarmante de criminalidade, violência e transtornos dos mais diversos.

Enquanto isso, as igrejas que mantêm grande número de adeptos na região, se vê trabalhando a alma, o compromisso em agir corretamente. Distante de “algazarras”, próxima “do que interessa”, que é a salvação. Sendo assim, vemos que o individualismo que Dumont (1985) apresenta está marcado nesse espaço, onde a experiência com o sagrado que deve ser adorado é algo que temos que fazer individualmente, sem a necessidade de uma comunidade ou de outras pessoas. O sentido comunitário dentro dessa perspectiva está aos poucos perdendo, uma vez que o associativismo entre os irmãos é algo comum, mas os movimentos sociais na região estão a cada dia mais desencorajado pelos religiosos, os quais estão mais preocupados com a salvação e com certos compromissos políticos que seus superiores assumem bancadas evangélicas.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Como é possível perceber esse é um trabalho que ainda é incipiente e ainda tem muito a ser analisado, mas ele já traz uma reflexão sobre a relação entre religião evangélica e movimentos sociais, o qual como se viu tem sido muito prejudicado com o discurso individualista dos grupos religiosos que muito tem ganhado adeptos nos últimos anos.

Nosso objeto de estudo a partir de agora será o de entender como as pessoas tem se tornado ou se permitido aceitar não lutar por seus direitos, se sabemos que estes são pessoas que historicamente tem reivindicado e lutado contra a opressão, e por condições de existência e de manutenção de cultura, de modos de vida. Como permitiram abrir mão de



suas lutas na sociedade? Quais as razões que faz uma pessoa aceitar as opressões de empresas e dizer que tão somente vontade de Deus?

Precisamos entender melhor como os princípios religiosos tem afetado esse homem e mulher que sabem sim o que querem, mas que se permitem a condição da busca da salvação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo R. M. Religião na Metrópole Paulista. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 19, Nº 56, 2004.

BOFF, Leonardo. O despertar da águia. O di-bólico e o sim-bólico na construção da realidade. Petropolis: Vozes, 1998

DIEGUES, A.C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 6ª Ed. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/USP. 2008.

DUMONT, Louis. O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco. 1985

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. Introdução e Conclusão. IN: Emílie Durkheim (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Do Rio dos Pretos ao Quilombo do Tambor. EDUCamazônia Educação, Sociedade e Meio Ambiente, v. 01, p. 147-165, 2010.

GOHN, Maria Da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

LAVALLE, AdriánGurza, CASTELLO, Graziela e BICHIR, Renata Mirandola. Os Bastidores da Sociedade Civil - Protagonismos, Redes e Afinidades no Seio das Organizações Civis. São Paulo: Cebrap, 2006.

MARIN, R. A; CASTRO, E. Mobilização Política De Comunidades Negras Rurais-Domínios de um Conhecimento Praxiológico. In: Cadernos NAEA. Vol2.nº 2. s/r.s/r. 1999.

MAUÉS, R. H. Comunidade no “sentido social da evangelização”: CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia oriental brasileira. Religião & Sociedade, v. 30, n. 2, p. 13-37, 2010.



ORTIZ, Renato. Anotações sobre religião e globalização. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n. 47, p. 59-74, out. 2001.

POJO, Eliana Campos. O rural quilombola do rio baixo Itacuruçá-PA: aspectos da cultura, educação e ruralidade. Idéias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP, v.6, n.1, p. 143-164, jan./jun. 2015

PRANDI, Reginaldo. A religião do planeta global. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Orgs.). Globalização e religião. Petrópolis: Vozes, 1997.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves; TATAGIBA, Luciana. Movimentos Sociais e sistemapolítico: os desafios da participação. São Paulo: Instituto Pólis / PUC-SP, 2005. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 25).

TIMMER, Patrick. Religião e Movimentos Sociais: Os evangélicos no movimento de moradia de São Paulo. Juiz de Fora. XII Simpósio da ABHR, 31/05 – 03/06 de 2011.

WEBER, Max. Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva. México: Fondo de la Cultura Económica, 1974.



GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina.

A RESISTÊNCIA DOS QUILOMBOS NO MARAJÓ: A MOROSIDADE DO PROCESSO DE TITULAÇÃO COMO AMEAÇA AO DIREITO TERRITORIAL DA VILA DE CALDEIRÃO

Felipe da Silva Dias¹ (UNAMA)

felipe.diasadv@gmail.com

Thalyta Brandão de Campos² (UNAMA)

thalyta.brandoadv@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo mostrar as dificuldades existentes no processo de titulação do território de comunidades quilombolas no Marajó. Apresenta-se o estudo de caso da Vila de Caldeirão, que em decorrência da morosidade do processo de titulação sofre violações de direitos dentro do seu território. Objetivou-se demonstrar a existência de tutela legal que alberga e garante o direito territorial da comunidade, porém, grandes são as dificuldades para a efetivação destes.

Palavras-chave: Território. Processo. Titulação. Comunidades. Quilombolas.

1. INTRODUÇÃO

A luta do povo quilombola pelo reconhecimento de sua identidade perpassa por toda a historicidade da construção do Brasil. E após anos de luta e resistência, os quilombolas aos poucos vem ganhando força e reconhecimento por meio da ampliação da tutela de seus direitos em legislações internacionais e nacionais.

A proteção em âmbito internacional é vasta e abarca uma série de convenções, a exemplo da Convenção de nº 169 da OIT, que traz em seu escopo temas como autodefinição dos povos, direitos territoriais, entre outros, os quais exercem um papel social e cultural de grande valia para essas comunidades tradicionais e seus modos de vida particulares.

No âmbito interno, a Constituição Federal de 1988 reconhece nos artigos 215 e 216, o Brasil como um Estado pluriétnico e assegura aos povos e comunidade tradicionais a livre manifestação e manutenção cultural. Além destes, o ADCT de nº 68, outro relevante marco

¹ Mestre (LLM) em Direito Ambiental - Pace University; mestre em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional - Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA; graduado em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA; Professor de Direito Ambiental e Direito Socioambiental na Amazônia – Universidade da Amazônia - UNAMA/SER <http://lattes.cnpq.br/8454601612155121>

² Graduação em Direito – UNAMA/SER; Advogada.



constitucional, favorece específica e expressamente o povo quilombola, conforme se aprofunda em seguida.

O ADCT trouxe o direito territorial ao povo quilombola. E juntamente, a garantia da preservação não só da terra propriamente dita, mas também dos modos tradicionais de vida, além da manutenção de seus costumes e da efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana.

Para o povo quilombola, a terra possui um grau de importância diferenciado, pois nela há um grande vínculo afetivo, por significar luta pela identidade étnica, permanência da tradição, união e futuro, pois apenas por meio do território é que as comunidades poderão dar continuidade ao seu modo de vida.

Porém, mesmo diante das legislações que garantem o direito territorial quilombola, a realidade que os mesmos enfrentam é violação de direitos e não de sua garantia.

Diante de tal problemática o presente trabalho busca mostrar que a realidade que envolve a titulação dos territórios passa por um longo, árduo, difícil e demorado processo. O que acaba por tornar frágil o sentido de propriedade quilombola e contrariando o que foi citado anteriormente.

A Vila de Caldeirão, estudo de caso abordado no presente artigo, é um exemplo claro do quanto a ausência de interesse na regularização do seu território por parte do Poder Público Federal e a demora na emissão do título definitivo, causa prejuízos ao seu espaço territorial.

Portanto, considerando o contexto atual de inúmeros instrumentos que garantem o direito territorial desses povos, em âmbito nacional e internacional, mas pouquíssima efetividade dos mesmos, é que se vislumbra a necessidade de se refletir sobre tal problemática.

2. O RECONHECIMENTO JURÍDICO DO DIREITO TERRITORIAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: HISTÓRICO DE RECONHECIMENTO.

2.1 A CONVENÇÃO Nº 169 DA OIT

A Convenção nº.169 da Organização Internacional do Trabalho, que trata sobre Povos Indígenas e Tribais, foi adotada em Genebra no ano de 1989 e entrou em vigor no ano de 1991. A mesma substituiu a Convenção nº. 107, que antes tutelava exclusivamente a proteção dos povos indígenas.



Com isso, a Convenção^o. 169da OIT tornou-se o principal instrumento normativo internacional que regulamenta de modo específico a proteção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais de maneira integrada.

A legislação ora apresentada é de suma importância para a concretização dos direitos de povos tradicionais, tendo em vista sua inovação ao reconhecer as distinções e particularidades existentes entre as populações tradicionais nos aspectos culturais, sociais e econômicos, fatores que os distinguem do modo de vida da sociedade civil não tradicional.

O reconhecimento de um modo próprio de vida tradicional, fez com que a referida Convenção trouxesse uma abordagem onde o respeito, a autodefinição, a segurança jurídica, autonomia e o direito territorial fossem tutelados de forma prioritária, e garantido, agora, em norma de abrangência internacional.

Em seu artigo 1^o, a Convenção impõe aos governos de países que possuem povos e comunidades tradicionais o dever de proteger os direitos e garantir o respeito a estes por meio da igualdade, da efetividade de direitos sociais, econômicos e culturais, respeitando a identidade social e cultural, os costumes e tradições, e as suas instituições. Tais garantias demonstram o caráter da segurança jurídica que a norma proporciona.

Além da segurança jurídica, no mesmo artigo, a Convenção dispõe sobre o direito de autodefinição, que *“(...) é uma das pedras fundamentais dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais e implica, por essência, o reconhecimento do direito de autodeterminar-se, de autogerir-se e, por via de consequência, de autorreconhecer-se, sem a necessidade de chancela estatal.”* (MOREIRA 2015, pag. 159)

Outra conquista relevante trazida pela referida norma foi a consulta prévia, disposta no art. 6^o. Tal garantia possibilita a participação e oitiva dos povos e comunidades tradicionais, uma vez que determina a obrigatoriedade da presença destes nas tomadas de decisões e medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, de definirem suas prioridades de desenvolvimento na medida em que impactam em suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam.

Ademais, os artigos 13 a 16 garantem a proteção ao território da classe. Observa-se a obrigatoriedade do respeito do significado especial para as culturas e valores espirituais que os mesmos possuem em relação às terras ou territórios, ou com ambos, o respeito aos aspectos coletivos dessa relação, os direitos de posse e propriedade sobre as terras em que ocupam, além da proteção de demais direitos relacionados ao modo tradicional de uso coletivo da terra e território.

O Estado brasileiro, em resposta e reconhecimento da importância de se proteger os direitos fundamentais e interesses dos povos indígenas e tribais nativos e estrangeiros, em 2002 ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, por meio do



Decreto Legislativo nº 143, em vigor desde 2003, o que confere relevância e causa impactos internacionais nos casos de desrespeito à Convenção e direitos da classe tutelada pela norma internacional.

Diante disso, mostra-se imprescindível a Convenção nº. 169 da OIT na defesa dos direitos de povos e comunidades tradicionais, notadamente sobre a tutela do território. Esse instrumento garante segurança jurídica e reconhece o direito de posse e propriedade destes sobre a terra onde vivem, além de impor aos governos medidas que efetivem o direito desses povos aos seus territórios.

2.2. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal brasileira de 1988 inaugurou um novo capítulo no ordenamento jurídico pátrio e instituiu grandes avanços no campo das liberdades individuais e direitos de natureza social, política, cultural e ambiental, o que lhe rendeu o título de Constituição Cidadã.

Além disso, a Constituição chamou atenção por possuir um caráter mais humanitário, de valorização de elementos que nas legislações anteriores não tiveram a devida atenção, exemplo dos povos e comunidades tradicionais, notadamente os Quilombolas.

Nesse novo contexto, a Constituição Federal de 1988 rompeu com o tratamento constitucional discriminatório que rotulava essas minorias como *aculturados*. Estes passaram a ter garantidas suas expressões culturais e, conseqüentemente, todo o seu modo de vida tradicional. Desta forma, o Brasil *alcança o status de um* Estado pluriétnico, como afirma Pereira (2011, pág. 1), a Constituição de 1988 representa uma clivagem em relação ao sistema constitucional pretérito, uma vez que reconhece o Estado brasileiro como pluriétnico, e não mais pautado em pretendidas homogeneidades.

O reconhecimento da qualidade de Estado pluriétnico se evidencia nos artigos 215, caput e §1º, e no artigo 216, incisos I e II da Constituição. Tais dispositivos obrigam o Estado a assegurar a todos o pleno exercício dos direitos culturais e a proteção às manifestações das culturas de povos e comunidades tradicionais. Além de tornar os grupos étnicos beneficiados sujeitos de direito.

Ao se assumir como um Estado pluriétnico, o Brasil demonstra uma quebra da imposição etnocêntrica que antes havia vigorado, reconhece que as visões de território, expressão e modo de vida acontecem de maneiras diferentes em cada cultura, e que a compreensão de mundo é particular a cada grupo.



Além dos já mencionados artigos da Constituição, o art. 68 do ADCT também corrobora o movimento normativo de quebra etnocêntrica. Tal dispositivo reconhece o direito à propriedade definitiva das terras já ocupadas pelas Comunidades Quilombolas.

Embora o dispositivo tenha como foco principal o reconhecimento do direito dos quilombolas ao título definitivo das terras que já ocupam. O mesmo ao abordar o assunto cria a necessidade de conhecer quem são os quilombolas aos quais a legislação se aplica.

Quilombola é uma expressão carregada de peso histórico e ainda cercada de preconceito. É necessário compreender que o conceito de quilombola não mais perpassa pela ideia de um povo em fuga, mas sim de sujeitos que merecem estar incluídos no contexto social e tornar-se ponto de conhecimento da sociedade, como assim afirma Martins (2014, pág. 46), "(...) não há na essência dos quilombolas a intenção de se apartarem do contexto social, existe, contudo, um ideal oposto, visando à integração cada vez maior das comunidades quilombolas na sociedade como um todo."

É necessário entender que quilombola, além de continuar exercendo a ideia de resistência, está presente também no nascimento da busca por inclusão deste povo no contexto social, na certeza de que assim será preservada a memória, a cultura e o território. Fator primordial para a continuidade dos quilombos e que, por este motivo, foi o principal alvo da proteção normativa do art. n° 68 do ADCT.

2.3. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais foi instituída, em 2007, por meio do Decreto n° 6.040 e é mais um dispositivo que busca demonstrar o reconhecimento de direitos de povos e comunidades tradicionais almejando a proteção destes.

A legislação possui como principal objetivo que a promoção do desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

A PNPCT é fundamental para o reconhecimento nacional dos direitos de povos e comunidades tradicionais, reconhecendo assim como a Constituição Federal, que estes são sujeitos de direitos que precisam ter seu tradicionalismo, cultural, social e econômico salvaguardados.



Nas legislações apresentadas, um aspecto é comum em todas, a proteção territorial. Tal proteção é a base para a concretização de todos os outros direitos conquistados, pois a partir dele é que se desenvolvem a autodefinição, o sentimento de pertença, a autonomia, o desenvolvimento sustentável e a dignidade da pessoa humana.

Todos esses significados representam o que o território vem a ser para povos e comunidades tradicionais, entre eles os quilombolas que são os sujeitos responsáveis por este trabalho.

3. O TERRITÓRIO COMO ELEMENTO DE AUTODEFINIÇÃO, DE SENTIMENTO DE PERTENÇA DE AUTONOMIA, DE SUSTENTABILIDADE E DE DIGNIDADE HUMANA PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

Ao tratar de território, é necessário entender que este agrega vínculos essenciais à reprodução física, cultural, social e econômica das comunidades quilombolas, sendo elemento de indescritível importância para a manutenção das mesmas, uma vez que é nesse espaço que as relações identitárias se caracterizam como expressões de pertencer ao mundo.

O território é o que mantém a união do grupo e permite a continuidade deste no tempo, por meio de seus descendentes, proporcionando a preservação da cultura, dos valores estabelecidos tradicionalmente e do modo de vida característico daqueles que pertencem a comunidade.

Com a preservação do território, automaticamente preserva-se a identidade étnica e cultural dos quilombolas. E juntamente com essas preservações, a concessão de títulos definitivos de terra garante aos mesmos uma vida digna, com segurança jurídica, dando efetividade ao princípio da dignidade humana, estabelecido no art. 1º, inciso II, da Carta Magna. Princípio este que é o esteio do Estado Democrático de Direito e de onde provem todos os outros princípios presentes na Constituição.

Além da importância já demonstrada que a titulação proporciona, é válido ressaltar que este ato também dá aos quilombolas a condição de propriedade definitiva, dando autonomia a estes com relação aos seus territórios como assim afirma Janaina Campos Lobo, “(...)com a Constituição de 1988, as terras quilombolas se afastam de um princípio de tutela, para uma condição de propriedade definitiva, autonomizando a relação das comunidades quilombolas com seus territórios(...)”.

Nesse sentido, o título que é emitido a partir dos procedimentos administrativos da regularização de quilombos, torna a comunidade, representada por uma associação quilombola, legalmente detentora desse território, tornando-o imprescritível, inalienável, impenhorável e pró-indiviso, uma vez que a natureza do título é coletiva.



É necessário entender que ao tratar sobre titulação de território das comunidades quilombolas, se garante também a proteção ao meio ambiente, uma vez que os sujeitos aos quais se refere o presente trabalho são os atores principais na sustentabilidade e no controle de maneira eficaz dos recursos naturais dos espaços em que ocupam. Dessa forma, ajudando na concretização do princípio da preservação ambiental e no cumprimento do art. 225 da Constituição Federal.

Além do que foi mencionado, por meio da titulação dos territórios é possível enxergar o resultado da luta por direitos. O ADCT nº 68 é a materialidade do direito de ser quilombola, demonstrando que estes ainda permanecem como membros da sociedade, porém dessa vez não mais em seus esconderijos, mas sim como sujeitos com direitos territoriais, culturais, com direito de exercerem a sua identidade. E que não se tratam de um passado, mas sim de um presente, como assim define Martins (2014, pag. 54), *“Um quilombo não é um fato histórico, não é passado, é uma questão social presente até hoje, ou seja, uma questão humana.”*, dessa forma, devendo ser respeitados”.

Mesmo com a grande importância do território para o desenvolvimento e prosseguimento das comunidades quilombolas, e do campo de legislações garantidoras do mesmo, o caminho para sua conquista ainda não reflete essas características. A aplicabilidade de tais características está sendo limitada por um moroso processo de titulação por qual a comunidade perpassa até chegar ao seu título definitivo.

O reconhecimento e a titulação da terra, pelo qual as comunidades quilombolas lutam, não ocorrem de maneira direta e imediata, pelo contrário, para se chegar à fase em que a comunidade garante o seu título, percorre-se um longo caminho, cercado de dificuldades estruturais, morosidade processual, além da ausência de interesse do Estado em garantir a efetivação do direito de titulação da propriedade.

Apesar das legislações já citadas reconhecerem o direito territorial e determinarem a efetivação do mesmo, a realidade do processo de titulação descrita pelo decreto de 4.887 de 2003 e pela Instrução Normativa nº 57/2009 do INCRA, é bem diferente e coberta de impasses e contradições com as determinações das legislações que foram expostas.

4. O EMBATE ENTRE LEGISLAÇÃO E REALIDADE: OS IMPASSES DO PROCESSO DE TITULAÇÃO COMO PRINCIPAL AGENTE DA MOROSIDADE NA EMISSÃO DO TÍTULO definitivo.

No Brasil, segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo, existem cerca de 2000 comunidades quilombolas no Brasil. Destas, segundo as informações dispostas no site do Incra, foram emitidos apenas 207 títulos desde o governo FHC.



Diante dos dados supramencionados, nota-se que as medidas tomadas pelo governo no atual contexto social, não vem sendo suficiente para atender a demanda de terras que deveriam ser tituladas.

Desta feita, é notória a pouca efetividade dos dispositivos que deveriam garantir a territorialidade quilombola. Tal quadro é preocupante, e para melhor entendimento dos entraves por quais a titulação passa, o trabalho passa a expor sobre alguns deles.

Um dos primeiros entraves está pautado na inefetividade do Incra, que com a IN 57, deixou ainda mais claro a ausência de interesse no rápido andamento da titulação. Confirmando a intenção dos atuais governos em fomentar o agronegócio ou outras atividades que dificultem a garantia territorial dos quilombolas. (MARTINS, 2014, pág. 134)

Noutro ponto, ao falar do processo, é importante enfatizar sobre o seu início que está estritamente vinculado com a certificação emitida pela Fundação Palmares, o que vai de encontro ao critério da autodeterminação que inclusive é prevista em ambas legislações. O que prescrevem o art. 2º do Decreto 4887/03 e os arts. 3º e 6º da IN nº. 57 do INCRA.

O Incra em 2008 passou a condicionar o direito de propriedade dos quilombolas à apresentação do certificado da condição quilombola emitido pela Fundação Cultural Palmares. Essa alteração, além de contrariar o critério de autodefinição, trouxe mudanças também nas regras da própria Fundação Cultural Palmares que, em 2007, editou nova regulamentação para a emissão das certidões. O que poderia ser evitado, tendo em vista que o Incra já realiza a produção de um relatório técnico de identificação e delimitação, podendo a Fundação Palmares usar este para a emissão das certidões, gerando assim economia monetária e principalmente processual.

A repetição do mesmo procedimento dentro de um processo, deixa evidente a intenção do legislador em protelar a titulação, além da tentativa de burlar o direito a autodefinição e classificar a certidão da Fundação Palmares como um selo governamental de identificação da condição quilombola.

Há uma nítida contrariedade aos direitos já conquistados pelos quilombolas para exercerem a sua própria identidade, na sua autodefinição. A Convenção nº 169 da OIT que permite aos quilombolas exercerem seu próprio modo de vida, de culto, de crença, de povo único, de características próprias. Limitar o conceito desse povo a uma instituição que não seja a própria comunidade e ao seu entendimento do que é ser um quilombola, é violentar o que já foi conquistado por estes sujeitos.

A autodefinição é uma característica impossível de ser limitada por um órgão governamental ao qual vive uma realidade totalmente dispersa do significado do que vem a ser quilombola. Nesse sentido, "(...) não há como considerar válido e, principalmente, digno



condicionar a legitimação de um elemento tão essencial a identidade de um povo, como é a autoatribuição”. (MARTINS, 2014, pág. 141)

O processo titulatorio, além dos entraves que envolvem a prática da legislação prevista sobre o assunto e na dificuldade de aplicação e entendimento da autodefinição, também reflete no aspecto social das comunidades que buscam a titulação.

As comunidades quilombolas ainda possuem como característica a distância dos centros urbanos, em lugares de difícil acesso, o que gera a dificuldade de deslocamento para os órgãos responsáveis pela titulação (BENATTI, 2015, pag. 14). Dessa maneira, distanciando os polos responsáveis pelo andamento processual da realidade social das comunidades e impedindo que estas tenham o pleno conhecimento de seus processos.

Além dos já mencionados, outros problemas estão presentes no decorrer do processo de titulação. Como por exemplo o número de fases processuais como um todo, com prazos muito extensos, quando estes existem, ou critérios rigorosos, de difícil acesso a comunidade, como já foi mencionado anteriormente.

Outra dificuldade pertinente no processo de titulação é com relação a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. O primeiro questionamento a cerca deste é com relação ao seu prazo, o RTID não possui uma previsão nem para o seu início e muito menos para o seu fim, o que acaba gerando dificuldade para o prosseguimento processual para a próxima etapa que depende do relatório.

Outra questão que envolve o RTID é a quantidade de fase que este possui. Fases estas que exigem dados que não serviriam de parâmetro para a titulação do território, como por exemplo as taxas de natalidade e mortalidade infantil da comunidade, entre outros. Caracterizando dessa maneira o intuito protelatório do processo.

Ainda sobre o RTDI, este não possui prazo determinado para que após a sua conclusão, o Comitê de Decisão Regional do Incra responsável pela sua avaliação faça a sua publicação. Dificultando a execução da próxima fase processual.

Após a publicação dos estudos de RTID no Diário Oficial e a notificação dos ocupantes e proprietários não quilombolas que são dois procedimentos demorados, tendo em vista que um não possui prazo definido e que o outro é arriscado, uma vez que pode promover pressões que constriam os estudos para delimitação territorial, é permitida a apresentação de contestação ao relatório que será analisada pelo Incra. A etapa das contestações duram até nove meses, já que são previstos 90 dias para a apresentação das mesmas e mais 180 dias para o Incra julgá-las.

O prazo é extremamente prejudicial ao andamento processual, pois tais contestações são recebidas em efeito suspensivo. Isso significa que enquanto as



contestações não tiverem sido julgadas, o procedimento de titulação fica oficialmente suspenso.

Nas demais fases, o principal questionamento é também com relação aos prazos. Não há prazos específicos na legislação, por exemplo, para a outorga da portaria, não existem explicações que justifiquem a demora para que o presidente do Incra publique a portaria, após todos os tramites do processo terem sido superados.

Identificadas as dificuldades, entraves e a explícita ausência de interesse da Administração Pública em tornar a efetivação do direito territorial de quilombolas mais simplificada, passa ser de fácil compreensão porque as estatísticas relacionadas a titulação são tão negativas. Uma vez que o que se tem por prioridade é a garantia do interesse da maioria em detrimento da demora sacrificante da titulação.

Demora esta que coloca em risco o direito daqueles que sempre resistiram para que sua memória, seu modo de vida, sua identidade fossem preservadas e repassadas para que assim não caíssem no esquecimento.

Acontece que apesar das inúmeras garantias tanto em âmbito internacional e nacional, estas parecem não ser importantes frente as prioridades da Administração Pública. Sendo assim, as comunidades quilombolas, acabam sendo deixadas de lado, tendo os seus direitos conquistados com anos de luta repentinamente apagados.

Como modo de mostrar o quanto os entraves que ocasionam a morosidade do processo de titulação e quanto a ausência da titulação são prejudiciais para uma comunidade quilombola, o presente trabalho abordará na seguinte seção o estudo de caso da Vila de Caldeirão localizada na Ilha do Marajó no Estado do Pará.

5. O CASO DA VILA DE CALDEIRÃO

Antes de tratar sobre a comunidade objeto de análise do estudo, é válido ressaltar alguns pontos sobre a existência de quilombos no Pará, especificamente na cidade de Salvaterra na Ilha do Marajó.

A relação entre os quilombolas e o Marajó, começa no século XVII. Neste período, a Ilha possuía como principais atividades a agricultura, a pecuária e a pesca e devido a necessidade de mão de obra por parte dos grandes fazendeiros locais, um elevado número de escravos negros foram levados para a região.

Ocorre que com as condições exploratórias do período escravocrata, ocorreram grandes fugas, onde os sujeitos que foram vítimas dos tratamentos desumanos dos fazendeiros da época se espalhavam em lugares distantes como forma de proteção, dessa maneira dando origem aos quilombos, lugar onde os fugitivos poderiam exercer os seus respectivos modos de vida e ter a chance de se reproduzir socialmente, (CRUZ, 2011).



Devido ao histórico supramencionado, a população da Ilha do Marajó possui em sua construção social a presença de quilombolas assim como também a de índios. O que explica a grande concentração de quilombos na região.

Uma cidade de grande expressão neste contexto é Salvaterra. O município possui 15 comunidades quilombolas em sua extensão territorial, tendo 38% de sua população composta pelos membros dessas comunidades, segundo pesquisa elaborada em 2002 pelo projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

As lutas dos quilombolas do município estão pautadas na melhoria, no reconhecimento seja ele de identidade ou territorial.

Porém, apesar de todas as comunidades passarem praticamente pelas mesmas dificuldades, o presente trabalho aborda como estudo de caso a comunidade Vila de Caldeirão.

A comunidade Vila de Caldeirão é considerada a mais populosa de Salvaterra, atualmente possui cerca de 200 a 240 famílias que se autoidentificam como quilombolas, fora outras que ocupam o território que não se autoidentificam, totalizando 304 famílias dividindo um mesmo espaço.

A Vila de Caldeirão é expressiva e importante para a continuidade quilombola na Ilha do Marajó e também no restante do estado. A mesma carrega consigo uma grande representatividade dos resistentes, mas não diferente de outras comunidades quilombolas, também sofre as ameaças e ataques concretos devido a ausência de título definitivo. E por este motivo é objeto de estudo do presente trabalho.

5.1. AS CONSEQUÊNCIAS DA MOROSIDADE DE TITULAÇÃO PARA A VILA DE CALDEIRÃO

A morosidade do processo tem consequências que podem ser irreparáveis para as comunidades quilombolas que aguardam o seu encerramento na esperança de ter seu território reconhecido e devidamente titulado.

Porém, o sistema de políticas utilizadas para a titulação de territórios não corresponde a urgência que o processo necessita. Dessa maneira, deixando as comunidades quilombolas diante de constantes ameaças contra os seus territórios. É o que ocorre na Vila de Caldeirão, como se passa a expor.

No ano de 2015, a Vila de Caldeirão passou por uma problemática que é reflexo do sistema moroso e prejudicial de titulação. A mesma teve ameaçado o seu direito territorial pelos projetos de implementação de um presídio dentro das suas terras.

Por não possuir título definitivo que garantisse o direito de propriedade, a comunidade teve parte de seu território como objeto de um contrato de doação entre a



prefeitura do município de Salvaterra e o governo do Estado do Pará para que este realizasse a construção de uma penitenciária onde a comunidade está localizada.

A doação ocorreu de maneira na qual não foram respeitados o direito a consulta da comunidade, o que viola diretamente o direito a consulta prévia, prevista na Convenção nº 169 da OIT. Houve o desrespeito também da jurisdição sobre o território, tendo em vista que prefeitura não possui autoridade para fazer o que fez. Não se levou em consideração o reconhecimento da comunidade que vive há mais de dois séculos na localidade, tendo em vista que a mesma já possui a certidão da Fundação Cultural Palmares que a reconhece como quilombola.

A situação por qual passou a comunidade poderia ter sido evitada caso o processo que se iniciou no ano 2007 não estivesse parado pelo período de 10 anos. Desde a última atualização em 2011, segundo informações disponíveis no site da Comissão Pró-Índio de São Paulo, a comunidade de Caldeirão possui apenas a certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares, que é apenas o primeiro passo para o início do processo.

Toda essa dificuldade é decorrente de uma série de fatores que compõe o processo e que ficaram visíveis ao se analisar os entraves processuais que cercam as fases da titulação.

Ocorre que com a situação ora apresentada, os representantes das várias comunidades localizadas em Salvaterra, juntamente com os habitantes de Caldeirão, MALUNGU, Ministério Público Federal e a própria população do município, conseguiram por meio de documentos demonstrar a presença secular da comunidade na localidade e assim impedindo que a construção do presídio fosse concretizada.

Além da problemática que envolveu a construção do presídio e que chamou a atenção para a gravidade da morosidade, outros problemas foram encontrados durante a elaboração da pesquisa.

Notou-se que a ausência de titulação gera enfraquecimento do movimento quilombo. Como já dito anteriormente, a comunidade de Caldeirão possui pessoas que se autoidentificam como quilombolas e outras que não. O que acaba gerando uma divisão, pois os que se consideram quilombolas possuem um ponto de vista diferente daqueles que não são. O valor do território é diferente nas duas visões, o uso coletivo da terra é diferente, os costumes, o modo de vida, a cultura e a religiosidade divergem. Tudo devido à ausência do título, pois uma vez titulado o território, aquele que não é quilombola não poderia permanecer nele.

Sobre essa consequência, o líder da comunidade explica que:

“A ausência de titulação traz para a comunidade um enfraquecimento da autoidentificação, pois como as famílias quilombolas não possuem o título



definitivo da terra, outras pessoas passam a viver em um espaço que não lhes pertence, e que não se consideram quilombolas.”

Outra consequência advinda da morosidade processual, e interligada com a presença de pessoas que não são quilombolas, é a presença de posseiros. Devido à ausência do título definitivo da comunidade, esta teve parte do seu território perdido devido a ocupação dos de fora, como são chamados aqueles que chegam de qualquer forma na comunidade e de posseiros que estão cercando algumas áreas do território, o que há algum tempo vem atrapalhando no trabalho da comunidade na agricultura, já que não existem mais espaços pra plantar, levando está a depender da pesca ou do extrativismo. Limitando o modo de vida tradicional, gerando por vezes, a saída de dentro da comunidade para outras cidades, fomentando assim, o enfraquecimento de reconhecimento.

As consequências supramencionadas demonstram o quanto a morosidade gera um forte impacto não apenas sobre o território, mas em decorrência da garantia deste, todo o aspecto social, cultural e econômico é afetado. É inegável a importância de um processo mais célere, acessível e sensível a causa das comunidades quilombolas. Pois é por meio deste que a Vila de Caldeirão poderá exercer a sua identidade e ser respeitada e valorizada como tal, pois com título definitivo não haverá mais questionamentos sobre quem ela é.

6. CONCLUSÃO

Diante o exposto, verificou-se que o povo quilombola, juridicamente possui um vasto campo protecionista. Campo este que vai do âmbito nacional ao internacional e que priorizam a liberdade de ser quilombola.

É notório que o advento dessas normas trouxe grande avanço na garantia de direitos aos remanescentes, os tirando da invisibilidade e mostrando que os mesmos são sujeitos de direito, com a necessidade de serem incluídos na sociedade.

Porém, é válido ressaltar que nada foi tão fácil, pois anos de luta e resistência ainda não foram suficientes para superar alguns obstáculos que norteiam a titulação da comunidade.

Os percentuais de terras tituladas é insignificante perto da existência daquelas que ainda estão em processo de titulação. Notou-se que o sistema responsável não abarca a necessidade de agilidade que os remanescentes de quilombo precisam para ter a garantia do seu direito.

O sistema é falho, é lento, é burocrático e transparece que interesse maior não está em titular a terra, mas em protelar tal titulação, pois com prazos indefinidos, não se tem domínio dos estudos que verdadeiramente serão necessários para o reconhecimento



territorial, além do exacerbado gasto de dinheiro público, mostra-se evidente a ausência de interesse das autoridades responsáveis pelo processo em findá-lo.

É necessário que haja um maior comprometimento do governo federal no prosseguimento dos processos, um olhar mais sensível dos juízes federais em cumprir as determinações que MPF que estipula prazos para a concretização do processo.

Com isto posto, é necessária uma mudança no procedimento e juntamente com esta, uma mudança dos órgãos competentes, para que estes sejam capazes de atender aos interesses dos verdadeiros sujeitos interessados no processo (MARTINS2014, pág. 148).

Por fim, é de suma importância o entendimento de que o território para os quilombolas, está além de uma demarcação de terra. Está ligado com os antepassados, com o presente e com o futuro, com o viver e sobreviver, com o criar e se perpetuar, como bem definiu seu Raimundo Hilário ao ser perguntado sobre o significado do território para a sua comunidade afirmando que “o objetivo maior e geral da luta é o território, porque hoje sem ele nós não somos nada.”

Desta maneira, ao garantir o território, estará se garantindo também a continuidade da história, do modo peculiar de vida, das crenças, da identidade, do laço afetivo e a perpetuidade da resistência quilombola.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa. Quilombolas na ilha de Marajó:: **TERRITÓRIO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA**. n: PIETRAFESA DE GODOI, Emilia ; APARECIDA DE MENEZES, Marilda ; ACEVEDO MARIN, Rosa . **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Unesp, 2009. cap. 9, p. 209-227. v. 1.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**.

BRASIL. **Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003**.

BRASIL. INCRA. **Instrução Normativa n. 57, de 20 de outubro de 2009**. Brasília.



COSTA FILHO, Aderval; MENDES, Ana Beatriz Vianna. **DIREITOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**. Minas Gerais: Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (cimos) - Ministério Público de Minas Gerais (mpmg), 2015.

CRUZ. Edson Nascimento. **De ribeirinhos a quilombolas**. 2011. Disponível em: <http://jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2011/132-edicao-100-dezembro/1283-de-ribeirinhos-a-quilombolas-> Acesso em 15/09/2016

DUPRAT DE BRITTO PEREIRA, Deborah Macedo. **O Estado Pluriétnico. Além da Tutela: bases para uma política indigenista III**, 2002. Capturado no sítio <http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/artigos/autores/deborah-m-duprat-de-britto-pereira>, em 10 de julho de 2016.

Hilário, Raimundo. 6 de novembro 2016. Entrevista a Thalyta Brandão para elaboração de monografia.

LEVY, Karine de Aquino Câmara. **A pluriétnicidade na Constituição Federal brasileira: A pluriétnicidade na Constituição Federal brasileira**. 2014. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-pluriétnicidade-na-constituicao-federal-brasileira,50478.html>. Acesso em: 11 set. 2016.

LOBO, Janaina Campos. **O direito dos Quilombolas na Constituição**. IHU On-Line, Edição 428, 30 de setembro 2013. Entrevista a Ricardo Machado. Disponível: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5192&secao=. Acesso em 10 de outubro de 2016.

MARTINS, Tiago Fernando Ramos de Oliveira. **TERRITORIALIZAÇÃO ÉTNICA: SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO E A EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA PLURAL DOS QUILOMBOLAS**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Centro Universitário do Pará Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito Curso de Mestrado em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, Centro Universitário do Pará, Belém, 2014.

MOREIRA, Eliane; PIMENTEL, Melissa. **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO À AUTOIDENTIFICAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**. In: MOREIRA, Eliane; PIMENTEL, Melissa . **O DIREITO À AUTOIDENTIFICAÇÃO DE POVOS E**



COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL . 2. ed. Goiânia: Fragmentos de Cultua, 2015. p. 159-170. v. 25.

OIT, **Convenção 169**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 28 de julho de 2016.

TRECCANI, Girolamo Domenico. Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Programa Raízes, 2006.

DE SÃO PAULO, Comissão Pró-Índio . **Processos no Incra** . Disponível em: http://www.cpisp.org.br/terras/asp/uf_detalhes.aspx?UF=PA&terra=i. Acesso em: 14 jun. 2016.

**GT 02 – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES
SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA****O NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AGRÁRIA E A PROTEÇÃO DOS
DIREITOS DA POPULAÇÃO RURAL FRENTE AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO
NO ESTADO DO AMAPÁ**

José Roberto Afonso Pantoja (UNIFAP)¹
jroberto.pantoja@bol.com.br

RESUMO

O presente estudo refere-se a uma pesquisa documental, que tem como objetivo analisar os avanços da atuação do Estado na defesa dos direitos da população rural frente ao processo de consolidação do Agronegócio no Estado do Amapá nos últimos cinco anos, a partir da criação do Núcleo de Assistência Jurídica Agrária, enfocando a forma como vem sendo estabelecida a parceria entre a Defensoria Pública do Estado do Amapá e a Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Macapá. Além de um necessário aprofundamento bibliográfico, foi analisado alguns relatórios de atendimento de conflitos no campo feitos pela Defensoria Pública do Amapá, bem como os relatórios das demandas levantadas pela Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Macapá no período. Trataremos dos conflitos agrários que, embora antigos, continuam em pauta e geram muita violência em todo o Brasil, conforme pesquisas divulgadas pela Comissão Pastoral da Terra do Amapá. Do ponto de vista teórico, a principal discussão levantada diz respeito à possibilidade de convivência articulada entre o Agronegócio e a Agricultura Familiar que, infelizmente têm sido discutidas como categorias que beiram o antagonismo. Essa percepção dicotômica de nosso espaço agrário é, muitas vezes, legitimada pelas próprias políticas públicas: o “Plano Safra”, por exemplo, elaborado anualmente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prevê recursos de financiamento destinados à designada “agricultura comercial”, em contraposição à “agricultura familiar” – atendida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Palavras-chave: Conflitos Agrários, População Rural, Assistência Jurídica.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, com o auxílio de uma vasta bibliografia busca analisar a relação que se pode estabelecer entre a agricultura familiar e agronegócio, como sendo dois seguimentos que representam grupos distintos, de maneira que o agronegócio estaria ligado ao processo de produção em grande escala representando os interesses do grande capital; e, por outro lado, a agricultura familiar representaria o processo de organização da produção dos pequenos produtores.

¹Pedagogo, Advogado, Ex-Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural do Amapá, Aluno do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Brasil.



Devido aos interesses divergentes, buscará relacionar o avanço do agronegócio no Amapá como um dos fatores responsáveis pelo aumento dos conflitos por terra em toda a extensão do Estado.

Será abordado inicialmente a existência de conflitos relacionados aos grandes projetos agrominerais já instalados no Amapá desde a década de 1970, bem como a falta de regularização fundiária que tem facilitado ao longo da história os processos de grilagem por parte de grandes empresários e o alijamento das populações tradicionais que vem sendo expulsas do seu chão, de suas casas, muitas vezes encobertas pelas próprias autoridades públicas.

Nesse diapasão, será discutida a criação do Núcleo de Assistência Jurídica Agrária como uma forma de trabalhar no processo de garantia dos direitos das comunidades rurais frente ao avanço do agronegócio. Nesse caso, serão analisados documentos e relatórios tanto Defensoria como da Comissão Pastoral da Terra - CPT, a fim de analisar os impactos da criação do Núcleo Agrário na resolução de conflitos no campo.

Permeará toda a construção do trabalho a posição da Comissão Pastoral da Terra diante da necessidade de resolução dos conflitos, com o propósito de proteger os menos favorecidos, chamando a atenção para o Estado no sentido de promover políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar e garantam mais condições de resistências.

Por fim, será travado um debate sobre as dificuldades de convivência pacífica entre agricultura familiar e agronegócio, tidos teoricamente como categorias conceituais que beiram o antagonismo.

2 OS CONFLITOS AGRÁRIOS NO AMAPÁ E A DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES RURAIS

2.1 Antecedentes Históricos

O Estado do Amapá está localizado na região norte do Brasil e possui uma extensão territorial de 142.827,89 km², distribuída por 16 municípios. Segundo dados do IBGE (2010), o Estado possui uma população de aproximadamente 669.526 e, destes, apenas 68.490 se caracterizam como população rural, o equivalente 10,22% da população total. Entretanto, a violência no campo amapaense é preocupante, pois sua população rural é uma das menores do Brasil, o que hipoteticamente deveria rebaixar os números de conflitos. Os números de 2002 a 2011 da CPT apontam que, em dez anos, mais de 11 mil famílias foram expulsas ou despejadas de suas terras, sendo que o Amapá nesse período chegou a figurar entre os estados com maior índice de conflitos pela terra em todo o país (CPT, 2012).



As terras do Estado estão sob jurisdição de 4 órgãos, sendo eles o: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que possui sob sua jurisdição 41% das terras do Estado, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que possui sob sua jurisdição 40% das terras, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que possui 8% e o Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP) que tem sob sua jurisdição 11% das terras do Estado (LIMA, 2008).

Do total das terras do Amapá, apenas 11% encontra-se tituladas e devidamente regularizadas. O primeiro reflexo disso é o impedimento de receber recursos que só podem ser acessados para terras tituladas. Esta situação faz com que o Estado deixe de receber e acessar a muitos programas que ajudariam no seu desenvolvimento (INCRA, 2011).

Por outro lado, a ausência de regularização fundiária vem acarretando conflitos fundiários, como a grilagem e venda de terras públicas, crimes ambientais, evasão de tributos e perda de créditos bancários para atividades do setor primário, devido à falta de documentos que garantam a titularidade da terra.

Vale ressaltar também que a implantação de grandes projetos agrominerais, intensificados no Amapá a partir da década de 1980, estabeleceu uma nova perspectiva de ocupação territorial. Juntamente com a instalação definitiva do projeto Amcel² no cerrado amapaense, as notícias da expulsão de famílias de posseiros que viviam ao longo das margens da BR-156 se tornaram comuns. Antes disso, na década de 1970, a Jari Celulose entrou em conflito com moradores que estavam se estabelecendo no que seria doravante a favela do Beiradão, então município de Mazagão (RAIOL, 1992).

A violência dos conflitos no campo no Estado do Amapá começa a ganhar destaque no cenário nacional quando ocorreu a morte brutal de cinco membros da família Magave em 1993, no município de Amapá, onde foram assassinados e esquartejados, exatamente por resistirem às investidas de fazendeiros que buscavam se instalar na região. Além disso, registra-se, em 1998 o assassinato da líder do MST no município de Laranjal do Jari, Maria Nazaré Souza Mineiro, que teve sua morte tramada por especuladores de terras do município frente às suas atividades de remanejamento de moradores das palafitas para assentamentos em terras que eram pretendidas por esses especuladores (TORRINHA, 2006).

Ademais, a região-problema dos conflitos pela terra no Amapá é a porção sudeste do estado, que compreende a zona rural de Macapá, Porto Grande, Tartarugalzinho e Ferreira Gomes. Juntos, esses quatro municípios apresentam, segundo o IBGE (2010), uma

²AMCEL – Amapá Florestal e Celulose S.A, empresa brasileira de manejo florestal sustentável, cujo objetivo é reflorestar, processar e exportar cavacos de eucalipto produzidos de acordo com os mais exigentes padrões de qualidade, para suprir de matéria-prima a indústria de celulose, papel e produtos de madeira.



população rural de 32.469 habitantes e respondem por 60% dos conflitos pela terra no estado. Nesses municípios, os conflitos envolvem diferentes sujeitos como posseiros, quilombolas e assentados do Inca contra grileiros, fazendeiros, madeireiros e, principalmente, contra a Amcel.

Um motivo relevante da concentração dos conflitos nessa região se deve ao fato estarem localizados 19 dos 40 projetos de assentamentos existentes no estado, ou seja, 47,5% dos projetos de assentamentos da reforma agrária criados pelo Governo do Amapá e, principalmente, pelo Inca (INCRA, 2012). Segundo Galazzi (2013), tais assentamentos foram estrategicamente criados pelo Inca para servirem no futuro como área de plantio da Amcel e exploração de madeiras, pois os agricultores assentados servem como “antropizadores” da floresta, desbravando-a para que depois o capital monopolize esses territórios. Para Galazzi, isso ocorre porque a reforma agrária no Amapá veio de cima para baixo e visa atender interesses políticos, acarretando a criação de assentamentos sem a mínima infraestrutura, o que faz do assentado um refém de um sistema corrupto marcado pela evasão e pelo mau uso dos créditos de instalação, sem falar que muitos cedem seus lotes para a exploração de madeira e/ou plantio de eucaliptos.

Como se não bastasse os problemas acumulados ao longo dos últimos anos, os conflitos agrários tendem a se intensificar, uma vez que o Amapá tem se colocado para o Brasil como uma das últimas fronteiras do agronegócio a ser explorada. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra – CPT (2016), as terras do Amapá são a bola da vez do expansionismo ilegal, devastador e violento do chamado agronegócio. Aconteceu e está acontecendo no resto do país, e o Amapá não podia ficar de fora. A fome e a ganância do capital agrário e minerário são insaciáveis.

Levantamento feito pela CPT (2016), justifica o aumento da violência no campo como sendo fruto da supervalorização econômica das terras agricultáveis do Amapá, fazendo um comparativo do valor por hectare que, em 1995 chegava a custar 100 reais, hoje pode oscilar entre 3.000 e 4.000 reais.

Outro problema fundamental que favorece o processo de ocupação e o consequente alijamento das populações tradicionais, tem a ver com o fato de que o agronegócio no Amapá, está baseado na ocupação ilegal de terras públicas e/ou na compra ilegal de posses, muitas vezes por meio de pressões e ameaças. Sem esta grilagem não haveria agronegócio extensivo no Estado, mas ele avança porque as autoridades fecham os olhos diante das irregularidades por identificarem no agronegócio um forte elemento de desenvolvimento do Estado. Há que se considerar também a omissão, a conivência dos órgãos fundiários e o desconhecimento da legislação agrária por parte dos operadores da Justiça (CPT, 2016).



2.2 A Criação do Núcleo de Assistência Jurídica Agrária

Diante do quadro alarmante de conflitos agrários no Estado do Amapá, O Núcleo de Assistência Jurídica Agrária, ligado à Defensoria Pública do Estadual do Amapá (DEFENAP), é criado no ano de 2011, com o objetivo de desempenhar papel decisivo na preservação dos direitos da população rural do Estado que, na maioria dos casos são pessoas humildes, sem conhecimento jurídico e sem condições de arcar com honorários advocatícios.



A foto acima mostra a cerimônia de assinatura do decreto nº 3640, de 08 de agosto de 2011, em que o Governador Camilo Capiberibe nomeou três defensores públicos para atuarem no projeto de criação do Núcleo da Assistência Jurídica Agrária, todos especializados em Direito Agrário. Vale ressaltar que esteve presente na cerimônia o representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Desde a sua criação, o núcleo sempre atuou em parceria com a Comissão Pastoral da Terra, buscando resolver as demandas e representando as populações tradicionais em processos litigiosos de disputas de terras. A presença do Defensor Geral em algumas audiências demonstrou por ocasião do período de criação do núcleo que a busca pela proteção dos direitos dos trabalhadores frente às investidas dos grileiros se tornou uma prioridade da política do governo.



Por outro lado, o Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta – PROTAF³, implantado no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR, se caracterizou como um processo claro de fortalecimento das atividades dos pequenos produtores. Portanto, ao mesmo tempo que se buscou a proteção dos direitos, se buscava paralelamente o processo de fortalecimento, criando melhores condições de resistência.

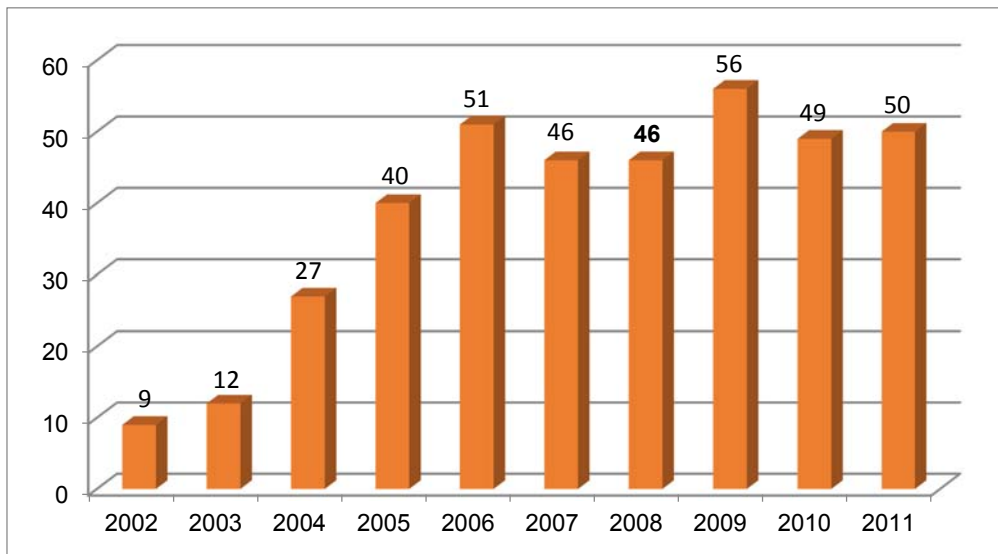
Mesmo considerando o Planejamento do Governo na direção de fortalecer a agricultura familiar, não é possível eliminar de forma alguma os conflitos agrários, pelo contrário justifica a dificuldade de convivência harmoniosa entre o agronegócio e a agricultura familiar. De forma que, os conflitos agrários, embora antigos, continuam em pauta e geram muita violência em todo o Brasil, conforme pesquisas divulgadas pela Comissão Pastoral da Terra do Amapá.

De forma geral, a resistência do camponês encontrada no Amapá não é visível em ações de ocupação ou invasão de terras, pois isso requer uma forte organização camponesa que ainda não se construiu no estado, mas deve ser compreendida como o confronto com as condições impostas pelo capital e pelo Estado que buscam desterritorializar e proletarizar, fazendo com que o mesmo se recrie. Assim, a violência ultrapassa a agressão física, ela é também moral, pois envolve igualmente o constrangimento e a supressão da cidadania dos camponeses que têm suas casas e roças destruídas por seguranças de empresas capitalistas ou são despejados por polícias que cumprem ordem de reintegração judicial (CPT, 2012; MARTINS, 1981).

Os registros da CPT, entre 2002 a 2011, subsidiam melhor essa análise dos conflitos e sua dinâmica no campo amapaense. Desse modo, pode-se dizer que nos dez anos que antecederam a criação do Núcleo de Assistência Jurídica Agrária, o Amapá figurou entre os estados com maiores índices de violência rural no Brasil, pois apresentou 386 registros de conflitos pela terra.

Gráfico 1 - Conflitos pela terra no Amapá entre 2002 a 2011

³O PROTAF foi criado para ampliar o atendimento aos trabalhadores que têm como base a agricultura familiar. O programa tem, entre outros objetivos, contribuir para a redução da prática do desmatamento e queimadas, a diminuição da insegurança alimentar e a geração de renda no meio rural. Outras metas do PROTAF são aquisição de insumos e serviços de mecanização agrícola, a serem contratados pela entidade conveniada. O Programa também prevê que a família cultive de forma consorciada, em um hectare, culturas alimentares, frutíferas regionais e exóticas adaptadas, de acordo com a escolha dos próprios agricultores, respeitando a vocação produtiva local e com assistência técnica do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP.



Fonte: (CPT, 2011).

A partir de 2011, além dos conflitos existentes já descritos, somam-se aqueles frutos da expansão do agronegócio no Estado do Amapá, consolidados inclusive com um novo debate que se constrói em torno do Porto Organizado das Docas de Santana que, em 1980, tinha como objetivo original de atender a movimentação de mercadorias por via fluvial, transportadas para o Amapá e para a Ilha de Marajó. No entanto, com o passar das décadas, foi observada que sua posição geográfica é bastante privilegiada, pois se conecta com portos de outros continentes, além de estar mais próximo, em comparação aos demais portos brasileiros, do Caribe, Estados Unidos e União Europeia. Ainda serve de porta de entrada e de saída da região amazônica.

Os empresários do agronegócio já preparam o processo de transformação do Porto Organizado de Santana para se estruturar para o escoamento de grãos, comprando terras na Ilha de Santana no Município de Santana e no cerrado amapaense ao logo da BR 156, bem como construindo instalações com o propósito de organizar a expansão do agronegócio no Estado do Amapá, colocado como uma das mais importantes fronteiras agrícolas do Brasil. A foto a seguir mostra a construção de grandes silos de armazenagem nas dependências do Porto, refletindo claramente o estágio bastante avançado das negociações de autoridades locais com os empresários do ramo:



Foto panorâmica do Porto Organizado de Santana/AP

É importante retomar a forma como os empresários do agronegócio têm avançado na ocupação de terras para a expansão do plantio de monoculturas, com destaque para a soja. De acordo com relatos da Comissão Pastoral da Terra, a convivência dos órgãos judiciários tem sido fundamental no processo de consolidação do agronegócio no Amapá.

Moradores tradicionais tiveram suas terras invadidas, suas casas queimadas com o intuito de apagar vertigens de tempos ali fixados. Boletins de Ocorrências foram registrados, mas não receberam a devida atenção por parte do poder público. Enquanto isso, os empresários ajuizavam ações de reintegração de posse na Comarca de Ferreira Gomes, invertendo os papéis dos invasores, ações essas que contavam com diligência pessoal do Juiz da Comarca, que constatava *in loco* a existência de construções novas, exatamente em função das casas originais terem sido queimadas. Com base nessa inspeção, o Juiz concedeu liminar de reintegração de posse aos empresários, contra 15 famílias que ali tinham suas posses (CPT, 2016).

Diante desses relatos, mais do que nunca a criação do Núcleo de Assistência Jurídica Agrária se justifica e se torna fundamental no combate às injustiças promovidas pelo agronegócio contra a população rural que carece de recursos para promover suas próprias defesas. Se trata de uma iniciativa às avessas, haja vista que o Estado se coloca à disposição dos pequenos produtores, contrariamente ao que vem sendo denunciado pela CPT com relação à convivência de autoridades públicas no favorecimento da usurpação ilegal de terras.



2.3 O Desmantelamento do Núcleo de Assistência Jurídica Agrária

De acordo com relatos de lideranças da Comissão Pastoral da Terra do Amapá, a forma como nasceu o Núcleo de Assistência Jurídica Agrária, não se mantém. Houve um forte distanciamento da CPT/Amapá da Defensoria por conta dos desgastes acumulados desde a instalação do atual Governo do Estado do Amapá, que tem demonstrado, em vários aspectos uma grande vontade política de assoalhar o caminho do agronegócio nas terras amapaenses.

Segundo a CPT (2016), o atual Governador Waldez Góes (PDT), disse em pronunciamento que, a partir das transferências das terras para o domínio do estado, pretende-se que o espaço destinado ao cultivo de grãos aumente de 17 mil hectares para mais de 400 mil hectares. Além disso, a Companhia Docas de Santana vem atuando para a ampliação do Porto de Santana, principal ponto de escoação da produção. Isso demonstra o interesse do governo estadual e de empresários locais em atrair investidores do ramo de grãos, especialmente da soja.

A tabela a seguir mostra que os conflitos no Estado do Amapá continuam latentes, presentes em todos os municípios num total de 81 conflitos, atingindo 2.483 famílias. Fato que demonstra claramente o crescimento e expansão do agronegócio, juntamente com a convivência de órgãos públicos, inclusive do próprio Governo Estadual.

Tabela 1: Número de conflitos no Amapá e famílias envolvidas

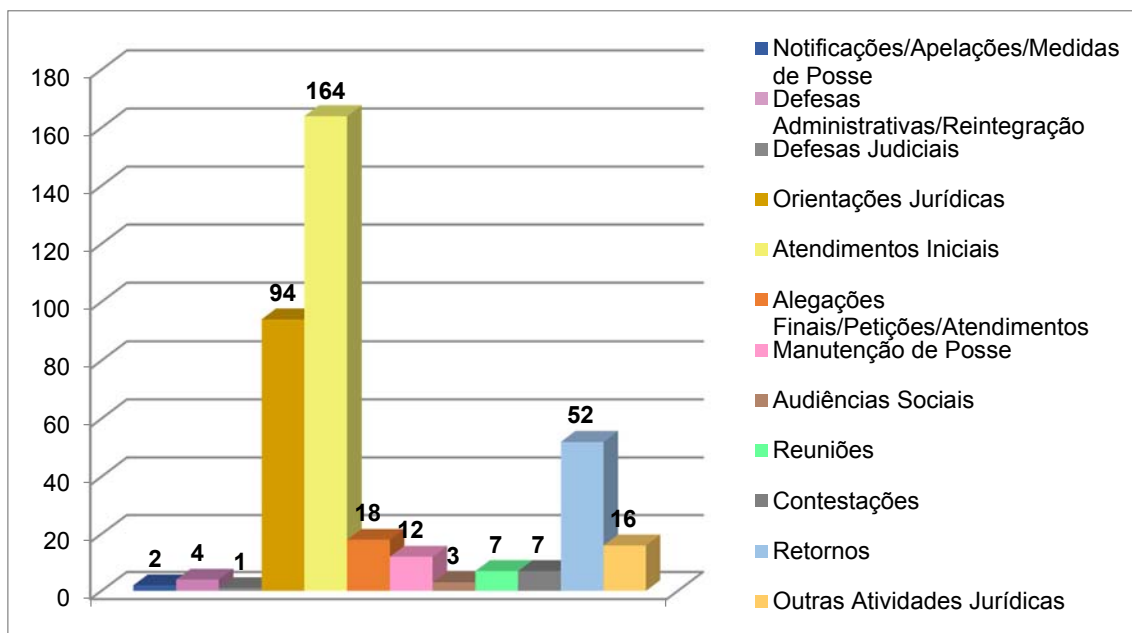
	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
01	Tartarugalzinho	17	223
02	Macapá	15	1118
03	Ferreira Gomes	8	290
04	Amapá	6	87
05	Mazagão	6	143
06	Itaubal	5	94
07	Serra do Navio	4	75
08	Calçoene	4	83
09	Porto Grande	4	62
10	Cutias	3	69
11	Santana	3	49
12	Pracuúba	2	30
13	Pedra Branca do Amapari	1	23
14	Laranjal do Jari	1	0
15	Oiapoque	1	80
16	Vitória do Jari	1	57
	Total	81	2483

Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017.



Diante dos números apresentados acima, fica claro a manutenção recorrente dos conflitos agrários no Estado do Amapá. Em contrapartida o gráfico a seguir expressa claramente a procura por atendimentos envolvidos em conflitos por auxílio na Defensoria Pública, mas concretamente suas reivindicações não são levadas a efeito, pois diante de 81 conflitos em andamento, que envolve cerca de 2.400 famílias, as peças de intervenção em processos judiciais estão bem abaixo do volume de conflitos e pessoas envolvidas.

Gráfico 2: Dados de atendimento do Núcleo Jurídico Agrário



Fonte: Defensoria Pública de Direitos Agrários/DEFENAP

Vale ressaltar que, de acordo com relatos da Comissão Pastoral da Terra, a centralização dos processos no Núcleo Agrário, com defensores especialista em Direito Agrário, voltou a ser acompanhado pelos núcleos comuns, instalados em alguns municípios. O que enfraquece a defesa e o processo de resistência.

Por fim, o avanço do agronegócio e a conseqüente configuração atual da situação fundiária do Amapá tem raiz nos incentivos dados pelo próprio governo estadual, que procura de todos os meios atrair empresários dos ramos agrícola e agroflorestal. Estes empresários envolvem-se na burocracia estatal, aproveitando-se dela para se beneficiarem. A CPT-AP tem se tornado, nesses tempos tenebrosos, cada vez mais necessária para o combate ao avanço do uso capitalista das terras amapaenses, uso este que expropria, mata e destrói tudo o que vê pela frente (CPT, 2017).

3AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR



O termo agronegócio, utilizado na academia brasileira a partir do início da década de 1990, é resultado da tradução para a língua portuguesa da palavra *agribusiness*, alcunhada pelo americano J. H. Davis, em 1955, e difundido na literatura internacional desde então. Esse economista definiu o agronegócio como a “soma de todas as operações envolvidas no processamento e na distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 65).

A intenção do autor era uma nova designação conceitual que pudesse apontar para a crescente perda de autonomia da agricultura e de transferência de parte de suas tradicionais funções para outros setores econômicos; significava a impossibilidade de se analisar, a partir de então, a atividade agropecuária em si mesma, como segmento autárquico. Essa autonomia, em realidade, somente pode ser analisada em sua historicidade, na medida em que, mesmo antes do advento das economias de pleno mercado, havia um processo de divisão social do trabalho que atribuía ao espaço rural o papel de produzir os alimentos e matérias primas demandados pela crescente urbanização (POLANYI, 1980).

Essa posição remete a uma percepção dicotômica de nosso espaço agrário que opõe agronegócio à agricultura familiar, legitimada pelas próprias políticas públicas: colocando de um lado o “Plano Safra”, por exemplo, elaborado anualmente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prevê recursos de financiamento destinados à designada “agricultura comercial”, em contraposição à “agricultura familiar”, atendida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Todavia, essa ótica “classificatória” das unidades produtivas agrícolas incorpora riscos. Com muita propriedade, Delma Pessanha Neves aponta para os perigos que o uso generalizado e sem rigor metodológico das categorias “agricultura familiar” e “agricultura patronal” pode causar do ponto de vista do conhecimento científico. A autora vislumbra fenômenos de reificação e naturalização dessas formas sociais de produção que acabariam por “bloquear a criatividade e fazer crer ser conhecido o que de fato ainda muito se desconhece” (NEVES, 1995, p. 21).

Uma das consequências mais graves do pensamento classificatório é a simplificação e a redução da diversidade do social a uma polaridade básica; nesse caso, a agricultura familiar e a agricultura patronal como os “dois únicos modos de articulação das ações; como duas exclusivas e contrapostas formas de atribuição de sentido às ações sociais” (NEVES, 1995, p. 22).

O complexo desafio que se coloca ao pesquisador é assumir essa limitação intrínseca ao fazer científico, não tomar o conceito como uma essência, saber analisar a



especificidade das situações investigadas e não procurar “fazer o real obedecer ao modelo” (NEVES, 1995, p. 34). E, para facilitar o debate, Neves (1995), utiliza as categorias “agricultura patronal” e “agricultura familiar”, amplamente consolidadas no discurso da Sociologia Rural brasileira, como condição para a construção de novos saberes que pretendem dialogar, criticar, questionar e, quem sabe, propor questões novas para a problemática em discussão.

Quando se fala em agronegócio, portanto, se está referindo a um processo econômico, historicamente evolutivo, de vinculação subordinada das tradicionais atividades agropecuárias a outros setores da economia. O termo remete não a particulares agentes econômicos, mas a uma multiplicidade de atores que participam desse processo integrador: agricultores, fabricantes de máquinas, implementos e insumos agrícolas, transformadores da produção agropecuária, bancos, Estado, comerciantes, distribuidores, transportadores, armazenadores e outros.

O agronegócio não é, como muitos equivocadamente acreditam, uma forma de se produzir na agricultura. O conceito/categoria analítica se refere a um sistema que integra diferentes atividades econômicas que tem como eixo articulador a agropecuária. Essa atividade agropecuária, por sua vez, incorpora diferentes formas sociais de produção.

O controle pelas corporações multinacionais é intenso e crescente. A produção de novas técnicas e organismos é dominada por essas corporações. Isso faz com que os agricultores se tornem dependentes de sementes geneticamente modificadas e insumos fornecidos por um pequeno número de grandes corporações. A cadeia estabelecida pelas grandes corporações inclui ainda a compra da produção, a transformação e a venda, o que configura total controle de todas as etapas do processo, segundo Buckland (2006).

De acordo com Teubal (2008), a partir desse momento, a expansão agroindustrial assume outras características e, com isso, vai-se formando outro “modelo” de desenvolvimento agroindustrial nitidamente excludente. Para o autor, o modelo do agronegócio, cujo funcionamento global versa no predomínio do capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas commodities dirigidas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração.

Ainda segundo Teubal (2008), o agronegócio fortalece a “agricultura sem agricultores”. Pois, de acordo com o autor, os médios, pequenos produtores familiares e camponeses são desalojados por grandes produtores ou latifundiários e por empresas favorecidas por um processo de “monocultura”, que privilegia “economias em escala” orientadas para as exportações, em oposição às necessidades dos produtores familiares e à produção de alimentos básicos para o conjunto da população.



É inequívoco que o desenvolvimento das cadeias produtivas do agronegócio impõe processos de seleção de alguns e de exclusão de outros tantos agricultores. Esse fenômeno pode ser claramente observado, por exemplo, na sensível diminuição do número de fornecedores de suínos na região sul do país em decorrência das exigências de maior escala de produção impostas pelas agroindústrias.

Poderíamos aqui evocar Paulo Freire (1980), quando fala da impossibilidade de diálogo entre oprimido e opressor, pois o que pode haver é apenas um pseudodiálogo, pois seus interesses são divergentes. Enquanto um deseja a exploração, o opressor; o outro busca a libertação, o oprimido.

CONSIDERAÇÕES

Fica claro que mesmo que os agricultores familiares participem da produção no sistema do agronegócio, jamais estarão inseridos nele, ou seja, eles participam de forma subordinada. Ao produzir no interior do sistema do agronegócio, o agricultor não tem o controle do processo; quem controla é o sistema do agronegócio. Esta condição de subordinação se caracteriza pela dependência em relação ao sistema, na escolha do que produzir, como produzir, para quem e quando comercializar a produção. Por fim, agricultura familiar e agronegócio são sistemas diferenciados, no entanto, são componentes de um mesmo território, pois ambos atuam no rural brasileiro.

Essa disputa de espaço tem contribuído forte para a existência dos conflitos no campo, pois as divergências substanciais entre os modelos postos dificultam a convivência pacífica e harmônica. Por outro lado, é importante ressaltar que os alimentos que chegam até a mesa dos brasileiros são provenientes da agricultura familiar e não do agronegócio. Por isso, os movimentos sociais do campo questionam o significado de segurança alimentar que para eles difere de soberania alimentar que trata da produção, consumo, comercialização dos alimentos dentro de uma cadeia que não exclui os camponeses.

A ideia de que a política de modernização da agricultura resolveria no campo científico a fome e a miséria, encobre o fato de que, no sistema do capital, elas são criadas nas contradições do próprio sistema. Assim, os cultivos produzidos no Polo voltados para exportação não diminuiram a fome local, ao contrário, tem elevado a miséria, a dependência da pequena produção e a sujeição a toda forma de exclusão, perseguição e, em muitos casos, a perda da própria vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.



BUCKLAND, M.; LANCASTER, L. R. **Advances in discovery**: the electronic cultural atlas initiative experience. FirstMonday, August 2006.

CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina Silva; AFONSO, José Batista Gonçalves (Orgs.). **Conflitos no Campo Brasil 2007**. Goiânia: CPT Nacional, Brasil, 2007.

CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina Silva; WICHINIESKI, Isolete (Orgs.). **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Atlas de Conflitos na Amazônia**. Goiânia: CPT; São Paulo, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Amazônia, um bioma mergulhado em conflitos**. Goi FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GALAZZI, Alessandro. Depoimento sobre “**A Reforma Agrária de faz de conta do INCRA no Amapá**” ocorrida na sede da Comissão Pastoral da Terra em 22 de maio de 2013.

GAMA SILVA, Pedro Carlos. **Dinâmica e Crise da Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco**. In: Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil. Org. Aldenor Gomes da Silva, Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e Maria de Nazareth B. Wanderley. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**.

LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de. **Ordenamento territorial amapaense**: dinâmicas de um estado brasileiro na fronteira amazônica. Barcelona: Universidade de Barcelona. 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1981.

NEVES, Delma P. **Agricultura familiar**: questões metodológicas. Reforma Agrária - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, n. 2 e 3, v. 25, p. 21-36, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 3. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAIOL, Osvaldino da Silva. **A utopia da terra na fronteira da Amazônia**: a geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá. Macapá: Editora Gráfica O Dia Ltda, 1992.

TEUBAL, Miguel. **O Campesinato Frente à expansão do Agronegócio na América Latina**. In: Campesinato e Territórios em Disputa org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edimilson Frabrini. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

TORRINHA, Mário Nunes. **Desordenamento territorial e conflitos rurais no Estado do Amapá nas décadas de 1980 e 1990**. Amazônia Ci&Desenv., Belém, v. 2, n. 3, jul./dez., 2006.



GT 02 -Movimentos Sociais e Lutas Sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina.

ESPAÇO PÚBLICO E MOVIMENTOS SOCIAIS: O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO HIP HOP NA PRAÇA FLORIANO PEIXOTO – BELÉM

Eryck de Jesus Furtado Batalha (UFPA)¹
eryck_batalha@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa a presença do hip hop na praça Floriano Peixoto, no bairro de São Bráz, em Belém, buscando compreender de que forma ele cria espaços de resistência periférica e propõe novos caminhos para se pensar os espaços públicos da cidade e explicitar as demandas de seus lugares. Partiu-se de pesquisas bibliográficas, trabalhos de campo e análise dos dados para a elaboração deste. Os resultados da pesquisa revelaram que o hip hop criou espaços que possibilitaram o debate e a denúncia acerca da realidade dos participantes, que a partir daí puderam pensar criticamente sobre os problemas urbanos que fazem parte do seu cotidiano, alterando as dinâmicas presentes na praça: o primeiro passo para uma transformação efetiva sobre tais espaços.

Palavras-chave: Espaço Público; Movimentos Sociais. Hip Hop.

1. INTRODUÇÃO

A metrópole contemporânea apresenta uma série de movimentos sociais que representam uma diversidade de ações que envolvem uma diversidade de sujeitos. Nesse sentido, a Geografia nas últimas décadas vem buscando contribuir com um debate no qual se debruce numa interpretação destas ações nos e pelos movimentos, sobretudo, os movimentos protagonistas de luta pelo direito à cidade dentro de uma perspectiva que seja muito além da moradia, mas busque nas identidades e culturas urbanas uma possibilidade de justiça social e democratização do uso dos espaços públicos.

Nas cidades brasileiras, pode-se dizer que as contradições e os conflitos que envolvem a produção das formas espaciais urbanas, considerando-se os espaços ditos “democráticos”, hoje vem se apresentando enquanto temas bastante relevantes no sentido de subsidiar o debate em favor do uso coletivo e da função social que a cidade deve representar para todas as classes sociais, sem distinção de classe social, etnia ou cor. Por

¹Graduado, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, UFPA, Brasil.



isso, o uso de estruturas públicas pelos cidadãos é o tema de uma intensa discussão acerca do acesso desigual aos espaços públicos em cidades brasileiras.

Na metrópole de Belém, na Amazônia Oriental, percebe-se que os projetos que norteiam o uso previamente pensado dos espaços ditos “democratizados” se enquadram em uma lógica *top-down* de políticas públicas hierarquizantes, impostas de cima para baixo e precarizadas no âmbito das estratégias voltadas aos grupos sociais historicamente excluídos dos processos de construção da cidade a partir desta informação questiona-se como uma parcela desses mesmos grupos vai agir sobre tais espaços e imprimir suas objetividades no movimento urbano.

Para melhor se chegar aos resultados preliminares o trabalho teve como recorte espacial uma praça popular em Belém, ou seja, a Praça Floriano Peixoto, localizada no bairro de São Braz, onde o referido espaço é *locus* de ações políticas e culturais populares. Portanto, tem-se como objetivo analisar de que forma o hip hop, enquanto um movimento social urbano e que tem uma forte ação político-cultural, age sobre tal espaço enquanto agente de transformação e construção de práticas simbólicas.

A referência empírica deste trabalho está na “Batalha de São Braz”, um evento que realiza-se nas Praças de Belém envolvendo MC’s, sendo que pautou-se no período de 2013 a 2016, contudo, o movimento hip hop é uma forma de apropriação do espaço público pelos jovens que trazem demandas sociais de seus bairros na periferia de Belém, constituindo-se uma expressão geográfica das vozes que lutam pela construção de uma cidade verdadeiramente democrática para todos.

2. O ESPAÇO PÚBLICO COMO LÓCUS DE POTENCIAL TRANSFORMADOR

Debater sobre os espaços públicos que constituem uma cidade, de fato, passa por grandes enfoques que costumam fazer quase sempre a relação contraditória entre o público e o privado, porém é preciso destacar que também existe uma relação de complementariedade que sustenta toda a relação que se dá mediante as práticas de reprodução do capital e de resistências às suas perversidades. Para tanto, considera-se que os movimentos urbanos vêm cada vez mais ocupando espaços privilegiados no campo das ciências sociais como sujeitos que buscam autonomia, reconhecimento e direitos que lhes cabem (ou deveriam caber) como garantias de cidadania.

Em Belém pode-se dizer que, a praça Floriano Peixoto se insere nessa concepção ideológica de lutas e resistências que permitem pensar um mundo com possibilidades e até mesmo, uma globalização mais humana, como nos propõe Milton Santos (2001). E além disso, o hip hop aponta para esta perspectiva potencializada nas mobilizações que ocorrem



nos espaços públicos como as Praças, sobretudo, considerando também o caráter crítico e transformador que o movimento apresenta em suas letras.

É preciso apresentar uma definição à cerca de espaço público para que se possa elucidá-lo e deixar claro o que se entende quando nele se fala, assim como também das relações sociais que nele ocorrem, de maneira a caracterizá-lo. Antes de mais nada, é importante atentarmos para o fato de que tal conceito vem sendo utilizado de forma indiscriminada, de forma a criar um caráter genérico de utilização no cotidiano que amplia seu alcance a ponto de sua definição beirar o usual. O esforço, aqui, será o de afunilar (no sentido de definir um caminho analítico de apropriação) esse conceito de espaço público, para que possamos utilizá-lo de forma responsável em nosso estudo.

Sobre o dito acima, Gomes (2012, p. 19-20) destaca que

Na base desse problema está fundamentalmente um uso que separa dois tipos de compreensão desse tipo de espaço: no primeiro, há uma referência concreta a uma área física (praças, ruas, jardins, equipamentos, etc.) e uma preocupação prática de planejamento urbano; já no segundo tipo, a referência é a um espaço abstrato, teórico, fundamento da vida política e democracia, objeto de análise da ciência política.

A divisão apresentada acima acaba por criar duas vertentes de estudos sobre o espaço que fragmentam o mesmo a partir de suas matrizes e direcionamentos de atuação, tanto do ponto de vista teórico quanto do prático (não podemos considerar, no entanto, que mesmo nas análises propriamente políticas a dimensão espacial não é ignorada). Isso não chega a ser completamente negativo se levarmos em consideração os objetivos que tais matrizes possuem ao se debruçar sobre o espaço, mas o fato de ambas dificilmente se encontrarem acaba por limitar uma possível aceitação concreta do mesmo.

Gomes desenvolve sua ideia, nos dizendo que

Uma abordagem propriamente dita geográfica do espaço público pode demonstrar exatamente a necessidade de estabelecer um diálogo profundo entre essas duas dimensões: a física e a abstrata, a da prática urbanística e a das teóricas análises do politólogos (GOMES, 2012, p. 20).

Nesse ponto é possível perceber as possibilidades que uma análise geográfica sobre o espaço público pode oferecer. No início deste capítulo falamos sobre a concepção de espaço no bojo teórico da geografia, onde o mesmo seria uma complexa relação entre sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996). Vista dessa perspectiva, a junção dessas dimensões do espaço público encontra lugar na análise geográfica e permite que possamos entendê-lo como um todo. Partindo daí alguns problemas com relação à



definição de espaço público surgem para que possamos supera-los. Paulo Cezar da Costa Gomes nos aponta alguns, que citaremos adiante.

Sobre o primeiro problema, segundo o autor,

Em primeiro lugar esse tipo de espaço não pode continuar a ser concebido simplesmente pela oposição ao privado, segundo um sistema binário pelo qual tudo o que não fosse público seria privado. Um primeiro problema dessa simplista equação é não levar em consideração outros estatutos possíveis do espaço (coletivo ou comum, por exemplo). O segundo problema desse raciocínio, por exclusão, é que ele reafirma insuficiências conceptuais e empíricas, pois não se trata de uma definição, mas tão somente de uma classificação. Por fim, o último e o principal problema é que, nesse estreito campo de oposição, não se percebe que há uma necessária combinação e reforço de um estatuto sobre o outro, uma vez que eles participam de um mesmo campo de fenômenos [...] (GOMES, 2012, p. 21-22).

Essa definição binária do espaço, por ser extremamente simples, ceifa a profundidade da própria organização da vida pública, pois ignora as variáveis que compõem as nuances da mesma e justifica a definição por e em si, sem que se leve em consideração seus usos e a forma como esses espaços são pensados e construídos. Sobre isso nos aprofundaremos mais à frente.

O segundo problema diz respeito à natureza jurídica da definição sobre os espaços públicos. Pode parecer óbvio que o critério legal seja um razoável ponto de partida para que possamos identificar se um determinado espaço possui esse estatuto. Isso na verdade, pode se mostrar extremamente problemático.

[...] considerar público aquele tipo de local que é juridicamente estabelecido como tal significa, talvez, inverter a lógica de uma operação que não pode partir do texto da lei que regulamenta a existência de um espaço por fora de certos objetivos, quando, de fato, a existência de um espaço por força de certos objetivos, quando, de fato, a existência desse espaço deve proceder a própria lei que, desse modo, simplesmente o reconhece. [...] há vários casos em que a atividade pública se inscreve em espaços que não são rigorosa e juridicamente públicos, como no caso dos cafés parisienses ou dos *pubs* ingleses (o nome “pub”, aliás, origina-se da expressão “publichouses”), tantas vezes utilizados como exemplo clássico da visibilidade pública no século XIX. (GOMES, 2012, p. 22)

Logo, a base jurídica pode representar uma inversão de critérios que subverte a própria dinâmica de normatização do espaço. Se partimos da lei ignoramos os processos e construções que vão dar sentido aos espaços, dotando-os de uma realidade artificial que, quando imposta, não possui legitimidade. Essa legitimidade vai surgir dos seus usos, construídos socialmente e a partir das relações que são projetadas sobre os espaços. O



exemplo dado, de pubs e cafés, mostra que o estatuto jurídico não confere caráter público a espaços que não prevejam (ou prevejam parcialmente) essa publicidade.

Um terceiro problema é aquele que diz respeito à “definição, que parte do pretensão atributo do livre acesso, visto como elemento constitutivo do espaço público” (GOMES, 2012, p. 23). Pensar dessa forma limitaria extremamente nossa concepção sobre o espaço público, visto que em alguns casos, o acesso a espaços considerados enquanto aqueles da vida pública é, sim, limitado. Se trata do caso de escolas, determinadas áreas de hospitais, prédios de gestão, etc. Dessa forma não seria, tampouco, a forma de acesso que determinaria o que caracteriza um espaço público.

O que torna o espaço, então, público? Sobre isso Gomes nos diz que,

Espaços públicos correspondem à dimensão espacial da política em sociedades democráticas ou republicanas (*res publica* quer dizer “coisa pública” em latim). Em outras palavras, esses espaços têm relação direta com a vida pública. [...] Os espaços públicos são, nesse sentido, lugares onde se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate, e a problematização da vida social é posta em cena. Ele constitui, por isso, uma arena de debates, mas também um terreno de reconhecimento e de inscrição dos conflitos sociais. Por essa razão, esses espaços são marcadores fundamentais da transformação social. (GOMES, 2012, p. 24).

A criação desse espaço de debate, cruzamento de vivências e exposição de demandas sociais vai, então, ser componente imprescindível da dimensão pública do espaço. Para que isso ocorra é necessário que os agentes, individuais e coletivos, estejam presentes nestes espaços para que, a partir do contato com outros grupos e indivíduos, possam realizar as ações que vão propor quebras de continuidades que causam os problemas acusados e alternativas como forma de solução. No espaço público os problemas ganham visibilidade.

A dimensão concreta do espaço público tem, aí, papel importante, visto que,

O espaço físico, concreto e material participa plenamente dessa concepção. Como esse discurso político se assenta sobre espaços comuns, sua interpretação depende grandemente do contexto espacial dentro do qual ele se inscreve. As significações da *palavra* pública são influenciadas pela localização, que modifica ou orienta, e, ao mesmo tempo, essa palavra e o diálogo contribuem para modificar também, a significação dos lugares (GOMES, 2012, p. 25).

Portanto, não podemos pensar o espaço público desvinculado do seu contexto espacial. A cidade vai influenciar a natureza de seus espaços públicos, assim como este último, em um processo cíclico, também vai influenciar os caminhos de sua cidade. Nesses



espaços a intimidade da vida privada vai dar lugar à alteridade da vida pública, onde o debate político vai ter seu lugar, configurando uma demonstração territorial do pacto social.

Sabendo disso podemos inferir que as ações originadas e produzidas no espaço público são ações sobre o próprio pacto social que suporta a cidadania, então quaisquer intervenções que rompam com tabus e que proponham quebras de normativas ortodoxas e, por conseguinte, alterem o próprio sentido de pacto que funda a cidadania (GOMES, 2012).

Nesse sentido, concorda-se com Serpa (20087, p. 9) quando o mesmo diz que esse espaço deve ser compreendido “como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade”. A partir daí pode-se notar a capacidade de transformação que a ação política no espaço público possui, principalmente, quando incorporada por grupos organizados em forma de movimentos sociais com horizontes ideológicos definidos. Por fim, ressalta-se aqui que deva-se ter uma compreensão de o espaço público representa uma fonte de ação da vida pública com extenso poder de transformação através do exercício de debate e proposição de mudanças a partir de indivíduos e grupos que agem politicamente no mesmo.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS DE RESISTENCIA URBANA

Em uma primeira aproximação, Souza nos diz

Proponho, assim, designarmos como movimentos, muito amplamente, os ativismos que, pela natureza das suas reivindicações, e das experiências e dos sofrimentos que seus protagonistas encarnam, a despeito da não-explicação em programas e mesmo das contradições político-ideológicas conjunturais, uma afronta ao *status quo* (SOUZA, 1988, p. 114).

Essa definição traz consigo uma ampla, mas firme, base conceitual que oferece uma distinção de outros tipos de organização. Essas particularidades são um filtro que impede que se amplie demais o conceito e se defina uma característica que se mostra essencial: a afronta ao *status quo*.

Movimentos sociais estão intrinsecamente ligados às ações sociais, logo Santos contribui dizendo que

A ideia do espaço/território como trunfo concebe que a experiência da luta (ou, poderíamos afirmar, a experiência do fazer da política) é uma experiência espacial. O espaço se torna trunfo ao se tornar território, portanto, por ser ele a base da criação e recriação das experiências de resistência e transformação das relações sociais. (SANTOS, 2011, p. 58)

Aceitar que a experiência do movimento social é uma prática espacial permite ver as formas de resistência, reivindicação e luta como possibilidades de criação, de mudança



e de quebra de uma linearidade de reprodução das práticas de grupos hegemônicos. O advento do novo surge, então, dessa ruptura através do agir sobre o espaço.

Pode-se pensar o hip hop enquanto um ativismo político-cultural urbano forte, que possui potencial crítico mobilizador capaz de alicerçar importantes conquistas no que diz respeito à cidadania, e que pode ser considerado um movimento social a partir do momento que possui em seu horizonte de ações mudanças significativas na sociedade. (RODRIGUES, 2009).

4. A PRAÇA FLORIANO PEIXOTO

A praça Floriano Peixoto faz parte do Complexo Arquitetônico de São Brás e se localiza na confluência das avenidas José Bonifácio, Almirante Barroso e Magalhães Barata, próxima das avenidas Gentil Bittencourt e José Malcher, no bairro de São Brás, em Belém. Sofre hoje com descaso por parte do poder público, foco de acúmulo de lixo, policiamento deficiente e iluminação precária, o que contribui para que ela seja pouco frequentada.

A praça se localiza em um local de confluência de três das principais vias de Belém. Por esse motivo a movimentação nesse ponto da cidade é intenso durante praticamente todos os períodos do dia, criando um ponto estratégico do ponto de vista da visibilidade. Esse trunfo pode ser apreendido de várias maneiras e em várias dimensões diferentes, mas aqui levaremos em conta, principalmente, a capacidade de polarização que isso confere ao local.

5. O HIP HOP EM BELÉM

Por conta do amplo espaço, chão de mármore e pela deficiência de programações por parte do poder municipal, a Floriano Peixoto apresenta atrativos para que grupos realizem atividades ali. Desde grupos de capoeira até praticantes de *Skateboarding* e *Le Parkour*, a praça é palco de ações que são comumente praticadas por jovens. Essas pessoas surgem dos mais diversos pontos da cidade, e estabelecem uma relação com a praça que está geralmente relacionada com os grupos dos quais fazem parte. Com o *hip hop* não é diferente. O movimento possui uma relação antiga com a Floriano Peixoto, onde desenvolveu suas primeiras atividades, ainda na década de oitenta. Dois rappers, em entrevista, chamam o espaço de “solo sagrado” do hip hop em Belém.

O hip hop, tanto ao nível global quanto a nível local, traz consigo a indignação, reivindicação, denúncia. Os mc's entrevistados explicitaram que a linguagem utilizada tanto pelos rappers (dimensão musical) quanto pelos B.Boys/Girls (dimensão do break, da dança),



Dj's e grafiteiros (dimensão gráfica) são a forma encontrada para externalizarem as demandas dos lugares de onde vem.

Sobre isso, Rodrigues e Souza nos diz que o hip hop pode ser entendido

Como um movimento político-cultural, produzido por pessoas que moram em espaços pobres e segregados, e que, por meio da arte e da cultura, criam formas variadas de fazer política. Criar cultura e arte significa elaborar novas formas de comunicação, de significação e de interpretação do mundo. Essa criação não se faz no nada, mas sim das experiências concretas das pessoas e seu cotidiano. No caso do Hip-Hop, a fonte que alimenta a criação cultural e artística dos integrantes do movimento é o lugar em que moram, são as "comunidades" que frequentam e onde estão seus amigos, é a cidade desigual e contraditória em que vivem. (RODRIGUES E SOUZA, 2004, p. 101)

Logo, apreciar a produção do movimento como produção política não é um equívoco, visto que ela é um reflexo das condições sócioespaciais em que esses sujeitos estão inseridos. Essa linguagem, característica de expressões culturais e artísticas, é portanto uma ação política.

5.1. A BATALHA DE SÃO BRAZ

Com considerável visibilidade e número expressivo de participantes, a Batalha de São Braz é uma chave para entendermos a atuação do *hip hop* em nosso recorte. Segundo os organizadores, em meados de 2013 algumas pessoas atuantes do *hip hop*, com maioria de MC's e alguns DJ's, pensaram a criação de um espaço de encontro onde pudessem desenvolver suas atividades. A tradição de uso da praça, apresentada acima, foi essencial para a escolha da mesma.

A praça Floriano Peixoto, no momento em que a Batalha de São Braz iniciou suas atividades, estava completamente abandonada, com exceção de alguns grupos, tais como capoeiristas, skatistas e alguns poucos grupos de break.

Os encontros, que aconteciam sempre aos sábados, durante a noite, reuniam pessoas de vários pontos da região metropolitana, com picos de 300/400 pessoas por noite. Tais mudanças no cotidiano de uso da praça alterou a paisagem de forma drástica e amplificou a visibilidade do evento. Tal concentração passou a atrair comerciantes, que motivados pelo potencial apresentado vão estabelecer atividades na praça.

Quando o *hip hop* estava presente produzia um outro espaço, diferente daquele que existia durante os outros dias e horários da semana. Esse espaço agora era atrativo para vários grupos, que puderam notar a potencialidade do espaço.



Tal visibilidade, associada à concentração de pessoas, fez com que o evento fosse alvo de repressões, por parte da polícia, associadas, quando por motivos concretos, a atividades que existiam no espaço mesmo antes do estabelecimento da Batalha de São Braz, como o consumo de drogas, assaltos, furtos e outros delitos.

Medidas burocráticas para que se conseguisse autorizações de ocupação e realização de eventos no espaço público se mostraram frustrantes, visto que, mesmo quando adquiridas, se mostravam inválidas ou extremamente limitadas. Esses fatores fizeram com que a Batalha de São Bráz, em meados de 2016, acabasse por encerrar suas atividades na Praça Floriano Peixoto.

5.2. A AÇÃO DA BATALHA DE SÃO BRAZ NA PRAÇA FLORIANO PEIXOTO

O período de atividade do referido evento nos deixou algumas bases para pensarmos como o movimento imprimiu marcas na forma de apreensão do espaço e ação sobre o mesmo.

A escolha do local é um ponto importante: desde a relação que o movimento já possuía anteriormente com a praça, perpassando por seu substrato físico e localização privilegiada. Um dia e horário específicos foram essenciais para que o evento ganhasse concretude para além do esporádico.

Nécio Turra Neto nos diz que

Assim, essas culturas juvenis podem ser lidas como redes de sociabilidade, com potencial de mobilização em ações coletivas, no quadro de um campo conflitual, num dado momento e com objetivo determinado. Essas redes investem cotidianamente na comunicação, interação e solidariedade entre seus membros e sua ação coletiva está sempre em latência, podendo ser acionada a qualquer momento (NETO, 2009, p. 122).

Quando as redes de jovens se forma e os mesmos se “conectam” tanto do ponto de vista informacional quanto do ponto de vista de compartilhamento de gostos, no caso o gosto pelo *hip hop*, esses sujeitos vão compor um grupo que vai ser aquele que comporá os encontros e participará dos eventos. Eles não são obrigados a tal, e nem se sentem pressionadas por interesses além do prazer de estar ali, com seus iguais.

Tal relação com o espaço vai ser caracterizada pelo conteúdo socioespacial que é trazido e produzido pelas pessoas. A partir do momento em que as dimensões do movimento se munirem de suas diferentes formas de linguagem para expressar as críticas acima, essa relação com o espaço vai se firmar e criar um *link* com suas comunidades de



origem, extrapolando os limites da praça e apontando para as mazelas que os afligem em um sistema representativo falho e vertical.

Rodrigues nos diz que,

Quando a periferia e a favela são capazes de produzir ideias, análises, novas formas de produção, ela fala, pensa e age por si própria. Existe um ganho de autonomia e independência em relação aos setores das elites e das classes médias intelectualizadas comprometidas com a construção de uma nova sociedade (RODRIGUES, 2009, p. 118).

A partir do momento que essas demandas são levadas para o centro da cidade elas ganham visibilidade. Essa visibilidade hoje é incorporada por grupos do movimento que agem nas periferias de onde essas demandas surgem, construindo uma relação direta entre o centro e a periferia em uma relação não hierárquica, mas horizontal, que se complementam nesse agir socioespacial.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encontro realizado entre 2013 e 2016, conhecido como Batalha de São Bráz chegou à praça com o intuito de realizar batalhas de MC's e reunir praticantes de Rap, iniciantes e profissionais, que se dispusessem a mostrar e desenvolver seu trabalho. O que começou como um encontro tímido durante alguns sábados se transformou em um evento que conseguia reunir um número de pessoas significativo de vários pontos da cidade.

A realização desses eventos passou a possuir um caráter educador que, a partir das reuniões realizadas na praça, criou espaços de debate, denuncia, e autocrítica acerca de atitudes, posicionamentos e formas de agir, do ponto de vista pessoal, e sobre a realidade dos locais de onde estas pessoas haviam vindo, sendo essa realidade periférica ou não, do ponto de vista coletivo.

Esse olhar sobre a cidade que os participantes vivem traz histórias: trajetórias pessoais que narram, tanto através do rap, break ou grafite, realidades dos seus lugares de residência, trabalho, estudo, etc. Essas experiências fazem parte de um primeiro momento no processo de mudança, onde a denúncia de injustiças e desigualdades em uma cidade, um bairro, uma comunidade ou uma rua aponta o que pode ser trabalhado e como as pessoas lidam com isso.

A partir do momento que o movimento passa a não só trazer essas demandas para as suas rimas, movimentos ou paredes e passa a trabalhar para construir espaços em que se possa debater, de forma crítica, esses temas, vemos um novo momento dessa ação transformadora, onde a vivência se encontra com as ferramentas para transformá-la. O acesso cada vez maior a fontes de informação, como a internet, se mostra essencial nesse



sentido e, aliados à troca de experiências vividas nesses meios, contribuem para que se expandam esses espaços.

Um terceiro momento desse processo é quando esse conhecimento fomentado nos espaços de encontro volta para as periferias que o alimentaram para, ali, promover mudanças. Isso pode se traduzir de diferentes formas e pode ser percebido no espaço de forma mais visível no grafite, que se imprime em paredes e chama a atenção, com suas mensagens, para assuntos do bairro que precisam desse olhar por parte dos moradores. O próprio exemplo dado acima, de ações do rap nas “quebradas” de alguns participantes, serve de exemplo para visualizarmos essa dinâmica.

A realização da pesquisa contou com a receptividade de protagonistas desse movimento, que se dispuseram a ajudar o desenvolvimento da mesma, fornecendo entrevistas detalhadas acerca de suas experiências e trajetórias dentro do Hip-Hop, dentro de suas perspectivas e aliados à algo maior, que é o horizonte ideológico de transformação social e crítica socioespacial. O fato da mesma se debruçar sobre a ação do *hip hop* em espaços centrais da cidade enquanto a maioria dos estudos desta natureza, até então, se preocupava em lançar olhares sobre esta mesma ação nas periferias, favelas, guetos e afins, mostra sua importância para que possamos pensar essa relação entre o centro e a periferia.

Algumas possibilidades de aprofundamento são: a análise da divisão do movimento em dimensões e de que forma isso causa impactos na organização do mesmo em sua relação com o espaço; a espacialização do *hip hop* na região metropolitana de Belém e sua estruturação em redes de sociabilidade nos espaços públicos; a militância política dentro do movimento e seus pontos de aproximação com outros ativismos dentro da malha urbana; a ampliação das análises sobre o *hip hop* a partir de seu potencial de transformação para fins práticos e de gestão participativa dos lugares que fazem parte da existência do mesmo.

Este trabalho, portanto, não é um ponto de chegada nesta pesquisa, mas um ponto inicial que buscou contribuir para uma tradição de estudos sobre movimentos sociais e lançar um olhar atento para os impactos da presença do *hip hop* em uma cidade da Amazônia, com todas as suas particularidades e demandas advindas das periferias, pensadas de dentro para fora por agentes que se propõem a pensar seu espaço e agir sobre ele.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERQUEIRA, YasminieMidlej Silva Farias. **Espaço Público e Sociabilidade Urbana: Apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea.** 2013. 122 f.



- Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte. 2013.
- CONTADOR, Antônio Concorda. Ferreira, Emanuel. Ritmo e Poesia – **Os Caminhos do Rap**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém**: Significado histórico de suas denominações. Belém: CEJUP, 1992.
- GOMES, Paulo César da Costa. Espaços Públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Olhares geográficos**: modos de ser e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- NETO, Nécio Turra. **Punk e Hip-Hop como movimentos sociais?** Cidades: revista científica / grupo de estudos urbanos – vol. 7 n.11. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2010.
- PENTEADO, Antonio Rocha. Belém – **Estudo de Geografia Urbana**, 1966, Tese (Concurso de Livre Docência na Cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo). Universidade do Estado do Pará, 1968.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Geografia dos Conflitos Sociais na América Latina e Caribe**. Niterói: UFF, relatório de pesquisa, 55p, 2005.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. **Quando a política encontra a cultura: a cidade vista (e apropriada) pelo movimento hip hop**. In: Cidades: revista científica / grupo de estudos urbanos – vol 6, n.9. Presidente Prudente: expressão popular, 2009.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- SANTOS, Renato Emerson dos. **Movimentos sociais e geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. – 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SILVA, Rodrigo Kuhn. **A evolução do conceito de espaço geográfico**. In: Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão, 12, 2012. Santa Maria. Anais eletrônicos. Santa Maria, UNIFRA, 2012. Disponível em <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/5199.pdf>> Acesso em 21, nov. 2016.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **O que pode o ativismo de bairro? reflexões sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista**. 1988b. 241f. Dissertação (mestrado em geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- _____. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. **Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Socio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- _____. Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: Da “revolução molecular” à política de escalas. In: Mendonça Francisco *et al.* (Orgs.): **Espaço e tempo**: Complexidades e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento Urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.



GT 02 – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SÓCIO-TERRITORIAIS: OLHARES SOBRE A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA.

JUVENTUDE E COMUNIDADES POPULARES: UM OLHAR SOBRE OS JOVENS DA ESCOLA CELSO MALCHER/TERRA FIRME-PA.

Jesus de Nazaré de Lima da Costa¹
E-Mail: iesuscosta20@yahoo.com.br
Maria José Aviz do Rosário²
E-Mail: mrosario@ufpa.br
Thaís Pimenta Pimentel³
E-Mail: thaispimenta10@hotmail.com

RESUMO

A Temática da juventude das comunidades populares constitui o tema e objeto deste relato de pesquisa. Deste modo temos como objetivo analisar qual o sentido da escola para os estudantes do ensino médio e os movimentos de resistência por educação de qualidade. Tomamos como referenciais teóricos autores que nos últimos anos têm estudado a temática da juventude, apontando a necessidade de estudar a juventude, sua relação com os diversos setores da sociedade, tal como a escola, exemplo disso: (FERRETI, ZIBAS E TARTUCE, 2004); (SPOSITO E CARRANO, 2003), (DAYRELL, 2002, 2005 e 2007), (ABRAMO, 1997 e 2005, (PAIS, 1993), (PERALVA, 1997). Metodologicamente esta pesquisa, está subsidiada pela pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados ainda são parciais em virtude da pesquisa ainda está em desenvolvimento, entretanto, é possível fazer alguns apontamentos, tais como: a juventude da escola Celso Malcher, tem enfrentando diversos desafios em relação a sua permanência na escola, causada por diversos fatores; outro é a participação dos jovens em atividades da escola e a sua participação em diversos movimentos na escola pela garantia do direito a educação de qualidade. À guisa de conclusão, destacamos a importância de estudos que voltem ser olhar para a escola e a juventude, com o objetivo de apresentar o lado positivo da escola e a juventude destacando o protagonismo do Jovens na atual conjuntura política e social do jovens.

Palavras-chaves: Juventude, Educação Básica, Movimento de Resistência.

1. INTRODUÇÃO

¹ Especialista, Instituto de Ciências da Educação-ICED/UFPA, Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, UFPA, Brasil. E-mail: iesuscosta20@yahoo.com.br.

² Doutora, Instituto de Ciências da Educação-ICED/UFPA, Professora Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, UFPA, Brasil. E-mail: mrosario@ufpa.br.

³ Especialista, Secretária Municipal de Educação-SEMEC-Salvaterra, Professora da Educação Básica, Brasil. E-mail: thaispimenta10@hotmail.com.



Historicamente a juventude passou a figurar como alvo de preocupações de governos e da sociedade, ou seja, ter visibilidade principalmente nos eventos relacionados com a violência, configurando o que, na década de 90, se tornou o “problema da juventude”. Havendo nesse período uma preocupação referente aos atos violentos que envolviam os jovens sejam como vítimas ou como autores desses atos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicado em 15 de abril de 2014 referente ao último censo de 2010, aponta que os jovens ocupam, atualmente, um quarto da população do País o que figura 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos vivendo, hoje, no Brasil, correspondendo 84,8% na área urbana e 15,2% na área rural. A investigação do IBGE revela que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham 36% estudam e 22,8% trabalham e estudam simultaneamente.

Existe um imaginário na sociedade brasileira, que os jovens das periferias, quase todos são envolvidos com o tráfico e que muito não tem perspectiva de vida, não é por acaso, que o número de jovens mortos na periferia, só aumenta, nesse imaginário “é mais um que se foi”. Sou jovem da periferia, ao andar pela minha rua, deparei-me com cena de um jovem morto, vítima do tráfico, és que escuto o seguinte “ainda não levaram esse presunto”.

Em torno da temática da Juventude, Sposito (2009), argumenta que existem confluências de demandas e de representações no campo político, que levam a constantes desentendimentos, ocasionando entraves sobre a questão juvenil e as concepções em torno desses sujeitos.

A temática da juventude dentro do seu processo de escolarização da educação básica, mais especificamente no ensino médio, é um desafio a ser enfrentado pelo sistema educacional brasileiro, pois, encontramos um desenho curricular desconectado da realidade de muitos jovens, principalmente quando falamos dos jovens moradores de bairros periféricos, entretanto, existe uma contradição entre o fato real e o que assegura a legislação brasileira, pois conforme apregoa a própria legislação, no caso específico a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em seu artigo 2 a educação visa o exercício para a cidadania e a formação para o trabalho. Existe uma visão negativa em relação à juventude e a educação, pois como aponta Dayrell (2007), os estudos sobre a juventude e a escola, na maioria das vezes inclina-se para uma visão apocalíptica, referente ao fracasso da instituição escolar entre seus pares, destacando que:

Para a escola e seus profissionais, o problema situa-se na juventude, no seu pretenso individualismo de caráter hedonista e irresponsável, dentre outros adjetivos, que estaria gerando um desinteresse pela educação



escolar. Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. Parece que assistimos a uma **crise da escola** na sua relação com a juventude, com professores e jovens se perguntando a que ela se propõe (DAYRELL, 2010, p. 1105, grifo nosso).

No contexto educacional brasileiro ainda temos vigente uma prática que pensa uma educação pautada na adequação dos jovens ao modelo educacional colocado, estudante como um “simples” aprendiz. Entretanto, Dayrell (2011), aponta que é preciso repensar esse modo de fazer educação, segundo o autor é preciso “uma mudança do eixo da reflexão, passando das instituições educativas para os sujeitos jovens, onde é a escola que tem de ser repensada para responder aos desafios que a juventude nos coloca”. (DAYRELL, 2011, p. 1107).

Estudo importante envolvendo esta temática, foi a pesquisa realizada por Sposito (2009) com diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e instituições de todo o país, na referida pesquisa os pesquisadores procuram levantar o Estado da Arte sobre Juventude na pós-graduação brasileira, entre os anos de 1999 a 2006, nas áreas de educação, ciências sociais e serviço social, contrastando com anos anteriores, com a intenção de “subsidiar a elaboração, a implementação e o monitoramento de políticas públicas que atendam com qualidade o **público jovem da escola pública**”. (Grifo nosso).

O estudo constatou que as pesquisas realizadas nesse período concentraram-se nas seguintes temáticas: “Indisciplina e violência da/na escola e juventude; significados atribuídos à escola e seus processos; programas e propostas educativas sob a ótica dos alunos; as relações sociais no cotidiano escolar; sucesso e fracasso escolares; identidades/subjetividades juvenis e escola; culturas juvenis e escolar”. (DAYRELL et al, 2009, p. 58), Deste modo a compreensão da juventude envolve compreender como historicamente o conceito de juventude foi sendo construída.

2. A ESCOLA E SUA CONSTRUÇÃO

A escola como uma construção histórica é resultado do processo de transformação das sociedades, como afirma Young (2010), a escola é pensada como instituição fundamental para a socialização dos jovens, logo presentes em muitas sociedades, não alisaremos aqui a crítica feita pelo autor, sobre essa questão. Segundo Libâneo (2012), estudos tem apontado, a inquietude dos professores em relação a motivação dos



estudantes, visto como indisciplinado. Essa falta de motivação dos alunos levado a questionamentos sobre a escola e os estudantes. A escola não tem tornado-se atraente para os educando, entretanto, tem se cobrado muito da escola e pouco feito por ela. Para Libâneo 2014,

A escola é um lugar de ensino e difusão do conhecimento, é instrumento para o acesso das camadas populares ao saber elaborado; É, simultaneamente, meio educativo de socialização do aluno no mundo social. O ensino, como mediação técnica, deve dar a todos uma formação cultural e científica de alto nível; A socialização, como mediação sócio-política deve cuidar da formação da personalidade social em face de uma nova cultura. (LIBÂNEO, 2014, p. 80)

Na perspectiva de Libâneo a escola é o espaço de acesso dos conhecimentos produzidos pela humanidade, homens e mulheres que ao longo da história foram produzindo e acumulando saberes, essa transmissão do conhecimento ativo e elaborado dar-se-á em um tempo e espaço da escola, que em muitos casos é afetado por múltiplos fatores. Assim, se a escola é o espaço em que os estudantes das camadas populares devem ter acesso, uma vez que esta escola entra em “colapso”, ou seja, não oferece um ensino de qualidade, então, os principais prejudicados, serão os estudantes das camadas populares.

Assim, a escola deveria oferecer aos estudantes de origem popular conhecimentos que historicamente foram adquiridos com fins a possibilitar a emancipação humana, conforme destaca Libâneo, ou seja, formar sujeitos que sejam capazes de ser donos de seus próprios destinos, por conseguinte, importante para entender a escola, deve-se ao fato de que somente pela emancipação os sujeitos poderão ser livres das amarras do capital e da exploração, rompendo com as desigualdades sociais. Entretanto, não é de interesse do capital uma escola que possibilite a emancipação, e sim, o contrário.

Saviani (2012), ao tratar das teorias educacionais, destaca que no contexto do surgimento da teoria tradicional, a escola é constituída como um instrumento capaz de tirar os sujeitos da ignorância, por conseguinte, transformar os súditos em cidadãos. Para Saviani, a marginalidade social, neste contexto, está associada a ignorância, ou seja, os marginalizados excluídos e pobres, são os ignorantes, aqueles que não possui em acesso ao conhecimento, nas palavras do autor a escola surge, como uma espécie de antídoto à ignorância. Assim sendo, compete à escola sanar os problemas relacionados à marginalidade e exclusão social. Ainda segundo, Saviani (2014, p. 6) a escola é tomada com único papel de “difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente”.



É preciso pensar a escola, como um espaço que altere os sistemas impostos pelo modelo capitalista de escola, que forme homens e mulheres capazes de se descontentarem. Pois a escola, esta impregnada por um modelo de reprodução do capitalismo, desse modo, só aumenta as desigualdades, acirrando ainda mais a divisão de classes. Conforme salienta Saviani (2014, p. 29), “com efeito, sendo a um instrumento de reprodução das relações de produção, a escola na sociedade capitalista necessariamente reproduz a dominação e a exploração”. Segundo Saviani a origem da escola, remete aos gregos, assim escreve:

A escola, originalmente, era algo restrito. Isso se devia ao fato de que as habilidades que desenvolve, nessas formas primitivas, se restringiam a pequenas parcelas da humanidade. Aliás, a própria origem etimológica da palavra escola – ligada ao ócio, ao lazer – está relacionada a essas condições sociais de produção da existência humana. Na Grécia, a escola era o local do ócio, o ginásio era o local onde se praticavam jogos, se fazia ginástica. Era uma sociedade que, em seu conjunto, se mantinha utilizando trabalho escravo. Nessas condições, as funções intelectuais e, portanto, também a escola, ficavam restritas a uma pequena parcela da sociedade. (SAVIANI, 2003, p. 133).

Nesse sentido, a escola torna-se desde sua origem, um instrumento segregador e seletivo, uma vez que tomamos a escola como uma construção humana histórica, feita na história, pela qual passa por profundas mudanças a depender dos interesses, mas não deixar de existir, segundo Saviani, a escola é determinada socialmente, logo, está posta em jogo de interesses opostos característicos de cada sociedade, para o autor (2014, p. 30), “Considerando-se que a classe dominante não tem interesse na transformação histórica da escola (ela está empenhada na preservação de seu domínio, portanto apenas acionará mecanismos de adaptação que evitem a transformação”. Por esta razão, é preciso superar essa função da escola, com vista a promover rupturas como com modelos vigentes e dominantes.

Saviani (2005) ao dissertar sobre a escola pública, salienta que o público, primeiro se contrapõe ao privado, segundo é aquilo que diz respeito a pessoas, terceiro o público refere-se aquilo que diz respeito ao estado, ou seja, a estado é legado a função de cuidar dos interesses comuns e partilhados de uma sociedade. Pois é de interesse do autor esclarece a concepção de Escola Pública, que segundo ele, apresenta três acepções, duas delas marcadas por ambigüidades e limites.

A primeira que podemos inferir é que a escola pública remonta ao século XVI, pois segundo Saviani, Martinho Lutero (1483-1546), ao instigar os governantes da época a criar espaços que possibilitasse aos cidadãos a instrução e a alfabetização, possibilita o ensino coletivo, logo para autor a ideia de escola pública a princípio aparece no sentido de ensino



coletivo. A segunda, diz respeito à ideia de escola popular, que assegurava educação a todos os seguimentos sociais, assim, para ele é no século XIX que se propagou para diversos países o entendimento de instrução pública atrelada aos sistemas organizados de ensino, com objetivo de possibilitar o domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Uma terceira acepção, diz respeito à concepção de Estado, quando este assume organizar e manter a escola abrangendo os diversos ramos e graus de ensino.

Para o autor, a interpretação mais aceita para o conceito de escola pública, é que diz respeito à terceira acepção, pois uma vez que o estado, assume a escola, este como poder público passa a responsabilizasse plenamente por ela, garantido os requisitos básicos para sua implementação, desde infraestruturas a diretrizes educacionais. Entretanto, é preciso salvaguardar, o entendimento de que na história da educação brasileira, essas três interpretações estão justapostas, pois, educação brasileira passou desde a colonização por diversas etapas, como por exemplo, a escolas mantidas por congregações religiosas, financiadas pela coroa portuguesa.

Isto posto, Saviani considera como marco inicial da história da educação brasileira a chegada dos jesuítas em 1549, caracterizada como o primeiro momento, destaca-se o fato dessa educação ser considerada pública, uma vez que era mantida pelo erário, ou seja, pelo governo de Portugal, e de forma coletiva. O segundo momento de nominada por Saviani de Pedagogia Pombalina, correspondente a 1759 a 1828, que já se previa os primeiros passos para intuição de escola pública estatal. Essa concepção de Escola Pública Estatal, está baseada nos idéias iluministas, em que razão deve ser a mestre e guia do homem, sendo, portanto, função do estado garantir instrução aos seus cidadãos, configurando-se assim, a ideia de “escola pública estatal”.

Segundo Saviani (2005), com o advento do Estado Nacional, consequência da proclamação da independência do Brasil, o ideal de uma escola pública não aconteceu. Segundo ao autor somente com Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, é que teremos no Brasil, a concepção de escola pública, conforme a terceira acepção, ou seja, só a partir desse período é que o Estado, isto é, o poder público, assume a incumbências de manter e organizar as escolas com intuito de garantir a toda população o ensino, no sentido de Escolas Públicas.

Outro debate importante sobre a historiografia da escola pública brasileira é feita, pelo professor José Luiz Sanfelice, da Universidade de Campinas. No artigo “Da escola Estatal à Escola democrática e popular: considerações historiografias”, Sanfelice, destaca e chama atenção para o equívoco em tomar a “escola estatal” como sinônimo de escola



pública. Esse ponto é importante para entendemos a relação do Estado e escola, no âmbito da formação dos sujeitos no regime capitalista, uma vez que é de interesse do Estado manter o modelo de produção, logo ira formar sujeitos aptos para esse fim, assim sendo segundo Sanfelice, no âmbito estatal o público não pode ser visto como algo comum a todos e vista ao bem comum.

(...) Até é admissível que a escola estatal seja a forma pela qual se exerce a ação educativa do público, mas não necessariamente para o público. E público, em uma sociedade com antagonismos de classes, escamoteia a existência de vários públicos. Para além do conceito público, oculta-se a associação entre os que controlam o Estado e os que possuem e controlam os meios de produção. (SANFELICE, 2005, p. 91).

Nesta perspectiva não é demasiado afirmar que a “escola estatal” é diferente da escola pública, pois o que depende da esfera estatal, nem sempre é de interesse comum ou do coletivo, já que Estado é uma conformação burocrática que com o seu conjunto de intuições representa os ditames e os interesses das classes dominantes, logo, atende a vontade de minorias detentoras dos meios de produção. O que Sanfelice está advogando como tese central é que a educação dada pela escola pública, essa em que o é estado o educador, não pode ser considera pública ou popular, pois para ele, neste caso, é a escola estatal do estado que educa o povo, ou seja, classe trabalhadora. O que acontece é que o Estado transforma segundo suas conveniências aquilo que é estatal em público, mantendo assim, a lógica da configuração do Estado, como já exposto.

Dessa forma, fica claro que a educação garantida pelo Estado, não visa o bem comum, ou o coletivo de povo, pois é evidente que nessa lógica, o Estado não é isento dos interesses das classes dominantes, pois é da essência do Estado manter a lógica de dominação e dos interesses privados.

A escola atua no interesse da estrutura de dominação estatal e, em última instância, no interesse da dominação de classe. Essa dominação não se dá por via direta, através da aplicação explícita da violência, mas de maneira disfarçada com o consentimento dos indivíduos que sofrem a violência da “ação pedagógica”. A Escola tem, pois, uma função básica de reprodução das relações de produção [...] a manutenção e perpetuação das relações existentes. (FREITAG, 2005, p. 63-64).

À vista disso, podemos depreender que a função da escola no regime capitalista é garantir a instabilidade das relações sociais evitando o conflito entre as classes dominantes e dominadas, assim, conforme Freitag (2005), a escola cumpre basicamente dois papeis, o primeiro é manter ativa as forças produtivas e a segunda é preservar as relações de produções existentes, por viés a escola reproduz as relações sociais de acordo do ditames da sociedade capitalista, sendo portanto a escola, nessa perspectiva apenas um auxílio no modo de relação capitalista.



Desse modo, conforme afirma Freitag(2005, p. 77) “o Estado, através de sua política educacional, só é ator e a causa central do funcionamento do moderno sistema de educação capitalista, aparentemente. Em verdade seu papel é o de mediador dos interesses dominantes”. Pois, o estado atua visa manter sua estrutura de dominação estatal e de classe, sendo que a escola tende a contribuir para esse fim por meio da “ação pedagógica”, conforme descreve Freitag. Entretanto, para a autora a escola não é a causa determinante da condição de classe e falsa consciência, essas duas condições são determinadas em última análise, pela infraestrutura econômica.

A escola pública (estatal) brasileira pensada no século XXI, ou a escola pública da atualidade, não pode ser pensada distante da realidade social de nosso tempo, de nossa história recente de democracia e retrocesso. A escola pública resultado de muitas lutas de grupos e movimentos sociais em vista a garantir o direito à educação deve ser vista na história, segundo Paiva (2005), a história se inscreve por linhas curvas, sinuosas, não linear nem racional, pois são os sujeitos que dão racionalidade a história, quando esta é interpretada, por razão, escreve que “entender que a escola vem mudando em suas funções sociais – passando do puro espaço de aprendizagem a espaço de proteção e sociabilidade mais ampla – é algo necessário para o *policymakema* e ampliação da cobertura” (PAIVA, 2005, p. 182). Assim, para autora nem todos que tem acesso a escola, conseguem obter com sucesso os códigos produzidos pela humanidade, devido às características abissais de desigualdades existentes.

3. JUVENTUDE E CONSTRUÇÕES CONCEITUAIS: UM OLHAR SOBRE AS DEFINIÇÕES DE JUVENTUDE (S).

Para iniciar o debate referente à juventude é necessário entender primeiramente as discussões referentes ao que é ser jovem? E como foi construído o conceito de juventude, destacando as visões defendidas por diferentes autores que pesquisam sobre essa temática e quais dessas melhor adequam-se a proposta dessa pesquisa.

Averiguando os referenciais legais referentes à juventude podemos destacar o que é juventude ou jovem, primeiramente valendo-se ao método objetivo da idade, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Organização Mundial da Saúde (OMS) (1990), o Ministério da Saúde (MS) (1989) delimitam a juventude dos 15 aos 24 anos (ASSIS et al, 2005), nas leis mais recente do Brasil, no caso específico, o Estatuto da juventude lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 em seu § 1º do seu art.1º diz que “ Para efeitos desta lei,



são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.”. Entretanto esse é apenas um requisito que por si só não dar conta do debate.

Ao analisar diferentes produções teóricas referentes ao conceito de juventude nos deparamos com visões que na maioria das vezes não consegue enxergar o jovem como um todo, ou seja, como um sujeito, pois na maioria dos conceitos buscam colocar o jovem dentro de um padrão fechado. Para iniciar o debate fazemos uso do pensamento do autor Dayrel (2003) que apresenta três visões referentes ao jovem no cotidiano que diz:

Uma das mais arraigadas é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações do presente. Sob essa perspectiva, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade [...].

[...] uma visão romântica da juventude que veio se cristalizando a partir dos anos de 1960, resultado, entre outros fatores, do florescimento da indústria cultural e de um mercado de consumo dirigido aos jovens, que se traduziu, em modas, adornos, locais de lazer, música, revistas e etc. [...]

[...] a juventude vista como um momento de crise, uma fase difícil, dominada por conflitos com a auto-estima e/ou com a personalidade. Ligada a essa ideia, existe uma tendência em considerar a juventude como um momento de distanciamento da família, apontando para uma possível crise da família como instituição socializadora.(DAYRELL, 2003, p.40 - 41)

Com isso, as três visões mostradas pelo autor revela a necessidade de se pensar de forma crítica o que vem a ser juventude, pois como podemos identificar há três construções sociais do cotidiano diferentes que enfatizam lados negativos do que é ser jovem já que segundo o autor essas visões destacam algo que falta para um modelo ideal de jovem. Reforçando a ideia de que jovem ou juventude é uma preparação para o futuro e desconsiderando o jovem como sendo um sujeito para vivenciar o hoje. Como afirma Silvia (2013, p.4) “[...] necessidade de deixar de olhar o jovem e juventude como segmento a ser construído e passar a olhá-los como atores concretos, com demandas e necessidades de vivência do tempo presente, que precisam ser garantidas [...]” e assim tornando-se corresponsáveis pelas mudanças referente as transformações para uma sociedade mais justa.

Com efeito, segundo José Machado Paes (2003) as representações sobre juventude, tem elencado os jovens como sendo parte de uma única cultura juvenil, desconsiderando aquilo que recomenda a sociologia da juventude que é a questão de sondar não somente as prováveis ou associadas semelhanças entre os jovens ou grupos jovens, porém, também é de suma importância analisar as diferenças sociais existentes entre eles. Todavia o autor



também destaca que a própria sociologia da juventude tem equívocos em relação a duas tendências do que vem a ser juventude.

Segundo Paes (2003) uma das tendências é entender a juventude como um conjunto social no qual a principal característica é a de ser formada por indivíduos que fazem parte da mesma etapa da vida predominando a busca dos pontos mais iguais e semelhantes que marcam essa etapa da vida, sendo esses pontos parte de uma cultura juvenil, singular, desse modo, de um grupo estabelecido em um determinado tempo etário. Já a outra tendência segundo o autor a juventude é entendida como conjunto social impreterivelmente diversificado, por diferentes culturas juvenis, classes sociais, situações econômicas dispare, oportunidades e poderes diferentes, sendo que nessa tendência, a juventude tem como principal característica se formada por jovens que vivenciam diferentes contextos sociais.

Nessa perspectiva, supracitada por Paes podemos mais uma vez reforçar a necessidade de investigar a temática da juventude não só partindo de tempos etários ou características sociais, econômicas ou de oportunidades referente a cada jovem, é necessário fazer um estudo apoiado também no contexto histórico e cultural em que o jovem está imerso na sociedade, ou seja, não teríamos uma categoria de juventude e sim juventudes. Como afirma, Catani e Gilioli (2008, p. 11) “[...] É necessário dizer que não há apenas uma juventude e uma cultura juvenil, mas várias, que diferem segundo condições sociais e históricas específicas”.

Contribuindo ainda para a discussão sobre a definição de juventude (s) Catani e Gilioli (2008) esclarecem que é necessário desconstruir a visão acerca da categoria juventude que parte unicamente do ponto de vista natural e biológico, pois segundo eles acima de tudo juventude é uma construção social que se modifica conforme as diferentes culturas e ainda no interior de cada cultura específica, bem como, uma categoria social que durante certo tempo foi invisível para a sociedade. Contudo os autores frisam que não é um equivoco entender juventude a partir de um enfoque psicobiológico, entretanto faz se necessário contemplar também outras dimensões.

Novaes (2000) colabora com a discussão revelando que a juventude brasileira apresenta uma diversidade em sua composição e explica que:

Entre os jovens brasileiros há diferenças muito importantes em decorrência do pertencimento a classes sociais distintas, das relações de gênero, de estilos de vida, de local em que se habita, e outras diferenças tantas que nos levam a pensar até que a idéia de “juventude” é uma palavra vazia. De fato, o termo por si só não designa uma problemática



comum a todos que se encontram com a mesma idade biológica. O lugar social que pessoas jovens ocupam na sociedade influi, portanto, nas maneiras como elas são ou não pensadas como jovens. (NOVAES, 2000, p. 47)

Desse modo, é importante salientar que existem várias dimensões referentes aos critérios para delimitar a juventude, segundo Catani e Gilioli (2008) entre os critérios estão faixa etária, maturidade/imaturidade, critérios sócio econômicos, estado de espírito e estilo de vida ou setor da cultura. Os autores ainda destacam que esses critérios podem ser combinados entre si, além da própria discussão sobre a autonomia dessa categoria referente a outras.

Logo, faz necessário dialogar sobre a definição de juventude como uma categoria social, que segundo Luís Antonio Groppo (200, p. 7) afirma que “[...] tal definição faz da juventude algo mais do que uma faixa etária ou uma ‘classe de idade’, no sentido de limites etários restritos – 13 a 20 anos, 17 a 25 anos, 15 a 21 anos etc. Também, não faz da juventude um grupo coeso ou uma classe de fato”. Assim, torna o debate referente à juventude com um maior leque de análises na construção de conceitos de juventudes.

Assim, Ribeiro, Lanes e Carrano (2006, p. 77) afirmam que:

[...] a noção de “juventudes” é um complexo processo socioeconômico-cultural que se expressa simultaneamente em diversidades e desigualdades, objetivas e subjetivas. Dessa forma, ao tratarmos da juventude, devemos ter em mente a dupla dimensão dessa categoria que expressa simultaneamente um momento do ciclo de vida e determinadas contingências de inserção dos sujeitos na estrutura social.

Com isso, os autores reafirmam a complexidade em delimitar a (s) juventude (s) por uma única categoria e a importância de refletir sobre a as diferentes dimensões referentes ao ciclo de vida e estrutura social que norteiam a juventude.

Por tanto, a partir de tudo que foi apresentado e discutido sobre a definição de juventude esse estudo toma como conceito a ideia de juventudes, pois entende que a partir do contexto histórico, social, cultura, faixa etária, estrutura social entre outras dimensões encontraremos juventudes diversificadas com características próprias e por isso não podem ser engessadas como uma categoria fechada e pronta.

Contribuindo com essa discussão supracitada, Thomé, Cassepp-Borges e Koller (2009) frisam que o jovem encara muitos desafios para a concretização de seus direitos sociais, tais como exploração da mão - de - obra de trabalho, desemprego, violências nas comunidades, trânsito, convívio familiar entre outros. Além da debilidade referente às questões de saúde, segurança, cultura e etc. o que acarreta processos de demandas de difícil concretização de modo geral em seus direitos, tendo como consequência desconforto



e insatisfação por parte da juventude. Os autores ainda salientam que a educação e a formação para o trabalho são direitos previstos na lei, tal como no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), entretanto pouco efetuados na prática de forma satisfatória, o que pode ser constatado através das barreiras que os jovens deparam-se para a entrada no mundo do trabalho por causa de uma educação fragilizada ofertada pelo sistema escolar e os obstáculos econômicos.

Talvez uma das maiores dificuldades referentes ao processo de educação pensada para jovens no Brasil, além das questões de oportunidade, questões sociais, vulnerabilidade e etc. estaria o fato de ainda ver o jovem de forma homogeneamente, não respeitando suas diferenças e peculiaridades.

REFERÊNCIA:

CATANI, Afrânio; GILIOLI, Renato. **Culturas Juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

DAYRELL, Juarez et al. **Juventude e escola**. In: SPOSITO, Marília Pontes Coord.). Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). v. 1. Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2009, p. 57-126.

DAYRELL, Juarez. A ESCOLA “FAZ” AS JUVENTUDES? REFLEXÕES EM TORNO DA SOCIALIZAÇÃO JUVENIL. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em: 20 de nov. de 2016.

DAYRELL, Juarez. O Jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Minas Gerais. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>> Acessado em: 22 de outubro de 2013.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. PARTICIPAÇÃO JUVENIL E ESCOLA: OS JOVENS. **Revista Última Década**, nº37, CIDPA, Valparaíso, diciembre 2012, pp. 87-109. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/udecada/v20n37/art05.pdf>. Acessado em: 12 de nov. de 2016.



GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28323/30180>. Acessado em: 20 de nov. de 2016.

NOVAES, Regina. Juventude e Participação Social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, Maria; FREITAS, Virginia; SPÓSITO, Marília (orgs.) **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

PAES, José machado. **Culturas Juvenis**. Editora Porto, 2003.

RIBEIRO, Eliane; LANES, Patrícia; CARRANO, Paulo. Diversidade de perfis caracteriza as juventudes brasileiras. **Revista Democracia Viva**, n. 30, 2006. Disponível em http://www.ibase.br/userimages/ibasenet_dv30_indicadores.pdf Acesso em 05/01/2016.

SANFELICE, José Luís. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **A Escola Pública no Brasil: História e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2012. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

SAVIANI, Demerval. História da escola pública no Brasil: Questões para Pesquisa. In. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.) **A Escola Pública no Brasil: História e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Demerval. História da escola pública no Brasil: Questões para Pesquisa. In. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **A Escola Pública no Brasil: História e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Dermeval. O Choque Teórico da Politecnicidade. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, 1(1), p. 131-152, 2003. Disponível em: <http://www.revista.epsiv.fiocruz.br/upload/revistas/r41.pdf>. Acessado em: 20 de nov. de 2016..

SILVEIRA, Luciana Ramos et al. Adolescer cidadão: percepção da cidadania no cotidiano adolescente. **Revista eletrônica de enfermagem**. Santa Catarina, p. 537-545, jul-set, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/9745>> Acesso em: 9 de out. 2013.



SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. v. 1. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

THOMÉ, Luciana; CASSEPP-BORGES, Vicente; KOLLER, Sílvia. A Juventude Brasileira no Mundo do trabalho: proteção e vulnerabilidade social. In: LIBÓRIO, Renata; KOLLER, Sílvia. (orgs.) **Adolescência e Juventude: risco e proteção na realidade brasileira**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

TOMAZETTI, Elise Medianeira; SCHLICKMANN, Vitor. Escola, ensino médio e juventude: a massificação de um sistema e a busca de sentido. **EDUc.Pesqui**, São Paulo, . 42, n 2, p. 331-342, abr/jun. 2016.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2011.

YOUNG, Michel. **Conhecimento e Currículo: do sócio construtivismo ao realismo social**. Porto: Porto Editora, 2010.

**GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina****JUVENTUDE ATINGIDA PELA MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA: ARTICULAÇÕES DA REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS¹**Larissa Pereira Santos (UFPA)²

larissasantos.jornalista@gmail.com

Célia Regina Trindade Chagas Amorim (UFPA)³

celia.trindade.amorim@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a *Rede Justiça nos Trilhos* como uma articulação de movimentos sociais e comunidades atingidas pelos empreendimentos da mineradora Vale S.A. na Amazônia. Parte-se do pressuposto de que a *Justiça nos Trilhos* é uma rede de diversos atores sociais que busca denunciar os impactos da mineração e promover direitos por meio de uma atuação local, nacional e internacional. Este artigo toma por base a análise do Encontro da Juventude Atingida pela Mineração como uma das articulações construídas em rede pela *Justiça nos Trilhos*. O encontro ocorreu em junho de 2017, na cidade de Açailândia, Maranhão. Para tanto, utilizamos as contribuições teóricas de Maria da Glória Gohn (2013; 2014; 2015), Ilse Scherer-Warren (2006) e Tourraine (1989), com discussões sobre Movimentos Sociais, Redes de Movimentos Sociais e ações coletivas. Para refletirmos sobre Juventude e Cidadania os aportes são Melucci (1997) e Sposito (2000), Chantal Mouffe (2003) e Pinsky e Pinsky (2011). A metodologia se constitui de uma abordagem qualitativa, com a realização de observação participante e entrevistas com atores sociais que compõem a *Rede Justiça nos Trilhos* e que participaram do encontro da juventude. Consideramos que o Encontro da Juventude Atingida pela Mineração é uma experiência que colabora na promoção da cidadania e evidencia as formas de articulação da *Justiça nos Trilhos* com os jovens afetados pela Vale S.A. na Amazônia.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Rede de Movimentos Sociais, Juventude Atingida pela Mineração; *Rede Justiça nos Trilhos*, Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo busca fazer um estudo sobre a *Rede Justiça nos Trilhos* a partir da hipótese de que ela se caracteriza como uma rede de movimentos sociais, comunidades, organizações não governamentais, grupos de pesquisa e atores sociais individuais que

¹ Trabalho com resumo submetido ao SIALAT 2017 anteriormente contendo o título "*Justiça nos Trilhos*: articulação de movimentos sociais e comunidades em defesa dos atingidos e atingidas pela Vale S.A. na Amazônia". Conforme a construção do artigo e metodologia forma necessárias mudanças estruturais desde o título do artigo.

² Mestranda em Ciências da Comunicação no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará - UFPA, Brasil. Integrante do Grupo e Projeto de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia – CNPq/UFPA.

³ Profª Drª do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) e da Faculdade de Comunicação (Facom) da Universidade Federal do Pará – UFPA, Brasil. Coordenadora do Grupo e Projeto de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia – CNPq/UFPA.



buscam denunciar os impactos da mineração provocados pela empresa Vale S.A. na Amazônia, promovendo direitos por meio de uma atuação local, nacional e internacional.

A *Rede* surgiu no ano de 2007, como uma campanha internacional realizada para buscar apoio às pessoas atingidas pela Vale S.A. na Amazônia. A campanha ganhou força e adesão de vários movimentos sociais, comunidades, sindicatos, e organizações durante o Fórum Social Mundial (FSM), em 2009, na cidade de Belém do Pará. A construção da campanha, com objetivos definidos especificamente em relação às ações da mineradora Vale S.A. também ganhou a adesão de comunidades situadas ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC)⁴.

Em 2009, na ocasião do Fórum Social Mundial, a *Justiça nos Trilhos* recebeu a adesão de movimentos que tinham dentre as suas bandeiras a luta contra as violações de direitos cometidas no âmbito da mineração e siderurgia. Além disso, realizou articulações com atingidos de outros países. Maria da Glória Gohn (2015), ao analisar os primeiros encontros do FSM, diz que esses eventos se tornaram “uma referência no plano internacional e colocou no centro dos debates econômicos mundiais a questão social” (GOHN, 2015, p.88).

Com a participação no Fórum, a *Rede Justiça nos Trilhos* passou por uma mudança agregando características já presentes nos movimentos sociais que participavam desses encontros e se articulando com muitos deles. A natureza desses movimentos é a busca pela transformação e justiça social a partir da união entre diferentes atores. Nesse sentido, a *Justiça nos Trilhos* buscou atuar como uma rede de comunidades e movimentos, demarcando, com isso, uma identidade própria. Nas palavras de Gohn,

um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica, outros igualmente carentes, excluídos ou sem direitos, reconhecimentos ou pertencimentos” (GOHN, 2013, p.31).

O contexto de nascimento da *Rede Justiça nos Trilhos* é um período considerado, pelos estudiosos do setor mineral do Brasil, como o *boom* mineral. São os anos 2000, nos quais ocorrem maiores investimentos no setor, busca pela aceleração nas exportações e destaque do país no cenário internacional. Ao mesmo tempo, entre os anos de 2009 e 2010 a articulação popular da *Rede* se fortaleceu (RIBEIRO JUNIOR; MARINHO, 2013) e as denúncias dos impactos decorrentes da exploração mineral passaram a ocorrer com mais frequência.

⁴ A EFC é uma ferrovia de concessão da empresa Vale S.A., construída na década de 1970 para o transporte e escoamento de minérios. A ferrovia abrange os estados do Pará e Maranhão e faz parte da infraestrutura do Programa Grande Carajás (PGC).



Impactos como remoções forçadas, poluição do ar e sonora, mortes e atropelamentos na ferrovia, aumento nos índices de exploração sexual em locais de obras, trepidações, rachaduras nas casas, fazem parte de uma lista maior dessas denúncias levantadas em manifestações (Figura 1), encontros, debates e reuniões de instituições ligadas aos direitos humanos no Brasil e no mundo. De acordo com Amorim, “é dessa forma que o poder do capital se manifesta no território e transforma tudo e todos em mercadoria, ou seja, financeiriza o meio ambiente e a vida nele contida, sempre com a imagem da sustentabilidade da Amazônia” (AMORIM, 2017, p.8).

Figura 1: Manifestação contra os impactos da Vale S.A na cidade de São Luís, Maranhão, em maio de 2014.



Fonte: Rede Justiça nos Trilhos, 2017.

Com dezenas de ações realizadas, articulação de novos atores e movimentos, a *Justiça nos Trilhos*, além de questionar e cobrar pela responsabilização da Vale S.A., também enfatizou o dever do Estado no contexto de violações de direitos, por meio de incidência jurídica. O eixo jurídico esteve presente desde o surgimento da campanha, mas só durante o ano de 2017 a *Rede* reformulou sua missão, assumindo o papel de cobrança ao Estado. Hoje os trabalhos desenvolvidos se baseiam nos seguintes princípios:

Fortalecer as comunidades ao longo do corredor Carajás e denunciar as violações aos direitos humanos e da natureza responsabilizando Vale e Estado, prevenindo novas violações e reafirmando os modos de vida e a autonomia das comunidades nos seus territórios (REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017).



A missão da *Rede*, destacada acima, evidencia as transformações inerentes aos movimentos sociais, com as mudanças nas formas de atuação, a relação com o Estado e a promoção da transformação. Essas modificações ligadas ao histórico da *Justiça nos Trilhos* justificam a necessidade, neste artigo, de uma abordagem sobre a atuação dos movimentos sociais da atualidade, com foco para as suas redes de articulações e busca pela cidadania, protagonizadas pela juventude atingida pela mineração na Amazônia.

Nesse sentido, o presente artigo se estrutura com base nas discussões sobre Movimentos Sociais e Redes de Movimentos Sociais, a relação com a juventude e a cidadania, abordando como ocorrem as formas de atuação da *Rede Justiça nos Trilhos* e seus objetivos com a juventude. A análise é resultado de uma abordagem metodológica qualitativa, com a realização de observação participante e entrevistas realizadas durante o Encontro da Juventude Atingida pela Mineração, nos dias 24 e 25 de junho de 2017, na cidade de Açailândia, no Maranhão.

Este trabalho faz parte das reflexões construídas no âmbito dos estudos do mestrado em Comunicação, desenvolvidos pelas autoras, no Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará. Trata-se de um recorte sobre as formas de ação e organização da *Rede Justiça nos Trilhos* com a juventude.

2. REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

As atuações dos movimentos sociais são complexas e envolvem processos interacionais. Portanto, a característica de atuar em rede possibilita perceber as relações construídas entre os diferentes atores dos movimentos sociais em busca de seus objetivos. Entendemos a noção de redes de movimentos sociais como parte desse processo complexo, envolvendo ações de interação comunicativa que acontecem tanto face a face quanto na internet.

Carlos (2011) avalia as contribuições da noção de rede na compreensão dos movimentos sociais como pertinente para uma abordagem mais abrangente dos movimentos. Para a autora, Rede de Movimento Social trata-se de um processo constituído pelas relações não hierárquicas entre diferentes movimentos, organizações e outras redes, e por uma identidade que é definida coletivamente.

A forma como muitos movimentos sociais atuam, cada vez mais articulados com aqueles que se identificam com os mesmos objetivos, historicamente foi contribuindo para a concepção de Redes de Movimentos Sociais. O conceito de movimento social defendido por



Touraine (1989), por exemplo, contribui para essa reflexão, uma vez que o autor direciona as características dos movimentos para a identificação de um conflito social. Ou seja, o reconhecimento por diferentes atores de um movimento sobre uma causa comum faz parte de um processo de relações em rede. O que é gerado também pela identidade coletiva constituída nessas relações.

Outra característica que está intrínseca à ideia de Redes de Movimentos Sociais é a solidariedade. Não que ela seja uma característica particular e nova, inexistente nos clássicos ou antigos movimentos sociais. Mas os vínculos e pertencimentos compartilhados entre os membros das Redes de Movimentos Sociais são reforçados. Isso acontece pela partilha dos objetivos e causas semelhantes, o que os tornam conectados uns aos outros.

O reconhecimento de objetivos e a solidariedade ajudam a promover uma articulação em rede e podem garantir uma mobilização em prol não só de um movimento específico, ou de um único protesto, mas de uma coletividade que identifica um mesmo conflito social e um mesmo adversário, como é o caso da *Rede Justiça nos Trilhos*.

Manuel Castells (2015), que utiliza a noção de rede para as discussões sobre os sistemas de comunicação e informação se aproxima dessa reflexão. Em “O Poder da Comunicação” ele diz que “na vida social, as redes são estruturas comunicativas” (CASTELLS, 2015, p 66). A perspectiva do autor também faz uma relação com as ações dos movimentos sociais.

Scherer-Warren (2011), uma das principais autoras brasileiras que estuda sobre essa temática, considera que a partir dos anos 1990 os movimentos sociais passaram a agir na busca por modos alternativos de se viver, diferentes daqueles hegemônicos, causadores de injustiças sociais. É nesse sentido que ela adota o conceito Redes de Movimentos Sociais, centrando na possibilidade de união entre atores diversificados, com um propósito de vida em comum.

A autora (2011) cita algumas características para as Redes de Movimentos Sociais no Brasil: busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político (SCHERER-WARREN, 2011, p.119). Sobre a característica da articulação a autora diz:

Estas articulações podem ocorrer de forma diversificada e por razões múltiplas. Podem se articular organizações populares do mesmo tipo (como as associações de bairros) ou organizadas em torno de uma demanda bastante específica (como a Articulação Nacional do Solo Urbano – ANSUR ou a União Nacional dos Movimentos de Moradia Popular), com o objetivo de se constituir numa força de pressão institucional mais ampla (SCHERER-WARREN, 2011, p.119).



A segunda característica, o pluralismo organizacional e ideológico, evidencia a transversalidade de temas dentro das redes, a diversidade de atores sociais, de opiniões e posicionamentos diante dos problemas sociais enfrentados. Além disso, “manifesta-se pelo fato dos mesmos atores sociais participarem de várias organizações ou redes” (SCHERER-WARREN, 2011, p.121).

A *Rede Justiça nos Trilhos* é um caso característico de uma articulação de comunidades, movimentos sociais e diferentes atores que atuam em redes na defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. A *Justiça nos Trilhos* surgiu no período em que Gohn (2014) define como o ciclo dos novíssimos movimentos sociais (1998-2010), caracterizado também pelo avanço da tecnologia e das comunicações, o que colaborou para uma atuação mais ampla e em rede na sociedade. Não por acaso o nome do objeto de pesquisa carrega a palavra rede.

As ideias de Scherer-Warren (2011) e Gohn (2013) dialogam no sentido de explicar que na atualidade, muitos movimentos sociais se organizam em redes para atingir os seus objetivos e promover transformação social. Diversificar esses movimentos de outros grupos se torna fundamental. Isso porque o contexto de desenvolvimento das redes de movimentos e de comunidades, academias, de organizações sociais, etc, é também caracterizado pelo aparecimento de ações coletivas, protestos e mobilizações que não podem ser definidas tão somente como movimentos sociais.

Para fundamentar as ações da *Rede Justiça nos Trilhos* a partir da abordagem das redes de movimentos sociais nos ocuparemos agora na descrição e análise de suas atividades desenvolvidas em rede.

3. ARTICULAÇÕES DA JUVENTUDE CONTRA OS IMPACTOS DA VALE S.A. NA AMAZÔNIA

Uma das características da *Rede Justiça nos Trilhos* é o fato de ter se fortalecido como uma rede articulada de comunidades e movimentos sociais atingidos pela Vale S.A. desenvolvendo ações de cidadania pelo corredor de Carajás, nos estados do Maranhão e Pará e com diferentes movimentos do Brasil e do mundo.

Na Amazônia brasileira, o ciclo da mineração é protagonizado pela atuação da mineradora Vale S.A. Ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC) existem 27 municípios que são afetados pelos danos da mineração, sobretudo em decorrência das ações da Vale S. A. São comunidades que se reconhecem como ribeirinhas, pescadores, quilombolas,



indígenas, camponeses, assentados, etc, e muitas estão envolvidas com as redes de movimentos sociais, articuladas com a *Justiça nos Trilhos*.

Cada uma dessas comunidades apresenta os seus modos de vida, suas formas de resistências e de lutas contra os impactos da mineração e congregam semelhanças e afinidades. Como exemplos de articulações coletivas podemos mencionar as diversas manifestações organizadas para cobrar direitos nas ruas e na internet, a participação em audiências públicas locais e estaduais, denúncias em instâncias internacionais como a Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH), encontros, formações e debates, dentre outros.

A presença da juventude pode ser percebida em muitas dessas articulações ocorridas entre os movimentos sociais e comunidades atingidas pela Vale S.A. Um caso específico é o Encontro da Juventude Atingida pela Mineração (EJAM), que ocorre anualmente como parte integrante de um evento maior: o Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração. Durante o ano de 2017 a *Rede Justiça nos Trilhos* promoveu dois encontros paralelos da juventude atingida pela Vale S.A. no Maranhão, diferentemente das edições anteriores.

O objetivo dos encontros foi realizar momentos de partilha e formação com a juventude, como forma de preparação para o encontro regional. Uma das autoras deste artigo participou do evento realizado nos dias 24 e 25 de junho de 2017, na cidade de Açailândia, Maranhão, e por meio de observação participante e entrevistas buscou identificar como a *Justiça nos Trilhos* se articula com esses atores sociais: os jovens.

Sposito (2000) diz que é após a Segunda Guerra Mundial que surgem os estudos baseados no potencial transformador e contestador do segmento juvenil, com análises sobre a participação estudantil e práticas culturais. A autora destaca que trazer os atores juvenis para o tema dos movimentos é um processo de reconhecimento de suas vulnerabilidades e de seu potencial transformador. No contexto dos impactos socioambientais decorrentes da exploração mineral na Amazônia, identificamos essa vulnerabilidade diante de questões complexas como: exploração sexual de jovens e adolescentes, desemprego, falta de acesso à educação e a cultura, violência, dentre outros.

Baseada nos estudos de Melucci, a autora (2000) afirma ainda que existe um horizonte de conflitos quando falamos de ação coletiva juvenil, e esse horizonte deve ser analisado conforme uma variedade de experiências “marcadas pelo intenso grau de trocas sociais que propiciam a construção de identidades comuns, de sentimentos de pertencimento e de canais de expressividade” (SPOSITO, 2000, p.16).

Melucci (1997) defende que a temática juvenil dentro dos movimentos sociais tem que ser compreendida com uma visão macro-sociológica, percebendo as experiências



individuais dos atores sociais. Melucci estuda a sociedade e os movimentos sociais a partir da existência dos conflitos, para ele os atores são grupos que indicam os problemas cruciais de uma sociedade e os jovens são atores-chaves nas sociedades complexas.

Nos últimos trinta anos a juventude tem sido um dos atores centrais em diferentes ondas de mobilização coletiva: refiro-me a formas de ação inteiramente compostas de jovens, assim como a participação de pessoas jovens em mobilizações que também envolveram outras categorias sociais (MELUCCI, 1997, p.12).

Segundo o autor os atores juvenis são um dos grupos responsáveis por nos fazer repensar as formas de análises das ações coletivas, tendo em vista que eles são mais fragmentados, específicos e não podem ser considerados como atores estáveis. Com eles podemos pensar em “novos modelos culturais, formas de relacionamentos e pontos de vista alternativos” (MELUCCI, 1997, p.12).

Isso nos leva a pensar no contexto dos novos movimentos sociais que se caracterizam pela ação coletiva e pelo distanciamento dos partidos políticos (TOURAINÉ, 1989), e na construção histórica de práticas cidadãs que são interpretadas e reinterpretadas. Mouffe (2003) reforça a importância de entender a natureza da cidadania a partir de uma perspectiva “agonística”. “Neste caso, não existe uma única concepção de cidadania que deveria ser aceita por todos. Para cada interpretação dos princípios ético-políticos corresponde um entendimento diferente de cidadania” (MOUFFE, 2003, p.17).

Nesse sentido a *Justiça nos Trilhos* realiza diversas formas de articulações em rede para denunciar impactos e promover cidadania, tendo como protagonista a juventude atingida pela mineração na Amazônia, sobretudo pela empresa Vale S.A. Além do encontro destacado aqui, a *Rede* realiza a Jornada da Juventude do Campo, reunindo e discutindo com os jovens, questões ligadas à terra ao território; e ações como oficinas de comunicação popular, formações e intercâmbios.

3.1. Encontro da Juventude Atingida pela Mineração

O Encontro da Juventude Atingida pela Mineração (Figura 2) ocorreu durante os dias 24 e 25 de junho de 2017, na Casa Familiar Rural de Açailândia, no estado do Maranhão e reuniu 40 jovens de comunidades situadas nas proximidades da EFC, impactadas pela mineradora Vale S.A. Esses mesmos territórios também atingidos pelas atividades da siderurgia, do monocultivo de eucalipto e de soja, dentre outros fatores ambientais, foram pautas dos debates, rodas de conversas e oficinas realizados na programação do encontro.



Figura 2: Encontro da Juventude Atingida pela Mineração



Fonte: Justiça nos Trilhos, 2017.

Os atores sociais que participaram do encontro são, em sua maioria, integrantes das redes de articulações da *Justiça nos Trilhos* e outros estavam participando do momento pela sua primeira vez. São jovens e adolescentes entre 15 e 25 que se reuniram junto à lideranças comunitárias mais velhas e articuladores da *Rede*, como jornalistas e educadores populares. As atividades desenvolvidas foram coordenadas pelos próprios jovens com a ajuda de algumas pessoas de faixa etária mais avançada.

Por meio da observação participante e entrevistas percebemos que os debates construídos no Encontro da Juventude Atingida pela Mineração, ocorrido em Açailândia-MA promoveram uma reflexão sobre o “ser atingido” e o “não ser atingido”. Alguns jovens manifestaram em suas falas o sentimento de não se considerarem atingidos pelos impactos da Vale S.A. diante do fato de morarem distante da Estrada de Ferro Carajás e por compreenderem que apenas as pessoas que residem às margens da ferrovia podem ser caracterizadas com tal. Esse entendimento foi sendo desconstruído durante o encontro.

“O encontro da formação tem uma grande importância para mim, antes de participar eu não tinha essa noção basicamente do que esses jovens que são atingidos pela Vale que é o tema que a gente tá trabalhando hoje... Do que essas pessoas que moram na comunidade passam. Então foi bem importante pra “mim” conhecer a realidade de meus colegas, porque em dizer que eu não sou atingida pela Vale eu estou errada, as pessoas que me cercam são atingidas, então de certa forma eu sou atingida” (MAGELA, 2017).



Diferentemente, os relatos de outros atores entrevistados priorizavam o dia-a-dia das comunidades do corredor de Carajás, manifestando a complexidade que envolve a violação dos direitos pelos quais passam e enfatizando os impactos negativos vivenciados em suas práticas cotidianas. Fatos que, para muitas pessoas, dos próprios territórios, são naturalizados.

“O nosso dia-a-dia é bem assim... Sofrido! Porque no ato da duplicação dos trilhos eles não tiveram aquele cuidado de fazer uma passagem segura para nós da comunidade. É o que mais a gente exige porque tem um túnel que passa... e no período do inverno esse túnel enche e não temos a possibilidade de tá passando. Aí a comunidade sempre usa... Passar por cima da ferrovia [...] Então se você retornar pelo túnel, você vai caminhar dois quilômetros para chegar até o local da travessia” (LÍRIO, 2017).

O relato do ator social denominado nesta pesquisa como Lírio descreve as dificuldades de passagem pela ferrovia, de concessão da empresa Vale S.A. Túnel é um tipo de passagem construído pela mineradora para que os moradores passem por baixo da EFC, mas em muitas comunidades esses acessos são pensados e executados sem consulta à população e encontram-se com infraestrutura incompatível com o uso. Isso faz com que as pessoas usem caminhos alternativos e passem por cima da ferrovia, correndo riscos de vida.

Os jovens entrevistados para este artigo são identificados com nomes fictícios, adotados aqui por denominações de flores brasileiras. O anonimato dos atores sociais foi adotado diante do envolvimento de alguns deles em processos criminais relacionados ao enfrentamento dos impactos negativos provocados pela Vale S.A. Os nomes das flores brasileiras, e, principalmente do nordeste foram utilizados para fazer referência simbólica à representatividade que os movimentos e lutas protagonizados pelos jovens têm na defesa dos direitos de comunidades atingidas pela exploração mineral na Amazônia.

O Encontro da Juventude Atingida pela Mineração promoveu debates com os jovens em dois sentidos: um a partir da vivência com os impactos da mineração e outro a partir da organização e mobilização frente a esses impactos. Lírio afirmou que em sua comunidade, a juventude está sempre disposta a participar das manifestações organizadas para cobrar da Vale S.A. compensações pelos danos sofridos. *“Sempre que a gente diz assim: vamos fazer uma manifestação... A juventude vai em peso. (LÍRIO, 2017).*

Muitos dos jovens participantes desenvolvem atividades de mobilização popular na comunidade onde moram e nas escolas em que estudam. Nessas comunidades há uma presença de Casas Familiares Rurais, são escolas de tempo integral que estimulam a formação no campo e para o campo. Nessa edição do Encontro da Juventude Atingida pela



Mineração, a maioria dos participantes é desse tipo de escola. Para quem estuda, também existem impactos indesejados.

Eu gosto de debater em plenárias, em seminários, por isso que os meninos sempre falam que são impactados, porque eles vem da casa deles... Todo aluno tem que tá dez horas na escola (...) Aí os meninos tem o medo de chegar na passagem e o trem tá parado. Então de todo jeito cada um é impactado pela Vale (LÍRIO, 2017).

As percepções do terceiro ator social entrevistado, denominado Manacá da Serra, destacam que os encontros promovem a formação cidadã da juventude e são formas de lutar contra os impactos da Vale S.A. Em sua fala, percebemos indagações quanto ao custo da exploração mineral acelerada na Amazônia.

Creio que todos nós precisamos de materiais, de celulares... Mas, a que custo? A sangue? As pessoas morrendo? Tendo seus lugares sendo tomados? Nós temos que sair de nossos lugares para dar lugar a algo que não vai durar a vida toda? Como cidadão eu mereço ter a minha casa, eu mereço ter o meu lugar respeitado... Eu mereço ter a minha forma nativa de viver respeitada. Como eu posso ser expulsa da minha própria casa para dar lugar à mineração? (MANACÁ DA SERRA, 2017).

Sobre o ritmo acelerado nas exportações do minério de ferro da Amazônia, Lúcio Flávio Pinto (2013) esclarece que a Vale S.A. se tornou a principal produtora e a líder na exportação dessa matéria-prima no Brasil. “De cada 10 dólares depositados no Banco Central, um dólar resulta de vendas da empresa, principalmente minério de ferro” (PINTO, 2013, p.58). Crescimento que é confirmado pelos discursos da mineradora. “A empresa tornou-se uma transnacional, está presente em 38 países dos cinco continentes” (VALE, 2016).

Manacá da Serra, Lírio e Macela citam apenas alguns dos impactos da Vale S.A. na Amazônia que se somam a poluição do ar e sonora, impedimento do direito de ir vir, remoções forçadas, rachaduras nas casas, trepidações, assoreamento de rios e riachos, entupimento de igarapés, criminalizações, impedimento do direito de expressão e manifestação, espionagem, atropelamentos, mortes, interferência nos modos de vida e expressões culturais, dentre outros.

A formação coletiva da juventude atingida pela mineração ocorre de forma processual tendo em vista que esses atores ainda se mobilizam junto com outros segmentos de atingidos, mas o protagonismo dos atores jovens tem se tornado cada vez mais evidente a ponto de realizarem encontros anuais de articulações e reflexões especificamente sobre a juventude atingida pela mineração.



4. CONSIDERAÇÕES

Em 2017, completando uma década de atuação na Amazônia, sobretudo nos estados do Maranhão e Pará, a *Justiça nos Trilhos* se caracteriza como uma rede interconectada com atores internacionais como a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale (AVs) e Observatório de Conflitos Mineros da América Latina (OCMAL), mantém ligações com a Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) e integra movimentos nacionais como o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração e a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), dentre outros.

Portanto, a *Rede Justiça nos Trilhos* nasce duas décadas após a chegada de um dos maiores projetos de mineração da Amazônia, o Programa Grande Carajás (PGC), em um cenário permeado por inúmeras histórias de pessoas que vivenciam violações de direitos. Os encontros de atingidas e atingidos são uma forma de mobilização e articulação em rede entre diferentes atores que compartilham dessas violações.

As injustiças sociais e ambientais cometidas pela mineradora Vale S.A. se tornaram as principais motivações para o surgimento dessas lutas coletivas e formas de atuação. Pinsky e Pinsk (2013) afirmam que essas práticas dão sentido à noção de cidadania.

Na medida em que constituem processos históricos de conquista de direitos e deveres, a cidadania e a democracia concretizam-se, pois, na sociabilidade cotidiana e na verdadeira eficácia das instituições e equipamentos públicos. O grande desafio de hoje – quando as potencialidades técnicas e materiais da humanidade permitem a solução dos problemas de fome e de miséria – é enfrentar as situações de extremas misérias e de carência que correspondem a um país de enormes diferenças sociais (PINSKY; PINSKY, 2013, p.513).

A história de resistência e promoção da cidadania nas comunidades atingidas pela Vale S.A. foi sendo estabelecida pelos desafios de encarar as violações de direitos como causas para a transformação social. Percebemos que o Encontro da Juventude Atingida pela Mineração possibilitou momentos de partilha, autonomia dos atores envolvidos e construção de conhecimento. Portanto, essa estratégia utilizada pela *Rede Justiça nos Trilhos* reforça práticas cidadãs ao debater, pensar e repensar as ações das comunidades afetadas pela Vale S.A., no caso, estabelecidas pela juventude. É o que representa a fala de Macela:

“E hoje eu já entendo mais sobre a realidade de quem é atingido pela vale. A minha visão sobre a Vale.... eu via uma coisa que a mídia me repassava de uma forma totalmente distorcida, pra mim era uma coisa assim, ah é algo



que dá dinheiro então tá trazendo a felicidade de algumas pessoas. E participando da formação eu vim aprender que não é isso, que as pessoas exploram os recursos naturais, eles estão sendo felizes porque tão obtendo dinheiro, capital sobre aquilo, mas quem tá ficando lá atrás com o resto, com a pobreza, pras pessoas que a Estrada Carajás corta as comunidades, porque o que fica é isso, é a miséria e a pobreza para as pessoas que lá moram” (MACELA, 2017).

O encontro foi encarado pelos membros da *Rede* como uma preparação para o Encontro Regional dos Atingidos pela Vale, um evento maior, que ocorreu na mesma cidade, um mês depois. Ao enfatizar a importância do encontro em sua vida, Lírio destacou que “*a gente quer deixar o nosso legado, de um encontro que foi legal e que a gente fez um bonito papel” (LÍRIO, 2017).*

Este artigo é uma reflexão a cerca das estratégias de articulação em rede da *Justiça nos Trilhos* na Amazônia. Não se trata de esgotar as suas características e funções, pelo contrário, o Encontro da Juventude Atingida pela Mineração é somente uma das experiências vivenciadas pelos atores da rede. Com isso pretendemos visibilizar as suas vozes e criticar as ações exploratórias da mineradora Vale S.A. na Amazônia.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. **JP: 30 anos de luta pela causa pública**. In Jornal Pessoal. Agenda Amazônica de Lúcio Flávio Pinto. Ano XXXI, nº 639, 1ª quinzena de Setembro de 2017.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. **Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale**. Disponível em: <https://atingidospelavale.wordpress.com/o-encontro>. Acesso em 2 abr. 2017.

CARLOS, Euzenéia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011.

CARVALHO, Mikael. S11D duplicará lucros, mas já triplica conflitos. In: **Revista Não Vale**. 3 ed. Imperatriz: Gráfica e editora Brasil, 2016-2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



GORCZEVSKI, Clovis. **A necessária revisão do conceito de cidadania**: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2011.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política e sociedade**. N.3. Out, 2003, p. 11-26.

PINTO, Lúcio Flávio. Carajás: ontem, hoje e nunca mais? **Revista Não Vale**. Açailândia. II Edição, 2013. <http://www.justicanostrilhos.org/IMG/pdf/revista_ao_vale_2_-_versao_web_completa.pdf>. Acesso: 14 de jul. 2016.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2013.

REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Quem somos**. Disponível em: <http://justicanostrilhos.org/quem-somos>. Acesso em 2 abr. 2017.

_____. **Qual será o legado da mineração para a juventude?** Disponível em: <<http://justicanostrilhos.org/2017/06/29/qual-sera-o-legado-da-mineracao-para-juventude/>>. Acesso em: 05 out. 2017.

RIBEIRO JR.; J. A. S.; MARINHO, S. C. O Estado brasileiro, a economia da Vale na Amazônia maranhense e a Rede Justiça nos Trilhos. **Geografia Ensino e Pesquisa**, v. 17, n.3 p. 34-53, set-dez. 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse.. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal entendidos. **Lua Nova**. São Paulo, n. 17, jun 1989.

VALE. **Quem Somos**. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>. Acesso em 4 jun. 2017.



GT 02 – Movimentos Sociais e Lutas Sócio-Territoriais: Olhares Sobre a África e a América Latina

SISTEMAS DE PARTIDOS DOMINANTES NA ÁFRICA (1990 a 2009): UM ESTUDO COMPARADO DA ÁFRICA DO SUL, MOÇAMBIQUE E ZIMBABWÉ

Justo Venâncio Moisés Naúva(UFPA)¹

E-mail: justovenauva@gmail.com

Maria Dolores Lima da Silva (UFPA)²

E-mail: mdls@ufpa.br

RESUMO

O artigo desenvolve uma análise dos sistemas de partidos dominantes em três países africanos dentre os quais são: África do Sul com o Partido ANC; Moçambique com o Partido FRELIMO e Zimbabwe com o partido ZANU-PF nos períodos de 1990 até 2009 num contexto do processo de democratização. Esses partidos surgiram como atores que se moldaram para contexto da transição política africana e; se instalaram hoje como sistemas de partido dominantes e que desde então, assumiram o governo no momento da independência e que lideraram os processos de transição gradual para a democracia, continuam a ser mais votados como observa Sanches (2014). Nessa linha de pensamento, este estudo propõe uma metodologia de análise comparada, consubstanciada pela literatura sobre sistemas partidários dominantes, que mostre as suas características de dominância na representatividade parlamentar africana. Partimos do pressuposto de que o desenho institucional de forças políticas do passado histórico e a configuração dos sistemas partidários dominantes que venceram, de forma ininterrupta, as eleições contra os partidos da oposição nesses países se moldaram como atores dominantes nas eleições no processo de democratização durante quase à duas décadas.

Palavras-chave: Democratização, Sistemas de Partidos Políticos e África.

1. INTRODUÇÃO

Entre os anos 1990 e 2009, na chamada terceira onda de democratização (Huntington, 1994), muitos países africanos, em particular África do Sul, Moçambique e Zimbabwe, têm-se instalado como Estados africanos que manifestam sistemas de partidos dominantes. Após a proclamação de independência desses Estados nos anos 60 e 70, os movimentos nacionalistas de libertação contra o colonialismo europeu, viriam a se transformar em partidos que não aceitavam a conjugação de outra força política. Entretanto, nos anos 90 ocorreu uma abertura política que se concretizou em competição eleitoral entre os partidos outrora autoritários e os recém-nascidos partidos de oposição. Nesse contexto de democratização, a competição político-eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias

¹Mestrando em Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPA-IFCH, Brasil,

²Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPA-IFCH, cidade de Belém, Brasil.



deu vitória aos partidos históricos 'tradicionais' contra esses novos partidos da oposição. Sendo assim, em termos de estruturação do artigo, a primeira parte discute a literatura (conceitualmente) sobre os sistemas partidários com enfoque aos partidos dominantes; a segunda parte discute os resultados da configuração dos partidos dominantes em três países africanos (África do Sul, Moçambique e Zimbabwê). E finalmente, a terceira parte apresentamos as considerações finais do estudo.

2. CORROBORANDO A LITERATURA DO SISTEMA DE PARTIDOS DOMINANTES

A literatura aponta que a discussão dos sistemas partidários e sistema de partido dominante confirmou-se realmente a partir dos debates levantados por cientistas políticos clássicos ocidentais como Maurice Duverger e Giovanni Sartori e, por sua vez, essa literatura, foi transportada de forma crítica e analítica para outras realidades políticas enquanto testes de estudos políticos de outros mundos como América Latina e África Subsaariana (MAINWARING, 1998; MAINWARING & TORCAL, 2005; MOZAFFAR, 2006; CARBONE, 2007; SANCHES, 2010&2014).

O debate sobre os sistemas partidários encontra o seu ponto mais alto com a classificação³ do Duverger (1970), quando classifica os sistemas partidários em três: unipartidarismo, o bipartidarismo e o multipartidarismo. O unipartidarismo é próprio de regimes totalitários como o fascismo, o nazismo (na Itália e Alemanha respectivamente) e o comunismo (antiga União Soviética). As ditaduras do século XX, com poucas exceções, fizeram do partido único o instrumento máximo de conquista e conservação do poder, não dando espaço para o pluralismo político, sem o qual a liberdade se extingue. O partido único é o sustentáculo da ditadura, portanto neste sistema o partido se confunde com o poder do estado e se torna doutrina legal. Segundo esse autor, existe uma forte correlação entre o regime totalitário e o partido único, assim como entre democracia e o pluripartidarismo. Os defensores do partido único atribuem-lhe dupla função: elite e vínculo, isto é, na era das massas acarretou a queda das elites tradicionais e como tal forjou novas elites, cria uma nova classe dominante e forma chefes políticos aptos a organizar o país e o partido como instituição nunca cessa de controlar todos os órgãos do Estado. Portanto o sistema do

³Monopartidarismo, ou unipartidarismo, é o sistema partidário que só admite a presença de um único partido político. Está praticamente em extinção, não obstante ainda existir em alguns países africanos, asiáticos e algumas nações do oriente médio. O bipartidarismo é o sistema partidário que permite a existência de apenas dois partidos políticos: um de situação e outro de oposição; e Por fim, o pluripartidarismo, também chamada demultipartidarismo, é o sistema que permite a presença de tantos partidos quanto forem as correntes de opinião existentes.



partido único é incompatível com a democracia, visto que esta presume várias forças concorrentes com propostas diferentes à escolha dos cidadãos.

Quando Duverger expôs suas ideias, ainda na década de 1950, abriu uma nova perspectiva na discussão a respeito dos sistemas partidários e eleitorais, bem como do nascimento, consolidação e queda dos partidos políticos. Contudo, hoje, após tantas mudanças no cenário político-partidário e nos resultados do jogo eleitoral dos países ocidentais desenvolvidos, suas ideias já se encontram relativamente superadas, ainda que tenham tido grande importância para a ciência política, pois foi o fundador da linha de pensamento político que centra a atenção nas regras de funcionamento dos sistemas partidários e eleitorais como principal elemento definidor dos resultados político-institucionais, principalmente quando se trata da disputa eleitoral (FERREIRA, 2005).

Na mesma linha do debate dos sistemas partidários, Sartori (1982) retoma a abordagem de Duverger, ressaltando que os estudos sobre as classificações feitas anteriormente foram insuficientes quanto ao critério numérico e falta de regras de contagem:

[...] a questão real não é se o número de partidos é importante ele é mas se o critério numérico de classificação nos permite deitar mão sobre o que realmente importa. Até agora, a resposta é, claramente, não [...] Tendo sido incapazes de determinar quando dois são dois, cobrimos todos o resto, exaustos, dizendo apenas mais de dois. Não é de espantar, portanto, que a abordagem pelo número de partidos leve à frustração. (Sartori, 1982: 144-145).

Desta maneira, Sartori propôs uma nova tipologia dos sistemas partidários a partir da relevância da posição ideológica dos partidos e o grau de competitividade do sistema; para tal estabelece duas regras: potencial de coalizão e potencial de chantagem. Considera-se potencial da coalizão, quando um partido menor pode ser excluído como insignificante e irrelevante sem ser considerado supérfluo, e nunca necessário para a integração em qualquer coalizão; ao contrário um partido é considerado relevante quanto dispõe de condições de determinar ao longo do tempo pelo menos uma possível maioria parlamentar; quanto ao potencial de chantagem, é quando um partido tem condições de relevância sempre que sua experiência, ou aparência, reflete a tática da competição partidária e particularmente quando modifica o rumo da competição, vale dizer, o partido é relevante quando altera a direção da competição dos partidos orientados para o governo. (SARTORI, 1982).

Sartori alega que os sistemas possuem a seguinte classificação: partido único, partido hegemônico, partido predominante, dois partidos, pluralismo moderado, pluralismo polarizado e sistema de partidos atomizados.



No entanto, a primeira distinção estabelecida por Sartori em relação à tradicional classificação tríplice é referente ao sistema unipartidário, que o autor decompõe em três categorias: partido único; partido hegemônico e partido predominante, permitindo com isso a reclassificação de várias categorias definidas erroneamente como unipartidárias. Para Sartori, o critério pelo qual um partido é declarado dominante raramente é operacionalizado, mas a ideia é bastante clara, ou seja, sempre que encontrarmos num cenário político um partido que supera de longe todos os outros, esse partido é dominante; significando com isso que os outros partidos, além do principal, não só têm permissão para existir como realmente existem como competidores legítimos. O partido hegemônico, por sua vez, não permite uma competição formal ou de fato pelo poder.

Nesse caso, outros partidos podem existir, mas como agremiações de segunda classe, como partidos tolerados, pois não possuem autorização para competir com o partido hegemônico em bases iguais. Quanto ao tradicional grupo multipartidário, Sartori o decompõe, alegando que o tratamento conjunto dos sistemas de mais de dois partidos demonstra clara pobreza das regras de contagem. Para ele, a solução consiste em fazer com que as formações políticas segmentadas sejam testadas pela variável ideologia. Assim, se forem fragmentadas, mas não polarizadas, serão atribuídas ao tipo do pluralismo moderado (multipartidarismo de baixa polarização ideológica). Se forem fragmentadas e polarizadas, pertencem claramente ao tipo de pluralismo polarizado (multipartidarismo de alta polarização ideológica). Em relação à categoria de padrão atomizado, segundo Sartori, essa classificação tem caráter residual para indicar o ponto em que já não precisamos de uma contagem precisa, ou seja, nesse caso, não se faz necessário um limite além do qual o número de partido faça diferença, haja vista a ausência de consolidação estrutural do sistema político. O autor alerta que sua classificação de partido predominante não coincide e não tem nada em comum, com o partido dominante que ora é defendida por vários autores.

Para a nossa adoção de estado de arte (literatura adotada) do presente artigo partimos do pressuposto da classificação de Sartori (1982), particularmente da conceituação dos sistemas de partido dominante, que de acordo com autor, esses partidos são aqueles em que um único partido vence as eleições com mais de 50% dos votos mais de três vezes, portanto para o autor uma das principais características nesses sistemas é a não rotação do poder.

Nessa linhagem de abordagem de Sartori, autora como Sanches (2010, 2014) fez o estudo da evolução do sistema partidário em África, onde constatou que mais de 40% dos países da África subsaariana são dominados por sistema de partidos dominantes, em que o partido dominante está no poder desde a independência e do seu passado histórico moldou a configuração atual dos mesmos partidos de caráter de domínio e controle do legislativo.



Mas, a literatura sustentada pelos cientistas políticos ocidentais pode variar dum contexto para outro. Sendo assim, essa literatura pode ser transposta para o contexto africano.

3.CONTEXTOS, DEMOCRATIZAÇÃO E SISTEMA DE PARTIDOS DOMINANTES EM ÁFRICA: ESTUDO COMPARADO DE CASOS DE ÁFRICA DO SUL, MOÇAMBIQUE E ZIMBABWÊ

No começo de 1990, alguns dois fenômenos fundamentais sucedidos em África concretizaram o início do processo de mudanças de regimes políticos autoritários ou opressores para democráticos como, por exemplo: no Benim, os protestos populares conduziram à organização da Conferência Nacional das Forças Vivas da Nação que culminou na destituição de *MathieuKérékou*, após quase 20 anos de autoritarismo; e na África do Sul, o regime do Apartheid, debaixo de forte pressão internacional e doméstica, liberta Nelson Mandela e levanta a proibição contra o *AfricanNationalCongress* (ANC) (DIAMOND & PLATTNER, 2010; SANCHES, 2014). As mudanças que depois se seguiram foram extraordinários. Um pouco por toda a região subsaariana, os regimes de partido único foram sendo substituídos por sistemas multipartidários, as ditaduras militares dando lugar a regimes civis e os direitos políticos e liberdades civis progressivamente ampliados. Apesar destas mudanças, uma distância de 20 anos demonstra que os processos de democratização estão longe de estarem completos. Muitos países permanecem numa “zona intermédia” ou híbrida⁴ (CAROTHERS, 2002; MORLINO, 2009), combinando atributos democráticos e autoritários. Mais especificamente, mantêm o requisito mínimo de eleições multipartidárias, porém reprimem vários direitos e liberdades fundamentais como a liberdade de associação, de oposição e de imprensa (p.e. Gâmbia, Guiné-Bissau, Lesoto, Quênia, Nigéria e Zimbabué). Neste quadro, apenas uma minoria de países parece ter conseguido prosseguir com as suas tarefas de consolidação democrática (p.e. Benim, Botswana, Cabo Verde, Senegal e Maurícias) (SANCHES, 2014).

De uma forma geral, os países africanos passaram por um processo contextual-histórico de configuração similar dos regimes políticos repressivos e autoritários para os regimes democráticos. Muitos dos países africanos e, particularmente, selecionando alguns deles estudados aqui como África do Sul, Moçambique e Zimbabué, se enquadrariam no enunciado da terceira vaga da democratização evocado por Huntington (1994).

⁴Thomas Carother desenvolve em seu artigo intitulado – The endof The TransitionParadigm – uma abordagem que vai inaugurar o fim do paradigma de transição no mundo partindo da Europa do Leste, da America Latina e da Ásia do Oeste e Sul.



Todavia, para Diamond (2010), argumenta que numa altura em que a democratização tende a ser comum em muitas partes do mundo, o quadro do perfil democrático africano apresenta uma miscelânea de problemas, convulsionado por crises de alto nível, enquanto outros calmamente continuam a fazer progresso sobre o difícil caminho democrático.

Neste sentido, o estudo em causa aponta que isso pode estar associado em parte, por um lado; pelo desenho institucional que vai desde pelo processo histórico político de carácter repressivo e autoritário do passado e, por outro lado; pela configuração do tipo de sistemas partidários dominantes em África do Sul, Moçambique e Zimbabué.

Por exemplo, Carbone (2007), quando faz um estudo sobre os sistemas de partido dominante em África, ele questiona como o conceito de domínio é usado com referência a política partidária em África, é que segundo o autor a noção abrange casos que são significativamente deferentes, no entanto alguns podem ser adequadamente denominados como partidos dominantes, enquanto outros na realidade são em pleno direito partidos hegemônicos. Portanto nesta lógica, um partido dominante é, no entanto, um partido que ganha uma serie de mandatos populares consecutivas no mínimo três mandatos e que obtém mais de 50% dos votos ou acentos parlamentares, através de eleições genuínas e que os partidos da oposição não conseguem modificar as preferências dos eleitores (CARBONE, 2007).

Neste cenário, a existência de muitos partidos concorrendo às eleições é enganosa, quando esses partidos não conseguem obter pelo menos um acento no parlamento, e, quando ficam no poder dois ou três partidos, sendo que um dos partidos fica a cargo de pelo menos com 50 % dos acentos parlamentares (CARBONE, 2007). Mais do que isso, autores como Doorenspleet e Nijzink (2013), mostraram um estudo comparativo de sistemas de partidos dominantes em recentes democracias africanas, observando que o sistema de partido dominante não segue um padrão “normal” ou o “esperado” de competição partidária em uma democracia, nesses estudos eles verificam um fenómeno anormal.

Esse argumento vai se desdobrar para casos concretos dos partidos históricos africanos que lutaram contra o colonialismo europeu, como *Partido African National Congress* (ANC) da África do Sul; Partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) de Moçambique e *Partido Zimbabwe African National Union-Patriotic Front* (ZANU-PF), que são partidos que estão no poder governamental até hoje e dos processos eleitorais realizados periodicamente se configuram como *Winner-take-all*, ou seja, os partidos vencedores que levam tudo nos sistemas de partidos dominantes em África.

Esse desenho é vivenciado pela trajetória desses sistemas partidários dominantes que faz fracassar o processo da democratização. Os próprios sistemas partidários dominantes nesses países configuram casos incipientes para o estágio da democratização



em África e dado que há uma caracterização de fragilidade de competição eleitoral. Os Partidos no poder desde a independência como ANC, FRELIMO e ZANU-PF revestiram de poderes que sempre a maioria esmagadora que de algum modo se configurou num estado de partido único e nota-se uma certa insignificância dos partidos da oposição que põe em questão o processo democrático (NUVUNGA & SITOE, 2013).

A título de confirmação em torno de se levantou acima, para Carbone (2007), a competição eleitoral em Moçambique foi fortemente moldada por padrões de conflitos passados, neste caso, os dois principais partidos emergiram de experiências armadas. FRELIMO foi forjada pela guerra anticolonial, contra os portugueses entre 1964 a 1974, que culminou com a independência em 1975. Três anos depois de assumir o poder, no seu 3º congresso em 1977, a FRELIMO adoptou importantes medidas estruturais e ideológicas em transformar o movimento de libertação em um partido Marxista-Leninista, caracterizado por uma restrição de formação de outros partidos e dando primazia de um partido único sobre o Estado. Em contrapartida surgem a RENAMO um outro movimento de guerrilha que vai lutar contra a dominação da FRELIMO, exigindo a formação de partidos políticos, realização de eleições e uma economia liberal.

Portanto, após um logo período de guerra civil que durou por cerca de 16 anos, a FRELIMO e a RENAMO decidiram abandonar as armas com assinatura do acordo geral de Paz (AGP) em 1992, e com a realização das primeiras eleições multipartidárias e democráticas em 1994. Apesar da existência de muitos partidos concorrendo nas eleições, apenas três partidos conseguiram assentos no parlamento, onde o primeiro teve a maioria parlamentar, e assim foi o cenário durante as cinco eleições consecutivas em que a FRELIMO até hoje se consagra como partido dominante.

Tabela 1 – Sistema de Partido Dominante na África do Sul

Ano de eleições	Partido Dominante = Partido Vencedor	Resultados Parlamentares			Total assentos
		%de votos	Nº assentos	% assentos	
1994	AfricanNationalCongress (ANC)	62,65	252	63,00	400
1999	AfricanNationalCongress (ANC)	66,35	266	66,50	400
2004	AfricanNationalCongress (ANC)	69,69	279	69,75	400
2009	AfricanNationalCongress (ANC)	65,9	264	66,00	400

Fonte: *AfricanElectionsDatabase*, 2012 – adaptado pelos autores.



A tabela 1, mostra que no processo eleitoral regular dos resultados parlamentares do Partido Dominante sul-africano que saiu vencedor em 4 eleições consecutivas de 1994, 1999, 2004 e 2009 obtendo acima de 60% dos votos obtidos pelo ANC para o Congresso Nacional Africano (Casa Legislativa) num universo 400 cadeiras. As primeiras eleições multipartidárias de 1994 inauguram o processo da democratização, partido ANC obteve 63% de assentos parlamentares, tornando o Congresso Parlamentar sul-africano dominado pelo mesmo partido e os restantes assentos para o partido da Oposição. As segundas eleições de 1999, o ANC ganhou novamente para maioria no Congresso por 66,50% com mais um predomínio para o Executivo sul-africano. Nas terceiras eleições, mais uma vez o partido ANC ganha as eleições confirmando-se no estágio de partido Dominante por 69,75% de assentos parlamentares. Nas quartas eleições ANC como Partido Dominante saiu também vencedor com 66% de assentos parlamentares. Este padrão contextual, mostra a insignificância dos partidos da oposição no processo da competição eleitoral, e aqui numa configuração dum partido dominante como ANC, os partidos da oposição acabam sendo marginalizados.

Tabela 2 – Sistema de Partido Dominante em Moçambique

Ano de eleições	Partido Dominante = Partido Vencedor	Resultados Parlamentares			Total assentos
		%de votos	Nº assentos	% assentos	
1994	MozambiqueLiberation Front (FRELIMO)	44,33	129	51,60	250
1999	MozambiqueLiberation Front (FRELIMO)	48,54	133	53,20	250
2004	MozambiqueLiberation Front (FRELIMO)	62,03	160	64,00	250
2009	MozambiqueLiberation Front (FRELIMO)	74,66	194	77,60	250

Fonte: *AfricanElectionsDatabase*, 2012 – tabela adaptada e interpretada pelos autores.

A tabela 2, mostra os anos regulares do processo eleitoral moçambicano. O partido histórico único que libertou o país, quando passa para o contexto multipartidário se confirmou um partido de domínio no cenário governamental das instituições políticas tanto como no Executivo quanto no Legislativo. Nas primeiras eleições de 1994, a FRELIMO



ganhou com 51,60% de assentos parlamentares no universo de 250 cadeiras, configurando-se como partido da maioria para Casa legislativa – Assembleia da Republica de Moçambique. Nas segundas eleições de 1999, o Partido FRELIMO ganha com 53,20% de assentos parlamentares. Nas terceiras eleições de 2004, o Partido FRELIMO sai novamente vitorioso com 64% de assentos legislativos, o FRELIMO confirma-se nessas eleições como um Partido Dominante e bem como nas quartas eleições reconfigura-se como Partido Dominante do legislativo com 77,60% de assentos.

No percurso do processo eleitoral onde o partido FRELIMO veio se instalar como partido dominante, os resultados eleitorais nunca foram aceites pelos partidos da oposição alegando fraude e injustiça encabeçada pelo Partido FRELIMO e, mais do que isso, considerou-se esse processo como que imprimiu falta de transparência (MOE-UE, 2009) e isso colocou em causa o processo democrático do país.

Tabela 3 – Sistema de Partido em Zimbabwe

Ano de eleições	Partido Dominante = Partido Vencedor	Resultados Parlamentares			Total assentos
		%de votos	Nº assentos	% assentos	
1990	Zimbabwe African National Union-Patriotic Front (ZANU-PF)	80,54	117	97,50	120
1995	Zimbabwe African National Union-Patriotic Front (ZANU-PF)	81,83	118	98,33	120
2000	Zimbabwe African National Union-Patriotic Front (ZANU-PF)	48,6	62	51,67	120
2005	Zimbabwe African National Union-Patriotic Front (ZANU-PF)	73,71	43	86,00	(50) ⁵ 120

Fonte: AfricanElectionsDatabase, 2012 – tabela adaptada e interpretada pelos autores.

A tabela 3, mostra o periódico de realização regular das eleições zimbabweanas dos resultados parlamentares, que segundo os mesmos resultados confirmaram o Partido ZANU-PF como partido dominante, a partir das terceiras eleições consecutivas ganhas com 51,67% de assentos em 2000. Subsequentemente, nas quartas eleições de 2005, ZANU-PF, ganhou com 86% de cadeiras tornando-se uma maioria parlamentar e esmagadora.

⁵ Houve uma revisão da lei eleitoral que pressupôs 50 lugares são preenchidos por eleição direta; 16 lugares são reservados para nomeados (6 nomeados presidenciais e 10 chefes tradicionais).



Observa-se crescente número esmagadora do partido ZANU-PF nos assentos parlamentares nas duas primeiras eleições consecutivas dentre as quais, em 1990, ZANU-PF ganhou com 97,50% e seguindo em 1995, ganha com 98,33% obtendo maioria parlamentar. Num contexto da revisão lei eleitoral nas eleições decresce a linhagem de assentos mesmo assim veio confirmar-se Partido Dominante com 51,67% obtendo maioria de cadeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostra contexto dos países africanos dos processos eleitorais regulares de 1990 até 2009 apontando para os resultados eleitorais ganhos pelos partidos históricos tradicionais que se configuraram como sistemas de partidos dominantes como ANC da África do Sul, FRELIMO de Moçambique e ZANU-PF do Zimbabwe que se confirmaram a sua natureza e característica de dominância nas terceiras eleições consecutivas, possibilitaram a instalação no poder de governança clientelistaperpetuastes de elitismo do neopatriomonalismo e que o governo do partido dominante, insere-se no mergulho de corrupção e em ausência de responsabilidade representativa política dessa elite para com os seus representados e isso, coloca esses países num estágio da democracia débil.

E se conclui que o desenho institucional adotados nesses países estariam associados ao tipo da configuração dos sistemas partidos dominantes que estruturariam os seu governos dominantes, por meio do seu funcionamento estarialigado ao controle das instituições políticas e que dentro do processo da competição eleitoral, os partidos da oposição são marginalizados e não uma relevância sob ponto de vista de colocar alternância dos resultados eleitorais.

O passado histórico desses países em relação ao tipo do sistema de partidos dominantes estruturados pelos partidos únicos de controle influenciou para a captura dos votos ganhos pelos mesmos partidos e que acabaram-se configurando sistemas de partidos dominantes nas arenas eleitorais.



REFERÊNCIAS

- CARBONE, Giovanni M. *Continuidade na Renovação? Ten years of multiparty politics in Mozambique: roots, evolution and stabilization of the Frelimo-Renamo party System*. Cambridge University Press, United Kingdom, 2005.
- CARBONE, Giovanni M. *Political Parties and Party Systems in Africa: Themes and Research Perspectives*. Universidade de Milano – Itália, World Political Science Review, 2007.
- CAROTHERS, Thomas. *The end of the Transition Paradigm*. Washington D.C, Journal of Democracy, Vol: 13, 2002.
- DIAMOND, Larry and PLATTNER, Marc F. *Democratization in África: Progress and Retreat*. The Johns Hopkins University Press – Baltimore, Second Edition: a Journal of Democracy Book, 2010.
- DOORENSPLEET, Renske and NIJZINK, Lia. *One-Party Deminance in African Democracies*. USA – Boulder, Copyright, 2013.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.
- FERREIRA, Dimas S. *Acerca dos Partidos e dos Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro, Revista de Ciência Política, Achagas, número 26, 2005.
- HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo, Ática, 1994.
- OSTHEIMER, Andrea E. *Challenges to Democracy by Ony-Party Dominance: A Comparative Assessment*. South Africa, Cape Town – Konrad-Adenauer-Stiftung, 2005.
- MAINWARING, Scott. *Rethinking Party Systems in the wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.
- MAINWARING, Scott e TORCAL, Mariano. *Teoria e Institucionalização dos Sistemas Partidários após a terceira onda de democratização*. Campinas, OpiniãoPública, Vol. XI, 2005.
- MOZAFFAR, Shaheen and SCARRITT, James. *The puzzle of African party systems*. Politics Parties, Cape Town, 2005.
- NUVUNGA, Adriano and SITOE, Eduardo. *Party Institutionalisation in Mozambique: The Party of the State vs the Opposition*. Africa, JournalofAfricanElections, 2013.



SANCHES, Edalina R. *Novo Contexto, mas velha política: a evolução do sistema partidário moçambicano entre 1994 e 2014*. In: OPPENHEIMER, J.; J. P.; MAH, L. Espaços Lusófonos: Trajetórias económicas e políticas. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e América Latina (CESA), 2014.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Políticos*. Brasília, Editora UnB, 1982.

AFRICAN ELECTIONS DATABASE, 2012. Disponível em: <<http://www.africanelectionsdatabase>>. Acesso em: 16 de setembro de 2017.



II SIALAT BELÉM 2017

Belém - Pará - Brasil

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCERIAS

